



# FIXO

REVISTA DE  
ARQUITETURA, CIDADE E  
CONTEMPORANEIDADE

**cidadania & território I**

**n.22, v.6**  
inverno de 2022





Aerofractal. Foto: Gabriela Castro.

# AXO

REVISTA DE  
ARQUITETURA, CIDADE E  
CONTEMPORANEIDADE

cidadania & território I

n.22, v.6  
inverno de 2022





Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas,  
Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11  
<https://wp.ufpel.edu.br/cmasc/>  
e-mail: [revistapixo@gmail.com](mailto:revistapixo@gmail.com)

A Revista Pixo é uma publicação conjuntos Grupos de Pesquisa (CNPq) “Cidade+Contemporaneidade”, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e “Arquitetura, Derrida e Aproximações”, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Revista digital disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>

ISSN 2526-7310

#### Editores Responsáveis

EDUARDO ROCHA  
FERNANDO FREITAS FUÃO

#### Editoras Associadas

CRISTHIAN MOREIRA BRUM  
THAIS DEBLI LIBARDONI  
JORDANA BERCHON  
PAULA PEDREIRA DEL FIOLE

#### Comitê Científico e Conselho Editorial

ADRIANA ARÁUJO PORTELLA  
ADRIANA GONI MAZZITELLI  
ADRIANE BORDA ALMEIDA DA SILVA  
ALEXANDRE PEREIRA SANTOS  
ANA MARIA ALBANI DE CARVALHO  
ANA PAULA VIECELI  
ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO  
ANGELA MARIA ENDLICH  
ANGELA RAFFIN POHLMANN  
BÁRBARA DE BÁRBARA HYPOLITO  
BEATRIZ DORFMAN  
CARLA GONÇALVES RODRIGUES  
CARLOS NIGRO  
CARMEN ANITA HOFFMANN  
CAROLINA CLASEN  
CAROLINA CORRÊA ROCHEFORT  
CAROLINA MENDONÇA FERNANDES DE BARROS  
CELMA PAESE  
CHRISTIANO PICCIONI TORALLES  
CLÁUDIA MARIZA MATTOS BRANDÃO  
CRISTHIAN MOREIRA BRUM  
CRISTINE JAQUES RIBEIRO  
DÉBORA SOUTO ALLEMANN  
DIRCE ELEONORA NIGRO SOLIS  
EDUARDA AZEVEDO GONÇALVES  
EDUARDO GRALA DA CUNHA  
ELIANA MARA PELLERANO KUSTER  
EMANUELA DI FELICEFÁBIO BORTOLI  
FERNANDA TOMIELLO  
FRANCESCO CARERI  
FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA  
GISELE SILVA PEREIRA  
GUSTAVO DE OLIVEIRA NUNES  
HARTMUT GÜNTHER  
HAYDEÉ BEATRIZ ESCUDERO  
HELENE GOMES SACCO CARBONE  
IAZANA GUIZZO  
IGOR GUATELLI

JOSÉ CARLOS MOTA  
JOSIANE FRANKEN CORRÊA  
JUAN MANUEL DIEZ TETAMANTI  
JULIAN GRUB  
LAURA NOVO DE AZEVEDO  
LAURA RUDZEWICZ  
LISANDRA FACHINELLO KREBS  
LIZIANE DE OLIVEIRA JORGE  
LORENA MAIA RESENDE  
LUANA PAVAN DETONI  
MARCELO ROBERTO GOBATO  
MARC WEISS  
MÁRCIO PIZARRO NORONHA  
MARIA IVONE DOS SANTOS  
MARKUS TOMASELLI  
MAURICIO COUTO POLIDORI  
PAOLA BERENSTEIN JACQUES  
PAULO AFONSO RHEINGANTZ  
PRISCILA PAVAN DETONI  
RAFAELA BARROS DE PINHO  
RAQUEL PURPER  
RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO  
ROBERTA ROBERTA KRAHE EDELWEISS  
SHIRLEY TERRA LARA DOS SANTOS  
SYLVIO ARNOLDO DICK JANTZEN  
TAÍS BELTRAME DOS SANTOS  
THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELLA  
VALENTINA MACHADO  
VANESSA FORNECK  
VICENTE MEDINA

#### Equipe Técnica

PAULA PEDREIRA DEL FIOLE  
JORDANA BERCHON

#### Suporte Técnico

EDUARDO SILVA DA SILVA

#### Revisão Linguística

ANA DOS SANTOS MAIA  
PIERRE MOREIRA DOS SANTOS

#### Diagramação

EDUARDO ROCHA

#### Arte das capas

GABRIELA CASTRO

## apresentação

A 22ª Edição da Revista Pixo é fruto da chamada temática “CIDADANIA & TERRITÓRIO I”, que teve o intuito de discutir saberes que fortaleçam diferentes culturas, lugares, percepções e olhares, vivenciados por meio de experimentações humanas e cidadãos, compreendendo e ampliando o conhecimento sobre relações e comportamentos humanos com o seu território. Com origem no “3º Congresso Internacional de Cidadania, Espaço Público e Território – 3º CIECIT”, que aconteceu entre os dias 3 e 5 de novembro de 2021 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

A PIXO – REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE<sup>1</sup> é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno) e visa reunir artigos, ensaios, entrevistas e resenhas (redigidos em português, inglês ou espanhol) em números temáticos. A abordagem multidisciplinar gira em torno de questões relacionadas à sociedade contemporânea, em especial na relação entre a arquitetura e a cidade, habitando as fronteiras da filosofia da desconstrução, das artes e da educação, a fim de criar ações projetuais e afectos para uma ética e estética urbana atual.

A revista é uma iniciativa conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) Cidade+Contemporaneidade, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Arquitetura, Derrida e Aproximações, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A edição temática “CIDADANIA & TERRITÓRIO I” é dirigida pelo Professor Dr. Cristhian Moreira Brum e a Arquitecta Me. Thais Debli Libardoni.

Agradecimento as revisoras e revisores da edição: Ana Lúcia Oliveira, Ana Paula Vieceli, Bárbara de Bárbara Hypolito, Bianca Ramires, Carolina Clasen, Carolina Frasson Sebalhos, Carolina Magalhães Falcão, Celia Castro Gonsales, Celina Britto Correa, Christiano Piccioni Toralles, Cristine Jaques Ribeiro, Eduardo Rocha, Fábio Bortoli, Fernanda Tomiello, Gabriel da Silva Fernandes, Gisele Silva Pereira, Helena Guerra, Helene Gomes Sacco Carbone, Iazana Guizzo, Laura Rudzewicz, Liziane de Oliveira Jorge, Lorena Maia Resende, Luana Pavan Detoni, Luiz Gilberto Silva Júnior, Mariana Rotta, Marina Mecabo, Matheus Gomes Barbosa, Mauricio Couto Polidori, Nirce Saffer Medvedovski, Rafaela Barros de Pinho, Shirley Terra Lara dos Santos, Tais Beltrame dos Santos, Tanara Fernandes de Britto, Tarcísio Dorn de Oliveira, Valentina Machado e Vanessa Forneck.

*Cristhian Moreira Brum, Thais Debli Libardoni e Eduardo Rocha*

Inverno de 2022

<sup>1</sup> <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>

## editorial

<b>CIDADANIA &amp; TERRITÓRIO I.....</b>	<b>10-15</b>
<i>Cristhian Moreira Brum e Thaís Debli Libardoni</i>	

## entrevista

<b>TERRITÓRIOS E PERTENCIMENTO.....</b>	<b>18-55</b>
<i>André de Oliveira Torres Carrasco, Daniele Caron, Fernanda Fedrizzi Loureiro de Lima, Igor Guatelli, Jorge Mario Jáuregui, Paolo Colosso, Paulo Afonso Rheingantz, Danielle Lima, Eduardo Rocha, Isabella Khauam Maricatto, Jordana Berchon, Maitê Moreira, Paula Pedreira Del Fiol e Vanessa Konflanz</i>	

## artigos e ensaios

<b>O TERRITÓRIO PARA AS PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES.....</b>	<b>58-71</b>
<i>Tiago Balem e Paulo Reyes</i>	
<b>MAPEAMENTO PARTICIPATIVO E SIG ON-LINE</b>	
<b>Uma abordagem metodológica integrada.....</b>	<b>72-93</b>
<i>Sinval Cantarelli Xavier, Adriana Araujo Portella e Ryan Woolrych</i>	
<b>PARA OPERAR O URBANO POR DENTRO</b>	
<b>É PRECISO UMA BOA DOSE DE PAISAGEM.....</b>	<b>94-109</b>
<i>Gianluca Mascali Perseu e Daniele Caron</i>	
<b>ATIVIDADES COMERCIAIS TRANSITÓRIAS</b>	
<b>Dinâmicas socioespaciais e apropriações urbanas.....</b>	<b>110-127</b>
<i>Rhaiani Vasconcellos de Almeida Trindade e Larissa Leticia Andara Ramos</i>	
<b>A CIDADE EM CENA</b>	
<b>Manifestações políticas em contextos urbanos.....</b>	<b>128-147</b>
<i>Flávia Cristina Albuquerque Palhares Machado, Josemar de Campos Maciel e Dolores Pereira Rineiro Coutinho</i>	
<b>O CAVALO AZUL DA LIBERDADE</b>	
<b>Desinstitucionalização da loucura e as novas relações entre</b>	
<b>saúde mental e cidade.....</b>	<b>148-169</b>
<i>Ana Paula Vieceli</i>	

<b>NEOLIBERALISMO VS. PÓS-MODERNISMO NO PLANEJAMENTO URBANO</b>	
<b>A expansão de novos loteamentos urbanos diante de comunidades</b>	
<b>populares em Pelotas (Brasil).....</b>	<b>170-187</b>
<i>Christiano Piccioni Toralles</i>	

<b>GEOCODIFICAÇÃO DIGITAL E A COVID-19</b>	
<b>A velha disputa pelo território do atual urbanismo digital nas favelas....</b>	<b>188-205</b>
<i>Fabiana Izaga, Rodrigo D`Avila, Pérola Barbosa, Arthur Melo e Giovana Paape</i>	

<b>CORPOS-URBANOS “INFECTADOS”</b>	
<b>Incorporações da Covid-19 em Maceió/AL.....</b>	<b>206-223</b>
<i>Juliana Michaello Macêdo Dias, Aline Nicole Barbosa Ramos e Isabela Camargo Ribeiro Fidelis de Moura Marques</i>	

<b>SE ESSA RUA FOSSE MINHA</b>	
<b>Prática universitária para intervir na criação da cidade.....</b>	<b>224-247</b>
<i>Marina Mecabô, Lígia Maria Ávila Chiarelli e Pedro Gabriel dos Santos Erler</i>	

<b>JOGOS DIGITAIS COMO ESPAÇOS DE EXPRESSÃO SOBRE AS</b>	
<b>MEMÓRIAS SONORAS DE UM LUGAR</b>	
<b>Um estudo aplicado a um patrimônio cultural pelotense.....</b>	<b>248-259</b>
<i>Raquel Silveira da Silva e Adriane Borda</i>	

<b>TERRITÓRIO DE SUBJETIVIDADES</b>	
<b>Entre os condomínios fechados e a cidade.....</b>	<b>260-271</b>
<i>Carolina Magalhães Falcão e Eduardo Rocha</i>	

<b>VIVÊNCIAS DO GRUPO MAPEANDO MEMÓRIAS</b>	
<b>As linhas art déco como educação patrimonial.....</b>	<b>272-293</b>
<i>Anelis Rolão Flôres, Bibiana Torres Moreira, Manuela Kelling e Francisco Queruz</i>	

<b>A EXPERIÊNCIA DO LUGAR</b>	
<b>O turismo em Ametista do Sul/RS e Iraí/RS.....</b>	<b>294-315</b>
<i>Sabrina Candaten, Rachel Coutinho Marques da Silva e Marcelo Motta de Freitas</i>	

<b>PERSPECTIVA ACERCA DO TERRITÓRIO,</b>	
<b>USOS, APROPRIAÇÕES, GESTÃO E AMBIENTE URBANO</b>	
<b>NO CONJUNTO HABITACIONAL LINDÓIA, EM PELOTAS/RS.....</b>	<b>316-337</b>
<i>Matheus Gomes Barbosa, Nirce Saffer Medvedovski e Mônica Regina Garcez</i>	

<b>TERESÓPOLIS</b>	
<b>“Hospedagem, Cultura e Lazer” (para quem?).....</b>	<b>338-351</b>
<i>Esther Ribeiro Costa Xavier</i>	

<b>QUALIFICAÇÃO URBANA PARTICIPATIVA CRAS SÃO GONÇALO</b>	
<b>Acolher a partir do espaço.....</b>	<b>352-365</b>
<i>Luciele Dos Santos Oliveira</i>	

<b>INFLEXÕES AMBIENTAIS ATÍPICAS EVIDENCIADAS PELA PANDEMIA COVID-19.....</b>	<b>366-387</b>
<i>James Miyamoto, Patricia Drash e José Ripper Kós</i>	
<b>MONUMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS Reflexões pedagógicas de abordagem projetual.....</b>	<b>388-399</b>
<i>Larissa Mörschbacher, Isadora Baptista Alves e Aline Montagna da Silveira</i>	
<b>A PERCEPÇÃO URBANA NA ERA DIGITAL Uma análise lógico-argumentativa.....</b>	<b>400-419</b>
<i>Ana Luiza Favarão Leão, Maria Luisa Consalter Diniz, Milena Kanashiro e Rovenir Bertola Duarte</i>	
<b>LUZ, CÂMERA, AÇÃO Salpêtrière, um espetáculo entre Luz e as sombras, ato de desterritorialização do corpo cidadão mulher.....</b>	<b>420-439</b>
<i>Anajara de Paula Terra</i>	
<b>(CON)CURSOS DE PROJETO Anotações sobre arquiteturas-outras.....</b>	<b>440-455</b>
<i>José Alberto de Oliveira Grechoniak e Ana Elísia da Costa</i>	
<b>ARQUITETURA PARA CUIDAR Uma abordagem sobre espaço, cuidado terapêutico e cidadania.....</b>	<b>456-471</b>
<i>Fernanda Corrêa da Silva e Cristhian Moreira Brum</i>	
<b>USOS E APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS NAS CIDADES DE TRÊS DE MAIO, RIO GRANDE DO SUL E RIVERA, URUGUAI.....</b>	<b>472-487</b>
<i>Ana Paula Soares Muller, Kayan Freitas de Araújo, Andrea Larruscahim Hamilton Ilha e Tatiane Vanessa Zamin</i>	
<b>CIDADES PARA QUEM? Um olhar sobre o município de Pejuçara/RS, à luz dos Doze Critérios de Jan Gehl.....</b>	<b>488-513</b>
<i>Roberta Rodrigues Valandro, Angela Pereira Barros, Tarcisio Dorn de Oliveira e Pedro Luís Büttenbender</i>	
<b>TERRITÓRIOS DE PELOTAS Cartografia de uma cidade sagrada.....</b>	<b>514-525</b>
<i>Martha Rodrigues Ferreira, Marceli Teixeira dos Santos e Louise Prado Alfonso</i>	
<b>CAMINHABILIDADE, COMPORTAMENTO E SEGURANÇA Uma avaliação das ocorrências de furto e roubo à pessoa em vias públicas de Vitória/ES.....</b>	<b>526-549</b>
<i>Liziane de Oliveira Jorge, Daniella do Amaral Mello Bonatto e Brenda Miurim Dalfior</i>	
<b>O CINEMA E A MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES Impactos no contexto urbano de Pelotas.....</b>	<b>550-561</b>
<i>Natália Toralles dos Santos Braga e Célia Helena Castro Gonsales</i>	
<b>LEISURE AND THE SENSE OF PLACE OF OLDER ADULTS IN LOW-INCOME COMMUNITIES IN BRAZIL AND THE UK.....</b>	<b>562-579</b>
<i>Gisele Pereira, Thais Libardoni, Adriana Portella, Ryan Woolrych, Judith Sixsmith, Meiko Makita, Eduardo Rocha e Tulio Souza</i>	

## parede branca

<b>AEROFRACTAL.....</b>	<b>582-583</b>
<i>Gabriela Castro</i>	
<b>UMA CIDADE COM MUITAS CÂMERAS.....</b>	<b>584-585</b>
<i>Alessandro Driê</i>	
<b>A COLÔNIA MILITAR DO ALTO URUGUAI.....</b>	<b>586-587</b>
<i>Marco Antonio Mello</i>	
<b>INTER(AÇÃO) NATUREZA URBANA.....</b>	<b>588-593</b>
<i>Letícia Pereira Paixão e Paulo Henrique dos Santos Matos</i>	
<b>CENÁRIOS DO ACOLHIMENTO E URBANISMO PARA CRIANÇAS Uma experiência cartográfica de estágio docente.....</b>	<b>594-601</b>
<i>Taís Beltrame dos Santos</i>	



Aerofractal. Foto: Felipe Sanches.

## CIDADANIA & TERRITÓRIO I

*Cristhian Moreira Brum<sup>1</sup> e Thaís Debli Libardoni<sup>2</sup>*

O lugar humano representa o espaço apropriado por meio da participação cidadã que se dissemina pelo meio político, social e cultural e que investe na resistência da hegemonia político-social-cultural. Esse complexo processo é intermeado pelas identidades dos diversos atores que dele participam e conduz à construção do significado de espaços físicos, por meio do qual eles adquirem força e constituem lugares.

Dessa forma, a noção de território aqui abordada ultrapassa as questões físicas espaciais, sendo acrescida pelas questões humanas e tudo aquilo que as afetam. Ela lida com o dinamismo urbano das apropriações e das exclusões e seus reflexos diários na cidadania dos diversos grupos sociais e sob as mais variadas formas. A amplitude dos conceitos de território e cidadania é o que permite que esta chamada percorra caminhos distintos, mas que se encontram em alguns pontos fundamentais de convergência.

Nesse contexto, o ser arquiteto é envolto de criatividade e ao mesmo tempo movido por desafios do cotidiano e intrínseco aos problemas da comunidade e às suas subjetividades. Quando suas ações são sensíveis e atentas tanto aos desejos comuns da comunidade em geral, quanto às necessidades particulares de grupos específicos, a cidade se torna um território mais democrático.

Esta chamada possui o compromisso de dar continuidade, aprofundar e ampliar discussões iniciadas durante o 3º Congresso Internacional de Cidadania, Espaço Público e Território, sediado em 2021 pela Universidade Federal de Pelotas. Organizada em duas edições, seu principal objetivo é dialogar, por meio da ciência, com as transformações da realidade urbana do território, sejam elas locais, regionais ou internacionais, a partir de uma abordagem interdisciplinar e globalizada, fortalecendo relações num objetivo comum de proporcionar novos paradigmas para a resolução dos problemas da sociedade.

1 Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI Campus de Santiago - 2009), Especialista em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA - 2010), Mestre em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM - 2012), na área de concentração de Construção Civil e Preservação Ambiental e linha de pesquisa de Conforto Ambiental. Doutor em Educação nas Ciências, na área de concentração em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ Campus de Ijuí - 2017). Desenvolveu Estágio Pós-Doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ Campus de Ijuí - 2019), nas áreas de Educação, Formação Cidadã e Arquitetura e Urbanismo. Atua como Professor do Magistério Superior - Classe A, com dedicação exclusiva, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo; Coordenador Adjunto e Professor Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/FAURB/UFPel).

2 Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (FAUrb-UFPel) (2010), é Mestra em Arquitetura e Urbanismo também pela Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU-UFPel) (2018). Em 2019 foi Pesquisadora Associada ao Laboratório de Estudos Comportamentais da Universidade Federal de Pelotas (LABCom/UFPel), ligada ao Projeto 'Place-Making with Older People: Towards Age Friendly Communities', financiado pelo Economic and Social Research Council (ESRC) -Newton Fund (UK). Em 2021 foi Bolsista de Extensão no País (CNPQ) no projeto "PlaceAge-COVID: Delivering Age-Friendly Cities to Support Social Wellbeing in Response to COVID-19". Investiga as relações ambiente-comportamento na promoção de cidades mais sustentáveis e saudáveis para o envelhecimento.

É nesta leitura que se projeta toda uma ênfase na questão relacionada à formação de pessoas e, em particular, no que diz respeito à formação acadêmica na Arquitetura e Urbanismo. O ciclo que se institui por meio de um jogo de interesses acadêmicos sociais coloca estes atores juntos na construção de um novo cenário urbano voltado para a cidadania.

Sendo assim, se faz relevante e fundamental as inserções desses atores num contexto que se inicia na sala de aula e se estende até as ações práticas na comunidade, fazendo assumir uma abordagem tanto de prática interdisciplinar, como também científica. Em ambos os casos, a busca é pela organização dos espaços para os sujeitos como ente social por excelência por meio de uma visão mais ampla e pedagógica, tendo como consequência a formação cidadã de professores, estudantes e demais sujeitos envolvidos nesta realidade.

Esta experiência busca gerar uma inter-relação para a construção de plataforma de discussão interdisciplinar que, de forma inovadora, que se utiliza de um olhar coletivo de uma região, por meio de um trabalho de campo integrado sob a forma de intercâmbio de massas intelectuais que possam contribuir com políticas de desenvolvimento científicas e tecnológicas.

Essas vivências entre a teoria e a prática permitem uma reflexão que sugere existir uma relação de interdependência entre esses dois saberes, na qual experiências práticas vão alimentando as propostas curriculares e, por sua vez, os fundamentos teóricos vão dando o encaminhamento para que essas práticas se transformem em ciência. Por isto, esta chamada vem a proporcionar um legado à comunidade e, neste ponto, a análise de como as ações aqui apresentadas podem trazer respostas que facilitem as ações de outros atores, dentro e fora das escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e exterior.

Iniciando esta edição, a sessão dedicada às entrevistas traz a valiosa visão de profissionais atuantes dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul sobre a temática "cidadania e território". André de Oliveira Torres Carrasco, Daniele Caron, Fernanda Fedrizzi Loureiro de Lima, Igor Guatelli, Jorge Mario Jáuregui, Paolo Colosso e Paulo Afonso Rheingantz utilizam suas experiências pessoais e acadêmicas para refletir sobre esses conceitos a partir de abordagens diferentes e únicas.

A segunda seção da Pixo começa com um debate conceitual sobre a noção de território proposto por Tiago Balem e Paulo Reyes em O TERRITÓRIO PARA AS PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES. Os autores utilizam concepções próprias à filosofia e à geografia para discutir práticas urbanas insurgentes.

Também com uma abordagem amparada por ferramentas inerentes à geografia, em MAPEAMENTO PARTICIPATIVO e SIG ON-LINE: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA INTEGRADA, Sinval Cantarelli Xavier, Adriana Araujo Portella e Rayn Woolrych discorrem sobre a representação visual e simbólica da realidade do território. Os autores relatam a utilização de SIG on-line na espacialização, análise e narrativa das informações produzidas durante uma oficina de mapeamento participativo realizada na cidade de Pelotas.

Em PARA OPERAR O URBANO POR DENTRO É PRECISO UMA BOA DOSE DE PAISAGEM, Gianluca Mascali Perseu e Daniele Caron promovem uma discussão acerca da configuração de imagens hegemônicas para as paisagens de orla de Porto Alegre/RS, defendendo uma abordagem política da paisagem como uma possibilidade de desnaturalizar a produção macropolítica, dominante e excludente da cidade por meio

da visibilização e autorização discursiva de outras formas de existência no território.

As atividades comerciais transitórias e suas relações com a apropriação do espaço público são destacadas por Rhaiani Vasconcellos de Almeida Trindade e Larissa Leticia Andara Ramos em ATIVIDADES COMERCIAIS TRANSITÓRIAS: DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E APROPRIAÇÕES URBANAS. E, dando seguimento às discussões sobre a apropriação do espaço urbano, Flávia Cristina Albuquerque Palhares Machado, Josemar de Campos Maciel e Dolores Pereira Ribeiro Coutinho, em A CIDADE EM CENA: MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS EM CONTEXTOS URBANOS, nos levam a refletir sobre os espaços públicos enquanto cenários de manifestações políticas, explorando suas implicações para o exercício do direito à cidade.

Em O CAVALO AZUL DA LIBERDADE: DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA E AS NOVAS RELAÇÕES ENTRE SAÚDE MENTAL E CIDADE, Ana Paula Vieceli considera a relação entre loucura e espaço urbano na contemporaneidade, percorrendo sobre a retomada do território da cidade pelo sujeito-louco e seus efeitos na prática da cidadania.

Também nos conduzindo por reflexões que margeiam o direito à cidade, em NEOLIBERALISMO VS. PÓS-MODERNISMO NO PLANEJAMENTO URBANO: A EXPANSÃO DE NOVOS LOTEAMENTOS URBANOS DIANTE DE COMUNIDADES POPULARES EM PELOTAS (BRASIL), Christiano Piccioni Toralles recorre a diferentes teorias do planejamento para analisar e discutir a coexistência de duas realidades distintas em um mesmo território, a localidade conhecida como Passo dos Negros, na cidade de Pelotas: comunidades pobres e de pescadores; e loteamentos e condomínios de alto padrão.

Nos trazendo para o contexto global atual, os dois próximos artigos estabelecem relações entre a territorialidade e as desigualdades ampliadas pela pandemia da Covid-19. Em GEOCODIFICAÇÃO DIGITAL E A COVID-19: A VELHA DISPUTA PELO TERRITÓRIO DO ATUAL URBANISMO DIGITAL NAS FAVELAS, Fabiana Izaga, Rodrigo d'Ávila, Pérola Barbosa, Arthur Melo e Giovana Paape analisam a representação desigual dos casos de Covid-19 na região de Ramos, no Rio de Janeiro. Enquanto isso, em CORPOS-URBANOS "INFECTADOS": INCORPORAÇÕES DA COVID-19 EM MACEIÓ/AL, Juliana Michaello Macêdo Dias, Aline Nicole Barbosa Ramos e Isabela Camargo Ribeiro Fidelis de Moura Marques exploram as implicações da pandemia na corporalidade humana em sua dimensão urbana e, portanto, social e coletiva. Para tanto, as autoras abordam a relação corpo-cidade e suas particularidades no uso e deslocamento por grupos específicos e marginalizados durante a pandemia.

Em SE ESSA RUA FOSSE MINHA: PRÁTICA UNIVERSITÁRIA PARA INTERVIR NA CRIAÇÃO DA CIDADE, Marina Mecabô, Ligia Maria Avila Chiarelli e Pedro Gabriel Dos Santos Erler tensionam a interface escola-cidade, para refletir sobre a cultura de uso desse espaço urbano. Para isso, os autores nos convidam a olhar para o entorno de duas escolas no centro de Pelotas/RS.

Atentando para o papel das paisagens sonoras na produção do território, JOGOS DIGITAIS COMO ESPAÇOS DE EXPRESSÃO SOBRE AS MEMÓRIAS SONORAS DE UM LUGAR: UM ESTUDO APLICADO A UM PATRIMÔNIO CULTURAL PELOTENSE de Raquel Silveira da Silva e Adriane Borda, objetiva utilizar e pensar o som, característico de um tempo e lugar, como elemento singular e ativador de memórias sobre um patrimônio cultural.

Em TERRITÓRIO DE SUBJETIVIDADES: ENTRE OS CONDOMÍNIOS FECHADOS E A CIDADE, Carolina Magalhães Falcão e Eduardo Rocha observaram o cotidiano

dos moradores de um condomínio fechado, na cidade de Pelotas. Os autores buscam entender como esses indivíduos adaptaram suas vidas dentro do desenho normalmente igual oferecido pelo projeto e de que forma isso impactou em suas relações com os territórios externos.

O território é abordado a partir de suas diferentes camadas temporais em VIVÊNCIAS DO GRUPO MAPEANDO MEMÓRIAS: AS LINHAS ART DÉCO COMO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Anelis Rolão Flôres, Bibiana Torres Moreira, Manuela Kelling e Francisco Queruz traçam um pequeno percurso na Avenida Rio Branco de Santa Maria, com o objetivo de detectar os detalhes das edificações Art Déco. Os autores aproximam, por meio da *collage*, os conceitos de patrimônio, memória e construção de uma identidade local.

Por meio de estudos de caso em duas cidades do noroeste do Rio Grande do Sul, Sabrina Candaten, Rachel Coutinho Marques da Silva e Marcelo Motta de Freitas exploram questões relacionadas ao planejamento urbano e turístico, enaltecendo as características identitárias, relacionais, históricas e culturais do lugar na experiência dos indivíduos em A EXPERIÊNCIA DO LUGAR: O TURISMO EM AMETISTA DO SUL/RS E IRAÍ/RS.

Em PERSPECTIVA ACERCA DO TERRITÓRIO, USOS, APROPRIAÇÕES, GESTÃO E AMBIENTE URBANO NO CONJUNTO HABITACIONAL LINDÓIA, EM PELOTAS/RS, Matheus Gomes Barbosa, Nirce Medvedovski e Mônica Regina Garcez analisam aspectos arquitetônicos, modos de uso cotidiano, gestão e inadequações urbanas do Conjunto Habitacional Lindóia, através de uma metodologia baseada na pós-ocupação.

A seguir, Esther Ribeiro Costa Xavier aborda o paradoxo que se estabelece entre territórios urbanos e rurais de Teresópolis, Rio de Janeiro, devido ao seu caráter turístico. TERESÓPOLIS: "HOSPEDAGEM, CULTURA E LAZER" (PARA QUEM?) retrata a aplicação da metodologia Compartimentação da Paisagem em uma cartografia crítica, destacando vulnerabilidades e o prejuízo ao acesso a direitos básicos da população do campo.

Dando prosseguimento à discussão sobre vulnerabilidade e acesso à cidade, Luciele dos Santos Oliveira apresenta o projeto participativo de requalificação de um espaço aberto de um prédio público com função de assistência social. QUALIFICAÇÃO URBANA PARTICIPATIVA CRAS SÃO GONÇALO: ACOLHER A PARTIR DO ESPAÇO visa incentivar o uso e a apropriação do espaço por famílias em situação de vulnerabilidade social.

Na atualidade, as apropriações dos espaços urbanos foram afetadas drasticamente pelas restrições da pandemia. Nesse cenário contemporâneo, em INFLEXÕES AMBIENTAIS ATÍPICAS EVIDENCIADAS PELA PANDEMIA COVID-19, James Miyamoto, Patricia Drach e José Ripper Kós discutem como a atuação humana impulsiona alterações no sistema ecológico do planeta, mais especificamente no sistema atmosférico no meio urbano.

A complexidade do território urbano frente às problemáticas contemporâneas também aparece em MONUMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS: REFLEXÕES PEDAGÓGICAS DE ABORDAGEM PROJETUAL. Larissa Mörschbacher, Isadora Baptista Alves e Aline Montagna da Silveira debatem estratégias de ensino para preparar universitários para trabalhar com bens de valor cultural a partir de uma visão crítica sobre a sua realidade.

Em A PERCEPÇÃO URBANA NA ERA DIGITAL: UMA ANÁLISE LÓGICO-ARGUMENTATIVA, os reflexos da contemporaneidade no território urbano são

discutidos a partir do impacto das novas tecnologias digitais. Ana Luiza Favarão Leão, Maria Luisa Consalter Diniz, Milena Kanashiro e Rovenir Bertola Duarte debatem a percepção do meio urbano com o advento das transformações e inserções das ferramentas digitais.

Relacionando o corpo mulher e seu território cidadão, Anajara de Paula Terra discute saberes, fortalecendo a importância do laço social estabelecido no respeito à diferença e na garantia de se estar cidadão em LUZ, CÂMERA, AÇÃO: SALPÊTRIÈRE, UM ESPETÁCULO ENTRE LUZ E AS SOMBRAS, ATO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DO CORPO CIDADÃO MULHER.

Em (CON)CURSOS DE PROJETO: ANOTAÇÕES SOBRE ARQUITETURAS-OUTRAS, José Alberto de Oliveira Grechoniak e Ana Elísia da Costa partem da premissa de que adotar procedimentos participativos e inclusivos e buscar resultados processuais e abertos em concursos de projeto, pode garantir o acesso à cidadania e o consequente direito à cidade. Para tanto, os autores analisam dois estudos de caso, o Mercado Distrital do Cruzeiro, em Minas Gerais (2011) e o Mercado Público de Lages, em Santa Catarina (2014).

Buscando aprofundar conhecimentos sobre a relação entre a arquitetura, cuidados paliativos e cidadania, Fernanda Corrêa da Silva e Cristhian Moreira Brum apresentam uma revisão bibliográfica sobre esses conceitos em ARQUITETURA PARA CUIDAR: UMA ABORDAGEM SOBRE ESPAÇO, CUIDADO TERAPÊUTICO E CIDADANIA.

Em USOS E APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS NAS CIDADES DE TRÊS DE MAIO, RIO GRANDE DO SUL E RIVERA, URUGUAI, Ana Paula Soares Muller, Kayan Freitas de Araújo, Andrea Larruscahim Hamilton Ilha e Tatiane Vanessa Zamin destacam a importância e necessidade de espaços públicos nas cidades para a qualidade de vida e o direito à cidadania. Os autores investigam os usos e apropriações em espaços públicos em uma cidade brasileira e em uma cidade uruguaia. E, estendendo as investigações sobre a apropriação dos espaços públicos urbanos, em CIDADES PARA QUEM? UM OLHAR SOBRE O MUNICÍPIO DE PEJUÇARA/RS, À LUZ DOS DOZE CRITÉRIOS DE JAN GEHL, Roberta Rodrigues Valandro, Angela Pereira Barros, Tarcisio Dorn de Oliveira e Pedro Luís Büttgenbender analisam três praças municipais no Município de Pejuçara/RS por meio dos 12 critérios que potencializam a qualidade de um espaço público, segundo Jan Gehl.

Uma Pelotas Sagrada é introduzida em TERRITÓRIOS DE PELOTAS: CARTOGRAFIA DE UMA CIDADE SAGRADA. Martha Rodrigues Ferreira, Marcell Teixeira dos Santos e Louise Prado Alfonso apresentam uma ferramenta visual que traz outra concepção de Sul e de cidade, tornando menos abstrata a Pelotas Macumbeira, Batuqueira, Umbandista, Quimbandista, Candomblecista, presente apenas na oralidade e na imaginação de grupos específicos.

Abordando a correlação entre criminalidade e aspectos urbanísticos, Liziane de Oliveira Jorge, Daniella do Amaral Mello Bonatto e Brenda Mirium Dalfior analisam os crimes patrimoniais contra a pessoa em vias públicas de Vitória-ES e suas consequências na qualidade de vida e na apropriação do território urbano em CAMINHABILIDADE, COMPORTAMENTO E SEGURANÇA: UMA AVALIAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE FURTO E ROUBO À PESSOA EM VIAS PÚBLICAS DE VITÓRIA/ES.

Em seguida, Natália Toralles dos Santos Braga e Celia Helena Castro Gonsales retratam o cinema como atividade urbana em Pelotas. O trabalho intitulado O CINEMA E A MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES: IMPACTOS NO CONTEXTO URBANO DE PELOTAS apresenta um material teórico que posiciona a cidade de Pelotas no contexto

de avanços científicos, artísticos e urbanísticos da virada do século e discute seus reflexos no território urbano.

A partir de contextos sociais, culturais e econômicos diversos, Gisele Pereira, Thaís Libardoni, Adriana Portella, Ryan Woolrych, Judith Sixsmith, Meiko Makita, Eduardo Rocha e Tulio Souza produzem uma reflexão sobre como a participação dos adultos mais velhos no lazer apoia o desenvolvimento do senso de lugar dentro de suas comunidades no Reino Unido e no Brasil em LEISURE AND THE SENSE OF PLACE OF OLDER ADULTS IN LOW-INCOME COMMUNITIES IN BRAZIL AND THE UK.

Encerrando esta edição, a seção Parede Branca apresenta três curtas metragens que foram exibidos durante o 3º Congresso Internacional de Cidadania, Espaço Público e Território. Em AEROFRACTAL, Gabriela Castro mostra como o voo de uma escultura em formato de tetraedro promoveu a apropriação espontânea e coletiva da Praça Mauá, na cidade do Rio de Janeiro. Já em UMA CIDADE COM MUITAS CÂMERAS de Alessandro Driê, o território urbano de Juiz de Fora, Minas Gerais, é observado por meio da objetividade e da “frieza” das câmeras posicionadas e disponibilizadas pela Secretaria de Transportes e Trânsito (SETTRA). O curta de animação experimental retrata a cidade tomada por automóveis e o distanciamento desses dispositivos em relação às pessoas. E, com uma abordagem histórica sobre o território, A COLÔNIA MILITAR DO ALTO URUGUAI de Marco Antonio Mello relata a importância estratégica dessa construção próxima ao município de Palmeira das Missões, às margens do Rio Uruguai, para o controle do território gaúcho.

Ainda nessa seção, Leticia Pereira Paixão e Paulo Henrique dos Santos Matos nos apresentam a arte periférica em São Paulo durante a pandemia como forma de protesto e a normalização do ato de se movimentar, e seus efeitos na vida cotidiana em INTER(AÇÃO) NATUREZA URBANA. e finalmente, em CENÁRIOS DO ACOLOHIMENTO E URBANISMO PARA CRIANÇAS: UMA EXPERIÊNCIA CARTOGRÁFICA DE ESTÁGIO DOCENTE, Taís Beltrame dos Santos nos conduz para sala de aula, onde se desenrola uma experiência de atividade cartográfica com crianças, delineada através do imaginário sobre os espaços públicos.

Destacamos também que as capas que compõem nossa edição são do trabalho do Processo Projetual do AEROFRACTAL, de autoria da arquiteta e urbanista Gabriela Castro, no qual manifestamos nossos sinceros agradecimentos.

Agradecemos a todos aqueles que fizeram parte dessa edição. Todas as contribuições, em seus vários ângulos, formas e perspectivas ajudam a ver a temática do território e da cidadania através da amplitude de sua abrangência, porém tomando consciência da complexidade e relevância de suas particularidades.

Desejamos a todos uma boa leitura.



# TERRITÓRIOS E PERTENCIMENTO

## TERRITORIES AND BELONGING

**André de Oliveira Torres Carrasco<sup>1</sup>, Daniele Caron<sup>2</sup>,  
Fernanda Fedrizzi Loureiro de Lima<sup>3</sup>, Igor Guatelli<sup>4</sup>,  
Jorge Mario Jáuregui<sup>5</sup>, Paulo Afonso Rheingantz<sup>6</sup>,  
Paolo Colosso<sup>7</sup>, Danielle Lima<sup>8</sup>, Eduardo Rocha<sup>9</sup>,  
Isabella Khauam Maricatto<sup>10</sup>, Jordana Berchon<sup>11</sup>,  
Maitê Moreira<sup>12</sup>, Paula Pedreira Del Fiol<sup>13</sup> e Vanessa Konflanz<sup>14</sup>**

### Apresentação

A 22ª Edição da Revista Pixo aborda a temática “Cidadania e Território”, conta com entrevistas que discorrem sobre a visão e experiência de sete profissionais da área. As entrevistas escritas, realizadas por e-mail, contaram com a colaboração de atuantes de diferentes estados brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O objetivo desse encontro discursivo foi compilar reflexões, conceituações e proposições práticas sobre a temática vigente. Para tanto, cinco perguntas foram enviadas para os entrevistados: 1 - O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”? 2 - Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista? 3 - Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”? 4 - Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”? E, por fim, a quinta pergunta - Indicaria alguém para ser entrevistado sobre a temática “cidadania e território”?

Tenha uma excelente leitura!

### Entrevistadoras

Danielle Lima, Maitê Moreira e Vanessa Konflanz

1 Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, pós-doutorado pela Universidade Federal de Pelotas.

2 Doutora em Urbanismo pela Universidad Politècnica da Catalunya.

3 Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas.

4 Doutor em filosofia moderna francesa FFLCH-USP, com pós-doutoramento pelo laboratório de Filosofia e Urbanismo GERPHAU ENSA (Ecole Nationale Supérieure D'Architecture) Paris.

5 Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

6 Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-doutorado no City and Regional Planning Department, California Polytechnic State University, San Luis Obispo.

7 Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo.

8 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.

9 Doutor em Arquitetura pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pós-Doutorado na Università Roma Tre, Itália.

10 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo na linha de pesquisa Urbanismo Contemporâneo (PROGRAU/UFPel) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Especialização em Artes (PPGA/ UFPel). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UEL.

11 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo na linha de pesquisa Urbanismo Contemporâneo (PROGRAU/UFPel). Arquiteta e Urbanista pelo Centro Universitário Ritter dos Reis.

12 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.

13 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo na linha de pesquisa Urbanismo Contemporâneo PROGRAU/UFPel. Arquiteta e Urbanista pela mesma universidade. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

14 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.

### Roteiro

Isabella Maricatto, Jordana Berchon, Paula Pedreira Del Fiol e Eduardo Rocha

### Edição

Danielle Lima, Maitê Moreira, Vanessa Konflanz

### Revisão

Isabella Maricatto, Jordana Berchon, Paula Pedreira Del Fiol

### Entrevistados

**André de Oliveira Torres Carrasco** — Professor Adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Professor permanente do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Membro dos Grupos de Pesquisa CNPq “Cidade + Contemporaneidade” e “Grupo de Estudos de Urbanismo Contemporâneo”. Professor Substituto (2015) na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, instituição na qual também desenvolveu pesquisas de Pós Doutorado no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES (2014-2015). Professor de Projeto Urbano e Projeto de Arquitetura da Cátedra Fernandez Castro na Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo da Universidad de Buenos Aires (2012-2013). Professor substituto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria-RS (2009-2011). Doutor em Arquitetura e Urbanismo (2011) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com tese defendida na área de concentração Projeto, Espaço e Cultura. Mestre em Arquitetura e Urbanismo (2005) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com dissertação defendida na área de concentração Estruturas Ambientais Urbanas. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2000).

**Daniele Caron** — Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000). Mestrado em Urbanismo pela Universidad Politècnica da Catalunya (2010). Doutorado em Urbanismo pela Universidad Politècnica da Catalunya (2017), com período sanduíche Programa de Pós Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010-2011) e no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014-2015). Docente e pesquisadora na Faculdade de Arquitetura e no PROPUR - linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É coordenadora do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Margem\_Laboratório de narrativas urbanas desde 2019, pesquisadora do PAGUS - Laboratório da Paisagem (Instituto de Geociências - Departamento de Geografia) desde 2012, e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Cidade [In] Pensada (2020), todos vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é representante do PROPUR na RED DOCASUR - Rede de Doutorados em Arquitetura e Urbanismo de Universidades Públicas Sul-Americanas. Se dedica ao estudo da narrativa como perspectiva epistemológica para os estudos urbanos, entrecruzando diversas áreas de interesse: paisagem em uma abordagem crítica; gênero e interseccionalidades; lutas urbanas e práticas insurgentes; espaço público e territorialidades dissidentes. Atualmente coordena pesquisa com objetivo de investigar os argumentos que agenciam a dimensão pública da paisagem urbana de Porto Alegre/RS a partir de narrativas que se constituem à margem da produção urbana hegemônica da cidade. Tem experiência técnica na área de patrimônio histórico e cultural, projetos urbanos e planejamento urbano e regional.

**Fernanda Fedrizzi Loureiro de Lima** — Doutoranda em Artes Visuais, na linha de pesquisa de Poéticas Visuais - Linguagens e contextos de criação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAV/UFRGS). Mestra em Artes Visuais (2020), na linha de pesquisa Processos de Criação e Poéticas do Cotidiano, pela Universidade Federal de Pelotas (PPGAVI/UFPel) com bolsa Capes. Especialista em Design Estratégico e bacharela em Arquitetura e Urbanismo (2013) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bacharelada em História da Arte na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi bolsista pelo programa UNIBRAL II/ CAPES/DAAD estudando Arquitetura e Urbanismo na Detmolder Schule für Architektur und Innenarchitektur, da Ostwestfalen-Lippe University of Applied Sciences (HS-OWL), em Detmold, na Alemanha (2012) e também na Sungkyunkwan University, em Seul, na Coreia do Sul, onde cursou Architectural Design and the Natural Environment, com bolsa cedida pela UNISINOS (2013). Participa dos projetos de pesquisa Lugares-livro: dimensões materiais e poéticas e Poéticas NO Espaço: investigações, proposições de formas de presença (CA/PPGAVI/UFPel), e Formas de pensar a escultura - Perdidos no Espaço (IA/PPGAV/UFRGS). Dedicada a pesquisa teórico-prática à palavra e à cidade, refletindo sobre a língua e a linguagem e a materializa por meio de impressos e publicações através da Editora Certerrada, um projeto editorial independente.

**Igor Guatelli** — Professor pesquisador adjunto da graduação e professor do PPGAU da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pesquisador Associado do Laboratório GERPHAU-ENSA Paris-La Villette e Université Paris 8. Autor do livro “Arquitetura dos entre-lugares - sobre a importância do trabalho conceitual”, Senac, 2012. Líder do grupo de pesquisa Cidade e Arquitetura e Filosofia, com pesquisas financiadas pela MSH-Paris Nord e Fundo Mackenzie de pesquisa. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1991), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1999), Doutor em filosofia moderna francesa [área de concentração Língua e Literatura Francesa] com o tema Arquitetura e Pós-estruturalismo francês - FFLCH-USP (2005) com pós-doutorado (2011-2012) pelo laboratório de Filosofia e Urbanismo GERPHAU ENSA (Ecole Nationale Supérieure d'Architecture) Paris - La Villette, laboratório de “3o. cycle” vinculado à Université Paris VIII. Consultor Ad-Hoc FAPESP. Conhecimento nas áreas de teorias da Arquitetura e Urbanismo contemporâneos, novos processos de territorialização urbana, além de Projetos de Edificação. Atua, principalmente, nos seguintes temas: desconstrução, filosofia pós-estruturalista, condensadores urbanos, novos processos de territorialização.

**Jorge Mario Jáuregui** — Formou-se arquiteto pela Universidad Nacional de Rosario e arquiteto-urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Reside no Rio de Janeiro, Brasil, onde tem seu escritório. É Investigador Associado ao Laboratório de Morfologia da Universidad de Buenos Aires SICy T – FADU / UBA desde 2002. É professor convidado de numerosas faculdades de arquitetura na América Latina, Europa e EUA. Grande Prêmio da IV Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, Brasil, em 1999. Primeiro Prêmio de Investigação da II Bienal Ibero-americana de Santiago do Chile, em 2002. Expositor invitado da World Exhibition of Contemporary Art, 12 Documenta, Kassel, 2007. Trabalha no tema da habitação de interesse social e suas implicações urbanísticas, arquitetônicas e ambientais. Investiga sobre a qualificação das periferias urbanas, considerando as articulações entre Planejamento Estratégico e Desenho Urbano desde um ponto de vista prospectivo; sobre Genética Urbana, habitação evolutiva e ecogênese.

**Paolo Colosso** — Paolo Colosso é professor no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde coordena o Programa de Pós-Graduação (ago 2020- jul 2022). Estudou na École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble(2004-2005), graduou-se em Arquitetura e

Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2006). Tem graduação em Filosofia pela Unicamp (2012), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo(2015), onde desenvolveu também sua tese de doutoramento(2015-2019). Em 2018 realizou estágio supervisionado por Michael Löwy na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris. É membro do grupo Teoria Urbana Crítica no Instituto de Estudos Avançados(IEA) da USP e do laboratório Indisciplinar da EA-UFGM. Autor do livro Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business( Annablume, 2017). Publica textos de situação e análises de conjuntura nos sites de Carta Capital, Outras Palavras e GGN-Luis Nassif. Junto à rede BrCidades, ganhou prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte, na categoria Urbanidade(2019). Trabalha com questões de produção social do espaço, Direito à Cidade, desenvolvimento urbano, movimentos sociais urbanos, gestão compartilhada e bens comuns.

**Paulo Afonso Rheingantz** — Arquiteto, Doutor em Engenharia de Produção (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Pós-doutorado no City and Regional Planning Department, California Polytechnic State University, San Luis Obispo. Professor Colaborador Voluntário do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro [nov 2012-Atual] e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas [jul2019-dez2021]; Professor Visitante Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas [out2018 - jun2019]; Professor Visitante Nacional Senior/Capes do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas [out/2014-set2018]. Co-autor dos livros Projeto do Lugar (2002) O Lugar do Projeto (2007), Observando a Qualidade do Lugar (2009), O Lugar do Pátio Escolar no Sistema de Espaços Livres (2011), Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: controvérsias e ressonâncias em coletivo urbanos (2012), Projetos Complexos e Seus Impactos na Cidade e na Paisagem (2012), Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: modos de ser e viver as cidades (2016), Do Espaço Escolar ao Território Educativo: O Lugar da Arquitetura na conversa da Escola de Educação Integral com a cidade (2016). Temas de interesse: Ensino de Projeto de Arquitetura, Avaliação Pós-Ocupação e Qualidade do Lugar na perspectiva dos estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS). Bolsista produtividade 1D CNPq. Lidera o Grupo de Pesquisa Lugares e Paisagens.



## André Carrasco

**Revista Pixo:** O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

**André Carrasco:** Se considerarmos a noção clássica de cidadania, aquela consagrada pelas democracias liberais ocidentais, pautada, no geral, pelos termos da declaração dos direitos dos homens, e no particular, pela intenção de institucionalizar a ideia de que haveria um acesso universal à direitos sociais, econômicos e políticos e às garantias jurídicas fundamentais, podemos considerar que no contexto brasileiro tal noção realiza-se essencialmente como negatividade.

Isso significa que, em nossa sociedade, a cidadania se realiza como não-cidadania, e conseqüentemente, como não-liberdade, não-igualdade, não-direitos, não-garantias, etc... Portanto, a noção de cidadania pode ser compreendida como uma formulação crítica - no sentido de representar um estado crônico de crise das possibilidades de sua realização, – e abstrata – na medida em que ela não consegue se manifestar a não ser como discurso. Em resumo, significa que quanto mais nos referimos à noção de cidadania, quanto mais a reivindicamos nos termos expostos anteriormente, mais nos afastamos da possibilidade de sua realização plena.

Tal interpretação deriva da compreensão de que esta noção se trata, na verdade, de uma relação social. E enquanto relação social, por ser historicamente constituída, ela assume os limites e contradições do contexto que condiciona sua realização.

E por isso, é possível tratar como uma impossibilidade o fato de que uma relação social – ou ideia – conformada originalmente em um contexto metropolitano (termo aqui utilizado no contexto da relação metrópole – colônia) se realize plenamente em uma sociedade formada sob o peso da colonização e suas determinações, entre elas, a naturalização da desigualdade, da violência, e entre estas violências, as mais perversas e de conseqüências mais longevas, como a escravização de seres humanos e o genocídio de povos originários.

Desse modo, penso que a noção clássica de cidadania, construída, imposta e assumida localmente a partir de uma perspectiva de submissão à uma ideologia colonialista, deva ser criticada e sistematicamente negada, para tornar possível sua superação. É preciso criar as condições para que se possa estabelecer uma perspectiva própria, historicamente situada, relativa ao reconhecimento e ampliação de direitos, e que considere, necessariamente, o caráter estrutural da desigualdade e violência em nossa sociedade, a legitimidade de uma postura de insubordinação diante deste cenário e a compreensão de que qualquer direito – ou noção que envolva estes direitos - somente

existe se ele se realiza de forma concreta e efetivamente universal.

Em relação a ideia de território, também penso que devemos compreendê-la como uma relação social historicamente constituída. E, se vivemos em um contexto no qual podemos considerar que todas as relações sociais são condicionadas pelas determinações de uma sociedade mundial produtora de mercadorias, estas também incidem sobre o território, que passa a apresentar-se fundamentalmente como território do capital.

Desse modo, o território assume, simultaneamente, os pressupostos e objetivos do capital e seus limites e contradições internas, constituindo-se tanto como suporte para formas avançadas de produção, apropriação e acumulação quanto como lugar de crítica e subversão de sua própria natureza, pressupostos e objetivos. Finalmente, parece evidente que os termos dessa contradição não se desenvolvem em uma relação de equilíbrio, na medida em que o caráter instrumental do território prevalece como regra

**Revista Pixo:** Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

**André Carrasco:** Considerando o que foi exposto anteriormente, penso no âmbito da arquitetura e urbanismo, tanto como campo do conhecimento quanto como atuação profissional, prevalece certo consenso em torno do caráter positivo da noção de cidadania, posição que, do meu ponto de vista, promove o acirramento da crise desta ideia, comprometendo a construção de uma abordagem mais complexa que poderia levar à sua superação e a uma disputa mais efetiva pelo reconhecimento e ampliação de direitos. Em relação ao território, a arquitetura e urbanismo, enquanto atividade produtiva, salvo raras exceções, alinha-se a uma perspectiva que naturaliza a compreensão do território enquanto território do capital.

Em relação ao papel do arquiteto e urbanista creio que não pode ser outro que não seja o de sujeito de um movimento de crítica, explorando e aprofundando as contradições de seu campo de atuação que envolvam estas noções, de modo a superar idealizações ingênuas e assim construir alternativas para enfrentar estas perspectivas hegemônicas e as formas como elas se expressam no espaço urbano.

**Revista Pixo:** Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”?

**André Carrasco:** Conforme exposto anteriormente, por considerar que a noção de cidadania traz consigo importantes limitações tanto para sua realização quanto para sua apropriação em uma reflexão teórica, eu não costumo fazer referência a essa formulação. Minha posição tem sido, tanto nos trabalhos críticos quanto naqueles que envolvem o projeto, apontar diretamente quais direitos que estão em disputa, em sua expressão mais concreta: direito à moradia, à localização, ao reconhecimento de manifestações culturais e formas urbanas não hegemônicas, à não-violência institucional, etc. Como estas disputas ganham contornos próprios de acordo com cada contexto, a forma de abordagem sobre estes direitos e sua elaboração teórica e concreta devem ser necessariamente adaptadas à cada situação, algo que considero essencial no processo de se estabelecer novas referências para se pensar e atuar sobre o cenário atual de não-direitos que caracteriza a sociedade brasileira.

Por outro lado, a noção de território tem sido utilizada nas minhas experiências acadêmicas e projetuais desde pelo menos o período de desenvolvimento do meu mestrado, estando presente até hoje. Reconhecendo o caráter contraditório dessa relação social, meu trabalho busca enfatizar tal compreensão crítica, explorando os

termos dessa contradição que sugerem possibilidades de subversão de algumas categorias que a constituem, como por exemplo, a propriedade privada da terra e a própria ideia de projeto. Esse exercício exploratório vem se desenvolvendo tanto na teoria quanto em experiências projetuais. No primeiro caso, a crítica pode ser desenvolvida com mais liberdade, pois o trabalho intelectual ainda conta, para o bem ou para o mal, com certa autonomia. No segundo, o trabalho necessariamente será constrangido pela realidade política, social e econômica do contexto, exigindo daqueles que participam do processo de projeto alguma perspicácia para encontrar e trabalhar sobre as brechas e fissuras produzidas pelo choque entre o território instrumental do capital e aquele que pretende se contrapor à sua lógica, em um processo bastante desafiador.

**Revista Píxo:** Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”?

**André Carrasco:** Não diria que representam necessariamente avanços, mas sim experiências nas quais foram possíveis desenvolver um trabalho teórico e projetual consistente a partir das elaborações e argumentos expostos nas questões anteriores: o Plano Popular da Estrada do Engenho (desenvolvido pelo EMAU – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – da FAUrb) e o Plano Popular do Corredor das Tropas/ Passo dos Negros (desenvolvido pelo grupo da Residência AU+E – Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade - UFBA/UFPe).

**Revista Píxo:** Indicaria alguém para ser entrevistado sobre a temática “cidadania e território”?

**André Carrasco:** Indico a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karina Leitão<sup>15</sup>(FAU USP)<sup>16</sup> e o Prof. Dr. Glauco Roberto Gonçalves<sup>17</sup> (CEPAE/UFG)<sup>18</sup>.

15 Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará - UFPA (1999), Mestrado pelo Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo - PROLAM-USP (2004) e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP (2009). Desde 2002, é pesquisadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP, que coordenou entre janeiro de 2016 e março de 2020. Tem focado suas pesquisas em Habitação Popular, Planejamento Urbano e Regional, Gestão Municipal, Políticas Públicas Urbanas e Impactos de Grandes Projetos.

16 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo. Disponível em: <<https://www.fau.usp.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.

17 Professor adjunto da Universidade Federal de Goiás. Doutor e Mestre em Geografia Humana na Universidade de São Paulo. Bacharelado e licenciatura em Geografia na Universidade de São Paulo. Foi bolsista de doutorado da Fapesp e de mestrado do CNPq. Suas pesquisas envolvem o urbano, o cotidiano e o lúdico, bem como o entendimento crítico dos espaços escolares, da educação tradicional e da mercantilização da educação. É membro do grupo de estudos e pesquisas "Geografia Urbana: a vida cotidiana e o urbano" do Laboratório de Geografia Urbana da USP. Coordena o grupo de estudos e pesquisas "Desescolarização e direito à cidade" no CEPAE-UFG. É membro do LUDENS-USP (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre o Futebol e Modalidades Lúdicas). É colunista da revista *Ermira Cultura*. Docente permanente do Programa de Pós Graduação Ensino na Educação Básica - CEPAE UFG e do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Habitat e Expressões Culturais do Núcleo Interdisciplinar de Patrimônios, Artes e Memórias -Museu Antropológico -UFG.

18 Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação é uma unidade acadêmica da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<https://www.cepae.ufg.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.



### Daniele Caron

**Revista Píxo:** O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

**Daniele Caron:** Minhas pesquisas têm se debruçado mais sobre as analogias conceituais e operativas entre paisagem e narrativa, e mais recentemente sobre a dimensão pública e comum da paisagem urbana. Entretanto, essa temática vem sendo costurada com as territorialidades excluídas e/ou em processos de apagamento, devido à ausência de políticas públicas que visem o bem estar social de grupos e/ou comunidades vulneráveis em termos de gênero, raça, classe, entre outros marcadores.

Entendo que o território só pode ser pensado a partir dos processos de disputa que o constituem histórica e cotidianamente. O reconhecimento da conflituosidade e da diferença como condição intrínseca ao urbano é fundamental para o entendimento do território, o qual está ligado às suas dinâmicas de uso. Milton Santos<sup>19</sup>, já nos alertava para essa questão dizendo que o território deve ser entendido como território usado, ou seja, carregado de sentidos dados por relações de complementaridade e conflito. Esse pensamento de Santos nos conduz à ideia de que, se por um lado os sujeitos que formam parte de grupos hegemônicos concebem o território como recurso – matéria a ser explorada, por outro, os grupos subalternizados, excluídos e estigmatizados, tem o território como abrigo – conjunto de ações, com o qual desenvolvem uma infinidade de táticas e estratégias para sobrevivência.

Pensar território nos remete ao sentido de pertencimento, e esse pertencimento por sua vez é condicionado por dinâmicas de poder. O poder de grupos hegemônicos sobre grupos subalternizados, se expressa no território como espaço uma vez que opera delimitações, circunscreve e estigmatiza comunidades. Esse mesmo poder opera o desmonte do sentido de pertencimento quando não reconhece o tempo de uso, as memórias e as narrativas que constituíram determinado território, forçando transformações urbanas excludentes, convocadas pelo capital financeirizado que fabrica paisagens em poucos meses. Esta velocidade é própria da ordem liberal democrática, que segundo Raquel Rolnik<sup>20</sup>, pauta a organização das economias e sociedades em seus vínculos com o território desde o período do Iluminismo (2019). À

19 Em suas obras: SANTOS, Milton et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: *XII Encontro Nacional de Geógrafos*. Florianópolis: 2000. p.1-13. 52. SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, et al. *Território, Territórios* - ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. p. 13-21.

20 ROLNIK, Raquel. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. *Revista Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, jul-out 2019. p. 18-45.

aliança entre Estado e mercado que opera em grande medida a governabilidade das cidades, não interessam os tempos das práticas cotidianas que fazem acontecer a vida em territórios considerados ‘irregulares’, ‘informais’, ‘espontâneos’, ‘marginalizados’. O apagamento de territorialidades engendradas ao longo de décadas de uso desses territórios, eliminam os espaços que abrigam o outro. Esse imenso outro que não está incluído nas possibilidades da vida urbana capitalizada, esse outro permanentemente destituído de direitos por questões de raça, gênero e classe social, e que disputa os territórios desestabilizando a ordem dominante vigente. O sentido de pertencimento, portanto, está alicerçado na identificação com o território que lhe é familiar e de direito, ainda que esse direito seja constantemente ameaçado pelas dinâmicas capitalistas que regem a vida das cidades na atualidade.

A cidadania é exercida quando existe condição para esse pertencimento e para que o sujeito, o coletivo, a comunidade, possam ser visíveis naquele território. A visibilidade pode ser pensada como reconhecimento desse pertencimento. Se pertencço a esse território e se ele me pertence, meu corpo e minhas ações possibilitam a visibilidade dos sentidos e significados convocados pelos meus modos de viver o mundo. A cidadania se dá a partir da condição de possibilidade do pertencimento e da visibilidade. A cidadania é o reconhecimento do sujeito enquanto cidadão que, inserido na trama do espaço urbano pleno de confrontos, tem seu direito à existência garantido podendo usufruir das funções, serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas.

Dito isso, entendo que a cidadania se dá na medida em que se tem a garantia do território usado e da visibilidade possível para o corpo individual e coletivo que opera cotidianamente a cidade e nela deposita suas memórias, seus vestígios, suas experiências de vida.

**Revista Pixo:** Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

**Daniele Caron:** A modernidade deixou marcas definitivas na cidade. Tanto a arquitetura como o urbanismo formam parte do projeto de vida moderna que diz de determinadas vidas em detrimento de outras, e isso vale também para as existências não humanas. Pensar a cidade como um emaranhado de histórias nos auxilia a entender o papel da arquitetura e do urbanismo ao longo do tempo, e o quanto eles podem condicionar a vida em conjunto.

A arquitetura e o urbanismo que se desenvolvem a partir da capitalização da vida, lógica engendrada na modernidade, operam a partir de uma visão antropocênica e androcênica, uma existência universal devastadora, que vem apagando, rejeitando e assujeitando todas as outras. De um lado, um fazer cidade que está pautado por processos de subjetivação dominantes, enraizados em sistemas de opressão; na outra ponta, a própria materialidade dos objetos construídos legítima e torna-se agente ativo nesses processos que tem violentado as territorialidades não hegemônicas. Na medida em que o pensar-território nos leva a pensar relações desiguais de poder, me parece que o papel das/os operadoras/os do conhecimento, incluindo aqui planejadoras/os, arquitetas/os e urbanistas/os, é pautar modos de ver-pensar-fazer cidades a partir da ruptura do regime discursivo que exclui as existências que escapam a essa universalidade. É desenvolver modos e metodologias dispostas à uma escuta ativa dos sujeitos, comunidades e territórios que perfazem a cidade cotidianamente, cujos direitos humanos e urbanos vem sendo histórica e sistematicamente suprimidos.

É envolver-se em processos de emancipação social e política que se instauram no cotidiano dessas comunidades e que fabulam um comum, ainda que provisório, reivindicando o direito à cidade. A partir desse envolvimento com as experiências e as



táticas de vida que tensionam a vida capitalizada e ousam um dizer-cidade para além da lógica neoliberal e colonial, arquitetas/os e urbanistas/os podem encontrar-se com saberes que vão do cotidiano à ancestralidade, e que podem e devem desestabilizar a disciplina a fim de afirmar uma ética planetária e uma política da partilha.

**Revista Pixo:** Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”?

**Daniele Caron:** O grupo de pesquisa Margem\_Lab<sup>21</sup> de narrativas urbanas, vinculado ao PROPUR/UFRGS que coordeno desde 2019, vem desenvolvendo pesquisas e projetos de extensão que, de um modo ou de outro, acabam tocando nessa temática. Atualmente, a pesquisa da mestrande Bárbara Rodrigues Marinho<sup>22</sup> (2022) trabalha sobre o conceito de corpo-território<sup>23</sup> (GAGO, 2020) na Casa de Referência Mulheres Mirabal (Porto Alegre/RS), uma ocupação urbana que vem protagonizando e fortalecendo a luta contra violência com as mulheres. Tal como um território de confrontação, a Mirabal se instaura em uma lógica de subversão da propriedade privada, operando a partir de práticas inspiradas na subsistência, autonomia e sociabilidade, fortalecendo-se como um espaço de emancipação política e como um corpo-território em luta permanente contra processos de espoliação de direitos das mulheres.

Outra pesquisa que trabalhou sobre o conceito de territorialidade e espaço público foi a dissertação do Diogo Vaz da Silva Jr<sup>24</sup> chamada “Cartografias narrativas do habitar-

21 Margem\_lab. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/margemlab/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

22 MARINHO, Bárbara R. Por que pesquisar sobre uma ocupação feminista? Reflexões sobre estudos urbanos, feminismo, a luta coletiva das mulheres e a Casa de Referência Mulheres Mirabal. In: *Fronteiras feministas na pandemia: diálogo Brasil – Uruguai /2021/Orgs. Schulz, R., Moritz, M. L., Marx, V.* Porto Alegre: Polifonia, 2022.

23 GAGO, Verônica. A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante, 2020.

24 JÚNIOR, Diogo Silva. *Cartografias narrativas do habitar-rua: uma reflexão sobre a dimensão pública do espaço urbano.* Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio

Figura 2: Mulheres do Movimento Olga Benário, apoiadoras, ex-abrigadas e coordenadoras da Casa de Referência Mulheres Mirabal no Festival Arte Salva (dez/2021) em frente ao muro da Casa. Fotografia: Fábio Alt. Acervo: Bárbara Rodrigues Marinho.

rua: uma reflexão sobre a dimensão pública do espaço urbano”. Aqui, o processo cartográfico se desenvolveu em torno das experiências de escuta com pessoas em situação de rua, cuja narratividade e território existencial se corporificam nas ações de habitar que tensionam as lógicas do planejamento urbano vigente na cidade.

Enquanto Margem\_lab, durante o ano de 2018/2019 ampliamos a analogia entre paisagem e narrativa a partir de uma pesquisa com as narrativas publicadas no Jornal Boca de Rua<sup>25</sup>, movimento social e meio de comunicação desenvolvido por pessoas em situação de rua de Porto Alegre. A partir de uma pergunta geradora, buscamos os argumentos que agenciam a dimensão pública da paisagem urbana na experiência de pessoas em situação de rua. Os processos de pertencimento, visibilidade e cidadania, pensados no tempo presente, passado e futuro, e a partir das lógicas da rejeição e acolhimento, enunciam uma dimensão de público pautada pelo confronto e pelo dissenso, e reforçam a legitimidade das territorialidades moventes que reivindicam existências para além da lógica privatista do espaço urbano<sup>26</sup>.

**Revista Pixo:** Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”?

**Daniele Caron:** Desde 2019, o Margem\_lab<sup>27</sup> acompanha a luta pelo direito à cidade e ao território afroindígena que iniciou com a Ocupação Baronesa, no bairro Menino Deus, e hoje se transformou em um corpo coletivo, uma comunidade, um conjunto de afetos e conhecimentos que se mobiliza em torno da retomada de território ancestral dos povos originários em Porto Alegre. A constituição do Centro de Referência Indígena-Afro do RS, o CRIA/RS coordenado pela Cacica Kerexú Takuá, vem pautando a luta social pelo direito ao território, à ancestralidade e memória do povo de etnia guarani em contexto urbano. De acordo com a Cacica “a aldeia é onde eu estiver” (2021). Essa fala manifesta a existência de um corpo-território, a reivindicação de um território indissociável do corpo e dos saberes ancestrais que vem se deslocando há vários séculos em busca da terra sem males. Essa indissociabilidade nos convoca enquanto pesquisadoras/es a um deslocamento complexo dos nossos constructos intelectuais pautados sobretudo pelo eurocentrismo, pelo patriarcado, pela colonialidade do saber. Nesse encontro com os povos originários nos é demandado um exercício sobretudo ético de reconhecimento do território como conjunto de forças em disputa no qual é necessário assumir posição, assumir responsabilidade com uma mudança de paradigma urgente, na qual todas as existências, humanas e não humanas, possam com-viver em sua diferença e multiplicidade.

É possível que o dizer-aldeia a partir do corpo-território guarani, além de constituir a retomada da territorialidade indígena em contexto urbano, nos recoloca diante do direito à cidade repensando as infinitas dobras que abrigam as histórias solapadas, apagadas, esquecidas, violentadas. O dizer-aldeia certamente nos mostra um caminho. Para muitas e muitos, talvez uma utopia, para outras e outros, uma condição de possibilidade para uma política da partilha.

Grande do Sul, Porto Alegre: 2020.

25 *Jornal Boca de Rua*. Disponível em: <<https://jornalbocaderua.wordpress.com/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

26 CARON, Daniele, et al. Visibilizar as Narrativas de Rua: a dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. *Anais XVIII ENANPUR 2019*. Natal: EDUFRRN, 2019.

27 *Laboratório de narrativas Urbanas*. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/margemlab/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

**Revista Pixo:** Indicaria alguém para ser entrevistado sobre a temática “cidadania e território”?

**Daniele Caron:** Indicaria a Profa. Heleniza Ávila Campos<sup>28</sup> do PROPUR<sup>29</sup>.

28 Possui Graduação em Arquitetura (UFPE, 1988), Mestrado em Desenvolvimento Urbano (UFPE, 1995) e Doutorado em Geografia (UFRJ, 1999). Atualmente é docente da UFRGS no Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR). Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles (Núcleo Porto Alegre), enquanto representante do PROPUR, e integra o grupo de pesquisa Organização do Espaço Urbano e Regional desde 2000. Atua em pesquisas com as seguintes temáticas: desenvolvimento regional; territorialidades urbanas, redes urbanas, espaços regionais e metropolitanos, planos diretores.

29 Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/propur/>>. Acesso em: 23/06/2022.



## Fernanda Fedrizzi

**Revista Píxo:** O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

**Fernanda Fedrizzi:** Considero um tema de grande relevância pois, para melhor projetar os espaços urbanos, como os utilizamos e como são/serão ocupados, é necessário refletir sobre o papel que exercemos como cidadãos e cidadãs, pensando no exercício dos nossos deveres e direitos civis, sociais e políticos para além dos recortes de gênero, raça e classe da qual fazemos parte e ampliando as lentes perceptivas sobre aquilo que nos cerca, assim construindo ativamente territórios outros.

**Revista Píxo:** Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

**Fernanda Fedrizzi:** Como uma formação que se dá na área das ciências sociais aplicadas é importante lembrarmos que nós, arquitetas urbanistas, pesquisamos e projetamos para além do lote e da edificação. Nossos projetos são maiores do que as limitações físicas ou teóricas e devem avançar para a comunidade, a interface com o público e as formas de usufruir os espaços, sejam eles um passeio público, uma praça, um recuo de ajardinamento, uma proteção para os dias de chuva. No cotidiano, o assunto que mais me ocorre ao pensar no tema “cidadania e território” é a questão das pessoas em situação de rua e o direito à moradia e, portanto, penso que o papel das arquitetas urbanistas é o de buscar construir uma cidade que se apresente menos hostil para esta população já tão fragilizada, seja em espaços de proteção e descanso ou garantindo direito à moradia e ao assentamento em zonas centrais, de fácil acesso às oportunidades, infraestrutura e serviços.

**Revista Píxo:** Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”?

**Fernanda Fedrizzi:** Na minha trajetória como estudante de arquitetura e urbanismo tive a oportunidade de trabalhar em Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e regularização fundiária de diversos municípios do Brasil, entre 2010 e 2011. Foi uma experiência muito interessante e me conectou com temas que não haviam sido abordados em sala de aula, até aquele momento, como a participação da população e do poder público nos projetos de habitação e também o contato com análise de dados econômicos e sociais de municípios com até 20 mil habitantes. Mais tarde, em 2013, participei do Plano de Revitalização da Área 2 do 4º distrito de Porto Alegre, setor que abrange a igreja Nossa Senhora dos Navegantes, no bairro Navegantes, e local onde ocorre a tradicional festa de Navegantes. Fizemos pesquisa de campo com

as pessoas que frequentam a festa e a comunidade para compreender como melhor projetar qualificadores para a área e assim promover uma experiência mais agradável ao caminhar pelo território. Entre 2015 e 2018 integrei o coletivo de inovação social urbana Translab.urb<sup>30</sup>, onde a cidade era vista como construção coletiva, que se dá por meio do ativismo cidadão através da cocriação e participação, pedagogia e ativação urbana.

Já como artista visual, sempre atravessada pelas experiências da minha formação em arquitetura e urbanismo, realizei um trabalho intitulado “Cidade só para homens”<sup>31</sup>, em 2019, que culminou em toda uma discussão sobre o poder da palavra, da nomenclatura das ruas, no sentimento de pertencimento nas cidades. Tornar-se cidadã não é apenas exercer os direitos civis e políticos, mas também os sociais, entre eles de fazer parte de uma comunidade, que faz parte de um território, e “Cidade só para homens” surgiu da percepção da baixa incidência de mulheres homenageadas nos nomes de logradouros nos arredores do lugar onde morava em Porto Alegre. Redesenhei o mapa de um recorte dos bairros Floresta e Centro Histórico, evidenciando com quem estas cidades se relacionam. Notei que a cidade só faz sentido para um grupo muito específico de pessoas: homens brancos, provavelmente militares ou de uma elite burguesa. Se temos, teoricamente, a garantia de uma sociedade justa e equilibrada, por que não somos todas vistas e incluídas, pertencentes de fato, aos espaços? Por que alguns territórios são pensados para relacionarem-se somente com determinados grupos? Com “Cidade só para homens” busco provocar uma reflexão acerca das relações entre patrimônio e representatividade nas cidades. Este é um projeto ainda em desenvolvimento e venho tentando entender como são as realidades de outras cidades.

**Revista Píxo:** Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”?

**Fernanda Fedrizzi:** Destaco o trabalho da artista Ana Langone<sup>32</sup>, no Passo dos Negros, onde ela discute questões do território desvelando as histórias por trás das narrativas da cidade de Pelotas e promovendo a retomada da autoestima das comunidades negras.

**Revista Píxo:** Indicaria alguém para ser entrevistado sobre a temática “cidadania e território”?

**Fernanda Fedrizzi:** Indico que entrevistem a Ana Langone<sup>33</sup>, devido ao trabalho realizado no Passo dos Negros e também aos outros trabalhos que envolvem a artescrevivência por meio de uma narrativa transmídia sempre em expansão e em relação íntima com o território.

30 *Translab.urb.* Disponível em: <<https://translaburb.cc/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

31 LIMA, Fernanda Fedrizzi L.. *Cidade só para homens?* Ensaio publicado na Revista Píxo, Pelotas, v. 2, n. 10 (2019): Mulheres e Lugares Urbanos II, p. 258-263.

32 LANGONE, Ana Paula Siga. *O caso do Passo dos Negros: Arte e Design como forma de ativismo pelo direito à cidade.* Pelotas: Brasil, 2018. <https://www.analangone.art/>

33 Site da artista e ativista disponível em: <<https://www.analangone.art/>>. Acesso em: 23/06/2022.



## Igor Guatelli

**Revista Pixo:** O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

**Igor Guatelli:** São dois conceitos inextricáveis, um não pode, ou poderia, existir sem o outro. Em uma época dominada pelas expulsões e exclusões generalizadas, pela criminalização da hospitalidade, “pela procissão diária de violência [...]”, dominada pelo *páthos* da demolição e da produção, numa escala planetária, de reservas de obscuridade [política, social, o grifo é meu]. E de objetos de todo tipo, restos, resquícios de uma gigantesca demiurgia<sup>34</sup>, conforme Achille Mbembe, essa temática é incontornável.

O conceito de Território, usado com mais frequência desde o século XVII na França, estava ligado ao exercício da soberania sobre o território, soberania do Estado, no caso o poder monárquico. Era o espaço do exercício da *régalien*, que vem de *regalis*, *regis*, poder régio, real, regalia, que pode ser traduzido no português como regalia, o lugar das regalias. Entretanto, o conceito de território advém de *terre*, *terroir*. Poderíamos pensá-lo assim a partir da ideia de um vínculo estreito com a terra, com o chão cultivável, lugar de, e, por onde, as pessoas constroem sua própria existência. Se, conforme Foucault, é no século XVIII que o Estado passa a considerar o território como meio de regulação das populações, o território também poderia ser pensado a partir de seu uso através de uma interdependência entre população e direito de existência digna, suplementar ao direito que se retira e falta como presença, existência para além de concessões e destinações previamente determinadas.

Por outro lado, cidadania, *citoyenneté*, cidadania em francês, aparece com a Revolução Francesa, e está diretamente ligado a um outro exercício, o exercício dos direitos políticos, que, por sua vez, também está associado ao direito da própria existência digna, que só pode existir plenamente se considerarmos um chão fértil, cultivável, um território, um *terroir*, lugar de cultivo e florescimento de cidadania. Próximos ao pensamento derridiano, a cidade da hospitalidade oferecida a qualquer outro, sem condição, territórios universais horizontais, ricos em singularidades, particularidades e diversidades; e não das estratificações e dos enclausuramentos identitários; a cidade do gosto do outro.

**Revista Pixo:** Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

<sup>34</sup> Achille Mbembe. *Brutalismo*. La Découverte, 2020.

**Igor Guatelli:** Podemos supor que não seja possível pensar em arquitetura e urbanismo sem a consideração desse par heterônimo, quase uma tautologia, num certo sentido um é o duplo do outro. Mas, ainda estamos longe dessa condição. Cidade e Território parecem se inserir, muitas vezes, como impotentes *parergons* na arquitetura e urbanismo, assuntos que, apesar de supostamente pertencerem ao campo da arquitetura e urbanismo, permanecem como assuntos “de fundo”, não reverberam e não se entrelaçam com a obra, permanecendo externos à ela. Compreendem-se suas importâncias sem, contudo, compreendê-los ou incorporá-los como conteúdo. Permanecendo como “fundo”, a capacidade de “abissalizar” a presença plena, provocando lacunas, brechas nas sólidas estruturas ontológicas ligadas ao ser da Arquitetura e do Urbanismo praticamente inexistem. Devem deixar de ser “fundo” [*fond*] e precisam se tornar questões de emulação de novos fundamentos [*fondements*], ainda sem um “domínio” que lhes seria próprio, fundamentos sem fundações [*fondation*] profundas, que dificultam a abertura dessas brechas. É preciso começar pela interpelação da eterna validade dos supostos fundamentos para que toda estrutura plena e inviolável seja colocada ao menos em dúvida.

Cidadania e Território, muitas vezes fetichizados, tornam-se “maus” *parergons*, anexos, presenças ausentes como assunto, questão ou auto-consciência, atributos sem pátina. Talvez, o problema esteja no fato deles se apresentarem não de maneira inadequada, como um problema a ser enfrentado, mas como dados prontos-para-uso. Potências impotentes, expressões sem conteúdo [adornos?] frequentemente uma espécie de “foras-da-obra” que aparecem ou interferem na obra [*ergon*] do arquiteto-urbanista apenas como “moldura”, “discurso” ou “selo de validação”, contingências que não se amalgamam à obra, não se tornam processo na construção do *ergon*, a cidade. Mas não há cidade sem território e cidadania [prefiro essa inversão, a cidadania se construindo pelo território, pela luta pelo lugar]. Claro, há sempre importantes exceções.

Cidadania e Território, ou, Território e Cidadania não são dados *a priori*, não são auto-evidentes, garantidos antes, independentemente da ação, qualquer que seja ela. Precisam restar como algo ainda a ser pensado, trabalhado pelo arquiteto-urbanista em sua inextricável, por vezes inaudita, e até inefável relação. Território e Cidadania são meio por onde o arquiteto e urbanista realiza não o seu *ergon*, sua obra, mas o *Ergon*, a cidade, sem a qual o exercício de uma incondicional justiça urbana e de uma democracia por vir não serão possíveis em suas quase impossibilidades.

A arquitetura e o urbanismo, num certo sentido, perderam o mundo, a cidade, ou não os encontram, alguns *parergonais* movimentos sociais nos mostram algumas trilhas para recuperá-lo, ou restituí-lo. O atual estado de mundo, pensando no que diz Mbembe, exige uma revisão radical de nossas maneiras de pensá-lo e agir sobre ele, com ele. E essa revisão passa por uma revolução epistemológica de alguns campos do conhecimento, arquitetura e urbanismo é uma delas. A possibilidade da emergência e afloramento de, talvez, um novo espírito utópico dentro da arquitetura e do urbanismo, e, portanto, uma reconexão entre território e cidadania, passa por uma desconstrução das entidades tradicionais de tempo, espaço, de humanidade, da ideia de humano, de seres-vivos, e do que se entende por identidade, contexto, pertencimento, aprisionadas em categorias tradicionais, ou imperativos categóricos, mitificados. São noções ainda vinculadas às estruturas do Capital, do Estado, de um certo tipo de Humanismo, das quais lutamos para nos libertar ao mesmo tempo que as confirmamos.

Talvez seja preciso desmontar essas cristalizadas estruturas de significações que enquadram e delimitam o pensamento, sobretudo se ideologizado, evidenciando seus eventuais equívocos, suas limitações, seu anacronismo, para que novas experiências do pensamento possam emergir como força pensante sem um horizonte pré-definido, delimitado *a priori*. Pensar Cidadania e Território a partir de sua própria incompletude, de

suas insuficiências etimológicas, de seus restos e do que ainda resta como significação dada e significações ainda por vir, pode ser um caminho. Em uma abordagem “deleuze-guattariana” [referente aos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari], fazer proliferar os rizomas da linguagem, ampliando, desmontando, montando cadeias de significações é pensar além do pensamento *standard*, estandardizado pelo senso-comum, por uma linguagem automática, alienada no interior de estruturas rígidas, inertes. Inventar outros modos de viver, de existência passa por um profundo questionamento dessa linguagem, e, certamente, desse par conceitual; o nosso devir e porvir político passa por uma “caosmose” [obra de Félix Guattari] dos limites que o sepultam em noções enquadradas. Esfumecemos as fronteiras que enclausuram as significações.

**Revista Píxo:** Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”?

**Igor Guatelli:** Cidadania e Território sempre estiveram presentes na minha trajetória acadêmica, ou pelo menos desde que construí um melhor entendimento desses conceitos a partir do meu doutorado, defendido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Esse entendimento acentua-se com a atividade acadêmica desenvolvida como professor de projeto e teoria na Universidade Mackenzie, enriquecido pela convivência com colegas. Mas há um momento singular em que essa consciência adquire uma outra intensidade, quando me defronto com uma iniciativa de um ex-boxeador e sem-teto, Nilson Garrido e Cora Batista, assistente social, que, juntos, constroem um lugar em um espaço que se torna território no momento em que esse vínculo se estabelece, um *parergon* que interfere e enriquece o próprio *ergon*, um *parergon ergonal*, um suplemento fundacional. Tal como diz Milton Santos, chão e pessoas são indissociáveis. Ou, como diz Deleuze, o seio materno se torna território quando há o contato com o bebê, no instante em que o contato deixa de existir, deixa de haver território.

Estamos falando de território como meio e resultado, por onde o exercício de uma cidadania, mesmo que frágil, pode manifestar-se. Garrido e Cora erigem uma academia de boxe, associada a uma biblioteca pública, academia de ginástica, brinquedoteca e educação básica para crianças em situação de rua que, à época, localizava-se sob o viaduto do café, no Bixiga, hoje, instalados no Viaduto Alcântara Machado, ambos em São Paulo.

Um insólito agenciamento programático que cria território ao mesmo tempo que, por meio dele, pratica cidadania. Uma potente micro ação social e política para a qual elaborei um projeto visando convencer o poder público de sua viabilidade, pertinência e importância. O projeto, mesmo não implantado, reverberou e se desdobrou em outras ações do poder público, ainda reverberando no meio acadêmico.

Atualmente, coordeno uma pesquisa, financiada por uma instituição francesa, a MSH Paris Nord<sup>35</sup>, intitulada “Habiter en devenir: autres demeures”. Com a participação de professores da FAU-Mackenzie<sup>36</sup>, FAU-USP<sup>37</sup>, FAU-UFRGS<sup>38</sup>, além do Laboratoire GERPHAU<sup>39</sup>- Ensa Paris La Villette, onde sou pesquisador associado, estamos

35 *Maison des Sciences de L'homme Paris Nord*. Disponível em: <<https://www.mshparisnord.fr/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

36 *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie*. Página Inicial. Disponível em: <<https://www.mackenzie.br/universidade/unidades-academicas/fau>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

37 *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo*. Disponível em: <<https://www.fau.usp.br/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

38 *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Página Inicial. Disponível: <<https://www.ufrgs.br/arquitetura/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

39 *Groupe d'études et de Recherches Philosophie, Architecture, Urbain*. Disponível em: <<https://www.gerphau.archi.fr/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

estudando o devir rede, o devir comum, o devir hospitaleiro, o devir democrático civilizatório e urbano a partir, fundamentalmente, de alguns casos de Ocupações, em São Paulo, Porto Alegre e Paris, e as ressignificações onto-teleológicas dos lugares por elas transformados em celeiros de novas sociabilidades e subjetividades, oriundas de suas ações ligadas à luta por moradia, por uma existência digna. Um exemplo dessa inextricável relação Território-Cidadania, Cidadania-Território.

Em Paris, por exemplo, há algum tempo tenho conhecido importantes e históricas instituições e organizações, como *Aurore* e *Yes, We Camp*<sup>40</sup>, trabalhando ativamente na montagem e estruturação de Ocupações - com instalação de moradias, alojamentos, assistência médica e jurídica, programações culturais, curso de línguas, ateliês de *arts et métiers*

- atualmente direcionadas ao acolhimento de refugiados, sobretudo, sírios, afegãos, sudaneses, em áreas relativamente centrais da cidade, como o *Les Amarres*.

Ou, recentemente, coletividades e associações se formaram para receber refugiados ucranianos. São cerca de 70000 lugares disponibilizados [ 20000 deles já preenchidos] para abrigar refugiados nas regiões de *Île-de-France*, *le Grand-Est* e em Nice, alojamentos associados a cursos de língua e disponibilização de vagas em escolas para escolarização das crianças. Em Marseille, um antigo navio desativado, Méditerranée, foi convertido em centro de acolhimento; além de alojamentos, uma creche, restaurante popular, pólo de assistência médica e de empregos, além de um cinema foram instalados em seu interior. Em Strasbourg, universidades têm acolhido pesquisadores e estudantes ucranianos e russos graças a um fundo especial do Programa Nacional de Acolhimento de Urgência de pesquisadores em exílio. Mesmo assim, o vice-presidente da Universidade de Strasbourg, Mathieu Schneider, faz uma crítica e alerta para o fato de que outros exilados não podem ser esquecidos, que esse programa seja estendido a pesquisadores exilados e ou refugiados turcos, sírios e outros. Diria que essa consideração feita por Schneider é crucial para que novas zonas de exclusão e de regalias não se formem. Sabemos que falta essa “boa vontade” em outras situações.

Enfim, estruturas suplementares que são incorporadas de volta como territórios de um exercício de acolhimento e cidadania possíveis. Há algo a aprender com tais iniciativas, mesmo como processos de territorialização a partir de incomuns agenciamentos programáticos.

**Revista Píxo:** Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”?

**Igor Guatelli:** Além do acima citado, diria que as nomeadas “Ocupações” urbanas em áreas centrais e a luta por moradia têm desempenhado um papel fundamental na construção dessa quase impossível democracia por vir, associada ao exercício de busca por uma justiça incondicional, no sentido derridiano. Se Foucault diz que a razão da modernidade, ou do Estado moderno, consiste numa “arte de governar”<sup>41</sup> baseada na distribuição das populações no território [segundo ele, não mais apenas uma distribuição entre o permitido e o proibido, mas a fixação de uma média considerada ótima, para, então, estabelecer os limites do aceitável, além do qual as coisas, ou pessoas, não podem ir], existem pessoas e grupos minoritários que se insurgem

gerphau.archi.fr/ >. Acesso em: 16 de jun. 2022.

40 *Association Aurore*. Página Inicial. Disponível em: <<https://www.aurore.asso.fr/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

41 FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

contra essa lógica de arranjo territorial e disposição dos lugares a elas destinados na cidade, ou fora dela. Estamos nos referindo a lugares previamente definidos, lugares de regalias, lugares de exclusão, de apagamentos, muitas vezes tornados disponíveis de forma violenta pelo Estado, pelo Capital, porém sempre amparados por um código jurídico legal. Estruturações e ordenamentos territoriais muitas vezes, ou, na maioria das vezes, passam por arrumações sociais que ignoram o cidadão e a cidadania ao mesmo tempo que geram os exilados de dentro.

Um autêntico exercício de cidadania possível passa pelo território, pela vontade de se vincular a lugares que são premeditadamente interditados e inacessíveis a muitos. Se existem subjetividades engendradas que criam lugares para nós sermos e existirmos, a chance de algum movimento emancipatório, exercício de cidadania, passa pela inaceitação desses lugares escatológicos, nos seus vários sentidos.

**Revista Píxo:** Indicaria alguém para ser entrevistado sobre a temática “cidadania e território”?

**Igor Guatelli:** Sujeitos situados nas antípodas do tema. De um lado, o povo que falta, conforme Deleuze<sup>42</sup>, grupos minoritários, artistas ligados aos movimentos de rua, ativistas ambientais urbanos, sujeitos ligados às Ocupações, aos movimentos de luta por moradia, do outro, arquitetos urbanistas, apóstolos do setor imobiliário, além de governantes.

42 Filósofo francês. Pensador contemporâneo, tendo como destaque debates sobre a sociedade, política e subjetividade.



### **Jorge Mario Jáuregui**

**Revista Píxo:** O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

**Jorge Mario Jáuregui:** Sem dúvida esses temas estão entre os mais relevantes da atualidade, pois a condição de cidadão tem a ver diretamente com o pertencimento a um lugar, a um território, a um contexto cultural, e se relaciona com o “bem comum”, o que implica direitos e obrigações. O direito de usufruir desses bens comuns e de se poder movimentar livremente pelo território, mas também a obrigação de contribuir para a valorização do que é de todos, compatibilizando interesse individual (ou de grupos ou instituições) com o que é de interesse coletivo. O que envolve sempre a questão das condutas individuais e coletivas, em relação com o espaço público.

Mas para ter cidadãos plenos, é necessária uma educação cívica e uma formação política consistente.

**Revista Píxo:** Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

**Jorge Mario Jáuregui:** O papel do arquiteto e do urbanista, ou de preferência os dois juntos, é garantir coerência às diferentes partes da cidade, sejam elas formais ou informais, articulando as diferenças. A sua função social consiste em organizar as partes, a partir de demandas sociais sempre difusas, permitindo realizar intervenções capazes de redirecionar os processos em curso.”

**Revista Píxo:** Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”?

**Jorge Mario Jáuregui:** Como sabemos, no urbanismo existem quatro escalas de atuação: a pequena, a média, a grande e a territorial. Para cada uma delas existe uma metodologia de trabalho específica. Eu trabalho nas quatro desde faz muito tempo, tanto no país quanto no exterior. Em todas elas a relação entre cidadania e território é fundamental, e a forma de interlocução com a comunidade varia de acordo com cada escala.

Todos os projetos de interesse social que eu fiz envolvem a cidadania e o território, e à medida que aumenta a escala de intervenção, essa relação se torna mais e mais complexa. Desde faz 10 anos eu realizo no Rio um Workshop Internacional com Faculdades de Arquitetura, estudando cada ano um setor diferente da cidade. Realizo também conferências em várias faculdades de vários países, onde apresento minhas



Figura 2 - Projeto de articulação sócio-espacial - Complexo do Alemão (Escala Territorial)PAC-UAP - Programa de Aceleração do Crescimento / Urbanização de Assentamentos Precários. Fonte: Disponível em: [http://www.jauregui.arq.br/favelas\\_alemao.html](http://www.jauregui.arq.br/favelas_alemao.html). Acesso em: 30/05/2022.

reflexões sobre a questão sócio-espacial contemporânea. Na minha página web<sup>43</sup>, além dos projetos e textos teóricos, no link Reflexiones vou colocando permanentemente textos sobre questões suscitadas a partir da pandemia.

No livro Estratégias de Articulación Urbana<sup>44</sup>, estão registrados os principais conceitos que sustentam a minha prática projetual.

Projeto e reflexão teórica; reflexão teórica e projeto, são uma das maneiras de assumir a responsabilidade nas nossas disciplinas de arquitetura e urbanismo. A outra tem a ver com ética, que como sabemos, implica “fazer o que deve ser feito”. Sem buscar agradar ninguém.

**Revista Píxo:** Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”?

**Jorge Mario Jáuregui:** Destacaria os três projetos de escala territorial que realizei, nas Figura 1 e Figura 2, dois no Rio de Janeiro e outro na República Dominicana.

Nos três, os processos de participação comunitária para a identificação das demandas (no caso de populações que variam de 80.000 (Alemão) a 57.000 (Domingo Sávio) e 50.000 (Manguinhos) são complexos e envolvem um trabalho comunitário que se estende desde o início do projeto até o final das obras.

43 JÁUREGUI, Jorge Mario. atelier Metropolitano, Reflexiones a partir da pandemia. Disponível em: <http://www.jauregui.arq.br/escritos-la-pandemia.html>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

44 JÁUREGUI, Jorge M. *Estratégias de Articulación Urbana*. Buenos Aires: Nobuko Editora, 2012.

Um projeto, dependendo como for gestado e desenvolvido, pode ajudar em muito ao surgimento ou galvanização do sentido de cidadania, ao permitir compartilhar valores e tomar consciência, com os outros, descobrindo o que se tinha direito a desejar e não se sabia antes disso.

A elaboração de um projeto, em qualquer escala, envolve um aprendizado para todos os participantes, seja de forma individual ou coletiva.

Figura 3 - Núcleo Habitacional de Manguinhos. Fonte: Disponível em: [http://www.jauregui.arq.br/broken\\_city.html](http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html). Acesso em: 30/05/2022.



## Paolo Colosso

**Revista Pixo:** O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

**Paolo Colosso:** Sem dúvida, são termos centrais. Nós descobrimos o valor da “cidadania” ao perceber as limitações do ideário da “autorrealização”, da “autoajuda”, retóricas do individualismo autocentrado no “exclusivo diferenciado” e outras intoxicações ideológicas encarnadas nas figuras do “arquiteto genial”, do “coach” e nos condomínios anti-urbanos. A necessidade da cidadania se abre ao percebermos que nossos maiores desafios são coletivos e as saídas também. Ao percebermos que podemos ser mais livres quando todas e todos o forem. Nesse sentido, precisamos cultivar inteligências coletivas, que sejam conexonistas, associativas e cooperativas. Já os territórios urbanos são os lugares onde se sobrepõem os eixos de opressão, exploração e segregação, que não aplacam individualmente, mas segmentos inteiros, que tem classe, raça e gênero bem marcados. Quando esses segmentos se veem próximos uns aos outros -- e lampejos disso ocorrem todos os dias --, visualizam a necessidade da cidadania ativa e o potencial dessa liberdade que se distribui com abundância.

**Revista Pixo:** Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

**Paolo Colosso:** A meu ver, nós temos alguns papéis fundamentais, mas para os compreendermos precisamos redefinir um pouco nosso campo disciplinar. Quero dizer, a/o arquiteta/o e urbanista constrói espaços físicos, mas constrói também redes societárias, recursos sociotécnicos e, nesse sentido, um dos nossos papéis é colaborar para reconstruir tecido social, associativo. Gerar proximidade entre sujeitos e espaços que estão fragmentados e/ou distantes, conexões generosas entre territórios, universidades, entidades técnicas, profissionais e, ainda, instituições políticas e do sistema de justiça. A assessoria técnica à habitação, que visa garantir o básico da dignidade, é uma dessas vias, mas essa prática tem ganhado muitos novos formatos. Outro papel importante é reativar a imaginação política, que está destruída pelo quadro regressivo instalado. Precisamos recolocar no horizonte a possibilidade de experimentar espaços inventivos, institucionalidades abertas, com pessoas capazes de escuta empática e debate racional. O conservadorismo reativou o imaginário assentado em papéis tradicionais, superioridades e subalternidades naturais, além de estéticas armamentistas e autoritárias. Com isso, re-naturaliza o arbítrio, as relações de poder altamente hierarquizadas e desumanizantes, uma antipolítica que é danosa por sua incompetência nas tomadas de decisão, além de cultivar descrença e desesperança no tecido social. O conservadorismo estreita os



horizontes de expectativa e cancela o futuro. Nós precisamos de um contraste, isto é, reativar uma experiência de reencantamento com o viver juntos, com o comum a partir da cidade como obra, resultante de construções sociais amplas e inteligência coletiva. Arquitetas/os e urbanistas são muito úteis ao mostrarem que a cidade pode ser o lugar da proximidade, das interações intensificadas e de uma democracia de alta densidade, enraizada desde os territórios.

**Revista Pixo:** Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”?

**Paolo Colosso:** Eu construí movimentos de juventude, quando estudante e pesquisador. Desde 2017, passei a construir o Projeto BrCidades<sup>45</sup>, que hoje tem núcleos em 16 estados, com integrantes em 25 universidades (alunos/as, pesquisadores/as, professores/as), entidades estudantis, técnicas e profissionais, além de defensoria pública e canais de imprensa alternativa. Nosso objetivo é fortalecer, desde a sociedade, saberes e práticas pelo avanço do direito à cidade. Em termos de pesquisas, meu doutorado foi sobre os movimentos e organizações que, em São Paulo, construíram um caldo de cultura urbana depois de 2013, com uma ênfase naqueles que transbordaram da mobilidade para juventudes diversas, além dos mais consolidados na pauta da moradia. São sujeitos que entraram em cena nesse período, cujos papéis ainda não sabemos exatamente quais serão. E mais recentemente, tento traduzir conteúdos acadêmicos, de pesquisa, para formatos que dialoguem com público mais amplo, que sensibilizem não só estudiosos/as, mas estudantes e jovens que vivem as cidades e territórios. O projeto ainda está bem no início, se dá no Youtube Comuns Urbanos<sup>46</sup>.

45 *BrCidades*. Disponível em: <<https://www.brcidades.org/>>. Acesso em: 21 de jun. 2022.

46 *Comuns Urbanos*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/comunsurbanos/videos?app=desktop>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

**Revista Píxo:** Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”?

**Paolo Colosso:** A meu ver, as iniciativas mais avançadas são as que conseguem ser transversais, ler os conflitos estruturais de classe-raça-gênero através do espaço e assim construir um repertório de organização com muitas camadas, capaz de sensibilizar, gerar experiência de cidadania, habilidades aglutinadoras e de trabalho persistente no tempo. Veja por exemplo as ocupações Nove de Julho<sup>47</sup>, Figura 3, e Hotel Cambridge, no centro de São Paulo: além da moradia, ali há cozinha comunitária, oficinas de artes, cursinho popular, festivais culturais, entre outras. Há níveis diversos de engajamento e todos eles tem lugar. As redes envolvidas fazem da ocupação um “condensador social” que se tornou uma referência no circuito contracultural da cidade. Com outras propostas, as periferias ativas e cozinhas solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto<sup>48</sup> (MTST) também tem conseguido crescer nessa linha interseccional, garantir sobrevivência por meio de cuidados e reforços recíprocos, gerar tecido associativo e poder popular. Eu também destacaria as redes de cursinhos populares, como o Emancipa<sup>49</sup>, o Podemos<sup>50</sup> e a Uneafro<sup>51</sup>. Essas redes, que aproximam territórios e universidades, sabem conectar esses espaços e construir formação cidadã. Aliás, preciso destacar esse ponto: hoje nossas universidades estão muito mais sensíveis e próximas da realidade urbana do que há 20 anos. Essa proximidade está em alunos/as e em professores/as, em projetos de pesquisa, de ensino e extensão. Ainda falta muito a avançar e a reconstruir – sofremos muito com o desmanche nos últimos 6 anos –, mas temos muitas novas possibilidades no esforço de aproximar conhecimentos, cidadania e territórios urbanos.

**Revista Píxo:** Indicaria alguém para ser entrevistado sobre a temática “cidadania e território”?

**Paolo Colosso:** em São Paulo teria muitos nomes, destaque Carmen Silva<sup>52</sup>, liderança do MSTC<sup>53</sup>. Tem longa trajetória ao mesmo tempo continua inquieta, atual e muito irreverente, dialoga de igual pra igual com qualquer autoridade da gestão e do planejamento urbano. Ainda na pauta da moradia, Ediane Maria e Josué Rocha do MTST. Já em Minas Gerais, o MTD – Movimento de Trabalhadores por Direitos -- está muito forte. Na pauta da mobilidade, merece destaque o Movimento Passe Livre do Distrito Federal. Na região Norte e Nordeste confesso que conheço menos forças, mas destaque o trabalho de Ion Andrade com a rede Mãe Luiza em Natal. Em Recife, Rud Rafael e Vitor Araripe. Reforço, uma pauta ainda pouco estudada e que já se tornou um fenômeno urbano relevante são os cursinhos populares, como a rede Emancipa, a Uneafro e o Podemos +. No Rio Grande do Sul, por exemplo, vale conversar com Nina Becker<sup>54</sup> do Emancipa<sup>55</sup>. Em São Paulo, com Denise Pistilli (Emancipa) e Gheidla Nogueira do Podemos +.

47 *Ocupação 9 de julho*. Disponível em: <<https://www.movimentosemtetodocentro.com.br/dia-a-dia/categorias/not%C3%ADcias>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

48 *Movimento dos trabalhadores Sem-Teto*. Disponível em: <<https://mtst.org/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

49 *Rede Emancipa*. Disponível em: <<https://redeemancipa.org.br/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

50 *Rede de cursinhos populares Podemos +*.

51 *Uneafro*. Disponível em: <<https://uneafrobrasil.org/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

52 Conheça a história de Carmen Silva: Disponível em: <<https://www.movimentosemtetodocentro.com.br/carmen>>. Acesso em: 23/06/2022.

53 Movimento dos Sem-Teto do Centro.

54 Professora de Sociologia, militante de esquerda socialista do PSOL-RS e feminista.

55 Disponível em: <<https://periferias.redeemancipa.org.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.



## Paulo Afonso Rheingantz

### Preâmbulo

*Como considerar realista um projeto de modernização que, há dois séculos, teria “esquecido” de antecipar as reações do globo terráqueo às ações humanas? Como tratar de “objetivas” as teorias econômicas incapazes de incorporar em seus cálculos a escassez de recursos que elas tinham como tarefa prever? Como falar da “eficácia” de sistemas técnicos que não foram planejados para durar mais que algumas décadas? Como chamar de ‘racionalista’ um ideal de civilização culpado por um erro de previsão tão absurdo que fez com que pais deixassem para seus filhos um mundo muitíssimo menos habitado?*

Bruno Latour. *Onde Aterror?* – *Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 81-81.

Entendendo que os *Science Studies* ou estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) e a Teoria Ator-Rede (ANT) ainda são pouco conhecidos no campo da Arquitetura e Urbanismo, antes de responder às questões que me foram propostas, apresento alguns de seus fundamentos para facilitar a compreensão e, talvez, a aceitação das minhas respostas. Início pela explicação do uso do acrônimo da designação inglesa Actor-Network Theory (ANT), que reforça a semelhança entre o trabalho de um pesquisador ANT e o de uma formiga (ant). A seguir, explico a desobediência ao protocolo de uma entrevista, com a inclusão de uma citação como epígrafe. Mas se nunca desobedecermos ao estabelecido, nos arriscamos a tornar nossas vidas desinteressantes e repetitivas. E justifico a minha pela necessidade de explicitar meu alinhamento com a crítica dos autores CTS e ANT aos efeitos do projeto de modernização da ciência e da arquitetura e urbanismo. E o faço na esperança de poupar o precioso tempo daquelas(es) que seguem alinhadas(os) com o pensamento e com as práticas ditas modernas – aqui ditas retoma a provocação de Bruno Latour de que jamais fomos modernos.<sup>56</sup>

Segundo Henrique Cukierman<sup>57</sup>, os CTS podem ser caracterizados como um processo permanente de transgressão das fronteiras arbitrárias entre o “técnico” e o “social”, que reúne, lado a lado, múltiplas narrativas que possibilitam cultivar múltiplas histórias tecidas que interferem umas nas outras e se difundem em várias direções, mas

56 LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

57 CUKIERMAN, Henrique. *Yes, nós temos Pasteur. Manguinhos, Oswaldo Cruz e a História da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2007.

que se mantém umas ao lado das outras, entrelaçadas por mesmo fio condutor, que as mantém coesas como um tecido de fibras sem costuras, produzindo formas descentradas de ser e conhecer. Isso altera o caráter do saber e do fazer, que se complexificam e multiplicam na produção de redes rizomáticas e híbridas de ciência e cultura que colocam lado a lado uma legião de misturas.<sup>58</sup>

A ANT, por sua vez, surgiu da necessidade de ajustar a teoria social aos CTS no momento em que os não-humanos – micróbios, insetos, mamíferos, artefatos, pedras, etc. – se apresentam de uma outra maneira à teoria social. Esses ajustes necessários possibilitam caracterizá-la como uma concepção de ciência a ser construída durante o processo de produção dos fenômenos. Explora a ideia de múltiplas associações ou conexões envolvendo os agenciamentos de diferentes atores humanos e não-humanos, entendidos como efeitos produzidos por quem participa das redes sociotécnicas. A ANT que não faz referência a unidades prontas, mas aos meios para associar os atores; não parte de hipóteses, ideias ou teorias preestabelecidas – que interferem e modificam a percepção e no entendimento do observador pretende demonstrar qualquer afirmação; ela apenas tenta acompanhar os movimentos, conexões e associações dos múltiplos ‘atores’ implicados. Como a palavra ator costuma fazer referência apenas aos agenciamentos dos humanos e diante da necessidade de incluir os agenciamentos dos não-humanos, na sequência vou utilizar a designação actante, originária da semiótica, para literalmente designar quem ou o que realiza ou sofre algum agenciamento. Enquanto o lema da ANT é seguir e registrar as agências dos atores em ação, a presença do hífen em Ator-Rede sublinha que ele representa a maior fonte de incerteza a respeito da origem da ação e reforça o entendimento de rede sociotécnica como aquilo que conecta os actantes. Por sua vez, sociotécnica especifica que se tratam de redes formadas por múltiplas conexões ou associações entre atores humanos e não-humanos ou actantes, cujo entendimento significa transporte e acesso instantâneo, sem deformação a cada parte de informação que relaciona as histórias social e das coisas da natureza e artefatos – e por isso são sociotécnicas – rompendo as dicotomias natureza e sociedade, contexto de descoberta e da justificação, interior e exterior, centro e periferia. Esse entendimento possibilita compreender os conhecimentos tecnocientíficos como efeitos de uma multiplicidade de interações sociotécnicas nos quais a natureza se torna o fato socialmente construído. Em outras palavras, a abordagem sociotécnica da natureza e do conhecimento os transforma em fenômenos coletivos e materiais cuja novidade não é uma qualidade inscrita nos dados de partida, cujo motor da descoberta está em um coletivo distribuído, e não na cabeça dos indivíduos, nem nos critérios sociais estabelecidos.<sup>59</sup>

O interesse pelos modos de existência das redes sociotécnicas heterogêneas – como elas produzem realidades e como essas realidades são colocadas em cena – possibilita uma proliferação de interpretações e traduções dos interfaceamentos CTS-ANT com outros campos de estudo, inclusive os da arquitetura e urbanismo (A+U) e dos estudos urbanos (EU). Esta proliferação termina por fazer emergirem múltiplas questões e possibilidades metodológicas a explorar no entendimento de ‘realidade’. Enquanto a maioria dos métodos e técnicas da ciência e da ciência social se baseiam na suposição de que a ‘realidade’ seria pré-determinada e independente dos instrumentos utilizados para interpretá-la, os CTS-ANT sustentam que essa realidade é produzida por essas práticas de pesquisa. Com isso, a suposição de existência de uma única realidade ou de um mundo lá fora a ser desvelado por uma mente aqui dentro, também pode ser considerada como um efeito de certas políticas e práticas de pesquisa. O

58 LAW, John. *Aircrafts Stories – Decentring the Object in Technoscience*. Durham; Londres: Duke University Press, 2002.

59 MACHADO, Jorge. *Introdução*. In Jorge Machado (org.) *Trabalho, Economia e Tecnologia: novas perspectivas para Sociedade Global*. São Paulo: Tendenz; Bauru: Praxis, 2003, p. 9-12.

reconhecimento do ‘real’ como um efeito instável e múltiplo de políticas e práticas implica em reconfigurar o entendimento do modo como o ‘real’ está implicado no político e de suas interferências recíprocas – ou, conforme Annemaria Mol, política ontológica: enquanto ontologia específica o que pertence ao real, política indica que as ‘condições de possibilidade’ não são previamente dadas. E modelar essa ‘realidade’ implica em reconhecer que a realidade é feita e performada [*enacted*]. Em lugar de observada por uma diversidade de olhos, mantendo-se intocada no centro, a ‘realidade’ é manipulada por meio de vários dispositivos, no curso de uma série de diferentes políticas e reúne múltiplas versões performadas com a ajuda dos dispositivos.<sup>60</sup>

Ao renegar explicitamente qualquer parentesco com Kant e sua confiança de um progresso geral dos humanos, nem com uma terra unificada onde cada um seria cidadão, a proposição Cosmopolítica de Isabelle Stengers<sup>61</sup> possibilita pensar sobre situações em que o desconhecido, o que foi excluído do nosso mundo comum, pode se tornar algo visível, problemático e gerador de novas relações ou formas de conhecer. A proposição Cosmopolítica de Stengers implica em um compromisso ético-político com modos particulares de explorar as possibilidades de viver juntos os caminhos que permanecem sensíveis à inclusão ativa e à visibilidade de todos os constituintes heterogêneos de mundos comuns.

Em sua exploração de cenários de coabitação, coevolução e socialidade interespecífica encarnada, ou das relações e ontologias entre espécies companheiras<sup>62</sup>, feminismo e humano-máquinas<sup>63</sup>, Donna Haraway convoca outros actantes – os animais e as tecnologias – cujas relações e ontologias complexificam e enriquecem a reflexão sobre cidadania e território. Seguindo um caminho semelhante, Vinciane Despret convoca poeticamente outros actantes, como a física e a química: “Não podemos empreender uma seleção rigorosa. Para nós, o fulgor avermelhado do poente deve ser parte tão integrante da natureza quanto o são as moléculas e as ondas elétricas por intermédio das quais os homens da ciência explicariam o fenômeno. Cabe à filosofia natural analisar como esses diferentes elementos da natureza se interligam”.<sup>64</sup> Segundo Bruno Latour<sup>65</sup>, a significativa contribuição de Despret para a “filosofia política” e para a “filosofia natural” renova o alcance dos temas abordados pela filosofia, bem como o conjunto de agências potenciais com que a “natureza” é investida; também possibilita uma expansão sem paralelo para os agenciamentos entre as ‘coisas’, os animais e os humanos. Os argumentos de Haraway e Despret contribuem significativamente para a luta contra o antropomorfismo.

A convocação desses muitos outros actantes ou espécies companheiras, complexifica, potencializa e traz grandes benefícios com a inclusão das políticas ontológicas, cosmologias que incorpora os agenciamentos das espécies companheiras, tecnologias e coisas e de seus efeitos no entendimento de ‘cidadania e território’.

60 MOL, Annemarie. Política Ontológica. Algumas ideias e várias perguntas, in. João arriscado Nunes e Ricardo Roque (Orgs.) *Objectos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008, p. 63-78.

61 STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, 2018, p. 442-464.

62 HARAWAY, Donna *Manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Rio de Janeiro : Bazar do Tempo, 2021.

63 HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue in. Haraway, D; Kunzru, H; Tadeu T. [Org] *Antropologia do ciborgue : as vertigens do pós-humano* (2ed) Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009 [1984], p.33-118. (Mimo)

64 DESPRET, Vinciane. *O que diriam os animais?* São Paulo: Ubu Editora, 2021.

65 LATOUR, Bruno. Prefácio in Vinciane Despret. *O que diriam os animais?* São Paulo: Ubu Editora, 2021, p. 8-23.

**Revista Pixo:** O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

**Paulo Afonso Rheingantz:** Ao me associar com a reflexão de Bruno Latour em *Onde aterrar?* – Como se orientar politicamente no antropoceno<sup>66</sup> sobre a centralidade do problema geopolítico do Novo Regime Climático (NRC) e da incapacidade de sua Zona Crítica (ZC) resistir a todos os planos de modernização e expectativas de desenvolvimento dos países signatários do acordo firmado em 2015 em Paris na Conferência sobre o Clima (COP21), minha resposta desloca o entendimento comum de ‘cidadania e território’. Latour designa o processo de mutação climática que vem desprezando todas as fronteiras e meios para construir muros ou barreiras contra os invasores de Novo Regime Climático. Um novo regime que, por não ser passageiro e estar diretamente relacionado com a questão das injustiças e desigualdades, não deve ser confundido com crise climática. O Novo Regime Climático performa uma fina película denominada Zona Crítica que ainda não interfere no espaço acima dela nem na geologia profunda abaixo dela, cuja atmosfera e geologia foram radicalmente modificadas pela vida. Na opinião de Latour, quando as classes dirigentes dos países signatários firmaram o acordo sobre o clima na COP21, se deram conta de que todos os planos de modernização e expectativas de desenvolvimento continuassem, a Terra não teria território suficiente para alojá-las juntamente com o resto dos seus habitantes – e aqui resto explicita a ausência do tão sonhado mundo comum a ser compartilhado; se deram conta que, para continuarem com seus planos, seriam necessários vários planetas, apesar de só terem a Terra; se deram conta que o problema geopolítico central a ser enfrentado para nutrir alguma esperança de passagem do moderno para o contemporâneo é o novo regime climático.

Segundo Latour, a questão das injustiças e desigualdades foi por exposta por George Bush pai na RIO92<sup>67</sup>, quando afirmou que o modo de vida dos norte-americanos era inegociável, e reafirmada pelo anúncio de Donald Trump em 2017 da retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris sobre o Clima. Em comum, Bush e Trump deixam às claras que os norte-americanos não pertencem à mesma terra que os demais países signatários; que o ideal de mundo compartilhado não existe mais. Como reforço de argumento sobre a verdadeira metamorfose que se produz na noção de clima a partir das evidências de que as promessas de um ideal sonhado de mundo compartilhado igualmente por todos em um solo que seria capaz de abrigar a todos um território globalizado não passam de uma ficção produzida por um certo tipo naturalizado de globalização seria uma ficção<sup>68</sup>, Latour observa que: (1) a aprovação do Brexit (2020) pelo país pioneiro na exploração do espaço ilimitado do mercado marítimo ou terrestre que, diante da migração de milhares de refugiados, decide abandonar o jogo da globalização para salvar um império já extinto e que tenta se desvincular da Europa; (2) a eleição de Donald Trump para presidir o país que se autodefinia por meio de uma emigração que eliminou os povos ancestrais, sua cultura, suas línguas nativas e se apropriou de seus territórios; que impôs ao mundo uma versão muito particular da globalização; que confia seu destino a quem promete isolá-lo numa fortaleza e impede a entrada de refugiados, enquanto segue intervindo a seu bel prazer em toda parte. Antecipando o roteiro do filme *Não Olhe para Cima*<sup>69</sup>, Latour sugere que antes da eleição de Trump, os Estados Unidos tinham duas opções: diante da dimensão

66 LATOUR, Bruno. *Onde Aterrar? – Como se orientar politicamente no antropoceno* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

67 *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, junho de 1992.

68 LATOUR, Bruno. *Onde Aterrar? – Como se orientar politicamente no antropoceno* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 13.

69 Filme *Não olhe para cima*, direção: Adam McKay/Produção: Adam McKay, Kevin Messick, Scott Stuber. Nova York: Netflix, 2021.



da mutação necessária para frear a ânsia desenvolvimentista e consumista e da imensidão de sua responsabilidade, poderiam enfim tornar-se realistas e conduzir o “mundo livre” para fora do abismo, ou poderiam mergulhar na negação. A escolha de Trump indica a decisão de iludir a América por mais alguns anos e de empurrar os outros países para o abismo; (3) a retomada e amplificação das migrações, ao mesmo tempo em que os países enfrentam as ameaças da globalização e tentam se estruturar para acolher os milhares (ou milhões) de imigrantes que, pela ação acumulada das guerras, dos fracassos do desenvolvimento econômico e das mudanças climáticas, saem desesperadamente em busca de um território habitável para eles e para seus filhos.

Mas como os efeitos do novo regime climático afetam a todos os habitantes, tanto os de dentro dos países centrais quanto os de fora dos países periféricos que há séculos vem sendo forçados a abandonar seus antigos solos devastados pelas explorações colonizadoras, guerras, tempestades com violência ou frequência crescentes e pela proliferação de epidemias e pandemias, que precisam mudar completamente seus múltiplos modos de existência.

Diante da perda de centralidade do Antropoceno no enfrentamento da questão climática e luta pela nossa sobrevivência em um sistema terra que, ao reagir à ação humana, sugere a não existência de uma paisagem estável, indiferente e capaz de abrigar os desejos modernizadores – convém reposicionar a reflexão sobre ‘cidadania e território’ no novo regime climático, diante da busca pelas condições possíveis de sobrevivência Terrestre. Latour utiliza o T maiúsculo para designar um novo ator-político: um Novo Mundo que deixa de ser o cenário da ação dos humanos, que acreditavam ser os personagens centrais da aventura terrestre, para incorporar outros actantes que modificam o enredo e sugerem outros desfechos: agora precisamos contar outras histórias performadas junto COM muitos outros expandindo o entendimento de ‘cidadania’.

Figura 5 - Meryl Streep em cena do filme *Não Olhe para Cima*, de Adam McKay. Fonte: Imagem: Niko Tavernise/Divulgação. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1718799788561385-confira-cenas-do-filme-nao-olhe-para-cima>. Acesso em: 21/06/2022.

Para não confundir o Terrestre com o velho solo terrestre ou com o planeta, em alinhamento com Haraway e Despret, Latour recorre ao T maiúsculo e à proposição Gaia de James Lovelock<sup>70</sup> sobre a plena agência de todos os seres vivos nos processos de gênese das condições químicas e geológicas do planeta, que interfere até na composição do ar que respiramos. Como o ar depende e resulta das agências dos seres vivos, a separação entre organismos e meio ambiente perde o sentido. E me leva a seguir a proposição de Latour para deixarmos de falar em humanos e não-humanos, passando a falar em terrestres em meio a outros terrestres – designação que dispensa a especificação de gênero ou de espécie e possibilita a multiplicação dos actantes sem necessidade de naturalizar suas condutas. Assim, os problemas a serem enfrentados pelos terrestres no novo regime climático passam a ser: descobrir e listar quantos são os outros seres dos quais depende nossa subsistência comum; mapear as controvérsias e interesses que sobrepõem uns aos outros; delimitar seus terrenos de vida – expressão latouriana que possibilita deslocar a palavra ‘território’ para um processo de investigação sobre como devem se orientar nesse novo contexto; saber com quem precisamos ou estamos dispostos a coabitar; avaliar as interpretações conflitantes sobre o que são, o que podem ou desejam outros actantes, cuja lista tende a sempre aumentar. Um processo bem diferente da necessidade de escolha entre o novo e o antigo dos Modernos, que costumavam ridicularizar as tradições dos antigos como arcaicas, como algo a ser ultrapassado, impossibilitando incorporar qualquer forma de herança, de retomada ou de geração seja na educação das crianças, nas relações com as paisagens, animais, governos ou divindades<sup>71</sup>. Sem jamais colocar em dúvida a possibilidade de existência de outra política que não seja a dos humanos, Latour esclarece que o novo regime climático, em lugar de colocar em xeque a posição central do humano, questiona sua composição, sua presença, seu destino, os interesses e a composição desse humano, que se modificam. Respaldo em Latour e nos fundamentos da Ciência, *tecnologia e sociedade* (CTS) e *Actor-Network Theory* (ANT)<sup>72</sup>, proponho deslocar a reflexão sobre ‘cidadania e território’ para os territórios de vida.

Penso que esse deslocamento possibilita incluir muitos outros seres terrestres na reflexão sobre cidadania e território, expandindo as múltiplas fronteiras que não param de se sobrepôr umas às outras. Tudo isso sem esquecer de seguir a lógica da filosofia empirista somativa de Isabelle Stengers e Vinciane Despret – “eu sei, eu sei, mas mesmo assim ...[em lugar de] ... ou isto ou aquilo”<sup>73</sup> sobre os efeitos desses múltiplos ‘territórios de vida’ sobre entendimento de ‘cidadania e território’.

**Revista Píxo:** Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

**Paulo Afonso Rheingantz:** O deslocamento de ‘cidadania e território’ a partir de seu entendimento como ‘territórios de vida’ capazes de enfrentar os desafios do novo regime climático nesses tempos de pandemia e minha resposta será inspirada em outro livro recente de Bruno Latour, *Onde estou? – Lições do confinamento para uso dos terrestres*<sup>74</sup>. Este livro, segundo o próprio autor, escrito como um conto filosófico, começa com uma associação entre a pergunta título, feita por um habitante urbano assustado e desanimado depois de um longo confinamento e da necessidade de uso

70 James E. Lovelock, *The Ages of Gaia: A Biography of Our Living Earth*, Nova York: Norton, 1995.

71 LATOUR, Bruno. *Onde Aterrorizar?* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

72 Termo traduzido como Teoria Ator-Rede.

73 LATOUR, Bruno. Prefácio in Vinciane Despret, *O que diriam os animais?* São Paulo: Ubu Editora, 2021, p. 13.

74 LATOUR, Bruno. *Onde estou? – Lições do confinamento para uso dos terrestres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

de máscara para sair às ruas quase desertas que, ao sair uma noite e olhar para a lua cheia, pensa que nela como a única coisa que poderia olhar sem sentir um mal estar. Na sequência, recorro uma longa e bela citação que, além de explicar esse mal estar, resume meu entendimento atual sobre a questão proposta. E a quem estiver lendo, peço perdão pela desobediência ao protocolo de uma entrevista, ao incluir citações e referências. O problema, aqui, é que a tentativa de responder às questões produziu uma série de outras ‘questões de interesse’ cujas associações me conduziram para esses desvios.

Aquilo que mais o desanima – ou melhor, que o assusta – é que há pouco tempo começou a olhar para a lua – ela está cheia desde a noite de ontem – como se fosse a única coisa que ele ainda poderia contemplar sem sentir um mal-estar. O sol? Impossível apreciar seu calor sem pensar imediatamente no aquecimento global. As árvores que os ventos agitam? O medo de vê-las dessecar ou serem cortadas por uma serra o atormenta. Até mesmo pela água que cai das nuvens ele tem a desagradável impressão de se sentir responsável: “Você sabe muito bem que, em breve, a água vai faltar em toda parte!”. Alegria-se contemplando uma paisagem? Ele nem se atreve: toda essa poluição é culpa nossa; e se alguém ainda se encanta com os campos de trigos dourados, é porque se esqueceu de que as papoulas desapareceram. Ali onde os impressionistas pintavam uma profusão de belezas, o herói não vê senão o impacto da Política Agrícola Comum da União Europeia, que transformou os campos em desertos ... Definitivamente, ele só consegue se acalmar lançando seu olhar para a lua: ao menos por sua circunferência e por suas fases ele não se sente de nenhum modo responsável; esse é o único espetáculo que lhe resta. Se o brilho dela o comove tanto, é por conta de seu movimento, enfim, disso ele sabe que é inocente. O que até pouco tempo acreditávamos ser quando olhávamos para os campos, os lagos, as árvores, os rios e as montanhas, em geral, para as paisagens, sem pensar nos efeitos causados por nossos menores gestos. Isso foi antes, e não faz tanto tempo assim.

Ao acordar, começo a sentir os tormentos sofridos pelo herói de Kafka em seu romance *A metamorfose*, o qual, durante o sono, transformou-se em barata, caranguejo ou besouro. Da noite para o dia, o personagem se vê apavorado por não poder acordar como antes para ir trabalhar. Esconde-se debaixo da cama ao escutar o chamado de sua irmã, dos seus pais, e de seu chefe quando batem à porta de seu quarto, cuidadosamente trancada à chave. Ele não consegue se levantar: suas costas estão duras como couraça. Precisa aprender a disciplinar suas patas ou pinças, que se movem em todos os sentidos. Aos poucos, percebe que ninguém mais entende o que diz. Seu corpo mudou de tamanho: sente que tornou-se um “inseto monstruoso”.

Eu também sinto como se tivesse sofrido uma verdadeira metamorfose. Ainda me lembro de que, antes, podia me deslocar inocentemente carregando meu corpo comigo. Agora sinto que devo suportar nas costas, com muito esforço, um longo rastro de CO<sub>2</sub> que me impede de pegar um avião e que constrange todos os meus movimentos, tanto que mal me atrevo a digitar em meu teclado por medo de fazer derreter uma geleira distante. Mas tudo está pior desde janeiro de 2020 porque, como se aquilo tudo não bastasse, toda hora sou lembrado de que minha boca pode emitir uma nuvem de aerossóis cujas gotículas finas transmitem vírus minúsculos que alcançam os pulmões e podem matar meus vizinhos, sufocando-os em suas camas e fazendo colapsar os serviços hospitalares. É como se agora eu tivesse, tanto à minha frente quanto atrás de mim, uma carapaça de consequências cada vez mais terríveis que preciso aprender a arrastar. Se me empenho para manter as distâncias recomendadas respirando com dificuldade por trás da máscara cirúrgica, não chego

a me arrastar muito longe, já que, assim que começo a encher meu carrinho de compras, o mal-estar aumenta: essa xícara de café arruína o solo dos trópicos; essa camiseta joga na miséria uma criança de Bangladesh; o bife malpassado que eu comia com tanto gosto emite bufadas de metano que aceleram ainda mais a crise climática. Então gemo e me contorço, apavorado com essa metamorfose. Será que vou finalmente acordar desse pesadelo e voltar a ser como antes: livre, íntegro, móvel? Um humano como antigamente, ora! (LATOURL, 2021, p.20-21).

Ficar confinado? Tudo bem, desde que seja por apenas algumas semanas, não para sempre; isso seria terrível demais. Quem gostaria de terminar como Gregor Samsa, morto dessecado em uma gaveta, para o grande alívio de seus pais?

No entanto, houve de fato uma metamorfose e não parece ser possível voltar atrás, acordando desse pesadelo. Confinados ontem, confinados amanhã. O “inseto monstruoso” deve então aprender a se mover de viés, a enfrentar seus vizinhos e seus pais (talvez a família Samsa comece, ela também, a sofrer mutações?), todos desconfortáveis com suas antenas, seus vestígios, seus rastros de vírus e gás, com suas próteses estalando, um som horrível de aletas de aço colidindo. “Mas onde estou?": em outro lugar, outro tempo, outro alguém, membro de outro povo. Como se acostumar a isso? Tateando, como sempre; que outra maneira haveria?

Kafka acertou em cheio: o devir-barata oferece um ótimo ponto de partida para nos orientarmos e analisarmos os prós e contras da situação. É verdade que, por toda parte, os insetos se veem ameaçados de extinção, mas as formigas e os cupins ainda estão por aí. Para ver aonde isso nos levará, por que não começar por suas linhas de fuga?<sup>75</sup>

Em sua reflexão, Latour considera que habitat e habitante estão em continuidade tanto nas cidades quanto nos cupinzeiros e formigueiros, que são os exoesqueletos de seus habitantes: “definir um é definir os outros”. E segue seus argumentos, agora relacionando um habitante urbano e sua cidade com um caranguejo ermitão em sua concha:

“Então, onde estou?” Estou *na, por meio da* e, em parte, *graças* à minha concha. A prova disso é que sequer consigo levar meus mantimentos até minha casa sem o elevador que me permite fazê-lo. Seria o habitante urbano um inseto “de elevador”, como se diz que uma aranha é “de teia”? Mas, para isso, é preciso que os proprietários cuidem do funcionamento da maquinaria. Por trás do inquilino, uma prótese; por trás da prótese, proprietários e agentes de manutenção, e assim por diante. A estrutura inanimada e aqueles que a animam são uma coisa só. Um habitante urbano isolado existe tanto quanto um cupim fora do cupinzeiro, uma aranha sem sua teia, ou um indígena cuja floresta foi destruída. Um cupinzeiro sem cupim é o mesmo que um monte de lama – assim como nos pareciam os bairros de luxo quando, durante o confinamento, passávamos diante de todos aqueles prédios suntuosos sem ver quaisquer habitantes para animá-los.

Se a cidade não é exatamente estranha aos modos de ser de um urbano, o quão longe preciso ir para topar com algo que esteja realmente *fora* dela? Neste verão, na região do Vercors, no sopé do Grand Veymont, um amigo geólogo nos mostrava que o cume desse penhasco suntuoso era um imenso cemitério de corais – outra conurbação gigante, há muito abandonada por seus habitantes, cujos restos amontoados, prensados, enterrados e, depois, erguidos, erodidos e suspensos, acabaram engendrando esse belo calcário urgoniano, cuja pedra branca com cristais finos brilhava sob a lupa do meu amigo. Ele chamava esses calcários de “bioclásticos”, o que significa que foram “feitos de todos os detritos dos viventes”. Não haveria, então, nenhuma ruptura, nenhuma descontinuidade quando passo do cupinzeiro urbano, tão bioclástico, ao vale do Vercors, talhado outrora por uma geleira em meio a um cemitério de incontáveis viventes? Isso me faz sentir um pouco menos alienado. Posso ir cada vez mais longe, movendo-me como um caranguejo. Minha porta não está mais trancada à chave (LATOURL, 2021, p.20-21).

Penso que os arquitetos e urbanistas precisam passar por uma profunda metamorfose que possibilite que eles comecem a destrancar suas portas e a sair de suas conchas – da formação, das atribuições e compromissos profissionais, dos egos e vaidades e de sua cidadania, entre outras. E aqui a *Cosmopolítica Urbana* proposta por Anders Blok e Ignacio de Farias e o *Design Cosmopolítico* proposto por Albena Yaneva emergem como abordagens inspiradoras para explorar as dinâmicas das associações dos actantes que constituem os ‘territórios de vida’ do mundo comum dos *Terrestres* que habitam os múltiplos exoesqueletos, expandindo e complexificando o entendimento de que “definir um é definir os outros” terrestres, os riscos de nossas existências, inclusive as dos humanos. Parodiando Latour, uma história completamente diferente de ‘cidadania e território’ nos espera.

**Revista Pixo:** Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”?

**Paulo Afonso Rheingantz:** Em alinhamento com a resposta à primeira pergunta e diante da reflexão do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, de que todas as nossas agências tem consequências morais e ontológicas, e que nosso mundo não é o único nem o melhor, tenho muitas dificuldades em responder a esta questão. Especialmente quando associada às políticas ontológicas de Annemarie Mol. Como nossas agências performam múltiplas realidades, é difícil respondê-la sem cair na armadilha de reduzir ou simplificar a riqueza dessa multiplicidade dinâmica. E assim retomo uma discussão originalmente proposta no Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ) de 2010 na Sessão Temática Urbanidade e posteriormente registrada no livro *Urbanidades*<sup>76</sup> organizado por Douglas Aguiar e Vinicius Netto. Assim como a designação composta urbanidade-desurbanidade que sugeri, penso que seu quase-sinônimo cidadania e não-cidadania – neologismo que evita utilizar *rural* como antônimo mais comum a urbanidade nos dicionários, por considerá-lo descabido e preconceituoso – que a questão da cidadania também deveria ser

<sup>75</sup> LATOURL, Bruno. *Onde estou? – Lições do confinamento para uso dos terrestres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 11-14.

<sup>76</sup> AGUIAR, Douglas; NETO, Vinicius (Orgs.); HOLANDA, Frederico de; ANDRADE, Luciana; KRAFTA, Romulo; TRIGUEIRO, Marcele; RHEINGANTZ, Paulo Afonso; FIGUEIREDO, Lucas; *Urbanidades*. Rio de Janeiro, RJ, FAPERJ, Folio Digital, 2012.

sempre uma designação composta das duas palavras cidadania-nãocidadania reunidas por um hífen que sinaliza a existência de uma tensão dinâmica e variável entre os dois opostos, embora sempre fique a incerteza de que ela seja a forma mais adequada para lidar textualmente com a heterogeneidade dinâmica e instável do conjunto de relações capazes de acolher diferentes performances e suas correspondentes e também múltiplas traduções. Sem esquecer que o verbo traduzir implica em transformação e na possibilidade de equivalência de que uma coisa ou relato possa representar outra, o que nos obriga a admitir que nossas traduções são empíricas, locais e variáveis; que não existem traduções ‘certas’, ‘erradas’ ou indiscutíveis. Assim, estou convicto de que a leitura dos relatos sobre algumas de minhas experiências com ‘cidadania-nãocidadania’ só faça sentido se os interiores-exteriores de seus territórios e fronteiras forem diluídos, relativizados ou associados com outras versões. E o mesmo acontece com ‘Território’ com T maiúsculo para não ser confundido com o velho solo terrestre ou com o planeta. Mas penso que também é conveniente seguir o alerta do geógrafo Marcelo Lopes de Souza<sup>77</sup> de que, em sua essência, ‘território’ é um instrumento de exercício de poder materializado espacialmente sem deixar de contemplar os aspectos culturais e econômicos, rotineiramente coisificado pelos autores clássicos como ‘espaço geográfico’. Mas em se tratando de sua essência nos termos propostos por Souza, sua grafia não deveria reunir dois substantivos, mas sim dois verbos, uma vez que poder é uma agência que não existe em si mesma. Essa substituição de substantivos por verbos me remete ao incômodo que sinto ao ouvir a palavra ‘identidade’, tão apreciada e utilizada pelos arquitetos seja em trabalhos acadêmicos ou profissionais. E inevitavelmente lembro dos argumentos de Zygmunt Bauman<sup>78</sup> sobre a tendência de ‘fixar’, ‘identificar’ e ‘ancorar’ nossos heróis populares ou acadêmicos em uma época em que eles deveriam estar livremente flutuantes e desimpedidos nessa época líquido-moderna. Argumenta que a ideia de ‘identidade’ nasceu em resposta à crise de pertencimento e do esforço para transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’ para recriar a realidade à semelhança da ideia como representação de instituições como Família, Estado e Igreja. Argumenta que a urgência para retirar as âncoras sociais que sugeriam um modo ‘natural’ predeterminado e inesgotável implica em substituir ‘identidade’ por ‘identificação’. E cita sua condição de judeu polonês impedido de permanecer na Polônia, que escolheu – e foi por ela acolhido – a Grã-Bretanha para residir e lecionar. Privado oficialmente de sua cidadania polonesa e sendo um estranho refugiado em um país estrangeiro que, depois de algum tempo, naturalizou-se britânico, mesmo tendo seu banimento revogado e celebrado, sua identidade permanecia a de um judeu polonês, mas seu sentimento de pertencimento ou ‘identificação’ era de um cidadão britânico.

Diante dos desafios diante do novo regime climático, penso que na condição de Terrestres compartilhando e negociando nossos territórios de vida comum com muitos outros seres terrestres, expandindo as fronteiras e complexificando as consequências de nossas múltiplas agências, que não param de se sobrepor umas às outras, penso que questão das minhas experiências pessoais e as acadêmicas envolvendo ‘cidadania e território’ deva permanecer em aberto, se possível seguindo a já mencionada lógica da filosofia empirista somativa de Isabelle Stengers<sup>79</sup> e Vinciane Despret<sup>80</sup>: “eu sei, eu sei, mas mesmo assim ...[em lugar de] ... ou isto ou aquilo”.

77 SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

78 BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

79 Filósofa e historiadora belga notável por sua contribuição na filosofia da ciência.

80 Filósofa belga da ciência, professora associada da Universidade de Liège, na Bélgica.

Mas para não desapontar a equipe de editoria nem que está tentando ler essas linhas, talvez exista um caminho possível, indicado por Eduardo Viveiros de Castro<sup>81</sup> e por Bruno Latour<sup>82</sup>: aprender com os índios que, mesmo diante do término de seu mundo em 1492, seguem sobrevivendo em um mundo que não é mais o deles. O mesmo vale para a extensão da sugestão proposta por Bruno Latour, de que precisamos aprender com os povos colonizados a enfrentar a fuga adiante exigida pela modernização a que tem sido implacavelmente submetidos e resistir, querer permanecer em um solo, cuidar da terra, criar vínculos com esses lugares.

**Revista Píxo:** Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”?

**Paulo Afonso Rheingantz:** Penso que minha atual pesquisa, que foi delineada antes da leitura de *Onde Aterrorizar?* e de *Onde Estou?* Para avaliar os seus efeitos sobre o entendimento aqui apresentado terá de fazer os ajustes e redirecionamentos na medida em que eles forem surgindo. Diante das associações e agências que se produzem nas contínuas associações envolvendo os terrestres em meio a outros terrestres e seus terrenos de vida e de ontologias exploratórias alternativas dos movimentos que se produzem em suas contínuas associações. Esses ajustes podem contribuir para a tão sonhada metamorfose dos arquitetos e urbanistas em sua luta para enfrentar o novo regime climático.

A exemplo de Debora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro, precisamos aprender a nos situar em um ambiente de mudanças acelerado, que torna o futuro cada vez mais imprevisível, na medida em que os humanos continuarem a agir do mesmo modo dominante nos últimos 300 anos de dominação e influência dos modernos. E para que essa metamorfose seja possível, seria prudente se nós humanos começássemos a aprender a conhecer e incorporar outras cosmologias, como as dos povos originais de todos os continentes, bem como de outras concepções de ‘terrenos de vida’.

A começar pelas ideias de Ailton Krenak para adiar o fim do mundo – cuja etimologia reúne as partículas *kre*, que significa cabeça e *nak*, que significa terra – líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor da etnia crenaque e sua crítica contundente à crença euroamericana na existência de uma humanidade esclarecida que deveria encontrar e trazer para a luz uma outra humanidade obscurecida – dos povos originais. Ele também questiona por que seguimos insistindo tanto em participar dessa espécie de ‘clubes da humanidade’, que se contenta em limitar nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade. Reconhece e afirma o entendimento de muitos povos originais de que a terra é um organismo do qual somos parte, chamado natureza; que tudo é natureza – uma evidência da origem da hipótese Gaia de Lovelock. Ele também observa com preocupação que, quando nós humanos despersonalizamos um rio ou montanha, entendendo que estes são atributos exclusivos dos humanos, estamos liberando esses lugares para que se tornem meros resíduos da atividade industrial, enquanto caminhamos para viver em ambientes artificiais produzidos pelas corporações que exploram e devoram as florestas, montanhas e rios ... ou em sua clara crítica aos arquitetos e urbanistas: se formos a Tóquio, Berlim, Nova York, Lisboa ou São Paulo, veremos o mesmo entusiasmo para construir torres incríveis que, com suas espirais e elevadores se parecem mais com uma história ou viagem com Flash Gordon. Ou seu desapego com a ideia de nós humanos nos descolarmos da terra, e de nosso desconforto com a organicidade dos núcleos que ficaram meio esquecidos

81 Antropólogo brasileiro, professor de Antropologia Social no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

82 Antropólogo, sociólogo e filósofo francês da ciência. Professor do Institut d'Etudes Politiques de Paris. Página inicial. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/index-2.html>>. Acesso em: 23/06/2022.

nas bordas do planeta, nas margens dos rios ou nas beiras dos oceanos e teimam em seguir agarrados à terra, que aparentemente querem comê-la, deitar-se, manar ou deixar-se envolver por ela. Segundo Krenak, quando despersonalizamos o rio ou a montanha e os despimos de seus sentidos, entendendo que eles são atributos exclusivos dos humanos, liberamos esses lugares para que se tornem meros resíduos da atividade industrial.

Outros questionamentos importantes, são propostos pelo pagé yanomani Davi Kopenawa sobre como é possível seguirem existindo grupos de habitantes de uma espécie de fim de mundo, que ainda sejam capazes de habitar uma cosmovisão, um lugar que compartilham de um modo tão especial com os espíritos da floresta e com todos os demais seres terrestres, onde tudo ganha um sentido, onde todos eles têm seus interesses específicos ao mesmo tempo em que são portadores de alguma possibilidade de existência. Povos que não pensam o espaço como um lugar confinado, mas sim como um cosmos do qual todos podem despencar em seus paraquedas coloridos.

Outra boa maneira de pensar sobre os avanços sobre a reflexão sobre 'cidadania e território' é não esquecer da pergunta lançada por Ailton Krenak sobre a humanidade que queremos ser: "qual é o mundo que vocês estão agora empacotando para deixar às gerações futuras?"

Em *Morte na Floresta*, a antropóloga Aparecida Vilaça<sup>83</sup> nos brinda com mais uma contribuição das cosmologias indígenas, ao explicar que nelas os mitos não ficam nas lembranças, uma vez que eles se atualizam continuamente no presente por meio dos acontecimentos cotidianos: "o mundo mítico não é passado, mas uma esfera do presente, que vez por outra se manifesta".

**Revista Pixo:** Indicaria alguém para ser entrevistado sobre a temática "cidadania e território"?

**Paulo Afonso Rheingantz:** Indico a geógrafa Rita de Cássia Montezuma, professora e pesquisadora da UFF<sup>84</sup>, minhas colegas arquitetas e professoras do Proarq<sup>85</sup>, Vera Tângari – líder do Grupo Sistema de Espaços Livres do Rio de Janeiro (SEL-RJ)<sup>86</sup> – e Giselle Azevedo, professora, líder do Grupo Ambiente-educação (GAE)<sup>87</sup> – e parceiras do ProLUGAR<sup>88</sup>; o arquiteto e doutor em geografia Alex Lamounier, professor da UFF<sup>89</sup> e pesquisador do SEL-RJ<sup>90</sup>.

83 Aparecida Vilaça. *Morte na Floresta*. Rio de Janeiro: Todavia, 2020. [eBook Kindle]

84 Universidade Federal Fluminense, site: <<https://www.uff.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.

85 Programa de Pós Graduação em arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.proarq.fau.ufrj.br/>>. Acesso em: 23/05/2022.

86 Site do grupo disponível em: <<http://www.gruposelrj.fau.ufrj.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.

87 Site do grupo disponível em: <<http://www2.gae.fau.ufrj.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.

88 Site do grupo disponível em: <<https://prolugar.fau.ufrj.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.

89 Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<https://www.uff.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.

90 Sistemas de Espaços livres no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.gruposelrj.fau.ufrj.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.



# O TERRITÓRIO PARA AS PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES

## THE TERRITORY FOR THE INSURGENT URBAN PRACTICES

Tiago Balem<sup>1</sup> e Paulo Reyes<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo apresenta um debate conceitual sobre a noção de território tomando-o como princípio para elucidar os estudos sobre práticas urbanas insurgentes. Para isto, propõe-se somar a abordagem da filosofia que entende o território como fluxo criativo e expressivo à concepção ligada à geografia que o entende como espaços delimitados a partir de relações de poder e controle social. Neste artigo, procura-se sinalizar como o espaço urbano passa a ser um *locus* de construção de um território discursivo de conflitos. Enquanto os discursos do poder do Estado-capitalista e do mercado materializam-se nas privatizações de áreas públicas, nestes mesmos espaços as práticas urbanas insurgentes operam discursos em contraposição. Essa situação é analisada neste artigo a partir do caso da Primavera Secundarista que ocupou mais de 1000 escolas em todo o Brasil, a fim de expor como esses discursos ganham visibilidade em um espaço público.

Palavras-chave: Território, práticas urbanas insurgentes, Primavera Secundarista, arquitetura contra-hegemônica.

### Abstract

*The article presents a conceptual debate on the notion of territory, taking them as a principle to elucidate studies on insurgent urban practices. For this, it is proposed to add the approach of philosophy that understands the territory as a creative and expressive flow to the conception linked to geography that understands it as spaces delimited from relations of power and social control. In this article, we seek to signal how the urban space becomes a locus for the construction of a discursive territory conflict. While the discourses of state-capitalist and market power materialize in the privatization of public areas, in these same spaces as insurgent urban practices operate discourses in opposition. This situation is analyzed in this article from the case of Primavera Secundarista that occupied more than 1000 schools throughout Brazil, in order to expose how these discourses gain visibility in a public space.*

*Key words: Territory, insurgent urban practices, Primavera Secundarista, counter-hegemonic architecture.*

1 Doutor [2021] em Planejamento Urbano e Regional no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [PROPUR UFRGS]. Mestre em Design Estratégico [2010] pela Unisinos. Graduado em Arquitetura e Urbanismo [2004] pela UniRitter. Pesquisa na linha de pesquisa cidade, cultura e política [área de concentração: planejamento urbano e regional e os processos sociais] e com vínculo ao Grupo de Pesquisa CNPq [POIESE] Laboratório de Política e Estética Urbanas.

2 Pós-Doutorado em Filosofia [2020] Universidade Nova de Lisboa. Doutorado em Ciências da Comunicação [2004] pela Unisinos e pela Universidade Autônoma de Barcelona. Mestrado em Planejamento Urbano [1992] pela UnB. Especialização em Design Estratégico [2008] pela Unisinos. Graduação em Arquitetura e Urbanismo [1987] pela UniRitter. Professor Associado da Faculdade de Arquitetura da UFRGS no departamento de Urbanismo. Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional PROPUR UFRGS. Coordenador do Grupo de Pesquisa CNPq [POIESE] Laboratório de Política e Estética Urbanas. Coordenador do Grupo de Pesquisa CIDADE[IN]PENSADA no CNPq e é Pesquisador no Grupo de Pesquisa Arquitetura, Derrida e aproximações.

### Introdução

A palavra território permanece sendo usada de maneira muito ampla. Como noção conceitual, território não é restrito a uma disciplina específica e, desde o final do século passado, o quadro das reformulações teóricas insere-a além dos debates da geografia e planejamento urbano, também, na filosofia, antropologia, artes, ciências sociais e políticas. Nesse contexto, e reconhecendo que o conceito continua a gerar interpretações e aplicações diversas, esta pesquisa toma-o como princípio para elucidar os estudos sobre as práticas urbanas insurgentes. Assume-se, desde o início, que a noção de território não está atrelada a um dado estático. Território, portanto, é processual. Ou seja, como pensa Deleuze e Guattari, território é ato. Então, não se toma território como substantivo, mas como verbo: territorializar. Assim, este artigo considera que, à luz de um posicionamento em relação às práticas urbanas insurgentes, elas podem ser definidas por um processo de territorialização por insurgências.

O território, no sentido que o associa a uma necessidade de controle ou apropriação do espaço se apresenta como elemento imaterial e simbólico para representação e distinção social. É preciso entender que território não existe como uma realidade em si, neutra, mas se apresenta sempre como um ato de disputa. Há um aspecto temporal, dinâmico e em rede que o território assume, no qual a integração de suas múltiplas dimensões é vista por meio das relações conjuntas de dominação, ou seja, de relações de poder em sentido amplo.

Para avançarmos nesse sentido amplo dado por Deleuze e Guattari, acrescemos as definições de território por Sack (1986) e sintetizadas por Souza (2020), tais como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 2020, p. 78). Este artigo também se vale das contribuições de Haesbaert (2007) para quem é possível falar em multiterritorialidade, em que as territorializações são resultantes não apenas da sobreposição de múltiplos territórios, mas, também, “da possibilidade de sua experimentação/reconstrução de forma singular pelo indivíduo, grupo social ou instituição”, na qual uma reterritorialização complexa e de conexões em rede constrói a possibilidade de interpretação do território, principalmente a dos fenômenos urbanos. Reforça-se que esses autores e suas perspectivas têm em comum o conceito de território conferida à matriz filosófica de Gilles Deleuze e Félix Guattari, expressa pelo trinômio “territorialização-desterritorialização-reterritorialização”, desdobradas pelo conceito de “agenciamento”. Tais noções são fundamentais para a discussão que segue sobre a territorialização das práticas urbanas insurgentes que se propõe apresentar neste artigo. Assim, partir de Deleuze e Guattari, pensa-se o território para as práticas urbanas insurgentes como um ato, ou seja, o território não é um objeto ou um espaço circunscrito e geométrico, mas um meio construído por partes ou interesses que se anexam e se desprendem conforme “desejos” e “agenciamentos”, neste caso para “desterritorializar” discursos hegemônicos e “reterritorializar” contra-discursos nos espaços ocupados.

Objetiva-se elucidar que a compreensão sobre a noção de território, ou seja, sobre as relações de poder que se projetam e agenciam o espaço urbano, seria capaz de ampliar o entendimento dos conflitos na cidade, tais como os que ocorrem por práticas urbanas insurgentes. Da mesma forma, pretende-se sustentar que pensar essas práticas insurgentes podem contribuir também para a ampliação do sentido de território, especificamente aquelas utilizadas no campo dos estudos urbanos.

Práticas urbanas insurgentes são práticas sociais de resistência e luta para conter o avanço de processos de precarização da vida, associados aos processos de privatização de espaços e serviços, manejados pelo advento da dominação do capital sobre o Estado ou a ele combina do. A noção proposta de práticas urbanas insurgentes

se referem, portanto, às táticas de apropriação do espaço com o objetivo de exercer um contra-poder a uma dada situação de dominação, combatidas por meio de ação direta. As insurgências, atreladas aos processos de urbanização, são o tema deste estudo, inquiridas aqui como uma categoria de análise atrelada à noção de território.

### O território e as relações de poder

O vocábulo “território” é pensado por Haesbaert (2007) como um conceito multifacetado, abrangendo vários sentidos: a Geografia tende a enfatizar a materialidade do território e sua relação com a sociedade; as Ciências Políticas enfatizam sua construção a partir de relações de poder; a Economia como localização de bases produtivas; a antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente associando-o a sociedades originais; a sociologia enfoca-o a partir de sua intervenção nas relações sociais; e a psicologia incorpora o território no debate sobre construção da subjetividade ou da identidade pessoal.

Ao agrupar essa série de perspectivas, o autor organiza as diferentes acepções do conceito em quatro categorias: política, cultural, econômica e natural. A linha que atrela à política refere-se às relações de espaço-poder ou a questões jurídico-políticas institucionalizadas e vinculadas ao Estado, compreendendo o território como espaço delimitado e controlado. A vertente cultural refere-se aos aspectos simbólicos e subjetivos, em que ele é visto como lugar de apropriação de um grupo. A linha econômica entende o território como fonte de recursos para o capital e para o trabalho. A vertente natural faz referência ao conceito com base nas relações entre a sociedade e a natureza na interface do homem e seu ambiente físico.

Haesbaert (2007) separa, ainda, o debate sob três perspectivas filosóficas: uma que entende território sob seu aspecto materialista, afirmando ser o território restrito a uma base espaço-material sobre a qual se reproduz a sociedade, ou seja, uma espécie de palco, reflexo ou produto dela; outra, idealista, que o coloca como substrato-físico, como mediador, componente fundamental para essas relações da sociedade; e a terceira, enfatiza o seu sentido relacional, ou seja, o território é o substrato ou espaço social em si, mas um campo de forças de poder em que se opera espacialmente e por contornos delimitados.

A terceira perspectiva, a que liga território às relações de poder, enfatiza sua dimensão política, incorporando uma forte dimensão relacional entre a materialidade espacial e a subjetividade. Nesse entendimento do território, enquanto campo de disputas e de conflitos imanente às relações sociais de poder, recebe importantes contribuições, para seu debate, a partir do trabalho desenvolvido por Claude Raffestin, em *Por uma geografia do poder* (1993), e por David Sack, em *Human Territoriality* (1986).

Raffestin (1993) propõe uma abordagem de território como base na realidade material das relações de poder e faz essa fundamentação a partir da distinção com o conceito de espaço. Para ele, é fundamental entender que o espaço é anterior ao território. Enquanto o espaço pode ser um “trunfo”, suporte apropriado, produzido, e dotado de significado, o território “é o campo de ação dos trunfos”, sendo, ao mesmo tempo, recurso e entrave, continente e conteúdo (RAFFESTIN, 1993, p. 60). Raffestin considera como trunfos do poder a população, os recursos e o território, e adverte que o ideal do poder é jogar com os símbolos que advém desses trunfos. Nesse sentido, o território passa a ser uma representação idealizada sobre ele mesmo, com projeções espacializadas, sendo mais do que uma realidade concreta ou algo tangível.

Diferentemente, mas ainda sob essa perspectiva relacional, na concepção de Sack (1986), a construção do território ou da territorialidade (termo que o autor utiliza com mais frequência) é a incorporação de áreas ou do espaço a partir da ideia de controle e dominação para obtenção ou conservação de vantagens espaciais de recursos e pessoas. Para Sack (1986), a territorialidade é a base para o poder. “É uma expressão geográfica primária do poder social. É o meio pelo qual o espaço e a sociedade estão inter-relacionados” (p. 63). A territorialidade é melhor entendida como estratégia espacial para atingir o objetivo de poder. Para o autor, a territorialidade é definida como “(...) tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (p. 76). Nesse aspecto, Sack apresenta a faceta da mobilidade do território, ao afirmar que a territorialidade pode ser ativada e desativada em razão de uma vasta gama de variáveis, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou naturais. Para ele, o território não é um dado e sim o resultado de diversos processos, um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com os interesses dos atores ou do contexto social e histórico, a fim de afetar o comportamento por meio do controle de seu acesso. Portanto, a contribuição de Sack (1986) está na afirmação de que as territorialidades se definem por estratégias que podem ser utilizadas como forma de obtenção de vantagens espaciais pelos indivíduos que as acionam.

As interpretações que investem na noção do espaço geométrico como ‘território’ referem-se ao termo como objeto de disputa e dominação. Como visto, o território pode ser composto por várias dimensões: físicas, sociais, econômicas e culturais. Contudo, o espaço, como entidade geométrica, pode compor o território, e, como poderá ser visto no exemplo a seguir, nunca o define, não é um dado a priori, mas agenciado para um processo de territorialização. De acordo com essa perspectiva, a territorialização adquire um valor importante, pois reflete a dimensão da experiência territorial dos atores que comungam desse processo e que definem o território. Os atores que experimentam esse processo territorial tanto habitam o lugar desse processo, como estão envolvidos em um sistema de relações de poder que procura modificar as relações físicas e sociais. Assim, pode-se afirmar que o território, nessa perspectiva relacional, ocorre enquanto mediação espacial do poder, resultante de múltiplas dimensões, incluindo desde sua natureza política até seu caráter simbólico.

### O território está em fluxo

Se anteriormente fez-se referência à definições de território e suas relações humanas com o meio, natureza, sociedade, aspectos simbólicos e às disputas de poder; a acepção elaborada na filosofia por Deleuze e Guattari, coloca-o como ato existencial primordial e um devir. Esta fundamentação define o território como uma elaboração em constante fluxo. Na obra *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1998), o conceito de território ganha uma circunscrição, enquanto processo contínuo de subjetivação, em relação a processos concomitantes de territorialização, desterritorialização e reterritorialização provocadas pelas práticas humanas. Seguindo essa lógica dos autores, a espacialidade do território está em permanente fluxo, em movimento e em vias de encontros por meio de novos “agenciamentos”.

Agenciamento é um conceito fundamental para entender a noção de território desenvolvida por Deleuze e Guattari. Segundo eles, o agenciamento diz respeito ao acoplamento de um conjunto de relações materiais a um regime de signos correspondentes. O agenciamento é formado pela expressão (agenciamento coletivo de enunciação) e pelo conteúdo (agenciamento maquínico de desejo), conformando um conjunto de partes conectadas que formam uma composição de interesses compartilhados. O agenciamento ocorre, portanto, ao se juntarem elementos (corpos)

de naturezas diferentes, que, nesse encontro, funcionam como uma coletividade, pois há uma simpatia entre eles, uma conveniência, “uma relação melódica”, “um desejo maquínico” que os faz acoplarem-se. Esta conveniência entre diferentes corpos forma o desejo. O desejo é uma força ativa primária que requer um agenciamento. Ele é maquínico, pois é produtivo e construtivo ao agenciar elementos. O desejo é sempre conformado por um conjunto de desejos em que os corpos se rearticulam para facilitar uma conveniência. É dessa concepção de agenciamento em Deleuze e Guattari que se estrutura o conceito de território, pois é o desejo, enquanto potência de agenciamentos, quem cria territórios. Assim, o território é um ato agenciado de um determinado movimento, em que predominam “campos de interioridade”, como numa força centrípeta que reafirma esse agrupamento. Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um movimento, uma ação, um ato, uma relação, um arranjo.

No sentido proposto por Deleuze e Guattari, território não é fixo, mas transitório, está em permanente construção, cuja marcação é o ato que se faz expressivo, “componentes do meio tornados qualitativos” (DELEUZE e GUATTARI, 1998, v.4, p.122). Para eles, o território delimita o espaço de “dentro” e o de “fora”, estabelece propriedade, apropriação e identidade além de possuir um valor existencial. Sob esta perspectiva, pode-se dizer que o território, para os autores, é um meio essencialmente comunicante de multiplicidades, pois, como afirmam, “as funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território” (1998, v.4, p. 122). Sob essa perspectiva, territorializar é delimitar o espaço seguro e controlado de “dentro”, em que a definição do território se dá pelas maneiras como se habita nele e pelos múltiplos meios por que os indivíduos que o vivenciam o codificam. Portanto, o movimento que cria o território (codificado) resulta de um processo constante de “territorialização-desterritorialização-reterritorialização” (DELEUZE; GUATTARI, 1998, p. 128).

Em relação à interpretação vinculada à noção de lar e código, o contrário seria o estado de desterritorialização, que significa o movimento de abandonar o território, ou a ação de territorializar à margem do código, lembrando que na noção de território para Deleuze e Guattari ele está sempre em fluxo. Assim, desterritorializar significa não pertencer, momentaneamente, a território algum e, ao mesmo tempo, significa uma transmutação para outros territórios, por meio da reterritorialização. Nesse processo, os agenciamentos, que funcionam como componentes do território, operam também em seu desmantelamento, reativando o fluxo para novos arranjos, encontros e acoplamentos. A desterritorialização, portanto, nunca ocorre unilateralmente, sendo sempre necessários, no mínimo, dois componentes: “(...) mão-objeto de uso, boca-seio, rosto-paisagem” em que cada uma dessas partes serve de territorialidade nova para o outro que também perdeu a sua” (DELEUZE E GUATTARI, 1998, p. 41). Esse processo territorialização-desterritorialização-reterritorialização produz, o tempo inteiro, uma desconstrução de traços identitários.

### O território em disputa

Para seguir com a revisão do quadro teórico do conceito de território e precisar o seu uso neste artigo, é preciso pontuar a perspectiva que o campo de estudos da disciplina de Planejamento Urbano assume. A prática do planejamento urbano sempre teve alguma concentração de poder de decisões, algum grau de envolvimento, de responsabilidade institucional e econômica, que procuram equilibrar relações de poder aplicadas ao espaço geométrico urbano. Dada a complexidade das camadas que compõem o urbano e as dificuldades de sistematização e apreensão das diferentes formas de habitar a terra, os fluxos econômicos, de pessoas e de informação podem dar a dimensão do quebra-cabeça que significa planejar uma cidade e gerenciar uma série de disputas e de distintos interesses. Para compreender o processo de territorialização

que emerge nas práticas urbanas insurgentes, esta investigação propõe a necessidade de somar a noção desta abordagem filosófica que entende o território como fluxo criativo, expressivo produtor de processos de subjetividade (Deleuze e Guattari, 1998) à concepção de território ligada à geografia que o entende como espaços delimitados a partir de relações de poder e controle social (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993 e SOUZA, 2020).

O território, para as práticas urbanas insurgentes, exige reconhecer, no espaço, relações de disputas de poder pelo conflito de desejos entre segmentos da sociedade civil e, destes, com o Estado capitalista e o mercado produtor da cidade neoliberal. Assim, a territorialização para as práticas urbanas insurgentes utiliza o espaço para produzir discursos contra-hegemônicos sobre o urbano. A reterritorialização é, portanto, o conjunto de forças contrárias aos discursos do capital investido sobre a terra urbana para desterritorializar (apagar; descodificar) códigos hegemônicos na cidade. E é este o movimento que interessa aqui, pois é ele quem fundamenta a análise sobre práticas urbanas insurgentes. Portanto, o conceito de território que agora se adota é orientado pela passagem da ideia de espaço geométrico em direção a uma que, além de conceder suporte físico para as relações de poder, constitui-se como agenciador de forças de oposição para manifestação política e processos de desterritorialização-reterritorialização de discursos sobre a terra urbana.

Para fundamentar essa perspectiva, retorna-se ao trabalho de Haesbaert (2007), que, a partir de Lefebvre, indica que se deve estudar o território enquanto um processo de dominação e/ou apropriação em sua multiplicidade de manifestações, mas, sobretudo, por meio da multiplicidade de poderes neles incorporados por meio dos múltiplos sujeitos envolvidos. Desse modo, a compreensão de poderes investidos no território, deve levar em conta “(...) os múltiplos sujeitos do poder, e a resistência que lhes é inerente” (Haesbaert, 2007, p. 25). O autor esclarece que isso diz respeito tanto ao poder no sentido mais evidente, aquele relacionado a dominação, quanto ao poder no sentido mais tácito ou simbólico, o de apropriação. Haesbaert (2007) lembra Lefebvre, que distingue apropriação de dominação: por um lado, apropriação é atrelada a um processo mais simbólico, em que marcas do “vivido” referem-se ao valor de uso. Por outro lado, dominação é relativa a “possessão” e a “propriedade”, sendo, nesse sentido, mais vinculada ao valor de troca (HAESBAERT, 2007, p. 20). O território para ele “(...) pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (Idem, p. 9). Na definição do conceito de território, Haesbaert (2007) considera necessário abarcar os sujeitos em jogo e seus objetivos políticos, considerando desde os grupos hegemônicos, “(...) até os movimentos sociais de resistência, em suas estratégias de transformação autonomista” (p. 30).

Sob esse aspecto e a partir dessa noção de território, é que se considera a multiplicidade de atores sociais e as relações de poder que delas emergem. Isso acontece não somente porque as arenas políticas das insurgências urbanas refletem diversos conflitos sobre a cidade, mas porque, nas disputas de poder, desempenham um papel influente na condução dos processos sociais.

### As práticas urbanas insurgentes

No Brasil, assistiu-se às denominadas “Jornadas de Junho”, em 2013, movimento de protestos em diversas capitais do país originados em contraposição ao aumento da passagem de ônibus, que se disseminou em manifestações polissêmicas, por centenas de cidades brasileiras, em manifestações de explícito desagravo à participação política e contra os gastos excessivos para a preparação da Copa do Mundo de Futebol em

2014 (Maricato et al., 2013).

Ainda em 2013, em dezembro, irromperam das periferias em direção aos shopping-centers elitizados de São Paulo os chamados “rolêzinhos”. Trata-se de encontros marcados via internet, por jovens, com o objetivo de divertirem-se em espaços demarcados por controle social de classe e cor da pele. A reação imediata dos administradores desses estabelecimentos foi a tentativa, muitas vezes, bem-sucedida, de impedir o acesso desses jovens, estigmatizando-os. A contrarreação foi a multiplicação de atos deste tipo de manifestação por todo o país (PASTEUR E KOPPER, 2017).

Ainda no Brasil, em 2015, explode o movimento denominado Primavera Secundarista, organizado por estudantes que ocuparam cerca de 100 unidades de ensino do Estado de São Paulo durante 60 dias em resposta ao plano do governo de reorganização e fechamento de escolas dessa federação. Em 2016, as manifestações estudantis voltaram a ocorrer, dessa vez em âmbito nacional e atingindo por volta de 1.000 escolas, em diversas cidades do país, onde jovens ocuparam os espaços escolares a fim de se posicionarem contrários à reforma pedagógica do ensino médio e à limitação dos investimentos públicos em educação (DICKMANN E SANTOS, 2019).

Na última década, uma série de contestações espalham-se por diversas capitais, desde de 2013, em relação à falta de identificação com o sistema representativo, mas bastante focado em reivindicações em relação às cidades. Algumas organizam-se em uma espécie de protesto em formato de festa, e outras, inspiradas nos movimentos de ocupação, montam acampamentos em defesa de lugares e contra práticas de privatização de espaços e edifícios públicos, como, por exemplo, o Desocupa em Salvador (2012), Ocupe Cocó em Fortaleza (2013), Ocupe Estelita em Recife (2014), Cais Mauá de Todos em Porto Alegre (2014), Ocupe Golfe (2014) e Ocupa MinC (2016), ambos no Rio de Janeiro, Ocupe Parque Augusta em São Paulo (2015), e Praia da Estação em Belo Horizonte (2012); casos detalhados, por exemplo por Barbalho (2018); Nóbrega (2016); Marino, (2018); Rolnik, (2019); Flores e Oliveira (2016).

Essa série de ativismos emergiu no cenário nacional nesses últimos anos reaquecendo o debate entre diferentes áreas do conhecimento que investigam transformações na sociedade, estando, dentre elas, o Planejamento Urbano, campo em que este artigo se insere. No contexto global, destaca-se os estudos sobre insurgências que ganham relevo nas publicações “Redes de Indignação e Esperança, e “Cidades Rebeldes” de Castells (2013) e Harvey (2014), respectivamente. Em relação a alguns desses eventos recentes, Harvey (2014, p. 209) questiona-se se a cidade tem como impulso uma nova batalha para transformações efetivas no capitalismo ou se eles se referem somente a um desdobramento daquilo que seria a luta essencial, a dos trabalhadores. Para ele, “essas lutas são interpretadas como algo mais voltado para questões de reprodução do que de produção ou sobre direitos, soberania e cidadania e, portanto, não sobre classe” (ibidem, p. 217). Nesse sentido, Harvey (2014) relembra Lefebvre e os Situacionistas, teóricos que defendem a promoção de situações revolucionárias conectadas ao cotidiano, mais do que uma luta organizada via partidos, sindicatos e instituições. O autor aponta para a “união de corpos no espaço público” como um fato importante a ser valorizado neste período (HARVEY, 2012, p. 10).

É incontestável reconhecer que a cidade aparece como um *locus* substantivo para o desenvolvimento do lugar para articulação de novas formas de participação democrática, impondo novas formas de olhar para o planejamento das nossas cidades. Neste sentido, procura-se sinalizar como o espaço passa a ser um *locus* de construção discursiva de conflitos e disputas em choque. Esses discursos precisam do espaço como forma de territorializar questões sobre ele mesmo ou sobre a vida nele. Enquanto os discursos do poder do Estado-capitalista e do mercado materializam-

se nas reintegrações de posse, remoções, revitalizações, privatizações, especulação imobiliária, estacionamento de carros em espaços públicos, decretos proibindo o uso público de praças, as práticas urbanas insurgentes operam discursos em contraposição às práticas neoliberais na cidade. São exatamente nestes espaços que as ações insurgentes se infiltram e implantam um novo código, por meio de práticas cotidianas. Esse novo código — a ocupação, o acampamento, o protesto-festa, o rolêzinho — movimenta a máquina de produção de contra-enunciados dos ativistas urbanos, e materializa, no espaço, práticas de uma outra natureza, uma alternativa à do discurso hegemônico. Essas práticas criam os enunciados dos ativistas por meio da noção de “espaços livres”, “gestão horizontal”, “arte urbana”, “economia alternativa”, em que o espaço é agenciado para novos territórios discursivos.

### O território da Primavera Secundarista

Estudantes de diversos estados, inspirados pelas mobilizações das “Jornadas de Junho”, passaram a mobilizar-se entre os anos de 2015 e 2017, resultando em ocupações de proporção nacional. O saldo é contabilizado em cerca de 1.197 escolas ocupadas, em 2016, segundo a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). As principais bandeiras de luta dos estudantes secundaristas eram contrárias à PEC 241 (55,) que limitava o teto dos gastos públicos por 20 anos e atingia diretamente o setor da educação, à MP 761 da reforma do Ensino Médio e à reforma Escola Sem Partido, que agia sobre as ideologias políticas dentro do ambiente escolar (CLETO, 2016). De acordo com Dickmann e Santos (2019), os estudantes procuravam demonstrar, por meio das ocupações, que as reformas propostas eram voltadas para a manutenção de um sistema de privilégios e não possibilitavam uma educação de qualidade acessível a todos.

A partir desse cenário, que estimulou as insurgências e as lutas mobilizadas pelos alunos, os secundaristas mantiveram as escolas ocupadas utilizando-se de estratégias de resistência muito semelhantes entre si, bem como as utilizadas pelos manifestantes nas chamadas Jornadas de Junho (ELESBÃO; AMARAL 2020). A organização dos estudantes correspondia à ideia central de que não havia um líder, e de que todos eles se constituíam como lideranças potenciais, cuja organização de atividades se dava de forma coletiva e orgânica em suas assembleias (MARTINS; QUEIROZ 2020). Segundo Dickmann e Santos (2019), os secundaristas organizavam-se em comissões para funções de cuidado e manutenção do ambiente escolar, mas, também, para organização de oficinas sobre assuntos que envolviam o movimento estudantil como um todo. Dessas ocupações, marchas e protestos, cunhou-se o termo Primavera Secundarista.

A Primavera Secundarista, há de se reconhecer, foi fortemente influenciada pelas ocupações estudantis que aconteceram no Chile, denominadas de “Revolta dos Pinguins”. Em maio de 2006, cerca de 10 mil estudantes secundaristas chilenos reuniram-se para protestar e exigir melhorias nas condições de ensino público no país. Reivindicavam a gratuidade do transporte escolar (vale transporte) e a diminuição do valor da inscrição na Prova de Seleção Universitária (PSU) (ZIBAS, 2008). De acordo com Zibas (2008), o avanço da privatização do sistema educacional chileno estruturou suas raízes no governo democrático pós-Pinochet, quando permitiu, a partir de 1993, que os estabelecimentos particulares auxiliados pelo governo cobrassem mensalidade de alunos do ensino fundamental ao médio. A Revolta dos Pinguins organizou, em sua mobilização mais densa, cerca de 600 mil estudantes (Motomatsu; Costa, 2015), articulando-se em greves, ocupações nas instituições escolares, assembleias e passeatas. Segundo Romancini (2019), a então presidente Michelle Bachelet conseguiu interromper a mobilização com base em promessas e realizações políticas, como a

montagem de uma comissão para o estudo de uma reforma educativa – o Conselho Assessor Presidencial de Educação.

Entre outubro de 2016 e o final do mesmo ano, o Brasil continuava em um quadro de manifestações populares reativas às propostas de um governo impopular praticamente em todos os setores, menos àqueles cujas demandas eram atendidas pela restrição de direitos e pelo corte de verba feitos pelo Governo. Segundo Silva; Pires; Pereira, 2016, ao término de 2017, cerca de 2.114 escolas estaduais, além de 14 universidades, foram ocupadas, contabilizando 19 estados brasileiros mais o Distrito Federal como núcleos do levante estudantil. A partir da iniciativa dos estudantes secundaristas, as ocupações atingiram outros níveis do setor educacional, como a universidade pública, incluindo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), uma das instituições brasileiras também afetadas pelas mesmas propostas (PARKER, 2018).

A ocupação de mais de 1.000 escolas entre 2015 e 2016 — processo iniciado pelos secundaristas de São Paulo em protesto contra um plano de reorganização da rede pública estadual pelo Governo Geraldo Alkmin —, ficará registrada como um dos gestos coletivos mais ousados da história recente do Brasil. Esse movimento destampou a imaginação política no país. A luta foi conduzida à maneira autogestionada e mobilizou modos de diálogo com diversas forças da sociedade civil de forma autônoma, suscitando meditar a respeito da inversão de papéis assumidos por jovens estudantes em relação a políticos e instituições de ensino, e quais práticas urbanas insurgentes foram agenciadas nesta que pode ser considerada uma “territorialização em sentido estrito” segundo categoria criada por Souza (2020)<sup>3</sup>.

Independente do desfecho concreto do movimento, foi um momento em que a imaginação política destravou. Esta imaginação política e a apropriação do espaço ocupado formaram um território. É precisamente a capacidade de conectar-se com as forças de determinados contextos o que deixou um país inquietante frente à ousadia juvenil, que delimitou nas escolas o seu território discursivo. As ocupações desencadearam um processo imprevisível, cujo caráter, ao mesmo tempo disruptivo, colocou em suspensão a continuidade do tempo político.

Essa descontinuidade significa que a percepção social sofreu uma inflexão. Aos olhos dos gestores políticos, as ocupações não passavam de uma reação efêmera ao projeto de fechamento das escolas, ou seja, uma subversão juvenil frente ao poder do Estado. Contudo, inverteu-se o cálculo, e, aos olhos da sociedade, a subversão passou a ser a mercantilização do ensino, visto como um ato de soberba do Governo. Além disso, a violência da polícia militar sobre corpos de crianças foi percebida como uma reação intolerável.

O movimento estudantil, ao assumir as escolas para si, rompeu com a ordem materializada, neste caso, nas instituições do Estado, colocando em xeque a posição de quem deve decidir sobre o fechamento desses equipamentos. Esses jovens protagonizaram, no corpo-a-corpo e por antagonismo ético, um processo de desidentificação e emancipação coletiva, repactuando suas posições e questionando qual é seu lugar diante de quem os representa no sistema político. Mesmo perante a vilania da mídia hegemônica e das instituições que criminalizaram o movimento, acusando os estudantes de criarem um ambiente de baderna, drogas e orgias, os secundaristas introduziram, em paralelo ao teatro esgotado da representação

<sup>3</sup> *Territorialização em sentido estrito* quer dizer “apropriação” e controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física. A escala espacial Souza define como “nanoterritorial” – local com capacidade de se tornar um levante. Quanto à escala temporal, o autor define como mais ou menos efêmera (algumas horas, dias, semanas ou anos no caso de piquetes) SOUZA (2020).

institucional, uma nova coreografia política, carregando os ambientes ocupados de uma atmosfera de muita imaginação e afeto multitudinário.

Relembrando a definição de Deleuze e Guattari, um território está sempre potencialmente em vias de desterritorialização, e passa a outros agenciamentos, mesmo que estes novos atuem em uma reterritorialização para modificar o território anterior, a partir do assentamento de outros códigos. Ao ocuparem as escolas, os estudantes secundaristas passaram a desterritorializar o modelo disciplinar panóptico (sala de aula x pátio), as relações de poder do ensino (aluno x professor x diretor) e a gestão dos equipamentos públicos (Secretaria da Educação x diretoria). A iniciativa dos estudantes representa uma ruptura na percepção social sobre a escola, a polícia, o Estado, o poder e a capacidade de almejar-se algo diferente. A ruptura com o que parecia natural foi desterritorializada: quem decide qual escola deve ficar aberta ou deve ser contida? Qual é o melhor lugar para se aprender: na sala de aula ou nas ruas? Qual é o conteúdo que os estudantes querem aprender? No momento em que os secundaristas percebem que suas vidas estão à mercê das instâncias várias do Estado, a territorialização, que, ontem, parecia inimaginável, concretiza-se nos estudantes gerindo a escola, organizando-se em coletivos autogestionados, nos suprimentos sendo levados pelos pais nas ocupações. Esse novo território cria um tempo dividido em antes e depois, algo irreversível, pois foi uma experimentação coletiva autoproduzida em um espaço em disputa. A reterritorialização significa que: ninguém será como antes, ninguém poderá aceitar o intolerável e todos poderão desejar outras condições para a escola. Reterritorializar, para eles, é pensar uma escola menos disciplinadora, menos hierárquica e focada na primazia da voz dos alunos.

O território desses estudantes constitui-se como contundente agenciador de forças de oposição para manifestação política, por meio de processos de desterritorialização-reterritorialização. Portanto, reconhece-se, no espaço (neste caso, a escola), um primeiro agenciamento das relações de disputa de poder, não só pelo conflito de desejos entre segmentos da sociedade civil, e destes contra o Estado capitalista, mas como forças contrárias que disputam também discursos sobre o espaço. A desterritorialização também ocorre como um desterramento e descodificação de códigos hegemônicos implicados nesses equipamentos públicos, os quais foram agenciados pelas práticas urbanas insurgentes para desterritorializar discursos de poder. Esse movimento de microrresistências políticas é quem ajuda a explicar essa categoria de análise, nas quais as práticas urbanas insurgentes atuam e que atualizam a acepção de territorialização contra-hegemônica.

## Conclusão

Os corpos precários dos excluídos e inconformados necessitam de condições coletivas para a construção de ações políticas. Por isso, territorializam táticas como forma de reagir e espalhar seus discursos contra-hegemônicos. O corpo-insurgente das práticas urbanas insurgentes, organiza em condições coletivas, nos espaços das ocupações, um território como uma estratégia de desidentificação com a ordem hegemônica. O processo de desterritorialização transcorre no descolamento do espaço com a identificação prevista *a priori*. Esses espaços, quando ocupados, têm um endereço fixo, uma localização geográfica clara e não deixam de ter os mesmos graus de longitude e latitude que costumavam ter. Contudo, o sentido da recriação da localização é exatamente o que está em jogo na criação da noção de território das práticas urbanas insurgentes, pois, o que navega em novas e diferentes coordenadas é a aspiração em prefigurar um mundo político e social alternativo, no sentido de desidentificação com o atual. Assim, o que muda com a territorialização insurgente são as coordenadas da imaginação da sociedade e não as do espaço.

Nesse sentido, assevera-se que o território é temporário e qualifica algo que é usado estrategicamente por um período de tempo limitado. Ele refere-se a algo efêmero, provisório e momentâneo. Além disso, está relacionado ao caráter instável criado pela condição de sua permanência, ou seja, pode lhe faltar continuidade, o que inscreve uma natureza sem estabilidade. Esses territórios postulam, portanto, uma arquitetura frequentemente relacionada a estruturas móveis, pois, como elas, podem mover-se e reinstalar-se em um determinado espaço. São arquiteturas sem volume, em que as pessoas e o corpo são as infraestruturas. Uma vez substituído o espaço geográfico, o corpo é quem pode, dessa forma, reconfigurar outros territórios, onde se instalam ou desprendem, impactando temporariamente a experiência social e os novos territórios que agenciam para formar um comum.

No caso apresentado e analisado, observou-se que essas iniciativas podem acontecer por uma ação de um pequeno grupo, o qual agrega o coletivo em planos imprevistos. Essas práticas de vivência territorial que partem dos problemas de lugares concretos, desenvolvem relações sociais e os submetem à crítica e à imaginação de novas possibilidades. O processo ocorre por mobilização, colaboração, resiliência e resistência. As iniciativas dessas práticas urbanas insurgentes não apresentam um caminho metodológico único, uma direção ideológica coesa e tampouco carregam a pretensão de elaborar um método replicável. Propagam a multiplicidade proveniente do empirismo, uma experimentação em que o método é o do aprender fazendo. Sua execução não pretende levar a uma nova forma de espacialização, uma nova Arquitetura ou a um novo Planejamento Urbano, mas apresentam que o processo de territorialização contra-hegemônica é uma mensagem potente.

## Referências

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CLETO, Murilo P. . O afastamento da professora que abordou Marx revelou a verdadeira face do Escola Sem Partido. 2016; *Tema: Escola Sem Partido*. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2016/07/11/murilo-cleto-o-afastamento-da-professora-que-abordou-marx-revelou-a-verdadeira-face-do-escola-sem-partido/>> . Acesso em 01/Jul./2021

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Suely Rolnik. Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

DICKMANN, Ivo; SANTOS, Melody Rodrigues Fialho dos. Primavera Secundarista e Escola sem Partido: projetos ideológicos de educação e sociedade. *Revista do Programa de Pós-graduação em Educação: URI*, Frederico Westphalen, v. 1, n. 1, p. 69-91, dez. 2019. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/3478>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ELESBÃO, Ana Clara Santos; AMARAL, Augusto Jobim do. A 'primavera secundarista': sobre a criminalização de movimentos sociais. *Revista Direito & Desenvolvimento da Unicatólica*, [S.l.], v. 2, n. 2, mar. 2020. ISSN 2674-7286. Disponível em: <<http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/red/article/view/3237>>. Acesso em: 01 Jul. 2021.

FLORES, Rafael Kruter; OLIVEIRA, Clarice Misoczky de. Conflitos no Espaço Urbano: um Cais Mauá de Todos? – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*; v. 18, n. 2 (2016). Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/201114>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

lume.ufrgs.br/handle/10183/201114>. Acesso em: 01 jul. 2021.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: Do “ fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram o Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Capital, 2013.

MARINO, Cintia Elisa de Castro. *Cidade em festa, cidade em disputa: ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo no início do século XXI*. 2018. 257 f. Tese (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo .

MARTINS, Jonathan Alves; QUEIROZ, Maria Aparecida de. Engajamento coletivo na primavera secundarista. *Revista Educação em Questão*, São Paulo, v. 58, n. 58, p. 1-23, 16 out. 2020. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/21354/13355>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MOTOMATSU, Tiffany Naomi; COSTA, Ana Luiza. Educados pela luta: uma análise do documentário “a rebelião dos pinguins”. *Revista Anekumene: Geografia, cultura y educación*, Bogotá, n. 10, p. 23-31, jun. 2015. Disponível em: <<http://repository.pedagogica.edu.co/handle/20.500.12209/8378>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

NÓBREGA, Ana Kelly Ferreira. *Ocupar a cidade: quando o Recife vai ao Cais José Estelita*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. [s. l.], 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24542>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

PARKER, Marcelo Xavier; WEBER, Maria Helena. As ocupações na Universidade: modos de reivindicar, resistir e fazer comunicação política. In: *XXVII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 27., 2018, Belo Horizonte. Artigo Científico. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2018. p. 1-20. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/arquivos\\_2018/trabalhos\\_arquivo\\_8Q0G0SS-N1VTSMWE5AWO3\\_27\\_6997\\_27\\_02\\_2018\\_12\\_10\\_51.pdf](http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_8Q0G0SS-N1VTSMWE5AWO3_27_6997_27_02_2018_12_10_51.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

PASTEUR, Louise Scoz de Faria; KOPPER, Moisés. Os rolezinhos e as metamorfoses do urbano no Brasil contemporâneo. *Anuário Antropológico* [Online], v.42 n.2 | 2017.: Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/2286> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.2286> . Acessado em 01 Jul./2021

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática. 1993.

ROLNIK, Raquel. *A cidade é nossa: Parque Augusta 100% público*. UOL. 5 de maio, 2019. Disponível em: <<https://raquelrolnik.blogosfera.uol.com.br/2019/04/05/parque-augusta-100-publico/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ROMANCINI, Prof. Dr. Richard. Ativismo e juventude: os protestos estudantis chilenos (2006 e 2011) e brasileiro (2015). *Núcleo de Comunicação e Educação - Universidade de São Paulo*, São Paulo, 2019. Disponível:<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5397876/mod\\_resource/content/1/Projeto\\_de\\_pesquisa\\_2019\\_2021.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5397876/mod_resource/content/1/Projeto_de_pesquisa_2019_2021.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SACK, Robert David. *Human territoriality: Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SILVA, Maurício Roberto da; PIRES, Giovani de Lorenzi; PEREIRA, Rogério Santos. *Da "perfeição" perversa da antipolítica de Fora Temer à resistência ativa da "ocupação das escolas" pelos jovens da "primavera secundarista"*. Florianópolis: Motrivivência, v. 28, n. 49, p. 6-14, dezembro/2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n49p6>. Acesso em: 01/jul/2020

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

ZIBAS, Dagmar M. L. "A Revolta dos Pinguins" e o novo pacto educacional chileno. *Revista Brasileira de Educação: Fundação Carlos Chagas*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 199-408, ago. 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/26613081\\_A\\_Revolta\\_dos\\_Pinguins\\_e\\_o\\_novo\\_pacto\\_educacional\\_chileno](https://www.researchgate.net/publication/26613081_A_Revolta_dos_Pinguins_e_o_novo_pacto_educacional_chileno). Acesso em abril 2021.

# MAPEAMENTO PARTICIPATIVO e SIG ON-LINE

## Uma abordagem metodológica integrada

**PARTICIPATORY MAP AND GIS ONLINE**  
*An integrated methodological approach*

**Sinval Cantarelli Xavier<sup>1</sup>,**  
**Adriana Araujo Portella<sup>2</sup> e Rayn Woolrych<sup>3</sup>**

### Resumo

Este artigo relata a utilização de SIG on-line na espacialização, análise e narrativa das informações produzidas durante uma oficina de mapeamento participativo realizada no bairro Navegantes na cidade de Pelotas, Brasil. O mapeamento participativo foi uma das metodologias utilizadas em uma pesquisa envolvendo Brasil, Reino Unido e Índia, que tinha como foco explorar como os idosos enfrentam o envelhecimento em diferentes contextos urbanos, sociais e culturais. O mapeamento participativo buscou representar a relação entre o lugar e as pessoas e identificar seus significados físicos e socioculturais. O SIG foi utilizado como ferramenta metodológica para traduzir e narrar as informações e resultados produzidos. A utilização integrada das metodologias permitiu identificar barreiras e oportunidades para o envelhecimento ativos e participativo. Com o uso de recursos SIG on-line foi possível integrar os mapas a textos e imagens e criar uma narrativa dinâmica, visualmente atrativa e acessível pela da página da pesquisa na internet.

Palavras-chave: Sistema de Informações Geográficas, SIG, Mapeamento Participativo, Cartografia Social

### Abstract

*This article reports the use of online GIS in the spatialization, analysis and narrative of information produced during a participatory mapping workshop held in the Navegantes neighbourhood in the city of Pelotas, Brazil. Participatory mapping was one of the methodologies used in a survey involving Brazil, the United Kingdom and India, which focused on exploring how older people face aging in different urban, social, and cultural contexts. Participatory mapping sought to represent the relationship between place and people and identify their physical and sociocultural meanings. The GIS was used as a methodological tool to translate and narrate the information and results produced. The integrated use of methodologies made it possible to identify barriers and opportunities for active and participatory aging. With the use of online GIS resources, it was possible to integrate the maps with texts and images and create a dynamic narrative, visually attractive and accessible through the research page on the internet.*

<sup>1</sup> Professor Adjunto na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande; Pós-Doutor pela Heriot-Watt University em Edimburgo/UK, Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre em Engenharia Oceânica pela Universidade Federal do Rio Grande; Especialista em Gráfica Digital pela Universidade Federal de Pelotas; Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas; Arquiteto em Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas.

<sup>2</sup> Professora Associada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas; Pós-doutora em Planejamento pela University College London, UK; PhD em Desenho Urbano pela Oxford Brookes University, UK; Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas.

<sup>3</sup> Professor Associado da School of Energy, Geoscience, Infrastructure and Society na Heriot-Watt University, UK; Diretor do Instituto Urbano da Heriot-Watt University, UK; PhD em Philosophy, Gerontology pela The Manchester Metropolitan University, UK; Master of Philosophy pela The Manchester Metropolitan University; PhD em Philosophy pela The Manchester Metropolitan University, UK.

*Keywords: Geographic Information System, GIS, Participatory Mapping, Social Cartography.*

### Introdução

Este trabalho tem como objetivo relatar a utilização de SIG on-line na espacialização, análise e narrativa da oficina de mapeamento participativo do projeto de pesquisa PlaceAge realizada no bairro Navegantes na cidade de Pelotas, Brasil. O mapeamento participativo foi uma das metodologias utilizadas na pesquisa PlaceAge - Projetando lugares com os idosos: Rumo a comunidades amigas do envelhecimento. Desenvolvido no Brasil, Reino Unido e Índia entre os anos de 2016 e 2021, o PlaceAge tinha como foco explorar como os idosos enfrentam o envelhecimento em diferentes contextos urbanos, sociais e culturais. Em seu segundo pacote de trabalho, denominado Mapeado o Sentido de Lugar, foram realizadas diversas oficinas de mapeamento participativo nas cidades e localidades estudadas, cujos atores principais eram os idosos residentes (pessoas de 60 anos ou mais). Também participaram das oficinas as partes interessadas, incluindo planejadores, desenvolvedores, organizações comunitárias, prestadores de serviços e membros do governo local. As oficinas tinham como principal objetivo identificar e mapear das barreiras e oportunidades para o envelhecimento ativo e socialmente participativo.

A oficina de mapeamento do bairro Navegantes produziu uma quantidade considerável de dados qualitativos resultantes dos apontamentos e anotações realizadas diretamente sobre um mapa analógico e das transcrições das gravações das falas dos participantes. A sistematização e análise dos dados, em sua quase totalidade relacionados ao espaço e a vida urbana local, constituiu-se em um desafio e uma etapa determinante dos resultados esperados. Tratando-se, em sua grande maioria, de informações relacionadas direta ou indiretamente a elementos da estrutura e da paisagem urbana, sua interpretação demanda, em maior ou menor escala, a utilização de análise espacial na tentativa de descrever os padrões e relacionamentos existentes entre os dados (DRUCK, S. *et al.*, 2004).

A análise e integração do espaço e do lugar já vem a um bom tempo tornando-se cada vez mais central nas pesquisas em ciência social (GOODCHILD *et al.*, 2000) e o termo “*Spatially Integrated Social Science*” tem sido amplamente empregado para descrever essa associação (GOODCHILD; JANELLE, 2004). Estudos com essa abordagem são facilitados com a utilização de Sistemas de Informações Geográficas - SIG, os quais permitem uma visão espacialmente integrada sobre os dados, além de prover recursos espaciais analíticos, permitindo a vinculação de métodos qualitativos com métodos sociais e ambientais quantitativos (LECHNER *et al.*, 2019).

Por sua vez, o desenvolvimento e acesso da pesquisa científica a recursos e plataformas SIG on-line de mapeamento e compartilhamento da informação geográfica, vem permitindo a divulgação dos dados e resultados obtidos em diferentes fases de desenvolvimento da investigação, constituindo-se em significativo recurso para disseminação do conhecimento e participação dos atores sociais. Ao estruturar um SIG para mapeamento e visualização dos dados obtidos na oficina de mapeamento participativo, o trabalho tinha como objetivo facilitar e qualificar a interpretação e análise dos dados, torná-los acessível por meio de uma narrativa interativa e, ao mesmo tempo, testar a aplicabilidade do instrumento para o estudo de dados sociais qualitativos.



#### A área de estudo

O Bairro Navegantes foi implantado em 1981 pela Prefeitura de Pelotas com recursos do programa PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados). O programa foi lançado em todo o Brasil nos anos 1970 durante o Governo Militar como uma das ações criadas para resolver o problema da sub-habitação no país. O PROFILURB financiava lotes entre 80 e 370 metros quadrados. Em todo o Brasil foram financiadas 70 mil unidades entre 1975 e 1984, um número considerado muito baixo (PORTELLA, 2019-2).

Os lotes foram doados pela Prefeitura a famílias de baixa renda, cabendo aos beneficiados pagarem para a Caixa Econômica Estadual o financiamento dos banheiros previamente construídos pela prefeitura sobre cada lote. Com o passar dos anos a ocupação foi naturalmente se expandindo e conformando dois novos loteamentos – Navegantes II e III.

O Navegantes caracteriza-se por ser um bairro de baixa renda, com infraestrutura urbana precária em uma área territorial de aproximadamente 70 ha. Conforme os dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, naquele ano, 9.389 pessoas moravam no local, sendo 47,35% constituído por mulheres e 52,65% por homens. Com uma densidade populacional de 133,80 moradores por hectare o loteamento situa-se próximo ao centro da cidade. A renda média dos responsáveis pelas famílias era de R\$ 990,68 reais e renda média por domicílios era de R\$ 1.676,77 reais em 2016 (valores do censo 2010 corrigidos para 2016). Em 2010, 1.014 pessoas com 60 anos ou mais residiam no bairro.

Apesar da municipalidade não identificar formalmente o Navegantes como um bairro, e sim como uma localidade, os moradores consideram e chamam o local de Bairro Navegantes, motivo pelo qual foi usada essa terminologia na pesquisa. A Figura 1 mostra a localização da cidade de Pelotas e do bairro Navegantes.

#### Mapeamento participativo e cartografia social

De uma forma geral, os processos cartográficos de mapeamento objetivam produzir uma representação visual e simbólica da realidade sem se restringirem a natureza dos dados. Desta forma, diferentes tipos de conhecimento das ciências sociais podem ser mapeados, pois a própria territorialidade é um fenômeno tanto espacial como sociocultural (EMMEL, 2008; LAWSON, 2001).

O mapeamento participativo, por sua vez, é em um recurso que permite as comunidades articular seu conhecimento sobre o ambiente que a cercam (ANDERSON *et al.*, 2017) e que busca representar a relação entre o lugar e as pessoas. Os mapas participativos fornecem uma representação singular de como uma comunidade percebe o lugar e permitem identificar seus significados físicos e socioculturais (COCHRANE; CORBETT, 2018). Trata-se de uma abordagem interativa que se utiliza de métodos visuais acessíveis, busca a produção de dados qualitativos e a identificação de elementos significativos para a população alvo (EMMEL, 2008; ARAÚJO; ANJOS; ROCHA-FILHO, 2017).

Para Herlihy e Knapp (2003), o mapeamento participativo reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Suas raízes metodológicas estariam ligadas ao que as agências promotoras do “desenvolvimento” chamaram de “observação participativa” e “metodologias de pesquisa colaborativa” (PORTELLA, *et al.*, 2019).

Em última análise, o mapeamento participativo consiste na criação de mapas pela comunidade local em um processo que pode envolver a colaboração de organizações de suporte, tais como as governamentais e não governamentais, pesquisadores e outros agentes envolvidos no desenvolvimento e planejamento urbano, que podem atuar como facilitadores do processo de articulação do conhecimento comunitário, permitindo discussões colaborativa sobre soluções para problemas locais que, em muitos casos, possuem origem externa (ANDERSON *et al.*, 2017). Moldado por princípios de equidade, o mapeamento participativo constitui-se em uma técnica das pesquisas participativas baseadas na comunidade, permitindo aos pesquisadores atingirem seus objetivos de investigação ao mesmo tempo que capacita os participantes a aproveitar os pontos fortes da comunidade e formar uma consciência e compreensão dos bens e valores comunitários (CORBETT, 2009; FANG *et al.*, 2016).

Trata-se, assim, de uma valiosa e interativa técnica de produção de mapas que objetiva representar a associação entre o espaço urbano e comunidades locais ao usar a linguagem comumente entendida e reconhecida da cartografia social (PORTELLA, *et al.*, 2019). Entre as diferentes aplicações do mapeamento participativo estão as relacionadas com o sentido de lugar (PÁNEK *et al.*, 2020; CANHAM *et al.*, 2015), definido como os vínculos sociais, psicológicos e emocionais que as pessoas têm com seu ambiente. Um forte senso de lugar resulta do acesso a apoios para participação ativa, oportunidades para construir e sustentar redes sociais e assumir um papel significativo na comunidade (PORTELLA, *et al.*, 2019).

A cartografia social, por sua vez, se propõe representar aspectos específicos da sociedade em determinado tempo e espaço (VAUGHAN, 2018) através de mapas. Por meio da linguagem cartográfica é possível estudar contextos e estabelecer relações entre as comunidades e os lugares sociais (SANTOS; GOMES; SILVEIRA, 2016). Trata-se, portanto, de uma metodologia participativa e colaborativa de investigação que convida a reflexão, organização e ação ao redor de um espaço físico social e específico (TORRES; GAONA; CORREDOR, 2012) e que permite incorporar a pesquisa os interesses e posições da comunidade e das organizações sociais (OFFEN, 2009).

A cartografia social possui características próprias que a destaca de outras metodologias participativas, tais como: (i) depende da vivência dos atores e do conhecimento local para representar as particularidades do espaço (ACSELRAD, 2008; EMMEL, 2008; ARAÚJO; ANJOS; ROCHA-FILHO, 2017), por vezes valorizando elementos que dificilmente teriam grande representatividade em levantamentos de indivíduos de fora da comunidade (ALMEIDA; VENTORINI, 2014); (ii) gera a representação visual desses elementos; (iii) gera interatividade (ARAÚJO; NASCIMENTO, 2012 apud PORTELLA,

*et al.*, 2019); (iv) tem o potencial de construir relações sólidas entre pesquisadores e a comunidade (IVR, 2010); (v) dá à comunidade autonomia e propriedade para interpretação das informações contidas no produto cartográfico (PORTELLA, *et al.*, 2019); (vi) aproxima a sabedoria local do saber técnico-acadêmico (ARAÚJO; NASCIMENTO, 2012 apud PORTELLA, *et al.*, 2019).

O mapa social, produto da cartografia social, representa a realidade cotidiana de uma comunidade (PORTELLA, *et al.*, 2019). Nesse mapa os principais elementos geográficos do ambiente natural e construído, podem ser representados de forma livre e independente de suas reais configurações. Também são mapeadas as mobilizações sociais, descritas e georreferenciadas com base no que é considerado relevante pela comunidade estudada (ASCERALD, 2008). Nessa perspectiva, o território comunitário se caracteriza por ser fortemente ligado ao campo simbólico, ou seja, ao sentimento de pertencimento ao local, à história, às lutas, à identidade, às práticas, às vivências, entre outros elementos da realidade social local (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

O mapeamento social participativo e seu principal produto, o mapa social, pode ser aplicado, em conjunto com outros métodos participativos e comunitários, para a produção de um profundo e contextualizado entendimento do sentido de lugar, ou seja dos vínculos sociais, psicológicos e emocionais que conectam as pessoas com o ambiente físico e comunitário no qual estão inseridas. Especialmente em relação a população idosa, um forte senso de lugar resulta do acesso a apoios para participação ativa, oportunidades para construir e sustentar redes sociais e assumir um papel significativo na comunidade (PLACEAGE, 2016). Em contraste, um sentimento de exclusão ou falta de oportunidades de participação social está associado à alienação, ao isolamento e à solidão (PLACEAGE, 2016).

### **SIG e Cartografia Social**

Segundo Herlihy e Knapp (2003), métodos de pesquisas sociais participativas vêm sendo combinados com geotecnologias, tais como SIG, Global Position System e sensoriamento remoto para a elaboração de mapas, gerando um novo horizonte de produção e uso de destes instrumentos de representação espacial. O uso de uma perspectiva espacial analítica nas ciências sociais é recente, se comparado com sua aplicação em análises físicas e ambientais, e frequentemente atribuído a disseminação de tecnologias SIG acessíveis e a maior disponibilidade de dados socioeconômicos georreferenciados (ANSELIN, 2000). Sob essa ótica, se tornou comum o uso de SIG para organização, integração e visualização de dados sociais espacializáveis (ANSELIN, 2000).

Goodchild e Janelle (2004) usam o termo “Spatially Integrated Social Science” (ciência social espacialmente integrada) para descrever a associação entre lugar e espaço na pesquisa em ciências sociais (LECHNER *et al.*, 2019). Tal abordagem utiliza SIG para vincular métodos qualitativos com métodos sociais e ambientais quantitativos (LECHNER *et al.*, 2019). Há diversas formas e novas maneiras pelas quais os SIG podem ser utilizados para dar respostas aos questionamentos das ciências sociais (SIANKO; SMALL, 2017). Sua capacidade de combinar diferentes temas e disciplinas, integrar mapas e dados de diferentes fontes e formatos, prover acesso a diversos algoritmos de análise espacial e estatística pode ser amplamente utilizada para a resolução de questões relacionadas a correlação entre o espaço geográfico e os fenômenos sociais.

Os SIG são particularmente úteis para responder indagações relacionadas ao acesso aos serviços e facilidade urbanas (públicas e privadas) e a identificação das barreiras

que impedem o desenvolvimento pleno da vivência social. Muito embora os SIG venham sendo majoritariamente utilizados para análise de dados quantitativos eles possuem capacidade para práticas que buscam interpretar e entender as experiências vividas pelas pessoas através de dados qualitativos (KWAN; DING, 2008). Segundo as autoras, as primeiras experiências de uso de SIG com métodos de pesquisa qualitativas foram realizados através de métodos participativos (KWAN; DING, 2008). Harris *et al.* (1995), por exemplo, investigaram como o conhecimento local de diferentes pessoas podem ser representados sobre a forma de croquis e como esse conhecimento pode ser convertido, dentro do SIG, em informações para pesquisa e criação de políticas públicas dentro do contexto do planejamento participativo (KWAN; DING, 2008). As metodologias qualitativas participativas desenvolvidas nesses primeiros estudos foram base para investigações subsequentes que buscam incorporar o conhecimento local das pessoas através de estruturas participativas de pesquisa que envolvem algum exercício de mapeamento por meio do qual o conhecimento e percepção local são traduzidos de forma explicitamente espacial através do uso de mapas impressos (KWAN; DING, 2008). As representações espaciais produzidas nos exercícios de mapeamento participativo são digitalizadas e incorporadas em banco de dados geográficos para posterior produção de mapas SIG e análises sobre os dados (KWAN; DING, 2008).

A união de metodologias participativas, como as oficinas de mapeamento, com SIG, permite aos pesquisadores integrar os conhecimentos e informações produzidas pelos participantes locais em um ambiente geocomputacional. Ao combinar análises espaciais com dados qualitativos, é possível identificar problemas ou levantar questões que não seriam aparentes em outras formas de estudo (KNIGGE; COPE, 2006).

Somando-se as tradicionais plataformas desktop, o surgimento e desenvolvimento dos SIG baseados na internet, ou SIG on-line, acrescenta a possibilidade de acesso a dados espaciais distribuídos e divulgação de informações espaciais e descritivas por meio de mapas interativos que podem ser associados a textos, imagens e vídeos (BATTY, 1999). O fácil acesso, a interface de usuário compatível com a WEB e os recursos de representação e análise da informação espacial tornam o SIG on-line um potencial recurso para o processamento e compartilhamento das informações obtidas através da aplicação de métodos qualitativos participativos. As aplicações SIG on-line, desta forma, podem ser utilizadas na pesquisa como meio de conjugar a espacialização e análise de dados espaciais e sociais com a necessária divulgação do conhecimento produzido.

### **Metodologias**

Da realização da oficina de mapeamento participativo a estruturação da narrativa on-line, o trabalho envolveu a definição e aplicação de diferentes métodos e práticas, cujas sínteses passamos a tratar.

#### ***Mapeamento Participativo***

Entre as duas formas comumente empregadas para mapeamento participativo: desenho livre pelos participantes de mapas sobre a forma de croquis; e preparação e utilização de um mapa base, a pesquisa adotou o segundo método. O mapa de base serviu tanto de apoio as conversações, quanto de superfície física para o registro das observações e apontamentos dos participantes (Figura 2).

Uma das etapas fundamentais no processo de preparação para uma oficina de mapeamento participativo é a mobilização do público-alvo. Alguns instrumentos podem ser utilizados para isso, tais como convites, comunicação direta, cartazes, panfletos

Figura 2 – Mapa Base utilizado no mapeamento participativo do Bairro Navegante. Mapa impresso a partir de ortofotos do ano 2015 cedidas pela Prefeitura Municipal de Pelotas. Fonte: dos autores, 2022.



etc. (ARAÚJO; ANJOS; ROCHA-FILHO, 2017). Para as oficinas do projeto PlaceAge Navegantes foi empregada a entrega pessoal de convites em algumas casas e nos encontros dos idosos no Centro de Referência de Assistência Social do bairro. A metodologia empregada também previa a participação dos stakeholders, assim chamadas as pessoas que fazem parte do governo local e da iniciativa privada, que de alguma forma possuem força de intervenção na cidade através de ações práticas e/ou políticas públicas. Os stakeholders foram convidados através de contato direto com a direção dos órgãos e iniciativas a que estavam vinculados.

A oficina de mapeamento participativo foi conduzida sobre a forma de discussões em grupos em torno de mapas impressos, com a atuação dos pesquisadores como moderadores em cada grupo. Os moderadores tinham como principal missão mediar as interações entre os participantes e facilitar as negociações.

Em função do número, os participantes foram divididos e posicionados ao redor de quatro mesas, cada uma contendo um mapa impresso, *post-its* para anotações resumidas das falas e tachas para fixar os *post-its* nos locais indicados pelos idosos no mapa. Ao mesmo tempo que as discussões iam ocorrendo e as anotações eram registradas nos *post-its* e fixadas no mapa (Figura 3), um grupo auxiliar composto por de estudantes de graduação e mestrado (devidamente treinado) se posicionou em pé atrás dos participantes e registrou em papel os conteúdos de falas que não eram registradas nos mapas (em geral por não se referirem ao local mapeado e/ou não possuírem referência espacial). Os estudantes não interagem com os participantes. Em cada uma das mesas também foi posicionado, como a devida permissão dos participantes, um pequeno gravador para registro e posterior transcrição e análise das falas. As atividades foram acompanhadas de um lanche, que tinha como objetivo tornar o encontro menos formal e proporcionar uma maior interação entre os participantes.

Algumas questões éticas foram consideradas na elaboração e realização da atividade de mapeamento, tais como: (i) evitar tomar o tempo dos participantes desnecessariamente; (ii) não criar falsas expectativas com resultados que beneficiariam os participantes de alguma forma; (iii) não extrair informações apenas para o benefício de pessoas de fora da



Figuras 3 – Oficina de mapeamento participativo do Navegantes: mesa 03. Fonte: dos autores, 2022.

comunidade sem deixar isso claro para os participantes; (iv) nunca extrair informações que podem ser usadas contra as pessoas; (v) não expor pessoas ao perigo através do mapeamento de atividades ilícitas; (vi) não causar tensões ou violência entre a comunidade por levantar questões polêmicas e delicadas; (vii) não restringir o acesso ou enrijecer o processo de elaboração dos mapas de alguma forma. O mapeamento, como deve ser, foi considerado uma contribuição comunitária em todas as suas etapas (CHAMBERS, 2006).

Após as devidas explicações e instruções sobre como seria efetuado o mapeamento, foi destinado um tempo inicial para que os participantes se familiarizassem com os mapas, localizarem o local aproximado de suas residências e os principais pontos e locais de referência e/ou interesse, que foram mapeados. A discussão foi iniciada a partir da pergunta de pesquisa (referente ao Ano 2 da pesquisa PlaceAge): que serviços, amenidade e características são necessários para criar comunidades amigas dos idosos, que promovam cidade saudáveis e envelhecimento ativo em diferentes contextos urbanos e culturais? A partir da pergunta de pesquisa os idosos, interagindo com os stakeholders e com o auxílio dos moderadores, iniciaram a identificar e registrar no mapa os atributos ambientais e físicos locais, as barreiras e restritores, as facilidades e as oportunidades para uma vida ativa e socialmente participativa.

#### *Categorias de análise*

Após a realização da oficina, todos os *post-its* que compunham o mapa participativo receberam, ainda sobre o mapa, um código numérico (id) e seus conteúdos foram digitados em uma planilha eletrônica. A seguir as falas gravadas foram transcritas e confrontadas com os conteúdos dos *post-its* com o objetivo de complementar e/ou corrigir as falas/anotações já tabuladas. Também foram digitados na planilha, após a devida análise de relevância, conteúdos transcritos que não faziam parte dos *post-its*.

Com as falas e anotações devidamente tabuladas e tendo como unidade de significado (CAMPOS, 2004) a pergunta de pesquisa, iniciou-se a análise, categorização e subcategorização dos conteúdos com base no método de análise de conteúdo (BARDIN,

2004). A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações (BARDIN, 2004). Desta forma, o entendimento do significado e sentido das palavras (semântica) e a interpretação das sentenças e dos enunciados (hermenêutica) tiveram uma destacada importância para a aplicação do método (CAMPOS, 2004).

Tendo em vista a forma como foi conduzida a oficina, com os participantes tendo liberdade para expor livremente suas ideias, e objetivando-se não enrijecer às análises, as categorias e subcategorias não foram definidas a priori, emergindo da leitura e interpretação contextualizada dos textos. No caso em estudo, o contexto diz respeito a pergunta de pesquisa e a representação dos dados através do SIG on-line. Sendo assim, os dados (falas/anotações) foram divididos em seis temas gerais (categorias principais): pontos de interesse (*points of interest*); comentários gerais (*general comments*); enaltecimentos (*praises*); demandas (*requests*); e rotinas (*routines*). Cada tema foi dividido em três categorias de análise: categoria (categoria secundária); classe; e subclasse.

#### Escolha da plataforma SIG e inserção dos dados

Os SIG, em amplo sentido, são mais do que softwares e envolvem, de forma integrada, usuários, softwares, hardwares, dados e metodologias. Mas em sentido mais estrito os SIG são sistemas com capacidade para o armazenamento, representação, visualização, processamento e análise de dados espaciais, bem como a produção de mapas e dados derivados. A escolha do SIG para um estudo em particular depende, entre outros requisitos, dos objetivos a serem alcançados, das ferramentas necessárias e das condições de acesso a licenças pagas. No caso do projeto PlaceAge, não houve previsão orçamentária para aquisição de licenças de softwares SIG, ficando o uso ficou restrito a softwares e/ou contas de uso livre e/ou público.

Como um dos principais objetivos definidos para o uso do SIG na pesquisa era compartilhar os resultados e conhecimentos produzidos, foi escolhida uma plataforma SIG on-line - ArcGIS Online© - que, além de contar com boa parte dos recursos comuns aos SIG, disponibiliza aplicativos que permitem associar os mapas online a recursos multimídias e, assim, produzir uma narrativa da oficina acessível pela internet. Algumas operações SIG e análises espaciais, como por exemplo, as de densidade de Kernel, foram realizados no software SIG desktop QGIS, cuja licença é livre. Apesar da plataforma ArcGIS Online© possuir assinatura paga com uma quantidade maior de recursos, foi utilizada uma conta pública (sem custo), cujas ferramentas de mapeamento e compartilhamento da informação se mostraram suficientes para o alcance dos objetivos traçados.

O mapeamento no SIG iniciou pela escolha das estruturas de representação: foram escolhida estrutura vetorial do tipo linha para especializar as falas dos participantes referentes a elementos lineares e/ou rotas, tais como linha de transporte coletivo, ruas e barreiras lineares; e estrutura vetorial do tipo ponto para representar as falas referentes a elementos específicos localizados geograficamente pelos participantes sobre o mapa participativo, a localização aproximada das residências dos participantes e o local no qual foi realizada a oficina de mapeamento. A estrutura vetorial do tipo polígono foi escolhida para representar as falas sem localizações geográficas específicas (abrangentes), tais com as falas que diziam respeito ao bairro como um todo, representar os limites da área de estudo e áreas de interesse. Em face da dificuldade de representar ao mesmo tempo no mapa mais de uma subcategoria de uma mesma categoria, optou-se por representar as falas gerais também através de pontos (dupla representação).



Figura 4 – mapas participativos produzidos na oficina do bairro Navegantes. Fonte: dos autores, 2022.

Tendo sido definida as estruturas de representação, iniciou-se o mapeamento pelo local de moradia dos idosos, tendo-se o cuidado por questões éticas de mapear uma localização próxima e nunca a localização real. Na sequência, passou-se a mapear as falas/anotações que faziam referência direta ou indireta a localizações geográficas tendo por base as posições dos *post-its* fixados no mapa, seus conteúdos e os códigos de identificação (*id*) previamente anotados. As falas abrangentes, por questões de visibilidade e leitura, foram mapeadas em uma posição central no bairro. Os atributos descritivos dos elementos mapeados (categoria, classe, subclasse e falas) foram incorporados ao SIG através de junção lógica, com base no *id*, entre o vetor e tabela em formato de texto exportada da planilha eletrônica. Essa primeira etapa foi realizada no QGIS. As camadas de informações criadas foram então exportadas sobre a forma de *shape file* e importadas no SIG on-line.

#### Formatação dos mapas

Logo após inserção das camadas de informações no SIG on-line foram escolhidas, com base nas categorias e subcategorias, as iconografias de representação dos elementos mapeados. Para tanto, foram selecionados, dentre as disponíveis, as representações iconográficas de melhor leitura e que melhor representasse o teor da categoria e/ou subcategoria mapeadas. Também houve uma definição cuidadosa dos tamanhos dos elementos iconográficos e suas proporções em relação aos demais elementos dos mapas em diferentes escalas de visualização.

Ao todo, foram criados sete mapas on-line, um para cada tema e outro para a localização aproximada da residência dos participantes e o local de realização da oficina. Conforme a necessidade de se destacar e diferenciar elementos do mapa, foram utilizados distintos tipos de mapas bases e modificada a representação de elementos da base cartográfica, tais como as quadras. Também foram inseridos elementos gráficos e textuais (anotações de mapa) para melhorar a leitura e compreensão de alguns dos mapas.

Mapa	Camadas base	Camadas temáticas	Camada auxiliar
Participants dwellings	study area	workshop place; participants homes	
Points of interest	study area	points of interest; areas of interest	
Praises	study area blocks; bus line	praises - points	
General comments	study area blocks; bus line; main streets	comments - points	
Requests	study area blocks; bus line; main streets	request: streets - lines request channel - lines request transportation – lines general request: security general request: sanitation general request: orientation general request: mobility general request: communications request points	annotations;
Routines	study area blocks; bus line; main streets	routines - point	

**Criação da narrativa on-line**

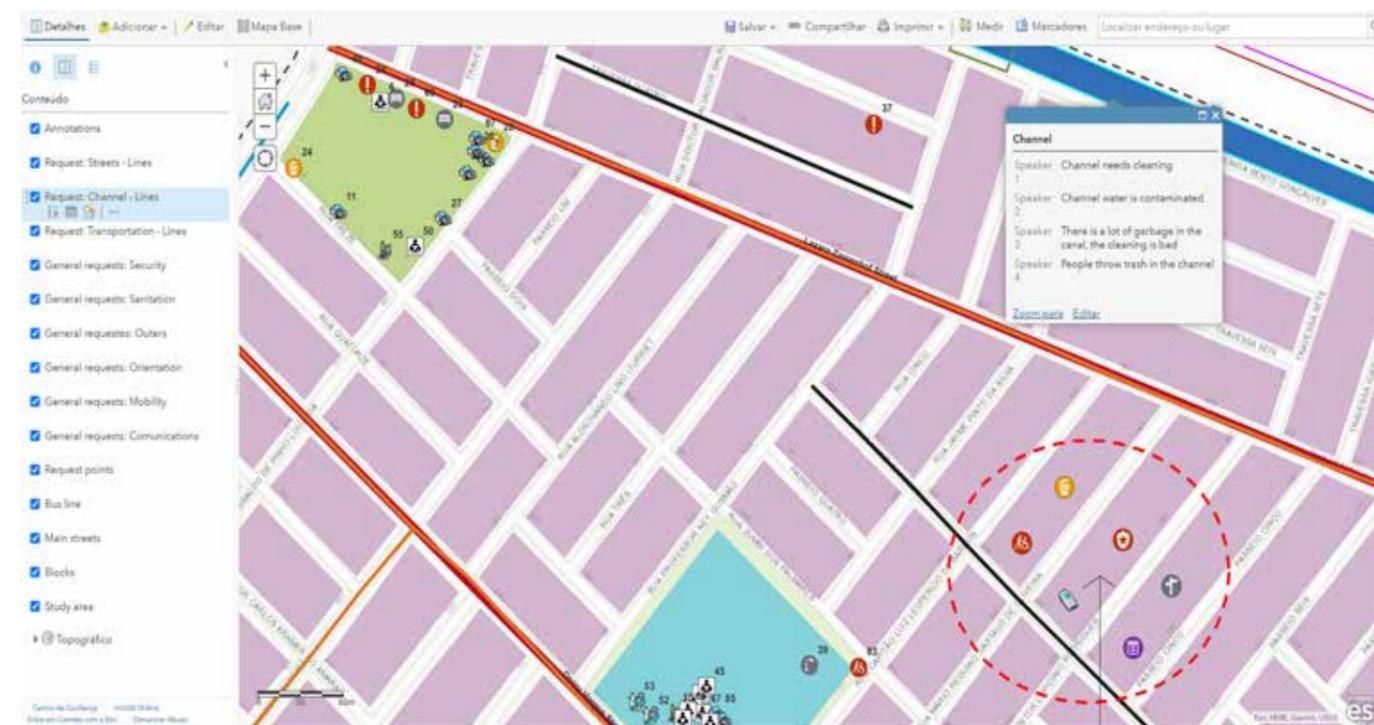
Para criar uma narrativa do mapeamento participativo de fácil apreensão e acesso por meio da internet foi escolhido, dentre os disponíveis, o modelo de aplicativo que melhor se adaptava aos dados disponíveis e ao relato pretendido. Optou-se pelo *Story Map* (nomenclatura dada pelo fabricante) do tipo cascata onde os mapas e informações são apresentados ao usuário conforme a página é rolada na vertical. Além dos mapas, foram utilizados textos, figuras das iconografias, figuras de gráficos e imagens fotográficas para construir uma narrativa fluida e o mais completa possível da oficina de mapeamento e seus resultados, organizados conforme as categorias temáticas.

**Outros procedimentos metodológicos**

Além da espacialização dos dados e criação de mapas, o processo de análise dos dados envolveu a criação de gráficos e mapas de densidade de kernel. Os gráficos foram criados diretamente na planilha eletrônica e inseridos no *Story Map* sob a forma de figuras. Divididos seguindo as categorias temáticas, os gráficos apresentam os quantitativos e percentuais de falas em cada uma das categorias, classes e subclasses definidas. Os mapas de densidade de kernel foram utilizados para analisar a concentração espacial de citações (falas) em determinados temas, categorias e classes. Os mapas de densidade foram elaborados em software SIG desktop e um deles foi inserido como figura na narrativa.

**Resultados**

Os resultados do trabalho podem ser divididos em quatro subitens: (i) oficina de mapeamento participativo (ii) mapeamento no SIG on-line; (iii) construção da narrativa on-line; (iv) análise dos dados a partir do SIG on-line.



**Oficina de mapeamento participativo**

A oficina de mapeamento participativo do bairro navegantes ocorreu no dia 06 de novembro de 2017, das 14 às 17hs, no CRAS Navegantes, situado a Rua Dona Darci Vargas, 212. A oficina contou com a presença de 28 idosos (24 mulheres e 04 homens) com idades entre 61 e 84 anos. Os participantes foram organizados em quatro mesas de discussão e mapeamento. Quatro participantes residiam fora do polígono que delimita o bairro Navegantes, mas muito próximos a esse. Durante a oficina foram produzidos 04 mapas participativos (um por mesa) com anotações que tanto faziam referência a localizações específicas, dentro e fora do loteamento, quanto a falas sobre o bairro, a cidade, ou determinado serviço urbano como um todo (Figura 4).

Todas as falas dos participantes foram gravadas e posteriormente transcritas e serviram para complementar e/ou completar as anotações fixadas nos mapas. Como já era esperado, constou-se que diversas anotações se repetiam de um mapa para outro (mesmo tema, igual ou semelhante fala e mesmo local). Todas as repetições foram quantificadas quando da digitalização dos conteúdos das falas/anotações na planilha de dados.

**Mapeamento no SIG on-line**

O mapeamento no SIG on-line resultou em seis mapas. Um dos mapas registra os locais aproximados de moradia dos idosos participantes e o local onde foi realizado o workshop e os demais cinco mapas correspondem aos temas previamente definidos: Pontos de interesse (*points of interest*); Comentários gerais (*general comments*); Demandas (*requests*), Enaltecimentos (praises); e Rotinas (routines). Cada um dos mapas contém camadas base, tais como quadras, ruas principais, rotas de ônibus etc. e as camadas referentes aos temas (Tabela 1).

O mapa que se apresentou como de representação mais complexa foi o de demandas (*requests*). A dificuldade se deu em função do grande número de falas (108), a variedade de demandas e ao fato de algumas delas se referirem ao bairro ou a cidade com um

Figura 5 – Mapa: PlaceAge - WPM - Navegantes – Requests, no SIG on-line. Fonte: dos autores, 2022.

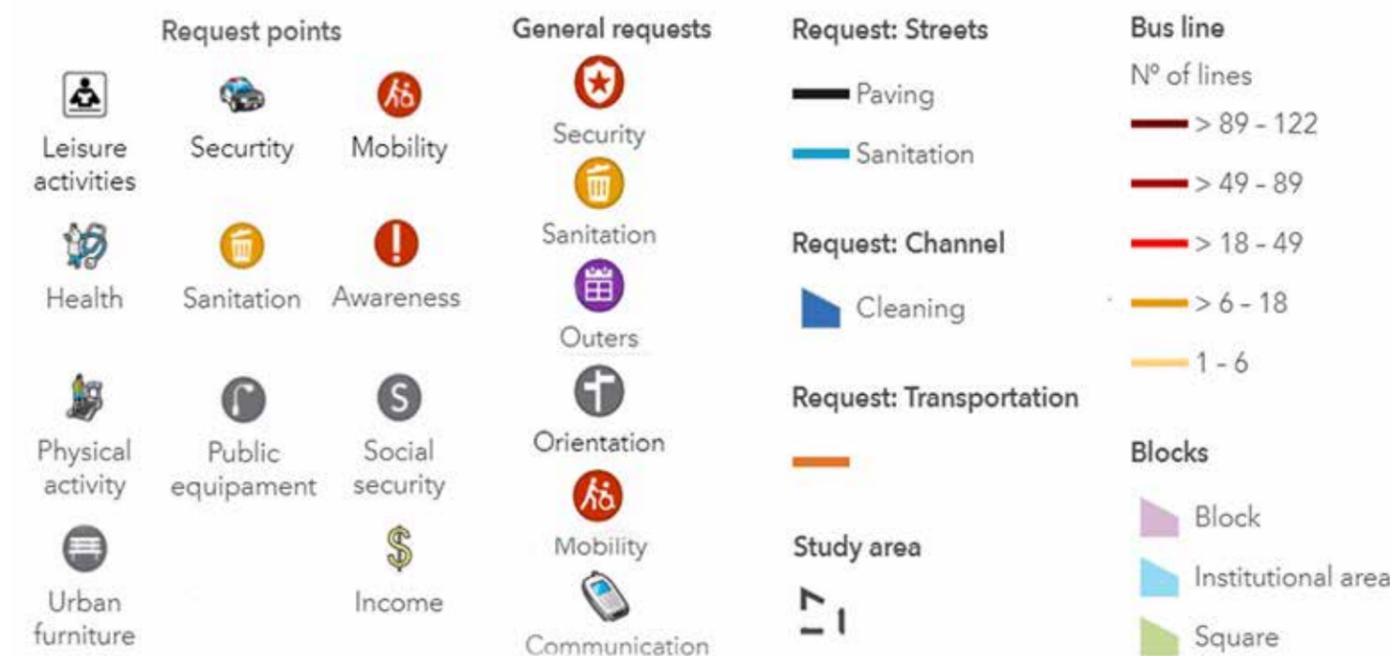
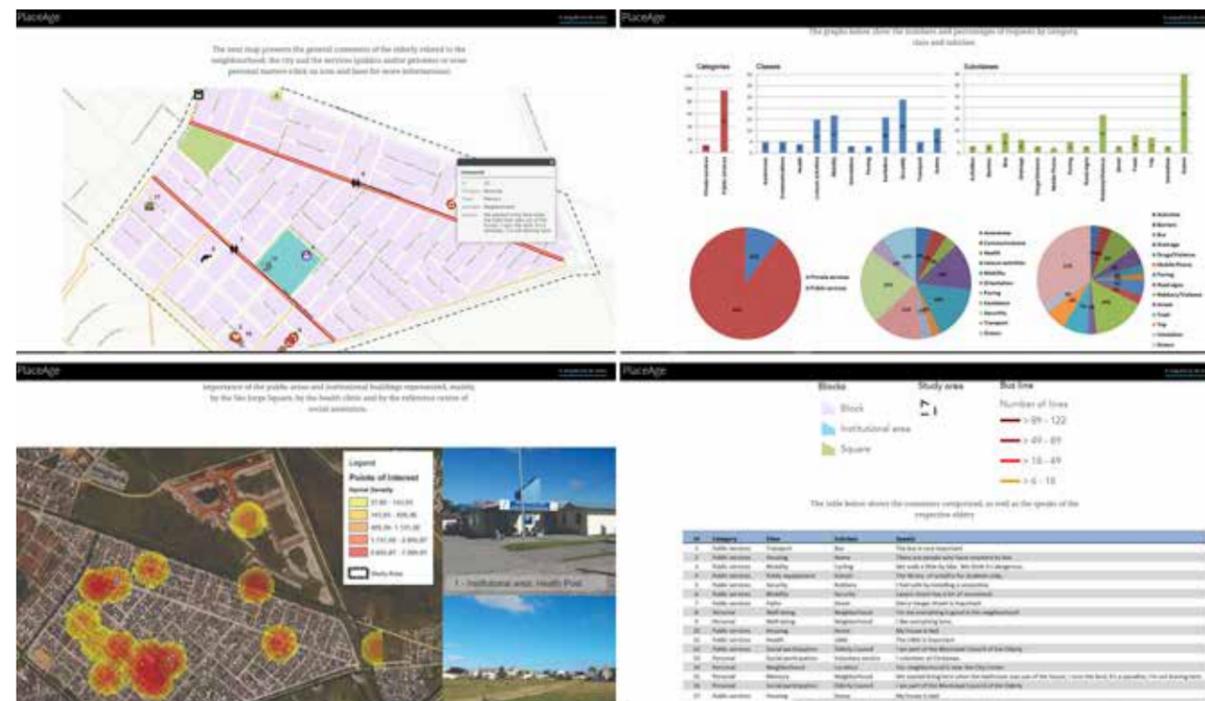


Figura 6 – Diferentes níveis de visualização do mapa no SIG on-line: 1- 100%; 2- 150%; 3- 50%. Figura 7 – Legenda com a iconografia e simbologia de representação do mapa de demandas. Fonte: dos autores, 2022.

todo. Para representar da forma mais clara possível as demandas da comunidade de idosos optou-se por: (i) criar camadas específicas para representação das demandas relacionadas aos elementos lineares (ruas, canal e linhas de transporte coletivo); (ii) criar camadas separadas para cada classe de demandas gerais (aquelas que não se referiam a localizações específicas); (iii) criar uma camada para as demandas pontuais (aquelas que se referiam a um elemento distinto e espacialmente identificável); (iv) mapear as demandas gerais no centro do mapa objetivando facilitar a leitura; (v) se utilizar de anotações de mapa para identificar barreiras e apontar as demandas gerais (Figuras 5). A decomposição do tema em várias camadas facilitou a organização do mapa assim como às análises subsequentes.

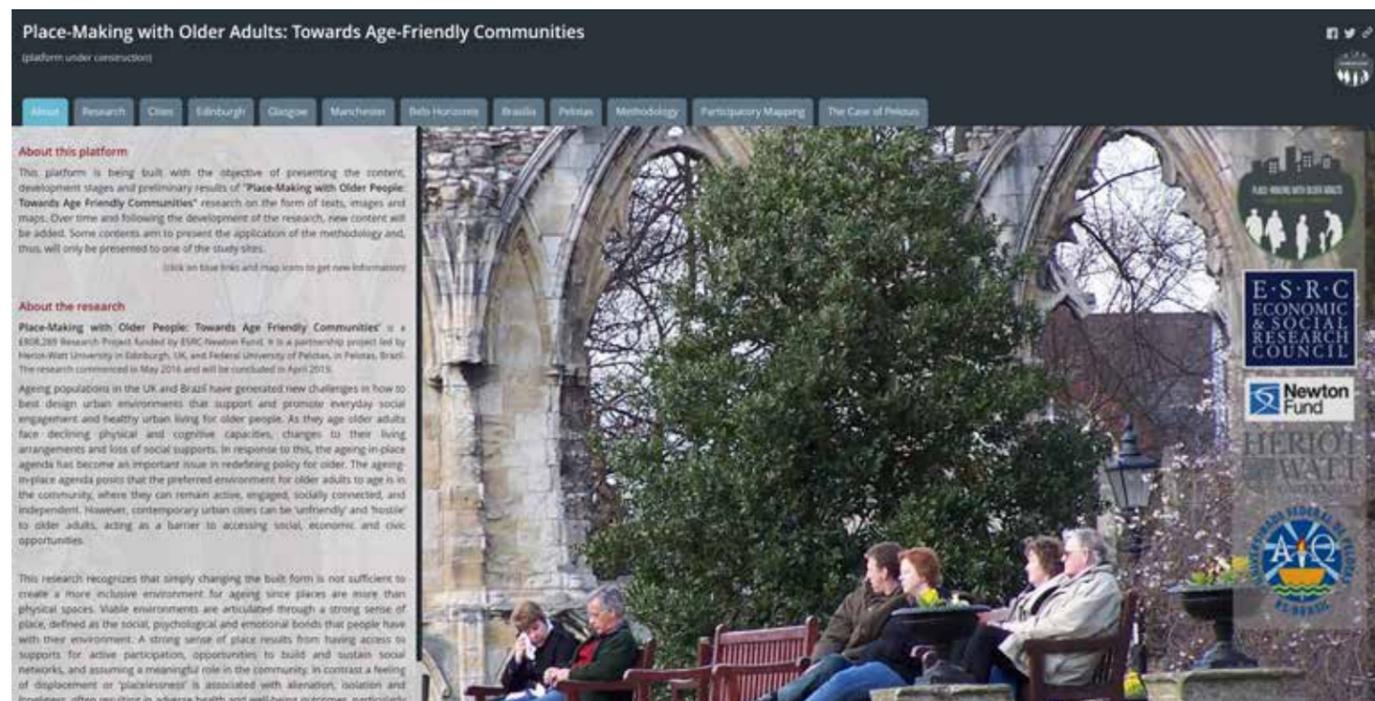
Em comparação aos mapas analógicos, em especial o resultante da oficina de mapeamento participativo, o SIG on-line adiciona recursos que facilitam e potencializam a leitura e o uso da informação mapeada. Além da consequente facilidade de acesso e compartilhamento da informação, a possibilidade de o usuário gerenciar as camadas, alterar suas representações e ordem de apresentação, acessar os atributos descritivos do elemento através de janelas *pop-ups* e a possibilidade de alterar o nível de visão



(zoom), entre outras, são características que distinguem os mapas SIG on-line dos mapas tradicionais em papel. Uma das principais dificuldades com a representação da feições geográficas no mapa tradicional ocorre quando há um número grande de elementos a serem mapeados em pequenas áreas do território, como no caso das áreas correspondentes a praça São Jorge e do quarteirão institucional do loteamento, os quais foram referidos um grande número de vezes nas falas dos idosos. A possibilidade de alterar o nível de visão (e não a escala) do mapa resolve o problema, muito embora pudesse haver uma melhor adaptação do tamanho dos ícones ao nível de zoom, o que não ocorre. O fato de os ícones permanecerem sempre com o mesmo tamanho, independentemente do nível de visão, causa uma desordem visual nessas áreas quando o zoom é pequeno (abaixo dos 100%) (Figura 6).

Na formatação visual dos mapas sociais no SIG on-line, mostrou-se fundamental despendar um tempo para estudo e escolha da simbologia de representação de seus elementos gráficos, em especial a iconografia das componentes pontuais. Os ícones foram escolhidos de maneira a tentar antecipar o significado do elemento mapeado e representá-lo da forma mais clara possível. A Figura 7 apresenta os ícones e

Figura 8 – Slide inicial do Story Map que narra a oficina participativa do Navegantes. Figura 9 – imagens do Story Map da oficina de mapeamento participativo do Navegantes. Fonte: dos autores, 2022.



simbologias escolhidas para representação dos elementos do mapa de demandas.

#### Construção da narrativa on-line

Um dos principais objetivos de utilização do SIG on-line era o de compartilhar a informação através de uma narrativa a partir dos mapas. A narrativa, construída com o uso do modelo de *Story Map* “cascata”, foi organizada ao redor dos seis mapas criados no SIG. A partir da tela inicial de apresentação (Figura 8) o usuário utiliza a rolagem de cursor para avançar através da narrativa, que inicia com um texto com uma síntese do projeto e objetivo da narrativa. A seguir são apresentadas imagens, um pequeno relato da oficina e o mapa interativo com a localização aproximada do local de moradia dos idosos que participaram da oficina. A narrativa, assim como os mapas, foi elaborada na língua inglesa por tratar-se de um projeto internacional que envolve pesquisadores e estudos de casos no Reino Unido e na Índia.

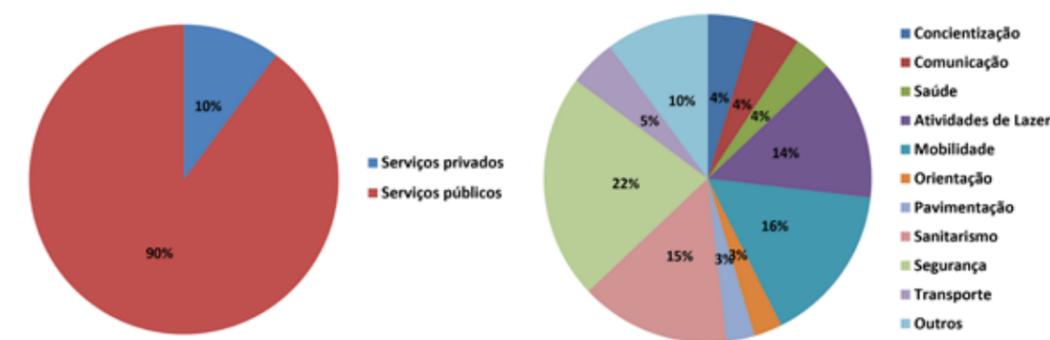
Após a apresentação inicial, a narrativa avança para os cinco temas de mapeamento: pontos de interesse; comentários gerais; demandas; enaltecimentos e rotinas. Para apresentar e descrever os resultados da oficina foram utilizados: (i) textos descritivos, (ii) os mapas dinâmicos criados no SIG on-line; (iii) fotografias do bairro; (iv) imagens dos gráficos quantitativos produzidos; (v) imagens das legendas de mapa; (vi) imagem do mapa de densidade produzido no SIG desktop; (vii) imagens das tabelas de atributos das camadas de informações do SIG on-line (Figura 9).

O *Story Map* da oficina do Navegantes pode ser acessado pela internet através da Plataforma SIG da pesquisa PlaceAge (<https://wp.ufpel.edu.br/placeageproject>). A plataforma SIG da pesquisa é outro modelo de *Story Map* construído para apresentar as cidades, áreas de estudo e alguns dados produzidos durante a pesquisa no Brasil (Figura 10). O acesso a narrativa do Navegantes localiza-se na aba *The Case of Pelotas* no link *Participatory Map*.

#### Análise dos dados a partir do SIG on-line

Após a leitura, tabulação, agrupamento e categorização, 159 falas/anotações foram inseridas e analisadas através do SIG (Tabela 2).

Tema	N° de falas/anotações	Percentual
Pontos de interesse	20	12,58%
Comentários gerais	17	10,69%
Enaltecimentos	6	3,77%
Demandas	108	67,92%
Rotinas	8	5,03%



O grande percentual de falas sobre demandas (67,28%) evidencia a falta de infraestrutura urbana básica e a precariedade dos serviços públicos prestados à população idosa residente no Navegantes. Os gráficos da Figura 11 mostram que 90% das demandas dizem respeito à serviços públicos e que a maior parte se refere à segurança pública 22%. Também com percentuais significativos aparecem demandas relativas as questões de mobilidade urbana (16%), condições sanitárias (15%) e atividades de lazer (14%). A classe outros reúne as demandas que foram citadas apenas 1 ou 2 vezes. O baixo percentual de citações (4%) referentes a classe saúde se deve a reforma e melhoria das condições físicas e de atendimento efetuadas pela municipalidade na Unidade Básica de Saúde (UBS) e Unidade Básica de Atendimento Infantil (UBAI), citadas pelos idosos e classificadas no tema Enaltecimentos.

A melhoria das condições de segurança é a principal demanda dos idosos que participaram da oficina. Extrai-se das falas, que a insegurança decorre de vários fatores, tais como: fechamento do posto policial local e falta de patrulhamento; péssimas condições de iluminação pública; uso e comércio de drogas em espaço público (em especial na praça São Jorge); e aumento nos índices de criminalidade local, especialmente os roubos. A falta de segurança tem sérios reflexos na vida dos idosos locais, restringindo a mobilidade e o convívio social. Diversos idosos relatam não saírem de suas casas no período noturno por temerem serem assaltados e/ou agredidos.

As questões sobre **mobilidade urbana** se destacam nas falas dos moradores e as solicitações focam no transporte coletivo. O horário reduzido dos ônibus no final de semana, a pouca infraestrutura das paradas de ônibus, a desinformação sobre os horários e linhas de ônibus em cada parada, bem como a retirada da gratuidade na passagem do ônibus para as pessoas de 60 a 64 anos foram questões muito debatidas. A falta de pavimentação da maioria das vias e a ausência de calçadas também se destacam como um limitador ao deslocamento dentro do bairro (Figura 9).

Em relação às **atividades de lazer e em grupo**, a maioria dos participantes indicou que sentem falta de atividades gratuitas para a terceira idade como passeios e grupos; eles

Tabela 2 – Quantidade e percentual de falas/anotações por tema.  
Figura 11 – Gráficos com percentuais de demandas por categoria (esquerda) e classe (direita). Fonte: dos autores, 2022.

Figura 12 – lixo jogado na rua e péssimas condições de caminhabilidade no bairro Navegantes. Fonte: dos autores, 2022.



conseguem entre eles manter um grupo de ginástica desde que a Prefeitura deixou de pagar a professora, entretanto pedem o retorno do poder público para proporcionar outras atividades físicas e de lazer, pois eles não possuem condições financeiras de custear. O CRAS do bairro desempenha um papel muito importante para a população, sendo muitas vezes percebido como um centro comunitário, onde os idosos podem se reunir para conversar e participar de atividades de lazer. Entretanto, as condições físicas do prédio do CRAS, de propriedade da Prefeitura, são problemáticas e várias atividades deixaram de ser realizadas lá em virtude de problemas relacionados ao prédio.

Ainda a respeito do **lazer**, as principais questões giram em torno de falta de opções no bairro. Os participantes lembram de forma nostálgica os passeios que a Prefeitura promovia para a população idosa, que agora não estão sendo mais oferecidos. A questão é especialmente relevante no Navegantes em função das condições econômicas dos idosos, que não possuem recursos financeiros para ter acesso a serviços pagos de lazer. Desse modo, o suporte para as atividades de lazer é muito importante para a população de idosos local, assim como a existência de espaços públicos adequados, em especial praças, parques, pistas de caminhada e de ciclismo.

A principais demandas relacionadas as condições sanitárias do bairro dizem respeito ao acúmulo de lixo nas ruas (Figura 12), a poluição do Canal do Pepino (canal de drenagem que passa ao longo do limite nordeste do bairro) e o alagamento das ruas em dias de chuvas.

Outras questões que aparecem nas falas são relativas a problemas de comunicação (má qualidade do sinal de telefone e dos serviços de televisão a cabo); ausência de pavimentação nas calçadas e ruas; falta de conscientização dos moradores que se reverte em lixo jogado na rua e vandalismo aos equipamentos e mobiliários urbanos.

Dos 20 pontos de interesse apontados pelo idosos, 10 (50%) se referem a prédios ou espaços públicos, 8 (40%) a edifícios ou espaços privados e 2 (10%) a edifícios religiosos. O mapa de densidade (Figura 10) mostra que a grande maioria dos pontos de interesse são ou estão situados ao redor da praça São Jorge e ao quarteirão institucional no qual estão localizados os serviços públicos de saúde, o CRAS, as

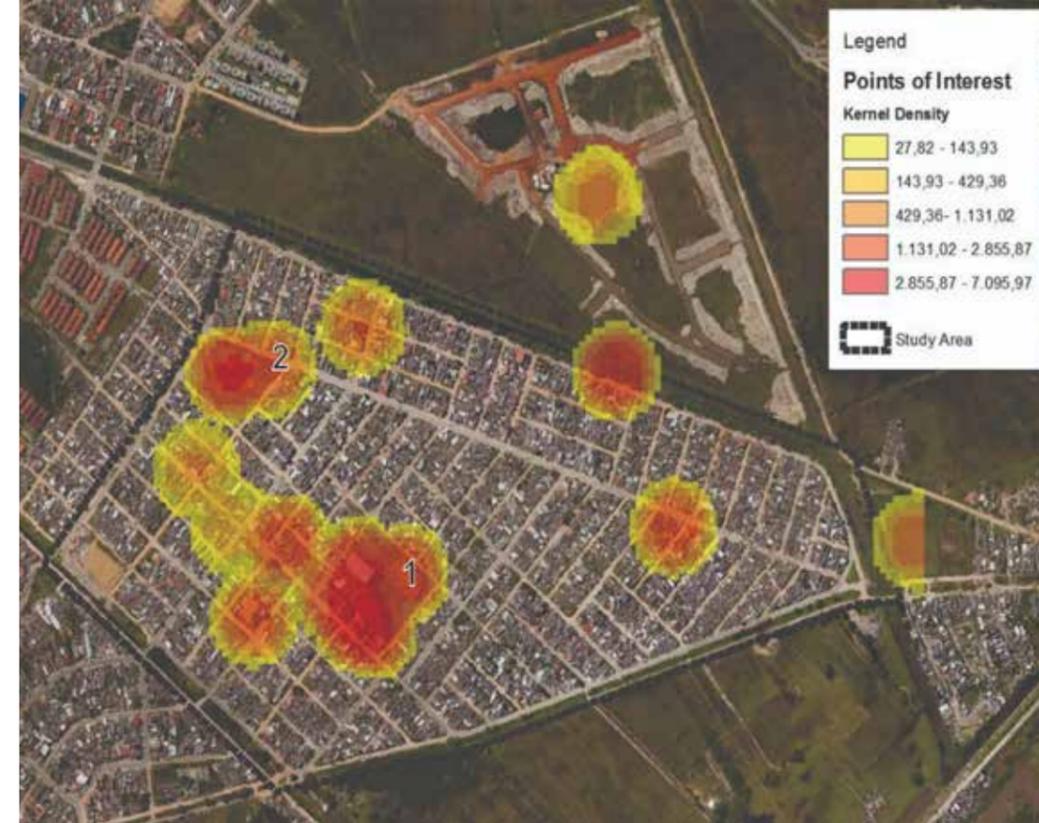


Figura 13 – Mapa de densidade de Kernel dos pontos de interesse apontados pelos idosos. A localidade de n° 2 corresponde ao quarteirão institucional e a de n° 1 a praça São Jorge. Fonte: dos autores, 2022.

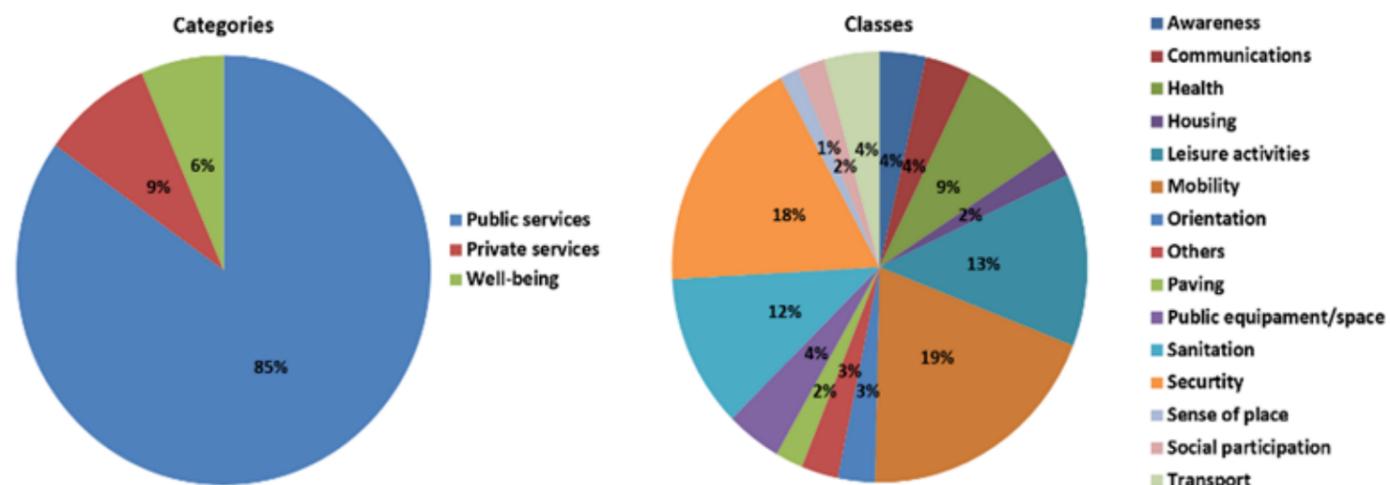
escolas públicas e o ginásio esportivo (Figura 13). Os pontos indicados e o mapa de densidade demonstram a importância para os idosos das áreas verdes e de lazer (praça São Jorge), bem como dos serviços locais de saúde e de assistência social.

No tema Rotinas, 50% das falas são referentes ao uso de ônibus para o deslocamento ao centro da cidade ou outras localidades. Uma única fala se refere ao hábito de caminhar diariamente. Outro idoso, em contraposição, afirma que somente caminha o necessário. As duas outras falas são referentes a atividade de lazer. As falas dos idosos no tema rotinas demonstram a dependência e importância do ônibus em suas vidas diárias e reforçam o grande número de demandas sobre a qualidade do transporte coletivo na cidade. Uma das falas chama a atenção: uma idosa relatou que frequenta a praça do bairro vizinho (Fátima) por suas melhores condições de uso e em face aos problemas relatados por vários idosos em relação a praça local (falta manutenção, mobiliários, equipamentos, iluminação e segurança). A baixa quantidade de falas/anotações em relação a rotinas de lazer se relaciona diretamente com o grande número de demandas sobre o assunto e são reflexos da falta de oportunidades. O mesmo problema os idosos enfrentam em relação ao convívio social local, praticamente restrito as atividades no CRAS e nas igrejas, as quais tradicionalmente veem suprindo parte da ausência do estado na área.

Quando o tema tratado diz respeito aos enaltecimentos, todas as menções foram relativas a serviços públicos, duas delas em relação as melhorias na UBS.

Quando os dados são analisados com um todo através das categorias, tem-se que 85% referem-se a serviços públicos, 9% a serviços privados e 6% ao bem-estar de uma forma geral (foram classificadas como bem-estar as falas/anotações relativas as atividades de lazer e físicas, participação social e a identificação com o lugar). Já quando examinados em relação as classes, as questões relacionadas a mobilidade (19%), segurança (18%), lazer (13%), sanitarismo (12%), e saúde (9%) aparecem como as mais relevantes (Figura 14).

Cabe destacar que, apesar da maioria das falas se referirem à problemas urbanos locais e à má prestação de serviços públicos, quando analisadas como um todo e sobre a ótica do senso de lugar, é possível concluir pela existência de uma forte identificação



dos idosos com o bairro, que, a despeito dos problemas e da demanda por soluções, consideram um ótimo lugar para viver. Essa percepção pode ser entendida a partir das relações afetivas, familiares e de vizinhança estabelecidas, que resultam em um sentimento de pertencimento ao lugar. Boa parte dos idosos vivem no bairro a muito tempo, com filhos e netos sobre o mesmo teto ou nas proximidades de suas residências. Apesar da plena consciência dos obstáculos enfrentados e das limitações impostadas pelas condições econômicas e urbanas, o senso de lugar prepondera e, para a grande maioria deles, mover-se para outro bairro com melhores condições não é uma opção a considerar.

### Considerações finais

Ao todo, o projeto PlaceAge realizou 18 oficinas de mapeamento participativo no Reino Unido e no Brasil: uma oficina para cada um dos três bairros estudados nas seis cidades analisadas (três no Brasil e três no Reino Unido). A oficina do bairro Navegantes em Pelotas foi a única para a qual o SIG foi utilizado como instrumento de mapeamento, visualização e análise dos dados sociais obtidos. Desta forma, esse trabalho caracterizou-se sobretudo como uma experiência da potencialidade do uso da ferramenta para exame de dados qualitativos oriundos da aplicação de métodos participativos de pesquisa.

Enquanto instrumento de armazenamento, visualização, processamento e análise de dados geográficos sociais, o SIG, como já esperado e demonstrado em diversos outros trabalhos, mostrou-se efetivo e útil. Mas a proposta de utilização do SIG não estava centrada exclusivamente no exame dos dados. Um dos principais objetivos da investigação era o compartilhamento da informação e do conhecimento produzido através de um sistema on-line. Nesse propósito, o SIG on-line alcançou os resultados esperados, pois as plataformas SIG on-line, como a utilizada na presente investigação, possuem como um de seus principais atributos o compartilhamento e disseminação da informação geográfica. Os dados armazenados e disponibilizados publicamente através da plataforma podem ser utilizados por qualquer um de seus usuários através de contas públicas. A utilização do aplicativo denominado *Story Map* para construção do relato on-line da oficina do Navegantes, apresentou-se simples e com grande potencial para criação de narrativas sociais com diferentes enfoques. A ferramenta permitiu conjugar os mapas SIG on-line com textos e imagens e explorar tanto os aspectos geográficos quanto descritivos dos dados.

Através da aplicação do instrumento participativo, dos dados qualitativos obtidos e das análises efetuadas com o SIG, foi possível identificar barreiras e oportunidades a vida ativa e participativa dos idosos do Navegantes. Centradas nas condições urbanas locais, as falas dos idosos demonstram como a falta de infraestrutura básica e serviços públicos de qualidade afetam negativamente vida no local, dificultando o exercício de atividades simples, como caminhar e se reunir. Mas, apesar de toda a percepção negativa associada às condições urbanas locais, os vínculos afetivos dos idosos com seu bairro apresentam-se fortes e demonstram que às características do ambiente físico somente são responsáveis por parte do sentido de lugar.

O ambiente urbano pode limitar ou estimular a vida ativa, independente, engajada e conectada, e assim fortalecer ou enfraquecer o sentido de pertencimento ao lugar. Os aspectos físicos são importantes, mas não exclusivos. Bairros planejados e estruturados, com bons níveis de infraestrutura e serviços públicos, facilitam, mas não garantem o envelhecimento sadio em seus diferentes aspectos. Tão importante quando a estrutura física é a estrutura social e os vínculos afetivos conformados pela vivência e a memória do local. As ações políticas do poder público, das mais simples as mais estruturantes, quando planejadas e articuladas com as comunidades locais tem capacidade de promover ambientes físico e sociais inclusivos para os idosos.

Finalizando, conclui-se a associação entre o método participativo e o GIS on-line facilitou a identificação dos elementos que dificultam a vida ativa e plena vivência social do idosos no bairro, demonstrando a capacidade da ferramenta para dar suporte à interpretação e entendimento das experiências e anseios desta população. Neste sentido, o trabalho evidenciou a potencialidade de utilização do SIG on-line para mapeamento, análise e compartilhamento de dados qualitativos em pesquisas na área das ciências sociais.

### Referências

- ACSELRAD, H. (org.) Cartografias Sociais e Território. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais* v.11, n.1, p.143-147, 2009.
- ALMEIDA, G. P.; VENTORINI, S. E. Mapeamento participativo de áreas de risco a movimento de massa no bairro Senhor dos Montes – São João Del-Rei, MG. *Caderno de Geografia*, Uberlândia, v. 24, n. especial, p. 79-94, 2014.
- ANDERSON, S.; BARRETT, S.; BLADON, A.; BOOKER, F.; S D'ERRICO, S.; FRANKS, P.; GREENE, S.; HESSE, C.; MANUEL, C.; MOHAMMED, E.; SATTERTHWAITE, D.; SWIDERSKA, K.; TENZING, J.; WENG, X. *Participatory resource mapping*. International Institute for Environment and Development. 2017. Disponível em: <http://pubs.iied.org/17401IIED>. Acesso em: jun. 2020.
- ANSELIN, L. GIS, spatial econometrics and social science research. *Journal of Geographical System*. v.2, p. 11-15, 2000.
- ARAÚJO, F. E.; ANJOS, R. S.; ROCHA-FILHO, G. B. Mapeamento Participativo: Conceitos, Métodos e Aplicações. *Boletim de Geografia*, v. 35, n. 2, p. 128-140, 2017.
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. *Revista Eletrônica de Educação*, Lisboa: v.70, n.3, 2004.
- BATTY, M. New technology and GIS. In: LONGLEY, P.A; GOODCHILD, M.F; MAGUIRE, D.J; RHIND, D.W.; WILEY, J.; CHICHESTER, SUSSEX (Ed.) *Geographic Information*

Systems, p. 309-316, 1999.

CAMPOS, C.J.G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília (DF), v.57, n.5, p.611-4, 2004.

CANHAM, S.; FANG, M.; WOOLRYCH, R.; BATTERSBY, L.; SIXSMITH, E.; SIXSMITH, A. Creating Sense-of-Place Through Participatory Mapping Workshops with Older Adults. *The Gerontologist*, v.55, 2015.

CHAMBERS, R. Participatory mapping and geographic information systems: Whose information systems? Who is empowered and who disempowered? Who gains who loses? *Electronic Journal on information Systems in Developing Countries*. V.25 n.2, p.1-11, 2006.

COCHRANE, L.; CORBETT, J. Participatory Mapping. In: *Handbook of Communication for Development and Social Change*. Publisher: Springer Cochrane, Logan & Corbett, Jon. 2018. Disponível em: <http://pubs.iied.org/17401IIED>. Acesso em jun. 2020.

CORBETT, J. 2009. Good practices in participatory mapping. Rome, Italy: International 394 Fund for 395 Agricultural Development (IFAD). 2009. Disponível em: <https://www.ifad.org> Acesso em: jun. 2020.

DRUCK, S.; CARVALHO, M.S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A.V.M. (eds) *Análise Espacial de Dados Geográficos*. Brasília, EMBRAPA, 2004.

EMMEL, N.P. Participatory Mapping: An innovative sociological method. Toolkit #03. Real Life Methods. *ESRC National Centre for Research Methods*. 2008. Disponível em: <https://eprints.ncrm.ac.uk/>. Acesso em: jun. 2020.

FANG, ML, WOOLRYCH, R, SIXSMITH, J, CANHAM, SL, BATTERSBY, L; SIXSMITH, A. Place-making with older persons: Establishing sense-of-place through participatory community mapping workshops. In: *Social Science and Medicine*, v.168, p.223-229, 2016.

GOODCHILD, M.F.; ANSELIN, L.; APPELBAUM, R.P.; HARTHORN, B.H. Toward Spatially Integrated Social Science. In: *International Regional Science Review*, v.23, n.2: 139-159, 2000.

GOODCHILD, M.F.; JANELLE, D.G.; Introduction. In: Goodchild, M.F., Janelle, D.G. (Eds.) *Spatially Integrated Social Science*. Oxford. University Press, Incorporated: Oxford, UK, 2004.

GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A. Cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos. Rede Mobilizadores, 2014. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br> Acesso em: jun., 2020.

HARRIS, T., D. WEINER, T. A. WARNER, AND R. LEVIN. Pursuing social goals through participatory geographic information systems: Redressing South Africa's historical political ecology. In: (Ed.) *Ground truth: The social implications of geographic information systems*, New York, 23, p.139-159, 200.

HERLIHY, P. H.; KNAPP, G. (eds.) Maps of, by and for the Peoples of Latin America. Human Organization. *Journal of the Society for Applied Anthropology*, v.62, n.4, p.303-314, 2003.

IVR - INSTITUTE FOR VOLUNTEERING RESEARCH. Using participatory mapping to explore participation in three communities – Pathways through Participation. 2010. Disponível em: <https://www.involve.org.uk/>. Acesso em: jun., 2020.

KNIGGE, L., AND M. COPE. Grounded visualization: Integrating the analysis of qualitative data through grounded theory and visualization. *Environment and Planning*, v.38, n.11 p. 2021-37, 2006

KWAN, M.; DING, G. Geo-Narrative: Extending Geographic Information Systems for Narrative Analysis in Qualitative and Mixed-Method Research. *The Professional Geographer*, v.60 n.4, p. 443-465, 2008.

LAWSON, B. *The Language of Space*. Architectural Press. Oxford, UK, 2000.

LECHNER, A.M.; OWEN, J.; ANG, M.; KEMP, D. Spatially Integrated Social Sciences with Qualitative GIS to Support Impact Assessment in Mining Communities In: *Resources 2019*, v.8, n.47, 2019.

OFFEN, K. O mapeas o te mapean: mapeo indígena y negro en America Latina. *Tabula Rasa*, v.10 p.163-189, 2019.

PÁNEKA, J.; GLASSB, M.R.; MAREKC, L. Evaluating a gentrifying neighborhood's changing sense of place using participatory mapping. *Cities*, v.102, 2020.

PLACEAGE. PlaceAge, c2016. Projeto. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/placeageproject/>. Acesso em: jun. 2020.

PORTELLA, A.; LIBARDONI, T.D.; CHIARELLI, L.A.; MAIA, L.R.; CORREA, C.M.B.; SILVA, S.A.B.; ANTIQUEIRA, B. Introdução ao Ano 2 da investigação. *Projetando Lugares com Idosos: rumo às comunidades amigas do envelhecimento = Place-Making with Older Adults: towards age-friendly communities*, Pelotas RS, v.01, n.03, p.12-22, 2019.

PORTELLA, A.; XAVIER, S.; GÜNTHER, I.; KAPP, S.; ALBUQUERQUE, D.; GOULART, F.M.G.; GONÇALVES, R.M.; LYRA, L.G.; FONTENELE, C.M. Os Bairros Investigados. *Projetando Lugares com Idosos: rumo às comunidades amigas do envelhecimento = Place-Making with Older Adults: towards age-friendly communities*, Pelotas RS, v.01, n.01, p.96-123, 2019.

SANTOS, M.T.F.; GOMES, M.H.A.; SILVEIRA, S. Introdução a uma cartografia sociológica: a Revista de Saúde Pública, 1967 a 1977\* *História, Ciências, Saúde*. v.23, n.2, p.411-430, 2016.

SIANKO, N.; SMALL, M. The future of GIS in social sciences. *KONTAKT – Journal of Nursing and Social Sciences related to Health and Illness*. KONTAKT XIX, v.3, p.169-170, 2017.

TORRES, I.V.; GAONA, S.R.; CORREDOR, D.V. Cartografía social como metodología participativa y colaborativa de investigación en el territorio afrodescendiente de la cuenca alta del río Cauca. *Cuadernos De Geografía, Revista Colombiana De Geografía*. v.21, n.2, p.59-73, 2012.

VAUGHAN, L. *Mapping Society: The Spatial Dimension of Social Cartography*. London, UCL Press. 2018.

# PARA OPERAR O URBANO POR DENTRO É PRECISO UMA BOA DOSE DE PAISAGEM<sup>1</sup>

TO OPERATE THE URBAN FROM THE INSIDE  
A GOOD DOSE OF LANDSCAPE IS NEEDED

Gianluca Mascali Perseu<sup>2</sup> e Daniele Caron<sup>3</sup>

## Resumo

Procuramos, com este artigo, ensaiar como a paisagem, enquanto categoria de apreensão do mundo em que vivemos, pode ser uma ferramenta política, na medida em que expressa diferentes formas de vida que compõem o mundo social. Desta forma, desenvolvemos uma discussão acerca do conceito, passando de algumas acepções encontradas no senso comum a uma discussão do conceito acadêmico de paisagem. A partir daí, procuramos tomar posição em meio às múltiplas formas de trabalho com a paisagem na contemporaneidade. Procuramos, enfim, e por meio de uma discussão acerca da configuração de imagens hegemônicas para as paisagens de orla de Porto Alegre/RS, estender a discussão ao campo do planejamento urbano e regional, defendendo uma abordagem política da paisagem como uma possibilidade de desnaturalizar a produção macropolítica, dominante e excludente da cidade por meio da visibilização e autorização discursiva de outras formas de existência no território.

Palavras-chave: paisagem, política, planejamento urbano, orlas urbanas, Porto Alegre.

## Abstract

*With this article, we try to rehearse how the landscape, as a category of apprehension of the world we live in, can be a political tool, insofar as it expresses different forms of life that compose the social world. In this way, we developed a (brief) discussion on the concept, going from common sense to a discussion of the academic concept of landscape. From there, we seek to take position amid the multiple ways of working with the landscape in current times. Finally, and through a discussion about the configuration of hegemonic images for the coastal landscapes of Porto Alegre/RS, we seek to extend the discussion to the field of urban and regional planning, defending a phenomenological approach to the landscape as a possibility to denaturalize the macropolitical, dominant and exclusionary production of the city through the visibility and discursive authorization of other forms of existence in the territory.*

*Keywords: landscape, phenomenology, urban planning, urban edges, Porto Alegre.*

<sup>1</sup> Este trabalho é fruto da dissertação de mestrado de Gianluca Mascali Perseu intitulada “Cidade, Modos de Postar: paisagens de orla de Porto Alegre em narrativas *online* no século XXI”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a orientação da Profa. Dra. Daniele Caron.

<sup>2</sup> Arquiteto e Urbanista (UniRitter), Especialista em Gestão de Projetos e Obras (UniRitter) e Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS), gperseu@hotmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Urbanismo e Ordenação do Território (Universitat Politècnica de Catalunya), docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS), daniele.caron@ufrgs.br.

## Pontos de partida

Certeau (2014) traz duas figuras que nos provocam a pensar as facetas da experiência urbana. De um lado, a cidade vista de cima, de sobrevôo, ou a partir do alto dos grandes arranha-céus nova-iorquinos: uma cidade vivida de longe; afeita às práticas de um planejamento afastado da escala do cotidiano. Desde um ponto de vista celeste, a cidade responde ao que o autor chama de *ficção* ou *erótica do saber* — vista e compreendida desde uma distância tal que os detalhes, confrontos, memórias e multiplicidades aparecem senão como borrões ao fundo. A outra figura, por contraponto, é a cidade vivida como um labirinto por quem, no nível do solo, percorre suas entranhas e se depara com o inesperado a cada esquina. Essa cidade é aquela que se revela e se configura a partir da experiência cotidiana; é aquela em que a multiplicidade de seres e formas de compor a paisagem se dão de forma sempre política, posto que disputada. Essa é a dimensão da cidade vivida, da experiência enquanto ato (ainda) irrefletido.

Olhar de perto e/ou de dentro, além de cima e de fora, costuma ser condição de possibilidade para pesquisas urbanas que desafiam as normas tradicionais e vigentes da prática científica. Como ciência pautada na Modernidade, o Urbanismo oferece uma compreensão da cidade a partir de um espaço neutro, um tempo sincrônico e uma existência humana universal (Certeau, 2014, p. 160). Como tal, deve ser racionalmente organizada por esquemas que reduzem a complexidade do seu conjunto a um sistema de dados que não admite sujeitos, e sim usuários. Múltiplas são as leituras e abordagens de investigação do espaço das cidades e das formas de vida dos seres que as constroem e que nelas habitam. Se, por um lado, há linhas de estudo que enfatizam um olhar “de fora e de longe” para o fenômeno urbano (MAGNANI, 2002), é preciso que se possa atentar, justamente, à dimensão da experiência cotidiana, com vistas à adoção da diferença enquanto princípio político (RANCIÈRE, 2014), cidadão e democrático. Isso significa rever a própria prática de pesquisa em estudos urbanos, compreendendo-se, aí, que quem pesquisa as cidades, as formas de construir cidades, a vida nas cidades e os sentidos daquilo que nos acontece em cidades, o faz a partir de alguma localização; que participa dos próprios fenômenos investigados, não partindo, destarte, de uma posição neutra ou imparcial.

Procuramos, com este artigo, ensaiar como a paisagem, enquanto categoria de apreensão (CARON, 2017; PERSEU, 2022) do mundo em que vivemos, pode ser uma ferramenta política, na medida em que trata da expressão de diferentes formas de vida que compõem o mundo social. Ao ser empregada para investigar o espaço em seu aspecto sensível, pensemos, a paisagem se apresenta como forma de operar o que se oferece à visibilidade e o que é relegado à invisibilidade nas culturas humanas. E, nesse sentido, está intrinsecamente vinculada ao conceito de território enquanto terreno de disputas no e pelo espaço.

Se a paisagem trata das relações entre sujeitos e territórios — se expressa, enquanto fenômeno sensível, essa relação —, nela é possível identificar processos de subjetivação, de produção de práticas, discursividades, sentidos e formas de percepção, motivados por interesses e exercícios de poder. Estes, produzidos de forma modelizada pelos dispositivos difusos de uma atualidade neoliberal, podem ser explicados através da ideia de *Modernidade Tardia*, discutida por Augustin Berque (1998; 2011; 2013) e/ou de uma *ordem capitalística da vida*, preconizada por autores como Félix Guattari e Suely Rolnik (2010). Se a paisagem é uma ferramenta para dizer do mundo, ela expressa as diferentes formas (culturais, históricas, geográficas etc.) de habitá-lo e significá-lo.

A ideia de paisagem que nos interessa discutir se estabelece em pares: para configurar desenvolvimento, algo deve ser classificado como atraso; para haver segurança, alguém deverá ser encarcerado; para haver espaços urbanizados e consumíveis, populações

inteiras deverão ser removidas. As paisagens que configuram o mercado global de imagens (MUÑOZ, 2003; 2004) do mundo financeirizado (ROLNIK, 2019) são pautadas pelo apagamento de territorialidades originárias, periféricas, cotidianas; paisagens que abrigam esse imenso outro, essa imensa outra, racializada, empobrecida e destituída do direito e acesso à cidade.

Nessa perspectiva, como pensar a cidadania? Se o território é disputa desigual de poder, se as territorialidades de direito foram, e ainda são, sistematicamente desestabilizadas pela ordem neoliberal e capitalística, não parece haver possibilidade para que se cultive o pertencimento. Esse é possível na identificação com o território, ainda que a paisagem, muitas vezes, já tenha se transformado em outras cenas.

Do ponto de vista do pertencimento, quando uma territorialidade é devastada, deslocada e/ou suprimida, a transformação da paisagem pode ser entendida como violência. Em um processo de exclusão de territorialidades, se dá a espoliação do direito de pertencer: a paisagem deixa de expressar esse pertencimento para acomodar lógicas alheias, exógenas, banalizadas. A cidadania é exercida quando existe condição para o pertencimento e visibilidade dos sujeitos, grupos e /ou comunidades no território. A visibilidade pode ser pensada como reconhecimento desse pertencimento: ao pertencer torna visível sentidos e significados convocados pelos meus modos de viver o mundo. A cidadania não pode ser exercida em processos de espoliação do território, da memória, do direito de existência. Por isso é imperativo interpelar a paisagem em sua dimensão política, enquanto expressão desses apagamentos e espoliações que, de tão comuns, tornaram-se regra.

Como contribuir para uma discussão que já se vem consolidando há décadas, ao passo que a existência humana continua a engendrar desafios para a manutenção das paisagens do mundo? Arriscamos que seja preciso tensionar o conceito de paisagem para, a partir dele, visibilizar e desnaturalizar as formas capitalísticas de produção do social. Nossa aposta é discutir a potência política da paisagem. Acreditamos que seja necessário estabelecer uma discussão mais ampla acerca do conceito, situando tal abordagem em um plano conceitual mais abrangente. Este trabalho é senão um pequeno esforço em meio às tantas discussões acerca da paisagem e de suas possibilidades de operar espaço, tempo e existência. Desta forma, apresentamos algumas abordagens da paisagem que contribuem para uma operacionalidade crítica do conceito e uma interpelação da sua dimensão política. A partir daí, procuramos tomar posição em meio às múltiplas formas de trabalho com a paisagem na contemporaneidade. Procuramos, enfim, e por meio de uma discussão acerca da configuração de imagens hegemônicas para as paisagens de orla de Porto Alegre/RS, estender a discussão ao campo do Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional. E, dessa maneira, defender uma abordagem crítica da paisagem como possibilidade de desestabilizar a produção urbana pautada pela universalização dos sujeitos sociais, e de abrir espaço-tempo para existências liminares que lutam por existência.

Se o mundo urbano é múltiplo, polifônico, polissêmico e eminentemente disputado, é preciso que possamos encará-lo a partir da diferença, encarada, aqui, como um princípio político de cidadania. Atentemos, assim, para a necessidade de olhar o mundo por dentro, pelas entranhas, pelas diferentes formas de existência e experiência. Pensemos, assim, que, para para operar o urbano por dentro é preciso uma boa dose de paisagem.

## A paisagem como projeto da modernidade

Quem diz “paisagem”, muitas vezes, quer dizer “o que está fora” ou, no extremo, “o que se vê ao longe”. Animamo-nos, sob outra perspectiva, em encarar a paisagem como um convite a desnaturalizar seres e mundo como categorias em oposição. A gênese desse conceito — que passou a integrar o vocabulário comum a partir da modernidade europeia (MADERUELO, 2005) — anunciava-se em diversas expressões culturais renascentistas<sup>4</sup>. Não deixa, sem embargo, de evocar certas noções do mundo antigo<sup>5</sup>. Ecoamos o assombro de Berque (2013) ao perguntar: como a produção de paisagens notáveis por parte de culturas originárias não-europeias e/ou pré-renascentistas pode ter dado lugar a uma tragédia social, ambiental e ecológica sem precedentes?

Anne Cauquelin introduz a obra “A invenção da paisagem”, de 2007, discutindo como a invenção da perspectiva renascentista europeia modulou a subjetividade e a percepção dos sujeitos, instaurando modos de ver no ocidente que se perpetuam. A filósofa trata da naturalização da paisagem como cenário idílico, como se fosse gerada a partir de um olho que capta as imagens fora de si, defendendo que essas imagens somente são fundadas a partir de uma cultura. Discute essa espécie de ordem que se instaura como realidade, deslocando a natureza para o lugar do artifício. Um artifício que se constitui como moldura por gerações de olhares, orientados pela Modernidade enquanto um projeto.

A questão chave que aparece como perspectiva crítica é que esse modelo, compreendido como a própria ideia e conceito de paisagem, nada mais seria do que a convergência “de projetos que tinham atravessado a história, obras que se apoiavam umas às outras até formar esse conjunto coerente na diversidade e que conferiam ao espetáculo a evidência de uma natureza” (CAUQUELIN, 2007, p. 26-27). Seria o peso dessa legitimidade originária o que obstaculiza reconhecê-la como relação em aberto, prenhe de dobras que abrigam memórias múltiplas? Se a ideia de paisagem foi, também, um projeto da modernidade com séculos de preparação, sua desnaturalização — enquanto forma simbólica universal e universalizante — será necessária para que desdobrems aquilo que vem sendo construído como evidência de mundo.

Sob tal perspectiva, refletir acerca de como dito projeto incidiu, e ainda incide, na invisibilização de paisagens de dor e de destruição, implica atenção ao afastamento do ser humano, em grande medida, de uma ética planetária de cuidado com a outra, com o outro, com a não-humanidade e com a própria natureza.

Ouvimos falar, há, pelo menos, três décadas, sobre uma caminhada a passos largos para catástrofes a nível global, e nem mesmo os constantes relatórios do PNUD ou do IPCC parecem suscitar qualquer mudança significativa para reverter a situação. A uma cegueira generalizada acerca de um destino comum da humanidade, Dardot e Laval afirmam: “na realidade, vivemos a tragédia do não comum” (2017, p.14, grifo original). Referem-se, assim, aos confinamentos de dirigentes econômicos e políticos às lógicas de competição mundial do capitalismo neoliberal, que, ano após ano, falham em dar resposta aos processos em curso.

<sup>4</sup> Teria surgido na pintura holandesa de meados do século XV, passando para a Itália, onde a demorada elaboração das leis de perspectiva afetaria, irreversivelmente, a percepção social do mundo (CAUQUELIN, 2007, p. 35-36).

<sup>5</sup> Donadieu e Périgord (2007) discutem dois pontos de partida para uma compreensão etimológica da paisagem: uma latina, *pagus*, e outra anglo-saxônica, presente nos sufixos *land* e *scape*, com variações em diversas línguas. Holzer (1999, p.153) discute uma raiz latina ainda anterior, a partir do francês “*pays*”, que “na Idade Média francesa significava simultaneamente habitante e território”. Tanto na acepção latina quanto na anglo-saxônica, a paisagem nos parece remeter às imbricações entre sociedade e espaço, entre sujeito e mundo.

Apesar da catástrofe de nossas paisagens: das queimadas, dos alagamentos e dos escombros; das marginalizações, das desigualdades e dos negacionismos; jamais a produção de modelos e de teorias sobre a paisagem foi tão profícua quanto nos dias de hoje. Arriscamos, também na esteira de Berque (2013), que esse excesso de teoria seja sintomático de um mundo intensamente ocupado de sua própria ruína. Diz o autor:

Nunca houve tanto diálogo sobre a paisagem quanto como em nossa era; nunca tivemos tantos arquitetos da paisagem (no sentido de profissionais da paisagem); nunca houveram tantos livros publicados sobre a paisagem (este é mais um). Em suma, nunca houve tal florescimento da teoria da paisagem ... e nunca nossas paisagens foram tão devastadas (BERQUE, 2013, p.3, tradução nossa)<sup>6</sup>.

E também:

Seja no Sahel, seja nos nossos subúrbios, a urgência com que nos deparamos de reencontrar a medida do mundo ambiente confere um valor epistêmico e prático sem precedentes à paisagem; porque é antes de mais [nada] na paisagem que se exprime o sentido da nossa relação com a extensão terrestre. A paisagem não é somente a superfície das coisas; é, pelo contrário, essencial à própria existência da sociedade, porque através do sentido das coisas motiva os seres humanos a habitarem em conjunto (BERQUE, 2011, p.198).

É preciso insistir na paisagem, mesmo — e principalmente — em meio à sua derrocada, atentando para os efeitos e para as possibilidades da vida humana sobre a superfície terrestre. Berque (2013) estabelece uma distinção, que julgamos pertinente explorar logo de largada, entre o conceito de paisagem e a paisagem como forma de pensamento. O autor propõe a expressão “pensamento paisageiro” para dar conta da paisagem como expressão cultural desenvolvida ao habitar e trabalhar a Terra. O pensamento sobre a paisagem, por sua vez, dá-se ao atentar para o que se faz desse mundo (sensível) a partir de conceitualizações sobre o espaço. Discute, ainda, alguns critérios para que se possa “[...] falar advertidamente sobre a paisagem com relação a essa ou aquela cultura” (BERQUE, 2013, p.31)<sup>7</sup>. Os critérios são compostos pela existência de:

(1) literatura oral ou escrita elogiando a beleza de um local, o que pode incluir (1b) toponímias (em francês, por exemplo, Bellevue, Mirabeau, Beloeil etc.); (2) jardins ornamentais; (3) arquitetura projetada para apreciação de belas vistas; (4) pinturas representando o ambiente; (5) uma ou mais palavras para dizer “paisagem”; e (6) reflexões explícitas sobre “a paisagem” (BERQUE, 2013, p.31, grifos nossos, tradução nossa)<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> *Never has there been so much talk about landscape as in our era; never have we had as many landscape architects (in the sense of landscaping professionals); never have there been so many books published reflecting on landscape (this is one more of them). In short there has never been such a flourishing of landscape theory... and never have landscapes been so devastated*”.

<sup>7</sup> “[...] talk advisedly about landscape in relation to this or that culture”.

<sup>8</sup> “(1) written or oral literature praising the beauty of the site, which includes (1b) toponymy (in French, for instance, Bellevue, Mirabeau, Beloeil, etc.); (2) ornamental gardens; (3) architecture designed to enjoy beautiful views; (4) paintings representing the environment; (5) one or more words to say ‘landscape’; and (6) explicit reflections on ‘the landscape’”.

Fica evidente o caráter comunicativo da paisagem, na medida em que se expressa por meio de múltiplas materialidades. Estas, resultantes de diferentes modos de ser e de fazer, são tão diversas quanto a palavra falada ou escrita; as formas de dizer e de consagrar o espaço; as expressões artísticas e arquitetônicas oriundas da contemplação e da elaboração cultural dos espaços de vida. Se para algumas correntes filosóficas, como o idealismo ou o racionalismo, os sentidos apresentam-se como obstáculos ao conhecimento, a paisagem como forma de pensamento e, portanto, de práxis coletiva intimamente atenta ao mundo sensível, convoca-nos à compreensão da experiência como ponto de partida. As diferentes formas de vida e de experiência vão configurando, assim, verdadeiras constelações de sentido, que percorremos e reescrevemos cotidianamente e que, em contrapartida, também nos percorrem e reescrevem. A paisagem vai sendo constituída, dessa forma, como palimpsesto: complementada e atualizada, ou mesmo apagada e rasurada pela sucessão das formas de habitar e de construir que se vão contrapondo, coexistindo e, em diferentes níveis, resistindo.

### A paisagem em perspectiva crítica nos estudos urbanos

Nos estudos urbanos, a paisagem é um conceito amplamente discutido e apresenta, mesmo nos dias de hoje, diversos significados e abordagens possíveis de trabalho. Se, por um lado, falar em paisagem implica o reconhecimento da polissemia do conceito<sup>9</sup> (tanto no senso comum como na literatura), por outro, possibilita abrir diálogos entre distintas disciplinas e campos de conhecimento. Nesse sentido, Ingold (1993) propõe que a antropologia cultural, a antropologia biológica e a arqueologia façam parte de um mesmo esforço intelectual, baseado na paisagem como forma de entrever a passagem de tempo e os processos de vida que a foram — e vão — configurando. A paisagem pode ser vista, assim, como ponto de contato entre diversas disciplinas<sup>10</sup> e contribui para a construção dos estudos urbanos como campo inter e transdisciplinar.

O surgimento da paisagem em contexto acadêmico tem como precedente a Geografia da primeira metade do século XVIII, cujo interesse, segundo Coelho (2011), residia nos aspectos morfológicos do espaço, levado a cabo de forma descritiva por meio da elaboração de gravuras.

Segundo Holzer (1999), é apenas no início do século XX que a Geografia se consolida como ciência, momento em que surge o conceito acadêmico de paisagem. Suertegaray (2001) aponta essa categoria, tanto quanto o território, o lugar e o ambiente, como conceito balizador do campo da Geografia. A paisagem apresenta-se, assim como uma perspectiva metodológica para investigação do espaço geográfico. Ainda segundo a autora, sua adoção engendra discussões acerca das relações entre natureza, sociedade, tempo e espaço, que vão sendo revisitadas pelo campo ao longo do tempo (SUERTEGARAY, 2001).

Verdum, Vieira e Pimentel (2016, p.132) compreendem, de forma contemporânea, que a paisagem seja “um sistema aberto, como um conceito complexo ao qual estão relacionados aspectos do meio, econômicos e culturais em constante interação e transformação”. Discutem, assim, algumas investigações em campos como a Geografia, o Planejamento Urbano e Regional, o Turismo e as Artes. Neles, a paisagem

<sup>9</sup> Sobre a multiplicidade de sentidos da paisagem, ver: MEINIG, D. The Beholding Eye: ten versions of the same scene. In: MEINIG et al. The Interpretation of Ordinary Landscapes. Oxford University Press: New York, 1979.

<sup>10</sup> Citamos, como exemplos, algumas disciplinas que utilizam, dentro das epistemologias, objetos e métodos que lhes cabem, o conceito de paisagem: Antropologia, Arqueologia, Arquitetura, Artes, Biologia, Geografia, História, Planejamento, Sociologia, Turismo e Urbanismo.

aparece como categoria para apreensão do espaço, indo desde trabalhos técnicos voltados às questões ambientais, até a investigação de subjetividades implicadas na produção do espaço vivido. Propõem, assim, duas perspectivas de investigação, sendo elas: a paisagem concreta — ou em trabalho mais recente, “[a paisagem] enquanto materialidade” (VERDUM *et al.*, 2020, p.134) — e a paisagem como fenômeno, respectivamente. Ambos os trabalhos propõem que não haja necessidade por uma escolha categórica entre uma perspectiva ou outra, e sim que se tratem de formas, possivelmente conjuntas, de trabalhar uma realidade complexa.

Refutando a cisão entre mundos internos e externos<sup>11</sup>, Berque (1998) propõe duas figuras que julgamos pertinentes para posicionar nossa postura com maior precisão: a paisagem-marca e a paisagem-matriz, ou as matrizes de percepção. A partir dessas, o filósofo desenvolve a ideia de que a paisagem se expressa a partir de uma relação dialética entre os sujeitos e os meios em que habitam. Para elaborar essa relação, constrói, ao longo de sua obra, a compreensão de um caráter trajetivo da realidade (ou, simplesmente, trajetória), em que afirma o meio humano e o ambiente físico como implicados um no outro, em uma relação de reciprocidade (HOLZNER, 2008, p.158).

Compreender a paisagem em sua concretude requer levar em conta as marcas que, ao longo do tempo, vão reconfigurando a superfície da Terra. A partir desses vestígios, podemos interpretar as múltiplas temporalidades que habitam a dimensão sensível do espaço. Não apenas as materialidades passam por transformações (adições, subtrações, preenchimentos e reações; formas de trabalhar a superfície), mas também as formas culturais de percebê-las, experimentá-las e comunicá-las. Raffestin (2005) contribui com a discussão ao explorar o papel do desejo na mediação do fenômeno da paisagem, contribuindo para a constante transformação do perceber e das subjetividades.

A paisagem, assim, é marca, pois é morfológica, e pode ser interpretada a partir das formas com as quais nos deparamos ao percorrê-la. Também é matriz, pois expressa os modos de vida, as maneiras de perceber e as formas de significar a experiência. Por fim, a marca expressa a matriz e a matriz expressa a marca, na medida em que o construir e o habitar terrestres se dão de forma contínua e duplamente implicada.

Dito isso, a postura aqui adotada aproxima-se mais da paisagem como fenômeno, interessando-nos trilhar um caminho investigativo entre a construção formal da cidade e as subjetividades imbricadas na produção das paisagens urbanas da contemporaneidade. Tal perspectiva é explorada com maior profundidade em trabalhos como os de Raffestin (2005), Coelho (2011) e Caron (2017), sendo trabalhada aqui com vistas a abordar a dimensão da “percepção carregada de memórias e referências culturais por parte dos sujeitos que vivem e transformam o território” (CARON, 2017, p.121, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Ingold (1993) estabelece uma relação direta entre paisagem e experiência ao contrapor os conhecimentos do caçador *expert* e do noviço em relação às feições da Terra. Estas vão sendo apreendidas a partir das práticas da própria paisagem: arriscar(-se) para aprender(-se). Da mesma forma que o caçador passa pela experiência da paisagem para exercer sua atividade com mais confiança, também o fazem os seres urbanos, que desenvolvem conhecimentos acerca da localização de serviços e amenidades,

aprendem a transitar pelos diferentes modais de transporte com fluência e fazem escolhas de trajeto de acordo com diversos parâmetros, antes inexistentes. A paisagem urbana, assim, é apreendida e transformada, cotidianamente, a partir da própria dimensão da experiência-vivida-e-transmitida: das práticas e das discursividades que configuram a cidade em sua multiplicidade de sentidos, em oposição às terraplenagens e aos apagamentos semânticos que se dão em ordem macropolítica. Ingold (1993) conceitua a paisagem como a própria dimensão de envolvimento dos sujeitos com os territórios. A paisagem, para ele, apresenta-se de forma temporal, não exclusivamente cronológica, e articula, no presente, as diversas temporalidades implicadas na sua formação. Reitera:

[...] a paisagem funciona como uma memória resistente – e testemunha - das vidas e trabalhos de gerações passadas que a habitaram, e que, fazendo isso, deixaram ali algo de si mesmas. (INGOLD, 1993, p.1, tradução nossa)<sup>13</sup>.

Segundo Caron (2017), a paisagem passou a compor o vocabulário do planejamento municipal brasileiro com maior proeminência a partir da instauração da Constituição Federal de 1988. Os planos diretores desse período, assim como outros instrumentos de ordenação territorial, segundo a autora, passaram a expressar a ambiguidade da justaposição de temas como a participação e a inclusão social, oriundas da então recente Reforma Urbana a nível nacional, com as demandas mercadológicas incorporadas pelo planejamento estratégico.

Nesse cenário, a paisagem foi sendo incorporada ao campo do planejamento de forma a priorizar as qualidades visuais e cênicas de determinados pontos de interesse das cidades brasileiras (CARON, 2017). Essas localizações, definidas tanto pelos saberes técnicos (patrimonial, ambiental, urbanístico etc.) como pelas vontades do mercado imobiliário, comparecem de forma pontual e descontínua na apreensão do território, além de, ainda, pouco voltadas aos processos de vida da população. A paisagem passa, assim, a ser apropriada e objetificada por um *modus operandi* normativo e prescritivo que, ao apagar as diferenças, esfaca-a enquanto fenômeno (CARON, 2017).

A busca por uma operatividade do conceito geralmente reduz a paisagem a apenas uma de suas partes componentes; a esfera física, concreta e visual de um território. A parte sensível, referente à percepção carregada de memórias e referências culturais por parte dos sujeitos que vivem e transformam o território fica em segundo plano (CARON, 2017, p.121, tradução nossa)<sup>14</sup>.

Mesmo com todos os desafios implicados na inclusão da paisagem em instrumentos de ordenamento, compreendemos, assim como Pizzo (2007) e Caron (2017), que é preciso insistir nessa categoria de apreensão como uma perspectiva metodológica de abordagem da experiência urbana ordinária e das demandas de diferentes grupos sociais que coabitam a urbe.

Se as paisagens do globo expressam a catástrofe crescente dos agenciamentos do capital sobre os modos de vida, acreditamos que uma atenção ao fenômeno da

13 “[...] the landscape is constituted as an enduring record of - and testimony to - the lives and works of past generations who have dwelt within it, and in so doing, have left there something of themselves.”

14 “La búsqueda por una operatividad del concepto, generalmente reduce el paisaje a apenas una de sus partes componentes; la esfera física, concreta y visual de un territorio. La parte sensible, referente a la percepción cargada de memorias y referencias culturales por parte de los sujetos que viven y transforman el territorio, queda em segundo plano”.

11 À qual chama de Paradigma Clássico Ocidental — *Classic Western Paradigm*, ou CWP.

12 “[...] cargada de memorias y referencias culturales por parte de los sujetos que viven y transforman el territorio.”



paisagem e às formas habitativas por ele expressas seja uma forma de visibilizar e, ulteriormente, desnaturalizar a produção de paisagens urbanas tal qual se vem desenhando. Buscamos, destarte, operar a paisagem enquanto fenômeno, na medida em que nos interessa investigar não apenas os modos de produzir a cidade formal, mas também os modos de produzir subjetividades urbanas em um contexto neoliberal e informacional.

Buscando investigar a paisagem em seu aspecto subjetivo, adotamos uma perspectiva narrativa de estudo, partindo, para tanto, de algumas proposições desenvolvidas por Caron (2017) e exploradas ao longo de alguns de nossos trabalhos subsequentes (CARON; CARVALHO; PERSEU, 2018; PERSEU; CARON, 2019; CARON et al., 2020; PERSEU; CARON, 2021; PERSEU, 2021), em que paisagem e narrativa são vistas como sistemas análogos de significação. No contato tópico entre o fenômeno da paisagem e a produção de narrativas, aparece a experiência enquanto mediação entre vida e conhecimento. Enquanto perspectivas de investigação, ambas se oferecem como possibilidades para abordar a realidade urbana a partir das subjetividades, e a relação entre ambas é adotada buscando-se contribuir para a recorrente discussão, no âmbito dos estudos da cidade, sobre o descompasso entre planejamento urbano (pensado por poucos) e práxis social (vivida por muitos).

Nossa proposição, assim, é de que a paisagem possa ser acessada, enquanto fenômeno, através de narrativas que dela dizem e que, ao dizer, configuram sujeitos, meios, tempos, espaços, formas de narração e personagens. Por outro lado, que a experiência narrativa seja uma experiência de paisagem por si só, articulada por diferentes mídias e tecnologias que coexistem e se retraduzem no cotidiano (DI FELICE, 2009). Mais do que isso, que olhar para a paisagem sob uma lógica narrativa signifique encarar seu caráter disputado, bem como as lógicas de subjetivação que produzem formas de significação à experiência da paisagem.

### A orla sem margem

Uma miríade de discussões é travada, nos últimos anos e também há décadas, acerca de inúmeros projetos, propostas e planos para as orlas de Porto Alegre. Sobre estas incidem, historicamente, amplos interesses de mercado. Partindo de um interesse inicial por investigar os impactos de grandes projetos urbanos na paisagem de porção central das orlas da cidade (Centro Histórico e arredores), deparamo-nos, em tempo, com a questão das subjetividades e do desejo, tanto na ordem da paisagem-marca (as tipologias, os padrões construtivos, a produção formal), quanto das matrizes de percepção (as formas de perceber, de significar e de desejar) berquianas.

Operando a produção massiva de imagens dominantes de cidade estão as narrativas do *city marketing*, que vão reforçando versões de realidade aparentemente consensuais sobre a cidade que se quer. É no sentido de visibilizar e de desnaturalizar esses apaziguamentos, bem como de explorar suas formas de produção, que propomos trabalhar com as orlas da cidade enquanto loci privilegiados do planejamento neoliberal. Tal fenômeno é explorado em seu aspecto globalizado por Perseu (2021) a partir do fenômeno de urbanização proposto por Francesc Muñoz (2003; 2004) e Paese, Perseu e Mariano (2022), sendo trabalhado o conceito de cidade torta de Richard Sennett (2021).

Machado (2004, p.67) faz alusão à execução de aterros sucessivos sobre o Guaíba, uma prática que já se esboçava na cidade ao final do século XIX, intensificando-se no decorrer do século XX. Pautado pelo modernismo europeu, o Urbanismo de diversas cidades latino-americanas, à mesma época, era movido pela utopia de uma cidade que avança sobre a água, condizente com as então inéditas técnicas de aterramento (MACHADO, 2004).

Cabe, ainda, a colocação de Bohrer (2001, p.59) de que “os planos de Agache para o Rio de Janeiro e de Francisco Prestes Maia [...] para São Paulo, na década de 30”, são vistos como referências para os planos de remodelação urbana em diversas cidades brasileiras da época, incluídas aí as orlas portoalegrenses. As intervenções ao longo do século XXI, em contrapartida, são mais dispersas e fragmentárias. Optamos por um

Figura 1 - Localização de alguns projetos propostos para as orlas centrais de Porto Alegre no século XXI. Fonte: OMITIDO.



recorte espacial que vai da faixa entre a Usina do Gasômetro e o Pontal do Estaleiro, reconhecendo amplos interesses de mercado materializados em diversos projetos e propostas para a área. O século XXI aparece como recorte temporal de estudo, em um esforço por apreender a produção da paisagem contemporânea.

Na figura 1, salientamos algumas das intervenções urbanas — assim como seus estados de desenvolvimento — para as orlas centrais e arredores no século XXI. Há diversas intervenções, amplamente divulgadas e discutidas para a área, em processo de tramitação e mesmo de implementação. Trazemos como exemplos o projeto de revitalização do (a) Cais Mauá pelo Consórcio Viva Cais Mauá, que, mesmo tendo sido cancelado, ocupou a esfera pública municipal nos últimos anos; a posterior implementação do Cais Embarcadero, uma zona comercial inaugurada sem qualquer tipo de consulta pública no cais em plena pandemia; a reforma da (b) Usina do Gasômetro; a implementação do (c)(d)(f) Parque Urbano Orla do Guaíba (PUOG; trechos 1, 2 e 3); os (e) arredores do Arroio Dilúvio, nos quais foram construídos o Trend, um complexo de uso misto, e o Memorial Luís Carlos Prestes, de autoria de Oscar Niemeyer; o (g) Retrofit do Estádio Beira-Rio; a proposta do (h) Arranha-céu do Sport Club Internacional; a inauguração da (i) Fundação Iberê Camargo; a construção de complexo imobiliário no (j) Pontal do Estaleiro, e a construção do (k) BarraShoppingSul. Tais projetos vêm suscitando diversos conflitos na esfera pública, que nunca foi tão complexa ou envolveu tantos agentes.

Na figura 2, dispomos narrativas e trechos de narrativas com as quais nos deparamos ao longo do processo de investigação. Elas dizem do locus de estudo ao longo do século XXI, bem como de casos análogos e acontecimentos diversos. Essa montagem foi elaborada para pensar (e não, simplesmente, ilustrar) as orlas de Porto Alegre como oportunidades de exploração do fenômeno de inserção da paisagem urbana em um

mercado global de imagens (MUÑOZ, 2003; 2004) e em uma economia neoliberal de desejo (GUATTARI; ROLNIK, 2010). O procedimento formal, aqui, envolve o cruzamento de dois eixos. Na vertical, um eixo cronológico (timeline), que organiza as narrativas no tempo, de 2000 a 2021. Na horizontal, um eixo espacial orientado pela produção de um skyline do trecho entre a (b) Usina do Gasômetro e o (j) Pontal do Estaleiro, sendo posteriormente adicionados o (a) Cais Mauá, o (k) BarraShoppingSul e o (l) Residencial *Golden Lake*, como pontos expressivos da problemática desenvolvida no entorno imediato do recorte espacial preliminar.

As narrativas que dizem respeito às localizações ao longo dessa faixa estão salientadas em vermelho escuro. Em rosa, apresentamos referências de projeto, imagens urbanas e casos análogos. Em cinza, algumas referências de acontecimentos em Porto Alegre, no Brasil e no mundo. Algumas linhas em vermelho cruzam a composição e, através delas, buscamos compor um pequeno vocabulário da paisagem das orlas no século XXI a partir de nossas leituras e encontros com essas narrativas.

Algumas dessas palavras, como “*Shopping Centers*”, “*Rodas Gigantes*”, “*Arranha-céus*”, “*Retrofits*”, “*Revitalizações*” e “*Empreendimentos*”, remetem a tipologias construtivas e ações típicas do planejamento urbano vigente. Outras, como “*Espetacularização*”, “*Mercantilização*”, “*Indiferença*”, “*Homogeneização*” e “*Gentrificação*”, dizem de alguns sintomas que nos ocorrem ao olhar para as imagens em conjunto. Outras, ainda, como “*Melhoria*”, “*Lucro*” e “*A Cidade Vira as Costas para a Água*” parecem compor estratégias discursivas para defender as intervenções em questão.

Nosso interesse por trabalhar com as orlas de Porto Alegre enquanto loci de estudo não parte somente do reconhecimento de sua importância e de seu protagonismo na história e no imaginário urbanos. Visadas por amplos interesses de mercado e ações

Figura 2 - Montagem “Orlas de Porto Alegre: das disputas pelos sentidos da paisagem à configuração de regimes de pertencimento”. Fonte: OMITIDO.

do planejamento estratégico neoliberal, compreendemo-las como oportunidades para investigar subjetividades e processos de subjetivação implicados na produção de paisagens urbanas da contemporaneidade.

### Considerações

Neste artigo, buscamos discorrer sobre o conceito de paisagem e também sobre as paisagens em que vivemos. Discutimos a multiplicidade da paisagem como perspectiva de trabalho, passando a defender a adoção, no contexto do presente estudo, da paisagem como fenômeno (CARON, 2017; VERDUM et al., 2020). Essa, expressando relações (da ordem do sensível, do intersubjetivo, do político) entre sociedades e os espaços que habitam, ajuda-nos a operar uma aproximação teórico-conceitual entre a produção massificada — e ulterior consagração — de determinadas narrativas e imagens de cidade, e a produção macropolítica de subjetividades como forma de controle dos modos de experiência, percepção e atribuição de sentido. Tais regimes operam modulações e achatamentos tanto na dimensão da paisagem-marca (BERQUE, 2013), sendo consagradas as imagens urbanas e as formas de construir do poder vigente, quanto nas matrizes de percepção (BERQUE, 2013), sendo modelizadas as formas de experiência, de percepção, de atribuição de sentido e de comunicação. Discutimos, assim, as orlas de Porto Alegre como paisagens cujos significados estão em constante disputa na esfera pública e sobre as quais incidem vontades do mercado financeiro global. Essas vontades se expressam na ordem do sensível e, portanto, dizem respeito à categoria da paisagem. Interessa-nos, a partir de tal colocação, explorar não apenas as formas específicas de produção das paisagens de orla de Porto Alegre, mas também processos de modulação subjetiva envolvidos na produção de paisagens urbanas em uma contemporaneidade neoliberal marcada, em grande medida, pela infiltração das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano.

### Referências

- BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- BERQUE, Augustin. A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa, Portugal: Vniversitas, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, p.187-199.
- BOHRER, M. D. *O Aterro da Praia de Belas e o Aterro do Flamengo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.
- BERQUE, A. *Thinking Through Landscape*. New York: Routledge, 2013.
- CARON, D. *El estudio del paisaje como clave interpretativa del territorio através de las narrativas para la planificación urbana y territorial. Paraty, Rio de Janeiro/ Brasil como caso de estudio*. Tese (Doutorado em Urbanismo e Ordenação do Território) — Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona, Universitat Politècnica de Catalunya. Barcelona, 2017.
- CARON, D.; CARVALHO, P.; PERSEU, G. M. Coreografar a paisagem: a multidimensionalidade requerida pelas cartografias contemporâneas. *Revista Arcos Design*, v. 11, 2018.

CARON, D. et al. Visibilizar as Narrativas de Rua: a dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 18., 2019, Natal. *Anais XVIII ENANPUR*. Natal: EDUFERN, 2019. Disponível em: <doi.org/10.29327/114644.39-1>. Acesso em 25 de outubro de 2021.

CARON, D.; ISOPPO, R.; SILVA, K.; PERSEU, G. Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum. *VIRUS*, São Paulo, n.20, julho, 2020.

CAUQUELIN, A. *A Invenção da Paisagem*. São Paulo: Martins, 2007 [2000].

COELHO, L. C. *Revelando a paisagem através da fotografia: construção e aplicação de um método*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) — Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DI FELICE, M. *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo: Annablume, 2009.

DONADIEU, P.; PÉRIGORD, M. *Le paysage*. Paris: Armand Colin, 2007.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Subjetividade e História. In: GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010[1986].

HOLZER, W. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HOLZER, W. A trajeção: reflexões teóricas sobre a paisagem vernacular. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. *Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p.155-172.

INGOLD, T. *The Temporality of Landscape*. In: *World Archaeology, Aberdeen*, v.25, n.2, p.152-174, 1993.

MACHADO, A. S. A borda do rio em Porto Alegre: arquiteturas imaginárias, suporte para a construção de um passado. *Arqtexto*, n. 5, 2004. p. 66-81.

MADERUELO, J. *El Paisaje: génesis de um concepto*. Madrid: Abada Editores, 2005.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 17 (49), junho de 2002.

PAESE, C.; PERSEU, G.; MARIANO, G. *Construir o Sul, Habitar o Norte: orlas urbanas como formas de expressão de um mundo globalizado*. PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. V. 6, n. 21, 2022. P. 402-419.

PERSEU, G. M.; CARON, D. Cidade Postada: experiência urbana e o Instagram. In: *REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL*, 13., 2019, Porto Alegre. Anais da XIII Reunião de Antropologia do Mercosul. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Disponível em: <ram2019.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID\_TRABALHO=3081>. Acesso em 27 de novembro de 2019.

PERSEU, G. *Cidade, Modos de Postar: paisagens de orla de Porto Alegre em narrativas online no século XXI*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

PERSEU, G.; CARON, D. Paisagem em Feed: aportes para uma abordagem narrativa da experiência urbana online. In: VERDUM, R.; VIEIRA, L.F.S.; SILVA, L.A.P.; GASS, S.L.B. (orgs.) *Paisagem: leituras, significados, transformações*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2021, v.2. doi: <https://doi.org/10.21826/9786587422114>

PIZZO, B. *La costruzione del paesaggio*. Quaderni del Dipartimento Interateneo de Pianificazione Territoriale e Urbanistica. Roma: Officina Edizione, 2007.

RAFFESTIN, C. *Dalla Nostalgia del Territorio al Desiderio di Paesaggio*. Firenze: Alinea Editrice, 2005.

RANCIÈRE, J. *Nas Margens do Político*. Lisboa: KKYM, 2014.

ROLNIK, R. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. *Revista Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-45, jul-out 2019.

SENNETT, R. *Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SUERTEGARAY, D. Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova. Revista Electrónica de geografía y Ciencias Sociales*. N. 23. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2001.

VERDUM, R.; VIEIRA, L.; PIMENTEL, M. As múltiplas abordagens para o estudo da paisagem. *Espaço Aberto*, UFRJ, v.6, n,1, p.131-150, 2016.

VERDUM et al. As Cartografias do Pagus que se entrelaçam em suas narrativas multidisciplinares. In: REGO, N.; KOZEL, S.; AZEVEDO, A. F. *Narrativas Geografias e Cartografias: para viver é preciso espaço e tempo*. Porto Alegre: IGeo/UFRGS: 2020.

# ATIVIDADES COMERCIAIS TRANSITÓRIAS Dinâmicas socioespaciais e apropriações urbanas

TEMPORARY COMMERCIAL ACTIVITIES  
Sociospatial dynamics and urban appropriations

Rhaiani Vasconcellos de Almeida Trindade<sup>1</sup> e  
Larissa Leticia Andara Ramos<sup>2</sup>

## Resumo

As cidades estabelecem relações indispensáveis entre seus espaços públicos e as pessoas que neles circulam. Desde a antiguidade, diversas são as apropriações urbanas que se manifestam, dentre elas, as atividades comerciais, as quais tendem a propiciar diversas formas de relação com o território. Destaca-se, neste artigo, as atividades comerciais transitórias consideradas formas de apropriações efêmeras que estabelecem uma relação de simbiose entre o espaço público e a atividade comercial, consideradas essenciais para o crescimento das funções urbanas, sociais e econômicas. O presente trabalho aponta reflexões sobre essa relação, em especial, entre a atividade comercial transitória, espaço público, apropriações urbanas e as dinâmicas socioespaciais sobre o território. O método aplicado consiste em levantamento bibliográfico, mapeamento, observação e questionário. Os resultados destacam a relevância das atividades comerciais transitórias como catalisadoras e estimuladoras de um espaço urbano mais vivo, coletivo e inclusivo.

Palavras-chave: atividades comerciais transitórias, espaços públicos, apropriação urbana, território, urbanidade.

## Abstract

*Cities establish indispensable relationships between their public spaces and the people who circulate in them. Since antiquity, several urban appropriations have been established, among them, commercial activities, which tend to provide different forms of relationship with the territory. This article highlights transitory commercial activities, considered ephemeral forms of appropriation that establish a symbiotic relationship between public space and commercial activity, essential for the growth of urban, social and economic dynamics. The present work points to reflections on this relationship, especially between transitory commercial activity, public space, urban appropriations and their socio-spatial dynamics over the territory. The applied method consists of bibliographic survey, mapping, observation and application of a questionnaire. The results highlight the relevance of transitory commercial activities as catalysts and stimulators of a more lively, collective and inclusive urban space.*

*Keywords: transitory commercial activities, public spaces, urban appropriation, territory, urbanity.*

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Cidade, Universidade Vila Velha (UVV).

<sup>2</sup> Professora Doutora do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Cidade, da Universidade Vila Velha (UVV).

## Introdução

Ao longo da história, espaços públicos destinados ao comércio consolidaram-se, na medida que eram utilizados como pontos de encontros e trocas de mercadorias. O ato do encontro e da troca são considerados atividades sociais, pois preveem a necessidade da conversa e de relações interpessoais entre os interessados (VARGAS, 2001).

Esses encontros acontecem majoritariamente nos espaços públicos - ruas, passeios, orlas, praças e parques - que são espaços essenciais para que as dinâmicas urbanas aconteçam e tornem-se palcos catalisadores das atividades econômicas e sociais (GEHL, 2014; LYNCH, 1997). Ruas e calçadas, segundo Jacobs (2011), são órgãos vitais de uma cidade, onde ocorrem toda a interação e o convívio de uma sociedade, sendo indispensáveis às pessoas que nelas circulam, usam e ocupam, ultrapassando os limites de serem apenas espaços livres públicos de circulação.

Ao considerar a relação simbiótica entre cidade, espaço público e comércio, Vargas (2001) e Jacobs (2011) assinalam que a contribuição acontece através do uso, circulação, apropriação e vivência das pessoas nos espaços coletivos, favorecendo a vigilância e a vitalidade urbana, além de tornarem o espaço mais atrativo e diverso (SOTO, 1987). Essa associação direta entre espaço público e comércio tornar-se essencial para o crescimento das funções e das dinâmicas urbanas coletivas.

O uso e apropriação territorial do espaço público está associado à qualidade desses lugares, seja pelo fato deles serem espaços acessíveis, onde as pessoas desenvolvem suas atividades diárias, ou por serem lugares agradáveis e bonitos, que permitem o encontro e a diversidade (PROJECT FOR PUBLIC SPACES, 2019).

Tais características de uso e apropriação do espaço público vêm ao encontro das funções sociais do comércio. Assim como apresenta Vargas (2001), a atividade comercial revela-se uma prática que pode contribuir para a qualidade urbana, criando também oportunidades para apropriações espontâneas e efêmeras de uso da cidade.

Para Soto (1987), a diversidade de atividades que estão presentes nos espaços públicos urbanos proporciona uma maior procura de produtos e serviços, bem como estimula o funcionamento e a vitalidade urbana. Logo, possibilita o uso e apropriação das calçadas onde a comercialização desses produtos e serviços acontece (JACOBS, 2011).

Gehl (2014, p.11) enfatiza que “as cidades são locais onde as pessoas se encontram para trocar ideias, comprar e vender, ou simplesmente relaxar e se divertir”. O autor considera as relações cotidianas, a dimensão humana, as oportunidades de encontro nos espaços de vivência tais como as ruas, praças, parques, o que a cidade tem de mais importante.

Em contexto histórico, conforme assinala Vargas (2001), a relação entre comércio e espaço público persiste desde o surgimento das cidades, como aconteciam nos bazares árabes, ágoras gregas, fóruns romanos e praças medievais, caracterizados como espaços de comercialização de produtos locais, adensados de atividades e pessoas, e com uma “atmosfera única”. Tal “atmosfera única”, conforme evidencia Vargas (2001, p.157), proporciona uma série de experiências e sensações e é assim descrita pela autora: “(...) seus sentidos são assaltados por milhares de odores, seus olhos perdem-se num infinito de cores, e seus ouvidos são invadidos por um burburinho de sons”.

A comercialização de produtos nas ruas favorece o aparecimento do comércio local e pode adquirir, com o decorrer do tempo, condição de estabelecimento permanente (VARGAS, 2001) Ainda conforme evidencia a autora, as técnicas de venda, o formato, o tamanho e o espaço característico para a realização da atividade comercial - seja ela de rua ou estabelecimento específico - podem se alterar no decorrer do tempo, de acordo com as demandas, mas não alteraram a essência principal do comércio que é a de interação social.

Martinho (2012) sinaliza que os espaços públicos que recebem o comércio de produtos locais são elementos vivos da história de uma cidade, pois evidenciam a cultura regional e a integração de pessoas. A autora, ao se referir das dinâmicas de comércio e de consumo na cidade, enfatiza as possibilidades de apropriações, valores e identidade cultural destacados no trecho a seguir:

O modo como a comida e a arquitetura se interliga possibilita a apropriação de significados e valores, incorporando e refletindo uma identidade territorial de uma área. O contexto socioeconômico de antigos bairros tem sido rejuvenescido e requalificado devido à organização em torno da produção e consumo de produtos alimentares ou refeições. A abertura de comércio e a combinação estratégica de gastronomia e arquitetura tem sido fundamental para esta renovação (MARTINHO, 2012, p.70).

Para Colchete Filho, Braida e Cardoso (2014, p. 2), “o comércio pode margear, estender-se e, não raras vezes, apropriar-se das calçadas, imprimindo-lhes a identidade da cidade”. A apropriação do espaço público apresenta-se como uma valorização da identidade local por parte da sociedade, tomam espaços físicos e geram espaços de manifestações culturais através de eventos e apropriações efêmeras (EDELWEISS; GARZON, 2017).

Vargas (2001) assinala que o mercado autônomo e espontâneo, que apresenta instalações e apropriações de caráter efêmero - assim dizendo apropriações transitórias e que possuem instalações não permanentes, tais como barracas, bancas e tendas - vão ganhando espaço nas cidades contemporâneas.

Nessa relação entre comércio, apropriação do espaço público e cidade destaca-se o comércio que se apropria dos espaços livres de uso público (ruas, passeios, calçadas, praças e orlas) intitulado neste trabalho como “as atividades comerciais transitórias”. Entende-se, assim, como comércio transitório aqueles de caráter efêmero (pontos de vendas com estruturas não fixas, mas flexíveis) e que possuem uma temporalidade transitória, ou seja, utilizam o espaço público das ruas, calçadas, praças e orlas por um período predeterminado do dia e da semana para realizarem suas vendas (VARGAS, 2001; LIMA, 2011).

Nesse cenário, as atividades comerciais de caráter transitório, em especial aquelas que se apropriam do espaço público, possuem função de destaque nas cidades contemporâneas. Uma cidade requer espaços onde as funções socioeconômicas integrem-se com as dinâmicas realizadas nos espaços públicos, visto que o comércio de rua utiliza da calçada, do movimento, do fluxo, do contato entre pessoas e, principalmente, da compra por impulso e do lazer para se promover (VARGAS, 2021). Diante dessas premissas, o presente artigo apresenta reflexões sobre as atividades comerciais transitórias e suas apropriações territoriais, de modo a compreender as dinâmicas socioespaciais e as influências dessa relação na urbanidade. Também expõe definições e conceitos sobre os temas: atividades comerciais transitórias, espaços públicos e apropriações urbanas.

A pesquisa é de natureza aplicada, de abordagem qualitativa. Além da revisão bibliográfica, utiliza de levantamentos perceptivos e coletas de dados, a partir da etnografia urbana<sup>3</sup>, do questionário (pesquisa de opinião através da plataforma *Google Forms*) e do levantamento fotográfico, utilizando-se como recorte espacial o município de Vila Velha -ES. A pesquisa de opinião online realizada buscou compreender a visão da população sobre a atividade comercial transitória e as dinâmicas existentes no espaço público, se elas utilizam esses serviços, o que é comercializado e onde costumam adquirir os produtos. Como forma de ampliar a linha de transmissão do questionário, a disponibilização aconteceu por meio das redes sociais por um período pré-estabelecido.

### Atividade comercial e cidade

O comércio apresenta grande importância para a cidade no que se refere as condições fundamentais para o desenvolvimento e aprofundamento das relações entre as esferas públicas e socioeconômicas. Vieira (2008) considera o comércio uma atividade polarizadora dos sistemas urbanos, principalmente dos espaços livres, ao viabilizar condições de trocas de diversos produtos, promover relações interpessoais e possibilitar condições de apropriações no espaço público.

Pamplona (2013) destaca que o comércio que acontece na rua é um fenômeno vigoroso, resultado de uma resistência de mudanças econômicas e urbanas que perdura há séculos. Destaca ainda que o comércio de rua não perdeu sua essência nem mesmo sobre a pressão da modernidade capitalista, pelo contrário, aderiu-se as mudanças sofridas. É uma comercialização que tange diretamente os aspectos sociais: a interação e contatos de pessoas (PAMPLONA, 2013).

O ato de troca, seja ele de caráter social ou econômico, é responsável, desde a origem das cidades, pela aproximação de pessoas, criando vínculos fundamentais para formação e relação entre o espaço e as pessoas, já que para realização do ato de troca existe a necessidade dos interessados se encontrarem em algum lugar (VARGAS, 2018). Vargas (2018, p. 4) assinala a “relação umbilical entre comércio e as demais atividades sociais, que raras vezes foi rompida [...], quando o rompimento dessa relação aconteceu, imediatamente essa ligação teve de ser recuperada”.

É possível identificar, nas cidades, espaços públicos onde o comerciante instala-se com maior prioridade para realizar a atividade comercial. Vargas (2018) apresenta esses espaços como “espaços públicos oportunos de comercialização”, pois estão localizados nas esquinas das ruas e cruzamentos, próximos a locais que já acontecem outras atividades, já que o fluxo de pessoas circulando e utilizando esses espaços é mais intenso.

Vargas (2015) enfatiza que a localização comercial, seja de uma loja ou ambulante não são definidos por um decreto, ou por uma delimitação espacial destinada para o comércio, e sim pela quantidade e qualidade do fluxo no espaço. A qualidade é identificada através da relação entre intensidade de público consumidor e a renda resultante da venda, gerando, a partir disso, tipos de comércio e vendas característicos desses locais.

<sup>3</sup> O método etnográfico e a observação comportamental consistem na compreensão dos cenários e das paisagens urbanas de como as pessoas se apropriam do espaço públicos e circulam nos arranjos socioespaciais que a cidade oferece. Neles são interpretadas as relações existentes entre a dimensão social e a dimensão física do espaço (ROCHA; ECKERT, 2015).

O lugar do mercado, seja ele pontual ou linear, de nascimento espontâneo ou artificialmente criado, de pequenos povoados ou grandes cidades são reflexos da confluência de fluxos de pessoas, bens e veículos envolvidos pela oportunidade do encontro que tem como elemento vital o congestionamento (VARGAS, 2015).

Pearlman apud Vargas (2021) afirma que o comércio, junto à calçada, conjugando as vias de circulação, incentiva o burburinho, o adensamento, o uso das esquinas e a diversidade, já que as ruas são espaços públicos por excelência. Ademais, “[...] mais do que mero espaço público, a calçada vem sendo convertida em parte do processo de produção capitalista, enquanto circulação de mercadorias e mais valia, que em seu espaço físico tem um dos componentes [...]” (YÁZIGI, 1997, p. 362).

A intensidade de público, a qualidade do fluxo e renda viabilizam e determinam o tipo de comércio para cada lugar da cidade. Logo, entende-se que o comércio que se instala nos espaços urbanos da cidade adequa-se às dinâmicas existentes e às especificidades de cada lugar, como por exemplo o comércio mais popular procura instalar-se nos espaços e ruas mais centrais da cidade (VARGAS, 2015).

Speck (2017, p. 226) ressalta a importância do centro das cidades para as relações de comércio ao afirmar que o “o centro é a única forma de beneficiar todos os cidadãos de uma só vez”, sendo considerado pelo autor, o melhor lugar para um comerciante atuar. Esses espaços urbanos de troca sociais e econômicas, de produção cultural, juntamente com a globalização e avanços tecnológicos, a intensificação dos fluxos e os deslocamentos são reflexos da cidade contemporânea, o lar da maioria da humanidade (GEHL, 2014).

Portanto, percebe-se como o comércio é atraído pelo fluxo de pessoas, mas da mesma forma ele também atrai o fluxo de pessoas (VARGAS, 2015). O fluxo de pessoas acontece através de comércios âncoras, estabelecidos e consolidados, que se tornam polos geradores de fluxo da região, tornando-se elementos fundamentais para o desenvolvimento e funcionamento da cidade.

Dentre a relação comércio, espaço público e arquitetura na formação das cidades, é possível identificar lugares significativos que, no decorrer do tempo, mudaram de nome, mas continuam com a função de promoção da integração social e da vitalidade urbana. Destacam-se os bazares, as ágoras, os fóruns, as praças, as feiras, dentre outros espaços públicos presentes nas cidades antigas (VARGAS, 2001).

No que tange ao significado e a importância da imagem do comércio na cidade, Vargas (2001, p.157 e 158) afirma:

[...] todos os espaços de mercado analisados no período reforçam a questão da diversidade e do congestionamento de imagens, sons, odores, mercadorias e pessoas que refletem a expressão máxima da vitalidade e do dinamismo do lugar. Desordem, confusão e multidão são fortes indicadores de sucesso do comércio, ou pelo menos seus requisitos essenciais.

Na cidade existe duas formas de comércio: o planejado e o não planejado, também nomeados como formal e espontâneo, respectivamente. Os espaços públicos como a rua, a calçada, a praça e parque, por essência, são pontos centrais para o desenvolvimento do comércio não planejado e/ou espontâneo, sempre referenciado como áreas tradicionais de compras e vivências (VARGAS, 2001).

Para Soto (1987), o trabalho e o comércio não planejado (considerado pelo autor como



o comércio informal) desempenham um papel importante na sobrevivência das cidades, no qual os participantes lutam pela sustentabilidade econômica e social. A diversidade que está presente neste espaço proporciona uma maior procura de produtos e serviços que contribuam para o seu funcionamento e reprodução.

Outro ponto relevante a ser observado em relação aos efeitos do comércio sobre a cidade, no que tange a um espaço urbano mais seguro e vivo, Jacobs (2011) enfatiza que aqueles trechos que não possuem espaços públicos utilizáveis devem ser preenchidos por comércios, para assim levar as pessoas a circularem pelo local.

Uma cidade demanda de espaço para que suas funções - sejam elas econômicas ou sociais - tenham com resultado a afluência da atividade e do serviço. Para deixar de ser um simples agrupamento humano, “o setor terciário passa a exercer cada vez mais protagonismo na (re) organização espacial das cidades” (VARGAS; BOTTURA, 2021, p. 3), pois a cidade necessita de um espaço comercial, seja ele voltado para rua ou para o interior dos edifícios, e o espaço público torna-se um elemento externo essencial para a sociabilização e vitalidade urbana (VARGAS, 2001).

#### Atividade comercial transitória: conceitos e suas dinâmicas

A atividade comercial transitória, denominada por Vargas (2018) como “comércio ambulante”, é uma das formas de comercialização mais antiga presentes na cidade. Essa atividade, que se apropria e transita pelas ruas e calçadas, continua a coexistir e reforçar sua presença nas cidades contemporâneas.

Lima (2011, p. 14), por sua vez, além de referir-se à atividade comercial transitória como “ambulante”, também apresenta o conceito de “apropriações transitórias”. Nesse caso, o autor refere-se as atividades ou eventos classificados como efêmeros, ou seja, aqueles que “acontecem em espaços públicos e possuem temporalidade transitória, permanecendo por um período inferior a 24 horas”.

Pamplona (2013) também se refere ao comerciante que vende seus produtos nos espaços públicos como “ambulante”, independente do estabelecimento ser de caráter fixo ou móvel, esse último aquele que transita pelas ruas junto a sua mercadoria. Para Pamplona (2013, p.6), o comerciante ambulante é aquele que:

Figura 1 – Comércio ambulante fixo (figura à esquerda) e comércio ambulante móvel (figura à direita). Fonte: Acervo das autoras, 2021 (fotografada em visita ao bairro Itapuã, Vila Velha-ES).

[...] vende diretamente ao consumidor (varejo) produtos diversos (normalmente miudezas e mercadorias de mais baixo valor), ou presta serviços (normalmente de alimentação), em vias e logradouros públicos (ruas, calçadas, praças, jardins etc.), fora de lojas, em postos, fixos ou móveis, ou de forma itinerante levando sua mercadoria junto ao corpo, com ou sem permissão oficial.

Já a autora Cleps (2009, p. 3) utiliza o termo “comércio informal” ao fazer menção as atividades comerciais transitórias e descreve ser uma “reação aos limites da urbanização, da mundialização econômica e das novas formas de se produzir. No entanto, esta modalidade comercial também pode ser concebida como uma alternativa na criação de novas possibilidades de inserção social”.

Ao referenciar-se ao “comércio ambulante”, Cleps (2009, p. 3) salienta que a atividade comercial, denominada por muitos como o “comércio de rua” constitui-se como “a primeira forma de troca da história que assumiu formatos diferentes, quer na forma de mercados temporários ou feiras, quer como barracas isoladas, panos estendidos no chão, carroças, carros e o próprio ambulante perambulando pelas ruas em busca de consumidores”.

Em termo legais, cada município é responsável por reger normativas que visam regular e ordenar as atividades comerciais que se apropriam dos espaços públicos urbanos. Como exemplo disso, o município de Vila Velha- ES, cidade onde reside as autoras deste artigo, possui o Decreto nº 130/2017 que regulamenta a exploração das atividades econômicas em logradouro público. O Decreto define a atividade comercial transitória - nomeada pelo município como “comércio ambulante” - como “toda atividade econômica temporária de caráter precário, oneroso, pessoal e intransferível, exercida por pessoa física em logradouro público, mediante autorização” (VILA VELHA, 2017). O município de Vila Velha também possui a Lei nº 5.406/2013, que institui o Código Municipal de Posturas denominado como “Código de Controle de Posturas e de Atividades Urbana”. A Lei define o “comerciante ambulante” ou “camelô” como a “pessoa física que exerce essa atividade profissional por sua conta e risco, com ou sem emprego de tabuleiro ou outro apetrecho permitido nesta Lei, apregoando suas mercadorias” (VILA VELHA, 2013).

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho utiliza a expressão “vendedores ambulantes” referindo-se àqueles que vendem suas mercadorias em vias e logradouros públicos, planejam atividades de vendas, definem itinerários ou escolhem ponto de trabalho de acordo com suas demandas e providenciam licença para exercer a ocupação. Contudo, o exercício da atividade é regularizado conforme a legislação federal, exposta na Lei nº 2.041/1940, que decreta como “comércio ambulante regular” o exercício de compradores ou vendedores que atuam em próprio ou para terceiros, em logradouros públicos ou outros espaços públicos de livre acesso (BRASIL, 1940).

No que tange a classificação das atividades comerciais transitórias, Soto (1987) divide tais atividades em “comércio ambulante móvel” e “comércio ambulante fixo”. O “comércio ambulante móvel” é aquele no qual os vendedores percorrem as ruas, vendem seus produtos ou prestam algum tipo de serviço sem local fixo. Já o “comércio ambulante fixo” é aquele que se apropria da via pública e deixa de ser móvel quando se instala em um espaço oportuno para as vendas, o que além de garantir a segurança econômica e urbana, auxilia nas relações de vizinhança. A Figura 1, a seguir, exemplifica as duas modalidades de comércio transitório segundo a classificação de Soto (1987).

Para Cleps (2009, p.9), essas atividades podem ser dividida em três grandes grupos: 1) Fixos, aqueles que se instalam próximos a lugares com grande movimentação de pessoas, diversidade de atividade e serviços tais como os terminais rodoviários, igrejas e hospitais; 2) Periódicos, aqueles que circulam em áreas de lazer como os parques, praças e campos de futebol, instalando-se principalmente nos finais de semana e feriados; e 3) Ocasionais, aqueles que se instalam nas mediações dos comércios formais, festas comemorativas ou atos políticos.

Já a Lei nº 5.961/2017 (VILA VELHA, 2017), classifica as atividades comerciais e de prestações de serviços em logradouro público em quatro categorias: 1) Feira livres, 2) Ambulante fixado com local delimitado, ou seja, ao licenciar-se na prefeitura o ambulante aponta o local no espaço público que vai ser realizada a atividade comercial, 3) Ambulante não fixado sendo circulante em logradouros predeterminados ou em locais privados, ou seja, o ambulante não possui uma atividade móvel e sem local pré - determinado especificado ao licenciar-se na prefeitura, e 4) Comerciante eventual, aquele que apropria-se do espaço público mediante a realização de eventos e/ou panfletagem como: show, jogo de futebol e eventos culturais.

Para Cleps (2009), as “atividades econômicas informais” estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade brasileira. Supõem-se que tal cenário resulta do aumento do desemprego, bem como das baixas remunerações oferecidas no setor formal, onde o indivíduo precisa recorrer ao comércio informal como alternativa para se manter e sobreviver.

Vargas (2018) relaciona o aumento do “comércio informal” com o crescimento das aglomerações urbanas. A autora também sinaliza esse aumento como consequência de fatores econômicos, como a alta no índice de desemprego e até mesmo questões políticas, como a falta de planejamento, controle e fiscalização do poder público em relação à legalidade.

Vale destacar que o “comércio informal” pode apresentar aspectos negativos e positivos. Por exemplo, Queiroga (2012) evidencia como vantagens a flexibilidade, referindo-se a possibilidade do comerciante fazer seu próprio horário, optar pelo tipo de produto que irá vender - conforme as circunstâncias encontradas - e adequar-se mediante as oportunidades de demanda e oferta. Como aspectos negativos, o autor destaca a informalidade, a falta de regularidade legal e fiscal, bem como as incertezas na procedência dos produtos.

Numa ótica positiva, Cleps (2009) refere-se à coexistência do “comércio informal” como necessária para a cidade porque atrai as pessoas a adquirirem e consumirem seus produtos, além de oferecer aos consumidores compras de caráter hedônicas<sup>4</sup>, variedade e diversidades de produtos, preços mais acessíveis, facilidade de compra, localização estratégica por estar no caminho da casa ou trabalho e atendimento mais aproximado e personalizado.

De modo a sintetizar as contribuições das atividades comerciais transitórias nas relações socioespaciais urbanas e na dinamização de espaços públicos, na sequência, é apresentada a Tabela 1, com as principais contribuições defendidas por autores que analisam as relações entre comércio e urbanidade, tais como Jacobs (2011); Soto (1987), Vargas (2001), Lima (2011), Queiroga (2012), Cleps (2009).

<sup>4</sup> Compras de caráter hedônicas, segundo Vargas (2009), são aquelas realizadas por impulso e lazer, inesperadamente.

AUTORES	CONTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS TRANSITÓRIAS
<b>Soto (1987)</b>	- O trabalho e o comércio ambulante possuem papel intrínseco na existência das cidades, é nela que os sujeitos buscam formas de se reproduzirem economicamente e socialmente.
<b>Jacobs (2011)</b>	- A figura do comerciante é um elemento integrante do espaço da rua e da calçada. Seu papel vai muito além das responsabilidades comerciais. - O comerciante incentiva a tranquilidade e a ordem, sendo ótimos vigilantes das ruas quando estão em grande quantidade.
<b>Cleps (2009)</b>	- As mercadorias são mais acessíveis aos usuários tanto em relação ao preço como em relação ao local de venda. - O espaço urbano ocupado pelo comércio informal torna-se uma área coletiva cuja feição remete ao local de origem daquele que o utiliza para criar condições de sobrevivência. - O comércio informal desenvolve-se e dilui-se de acordo com as relações econômicas e sociais de determinados espaços.
<b>Vargas (2001)</b>	- O comércio, junto à calçada, conjugando as vias de circulação, incentiva o burburinho, o adensamento, o uso das esquinas, a diversidade porque as ruas são espaços públicos por excelência - Significativo para a população por contribuir na geração de emprego, sustento e renda.
<b>Lima (2011)</b>	- Os ambulantes estão ligados ao espaço público e contribuem por meio de sua atividade relacional socioeconômica, para a manutenção de energia vital das áreas centrais. - Podem ser considerados como integrantes do imaginário destas áreas.
<b>Queiroga (2012)</b>	- A presença de comércio informal nos logradouros públicos apresenta aspectos positivos e negativos, revelando-se uma alternativa de renda e trabalho que contribui para a esfera pública. - A atividade comercial é responsável pelo movimento de pessoas em áreas não centrais e motiva o convívio público.

Percebe-se que a contribuição da atividade comercial transitória está relacionada sobretudo ao favorecimento da oportunidade de trabalho e renda, a criação de espaços públicos mais ativos, a interação de pessoas, ao fomento da relação simbiótica e de pertencimento com o território, além de também contribuírem para a segurança pública. Como ponto vulnerável, as autoras Vargas (2018) e Cleps (2009) possuem visto semelhantes ao referirem-se as condições de informalidade desta tipologia de comércio, destacando como desvantagens: a evasão de impostos, a falta de garantia das mercadorias que estão sendo comercializadas, a falta de higiene e condições sanitárias, a desordem nas calçadas com acúmulo de lixo onde estão instaladas, e as apropriações, em alguns casos, indevidas dos espaços públicos.

Portanto, a comercialização realizada pelo “ambulante” é considerada por muitos autores como atividade anacrônica, ou seja, que se opõe à ordem natural e formal dos acontecimentos, desinteressante ou até mesmo perigosa (VARGAS, 2001).

## Atividades comerciais transitórias e apropriações urbanas

As cidades estabelecem relações únicas e indispensáveis entre os espaços públicos e as pessoas que as ocupam. Nesse sentido, Toste (2017, p.13) destaca “os espaços públicos urbanos como fundamentais ao atendimento das demandas humanas de convivência e desenvolvimento social, os quais tendem a fomentar as diversas formas possíveis de apropriação do território urbano”.

O espaço público urbano enquanto cenário de apropriação das atividades comerciais transitórias, torna-se um espaço voltado para o coletivo, na medida em que proporciona uma relação entre o lugar apropriado e as pessoas que ali trabalham, consomem e circulam (CLEPS, 2009).

A relação entre o espaço público e as atividades comerciais guardam uma estreita junção e simbiose, pois entre elas ocorrem influências diretas na dinamização urbana e no processo de comercialização dos produtos, sendo o espaço público palco de encontro e contato das pessoas com o comércio (PORTO, 2018).

Essas apropriações manifestam uma transformação do território, mudanças que acontecem por meio do uso e ocupação do espaço público. São decorrentes de uma centralidade efêmera e dos espaços de experiências, possibilitando novas leituras dos espaços urbanos (LIMA, 2014). Com isso, o território em que elas atuam possui um cenário suscetível a transformação e mudanças diárias, de acordo com cada apropriação, tendo através disso uma paisagem diferente a cada ocasião.

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, na igreja, na família, na escola, etc., resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar; resultado e condição da dinâmica socioespacial (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005, p. 7).

Para Galarge e Pettina (2020, p.15), as apropriações acontecem nos “espaços intermediários, entre fluxo e permanência, entre o projetado e o improvisado, em que a apropriação subjuga elementos funcionais do sistema ao status de suporte, possibilitam ações e condutas que geram uma vitalidade ao lugar”. Ou seja, as apropriações não possuem um espaço fixo e definido, ocorrem de acordo com as oportunidades e funções de cada espaço, principalmente os espaços livres de uso público, pois podem ser vivenciados e utilizados de diferentes formas: como passagem ou interação.

Apropriar-se então significa reconhecer a si mesmo no mundo, submetendo o espaço ao tempo vivido. O uso, a interação entre o indivíduo e o espaço, ao final de um intervalo de tempo, determina a familiaridade deste com o lugar. Dessa forma, o fenômeno da apropriação está apoiado na interação ativa do indivíduo ou grupo com o espaço e sua autoidentificação (GALARGE E PETTINA, 2020, pág.17).

Ao logo dos anos surgem novas formas de apropriações do espaço público, essas mudanças são decorrentes do que proporciona a qualidade de vida urbana e das novas demandas econômicas da sociedade (VARGAS, 2002). Nesse sentido, as atividades comerciais transitórias são consideradas apropriações uma vez que as pessoas utilizam ou interagem com o espaço, e por meio desse uso conseguem atender a uma demanda ou necessidade pessoal ou de outro indivíduo.



Figura 2: Apropriação urbana dos comerciantes ambulantes. Fonte: Acervo das autoras, 2021. (fotografada em visita ao bairro Itapuã, Vila Velha-ES).

Para Lima (2011, p.24), a “apropriação transitória” deve ser considerada como uma “significativa representatividade e considerável capacidade de criar interferências na paisagem e uso do espaço urbano; e, ainda, junto com outros elementos móveis, são os que promovem a dinâmica atual deste lugar”.

Lima (2011) enfatiza que as apropriações são decorrências de ações comportamentais tais como a circulação de pessoas nas ruas que são atraídas pelo comércio e lazer. Entretanto, há mudanças nesses comportamentos, induzidos pelo avanço da tecnologia, a privatização da vida e principalmente pela mudança do lugar de compra, passando da compra em lugares abertos para fechados e confinados, e isso traz como impacto a falta de sociabilização e utilização dos espaços públicos. Lima (2011, p. 59) também ressalta a falta de sociabilização e utilização dos espaços livres público “como de grande perda, já que o sistema de espaços públicos pode ser agregador de indivíduos e pode ajudar na conexão destes com a comunidade e com a natureza”.

Com isso, as atividades comerciais criam formas, usos e apropriações efêmeras através do dinamismo humano nos espaços urbanos. Assim, esses cenários urbanos constituídos por tais apropriações são selecionados, organizados, reorganizados e transformados diariamente, conforme demonstra as figuras 2 e 3 a seguir, expressando as relações socioeconômicas e culturais presentes no local (CLEPS, 2009).

Essa transformação dos espaços e da paisagem pela instalação do comércio ambulante, principalmente nos espaços de maior fluxo de pessoas, ocasiona segundo Cleps (2009), em novos espaços de vendas, com diferentes formas de consumo. A mudança da paisagem acometida pela atividade comercial transitória pode ser vista como elemento invasor que muda e camufla as belezas da cidade, mas ao mesmo tempo deve ser um espaço a ser absorvido e incorporado pois passa a ser um elemento do cotidiano urbano.

Assim sendo, a atividade comercial transitória pode ser caracterizada como uma atividade prevalecte dos logradouros públicos. Yázig (1994, p. 110), afirma que:

Por ser economia de rua, depende, como é natural, exclusivamente do espaço público. Deste ângulo, não pagam alugueis, mas apenas taxas municipais, quando são legalizados. Nesta territorialidade, caracterizam-se ainda, em variados casos, por nomadismos: conforme o calendário de eventos, deslocam-se para onde há concentração



de pessoas, conforme o horário de entrada-saída: jogos de futebol, escolas etc. Em alguns casos, há continuidade noturna. Estes são os genuínos ambulantes.

Partindo do pressuposto de que os comerciantes ambulantes que ocupam as ruas tornam-se elementos que compõem os espaços públicos e a paisagem urbana, é preciso atentar para o que diz Jacobs (2011), que a rua é fundamental para a unificação das cidades, e esse espaço público é responsável por garantir que os bairros residenciais possuam experiências, hábitos, diferenças e conflitos.

### Percepções sobre o comércio transitório

Como forma de compreender a relação da atividade comercial transitória com o espaço público, foi desenvolvido e aplicado uma pesquisa de opinião em formato de questionário, composto por perguntas que visavam compreender a percepção das pessoas em relação ao comércio transitório, as relações existentes, os tipos de produtos comercializados, bem como as dinâmicas urbanas proporcionadas. O formulário foi enviado e postado em redes sociais, por um período de uma semana e obteve um total de 68 respostas.

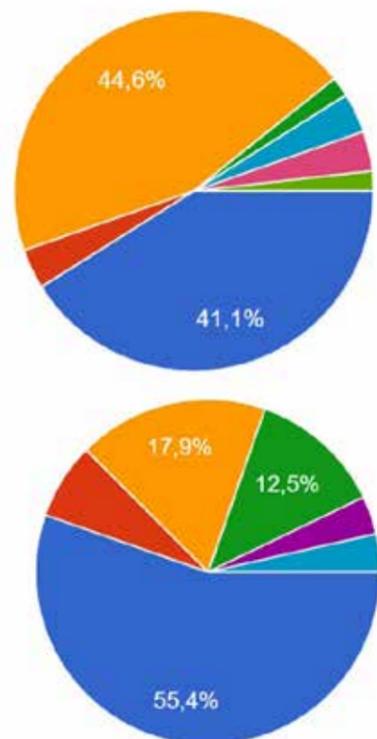
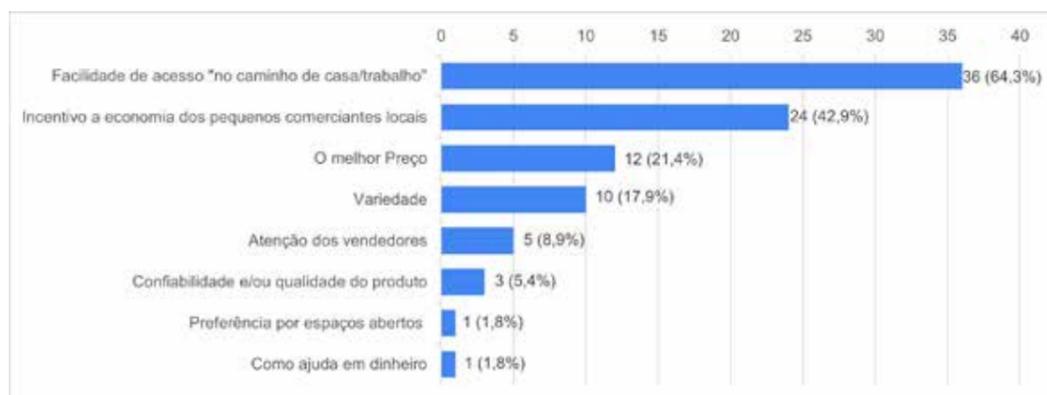
Para identificar a utilização dessa atividade comercial transitória foi questionado aos participantes, se faziam uso ou consumiam produtos comercializados por ambulantes nos espaços públicos. Foi verificado que cerca 82,4% fazem uso desse comércio, representando um percentual significativo dos entrevistados.

Nota-se, conforme representada na Figura 4, que as principais motivações para o consumo dos produtos ofertados pelo comércio transitório refere-se a facilidade de acesso e a localização estratégica desse comércio, situados próximos às residências ou no percurso até o trabalho. Tal observação corrobora as considerações das autoras Cleps (2009) e Vargas (2001; 2018) ao afirmarem que o comércio efêmero instala-se próximo a polos geradores de fluxos, em lugares oportunos e com grande movimentação de pessoas, diversidade de atividades e serviços.

Ainda dentre as motivações para o uso do comércio transitório, destaca-se a oportunidade de incentivar a economia local dos pequenos comerciantes, bem como o preço favorável, a qualidade dos produtos e a atenção dos vendedores. Em relação a esse último aspecto, Jacobs (2011) evoca a figura do comerciante e suas relações

Figura 3 – Comerciantes ambulantes apropriando-se do espaço público das vagas de estacionamento. Fonte: Acervo da Autora, 2021. (fotografada em visita ao bairro Itapuã, Vila Velha-ES).

Figura 4 – Principais motivos pra o consumo dos produtos vendidos por ambulantes. Fonte: Imagem gerada pelo Excel a partir de dados coletados na pesquisa, 2021. Figura 5 – Principais localizações de apropriações. Fonte: Imagem gerada pelo Excel a partir de dados coletados na pesquisa, 2021. Figura 6 – Categoria de produtos mais consumidos. Fonte: Imagem gerada pelo Excel a partir de dados coletados na pesquisa, 2021.



com o território. A função do comerciante vai além do ato de venda, é considerado um agente local que incentiva a tranquilidade e a ordem, sendo também vigilante das ruas, em especial, quando estão em grande quantidade.

Os espaços públicos como praças, parques, orlas, calçadas e esquinas das ruas dos bairros - próximos das residências ou trabalho - são os locais onde as pessoas mais costumam comprar ou consumir produtos provenientes do comércio transitório, conforme ilustrado na figura 5. Sobre a categoria de produtos mais consumidos (figura 6), o setor de alimentos prevalece, tendo como destaque os produtos dos gêneros alimentícios diversos, seguido dos alimentos prontos /fast food e o artesanato local.

A figura 7 ilustra a presença de atividades comerciais transitórias apropriando-se das esquinas, próximo a cruzamentos de vias - ora situadas na calçada, quando de pequeno porte, ora ocupando a vaga de estacionamento, quando se apresenta em maior escala. Nota-se também que os produtos comercializados são do gênero alimentício e que ambas apropriações acontecem sob uma proteção móvel providenciada pelo próprio comerciante e também se favorecem da sombra de uma árvore.



A pesquisa ainda aponta que a maioria das pessoas considera positiva a presença dos ambulantes (figura 8). Evidencia que além do comércio transitório auxiliar na economia local e ser uma oportunidade de trabalho e renda para muitas famílias, também gera vitalidade urbana e vigilância das ruas, assim como aponta Jacobs (2011) ao enfatizar que o comércio, seja ele o espontâneo ou formal, possui influência na vigilância urbana e na vida da cidade. Entretanto, a pesquisa sinaliza que alguns consideram o comércio transitório prejudicial ao comércio formal e, em determinadas situações, uma barreira para a caminhabilidade já que alguns instalam-se nas calçadas e ocupam toda a faixa de circulação.

Em contrapartida, aqueles que responderam que não consomem produtos vendidos por ambulantes, justificaram suas respostas, destacando não confiarem na procedência, na higiene e na qualidade dos produtos (figura 9). Esses pontos apresentados também vão ao encontro das considerações expostas por Vargas (2001; 2018) e Cleps (2009) em suas pesquisas, ao apresentarem como principais vulnerabilidades as condições de informalidade do comércio transitório, a falta de garantia dos produtos, a evasão de impostos, as condições de trabalho, a falta de conservação dos produtos, a sujeira,

Figura 7 – Comerciante ambulante de menor porte apropriando-se da esquina (figura à esquerda) e comerciante ambulante de maior escala instalado na rua em frente ao condomínio (figura à direita). Fonte: Acervo da autora, 2021. Figura 8 – Resultado do questionamento de como o comércio ambulante na cidade é percebido. Fonte: Acervo da autora, 2021. Figura 9 – Principais motivos pelo qual as pessoas não consomem produtos vendidos pelos ambulantes. Fonte: Imagem gerada pelo Excel a partir de dados coletados na pesquisa, 2021.

além da desordem e das formas indevidas de apropriação dos espaços públicos.

### Considerações finais

A atividade comercial transitória apropria-se de territórios urbanos de forma estratégica e oportuna. Apresenta-se como uma atividade comercial acessível para as pessoas tanto no que se refere ao local de apropriação quanto ao valor dos produtos. Nota-se uma potencial contribuição das atividades comerciais transitórias no dinamismo urbano, a partir da interação entre comércio, espaço público e população. Enfatiza-se ainda o papel das atividades comerciais transitórias na geração de trabalho e renda para diversas várias famílias. As análises realizadas, baseada nas referências bibliográficas e na leitura dos dados obtidos no formulário de pesquisa de opinião, indicam a existência de uma aceitação e consumo dos produtos vendidos pelos comerciantes ambulantes. Além disso, há uma necessidade dessas atividades comerciais transitórias serem incluídas nas políticas públicas urbanas de ordenamento e planejamento do solo, visando uma relação mais harmoniosa entre usuário, espaço público e atividades comerciais, com boas práticas de desenho urbano, que além de incentivarem a implantação dessas apropriações, garantam segurança de todos (comerciante, consumidor e população) e maior controle territorial.

As atividades comerciais de caráter transitório, presentes desde a formação das cidades, mostram-se como elementos de destaque, que devem ser mais bem analisadas e compreendidas, pois traduzem e expressam uma realidade de novas demandas contemporâneas e necessidades urbanas. Percebe-se, portanto, a premência de reconhecer e analisar as funções e dinâmicas acometidas pelas atividades comerciais transitória que se apropriam dos espaços públicos. Espera-se com as reflexões apontadas enfatizar a relevância das atividades comerciais transitórias e como essas podem contribuir para as potencialidades locais e incentivar a urbanidade e as relações socioespaciais, em especial na escala da rua e do bairro.

### Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Vila Velha, ao grupo de Pesquisa “Paisagem urbana e Inclusão” e à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santos (FAPES) através da bolsa PROCAP 2021 – ME.

### Referências

- BRASIL. Lei nº 2.041 de fevereiro de 1940- que regula o exercício do comércio ambulante. 1940.
- CLEPS, Geisa Daise Gumiero. *Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (mg)*. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 21 (3): 327-339, dez. 2009.
- COLCHETE FILHO, A.; BRAIDA, F.; CARDOSO, C. F. *Cidade e comércio: relações em Juiz de Fora, Minas Gerais*. Oculum Ensaios, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 155–165, 2014. DOI: 10.24220/2318-0919v11n1a2288. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/2288>. Acesso em: 7 jun. 2022.
- EDELWEISS, Roberta Krahe; GARZON, Mauricio Ricardo Cabas. *A resignificação do espaço público de Porto Alegre a partir da apropriação efêmera da cidade*. Revista Prumo, [S.l.], v. 2, n. 3, July 2017. ISSN 2446-7340. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/article/view/368>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

puc-rio.br/index.php/revistaprumo/article/view/368>. Acesso em: 27 mar. 2022.

GALARCE, Fernando Esposito; PETTENA, Amanda Senna. *Arquitetura efêmera e insurgência urbana. estratégias de apropriação do comércio ambulante nos espaços intersticiais do brt transoeste, Rio de Janeiro*. Arq. sur, Concepción, v. 38, n. 57, p. 108-127, jul. 2020. Disponível em <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S07194662020000100108&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S07194662020000100108&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 dez. 2021. <http://dx.doi.org/10.22320/07196466.2020.38.057.06>.

GEHL, Jan. *Cidade para Pessoas*. São Paulo: Perspectiva. 2014.

HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Editora UnB, 2002.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LIMA, Glaucio Coutinho de. *Apropriações transitórias do espaço público: a paisagem e os ambulantes no Centro de Vitória, ES*. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARTINHO, Ana Sofia Pacheco. *A gastronomia como ferramenta para uma cidade criativa*. Projeto de uma cooking factory. Tese de Mestrado, Lisboa, 2012.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. *A metrópole pós-moderna como centro de consumo: notas sobre São Paulo (Brasil) e Lisboa (Portugal)*. Estudos Geográficos, Rio Claro, v. 6(1), p.101 -117, 2007.

PAMPLONA, João Batista. *Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo*. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 225-249, jan./jun. 2013.

PORTO, Livia maria goncalves. *Comércio de rua e sustentabilidade na cidade de fortaleza: quadrilátero da aldeota* ' 26/03/2018 107 f. Mestrado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central George Alexander.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. “*Como avaliar a qualidade de um espaço público?*” [What Makes a Great Public Place?] 16 Abr 2019. ArchDaily Brasil. (Trad. Libardoni, Vinicius) Acessado 27 Mar 2022. <<https://www.archdaily.com.br/br/915132/como-avaliar-a-qualidade-de-um-espaco-publico>> ISSN 0719-8906

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. 2012. 284 p. Tese (Livre docência - Área de concentração: Paisagem e Ambiente) - FAUUSP

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. *Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana*. RUA, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 101–127, 2015. DOI: 10.20396/rua.v9i1.8640752. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640752>. Acesso em: 4 mar. 2022.

SACK, R. *Human Territoriality: its theory e history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, M. A. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento*

*econômico na Colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, M. A. *O território: diferentes interpretações na literatura italiana*. In; RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.) *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p.121-147.

SOTO, Hernando. *Economia Subterranea – uma análise da realidade peruana / Hernando de Soto, em colaboração com Enrique Ghersi, Mario Ghibellini e o Instituto Libertad y Democracia (IDL); prólogo Mario Vargas Lhosa: tradução Gilson Schwartz*. - Rio de Janeiro: Globo, 1987.

SPECK, Jeff. *Cidade Caminhável*. São Paulo: Perspectiva. 2017.

TOSTES, Taís Rodrigues de Souza. *Territorialidades no espaço público urbano: uma análise de praças na cidade de Vitória (es)*. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

VALE, A. L. F.; SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. dos. *O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração*. Revista Faz Ciência, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 11, 2005. DOI: 10.48075/rfc.v7i1.7380. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7380>. Acesso em: 12 maio. 2022.

VARGAS, Heliana Comin. *Espaço terciário: O lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*. 1 ed. São Paulo: Senac, 2001.

VARGAS, Heliana Comin. *O comércio e os serviços varejistas: principais agentes e sua inserção urbana*. GEOUSP, São Paulo, v. 8, p. 77-88, 2000.

VARGAS, Heliana Comin. *Do espaço da troca ao espaço do consumo: a permanência do local frente ao global*. Im: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS: A Arquitetura 106 nas Américas: câmbios e continuidades da centralidade e estrutura da forma urbana, 53., 2009, México. Anais... México, 2009.

VARGAS, Heliana Comin. *A localização comercial não se define por “decreto”*. “Post” em site LabCom: Laboratório de comércio e cidade. 2015.

VARGAS, Heliana Comin. *Troca, comércio e consumo: congestionamento e vitalidade, uma via de mão única*. “Post” em site LabCom: Laboratório de comércio e cidade. 2015.

VARGAS, Heliana Comin. *Espaço terciário: O lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*. 2 ed. Editora Manole 2018.

VARGAS, H. C.; BOTTURA, R. A. *Transgressões do terciário em Palmas (TO, Brasil): da subversão do projeto ao amparo da lei*. Oculum Ensaios, v. 18, e214846, 2021. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v18e2021a4846>

VIEIRA, Mariana Dias. *A Influência das atividades comerciais no sistema de espaços livres urbanos: O caso da centralidade de Madureira - RJ/ Mariana Dias Vieira*. - Rio de Janeiro: UFRJ /FAU, 2008.

VILA VELHA. *Lei nº 5.406, de 04 de fevereiro de 2013 do município de Vila Velha - que institui o Código Municipal de Posturas denominado como Código de Controle de Posturas e de Atividades Urbana*. 2013.

VILA VELHA, Decreto Nº 130 de 05 de outubro de 2017 do município de Vila Velha- que dispõe sobre a regulamentação para a exploração das atividades econômicas em logradouro público em Vila Velha.2017.

YÁZIGI, E. *O Mundo das Calçadas – Por uma política de espaços públicos em São Paulo*. Livre Docência (Tese), São Paulo, FFLCH/USP, 1997.

# A CIDADE EM CENA

## Manifestações políticas em contextos urbanos

THE CITY ON SCENE  
Political demonstrations in urban contexts

Flávia Cristina Albuquerque Palhares Machado<sup>1</sup>,  
Josemar de Campos Maciel<sup>2</sup> e  
Dolores Pereira Ribeiro Coutinho<sup>3</sup>

### Resumo

Este artigo reflete sobre a apropriação do espaço da cidade por meio de manifestações políticas e explora suas implicações para o exercício do direito à cidade. Considerando a ideia lefebvriana de que a cidade corresponde à materialização no espaço de práticas sociais cujos sentidos e significados transcendem a sua materialidade, nos dedicaremos a analisar como a própria cidade e a delimitação do uso de seus espaços e lugares para manifestações é utilizada para a produção de efeitos políticos, exercendo uma função cênica para dramatizações da vida política. A partir de uma reflexão sobre as relações entre cidades e política na construção da experiência sensível dos sujeitos, observaremos o papel das cidades para as teatralizações da vida cotidiana ordinária e para a ruptura dessa mesma ordem, analisando algumas manifestações políticas em cidades ocorridas no último século que evidenciam a sua apropriação para a construção desses eventos e dos seus significados.

Palavras-chave: cidades, manifestações políticas, práticas sociais, teatralidade cotidiana.

### Abstract

*This article intends to observe the appropriation of city space through political demonstrations and explore its implications for the exercise of the right to the city. Considering the Lefebvrian idea that the city corresponds to the materialization in space of social practices whose senses and meanings transcend their materiality, we propose to analyze how the city and the delimitation of the use of its spaces for demonstrations is used to produce political effects, performing a scenic function for dramatizations of political life. After a review on the relations between cities and politics in the construction*

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. (UCDB, Campo Grande-MS). Graduada em Arquitetura e Urbanismo Anhanguera/Uniderp (1999), pesquisadora dos grupos de pesquisa "Patrimônio Cultural, Direitos e Diversidade" e "Estudos Críticos do Desenvolvimento" do PPGDL da UCDB (Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande- MS).  
Email: flaviapalharesmachado@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2601-0771>.

2 Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da da Universidade Católica Dom Bosco. (UCDB, Campo Grande-MS). Estágio pós-doutoral concluído (Estudos Culturais, EACH-USP). Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Minas). Mestre em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); e em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), Roma. Graduado em Filosofia pelas Faculdades Unidas Católicas do Mato Grosso (FUCMT); e em Teologia pela PUG. Email: [maciel50334@yahoo.com.br](mailto:maciel50334@yahoo.com.br) ORCID:<http://orcid.org/0000-0001-8277-9422>.

3 Professora permanente Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. (UCDB, Campo Grande-MS). Doutora em Ciências Sociais – Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica – PUC de São Paulo, mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica – PUC de São Paulo, especialista em Arquivologia pela ECA/USP, licenciada em estudos Sociais pelas Faculdades São Marcos e em História pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso. E-mail: [doloresribeiro@uol.com.br](mailto:doloresribeiro@uol.com.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4719-5880>.

*of the sensitive experience of subjects, we will observe the role of cities for the staging of ordinary daily life and for the rupture of this same order, analyzing some political manifestations in cities that occurred in the last century that confirm their own role in the construction of these events and their meanings.*

*Keywords: cities, political manifestations, social practices, everyday dramatizations.*

### Introdução

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a apropriação do espaço da cidade por meio de manifestações políticas, explorando suas implicações para o exercício do direito à cidade. Para este exercício, consideramos nosso objeto, a cidade, como a materialização no espaço de práticas sociais de um determinado grupo ou sociedade, portadora de sentidos e significados que transcendem a sua materialidade. Como prática social, a cidade constitui um campo da experiência que estabelece, organiza e ordena a vida humana tanto não só em relação à sua objetividade, mas também à própria subjetividade daqueles que a habitam. (LEFEBVRE, 1991; 2008; CARLOS, 2014)

Partimos da compreensão de que a cidade e seus lugares funcionam simultaneamente como produto e meio de produção e reprodução da experiência humana, envolvendo, intervindo e organizando as interações e relações entre os planos dos indivíduos e do coletivo. Estas relações acabam por formar um amplo e complexo sistema com camadas de informações, significados e valores que se assemelha a uma linguagem por meio da qual são escritas e prescritas não só as relações, mas também as práticas socioespaciais dos seus habitantes, o que nos permite afirmar que a cidade, assim como os lugares fruto dos processos de apropriação, se caracteriza por um sistema de representações ou mediações da realidade, que faz com que a cidade, antes de tudo "signifique", "informe" e comunique sobre a realidade daqueles que a habitam. (FERRARA, 2018; LEFEBVRE, 2008).

A discussão aqui apresentada envolve o direito à cidade. Entretanto, sua referência não são as lutas sociais urbanas pelo direito à cidade que se traduzem, por exemplo, em reivindicações pelo direito à moradia, ao transporte e à mobilidade urbana, ao acesso aos serviços e equipamentos urbanos. Especificamente, dedicar-nos-emos a analisar como a própria cidade e a delimitação do uso de seus espaços e lugares para manifestações podem ser apropriados para a produção de efeitos políticos, como parte de estratégias de demonstração do poder ou de reivindicações pelo poder ou pela liberdade, palco da teatralidade e das dramatizações da vida política das cidades, como sugere Balandier (1982).

Para tanto, propomos inicialmente uma breve revisão conceitual sobre as relações entre cidades e política na construção da experiência sensível dos sujeitos cidadãos. Em seguida, observamos como a cidade se constitui um cenário para teatralizações não só da vida cotidiana ordinária, mas também de eventos que mobilizam os sujeitos para a ruptura dessa mesma ordem. Por fim analisaremos algumas manifestações políticas em cidades ocorridas no último século para observar o papel das próprias cidades na construção desses eventos e dos sentidos que lhe foram atribuídos. A partir dessa análise, pretendemos estabelecer o papel das manifestações políticas para uma constante renovação das aspirações por liberdade que as cidades sempre inspiraram e que definem tanto as formas de ocupação dos espaços urbanos como as práticas políticas que definem essa ocupação e o próprio modo de habitar as cidades.

## Cidade, lugar de encontro e da política.

Compreendida como um produto social, a cidade é, portanto, um espaço constituído coletivamente, a partir do encontro de diferentes indivíduos que constroem, por meio da vida urbana, uma identidade coletiva, uma história comum cuja realização se dá na esfera pública e, em consequência, também comporta formas de participação na vida pública e relações políticas e de poder. (ROLNIK, 1995; CARLOS, 2014)

Em consequência, a cidade articula o espaço-tempo da ação humana no plano individual e também coletivo, como plano de realização da sociedade, uma vez que o ajuntamento dos indivíduos implica também em uma organização da vida coletiva. Na história ocidental é possível evidenciar a expressão da dimensão política da vida na cidade por meio da concepção da *pólis* grega ou da *civitas* romana, que designavam mais do que o caráter territorial ou os aspectos físicos e materiais da cidade: expressavam formas de “habitar” a cidade, práticas políticas, formas de participação dos habitantes da cidade na vida pública e estabeleciam pessoas aptas a participar da vida política, os cidadãos.

Tanto a *polis* quanto a *civitas* evidenciavam claramente o sentido político que envolvia a vida na cidade e as condições para o exercício da cidadania. Nestas sociedades a ágora era a representação espacial da participação política dos cidadãos na vida urbana, espaço aberto e público por excelência, destinado ao encontro dos cidadãos. Este espaço era o centro geográfico da comunidade para que seus membros se encontrassem distribuídos de forma igualitária em relação ao que ele representava: a participação na vida pública, na discussão sobre os destinos da comunidade e que também colocava a ágora como o centro da vida dos habitantes da cidade, o que influenciou de maneira incisiva as categorias mentais do pensamento grego, e posteriormente a forma de pensar do mundo ocidental. (ROLNIK, 1995; OLIVA, 2003; CARLOS, 2013; 2014)

Arendt (2018) corrobora esta afirmação enfatizando a forma determinante como a *polis* influenciou a concepção europeia e ocidental sobre o sentido e significado da política. A autora lembra que para Aristóteles, que manifestava a opinião compartilhada entre os gregos da época, a palavra *politikon* designava uma forma de organização da *polis*, que julgava representar a forma mais elevada do convívio humano, embora dela fossem excluídos escravos, mulheres e estrangeiros.

A liberdade era o que distinguia a forma de convívio na *polis*, compreendida negativamente, como aponta Arendt (2018), como “não-ser dominado” e positivamente como um espaço produzido por muitos que são, sobretudo, iguais. Desta maneira, ser livre e viver em uma *polis*, para os gregos, representavam uma mesma ideia e o sentido da política era estabelecer uma forma dos homens se relacionarem em liberdade, que, entretanto, constituía uma esfera limitada em que apenas poucos estavam aptos a participar.

Essa concepção política da liberdade tinha como aspecto relevante sua circunscrição espacial. Aqueles que deixavam a *polis* perdiam não só o território, mas também o espaço para o exercício das suas liberdades e a companhia dos seus iguais. A compreensão da *polis* como um espaço de liberdade era claramente expressa pelo livre trânsito entre os iguais na ágora. Desta maneira, Arendt (2018) aponta que, para os gregos, a liberdade significava não só poder ir onde bem se desejasse, mas também não estar subordinado a nenhum tipo de coação por outro homem. O conteúdo de ser livre, contudo, era mais amplo porque originalmente entre os gregos não havia uma separação entre falar e agir, uma vez que falar era compreendido como uma forma de agir, portanto equivalentes. Como consequência, o espaço de liberdade representado

pela *pólis* também compreendia uma forma de agir e de se expressar no espaço público compartilhada entre comuns.

Rancière (2010) retoma essas ideias para formular a sua concepção de política, afirmando que “bem antes de ser o exercício de um poder ou uma luta pelo poder, é o recorte de um espaço específico de ‘ocupações comuns’; é o conflito para determinar os objetos que fazem ou não parte dessas ocupações, os sujeitos que participam ou não delas.” (p. 46), ou seja, uma configuração de uma percepção ou sensibilidade espaço-temporal que determina as maneiras de ser e estar no mundo que

[...] recorta um determinado espaço ou um determinado tempo, enquanto os objetos com os quais ela povoa este espaço ou o ritmo que ela confere a esse tempo determinam uma forma de experiência específica, em conformidade ou em ruptura com outras: uma forma específica de visibilidade, uma modificação das relações entre formas sensíveis e regimes de significação, velocidades específicas, mas também e antes de mais nada formas de reunião ou de solidão (RANCIÈRE, 2010, p.46).

Rancière aproxima e relaciona sua concepção de arte e de política pelo papel que ambos exercem na configuração da experiência humana, determinando modos do sentir e agir no mundo. Esta perspectiva abre a possibilidade de reaproximação da cidade ao seu sentido político, ao retomarmos, conforme sugere Lefebvre (1991, 2008) a compreensão da cidade como “obra”, como realidade prático-sensível cujo valor depende primordialmente do seu uso e apropriação, produto e expressão de formas singulares da criatividade e da sensibilidade humanas por onde se produzem relações sociais.

Para Lefebvre, as cidades são produto de conjuntos de intencionalidades humanas e, ao constituir um modo de vida especificamente urbano, moldam não só o espaço mas também a racionalidade, ou seja, determinam “uma forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro (ou ante dos encontros)” (LEFEBVRE, 2008, p. 86) e que estabelecem uma ‘qualidade’ que nasce de ‘quantidades’ de espaços, objetos, produtos e relações que se imbricam formando sentidos e significados específicos.

Portanto, por serem produzidas socialmente, ou seja, essencialmente para o uso coletivo, as cidades configuram a experiência individual e coletiva dos habitantes que dela se apropriam. Esta perspectiva ressalta a convergência entre o chamado “fato urbano” e o “fato artístico”, conforme já afirmavam Rossi (1995) e Argan (1995): o caráter de obra das cidades traz consigo registros da memória, dos valores e da própria maneira de viver e fruir os seus espaços. A arte, assim como a cidade ou a política, não atuam em um campo próprio ou específico do conhecimento, mas operam por meio da percepção para a apreensão da obra que tornam presentes os valores da cultura no próprio ato em que os traduz e reduz a seus próprios valores, contribuindo para a construção de imagens e de um imaginário comum sobre a realidade a qual se referem.

A esfera do espaço que é público e coletivo nas cidades apontam para o a identificação de um sistema de evidências sensíveis que, em consonância com Rancière (2009), também indicam a construção de uma espécie de sensibilidade comum, um modo de pensar, sentir e agir comum a uma sociedade ou a uma época, e que, portanto, é também político, denominado pelo autor *partilha do sensível* e que:

[...] fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se fundem numa partilha de espaços, tempo e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2009, p. 15).

Esta forma de partilha é precedida por uma outra forma, que determina aqueles que podem tomar parte do comum em função daquilo que fazem ou que são, definindo a competência ou a incompetência para o comum; o que pode ou não ser visível ou lembrado num espaço e num tempo comum ou ainda que pode ou não ser dotado de uma palavra comum. (RANCIÈRE, 2009; 2010) É, portanto um regime de visibilidade que também se reproduz no espaço das cidades, compartilhada por um grupo que constitui um “nós” e reconfigura a experiência do “eu”, capaz de efetuar recortes dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra, do silêncio e do ruído que simultaneamente define o próprio tempo, o lugar ou o discurso.

Esta perspectiva de entrelaçamento das atividades humanas permite-nos pensar na cidade como uma expressão material e concreta dessa “partilha sensível” que permeia a experiência daqueles que habitam a cidade, partes dela ou que convivem em seus espaços mas que, no entanto, não se dá de forma homogênea ou sem conflitos, operando por meio da exclusão-inclusão daqueles que compartilham a mesma experiência<sup>4</sup> no uso espaços urbanos. A partilha sensível estabelecida por um grupo ou comunidade, ou seja, partilha de um *sensorium* e imagético comum, do que é visível, do que pode ser feito e também dito, evidencia não só uma comunidade estética, mas também uma comunidade política:

A estética foi uma espécie de redistribuição de experiência, a ideia de que havia uma esfera da experiência que não alimentava a distribuição tradicional, porque a distribuição tradicional acrescenta que as pessoas têm diferentes sentidos em acordo com sua posição na sociedade. Aqueles que foram destinados a criar regras e aqueles que foram destinados a serem regidos por regras, não têm o mesmo equipamento sensorial, nem os mesmos olhos, nem os mesmos ouvidos, e nem a mesma inteligência. A estética significa precisamente a ruptura com aquela forma tradicional de incorporar desigualdade na própria constituição do mundo sensível (RANCIÈRE, 2010, p. 86).

Conclui-se, portanto, que tanto a cidade quanto a política dizem respeito a questões de lugar, de ocupação, de visibilidade e de habitação. São partes constitutivas das concepções incorporadas por uma comunidade: das relações entre dentro e fora, público e privado, individual e coletivo, protegido e exposto, visível e invisível, pacífico e violento e que também determinam as relações e divisões de trabalho e ocupações, assim como a distribuição do espaço social e a exclusão (ou inclusão) da participação ao comum e, portanto, das maneiras de estar junto ou separado, fora ou dentro, visível ou invisível.

4 Ao longo deste texto, nos referimos a experiência tanto no plano individual quanto no coletivo, organizadora do conteúdo das relações sociais e determinante de formas distintas de apropriação dos espaços públicos e privados especialmente no que diz respeito a realização dos desejos dos sujeitos (individuais ou coletivos), como lembra Carlos (2013, 2014) e que, por esta razão, acaba por ordenar as atividades humanas no tempo e no espaço, como sugere Rancière (2009).

## A teatralidade política no cenário da cidade

Diferentes autores, a partir de diferentes perspectivas, observam uma crescente teatralidade e disposição cênica da vida cotidiana das sociedades, das formas dos arranjos sociais, das relações de produção e consumo e a organização dos poderes se organizam. Essa teatralidade pode ser observada naquilo que Debord (2003) denomina “espetáculo”, ou seja, o domínio da imagem (ou seja, das representações) sobre a realidade e o entrelaçamento entre ambas<sup>5</sup>, e também na ritualização do modo em se praticam as relações sociais e se organiza a vida e o espaço cotidiana em que se empregam dispositivos comunicacionais e simbólicos, imagens e representações de maneira semelhante ao que faz o campo artístico do teatro.

Caballero (2010) observa que as práticas artísticas e políticas se expandem e se disseminam pelos espaços cotidianos, constituem uma teatralidade que se desvela para além do teatro, em diversas dimensões representacionais. Para a autora, a dimensão teatral do cotidiano desvincula o cumprimento de papéis de determinados atores sociais, objetos e o próprio cenário cotidiano de seus fins práticos-funcionais e imediatos para que estes desempenhem também “condutas sógnicas” performativas que também podem ser dirigidas a ação política.

Os arranjos cênicos e a teatralização da vida, como nota Caballero (2010), podem ser observados no arranjo concreto dos objetos e das pessoas que compõem o cotidiano das cidades. A autora reconhece essa dimensão teatral da vida das cidades a partir das observações do teatrólogo russo Nicolai Evreinov:

A vida de uma cidade, de cada país, de cada nação está submetida a uma disposição cênica. (...) Andando pelas ruas, encontrando-me sentado no restaurante, visitando as avenidas, as lojas de Paris, de Londres, de Nova York, ou de algum outro lugar do mundo, sempre analiso o gosto e as atitudes desse diretor cênico coletivo – o público – que modela a matéria teatral que é submetida segundo seus planos e projetos cênicos. Decreta o uso de tal ou qual indumentária, prescreve o arranjo dos vários objetos, determina o caráter geral e a cenografia da cena onde os jogos cotidianos são representados. Vejo pedestres, varredores, motoristas, agentes de segurança e observo a ‘máscara’ coletiva de tal rua, de tal bairro da cidade (EVREINOV, 1936, p. 121 apud CABALLERO, 2010, p. 142).

Assim como Evreinov e Caballero, Balandier também aponta uma teatralidade nas manifestações da existência social e nos atores sociais e políticos e revelam ou tornam aparentes os princípios que organizam, governam e regulam a vida coletiva, os debates e os conflitos que a permeiam: “a vida social, as transposições efetuadas pelos atores do drama e a teoria tem ligação: juntos, compõem e expõem, uma mesma ordem da realidade” (BALANDIER, 1982, p. 5).

De acordo com o autor, as cidades compõem-se de múltiplas cenas erigidas por regimes sucessivos e nos espaços urbanos são inscritos inúmeros símbolos e significações dos regimes de poder político desde a sua origem, expresso, por exemplo, pelo registro de um mito fundador, de uma representação do seu nascimento ou do poder que a origina.

5 Debord (2003) afirma que o espetáculo corresponde a uma forma de relação social mediada por imagens. Para o autor, na sociedade do espetáculo, o fluxo de imagens passa então a compor a realidade, tanto quando os objetos / relações a que estas se referem. Como consequência, o autor infere que, como as imagens constituem uma abstração da realidade, o espetáculo estabelece uma forma de percepção abstrata do mundo.

Segundo o autor é incontestável que o poder político se mostra e expõe no teatro das cidades, em um espetáculo visual que dispensa palavras:

No decorrer de sua história toda cidade se enriquece de lugares aos quais pode ser atribuída uma função simbólica, recebida por destinação ou em virtude de algum acontecimento. São os teatros onde se apresenta a sociedade 'oficial' e inversamente os que se 'manifesta' o protesto popular, A topografia simbólica de uma grande cidade é uma topografia social e política (BALANDIER, 1982, p. 12).

O papel de cenário para as teatralizações políticas exercido pelas cidades é exemplificado por Balandier por meio da observação do fortalecimento das cidades medievais europeias onde todas as circunstâncias da vida individual e coletiva e, de uma forma ampla, as práticas sociais, eram representadas por meio de permanentes dramatizações que tinham como palco a própria cidade:

As festas, montadas como verdadeiras liturgias cívicas, põem em cena as hierarquias constitutivas da sociedade a fim de expô-las e confirmá-las ou de contestá-las simbolicamente em pantominas sagradas [...]. As condições, as paixões, as emoções se representam: nos torneios, os jogos de sociedade e de amor. [...] O poder aparece progressivamente em cena, inclusive debaixo de sua forma repressiva no momento das execuções capitais, no curso das quais a hierarquização social é exposta e o 'exemplo' convertido em espetáculo (BALANDIER, 1982, p. 18).

Naquele contexto as manifestações públicas nas cidades consistiam em representações que a sociedade oferecia a si mesma em que eram asseguradas aos heróis do drama político prestígio e respeito por meio de demonstrações de poder, de continuidade do poder e da obediência ao poder em curso.

O período posterior, da Renascença, transformou essas representações das práticas sociais em arte praticada nos palácios ou na própria cidade. Constitui-se, assim um repertório simbólico comum e reproduzido por toda a Europa por meio de uma linguagem artística que focalizava o poder e tudo que se refira a ele e que, posteriormente, foi depois disseminado por outros continentes. As ruas da cidade passaram a ser cenário de ações e espetáculos destinados às multidões e consagrados ao poder ali exercido. As festas oficiais tomaram as cidades sobrepondo-se a exuberância dos divertimentos e festejos populares e espontâneos medievais.

Estas encenações do poder reforçam o os papéis sociais e, principalmente, quem pode e não pode participar da cena: os corpos e categorias sociais que podem expor-se entre os notáveis em seus desfiles e aqueles que assistem ao espetáculo ou apenas fazem parte do cenário e que pode ser relacionada a ideia de partilha do sensível enunciada por Rancière (2009, 2010). Conforme aponta Balandier, "a própria cidade se faz pedagoga coletiva e ensina" (BALANDIER, 1982, p. 20).

As revoluções modernas europeias não extinguiram a dramatização política, pelo contrário, passaram a difundir novas "ideias" e busca adesão a elas por meio do espetáculo público, como por exemplo as execuções em guilhotinas e as jornadas de sangue da Revolução Francesa. Desta forma, o autor afirma que

A colocação da teatralidade política em evidência, sua consagração e seus ritos, não é uma maneira obliqua de reduzi-los a aparências e jogos ilusórios. É uma resultante - tudo concorre para isto - desde as

relações sociais definidas pelo sistema de produção até as constituídas pelos valores e imaginários coletivos. [...] A sociedade não depende exclusivamente da coerção, das relações de força legitimadas, mas também do conjunto de transfigurações de que é, ao mesmo tempo, o objeto e realizadora. Sua ordem permanece vulnerável, ela é portadora de perturbações e de desordem, geradores de ardis e dramatizações que mostram o poder em negativo (BALANDIER, 1982, p. 21).

A modernidade também não aboliu as ritualizações e encenações do poder apenas modificando as suas formas e meios de expressão. A ascensão da sociedade industrial e urbana e a expansão das cidades promoveu nas cidades europeias, a partir do século XIX, motins urbanos que levavam a intermitências do poder e a governos efêmeros. Mesmo na contemporaneidade, apesar dos discursos que apelam a racionalidade, a ciência e a tecnização dos meios para o exercício do poder; a relação política ainda se estabelece a partir de dispositivos simbólicos, de práticas fortemente codificadas e ritualizadas, do imaginário e de suas projeções dramatizadas. Segundo Balandier (1982) o poder contemporâneo segue herdeiro de práticas e costumes acumulados da técnica de organização do imaginário que foi aperfeiçoada em aparelhos e dispositivos cada vez mais complexos, afetando a existência de cada indivíduo, na medida em que os Estados foram ampliando as suas intervenções e, principalmente, as suas funções.

Nas condições atuais, o exercício do poder implica em uma afirmação de competência que, no, entanto, pode não bastar uma vez que seu caráter é mais técnico do que simbólico. No processo de passagem da cena social para a cena política, os personagens políticos procuram não só parecer ser mais competentes, mas também servir aos anseios e às representações coletivas, continuando a se beneficiar do capital simbólico produzido pela sociedade sem deixar de contribuir para sua reconfiguração.

Os meios de comunicação passam a exercer um papel de sofisticada e complexa tecnologia política, promovendo as teatralidades políticas a uma arte do espetáculo midiático e aberto aos olhos da audiência protagonizada por "estrelas" políticas, muitas vezes efêmeras. Balandier (1982) afirma que apesar dessas transformações, a cenografia política, a produção de imagens e de efeitos e os investimentos míticos continuam necessários para as relações políticas e principalmente para o funcionamento e exercício do poder político.

Desta forma, o modo de produção de imagens políticas também se transformou com o uso dos meios de comunicação e das técnicas audiovisuais, viabilizando a possibilidade de ampliação da sua produção para um modo praticamente industrial e, simultaneamente, diminuindo o caráter ritualístico ou excepcional dessas manifestações em função da própria saturação dessas imagens irradiadas a exaustão. O efeito produzido como consequência é uma dramatização permanente das relações de poder, que se manifesta além dos ciclos e cerimoniais ritualísticos do poder de tradições anteriores. As teatralizações necessárias para o exercício do poder político se transformam e os personagens políticos passam a ser moldados pelos meios de comunicação, pelo cinema, televisão e, mais recentemente, por mídias, plataformas e redes sociais eletrônicas.

Balandier (1982) observa ainda que, a partir do século XIX, proliferaram-se mitos políticos cujas atuações de dão em campo opostos e depois se apagam uns aos outros. Essas figuras mostram-se como novos atores e exaltam as distinções com os que os antecedem ou antagonizam, contrapondo-se aos simbolismos e imagens destes, constituindo entidades geradoras de religiões políticas normalmente associadas a imagens e noções de uma suposta "missão civilizadora" ou de um "caminho progressivo"

idealizadas a partir do ideário das forças que as compõe. Este contexto, somado a consolidação do que se denomina sociedade de consumo, segundo Balandier (1982):

[...] fez da vida cotidiana a cena em que se multiplicam os efeitos dessa imagística, em que se exerce a sua fascinação; tudo parece tornar-se acessível e consumível: as coisas, os serviços, os símbolos, o tempo (sob a aparência de lazer) o espaço (graças aos novos meios de mobilidade) e até mesmo a vida (pelo recuo das fronteiras da morte e, de uma certa maneira, a escamoteação desta última). O consumidor apaga o cidadão; o que produz, segundo as interpretações que somente são contraditórias nas aparências, uma despolitização progressiva ou uma politização do quotidiano, portanto generalizada. [...] O debilitamento das ilusões ainda não deu lugar a novas figuras imaginárias; ele sobretudo despertou os temores e os medos e reorientou a atenção para os lugares do poder (BALANDIER, 1982, p. 66).

Desta forma, a ascensão dos novos meios e tecnologias de informação e das mídias modernas faz com que a persuasão política passe a depender cada vez menos da argumentação e mais daquilo que é manifestado espetacularmente e a política se faz cada vez mais a partir da difusão cotidiana de imagens. Mesmo em regimes democráticos e em sociedades em que a técnica, a economia, a ciência e a organização prevalecem, o investimento mítico e a criação de imagens permanecem sendo necessidades política para as estratégias de poder.

A mediação das relações sociais por meios de comunicação e, mais recentemente, por mídias e redes sociais digitais promovem uma dramatização generalizada da vida cotidiana, extrapolando os limites do campo político estritamente definido. Balandier (1982) afirma que estas mídias podem não só difundir mensagens ou discursos, mas também atribuir-lhes ou reforçar sentidos e significações políticas. Neste contexto as relações sociais e o próprio imaginário social vão sendo povoados por práticas teatrais e dramatizações, que vem sendo incorporadas ao cotidiano moderno constituído por uma criação artificial e acelerada de acontecimentos “inesperados” e cada vez mais teatralizados do cotidiano cuja reprodução espetacular, promovida pelos meios de comunicação, mídias e redes digitais reforçam ainda mais os seus efeitos dramáticos e asseguram a sua eficiência simbólica.

O ambiente urbano não deixa de exercer um importante papel para as dramatizações do poder permanecendo como palco para diversas formas de manifestações políticas. Balandier (1982) aponta que, nas sociedades totalitárias o cenário urbano é controlado e reservado para os eventos pelos quais o poder em exercício promove e regula o seu próprio culto e celebração, enquanto nas sociedades abertas as cidades e as suas ruas tornam-se palcos para cenas de protestos, manifestações e reivindicações. Para o autor,

Toda capital de longa história atem lugares, monumentos, obras e traços que são ao mesmo tempo memórias e suportes de poderosos simbolismos. A sucessão dos regimes, como a das revoluções e dos movimentos sociais o fizeram. No presente eles balizam os itinerários pelos quais o poder conduz suas comemorações e onde a contestação “expõe”, em marcha, as rejeições e reivindicações (BALANDIER, 1982, p. 71).

O autor denomina “motim urbano” as manifestações de rua que consistem em “um meio instituído ou quase, codificado e ritualizado de mostrar espetacularmente

a oposição a certas decisões dos governantes, ou de revelar, pelo recurso a uma dramatização, a não aceitação de uma situação econômica e social” (BALANDIER, 1982, p. 71). Segundo o autor o percurso escolhido para essas manifestações não é neutro, os significados e simbolismos dos lugares pelos quais transitam reforçam os sentidos dessas manifestações. Essas manifestações são peças políticas, organizadas para serem vistas nos lugares em que se dão e também para serem transmitidas, comentadas e irradiadas pelos meios de comunicação ou das mídias de cada época em que acontecem.

Tendo seu desenrolar nas ruas, estes eventos colocam os manifestantes na posição de “atores”, protagonistas de um drama político e das (re-)articulações discursivas e práticas promovidas por estes eventos. A teatralidade dessas manifestações transforma a participação dos manifestantes em atos performativos<sup>6</sup>, sustentados por imagens codificadas a partir de princípios e paradigmas teatrais ou representacionais que podem expressar tanto o cumprimento de papéis sociais, como também a sua subversão ou suspensão (CABALLERO, 2010).

Na atualidade, essas manifestações que desencadeiam o que Marinho (2011) denomina “enxameamento<sup>7</sup> civil” (*swarming*), constituindo eventos de “agregação” de indivíduos que se movimentam no ambiente urbano formando um corpo coletivo. Os eventos dessa natureza são retro-alimentados pela difusão de suas imagens, que funcionam como catalisadores do próprio movimento e vetores de agregação entre os participantes, reafirmando o efeito teatral e performático deste tipo de manifestação:

Manifestações de rua são encontros de corpos, mas, antes de tudo, na sociedade da informação, funcionam como imagens, produtos simbólicos, signos de mobilização política. Nesse caso pode ocorrer que a sucessão de aglomerações e de imagens de aglomerações leve a dinâmica de contágio a ultrapassar seu tipping point e a disparar o processo de enxameamento incontrolável da multidão. [...] O enxameamento, ao contrário, é uma dinâmica de agregação porque, embora processos de propagação e contágio também necessariamente ocorram aí, há, nesse caso, a agregação dos agentes. No enxame, as pessoas se juntam. Indivíduos movidos por um mesmo ideal ou propósito, depois de rompido o limiar de contágio social, tendem a se agrupar. Se os contaminados por um vírus, numa epidemia, não se encontram, no *swarming*, eles se comportam como uma horda de propagadores de vírus invadindo as ruas. É isso, exatamente, o que são os agentes de um *swarming*, e é essa, exatamente, a imagem que se tem de um enxame (MARINHO, 2011).

A construção desses eventos ocorre geralmente como uma reação conjuntural coletiva e pública a situações ou fatos políticos considerados deletérios ou indesejáveis pelos

<sup>6</sup> Caballero (2010) utiliza o termo “performance” no contexto do que chama dramas sociais, teatralidades da resistência, ações-intervenções ou performances cidadãs como “uma sequência de atos simbólicos, que busca novos significados mediante ações públicas” (CABALLERO, 2010, p. 144).

<sup>7</sup> Marinho (2011) aponta o “enxameamento civil” ou *swarming* como um fenômeno que se dá a partir da agregação de indivíduos atomizados, que mesmo com a capacidade individual de ação e interação limitada, adquirem, em conjunto, a aparência de um corpo coletivo em situações de conflito ou de celebrações. Para o autor esse agregado resulta da proximidade espaço-temporal dos seus componentes, da multiplicação repetitiva de comportamentos individuais e da identificação afetiva a um objeto ou sentimento. Para o autor, o enxameamento se realiza mesmo como um enxame de corpos, agregados fisicamente, de modo “compacto, insidioso, pluriforme e tentacular” que ocupam as ruas das cidades e tem como catalisador desse processo as próprias imagens de aglomeração, “num esquema típico de feedback positivo, podem induzir e levar a mais aglomeração” (p. 214).

participantes. Scherer-Warren (2014) aponta que, as manifestações contemporâneas correspondem a modalidades de organizações do ativismo civil com diferentes dinâmicas e papéis políticos, entre as quais a autora distingue algumas tipologias: manifestações ou marchas dos movimentos sociais<sup>8</sup>, manifestações amplas da cidadania e /ou dos “indignados”, manifestações-boqueio ou “formas de ação nas ruas” e ação-manifesto social.

Destas tipologias destacamos especialmente aquelas designadas pela autora como Manifestações amplas da cidadania e /ou dos “indignados”, pois referem-se as manifestações políticas de rua da atualidade. Os eventos dessa natureza representam processos mobilizatórios de caráter político heterogêneo, podendo inclusive agregar antagonismos; e são constituídas pela agregação de indivíduos de diferentes identidades, expectativas, experiências, idades, recursos materiais e culturais que nem sempre são organizados em movimentos sociais, mas que formam “multidões” em que se observa o fenômeno de “enxameamento civil”, mobilizados especialmente por meio de redes sociais digitais.

Estas manifestações, contudo, tem resultados incertos, colocando em cena contestações que geralmente acabam controladas pelo poder vigente sem que este seja ameaçado de forma imediata. O objetivo principal deste tipo de manifestação, segundo Scherer-Warren (2014) é dar visibilidade e reconhecimentos para o evento político em si. Por esta razão, a transmissão ou reprodução de imagens dessas manifestações são essenciais para difundir ou ampliar emoções e sentimentos que podem levar a dinâmicas de forças nem sempre previsíveis e nestes casos os atos para a manutenção da ordem assumem o aspecto de repressão com o objetivo de constranger e desmobilizar os manifestantes, e, em um sentido mais amplo, de “desdramatizar” os atos, conforme enunciado por Balandier (1982).

### Manifestações populares: as cidades em cena

Ao longo da história das cidades, a ideia de espaço público como lugar das trocas sociais ganhou diversos contornos físicos, inclusive agregando e convivendo com outros usos e funções urbanas levando a múltiplas formas de apropriação (CARLOS, 2013). A manifestação política é também uma forma de uso da cidade e de apropriação dos seus lugares, como visto anteriormente. Esta apropriação e usos políticos do espaço urbanos ocorre tanto a partir da experiência sensível daqueles dos indivíduos que tomam parte desses eventos, mas também na maneira como o corpo coletivo formado pela agregação dos sujeitos opera os significados e simbolismos atribuídos aos lugares da cidade nesses tipos de eventos teatralizados, como sugeria Balandier (1982).

Manifestações populares políticas ainda que localizadas em cidades de realidades singulares tem o potencial de se irradiar territorialmente, desencadeando processos de transformação amplos que nascem a partir de cenários urbanos simbolicamente reconhecidos por sujeitos de realidades díspares, possíveis de se inferir historicamente. A cidade de Paris, por exemplo, catalisou diversas manifestações que se irradiaram pela Europa e por outros continentes ao longo dos últimos séculos: desde a Revolução Francesa, a cidade foi palco de manifestações populares em 1830, 1849 e 1871 cujos impactos puderam ser sentidos de muitas maneiras e em múltiplas localidades,

<sup>8</sup> Scherer-Warren distingue movimentos sociais como organizações com diferentes arranjos formais mas que estruturam em redes de militância “que operam como uma estratégia para a construção de significados políticos ou culturais em comum, tendo em vista conquistar e mobilizar cidadãos e produzir transformações sociais” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 13).



Figura 1 - Manifestações em Paris, Maio de 1968. Fonte: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/edgar-morin-maio-de-1968-reparecera/> acesso em 26/07/2021.

inclusive no desenho urbano e na configuração do urbanismo como uma disciplina, a partir das transformações urbanas promovidas com a reconstrução da cidade, tanto no plano prático-material quanto no plano da experiência sensível dos seus habitantes. A cidade de Paris foi novamente palco de grandes manifestações populares em maio de 1968. Os eventos daquele ano foram inicialmente promovidos por estudantes e se irradiaram a partir do campus da Nanterre da Universidade de Paris, nos arredores da cidade<sup>9</sup>, e se espalhou por outras universidades de Paris, com confrontos diretos entre os estudantes e as forças policiais ocorrendo nas imediações destes locais. Rapidamente os protestos se espalharam pelas ruas da cidade mobilizando também trabalhadores insatisfeitos com as suas condições de trabalho que se uniram aos estudantes, e iniciaram greves que pararam a França, estabelecendo uma situação espaço-temporal de encontro e contato entre grupos sociais que normalmente não se aproximavam nem partilhavam as mesmas experiências ou os mesmos espaços urbanos:

No funcionamento normal da sociedade existe pouco contato entre universitários e trabalhadores. Na sua grande maioria, os estudantes provêm das casses média e alta. A vida social é organizada de modo separado. Os estudantes são concentrados em campo ou em centros urbanos onde prevalece o setor terciário. Os trabalhadores se concentram na periferia da cidade, nos subúrbios ou cidades-dormitórios. A localização no espaço urbano. A estrutura da jornada de trabalho e as clivagens sócio culturais no lazer afastam estudantes e operários. Em maio de 1968 criou-se espontaneamente um relativo rompimento dessa separação. Pela primeira vez, estabeleceu-se um contato direto entre estudantes e operários nas ruas, nas assembleias, em debates improvisados, nos comitês de bairro, na porta das fábricas. [...] A principal forma na qual se manifestava o

<sup>9</sup> Conforme lembra Morin, filósofo francês Henri Lefebvre era professor da Universidade de Nanterre. A observação do contexto urbano e das práticas sociais se evidenciaram a partir da subversão da ordem em curso promovida por essas manifestações e inspiraram as reflexões do que levaram as formulações do seu livro-manifesto “O Direito à Cidade”, do mesmo ano.



diálogo entre estudantes e trabalhadores era o comitê de ação em diversos bairros (THIOLLENT, 1998, p. 77) .

Nessa ocasião, a cidade de Paris serviu não apenas como palco do evento político, para se tornar ela própria um suporte e um meio de comunicação a propagar as mensagens dos manifestantes. As universidades, as ruas e os locais de manifestações foram cobertos por cartazes e pichações com slogans e palavras de ordem. A cidade e os seus lugares se abriram para uma ocupação indiscriminada, e os diferentes atores sociais desses movimentos realizavam encontros e reuniões improvisados não só nas ruas e praças, mas também faziam assembleias gerais nas universidades e teatros. Até mesmo os paralelepípedos (*pavés*) utilizados para a pavimentação das ruas de Paris ganharam efeitos simbólicos diversos por terem se transformado em “armas” ao serem arrancados do chão pelos estudantes que os lançavam contra as forças policiais que reprimiam, revelando a areia escondida sob eles, “a praia”, símbolo de liberdade (figura 01).

Os efeitos catárticos do protestos estudantis que eclodiram em Paris naquele período foram provocados pela dramatização radical de subversão da ordem então vigente reunindo nos mesmos espaços da cidade estudantes e trabalhadores, a “brecha sob a linha d’água da civilização burguesa” identificada por Morin (2018): uma fenda ou abalo na ordem social a partir da possibilidade de ocupação comum dos espaços da cidade durante o período que duraram os protestos e manifestações e dos sentidos e significados construídos a partir dessa experiência.

A difusão de imagens e notícias sobre os acontecimentos na cidade reforçavam os efeitos teatrais dessas manifestações e inspiraram levantes e movimentos políticos por vários países, irradiados a partir de diferentes cidades que vinham sofrendo transformações decorrentes da expansão da urbanização observada em todo o mundo após a II Guerra Mundial. Os protestos de maio de 1968 catalisaram transformações político-sociais e culturais e que tinham as cidades como centros irradiadores, marcando as gerações que se sucederam.

Os eventos ocorridos em Paris não foram os únicos a marcar cidades no ano de

1968. Praga foi palco de manifestações populares em oposição ao governo comunista instalado na Tchecoslováquia após a II Guerra Mundial e a ocupação soviética do país. Os manifestantes ocuparam as ruas da cidade e a Praça Wenceslas, espaço simbólico para os habitantes da cidade, para reivindicar liberdades políticas. A cidade de Praga vivia um momento de euforia e esperança de renovação, difundido pelas celebrações do Primeiro de Maio daquele ano: uma marcha conduzida pelos próprios cidadãos que se se mobilizaram espontaneamente e não pelo exército, como havia se tornado hábito. “Os sorrisos e a alegria daquele momento são documentados pela televisão tcheca, o país inteiro estava despertando e apoiava as reformas e pedia mais: mais liberdade, mais autonomia” (CECCHINATO, 2021, p. 228) . O clima de liberdade e distensão vivido naquela primavera foi precedido por um outono de violentas repressões por forças soviéticas que temiam que o espírito reformador que se instalava na Tchecoslováquia se espalhasse por outros países sob a sua influência (figura 02).

O começo do século XXI reuniu condições para uma nova série de dramatizações políticas tomarem o cenário das cidades. As chamadas manifestações “dos indignados” irromperam em diversos lugares a partir de 2011 gerando um fluxo acelerado de produção e difusão de imagens e notícias desses eventos pelos meios de comunicação reproduzidas em exaustão por usuários das redes digitais. O ano de 2011 foi marcado por manifestações políticas de diversas naturezas e pautas que foram se espalhando por cidades do mundo inteiro como estopilhos de pólvora.

As primeiras manifestações desse ciclo a ganhar visibilidade global eclodiram em maio desse ano na Espanha, com os chamados Los Indignados. A mobilização dos participantes e se deu por meio das redes sociais digitais e foi motivada pela insatisfação com cortes orçamentários nos serviços públicos, pela crise econômica vivida pela Espanha naquele momento e, principalmente pelo que consideravam omissões da democracia representativa na gestão da crise evidenciada. As manifestações se espalharam rapidamente por várias cidades espanholas, recebendo ampla cobertura midiática. Lugares emblemáticos e simbólicos como a “Puerta del Sol”, em Madri, (figura 3) e a “Plaza de Catalunya”, em Barcelona, foram ocupadas por milhares de pessoas e utilizadas como fórum para a discussão do significado da democracia naquele contexto. (CASTELLS, 2013; CURVELLO e MATEUS, 2015).

Simultaneamente também ocorreram diversas insurreições que reivindicavam mudanças democráticas e melhores condições de vida no Norte da África e Oriente Médio. As primeiras



Figura 3 - Manifestação dos Indignados na Puertas del Sol em Madri em maio de 2011. Fonte: [https://www.clarin.com/mundo/indignados-Espana-extienden-Europa\\_0\\_rJO-FmfTVGg.html](https://www.clarin.com/mundo/indignados-Espana-extienden-Europa_0_rJO-FmfTVGg.html), acesso em 26/07/2021.

fagulhas das manifestações urbanas conhecidas como Primavera Árabe irromperam na Tunísia, espalhando-se pelo Egito e posteriormente pelo Oriente Médio e Norte da África. Os eventos tiveram grande repercussão midiática: as notícias dos confrontos entre manifestantes e forças militares e as imagens da ocupação da “Praça Tahir” (“Libertação” em português), no Cairo (figura 4), por milhares de manifestantes e transformada em “uma pequena cidade-protesto, com acampamento, comércio, coleta de lixo e um mural homenageando os mortos” (SIMÕES, 2021) foram reproduzidas em larga escala pelo mundo todo, mobilizando protestos e manifestações contra o poder instaurado também em Bahrein, na Líbia, Síria, Iêmen, Argélia e Jordânia. (CASTELLS, 2013; SIMÕES, 2021).

No mesmo ano mais de mil cidades estadunidenses também foram cenário de eventos contestatórios com repercussões globais. O movimento que veio se denominar *Occupy Wall Street* nasceu como uma reação a crise financeira que teve os EUA como epicentro, em 2008, e representava uma manifestação ampla contra a ganância das empresas, bancos e do sistema financeiro que expressava insatisfação com cortes orçamentários feitos pelo governo americano. O movimento se espalhou por outras cidades do mundo atravessando continentes, ganhou um caráter de reação ao capitalismo financeiro e ao mundo por eles constituídos:

Pela ocupação de lugares simbólicos nos centros das cidades, na maior parte capitais, eles reivindicaram o direito de se reapropriar do espaço público, preempção do governo e do mercado. Quiseram refazer desses lugares ágoras, fóruns de encontros, de discussão e de troca sobre todos os assuntos possíveis, mas também espaços criativos, dedicando-se a todas as atividades humanas que lhes parecesse lícito empreender, entre elas a criação artística. (SAUVIAT, 2012, p. 155)

O espírito de contestação deflagrado a partir das diversas manifestações do ano 2011 continuaram repercutindo pelos próximos anos. O Brasil viveu um “surto” de manifestações urbanas que espalharam por cidades do país inteiros em 2013, as chamadas “Jornadas de 2013”. Estas manifestações, chamadas por Rolnik (ROLNIK, 2013) de “terremoto” nasceram de reivindicações pelo próprio direito à cidade em um contexto de grandes transformações urbanas promovidas em todo o país para a adequação das cidades e de sua infra-estrutura urbana para a realização de grandes eventos esportivos.

As manifestações brasileiras de junho de 2013 reuniram um conjunto heterogêneo de participantes com agendas diferentes. Os abalos se iniciaram a partir de mobilizações contra o aumento das tarifas do transporte público convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), um grupo de jovens que, em conjunto com outros movimentos, iniciaram manifestações urbanas que inicialmente “impediram frontalmente, e tendo por instrumento seu próprio corpo, nosso sagrado ir e vir, em nome da criação do direito de outros irem e virem” (VIANA, 2013) (figura 5). As manifestações levaram a ocupação das ruas das cidades brasileiras grupos que, no contexto ordinário, não partilham a mesma experiência da cidade: uns porque tem o uso dos espaços urbanos interditados e são excluídos da vida social urbana pela escassez de recursos e condições materiais vivendo nas margens da cidade; e outros que pela sua condição social e material privilegiada não se sentem seguros em usufruir os espaços urbanos.

A acentuada fragmentação sócio-espacial das cidades e a desigualdade da experiência urbana fizeram com que a própria ocupação das cidades se tornasse o tema da central nos eventos brasileiros de 2013, não apenas como agenda ou discursos político mas também como prática. Para o MPL, as mobilizações representavam uma retomada das cidades através da ação direta dos manifestantes: bloqueando as vias de circulação urbanas, os manifestantes reivindicavam assumir coletivamente o controle e a organização do próprio cotidiano. (HARVEY, 2013; MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013; ROLNIK, 2013; VIANA, 2013)

O ciclo de manifestações de 2013 ocorridas em diversas cidades brasileiras relembra o papel da cidade como uma esfera pública de participação política. A dramatização da ocupação indistinta dos espaços urbanos e a subversão dos seus usos cotidianos proporcionada pelos atos expôs as contradições e contrastes da ordem social que é materializada pelas cidades. Esses atos de contestação se transformam em dramatizações espetaculares, como sugere Balandier (1982) cujos efeitos catárticos que provocam tanto nos participantes, quanto na audiência, recolocam a cidade como centro e cenário para participação e debate políticos. Ao tencionar a ordem estabelecida, estes eventos promovem e concretizam a experiência de troca e de partilha sensível entre aqueles que, no espaço-tempo desses eventos tornam-se parte de um comum.

Figura 4 - Ocupação da Praça Tahir no Cairo durante as manifestações da Primavera Árabe, em 2011. Fonte: Foto Patrick Baz / AFP/ Getty Images, disponível em <https://www.correioopovo.com.br/noticias/mundo/morte-de-ex-presidente-do-egito-e-a-fratura-pos-primavera-arabe-1.346795>, acesso em 26/07/2021.



## Conclusão

A ocupação das cidades para manifestações políticas estabelece momentos teatralizados de ruptura dos usos convencionais dos espaços urbanos, proporcionando experiências em que os cidadãos se tornam parte de um comum compartilhado que em um sentido simbólico constitui a própria cidade. A reflexão sobre o caráter teatral desses eventos evidencia que os espaços urbanos ainda são portadores do sentido de liberdade, princípio que regia a participação na vida da *polis* grega e que também atraiu as pessoas de volta as cidades europeias no final da Idade Média.

As manifestações de rua colocam em evidência que o encontro ainda é o principal uso e função dos espaços urbanos, ainda que estes estejam subsumidos por outras funções urbanas decorrentes da divisão social do trabalho e da própria vida cotidiana instituídas com a modernidade a partir da consolidação do modo de produção capitalista e do processo de industrialização.

A possibilidade de experimentar a cidade por uma perspectiva além daquela que é vivida, nos limites e confinamentos da vida cotidiana, refaz o olhar e a experiência daqueles que tomam parte desses eventos, podendo abrir a porta para a imaginação de outras formas de viver o espaço urbano, por isso os efeitos imediatos desses eventos são difíceis de serem previstos ou prescritos. Neste contexto, conclui-se que

as manifestações políticas proporcionam encontros e reencontro não só entre as pessoas e os corpos que, durante os atos, ocupam os mesmos espaços urbanos, mas também com a própria cidade e seu sentido original de espaço público e coletivo para reunir pessoas, objetos e mundos que nem sempre, ao longo da história e do próprio cotidiano, podem ser reunidos.

## Referências

- ARENDRT, H. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany e Kurt Sontheimer. 12. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BALANDIER, G. *O poder em cena*. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 78 p.
- CABALLERO, I. D. Cenários expandidos. (Re)representações, teatralidades e performatividades. Tradução de Edécio Mostaço. *Urdimento*, Florianópolis, v.1, n. 15, p.135-148, outubro 2010.

CARLOS, A. F. A. Espaço público e “nova urbanidade” no contexto do direito á cidade. *Confins*, São Paulo, n. 18, julho 2013.

CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o urbano como privação e. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n.18, p.472-486, 2014.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro : Zahar, 2013.

CECCHINATO, G. A leveza da primavera de 1968. A primavera de praga através do olhar de Milan Kundera. *Kriterion*, Belo Horizonte, [S.l.], p. 225-233, janeiro 2021.

CURVELLO, J.; MATEUS, T. R. “Los Indignados” sob o olhar de Luhmann. A comunicação no dissenso. In: MÉNDEZ, J. M. G. Y., et al. *Derechos humanos emergentes y periodismo*. Sevilla: Equipo De Investigación De Análisis Y Técnica De La Información, 2015. p. 300-314.

DEBORD, G. *A sociedade do Espetáculo*. Silveira: Livros da Revolta, Le Livros, 2003. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/baixar-livro-a-sociedade-do-espetaculo-guy-debord-em-pdf-epub-e-mobi/>>. Acesso em: 27 outubro 2019.

FERRARA, L. D. *Comunicação mediações interações (ePUB)*. São Paulo: Paulus, 2018.

HARVEY, D. A liberdade da Cidade. In: MARICATO, E. et al. *Cidades Rebeldes. Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. Recurso Digital: formato ePub.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. (Tradução de Donald Nicholson-Smith). Londres: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, H. *O Direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5a. edição. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MARINHO, C. Dinâmicas de propagação e swarming. In: MARINHO, Cassio. *Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade*. Barueri: Instituto C&A, 2011. p. 198-222.

MORIN, E. *Edgar Morin: “Maio de 1968 reaparecerá”*. Tradução Anderson Lima da Silva e Martha Coletto Costa. Outras Palavras, 24 maio 2018. Online. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/sem-categoria/edgar-morin-maio-de-1968-reaparecera/>>. Acesso em: 26 julho 2021.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. et al. *Cidades Rebeldes. Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. Recurso Digital, Formato ePub.

NEVES, D. *O que foi o movimento de maio de 1968*. Carta Maior, 31 maio 2020. Online. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Memoria/O-que-foi-o-movimento-de-maio-de-1968/51/47647>>. Acesso em: 25 julho 2021.

OLIVA, J. T. A cidade como ator social - a força da urbanidade. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto , 2003.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. Tradução de Monica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org; Editora 34, 2009. 72 p.

RANCIÈRE, J. *O Inconsciente estético*. Tradução de Mônica Costo Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, J. Nossa ordem policial: O que pode ser dito, visto e feito. Tradução de Giselly Brasil. *Urdimento*, Florianópolis, v. 1, n. 15, p. 81-90, outubro 2010.

RANCIÈRE, J. Política da Arte. Tradução de Mônica Costa Netto. *Urdimento*, Florianópolis, v.1, n. 15, p. 45-60 outubro 2010.

ROLNIK, R. *O que é cidade*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, E. et al. *Cidades Rebeldes. Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. Recurso Digital - Formato ePub.

ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAUVIAT, C. Occupy Wall Street, um movimento social inédito nos Estados Unidos. *CADERNOS do DESENVOLVIMENTO*, Rio de Janeiro, v.7, n. 11, p. 145-159, jul-dez 2012.

SCHERER-WARREN, I. Redes e movimentos Sociais Projetando o Futuro. *Revista Brasileira de Sociologia*, v.1, n. 1, p. 185-217, Jan/Jul 2013 2013..

SCHERER-WARREN, I. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v.13, n. 28, p. 13-34 set/dez 2014.

SIMÕES, R. O que foi e como terminou a Primavera Árabe? *BBC News Brasil*, 20 fevereiro 2021. Online. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502>>. Acesso em: 24 julho 2021.

THIOLLENT, M. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Tempo Social* , São Paulo, v.10, n.2, p. 63-100, outubro 1998.

VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? In: MARICATO, E et al. *Cidades Rebeldes. Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. recurso digital formato ePub.

# O CAVALO AZUL DA LIBERDADE Desinstitucionalização da loucura e as novas relações entre saúde mental e cidade

*THE BLUE HORSE OF FREEDOM  
Deinstitutionalization of madness and  
the new relationships between mental health and the city*

*Ana Paula Vieceli<sup>1</sup>*

## Resumo

A contemporaneidade é testemunha de um processo de grande ruptura com o paradigma moderno manicomial e tem a Reforma Psiquiátrica como um marco das transformações que se deram nas formas de conceber a loucura e nas formas de cuidado e assistência ao sujeito-louco que retoma a cidade como um direito. O presente artigo considera a relação entre loucura e espaço urbano na contemporaneidade, e apresenta a experiência de Trieste, na Itália, quando um cavalo azul se tornou marco poético de liberdade entre os internos do manicômio San Giovanni, sob a direção de Franco Basaglia. O artigo ainda discute a clínica urbana do Acompanhamento Terapêutico como uma clínica que se desprende da clínica tradicional e se lança numa imersão pelo território da cidade acompanhando o sujeito-louco em seus percursos, criando novas possibilidades de existência para o louco, a prática da cidadania e questionando a cidade em sua capacidade de acolher a diferença.

Palavras-Chave: saúde mental, cidade, reforma psiquiátrica, Marco Cavallo, acompanhamento terapêutico.

## Abstract

*Contemporaneity is witness to a process of great rupture with the modern asylum paradigm and has the Psychiatric Reform as a landmark of the transformations that took place in the ways of conceiving madness and in the forms of care and assistance to the crazy-subject who takes up the city as a right. This article considers the relationship between madness and urban space in contemporary times, and presents the experience of Trieste, Italy, when a blue horse became a poetic mark of freedom among the inmates of the San Giovanni asylum, under the direction of Franco Basaglia. The article also discusses the urban clinic of Therapeutic Accompaniment as a clinic that detaches itself from the traditional clinic and launches itself into an immersion through the territory of the city, accompanying the mad-subject in his paths, creating new possibilities of existence for the madman, the practice of citizenship and questioning the city in its capacity to welcome difference.*

*Keywords: mental health, city, psychiatric reform, Marco Cavallo, therapeutic accompaniment.*

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2010). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Teoria, História e Crítica de Arquitetura, atuando principalmente nos temas: arquitetura e cidade. Mestre pelo PROP/ UFRGS, com a dissertação: Lugares da loucura: arquitetura e cidade no encontro com a diferença. Doutora pelo PROP/ UFRGS, com a tese: Arcanos Urbanos: o jogo dos errantes. Professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da FSG - Faculdade da Serra Gaúcha em 2014-2015. Professora Substituta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel - Universidade Federal de Pelotas, em 2020.

## Portas Abertas: do Manicômio ao Território

A relação que as sociedades humanas tem com a loucura sempre foi uma relação com a diferença plena e, as diversas épocas históricas mostram como cada sociedade, conforme sua política, cultura, valores morais, necessidades e grandes medos, lidou com ela. Dentro de uma larga trajetória histórica, pode-se constatar que a loucura já tomou diversas formas na maneira como foi compreendida pela humanidade: manifestação de deuses, força passional humana, castigo divino, possessão demoníaca, provação divina, experiência trágica, anúncio do fim dos tempos, sabedoria oculta, verdade dos homens, desatino, alienação, e, com a chegada da modernidade, objeto exclusivo da psiquiatria: doença mental (VIECELLI, 2014). Assim também, a trajetória histórica dos lugares da loucura, entendidos como espaços construídos, dedicados ao louco bem como espaços sociais nos quais eles se inscrevem, tem a modernidade como um grande advento onde as várias possibilidades espaciais e sociais para o modo de existência da loucura se restringem a um único e exclusivo lugar: o manicômio (FOUCAULT, 2000; ROSEN, 1980).

O lugar da loucura a partir da Modernidade se inclui entre os diversos novos espaços sociais modernos – escola, fábrica, hospital, prisão –, pacificados e normatizados, onde o principal objetivo arquitetônico é, através da disposição espacial, domar os fluxos e garantir a completa subserviência e docilidade dos corpos através da completa vigilância e controle (FOUCAULT, 2011). Com o advento da modernidade o louco passa a trilhar seu destino de entrar para o imaginário social como sendo natural a este território. Desta forma, o processo de internação manicomial – que nasce contemporânea ao nascimento do próprio urbanismo – constituiu-se como um modelo oportuno de eliminar a loucura da paisagem das cidades, considerada heterogênea e nociva à ordem desejada.

No entanto, a partir do período pós-guerra, surgem movimentos em várias partes do mundo que se processam na direção de uma abertura nesse cenário estático e segregador, quando passa-se a pensar a transformação do modelo manicomial de assistência, centrado no hospital psiquiátrico, em um modelo de atenção comunitário, praticado em liberdade, que se relaciona com o cuidado em saúde, mas também com todas os equipamentos e esferas que compõem a vida em comunidade.

Para que esta transformação tivesse lugar, foi necessária uma transformação das formas de compreensão da loucura. Neste período a loucura passa a ser entendida como experiência-sofrimento na relação com o corpo social, e a doença passa ser colocada entre parênteses para dar lugar ao sujeito que se mantinha escondido atrás do rótulo de doença mental. Dessa maneira buscou-se favorecer a manifestação do louco em seu território, em seu contexto, e valorizar a singularidade das relações que se estabelecem entre eles.

Os movimentos pela desinstitucionalização da loucura partem da ideia de que, primeiramente, é necessário abrir mão das interpretações da loucura segundo erro, incapacidade, inferioridade, doença mental, e potencializá-la como diferença, um modo diferente de relação com o mundo. A desinstitucionalização como desconstrução está relacionada à noção de invenção, de construção do real, de produção de sociabilidade, de subjetividade, esta que não é dada, não é interior ao indivíduo, mas produzida pelos vetores mais diversos presentes na coletividade (ROTELLI, 2001). Problematicando o conceito de loucura, esses movimentos abrem conseqüentemente caminhos para a problematização e criação de um novo espaço-tempo no qual a loucura pudesse existir, considerando, desta vez, os espaços da cidade como os novos lugares da loucura, restituindo o direito ao pertencimento à comunidade, onde venha a ser garantida a sua assistência, cuidado e sobretudo sua existência em liberdade.

No Brasil, o movimento antimanicomial culminou com a Reforma Psiquiátrica Brasileira, que atingiu a esfera do legislativo na década de noventa. A reforma é um conjunto de leis que foi responsável pela criação de novas maneiras de atenção ao louco, e propôs a desativação progressiva dos manicômios públicos na medida em que propunha a criação de outros equipamentos de atenção e saúde mental que substituem o hospital psiquiátrico, com uma nova proposta de tratamento reconfigurando o cuidado em saúde mental para um espaço aberto, em liberdade, onde o tratamento se realiza na esfera comunitária e social (BRASIL, 2005).

Fez-se possível um modelo de assistência que se abriu completamente à cidade.

[...] a clínica, nascida na cidade, dela vem se apartar, guardada entre quatro paredes, o que se coloca como paradoxo presente nos processos de reforma psiquiátrica contemporâneos que propunham o retorno ao convívio nas cidades. Ao abrir-se à cidade, é esse paradoxo que é preciso habitar, cabendo disso extrair as consequências que interessam a uma clínica conforme a radicalidade do que propõe a reforma. Pois é o cotidiano mesmo da vida cidadina que pode convocar a clínica ao abandono das certezas próprias a um sistema fechado, pouco permeável à variabilidade dos jogos e de forças presentes no território da cidade, aos sentidos inesperados e inconclusos que emergem do uso de seus objetos, ao traçado desviante de suas ruas (PALOMBINI; OLIVEIRA, 2012, p. 99).

O movimento de desinstitucionalização da loucura, que devolve o louco para o meio urbano, para o convívio social, para produção de autonomia, é uma afirmação da sua existência e busca restituir seu direito à cidadania, seu direito à cidade. Abandona-se o confinamento entre muros, a clausura dos gabinetes e se ocupa o bairro, a rua, a praça. Este movimento implica em um novo e grande desafio: o encontro da cidade com o louco e a loucura. A cidade não é apenas um palco onde acontece este encontro, ela é protagonista das cenas que a loucura acaba de inaugurar em sua história.

### **Marco Poético da Liberdade: a revolução gestada na barriga de um Cavalo Azul**

Para introduzir a problematização da relação entre loucura e cidade no contemporâneo, será resgatada, entre as muitas narrativas heroicas que as reformas psiquiátricas proporcionaram, uma história muito peculiar que se passa na década de setenta, tendo como plano de fundo a cidade de Trieste, província situada ao norte da Itália. O cenário é o Hospital Psiquiátrico de San Giovanni, que foi testemunha da fantástica história de Marco Cavallo.

A primeira cena retrata a crua realidade do manicômio:

O hospital naquela época estava superlotado, os internos tinham que aceitar a convivência naquele aglomerado. Muitos pacientes estavam ali compulsoriamente, poucos sabiam o porquê do encarceramento e os que questionavam eram – na melhor das hipóteses – dopados. Os que não se acalmavam eram submetidos a métodos de tratamento mais eficazes, por isso eram poucos os agitados. Ainda assim, para esses havia um local, reservado dentro do imenso terreno do Hospital Psiquiátrico de Trieste (BATISTA, 2012, p. 111).

Em meio à superlotação de sujeitos loucos, condenados a perecer sob o estigma da doença mental, e dos funcionários infelizes que, de diferente maneira, estavam

intrincados na mesma realidade, quase todas as manhãs, fazia parte também daquele cenário cotidiano um velho cavalo, que tinha como função carregar a roupa suja dos internos, recolhida de cela em cela, de pavilhão em pavilhão. Marco era seu nome.

O animal, que diariamente era alimentado com abundante capim fresco, tinha como função carregar roupas sujas do local onde morava para a cidade. No trajeto percorrido, Marco passava por muitos moradores, alguns com seus territórios marcados, geralmente pequenos pedaços no chão. Marco já havia se acostumado, os corpos caídos já não eram mais obstáculos. Em 1970, era comum tropeçar em corpos quase vivos. Conforme passava pelos quartos, apanhando as roupas sujas, Marco sentia seu lombo mais pesado. A travessia marcava seu corpo (BATISTA, 2012, p. 110).

Inegável é que, na rotina cotidiana do manicômio, na qual todos participavam, Marco era um condenado como todos os loucos ali aprisionados, tinha seus horários para comer, para carregar as roupas, para ir à cidade e retornar.

Perto da saída para a cidade mais moradores se aproximavam, e já não eram tantos caídos. Alguns poucos se mexiam, outros balançavam a cabeça ao vê-lo passar, havia também os que se aproximavam para alisar seu couro castigado. O homem que o conduzia entre os pacientes impedia qualquer um de chegar perto, reafirmando a disciplina que todos deveriam se submeter para aproveitar a boa estadia que lhe ofereciam os funcionários daquela hospedaria (BATISTA, 2012, p. 110).

Embora essa cena se repetisse todos os dias e, com o passar do tempo, fosse adquirindo um caráter de rotina, um acontecimento trágico seria capaz de revelar a ligação que, por detrás dessa silenciosa cena cotidiana, o cavalo Marco havia conseguido estabelecer com os internos do hospital. Marco já era um cavalo velho e não tinha força para sua tarefa diária de carregar tanto peso em seu lombo. Sendo assim, o corpo técnico do hospital decidiu sacrificar Marco, já que, em seu estado terminal, mostrava-se improdutivo para o trabalho, não apresentando mais serventia para o hospital. Entretanto, no dia do sacrifício, de um quarto do pavilhão dos pacientes crônicos ouviram-se gritos: “Vão matar Marco! Salvem Marco!”. Como tratava-se de um paciente crônico, sua manifestação foi entendida como uma crise, um surto, e, imediatamente, este corpo gritante foi controlado pela enfermagem.

Em 1971, Franco Basaglia (1924-1980)<sup>2</sup> havia assumido a direção do Hospital Psiquiátrico de San Giovanni, onde deu início a um projeto sólido de desinstitucionalização, que tinha por objetivo a desconstrução do aparato manicomial, assim como de toda a lógica de segregação que lhe é implícita. No momento em que o cavalo Marco estava sendo sentenciado ao sacrifício, havia, no hospital de Trieste, dois grupos claramente definidos

<sup>2</sup> O médico e psiquiatra Franco Basaglia foi o precursor do movimento de reforma psiquiátrica italiano conhecido como Psiquiatria Democrática. Em Trieste, ele promoveu a substituição do tratamento hospitalar e manicomial por uma rede territorial de atendimento, da qual faziam parte serviços de atenção comunitários, emergências psiquiátricas em hospital geral, cooperativas de trabalho protegido, centros de convivência e moradias assistidas (chamadas por ele de “grupos-apartamento”) para os loucos. No ano de 1973, a Organização Mundial de Saúde (OMS) credenciou o Serviço Psiquiátrico de Trieste como principal referência mundial para uma reformulação da assistência em saúde mental. A partir de 1976, o hospital psiquiátrico de Trieste foi fechado oficialmente, e a assistência em saúde mental passou a ser exercida em sua totalidade na rede territorial montada por Basaglia. Como consequência das ações e dos debates iniciados por Franco Basaglia, no ano de 1978 foi aprovada na Itália a chamada “Lei 180”, ou “Lei da Reforma Psiquiátrica Italiana”, também conhecida popularmente como “Lei Basaglia”.

# GIORNALE MURALE n.3

SONO COMINCIATI I LAVORI AL LABORATORIO P L'ARRIVATO IL MATERIALE

CARTA CAJETTE PENNELLI COLORI

ALCUNI HANNO DISEGNATO IL PRODOTTO E' STATO STAMPATO E DISTRIBUITO IL VOUCHER D'INFORMAZIONE



SI COMINCIA A COSTRUIRE (CON LA CARTA PASTA, PIPAZZI PICCOLI E GRANDI, BESTIE, EDIFICI)

ABBIMMO TROVATO UN CARRETTINO A TRE RUOTE PER PORTARE IN GIRO I MANIFESTI E LE DISTRIBUZIONI

# GIORNALE MURALE n.5



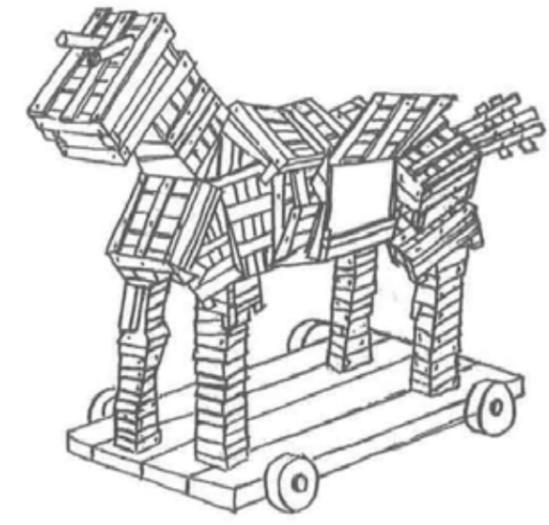
QUESTO E' IL CAVALLO CHE STA PER NASCERE

E POI OGGI SONO NATI I PRIMI BIRATTINI



# LABORATORIO P - 13 GENNAIO - FOGLION°3

IERI AL LABORATORIO P SONO VENUTE MOLTE PERSONE -HANNO DIPINTO E SCRITTO - SI E' ANCHE DISCUSSO COSA COMINCIARE A COSTRUIRE - ALCUNI HANNO AVUTO L'IDEA DI FARE UN GRANDE CAVALLO CON UNA GRANDE PANCIA - ALTRI PORTAVANO AVANTI L'IDEA DI UNA CASA MOLTO GRANDE



CON UN CARRETTINO E' STATO PORTATO IN GIRO IL GIORNALE MURALE DISEGNATO DA AUGUSTO VENITE! OGGI I DISEGNI SONO STATI MOLTO BELLI

# LABORATORIO P. FOGLION°9

ECCO IL PRIMO PEZZO DELLA STORIA DI MARCO CAVALLO: CORRE E SPAZIA NEI PRATI LIBERI - PORTA I FAGOTTI DELLA BIANCHERIA NETTA. INCONTRA UN'AMICA CHE GLI DA' UN GRANDE PANINO. LUI IN CAMBIO LE DA' UN GRANDE BACINO.



QUESTO E' IL PRIMO PEZZO DI CANZONE CHE ABBIAMO INVENTATO ASSIEME

Dodicesimo giorno, 25 gennaio, giovedì (p. 61)

Le immagini della cronaca

165

Figura 1 e 2 - Giuliano Scabia. Marco Cavallo. 1973. Giornale Murale. Fonte: SCABIA, 1976.

e divididos por suas ideologias e posições com relação ao manicômio. Enquanto o grupo liderado por Basaglia, composto pelos psiquiatras democráticos, era contrário ao Hospital Psiquiátrico, o outro grupo era composto por aqueles que eram a favor da manutenção do manicômio como espaço de terapia e tratamento.

Em meio à agitação trazida por Basaglia, tendo este preconizado novas formas de atenção ao louco, aquele corpo-louco que gritava pela vida do cavalo Marco foi ouvido, impedido, assim, de ser transformado em palavra muda, em grito contido.

Ao ouvir a gritaria, muitos se aproximaram para saber o que aquela pessoa que falava em voz contundente gostaria de dizer. Outros se afastaram, expressando um ar de tédio, desdenhando os novatos profissionais, "afinal era só mais um crônico que berrava". Ao inclinar-se até o chão, onde estava imobilizado o corpo surtado que gritava, Basaglia escutou um balbucio pedindo a vida do velho cavalo. Com ajuda de outros trabalhadores, o homem pôde ficar de pé (BATISTA, 2012, p.112).

Esse episódio, primeira cena do que vem a ser a história de Marco Cavallo, é muito mais do que o levante de um único corpo. Muitos outros corpos, institucionalizados, paralisados, inertes, do manicômio de Trieste, insurgiram-se a favor da vida de Marco Cavallo. Com o apoio dos profissionais chamados democráticos, foi pensada uma assembleia, a qual seria crucial para o desfecho deste episódio: o cavalo improdutivo seria sacrificado?

Os pacientes se organizaram para a assembleia, e até os crônicos reivindicaram sua participação, o que significava a saída do pavilhão, um movimento que nunca havia sido

feito. Os sonolentos sedados já não queriam dormir e tantos outros surpreenderam a equipe técnica com uma espantosa mudança que se alastrava por todos os corredores do hospital.

A luta proposta por Franco Basaglia para mudar as concepções obsoletas da psiquiatria, os conceitos de doença e cuidado, para abolir a instituição manicomial e, com ela, a barreira entre os cidadãos saudáveis-normais, e os loucos-anormais, foi aderida não apenas por médicos psiquiatras e profissionais da saúde, mas trouxe, para somarem-se ao movimento, cidadãos comuns que simpatizavam com a causa, acadêmicos, escritores, filósofos e muitos artistas.

Um grupo de artistas italianos – entre eles o dramaturgo Giuliano Scabia e o artista plástico Vittorio Basaglia – foi convidado por Franco Basaglia em Trieste, no final de 1972, para colaborar com médicos, estudantes e enfermeiros, em uma intervenção no pavilhão "P" do Hospital Psiquiátrico de San Giovanni. A ideia principal era criar algo que fosse capaz de estimular o interesse, a imaginação e participação dos pacientes. A demanda da direção do hospital ao grupo de artistas consistia na criação de uma oficina, que abrangesse as atividades de pintura, fantoches, escultura, teatro, etc. Fazia-se necessário o estímulo contínuo de participação, mesmo passivamente, por meio de visitas à noite, panfletos e um jornal de parede diário com relatórios e desenhos das atividades, um teatro errante (uma carroça transportando, aos vários pavilhões, materiais produzidos: os bonecos amarrados em paus pregados aos lados do carrinho, desenhos, materiais impressos, entre outros). Essas ferramentas eram utilizadas como elementos de ligação entre os espaços da oficina, no pavilhão "P", livre, onírico e utópico, com o restante do corpo do hospital, que, paralelamente, mantinha-se na lógica manicomial, de prisão de corpos e de almas (TORTELLI, 2011).

Figura 3 e 4 - Giuliano Scabia. Marco Cavallo. 1973. Fogli. Fonte: SCABIA, 1976.



Figura 5 e 6 - Giuliano Scabia. Marco Cavallo. 1973. Laboratório P. Fonte: SCABIA, 1976.

Juntamente à criação da oficina, outra demanda da direção chegava ao grupo de artistas: a construção de um objeto grande, simbólico para todos, em torno do qual se pudesse organizar atividades de expressão. Inicialmente, o tema da construção desse grande objeto girava em torno da ideia de uma casa de papelão, que pudesse se conectar à ideia de um cenário, provocando os internos a entrarem em uma nova cena criada por eles mesmos. Porém tudo muda quando o grupo de artistas se encontra com o grande embate que ocorria no hospital neste período: a questão da vida ou morte de Marco Cavallo.

No superlotado pavilhão “Q”, ala de observação feminina, o grupo de artistas observou a interna Angelina Vitez enquanto desenhava um cavalo. Com quatro linhas ela dividiu o corpo do equídeo em seis compartimentos, em cada um deles, estava desenhado um objeto: um vaso de flores, um ganso, uma panela, uma casa, uma árvore e um Pinóquio. Angelina explicou aos artistas que seu nome era Marco, mesmo nome do cavalo que levava para cima e para baixo as roupas sujas, o mesmo que seria enviado para o abate, destino do qual os internos queriam salvá-lo. Assim, o grupo de artistas tomou conhecimento dos embates fervorosos e surpreendentes acerca da vida ou morte do velho cavalo de carga do manicômio (DELL’ACQUA, 2013).

O afeto que os internos nutriam com relação a Marco Cavallo fez mudar a rota dos atos planejados e esperados tanto na vida cotidiana do manicômio quanto para o desenvolvimento da oficina de expressão que estava a cargo dos artistas convidados por Franco Basaglia. Finalmente, após a assembleia criada para discutir o destino de Marco Cavallo, surge o resultado da discussão: Marco, o cavalo, viveria! Seguiria vivo até sua morte natural. Os pacientes, implicados com a vida do cavalo, se organizaram para cuidar do animal até sua morte. Alguns meses depois, Marco Cavallo morreu, e, para sua despedida, foi organizada uma cerimônia no Hospital.

Como uma homenagem ao cavalo de carga, tão estimado pelos internos, a ideia de Angelina Vitez ganhou vida. Marco Cavallo renasceu, construído pelo artista plástico Vittorio Basaglia (primo de Franco Basaglia) em madeira e papel machê, contendo em seu ventre os desejos dos pacientes que lutaram por ele. Na cor azul, o renascido



Marco Cavallo era o símbolo concreto do desejo de vida e liberdade para todos os internos. O cavalo foi construído no manicômio, mas não para ali permanecer, ele estava sendo preparado para uma grande saída, a grande cena final dessa história.

Foi num claro domingo de março, quando chegou o momento em que Marco Cavallo sairia do laboratório. Construído dentro do manicômio, descobriu-se que era grande demais para sair pelas portas estreitas de seu espaço arquitetônico. Estava também pesado demais, com a carga de necessidades e desejos que trazia no seu ventre, para ser erguido e ultrapassar as cercas. Tentaram a porta do jardim, depois a da varanda, pensando que pudesse saltar a grade (SCABIA, 1976).

O cavalo tentou dobrar-se, cortar-se, abaixar-se, com a barriga até o chão, e se feriu. Mas nada. Permaneceu preso dentro dos muros. Todos estavam ali a olhá-lo: era aquele o seu momento. O cavalo começou a correr nervoso por um longo corredor do velho pavilhão “P” transformado em laboratório, para frente e para trás, bem como fizeram por anos os doentes que o habitaram. Giuliano tentou acalmá-lo, dizendo que era preciso esperar, que talvez não era aquele o momento, que era necessário ter paciência. Os doentes começaram a pensar que era apenas um sonho, séculos de cinza voltaram em suas cabeças, os gritos desumanos ensurdecaram seus ouvidos. Dino Tinta chorava. Marco Cavallo, tremendo, de cabeça baixa, começou a correr furiosamente, como um enlouquecido, na direção da porta principal e, sem hesitar, agrediu o pedaço de azul e verde em cima da porta (SCABIA, 1976, s.p., tradução nossa).

Para fazer Marco sair do manicômio, ultrapassar os limites do confinamento, libertar-se do espaço cujas portas eram mais estreitas que o desejo que carregava em si, profissionais e internos tiveram que quebrar os umbrais de portas internas, o portão e parte do muro que circundava o manicômio. Com violência, caíram pelo chão fragmentos de cascalho, tijolos e vidros. Arreventaram-se os limites do manicômio, que ficou para trás, enquanto que à frente, agora via-se todo um indefinido de possibilidades. “Marco

Figura 7 - Oficina do Pavilhão “P”, com Dino e Vittorio Basaglia, 1973. Fonte: VIECELI, 2014, p. 220.



Figura 8 - A ruptura dos portões, com Franco e Vittorio Basaglia, 1973. Fonte: VIECELI, 2014, p. 220.

Cavalo apenas parou sua corrida no gramado, entre as árvores, ferido e ofegante, confundindo-se com o céu azul, ao som dos aplausos, dos vivas, do pranto, da alegria, que curaram, num piscar de olhos suas feridas” (SCABIA, 1976, s.p., tradução nossa).

Muros, paredes e portões. Os primeiros obstáculos de Marco haviam sido violentamente ultrapassados. Esse esforço dá sequência e possibilidade à primeira grande saída de Marco pela cidade, sua saída triunfal.

O cavalo de papel machê azul, recipiente de sofrimentos e sonhos, percorreu Trieste seguido por um cortejo de loucos, estudantes, trabalhadores da saúde mental, voluntários e artistas. O cortejo invadiu as ruas da cidade, relembrando o trajeto do velho cavalo, provocando o desassossego e o desconforto da ordem social antes protegida pelo confortável limite do manicômio. Marco e seu cortejo dissipavam muitas fronteiras da cidade italiana, algumas delas invisíveis.

Limites claros iam abaixo nesta travessia. Lugares da identidade, da razão e da não razão, por algumas horas, perdiam a clareza de seus contornos. Dores e alegrias personalizadas também. Loucos, artistas, estudantes, entre outros, faziam da mistura das ruas a morada provisória dos seus desejos. Alguns passantes não entendiam o porquê daquele cavalo. A alegria da passeata insultava. Susto, incômodo, um soco no estômago, agregavam-se às cores e aos ruídos do cortejo. A violência sujava a cidade de destroços; muros e grades demolidos perdiam a função de forjar e abrigar o nomeável. Trieste era invadida por afetos em combate alojáveis dentro da escultura azul de papel machê (BATISTA, 2012, p. 105).



Figura 9 - Cortejo de Marco Cavallo, com Scabia, Dino e V. Basaglia, 1973. Fonte: VIECELI, 2014, p. 221.

Mesmo que os loucos não tenham construído o cavalo materialmente, enquanto sua estrutura de madeira crescia nas mãos de Vittorio Basaglia, enquanto o papel machê tomava forma, enquanto se moldava sua cabeça, os loucos, por sua vez, construíram, sem jamais tocar o cavalo, alguma coisa mais duradoura e definitiva que ele: a liberdade. A carga simbólica do cavalo azul foi sendo gerada nos corações loucos do manicômio de Trieste. Ao olhar para Marco Cavallo, ele pode parecer apenas a escultura de um cavalo azul. Um pouco torto, longo, fino, com a boca aberta. No entanto, Marco Cavallo é muito mais. Ele carrega dentro de si um projeto de vida. Saltitante ao longo das ruas da cidade bordejadas de sonhos de liberdade.

A cena final da história de Marco Cavallo remete ao adentrar da loucura no espaço além muros, este espaço cujos limites se diluem, é o adentrar na cidade. Da mesma forma a cidade também adentra uma realidade antes oculta, e se depara com a diferença e com a verdade de sujeitos antes escondidas por detrás de muros construídos para não revelá-los. A destruição deste muro, num rompimento violento, proporcionou um encontro entre loucura e cidade, causando um estranhamento agudo, desacomodador, dolorido. A força investida para romper a membrana dessa separação, entre o normal e o anormal, precisou ser forte e violenta o suficiente para quebrar os muros da ordem social, da hipocrisia, da sociedade que criou recintos para encarcerar o diferente.

O rompimento dos muros não é, e jamais será, o fim da história. O ato de romper limites antecede um cortejo, que abre infinitas possibilidades para uma relação com o espaço urbano e com a multiplicidade que este invoca. O cortejo de Marco Cavallo se abre para a composição de novas e singulares histórias de encontro de vidas e suas produções, oferece novos fios para uma teia construtora de novos territórios, onde o encontro com a diferença será inevitável.



### A Cidade, o Território e a Loucura

Marco Cavallo, o cavalo azul da liberdade, introduz de forma poética as transformações concretas que se deram, num contexto pós-guerra, nas formas de conceber a loucura e de um novo espaço-tempo no qual ela pudesse existir. Esse processo se dá através de uma mudança radical no horizonte da concepção da loucura, quando configura-se outro modo de compreendê-la, e propõe-se uma abordagem do louco não mais em função da doença que extingue suas possibilidades de vida, mas enquanto sujeito, como produtor de si, permitindo a manifestação do seu devir-louco sem a interdição de sua expressão, sem a sua objetificação. A loucura então se constitui como pertencente à sociedade e, como tal, tem seu direito restituído de estar e existir no espaço social. Vimos que o movimento pela Reforma Psiquiátrica brasileira – diretamente influenciada pela experiência italiana – possibilitou, através da progressiva extinção dos espaços manicomiais e da criação de uma série de equipamentos substitutivos ao manicômio, uma reconfiguração no cuidado em saúde mental para um espaço aberto, em liberdade, onde o tratamento se realiza na esfera comunitária e social. Os novos serviços, portanto, não se propõem como um novo modelo, mas sim com uma intenção de reconduzir o espaço de tratamento a uma abertura ao tempo e ao espaço.

No entanto, por si só, a existência dos novos lugares de atenção e tratamento não é suficiente para produzir uma conexão entre eles, nem conduzir a tessitura do louco com o seu território de existência. Para além do estabelecimento dos novos serviços se faz necessário um movimento de articulação capaz de estabelecer relações entre os serviços e os espaços comunitários de diferentes naturezas que estão inseridos no território da cidade, uma mediação entre os diversos elementos que compõem a complexidade da vida em comunidade.

Os lugares da loucura se veem, assim, ampliados para fora deles mesmos, transbordados em seus limites físicos e permitindo um cruzamento comunicativo com outros campos, nos quais as políticas de saúde mental venham a se somar com políticas sociais, educacionais, de cultura, de trabalho e finalmente com o espaços públicos da cidade, espaço conquistado pelo louco como um direito. Além de prever



Figura 11 - Cortejo de Marco Cavallo, 1973. Fonte: VIECELLI, 2014, p. 222.

espaços para a atenção e o tratamento é preciso tramar uma rede que conecte o louco e o meio urbano, para o convívio social, para produção de autonomia e de cidadania ativa. É portanto num espaço que não é nem dentro, nem fora, mas sim em um 'entre', um limiar, que se constituem os novos lugares onde a loucura é convidada a habitar, seu território.

Pensar o território se trata tanto de pensar um espaço concreto, definido pelas suas dimensões mensuráveis, geográficas, arquitetônicas e urbanísticas, como também se trata de pensar um espaço existencial, onde se fazem e desfazem, se constroem e se derrubam, se reforçam ou se enfraquecem os laços sociais que dão sentido ao existir. O território onde acontece o cuidado, espaço que se abre e que amplia seus contornos, passa a estar cada vez mais relacionado a outros territórios socio-históricos



e existenciais de trocas, de luta, de vida.

[...] a noção de território não se reduz a uma área física com características estáticas nem equivale à ideia de comunidade como totalidade homogênea e sem conflitos; tanto concreto quanto simbólico e cultural, o território é, antes, lugar de vida, possuindo um caráter processual, de construção e reconstrução, próprio à dinâmica e tensões que acompanham o espaço de permanente negociação entre os múltiplos atores sociais que o compõem e no qual operam saberes e práticas políticas, sociais e culturais relacionadas ao contexto histórico vigente (PALOMBINI, 2007, p. 120).

Nesse sentido, é o território – enquanto espaço de produção e reprodução de vida, de subjetividades, de confluência de diversos saberes – e não mais o espaço manicomial – concêntrico, reprodutor de doença, de exclusão, definido exclusivamente pelo saber da psiquiatria – o novo lugar da loucura. Da tutela hospitalocêntrica, passa-se a uma relação de reciprocidade, não mais baseada nas promessas de cura, mas de cuidado e acolhimento, não mais em um espaço fechado, mas aberto à multiplicidade pulsante do território.

Portanto, desde a Reforma Psiquiátrica, o trabalho em saúde mental passa a incidir cada vez mais sobre um campo que é excêntrico ao hospital. Abandonam-se as grades, os muros altos, as paredes, o tempo sem cadência, os imensos pátios internos, os

corredores extensos. Abandona-se cada vez mais este espaço manicomial como única forma possível de lidar com o louco, este espaço que se autoexclui da paisagem da cidade, imóvel, completamente voltado para dentro de si mesmo, fechado entre muros e desabitado do tempo. As novas formas de lidar com a loucura vão na direção de romper com muros da internação e da exclusão do louco, inserindo-se cada vez mais no terreno vivo, múltiplo e cambiante da cidade, no contexto das trocas sociais que se estabelecem em comunidade. O cuidado em saúde mental passa a fazer parte do panorama da cidade, apropriando-se dos bairros, das ruas, das praças, das igrejas, das bibliotecas, do cinema, do bar da esquina, enfim, dos espaços sociais, que se constituem como os novos lugares da loucura. Ao lançar-se no espaço aberto, sem fronteiras demarcadas e sem medidas prévias de tempo, não são só os loucos que estão diante da novidade de experimentar os espaços urbanos, mas também os profissionais, com seus saberes e práticas, que se deparam com uma nova realidade de atuação, a qual passa a incorporar a paisagem citadina, os espaços públicos, com o desafio de articular o espaço-tempo da cidade com a condição espaço-temporal própria da loucura (PALOMBINI, 2004).

É no contexto de deslocamento dos lugares de existência da loucura, da transposição dos espaços de clausura para o espaço comunitário, que surge o Acompanhamento Terapêutico<sup>3</sup> (AT) como uma modalidade clínica. O AT<sup>4</sup> é definido como uma clínica sem muros, a céu aberto, nômade, que se realiza no espaço da cidade ou na direção dela, acompanhando sujeitos em seu cotidiano para favorecer os laços com o território onde habitam. Essa clínica se propõe como uma contribuição para a consolidação de um cuidado tomada dentro dos princípios que o movimento pela Reforma Psiquiátrica veio pautar, a qual deve incluir, necessariamente, no âmbito do tratamento, além do corpo discursivo e do corpo biológico, também o familiar e o social. O AT não é um campo de saber específico, e sim uma prática, portanto não se restringe a determinadas profissões ou especialismos, mas atravessa um conjunto de práticas para o qual convergem múltiplos saberes. Portanto, o exercício do AT não se limita ao campo da psicologia, nem se restringe àqueles que detêm diploma de curso superior. Trabalhadores de diversas áreas de atuação, seja da esfera da saúde, das ciências humanas, das artes (e por quê não arquitetura e urbanismo?), e de diferentes níveis e formação, tem se dedicado ao AT como uma modalidade do seu fazer profissional e como campo de investigação e produção de conhecimentos.

É nesse sentido que afirmamos ser o AT uma função emblemática da mistura e contágio das disciplinas psi com o espaço e tempo da cidade. E o seu exercício – que se dá entre lugares, entre o serviço e a rua, entre o quarto e a sala, fora de lugar, a céu aberto – presentifica uma exigência que a reforma psiquiátrica vem colocar aos seus profissionais, seja qual for o dispositivo em causa: o fato de que uma clínica a serviço dos processos de desinstitucionalização coloca em jogo a desinstitucionalização da clínica mesma. (PALOMBINI, 2007, p. 131).

3 A prática do Acompanhamento Terapêutico surgiu nos anos sessenta nas comunidades terapêuticas na Argentina e no Brasil, e pode ser referida também às experiências de desinstitucionalização da loucura na Inglaterra, Estados Unidos e Itália. O AT tem sua gênese ainda no interior de instituições psiquiátricas privadas que conciliavam as formas de saber e poder próprias à psiquiatria tradicional, com algumas práticas inovadoras inspiradas na psiquiatria social inglesa, na antipsiquiatria e na psicanálise. No princípio dessa prática, o acompanhante terapêutico (at) – que na época chamava-se auxiliar psiquiátrico, amigo qualificado – tinha como tarefa apenas acompanhar o paciente, dentro da clínica ou, eventualmente, pela rua, e era visto como um agente cujo saber se encontrava à margem de uma formação técnica ou acadêmica, sendo subordinado ao saber psiquiátrico (A CASA, 1991).

4 Usaremos no texto a abreviação AT para designar a prática do acompanhamento terapêutico, enquanto que para o acompanhante terapêutico será empregada a abreviação at.

Acompanhar o sujeito-louco na circulação pela cidade é uma alternativa para a construção de um espaço que cumpre uma função transicional, como um cerzimento no território que une os retalhos do louco com os de sua referência institucional, bem como com os demais retalhos da vida presentes no seu território. O circular, o ir e vir acompanhado, vai tecendo, ainda que tênues, os fios que permitem enlaçar o louco ao tecido social, buscando ampliar os modos de habitar a cidade, abrindo espaço para que nela a diferença possa ter lugar.

Segundo Palombini (2007), os desdobramentos do uso do dispositivo do AT se dão principalmente em três âmbitos de incidência. O primeiro consiste numa rica aproximação com os sujeitos que se encontram inacessíveis ou pouco permeáveis aos serviços substitutivos ou às formas tradicionais de tratamento. Consta-se que muitas vezes a população atendida pelos serviços da rede de saúde mental não conta com nenhum outro suporte, seja familiar ou social, estabelecendo unicamente um laço com a própria instituição de saúde e, muitas vezes, nem esse laço se efetua. Nesses casos, a figura do at, devido à sua grande mobilidade, se apresenta como uma forma de chegar até o sujeito em seu mundo, “alcançar o sujeito lá na sua concha, no seu casulo, ou acompanhá-lo em sua errância.” (PALOMBINI, 2004; p. 79). O segundo âmbito de incidência do AT é institucional: na medida em que o at constrói sua prática através de incursões a céu aberto, lançando-se no contexto do cotidiano, pelo fora da instituição, ele se aproxima mais da rotina dos sujeitos acompanhados, das situações vividas, das cenas em família e no social, assim, a partir desse contato mais cotidiano, pode mais facilmente identificar os recursos que esse sujeito possui, seus talentos, habilidades e estratégias de sobrevivência, seja no âmbito de sua família, seja no da instituição de tratamento. Em suma, o at possibilita uma outra visão, uma outra experiência de encontro com o seu acompanhado, diferente das experiências vividas nos serviços. Através dessa soma de experiências e fazendo-as chegar à equipe dos serviços, o at pode enriquecer o espaço terapêutico na medida em que, vindo de fora, traz, para o dentro da instituição, todo um conjunto de informações novas que exigem da equipe um reposicionamento com relação ao caso. Assim, podem ser melhor escolhidas as estratégias e até criadas novas formas de intervenção conforme o caso se apresentar. Por fim, o terceiro âmbito de incidência do AT é político, ainda que os dois anteriores não o deixem de ser: ao posicionar-se de forma dinâmica entre o dentro e o fora da instituição, o at não apenas acompanha o sujeito-louco inserido, ou quase, na rede de saúde mental, mas, também, o próprio processo de implantação da Reforma Psiquiátrica é acompanhado (PALOMBINI, 2004; 2007).

Segundo Rolnik (1997), o at circula nas adjacências dos territórios, sejam eles da clínica de saúde mental, da família ou dos diversos territórios possíveis da cidade, ocupando os espaços vazios que existem entre eles. O vazio aqui toma o sentido não de uma completa ausência, mas como de possibilidades. Como afirma Fuão (2008), assim como o movimento natural do cheio é esvaziar-se, o movimento natural do vazio só poderia ser encher-se. O vazio, esse lugar cheio de sentidos latentes, surge como uma potência de criação, e está sempre ali, aguardando que chegue o momento de encher-se e transbordar-se em acontecimento. “Todo vazio é um vir a ser, há algo de fascinante nesses espaços pelo que suscitam a imaginação.” (FUÃO, 2008, s.p.). O vazio que o at, com seu acompanhado, vem habitar se transforma em um lugar do encontro, do encontro com a diferença, como o lugar propício ao evento, ao acontecimento, ao novo, ao impossível. É neste vazio entre os territórios já estabelecidos e aparentemente estáticos que o AT aparece como possibilitador da construção de modos de existência louca não doentes, não institucionalizados.

A tarefa do at é, junto ao sujeito-louco, buscar tecer redes nas quais se criem conexões e tessituras de sentido.

A experimentação consiste em fisgar no contexto problemático que se delinea ao longo das errâncias do acompanhamento elementos que possam eventualmente funcionar como componentes dessas redes; identificar focos suscetíveis de fazer a existência do louco bifurcar em novas direções, de modo que territórios de vida possam vir a ganhar consistência (ROLNIK, 1997, p. 91).

Segundo Palombini (2007) o AT se dá num entre lugares, entre um dentro e um fora, margeando as linhas entre mundos, entre o sujeito e sua família, a comunidade, o espaço amplo da cidade. Porém, mesmo que o direito à liberdade seja legalmente garantido ao sujeito-louco, muitas vezes o seu espaço de existência, seja por dificuldades próprias a sua loucura ou por imposição da família, mantém-se fechado entre as paredes de seu próprio quarto. Muitas vezes os muros do manicômio ainda permanecem, e se dão de forma sutil, invisível, circunscrevendo os sujeitos num mundo limitado, vazio, sem perspectiva nem esperança. Para Palombini (2007) muitas vezes o trabalho do at, antes de se lançar no espaço da cidade, precisa ocupar o quarto, ocupar esses lugares de reclusão, de pouca luz, pouca vida, e ali explorar as possibilidades e os lugares subjetivos, trazendo pouco a pouco os fios do fora que possam despertar o desejo de enlace com a vida. Mesmo nesse movimento quase parado de um espaço interior quase asfíxiante, há sempre a atuação de forças que agem como um empuxo para a cidade, que tem na rua sua potencialidade de alargar as redes sociais e produzir encontros. Mesmo que se tenha um longo trabalho, a curtos passos, conduzidos pela velocidade do tempo do louco, em espaços fechados e pequenos, os movimentos do at vão sempre na direção da cidade que, mesmo lá fora, deve estar sempre no horizonte do AT.

Do quarto para a casa, da casa para a calçada, para a rua, para o bairro, para a cidade: o at vai esticando linhas antes recolhidas num ponto só, vai possibilitando o cruzamento com novas linhas e a cidade, em sua condição favorecedora de acontecimentos, vai tratando de mudar suas direções, bifurcá-las, transmutá-las.

Assim, essa cidade que o at percorre não se concebe tão somente como palco da clínica, ou como seu elemento acessório, que vem dar concretude e permanência a conteúdos psíquicos de frágil consistência. Na experiência do AT, na medida em que se desbravam ruas, cantos, quartos, a cidade adquire um outro vulto, revelando-se a potência contida na incorporação, pela clínica, de cada um dos gestos e objetos que compõem o cotidiano urbano. A cidade, os seus espaços e tempos, restos e monumentos, em sua rica variabilidade, passam a ser concebidos como matéria constitutiva e primeira dessa clínica. (PALOMBINI, 2007, p. 172).

A cidade, nesse sentido, divide com acompanhante e acompanhado papéis que se efetuem e muitas vezes se invertem, o protagonismo dessa clínica itinerante.

### **Resistências Urbanas: a clínica a céu aberto**

Ao lidar com o imprevisto e com o inesperado, próprios a uma clínica que se propõe funcionar a céu aberto, inventa e cria constantemente novos modos de acompanhar sujeitos em seus percursos errantes, auxiliando na confecção de uma rede ampla de relações que busca desnaturalizar a posição identitária do louco e romper com a hegemonia de certos conceitos e verdades acerca da loucura, ainda predominantes.

Da mesma forma que o AT problematiza a desinstitucionalização da loucura como uma prática contínua que não se finda com um conjunto de leis, ou com a extinção dos muros físicos do manicômio, também se coloca como um analisador do espaço urbano, onde esta prática se insere e onde se encarna ao percorrer seus mais variados caminhos. O AT se coloca como uma resistência ao homem que caminha em linha reta, proposto pelo modernista Le Corbusier, e encarna um devir-mula que é capaz de zigzaguear na direção de encontrar sempre algo novo. O AT questiona a cidade em sua capacidade de acolher a diferença, acolher o tempo do louco, o tempo do outro. O espaço-tempo da cidade, tão predeterminado e orientado pela produção e pelo consumo, se vê atravessado por sujeitos que historicamente perderam as possibilidades de encadear o seu mundo ao mundo, e que por isso mesmo foram esquecidos pela realidade social. Recolocar esses sujeitos em funcionamento com a realidade urbana requer de ambas as partes, louco e cidade, uma abertura para que esse reencontro possa acontecer. O teor de novidade próprio ao AT como um dispositivo pode provocar sentimentos de estranhamento, medo, recusa, desconfiança, sentimentos que se instauram em um primeiro momento de contato com a diferença. Mas é preciso dar um primeiro passo na direção desse contato, pois o estranhamento se dá naquilo que desconhecemos, e desconhecemos por estarmos historicamente afastados da loucura e do seu saber louco. Todo preconceito, todo estigma só pode ser desconstruído no contato, nas bordas entre o eu e o outro. A partir do momento em que passamos a conhecer e reconhecer o outro, é possível aceitar sua existência louca em sua diferença, e a coexistência se torna possível. O at, abrindo a primeira brecha nesse muro social invisível, possibilita o gradual derruimento do mesmo, a partir do momento em que, pela brecha pequena, passam a entrar e sair fluxos os mais variados possíveis, sejam eles novos desejos, novas pessoas, novos lugares, novas situações, que vão surgindo à medida que se caminha pela cidade.

A busca pela reinserção do sujeito-louco em seu território não pode ser confundida com adequação ou reeducação dos modos loucos de ser. O at não faz o papel de aplicar uma ortopedia nos sujeitos aos quais acompanha, antes, há um esforço que vai na direção contrária, que busca problematizar as práticas ainda ortopédicas no tratamento da loucura. Essa prática de alinhamento ao *grid* social não é um problema exclusivo da loucura, ainda que seja muito evidente pelas suas particularidades de ser, mas todo os seres no mundo passam por essa ortopedia enlouquecida, neurótica, que transforma as múltiplas formas de vida em padrões reproduzíveis em larga escala. O louco como intruso nessa realidade movimenta a base segura e passiva, de homens acomodados e solitários, que sustenta a cidade contemporânea.

Palombini (2007) aproxima a figura do flâneur, trazido em textos de Baudelaire e Benjamin, que ilustra um certo modo de se relacionar com a cidade, o qual, segundo a autora, se aproxima da espírito do AT. Charles Baudelaire, entre os errantes urbanos do século XIX, retomou e recriou a figura mítica do flâneur, mais tarde analisada por Walter Benjamin, no século XX. O termo francês flâneur significa “caminhante”, “andarilho”. A palavra flânerie - “vadiagem”, “vagabundagem” - refere-se à atividade do flâneur: vagar pelas ruas, vagar sem rumo, sem propósito, aberto a todos os eventos e às impressões que vêm a caminho.

As flanâncias ocorrem no contexto das grandes transformações urbanas do século XIX movidas pelo desenvolvimento da indústria, a qual possibilitou o início de um processo de inflação populacional das cidades europeias. O flâneur, ao mesmo tempo em que se deixa fascinar pela modernização, também reage à velocidade que ela impõe. Baudelaire, por exemplo, se posicionou criticamente quanto à reforma urbana de Haussmann, principalmente pela produção de segregação social, pela eliminação da cidade antiga e de suas ruínas e pela ordenação e controle impostos no espaço urbano. Baudelaire recria o flâneur justo nesse momento, procedendo não por meio

de uma nostalgia ingênua, mas, ao contrário, produzindo uma crítica moderna à própria modernização, denunciando a violência, a velocidade e o autoritarismo das transformações urbanas, a expulsão de seus habitantes, a divisão de trabalho, a uniformização de costumes, as vias cada vez mais velozes, orientadas e sinalizadas, e, em particular, ao empobrecimento, pela recente mecanização da relação do corpo com a cidade (JACQUES, 2012).

No entanto, ao mesmo tempo em que critica os processos da Modernidade, o flâneur se estabelece como fruto dela, parte do contexto urbano de modernização. Pode-se afirmar que o flâneur nasce exatamente da experiência nova da multidão, da experiência física dos corpos se esbarrando, se esquivando, se acotovelando, do estranhamento, do estar só no meio desconhecidos formando com eles um todo sem rosto, uma massa feita de diferenças, de individualidades, de solidões. Para Baudelaire multidão e solidão são sinônimos, ele dizia: “Multidão, solidão: termos iguais e conversíveis para o poeta diligente e fecundo. Quem não sabe povoar sua solidão também não sabe estar só em meio a uma multidão atarefada” (BAUDELAIRE, 2002 apud JACQUES, 2012, p. 56). O flâneur em Baudelaire busca a solidão no meio da multidão, mas ele não se esconde, ele se perde voluntariamente, e tem prazer em estar entre a alteridade e o anonimato da multidão. É a multidão que possibilita o jogo de perder-se e achar-se, do passar entre as pessoas desconhecidas, abrindo sempre possibilidades de encontros, de desencontros, de conflitos, de choques. Baudelaire buscava a experiência do choque com o outro, com os vários outros anônimos, até sentir-se embriagado de multidão (JACQUES, 2012).

Diferentemente do “homem da multidão” que segue os fluxos que lhe são impostos, que se deixa levar e disciplinar pelas regras implícitas, que age mecanicamente e se aliena, que só olha de fora, de longe, o flâneur entra na multidão de forma crítica, experienciando a multidão no seu próprio corpo, por dentro dela. É uma experiência com a alteridade que, sim, se dá de forma anônima, porém corporificada:

A experiência corporal do flâneur dentro da multidão, ao contrário, surge como um novo e enorme campo de experiências, prazeres e possibilidades: gozar ou se embebedar do anonimato, tomar um “banho de multidão”, se perder ou se encontrar no meio de desconhecidos, sentir-se só no meio de tantos outros diferentes, se desorientar no meio de tantas pernas, diminuir o próprio passo, sair do ritmo uníssono da turba, ir mais devagar para forçar desvios, esquivas, deslocamentos de ombros, olhares passantes, toques errantes, encontros de mãos, arrepios de pele, fricções de braços, empurrões, cotoveladas, trombadas, diversos tipos de contato carnis fugazes, dos mais violentos aos mais afetuosos, com tantos e variados corpos incógnitos (JACQUES, 2012, p. 72).

Palombini (2007) vê no flâneur semelhanças com o at na sua capacidade de dissolver os limites entre interior e exterior, no andar distraído, à deriva, no deixar-se levar pelo acaso ao mesmo tempo em que se dedica aos detalhes com a agudeza e a sagacidade do olhar. O at possui sempre um sentimento de estrangeiridade, mesmo que circulando pela sua própria cidade, ao acompanhar o sujeito-louco, com sua peculiar relação espaço-temporal, faz da cidade sempre outra cidade. O at, assim, percorre com seu acompanhado por um passeio por outra temporalidade, mas que no entanto é encarnada no presente e se abre para compor novos futuros, novos devires. O AT se afasta dos espaços fechados, dos consultórios, dos espaços institucionais, para se jogar no contato com a cidade, com as multidões, com a alteridade anônima, porém corporificada, que permite o confronto entre diferentes, a coexistência não pacificada no espaço público das cidades. Assim como o flâneur, o acompanhante e

acompanhado, apesar de se lançarem na multidão, não se constituem como “homens de multidão” a medida em que não seguem os fluxos normatizadores ortopédicos da cidade nem da construção da sua existência, nem agem mecanicamente e de forma alienada, pelo contrário, o AT é também uma experiência que possui uma capacidade crítica, seja com relação aos cuidados em saúde mental, seja com relação ao próprio espaço urbano.

Entretanto, diferentemente do flâneur, a experiência do AT com a cidade não se dá como uma prática solitária e, sim, segundo Palombini (2007), se realiza através de um exercício da amizade, que tem como potência constituir-se como um antídoto para a solidão (BENJAMIN apud PALOMBINI, 2007). A amizade da qual se vale a experiência do AT escapa ao modo como esta é concebida pelo senso comum ou em textos filosóficos consagrados.

Ortega (2000 apud PALOMBINI, 2007), através do pensamento de autores como Arendt, Derrida e Foucault, considera o modelo da amizade, tal como o conhecemos ou tendemos a concebê-lo e praticá-lo – este modelo que se restringe ao universo privado da família, do parentesco, da fraternidade e do amor –, como sendo forças antipolíticas capazes de anular a pluralidade, dando forma a comunidades identificatórias, universalistas, que caminham em direção do nacionalismo, do patriotismo, ligados aos interesses de uma política imperialista mundial. Ortega defende então uma amizade que, diferentemente daquela vivida na esfera da intimidade e das identificações, que iguala o amigo ao irmão, ao semelhante, é uma amizade que tem uma condição voltada para espaço público do agir, que abre o caminho para a relação com a diferença. Pensar a amizade a partir da diferença e do não familiar, ao invés de pensá-la a partir da igualdade e da familiaridade, funciona como substituir o ‘amor ao próximo’ pelo ‘amor ao distante’, causando assim um desvio do tipo de intimidade que conduz ao mesmo, à confusão do eu com o tu, ao narcisismo, a uma egologia.

Trata-se, antes, de levar a sério a incomensurabilidade existente entre o eu e o outro, o que impede sua incorporação narcisista. Em outras palavras, não utilizarmos o amigo para fortalecer nossa identidade, nossas crenças, isto é, “o que somos”, mas a possibilidade de concebermos a amizade como um processo, no qual os indivíduos implicados trabalham na sua transformação, na sua invenção. Diante de uma sociedade que nos instiga a saber quem somos, a descobrir a verdade sobre nós mesmos, e que nos impõe uma determinada subjetividade, esse cultivo da distância na amizade levaria a substituir a descoberta de si pela invenção de si, pela criação de infinitas formas de existência (ORTEGA, 2000, p. 114 apud PALOMBINI, 2007, p. 64).

Na perspectiva do AT, portanto, o amigo não é aquele que oferece um reconhecimento entre iguais, um reflexo espelhado de si, mas é aquele que, pela sua condição de diferença, provoca transformações. A amizade não é pacificadora, ela não exclui as contradições e as tensões próprias ao encontro de diferenças. A amizade como o encontro entre diferentes é capaz de mudar direções ou bifurcá-las através dos questionamentos que ela suscita, crenças e ideias deixam de ser fixos e imutáveis. A amizade descrita por Derrida, segundo Ortega (2000 apud PALOMBINI, 2007), é uma experiência do impossível, ou seja, um movimento do desejo, do talvez, e define-se por sua inconstância, imprevisibilidade e instabilidade, que sempre se abre para o acontecimento, para o novo, para a experimentação, para a invenção. Essa nova ética da amizade cria um tipo de relacionamento que não permite que as relações de poder se transformem em estados de dominação. Além de antídoto contra a solidão, a amizade surge como uma resistência ao funcionamento da ordem social, que direciona a amizade para sua concepção privada, de formas reconhecidas,

despolitizadas e individualizadas. A afirmação da amizade como política tem uma potência transgressora que multiplica as possibilidades e formas de vida minoritárias, capaz de inventar de novas formas de relação (ORTEGA, 2000 apud PALOMBINI, 2007). Portanto, a amizade se faz presente à dinâmica do AT como diferença, como distância, como assimetria, sem anular o que o outro traz em si.

OAT como uma micropolítica urbana aposta na potência da cidade como polis, “poder de produzir relações, de obrigar à negociação, de acolher o conflito” (PECHMAN, [2005?], s.p. apud PALOMBINI, 2007, p. 51), para incorporar suas práticas que aproximam o movimento das flâncias com uma política da amizade. A cidade, antes de ser um meio de possibilidade para esta clínica, é entendida como a extensão desta. Ambas se fundem numa relação recíproca para a criação de algo novo.

Ao mesmo tempo em que, no encontro com a rua, a clínica se desacomoda, colhendo junto aos elementos da cidade modos inéditos de se produzir conhecimento, desfazendo os contornos fixos dos saberes instituídos, a cidade também acaba por se desacomodar, tendo sua racionalidade perturbada pela introdução da diferença em seus espaços, intercessão que pode ser entendida como uma ação de resistência em nível micropolítico à lógica da cidade contemporânea, ao passo que valoriza os espaços pelo seu uso, pela sua capacidade de acolhimento, e não apenas pelo seu valor de mercado.

OAT privilegia o uso do espaço público, ação que por si só já resiste à inércia dos modos de vida privatizados e privatizantes das cidades. É no espaço do comum que o louco vem buscar construir a sua reapropriação deste espaço e pôr à prova a capacidade da cidade em acolher a diferença.

A amizade tem lugar, nesse processo, como possibilidade de uma nova forma de sociabilidade que expressa uma preocupação com o mundo e com o outro, e não apenas consigo mesmo. Nesse sentido, ela se revela um fenômeno político que permite recuperar a confiança no espaço público, de forma que a cidade possa voltar a ser lugar de relações e não de anulação das diferenças – lugar onde o conflito, próprio à vida coletiva, sustenta-se na palavra, na ação e na negociação como formas da política.

O AT, com sua capacidade de tecer redes de relações junto ao acompanhado, se ocupa também da experiência de construção de uma nova cidade. O at acaba por se desprender das condições dadas de uma cidade para que uma outra cidade possa ser habitada. Essa nova cidade é construída no exato momento em que juntos, acompanhante e acompanhado, e demais atores que surgem no caminho, a percorrem. Essa construção se alinha com o devir polis da cidade, se alinha com o desejo de criação de uma cidade que possa acolher a diferença. Os movimentos do AT, ao implicarem o corpo numa experiência espaço-temporal com as cidades, na sua dimensão cotidiana, ao rés do chão, registram a experiência da cidade como uma *corpografia* (BRITTO; JACQUES, 2010), uma experimentação que se dá por vias afetivas e que produz sentido e novos modos de ser e de pensar. O sujeito-louco corporificado na cidade retoma o seu direito de ser protagonista da sua própria existência, produtor de si, transformando-se em acontecimento e resistindo ao silenciamento, ao apagamento do seu devir-louco e à manicomialização. Este sujeito corporificado transforma o planejado em imprevisível, e registra, de um ponto de vista que se constituiu historicamente como a diferença por excelência, as experiências nas cidades contemporâneas.

A prática do AT como uma prática do corpo-louco na cidade possibilita novos agenciamentos, metamorfoses, bifurcações, acontecimentos, que acabam por ajudar a criar novas gramáticas de existência para a loucura, a constituição de pertencimento

ao território e a prática da tão sonhada cidadania, gestada outrora no interior da barriga de um cavalo azul. Essa prática em saúde mental, possibilitada pelas reformas psiquiátricas a partir do pós-guerra, restituindo o direito do louco à urbanidade, assim como confronta e questiona diretamente os mecanismos das ações dominantes na relação com a própria loucura, também questiona os modos dominantes de se fazer cidade.

## Referências

A CASA, Equipe de acompanhantes terapêuticos do Hospital-dia (org.). *A rua como espaço clínico: acompanhamento terapêutico*. São Paulo: Escuta, 1991.

BAPTISTA, Luís Antônio. Tartarugas e Vira-latas em Movimento: políticas da mobilidade na cidade. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.); BRITTO, Fabiana Dultra (org.). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 42-53.

BAPTISTA, Luís Antônio (Org.); FERREIRA, Marcelo Santana (Org.). *Por que a cidade?: escritos sobre experiência urbana e subjetividade*. Niterói: Editora da UFF, 2012.

BAUDELAIRE, Charles. LXXXIX Le cygne. Tableaux parisiens. Les fleurs du mal. In: BAUDELAIRE, Charles. *Oeuvres complètes I*. Paris: Gallimard (Pléiade), 1983, p. 85-87 e 1003-9 (notas), 1.ed. 1975. Originalmente publicado em 1860.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

BRITTO, Fabiana Dultra (Org.); JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Corpocidade: Debates, Ações e Articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010.

BRITTO, Fabiana Dultra (Org.); JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Cenografias e Corpografias Urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade*. Cadernos PPG-AU/UFBA, Salvador, vol. 7, edição especial: Paisagens do Corpo, p. 79-86, 2008.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.. Disponível em: <<https://www.escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>>. Acesso em: 07 fev 2022.

DELL'ACQUA, Peppe. *Buon compleanno Marco Cavallo!* Jornal on-line: Forum Salute Mentale. Disponível em: <<http://www.news-forumsalutementale.it/buon-compleanno-marco-cavallo/>>. Acesso em: fev 2022.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 39 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

FUÃO, Fernando Freitas. *Arquitetura e Vazio*. Entrevista para Marina Mezzacappa. Julho de 2008. Disponível em: <<https://fernandofuao.blogspot.com/2012/10/arquitetura-e-vazio.html>>. Acesso em: fev de 2022.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos Errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. (Coleção Conexões, 6).

PALOMBINI, Analice de Lima (Org.). *Acompanhamento Terapêutico na Rede Pública: a Clínica em Movimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PALOMBINI, Analice de Lima. *Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: a cidade. Contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica* (Tese). Doutorado em Saúde Coletiva. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PALOMBINI, Analice de Lima; OLIVEIRA, Rafael Wolski de. *Andanças: artes de habitar uma cidade*. In: BAPTISTA, Luís Antônio (Org.); FERREIRA, Marcelo Santana (Org.). *Por que a cidade?: escritos sobre experiência urbana e subjetividade*. Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 83-103.

PECHMAN, Robert Moses. *Quando Hannah Arendt vai à cidade e encontra com Rubem Fonseca, ou da cidade, da violência e da política*. [2005?]. Mimeografado.

PECHMAN, Robert Moses; KUSTER, Eliana. *Também sem a Feli(z)cidade se vive*. In *Corpocidade*: JACQUES, Paola Berenstein (Org.); BRITTO, Fabiana Dultra (Org.). *CORPOCIDADE: Debates, Ações e Articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 80-105.

ROLNIK, Suely. Clínica nômade. In: EQUIPE de Acompanhantes Terapêuticos do Hospital-Dia A Casa (Org.). *Crise e cidade: acompanhamento terapêutico*. São Paulo: EDUC, 1997, p.83-97.

ROSEN, George. *Madness in Society: Chapters in the Historical Sociology of Mental Illness*. Phoenix edition. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

ROTELLI, Franco. Desinstitucionalização: uma outra via. In: NICÁCIO, Fernanda (Org.). *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucietec, 1990, p. 17-59.

ROTELLI, Franco. A instituição inventada. In: NICÁCIO, Fernanda (Org.) *Desinstitucionalização*. 2 ed. São Paulo: Hucietec, 2001.

ROTELLI, Franco. ROTELLI, Franco. (1994). Superando o manicômio: o circuito psiquiátrico de Trieste. In: AMARANTE, Paulo (Org.). *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. 2 reimpressão. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002, p.149-169.

SCABIA, Giuliano. *Marco Cavallo: Una esperienza di animazione in un ospedale psichiatrico*. Einaudi, Torino, 1976. Extrato disponível em: <<http://www.triestesalutementale.it/storia/marcocavallo.htm>> Acesso em: fev 2022.

TORTELLI, Sara Enrica. I muri non sono mai semplicemente muri. A volte possono essere storia, altre volte possono essere idee. Giuliano Scabia e il sentiero teatrale per pensare e incontrare diversamente la follia. *Rivista Ricerche di S/Confine*, vol. 2, n. 1, I muri. Parma, 2011. Disponível em <<http://www.ricerchedisconfine.info/II-1/TORTELLI.htm>>. Acesso em: fev 2022.

VIECELI, Ana Paula. *Lugares da Loucura: Arquiteturas da cidade no encontro com a diferença*. Programa de Pós- graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre

# NEOLIBERALISMO VS. PÓS-MODERNISMO NO PLANEJAMENTO URBANO

## A expansão de novos loteamentos urbanos diante de comunidades populares em Pelotas (Brasil)

NEOLIBERALISM VS. POSTMODERNISM  
IN URBAN PLANNING

*The expansion of new urban subdivisions threatening  
low-income settlements in Pelotas (Brazil)*

Christiano Piccioni Toralles<sup>1</sup>

### Resumo

Na cidade de Pelotas, no sul do sul do Brasil, no entorno de uma localidade conhecida como Passo dos Negros, duas realidades parecem coexistir: comunidades pobres e de pescadores; e loteamentos e condomínios de alto padrão. Entretanto, essa relação tem complexidades próprias que se traduzem em um conflito socioespacial derivado de consequências do planejamento urbano. Ao longo do último século diversas teorias sobre o urbanismo foram formuladas, de modo a entender as relações entre cidade e sociedade, as lógicas do planejamento e a função dos planejadores. Nesse sentido, o objetivo desse ensaio é analisar e discutir a natureza dessa polêmica urbanística pelotense, a partir de seu contexto e de diferentes teorias do planejamento. Duas principais teorias foram tomadas como base: o neoliberalismo e o pós-modernismo (com abordagem advocatória). A partir dessa fundamentação, e de instrumentos da legislação brasileira, foi possível traçar alternativas de resolução e discutir suas limitações de aplicabilidade.

Palavras-chave: conflito socioespacial, teorias do urbanismo, neoliberalismo, pós-modernismo, abordagem advocatória, ATHIS.

### Abstract

*In the city of Pelotas, in the south of southern Brazil, in the vicinity of a locality known as Passo dos Negros, two realities seem to coexist: poor and fishermen communities; and high-standard subdivisions and condominiums. However, this relationship has its complexities that translate into a socio-spatial conflict derived from the consequences of urban planning. Over the last century, several theories about urbanism have been formulated, to understand the relations between city and society, the logic of planning, and the role of planners. In this sense, the objective of this essay is to analyze and discuss the nature of this urban controversy in Pelotas, from its context and different planning theories. Two main theories were taken as a basis: neoliberalism and postmodernism (with an advocacy approach). Based on these fundamentals, and instruments of Brazilian legislation, it was possible to outline alternatives for resolution and discuss its applicability limitations.*

*Keywords: socio-spatial conflict, theories of urbanism, neoliberalism, postmodernism, advocacy planning, ATHIS (Technical Aid in Social Dwelling).*

<sup>1</sup> Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Rio Grande. Doutorando em Planejamento do Território na Universidade de Coimbra. Arquiteto e Urbanista. Especialista em Administração Pública e Gestão de Cidades. Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

### Introdução

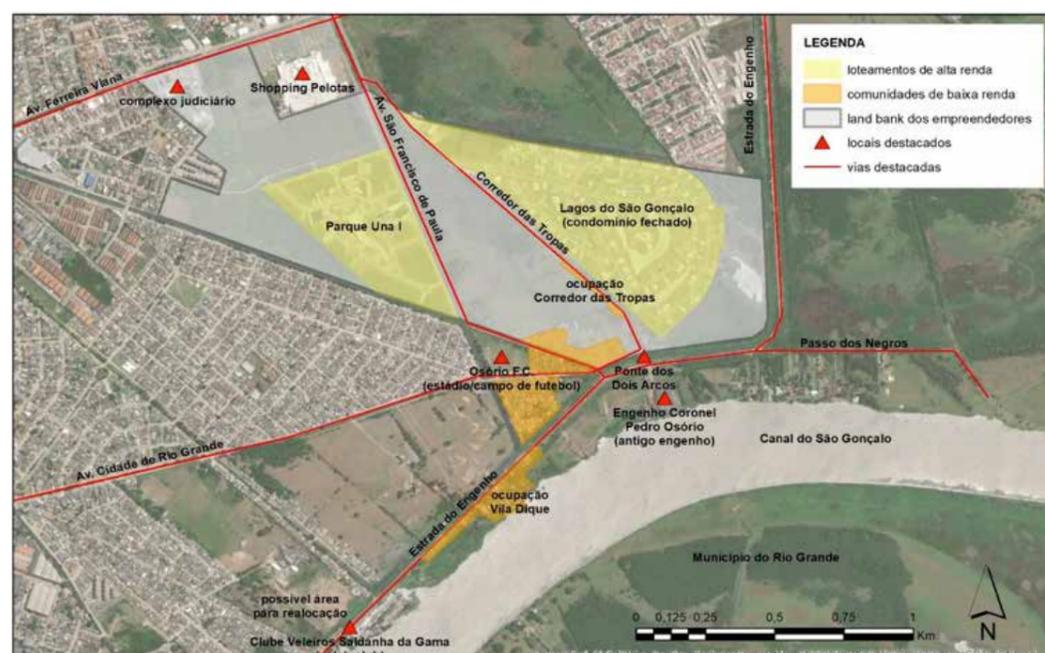
O professor Philip Allmendinger traz em seu livro “*Planning Theory*” (2002) diversas abordagens teóricas que auxiliam na compreensão sobre o processo de planejamento urbano e sobre a função do planejador, seus impactos políticos e sociais. A partir de uma perspectiva de evolução temporal no campo teórico e crítico, a edição de 2002 parte das utopias urbanas (do final do século XIX e início do XX), passando pelo racionalismo, marxismo, neoliberalismo, pragmatismo, abordagem advocatória, pós-modernismo, e o planejamento colaborativo. Na edição mais atual (ALLMENDINGER, 2017), também trata da despolitização, pós-estruturalismo, pós-colonialismo, insurgências e informalidade. Ainda que algumas dessas abordagens teóricas tenham origens no final dos 1800, todas elas de alguma forma ainda estão presentes no campo do planejamento contemporâneo. Se não no todo, ao menos em algumas situações e ações é possível abstrair influências de uma ou mais delas, inclusive podendo ser conflitantes entre os diferentes atores envolvidos no processo de planejamento das cidades.

Um exemplo de situação conflitante entre teorias do planejamento está na polêmica ocorrida na cidade de Pelotas, no sul do sul do Brasil, onde uma comunidade de baixa renda foi ameaçada de remoção de uma área com forte pressão imobiliária (COLL, 2017). Trata-se da Vila Dique, uma comunidade de pescadores existente há cerca de 30 anos e localizada em uma APP (Área de Preservação Permanente, do meio ambiente natural) às margens do Canal do São Gonçalo. Essa comunidade também está nas proximidades de empreendimentos imobiliários de grande porte para alta-renda e de vazios urbanos que servem à especulação imobiliária na cidade (COLL, 2017).

Apesar do processo judicial citar a Vila Dique, outras ocupações de baixa renda fazem parte dessa localidade conhecida como Passo dos Negros e parecem também incomodar os interesses dos incorporadores dos loteamentos de alto padrão. A pressão imobiliária está alinhada com estratégias de planejamento constantes no Plano Diretor municipal (PELOTAS, 2008) e com as alterações recentes que vetaram a proposta de criação de APPO (Áreas de Preservação Permanente Ocupadas) (COLL, 2017; PELOTAS, 2018). A polêmica coloca de um lado o poder público municipal, que tem estimulado os empreendimentos privados, inclusive através de obras de infraestrutura (SÁ BRITTO & SOBARZO, 2020); e do outro a comunidade do local, apoiada pelos acadêmicos e partidos de esquerda (COLL, 2017), que apontam para o contexto histórico da localidade e a apropriação da comunidade, bem como para a falta de políticas sociais de inclusão para moradia e serviços básicos (INCHAUSPE, 2017; SILVA et al., 2018; SILVEIRA et al., 2019).

Conflitos socioespaciais ocorrem em diversas partes do mundo, geralmente por pressões do mercado imobiliário frente às demandas ambientais, sociais, culturais das localidades. No sul do sul brasileiro isso não é diferente, e o caso em Pelotas traz uma mistura de modelos urbanísticos globalizados (seja decadentes, como condomínios fechados, ou proeminentes, como os baseados no Novo Urbanismo) com questões próprias do ambiente pelotense e de sua multiculturalidade, que aponta inclusive para heranças do período da escravidão. Nesse sentido, o objetivo do presente ensaio é discutir diferentes teorias do planejamento abordadas por Allmendinger (2002; 2017), de modo a aprofundar a compreensão sobre este conflito socioespacial pelotense. Aparentemente o conflito em questão pode ser analisado e discutido a partir de duas principais teorias: o pensamento neoliberal (nesse caso usando de utopias) e a visão do pós-modernismo (complementado com suporte da abordagem advocatória).

Figura 1 – Localidade do “Passo dos Negros” em Pelotas, com os loteamentos de alta renda no banco de terras dos investidores e as ocupações de baixa renda do entorno. Fonte: do autor, adaptado parcialmente de Silveira et al. (2019) e Sá Britto & Sobarzo (2020). Figura 2 – Ambiências da localidade do “Passo dos Negros” em Pelotas: A e B) Passo dos Negros (em 2012); C e D) Vila Dique (em 2019); E) Clube Veleiros com terreno em frente sugerido para realocação (em 2019); F) Corredor das Tropas e muros do Cond. Lagos de São Gonçalo (em 2012); G) acesso ao Cond. Lagos de São Gonçalo com extensão da estrada de chão para o Corredor das Tropas (em 2019); H) Cond. Lagos de São Gonçalo; I) Loteamento Parque Una visto da Av. São Francisco de Paula em direção à Estrada do Engenho (em 2019); J) Parque Una (em 2021). Fonte: Google Street View.



Na sequência está apresentado um maior contexto sobre a situação polêmica e as justificativas para a sua compreensão a partir dessas duas abordagens teóricas; após são aprofundadas essas teorias relacionadas ao planejamento e produzidas abordagens metodológicas alternativas para lidar com a resolução prática do conflito.

### Contexto e teorias para análise da situação

A Vila Dique e o Passo dos Negros (ou Estrada do Engenho), bem como o Corredor das Tropas, são lugares diferentes em uma mesma territorialidade (Figuras 1 e 2A até 2F), a qual tem relevância histórica na formação da cidade de Pelotas<sup>2</sup>. No entorno também existem outras comunidades de baixa renda. Destacam-se ainda um clube de futebol (com função social para essas comunidades), um clube náutico (para alta renda, Figura 2E), um antigo engenho abandonado e uma ponte do período da escravidão (considerada patrimônio histórico), todos coexistindo em um mesmo território urbano por décadas invisível nas franjas da cidade oficial (INCHAUSPE, 2017; SILVEIRA et al., 2019).

Atualmente a cidade oficial passou a olhar objetivamente para as grandes glebas não urbanizadas da região do Passo dos Negros, tendo o Canal do São Gonçalo como externalidade natural de atração para o mercado imobiliário. Além da produção imobiliária, o poder público também tem planos de construir uma nova estrada de conexão turística com a Praia do Laranjal (cerca de 10 km a oeste), a qual costearia o São Gonçalo (COLL, 2017; INCHAUSPE, 2017).

Se o local atrai os novos empreendimentos da classe mais abastada (condomínio, loteamentos, além de *shopping center* e do novo complexo judicial) desde 2010<sup>3</sup>, também parece atrair os mais pobres (SILVA et al., 2018), visto que as ocupações crescem em ritmo similar (Figura 3, para o caso da Vila Dique). Algumas dessas ocupações estão localizadas dentro do mesmo *land bank* privado que deu origem aos dois principais empreendimentos: o condomínio fechado Lagos do São Gonçalo e o loteamento Parque Una (Figuras 2G até 2J), iniciados respectivamente em 2010 e 2015. Conforme o Plano Diretor de Pelotas<sup>4</sup>, apenas a vila de pescadores chamada “Vila Dique” é considerada uma AEIS (Área de Especial Interesse Social), classificada com Tipo 1, ou seja:

AEIS I: Áreas públicas ou privadas localizadas em áreas de preservação ambiental, ocupadas por população de baixa renda, em que haja interesse público em promover a regularização fundiária, recuperação ambiental, produção, manutenção e recuperação de habitação de interesse social (PELOTAS, 2008, Art. 90-I).

<sup>2</sup> A via chamada atualmente de Passo dos Negros é apenas uma continuação da Estrada do Engenho. Mas outrora todo o caminho era chamado de Passo dos Negros, em referência ao local (que consta como sendo mais antigo que a própria cidade de Pelotas) onde havia movimentação de escravos africanos nos séculos XVIII e XIX, que ali eram comercializados e remetidos em direção aos saladeiros (estâncias com criação de gado para produção de charque, um tipo de carne salgada para conservação) (COLL, 2017; INCHAUSPE, 2017; SÁ BRITTO & SOBARZO, 2020). O Corredor das Tropas também remete à história da cidade, mas o atual nome oficial da via é Travessa Leonel de Moura Brizola.

<sup>3</sup> Exceto o complexo judicial (prédios do Fórum, Promotoria de Justiça, Justiça do Trabalho, Ordem dos Advogados do Brasil etc.), iniciado por volta de 2002. A gleba pertencia ao mesmo *land bank* dos condomínios, mas foi doada ao poder público em 2001 como pagamento de dívidas (SÁ BRITTO & SOBARZO, 2020).

<sup>4</sup> Conforme prancha U-07, o “Mapa da zona urbana de Pelotas com delimitação das Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), suas classificações e denominação”, disponível em: <<https://www.pelotas.com.br/storage/gestao-da-cidade/mapas/area-urbana/U07-AEIS.pdf>>.



Figura 3 – Evolução nas ocupações de baixa renda na localidade do “Passo dos Negros” em Pelotas: A, B e C) Vila Dique e entorno, respectivamente em 2002, 2010 e 2020. Fonte: Google Earth.

Na Vila Dique (Figuras 1, 2C, 2D e 3) existiam 72 famílias em 2017, mas primeira proposta do Município era de transferência delas para apenas 20 casas populares em um bairro distante do São Gonçalo e da atividade pesqueira que fornece o sustento dos moradores (COLL, 2017; SILVA et al., 2018). A segunda alternativa seria a realocação para um terreno em frente ao Clube Veleiros, entretanto as famílias teriam de arcar com a construção de novas casas e com o aterro do local, visto que é alagável (COLL, 2017). Na ação judicial que pede a remoção da Vila Dique é alegado que está situada em APP e também em área de risco de alagamento (COLL, 2017). Ambas alternativas, assim como a justificativa da localização em APP ser um problema, vão no sentido oposto da definição de uma AEIS-I. Ou seja, as propostas do Município não demonstram um interesse público na regularização fundiária. Além disso, não recebem a mesma ameaça as residências de classe média na rua Passo dos Negros, e o Clube Veleiros frequentado pela alta renda, que estão situados na mesma margem do canal (COLL, 2017; SILVA et al., 2018) (Figuras 1, 2A, 2B, 2E). Isso levanta a hipótese de que o problema não é o impacto ao meio ambiente e que a motivação está relacionada com a pressão dos agentes do mercado imobiliário.

Em prol das comunidades pobres, representantes acadêmicos (e políticos de esquerda) citaram em audiência pública<sup>5</sup>, por exemplo, que a decisão de remoção é carregada de ausências de diálogo, de contexto histórico, de solução habitacional e para o trabalho e renda, de solução para a drenagem e preservação ambiental, e que não lida com os conflitos de poder com a alta renda e com a especulação imobiliária (COLL, 2017; SILVA et al., 2018; SILVEIRA et al., 2019). Uma proposta seria a implantação de uma APPO<sup>6</sup>, mas o artigo do Plano Diretor que versava sobre sua possibilidade de criação foi revogado recentemente pelo CONPLAD (Conselho do Plano Diretor) (PELOTAS, 2018), o qual tem composição tripartite, com representantes do poder público, usuários e produtores (inclusive ligados à construção civil) (COLL, 2017). Legislações, ações judiciais, incentivos para o mercado privado e ausência de infraestruturas e serviços

<sup>5</sup> Audiência pública realizada em 4 de setembro de 2017, na Câmara de Vereadores de Pelotas, que contou com representantes de deputados estaduais (do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade, e do PCdoB – Partido Comunista do Brasil), das universidades locais (UFPel e UCPel, respectivamente, Universidade Federal e Católica de Pelotas), da comunidade local afetada, bem como do poder executivo municipal (COLL, 2017).

<sup>6</sup> Segundo o Artigo 60 do Plano Diretor de Pelotas, APPO (Áreas de Preservação Permanente Ocupadas) “são aquelas com processos de uso e ocupação consolidados, que atendam o interesse social, público e comunitário, podendo ser regulamentados, mediante ações mitigatórias e compensatórias e de recuperação do meio-ambiente, proporcionais ao dano causado e sua escala” (PELOTAS, 2008).

em áreas de baixa renda<sup>7</sup> poderiam ser classificados como o que Inchauspe (2017) chama de “tecnologias de controle utilizadas pelo Estado” ou “dispositivos estatais de dominação”, os quais comumente têm sido apropriados pelos agentes produtores e que através deles exercem seu espaço de poder. As críticas trazidas pelos acadêmicos e o foco no questionamento das estruturas de poder são características no discurso pós-modernista, como apresentado por Allmendinger (2002), o que está debatido mais adiante.

Apesar da existência de planos diretores em grande parte das cidades brasileiras após promulgação do Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), a aplicação dos instrumentos regulatórios sobre a propriedade e o uso do solo têm sido flexibilizada e sujeita a negociação nas escalas municipais (ZANOTTO, 2020). Antes da revogação do artigo sobre APPOs, outra mudança de legislação já havia impactado na mesma localidade em Pelotas. Em 2009 o limite máximo de área para condomínios fechados foi ampliado de 10 para 35 hectares (Pelotas, 2009), o que proporcionou a aprovação da construção do Lagos de São Gonçalo (Figuras 2G e 2H). Usando o limite máximo de área, esse condomínio é caracterizado pelos muros na totalidade perimetral e pela descontinuidade em relação à malha viária, tendo explorado comercialmente a ideia de qualidade de vida e segurança (SÁ BRITTO & SOBARZO, 2020). Segurança é apontada por Zanotto (2020) como o principal apelo de condomínios fechados na América Latina, o que não é diferente ao sul brasileiro.

Com porte menor e sendo um loteamento aberto, o Parque Una<sup>8</sup> (Figuras 2I e 2J) possui outra proposta. Se inspira nos pressupostos do Novo Urbanismo, através do desenho urbano e da arquitetura que visam promover os conceitos de sustentabilidade, uso misto, conforto ambiental, *coworking* e *walkability* (DIÁRIO POPULAR, 2019; SÁ BRITTO & SOBARZO, 2020), características que são vistas como atrativas para pessoas jovens e altamente capacitadas e empresas da economia criativa e do conhecimento (ZANDIATASHBAR & HAMIDI, 2018; ZANDIATASHBAR et al., 2019). Sua propaganda também explora a ideia de segurança (através de vigilância por vídeo) e de qualidade de vida, e mesmo não sendo fechado explora a proposta de serviços de manutenção urbana privados e mantidos pela associação de moradores do bairro, algo que “não é revolucionário apenas em Pelotas, mas no Brasil como um todo” (DIÁRIO POPULAR,

<sup>7</sup> A Vila Dique possui ocupantes há cerca de 30 anos, mas o local não conta com energia elétrica, rede de água potável e coleta de esgotos sanitários (COLL, 2017; SILVA et al., 2018).

<sup>8</sup> Atualmente está implantada a parte I e já aprovada a parte II para início das obras nos próximos anos.

2019).

[...] a incorporação dessa tipologia ganha impulso em Pelotas ao articular processos produtivos mais dinâmicos e diversificados, contando com um elevado grau de inovação e sofisticação dos produtos e dos sistemas construtivos, novas estratégias de comercialização com intensas campanhas de *marketing*, tanto relacionados aos produtos residenciais como à promoção da própria cidade – na forma de *starchitecture* e *city marketing* –, além de articular novas especificidades relacionadas aos interesses envolvidos na produção dessas tipologias, incorporando crescentemente a lógica financeira entre os mecanismos de lucratividade (SÁ BRITTO & SOBARZO, 2020, p. 4).

Segundo Sá Britto & Sobarzo (2020), o Novo Urbanismo tem se estabelecido no Brasil através de parcerias público-privadas a partir de projetos pontuais de intervenção inspirados no conceito de “acupuntura urbana” (promovido no país pelo urbanista Jaime Lerner (2003)), que rompem com os planejamentos amplos e de longo prazo. Além disso, tem se caracterizado pela ênfase nos negócios, o que Sá Britto & Sobarzo (2020) tratam como redução do desenho urbano a um produto de consumo com ausência de um objetivo social e político. Entretanto, o objetivo político pode ser abstraído do vínculo entre o poder público e os produtores da construção civil. Grooms & Boamah (2018) explicam que o “novo empreendedorismo urbano” constitui a *Growth Machine*, uma estratégia de planejamento e governança caracterizada por parcerias público-privadas em prol do crescimento econômico e da competitividade.

Nesse cenário de novo empreendedorismo, Grooms & Boamah (2018) entendem que o planejamento tem sido repolitizado (e desburocratizado). Zanotto (2020) diz que para entender como uma ideologia é reproduzida no planejamento, torna-se necessário verificar como ela se manifesta nos discursos, os quais podem ser mediados por estruturas econômicas, como também institucionais, políticas e culturais. Não há registros da Prefeitura Municipal admitir a adoção de *Growth Machine* como política pública de desenvolvimento. Entretanto, em 2014 ela organizou um evento de *placemaking* chamado “Pelotas como eu quero”<sup>9</sup>, tendo sido bastante criticada pela parceria com a empresa idealizadora dos empreendimentos de alta renda na região do Passo dos Negros, quando foi realizada inclusive divulgação do Parque Una, o que denotou uso da estrutura institucional para promoção do discurso de mercado (SÁ BRITTO & SOBARZO, 2020).

Se é possível perceber o discurso pós-modernista nas críticas dos acadêmicos que se colocam em prol das comunidades pobres da Vila Dique e entorno, o discurso dos empreendedores (e das gestões atuais do poder público pelotense que lhes dão suporte<sup>10</sup>) traz diversos aspectos apontados por Allmendinger (2002) e Zanotto (2020) como características da abordagem neoliberal: ideia de ineficiência do Estado e oferta de serviços privados, ou a privatização do próprio espaço através de barreiras de acesso físico (muros) ou econômico (alto valor dos imóveis), e o planejamento flexível em prol do mercado. Allmendinger (2002) usa a expressão Nova Direita para a fusão entre o liberalismo e o conservadorismo dentro do escopo capitalista. Entretanto, o uso de novas utopias urbanas (como o Novo Urbanismo) para a estratégia no discurso

9 O autor desse ensaio esteve presente no evento, o qual atraiu a população com intervenções urbanas efêmeras, *workshops*, apresentações artísticas e gastronomia.

10 Nas últimas gestões o Município de Pelotas tem sido governado por partidos de direita (PP, Partido Progressista, 2006-2012) e centro-direita (PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, pós-2013) reconhecidos atualmente por vínculos com o pensamento neoliberal.

liberal<sup>11</sup> parece ir contra a hostilidade ao diferente típica do conservadorismo, embora seja possível associar o autoritarismo também típico com a pressão dos órgãos públicos para remoção das comunidades do Passo dos Negros.

A seguir são apresentadas teorias do planejamento, conforme abordagem de Allmendinger (2002; 2017), de modo a ajudar na compreensão e aprofundamento da discussão sobre o contexto do Passo dos Negros.

### Teoria 1: Neoliberalismo

Conforme Allmendinger (2002), as ideias por trás da Nova Direita, independentemente se liberais ou conservadoras, são hostis ao planejamento; mas quando algum planejamento for necessário, este deve apoiar o mercado. Ou seja, o intervencionismo estatal é visto como negativo, embora entendam que há necessidade de alguma forma de controle do uso do solo, a qual deve ser orientada para ajudar ao invés de atrapalhar o mercado. Essas ideias são muito influenciadas pela visão do economista Friedrich Hayek, de onde podem ser extraídos quatro temas principais (ALLMENDINGER, 2002): (i) o planejamento central é perigoso e ineficiente: pois interfere no mercado e reduz a liberdade individual; (ii) a sociedade é irredutivelmente complexa: o que torna inviável para grandes planos, mas viável nas interações do mercado que organizam e estratificam a sociedade, sendo a desigualdade vista como natural e como um importante motor para o mercado; (iii) a importância dos mecanismos de mercado para alocação de recursos: através de mercados livres, competitivos e com mecanismos de preços; (iv) a intervenção do Estado deve ter um papel limitado: surge a proposta de um Estado mínimo, responsável principalmente por infraestrutura e defesa, e pela resolução de conflitos através de tribunais.

Nesse sentido, conforme a abordagem neoliberal, para o caso de Pelotas tornam-se compreensíveis as motivações para as alterações nas legislações que levaram, por exemplo, ao aumento da área máxima para condomínios fechados (PELOTAS, 2009) e a revogação da possibilidade de instituição de APPOs (PELOTAS, 2018). Também as obras públicas no entorno (como a duplicação da avenida de acesso norte ao *land bank* e a decisão de implantação do complexo judicial naquele terreno) e a parceria com empreendedores na promoção de eventos sobre planejamento urbano. Além da privatização dos serviços urbanos na escala dos empreendimentos. E mais, também no aparente desinteresse por planos que contemplem as comunidades mais pobres sem potencial lucrativo, como a regularização fundiária de preexistências consolidadas.

Após entrevistas sobre o caso de condomínios fechados em Curitiba<sup>12</sup>, Zanotto (2020) expõe um resumo da sequência argumentativa (relação causa-consequência) que justifica os discursos pragmáticos por trás desses empreendimentos na lógica neoliberal brasileira, vistos no senso comum como solução para a relação problemática do poder público com as ocupações de baixa renda:

O estado criou regulamentos de zoneamento e uso do solo para restringir a urbanização de áreas ambientalmente sensíveis. No entanto, o governo carece de recursos tecnológicos, financeiros e

11 O ideal neoliberal é percebido nitidamente também na “Casa Una”, uma edificação multiuso (com salas comerciais, ambiente de convivência e espaços para eventos e espetáculos), localizada no centro do Parque Una, e que, segundo Sá Britto & Sobarzo (2020), tem ligações com o Instituto Millenium, que é o principal difusor do pensamento liberal no Brasil.

12 Zanotto (2020) fez entrevistas com incorporadores, planejadores do setor público e privado, gestores públicos, corretores de imóveis, acadêmicos, representantes de ONGs e moradores.

humanos para fazer cumprir a legislação e monitorar essas áreas. Os posseiros se estabeleceram irregularmente em áreas de proteção ambiental que permanecem não desenvolvidas. Assentamentos irregulares são prejudiciais ao meio ambiente porque posseiros desmatam a terra e descartam lixo e dejetos humanos em fontes de água próximas. O estabelecimento de ocupação controlada de baixa densidade nessas áreas impedirá a ocupação [dos posseiros]. Esses empreendimentos atraem moradores de alta renda que desejam escapar de problemas urbanos como poluição, congestionamento de tráfego, falta de espaços abertos e violência. Uma vez que o governo não é capaz de resolver essas questões, é natural que aqueles que podem pagar busquem comunidades onde a prestação de serviços é fornecida por empresas privadas e paga por cada residente. Esses empreendimentos também têm o potencial de atrair investimentos nos bairros vizinhos, aumentar a receita da cidade por meio do imposto sobre a propriedade e oferecer empregos (como empregadas domésticas, babás e motoristas) para comunidades locais de baixa renda. Os incorporadores fornecem infraestrutura pública melhorada (principalmente ruas) e garantem a preservação de bolsões de áreas verdes. Tudo isso sem custo para o setor público. Portanto, é um cenário de ganha-ganha para incorporadores, residentes, funcionários públicos e a população em geral (ZANOTTO, 2020, pp. 115; tradução do autor).

Essa sequência causal dos conflitos socioespaciais foi, segundo Zanotto (2020), encontrada nos diferentes entrevistados, denotando que o discurso neoliberal possa estar emprenhado no imaginário sobre o planejamento. O neoliberalismo se coloca, portanto, como uma ideologia que justifica atitudes relacionadas ao papel do Estado, do mercado e das legislações, garantindo valores como competição, privatização e individualismo (ZANOTTO, 2020). Para funcionar dessa maneira, seriam necessárias reformas estruturais no setor público para simplificar o sistema de planejamento e remover restrições (ALLMENDINGER, 2002).

Como visto, embora hostis ao planejamento, os neoliberais veem necessidade de algum controle do uso do solo, o que pode ser simplificado ou, em outras palavras, desburocratizado. Um exemplo de aplicação prática dos preceitos da Nova Direita no planejamento é a experiência das SPZ (Zonas de Planejamento Simplificado), implementadas no Reino Unido na década de 1980. Seguindo a proposta de desregulamentação, são zonas do ambiente urbano orientadas para o mercado, nas quais os projetos de empreendimentos precisam de descrições mínimas para garantir permissão de implantação (ALLMENDINGER, 2002). O resultado da diminuição do controle e quase ausência de restrições trouxe incertezas contraproducentes aos empreendedores, gerando uma visão negativa das SPZs. Um planejamento do uso do solo que forneça certezas para investimentos, como o conhecimento sobre o que outros podem fazer em terrenos próximos, são vistos como importantes para minimizar impactos das decisões de outros empreendedores (ALLMENDINGER, 2002).

As SPZs do Reino Unido não encontram similaridade em instrumentos da legislação brasileira para planos de maior porte. Entretanto, no final de 2020 foi promulgada uma Resolução válida em todo território nacional com objetivo de simplificação e desburocratização, a qual possibilita a dispensa de atos públicos de autorização para obras de baixo risco, destacadamente de edificações de pequeno porte de variados usos (BRASIL, 2020). Mesmo com avanços neoliberais nos instrumentos de planejamento e gestão urbanas brasileiros, a desburocratização por si só não parece ser capaz de resolver o conflito no Passo dos Negros.

Uma alternativa para lidar com o conflito poderia ser a aceitação da presença de comunidades de baixa renda na localidade com a exploração do potencial habitacional pelo mercado privado, através de loteamentos populares. Poderia inclusive manter o *marketing* das utopias do Novo Urbanismo para conjugar o uso misto adequado à cadeia produtiva da pesca e ao apelo do contexto histórico e ambiental para o turismo lucrativo. Todavia, a realidade demonstra que essa alternativa tende a ser considerada inviável.

Segundo Coll (2017), entre os anos de 2009 e 2016 foram realizados 60 empreendimentos populares em Pelotas (com recursos do programa nacional Minha Casa Minha Vida), com construção de 11.919 moradias. Cerca de 80% delas foram destinadas às rendas de 3 a 10 salários-mínimos, não contemplando os mais pobres; e o restante estão localizados principalmente em áreas sem infraestrutura e distantes do centro da cidade. Isso denota uma inversão de prioridades, que ao invés de visar a solução do déficit habitacional, atende ao maior potencial de lucratividade para as construtoras. Nesse sentido, dificilmente os empreendedores do entorno do Passo dos Negros renunciariam ao potencial lucrativo com a alta renda para investir em um empreendimento voltado para um público com menor (ou nenhum) poder de compra. E que, inclusive, provavelmente teriam dificuldades para manutenção da qualidade ambiental urbana, a qual funciona como externalidade de atração e retenção dos mais ricos. Também não haveria garantias de sustentabilidade econômica para as famílias pobres, o que poderia trazer a sensação de ambiente propício para violência e consequente insegurança, fatores que tendem a gerar um *feedback* negativo.

Para que a alternativa pudesse funcionar, gerando alguma lucratividade para o mercado privado, o empreendimento popular precisaria ser subsidiado pelo poder público. Isso pode ser entendido como um meio intervencionista criticado pelo pensamento neoliberal, mas não deixaria de ser uma estratégia para uso de recursos estatais no suporte ao mercado. Nesse caso, a solução minimizaria os riscos dos empreendedores, mas poderia ainda trazer um risco à manutenção das comunidades pobres no local: a valorização dos imóveis populares e consequente gentrificação.

Outra alternativa, que faz parte da visão de Hayek, é a resolução de problemas através de tribunais, o que tenderia a impraticabilidade devido a chance de haver grande quantidade de conflitos em um ambiente de desregulamentação, principalmente quando existem mais de duas partes envolvidas (ALLMENDINGER, 2002). Ainda que a situação em Pelotas não seja de grande desregulamentação, essa alternativa é de fato a solução adotada no momento e que foi levantada na polêmica, trazendo para o debate também a classe acadêmica e sua abordagem que parece se enquadrar no pensamento pós-modernista.

## **Teoria 2: Pós-modernismo + Abordagem advocatória**

Segundo Manzano & Wehmann (2020), o pós-modernismo por si só nega as tentativas de defini-lo, categorizá-lo. Entretanto, é possível perceber algumas características que ajudam a entender essa teoria. Similar ao neoliberalismo, o pensamento pós-moderno também é hostil ao planejamento, entendendo-o como algo imposto à sociedade através de um consenso forçado e de relações de poder (principalmente capitalista) que reforçam as desigualdades sociais (ALLMENDINGER, 2002). O pós-modernismo se ampara nas discussões levantadas por muitos filósofos e sociólogos, tais como Jean Baudrillard, Jean-François Lyotard e Michel Foucault. Por exemplo, nos seus escritos são criticados o capitalismo, suas expressões, variantes e discursos na sociedade; o papel do poder na definição de normas que estruturam a vida das pessoas; a desconexão com a realidade e a perda da autenticidade; e são reforçadas

a relevância da consideração das diferenças, do pluralismo e da multiplicidade de realidades sociais. Na mesma linha, Hutton (2004) alega que o pós-modernismo carrega um significado de reconhecimento (e inclusive celebração) da diversidade, do pluralismo, da complexidade, da heterogeneidade social e da ambiguidade na forma e função urbanas.

Allmendinger (2002) organiza o pensamento pós-modernista em três temas de análise: (i) o colapso do transcendental: com rejeição de explicações universalizantes e generalistas, passando a se concentrar nos contextos particulares; (ii) a fragmentação e a dispersão: veem o mundo como um lugar sem leis abrangentes e modelos uniformes, mas com fragmentos plurais em linguagens e interpretações locais; (iii) o papel do poder: com preocupação sobre como as estruturas de poder são usadas para afetar e controlar a sociedade. Também expõe uma temática de resistência centrada na ideia de micropolítica, ou seja, nas relações entre pessoas e entre as pessoas e as instituições, em escala local e cotidiana, nas quais ocorrem as influências de poder, mas também as possibilidades de reunir e emergir interesses comuns e métodos próprios para resistir ao consenso imposto.

Trata-se de uma abordagem com difícil (ou talvez impossível) tradução para uma aplicação prática no planejamento formal, se adequando melhor como argumentação crítica ao *status quo* da sociedade contemporânea, conseqüentemente também à crítica ao processo de planejamento (ALLMENDINGER, 2002). Ainda assim, é possível sintetizar princípios-chave para potencializar a cidadania e a cultura cívica no processo de planejamento: justiça social, ética inclusiva, pluralismo, diversidade, discussão, colaboração, abertura (ALLMENDINGER, 2002). O pós-modernismo, portanto, instiga a maior participação da comunidade e a preocupação com as diferenças sociais e o contexto, o que vai ao encontro da abordagem advocatória. Ambas as abordagens também buscam a justiça social e questionam verdades absolutas e um consenso predeterminado (ALLMENDINGER, 2002). Nesse sentido, parecem ser complementares, e a formalização procedural do viés advocatório pode atenuar a limitação pós-modernista.

O planejamento advocatório segue os pressupostos de Paul Davidoff, o qual argumentava que os planejadores deveriam ter neutralidade de valores e assumir o papel de advogados como se estivessem em um tribunal para representar propostas opostas (ALLMENDINGER, 2002). Assim, os planos não seriam elaborados apenas pelo poder público, como também por diferentes grupos<sup>13</sup>, podendo gerar contradições e ter como resultado uma competição de ideias. O conflito de propostas seria resolvido por meio de defesa como em um tribunal, no qual juízes reconhecem a existência de versões concorrentes da verdade no momento da tomada de decisão.

É também do Reino Unido um exemplo de implantação prática da abordagem advocatória. O *Planning Aid* (auxílio ao planejamento) surgiu na década de 1970 e consiste no fornecimento não estatal de aconselhamento gratuito sobre projetos e planejamento para população que não pode pagar pelos serviços técnicos. Nesse caso, existe um instrumento similar no Brasil, chamado na legislação de “Assistência Técnica Pública e Gratuita” ou de ATHIS (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social) pelos conselhos profissionais. No Artigo 2º é explicado qual o escopo coberto pela lei e nos Artigos 3º e 6º são indicados os meios de subsidiar os serviços (BRASIL, 2008):

<sup>13</sup> Para Paul Davidoff, entre esses grupos estariam os partidos políticos, grupos de interesses especiais (como câmaras de comércio, sindicatos etc.) e grupos ad hoc (dedicados a reagir a questões e/ou conflitos específicos) (ALLMENDINGER, 2002).

Art. 2º As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

§ 1º O direito à assistência técnica previsto no *caput* deste artigo abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação. [...]

Art. 3º A garantia do direito previsto no art. 2º desta Lei deve ser efetivada mediante o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios [...]

Art. 6º Os serviços de assistência técnica previstos por esta Lei devem ser custeados por recursos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social, por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados.

O CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) incentiva a participação das prefeituras, universidades e entidades profissionais e tem iniciativas estaduais para fomento financeiro da formação de escritórios públicos de assistência técnica nos municípios e assim garantir a implantação da Lei Federal e a oferta do serviço às pessoas e comunidades carentes (CAU/RS, n.d.). É o caso de Pelotas, onde o CAU estava em tratativas para estabelecimento de convênios para abertura de um escritório público em 2020 (CAU/RS, 2020). São exemplos de programas incentivados pelo CAU através da ATHIS o “Casa Saudável” (para melhorias nas edificações, visando solucionar patologias e lidar com saneamento, iluminação e ventilação) e o “Nenhuma casa sem banheiro” (também para melhorias sanitárias).

Trazendo uma abordagem mais contemporânea ao planejamento advocatório, Grooms & Boamah (2018) enunciam três aspectos a ser considerados para torná-lo mais efetivo: (i) educação e prática: os planejadores profissionais devem ter formação para compreender a política econômica das cidades e como ela lida com a equidade e justiça social dentro do modelo de governança do novo empreendedorismo urbano; (ii) protagonismo através da diversidade: é necessário recrutar membros de populações desfavorecidas para prepará-los para serem atores na prática do planejamento e assim competir com as novas estruturas de poder; (iii) construção de planejadores políticos: alguns planejadores advocatórios deveriam fazer parte da classe política e assim defender a maior participação pública e dar transparência às motivações das estruturas de poder nos processos técnicos de planejamento. São proposições que visam resultados positivos, mas de médio e longo prazo.

O instrumento de assistência técnica e jurídica gratuita está previsto no Artigo 13º, item III.c do Plano Diretor de Pelotas (2008). Para curto prazo, considerando o caso da região do Passo dos Negros, a aplicação da abordagem pós-modernista com suporte na advocatória poderia fazer uso da ATHIS (e seu subsídio orçamentário público e/ou privado) para a elaboração de propostas de regularização fundiária e melhorias sanitárias, adequadas ao contexto local, de modo a manter os moradores vinculados ao seu espaço com mais qualidade de vida. Entretanto, o Artigo 2º da mesma lei que visa assegurar a ATHIS também traz como objetivo “evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental”, que é a justificativa apontada pela ação judicial que solicita a remoção das famílias da Vila Dique. Caberia então uma arbitragem para julgar se o estágio consolidado da ocupação poderia se enquadrar em regularização fundiária e se as propostas originadas pela ATHIS seriam capazes de mitigar o risco de alagamento e os impactos ambientais.

Como indicado por Coll (2017), a Prefeitura Municipal havia sugerido a realocação das famílias para um terreno nas proximidades, em frente ao Clube Veleiros. Esta alternativa foi rejeitada em razão do terreno também ser alagável e de não ter oferta de habitação. Com uso da ATHIS, poderiam surgir projetos que solucionem tecnicamente os riscos de alagamento e recursos orçamentários tanto para aterro quanto para a construção das edificações, as quais poderiam ter projetos individualizados para a particularidade de cada família, fugindo da tradição dos conjuntos habitacionais de baixa renda com edificações uniformes.

As características do planejamento pós-moderno de se adequar aos contextos específicos com interpretações locais, para projetos isolados, levam Manzano & Wehmann (2020) a relacionar essa teoria com um instrumento presente no Estatuto da Cidade (Brasil, 2001): as Operações Urbanas Consorciadas. No Artigo 32º do estatuto consta que esse instrumento trata de intervenções coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários de terras ou imóveis, dos moradores e de investidores privados. Ou seja, objetiva a formação de parcerias público-privadas. Dentre as medidas previstas no §2º do mesmo Artigo 32 consta a regularização de construções, e a concessão de incentivos para operações que usem tecnologias que visem a redução de impactos ambientais. Além disso, no Artigo 33º do estatuto aparece que o plano da Operação Urbana Consorciada deve conter, entre outros itens, um “programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação”.

Enquanto a ATHIS parece mais profunda na função social da atividade de planejamento, as Operações Urbanas Consorciadas se aproximam de parcerias com investidores privados, mediante incentivos e benefícios (mudanças de índices urbanísticos, ou regramentos de parcelamento e uso do solo etc.). Todavia, é necessário muito cuidado para que as populações preexistentes atingidas sejam de fato atendidas economicamente e socialmente, para que permaneçam com qualidade no local, sem risco de realocação para localidades distantes ou expulsão por gentrificação. Não há conhecimento de que o uso do instrumento Operação Urbana Consorciada tenha sido proposto para o caso pelotense em questão.

Há ainda outro instrumento da legislação brasileira que poderia ser adotado como alternativa para busca por soluções de planejamento que se enquadrem na proposta de competição de ideias da abordagem advocatória. Previsto na legislação desde 1993, o chamado “concurso público de projetos” é descrito como “a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital [...]” (BRASIL, 1993). O uso dessa modalidade tem sido defendido (e cobrado) por importantes órgãos de classe como o CAU e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). Portanto, a partir de um concurso público poderiam ser propostas diversas soluções projetuais alternativas para manter e qualificar ou realocar a comunidade da Vila Dique, bem como outras comunidades pobres da localidade do Passo dos Negros.

Em um hipotético edital poderiam constar diretrizes que apontem para a necessidade de discussão e participação da comunidade local para adequação aos seus contextos particulares, reforçando conceitos como de inclusão, pluralismo e diversidade. Deveriam ser considerados também os condicionantes relacionados à preservação do ambiente natural e da historicidade e multiculturalidade, à sustentabilidade econômica para a população afetada e para o município, além de considerar o contexto de proximidade e convivência com os núcleos de alta renda. Com a existência de recursos orçamentários, os próprios empreendedores ligados ao *land bank* poderiam participar do concurso visando equacionar os seus interesses aos das comunidades pobres. Ao

fim, as propostas que atendam aos requisitos do edital seriam defendidas diante de um júri técnico e neutro (podendo ser multidisciplinar), que selecionaria a melhor proposta com transparência na exposição dos critérios usados para julgamento.

### Considerações finais

O conflito socioespacial em Pelotas tem causado transtornos (moral, físico, psicológico) às pessoas que residem no Passo dos Negros (INCHAUSPE, 2017). Incertezas sobre um futuro que pode mudar as dinâmicas de suas vidas pessoais, sociais, laborais. E pode mudar o caráter local de vínculo histórico do espaço com comunidades populares desde o período da escravatura, que também foi presente no sul do sul do Brasil. Incertezas causadas por uma dinâmica imobiliária que vem transformando o direito à cidade em mercadoria (SILVA et al., 2018).

A ideologia neoliberal se apropria dessa mercadoria e se comunica socialmente através de meios não textuais materializados em arranjos espaciais, como na separação física dos espaços públicos e privados e nos mecanismos que controlam acessos à cidade privatizada, enunciando um conjunto de ideias entendidas como verdadeiras e corretas sobre o direito de propriedade (enquanto direito de segregar, excluir, controlar e monitorar) (ZANOTTO, 2020). A partir desse senso comum típico do pensamento pragmático, aliado posicionamento individualista, ignoram conceitos relevantes para a coletividade como o direito à cidade e a função social da propriedade, os quais são fundamentos do direito urbanístico brasileiro e cerne do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001).

Allmendinger (2002) explica que a Nova Direita, a qual alia liberalismo e conservadorismo, surgiu em um momento de crise econômica e de questionamento sobre o papel do Estado na década de 1970 (especialmente nos Estados Unidos e Reino Unido), reforçando as ideias de livre mercado e Estado mínimo. Com o arrefecimento daquela crise ao passar das décadas, foi diminuído sua influência, suas demandas e justificativas mais radicais. Entretanto, no campo político-ideológico da atualidade, aparentemente uma Nova Direita tem ganhado força na última década, trazendo novamente o conservadorismo e as demandas de mercado em prol de maior liberalismo econômico e diminuição e desburocratização do Estado. As posições anticência do pragmatismo, amparadas em noções de senso comum e mera intuição (ALLMENDINGER, 2002), parecem ser mais um ingrediente a se somar ao combo dessa atual Nova Direita. Todavia, o conservadorismo e o pragmatismo parecem menos influentes para a polêmica pelotense, se comparados ao peso do ideal liberalista e mercadológico que aparenta ter grande relevância para a compreensão das causas do referido conflito sociourbanístico.

Como visto ao longo do texto, surgem críticas às conexões do poder público municipal com o mercado imobiliário privado, por exemplo nas mudanças de legislação que favorecem os empreendimentos de grande porte para alta renda. Nesse sentido, a maior hostilização ao planejamento de Pelotas parece não vir dos neoliberais e sim daqueles que antagonizam e criticam o *status quo* e o poder do capitalismo, como o caso da abordagem pós-modernista. As desigualdades sociais, entendidas como naturais e fomentadoras do mercado pelo neoliberalismo, são denunciadas como aspectos negativos pelo pós-modernismo. Para esses, o objetivo do planejamento deveria estar em princípios como a promoção de justiça social, com ética inclusiva, pluralismo e diversidade, além de maior discussão, colaboração e abertura (ALLMENDINGER, 2002). Todos aparentemente ignorados pelo poder público, o qual inclusive ofertou como solução a remoção de 72 famílias ligadas à pesca para 20 casas populares distantes do São Gonçalo (COLL, 2017), denotando ausência de diálogo e participação

popular na elaboração de propostas que considerem o contexto da comunidade afetada. Se o pós-modernismo funciona bem como crítica, seus princípios são muito vagos para se traduzirem como um método de planejamento capaz de gerar resultados sociais. Por isso aqui foi conjugado com a abordagem advocatória, a qual possui críticas e princípios similares, mas com propostas metodológicas de aplicação.

A ideia de pluralismo parece central tanto ao pós-modernismo quanto ao viés advocatório, trazendo consigo a dependência do espaço, do tempo e do contexto para as análises e compreensão das lógicas sociais. Além disso, como instiga Allmendinger (2002, p. 148; tradução do autor) “devemos esperar diferentes lugares para abordar o planejamento advocatório de maneiras diferentes e com resultados diferentes”. Sendo assim, a maneira de lidar com a abordagem advocatória em Pelotas poderia ser diferente da maneira abordada em Curitiba, ou em algum lugar do Reino Unido. Por isso, as alternativas imaginadas aqui para a solução do impasse no entorno do Passo dos Negros, ainda que fossem de fato aplicáveis, para as lógicas do pós-modernismo e do planejamento advocatório poderiam não ser entendidas como válidas para qualquer outro conflito urbanístico.

Para cada uma das abordagens teóricas usadas para compreender as causas do conflito em questão, de um lado o neoliberalismo e de outro o pós-modernismo com suporte advocatório, foram feitas propostas alternativas para resolução prática da polêmica pelotense, enquadradas em possibilidades de instrumentalização do planejamento previstas na legislação brasileira. A recente Resolução que trata da simplificação e desburocratização da autorização para obras de baixo risco (BRASIL, 2020) poderia ser usada na abordagem neoliberal, mas serve apenas para edificações de pequeno porte e, além disso, a solução proposta de exploração da questão habitacional e do potencial turístico do patrimônio natural e histórico dependeriam de recursos financeiros que viabilizem a lucratividade do mercado privado.

Para abordagem advocatória, instrumentos como a ATHIS (BRASIL, 2008; CAU/RS, 2020) e o concurso público de projetos (BRASIL, 1993) poderiam fornecer diversidade de opções projetuais para lidar com o impasse adequadas ao contexto local e que minimizassem prejuízos às partes envolvidas. Tendo inclusive a possibilidade de envolver recursos orçamentários para viabilizar não só os projetos como também a regularização fundiária com requalificação das condições de habitabilidade ou a implantação de um novo assentamento nas proximidades. É importante considerar que as alternativas que busquem também equacionar os interesses do empreendedorismo para alta renda podem trazer como consequência o risco da gentrificação para o ambiente qualificado das comunidades de baixa renda, conduzindo a uma remoção indireta talvez no médio prazo.

As soluções alternativas aqui propostas não possuem nenhum compromisso com alguma real aplicabilidade, muito menos com resultados positivos para todas as partes, e/ou para um *Growth Machine* e o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo da cidade. São apenas um exercício empírico de reflexão sobre como as teorias que podem explicar as causas de um conflito poderiam ser aplicadas também para a sua solução. A análise e discussão empíricas e especulativas aqui apresentadas não esgotam a situação apenas nas teorias apresentadas, posto que outras teorias poderiam também ser usadas para tentar entender o caso e vislumbrar alternativas de resolução. Além disso, a situação pode ser aprofundada para maior complexidade a partir de outras legislações e instrumentos de planejamento brasileiros (por exemplo, a legislação ambiental, não abordada nesse ensaio), ou de interpretações que constam na doutrina do Direito urbanístico e ambiental, ou outras discussões relacionadas com a temática habitacional e com a participação popular, entre outras.

Como visto, o equacionamento de resoluções práticas não é uma tarefa simples e que encontra complexidade diante da diversidade de agentes sociais e institucionais com maior ou menor poder, diante da estrutura burocrática procedimental e legal. Também diante de diferentes abordagens que possam estar conduzindo os planejadores em um determinado tempo e local, que, no problema específico apresentado, amarra um contexto histórico e socioambiental do sul brasileiro a uma discussão internacional sobre como planejar as cidades.

Por fim, é importante admitir que este artigo teve enfoque no contexto local do caso do Passo dos Negros, mas este não é um caso único de conflito socioespacial entre demandas populares e de mercado, ou entre informalidade e formalidade na cidade de Pelotas, tanto no histórico de seu desenvolvimento urbano quanto nos vetores de expansão contemporâneos. Ou seja, este é um ensaio que recorta e discute um caso específico, o qual poderia também ser analisado com maior complexidade em conjunto com os outros casos pelotenses, em uma abordagem ampliada ao contexto municipal. Ou ainda em um contexto regional ou nacional (ou mesmo internacional). Uma complexidade que poderá ser abordada em futuros trabalhos.

### Agradecimentos

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS, Campus Rio Grande, em razão do apoio ao afastamento docente para capacitação/qualificação em programas de pós-graduação *strictu sensu*. Ao programa doutoral em Planejamento do Território, ofertado em conjunto pela Universidade de Coimbra e Universidade do Porto, em especial ao professor Paulo Pinho, pelo incentivo que resultou neste conteúdo.

### Referências

ALLMENDINGER, P. *Planning Theory*. 1ª. ed. [s.l.]: Macmillan Education UK, 2002.

ALLMENDINGER, P. *Planning Theory*. 3ª. ed. [s.l.]: Macmillan Education UK, 2017.

BRASIL. *Lei Federal 8666, de 21 de Junho de 1993. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm). Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. *Lei Federal 10257, de 10 de Julho de 2001. Estatuto da Cidade*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: 6 abr. 2020.

BRASIL. *Lei Federal 11888, de 24 de Dezembro de 2008. Assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social...* Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm). Acesso em: 2 fev. 2021.

BRASIL. *Resolução CGSIM 64, de 11 de Dezembro de 2020. Versa sobre a classificação de risco no direito urbanístico...* Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cgsim-n-64-de-11-de-dezembro-de-2020-294084540>. Acesso em: 2 fev. 2021.

CAU/RS (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul). *Edital de chamamento público 001/2020, Porto Alegre, 21 fev. 2020*. Disponível em: <https://>

transparencia.caurs.gov.br/wp-content/uploads/CP1-2020-Edital.pdf. Acesso em: 3 fev. 2021

CAU/RS (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul). *ATHIS – Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social*. Disponível em: <https://www.caurs.gov.br/athis/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

COLL, L. *Estamos sob pressão daqueles que podem: Em Pelotas, comunidade sofre ameaça de remoção*. Sul21, Porto Alegre, 12 set. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2017/09/estamos-sob-pressao-daqueles-que-podem-em-pelotas-comunidade-sofre-ameaca-de-remocao/>. Acesso em: 13 dez. 2020.

DIÁRIO POPULAR. *Um novo marco para Pelotas*. Diário Popular, Pelotas, 15 nov. 2019. Disponível em: <https://www.diariopopular.com.br/geral/um-novo-marco-para-pelotas-146502/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

GROOMS, W.; BOAMAH, E. F. Toward a Political Urban Planning: Learning from Growth Machine and Advocacy Planning to “Plannitize” Urban Politics. *Planning Theory*, v. 17, n. 2, p. 213–233, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1473095217690934>. Acesso em: 31 jan. 2021.

HUTTON, T. A. Post-industrialism, post-modernism and the reproduction of Vancouver’s Central Area: Rethorising the 21st-century City. *Urban Studies*, v. 41, n. 10, p. 1953–1982, 2004. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1080/0042098042000256332>. Acesso em: 29 mar. 2022.

INCHAUSPE, Í. V. Às margens do São Gonçalo: tecnologias de controle, sociabilidades e (re)arranjos no Passo dos Negros em Pelotas/RS. In: *V JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA: DESAFIOS, DILEMAS E OPORTUNIDADES NAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS*, Pelotas, 2017, *Anais...* Pelotas: UFPel, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/jbs/files/2019/10/GT-3-Às-margens-do-São-Gonçalo-tecnologias-de-controle-sociabilidades-e-re-arranjos-no-Passo-dos-Negros-em-PelotasRS-novo.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

LERNER, J. *Acupuntura urbana*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MANZANO, F.; WEHMANN, H. O projeto urbano pós-moderno: Um estudo de caso da Av. Berrini. In: *VI ENANPARQ (Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo)*, Brasília, 2020, *Anais...* Brasília: ENANPARQ, 2020. Disponível em: <http://enanparq2020.s3.amazonaws.com/MT/21952.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

PELOTAS (Município). *Lei Municipal Ordinária No 5.660, de 30 de Dezembro de 2009. Institui o “Condomínio Horizontal de Lotes” no Município de Pelotas*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2009/566/5660/lei-ordinaria-n-5660-2009-institui-o-condominio-horizontal-de-lotes-no-municipio-de-pelotas-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 2 fev. 2021.

PELOTAS (Município). *Lei Municipal Ordinária No 6.636, de 03 de Outubro de 2018. Altera o Plano Diretor de Pelotas*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2018/663/6636/lei-ordinaria-n-6636-2018-altera-a-lei-municipal-n-5502-de-11-de-se-tembro-de-2008-que-dispoe-sobre-o-plano-di-retor-de-pelotas-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 24 jan. 2021.

PELOTAS (Município). *Lei Municipal No 5.502, de 11 de Setembro de 2008. III Plano Diretor de Pelotas, RS*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-pelotas-rs>. Acesso em: 24 jan. 2021.

SÁ BRITTO, N. D. S.; SOBARZO, O. Nexos produtivos e espaciais da dinâmica imobiliária recente: um estudo sobre a produção residencial de alto e médio padrão em Pelotas (RS). *GEOgraphia*, v. 22, n. 49, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/38442/26662>. Acesso em: 7 jan. 2021.

SILVA, A.; LIHTNOV, D.; VIEIRA, S. Territorialidades, identidades e permanências: o bairro São Gonçalo na cidade de Pelotas, RS. *GOT - Journal of Geography and Spatial Planning*, n. 15, p. 387–402, 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/125996477-Territorialidades-identidades-e-permanencias-o-bairro-sao-goncalo-na-cidade-de-pelotas-rs.html>. Acesso em: 7 jan. 2021.

SILVEIRA, M. M. DA; ALFONSO, L. P.; JANTZEN, S. A. D. Transformações e permanências na paisagem do Passo dos Negros em Pelotas a partir de uma abordagem multidisciplinar. In: *5ª SEMANA INTEGRADA UFPEL: XXI ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO*, Pelotas, 2019. *Anais...* Pelotas: UFPel, 2019. Disponível em: [http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6115/1/TRANSFORMACOES\\_E\\_PERMANENCIAS\\_NA\\_PAISAGEM.pdf](http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6115/1/TRANSFORMACOES_E_PERMANENCIAS_NA_PAISAGEM.pdf). Acesso em: 23 jan. 2021.

ZANDIATASHBAR, A.; HAMIDI, S. Impacts of transit and walking amenities on robust local knowledge economy. *Cities*, v. 81, n. April, p. 161–171, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2018.04.005>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ZANDIATASHBAR, A.; HAMIDI, S.; FOSTER, N. High-tech business location, transportation accessibility, and implications for sustainability: Evaluating the differences between high-tech specializations using empirical evidence from U.S. booming regions. *Sustainable Cities and Society*, v. 50, n. December 2018, p. 101648, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.scs.2019.101648>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ZANOTTO, J. M. The role of discourses in enacting neoliberal urbanism: Understanding the relationship between ideology and discourse in planning. *Planning Theory*, v. 19, n. 1, p. 104–126, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1473095219898876>. Acesso em: 31 jan. 2021.

# GEOCODIFICAÇÃO DIGITAL E A COVID-19

## A velha disputa pelo território do atual urbanismo digital nas favelas

*DIGITAL GEOCODING AND COVID-19*  
*The old dispute for the territory of the current digital urbanism in the favelas*

*Fabiana Izaga<sup>1</sup>, Rodrigo d'Avila<sup>2</sup>,  
Pérola Barbosa<sup>3</sup>, Arthur Melo<sup>4</sup> e Giovana Paape<sup>5</sup>*

### Resumo

Este artigo busca analisar a representação desigual dos casos de Covid-19 na região de Ramos, no Rio de Janeiro. A geocodificação dos casos da pandemia joga luz nas irregularidades do sistema do urbanismo digital, expondo o problema anterior dos vazios cartográficos do território, o qual persiste em meio ao discurso sobre um urbanismo *smart*, baseado na *dataficação*. Foram utilizados os dados oficiais da pandemia em metodologia que coteja a sua localização, por meio dos códigos de endereçamento postal (CEPs), com os bancos de dados dos Correios, da Google e do Guia de Ruas da Maré. Conclui-se que as falhas na sistematização e coleta de dados não permite uma análise espacial apurada da Covid-19 em territórios vulneráveis, e que o urbanismo baseado na *dataficação* continua reproduzindo um modelo de território onde persevera a invisibilidade da favela e restringe o acesso às políticas de saúde a todos os cidadãos. Palavras-chave: urbanismo digital, favela, covid-19, código de endereçamento postal, geocodificação de dados.

### Abstract

*This article seeks to analyze the unequal representation of Covid-19 cases in the Ramos region, in Rio de Janeiro. The geocoding of the cases of the pandemic sheds light on the irregularities of the digital urbanism system, exposing the previous problem of the cartographic voids of the territory, which persists amid the discourse on smart urbanism, based on datafication. Official data from the pandemic were used in a methodology that compares its location, through postal address codes (CEPs), with the databases of Correios, Google and Guia de Ruas da Maré. One concludes that failures in systematization and data collection do not allow an accurate spatial analysis of Covid-19 in vulnerable territories, and that urbanism based on datafication continues to reproduce a model of territory where the invisibility of the favela persists and restricts*

1 Arquiteta e Urbanista pela Universidade Santa Úrsula (BR). Mestre em História e Crítica da Arte pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (BR). Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (BR) com sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (FRA). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Cidades – LEC.

2 Arquiteto Urbanista FAU-UFRJ; Mestre em Urbanismo PROURB-UFRJ. Integrante do LEC/PROURB-UFRJ.

3 Arquiteta Urbanista FAU-UFRJ; Mestranda em Urbanismo PROURB-UFRJ. Integrante do LEC/PROURB-UFRJ.

4 Estudante de graduação FAU-UFRJ. Bolsista de iniciação científica CNPq. Integrante do LEC/PROURB-UFRJ.

5 Estudante de graduação FAU-UFRJ. Bolsista de iniciação científica CNPq. Integrante do LEC/PROURB-UFRJ.

*access to health policies to all citizens.*

*Keywords: digital urbanism, favela, covid-19, postal code, data geocoding*

### Introdução

O urbanismo digital, ou *smart*, vem se configurando como uma nova visão para o futuro das cidades e se estabelecendo como interface entre espaços urbanos e as novas tecnologias. A inteligência espacial vem sendo promovida por organismos internacionais, pelo setor corporativo e pelo setor público – particularmente os governos nacionais e locais – como abordagem à condição contemporânea de intensa urbanização do planeta, suas implicações nas mudanças climáticas e o desenvolvimento de ações baseadas nas temáticas da Agenda 2030 da ONU (2015) para o desenvolvimento sustentável.

O uso das tecnologias de informação no urbanismo vem sendo colocado como aliado à melhoria da eficiência da entrega dos serviços públicos, sobretudo para as políticas públicas nas áreas de segurança, mobilidade urbana e uso de recursos financeiros. Estudos abrangentes vêm se desenvolvendo (TOWSEND, 2013; PICON, 2015; SÖDERSTRÖM et al, 2014) sobre suas implicações e limitações, os diferentes contextos nos quais o tema tem emergido e por quem e para quem seus recursos têm sido empregados. Paralelamente, as investigações (MARVIN; LUQUE-AYALA et al, 2016; LUQUE-AYALA e MARVIN, 2020) sobre a disponibilização e a visualização de dados têm se voltado a detalhar a política de dados digitais, o desenvolvimento de indicadores e seu uso para governança das cidades. Em meio às controvérsias sobre se o urbanismo digital amplia ou restringe o acesso à cidade – compreendendo-o como exercício regular de direito e de acesso às oportunidades que as estruturas oportunizam aos cidadãos, e como tal, estruturante da cidadania – a ampla disponibilização dos dados da Covid-19 afigura-se como primordial na medida em que coloca em evidência a vida humana cidadina, comunitária, e o entrelaço da saúde com o território.

O objetivo deste estudo é investigar como ferramentas do urbanismo *smart* podem ser colocadas em prática para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, nos territórios vulneráveis de favelas no Rio de Janeiro. Com os dados de Covid-19 disponibilizados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que contém informações de Código de Endereçamento Postal, o CEP, buscamos compreender as diferenças socioespaciais dos territórios vulneráveis de favelas. Partimos do pressuposto de que a possibilidade de geolocalização dos casos, por meio da identificação do CEP, se constituiria em ferramenta capaz de contribuir para estudos aprofundados sobre a relação entre favelas e contaminação pelo Sars-Cov-2. Consideramos a suposição de que territórios ocupados por populações moradoras de favelas, que são majoritariamente de baixa renda e têm sido as mais expostas à contaminação devido à exigência de deslocamento para o emprego – além da própria urbanização precária presente nos seus territórios – apresentariam uma concentração maior de casos de Covid-19. No decorrer da análise, entretanto, verificamos a impossibilidade de se chegar a uma conclusão nesse sentido, pois a coleta, geração e conseqüente aferição de dados digitais expressam uma nova desigualdade na representação do espaço, acentuando as iniquidades socioespaciais já existentes. Tal constatação se apresenta como um problema anterior ainda não resolvido: o vazio cartográfico dos territórios vulneráveis de favelas.

A Região de Ramos, no Rio de Janeiro, apresenta-se como recorte de estudo por ser a localidade que registra a maior concentração de habitantes moradores de favela, além de conter 3 das 10 maiores favelas da cidade: Complexo da Maré (64.094), Complexo do Alemão (60.583), Complexo da Penha (Vila Cruzeiro) (36.862). Os bairros considerados para análise são os pertencentes à Área de Planejamento 3.1:

Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Olaria, Maré, mais os bairros no entorno imediato: Alemão, Higienópolis, Inhaúma e Penha. A metodologia empregada baseia-se em procedimento exploratório que coteja a localização dos CEPs em banco de dados dos Correios, da Google e do levantamento do Guia de Ruas da Maré (2012).

Na primeira parte do artigo, apresentamos as diferentes visões acerca do urbanismo *smart* mostrando suas diferentes abordagens, humana e corporativa, e as diferenças no seu emprego no sul global e a relação com o que vem sendo chamado de colonialismo de dados. Em seguida, abordamos a questão da integração geoespacial de dados nas políticas públicas, e traçamos um panorama histórico sobre a sistematização de informações sobre as favelas, e a evolução da sua representação cartográfica no Rio de Janeiro. Na segunda parte, discutimos as inconsistências dos dados de Covid-19 a partir das informações de CEP. Nas considerações finais argumentamos acerca das fragilidades do uso de informações georreferenciadas por meio do CEP, dentro de um cenário do chamado urbanismo *smart* ou digital, que ao deixarem a grande parte das favelas de fora, reproduzem e acirram as desigualdades já presentes no território.

### Cidade *smart*<sup>6</sup> corporativa e dataficação

O termo *Smart City*, ou Cidade Inteligente, vem se popularizando desde o início do século. Refere-se a um modelo de cidade “astuta”, segundo o qual a cidade tem suas funções otimizadas a partir do uso de sensores digitais, que coletam as informações de forma extensa e contínua. A partir da produção e coleta de dados, é possível analisar a fundo questões e problemas da cidade, para que possam ser solucionados de forma a torná-la customizada para determinado contexto, com suas funções aproveitadas ao máximo com economia de energia. Neste âmbito, a dataficação é compreendida como a quantificação das ações humanas, com o intuito de gerar dados comercializáveis a partir de sensores desenvolvidos para a extensa coleta de dados (SCHIAVI, 2021).

O exame sobre como a *inteligência* digital pode influenciar as cidades no futuro, vem sendo empreendido por governos e empresas de telecomunicações, as quais oferecem serviços para buscar soluções para problemas urbanos em geral ligados à tráfego, mudanças climáticas e também como meio de expandir o acesso democrático a informações e dados. Neste novo contexto, um amplo fluxo de dados está sendo reunido e processado em diversas áreas em escala sem precedentes. Dados da vida urbana são coletados desde os primórdios do urbanismo, no entanto a inteligência digital permitiu a coleta em massa, o chamado *Big Data*, que também exacerbou problemas já existentes de interpretação e criou novos, relativos à privacidade e à vigilância.

Nos países do Norte Global a questão vem se colocando com ênfase em uma transição verde e digital gêmeas, aliando dois dos principais temas que se colocam no mundo contemporâneo (EUROPEAN COMMISSION, 2020). Na América Latina, estudos da Organização das Nações Unidas por meio da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL-ONU, 2015) consideram que a economia digital e as tecnologias associadas a ela estão promovendo transformações profundas na geração de valor dos serviços públicos. Ressaltam que os dados abertos de governo (*Open Government Data* - OGD) e a noção de *Smart City* devem estar estreitamente relacionados com o conceito de governo aberto, e buscar o envolvimento da população.

<sup>6</sup> Faremos uso do termo *Smart City*, por considerarmos que a tradução para “cidade inteligente”, apesar de bastante difundido, não alcança significar todos os atributos do original *smart*.

Antoine Picon (2015) ressalta que embora amplamente utilizado, o termo *Smart City* ainda está permeado de ambiguidades, onde identifica dois sentidos. Um mais limitado, empregado para valorizar a eficiência na otimização dos aspectos funcionais das infraestruturas das cidades, e outro que estabelece uma visão mais ampla que engloba, além da eficácia imediata, a promoção do intercâmbio de conhecimento, e a consequente melhoria de qualidade de vida por meio de um uso inteligente de recursos. Apesar das divergências teóricas e práticas sobre o conceito, parece existir um entendimento atual da estreita vinculação da *Smart City* com uma proposta corporativa (SCHIAVI, 2021).

Marvin et al (2016) considera que as implicações das mudanças da lógica convencional para a *inteligência* digital – não só nas Cidades *smart*, mas também na infraestrutura *smart*, edifícios *smart*, bairros *smart*, redes *smart* – ainda não foram criticamente examinadas em seu todo, e indica a grande presença dos campos das engenharias e da economia nos sistemas digitais. Aponta ainda que as formas pelas quais os potenciais sociais, econômicos e políticos do urbanismo *smart* ainda estariam fora do alcance da perspectiva das ciências sociais. Entre os estudos oriundos dos campos da geografia, ciência da computação, arquitetura e estudos urbanos sobre o papel das TICs na produção do espaço urbano, aponta uma série de temáticas a serem aprofundadas, onde se destacam: cibercidades (GRAHAM E MARVIN, 1996); cidades digitais; computação ubíqua; urbanismo informático, entre outros (MARVIN; LUQUE-AYALA; MCFARLANE, 2016).

No que concerne à política de dados urbanos nas *Smart Cities*, os *dashboards* (painéis de controle informativos), as *data platforms* (plataforma de dados), e os *control rooms* (centros de controle), desenvolvidos por autoridades municipais e outros agentes, emergem como novas maneiras de conhecer e perceber a cidade (MARVIN et al 2016, p.6; KITCHIN et al, 2016, p. 17). As críticas a esses instrumentos residem no fato de que sua aparente neutralidade técnica evidencia, na realidade, visões políticas e ideológicas, o que influencia na forma como as cidades são tratadas e reguladas. Nesse sentido, as principais críticas estão relacionadas ao crescimento de uma governança tecnocrática, o esvaziamento do estado com a presença de corporações na gestão da cidade, e a possibilidade de *hackeamento* dos sistemas da cidade.

A questão da governança empresarial na implementação do modelo de *Smart City* corporativa pode ser também interpretada através do conceito do colonialismo de dados (SILVEIRA, 2021), o que joga luz sobre o desequilíbrio na coleta de dados (HOLLANDS, 2016). A preocupação não é apenas com a forma como as grandes corporações coletam os dados através de plataformas digitais, mas também como isso é um “indicativo de empobrecimento dos países periféricos” (SILVEIRA, 2021, p.50) como o Brasil. As grandes empresas de tecnologia, com sede em países do norte como Estados Unidos, são líderes no mercado de infraestruturas e plataformas que possibilitam a implementação de políticas *Smart* nos países do sul e no resto do mundo, sob a promessa de avanço econômico. Elas lucram não apenas com os serviços e mercadorias que vendem aos países do sul que desejam ser mais *smart*, mas também com a coleta, armazenamento e interpretação dos dados coletados por esses serviços e sistemas de infraestruturas instalados. “Os dados se tornaram um dos principais mercados da economia informacional” (AVELINO, 2021, p.68) e o seu fluxo é unilateral, enriquecendo as bases de dados dessas empresas norte-americanas, otimizando seus softwares a partir da interpretação de tais dados, reforçando a dependência econômica dos países do sul (SILVEIRA, 2021).

No Brasil, a *Carta Brasileira das Cidades Inteligentes* é proposta com o objetivo de “... apoiar a promoção de padrões de desenvolvimento urbano sustentável, que levam em conta o contexto brasileiro da transformação digital nas cidades” (BRASIL, 2020, p.

20). A Carta estabelece como princípio a integração das agendas do desenvolvimento urbano e da transformação digital, para ampliar a compreensão da noção de *cidade inteligente* na realidade diversa do território brasileiro. Ela atribui o descolamento do campo do desenvolvimento urbano à ausência de conexão evidente com a agenda histórica da reforma urbana, o que teria dificultado um debate mais amplo, para além dos nichos das tecnologias digitais. Aponta, também, a necessidade de ressignificar e estabilizar a compreensão do termo de forma a que os vários setores da sociedade, organismos, e agentes possam lidar com a complexidade da transformação digital nas cidades no país. Entretanto, a despeito de levar em consideração o comprometimento com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentável, em vista da urbanização desigual do território nacional, não deixa de ter uma abordagem corporativa e de comercialização de dados unilateral (SCHIAVI, 2021).

Ao analisarmos a forma como estão sendo implementadas políticas voltadas para transformar cidades em *inteligentes*, percebemos iniciativas *inteligentes*, mas também corporativas, como no caso do Centro de Operações do Rio de Janeiro (2010), criado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com a IBM, líder mundial em produção de *hardware*. O Centro de Operações Rio (COR) é inaugurado em 2010, apresentando-se como uma sala de controle que monitora câmeras e reúne agências municipais e concessionárias que atuam na cidade e forças de segurança. O COR é criado com o objetivo de produzir protocolos de ação e diminuir tempos de respostas para emergências relacionadas sobretudo a riscos climáticos e ambientais, gestão das mobilidades urbanas e controle de segurança (FREITAS, 2018).

A cidade do Rio de Janeiro, por meio do COR, é erguida ao rol de cidades *smart*, prefigurando um modelo de cidade computacional a ser provavelmente difundido, que está muito além do uso de determinada tecnologia. Aspectos relativos à corporatização da governança e vigilância panóptica, por exemplo, imbuídas nas iniciativas *smart*, são inevitavelmente carregadas de visões políticas, que ainda precisam ser expostas a análises mais aprofundadas (LUQUE-AYALA et al, 2020; FARANIUK et al, 2020; KITCHIN et al, 2016). O projeto é baseado na *dataficação*, na coleta de dados de forma contínua da cidade, onde as tecnologias adotadas foram “apenas transferidas de uma corporação estadunidense para um território brasileiro” (SCHIAVI, 2021, p.160), desconsiderando em sua implementação qualquer necessidade específica do contexto carioca.

Apesar da implementação desse modelo de *Smart City* corporativa (HOLLANDS, 2016) através das políticas públicas aliadas a grandes empresas do setor, vemos também a emergência de iniciativas *smart* de participação cidadã em pequena escala, nos mostrando uma visão de cidade inteligente mais humana, usando a *inteligência* digital para criar possibilidades de se apropriar da cidade. Temos como exemplo mais recente a *startup* paulistana Favela Brasil Xpress<sup>7</sup>, que faz entregas de mercadorias em favelas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esse serviço busca contemplar as favelas que embora tenham CEP não são atendidas por serviços de entregas, que se recusam a atender esses territórios. Iniciativas como essa, que se utilizam das plataformas digitais para trazer visibilidade a regiões e problemas que continuam a ser negligenciados por políticas públicas, também produzem dados que são coletados pelas grandes *Big Techs* e compõem o *Big Data*, uma vez que se utilizam das mesmas plataformas digitais que as iniciativas de *smart cities* corporativas, como *Google*, *Apple*, *Facebook*, *Amazon*, *Microsoft* e *IBM*. Sendo assim, ainda que exista uma visão mais humana de

7 Favela Brasil Xpress: startup da quebrada quer levar entrega rápida para favela. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/afp/2021/12/16/favela-brasil-xpress-startup-da-quebrada-quer-levar-entrega-rapida-para-favela.htm?cmpid=copiaecola>

*smart city*, mesmo assim encontra-se submetida à lógica do colonialismo de dados.

### Digitalização e integração geoespacial de dados e informações urbanas e o conhecimento sobre as favelas no Rio de Janeiro

No que tange ao urbanismo, a virada digital da cidade ocorre com a criação do Sistema Municipal de Informações Urbanas (SIURB), que é instituído pelo Decreto No 38.879 de 2/7/2014, conforme disposto no Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro (Artigos 315 e 316 da Lei Complementar no 111 de 01/02/2011), e tem como finalidade “... reunir, gerir, integrar e atualizar o conjunto de informações sobre a Cidade do Rio de Janeiro, estabelecendo um canal de comunicação eficiente entre os órgãos de forma a subsidiar políticas públicas da Administração Municipal” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2014).

O modelo de integração baseia-se na organização de um sistema central (SIURB) que se fundamenta na elaboração de um Cadastro Técnico Multifinalitário (CADTEC), cuja coordenação é do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) utilizando os elementos do antigo Armazém de Dados com Estatísticas, Estudos e Portal Geo. Para este fim, o IPP estabelece um acordo com a conhecida empresa norte-americana ESRI, pioneira em geoprocessamento através do aplicativo ArcGis, que cria um sistema de registros administrativos de dados geoespaciais, que passa a integrar todas as bases anteriores e futuras de informações urbanísticas da cidade. O potencial não só de um sistema de registros administrativos, mas também de um sistema de engajamento – de clientes, funcionários, comunidades, população – que segundo a empresa tem grande alcance, podendo até mesmo futuramente vir a substituir a forma de trabalho manual na aplicação dos Censos (ESRI, 2016), tem como chave principal para isso tudo a integração por meio da localização geográfica.

Dados abrangentes vem sendo elaborados sobre as favelas no Brasil, tema evidenciado por publicação específica feita no último Censo (IBGE, 2010) intitulada *Aglomerados Subnormais*<sup>8</sup>, denominação dada a formas de ocupação irregular de terrenos públicos ou privados para fins de habitação em áreas urbanas, com carência de serviços públicos essenciais e em localizações que apresentam restrições à ocupação. Segundo o Censo 2010, nessas áreas habitam 6% da população brasileira (11,4 milhões), sendo que quase a metade desse contingente encontra-se no Sudeste. Estimativas para o Censo 2020 (IBGE, 2019) – ainda não efetivado em virtude da eclosão da pandemia da Covid-19 – preveem um aumento de 59% na quantidade de domicílios, o que significa uma prognóstico alarmante de crescimento das áreas de urbanização precária no país e a grande dimensão que o tema assume na urbanização brasileira. Apura-se, ainda pelos dados de 2010, que apesar de ser um fenômeno urbano de caráter diverso no vasto território brasileiro, se caracteriza por ser sobretudo urbano e metropolitano, onde as cidades do Rio de Janeiro (1,4 milhões hab.) e São Paulo (1,3 milhões hab.) formam um grupo bem distante das demais, ainda que proporcionalmente ao total da população, a capital carioca apresenta um número que é o dobro da paulista (IBGE, 2010).

Além do uso dessa denominação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que retrata a diversidade da urbanização precária no território brasileiro – onde se inclui favela, invasão, grota, baixada, comunidade, mocambo, palafita,

8 Face ao adiamento do Censo Demográfico 2020 em virtude da pandemia de Covid-19, o IBGE emitiu Nota Técnica visando a preparação da atualização dos dados censitários sobre os aglomerados subnormais e relacionando-os a dados de distância entre eles e as Unidades de Saúde.

loteamento, rressaca, vila entre outros (IBGE, 2020) – os critérios de carência de serviços públicos essenciais, urbanização irregular e ocupação ilegal da terra, também são os considerados pelo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, de 1992, para a caracterização das áreas de favela. No Rio de Janeiro, as áreas de favelas ocupam aproximadamente 46km<sup>2</sup>, estão presentes em quase 86% dos bairros, e em todas as cinco Áreas de Planejamento. A população moradora de favelas na cidade representa 22% do total, sendo que a Área de Planejamento 3 – Zona Norte, entre as 5 Áreas de Planejamento, é a que apresenta o maior número nominal e proporcionalmente a mais alta porcentagem (654.755) em relação ao total.

O conhecimento sobre as favelas na cidade e o seu registro foi sistematicamente eliminado da cartografia elaborada pela administração municipal, onde só passam a constar nos mapas oficiais a partir dos anos 1970 (FERRAZ et al, 2018; REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ, 2012; ALBERNAZ & INÁCIO, 2014). As favelas no Rio de Janeiro são oficialmente reconhecidas, e proibidas, em 1937, no Decreto 6.000, o Código de Obras do Distrito Federal, embora houvessem sido reconhecidas anteriormente pelo Plano Agache, publicado em 1930. Outros registros do próprio IBGE remontam a 1953, quando foi lançada a publicação *As favelas do Distrito Federal*, além do levantamento do Censo Demográfico de 1950 que identificou que 7,2% da população do Distrito Federal – equivalente ao atual Município do Rio de Janeiro – morava em favelas (IBGE, 2010).

A representação cartográfica oficial da favela permaneceria em um limbo até a realização do programa Favela Bairro, que se institui a partir de 1993, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (CONDE e MAGALHÃES, 2004). Esse momento, que é caracterizado pela implementação de projetos de infraestrutura básica, se identifica como um marco da política de reconhecimento da favela e do significativo contingente de pessoas residentes em seu espaço. O tratamento ministrado à favela pela administração pública passa a ser o da sua urbanização visando sua integração à cidade formal.

Alinhados com essa política, identificam-se outros programas, tais como o Morar Carioca, lançado em 2010 e o Bairro Maravilha, em 2011, ambos de iniciativa da Prefeitura, e o Programa de Aceleração do Crescimento PAC, de 2007, de âmbito federal, que se colocam como parte dos preparativos da cidade para receber os megaeventos internacionais, que tem como ápice os Jogos Olímpicos de 2016. Esses programas irão contribuir com bases cartográficas do interior das favelas, provenientes dos projetos de urbanização, uma vez que os cadastros da Prefeitura constam somente a área limite da favela com a cidade formal. A principal fundamentação subjacente a essas iniciativas residiria em obter efeitos demonstrativos para o controle da segurança, face à violência instalada pela presença de grupos criminosos no território das comunidades.

Nesse contexto se dá a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs, instaladas a partir de 2008 pelo Governo do Estado, com o objetivo de garantir o controle pela polícia militar dos territórios ocupados pelo tráfico de drogas armado. Visando reforçar a presença do Estado em ações mais amplas, desdobram-se da UPP os programas UPP Social e Rio+Social, este último como iniciativa da Prefeitura, com o objetivo de promover integração urbana, social e econômica dos territórios com UPPs instaladas, visando a articulação de políticas e serviços municipais (SOUZA, 2012). As vinte e cinco favelas com UPPs instaladas são objeto de mapeamento interno de logradouros e segue metodologia oriunda da combinação de diversas bases gráficas: acervo de restituições cartográficas da PCRJ, base de faces e eixo de logradouros do IBGE do Censo 2010, base cartográfica do PAC, ortofotos 2011 da PCRJ, e validação em campo com participação da população local. Somam-se ao mapeamento de logradouros (base para identificação das ruas e regularização fundiária) que é base fundamental para um rol de ações para a inclusão das áreas de favelas: a

localização para implantação e manutenção de infraestrutura e serviços; a definição e sinalização de rotas para situações de risco e emergências; e a criação de cadastro georreferenciados de endereços. Iniciada em 2012, a iniciativa de mapeamento de logradouros das favelas por parte da Prefeitura representou passo importante para o reconhecimento dos direitos dos moradores à cidade. Contudo, passados os grandes eventos e com a mudança de gestão, o programa não teve continuidade e a grande maioria das quase mil favelas do Rio de Janeiro permanecem sem legitimidade espacial na cartografia oficial da cidade.

O outro lado do urbanismo digital nos territórios de favela é sua face colaborativa, e nesse sentido a iniciativa conduzida pela ONG Redes da Maré na elaboração do Guia de Ruas (2012), cujo mapeamento foi integrado às bases da Prefeitura e por meio do qual muitas ruas dentro das dezessete comunidades do conjunto de favelas da Maré, alcançaram a validação por meio dos Códigos de Endereçamento Postal (CEP). Outras iniciativas feitas com a participação coletiva promoveram uma maior visibilidade cartográfica das favelas da cidade, como por exemplo, o “Tá no Mapa” e o “Mapa Participativo da Cidade do Rio de Janeiro”, entre outros (NEVES, 2018), que se contrapõem a ações de invisibilização das favelas cariocas, como o apagamento da palavra “favela” do Google Maps<sup>9</sup>, representando-as como parques e morros. Essas iniciativas digitais, feitas com a participação coletiva e local promoveram uma maior visibilidade cartográfica das favelas da cidade e apontam para uma potencialidade colaborativa que pode adquirir grande relevância no urbanismo digital, sobretudo para áreas de informalidade.

### **Código de Endereço Postal (CEP) e a crise sanitária da Covid-19**

Por ser um sistema de códigos estabelecido e usado em todo o mundo, o CEP vem sendo o meio mais rápido e ágil para a geolocalização de um endereço urbano em um mapa digital, assim como para a integração de bases cartográficas (a outra maneira de fazê-lo é por meio de coordenadas geográficas). Dessa forma, a ausência de CEP em um local torna sua existência difusa, a falta de uma representatividade codificada torna-o vazio, o que restringe o acesso a uma série de serviços e direitos às pessoas que nele habitam. O Código de Endereço Postal, o CEP, foi criado pelos Correios em 1971, e equivale a “... um conjunto numérico constituído de oito algarismos, que orienta e acelera o encaminhamento, o tratamento e a distribuição de objetos de correspondência, por meio da sua atribuição a localidades, logradouros, unidades dos Correios, serviços, órgãos públicos, empresas e edifícios” (CORREIOS). O CEP inicialmente continha cinco dígitos, que representam região e subdivisões em setores e, com o crescimento da demanda e otimização de processos, a partir de 1992, passou a ter mais três que representam identificadores de distribuição.

Os Correios são a empresa pública do Governo Federal do Brasil, responsável pela oficialização de logradouros no Brasil e pela emissão do Código de Endereço Postal (CEP). Criada pelo Decreto Lei no 509, de 20 de março de 1969, os Correios ainda se mantém como a principal controladora de entregas de serviços postais no território nacional, que se caracteriza pela escala continental. Todavia, a lenta velocidade de atualização de sua base, e as falhas decorrentes do não acompanhamento da evolução das cidades no Brasil, abrem um abismo urbanístico, em vista da extensa presença da informalidade da ocupação urbana. Muitos logradouros de áreas informais e de favelas já possuem CEPs, contudo, a grande maioria deles ainda permanece sem essa

<sup>9</sup> Favelas desaparecem de busca no Google Maps. Disponível em: <https://exame.com/brasil/favelas-desaparecem-de-busca-no-google-maps/>

identificação. Criado antes da disseminação dos sistemas de sensoriamento remoto por satélite, o CEP vem sendo um elemento importante na atualidade, sobretudo para fornecer localização geográfica para uma diversidade de sistemas de registros de dados geoespaciais, utilizado em sistemas e aplicativos digitais de entregas. Em locais da cidade não cadastrados no sistema, o que se vê são iniciativas que buscam suprir a demanda de entregas, como a “Carteiro Amigo”<sup>10</sup>, iniciativa que distribui mercadorias na favela da Rocinha, na zona sul da cidade, para moradores que não estão contemplados pelos serviços dos Correios, por causa da falta do CEP. Algumas possibilidades através de tecnologias inovadoras se colocam como alternativas ao CEP, como o perfilamento a laser (LIDAR – Light Detection and Ranging) que vem sendo empreendido por instituições acadêmicas de pesquisa internacionais (Favela 4D – MIT senseable Lab)<sup>11</sup>, ou mesmo a própria iniciativa da Google de geração de códigos (PLUSCode)<sup>12</sup>. Estas são possibilidades que se abrem, consolidando o processo em que empresas de fora do país se propõem a fornecer serviços que hoje são de responsabilidade pública.

No caso da crise sanitária decorrente da Covid-19, o registro do CEP na base de dados de contágio do Ministério da Saúde, acenou para a possibilidade de estudos aprofundados para a interrelação entre saúde e cidade. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracteriza a Covid-19 como uma pandemia, chamando a atenção sobre a importância das informações e o registro de dados, para a formulação de medidas para seu combate. No Brasil, intensa controvérsia foi gerada pelas mudanças constantes relacionadas à forma de sistematização e transparência dos dados por parte do Ministério da Saúde. Apesar de o Sistema Único de Saúde ter ampla inserção no território nacional, a contabilização dos dados é vagarosa, pois as informações são recolhidas em clínicas locais para posteriormente serem repassadas ao Ministério da Saúde, que os consolida em base única. No que tange ao território de favelas essa situação se tornou ainda mais crítica. Desde um primeiro momento, identificou-se a inconsistência na identificação da incidência do vírus nos seus territórios, o que promoveu mobilizações comunitárias tanto para controle da doença como para apoio às famílias em condições de vulnerabilidade. Entre elas destacamos o *Painel Unificador Covid-19 nas Favelas*<sup>13</sup>, o *painel Covid-19 nas Favelas*<sup>14</sup>, o *boletim De Olho no Corona*<sup>15</sup>, entre outras.

Para a contabilização dos casos de Covid-19, usa-se o CEP como forma de registrar a moradia da pessoa contaminada. Como não há um cadastramento total dos logradouros da cidade do Rio no CEP, muitos dos dados coletados que nos permitiram compreender quais regiões possuem mais pessoas contaminadas pela doença estão incompletos ou incorretos. É o caso, por exemplo, da Rua Amparo, em Rio das Pedras, favela na zona oeste da cidade; ela foi apontada como recordista de casos de infecção da doença em julho de 2021 segundo a contagem de casos utilizando-se o CEP<sup>16</sup>, quando, na verdade, se tratava de um dos diversos casos que encontramos na cidade, de acúmulo de logradouros em um mesmo CEP, por registro incorreto do sistema.

10 Correios nas Favelas do Rio: Soluções Comunitárias Surgem da Negligência do Estado. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=12987>

11 Disponível em: <https://senseable.mit.edu/favelas/>

12 Disponível em: <https://maps.google.com/pluscodes/>

13 Iniciativa do Comunidades Catalisadoras. Disponível em: <https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/>

14 Iniciativa do Voz das Comunidades. Disponível em: <https://img-vozdacomunidade.s3.sa-east-1.amazonaws.com/wp-content/uploads/2021/01/09132749/Painel-Covid-19-2.jpeg>

15 Iniciativa da Maré Online. Disponível em: <https://mareonline.com.br/paineldosinvisiveis/>

16 ‘Veneza carioca’ é recordista de casos e mortes por coronavírus; confira outros lugares por CEP. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/veneza-carioca-recordista-de-casos-mortes-por-coronavirus-confira-outros-lugares-por-cep-1-24527474>

Segundo a Agência Lume<sup>17</sup>, existem 111 ruas com o mesmo número de CEP da Rua Amparo. Sendo assim, o acúmulo de casos na Rua Amparo é, de fato, o acúmulo de casos de 44,2% dos logradouros de Rio das Pedras. Já na Vila Kennedy, favela em Bangu, a inclusão da informação do CEP nos dados disponíveis pela prefeitura foi responsável por mudanças significativas na contabilização dos casos. O portal *Voz das Comunidades*, por exemplo, sofreu mudanças com a nova metodologia, e registra que “Antes, a contagem era feita através dos dados do painel feito pela prefeitura, agora os dados são computados através do CEP, divulgado pelo data.rio.”<sup>18</sup>

## Procedimentos metodológicos e analíticos

### *Recorte espacial*

Das dez maiores favelas do RJ, sete estão localizadas na Zona Norte – Área de Planejamento 3, o que demonstra a importância que os grandes conjuntos de favelas assumem na estruturação e na paisagem desse território. A Subárea de Planejamento 3.1, que reúne os bairros Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Olaria, somada à Maré, tem o maior percentual (43,6%) de população moradora em área de favela da cidade. Esse recorte urbano foi definido como foco para verificação de dados de Covid-19 em territórios de favelas, a partir da análise do CEP. Todavia, face ao extravasamento da geolocalização de muitos dos dados para bairros vizinhos, na análise foram considerados também os bairros Alemão, Higienópolis, Inhaúma e Penha. Em conjunto, esses 9 bairros objeto de nossas análises englobam 80 favelas, e entre elas 3 entre as 10 maiores da cidade - Complexo da Maré (64.094 hab.), Complexo do Alemão (60.583), Complexo da Penha (Vila Cruzeiro) (36.862).

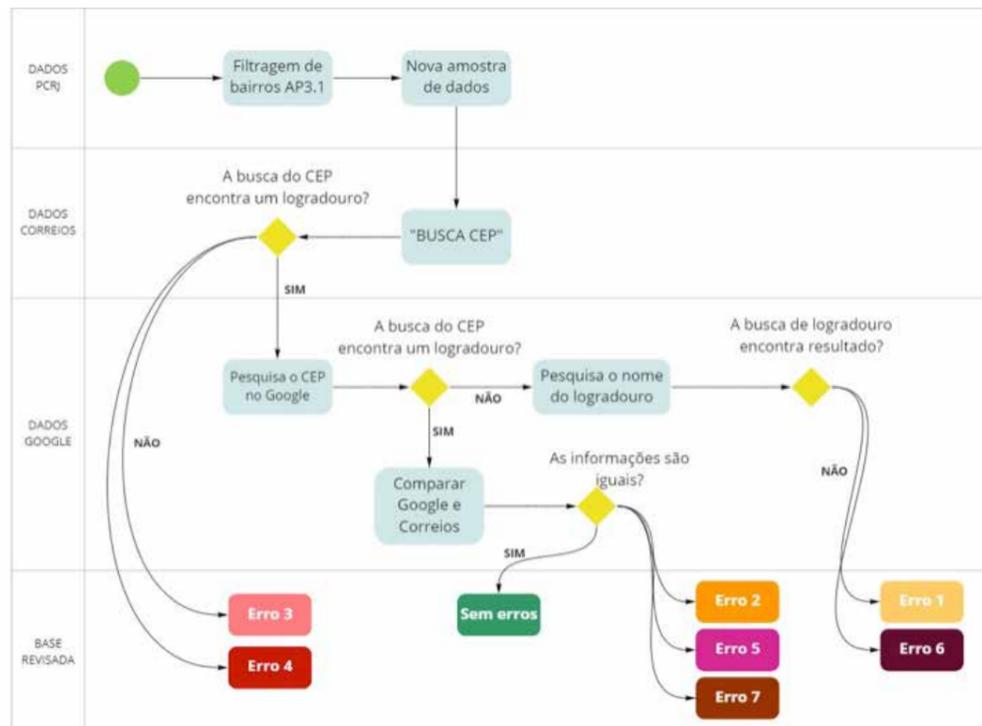
### *Estrutura e análise dos dados*

A investigação examinou a incidência de casos de Covid-19 nesse recorte urbano, ao longo de 2020 e 2021, utilizando-se da análise dos dados que compõem os Códigos de Endereço Postal (CEP). As informações de casos e óbitos de Covid-19 foram agregadas de acordo com o CEP em que foram registradas no momento do atendimento. A metodologia para aferir as informações sobre os CEP’s consistiu em procedimento exploratório cotejando a localização dos CEPs em banco de dados dos Correios, da Google e do levantamento do Guia de Ruas da Maré (2012) (Figura 1). A base de dados final consta com 602 entradas de números de CEP, onde cada entrada tem em seu registro informações sobre erros encontrados durante o aferimento das informações de logradouro e bairro.

Os resultados encontrados indicam que pouco mais da metade (51%) dos CEPs da amostra apresentaram algum erro de busca. O bairro Maré se destaca contendo 56% de todos os erros da amostra pesquisada, tendo 76% dos CEPs pesquisados neste bairro algum tipo de erro. Dentre estes erros, mais da metade (63%) são do tipo “Erro 2”, ou seja, erro de nome do bairro (Gráfico 01). Em resumo, quase um quinto (17%) dos CEPs pesquisados são logradouros da Maré com o cadastro de outro bairro, a maioria das vezes Bonsucesso e Ramos.

17 Coronavírus: As 111 ruas Amparo em Rio das Pedras. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/coronav%C3%ADrus-as-111-ruas-amparo-em-rio-das-pedras>

18 Vila Kennedy tem 162 casos a mais do que o painel da prefeitura. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/saude/vila-kennedy-tem-162-casos-a-mais-do-que-o-painel-da-prefeitura-sao-192-casos-34-obitos-e-158-recuperados/>



Dentre os 7 tipos de erros encontrados na aferição dos dados de CEP, destacamos, além do já mencionado “Erro 2”, o “Erro 3” que representa os CEP’s inexistentes e o “Erro 4”, que representa erros de CEP’s de logradouros longos. Cada um destes erros pode ser agregado em dois tipos de situações, ou grupos. No primeiro grupo, os CEPs inexistentes têm uma numeração arbitrária (como 21000000 por exemplo) o que pode ser decorrente da falta de conhecimento da informação por parte do paciente que deu entrada no hospital. Pode significar também uma ausência de método por parte de quem registra a informação, que deixa em branco campos importantes, por não estar ciente da relevância da informação. Este grupo de erros impede uma análise espacial dos casos de Covid-19, uma vez que não podem ser mapeados. Apesar de representarem uma parcela pequena dentro da nossa amostra, representam os dois CEP’s com mais casos quando se avalia a base de dados de todo o município (o CEP 21000000 com 1201 casos acumulados e o CEP 20000000 com 1189 casos acumulados até julho de 2021). Mais recentemente, com o aumento vertiginoso de casos decorrentes da variante ômicron do vírus da Covid-19, e a incapacidade de o plantel médico nos postos de saúde dar cabo da alta demanda concentrada por testes e internações, há indícios de que o preenchimento das fichas de cadastro estejam deliberadamente eliminando o preenchimento de informações mais detalhadas do paciente, e entre elas a de endereço. De qualquer forma, a existência de uma base de entradas de informações que seja automatizada supriria este problema, dando a entrada de logradouro e bairro a base completa o CEP de forma automática, por exemplo.

Já no segundo grupo, o de logradouros longos, a dimensão física-espacial do território reverbera em problemáticas de registro de dados via CEP. Em nossa amostra, 35 CEP’s apresentaram erros deste tipo, e após nossa aferição de localização geográfica, descobrimos que se encontravam em bairros diferentes do que foram declarados. Isto ocorre, pois um mesmo logradouro passa por mais de um bairro, gerando incompatibilidade em dados armazenados em bases diferentes. Em outros casos, um logradouro longo pode constar com mais de um CEP, sendo um para cada lado da via, por exemplo. Encontramos também casos de desmembramento de logradouros, com criação e cancelamento de CEPs realizado pelos Correios, cujas alterações não

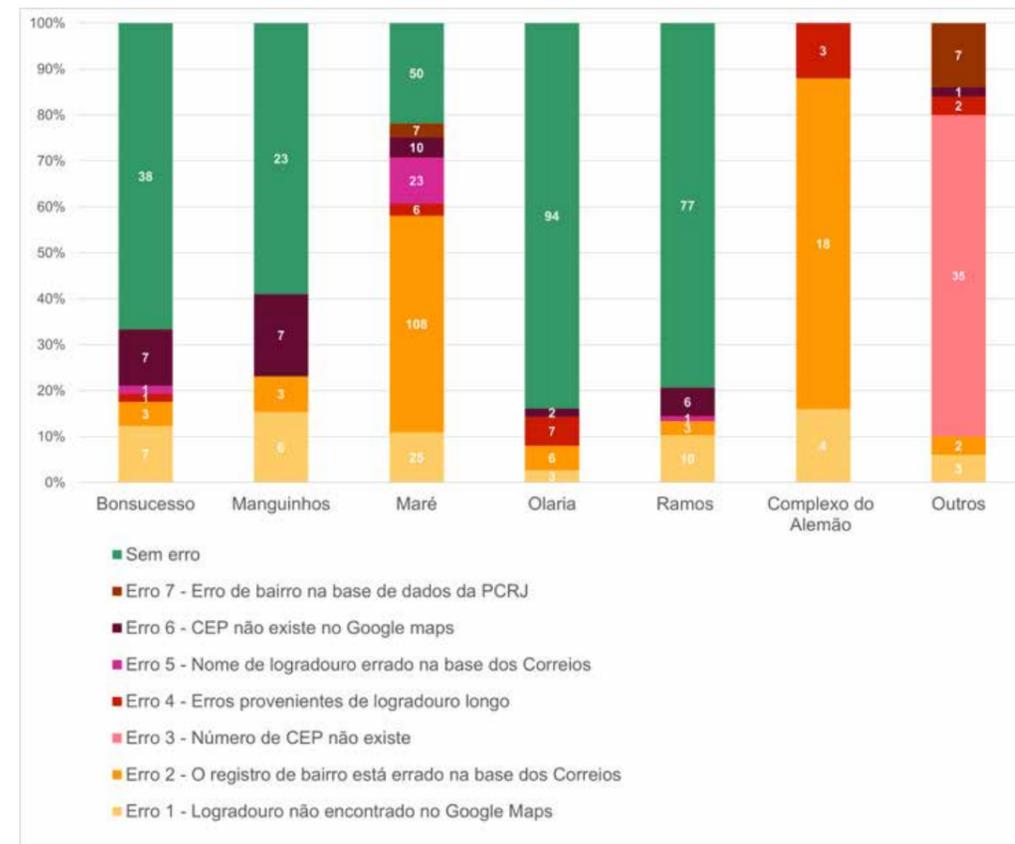


Gráfico 1 - Tipos de erro de CEP por bairro. Fonte: autor, 2022.

foram ainda registradas em bases da Prefeitura ou do Google. Na região de análise, dois logradouros se destacam por serem vias articuladoras do tecido urbano (Figura 2), passam por diversos bairros, conectam centralidades locais e margeiam o Complexo do Alemão, se configurando como vias coletoras de fluxos vindo das favelas: Avenida Itaóca e Estrada do Itararé.

Estimamos que os CEP’s correspondentes a estes logradouros podem concentrar muitos casos por diversos fatores: i) por serem vias articuladoras que margeiam muitas favelas, os moradores podem registrá-las como endereço, no caso de não terem reconhecimento dos logradouros que dão acesso às suas casas; ii) por serem logradouros longos, vão concentrar mais moradores em sua extensão e especialmente esse valor será concentrado na representação em um único ponto no mapa, quando deveria estar distribuído ao longo de diversos quilômetros; iii) são localidades centrais na região, de fácil acesso e conhecimento dos moradores, que podem registrá-lo como endereço, por não saberem todos os seus próprios dados.

### Em busca de interpretações

Para efeito de verificação, cruzamos os dados dos erros dos CEP’s com informações demográficas de densidade (hab/km<sup>2</sup>), renda e cor da pele, extraídas das bases do Censo 2010 (IBGE). Observamos na Figura 02 como a densidade populacional é expressivamente mais alta nas áreas das favelas, onde os espaços não ocupados são em geral restritos às exíguas vias de circulação, com episódicas e acanhadas áreas de lazer ou cobertura vegetal. São estes os territórios que mais concentram pontos vermelhos, que representam os CEP’s com erros. Além disso, no caso do Complexo do Alemão, os logradouros longos que representaram uma parte dos erros, se sobrepõem aos limites entre cidade e favela além das fronteiras entre diferentes bairros, compondo um ambiente propício para problemas de dados e registros das informações de identificação de endereços.

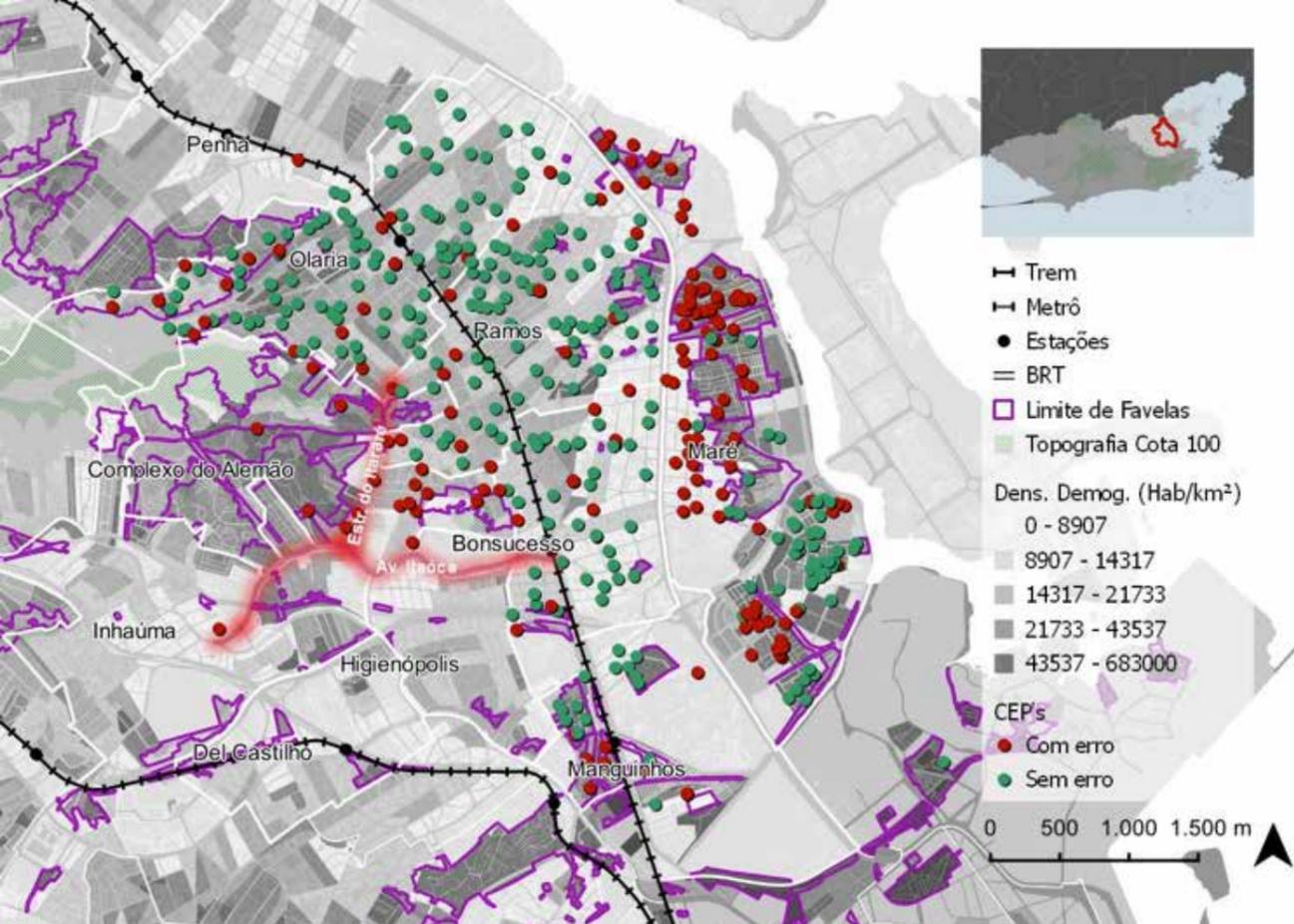


Figura 2 - Densidade habitacional IBGE (2010), Código de Endereçamento Postal com e sem erro, logradouros longos da Região de Ramos, Rio de Janeiro. Fonte: autor, 2022.

No que concerne à renda, como já foi observado em outros estudos (IPP, 2013), ela por si só não explica o grau de favelização de uma Região de Planejamento, o que é ratificado, por exemplo, pelo fato do bairro de Campo Grande apresentar percentual de pessoas residentes em favela menor que os índices da Zona Sul (18,2%) e da Barra da Tijuca (20,5%), que são as áreas onde mora população de mais alta renda. Embora várias favelas da Zona Sul registrem renda média nominal superior à da maior parte das favelas de outras áreas, o que vai ao encontro do analisado por Ribeiro e Ribeiro (2021) sobre o “efeito território”, a análise dos dados deixa claro que a favela ainda é um lugar de moradia de pessoas de renda mais baixa. Observamos na Figura 3 a concentração de pessoas de menor renda nos polígonos das favelas e no seu entorno imediato.

No que se refere aos dados de cor da pele, 47,96% da população da cidade do Rio de Janeiro é composta de negros (pretos e pardos assim autodeclarados). Em nenhuma das áreas de favela das Regiões de Planejamento, o percentual de negros é menor que 50%. O mapa da Figura 3 ratifica essa informação, demonstrando como as áreas mais claras têm maior concentração de pretos. Dessa forma, é possível enxergar claramente a sobreposição de rendas mais baixas em locais com mais favelas, ao mesmo tempo em que a concentração de pessoas de pele preta e parda é maior em territórios mais pobres. É justamente nessas áreas de população mais vulnerável que os dados da Covid-19 são mais imprecisos, e a visualização da informação no mapa fica mais embaçada.

### Considerações finais

Este trabalho analisou os rebatimentos espaciais, por meio do Código de Endereçamento Postal, o CEP, dos casos de Covid-19, em territórios vulneráveis de favelas na Cidade do Rio de Janeiro. Fazendo uso de metodologia de mapeamento urbano digital exploratório, para aferir a geolocalização dos dados de CEP registrados na base de

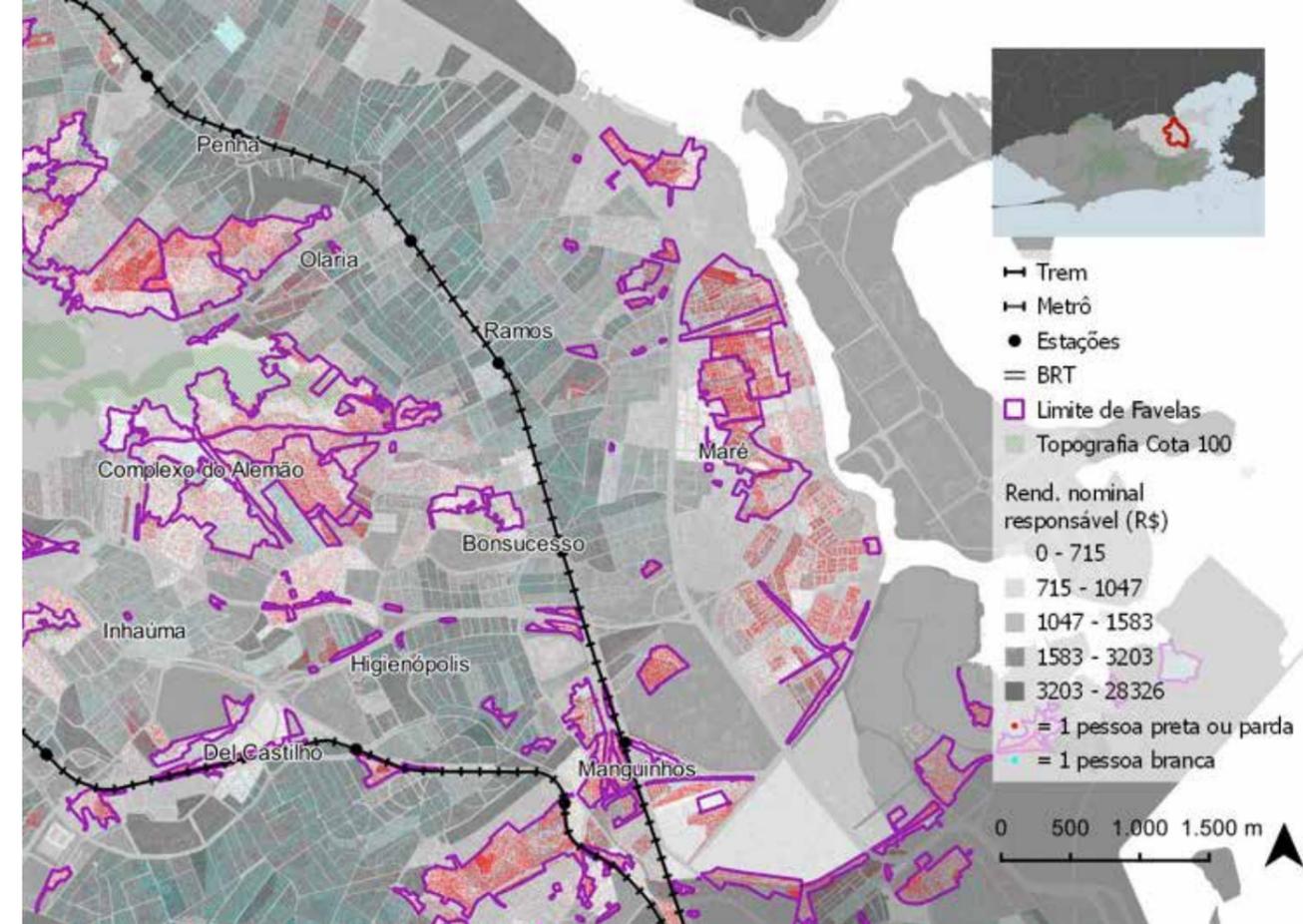


Figura 3 - Rendimento nominal médio do responsável, cor da pele da Região de Ramos, Rio de Janeiro. Fonte: autor, 2022, a partir de IBGE 2010. Fonte: autor, 2022.

dados divulgados pela Prefeitura, buscamos investigar as correlações da organização sócio espacial da cidade com o surgimento de casos da doença. Partimos da premissa de que as populações pertencentes aos segmentos de menor renda e moradores de favelas, ao terem em sua grande maioria que continuar exercendo trabalho presencial, e por consequência, estarem mais expostas ao contágio, – somadas às já pré-existentes precariedades urbanas de falta de saneamento e outros serviços urbanos – teriam maiores concentrações de casos de Covid-19. Entretanto, encontrou-se que as informações de CEP próximas aos territórios de favela apresentaram um número considerável de inconsistências. O fato de o interior da favela não estar representado na cartografia municipal tem como corolário o não reconhecimento oficial dos seus logradouros, o que impossibilita a obtenção de um código CEP. Destarte, as informações de dados de incidência de Covid-19, com considerável incongruência para as favelas, áreas com as quais a cidade tem histórica relação de vazio cartográfico, podem consolidar mapas digitais enganosos, ocultando a real incidência da pandemia na cidade.

A ascendência e provável irreversibilidade do urbanismo *smart*, fundamentado em instrumental tecnológico de informações e comunicação sobre a cidade, tem na geolocalização e na fabricação de mapas meios potentes para a definição de políticas urbanas. O SIURB significou um passo importante nesse sentido, integrando estatísticas e dados urbanísticos pré-existentes com novos, o que permitiu também uma melhor estrutura de dados abertos para consulta da população e para a pesquisa. Contudo, as informações cartográficas sobre as favelas – mesmo daquelas 25 então em processo de pacificação pelas UPPs e mapeadas pelo Programa Rio+Social – ainda não estão disponíveis, pois provavelmente ainda aguardam sua legitimação pelo processo de reconhecimento de logradouros pela Secretaria de Urbanismo. A iniciativa do Guia de Ruas da Maré (2012), elaborado por organizações do terceiro setor atuantes no bairro, de registrar logradouros e obter CEPs, é inaudita na produção da cartografia da cidade e na produção de conhecimento sobre as favelas, e em especial a Maré. Essas iniciativas recentes, contudo, são somente amostrais quando se reconhece a existência

de aproximadamente mil favelas no Rio de Janeiro. Além do que, a depender das gestões, não há uma política continuada com relação à urbanização e reconhecimento do espaço das favelas, por parte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

O urbanismo *smart* empreendido até o momento no Brasil, operacionalizado através de acordos entre órgãos públicos e grandes empresas de tecnologia, está presente nos territórios formais e onde se possa efetuar a comercialização de serviços com lucros rápidos, isto é, forma mais lucrativa e com menor esforço, o que não parece ser o caso dos territórios de favela. Nessa lógica, a mineração de dados em relação à saúde pública no Brasil, com a coleta massiva de dados de hospitais, clínicas, laboratórios, planos de saúde, registro de compras em farmácia, de certa forma foi impulsionada pela pandemia em curso. Mas, caso esses dados sejam utilizados como ferramenta de rastreamento e vigilância, e de forma acrítica e sem transparência, poderão intensificar a “capitalização da vida humana” (SOUZA, 2021, p. 114) e o aumento das desigualdades. Levando em consideração que as porções de território de urbanização precária são as que mais crescem nas cidades brasileiras, observa-se um imenso descompasso relacionado à gestão das cidades e o instrumental para seu conhecimento.

As áreas de favelas, assim como outros territórios vulneráveis e de urbanização precária nas cidades brasileiras, vêm crescendo em ritmo contínuo, registrando taxas nos últimos 10 anos muito acima daquelas das áreas formais. A população moradora de favelas no Rio de Janeiro registra, de acordo com as séries históricas do IBGE, crescimento constante a partir dos anos 1950 – com exceção da década de 1970, momento da política de remoções – sendo que esse índice entre os anos 2000 a 2010 foi de 32%, enquanto o resto da população cresceu 2,46% (IPP, 2013). Nossas análises apontam que cerca da metade dos registros de CEPs de pessoas contaminadas pelo vírus da Covid-19 da Região de Ramos, localidade que apresenta a maior concentração de população moradora em favelas no Rio de Janeiro, e que tem majoritariamente cor da pele preta e ingressos baixos, possuem inconsistência em relação à geolocalização dos CEPs, o que restringe o acesso comunitário às oportunidades que as políticas e as estruturas de saúde podem oportunizar a seus moradores, demonstrando a pouca importância dada a seus habitantes, e ainda menos à sua cidadania. No momento atual, mais de meio século desde que as favelas apareceram no mapa oficial do município, e quando se observam as rápidas transformações no gerenciamento do urbanismo com as cidades *smart*, as quais, em tese, visariam a integrar e a otimizar seu funcionamento e planejamento, verificamos que as favelas continuam fora do mapa.

É indispensável chamar a atenção para a restrição da análise e geolocalização na cidade, utilizando os dados digitais da Covid-19 baseados no CEP. Esta espacialização tem diversas falhas, que refletem um histórico passivo de reforma urbana, quadro que imprime contornos controversos ao urbanismo digital, e dele, com medidas de saúde pública. A pandemia no Rio de Janeiro, apesar de mitigada com a vacinação, não poderá apoiar-se espacialmente de forma consistente com os dados disponíveis, pois é inviável o entendimento preciso dos casos de Covid-19 disponibilizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro. As dificuldades encontradas ao analisarmos dados digitais sobre a cidade, registrados a partir do CEP, corroboram uma desconfiança da sua utilização no desenvolvimento de análises ou propostas dentro de um cenário do chamado urbanismo *smart* ou digital. A defasagem do CEP não é resolvida pelo discurso *smart*, que parece se preocupar mais com a coleta e monetização de dados do que com a resolução de históricos problemas urbanos de acesso à cidade.

## Referências

- ALBERNAZ F.; INÁCIO T. *Todo mapa tem um discurso*. Disponível em: <<https://todomapatemumdiscurso.wordpress.com>>. Consulta em: Jan. 2022.
- AVELINO, R. Colonialismo Digital - dimensões da colonialidade nas grandes plataformas. In: CASSINO J. F. et al. *Colonialismo de dados*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes*. Brasília: MDR, 2020. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/projeto-andus/carta\\_brasileira\\_cidades\\_inteligentes.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/projeto-andus/carta_brasileira_cidades_inteligentes.pdf)> Consulta em: jan. 2022.
- CASSINO, J. F.; SOUZA, J.; SILVEIRA, S. A. *Colonialismo de dados – como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Liberal, 2021.
- CAVALIERI, F.; VIAL, A. *Favelas na Cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010*. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: IPP, 2012.
- CORREIOS. *Tudo sobre CEP*. Disponível em: <<https://www.correios.com.br/enviar/precisa-de-ajuda/tudo-sobre-cep>>. Consulta em: Jan 2022.
- CONDE, L. P. e MAGALHÃES, S. *Favela-Bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Viver Cidades, 2004.
- FARANIUK T. M.; SIMÃO, M. M.; FIRMINO, R. J.; MENDONÇA, J. H. O estereótipo *smart city* no Brasil e sua relação com o meio urbano. In: *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 10, n.2, p. 159-179, maio/ago 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/47105>> Consulta em: Jan 2022.
- FERRAZ, N.; LEME F.; MAIA, F. Histórico da representação das favelas cariocas em mapas. In: *Arquitetura revista*, Vol. 14, n.1, p. 59-72. Jan/jun. 2018. Unisinos. Doi: 10.4013/arq2018. 141.06.
- FILGUEIRA, F. et al. América Latina ante la crisis del COVID 19: vulnerabilidad socioeconómica y respuesta social. Serie Políticas Sociales, N° 238 (LC/TS.2020/149). Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2020.
- FREITAS, J.A. *A invenção da cidade inteligente Rio: uma análise do Centro de Operações Rio pela lente das mobilidades (2010-2016)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: FGV, 2018. Disponível em:< <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/24456>> Pesquisa em: Jan. 2022.
- GRAHAM, S.; MARVIN, S. *Telecommunications and the city*. Electronic Space, urban places. London: Routledge, 1996.
- HARLEY, J. B. *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2002.
- LUQUE-AYALAA.; MARVIN, S. *Urban operating systems. Producing the computational city*. Cambridge, Massachusetts e London, England: The MIT Press, 2020.
- ESRI. *ArcGIS: um Sistema de Engajamento e um Sistema de Registros*, 2016.

Disponível em: < <https://blog.img.com.br/arcgis/arcgis-um-sistema-de-engajamento-e-um-sistema-de-registros/>. Consulta em: jan. 2022.

FARINIUK, T. M. D.; SIMÃO, M. M. B.; FIRMINO, R. J.; MENDONÇA, J. H. K.B. O estereótipo smart city no Brasil e sua relação com o meio urbano. In: *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 10, n.2, p.159-179, maio/ago 2020. Disponível em: < <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/47105>>. Consulta em: jan. 2022.

HOLLANDS, R. *Beyond the corporate city?* In: MARVIN, S.; LUQUE-AYALA, A.; MCFARLANE, C. *Smart Urbanism - Utopian Vision or False Dawn?* London e New York: Routledge, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *CENSO 210- Aglomerados subnormais – primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd\\_2010\\_aglomerados\\_subnormais.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf)> Consulta em: Jan 2022.

KITCHIN, R.; LAURIAULT, P.; MCARDLE G. Smart Cities and the politics of urban data. In: MARVIN, S.; LUQUE-AYALA, A.; MCFARLANE, C. *Smart Urbanism - Utopian Vision or False Dawn?* London e New York: Routledge, 2016.

NEVES, F. *Smart Urbanism and the politics of digital visibility - mapping the informality in the city of Rio de Janeiro*, 2018.

O GLOBO. “Veneza carioca” é recordista de casos e mortes por coronavírus, 2020. disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/veneza-carioca-recordista-de-casos-mortes-por-coronavirus-confira-outros-lugares-por-cep-1-24527474>. Acesso em: 27 jan.2022.

MARVIN, S.; LUQUE-AYALA, A.; MCFARLANE, C. *Smart Urbanism - Utopian Vision or False Dawn?* London e New York: Routledge, 2016 .

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE et al. *Latin American Economic Outlook 2020: Digital Transformation for Building Back Better*. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/e6e864fb-en>.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE, & Banco Interamericano de Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – ONU-Habitat. *Temas Habitat III: Cidades Inteligentes*, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, 2015.

PORTAL RIO DAS PEDRAS. *Coronavírus - as 111 ruas Amparo em Rio das Pedras*, 2020. disponível em: <https://www.agencialume.com/post/coronav%C3%ADrus-as-111-ruas-amparo-em-rio-das-pedras>. Acesso em: 27 jan.2022.

PICON, A. *Smart Cities - a spatialised intelligence*. United Kingdom: John Wiley & Sons, 2015.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – INSTITUTO PERERIRA PASSOS. *Cadernos do Rio. Favela x Não Favela*. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – INSTITUTO PEREIRA PASSOS; ONU-HABITAT. *Rio+ Social Caderno de Logradouros*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2017. Disponível em: [www.armazenedados.rio.rj.gov.br](http://www.armazenedados.rio.rj.gov.br). Consulta em: dez. 2021.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. DECRETO No 38.879 DE 2 DE JULHO DE 2014. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Informações Urbanas de que trata a Lei Complementar 111, de 01 de fevereiro de 2011. Disponível em: < [https://smaonline.rio.rj.gov.br/legis\\_consulta/46849Dec%2038879\\_2014.pdf](https://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/46849Dec%2038879_2014.pdf)>. Consulta em: jan. 2022.

RIOONWATCH. Lançamento do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro. Disponível em: < <https://rioonwatch.org.br/?p=48671>>. Consulta em: Jan 2022

SCHIAVI, Iara. As tendências neoliberais e dataficadas da incorporação tecnológica nas cidades. In: CASSINO J. F. et al. *Colonialismo de dados*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

SILVEIRA, S. A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: CASSINO J. F. et al. *Colonialismo de dados*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

SÖDERSTRÖM, O.; PAASCHE, T.; KLAUSER, F. Smart cities as corporate storytelling. In: *City*, vl. 18, no 3, 307-320. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1080/13604813.2014.906716>>. Consulta em: jan. 2022.

SOUZA, L. G. *Mapeamento de logradouros e gestão territorial em favelas no Rio de Janeiro – Nota Técnica*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, novembro 2012. Disponível em: [www.armazenedados.rio.rj.gov.br](http://www.armazenedados.rio.rj.gov.br). Consulta em: dez. 2021.

RIBEIRO M. G.; RIBEIRO, L.-C. Q. Segregação socioespacial e desigualdades de renda da classe popular na metrópole do Rio de Janeiro, Brasil. In: *EURE*, Vol. 47, No 142, Septiembre 2021, pp.27-48. Disponível em:< <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8073410>> Consulta em: Jan 2022.

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ. *Guia de ruas da Maré*. Rio de Janeiro, 2012.

TOWNSEND, A. *Smart cities, big data, civic hackers, and the quest for a new utopia*. New York and London: W. W. Norton, 2013.

VALLADARES, L. P.; MEDEIROS, L. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro. 1906-2000. Uma bibliografia Analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VOZ DAS COMUNIDADES. *Enfrentando o preconceito de CEP, iniciativa distribui encomendas e correspondências nas residências do vidigal*, 2021. disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/enfrentando-o-preconceito-de-cep-iniciativa-distribui-encomendas-e-correspondencias-nas-residencias-da-favela-da-zona-sul/>. Acesso em: 27 jan.2022.

VOZ DAS COMUNIDADES. *Vila Kennedy tem 162 casos a mais do que o painel da prefeitura*, 2020. disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/saude/vila-kennedy-tem-162-casos-a-mais-do-que-o-painel-da-prefeitura-sao-192-casos-34-obitos-e-158-recuperados/>. Acesso em: 28 jan.2022.

# CORPOS-URBANOS “INFECTADOS” Incorporações da Covid-19 em Maceió/AL

“INFECTED” URBAN-BODIES  
Covid-19 embodiments in Maceió/AL

Juliana Michaello Macêdo Dias<sup>1</sup>, Aline Nicole Barbosa Ramos<sup>2</sup>  
e Isabela Camargo Ribeiro Fidelis de Moura Marques<sup>3</sup>

## Resumo

O artigo propõe explorar as implicações da pandemia na corporalidade humana em sua dimensão urbana e portanto, social e coletiva. Através de reflexões acerca das múltiplas camadas da coimplicação entre corpo e cidade, discutiremos como a compreensão de corpo, vida e morte ao longo do período pandêmico produziu alterações nas corporalidades urbanas — marcadas pelas desigualdades estruturais, mas também por gestualidades e narrativas múltiplas. Para tanto nos debruçaremos sobre algumas percepções teóricas acerca da corporalidade e teceremos algumas considerações sobre os cotidianos pandêmicos a partir de narrativas e imagens.

Palavras-chave: covid-19, corporalidade, urbanidade, incorporações.

## Abstract

*The article proposes to prospect the pandemic implications on human corporeality in its urban dimension and therefore, social and collective. Through reflections on the multiple layers of the co-implication between body and city, we will discuss how the understanding of body, life and death throughout the pandemic period produced changes in urban corporalities - marked by structural inequalities, but also by multiple gestures and narratives.*

*Keywords: covid-19, corporeality, urbanity, embodiments. In order to do so, we will focus on some theoretical perceptions about corporeality and we will make some considerations about pandemic daily life from narratives and images.*

*Keywords: covid-19, corporeality, urbanity, incorporations.*

1 Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFAL. Líder do Grupo de Pesquisa Nordesteanças.

2 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFAL. Técnica em Edificações formada pelo IFAL (campus Maceió) Graduada em Design pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da UFAL (campus Maceió) Participante do Grupo de Pesquisa Nordesteanças.

3 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFAL. Membro do Grupo de Pesquisa Nordesteanças desde 2020. Urbanista e Arquiteta formada pela Universidade Federal de Alagoas (2019). Técnica em Edificações pelo Instituto Federal de Alagoas (2011). Foi bolsista do programa Ciências sem Fronteiras (2014/2015) em Leeds, no Reino Unido, quando cursou o 2º ano (de 3) da graduação de Paisagismo da Leeds Beckett University. Durante a graduação foi bolsista do Programa de Iniciação Científica (2017/2018) no grupo de pesquisa Núcleo de Estudos do Estatuto da Cidade (NEST) no projeto de pesquisa “OBSERVATÓRIO DOS TERRITÓRIOS DA POBREZA DE MACEIÓ”.

## Introdução

Desde março de 2020 as vivências cotidianas de modo geral, mas de forma mais evidente aquelas ligadas à dimensão urbana foram fortemente afetadas pela pandemia da Covid-19. Caracterizados pela aglomeração de pessoas, pelo contato constante e pela mobilidade, os espaços das cidades passaram a orientar-se pelas máximas do distanciamento social, orientadas pela necessidade de afastar os corpos como contenção do contágio. Esta orientação, ainda que seja a forma mais eficaz de reduzir a propagação do vírus, traz consequências para diversas esferas da vida humana, que vão desde questões ligadas à economia e organização política, até o âmbito dos corpos. Neste artigo discutiremos mais profundamente as alterações vivenciadas na corporalidade humana inserida em realidades urbanas não centrais. Por não centrais discutimos aqui realidades urbanas onde as perspectivas de proximidade e distanciamento impostas pela pandemia não podem ser implementadas do mesmo modo que em outras realidades menos desiguais.

Ao abordar a pandemia através das implicações nas vivências corporais do urbano, optamos por evidenciar as perspectivas coletivas destas, compreendendo as corporalidades desde seus aspectos biológicos — que passam a ser ameaçados pela presença invisível do vírus — até dimensões sociais desses mesmos corpos, que tiveram que incorporar novas gestualidades e artefatos. No caso das experiências latino-americanas e especialmente as vividas em cidades do Nordeste brasileiro, sentiu-se a inserção dos novos hábitos de modo extremamente violento. Para uma sociedade na qual o toque (um abraço, um beijo, encostar no braço do interlocutor enquanto se fala algo) se desenvolve como traço cultural incorporado, o novo código comportamental se ajusta precariamente e esse desajuste irrompe como incômodo, por vezes resultando em posturas negacionistas ideologicamente incentivadas.

Para compreender em mais detalhe como a dimensão corporal atravessa a temática da pandemia e se expressa em diferentes camadas da vivência urbana, exploraremos inicialmente como o corpo — simultaneamente individual e coletivo — é visto em diferentes perspectivas, desde sua dimensão biológica até sua relação com os artefatos, com outros corpos em sua dimensão social e mais especificamente com o espaço urbano.

Afinado a uma perspectiva em que se compreende o fazer-saber como prática encarnada — corpórea e ao mesmo tempo subjetiva, portanto — na última parte do artigo alinhavaremos algumas considerações acerca de comportamentos — ajustes, choques e estranhamentos — que a nova condição introduziu em nossas cidades. A partir de narrativas em primeira pessoa, coletadas a partir de ferramentas virtuais e mescladas com as vividas pelas autoras ao longo dos agora 21<sup>4</sup> meses da pandemia no Brasil, teceremos um panorama das diferentes escalas da corporalidade rearranjadas ao longo do alastramento da doença.

## Corporalidades humanas: recortes reflexivos

Talvez um dos debates centrais para tratar da dimensão da corporalidade humana — que alimenta reflexões no campo da filosofia, biologia e até mesmo na construção das narrativas religiosas — seja o da percepção do caráter ao mesmo tempo indissociável e tensionador entre natureza e artifício expresso através da nossa relação com o corpo.

4 Este artigo foi finalizado em janeiro de 2022, às voltas com uma nova onda de contágio avassaladora, em decorrência do surgimento da variante Omicrom.

Oposto, muitas vezes, à alma (pelos discursos religiosos) e à razão (pelo discurso cartesiano moderno), o corpo muitas vezes é pensado enquanto a parte frágil do humano, que o levaria à degradação, ao pecado e ao erro. O teólogo Leonardo Boff (2020), em ensaio escrito no calor inicial da pandemia, traz à tona essa questão ao problematizar a partição entre corpo e alma à luz de perspectivas contemporâneas:

Tanto a antropologia bíblica quanto a antropologia contemporânea (e há muita afinidade entre elas) nos apresentam uma concepção de corpo mais complexa e holística. Segundo ela, o corpo não é algo que *temos* mas algo que *somos*. Falamos então de homem-corpo, todo inteiro mergulhado no mundo e relacionado em todas as direções (grifo nosso).

O corpo como algo que somos. Certamente a compreensão do corpo como elemento constituinte do humano nos ajuda a deslocar a perspectiva de como refletir a partir e através deste. A seguir destacaremos alguns eixos sedimentados de reflexão acerca das corporalidades, que em distintas camadas trarão à tona as relações entre corpo e espaço ao longo da pandemia da Covid-19.

#### *Corpos, natureza e sociedade*

Em paralelo, mas não indiferente, à compreensão do homem enquanto ser que é passível de conhecer a si próprio e principalmente de ter consciência de sua finitude enquanto ser biológico — esta parcela do homem que dói, envelhece, adoce e morre — o homem busca tanto em termos filosóficos quanto teológicos se afastar da finitude do corpo passando a compreendê-lo como uma carcaça que não o define, mas antes que este possui. A máxima “sou um sujeito que *tem* um corpo” evidencia este desejo de apartar corpo e subjetividade, característico da modernidade cartesiana que mede a existência pela razão (penso, logo existo) mas não pela organicidade (respiro, logo estou vivo).

O corpo biológico, uma amálgama de células organizadas enquanto organismo, passa assim a ser posto num lugar de distanciamento que não define o sujeito que pensa. O corpo “natural” seria então visto com desconfiança, já que pertence à Natureza — esta também uma invenção do pensamento moderno que a coloca em seu devido lugar de selvagem a ser controlado. O corpo, igualmente selvagem, por ser natureza, passa então a submeter-se a este desejo de controle e racionalização. Assim, este corpo “natural”, a que nos referimos enquanto *corpo biológico*, passa a ser visto a partir de um lugar distanciado — a razão — e através de perspectivas descarnadas da ciência. O corpo compreendido enquanto natureza também é afastado da ideia de cultura, passando a ser percebido no máximo enquanto superfície na qual se inscrevem aspectos culturais.

Ao longo do século XX a premissa da distinção entre cultura e natureza será problematizada a partir de diferentes perspectivas. Como autor emblemático nessa desconstrução do corpo como elemento apartado da cultura é inegável a contribuição de Marcel Mauss (1974), que introduz a cultura na compreensão da corporeidade através dos estudos sobre as técnicas do corpo, que abrem espaço para pensar a corporalidade como parte do que vai chamar de Homem Total. No campo da fenomenologia Merleau-Ponty compreende o corpo enquanto “o veículo do ser no mundo” (MERLEAU-PONTY, 1971, p.94). Nesse sentido, o corpo mediaria nossas percepções e compreensões do mundo que nos cerca, não podendo ser totalmente separado deste e nem tampouco da subjetividade da qual faz parte. O corpo não pertenceria, assim, a uma natureza distanciada, como algo que temos. Nossa carnalidade seria inseparável do nosso ser.

A carne não é matéria, não é espírito, não é substância. Seria preciso, para designá-la, o velho termo elemento, no sentido em que era empregado para falar-se da água, do ar, da terra e do fogo, isto é, no sentido de uma coisa geral, meio caminho entre o indivíduo espaço-temporal e a idéia, espécie de princípio encarnado que importa um estilo de ser em todos os lugares onde se encontra uma parcela sua (MERLEAU-PONTY, 1992, p.135).

A reaproximação e problematização do corpo enquanto parte constituinte das subjetividades e da cultura ao longo do século XX caminhará pela psicologia, pela sociologia, pela antropologia e trará mesmo para a medicina e a biologia novas perspectivas na compreensão do corpo biológico. Tais problematizações serão introduzidas nos movimentos sociais da década de 1960, especialmente no movimento negro - que problematiza o lugar do corpo negro nas sociedades modernas, introduzido a partir da resignificação “*Black is beautiful*” — e no feminismo — cuja reivindicação se expressa num duplo sentido: “ninguém nasce mulher” e “nosso corpo nos pertence”.

Para a análise que propomos, é na percepção da corporalidade humana enquanto constructo social, parte constituinte dos processos de subjetivação, que recai uma série de alinhavos que nos permitem analisar os corpos urbanos. O corpo, para além de sua relação com a natureza e o artifício, é marcado, modelado e constituído também por aspectos sócio-culturais que o posicionam num determinado lugar no tecido social. Para Le Breton, o “corpo é a interface entre o social e o individual, a natureza e a cultura, o psicológico e o simbólico” (Le Breton, 2003, p.97). Coloca-se assim, não como objeto apartado do homem, mas como articulador de diferentes instâncias da vivência humana.

A compreensão dos corpos como parte constituinte das nossas interações sociais, seja pelo modo como sobre eles se inscrevem significados, seja como ele próprio é mobilizado para significar outros, nos permite pensar em tempos pandêmicos sobre os corpos simultaneamente biológicos e sociais nos quais o vírus se inscreve e passa a ser compreendido para além de uma ameaça biológica. O corpo biológico adoce, morre, recebe e reage à vacina. O corpo socializado usa máscara, se distancia, ou mesmo se nega a essas inscrições e conseqüentemente à compreensão de que pode vir a perecer.

#### *Corpos e artificios*

Outra importante relação entre corpo e mundo é aquela prescrita para além das técnicas do corpo — especificamente aquela que introduz o artifício, a máquina e os prolongamentos corporais em foco. Partindo da necessidade de controlar o “corpo selvagem” fomos levados à racionalização desse “recipiente” criando metáforas relacionais de suas funções e atributos ao padrão da máquina. Sibilia (2002) ao chamar o corpo de obsoleto e utilizar do termo *upgrade* nesse contexto corporal, nos traz reflexões sobre a visão do corpo como algo artificial, mas também sobre os procedimentos que o artificializam.

A princípio, a visão racional foi dada através do saber científico, que de acordo com Sibilia (2002) redefiniu o que acreditava-se ser o corpo. Não mais como parte da dialética corpo e alma, ele teve que ser esvaziado da vida para analisar a forma que órgãos-peças faziam o corpo-máquina funcionar. Em alusão, a esse corpo formado de peças, a autora cita Giorgio Baglivi, que ilustra essa percepção da formação do corpo ao comparar os dentes com tesouras, o sistema cardiovascular a uma bomba hidráulica e o estômago a uma garrafa.

Tal forma de ver o corpo humano contrasta com a compreensão de Flusser (2007) que põe a faca de pedra como imitação dos dentes incisivos. Para o autor, as máquinas são formas de reproduzir o corpo e funções humanas ou até mesmo próteses que prolongam o alcance e ampliam as possibilidades corporais do fazer, que ele destrincha da seguinte maneira: as ferramentas imitam ou prolongam o corpo, as máquinas buscam repetir os movimentos, a reprodução mecânica, já os aparelhos eletrônicos repetem as funções neurofisiológicas.

No entanto, não são as máquinas em si que são postas em foco, mas a forma de criar relações entre o corpo e a máquina que imputam ao corpo o caráter de objeto. A implicação desse modo de pensar também influi na modificação social, para os autores, o corpo e a tecnologia influenciam um no outro. Ou seja:

Agenciamentos coletivos, usos e apropriações das tecnologias por parte dos sujeitos, que, por sua vez, também vivenciam seus efeitos em seus próprios corpos e subjetividades. Os aparelhos e ferramentas exprimem as formas sociais que os produzem e lhes dão sentido (SIBILIA, 2002. p. 11).

Expondo assim as mudanças que deslocam o mundo, tanto no contexto material, social, quanto no saber e que reverberam na sociedade e no indivíduo.

Tais mudanças trazem novos contextos às práticas corporais e aos sujeitos que agora competem — mesmo que em contextos díspares — com os padrões da máquina, ao tentar opor-se à sua organicidade. Para Flusser (2007), o homem se artificializa à medida que cria e se utiliza desses novos apetrechos, o homem dentro dessa nova cultura, não é mais o homem puramente, mas um ser humano que foi moldado pela cultura de sua temporalidade.

Apesar de Flusser fazer maior relação das mudanças do âmbito social individual e coletivo pela simplificação da relação homem-artefato, Sibilía (2002) traz a reverberação da artificialização dos sujeitos dentro da normalização dos corpos, como mecanismo para disciplinar os corpos para que busquem cada vez mais a sua máxima utilitária. No entanto, a máxima utilitária da máquina é o tempo. Diferente do homem, a máquina inorgânica não adocece, “No caso da máquina, é ela a constante e o homem, a variável: a máquina encontra-se lá, no meio da oficina, e, se um homem envelhece ou fica doente, o proprietário da máquina o substitui por outro” (FLUSSER, 2007, p. 37-38).

No entanto, não nos encontramos apenas cercados por máquinas. As ferramentas e aparelhos eletrônicos também compõem nossas relações e nosso cotidiano. Ao nosso redor encontramos celulares e computadores, bem como ventiladores, garfos e saca-rolhas, não há um espaço homogêneo artificial, todas essas coisas participam do nosso cotidiano e muitas vezes disciplinam nosso gestual.

Para Flusser (2007) a primeira revolução industrial retirou o homem da natureza, assim como a segunda retira o homem da cultura. Entretanto, o autor não denomina esse novo espaço no qual o ser humano estaria vivendo ou migrando. Sabendo que essa nova espacialidade diz respeito a propagação do uso de aparelhos eletrônicos, seria esse lugar o mundo virtual?

Com celulares e computadores mais popularizados podemos perceber as mudanças corporais que Flusser já indicava ao uso de objetos artificiais, as práticas sociais como conversar e interagir com pessoas ganham salas virtuais de bate-papo, espaços físicos como a biblioteca e objetos como livros perdem seu caráter físico para se tornarem virtuais. A produção humana é moldada pelo uso da ponta dos dedos.

A pandemia, nesse cenário, não nos deu escolha. Não poderíamos mais optar entre virtual ou físico, até as crianças tiveram que assistir suas aulas por celulares, computadores ou até mesmo pelo rádio. Quem pôde fugiu totalmente do espaço físico, aulas e trabalho remotos, compras por aplicativo ou sites, shows por *lives*, até mesmo a medicina foi feita em modo teleconsulta. Um modo de vida virtual que buscava a proteção da contaminação que se difundia no espaço físico.

A cidade e o espaço material não pararam de existir por causa da migração para o modo de vida virtual. Elas se tornaram mais duras. Nas ruas, novos aparatos de proteção, *faceshields*, máscaras e o uso constante de álcool para descontaminar mãos e superfícies marcam uma nova “normalidade”. Esses aparatos acoplados ao corpo causam uma nova gestualidade, quase como uma espécie de contenção ao corpo, já que o vírus podia estar em um simples toque. A forma pandêmica de viver a cidade exige a separação dos corpos, tanto os corpos humanos entre si, quanto o humano com o da cidade, com a matéria.

### *Corpos urbanos*

Connerton (1999), discorre sobre como o poder e a posição social exprimem-se através de posturas corporais e são transmitidas culturalmente junto com valores, como por exemplo, os conceitos opostos de ‘para cima’ e ‘para baixo’. “*É através da natureza essencialmente corporizada da nossa existência social, e através das práticas incorporadas baseadas nestas corporizações, que estes termos opostos nos fornecem as metáforas pelas quais pensamos e vivemos*” (p. 86). Essas metáforas são inevitavelmente aplicadas e/ou identificadas nos lugares, visto que o corpo humano constrói a cidade e é construído por ela, no sentido em que sua subjetividade é construída a partir da interação social, mas também da interação com o ambiente que o rodeia. Essa interação do ser humano com o ambiente produz uma expressividade no corpo que é culturalmente apreendida e identificada como própria de certos lugares. Pode-se dizer, portanto, que os lugares deixam impressos no corpo de quem os habita gestos incorporados que moldam esse corpo, mas que também o constituem. Segundo Jacques,

Uma *corpografia* urbana é um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que fica inscrita mas também configura o corpo de quem a experimenta (JACQUES, 2008).

Segundo a autora, a cidade é lida pelo corpo, que por sua vez reage a ela, expressando a síntese dessa interação em gestos incorporados próprios de cada lugar, uma coreografia que nasce da interação entre um corpo individual e suas subjetividades com certos lugares da cidade que esse corpo percorre, vivencia, e aos quais, se molda enquanto os modela. É possível identificar, através da expressividade corporal, um dialeto próprio de uma parte da cidade, ao qual aquele corpo pertence ou que foi marcado por ela. “*Cada corpo pode acumular diferentes corpografias, resultados das mais diferentes experiências urbanas vividas por cada um. A questão da temporalidade e da intensidade dessas experiências é determinante na sua forma de inscrição.*” (JACQUES, 2008).

A partir dessas interações o corpo modifica os lugares, ou seja, a configuração urbana é fruto da relação corpo e cidade. O conjunto das diversas corpografias dos diversos lugares da cidade formam o corpo urbano, “*a cidade não só deixa de ser cenário mas, mais do que isso, ela ganha corpo a partir do momento em que ela é praticada, se torna “outro” corpo, sobrevivendo, por sua vez, no corpo de quem a pratica, por se inscrever*

como ação perceptiva no momento em que é experimentada. (JACQUES, 2008)

Esse corpo urbano é moldado conjuntamente às experiências humanas. A pandemia é uma experiência que infecta e afeta o corpo humano, mas também o corpo urbano. A Covid-19 deixou isso claro, quando nos obrigou a esvaziar os espaços públicos a fim de manter um distanciamento social, medida protetiva da coletividade, visto que o Coronavírus é altamente transmissível pelo ar. Ao esvaziar os espaços públicos e a interação social em massa, a doença esvaziou também a cidade. Ressalta-se aqui, que esse esvaziamento não foi absoluto, pois como destacamos anteriormente, muitas pessoas nunca deixaram de ocupar e circular pelos espaços da cidade, como os trabalhadores informais, entregadores, trabalhadores da saúde e outros. No momento atual, a maior incerteza na prospecção do futuro causado pela pandemia nos leva ao questionamento de como o corpo-sujeito e o corpo urbano vão passar pela Covid-19 e como esses corpos serão com essa nova camada dos inscritos pandêmicos.

#### *Viver e deixar morrer*

No contexto da pandemia, para além da compreensão do corpo enquanto instância mediadora e constituidora da cultura e de sua relação com os artificios, uma leitura das relações de poder sobre e através dos corpos se torna fundamental. Ademais da incorporação voluntária de gestos, comportamentos e artificios, há estruturas de imposição e omissão que afetam o controle da pandemia e a autonomia dos corpos — disciplinados por decretos governamentais mas também e simultaneamente — ao menos no contexto brasileiro — deixados aglomerar à própria sorte em ônibus, metrô e ambientes de trabalho. Essas dimensões do poder expresso no e sobre o corpo podem ser discutidas através dos conceitos de biopolítica (FOUCAULT, 2008) e necropolítica (MBEMBE, 2016).

Para Foucault a biopolítica se caracterizaria por ser “a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça” (FOUCAULT, 2008, p. 431). A gestão dos corpos, sua docilização e disciplinamento como propõe Foucault, levariam a uma gestão da vida em todos os seus aspectos, do biológico imediato (saúde, higiene) à sua socialização, disciplinada institucionalmente (através das instituições, como a escola, o hospital, o hospício e a prisão). Neste sentido, o disciplinamento dos corpos e sua obediência a códigos institucionalizados seria um modo de organizar a gestão da vida através do exercício do poder.

Na esteira da reflexão foucaultiana, Mbembe (2016) propõe um outro viés de análise através do conceito de necropolítica. Através deste, o autor propõe que as sociedades modernas, mais do que gerir a vida, exercem um poder sobre a morte. “Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2016, p. 125). Neste sentido, a partir da compreensão do estado de exceção — que qualifica, em algumas situações, como estado permanente — o autor se debruça sobre o “direito de matar” ligado à soberania. “Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é” (MBEMBE, 2016, p. 135).

A discussão sobre o disciplinamento, a biopolítica e a necropolítica serão postas em evidência ao longo da pandemia em várias medidas. No caso brasileiro as disputas relativas às medidas de controle de circulação e até mesmo a vacinação são tensionadas pela tênue relação entre a vida e a morte. Descarnada através de um número, que ao escrevermos este artigo já ultrapassa 600.000 apenas no Brasil, a morte passa a

ser gerida em termos numéricos e mais ainda, passa a ser balanceada a partir dos aspectos relativos à economia.

Enquanto em países do Norte parte da população expressa atualmente um incômodo com o passe sanitário instituído especialmente na Europa, alegando ser este uma restrição à liberdade, nos países do Sul a disseminação da pandemia tem que ser olhada através de outras perspectivas — mais afeitas à necropolítica. No caso brasileiro em específico, a circulação de notícias falsas, a demora na implementação de políticas restritivas e o atraso no início da vacinação estão entre as questões diretas e expressamente vinculadas ao governo e gestão da pandemia. No entanto, em um país extremamente desigual (em termos econômicos, mas também educacionais) as medidas restritivas levam a outras dimensões como o desemprego e o retorno expressivo da fome. A elasticidade do que seria considerado “serviço essencial” e a gestão da mobilidade urbana (com a redução de linhas de ônibus em muitas cidades) teve efeitos perversos em específico na classe trabalhadora.

Tratados como “rebanho” que atingiria a imunidade através do adoecimento, a gestão da morte daqueles que tiveram seus corpos expostos a todo momento ao vírus marcou a política da pandemia no país. Vidas numeradas em óbitos, corpos que foram enterrados em valas comuns, doentes que não tiveram acesso a Unidades de Tratamento Intensivo, dentre outros atos do “fazer morrer” impõem uma reflexão sobre enquadramentos seletivos, proposta por Butler (2017):

Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras. Nesse sentido, a possibilidade de ser enlutada, de ser reivindicada, de ser protegida, de ter uma rede social de ajuda, será uma condição de uma vida que importa (p.13).

Estas vidas não reivindicadas e estes corpos deixados ao adoecimento nas cidades brasileiras têm feições muito específicas. Segundo dados do Ministério da Saúde, a maior taxa de mortalidade está na população negra e pobre<sup>5</sup>. Esta população utiliza, percorre e se localiza no espaço urbano de um modo específico e as implicações da relação corpo-cidade serão fundamentais na reflexão sobre os impactos da pandemia nos corpos.

Em meio a tempos pandêmicos, a fragilidade do corpo humano assusta. Para Flusser (2007, p. 53) “‘Viver’ significa ir em direção à morte”, mas esse percurso de finalidade trágica tem obstáculos que a atividade humana tenta transpor ou postergar. O autor não imprime o caráter melancólico desse fim do percurso. No entanto, Susan Sontag (1988) nos revela que a dificuldade em lidar com a morte atravessa a sociedade desde o período industrial. A autora também nos lembra que a medicina no século XIX tinha por premissa que todas as doenças eram curáveis. Neste sentido, encontrar-se frente a decomposição da própria existência, nesse corpo finito que adocece, faz com que o corpo-máquina não mais faça sentido. Como podemos conceber a morte e um corpo que não reage ao tratamento ou que não pode ser tratado?

Ver a morte como finalidade da vida causa medo. Acerca dessa dificuldade de encarar a morte, Sontag (1988) expõe o desejo humano da morte súbita com predileção de

<sup>5</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/coronavirus-e-mais-letal-entre-negros-no-brasil-apontam-dados-da-saude.shtml>.



Figura 1 - Não aglomere! Foto montagem a partir de fotografia de fila em frente da Caixa econômica para recebimento do auxílio emergencial. Fonte: edição dos autores, 2022.

ocorrer no estado de inconsciência do sono, mas tal desejo para a autora não explica a negação da morte. Essa afirmação faz menção à prática de omissão do diagnóstico de câncer, que por ser visto como sentença de morte, era evitado de ser dito. A insegurança do futuro, de acordo com Santos (2020) acarreta medidas que buscam minimizar o medo, o acompanhamento médico, serviços de segurança, seguros de saúde, terapia e a prática de atividade física são exemplos dados pelo autor.

No entanto, o surto da covid-19 “pulveriza este senso comum e evapora a segurança” (SANTOS, 2020. p. 7). Sendo assim, percebe-se que no contexto atual esse desejo de negar a enfermidade continua ocorrendo com a dissimulação da pandemia, a negação da gravidade da doença e a inércia em meio ao alto número de mortos, só nos mostra a dificuldade que o sujeito continua tendo em lidar com a morte.

Outros males que afligiram a sociedade em momentos anteriores foram o câncer e a tuberculose, eles adquiriram uma carga metafórica e desse modo, foram vistos como doenças que consumiam o corpo (SONTAG, 1988). Se acrescentarmos à análise de Sontag uma reflexão acerca dos caracteres dessas enfermidades podemos perceber atravessamentos distintos dos corpos adoecidos. Enquanto o câncer aparece como algo produzido pelo próprio organismo e, portanto, não contagioso (ainda que saibamos de substâncias cancerígenas, estas não são organismos), a tuberculose e a AIDS foram<sup>6</sup> epidemias de caráter contagioso e que punham em evidência a relação com o corpo do outro.

A natureza do contágio passa então a permear os comportamentos e impor novos artifícios. No caso do HIV foram incorporados novos comportamentos na sexualidade, como o uso de preservativos. No caso da tuberculose foram criados novos medicamentos capazes de controlar infecções bacterianas. Na dimensão urbana a aproximação com a lógica orgânica do adoecimento introduziu modelos urbanísticos, dentre os quais o

<sup>6</sup> A colocação do verbo no passado para tratar das duas doenças destacadas diz respeito ao controle que se passou a ter das mesmas, levando à compreensão destas não mais como epidêmicas, ainda que presentes até hoje na sociedade.

higienismo e sua lógica de erradicação dos “miasmas” que resultou numa biopolítica aplicada principalmente sobre os espaços de pobreza urbana.

#### *Além do fim do mundo - outras corporeidades possíveis*

Contemporaneamente somos colocados frente a novas questões que põem em xeque nossos modelos de urbanidade e relação com a natureza. Surge o questionamento de como adiar a perecibilidade do corpo em meio a uma pandemia? Como ultrapassar o obstáculo da Covid-19? Como adiar a morte?

Essa provocação, como adiar o fim da vida ou o fim do mundo, posta em outras palavras, remete aos posicionamentos do ambientalista Ailton Krenak (2019). O autor, ao falar de mundo, remete à existência atrelada à comunidade e à temporalidade. Percebendo o desgaste e as mudanças no modo de vida atual, Krenak nos leva a prospectar o futuro pós pandemia: embora estejamos sofrendo muitas perdas, muitas vezes remediáveis, haverá aqueles que viverão um mundo pós-covid e que mundo será este?

O autor alerta que estamos sob iminência do esgotamento dos “recursos” da terra. Florestas, rios, montanhas estão em exaustão para fabricar as novas existências da humanidade. Desse modo, o autor expõe a atual existência humana artificial, do homem que nega a sua participação e dependência daquilo que é dito como natureza/natural. Para Krenak (2019) o rio, a pedra, a montanha, coexistem conosco no planeta. A natureza, além de todas as formas dadas, constitui o ser humano e posto isso, a degradação da natureza é a degradação do homem.

Visto isso, o autor tenta nos ensinar o segredo dos povos indígenas, como grupo que tem seu modo de vida ligado à forma que se relaciona com o natural e que por esse motivo tem ameaçada sua forma de existência. No entanto, a persistência e longevidade são balizadas pelas suas ações: de contar mais uma história, viver a experiência de circular o mundo e contar e relacionar-se uns com os outros.

“Contar uns com os outros” parece um segredo simplista por si só, mas no contexto pandêmico ele representa a necessidade da coletividade. Santos (2020) já alerta que o termo pandemia traz em sua etimologia que afeta “todo o povo”. Contudo, o vírus se aproveita da proximidade dos corpos, do contato, o que causa estranheza no fato de que para cuidarmos uns dos outros é necessário afastar-se. Seja por isolamento ou em outras ações, apenas atitudes que priorizem o coletivo nos darão/dão a possibilidade de adiar, seja a morte, a contaminação pelo vírus, a sobrecarga do sistema de saúde, a crise econômica, o desemprego e proporcionar uma “extensão” da vida.

Krenak (2019) dá corpo aos espaços naturais, falando da Terra como Mãe e do Rio Doce como avó (Watu) nos impelindo a refletir sobre a materialidade da natureza. Para o autor, o rio não é um recurso, contrariando a visão maquínica do orgânico, o autor põe a organicidade como vínculo familiar, dando corpo tal qual o humano ao posto como natureza. Essa percepção corpórea da natureza e a sua relação com os corpos humanos nos leva a questionar uma possível corpografia não-urbana, na qual possamos investigar as implicações da inter-relação do corpo-sujeito e do corpo-urbano, nesse corpo não artificial.

A caracterização da corporalidade da “natureza” instiga o tensionamento entre natural e artificial, ela poderia ser dita como pré-artificial, sabendo que a artificialização é gerada pela implicação da relação entre os corpos. Santos (1988) corrobora com o tensionamento dessa questão, ao afirmar que aquilo que era chamado de “natureza” não existe tal qual seu conceito, o homem implica nesse corpo natural, mesmo que

sem modificar sua materialidade. Para o autor, a co-implicação entre corpos (natureza e humano) não é sempre mediada pela modificação material, mas o simples fato de tal espaço sofrer especulações já o distanciaria da ideia geral de natureza, constituindo-a em artifício.

Compreendendo que a relação entre corpos deixa marcas e rastros, poderíamos transpor o contexto de implicação da corporalidade humana nos demais corpos através da seguinte relação: o corpo-sujeito como força que se sobrepõe ao corpo natural e cria o corpo-urbano, que por se achar superior aos demais corpos, inflige aos demais seus desejos, mas retorna para si as consequências.

As consequências desse contragolpe são diversas, como, por exemplo, o novo coronavírus que muitos põem como “vingança” do corpo natural ou até mesmo o retorno dos males que o corpo-sujeito infringe a ele. Para Santos (2020) as pandemias mostram que a natureza se defende, uma auto-defesa que busca garantir a vida do planeta, uma vida que não depende da humana, pois esta equivale apenas a (0,01%) do todo. Além disso, pode-se compreender a covid-19 mais do que como um mal lançado aos homens, ele é também um revide ao corpo-urbano, que acarreta a exposição do deterioramento da vida na cidade.

Para Santos (2020) o mundo já vinha vivendo em status de crise, apesar da urgência da crise pandêmica. Desde os anos 80, à medida que o neoliberalismo foi sendo incorporado ao sistema capitalista, somos atravessados por crises financeiras, políticas e ecológicas. Para o autor, a pandemia é somada aos problemas mundiais pré-existentes.

De acordo com Sontag (1988), há várias metáforas modernas que exprimem esse desequilíbrio do modo de vida urbano, desde a tuberculose cujo tratamento implicava em “mudar de ares ou clima”, para diversos destinos, mas que sempre confluíram ao êxodo da cidade. A cidade também já fora vista como um câncer, por ser “um lugar de crescimento anormal” remetendo a impossibilidade de planejar a cidade por completo.

Não distante dessa visão, em Batella & Miyazaki (2020), percebe-se a relação da rede urbana e a COVID-19 em Minas Gerais, na qual a difusão hierárquica corrobora inicialmente com a chegada dos casos. Desse modo, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília influenciam por sua importância como centros urbanos e pela facilidade de acesso causada pela malha rodoviária, contudo o contexto pandêmico mineiro depende dos fluxos e trocas locais. No Rio de Janeiro, por sua vez, Pereira Caldas dos Santos *et al* (2020) constatam que o espalhamento segue a hierarquia urbana, sob a influência urbana da capital, seguido pelas capitais regionais e sub-regional, respectivamente, provocando a interiorização da difusão da pandemia. Neste contexto, percebe-se que a difusão do novo coronavírus mostra a predileção da doença pelos centros urbanos, um vírus que se insere nas regiões de maior adensamento populacional. Além da alta quantidade de habitantes e das hierarquias dos trânsitos e usos dos espaços, há o agravamento dos fatores de contágio pela precariedade de moradia e a ausência de serviços básicos como abastecimento de água e coleta de esgoto.

Acerca do impacto da covid-19 nas populações, Santos (2020) nos recorda que a pandemia, apesar de não escolher os grupos sociais que aflige, discrimina, tanto na prevenção, como na expansão e na mitigação da doença. O autor traz à tona as questões sociais que tornam grupos e regiões mais vulneráveis, revelando essas realidades por meio do seguinte trecho:

Grande parte da população do mundo não está em condições de seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde para nos defendermos do vírus porque vive em espaços exíguos ou altamente poluídos, porque são obrigados a trabalhar em condições de risco para alimentar as famílias, porque estão presos em prisões ou em campos de internamento, porque não têm sabão ou água potável, ou a pouca água disponível é para beber e cozinhar, etc. (SANTOS, 2020. pp. 23-24).

O autor expressa a realidade que o discurso do “fique em casa” não alcança e desse modo, revela que homogeneização das ações de saúde atuam a privilegiar e selecionar a “sobrevivência dos corpos socialmente mais valorizados”, ou seja, negligenciam grupos e corpos que não são postos o mesmo valor (SANTOS, 2020. P. 27). Imputar a vida um determinado valor, nos põe a questionar o valor da morte. Retomando as reflexões sobre a necropolítica, cabe reafirmar as questões sobre o número assombroso de mortes dos brasileiros.

Todas essas questões emergem de pontos que são discutidos, mas reaparecem a partir das notícias. É cotidiano o aumento das mortes, assim como as aglomerações. Nesse sentido, a invisibilidade do vírus atua de diferentes maneiras. Os indivíduos agem entre a máxima do medo e a máxima negação, tais opostos implicam entre si. Essa oposição provoca tensão nas relações sociais que serão aprofundadas a partir das narrativas vividas em Maceió.

#### **Corpo-urbano infectado: narrativas pandêmicas a partir de Maceió-AL**

Segundo Jacques (2008), “a cidade é lida pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação descrevendo em sua corporalidade, o que passamos a chamar de corpografia urbana”. A pandemia da COVID-19 alterou profundamente as relações corpo-cidade. O que antes era sentido pelo corpo urbano brasileiro como natural, ou seja, sua corpografia - gestos como, beijar-se, tocar-se enquanto fala, abraçar-se e a própria proximidade dos corpos - hoje é vista como sinal de alerta e tensão. Ainda que uma parcela considerável da população se recuse a aderir o comportamento pandêmico de distanciamento social, há ainda assim, tensionamentos gerados pelo contato com a outra parcela que aderiu a tal comportamento.

Aqui será apresentada a empiria de narrativas pandêmicas de corpos que habitam a cidade de Maceió, no nordeste brasileiro, discutindo a experiência corporal no cotidiano afetado pela Covid-19. A cidade, capital do estado de Alagoas, tem atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, uma população estimada de 1.025.360 habitantes. Localizada no litoral nordestino, parte significativa da economia é movida pelo turismo, tendo a pandemia afetado de modo bastante duro o setor. Além disto, a cidade possui uma partição territorial forte, com investimentos urbanísticos bastante concentrados na parte litorânea, que concentra a renda.

Partindo da hipótese “de que a experiência urbana fica inscrita, em diversas escalas de temporalidade, no próprio corpo daquele que a experimenta, e dessa forma também o define, mesmo que involuntariamente” (JACQUES, 2008), tais narrativas serão expostas em primeira pessoa, visto que são a expressão escrita da corpografia pandêmica das pessoas que a narram.

No contexto alagoano, Andrade et al (2020) evidencia a rapidez de ação do governo estadual, tendo feito o primeiro decreto com medidas de combate à pandemia em



Figura 2 - Fique em casa e não aglomere! Fotomontagem a partir de fotografia de ônibus municipal. Fonte: edição dos autores, 2022.

apenas cinco dias após o primeiro caso local confirmado. As atividades estaduais de medidas de isolamento e prevenção da pandemia foram de acordo com o estabelecido pelo Consórcio do Nordeste - que é uma iniciativa nordestina de integração regional. Para os autores, o baixo índice de adesão ao isolamento social foi o que contribuiu com o espalhamento do vírus. Já pela ótica da população, houve a percepção da seriedade do contexto pandêmico ainda no início. No entanto, a percepção das dinâmicas da cidade somada à disparidade econômica e social nos permite questionar se as ações levaram em consideração o contexto alagoano.

*“E foram fases que acompanharam cada onda. Primeiro era a cidade vazia no início tipo entre março e maio de 2020, praia fechada, cheguei a achar mesmo que estavam levando a coisa a sério. Realmente eu não saía de casa (home office) e minha percepção da cidade era restrita, olhar da janela, pois eu evitava supermercado e qualquer coisa que pudesse ser resolvida com delivery. Foi interessante conhecer mercadinhos locais dos bairros circunvizinhos, pois supermercados estavam cheios. Muitos pequenos negócios foram falindo e se tornando mercadinhos e depósitos de bebidas (estes sempre lotados) na Ponta da Terra, por exemplo. Depois ficou tudo muito estranho, comecei a trabalhar na área de saúde e lidar com pessoas todo dia e ver q a maioria não tinha mudado de rotina nem em relação a máscara e higiene isso me deixava agoniada, mas mudou minha perspectiva, pois eu comecei a sair de casa todo dia e ao conversar com pessoas que tinham que se arriscavam todo dia pra trabalhar, percebi que se arriscar pra jogar futebol na praia era no mínimo um direito. O poder público ao diminuir o número de ônibus só contribuiu pra aumentar o risco de contaminação da população e aumentou do transporte ilegal. No período de campanha eleitoral a pandemia foi esquecida e o medo só aumentou”.*

O relato também evidencia uma das maiores contestações contra o isolamento social que era a impossibilidade de trabalhar em modelo remoto e os problemas econômicos que o isolamento acarretava. Essa foi uma questão que o corpo urbano maceioense



Figura 3 - Use sempre máscara! Fotomontagem a partir de foto da visita do presidente Jair Bolsonaro a Maceió em maio de 2021. Fonte: edição dos autores, 2022.

teve que lidar, pois durante o período mais crítico da pandemia, o transporte público foi reduzido. Essa ação gerou a aglomeração involuntária das pessoas que tinham que trabalhar, portanto não puderam “ficar em casa” em momento algum da pandemia e tiveram seus corpos colocados em risco. Isso se expressa claramente em uma parcela da população que deixou de usar o transporte público — aqueles que têm condições de escolher usar formas mais “seguras”, ou seja, menos aglomeradas, de transporte — para usar somente aplicativos de carona e/ou delivery. A alta taxa de desemprego durante o período pandêmico<sup>7</sup> contribuiu para esse cenário, aumentando consideravelmente o número de entregadores e motoristas, visto que a demanda por esses serviços aumentou devido às restrições de circulação na cidade.

A indignação com as ações políticas tomadas neste período também nos mostra que além da inadequação ao contexto local, durante o período eleitoral, as medidas protetivas foram modificadas de forma a suavizar e permitir aglomerações em comícios, como exposto no relato acima. Outra perspectiva bastante frequente nos relatos enviados foi a presença constante do sentimento de medo no cotidiano pandêmico. É interessante ver como as pessoas reagem de formas diversas frente ao medo, uma parte foi se isolando cada vez mais, enquanto outra parte entrava em negação e se arriscava, na esperança de fazer o mundo voltar para um lugar conhecido, de conforto.

*“Acho que o que mais me doeu na pandemia foi o aumento da população de rua na mesma proporção que a cidade enchia de turistas (mais que qualquer ano anterior, falo de finais de 2020 e início de 2021). Em 2021 veio a esperança da vacina, mas uma sensação de que só eu estava dentro de casa ainda e a cidade já havia voltado ao normal. Medo da cidade, medo de pessoas e sensação que nada voltará a ser como em 2019, mas sendo que isso é so uma sensação individual, pois é so pisar fora de casa que parece que nem existe pandemia, ou melhor parece o início qdo as pessoas nao sabiam usar máscara (elas continuam sem saber). Eu sempre gostei de frequentar*

<sup>7</sup> Ver: <https://piaui.folha.uol.com.br/pandemia-do-desemprego/>

*lugares ao ar livre, praia, praças e encontrar muitas pessoas e passei a ficar em muito em casa e minha perspectiva de cidade virou lugares de passagem rápidas e pouca convivência. A perspectiva de cidade ficou restrita a olhar pela janela e saber da cidade através dos meios de comunicação.”*

A influência do comportamento do presidente da república é outro fator que impacta direta e negativamente nos esforços coletivos para conter a transmissão do vírus, posto que o líder da nação quebra constantemente os protocolos de segurança e incentiva aberta e explicitamente aglomerações, posturas antivacina e tratamentos preventivos comprovadamente ineficazes<sup>8</sup>. Isso pode ser percebido até mesmo em sua visita à capital alagoana, na qual o presidente não usou máscara e provocou aglomeração. Essa postura, somada à dificuldade cultural brasileira com o distanciamento social agrava a situação e estende suas consequências, como o enorme atraso do processo de vacinação, que por sua vez, estende a crise social-econômica, intensificando ainda mais o cenário já crítico da disparidade social no país.

A necessidade de “ficar em casa” vem colocando em evidência problemas estruturais da sociedade brasileira, desde o fato de grande parte da população viver em condições insalubres de habitabilidade, a violências domésticas dos mais variados tipos<sup>9</sup>, principalmente violência contra a mulher, que cresceu muito durante a pandemia<sup>10</sup>. Por outro lado, quem pôde “ficar em casa”, quando sai, percebe o espaço urbano já conhecido de forma diferente.

*”Sinto que me limitei a transitar em um recorte menor da cidade. O trajeto casa-trabalho tem sido basicamente o único que faço. Quando ando por outros lugares, inclusive ruas próximas a esse trajeto, acabo me surpreendendo com a diferença. Estou alheia a novas construções, reformas, mudanças na cidade porque não transito mais.”*

Acerca das ações cotidianas no espaço público e coletivo, uma das questões levantadas pelos relatos foi a dificuldade de manter o distanciamento social nas filas, inclusive nas filas de vacinação organizadas pelo governo municipal.

*“Perdi as contas de quantas vezes fui ao supermercado e na fila do caixa me senti incomodada com a distância (ou a falta dela) entre eu e a próxima pessoa da fila. Nunca tinha percebido a dimensão da necessidade de proximidade impressa em nossa expressão corporal. É impressionante. Até quando fui tomar a segunda dose da vacina, mantive um afastamento entre eu e a pessoa que estava na minha frente, mas a pessoa que estava atrás de mim, ignorou completamente. Aliás, não ignorou, veio inclusive me perguntar porquê eu não “ia mais pra frente”. Eu disse que estava mantendo um distanciamento seguro. Tal não é minha surpresa quando um funcionário do posto de vacinação vem pedir que eu me aproxime da pessoa à minha frente, para que a fila pudesse “andar mais”. Fiquei com a impressão de que os funcionários recebem ordens para fazer a fila parecer o menor possível, talvez até com a intenção de*

8 Ver: <https://midiaacaete.com.br/bolsonaro-em-alagoas-uma-visita-promocao-a-covid-19-e-varios-vexames/>

9 Ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/violencia-contra-mulheres-cresce-em-20-das-cidades-durante-pandemia>

10 Ver: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>



*que mais gente vá se vacinar, mas ainda assim, o mais importante é PARECER eficiente, e não de fato o ser. Pra mim isso é um choque, a fila da vacina deveria ser o lugar que mais segue os protocolos de distanciamento social, ao mesmo tempo que sinto um esforço por parte da prefeitura e do governo do estado em realmente vacinar muita gente, o mais rápido possível. Mas onde fica essa linha tênue entre ser eficiente e não aglomerar pessoas, as protegendo de fato, e vacinar todo mundo rápido pra vida “voltar ao normal”, as custas de aglomerações?”*

No que tange às perspectivas da relação entre corpo e cidade, os relatos se assemelham ao apontar o tensionamento e a sensação de medo e insegurança ligado ao uso dos espaços urbanos e coletivos. No entanto, o desejo humano de dissimular e esquecer vem sendo percebido de forma crescente, à medida que voltamos à ‘normalidade’ habitual. É um desejo que não só remonta a vontade de retornar ao cotidiano, mas também o apagamento das crises que foram descortinadas pela pandemia. Apagaremos a violência sofrida pela mulher, quando os índices mostrarem que há um decréscimo ocasionado pelo cotidiano separados entre marido e mulher? Algo será feito pelas famílias que vivem sem água e sem coleta de esgoto, que não possuem uma moradia minimamente adequada? Voltaremos a viver a cidade, ir a festas e espaços coletivos, viveremos novos carnavais, superaremos o luto dos que partiram?

*“De modo geral, o vírus da covid, generalizou uma insegurança existente e constantemente naturalizada no cotidiano das pessoas, assim como a vivência de modo particular com a cidade. A potência do vírus, colocou na ordem do dia, todos os tipos de violência que, nos “tempos normais” assistimos como banalidade.”*

A dificuldade em enfrentar os desafios sociais evidenciados pela pandemia vem, não só de um lugar da negação da morte, mas também da dificuldade em visualizar um outro modo de viver, no qual mudanças estruturais se fazem necessárias. Mas para isso seria necessária a invenção de um novo cotidiano pautado em pilares diferentes dos pilares sociais que regem o capitalismo. Especialistas indicam que outras pandemias estão

Figura 4 - Auxílio emergencial. Cada vez mais pessoas têm que recorrer à mendicância para manter suas famílias. Fotomontagem a partir de fotografia de mulher pedindo ajuda em semáforo. Fonte: edição dos autores, 2022.

por vir<sup>11</sup>, e que isso acontece “porque estamos destruindo o meio ambiente”, o lugar onde esses micro-organismos vivem, e “em contrapartida, estamos proporcionando, ao mesmo tempo, muitos outros lugares para eles, com a criação intensiva de gado, de porco, de frango, dando oportunidade deles aumentarem outros espaços para prosperar”. Viver em harmonia com a natureza é urgente. Estamos preparados ou mesmo dispostos a mudar o modo como habitamos o planeta? Essa é a reflexão que fica para um pós-pandemia.

## Referências

ANDRADE, R. G. E.; RAMAZZINE, I. C.; COLOMBO, L. A. *O federalismo brasileiro e os planos de abertura econômica do Estado de Alagoas e São Paulo para a pandemia da Covid-19*. Revista Sem Aspas, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 61–79, 2020. DOI: 10.29373/sas.v9i1.14038. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/14038>. Acesso em: 18 ago. 2021

BATELLA, W.; KOITI MIYAZAKI, V. *RELAÇÕES ENTRE REDE URBANA E COVID-19 EM MINAS GERAIS*. Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, p. 102 -110, 18 jun. 2020. In: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/54622>  
BERENSTEIN JACQUES, Paola. *Corpografias urbanas*. Arquitectos, n. 093. São Paulo, Portal Vitruvius, fev. 2008 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/08.093/165>>.

BRITTO, F.D.; JACQUES, P. B. *Cenografias e Corpografias Urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade*. Cadernos PPG-AU/FAUFBA, v. esp, p. 79-86, 2008.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta, 1999.

FLUSSER, Vilém. *O Mundo Codificado: Por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Blucher, 2007.224p.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KRENAK, Ailton. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64p.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDU/EDUSP, 1974.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

PEREIRA CALDAS DOS SANTOS, J.; LEVY FERREIRA PRAÇA, H.; VOUGA PEREIRA, L.; GOMES ALBUQUERQUE, H.; SAN PEDRO SIQUEIRA, A. *A DIFUSÃO ESPACIAL DA COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO*. Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, p. 263 - 273, 20 jun. 2020. In: <http://www.seer.ufu.br/>

<index.php/hygeia/article/view/54624>

SIBILIA, Paula. *O Homem Pós-Orgânico: Corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Técnicos e metodológicos da geografia*. Hucitec. São Paulo, 1988.

SONTAG, Susan. *Doença como Metáfora: Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 123p.

<sup>11</sup> Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53758807>

# SE ESSA RUA FOSSE MINHA Prática universitária para intervir na criação da cidade

*IF THIS STREET WAS MINE  
University practice to intervene in the creation of the city*

*Marina Mecabô<sup>1</sup>,  
Ligia Maria Avila Chiarelli<sup>2</sup> e Pedro Gabriel Dos Santos Erler<sup>3</sup>*

## Resumo

Essa escrita é parte do trabalho de uma urbanista curiosa pelos fenômenos educacionais, compõe a pesquisa: Se Essa Rua Fosse Minha - A criação de uma utopia urbana no entorno escolar a partir da percepção ambiental. Procura discutir o papel da extensão universitária na pesquisa acadêmica e para isso traz o relato de experiências extensionistas utilizadas como ferramenta para a pesquisa de Mestrado concluída em 2021. Procurando tensionar a interface escola-cidade, para refletir sobre a cultura de uso desse espaço urbano, olha para o entorno de duas escolas no centro de Pelotas/RS. Desde o início, o processo de pesquisa procurou formas de deslocar o pensamento da cabeça para pensar com o corpo todo. Esse desejo materializou-se em duas ações de intervenção urbana que são ferramenta e também resultado. A combinação entre a metodologia de pesquisa e a prática extensionista mostrou-se efetiva para expansão dos horizontes de pensamento.

Palavras-chave: entorno escolar, extensão universitária, pesquisa-ação, indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão.

## Abstract

*This writing is part of the weaving of the work of a curious urbanist about educational phenomena, composing the research: – If This Street Was Mine - The creation of an urban utopia in the school environment from the environmental perception. It seeks to discuss the role of university extension in academic research and for that it brings the report of extensionist experiences used as a tool for the Master's research completed in 2021. It aimed to intervene in the school-city interface to reflect on the culture of use and suggest ways to adapt the space to the needs of those who inhabit it. The place chosen for the attentive look was the surroundings of two schools in the center of Pelotas - RS. From the beginning, the research process looked for ways to displace the mind's thinking to think with the whole body, this desire materialized in two urban intervention actions that present themselves as a tool and a result. The combination between research methodology and the extensionist practice show an effective way to expand the horizon of thoughts.*

*Keywords: school environment, university extension, action research, teaching-research-extension inseparability.*

1 Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU- UFPel). Arquiteta, produtora de eventos. Trabalha com aproximações entre urbanismo e educação, projetos participativos, escuta infantil e territórios educativos. Tem interesse nas áreas de estudos decoloniais e teorias feministas.

2 Doutora em História (PUC - RS), Mestre em Engenharia Civil e Mestre em Desenvolvimento Social. Arquiteta e Urbanista, professora aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFPel.

3 Graduando do bacharelado em Música - Violão (UFPel). Atua como músico popular, é professor e trabalha com pesquisa etnográfica. Tem interesse nas áreas de estudo de memória, identidades, contemporaneidade e latinidades.

## Pensar em Movimento

Esta escrita parte do aprendizado de onze anos de UFPel Universidade localizada no sul do sul. Perto de Porto Alegre? Mais perto do Uruguai ou “longe demais das capitais”. Aprendizado obtido com o espaço físico da UFPel. Parto de um olhar ciente para a influência dos ambientes sobre o nosso comportamento. Os espaços nos transmitem sensações. Não nos sentimos da mesma forma nas diferentes salas: em uma sala de aula, em uma sala de jantar em uma sala de cinema ou até em uma sala de espera. A ambiência dita parte de nosso comportamento. Dessa forma também faz a cidade e o urbano. Nos sentimos e nos comportamos diferente em um parque, em uma rua com intenso fluxo de pessoas, num beco escondido ou a pé numa via rápida de veículos. A forma urbana transmite mensagens. A configuração da cidade é também professora, as cidades são educadoras e a UFPel transmite lições sobre isso ao existir em prédios espalhados pela cidade de Pelotas. Na qualidade do campus disperso, a Universidade Federal de Pelotas ensina a ser e pensar sobre extensão.

Extensão se relaciona diretamente com a expansão. Na Universidade trata de expandir o fazer universitário. No tripé base que idealmente sustenta a Universidade Federal, ao lado do ensino e da pesquisa, a extensão é idealmente comprometida com as classes populares, tendo como dever, além da disseminação do conhecimento, permanecer atenta às necessidades e conhecimentos da comunidade (FORPROEX, 2012). Essa atividade exige dedicação constante para não se tornar um espaço de reprodução dos valores hegemônicos. A extensão universitária pode ser entendida como comunicação (FORPROEX, 2012) e é preciso estar para comunicar. O estar disperso na cidade expande o território de comunicação.

O presente trabalho é parte das reflexões de uma pesquisa que aborda aspectos da relação entre cidade e educação, entre crianças e espaço público, entre escola pública e Universidade, **tensionando as possibilidades das práticas de extensão universitária no mestrado**. Aqui apresentarei parte dos procedimentos adotados na pesquisa: inicialmente com os pensamentos que, guiados pela revisão bibliográfica, motivaram a ação, seguidos por um relato das ações – intervenções – realizadas e da reflexão sobre essa prática e encaminhamentos futuros. Vale dizer que atravessado pelas consequências do COVID 19 o processo de pesquisa se desenvolveu como uma dança de improviso, guiada pelas instabilidades e incertezas do período pandêmico, **procurando brechas e assumindo riscos**.

Este processo se dá em um momento onde as instituições públicas estão sendo questionadas, faz-se necessário construir alternativas contra hegemônicas que marquem a utilidade social da academia (SANTOS, 2010). Boaventura Souza e Santos, em seu livro Universidade no Século XXI, assinala que a Universidade Pública tem perdido algumas de suas funções no desenvolvimento da educação, principalmente no campo das pesquisas educacionais aplicadas. A perda de espaço se manifesta na primazia dos estudos informados pela racionalidade econômica, valores que ganham espaço na agenda educacional e favorecem o projeto neoliberal de funcionalizar a universidade e entregar o sistema educacional ao capital mundial (SANTOS, 2010). Boaventura traça alternativas para reconquistar a legitimidade com uma reforma criativa: “combater o novo com o novo”, propondo um denso programa de responsabilização social da Universidade. Segundo o autor, é necessária uma reforma de legitimidade pautada em cinco frentes de ação, são elas: 1- acesso; 2- extensão; 3- pesquisa-ação; 4- ecologia de saberes; 5- Universidade e Escola Pública (SANTOS, 2010). A reflexão aqui proposta procura abranger discussões sobre a extensão, pesquisa ação e a necessária conexão entre a Universidade e as escolas públicas.

Figura 1- Recortes do trabalho UFPel na rua. Fonte: Autora, 2020.



Reconheço em mim a veia extensionista que circula na UFPel desde o trabalho final da graduação em Arquitetura e Urbanismo, no ano de 2017. Na ocasião projetei um equipamento para dar suporte e incentivar ações de extensão universitária: consistia em uma estrutura efêmera pensada para ser transportada, montada e desmontada facilmente. Podia funcionar como palco para apresentações, lugar para exposições, palestras, reuniões, ou o que quer que fosse necessário para extensão da atividade acadêmica. Como parte dos requisitos para conclusão do curso, simulei algumas implantações da estrutura projetada. Um desses exercícios imaginativos pretendia levar a extensão para uma rua na periferia de Pelotas onde ficam localizadas duas escolas públicas. Nesta criação foram instalados em frente às escolas um palco, uma biblioteca e um cinema (figura 01). Finalizada essa etapa, algo me incomodava: como podia eu, sem saber sobre aquela realidade propor uma intervenção no espaço? Essa curiosidade me levou a adentrar no mestrado convicta do desejo de fazer uma intervenção no espaço que partisse dos desejos e necessidades de seus usuários cotidianos. Além disso, seguia comigo a vontade de trabalhar a conexão entre escola e cidade. Trabalho no entorno escolar por acreditar na potência desse espaço.

O desejo de romper os muros das intuições de ensino, presente na extensão, procura encontrar formas de provocar a reflexão e transformá-la em ação. Nesse movimento acredito que um dos caminhos é poetizar o espaço urbano: inventar o que fazer (OITICICA, 1978); ampliar suas funções, criar utopias em lugares cotidianos a fim de democratizar seu uso e as decisões sobre ele. Reconhecendo a importância dos espaços educacionais e a necessidade de transformação, impor intervenções sem compreender a percepção e as relações que os usuários estabelecem ali me parece uma ação tão pouco ética como pouco efetiva. Paulo Freire nos ensina que o trabalho social, comprometido com seu papel histórico, reconhece que a mudança deve partir da reflexão e do conhecimento sobre a percepção que outras pessoas têm da realidade (FREIRE, 1979). Acredito que para propor ferramentas potentes é necessário desenvolvê-las de forma atenta a percepção e aspirações de quem ali habita. Ela deve partir da reflexão coletiva sobre a ambiência existente e suas possibilidades. Dessa forma, a pesquisa e a ação se apoiam em uma metodologia engajada que provoca a reflexão sobre a cultura de uso dos espaços estudados



Figura 2- Fotografia do cruzamento onde podemos ver a esquerda a escola rosa e a direita o colégio laranja.. Fonte: Autora, 2020.

O local escolhido para desenvolver esse exercício do olhar atento é o ambiente urbano de vizinhança e conexão entre duas escolas no centro de Pelotas – RS. Uma escola particular e outra municipal. O contexto chamou atenção por ser compartilhado por duas instituições inseridas na cidade de formas marcadamente diferentes: uma murada - isolada, e a outra com o gradil leve - permeável (FIGURA 02). Na dissertação aprofundo as apreensões sobre as escolas e essa situação específica, por aqui vale deixar dito que escolhi chamar a murada de Colégio Laranja e a permeável com gradil de Escola Rosa, isso porque essas são suas cores predominantes na altura do olhar. Interessava saber como essas formas de estar na cidade provocam o fazer educacional e como essas comunidades escolares se relacionam com o espaço urbano imediato.

Logo no começo de minhas incursões de observação, percebi que o campo disperso da Universidade Federal de Pelotas não ensina só a mim, num diálogo de final de tarde junto ao portão da escola rosa essa compreensão ganhou novas camadas. Me aproximei de duas adolescentes que me notaram desde as primeiras idas a campo. Com receio de abordá-las lembrei dos escritos de Brené Brown: demonstrar vulnerabilidade é a melhor forma de conexão, é eficiente para travar conversas porque as pessoas efetivamente se abrem (BROWN, 2012). Conte para elas que estava ali por querer desenvolver um projeto junto a escola, mas que estava com vergonha de chegar. Elas riram, falaram que estudam ali e que eu não precisava me preocupar porque na Escola Rosa “todo mundo adora projetos”. Elas recomendaram que eu procurasse a monitora da tarde que certamente gostaria de colaborar com o meu trabalho. Em seguida, enquanto observavam um casal que passava outro lado da rua, falaram entre elas algo que eu não compreendi, a mais falante delas me olhou e disse: “a gente gosta desses estudantes, esses da faculdade que sempre passam por aqui e ficam pela praça, eles são normais, mas um pouco loucos, a gente quer ser assim também”, a outra completou “eu queria ser esse casal”.

Esse acontecimento ficou latente nos meus pensamentos como evidência da importância e efetividade de ser o campus universitário disperso na cidade. A professora e arquiteta Andrea Moassab nos conta sobre a criação das universidades na Europa do século XV de forma eminentemente atrelada, funcional e espacialmente, à urbanidade. Eram instaladas no centro das cidades. Posteriormente, já na colonização da América, surge o conceito de Campus que procura resguardar a produção intelectual ao instalar as

Universidades afastadas do “descontrole das cidades” (MOASSAB, 2011). Pelas dinâmicas de sua fundação, unindo diferentes instituições existentes na época, a UFPel apresenta-se como uma estrutura híbrida, compartilhando do modelo europeu e também do norte americano. A inserção dispersa na cidade foi reforçada a partir de 1986 através do projeto Universidade na Cidade, coordenado pela professora Ester Gutierrez, que procurou ocupar as estruturas fabris desativadas no Bairro Porto de Pelotas, assim como prédios históricos na área central (PERES, 2019). A fragmentação experienciada pela Universidade Federal de Pelotas mostra-se eficaz em promover encontros e demonstra como a inserção urbana das instituições faz parte de seu plano de ensino. **O campus aberto, disperso, colabora com a troca permanente entre escola e cidade, a Universidade Federal de Pelotas se faz um pouco mais próxima com suas pessoas normais circulando por ali.**

O agir para realizar uma ação conjunta, colaborativa, é adentrar-se em um processo de negociação, é lidar com poderes e resistências até então desconhecidas. As abordagens para construção conjunta, desde o primeiro contato com as escolas até as realizações junto às localidades, procuraram apresentar-se de forma descentralizadora. De início objetivava a participação ativa das crianças, processo que ainda não foi possível por causa das complicações geradas pelos tempos pandêmicos. Acredito que **a flexibilidade na construção e aplicação das ferramentas metodológicas é um dos requisitos e das qualidades da atividade de pesquisa em extensão.** A partir do momento que nos propomos a expandir, estender, fazer junto, perdemos – ou deveríamos permitir perder – parte do nosso controle sobre os rumos da pesquisa. Ela passa depender de outros agentes, outros fatores. Nos primeiros passos da pesquisa procurei as duas escolas a fim de construir junto um percurso rumo a reflexão sobre o espaço vivenciado e dividido por elas. Tinha poucas resoluções, poucas certezas, mas muita vontade de construir junto. O adentrar nas escolas trouxe conflitos e compreensões frente a visão romantizada que eu carregava desse ambiente, o estar em campo distanciou uma ingenuidade de quem olha de fora.

Inserida na área de percepção do ambiente pelos usuários, a pesquisa acredita no potencial crítico de quem vivencia o espaço (ONO et al. 2018) e procura mais do que a coleta de dados, procura ferramentas que provoquem reflexão a quem participar do processo, um construir de dados a partir do exercício no espaço. Diminuir as barreiras que separam a vida privada da fruição urbana passa por rever o enclausuramento da educação. Certamente esse objetivo é transgressor não só da cultura escolar como da cultura geral. A cultura do medo urbano está tão internalizada que a possibilidade de as crianças viverem a cidade causa pavor. **A possibilidade de se materializar em uma ação inspirou a escrita com um sentimento ético e político sobre a responsabilidade da Universidade com a Escola e da Pesquisa com o fortalecimento das Instituições Públicas de ensino.**

Olhar para a escola é também olhar para a infância. Há incoerências em classificar as crianças como um bloco, como grupo homogêneo. A arquiteta Mayumi de Souza Lima ressalta que a situação da escola pública, com orçamento reduzido e instalações precárias, é retrato do pensamento social que vê a criança como uma sucata industrial, que será produtiva futuramente se não oxidar, se oxidar ela deixa de ser criança e passa a uma categoria mais baixa: a de menor (LIMA, 1989). Numa mesma sociedade há diferentes infâncias e aqui as crianças de zonas periféricas são as maiores candidatas à condição de menor. **O tratamento, suas perspectivas de futuro, o que se espera delas e conseqüentemente as oportunidades oferecidas dependem das condições econômicas de sua família.** É preciso olhar para as relações de classe consciente de que essa envolve o comportamento que adotamos, nosso olhar pro mundo, nossos pressupostos básicos sobre a vida, como lidamos com problemas e nosso conceito de futuro (BROWN, 2015). Essas determinações incidem sobre as

crianças e seus espaços de permanência.

Nas sociedades urbanas pré-industriais as crianças apropriavam-se das ruas para o convívio e o brincar (LIMA, 1989). As ruas eram utilizadas como extensão das casas e o espaço público reconhecido como local de recreação da classe trabalhadora. Com o tempo a reunião de populares foi percebida pela burguesia como perigosa, “elementos vulcânicos” que passaram a ser reprimidos para garantir o “decoro” das ruas (LIMA, 1989), numa concepção de que a rua – ressaltado ser substantivo feminino – deve ser espaço de passividade e controle. A imposição do poder sobre os dominados é explicitada no controle da liberdade dos corpos. É uma política de coerção. Dessa forma o imaginário de perigo urbano é continuamente construído e reforçado (DIAS, 2015). Para proteger as crianças há um ideal de confinamento nos espaços privados e o espaço público, cada vez mais isolado, assume características de abandono e violência (JACOBS, 2014). **A privação da vivência no espaço público se dá tanto pelo emparedamento (TIRIBA, 2018) quanto pelas dinâmicas que priorizam o carro e a velocidade e são hostis à escala humana.** Assim, se faz necessário atentar-se às atuais formas de fazer Escola, tanto nas instituições quanto nas ruas, e compreender a relação infantil com os espaços à procura de estratégias de melhoria dos ambientes potentes em educação.

Trabalhar na cidade a fim de ressaltar seu papel de agente educativo é caminhar rumo a uma práxis de priorizar pessoas no lugar dos automóveis e das fábricas. É a contramão de uma perspectiva onde as pessoas têm apenas o valor do seu trabalho e são vistas destituídas de sua humanidade. Essa perspectiva de transcender os muros institucionais faz parte de uma construção intelectual marcadamente brasileira porque parte do pensamento de pessoas como Anísio Teixeira, Mário de Andrade, Ariano Suassuna e Paulo Freire. Pensadores que guiaram suas obras sob uma visão de integração que denuncia o isolamento da escola como barreira para a educação verdadeira (SINGER, 2015), aquela que se faz presente no cotidiano e no desenvolvimento pessoal, aquela capaz de mudar o mundo.

O Plano Nacional de Educação prevê a valorização das experiências extraescolares e a necessidade de adequar o projeto pedagógico ao contexto específico (MEC, 2019). As crianças têm direito a cidade e ao aprendizado oferecido pela urbe, assim como não lhes pode ser negado as possibilidades de socialização e a criação de vínculos e afetos com o território. A educação precisa da realidade (FREIRE, 1977). A mudança desafia a escola e a cidade num contexto que constrói altos muros. Para questionar e reverter as heranças de escolas que se parecem com conventos, manicômios e prisões, **precisamos de abordagens generosas e indisciplinadas** (DE FARIA, 2012). É preciso radicalidade e espírito crítico, é preciso reinventar.

Quando a reinvenção, o ano de 2020 começou surpreendendo com uma realidade não imaginada: uma doença com alto potencial letal se alastra rapidamente pelo mundo. Imersos em novidades e incertezas, em alguns momentos conseguimos vislumbrar a vida humana como mais uma das espécies em possível extinção. A crise sanitária evidenciou a permanente crise que legitima a desigualdade social, explicitou também a necessária busca por alternativas ao modo de viver dominante. Imagens que mostram os animais apropriando-se da cidade percorreram o mundo através da internet e são potentes em mostrar como nosso modelo de desenvolvimento é predatório, antropocentrado (figura 03).

Boaventura afirma que as possibilidades de resistência estão na articulação entre processos políticos e os processos de construção do comum. Santos ressalta o papel das cidades: é preciso traçar soluções democráticas a nível dos bairros, isso porque **fortalecer as articulações locais é uma estratégia de enfrentamento** a um



fenômeno recorrente em democracias vulneráveis: as “fake News” (SANTOS, 2020). A propagação de notícias falsas encontra solo fértil numa sociedade desarticulada, imersa em uma crise de representatividade onde as pessoas não têm fontes próximas em quem confiar (SANTOS, 2020). Essa estratégia foi utilizada durante as eleições brasileiras de 2018 e retornou agravando o caos provocado pela crise sanitária de 2020-2021. Os encontros e o reforço das relações de vizinhança são práticas eficazes para compartilhamento de informações menos manipuladas.

A urbanidade carrega uma esperança de acesso a serviços de saúde, de educação, energia elétrica, abastecimento de água, empregos, lazer e cultura (IBÃNES, 2019). Porém a estrutura pública urbana não foi pensada para os grupos fora do poder hegemônico hetero branco patriarcal. Fundadas pela invasão colonial, as cidades conservam o caráter de dominação tanto em seu desenho quanto em seus imaginários. São desde o nascimento organizações segregadoras (IBÃNES, 2019). Outro fator que acomete esse tempo é que as cidades são cada vez mais parecidas, suas singularidades são substituídas por um padrão de consumo. Raquel Rolnik alerta sobre a atual lógica que procura transformar a cidade em empresa e os habitantes em clientes, sendo essa uma tática velha, testada em diferentes escalas e condenada ao fracasso (ROLNIK,2020). As escolas não escapam imunes a essa lógica. Arelado ao imaginário de insegurança urbana, o cercamento responde a uma necessidade de se fazer distinto social e espacialmente, uma estratégia para manter-se longe da indignidade da rua (LEITÃO, 2005). A preferência pelas vias rápidas, pelo automóvel e pelo lazer de shopping, faz parte de um projeto de poder (ROLNIK,2020). O ganho de velocidade modificou as escalas da vida urbana e insensibilizou o corpo de seus habitantes (SENNETT, 2014). Essa dinâmica, aparentemente abstrata, toma corpo e está expressa nos espaços das cidades: uma ambiência morna e estéril, vazia de preocupação lúdica (DEBORD, 2003).

Agora relembremos de um potencial que foi capaz de aprovar o Estatuto da Cidade e criar o agora extinto Ministério da Cidade (RETTO,2020). O estatuto da cidade é a lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo “política urbana” da Constituição Brasileira (OLIVEIRA,2001). É uma conquista coletiva de técnicos e movimentos sociais. É uma herança de luta que carrega caminhos e alternativas aos problemas ainda recorrentes. O Estatuto reúne **instrumentos urbanísticos a fim de garantir a função social da cidade**. Tem como princípios fundamentais a gestão democrática do território (OLIVEIRA,2001). Coloca sobre os municípios a responsabilidade de agir visando o interesse coletivo e de **convocar a população para**

**participar da organização do seu espaço de vida**. É a garantia legal de participação popular nas decisões de interesse público (GUIZZO, 2019). Completando vinte anos de sua promulgação mostra-se insuficiente: as forças hegemônicas que planejam cidades trabalham também para falta compreensão do processo de fazer cidade.

Reeducar a esperança na participação popular para construção da cidade passa por olhar para as conquistas do passado e procurar fortalecimento, avançar nas discussões a partir do acúmulo de experiências (RETTO,2020). Educar para a participação nas políticas públicas é educar para uma cultura de diálogo (FREIRE, 1977). A esperança que guia o trabalho de Freire está relacionada à possibilidade de transformar a realidade por meio da nossa ação no mundo, contrapondo-se aos discursos fatalistas que creem que as coisas não mudam. Um agir alinhado com esse pensamento representa desenvolver processos educativos de promoção do senso crítico e da vontade de ação individual pelo coletivo (RETTO, 2020). É preciso reeducar o olhar para “a coisa pública” (tanto os espaços públicos quanto as instituições) como bem e todos, potente de encontro e de fortalecimento. **A potência aqui alimentada é a de utilizar as ruas como fortalecedoras do poder local e a escola como agente de educação sobre os direitos urbanos**.

Intervenções Temporárias, marcas permanentes é o título de um livro referência para essa pesquisa (FONTES, 2013). Kevin Linch, já no século passado acreditava no potencial dos eventos e rituais de agir sobre os imaginários da população urbana (RETTO, 2020). Esse pensamento assume que a representação social do espaço é continuamente alterada. Em períodos anteriores à pandemia do Coronavírus o espaço coletivo já era visto como lugar inseguro, acompanhamos a demonização do estar fora de casa. Algumas cidades tomaram atitudes de remoção do mobiliário público ou isolamento dos bancos visando afastar a população desses lugares. Aqui trago uma colagem com imagens referentes à interdição de mobiliários públicos nas cidades Brasileiras, a retirada dos bancos no Espírito Santo e o isolamento de um banco monumento na cidade de Pelotas (FIGURA 04). Essas ações consistem em intervenções pontuais e temporárias, mas podem significar prejuízos permanentes. Assim, **é preciso fortalecer um urbanismo que reaja à pandemia e as sequelas do isolamento social**.

É característico de momentos de repressão que as ruas se tornem um corredor entre as atividades básicas como casa e trabalho. O afastamento do convívio urbano é ferramenta para o enfraquecimento do poder popular. A promoção de um olhar diferenciado para o uso da rua é também a promoção de um olhar crítico para a cultura do automóvel. Ela está intimamente relacionada à crítica ao isolamento proporcionado por muros e grades: a polarização social refletida no espaço que se esforça para eliminar o contato com o estranho (FONTES, 2013). Não se trata de um combate ao automóvel como um demônio, e sim o combate a sua exagerada concentração e primazia no espaço urbano (DEBORD,2003). Guy Debord afirmava, já em 1959, que urbanistas preocupados com o futuro da vida na cidade devem **trabalhar para o enfraquecimento dos veículos individuais**. Se no século passado já era apontado como demanda urgente, agora é mais do que necessário esboçar um urbanismo que seja palco para uma vida mais feliz, um urbanismo feito para dar prazer.

Há um movimento de fazer – cidade que acontece através das Intervenções Urbanas. Elas são caracterizadas pela promoção do inesperado no cotidiano. Partem da ativação intencional do espaço público, do desejo de resgatar o valor humano de viver na cidade (VELLOSO,2019). São práticas que trazem para o espaço elementos inesperados capazes de reconfigurar momentaneamente a percepção da realidade (FONTES, 2013). Desenrolam-se em ações temporárias, mas podem significar mudanças duradouras, isso porque a experiência vivida em conjunto pode desencadear novas relações não



só com o espaço, mas entre os habitantes (FONTES, 2013). São rupturas cotidianas potentes em resgatar e evidenciar a condição pública dos espaços (VELLOSO, 2019), ferramentas para transformar o espaço público em um lugar propício e catalisador de relações sociais saudáveis. Dessa forma, **as intervenções funcionam como um antídoto a lugares marcados pela indiferença, sendo capazes provocar um enriquecimento nas referências de cidade e de uso dos espaços coletivos.** As intervenções podem acontecer tanto para coibir, como no caso da remoção e isolamento de mobiliário, quanto para incentivar a apropriação. Quando pensadas para ativar, o impulso lúdico é capaz de colocar o espaço em ação; As intervenções que chamam para rua explicitam uma inversão de pés que não se contentam mais em andar pelas laterais e querem retomar o protagonismo urbano (ANDRÉS, 2015). **É uma prática educativa para a vida política porque evidencia a possibilidade de repensar o próprio espaço e agir sobre ele.**

Movida por esses pensamentos a pesquisa se encaminhou para promoção de uma intervenção urbana em forma de evento de rua. Propus uma oficina de urbanismo tático como principal ferramenta de diálogo com os usuários. Esse tipo de ação utiliza de elementos acessíveis como tintas e pneus para repensar de maneira prática e coletiva o desenho do espaço. Para viabilizar a ação escrevi uma proposta no edital de auxílio a eventos da Secretaria de Cultura de Pelotas (SECULT): Intitulada “Se essa Rua fosse minha”, a proposta era fechar as ruas lindeiras às escolas, ocupar o espaço com brinquedos infláveis e pipoca e, em conjunto com as comunidades escolares, refazer provisoriamente o desenho urbano dessa região. A proposta foi aprovada em primeiro lugar na sua categoria. Junto com algumas amigas, fundamos a Coletiva Arruaceiras a fim de executar o projeto e torná-lo ponto de partida para outras ações urbanas. De início, articular uma escola municipal com um particular para realização do evento de rua já estava se mostrando uma árdua tarefa, algumas professoras estavam receosas em relação ao contato entre os alunos das duas escolas. Quando as atividades foram interrompidas pela pandemia, incertezas tomaram conta dos planos traçados. **A forma como o processo de pesquisa – intervenção – extensão respondeu ao inesperado é aqui apresentada a fim de discutir e refletir sobre um processo - de pesquisa e extensão - que se quer aberto e atrelado a vida cotidiana, quer movimento.**

## Movimentar

Frente a necessidade de isolamento social a proposta precisou ser reformulada. Promover uma atividade online não era uma opção uma vez que o objetivo do evento era provocar novas experiências entre crianças e cidade. Em meio às incertezas e desorientações do ano de 2020, com o grupo Arruaceiras desarticulado, a alternativa para a ação, que já tinha suas verbas aprovadas como evento público cultural, foi um cinema de rua. Para manter a proposição de levar as crianças para o espaço urbano e sugerir usos inusitados para cidade de uma forma que conseguíssemos manter o distanciamento, a proposta de cinema surgiu como alternativa condizente com a verba recebida. Diante das medidas restritivas que marcaram o período, parte da pesquisa afastou-se da escola, intelectual e fisicamente. Isso se deu não por falta de esforço para realizá-lo no pátio da escola e acabou por **desprender o pensamento da educação escolarizada.** O projeto proposto inicialmente partia das estruturas e conexões já estabelecidas pelas instituições, com as mudanças foi necessário experimentar outras formas de conexão.

A necessária mudança de planos teve como maior desafio o conversar com as crianças. A pesquisa almejava que as ferramentas de interação não se limitassem a coleta de dados, mas também fossem instrumentos de reflexão para todas as pessoas que participassem do processo. Procurando um meio de diálogo foi desenvolvido um livro de colorir com uma história infantil sobre a cidade. O livreto intitulado - Se essa Cidade Fosse Minha - traz uma história de uma menina que divide os sonhos que ela tem para cidade, desde a possibilidade de criação de hortas urbanas, passando pela limpeza de rios e culminando na ação de usufruto da rua com a realização de um cinema ao ar livre. Foram impressos 500 livretos de tamanho A5 com páginas coloridas e páginas de convite para colorir (figura 05).

Ciente de que todo ato pedagógico é político, pois pauta-se em escolhas que traduzem a visão de mundo de quem atua (ARELARO, 2021) e da responsabilidade diante da utilização do dinheiro público envolvido no Edital, a ação se distanciou das escolas e me coloquei como agente educacional não escolar. Freire nos fala que **um dos papéis da educação é auxiliar na compreensão da capacidade que temos de transformar** (FREIRE, 1977). Ao escrever o livro me deparei com dilemas que, imagino, devem acompanhar a atividade docente. A autonomia intelectual parte da compreensão da realidade (ARELARO, 2021), a construção dela é constante ao longo da vida, então, permanecendo em processo de minha própria educação, como posso agir no percurso de outres? Diante desta questão, senti a necessidade de construir uma personagem que, fugindo de compartilhar certezas, divide possibilidades e sonhos. A capacidade de sonhar é por si só professora. A personagem parte dos sonhos para a ação, realiza o evento público no meio da rua a fim de evidenciar que assim como a história (FREIRE, 1977) a cidade é feita de movimento - e luta. No decorrer do livro a menina revela que assim como a cidade é dela, é também de todos que vivem ali. E no final, procurando evocar outras concepções e provocar o sonho, questiona: “Quais teus desejos para cidade?”

Paralelamente, a promoção do evento demandou movimento na cidade. Sobrepunha-se ao desejo de ativar o urbano os necessários cuidados com a crise sanitária. Estávamos em um momento de muitas incertezas, de poucos encontros e urgência nos processos que envolviam o uso da verba pública. Esperamos encerrar o período de eleições municipais. A cidade estava experimentando um caos estranho, muita gente na rua, escolas e praças fechadas, bares e shoppings abertos, decretos e bandeiras que mudavam toda hora. Era preciso realizar o evento de forma a não provocar aglomerações. Éramos dois agentes, dividi essa aventura de criação e movimento com meu companheiro, colega de casa, pandemia e terceiro autor desse texto.



Inicialmente acreditávamos ser viável passar de casa em casa fazendo o convite. Após algumas caminhadas, o receio do contato com o desconhecido, patologia de nosso tempo agravada pela crise sanitária, mostrou que essa não seria melhor forma de chegar até as pessoas. Então qual seria? Forças locais. Tendo como já estabelecido a escala de rua, visando abranger um número controlado de crianças, qual seria o poder local no nível da rua? Nossas caminhadas atentas trouxeram algumas respostas. Em meio aos mandos e desmandos, as certezas e incertezas do ano de 2020, sofrendo as consequências deste inesperado, estavam os negócios locais. O mercadinho, a padaria, sorveteria, doceria, bar, lanchonete, salão de beleza... eles estavam por tudo, muitos comerciantes conhecem a vizinhança pelo nome, são conhecidos também das crianças, vimos que há quem às tenha mapeadas na cabeça.

Dia doze de outubro, segunda-feira de feriado e dia das crianças. "Hoje vamos encontrar pessoas brincando na porta das casas". Caminhamos no perímetro deliberado para realização do evento e pudemos observar um fluxo de crianças e familiares nesse entorno. Nesse momento ainda havia dúvidas acerca da abordagem a ser utilizada para travar o contato com esses moradores. Depois de caminhar por algumas ruas vazias encontramos uma doceria aberta e decidimos entrar e conversar com quem estivesse por lá. Ali conhecemos a Cristina, professora de uma escola de ensino fundamental e mãe de dois filhos. Com ela compartilhamos nossas ideias e lhe questionamos sobre a presença de crianças naquela região. Ela relatou que por ali as crianças já estavam bem crescidas, na faculdade, falou de uma e outra nas ruas vizinhas, e aconselhou que procurássemos por um senhor, dono de bar, conhecido por realizar tradicionalmente uma festa de dia das crianças, relatou que levou seus filhos nessa festa muitos anos, que é uma festa que mobiliza a região do Porto e que talvez estivesse acontecendo naquele dia, apesar de não ter ouvido nem barulho, nem visto movimentação.

Com o endereço em mãos, seguimos atrás do Bar do Maurício. Descemos muito [relativamente ao que estamos acostumados a andar no Porto de Pelotas], entramos em ruas do Bairro Porto que não conhecíamos, pedimos informação na avenida principal, mas o rapaz do estacionamento não conhecia o ilustre vizinho. Já estava ficando escuro quando encontramos o bar sem placa, em uma quadra pacata e residencial, uma mistura de comércio com casa, dois homens bebiam encostados na

porta de entrada, espiamos e no interior com pouca luz, havia movimentação de outras pessoas. As características peculiares davam ao bar um ar íntimo e reservado, não tivemos coragem de chegar e abordá-los. Passamos lá outras vezes, mas tivemos dificuldade na aproximação. Até onde vimos nos nossos passeios noturnos, era um lugar frequentado por homens, e eu não me senti à vontade para entrar. Ficou combinado então que o Pedro iria sozinho, se aproximaria como um consumidor do bar e depois, quando tivesse uma brecha falaria do evento.

Alguns dias depois de tomarmos essa decisão, num final de tarde chuvoso, Pedro chegou em frente ao bar, ouviu que pessoas conversavam lá dentro, porta entreaberta, não se sentiu à vontade para adentrar, mas era isso ou ficar na chuva, entrou ofegante. A conversa cessou e Pedro foi olhado e analisado de cima a baixo, olhou para o senhor atrás do balcão e perguntou "- O senhor é o Maurício? "; "por enquanto to sendo", respondeu desconfiado, "Cheguei aqui através da Cristina, da doceria "; "Não conheço"; "Ela me falou sobre a festa de dia das crianças, o senhor que faz a festa? "; " Não, não vou fazer, enquanto não tiver vacina não vou fazer, não". Com essas respostas, Maurício sumiu por uma porta atrás do balcão. Pedro achou que era isso, conversa encerrada. Minutos depois o senhorzinho invocado voltou com um álbum de fotos da festa que realiza há 35 anos. Pedro ficou impressionado com a grandiosidade do evento que mobiliza não apenas a rua, mas também o entorno e demais localidades da cidade e que chegou a reunir uma média de 4 a 5 mil pessoas, motivo de orgulho. Maurício explicou que ele puxava, mas todo mundo se envolvia, cada casa da rua fazia um tipo de quitute e ele arrecadava patrocínios com empresas. Convidou Pedro para entrar em sua casa, que fica junto ao bar, para ver o estoque de brinquedos esperando a próxima ocasião. A festa não ocorreu em 2020 devido à pandemia, e Maurício repetiu múltiplas vezes que não faria outro evento antes de estarem todos vacinados. Pedro deu alguns detalhes do projeto, interagiu com os demais ali presentes, e combinou com o Maurício que voltaria em outra oportunidade acompanhado por mim. Maurício passou o telefone para combinarmos a data depois que ele terminasse uma obra de colocação de azulejos no interior do bar.

Pedro relatou esta visita, disse que o Maurício era um homem desconfiado e que não foi muito simpático, mas que demonstrava interesse e amabilidade nas interjeições e por isso enxergava essa abertura ali. Numa tarde de quarta-feira, conforme combinamos pelo telefone, eu e Pedro chegamos até o bar, eu já estava preparada para ser escoraçada. Assim que entramos Maurício nos recebeu com um sorriso e com a advertência "eu não vou fazer nada enquanto não tiver vacina", todos do bar nos cumprimentaram com simpatia. Preocupados com a permanência em local fechado com outras pessoas, pedimos uma cerveja e fomos para a varanda lateral, ao mesmo tempo do bar e da casa do Maurício. Enquanto estávamos ali percebemos um fluxo constante de crianças e moradores do entorno, o bar também funciona como uma venda. Pouco tempo depois Maurício nos traz um álbum com as fotografias do evento, dei a ele um exemplar do livreto, o teste, primeira impressão, e ele se animou. Mostrei uma ilustração imaginativa do evento para afirmar que seria algo pequeno, possível de manter o controle e os cuidados sanitários recomendados. Não precisou de muita conversa para que Maurício aceitasse "Vamos fazer sim, só marcamos a data". Que alegria. Missão cumprida, combinamos de voltar para conversar melhor em um outro momento e nos preparamos para sair.

Fomos impedidos, Maurício pediu que esperássemos, que haveria o aniversário de um menino. Ele estava esquematizando o bar em duas regiões para evitar os contatos, disse que comprou uma torta e que o aniversariante ficaria feliz em nos ver. Pouco tempo depois ele chegou, carinhosamente chamado de menino, estava completando 25 anos, veio acompanhado da mãe e outros familiares. Era tanta alegria, eu achei aquele momento mágico, Guigo, amigo que fizemos nessa ocasião, só me olhava e

Figura 6 – Estrutura já montada na varanda do bar com destaque para faixa de aviso. Fonte: Autora, 2020.



repetia “estão preparados para se envolver? aqui é assim, fortes emoções “. Além da torta, os amigos do bar fizeram uma vaquinha para comprar uma cachorrinha de pelúcia, que Bruno, aniversariante, nomeou de poppy e um outro cachorrinho que pula e late no chão, ele ficou fascinado. Todos alegres festejando o “Rei do Bar”. Fui embora nas nuvens, que lugar peculiar, um bar que também é acolhimento e pertencimento para um menino com Síndrome de Down. Saímos de lá também nos sentindo acolhidos, pertencentes e ansiosos para retornar com o evento.

Optamos por não realizar nenhuma atividade no período eleitoral, tendo isso em vista, a data do dia dois de dezembro foi a escolhida e confirmada pelo telefone. Maurício já tinha determinado o horário que ele achava mais viável: vinte horas. Passaram-se duas semanas e retornamos ao bar, na ocasião discutimos as medidas de segurança a serem tomadas, o lugar onde colocaríamos a tela e onde ficariam as crianças. Para deixar o Maurício mais tranquilo e firmar nosso compromisso, deixei nessa ocasião uma faixa para ser estendida no dia do evento onde estava registrado, em forma e aviso, o necessário distanciamento e permanência da máscara durante a exibição do filme (FIGURA 06). Ficou decidido que o Maurício convidaria as crianças da rua e que o evento seria anunciado com três dias de antecedência, para não haver a possibilidade de aglomeração. O evento não foi anunciado em nenhum tipo de mídia, apenas no grupo do WhatsApp dos frequentadores do bar.

Quarta Feira dois de dezembro, meu aniversário, às vinte horas aconteceu a primeira sessão. Saímos de casa quase duas horas antes, eu e Pedro fomos separados porque não coubemos nós dois, tela e equipamentos no mesmo Uber, ele foi com o carro e eu segui a pé, por preferir ele fizesse a primeira abordagem. No caminho encontrei a Bruna, colega de mestrado, que se animou com a notícia do cinema e quis ir junto, achei melhor que ela nos acompanhasse em uma próxima, devido ao ambiente intimista característico do bar e também as restrições sobre o ajuntamento de pessoas. Chegando lá, o dia estava normal, não haviam crianças e nenhuma movimentação diferenciada. Maurício me mostrou o convite que fez para as crianças “teatro no bar do Maurício” (FIGURA 07). O local para a permanência das crianças, assim como de colocação da tela, teve que ser adaptado devido a uma remota possibilidade de chuva. Alocamos a tela de forma que ela pudesse ser amarrada em duas árvores e para as crianças organizamos um espaço na calçada. Na varanda do bar, estendemos



Figura 7 – Fotografia do convite do evento elaborado pelo Maurício. Fonte: Autora, 2020.

a faixa que comunicava a necessidade do uso de máscara e distanciamento durante toda sessão. Dispusemos as cadeiras com o distanciamento devido, para alocar a tela apareceram muitos auxiliares, alguns vizinhos perguntaram se aconteceria um teatro por ali, o Maurício colocou potes de álcool gel em um banco próximo à tela.

Chegada às dezenove e quarenta e cinco a presença infantil ainda era pequena. Alguns olhos curiosos apontavam na esquina observando a movimentação. Eis que faltando dez minutos para o início da sessão, Maurício vai até o meio da rua, bate palmas e grita “Tá na hora do cinema gurizada” e então saem das casas, algumas acompanhadas pela mãe, quinze crianças já ansiosas pelo evento. Foi incrível como eu mal percebi e de uma hora para outro aquele ambiente estava ocupado por olhos animados (FIGURA 08). Surpresos e muito felizes, orientamos quem chegava sobre a ocupação do espaço, nos apresentamos e comunicamos sobre como seria a realização do cinema. Todos nos seus devidos lugares, tivemos dificuldade com os equipamentos e surgiram muitas pessoas para ajudar, desde um técnico em informática até uma pedagoga assessorando as crianças, havia uma aura de magia, iniciamos o filme.

A animação escolhida foi O Menino e o Mundo, filme brasileiro que concorreu ao Oscar. À primeira vista, assistindo em casa, a escolha do filme parecia certa: trata sobre a saga de um menino que sai do interior rumo a uma cidade grande à procura de seu pai. O filme não possui diálogos orais e é feito com desenhos simples como “boneco de palito”. Provoca reflexões sobre a vida na cidade. O filme tem a duração de 1h20min e logo nos primeiros minutos as crianças já estavam inquietas. Não sou especialista em crianças, mas aquela reunião na rua, com outras crianças, à noite, contato raro nos últimos tempos, gerava uma agitação que, em contraste com o filme, evidenciava as formigas que moram na cadeira das crianças. Elas estavam agitadas, mas permaneciam em silêncio nas cadeiras, a inquietude delas foi me inquietando, eu estava ansiosa e de repente acontece um infortúnio, o inesperado de estar ao ar livre, o estar desprotegido das intempéries: o vento parecia querer levar o Menino e o Mundo para voar para fora dali. Alguns frequentadores do bar revezavam para segurar a tela, até que começou a chover. Meu olhar procurou o Maurício, que estava tão animado quanto as crianças, tão apreensivo quanto eu, ele sugeriu a transferência das crianças para a varanda, a tela estava um pouco torta, mas tinha sido firmada com pedras. A transferência foi rápida e organizada, entramos no alpendre e seguimos o filme, mas a

Figura 8 – Foto do evento na calçada do bar do Maurício. Fonte: Autora, 2020.



chuva aumentou, a inquietude das crianças também e eu receosa de perder o controle preferi parar o filme. Para mim foi um alívio.

Maurício pediu para que as crianças esperassem, disse que ainda tinha uma surpresa. Entrou na casa e trouxe uma torta, todos cantaram parabéns para mim. Foi lindo e angustiante ao mesmo tempo, estar naquele lugar tão acolhedor, cercada de crianças, em uma varandinha no meio da chuva, os dois metros do isolamento impossíveis de serem cumpridos. Depois dos parabéns, faltava distribuir os livretos para completar o ciclo da nossa atividade. Mauricio apareceu com várias bonecas, anunciei o livro e o sorteio da cesta e assim entregamos os livros juntamente com os brinquedos. As crianças, acostumadas em ganhar mimos no bar, não se empolgaram muito com as bonecas, mas enquanto eu distribuía os livros uma me perguntou “posso levar um para minha irmã?” Fiquei feliz, disse “claro que sim, e entreguei mais um para ela”, quando cheguei na outra cadeira outra menina me pediu “posso levar pra minha irmã que não pode vir?” imediatamente ouvi uma vizinha que vinha mais de trás “agora todo mundo vai ter irmã”, entendi o golpe, falei para ela que ia distribuir um para cada pessoa que estava ali, se não faltasse, entregaria o da irmã dela, sobrou, entreguei.

As crianças foram embora tão rapidamente quanto chegaram. Ficamos por ali, desmontamos a estrutura, guardamos os equipamentos, organizamos o bar e recebemos elogios e agradecimentos. Mauricio me falou que é sempre assim, que quando ele anuncia que vai fazer algo, seus amigos e apoiadores surgem para auxiliar, que eles são “pau pra toda obra” e dão suporte a tudo que ele inventa. Combinamos de fazer outras vezes, em dias de clima mais ameno. Fomos embora ainda com chuva. Eu estava exausta, quando cheguei em casa, pensando sobre o ocorrido fiquei incomodada com a forma que interrompi o filme, sem uma conversa direta com as crianças. Fiquei chateada de ter realizado o evento em um dia com possibilidade de chuva. Uma semana após o evento, não tínhamos recebido nenhum retorno das crianças, então preparamos a cesta de prêmios (lápiz de cor, massinha de modelar, gubi, alguns doces e um quadrinho) afim de deixar exposta no bar e estimular a participação. Fomos até o bar curiosos e apreensivos quanto ao desenrolar do evento. Como não conseguimos manter rígidas normas de segurança, ficamos preocupados quanto à temível contaminação. Graças às máscaras, álcool gel, organização e um pouco de sorte, tudo ocorreu bem, e as pessoas ficaram felizes com a realização do evento. Mauricio deixou a cesta bem à mostra, e falou que lembraria as crianças de enviarem



Figura 9 – Foto do evento no Bairro Balsa. Fonte: Autora, 2020.

resposta.

Após as reflexões geradas na primeira exibição, fizemos adaptações no formato do evento. Percebida a inquietude das crianças, e as interrupções mais suscetíveis no espaço aberto, optamos por selecionar dez curta metragens brasileiras, o tempo de duração variou entre cinco e quinze minutos, o que facilitou as pausas e permitiu abranger diferentes assuntos e idades. Sentimos a necessidade também de delimitar de forma mais visível a área de permanência das crianças. Assim foi possível adaptar a exibição de acordo com a interação do “respeitável público” infantil. Adquirimos também o que viemos a chamar de “kit primeiro socorros”, composto por equipamentos que se fizeram necessários e foram supridos por toda estrutura e apoio do Bar do Mauricio, como régua de energia, fita de isolamento, barbante, camiseta para equipe, etc. Planejadas as adequações, partimos em busca do segundo local para montar o cinema.

Entramos em contato então, através da internet, com João Paulo Pinho. Morador e responsável pela Associação Comunitária dos Moradores do Balsa, que demonstrou interesse e logo acolheu o evento. Conjuntamente a ele, decidimos o local de exibição (Praça José Luiz Rosso) e as medidas de segurança a serem tomadas no dia do evento. Havíamos decidido que o cinema aconteceria no domingo dia treze de dezembro, porém com o decreto da Prefeitura de suspensão das atividades na cidade, o evento foi adiado pro dia vinte, na outra semana. Optamos por iniciar mais cedo e dessa vez a sessão ficou marcada para às dezenove horas. Chegamos uma hora antes na praça, alocamos a tela, isolamos o espaço onde ocorreria o evento, espalhamos cadeiras com o distanciamento devido. João Paulo conseguiu que um vizinho emprestasse a tomada para ligar os equipamentos, ele também nos forneceu a extensão e as cadeiras. Adaptamos a estrutura ao espaço e começamos a interagir com as crianças que circulavam por ali. O evento, assim como o anterior, não foi anunciado em nenhum tipo de mídia, visando diminuir o risco de aglomeração.

Durante a montagem dos equipamentos algumas crianças se aproximaram curiosas para saber o que aconteceria ali. Tudo pronto aguardamos alguns minutos além do combinado para iniciar a sessão. Compareceram no primeiro momento cerca de dez crianças, esse número variou com o tempo chegando até dezesseis. O fato de termos escolhido passar curtas mostrou-se adequado, pois facilitou a dinâmica de entrada

e saída das crianças, elas iam e vinham, saíam pra chamar amigas, para buscar máscara, algumas foram buscar casaco já que paradas sentiram frio. Alguns assistiram da bicicleta, outros de ponta cabeça no parque de diversões. Essa dinâmica ressaltou a familiaridade que as crianças dessa região têm com o espaço público, elas iam e vinham de casa, nos contaram sobre suas relações, das vivências ali.

A sessão ocorreu sem problemas, atraindo os olhos e a participação tanto das crianças, adolescentes e adultos que ali passaram (FIGURA 09). No meio da exibição, como em um intervalo, expliquei sobre o projeto e distribuímos os livretos. Ao contrário do que aconteceu no Maurício, que as crianças queriam até mais de um, essas se mostraram muito receosas com o presente, “mas é pra mim? eu posso levar embora? pode pegar mesmo? levar pra minha casa?”; um menino ao abrir o livro me falou “eu não posso participar não, porque eu não sei ler”, várias delas afirmaram também não saber, eu queria ter lido com eles, mas na hora isso não me ocorreu e respondi “tudo bem, ele é feito para colorir, vocês podem pintar”, “mas eu não tenho lápis”, “nem eu, nem eu”, pintar em casa, respondi “mas não tem lápis nem papel na minha casa” “nem na minha”. Fiquei surpresa, nenhuma daquelas crianças tinha o mínimo de material escolar em casa. Como tínhamos levado conosco a cesta de prêmios do sorteio e continha duas caixas de giz de cera, nós abrimos, higienizamos e distribuímos. Novamente de início as crianças ficaram com receio de aceitar. Essa diferença de comportamento foi surpreendente pra mim e desencadeou reflexões.

Finalizada a pausa, continuamos a exibição dos curtas. Encerradas as projeções, ressaltamos o pedido para que as crianças respondessem o questionamento do livro por whatsapp, agradecemos e nos despedimos. Desocupamos a praça, agradecemos ao João Paulo e a quem ainda se encontrava quando estávamos quase indo embora. Uma senhora veio correndo nos perguntar se iríamos distribuir cesta básica, porque ela estava precisando muito, mostramos a cesta e informamos que seria um brinde para as crianças. Nos dias que se sucederam, a participação das crianças e familiares no envio dos desejos para a cidade foi significativamente maior do que as do evento anterior, apesar do esforço do Maurício de lembrá-las diariamente, as crianças da Balsa se reuniram e mandavam três ou quatro mensagens do mesmo número de celular. Da balsa também recebi duas ligações perguntando sobre a possibilidade de doar cestas básicas.

A exibição no bar se deu em um ambiente adulto. A apreensão que eu estava antes, quando na ausência de movimentação achei que as crianças não viriam, pareceu ser do mesmo tamanho da que elas aguardavam atentas em suas casas o sinal do Maurício. Surgiram rápido e foram embora com a mesma rapidez assim que demos por encerrado. Já na praça da Balsa, as crianças chegaram curiosas no momento da montagem dos equipamentos, foram se aproximando, nos recebendo num local já apropriado por elas, espaço de vivência distante da família. Neste lugar houve mais trocas, mais empolgação, mais risada, mais vai e vem. No espaço aberto com presença de comércios, animais, plantas, parque, banco, brinquedos, talvez atrelado a pouca comodidade das casas super habitadas e com poucas telas que “só passa filme de terror”, encontramos crianças com uma experiência urbana mais rica, evidente nas relações que desenvolvem ali. Elas iam e vinham sem intermédios “nós já voltamos, vamos na casa dele buscar um casaco e chamar nossa prima”. Eram muitas, todas se conheciam e desenvolviam relações “aquele é o meu namorado, mas não fala, porque ele ainda não sabe” me confidenciou uma delas.

As duas exposições se deram no raio de pouco mais de 1 km de distância da Escola Rosa e do Colégio Laranja. As diferenças entre elas e o imaginário que eu havia criado sobre a vivência urbana infantil ressaltam que as crianças e suas experiências não podem ser analisadas em bloco. Um bairro na cidade pode ser classificado quanto a sua renda,



Figura 10- Escolas Ilhas – Diferente condição de isolamento das instituições. Fonte: Autora, 2021.

número de habitantes, escolarização, proximidade do centro e ficar escondido através de uma falsa familiaridade. O mapa nos familiariza com cenários e situações sociais do nosso cotidiano, aproxima e engloba, mas isso não significa que conhecemos essas realidades e seus diferentes atores, o olhar acrítico para o mapa carrega o perigo de uma falsa homogeneização. A escolha dos lugares para exibição do evento se deu por ocorrências num limite muito próximo ao entorno escolar estudado e eu não esperava diferenças marcantes como as que encontrei.

### Pensar em movimento

O incômodo que motivou essa pesquisa advinha do fechamento físico das instituições escolares, da preocupação com a imagem pedagógica que os muros passam e do isolamento das crianças em relação ao exterior durante sua jornada escolar. Nos estudos bibliográficos encontrei a educadora Lea Tiriba que nos fala sobre o emparedamento das crianças em salas de aula e o prejuízo causado pela perda de experiências de contato com o ambiente aberto e com a natureza. Eu, enquanto pesquisadora interessada em dialogar com a escola, notei que minha aproximação aconteceu de forma diferente nas duas instituições devido às condições de fechamento de cada uma delas (figura 10). Beatriz Goulart em seu material produzido ao longo de 20 anos de trabalho com as concepções de cidades educadoras, aponta que há diferentes condições de estanqueidade das escolas. A escola Rosa, somada a seu caráter de instituição pública tem um amplo pátio separado da rua apenas por uma grade, nesse pátio acontecem aulas e as crianças brincam. Do lado de cá do muro, algumas vezes sentadas ou apoiadas na mureta, mães, irmãs, pais e avós esperam na calçada. O conjunto dessas características faz da escola mais permeável, tornando-se a primeira que me aproximei, permitiu que eu chegasse e me apresentasse, já no Colégio Laranja foi preciso que eu enviasse uma carta de apresentação através de uma conhecida mãe de aluno, que entregou a carta em uma reunião e então através do e-mail, consegui agendar uma visita na escola.

No decorrer da pesquisa me deparei com as fronteiras que, no outro sentido, separam a cidade de participar da escola. Nas primeiras investidas de contato com a Escola

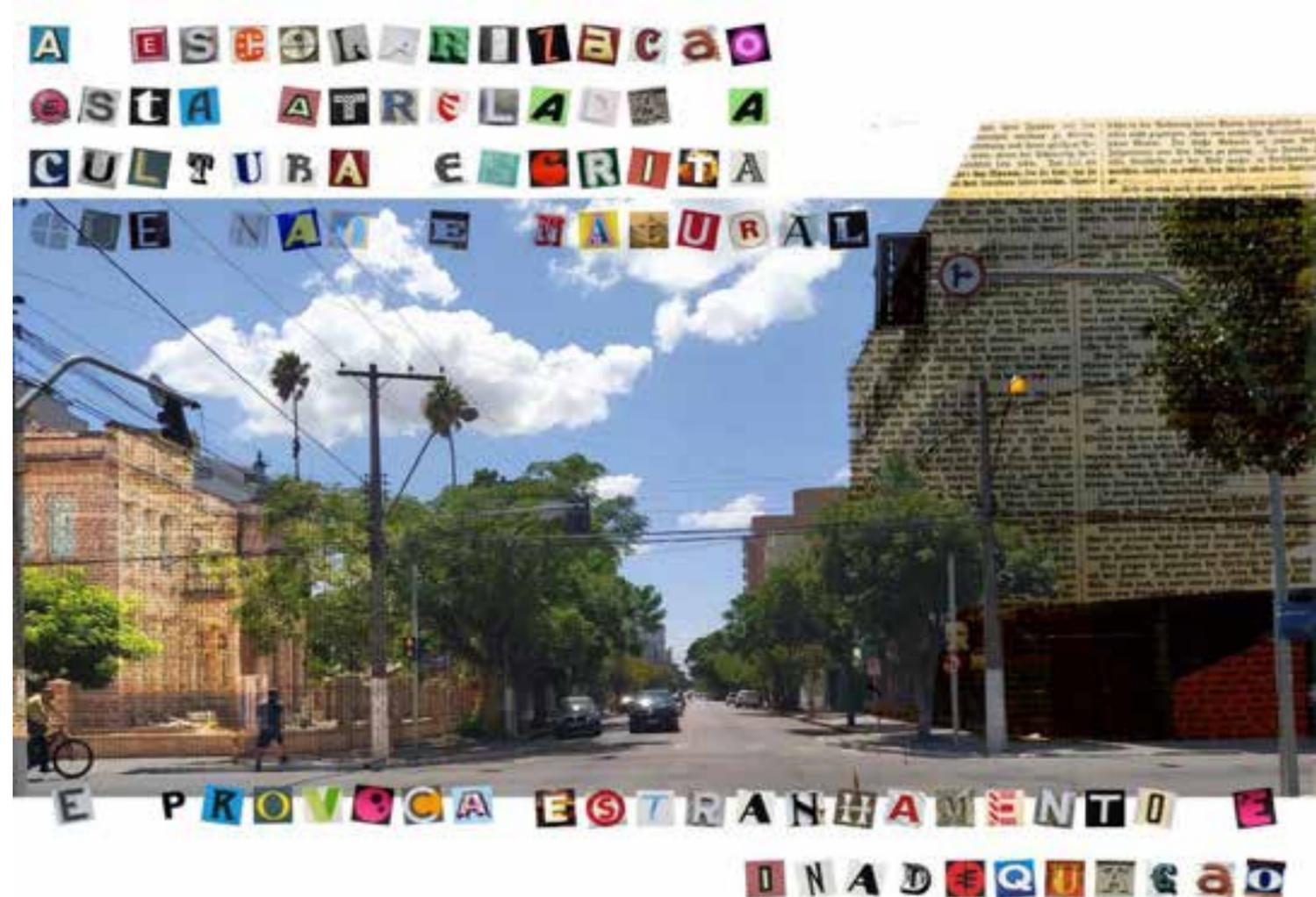
Rosa, conversei com alunas e mães que aguardavam na calçada do lado de fora, depois minha conversa foi com a zeladora que me conectou com a professora de artes. Em seguida fui alertada que esse não era o caminho certo a seguir, que pela **hierarquia da organização institucional** eu devia primeiro conversar com a coordenação. Quando na ocasião do evento, a direção da escola recomendou que eu procurasse primeiramente a Secretaria Municipal de Educação (SMED) com uma carta de apresentação “assinada e carimbada” pela Universidade e um Plano de Ação detalhado sobre a interação com a instituição. Esses percursos são legítimos uma vez que cada unidade escolar envolve vidas, famílias, orçamentos, grades curriculares, verbas, séries, horários, merendas, expectativas, obrigações, currículos, conselhos, prestações de contas..., mas **acabam por se tornar empecilhos para ação de agentes educacionais não escolares**.

Quando em novembro de 2020, já no período de pandemia e isolamento social, procurei a escola e a SMED (Secretaria Municipal de Educação e Desporto) para conversar sobre a possibilidade da promoção de um cinema ao ar livre no amplo pátio, seguindo todos os protocolos possíveis, tive o pedido negado sob a justificativa de que as escolas estavam enfrentando inúmeras dificuldades para prosseguir suas atividades. É característico da educação atrelada à escola a dificuldade para se adaptar às necessidades imediatas e enfrentar as dificuldades contemporâneas (ILLICH, 1970). Dessa forma a atividade de intervenção urbana realizada através do Cinema de Rua desenvolveu-se em ambientes - e através de agentes - não escolares. Meu pensamento também se deslocou para essas possibilidades e lembrei da máxima das cidades educadoras - A EDUCAÇÃO NÃO CABE NA ESCOLA.

Confundir educação com escola é como confundir religião com igreja e saúde com hospital (ILLICH, 1985). A confusa fusão entre essas necessidades e instituições é sintoma da ação de poderes e controles sobre a vida cotidiana. Durante a exibição do cinema na praça da Balsa, **a distância entre a escolarização real e a educação ideal ficaram evidentes**. Estávamos exibindo curta metragens, fizemos um intervalo onde eu conversei com as crianças e distribuí os livretos. As crianças que estavam participando tinham idades variadas e a maioria delas não sabia ler, quando entreguei o livro elas ficaram constrangidas: “**tia, mas eu não tenho estudo**”, me disse uma das meninas, como se se desculpasse. Respondi que tudo bem, que era um livro de colorir e elas me responderam que não tinham lápis em casa. Nenhuma das crianças tinha lápis, *doze crianças, nenhum lápis*.

As instituições educacionais ensinam que a aprendizagem é cumulativa e etiquetada, e assim se define o valor social de cada um (ILLICH, 1970). Illich expõe que a confiança no tratamento institucional da educação cria desconfiança a qualquer tipo de realização educacional diferente da escola, e que a instituição é insuficiente para superação da desvantagem educacional. Isso porque **a educação exigida pela vida ultrapassa as possibilidades escolares** e as crianças pobres têm poucas oportunidades extra escolares, comparativamente às que uma criança de classe média possui. Os mais pobres têm sua autoestima destruída através da submissão a crença que só há salvação pela escola (ILLICH, 1985). Diante da diferença há tão poucos metros das instituições estudadas, entendi e constatei que para propiciar educação para todos é necessário que ela seja feita também por todos (FERNANDES, 2020), **a responsabilidade pela educação precisa ser compartilhada**. Assim reforcei meu pensamento a fim de alternativas para uma **educação não escolar especializada**.

Eu sabia que a ação de intervenção traria novas compreensões, mas me surpreendi com o poder dela em aprofundar aquilo que eu imaginava já ter compreendido na teoria. Alguns achados da prática me trouxeram camadas de compreensão que quando escrevo voltam para uma superfície teórica. Um aprendizado difícil de trazer



para o papel. Aos meus vinte e sete anos, nessa etapa do mestrado, o meu filtro sobre o mundo é transpassado por vinte e cinco anos de escolarização. O texto escrito e seu universo parecem quase natureza para mim, mas nas minhas experiências de distribuição dos livretos compreendi com o corpo todo que esse é **apenas um dentre tantos universos** (Figura 11). A familiaridade com os objetos escolares não é natural (FREIRE, 1980). Os dois grupos que participaram da intervenção possuem diferentes graus de pertencimento com esses objetos. No primeiro grupo, do bar do Maurício, os livros foram percebidos como fonte de algum prazer possível para elas. Já na Balsa, às crianças tiveram resistência em pegá-los, ficaram incomodadas com o fato que os levariam para casa. Se desculparam por não saber ler, por não ter lápis para pintar.

Essas reflexões me levaram a concluir que explodir os muros e abrir a escola para o espaço urbano é correr o risco de esquadrihar o espaço (FOUCAULT, 1987), adicionar sobre ele ainda mais disciplina e ordem. A ação de ir a campo e agir longe das instituições me fez olhar para além das necessidades escolares que eu buscava, e **olhar para as necessidades educacionais**. Sabrina Fernandes nos explica a diferença entre promover a Igualdade de oportunidades e de tratar a desigualdade. A primeira trata de nivelar aspectos historicamente diferenciados entre duas pessoas que tiveram vivências diferentes, já a segunda significa trabalhar na estrutura para que a desigualdade não se crie (FERNANDES, 2020). Agir contra a imposição da desigualdade é opor-se a um sistema que a vê como benéfica pelo estímulo à concorrência. As cotas para adentrar em instituições estruturalmente excludentes agem na promoção de igualdade de oportunidades e para serem efetivas precisam de um aparato constante de apoio, já o fomento da educação não escolar, a potencialização de oportunidades e agentes educacionais alternativos pode trazer caminhos para ampliar os horizontes, as escolhas e os instrumentos, numa formação menos hierarquizada, possibilitando a mediação dessas desigualdades.

Figura 11 - Colagem sobre a cultura escolar como cultura letrada. Fonte: Autora, 2021.

Nesse novo momento de pensar a prática alcançada retomo o pensamento sobre a extensão universitária. Consta na constituição de 1988, mais precisamente no artigo 207, que as Universidades devem obedecer ao princípio **da indissociabilidade de seu tripé de base**: o ensino, pesquisa e extensão (FORPROEX,2012). Talvez, o caminho para fortalecer a atuação da Universidade passe por reconhecer que ela cambaleia porque tem um dos pés mais curtos: a graduação prioriza o ensino, a pós-graduação foca na pesquisa. A extensão, definida como oxigenação necessária para atividade acadêmica (FORPROEX,2012), frente que deve permanecer atenta às práticas e anseios de seu contexto para articular ensino e pesquisa às necessidades sociais, é muitas vezes negligenciada. **A indissociabilidade deve ser orientadora por que é um princípio de qualidade da ação universitária autônoma, competente e ética** (FORPROEX,2012). Negligenciar a extensão é afastar-se da realidade vivida. Essa ação faz parte de uma injustiça cognitiva que privilegia o conhecimento científico ocidental aos conhecimentos localizados (MOITA;ANDRADE,2009). No contexto brasileiro, **tão permeado pelas referências europeias, a extensão mostra-se essencial para trilhar um caminho menos disciplinado**. Atentar-se para fortalecer a extensão universitária é um modo de trabalhar contra a colonialidade continuada, nos planos culturais e epistemológicos. **A extensão é um desafio, precisa de esforço e criatividade política**, mas é recompensadora, realmente promotora de oxigenação para a atividade acadêmica. Para que o ensino não seja alienado da realidade, a extensão e a pesquisa estão diretamente atreladas tornando esse fazer uma consequência da docência (MOITA;ANDRADE,2009). A extensão atrelada a pesquisa e ao ensino coloca o conhecimento universitário em movimento, provoca e é provocado pela realidade, criam-se novos caminhos para o pensamento para quem sabe então chegarmos em novos lugares, mais condizentes com a nossa realidade e mais emancipados.

#### Finalizar um ciclo para seguir movimentando

O processo para realizar ações práticas foi de muita ação e planejamento. A ação de ir a campo para conversar com diferentes interlocutoras, seja nas escolas, na Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, nos bairros e Associação de Moradores, foi sempre precedida e sucedida de reflexão. Pensava nas melhores estratégias para me fazer presente e aberta à construção coletiva, me preocupava em fazer aproximações convites, sem que o status conferido pela Universidade fosse dominante da ação, mesmo que ele estivesse irremediavelmente presente. Mesclar no processo de pesquisa a produção cultural possibilitou a expansão, ou extensão do pensamento. O processo ação (Figura 12), demandado pelo evento, intercalado com a necessidade de teorizar e narrar a experiência, demandado pela pesquisa, guiou o percurso até a formulação dos resultados. As trocas geradas pelo fazer em ação foram efetivas em balançar os rumos dessa investigação para além das que poderiam ser pensadas apenas na interação com os saberes escritos. Eu sabia que tinha uma visão romantizada da escola e por isso, para afinar o meu olhar, me dediquei na teoria e no trabalho produzido por educadoras que aprenderam e compartilharam conhecimentos do "chão da escola". Mesmo assim, a ida a campo, o estar na escola pública, na escola privada e na secretaria de educação, trouxeram outras compreensões. Eu reconhecia também que existem diferenças sociais nos bairros da cidade, inicialmente queria conversar com crianças de diversas regiões, depois acabei por me embrenhar em lugares não habituais para mim. Intervir na realidade, balançar a rotina, é uma aventura no desconhecido e eu fui ver para saber na prática.

Essa experiência não foi atrelada formalmente como prática extensionista da Universidade Federal de Pelotas, mas reafirmou para mim a necessidade das práticas acadêmicas conectadas e o necessário fortalecimento de seus caminhos dentro da instituição. O esforço para sair da Universidade e unir-se à cidade, trabalhar para



além dos muros e procurar conduzir o estudo olhando para possível aplicação prática, mostrou-se uma forma fecunda de conduzir essa dissertação de Mestrado. Relatar esses eventos me desperta muitos sentimentos. Agradeço. Evidência do quanto ele foi significativo, não apenas na minha dissertação, mas também para minha vida. Seguimos com o corpo no mundo, fazendo extensão de nós, do pensamento e do fazer agora em outros arredores.

#### Referências

- ANDRÉS, Roberto. O cortejo errante. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, número 07, página 78 - 85, 2015. Disponível em < <https://piseagrama.org/o-cortejo-errante/> > Acesso em: 12 de fevereiro,2019.
- ARELARO, Lisete. *Esperança e resistência em Paulo Freire. Boniteza - A palavra boniteza na leitura de mundo de Paulo Freire*. Org – Ana Maria Araújo Freire. 1ª ed. Paz e Terra. São Paulo, 2021.
- BROWN, Brené. *Coragem de ser imperfeito*. Editora Sextante. 1 edição. Setembro,2016.
- BROWN, Rita Mac apud HOOKS, Bell. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*, 2015
- DE FARIA, Ana Beatriz Goulart. Por outras referências no diálogo entre arquitetura e educação: na pesquisa, no ensino e na produção de espaços educativos escolares e urbanos. *Em Aberto, Brasília*, v. 25, n. 88, p. 99-111, jul./dez. 2012
- DEBORD, Guy. Posições Situacionistas a respeito do trânsito, in *Apologia da Deriva*. Org Paola Berenstein Jacques. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2003. Disponível em <https://teoriadoespacourbano.files.wordpress.com/2013/03/apologia-da-deriva.pdf> Acesso Dezembro,2019
- DIAS, Marina Simone; FERREIRA, Bruna Ramos. Espaços públicos e infâncias

Urbanas. *Revista Brasileira de estudos urbanos regionais*. V17, N.3, p 118-133. Recife, 2015.

FERNANDES, Sabrina. *Se quiser mudar o mundo*. Editora Planeta, outubro 2020.

FONTES, Adriana Sansão. *Intervenções temporárias, marcas permanentes. Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013

FORPROEX, Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus, maio de 2012

FREIRE, Paulo (org.). *Cuidado, escola!* Genebra, maio de 1980.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: uma teoria e prática da libertação - introdução ao Pensamento de Paulo Freire*, São Paulo, Centauro, 1980.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 1 ed. 1979. 44 ed. Editora Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1977.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Paz e Terra. São Paulo, 2011

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GUIZZO, Iazana. *Reativar territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo*. Belo Horizonte, Quintal Edições, 2019

IBÁÑES, Mario Rodriguez. *Ressignificando a cidade colonial extrativista. Descolonizar o imaginário*. Org Gerard Dilger; Miriam Lang; Jorge Pereira Filho. Editora Elefante, 2019.

ILLICH, Ivan. *Sociedades sem escolas*. 7. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora. Vozes, 1985. 127p

JACOBS, Janes. *Morte e vida nas grandes cidades*. Martins Fontes, São Paulo, 2014.

LEITÃO, Lúcia Leitão. *Quando o ambiente é hostil*. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte, junho de 2005.

LIMA, Mayumi Watanabe de Souza. *A cidade e a criança – Coleção cidade Aberta*. São Paulo: Nobel, 1989.

MEC, Ministério da Educação e Cultura. *Plano Nacional de educação*. Disponível em <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-planonacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso: 13 de Março, 2019.

MOASSAB, Andrea. CAMPUS UNIVERSITÁRIO: uma reflexão para o século XXI a partir do estudo de caso da instalação da Universidade de Cabo Verde. *Revista Palíndromo, Universidade do Estado de Santa Catarina*. Centro de Artes. Mestrado em Artes Visuais. v.5., n. 5 (2011) - Florianópolis: UDESC, 2009. p195-223.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, César Bezzera. Ensino – pesquisa – extensão: um exercício de indissociabilidade na pós graduação. *Revista Brasileira de Educação*. V14 n.41, maio/agosto, 2009.

ONO, Rosaria; ORNSTEIN, Sheila Walbe; VILLA, Simone Barbosa; FRANÇA, Ana Judite G. Limongi. *Avaliação pós- ocupação: na arquitetura, no urbanismo e no design: da teoria à prática*. Oficina de Textos, São Paulo, 2018

OITICICA, Helio. *Eu em mitos vadios / Ivald Granato*, 24 out. 1978. <Disponível em: <http://legacy.icnetworks.org/extranet/enciclopedia/ho/index.cfm?fuseaction=documentos&cod=165&tipo=2>> Acesso em junho de 2022.

PERES, Otavio M.; ESSINGER, Cintia; GOULARTE, Daniela. UFPEL, Espaço Urbano e a Cidade de Pelotas. In: MICHELON, Francisca Ferreira (org.). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2019. p. 61-68.

RETTO, Adalberto Jr; LOMBARDI, Ana Maria. *Reeducar a esperança. Aproximações entre o legado de Paulo Freire e o processo de construção da cidade*. *Arquitextos*. Vitruvius, 2020. Disponível em <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.236/7625>> Acesso: 13 de novembro, 2020.

ROLNIK, Raquel. *Condominialização total é proposta por Ministério da Economia*, 2020. Disponível em <<http://www.labcidade.fau.usp.br/a-cidade-e-nossacom-raquel-rolnik-3-condominializacao/>> Acesso: 13 de dezembro, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Record. 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Editora Boitempo, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra. O corpo e cidade na civilização ocidental*. Tradução de Marcos Aarão Reis; 3 edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

SINGER, Helena. *Experiências em Educação Integral inspiram um novo movimento na Educação Brasileira. Educação e Território*, 2017. Disponível em < <https://educacaoeterritorio.org.br/artigos/helena-singer-experiencias-em-educacao-integralinspiram-um-novo-movimento-na-educacao-brasileira/>> Acesso, 20 de Fevereiro, 2019

TIRIBA, Lea. *Educação Infantil como Direito e Alegria. Em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro/ São Paulo, 2018.

VELLOSO, Rita. *Apropriação, ou o urbano – experiência*. *Arquitextos*, Vitruvius, ano 16, fev.2016. Disponível em Acesso: 13 de outubro, 2019.

# JOGOS DIGITAIS COMO ESPAÇOS DE EXPRESSÃO SOBRE AS MEMÓRIAS SONORAS DE UM LUGAR

## Um estudo aplicado a um patrimônio cultural pelotense

### DIGITAL GAMES AS SPACES OF EXPRESSION ABOUT THE SOUND MEMORIES OF A PLACE

#### A study applied to a cultural heritage from Pelotas

Raquel Silveira da Silva<sup>1</sup> e Adriane Borda<sup>2</sup>

#### Resumo

Partiu-se do desenvolvimento de um ambiente interativo, cooperativo e digital para pensar o som como ativador de memórias e produtor de sentidos sobre o entorno da Praça Coronel Pedro Osório, centro histórico da cidade de Pelotas. A “Escalada da Abstração”, de Villém Flusser e a “paisagem sonora”, de Murray Schafer, foram dispositivos fundamentais para pensar o lugar representado e os meios de representação para tal propósito. Os resultados referem-se à idealização de um jogo digital, passível de ter um repertório e regras mutáveis, mas já com algumas peças disponíveis, constituídas por representações tridimensionais, como base para a espacialização de registros sonoros relativos ao espaço representado. Este jogo exemplifica como um espaço digital pode se estabelecer como (re)produtor de sensações associadas a este lugar, situadas no tempo, para contribuir na compreensão de sua biografia.

Palavras-chave: jogos digitais, Pelotas, escalada da abstração, paisagem sonora.

#### Abstract

*It started with the development of an interactive, cooperative and digital environment designed to think of sound as an activator of memories and producer of meanings concerning the surroundings of Coronel Pedro Osório Park, the historic center of the city of Pelotas. Villém Flusser's “climb of abstraction” and Murray Schafer's “soundscape”, were fundamental devices for thinking about the represented place and the means of representation for this purpose. The results refer to the availability of a game, capable of having changeable repertoire and rules, but that already presented the players with some pieces for playing, which consisted of three-dimensional representations, as a basis for the spatialization of sound. This game exemplifies how a digital space can establish itself as a (re)producer of sensations associated with this place, situated in a certain point in time, aiming to contribute to the understanding of its biography.*

*Keywords: digital games, Pelotas, aesthetics of the cold, climb of abstraction, soundscape.*

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica de Pelotas.

<sup>2</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo/UFPel (1983), Complementação Pedagógica/UFPel (1987), mestre em Arquitetura/PROARQ/UFRJ (1993), doutora em Filosofia e Ciências da Educação/UNIZAR/Espanha (2001), Pósdoc pela KULeuven/Bélgica (2009) e UNIZAR/Zaragoza/Espanha (2019/2020). Docente da UFPel desde 1994, Professora Titular desde 2017, docente permanente do PROGRAU/FAURB, coordena o GEGRADI desde 2002.

#### Introdução

Este estudo objetiva utilizar e pensar o som, característico de um tempo e lugar, como elemento singular e ativador de memórias sobre um patrimônio cultural. Decorre do desdobramento da produção, descrita em Borda *et al* (2020), de representações físicas e digitais relativas ao conjunto arquitetônico e paisagístico do entorno da Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas, RS, as quais foram configuradas como recursos assistivos para a experiência tátil em ações educativas e culturais. A partir da representação deste conjunto arquitetônico, através de um modelo tátil, foi estruturado o método da adição gradual da informação – AGI. Este método tem como finalidade auxiliar na estruturação de narrativas próprias para fins educativos e culturais, apoiando ações inclusivas, em diferentes escalas (arquitetônico e urbano). Entretanto, em um primeiro momento, foi desenvolvido exclusivamente para oportunizar a experiência tátil.

O entorno representado preserva exemplares de arquitetura eclética erguidos no final do século XIX, de valor reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Além de se constituir como centro histórico, esta paisagem urbana continua atuando com seus afetos que performam a cidade de Pelotas, um lugar de encontro, de manifestações diversas, individuais, coletivas, públicas, privadas, de caráter social, político e econômico, as quais constroem, no tempo, muitas histórias.

Em Silva *et al* (2021), tem-se o registro da exploração de uma plataforma digital para verificação das possibilidades de uso das representações deste entorno, referidas em Borda *et al* (2020). Foram observadas as compatibilidades e funcionalidades técnicas do COSPACE para a inclusão de arquivos de sons, sob o propósito de configuração de um recurso lúdico, um jogo do tipo mais aberto possível.

Para Flusser (1967), um jogo aberto é aquele que tem um sistema de elementos combináveis, sob determinadas regras, porém com estrutura e repertório mutáveis. Neste sistema, a estrutura compreende o conjunto de todas as regras, enquanto que o repertório se refere à união de todas as peças do jogo. Uma paisagem urbana, por sua dinâmica mutável e complexa, pode ser pensada como um jogo aberto, como um sistema combinável de *n* elementos, passível de múltiplas e infindáveis representações.

O estudo apresentado em Borda *et al* (2020), reuniu um referencial teórico para compreender a problemática do uso de imagens técnicas, àquelas produzidas por aparelhos, nos termos de Villém Flusser. Considera-se que a partir de reflexões sobre as imagens produzidas pelo aparelho fotográfico, Flusser fornece elementos para pensar também as representações geradas por meio da fabricação digital, tal como implicou a configuração dos modelos táteis das edificações que compõem o entorno da Praça. As imagens técnicas subtraem as dimensões comunicacionais, destacadas junto à teoria da escalada da abstração, mais adiante retomada para explicar a abordagem aqui realizada. O uso das reflexões flusserianas para o caso estudado instigou a busca por alternativas que possibilitassem o resgate de informações/dimensões ocultas em uma imagem técnica, para quem sabe, ativar memórias sobre a história do local pela identificação de singularidades sonoras. Para isto, o estudo também se apoiou na reflexão de Ítalo Calvino (1972), relativas à obra “As Cidades Invisíveis”, a qual atribui ao som a colaboração na construção de uma realidade imaginária, caracterizando-se assim como um elemento fundamental na história de um lugar.

Neste conjunto, os estudos mencionados apontaram para a oportunidade de associar às imagens técnicas produzidas sobre o espaço em questão, sons ali produzidos, com o propósito de promover a reunião e compartilhamento de memórias individuais para a compreensão de identidades coletivas sobre este lugar.

A exploração digital, inicialmente realizada, oportuniza assim ampliar os recursos assistivos táteis, ao pensar estas outras camadas (sonoras) de informação, para contemplar mais possibilidades para a inclusão cultural de pessoas privadas de algum dos sentidos. Trata-se assim de envolver o desenvolvimento de uma infraestrutura tecnológica que se utilize das representações digitais já disponíveis e que permita experimentar o uso do som, característico de um tempo e lugar, como elemento identitário e ativador de memórias, relativas ao conjunto arquitetônico e paisagístico do entorno da Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas, RS.

Para MCSHANE *et al* (2021) a relação do homem com o patrimônio cultural foi modificada pelas tecnologias digitais, tendo em vista a capacidade destas tecnologias em promover uma experiência significativa para um público privado de algum dos sentidos. Os autores consideram que, por meios digitais e imersivos, “há potencial para transportar o público para mundos passados que aprimoram sua experiência e compreensão do patrimônio cultural.” (MCSHANE *et al*, 2021, p. 4). Com isto destacam a importância da experiência sensorial para a constituição da memória, capaz de guardar informações para a atribuição de sentido ao patrimônio.

Mourão e Faria (2015) explicam os avanços nas pesquisas sobre os processos de consolidação e evocação da memória e, a partir de um interesse didático, descrevem as características dos diferentes tipos identificados: memória sensorial, memória de trabalho, memórias de curta duração e de longa duração. Compreende-se que a memória sensorial é aquela que nos permite adquirir informações através dos sentidos, podendo ser estímulos visuais, auditivos, gustativos, olfativos, táteis ou proprioceptivos. Essa memória é capaz de guardar informações através de experiências sensoriais e é considerada de curta duração.

[...] a informação recebida ativa uma rede de neurônios, que, caso seja reforçada, resultará na retenção dessa informação (por informação, entendemos qualquer evento passível de ser processado pelo sistema nervoso: um fato, um objeto, uma experiência pessoal, um sentimento ou uma emoção) (MOURÃO e FARIA, 2015, p. 781).

O tipo de memória denominado memória de trabalho, conforme descrevem os referidos autores, organiza as informações percebidas pelo sujeito. Porém, se o ambiente tem muitos estímulos a memória fica falha e o indivíduo conseguirá recordar somente fragmentos do ocorrido. Explicam que este tipo de memória tem brevíssima duração e que é por isso que cada um lembra de um determinado fato à sua maneira. A evocação está, portanto, longe de ser uma reprodução fiel das informações que foram arquivadas. Trata-se, em verdade, mais de um processo criativo do que reprodutivo (MOURÃO, 2015, p. 785).

Considerou-se oportuno também, para este estudo, observar que Mourão e Farias (2015) apresentam a descrição da memória de longa duração a partir de duas categorias principais: memória declarativa ou explícita e memória não declarativa ou implícita. Explicam que a primeira categoria corresponde às memórias acessíveis pela nossa consciência e que podem ser evocadas através de palavras; a segunda, corresponde às memórias que estão em nível subconsciente, evocadas por ações e não por palavras.

Particularmente sobre a memória declarativa explicam que pode ser subdividida em duas categorias: episódica e semântica. A episódica guarda informações relacionadas a um determinado momento no tempo, sendo, portanto, responsável por uma autobiografia, enquanto que a semântica, diz respeito a conhecimentos não relacionados a tempo e espaço específicos, exemplificados por memórias associadas ao significado das

palavras, as regras gramaticais de um idioma, símbolos, etc.

Trata-se assim de uma abordagem que permite ampliar a abordagem deste estudo, especialmente entendendo-se na necessidade de investir na compreensão da memória declarativa, transpondo-se a interpretação para a autobiografia de um determinado lugar.

### Dispositivo 1: A Escalada da Abstração

Com a teoria da Escalada da Abstração, de Flusser (2008), somos sensibilizados por uma leitura sobre a evolução dos meios de comunicação desenvolvidos pela cultura humana, ao longo da história. Esta teoria confere dimensões a estes meios. Considera que as esculturas são as primeiras obras de abstração da dimensão temporal, própria do mundo físico. Neste mundo, todos os sentidos podem ser aguçados. A leitura de cada um sobre o mundo se constitui a partir da experiência multissensorial, a qual depende das capacidades e propósitos do tipo de interação, que pode envolver os cinco sentidos. Por meio da escultura, de acordo com a teoria, a cultura subiu o primeiro degrau da escala da abstração: do quadridimensional para o tridimensional. Com ela, há a apreensão da matéria, para ser informada e transformada em objeto da cultura. O segundo degrau da escalada refere-se à passagem do tri ao bidimensional, com a perda da materialidade. Neste degrau há a exigência do sentido de visão (de distância), para o uso da imagem. Neste degrau, a teoria se refere à imagem produzida por meios tradicionais, como o desenho e a pintura. O terceiro degrau está caracterizado pela evolução do desenho à escrita (linha da escrita), pela passagem, então, do bidimensional ao unidimensional, ao da comunicação textual. No quarto e último degrau, estão os meios nulodimensionais, àqueles que Flusser caracterizou como imagens técnicas, imagens produzidas por aparelhos e passíveis de serem computadas.

Entretanto, Flusser (2008) advertiu que a escalada da abstração se constitui como um modelo ‘fenomenológico’ da história da cultura, com o propósito apenas para pensar o problema das tecno-imagens (FLUSSER, 2008). Sob este modelo, a imagem em si é algo capaz de encobrir o mundo e, progressivamente, tornou-se um objeto de adoração e perdeu a propriedade de ser uma mediação e de orientar o homem no mundo. Para Flusser este fenômeno é dialético e “inerente em toda mediação: em vez de os instrumentos funcionarem em função do homem, o homem passa a funcionar em função dos instrumentos” (FLUSSER, [1981a], p.3). A partir da observação das relações entre o fotógrafo e a câmera fotográfica/aparelho, Flusser afirmou que a humanidade se tornou ‘surda’ opticamente (FLUSSER, 1998, p.82), subsidiando a compreensão do fenômeno de inflação de imagens (e de imagens técnicas) no mundo contemporâneo.

Ao propor o uso de um dispositivo digital, constituído por um repertório de representações tridimensionais, porém no campo das imagens técnicas (nulodimensionais), esta teoria fornece elementos para desafiar os meios empregados, quisá com transgressões no sentido de provocar uma escalada abstracional inversa. Nesta direção, este estudo experimenta adicionar à paisagem visual o som como ativador de imagens mentais produzidas/resgatadas pela memória dos jogadores. Desta maneira, em alguma medida, podem escapar do controle dos aparelhos. Machado (1998) e Santaella (2016), respaldam a interpretação de que a fabricação digital possibilita um retorno ao concreto (do nulodimensional ao tridimensional). Tais representações tratam de produzir modelos estáticos cuja alusão ao tempo histórico do lugar exige a associação a outras narrativas para além das táteis e visuais.

O mundo das imagens técnicas tem sido cada vez mais potencializado com a cultura dos jogos digitais, os quais se utilizam de ambientes virtuais que proporcionam experiências com elevado senso de presença, por meio de dispositivos como óculos, capacetes e sensores de realidade virtual. Esta cultura, embora apoiada na exacerbação do uso da imagem, traz o tempo, e com ele adiciona o movimento e pode ir além do meio cinematográfico (sequência de imagens) sob o parâmetro da oportunidade de interação do corpo com o meio. Em contrapartida, apesar dos jogos digitais serem potentes para reforçar a surdez óptica também podem, fortuitamente, serem concebidos como jogos abertos, com regras e repertórios mutáveis, para pensar outros universos possíveis. Mesmo apoiados nas imagens técnicas, podemos pensar em jogos que auxiliem na provocação de sensibilizar o ouvir, o discernir e o memorizar o som do lugar urbano representado.

## Dispositivo 2: A Paisagem Sonora

Schafer, em seu texto intitulado “A Afinação do Mundo”, faz uma reflexão sobre a relação do homem com a paisagem sonora. Esta paisagem ele define como aquela constituída por eventos ouvidos e não por objetos vistos. Para Schafer (2001) cada paisagem sonora tem sua singularidade, sendo difícil desenvolver uma impressão imediata evidente comparada à reprodução de uma fotografia.

Não existe nada em sonografia que corresponda à impressão instantânea que a fotografia consegue criar. Com uma câmera, é possível detectar os fatos revelantes de um panorama visual e criar uma impressão imediatamente evidente. O microfone não opera dessa maneira. Ele faz uma amostragem de pormenores e nos fornece uma impressão semelhante à de um close, mas nada que corresponda a uma fotografia aérea. (SCHAFER, 2001, p. 23)

O referido texto promove um despertar para o universo sonoro, para uma descoberta de elementos sonoros singulares dos lugares. Schafer (1991) já havia proposto a chamada limpeza de ouvidos, para promover um exercício de escuta do som ambiente, e, com isto, potencializar o sentido da audição para a melhor compreensão do espaço confrontado.

O autor classifica a paisagem sonora natural, a qual o homem se relaciona, em qualidade mencionando os termos “hi-fi” e “lo-fi”, o primeiro, *High Fidelity*, alta fidelidade, que se refere a elementos sonoros com baixo nível de ruído, permitindo maior alcance de escuta, sendo o oposto da paisagem sonora *Low Fidelity*, baixa fidelidade, onde há interferência sobre os sons característicos do lugar.

A geografia e o clima conferem sons fundamentais nativos à paisagem sonora (SCHAFER, 2001, p. 40). O homem harmoniza-se com a paisagem sonora à sua volta fazendo ecoar seus elementos. A impressão é absorvida; a expressão devolvida. Mas a paisagem sonora é demasiado complexa para ser reproduzida pela fala humana. Para Schafer (2001) o imaginário é um elemento criado pelos habitantes de uma cidade, que identificam um lugar. A geometria espacial de uma paisagem urbana é uma identidade, assim como a sonoridade que esse lugar transmite, as imagens mentais são ativadas no autor pela escrita e o som.

[...] A araponga pequena ouvida nos arredores de Melbourne, com seu persistente som de sino soando sempre, aproximadamente, nas mesmas alturas (Mi, Fá, Fá#), provoca uma paisagem sonora tão densa quanto a criada pelas cigarras, embora se diferencie dela pelo fato de manter uma certa perspectiva espacial, pois os sons dos

pássaros provêm de pontos reconhecíveis, diferentemente do estríduo das cigarras, que cria uma presença contínua, aparentemente sem primeiro plano ou fundo (SCHAFER, 2001, p. 54).

O referido autor ainda afirma que cada território da terra terá sua própria sinfonia de pássaros, produzindo um som fundamental nativo – tão característico quanto a língua dos homens que vivem nesse lugar (SCHAFER, 2001, p. 56).

Para Westerkamp (2014) a concepção sobre paisagem sonora é aquela em que os humanos interagem com o ambiente e geram um efeito imediato sobre os sons. Essa reprodução de sons causam um sentimento de “sentido de lugar” para os moradores e o ambiente é moldado pelas atividades e comportamento dos habitantes. “Os sentidos de lugar e seus sons são criadores precisamente pela interação entre a paisagem sonora e as pessoas.” (WESTERKAMP, 2014, p. 2, tradução livre).

Os símbolos sonoros, por sua vez, possuem conotações mais ricas, pois são capazes de despertar emoções e pensamentos nos ouvintes (SCHAFER, 2001). Desse modo, esses símbolos se configuram como marcos sonoros e se inserem em contextos e espaços de importâncias históricas e sociais (SCHAFER, 2001). Assim, um escritor só é considerado fidedigno quando escreve a respeito de sons diretamente vivenciados e intimamente conhecidos (SCHAFER, 2001, p. 24).

Todos estes trechos recortados de um conjunto de reflexões sobre as manifestações sonoras específicas de um lugar aguçam o interesse em provocar a compreensão do som que habita e conforma o espaço da Praça Coronel Pedro Osório e seu entorno. Trata-se assim de buscar a adição de novas camadas de informação ativadoras de memórias sobre um patrimônio cultural.

## Procedimentos empregados

As abordagens teóricas e tecnológicas envolvidas neste estudo buscaram ampliar os procedimentos empregados junto à produção de representações físicas e digitais relativas ao patrimônio cultural da cidade de Pelotas, como referido anteriormente. Esta ampliação foi oportunizada pelas reflexões realizadas no âmbito de quatro disciplinas de pós-graduação: (D1) Fundamentos da Docência de Representação Gráfica e Digital, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); (D2) Documentário e Cidade: Narrativas Audiovisuais e Dinâmicas Urbanas, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP); (D3) Laboratórios Virtuais e Aprendizagem Experiencial, do Programa de Pós-graduação em Informática da Educação (PPGIE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); (D4) Ver e fazer a cidade – entre temas superados e emergentes, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Junto à primeira disciplina, D1, tratou-se de estudar teorias flusserianas, desde a teoria da escalada da abstração (Flusser, 2008), a qual contribui para problematizar o uso das imagens técnicas como meio comunicacional, ao conceito de jogos, que distingue jogos abertos e fechados (Flusser, 1967). Nesta disciplina também foram realizadas atividades de produção de objetos de aprendizagem a partir do conceito de *Serious Games*. Este conceito se refere a um tipo de jogos de entretenimento que, de maneira imperceptível pelo jogador, inclui objetivos de aprendizagem específicos e que tem sido utilizado em processos formativos em diferentes áreas (CARVALHO, 2015).

A partir das provocações da disciplina D2, advêm reflexões sobre a potencialidade do uso do som na interpretação das cidades.

As contribuições da disciplina D3 referem-se à fundamentação teórica e tecnológica para a implementação dos ambientes virtuais interativos, cuja primeira experimentação foi registrada em Silva *et al* (2021).

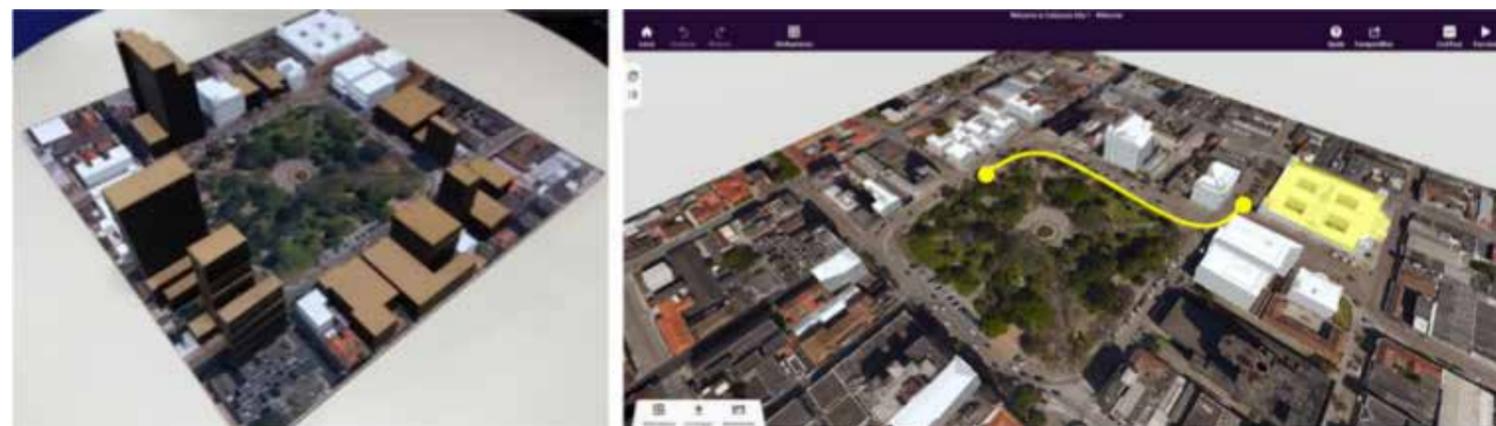
Os estudos junto à disciplina D4 provocaram reflexões sobre a interação do homem com os espaços públicos e patrimoniais, a qual oportunizou experienciar a Praça Coronel Pedro Osório e seu entorno sob a expressão, com palavras, das percepções registradas a partir dos cinco sentidos. Isto resultou em um ensaio teórico: “Caminho pelo entorno da praça, em um dia chuvoso. Muitos carros. Em mais quantidade do que em um dia de sol, em locomoção e estacionados. Sons dos pneus sobre o paralelepípedo molhado. Guarda-chuvas sendo abertos. Cheiro de terra molhada. Fachadas com aspecto molhado. Canto dos pássaros. Cenário dos dias de chuva.” As conexões estabelecidas entre estas diferentes abordagens, trazidas das referidas disciplinas, ativaram a produção de novas camadas de informação para dar prosseguimento ao emprego do método da Adição Gradual da Informação (AGI). Estas camadas são relativas, então, à compreensão do som do lugar, a ser associado às representações físicas e/ou digitais. Para isto, fizeram-se necessárias as seguintes ações: identificação e apropriação de plataforma de ambiente virtual tridimensional e interativo com interoperabilidade entre os modelos digitais existentes, transpondo o modelo tátil do entorno da Praça para o modelo virtual; identificação e resgate de repertório de sons digitais relativos a este lugar, em formatos compatíveis com a plataforma; construção de repertório que registre sons atuais; implementação de maneira lúdica dos sons registrados sobre o lugar, com possibilidades de acessar cada som situado no seu tempo e espaço de produção, como um jogo; disponibilização do jogo e experimentação como espaço colaborativo para adição de sons por uma comunidade de jogadores.

O método empregado para compreender e registrar as identidades sonoras atuais refere-se ao de caminhada sonora, com o apoio dos recursos de gravação de amplificação de som. As caminhadas sonoras caracterizam-se como excursões exploratórias cujo principal objetivo é ouvir com atenção os sons dos espaços (WESTERKAMP, 2007). Malanski (2018) aplica este método, caracterizando o que chamou de “geografia dos sons cotidianos”, aplicado ao estudo das sonoridades do calçadão da cidade de Londrina, Paraná. Trata-se de um exemplo de como compreender, a partir do som de um lugar os tipos de atividades ali desenvolvidas e a forma de organização espacial deste lugar.

Sob este conjunto de procedimentos, pretende-se que haja a constituição de um repertório para o jogo, relativo ao registro histórico de sons associados ao lugar representado. Trata-se assim de um repertório produzido tanto por meio das caminhadas sonoras, realizadas ao longo do tempo, como pelo rastreamento de sons em documentários, acervos de rádio e tv e acervos de colaboradores. Como um jogo aberto e dialógico, o próprio jogador poderá contribuir neste processo, auxiliando o desenvolvimento da investigação. Os jogadores, inicialmente, serão caracterizados por um grupo de estudantes e pesquisadores voluntários.

#### A configuração de um espaço para a expressão de uma paisagem sonora

Os resultados principais, até o momento, referem-se a uma revisão teórica, referenciada anteriormente, e a um processo de apropriação tecnológica, os quais foram associados para estruturar um ambiente virtual e realizar as experimentações.



Inicialmente foi utilizada a plataforma CoSpaces Edu (DELIGHTEX GMBH, 2021), etapa registrada em Rocha *et al* (2021). Trata-se de uma plataforma de realidade virtual totalmente baseada na web, com versão gratuita (com recursos limitados) e paga. Sua programação pode ser feita por blocos ou scripts, o que permite a utilização por usuários leigos ou com poucos conhecimentos em programação. É do tipo multiusuária, colaborativa e permite a integração multimídia (imagem, fotos 360°, modelos 3D, áudio, vídeo, links etc.). Disponibiliza biblioteca de conteúdo (objetos, personagens, etc.) e admite a interação com objetos de realidade aumentada, sendo acessível também por dispositivo móvel. Possibilita a criação de aulas e tarefas com recursos de gamificação e remixagem de conteúdos.

Para constituir o ambiente de experimentação utilizou-se, como textura do chão, uma fotografia aérea do lugar, em alta resolução, da Praça e de seu entorno, imagem disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Pelotas. Os modelos digitais de edificações que conformam este entorno, disponibilizados pelo acervo do Projeto Modela Pelotas/ GEGRADI/UFPel, foram exportados do SketchUp, em formato .obj, para serem situados, sobre seus lugares correspondentes na fotografia aérea, no ambiente do CoSpaces. A etapa de experimentação da dinâmica proposta foi realizada após a importação dos sons registrados, em caminhadas sonoras, para a plataforma. Para registrar os sons foi realizada uma primeira caminhada sonora exploratória, no dia 24 de setembro de 2021, iniciada às 16h55min, com a produção de dois áudios de 15 e 19 segundos. Estes áudios foram capturados a partir do aplicativo de amplificação de som, SmartRecord para Android, e transferidos para um sistema operacional de computadores e laptops. E então, importados para o ambiente virtual, em formato mp3. Para que o som fosse acionado, se fez necessário utilizar a linguagem de programação baseada em blocos, própria do CoSpaces. Assim, optou-se por reproduzir o som ao ser acionado pelo mouse sobre um objeto determinado.

A Figura 1 ilustra, à esquerda, a maquete física e, à direita, a representação digital. Sobre ela está marcado, em amarelo, o trajeto da caminhada e dois pontos em que se pode acionar o som, um deles a partir de um elemento esférico específico para isto e o outro sobre o próprio edifício, como sinalizado sobre o Mercado Público.

Em um segundo momento foi utilizado o software Unity – plataforma para criação de jogos e animações gráficas em tempo real. Para esta segunda experimentação, seguiu-se com a utilização da fotografia aérea do lugar e dos modelos digitais das edificações (exportados do SketchUp, em formato .obj) para a conformação do ambiente digital junto à referida plataforma, ambiente ilustrado pela Figura 2.

Figura 1 - À esquerda, fotografia da maquete física da Praça Coronel Pedro Osório e seu entorno. À direita, Modelo digital 3D, do mesmo entorno, na plataforma CoSpaces com a marcação da caminhada sonora. Fonte: foto: Borda *et al*, 2020; modelo digital: autoras, 2021.



Figura 2 - Modelo digital 3D, do entorno da Praça Coronel Pedro Osório, na plataforma Unity. Fonte: autoras, 2022.

A Figura 3 permite estabelecer um comparativo entre uma imagem fotorrealista e uma imagem do ambiente do jogo, sob um ponto de vista similar sobre este entorno. À esquerda, tem-se uma fotografia que toma como frontal um plano perpendicular à rua que tem a Praça Coronel Pedro Osório confrontada com a fachada do Casarão 8, edificação que abriga o Museu do Doce. Pode-se perceber que no espaço digital, imagem da direita da mesma figura, estão representados, tridimensionalmente, apenas algumas das edificações, relativas ao ecletismo histórico pelotense, sem nenhum propósito de traduzir a cor e a textura realista de suas fachadas. Há, inclusive, uma simplificação da geometria das edificações. Sobre esta imagem está representado, por uma esfera em amarelo, um dos pontos da Praça em que se pode acionar o som. Este acionamento também pode ser realizado sobre a próprio modelo do Casarão 8, assim como sobre outros modelos de edificações que já tenham sido associados a algum arquivo de som. Os respectivos áudios, em formato mp3, conforme consta na metodologia, foram inseridos no ambiente virtual por script, apoiando-se assim em uma linguagem de programação. A partir do acionamento, pelo mouse sobre o elemento esférico, é reproduzido o som capturado naquele ponto da Praça, o qual pode ser descrito pelos seguintes elementos: canto de pássaros, impacto dos pneus de veículos sobre o paralelepípedo, buzina de sorveteiro e a fala deste profissional anunciando o produto: “olha o picolé!”.

A partir desta exploração inicial entendeu-se o potencial deste estudo em contribuir com o desenvolvimento do método da Adição Gradual da Informação (AGI), transposto para o meio digital. Configura-se assim uma interface para ativar imagens mentais que este som possa provocar. Por tratar-se deste tipo de imagens, mentais, poderá haver a dissociação, quem sabe, daquelas produzidas pelos aparelhos, embora associadas por sons arquivados na memória deles (sons digitais).

### Considerações Finais

Estruturou-se um ambiente virtual a ser disponibilizado para propiciar o registro de novas camadas de informação junto às representações de um patrimônio cultural pelotense. Ao comparar com as representações realizadas anteriormente, sobre o mesmo lugar, tem-se como principal diferencial o deslocamento do foco da tradução da forma da paisagem urbana para a experiência tátil, para o foco na compreensão da sua paisagem sonora. Sem nenhum propósito de substituição, mas sim de complementação dos recursos assistivos e/ou lúdicos, este deslocamento quer abarcar o sentido auditivo



para ativar outras memórias e intensificar afetos sobre o espaço representado.

O ambiente virtual tridimensional interativo está configurado como um jogo aberto para estabelecer a compreensão de possíveis identidades sonoras, para ativar outras imagens que venham sempre transgredir a lógica do controle do mundo pelos aparelhos. Flusser, com a problematização das imagens técnicas, reforça a importância de pensar em processos criativos para transgredir a lógica do controle dos aparelhos. O controle está com o jogador, a partir da inserção de suas próprias peças de memória, com imagens visuais provocadas por sons produzidos naquele lugar.

Entende-se que as reflexões schafnerianas, sobre paisagens sonoras, atentam para o papel do som na produção do espaço percebido e memorizado. Considera-se que o jogo proposto será acionado não propriamente pela plataforma, pelas representações digitais. Elas estarão ali apenas para provocar a espacialização dos sons, que remeterão a outras imagens, imagens que provocam sensações associadas às vivências neste espaço. Memórias individuais e/ou coletivas, que acabam por compor a história do lugar representado. Estas memórias podem apontar caminhos por meio de expressões sensíveis e ilustrativas de tudo aquilo que podemos melhor sentir ao aguçar nossa percepção auditiva para as singularidades do lugar em questão.

Considera-se que os referenciais utilizados –a teoria da escalada da abstração e a atenção para a paisagem sonora – foram dispositivos essenciais e complementares para tal propósito. A Praça Coronel Pedro Osório, e todo o seu entorno imediato, é conformada por inúmeros lugares, constituídos e reconstituídos na memória de cada jogador. A exploração digital aqui realizada aponta para a oportunidade de análise e interpretação da paisagem sonora deste lugar.

### Agradecimentos

Aos docentes Dr. Marcelo Tramontano e Dra. Ana Elisia da Costa, responsáveis pelas disciplinas D2 e D4, respectivamente. À doutoranda e Msc. Luciana Sandrini Rocha, pela parceria que oportunizou a experiência com a plataforma COSPACE, instrumentalizada junto à disciplina D3. Aos graduandos de Ciência da Computação/UFPel, Pedro Thiago Roque, Gabriel Bittencourt e Bruno Iost, pelo apoio para os experimentos junto à plataforma de jogos Unity. A Msc. Cristiane Nunes pelo apoio ao acesso aos modelos tridimensionais digitais relativos ao acervo do Projeto MODELA Pelotas/GEGRADI/UFPel.

Figura 3 - À esquerda, fotografia da rua Praça Coronel Pedro Osório com o edifício Casarão 8 e a respectiva Praça e, à direita, a representação digital. Fonte: autoras, 2022.

## Referências

- BORDA A. S., A.; NUNES, C. dos S.; GOULART, S. C.; SILVA, B. H. Adição gradual da informação sobre um patrimônio arquitetônico: produção de modelos e de sentidos. *Gestão & Tecnologia de Projetos*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 49-63, 2020. DOI: 10.11606/gtp.v15i3.168715. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gestaodeprojetos/article/view/168715>. Acesso em: 17 out. 2021.
- CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Carlos Vaz. Aprendizagem baseada em jogos-Game-based learning. In: *II World Congress on Systems Engineering and Information Technology*. 2015. p. 176-181.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: Ensaio sobre uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- FLUSSER, Vilém. *Jogos*. 1967. Disponível em: <https://www.cisc.org.br/portal/index.php/pt/biblioteca/viewdownload/15-flusser-vilem/46-jogos.html>. Acesso em: 13 out. 2021.
- FLUSSER, Vilém. *O universo das imagens técnicas: Elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.
- FLUSSER, Vilém. *Imagem-imagem técnica I: leitura da imagem tradicional*. 4 f. Inédito do Arquivo Vilém Flusser. São Paulo (SP Bienal Conference Essays / 3-BIENAL-07\_1949). [1981a].
- MACHADO, Arlindo. Apresentação. In: FLUSSER, Vilém. *Ensaio sobre a fotografia: para uma filosofia da técnica*. Lisboa: Relógio d'Água, 1998. p. 9-18.
- MALANSKI, Lawrence M. Geografia dos Sons Cotidianos: *Sonoridades do Calçadão de Londrina*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2018.
- MOURÃO JÚNIOR, Carlos Alberto; FARIA, Nicole. Memória Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 28, núm. 4, outubro-diciembre, 2015, pp. 780-788 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 28, n. 4, p. 780-788, 2015.
- SANTAELLA, Lucia. O paradoxal retorno do concreto. *Eco Pós*, v. 19, p. 106-117, 2016.
- SCHAFER, Murray. *A afinação do mundo: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora*. Tradução Maria Trench Fonterrada. São Paulo: Editora Unesp, 2001 [1977].
- SCHAFER, Murray. *O ouvido pensante*. Tradução de Marisa T. O. Fonterrada, Magda R. G. Silva e Maria Lúcia Pascoal, São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- SILVA, Raquel; BORDA, Adriane; ROCHA, L. S. JOGOS DIGITAIS COMO ESPAÇOS DE REFLEXÃO SOBRE AS CONEXÕES ENTRE IDENTIDADES SONORAS E VISUAIS: Um estudo aplicado à representação de um patrimônio cultural pelotense. In: *3º Congresso Internacional de Cidadania, Espaço Público e Território*. 2021, Pelotas/RS.

WESTERKAMP, Hildegard, and Adam P. Woog, and Helmut Kallmann. "World Soundscape Project." The Canadian Encyclopedia. Historica Canada. Article published February 07, 2006; Last Edited October 09, 2014.

# TERRITÓRIO DE SUBJETIVIDADES Entre os condomínios fechados e a cidade

*TERRITORY OF SUBJECTIVITIES  
Between gated communities and the city*

*Carolina Magalhães Falcão<sup>1</sup> e Eduardo Rocha<sup>2</sup>*

## Resumo

O estudo<sup>3</sup> parte do questionamento sobre como é morar na contemporaneidade. A pesquisa percorreu uma linha imaginário-afetuosa, espiando as frestas nos muros e vislumbrando a cidade. O objetivo foi observar o cotidiano dos moradores de um condomínio fechado, na cidade de Pelotas, sul do RS e, entender como esses indivíduos adaptaram suas vidas dentro do desenho sempre igual (ou praticamente igual) oferecido pelo projeto e de que forma isso impactou em suas relações com o entorno imediato e com a cidade extramuros. Através de uma metodologia cartográfica buscou-se entender os fenômenos que ocorrem sempre relacionando-os com a cidade. Ao confrontar as teorias urbanas e a prática das moradias, chegou-se a conclusões (in) esperadas no estudo em suas diferentes escalas: casa, muros e relação com a cidade. Palavras-chave: urbanismo contemporâneo, condomínio fechado, cartografia, território, desenvolvimento urbano.

## Abstract

*The study starts from the questioning of what it is like to live in contemporaneity. The research followed an affectionate-imaginary line, peeking at the cracks in the walls and catching a glimpse of the city. The objective was to observe the daily life of residents of a closed condominium in the city of Pelotas, southern RS and understand how these individuals adapted their lives within the always equal (or practically equal) design offered by the project and how this impacted on its relations with the immediate surroundings and with the city outside the walls. Through a cartographic methodology, we sought to understand the phenomena that occur always relating them to the city. When confronting urban theories and housing practice, (un)expected conclusions were reached in the study at its different scales: house, walls and relationship with the city.*

*Keywords: contemporary urbanism, gated community, cartography, territory, urban development.*

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista (CAU/UCPel/2005), Mestra em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel, 2016), Especialista em Neurociência aplicada à Arquitetura (IPOG-RS, 2021) e doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/UFPel, em andamento).

<sup>2</sup>Arquiteto e Urbanista (CAU/UCPel, 1997), Especialista em Patrimônio Cultural (CA/UFPel, 1999), Mestre em Educação (FaE/UFPel, 2003), Doutor em Arquitetura (PROPAR/UFRGS, 2010) e Pós-Doutor (Dipartimento di Architettura/Laboratorio Circo/Stalker, Università Roma Tre, 2019).

<sup>3</sup> Artigo parte da dissertação de mestrado: FALCÃO, Carolina Cabreira Magalhães. *Casa: território de subjetividades. Um percurso sobre sensibilidade e arquitetura nos condomínios fechados*. Pelotas: PROGRAU, 2016. (Dissertação de mestrado).



Figura 1 - Acesso, restrição, fiscalização – O portico de acesso ao Conjunto Residencial. Fonte: Carolina Falcão, 2016.

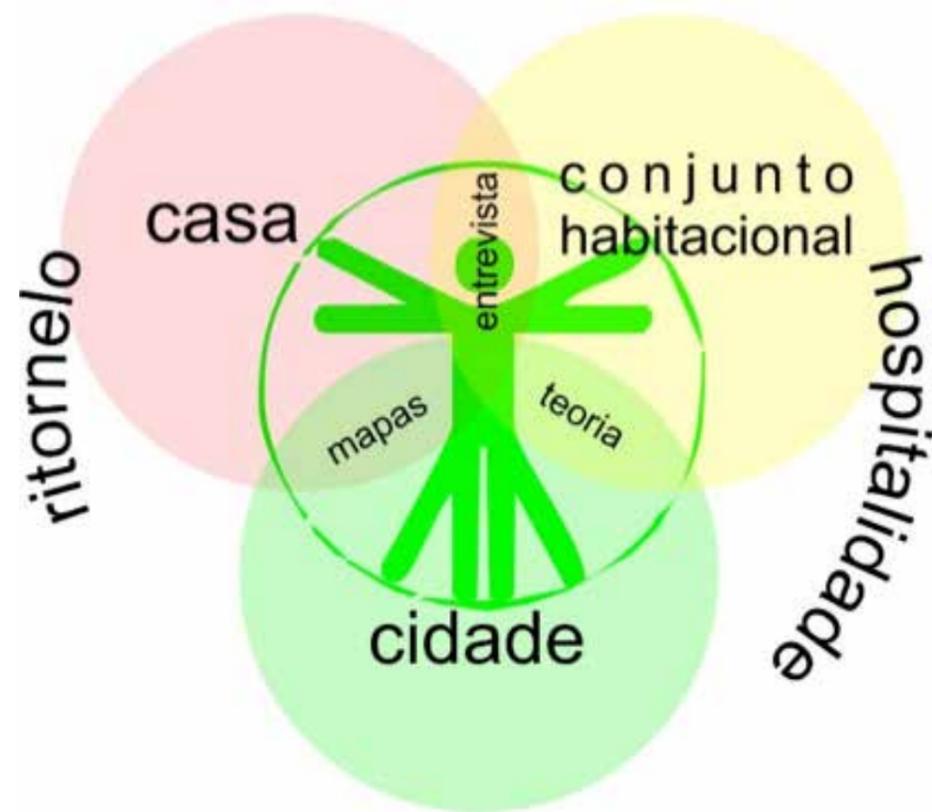
## Introdução

As subjetividades estão nas nuances, na simbiose entre arquitetura, cidade e a vida humana e, através do entendimento das experiências pessoais, das espontaneidades e originalidades de cada indivíduo, de cada relação com suas moradias e suas formas de morar. Desafiando assim, as realidades de projetar, pensar, criar invólucros para diferentes realidades. Morar é uma necessidade individual e muito particular para cada pessoa, tem-se uma carga de desejos, de sonhos e bagagens, que precisam estar abrigadas nesse morar.

Morar não é apenas se colocar em um abrigo material, é muito mais. Morar é um estado complexo de sensações em que a cada um traz seus simbolismos, seus cruzamentos e costuras. Não podemos mais pensar somente na casa, sem pensar a cidade ou pensar a cidade sem olhar para as pessoas. A diversidade de contextos se difunde por meio de múltiplos componentes de subjetividade que estão em circulação no campo social. Partimos em um percurso que vai do real para o abstrato, da rigidez formal da arquitetura e do urbanismo, neste recorte, nos condomínios fechados alçando voo aos conceitos que extrapolam o concreto, dotados de significados, ou seja, ressignificar a arquitetura através das pessoas, através das complexidades e poéticas de cada lugar.

A potência do conceito de ritornelo em Deleuze e Guattari (2012), está em dizer-se que “O grande ritornelo se ergue à medida que nos afastamos de casa, mesmo que seja para ali voltar, uma vez que ninguém nos reconhecerá mais quando voltarmos.” (2012 p. 139). Portanto, o ritornelo vai existir na coexistência da tríade **desterritorializar** – procurar um novo lugar, sair do seu território de origem [PARTIR]; **territorializar** – tomar consciência de um território – território aqui é lugar de passagem, transitório, varia de acordo com os agenciamentos que são instaurados a cada nova necessidade; **reterritorializar** – retornar a sua origem, dar novo sentido ao seu território. Para tanto, esse conceito vai dar força para o que aqui será tratado. Onde a partir de um território – de casa, para se chegar ao “em casa” foi necessário passar por essas três etapas de movimento. Sair – reconhecer – [CHEGAR].

Neste chegar, nos deparamos com a hospitalidade (DERRIDA, 2004) nesse deslocamento dos corpos, por uma outra ótica, a partir desta essência – humana – que será possível descrever quando e o quanto uma casa, uma morada será ou não hospitaleira. Quando e quanto será acolhedora, será lugar ou não lugar.



Buscando assim os limites, vamos apresentar o caso de um Conjunto Habitacional, gestado dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, verificando quais relações influenciam a cidade, de acordo com as formas de morar de cada indivíduo, de acordo com a sua forma espontânea e original de autoconstruir, de adaptar o construído e de se relacionar com o seu território.

Todavia, o que se vê predominantemente é este receptáculo – a casa – como algo que comporta e suporta os acontecimentos do cotidiano. Transformar o que é concreto (arquitetura) em texto, descrever as suas formas, separando (ou não) o que é espacial do que é subjetivo, como algo que vai abrigar as pessoas e todas as suas formas de significar.

### Casa: território de subjetividades

A palavra “casa” pode sugerir, inicialmente, uma construção cujos espaços servem para atender à necessidade de abrigo que se pressupõe ser de todos os indivíduos. Essa realidade física está longe de esgotar a amplitude do conceito naquilo de abstrato, de subjetivo, e até mesmo de concreto que ele envolve. Além de abrigo físico, no que consiste a ideia de casa? E a porta? Esse elemento de comunicação, participação direta entre o público e o privado, enquanto pela janela somente observa a vida pública. A janela são os olhos da rua (JACOBS, 2011), nos torna observadores, mas não atores, as portas nos convidam adentrar as subjetividades da vida.

Entender a cidade, suas formas de morar através da ótica da pessoa, permitindo assim fazer uma leitura do espaço urbano contemporâneo a partir das vivências cotidianas de cada indivíduo com a cidade. O que precede a esta ideia é o propósito da contemporaneidade, não é saber como pesquisar um grande grupo, mas saber que se pode entender um grande agrupamento através de aspectos da vida social contemporânea. Trata-se de uma investigação dos limites entre campos do conhecimento (filosofia e arquitetura) em processo de fusão.

Essa reflexão opera em três camadas: em um primeiro, entender o habitar doméstico, adentrar nas casas e entender suas dinâmicas, buscando entender como a vida



Figura 3 - Resquícios de uma noite infantil. Fonte: Carolina Falcão, 2016.

tão complexa se adapta de formas tão diversas dentro das mesmas conformações impostas pela arquitetura do local. Uma segunda camada, questiona como as formas de morar extrapolam os limites das portas, ou seja, como esses habitantes reconhecem o território – intramuros – que os cerca, como se integram, como vivem. E por fim, quando cruzam os limites territoriais dos muros, como se relacionam e reconhecem a cidade: extramuros.

### A ilusão da casa

Alguns objetivos mais específicos foram elencados para que se construa um mapa desse complexo de subjetividades. Entender as dinâmicas, as adaptações e as particularidades que em cada unidade habitacional se configurou a partir do momento da habitação destas. Como são as relações com a casa, com o exterior, como se integram ao conjunto, como se identificam dentro de uma rigidez de padrões.

Complementarmente, faz-se necessário desvendar os diferentes tipos de famílias que habitam as células de morar e se relacionam com a cidade, o bairro, o entorno e a vizinhança. Com base nos dados do IBGE<sup>4</sup> as famílias são classificadas em 4 agrupamentos, sendo eles: Família Unipessoal, Casal com filhos, Casal sem filhos, Mulher sem cônjuge e com filhos, ainda que consideremos que estes dados são engessados e, por certo, não abarcam algumas parcelas da população, mas por ser tratar um dado concreto é que vamos nos apoderar dele para partir em nossas descobertas. A habitação é um fenômeno heterogêneo que envolve três ordens, que podemos caracterizar da seguinte forma, para melhor classificar as etapas deste trabalho:

<sup>4</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Fonte para a obtenção dos dados relacionados aos “tipos de família”, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios entre os anos de 2001 a 2009.

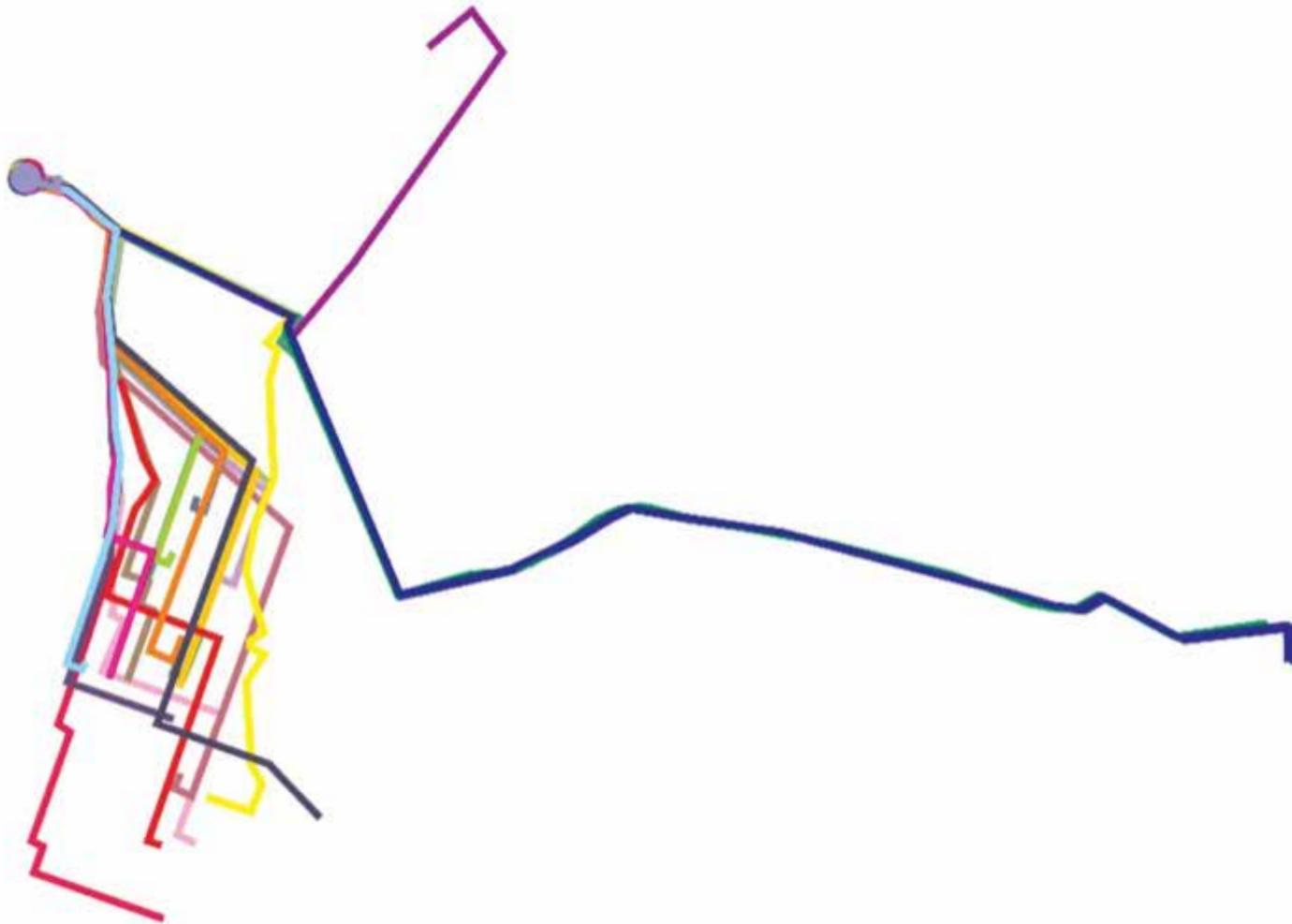


Figura 4 - Mapa esquemático dos percursos, partindo do condomínio e percorrendo a cidade. Fonte: Carolina Falcão, 2016.

1. Elemento base: a Casa, cenário de todos os devires;
2. O habitante: Peça principal – reconhecer a arquitetura através da leitura das pessoas que vivem neste local, como se reconhecem, como se adaptam;
3. O percurso: Como é o cotidiano desses habitantes, como se relacionam com suas casas, com os muros e com a cidade que existe além dos muros.

Levar em conta que a construção de territórios de sensibilidade passa por: desejo de saber como, modos de conhecimento, práticas que interagem com o sujeito, tanto pela evocação memorial que conforta os sentidos quanto pela continuidade mais intensa de um corpo com as práticas e condições espaciais que o cercam, considerando-se muito mais do que aquilo que se vê ou descreve.

A metodologia adotada para isso foi a cartográfica, a partir do acompanhamento de processos cotidianos e modos de viver e morar. O pesquisar é sempre, de certa forma, um relato de uma viagem, onde um sujeito através dos anseios de seu olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de novo? Tudo de novo, a pesquisa cartográfica é, portanto, um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade, a partir da experiência e da apropriação que o pesquisador- cartógrafo se permite nesse olhar.

Cartografar é sempre a busca pela capacidade de composição de um ambiente, lugar, território existencial através da inserção ou imersão. É menos descrição de estados de coisas, é um mergulho na experiência. O desafio do cartógrafo é esse entrelaçar-se com o objeto de seu estudo. É deixar-se aberto aos encontros que vão ocorrer. É o encontrar-se com surpresas. Descartar a busca pela informação e perder-se nas

entrelinhas. Não significando uma atitude de relaxamento ou falta de controle sob o objeto estudado.

Princípio de cartografia: O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para a sua abertura máxima sobre um plano de consistência. (Deleuze e Guattari, 1995, p. 109).

É sempre um movimento singular e provisório. É o tecer de uma rede, com linhas que são tramadas daqui e dali e que se tecem no próprio acontecer do cotidiano.

Não existe cartografia sem o contato direto com o objeto pesquisado, para tanto os procedimentos metodológicos adotados para que fosse possível cartografar o objeto / condomínio/ cidade, inicialmente a opção foi por sistema de redes de indicação para a escolha dos entrevistados, ou seja, construir uma rede para reunir as informações a respeito do segmento que possa mapear o campo investigado. A partir da indicação de um próximo ponto, de um novo contato, através dos inter-relacionamentos, foi-se tecendo a malha de *affectos* para compor esse vasto território subjetivo. A escolha esteve vinculada diretamente ao contato anterior, as pessoas indicadas sugeriram outras pessoas e, assim sucessivamente, abrindo as frestas para que a pesquisadora pudesse adentrar nas indefinições dos contornos íntimos das casas e das vidas, por esse pequeno instante no tempo-espaço.

Esta metodologia foi aplicada com o intuito de através das indicações dos moradores do conjunto habitacional Terra Nova, fosse mais potente as informações fornecidas, uma vez que eles estão inseridos completamente nesse local, enquanto a pesquisadora, por mais que adentre neste espaço, não está completamente inserida e, quase sempre terá uma visão de alguém que observa.

O material humano e gráfico que se produziu em entrevistas, foi rico para se compreender as rotinas e tipos de família que ali se agrupam. Nestas entrevistas foram construídos mapas em três escalas. Uma primeira interna, onde os entrevistados indicavam em plantas baixas qual o seu modelo de casa e quais as alterações que haviam realizado, para identificar assim, as intervenções e como estes foram adaptados à realidade de cada família. Num segundo mapa, na escala interna do condomínio, seus percursos para a realização de atividades cotidianas ou apenas para indicar as áreas que frequentavam dentro dos limites dos muros.

E ampliando a escala, em um mapa da cidade foi solicitado que marcassem seus principais deslocamentos, para que através dele fosse possível identificar as rotinas, suas distâncias percorridas para chegar às suas atividades. A questão era entender as adaptações do morar distante de suas atividades ou se habitam este local pelos atrativos do lugar.

Fazendo a sobreposição destes aspectos foi possível visualizar as formas de morar e suas relações com a cidade, a partir de suas histórias de vida e características que vão formar cada uma das células de morar.

O território sensível dos moradores do Condomínio ultrapassa as unidades habitacionais, percorre as ruas internas do condomínio e invade a cidade. Através das entrevistas, podem-se entender essas relações, as observações por vezes concretas de suas casas, de suas relações com o entorno e vizinhança e, ainda seus percursos com a cidade. No grupo de entrevistados foi quase que unânime as indicações de deslocamentos para o centro da cidade ou outros bairros, diariamente, para desempenhar suas atividades.



Quais as motivações que os faça optar por morar tão longe de suas atividades e, nas mesmas perguntas essas respostas são sanadas pela afirmação simples e constante de que *“Aqui é um lugar para se viver. Lugar para se viver bem”* (afirmação de um dos entrevistados).

Coletar as memórias e adentrar as casas, cartografar os processos, entender as dinâmicas e permear através das entranhas íntimas dos territórios subjetivos. Não foi simples a tarefa de adentrar as casas, a percepção inicial de que para responder a um grupo de perguntas seria necessário abrir por algum tempo a intimidade da sua casa, as pessoas, muitas delas, recuaram e aqui se criou um ponto de ruptura e principal empecilho para dificultar a conclusão desta etapa.

Para o pesquisador cartógrafo a amostragem não tem o cunho de chegar a uma verdade absoluta, tem sim, a busca pela possibilidade de entender as dinâmicas. Diversidade de percursos, algumas semelhanças. Questões que pulsam para qualquer pessoa fora dos muros do condomínio são as mesmas que ali dentro, naquele ritornelo, organizado e diagramado de sensações: busca por segurança, por um local para se viver limpo e ordenado foram os pontos mais citados pelos entrevistados.

Com as informações compiladas, para observar esses percursos, fez-se uma sobreposição dessas linhas, onde se pode observar que a maioria dos entrevistados percorre grandes deslocamentos diariamente.

Pessoas confinadas no mesmo espaço, percorrem o mesmo trajeto para sair de casa e, assim, se dirigir aos seus diferentes destinos. Como responder ao porquê desses deslocamentos? Algumas questões podem ser elencadas: infraestrutura da cidade, planejamento do sistema de vias, entendimento da necessidade de centros de bairros equipados com serviços e trabalhos mais diversos? Ou a necessidade de um lugar para se morar, que atenda outras necessidades que não a proximidade com as rotinas diárias, na maioria das vezes, supri as outras demandas? O apelo constante ao uso do carro, devido à falta de diversidade de usos na área interna e, externamente, foram apontados alguns serviços, porém distantes, fazendo com que se faça sempre necessário utilizar veículo para as mais simples tarefas do cotidiano.



Para se chegar mais próximo do complexo de sensações, adentrar na subjetividade das casas, a cartografia nos convida a adentrar no cotidiano das casas. Olhar nos olhos, atravessar as portas e contemplar a sensibilidade de identificar características, afectos e defeitos.

A sensação de ser um invasor, um estrangeiro em terra proibida foi uma sensação que permeou esse processo. Parece que ao permitir entrar em suas casas, cada pessoa se vê nua, despida de suas certezas e, no íntimo do seu cosmos, no seu abrigo, no aconchego (ou não daquele espaço), se mostra realmente.

A reflexão final volta sua visão aos três planos, as três camadas que inicialmente se propôs entender. Na sobreposição de planos, no entrelaçamento das relações: casa, muros e cidade. Ao cruzar o referencial teórico e a vida cotidiana, viu-se que algo que academicamente está inserido em nós, pelo nosso campo de visão, segue tendo sua verdade, que nunca poderá ser absoluta. A academia precisa sair das suas salas e tomar cada vez mais as ruas. Aproveitar a imensidão de cenários que a cidade nos oferece para que a vida aconteça diariamente.

Em uma primeira indagação, onde se buscou entender o habitar doméstico, entender quais as motivações que levam as pessoas a escolher morar num condomínio fechado, na simplicidade da vida, a tranquilidade de sentir-se abrigado. A complexidade de vidas agrupadas ali, talvez a pequena fresta que se vislumbrou ainda seja apenas uma fresta, um ponto, um furo. Somos seres adaptáveis. A boa ou má arquitetura é algo tão subjetivo muitas vezes que rompe os muros e se adapta as necessidades da vida. E ao abrir as portas de suas casas, olhar para uma paisagem, como esses habitantes reconhecem o território – entre muros – que os cerca, como se integram, como vivem conforme os mapas pudemos perceber que muitos não se utilizam dos espaços que muito provavelmente foram fatores potentes na hora da escolha por ali morar.

E por fim, quando cruzam os limites territoriais dos muros, como se relacionam e reconhecem a cidade. Quando saem pela cancela, vigiada, controlada, pela única fresta no muro da cidade medieval contemporânea, os moradores se enfileiram em seus carros e percorrem pela cidade. Muitos trajetos de carro, pouco caminhar. Muitas distâncias a percorrer, muito tempo dentro dos carros.



Estranho pensar que para nos sentirmos aconchegados, tranquilos, sossegados e contemplar o pôr do sol, a piscina ou a pequena árvore são necessárias tantas caixas-refúgio para nos conter. A subjetividade que assim vive, está abrigada nas paredes de concreto, nos muros, na vida vigiada.

O resultado principal que este trabalho produziu é uma cartografia que busca construir subsídios para o entendimento sobre o morar, a cidade e a vida. Por vezes um desacomodar nas premissas teóricas da arquitetura e do urbanístico, buscando entender que vão sempre necessitar de embasamento nas e para as pessoas, ou seja, onde o sentido de produzir arquitetura não esteja no espaço – cidade, ou na própria arquitetura, mas sim nas pessoas, nas suas ligações afetivas, e suas relações com o que as cerca.

Pensar arquitetura de uma maneira mais subjetiva, sem perdemos tudo o que é concreto no ato de morar. Seja uma casa com apenas quartos, pois ali vivem somente pessoas que necessitam apenas desta casa para dormir, ou uma casa italiana, com uma cozinha e uma sala conjuntas, pois tudo se resolve à volta do fogão, isso precisa estar no DNA dos arquitetos. Uma casa não é um somatório de linhas, com lugares estabelecidos, que depois viram tijolos e areia e está feito. Não é somente o cenário para preencher as páginas das revistas, para que tenha sentido é preciso de gente. Uma casa é feita de vida! É preciso que alguém habite, deixe os sapatos na entrada, a cama desarrumada, molhe as plantas, perfume todos os cômodos com o cheiro do café passando. É necessário que se pense que alguém vai dormir e acordar ali, que as paredes vão segurar quadros e memórias, que cada casa tem e terá a sua identidade e história.

É potente a necessidade de preocupação com a morfologia espontânea da cidade. A cidade não pode viver circundada por muros. A sua função é propiciar as pessoas espaços para a vida se desenvolver, mas cada pessoa tem o dever de ser protagonista desta cidade, de ser parte das lições aprendidas neste imenso laboratório de erros e acertos. Que só existe, pois, a cidade não para de se transformar, não para de se refazer e desfazer.

As mudanças ocorrem infinitamente, muitas vezes sem regras pré-estabelecidas. A forma de morar e de viver vai sendo refeita a cada dia; a casa até o século XVIII era um espaço indiferenciado. Existiam peças: nelas se dormia, se comia, se recebia, pouco importava. Depois, pouco a pouco o espaço foi se especificando e tornam-se funcional. O espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente, deve sim ser um espaço capaz de ser mensurado, refletido e útil. Capaz de ser um espaço vívido. Deve a imaginação estar descrita no modo de morar que cada um possui, diferente, autêntico e único, assim como a identidade.

### [In]conclusões

Assim sendo, o que se propôs aqui foi levar as pessoas a (re)descobrir novas formas de olhar e apreciar seu lugar, uma maneira de estimular entre os mesmos atitudes que contribuam para o seu desenvolvimento de forma sustentável, reconhecendo seu território e sendo protagonista nele. A tarefa fundamental de todos aqueles que pretendem tecnicamente intervir é na cidade é voltar seu olhar para as pessoas, ouvi-las, reconhecer-se como hóspede em seus territórios. Deixar-se desterritorializar das teorias, das premissas e dos pré-conceitos pois, somente assim, tem-se a real oportunidade de ações e responsabilidades compartilhadas, valores que devem ser cada vez mais assumidos e discutido frente às novas perspectivas, colocadas pelo contexto atual.

Cada célula de morar é capaz de gerar e gestar seus cenários e itinerários particulares. E esta diversidade de individualidades é o que forma a sociedade. A expectativa é pensar arquitetura de uma maneira mais abstrata como a filosofia, sem perdemos tudo o que é concreto no ato de morar. O que se buscou foi entender as relações pessoa-ambiente como subsídio para a prática projetual.

Esta proposta de investigação teve como objeto um projeto da arquitetura contemporânea local e seu objetivo foi avaliar em que medida estes projetos de fato atendem aos princípios de uma boa arquitetura, no que concerne aos aspectos formais, funcionais, tecnológicos e paisagísticos, considerados segundo o meio físico e sociocultural em que estão inseridos, a partir da ótica de seus usuários.

E ao tentar responder as indagações dessa pesquisa, uma arquiteta, urbanista, cartógrafa, com sua bagagem, seus referências, tentando melhor entender a cidades, através das pessoas e suas formas de morar, foi barrada pelos muros.

Seria no espaço, não no espaço predeterminado, mas nos “entres”, nos espaços livres de preconfigurações que viveríamos esses “momentos de invenção” e criaríamos condição para o *devenir autre*, indo além dos limites impostos pelo “natural”, pela história construída por discursos dominantes (GUATELLI, 2012, p. 32).

Os muros não só do condomínio, não somente das pessoas que não abriram suas casas, mas com diversos muros imperceptíveis. Mas a cartografia, nos transforma, nos provoca a ultrapassar nossos próprios muros e, assim perceber que o que academicamente parecia errôneo, descobriu-se que essas cidades medievais contemporâneas são para muitas pessoas o aconchego de um lar, o seu cosmos, seu espaço neste mundo tão diverso que vivemos na contemporaneidade.

Embora a proposta inicial desta pesquisa fosse o embasamento crítico desses locais, o que se pode observar foi que para os usuários, embora as dificuldades de locomoção, o tempo gasto no trânsito e todas as críticas que a academia e essa pesquisadora

possam tecer sobre estes lugares, para quem vive em um condomínio fechado, diariamente este é um bom lugar. Pela segurança, pela tranquilidade nas ruas internas, que recordam muitas ruas de seus bairros de infância, com crianças brincando, com cadeiras na calçada. O cotidiano, a vida real ali ultrapassa as teorias. E assim, entender que não vale apenas o estado da arte, as teorias, mas sempre será de grande valia olhar para as pessoas, para quem ocupa, utiliza e dá vida para a arquitetura e para a cidade, seja ela dentro ou fora dos muros.

O espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente, deve sim ser um espaço capaz de ser mensurado, refletido e útil. Capaz de ser um espaço vívido. Deve a imaginação estar descrita no modo de morar que cada um possui, diferente, autêntico e único, assim como a identidade.

A casa sonhada deve ser tudo: uma moradia, um ninho, um cosmos, uma roupa. A casa é um estado de alma, como comprovam os testes psicológicos: quando a criança desenha a fumaça saindo da chaminé, é que existe calor em seu interior. Quando a casa abriga felicidade, a fumaça brinca acima do telhado. Se não acolhe, o desenho entrega a marca das angústias do desenhista: as construções são estreitas, frias e fechadas. Elas trazem a rigidez e imobilidade. As árvores ao redor são retas – estão vigiando a casa. Uma casa viva não é imóvel: existe um movimento no caminho que conduz à porta.

Então é preciso retornar a jiboia do Pequeno Príncipe e projetar – pensar – discutir a cidade e o morar como alguém que é capaz de ver além da moldura. Alguém que entende que dentro de uma jiboia existe um elefante e, não somente ver a capa exterior, ver somente o chapéu que muitas vezes, a vida nos apresenta.

Desta forma devem criar os arquitetos, na certeza de não ser o protagonista da vida, mas sim àquele que monta o cenário para que a vida aconteça. Àquele que coloca as prateleiras, para que a vida se encarregue de guardar ali seus livros.

## Referências

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, volume 1*. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, volume 4*. São Paulo: Editora 34, 2012.

DERRIDA, Jacques. *Papel-máquina*. São Paulo: Estação, 2003.

EXUPERY, Saint. *O Pequeno Príncipe*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

FALCÃO, Carolina Cabreira Magalhães. *Casa: território de subjetividades. Um percurso sobre sensibilidade e arquitetura nos condomínios fechados*. Pelotas: PROGRAU, 2016. (Dissertação de mestrado).

GUATELLI, Igor. *Arquitetura dos entre-lugares: sobre a importância do trabalho conceitual*. São Paulo: Editora Senac, 2012.

JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

# VIVÊNCIAS DO GRUPO MAPEANDO MEMÓRIAS

## As linhas art déco como educação patrimonial

GROUP EXPERIENCES MAPEANDO MEMÓRIAS  
The lines of art déco as heritage education

Anelis Rolão Flôres<sup>1</sup>,  
Bibiana Torres Moreira<sup>2</sup>, Manuela Kelling<sup>3</sup> e Francisco Queruz<sup>4</sup>

### Resumo

Este artigo apresenta o roteiro pelas edificações remanescentes *Art Déco*, elaborado no passeio realizado através da Avenida Rio Branco, em Santa Maria, pelo grupo Mapeando Memórias. Os remanescentes em risco necessitam tanto de medidas legais, como de um trabalho de educação patrimonial, com a finalidade de resguardar a sua memória cultural e afetiva. A metodologia utilizada teve como origem a caminhada para a elaboração de um roteiro que sintetizou a história e detalhes construtivos em uma *collage*. Verificou-se que a importância do patrimônio e da memória na construção da sociedade precisam fazer parte de ações extensionistas que venham a expandir e consolidar a educação patrimonial, pois apenas os recursos de legislação e controle do estado não tem se mostrado eficientes para a salvaguarda. Espera-se que este registro, em conjunto com outras ações, seja capaz de impactar futuras gerações comprometidas com a história local, construindo uma verdadeira educação patrimonial. Palavras-chave: patrimônio arquitetônico, memória cultural, evolução urbana.

### Abstract

*This article presents the itinerary of the remaining Art Déco buildings, elaborated on the walk made through Rio Branco Avenue, in Santa Maria, by the group Mapeando Memórias. They are at risk and need legal measures, as well as heritage education work, in order to safeguard their cultural and emotional memory. The methodology originated from a tour for the elaboration of an itinerary that synthesized the story and constructive details into a collage. It was found that the importance of heritage and memory in the construction of society need to be part of extension actions that will expand and consolidate heritage education, since only the resources of legislation and*

1 Arquiteta e Urbanista (Uniritter, 2001). Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR/UFRGS, 2006) e doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR/UFRGS, 2019). Atualmente, ocupa o cargo de Coordenadora da pós-graduação da área de Ciências Tecnológicas (UFN) e o cargo de professora assistente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria.

2 Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade Franciscana (UFN) em 2022. Estagiou nos escritórios Simultânea Engenharia e Angela Pisani Arquitetos Associados, em Santa Maria, RS. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PROBEX) e permanece como pesquisadora no grupo de pesquisa e extensão Mapeando Memórias (UFN).

3 Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade Franciscana (UFN) em 2022. Possui experiência como monitora da disciplina extensionista de Ateliê de urbanismo e paisagismo (2019) e participou do grupo de pesquisa voluntário, da mesma disciplina, apresentando trabalhos em eventos nacionais. Estagiou nos escritórios de arquitetura Mowa e Solutio, em Santa Maria. Atualmente faz parte do grupo de pesquisa e extensão Mapeando Memórias (UFN).

4 Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2001). Especialista em Conservação do Patrimônio Cultural (UFSM, 2005) e mestre em Engenharia Civil (PPGEC, 2007). Atualmente, atua como Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana (UFN), onde também é professor assistente, lecionando para a graduação. Docente do curso de Pós-graduação de Projeto de Espaços Interiores, também na UFN. Membro do Colegiado e Núcleo Estruturante do Curso.

*state control have not been efficient for the safeguard. We hope this record, along with other actions, will be able to impact future generations committed to our history, building a true heritage education.*

*Keywords: architectural heritage, cultural memory, urban evolution.*

### Introdução

A seleção da memória e a sua preservação ultrapassam o limite do edificado e se aproximam das questões referentes à memória cultural, aos espaços de recordação que possuem um poder de vínculo com a comunidade. Ao admitirmos a ligação, muitas vezes indissociável, entre memória e espaço precisamos refletir, também, sobre o esquecimento e o poder que tem o arquiteto sobre ele, sobre a edificação, sobre a cidade, que serão objetos do projeto.

Neste contexto, a educação patrimonial procura destacar o patrimônio local, o patrimônio ferroviário e suas consequências no território. Ela é um exercício de interação com a sociedade que busca pela memória como um elemento de empoderamento e reflexão.

Primeiramente, é fundamental pontuar que a cidade de Santa Maria surgiu de um acampamento militar, advindo da necessidade da demarcação de terras, e desenvolveu a partir do seu núcleo a região onde encontramos, atualmente, seus exemplares da primeira e segunda verticalização. Estas edificações são consequência da instalação da estação ferroviária e da conformação de toda a infraestrutura requerida. A cidade inicia sua evolução e as feições coloniais e ecléticas são substituídas pelo novo estilo a partir da década de 1930. O eixo da Avenida Rio Branco, percurso da nossa caminhada, configura-se como uma estrutura que irradiou o modelo que foi seguido pelos arquitetos e construtores que atuaram naquela época.

A partir do pequeno percurso realizado pelo grupo de pesquisa e extensão intitulado Mapeando Memórias<sup>5</sup>, em dezembro de 2020, que partiu da Praça Saldanha Marinho com o objetivo de detectar os detalhes das edificações *Art Déco* da Avenida Rio Branco de Santa Maria, foi elaborado um “Atlas de Mnemosyne”, metodologia adotada pelo grupo com a finalidade de aproximar o patrimônio com as imagens da memória, com a *collage* e com a construção de uma identidade local.

Após o percurso, foram selecionadas 13 edificações, no estilo *Art Déco*, de diferentes usos, que formaram um roteiro que será utilizado na elaboração de um projeto interpretativo<sup>6</sup>, objetivo final do trabalho elaborado pelo grupo voltado para a educação patrimonial e que nessa etapa encontra-se em desenvolvimento. Para tanto, as edificações remanescentes selecionadas revelaram detalhes que se expandem para outras áreas da cidade, para outras edificações coetâneas e até algumas que foram construídas no fim desse período histórico.

5 Mapeando Memórias é um Grupo de Pesquisa e Extensão, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana (UFN), cujos objetivos principais são divulgar e discutir o Patrimônio Arquitetônico, assim como elaborar estratégias de preservação. Em prol da educação e da valorização patrimonial, o Mapeando Memórias está desenvolvendo um projeto interpretativo para o Centro Histórico de Santa Maria/RS, onde estão sendo elaborados três roteiros, que elencam trinta e cinco edificações que pertencem ao Eclétismo, *Art Déco* e ao Movimento Moderno, estilos que são testemunhas da história do município.

6 Segundo Albano e Murta (2002), o projeto interpretativo é o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar. A interpretação do patrimônio ocorre através de guias de turismo, mapas ilustrados, roteiros de visita, panfletos, brochuras, cartões postais, placas, totens, painéis interativos, letreiros, miniaturas, hologramas, *QR code*, dentre tantos outros.

O Atlas elaborado faz parte da metodologia do grupo e busca refletir a propagação do estilo, que reúne na Avenida os elementos geometrizarantes, zigue-zagues, linhas em ascensão, platibandas compostas por formas primárias e sacadas aerodinâmicas. Nele, temos as formas acinzentadas desta arquitetura, que destacou uma das mais importantes fases urbanas da nossa arquitetura.

Afinal, a integridade do lugar e seus valores deverão ser preservados com a finalidade de estreitar os conhecimentos referentes ao patrimônio com a comunidade, da memória e significados com seu registro físico. Busca-se assim proporcionar a valorização da sua memória a partir do resgate dos remanescentes arquitetônicos e assim impactar futuras gerações comprometidas com a nossa história, construindo uma verdadeira educação patrimonial.

### Linha do tempo: a evolução urbana de Santa Maria

A formação de Santa Maria está diretamente ligada a (abstrata) demarcação de terras proposta pelo Tratado de Santo Ildefonso entre portugueses e espanhóis, em 1777, e a instalação da respectiva comissão demarcadora de limites, em 1797<sup>7</sup>. O insípido e desprezioso acampamento militar mantém-se até 1801, quando é desmobilizado e deixa o local da Sesmaria do Padre Ambrósio, abandonando construções vazias, mas também um pequeno núcleo de habitantes e comerciantes, que foram se instalando nesse tempo. A partir desse momento, viajantes, índios oriundos das missões e imigrantes começam a chegar à região, dando corpo ao pequeno vilarejo. Um relato válido para entender o núcleo, pouco depois, é dado por Auguste de Saint-Hilaire, em viagem empreendida ao Rio Grande do Sul entre 1820 e 1821:

Esta aldeia, geralmente chamada de Capela de Santa Maria, situa-se em posição bucólica, a meio quarto de légua da serra. É construída sobre colina muito irregular. De um lado, avista-se alegre planície, cheia de pastagens e bosques, e do outro lado a vista é limitada por montanhas cobertas de espessas e sombrias florestas. A aldeia compõe-se atualmente de 30 casas, que formam um par de ruas, onde existem várias lojas, muito bem montadas. A capela pequena, fica numa praça, ainda em projeto. (SAINT-HILAIRE, A., 1974, *apud* MARCHIORI, J.N.C., NOAL FILHO, V.A., 2008, p. 32).

A ocupação das terras nas regiões próximas a Santa Maria, sobretudo por ondas de imigração diversas, como de alemães e italianos<sup>8</sup>, toma corpo durante o século XIX. Por outro lado, as movimentações relacionadas a conflitos militares também interferiram na consolidação urbana durante este período, como nos casos da Guerra do Prata e do Paraguai, e internamente, na Revolução Farroupilha. O mapa elaborado em 1861 por Otto Brinkmann (abaixo, figura 1) já mostra o espaço da Praça da Matriz, hoje Saldanha Marinho, grifado em vermelho, com um prolongamento a Norte, de 2 quadras, marcado

7 Conforme descrito por Romeu Beltrão em Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho (BELTRÃO, 1958), a comissão esteve no mesmo local em 1787, retornando uma década depois para estabelecer uma ocupação permanente. O autor também indica a existência de possíveis ocupações anteriores a esta, na área, sobretudo de uma redução jesuítica, chamada de Rincão de Santa Maria. Sobre essa ocupação, todavia, não há dados ou o local exato.

8 Os imigrantes alemães constituem um grupo coeso e organizado, como pode ser percebido a partir da chegada, em 1836, com criação da Comunidade Evangélica, em 1866, e com uma escola com ensino nessa língua. Já a primeira leva de imigrantes italianos, que são destinados a colônia de Silveira Martins, chegam em 1877, sendo sucedidas por vários outros grupos, posteriormente, e que acabam por configurar o que se convencionou chamar, hoje, de Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul. Todos esses dados são bem relatados por Beltrão (1958, p 36-65).



em verde. Essa via era então nominada rua General Rafael Pinto, recebendo depois o nome de Coronel Valença, Avenida Progresso, alusivo ao desenvolvimento que seria visto em breve, para finalmente receber o atual nome de Avenida Rio Branco.

Os ventos do progresso estavam soprando em Santa Maria da Boca do Monte. O principal movimento realizado durante o século XIX, e possivelmente durante toda a existência do núcleo, foi a estruturação de um grande nó ferroviário. Inicialmente tratava-se apenas de uma ferrovia com clara função militar e também econômica que cruzaria de Porto Alegre a Uruguaiana. Porém, pouco depois dos trilhos chegarem, em 1885, iniciou-se um novo traçado, partindo dessa mesma Santa Maria rumo a Itararé, em São Paulo, que iria finalmente consolidar a pequena cidade como ponto de chegadas e partidas entre as fronteiras leste e oeste do Rio Grande, e também com o centro oeste do país. A sede da empresa, que tinha a concessão de construção e uso dessas linhas férreas, também era nessas paragens, o que garantiu a instalação de diversos equipamentos urbanos, como oficinas, comércios, moradias, escolas e outros. Eram definitivamente os ventos do desenvolvimento chegando, como se lê nesse trecho do relato de Hermann Meyer, escrito entre 1898 e 1899:

Chegamos completamente congelados a Santa Maria que, já de longe, através de suas numerosas novas residências, demonstra sua importância como principal entroncamento ferroviário: luz elétrica, telefone, teatro e hotéis compõem as melhorias que nos chamaram a atenção nos últimos anos. (MEYER, H, 1899, *apud* MARCHIORI, J.N.C., NOAL FILHO, V.A., 2008. p. 82).

Santa Maria, embora atualmente seja uma cidade média, no início do século passado era uma pequena cidade, ao mesmo tempo esperançosa e temerosa de seu crescimento. E verticalização. Dava seus primeiros passos rumo a uma modernização que não estava conceituada, da qual não tinha muita certeza, nem de como era, nem de como seria. Mostrava, como se vê na figura 02, um natural desenvolvimento de quem reconhece e dá as boas-vindas aos visitantes e usuários das ferrovias. Em relação a figura anterior, percebe-se uma considerável ocupação do solo em direção a estação ferroviária, a norte, grifada em azul. A agora Avenida (do) Progresso, grifada em verde, acabara

Figura 1 – Planta da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, datada de 1861 e elaborada por Otto Brinkmann, com grifo em vermelho na Praça da Matriz, e em verde na Rua Rafael Pinto. Fonte: Belém, 2000. Modificado pelos autores.



Figura 2 – Planta da cidade de Santa Maria, datada de 1902, com grifo em vermelho na Praça da Matriz, em verde na Avenida Progresso e em azul a Estação Férrea de Santa Maria. Fonte: Marchiori, Noal Filho, 1997. Modificado pelos autores.

de ser construída para conectar a área central à estação de trem, a *Gare*<sup>9</sup>, e o seu entorno passou a abrigar a mais variada sorte de serviços relacionados ao novo perfil da cidade, como restaurantes, hotéis, vendas em geral e moradias representativas.

O crescimento relacionado ao chamado ciclo ferroviário pelo qual Santa Maria passou estendeu-se com a consolidação da verticalização, da vida urbana e da prestação de serviços. E se até o primeiro quartel do século XX o eclético ainda vigorava com mais força nas perspectivas urbanas, as décadas que se seguem parecem encontrar um ideário de modernização através da expressão arquitetônica do *Art Déco*.

### **Art Déco: as linhas modernizantes percorrendo as edificações.**

O *Art Déco*<sup>10</sup> é um termo abrangente que, não inclui apenas a arquitetura, estende-se às artes decorativas de modo a destacar materiais suntuosos e objetos de extrema elegância. No Brasil, o número de exemplares arquitetônicos *Art Déco* foi superior ao *Art Nouveau*, conforme podemos observar por meio de estudos históricos. Um dos motivos da sua escolha era o número reduzido e simplificado de ornamentações geométricas, quando comparado com as curvas e motivos orgânicos do outro estilo, proporcionando uma redução no valor da construção. O *Art Nouveau* culminou como um estilo decorativo em um maior número de projetos de interiores, não alcançando tanta projeção ou reinterpretação nacional. Conforme Wolney Unes:

<sup>9</sup> A antiga estação de trem foi denominada de *Gare* no fim dos anos 1990 pelos pesquisadores arquitetos locais com intuito de aproximá-la das suas origens belgas. Anteriormente era chamada de apenas de estação.

<sup>10</sup> O *Art Déco* era considerado um estilo modernizante, geometrizado e facetado, que iniciou na França e permaneceu popular nos Estados Unidos, nas décadas de 1920 e 1930. Inicialmente com inspiração gótica no vocabulário decorativo dos arranha-céus, incorporou no seu desenvolvimento os relevos em zigue-zague e as formas aerodinâmicas ao seu repertório. Sua arquitetura só foi reconhecida como um estilo na década de 1960, permanecendo fora de diversas bibliografias anteriores, como por exemplo no “Teoria e Projeto na Primeira Era da Máquina” de autoria do Reyner Banham (FAZIO, 2011).

Apesar da importância histórica do “primeiro estilo verdadeiramente internacional,” (FUSCO, 1994), existe uma lacuna na historiografia desse movimento, notadamente no Brasil. Entretanto, Pietro Maria Bardi (1979) registra que no Brasil “há mais simpatia para o *art déco* que para o *art nouveau*” (UNES, 2001, p.27).

Quando comparamos o *Art Déco* com o Movimento Moderno, constatamos uma unidade estilística no primeiro, ou seja, poucas variações nos elementos e fácil identificação, e uma pluralidade no segundo, devido aos diversos caminhos trilhados pelos modernistas nacionais, mesmo que dentro das suas premissas existia a definição de um estilo internacional. Desse modo, podemos ainda identificar nas duas correntes os diálogos do estilo internacional com a cultura nacional, dilatando a definição como uma interpretação da realidade existente. Ao mesmo tempo, a modernidade cosmopolita do *Art Déco* se define como um estilo decorativista rivalizando com viés industrial, reproduzível, do Movimento Moderno (CONDE; ALMADA, 2000).

Na arquitetura brasileira, o estilo resgatou ornamentações geométricas históricas e geográficas, referências a elementos egípcios, zigurates babilônicos e heranças artísticas pré-colombianas, ainda valorizou a ancestralidade nacional, indígena e marajoara<sup>11</sup>. Diferente de outros países industrializados, que privilegiaram o uso do aço, do vidro, das cores fortes nos detalhes e da iluminação neon em suas fachadas e interiores, a versão brasileira, devido à escassez de materiais industriais e a impossibilidade, devido a guerra, de adquirir materiais importados, primou pelo desenho das formas.

Assim, se o *art déco* brasileiro não utilizou aço e demonstrou parcimônia no uso de cores fortes ou elementos de ferro fundido, por outro lado abusou do estuque, dos elementos decorativos em gesso e do contraste de cores. Em suma, o *art déco* nacional privilegiou o desenho em detrimento do material, cuja produção em escala incipiente e frágil indústria nacional apenas começava a arriscar (UNES, 2001, p.35).

No Rio Grande do Sul, a arquitetura *Art Déco* encontrou grande expressão devido aos arquitetos imigrantes de origem alemã com grande atuação não apenas em Porto Alegre como no interior do estado. A transição gaúcha para os estilos modernizantes foi muito mais um processo decorrente do isolamento econômico do que uma criação de uma escola própria. Consolidou-se como uma busca pela contenção de gastos e racionalização de recursos aliada a uma estética com menos ornamentos. Essa estética, em um primeiro momento, sofreu resistência da sociedade conservadora, mas a expansão de movimentos totalitários europeus que utilizaram deste estilo para exprimir monumentalidade, sem o requinte da ornamentação eclética historicista, tiveram um importante papel na construção do imaginário que viria a conformar o ideal de modernidade do estado (WEIMER, 1998).

A situação de prosperidade no estado consolidou-se com a implantação das ferrovias e a construção de estradas, e refletiu-se na produção da cidade. Este ambiente impulsionou uma nova realidade, uma nova arquitetura, e a elite cultural e econômica a utilizou como sua representação. Neste contexto, é importante considerar que uma visão

<sup>11</sup> Segundo Conde e Almada, um grupo de intelectuais brasileiros na busca de uma corrente nacionalista, desde o fim do século XIX, geraram inúmeras manifestações nos gêneros artísticos. “Na arquitetura, esse pensamento gerou duas linhas de desenvolvimento: o movimento neocolonial (...) e o estilo Marajoara, de inspiração indigenista, inventado por Edgar Vianna, que logo se identifica com a temática decorativista *Art Déco*, tornando-se uma variante desta (p. 15).

mais abrangente de modernidade<sup>12</sup> e dos, propriamente ditos, estilos arquitetônicos modernizantes, extrapolaram os limites da arquitetura Art Déco considerada padrão dentro desta pesquisa, neste período.

Dentro deste contexto de afirmação do poder do estado, podemos, ainda, destacar a Exposição do Centenário Farrroupilha, em 1935, no “Campo da Redenção”, em Porto Alegre. A mostra de relevância urbanística e arquitetônica conformou um cenário de prosperidade que refletia o vocabulário modernizante em plena expansão, com poucas exceções, a submissão a um espírito *Art Déco* comum.

Os traços da prosperidade e representações dos ideais modernizantes da arquitetura *Art Déco* atingiram então o interior do estado, não apenas nas edificações institucionais e governamentais, como também, na arquitetura residencial, desde os grandes casarões até as moradias mais humildes. Em Santa Maria, um conjunto significativo conformou-se na área central, que teve sua evolução sintetizada no início deste artigo, próximo à Estação Ferroviária, principal equipamento âncora, potencializador, responsável pelo primeiro grande ciclo econômico da cidade.

### **Modernizante e geometrizado: *Art Déco* em Santa Maria.**

Santa Maria, atualmente, possui um conjunto destacado de remanescentes *Art Déco*, muitos deles localizados na Avenida Rio Branco, então Avenida Progresso, e com predominância dos usos residencial, comercial e misto. A arquitetura no estilo *Art Déco* auxiliou na construção da imagem de modernidade, e aos poucos as construções ecléticas historicistas deixaram de ser as protagonistas e os estilos modernizantes encontraram seu lugar na paisagem urbana da área central, para depois irradiar aos demais bairros. Segundo Foletto (2008, p.139), as principais características destas edificações são o “aspecto moderno de sua construção, com estrutura de concreto armado, a conjugação de linhas retas e curvas, demarcação de sua entrada, o revestimento de granitina, tornando o prédio acinzentado”.<sup>13</sup>

O conjunto acinzentado começou a ser formar a partir da década de 1930 com a adoção destas novas formas geometrizadas que acabaram por se consolidar em Santa Maria na década de 1950, constituindo a verticalização da área central da cidade. Linhas retas e sacadas curvas demonstravam a reciprocidade com o estilo *Art Déco*, desde hotéis e pequenos edifícios, de três a quatro pavimentos, até residências modestas. As edificações destacavam-se alinhadas umas ao lado das outras, percorrendo a Rua do Acampamento até a Estação Ferroviária na “cabeceira” da Avenida Rio Branco. Assim sendo, desde o momento da implantação da ferrovia até meados da década de 1930, observou-se o desenvolvimento de serviços e infraestrutura urbana, a construção de uma cidade moderna e “adiantadíssima”, conforme Carricone, que complementa:

Santa Maria possui mais de 3000 prédios, alguns dos quais são de grande beleza arquitetônica; numerosas ruas, amplas e bem calcadas; magníficas avenidas; esplêndidos logradouros públicos;

<sup>12</sup> A modernidade aqui referida é aquela que transita por diversas correntes – o viés clássico simplificado, o *Art Déco*, o neocolonial, as ideias expressionistas e futuristas e inclusive o moderno de vertente corbusiana – sem uma oposição absoluta entre modernos e não modernos. Essa é uma visão compartilhada por alguns estudos recentes do universo arquitetônico e urbanístico que procuram contemplar esta questão de uma maneira mais abrangente e menos pontual, além dos limites daquela considerada a melhor performance da arquitetura moderna brasileira (CANEZ; CAIXETA; CARUCCIO; LIMA; MAGLIA; 2004, p.18).

<sup>13</sup> Os autores avaliam que, ao referir-se a granitina, na verdade a autora está citando o uso de reboco nas fachadas a base de mica, areia e cimento (conhecido também como Círex), que foi o principal revestimento aplicado nesse tipo de expressão.

alterosos edifícios onde funcionam bancos, associações, colégios e agremiações; notáveis igrejas; associações esportivas; cooperativas diversas; quartéis; inúmeros estabelecimentos comerciais e fabris; luxuosos cafés, cinemas, teatros e grandes hotéis; vultuoso trânsito de veículos diversos e intenso movimento ferroviário (CARRICONDE apud MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 214).

Muitos exemplares foram perdidos ou descaracterizados, porém a falta de incentivo nesta pequena área permitiu a manutenção, mesmo que precária, de muitas edificações. Vários pesquisadores locais consideram o seu acervo em sequência como um dos maiores existentes, porém esta pesquisa fez um recorte dos detalhes mais expressivos e restringiu, abstraiu, os olhares.

As características que se destacam ao analisarmos os exemplares santa-marienses orbitam entre composição, tratamento volumétrico e revestimentos, pois o estilo, de modo geral, não impactou na funcionalidade, nos acessos e tão pouco gerou plantas flexíveis das edificações do trecho em questão, sendo na maioria das vezes um reflexo decorativista externo, muito presente nas edificações das cidades médias e pequenas desta época. Estas edificações e suas fachadas são um reflexo da modernidade das grandes cidades, da idealizada “capital” Porto Alegre, do ideal.

A composição, de matriz clássica, inicialmente primava pela simetria e axialidade com o acesso principal no ponto central ou nas esquinas, conforme a sua implantação, porém nos últimos exemplares construídos percebemos algumas experimentações de assimetrias, principalmente em relação ao acesso, no caso seu deslocamento para a lateral.

No tratamento volumétrico, percebemos a predominância de cheios e vazios, assim como sacadas aerodinâmicas com ornamentos e guarda-corpos de inspiração naval. Volumes que destacam a entrada da edificação ou reforçam a base, indicando mudanças de planos suaves, tanto horizontais como verticais.

A abstração dos ornamentos, relevos horizontais e verticais, destacaram principalmente as sacadas, cimalthas e platibandas. Triângulos, zigue-zagues, círculos e outras figuras geométricas conformam o léxico das figuras utilizadas em baixo e alto relevo, pouco destacadas por cor, tornando os prédios monocromáticos. Frequentemente observa-se motivos marajoaras nas platibandas e frisos em geral.

Já no quesito revestimento, ocorreu um uso intensivo de pó-de-pedra (mica ou granitina) nas fachadas e granilites mescladas com pedras nos pisos e soleiras, principalmente nos interiores. O uso da mica caracterizou o conjunto denotando um aspecto acinzentado, atualmente considerado sombrio e atrelado a sujeira, fazendo com que os proprietários descaracterizem, muitas vezes, o revestimento que se encontra em excelente estado de conservação. As esquadrias, embora apresentem alguns detalhes em ferro, ainda carregam, na maioria, desenhos tradicionais em madeira acompanhados de elementos geometrizados. Estes exemplares, embora singelos, sem grande ostentação, formam o conjunto linear *Art Déco* da área central de Santa Maria, que permite um pequeno roteiro com elementos que se mesclam e parecem trocar de lugar, elementos de recorrência e mutação, elementos que formam linhas, e que finalmente formam um atlas de memórias.

## Mapeando Memórias... linhas e zigue-zagues

No dia 13 de janeiro de 2021, em plena pandemia de Covid-19, um grupo de acadêmicos do grupo de pesquisa e extensão Mapeando Memórias percorreu um pequeno percurso em zigue-zague pela Avenida Rio Branco, um roteiro de treze edificações *Art Déco*. Foram elas: Palácio da Justiça (1944), Edifício Cauduro (antigo Hotel Jantzen, de 1941), Edifício Mauá (1950), Edifício Francismari (1943), Residência Carmem Bicca (1938), Edifício Emérita (1950), Edifício Ibirapuitan (década de 1950), Edifício Santa Maria (1967), Edifício Dr. Eduardo de Moraes (década de 1950), Edifício de Raimundo Cauduro (1961), Edifício Correio do Povo (década de 1960), Edifício Difusão Eletrônica (década de 1960) e Edifício Mabi (1957).

Alguns meses antes, o grupo iniciou os seus encontros virtuais e com ajuda de bibliografia e conhecimentos prévios de vivência da área elencou as treze edificações, porém neste contexto de pandemia uma dúvida permanecia: Será que este pequeno roteiro realmente expressa o conjunto *Art Déco* de Santa Maria?

O principal objetivo do Mapeando Memórias é organizar ações de educação patrimonial, por meio do projeto interpretativo proposto para área. Este projeto está sendo construído nas caminhadas denominadas Giro Histórico com acadêmicos, comunidade e alunos das escolas municipais<sup>14</sup>. A partir destas ações pretendesse conceber uma relação de pertencimento antes da implantação da sinalização, assim como desenvolver o resgate destas edificações. A área escolhida destaca a implantação da ferrovia como elemento potencializador e de inclusão da sociedade, pois a participação dos diversos funcionários que construíram a ferrovia soma-se ao percorrido das edificações, construindo um panorama múltiplo material e imaterial.

Conforme Albano e Murta (2002), o interpretativo pretende realizar o equilíbrio entre a preservação e a hospitalidade, pois ele é mais que um projeto de sinalização e busca a integridade do lugar por meio do conhecimento e da sua decorrente sociabilidade. Caracteriza-se como uma estratégia do planejamento sustentável denominada de planejamento interpretativo, onde este deve contar com a participação da comunidade para obter êxito e evitar a gentrificação.

Contudo, somente o comprometimento da comunidade local, apoiada pelo poder público, no planejamento interpretativo, possibilitará que os moradores e usuários participem dos resultados. Desta maneira, a interpretação pode se tornar um poderoso aliado do desenvolvimento local sustentável, pois

(...) uma comunidade que não conhece a si mesma dificilmente poderá comunicar a importância de seu patrimônio, seja na interação com os visitantes, seja na sensibilização das operadoras. (...) A prática interpretativa deve levar os moradores a (re)descobrir novas formas de olhar e apreciar seu lugar, de formas a desenvolver entre eles atitudes preservacionistas (ALBANO; MURTA, 2002, p.11).

<sup>14</sup> Vários passeios do Giro Histórico foram realizados com acadêmicos e comunidade, mas em dezembro de 2021 foi organizada a primeira ação com a Escola Municipal Diácono Pozzobon, por meio de convênio com a Secretaria de Educação. Na ocasião as questões a seguir foram desenvolvidas com os alunos do EJA, 8º e 9º anos: O que é patrimônio para você? Você conhece a história ferroviária da nossa cidade? Quais destes edifícios você conhece? No segundo semestre de 2022, faremos a segunda ação na escola municipal e novamente o patrimônio remanescente, eclético, *art déco* e do movimento moderno, será abordado de modo a construir o pertencimento e fortalecer a identidade ferroviária.

Neste sentido, a seleção da memória e a sua preservação ultrapassam o limite do edificado e se aproximam das questões referentes à memória cultural, aos espaços de recordação que possuem um poder de vínculo com a comunidade. Ao admitirmos a ligação, muitas vezes indissociável, entre memória e espaço precisamos refletir, também, sobre o esquecimento e o poder que tem o arquiteto sobre ele, sobre a edificação que será objeto do projeto. Assim, aproximamos as questões referentes à preservação do patrimônio edificado ao pensamento de Assmann:

Por um lado, espaços de recordação surgem por meio de uma iluminação parcial do passado, do modo como um indivíduo ou um grupo precisam dele para a construção de sentido, para a fundação de sua identidade, para a orientação de sua vida, para a motivação de suas ações. (...) O que se seleciona para a recordação sempre está delineado por contornos do esquecimento. O recordar que enfoca e concentra implica esquecimento (ASSMANN, 2011, p.437).

O recordar para o nosso grupo é uma construção da diversidade do local, da diversidade da comunidade, da aproximação do seu cotidiano com o patrimônio edificado. A preservação irá surgir da identificação, da troca de experiências de rememoração dos espaços, pois todas as memórias são importantes. Conforme reforça Soares:

É importante demonstrar que a diversidade deve ser valorizada e resguardada, porque é a partir do diferente que se estabelecem as identidades dos povos e dos indivíduos. A melhor forma de conservar a memória é lembrá-la. A melhor forma de contar a história é pensá-la. A melhor forma de assegurar a identidade é mantê-la. Tudo isso se faz através da educação, e educar para a preservação, conservação e valorização cultural é denominado de Educação Patrimonial (SOARES, 2003, p.25).

A metodologia do grupo para promover educação patrimonial consiste na pesquisa bibliográfica e documental, seguida de passeios Giro históricos e registros com os acadêmicos e a comunidade. A partir destes registros, visuais e orais, são construídas novas ações, demonstrando uma reconstrução das percepções do território e a elaboração de um mosaico que inclui diversas memórias, diversos sujeitos, conforme vamos ampliando a divulgação dos roteiros. Na ocasião da visita de janeiro de 2021, foram registrados os detalhes das edificações, assim permitindo a construção de um quadro de referência-collage que serviu de base para a elaboração de um atlas de memórias arquitetônicas, um pequeno registro de elementos que circulam na formação da imagem deste conjunto. Uma *collage*<sup>15</sup> como representação da essência deste estilo, mas não como fixação de significados e sim como uma possibilidade de desdobramentos dos mesmos.

Iniciamos o percurso na Praça Saldanha Marinho pelo edifício do antigo Palácio da Justiça, inaugurado em 1944, e que se caracteriza pelo uso de linhas retas e curvas em sua composição, destacando as colunas, presença marcante na fachada, promovendo

<sup>15</sup> Este artigo utiliza o termo *collage* como o lugar do encontro que proporciona a construção de outras histórias, diferente do contexto original da imagem. A *collage* aqui questiona o mundo de modo não muito duradouro, constituindo-se em um desvio, em um deslocamento. Nele aproximamos a arquitetura da *collage*, como uma forma de reflexão e modificação. Conforme Fuão (1992, p. 105), "Toda a *collage* é lugar de encontros das figuras que vagam em um mar de imagens técnicas, é ela quem coloca alívio na riqueza dos encontros fortuitos ou deliberados, muito mais que as leis dos encontros linguísticos ou retóricos".



Figura 3 - Palácio da Justiça, 1944, Santa Maria, RS. Fonte: Diário de Santa Maria, 2020, e Manuela Kelling, 2020, respectivamente. Figura 4 - Edifício Cauduro, 1941, Santa Maria, RS. Fonte: Manuela Kelling, 2020.

monumentalidade da edificação. Possui, ainda, janelas de madeira e uma pequena sacada sobre a entrada principal localizada na Praça Saldanha Marinho, não apenas indicando o acesso, mas reforçando uma simetria no edifício. Destaca-se, também a platibanda, que contém, com letreiro do estilo *Art Déco*, a inscrição “*Summum jus, summa iniuria*” (extrema justiça, extrema injustiça) (FOLETTTO, 2009).

Após, ingressamos na antiga Avenida “Progresso” e já na sua cabeceira encontramos o Edifício Cauduro, imponente exemplar em mica acinzentada e ainda brilhante, que teve sua construção iniciada em 1939 e, em 1941, foi efetivamente inaugurado como o Hotel Jantzen. Construído em concreto armado, a edificação se caracteriza por seu revestimento, denotando além da aparência acinzentada, os detalhes de frisos geométricos em relevo na fachada, reentrâncias e saliências, arredondamento da esquina, outros relevos verticais, o esmero no desenho da porta principal de acesso e sua platibanda escalonada.

É uma edificação que ainda hoje se impõe na paisagem de Santa Maria, apesar da degradação e da ocupação parcial. O prédio se estende entre as duas ruas, tem sua fachada principal voltada para a Avenida Rio Branco, e é composto por seis andares, dos quais o térreo comporta salas comerciais e, os demais, quartos amplos. Cada andar possuía seis banheiros coletivos. Possuía também dois elevadores, o que era um luxo para a época, e um restaurante no quinto andar, que foi cenário de diversos encontros políticos (FOLETTTO, 2009, p. 142).

Percorremos duas quadras da avenida e avistamos o Edifício Mauá, construído entre 1945 e 1950, foi considerado o “primeiro edifício realmente em altura da cidade” (SCHLEE, 2001, p.169). Construído com as novas técnicas construtivas da época, aliadas ao uso do concreto armado, o Edifício Mauá apresenta diversos elementos do *Art Déco*, dentre eles, destacam-se a platibanda que contorna o terraço, a pérgola de

concreto que reproduz o contorno da edificação, o rendilhado geométrico presente nas sacadas, o uso de linhas retas e curvas, colunas de mármore, janelas de guilhotina em madeira, bem como a fachada em curva. (FOLETTTO, 2009).

Este edifício representa uma modernidade ambígua, encontra-se como um exemplar modernizante que oscila entre o *Art Déco* e o Modernismo em Santa Maria. Em um dos importantes textos sobre o modernismo, lá está ele como exemplo de obras fundamentais para compreender o modernismo. “A esquina recebeu tratamento curvo. A simetria foi recomposta pela “malha”. O pergolado fornece o acabamento necessário. A matriz é acadêmica, a linguagem busca do refinamento” (SCHLEE, 2001, p.169).

A partir do Edifício Francismari um trecho repleto de outros exemplares surge, agora com mais intensidade. Esta edificação, também conhecido como o Prédio da Casa Feliz, se tornou referência por abrigar a Lotérica da Casa Feliz, cujo nome acabou associado ao edifício. O prédio, construído em 1943, possui três pavimentos e um subsolo, o que era incomum para a época. São notáveis no edifício a predominância de cheios sobre vazios, volumes e ornamentos geometrizados e simplificados, o aspecto aerodinâmico da fachada, as estruturas em concreto armado e o revestimento em pó-de-pedra (mica) (FOLETTTO, 2009).

Construída com fachada na altura da calçada, a edificação está em bom estado de conservação e não sofreu alterações que mudassem a sua aparência. No corredor de entrada ainda estão presentes os ladrilhos hidráulicos originais. É notável na sua platibanda os elementos geométricos decorativos, os frisos sobre as janelas de madeira e os detalhes ornamentais geometrizados (FOLETTTO, 2009, p. 156).

Figura 5 - Edifício Mauá, 1950, Santa Maria, RS. Fonte: Manuela Kelling, 2020. Figura 6 - Edifício Francismari, 1943, Santa Maria, RS. Fonte: Manuela Kelling, 2020.



Figura 7 - Residência Carmen Bicca, 1938, Santa Maria, RS. Fonte: Manuela Kelling, 2020. Figura 8 - Edifício Emérita, 1950, Santa Maria, RS. Fonte: Manuela Kelling, 2020.

A residência Carmen Bicca, na mesma avenida, começou a ser construída em 1935 e sua finalização ocorreu em 1938, para fins de moradia. Ao longo de sua história, seus dois pavimentos acabaram sendo divididos e, por conseguinte, construiu-se uma escada que permite acesso ao pavimento superior, no fundo do lote. O prédio possui ornamentação no estilo *Art Déco*, em suma pela modenatura, os frisos, tanto verticais quanto os horizontais presentes em toda fachada frontal, e especialmente na platibanda. Nesta edificação, um elemento inédito surge na ornamentação que envolve as laterais das janelas em mica, o *bouquet* floral. Nenhum dos outros exemplares possui este detalhe, nem mesmo mais estilizado.

A conexão com o período *Art Déco* em Santa Maria fica evidente por meio da tecnologia construtiva empregada no revestimento das fachadas frontal e lateral do edifício, com reboco de mica. A quadra onde a construção está inserida possui um conjunto de outros edifícios semelhantes em ornamentação com o Carmen Bicca, reforçando seu valor como parte de um conjunto histórico.

Construído na década de 1950, o edifício Emérita possui diversos elementos característicos de *Art Déco*, na sua fachada percebe-se a sacada curva na esquina decorada com elementos geométricos *zigue-zague* e letreiro em alto relevo, indicando o seu nome. Também, na diferença entre as platibandas que compõe o coroamento, na esquina, nota-se a horizontalidade, e nas demais, a verticalidade, que conferem um aspecto ascensional. Uma composição simétrica é encontrada em um volume semi-embutido na lateral do edifício, na qual ocorre uma demarcação da escadaria do acesso.

Continuando o zigue-zague do percurso, encontramos o Edifício Ibirapuitan, na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua Daudt. Esta edificação de quatro pavimentos, cuja fachada principal se volta de forma simétrica para o logradouro principal, tem seu acesso principal recuado e protegido por uma marquise. Esse elemento horizontal

divide a composição em base, corpo e coroamento, com a presença de frisos em baixo e alto relevo. Esta característica do estilo, conjuntamente com os cheios e vazios, com as aberturas da circulação vertical, com as sacadas em curva localizadas na esquina e os frisos e ornamentações lineares, denotam um aspecto aerodinâmico à edificação. Atravessando a rua, surge o edifício Santa Maria, com a composição tripartida (base – corpo – coroamento), se destaca devido ao escalonamento que acentua a simetria percebida na esquina. Balcões arredondados e em balanço possuem aplicação de elementos geométricos vazados. O edifício também dispõe de frisos horizontais que destacam a volumetria curva da esquina. Novamente o acesso ocorre pela antiga Avenida Progresso.

O Edifício Dr. Eduardo de Moraes, construído antes da década de 1960 em concreto armado, também possui uma clara composição tripartida em base, corpo e coroamento escalonado. O edifício também apresenta em sua fachada os elementos do estilo *Art Déco*, dentre eles, a platibanda em forma aerodinâmica, geometrismo, linhas verticais, sacadas, janelas de madeira, escadaria com vitrais, revestimento de mica e letreiro na fachada característico do estilo, como observado na figura 11. (FOLETTTO, 2009).

A edificação de quatro pavimentos de propriedade de Raimundo Cauduro também foi construída na década de 1960. São identificados diversos elementos característicos do *Art Déco* Marajoara na edificação, além da simetria central bilateral, que é marcada por dois acessos, acabamento curvo das sacadas, estrutura tripartida entre base, corpo e coroamento, platibanda escalonada com aplicação de traçado geométrico e elementos zigue-zague. Dentro do nosso percurso, este é o único exemplar que apresenta a influência Marajoara, referência com poucos exemplares na cidade, podendo assim expressar no recorte o universo local.

O conhecido Edifício Correio do Povo, que abrigou a sede do jornal, se encontra no extremo norte da Avenida Rio Branco, próximo ao fim do nosso percurso, aparentemente

Figura 9 - Edifício Ibirapuitan, década de 1950, Santa Maria, RS. Fonte: Manuela Kelling, 2020. Figura 10 - Edifício Santa Maria, 1967, Santa Maria, RS. Fonte: Manuela Kelling, 2020.



Figura 11 - Edifício Dr. Eduardo de Moraes, década de 1950, Santa Maria, RS. Fonte: Manuela Kelling, 2020. Figura 12 - Edifício Propriedade de Raimundo Cauduro, 1961, Santa Maria, RS. Fonte: Manuela Kelling, 2020.

faz parte de um conjunto de três edifícios geminados, que atualmente se encontram em estado de descaracterização. Em registro fotográfico do final da década de 1960, já se percebe a existência da construção do conjunto que é atribuída ao Engenheiro Bollick. É uma edificação mista, com 3 pavimentos, e que apresenta, em sua composição formal, vários elementos *Art Déco*, como as janelas e ornamentos retos da platibanda nas laterais.

Esta edificação possui uma composição com intenção tripartida, base, corpo e coroamento, ainda que o resultado pareça não ter alcançado as expectativas do arquiteto. Outra característica é a composição de cheios e vazios nos pavimentos superiores, acentuada pelas adições e subtrações que compõe as sacadas e platibandas. Além disso, a curvatura da sacada acompanhada por barras de ferro e o escalonamento de planos e volumes também merecem um ponto de destaque.

A edificação da antiga Eletrônica Difusão possui registros fotográficos desde 1960, porém permanece sem data exata da sua construção nos registros históricos locais. Faz parte do conjunto anteriormente citado do Edifício Correio do Povo, e passou por reformas de ampliação em 1979. Atualmente, é composta por três pavimentos de uso misto, o que reflete a tradição da maioria dos edifícios pertencentes à Avenida Rio Branco. O estilo *Art Déco* é identificado na edificação por meio da sua ornamentação geométrica e faz conjunto com as edificações laterais. As curvas da sacada ganham grande destaque juntamente com seus corrimãos de ferro. Percebe-se também a valorização do acesso, a contenção decorativa e o escalonamento de planos e volumes. A edificação se apresenta em mau estado de conservação, resultado da falta de manutenção e danos causados pelo tempo.

O edifício Mabi também situa-se no extremo norte da Avenida Rio Branco, nas proximidades da estação férrea. Construído em 1957, é composto por três pavimentos, sendo o térreo comercial e os outros dois residenciais. É considerado por Schlee (2001, p.132 *apud* KÜMMEL, 2013, p.129) como "talvez o edifício que soma o maior número de características do *Art Déco* na cidade". As paredes externas são revestidas com mica, e as esquadrias na fachada principal da parte comercial são mistas, de madeira e metálicas. As esquadrias originais de madeira são mantidas nos demais pavimentos, sem bandeira e com verga reta em formato linear. O edifício possui diversos elementos característicos do *Art Déco*, tal como balcões, marquises, planos sobrepostos, volumes ritmados, valorização dos acessos, pilares e frisos verticais. Além desses, percebe-se a platibanda escalonada com aplicação de frisos horizontais, sacadas arredondas em balanço, que remetem ao aero dinamismo e simetria bilateral.

Ao finalizarmos a caminhada, nas proximidades da estação ferroviária, as linhas e elementos do percurso *Art Déco* confirmaram os remanescentes selecionados e, mesmo observando diferença na conservação das edificações, o conjunto consegue expressar o momento histórico, passado, presente e futuro, observado nos livros e discutido pela câmera e tela do computador.

Figura 13 - Edifício Correio do Povo, década de 1960, Santa Maria, RS. Fonte: Manuela Kelling, 2020. Figura 14 - Edifício Difusão Eletrônica, década de 1960, Santa Maria, RS. Fonte: Manuela Kelling, 2020.



### O roteiro dos remanescentes e seus fantasmas

Quando Warburg gerou o seu Atlas Mnemosyne<sup>16</sup>, extenso e ao mesmo tempo inacabado, criou uma multiplicidade de conexões e experiências próprias, dentro de um sistema que relaciona a memória na montagem e na desmontagem, de imagens e que gera a cada olhar uma nova possibilidade, um novo tema, que podemos ver transpassando os projetos. A essência do método de Warburg é a incompletude, pois caso contrário, se fosse finalizado, perderia seu sentido mais original, ou seja, a memória organizada em torno da noção operatória do intervalo, o conhecimento a partir das montagens associativas do Atlas Mnemosyne. Nele há a capacidade de reintroduzir as diferenças entre os objetos a partir da ausência de cronologia, transformando esta leitura em uma cultura da sobrevivência das ações sobre as obras de arte (DIDI-HUBERMAN, 2013).

Warburg havia compreendido que devia renunciar a fixar as imagens, assim como um filósofo precisa saber renunciar a fixar suas opiniões. O pensamento é uma questão de plasticidade, de mobilidade, de metamorfose. Por isso tornou-se necessário renunciar e mesmo a colar as impressões fotográficas em pranchas de papelão - como Saxl voltaria a fazer, mais tarde, em outras exposições do instituto londrino. O simples protocolo técnico dos pequenos prendedores, que permitia deixar às imagens com sua mobilidade e nunca terminar o 'jogo', constitui uma refutação de qualquer síntese, de qualquer estado definitivo. Note-se que, mais uma vez, a fotografia permitia, simultaneamente, que o sujeito rememorasse cada versão sem se deter nela em definitivo. O atlas Mnemosyne tem um valor de 'projeto', sem dúvida. Mas é um projeto aberto. O que ele 'desmonta ad oculos' não tem a forma de um silogismo clássico: ele não reduz à 'unidade' de uma função lógica [...] um trabalho para 'abrir a função' memorativa própria das imagens da cultura ocidental" (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 389).

As imagens agrupadas, acumuladas, de modo caótico ou organizadas lado a lado, permitiram em seu Atlas desdobramentos no sentido temporal, cultural, acarretando mudanças estéticas, ao mesmo tempo que muda temáticas e períodos da história da

16 O Atlas é um conjunto de grandes painéis em que Warburg "não" fixava as imagens, e que nele eram organizadas composições heterogêneas, frequentemente montadas e remontadas nas palestras por ele proferidas. São painéis de madeira cobertos de preto, de aproximadamente 2m por 1,5m. Neles várias imagens, como por exemplo, fotografias de obras de artes, desenhos, esquemas, recortes de revistas e jornais da época, eram agrupadas como forma de pensar a história da arte (DIDI-HUBERMAN, 2013).



arte. O atlas torna-se por assim dizer um caleidoscópio, no momento em que não fixa estas imagens, e permite sua mobilidade. A permanência no outro, a sobrevivência da memória é o que reside na marca do tempo, pois mesmo não sendo o que sobrevive, ela continua sua ação em outra obra, cabe ao historiador observá-las e adaptá-la do "horizontal" para a "vertical- paradigmática- do tempo" (DIDI-HUBERMAN, 2013).

Segundo Warburg, o conhecimento das imagens foi construído por meio de movimentos migratórios e neles o processo de revelar e velar, a verdade por trás delas, compreende em um diagnóstico capaz de deslocar significados para curar as contradições, o antigo e o novo dispostos lado a lado formando uma energia vital, uma memória viva.

A partir da noção da montagem, disposição e exposição, foram construídas as interpretações dos detalhes apreendidos no ensaio fotográfico das treze edificações Art Déco, formando um painel *collage*<sup>17</sup>, que pode ser desmontado e remontado, primeiramente seguindo a ordem do percurso (Figura 16).

Após, foram agrupados por décadas (Figura 17) e, ao analisar, conseguimos ver nos primeiros anos uma filiação forte à imagem geométrica verticalizante como, por exemplo, o Hotel Jantzen e uma aproximação com elementos florais do estilo anterior eclético, ou seja, a transição e primeira assimilação dos elementos. Na década de 1950, já podemos ver a adoção de novos elementos, como as sacadas curvas, a consolidação de uma tipografia mais homogênea. Já nos últimos exemplares, temos o Marajoara que acaba influenciando alguns outros exemplares fora desta área e uma simplificação nas edificações.

O painel final contém a *collage* final com os detalhes presentes nas edificações (Figura 18), pequenos desenhos que passam deste roteiro para outras edificações da cidade, um zigue-zague de linhas, triângulos e círculos, um zigue-zague de formas vivas na memória acinzentada da pequena cidade na boca do monte.

As linhas horizontais e verticais vão percorrendo perpendiculares ao percurso, se transformando em símbolos, coroando, florescendo, escrevendo nas fachadas e

17 Sobre os encontros das figuras e os múltiplos significados da *collage*, do momento que antecede a cola, Fuão afirma: "Registro transitório de estranhas coincidências que se configuram em nosso imaginário. Momento passageiro e em contínua transformação um olhar que se despeja sobre as imagens, objetos e seres, detectando entre eles toda a sorte de analogias poéticas, com a intenção de provocar um encontro. É como acariciar a pele da fotografia, da imagem, com a visão e, logo, observar que ela se incha, respira, toma vida" (FUÃO, 2001, p.51).



construindo uma imagem da persistência da memória. Trata-se de um jogo de linhas de tempos próximos e distantes, de uma *collage* das forças do passado que permanecem nos detalhes. É a montagem como forma de pensamento. Ela fará parte do material gráfico final dos roteiros e auxiliará na construção das linhas remanescentes que contam a história do centro de Santa Maria.

### Considerações Finais

O *Art Déco* configura um importante acervo arquitetônico na área central santamariense, atualmente desprotegida pelo poder público e desvalorizada pela população e pelos seus proprietários. O conjunto ali formado com outras edificações, ecléticas, modernistas e contemporâneas, precisa fomentar ações de salvaguarda não apenas materiais como também relacionadas a memória. Para tanto, o grupo Mapeando Memórias realiza um trabalho de resgate e aumento da autoestima dos moradores e futuros visitantes do local que consiste em caminhadas educativas e atividades de promoção dos objetos da memória urbana local.

Neste artigo foram apresentadas as treze edificações selecionadas para o pequeno roteiro realizado na antiga Avenida Progresso. Após a elaboração do roteiro preliminar, foi possível confirmar a escolha destes remanescentes que serão pontuados no percurso inicial do Projeto Interpretativo que está sendo elaborado pelo grupo de pesquisa. Este percurso representa o resgate da memória local vinculada ao desejo de modernidade da imagem *Art Déco* na cidade de Santa Maria, e tem como objetivo a educação patrimonial na amplitude do seu termo.

A partir das imagens do passeio o grupo elaborou a *collage* de detalhes do percurso, metodologia que não almeja a unidade e sim um mosaico de formas de diferentes tempos, que faz emergir novos significados, segredos escondidos que o olhar procura. Esses registros e materiais fizeram parte da descoberta de linhas, visíveis e imaginárias, que auxiliaram na confirmação do roteiro *Art Déco* e ajudarão nas próximas etapas de elaboração de novos roteiros, com descrições ampliadas das características arquitetônicas das edificações com suas placas guias, assim como totens informativos gerais componentes da proposta. Portanto, somado ao projeto interpretativo, a educação patrimonial permitirá reforçar esta união e propiciará, ainda, a continuidade da preservação por meio do sentimento de pertencimento, em um momento em que as questões relativas à valoração do tombamento ainda estão distantes dos interesses da sociedade. Torna-se possível, assim, a implantação efetiva e, conseqüentemente, evita-se a rejeição na futura ocasião da sua inserção e manutenção.

Figura 17 - Collage com as imagens agrupadas por décadas. Fonte: Anelis Rolão Flores, 2021..



A educação patrimonial é uma ferramenta que possibilita o desenvolvimento da cidadania e da transformação social. Ela desempenha a função condutora na construção do conhecimento, capaz de permitir um papel ativo dos cidadãos, instigando a capacidade de leitura, interpretação e questionamento dos espaços patrimoniais de memória, podendo ultrapassar o patrimônio e alcançar esferas sociais e políticas. Pode assim influenciar na consolidação de um cidadão consciente e participativo na construção do patrimônio, e numa esfera mais ampla, na construção de nossa cidade e sociedade. Afinal, para compreender a história precisamos percorrer as sobrevivências de vários tempos, uma cronologia heterogênea que não almeja a síntese e sim compreender a complexidade do espaço. Na linha e na trama surge a educação patrimonial como uma das ações que pode atuar como prática transformadora baseada na memória e cidadania, uma ação mais ampla e duradora, contudo só poderá ser construída em longo prazo. Por meio dela, conseguiremos manter os símbolos que representam Santa Maria ao invés de apoiar a salvaguarda apenas na elaboração de decretos e leis.

### Referências

- ALBANO, C.; MURTA, S. (orgs). *Interpretação do patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte, Editora da UFMG; Território Brasilis, 2002.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformação da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BELEM, João. *História do Município de Santa Maria – 1797/1933*. 3 ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.
- BELTRÃO, Romeu. *Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho*. Volume I (1787-1930). Santa Maria: Editora Pallotti, 1958.
- CANEZ, Ana Paula; CAIXETA, Eline Maria; Margot Ines, CARUCCIO; LIMA, Raquel Rodrigues; MAGLIA, Viviane Villas Boas. *Acervos Azevedo Moura & Gertum e João Alberto: imagem e construção da modernidade em Porto Alegre*. Porto Alegre: UniRitter, 2004.
- CONDE, Luiz Paulo Fernandez; ALMADA, Mauro. *Panorama do Art Déco na arquitetura e no urbanismo do Rio de Janeiro*. In: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Guia da arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000

Figura 18 - Collage "agrupando" os detalhes presentes nas edificações. Fonte: Anelis Rolão Flores, 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente - História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

FAZIO, Michael. *A história da arquitetura mundial*. Porto Alegre: AMGH, 2011.

FOLETTI, Vani (org.). *Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria*. Santa Maria: Pallotti, 2008.

FUÃO, Fernando. *A collage como trajetória amorosa*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

FUÃO, Fernando. *Arquitectura como Collage. Tese (Doutorado). Universitat Politècnica de Catalunya. Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona: Departament de Projectes Arquitectònics, UPC, Barcelona, 1992.*

KÜMMEL, Márcia Barroso. *Estudo sobre o Art Déco em Santa Maria/RS: o caso da Avenida Rio Branco e seu patrimônio edificado*. 2013. Dissertação (Mestrado) UFSM. Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural.

MARCHIORI, J.N., NOAL FILHO, V.A. (orgs). *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*. 2 ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

SCHLEE, Andrey. *Obras fundamentais da arquitetura moderna de Santa Maria*. In: Caderno de Arquitetura Ritter dos Reis, V.3, Jun. De 2001. Porto Alegre: Editora Ritter dos Reis, 2001. p.163 - 172.

SOARES, A. L. R. *Educação Patrimonial: valorização da memória, construção de cidadania, formação da identidade cultural e desenvolvimento regional*. In: SOARES, A. L. R. (org.); MACHADO A. da S.; HAIGERT C. G. e POSSEL V. R. *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: UFSM, 2003. p.15-32.

UNES, Wolney. *Identidade Art Déco de Goiânia*. Ateliê Editorial, 2001.

WEIMER, Günter. *Arquitetura Modernista em Porto Alegre entre 1930 e 1945*. Porto Alegre, UE/Porto Alegre, 1998.

# A EXPERIÊNCIA DO LUGAR

## O turismo em Ametista do Sul/RS e Iraí/RS

*THE EXPERIENCE OF THE PLACE*  
*The tourism in Ametista do Sul/RS and Iraí/RS*

**Sabrina Candaten<sup>1</sup>,**  
**Rachel Coutinho Marques da Silva<sup>2</sup> e**  
**Marcelo Motta de Freitas<sup>3</sup>**

### Resumo

Este artigo aborda como temática, a experiência do lugar associada ao planejamento urbano e turístico, buscando uma maior conservação das características dos lugares frente aos processos de globalização. O objetivo é evidenciar a importância da valorização das características identitárias, relacionais, históricas e culturais do lugar na experiência dos indivíduos. Os estudos de caso adotados são Ametista do Sul (RS) e Iraí (RS), pequenas cidades caracterizadas por valores identitários, pedras preciosas e fontes de água mineral termal, porém, suscetíveis a se tornarem não-lugares, devido à falta de planejamento urbano e turístico. A metodologia é baseada nos conceitos de turismo, lugar e experiência, aliados a análises qualitativas, por meio de pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas. Os resultados obtidos evidenciam a importância do valor do lugar na experiência turística e a relevância de um planejamento urbano e turístico associado a conservação ambiental dos lugares.

Palavras-chave: experiência do lugar, Ametista do Sul (RS), Iraí (RS), planejamento urbano e turístico.

### Abstract

*This article addresses how theme the experience of the place associated with the urban and touristic planning, in order to achieve a greater conservation of the characteristics of the places in the face of globalization processes. The objective is to highlight the appreciation importance of the identity, relational, historical and cultural characteristics of the place in the experience of individuals. The case studies, Ametista do Sul (RS) and Iraí (RS) are adopted, small cities characterized by identitarians values, precious stones and mineral thermal water sources, however, susceptibles to becoming non-places, due to lack of urban and touristic planning. The methodology is based in the concepts of tourism, place and experience, combined with qualitative analysis, by means of field research and semi-structured interviews. The obtained results highlight the importance of the place value in the tourist experience and the relevance of urban and touristic planning associate with environmental conservation of places.*

*Keywords: experience of the place, Ametista do Sul (RS), Iraí (RS), urban and touristic planning.*

1 Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PUC-Rio), Mestra em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PUC-Rio/2022), e Arquiteta e Urbanista (URI-FW/2019).

2 Ph.D., Departamento de Planejamento Urbano e Regional (Universidade Cornell/1988), Mestre em Planejamento Regional, Departamento de Planejamento Urbano e Regional (Universidade Cornell/1984), e Arquiteta, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFRJ/1977).

3 Pós-Doc. em Geologia pelo Programa de Pós-Graduação em Análise de Bacias e Faixas Móveis (UERJ/2019), Ph.D. em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFRJ/2003), Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFRJ/1998) e Geógrafo (PUC-Rio/1993).

### Introdução

O conceito de lugar possui uma gama de significados e definições. No âmbito profissional, se atribui a um cargo ou função, na geografia, se refere ao espaço cuja relação é permeada pelo afeto, pela existência, associando-se na arquitetura, ao habitar humano. Desta forma, trata-se de um conceito amplo, mas quando observado com uma visão fenomenológica, é possível perceber que esta noção traz consigo um enorme valor, caracterizado por identidade, história, cultura, memória e relações afetivas (TUAN, 2018).

A identidade de um lugar é formada por meio de três componentes: ambiente físico, atividades e significados (RELPH, 1976). No entanto, observa-se que em muitos territórios, o fenômeno da globalização sobre as cidades, principalmente no que se referem os processos da rápida urbanização, consumo e turismo de massa, contribuíram para uma padronização da imagem, dos objetos e dos desejos, impactando o ambiente físico, as atividades econômicas e os significados dos lugares. Alguns autores atribuem a descaracterização dos aspectos que designam os valores dos lugares aos processos de globalização econômica, afetando inclusive os bens naturais, transformando lugares em não-lugares (AUGÉ, 1994). Nas palavras do autor: “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar” (AUGÉ, 1994, p. 73).

Segundo Tuan (2018, p. 8), “as cidades são lugares e centro de significado por excelência”, isso porque “(...) apenas pessoas podem gerar significado, e pessoas (...) são encontradas, sobretudo, em cidades” (TUAN, 2018, p. 8). No entanto, alguns autores apontam que o crescimento urbano desordenado e sem planejamento, associado à pasteurização dos ambientes construídos pelo mercado imobiliário global, vêm descaracterizando várias cidades, que ao perderem seu patrimônio histórico, construído e natural, transformam-se em não-lugares. A destruição do patrimônio ambiental das cidades afetam a identidade local, e fazem com que seus habitantes percam o elo afetivo de ligação com o lugar. O conceito de *Topofilia* de Tuan (1980) trata justamente dos processos de transformação dos elos afetivos dos indivíduos com os lugares e das necessidades das pessoas de buscarem recuperar esse elo perdido.

No contexto da noção de *Topofilia* insere-se então o turismo que busca, muitas vezes, um contato maior entre o indivíduo e o lugar. Porém, a atividade turística também foi impactada pelo processo de pasteurização dos lugares. Com isso, muitos destinos começaram a padronizar suas atividades e serviços, desconsiderando as características identitárias de cada lugar, como a cultura, a história, as relações e as paisagens naturais com suas propriedades biológicas e geológicas. Assim, além do turismo *pastiche*<sup>4</sup> (reproduzido), muitos lugares são afetados pelo turismo em massa, fatores que os descaracterizam e ocasionam um turismo predatório.

Como destacado anteriormente, as cidades e seus destinos turísticos são constituídos por características identitárias, presentes nas suas histórias, culturas, paisagens e relações. Aspectos que precisam ser conservados e levados em consideração no momento da organização espacial desses lugares, evitando que percam seu valor e identidade, se transformando em não-lugares. Com isso, o planejamento urbano e turístico, são ferramentas essenciais para o desenvolvimento desses locais, sendo de suma importância que levem em consideração as características de cada lugar, conservando os seus valores e suas essências.

4 Segundo o dicionário português, *pastiche* significa reprodução, cópia ou imitação de uma obra.

Desta forma, este artigo aborda a experiência do lugar associada ao planejamento urbano e turístico, tendo por objetivo evidenciar a importância da valorização das características identitárias, relacionais, históricas e culturais do lugar na experiência dos indivíduos. A temática escolhida se justifica a partir da busca por uma maior valorização das características identitárias dos lugares frente aos processos de globalização, principalmente nas cidades que possuem o turismo como uma de suas funções, pois são esses fatores que proporcionam aos indivíduos a experiência do lugar, aliados também, com o planejamento urbano e turístico.

Como estudos de caso, foram adotados os municípios de Ametista do Sul e Iraí, localizados no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A justificativa sobre a escolha desses municípios, se deve a ambos serem pequenos e com um número de habitantes próximos a 8.000, fatores que possibilitam a conservação dos valores desses lugares, baseados em características biológicas e geológicas. As quais são responsáveis pelo potencial turístico diferenciado e de destaque mundial de ambos os locais, onde o município de Ametista do Sul possui como característica principal as pedras preciosas, enquanto Iraí contém fontes de água mineral termal. No entanto, nenhum dos municípios possuem planos e estratégias urbanas e turísticas adequadas que visem a conservação desses lugares, podendo acarretar em não-lugares com turismos reproduzidos e predatórios, além de interferirem na experiência dos indivíduos.

Para o desenvolvimento deste artigo, visando alcançar os resultados esperados, foram utilizadas técnicas de pesquisa qualitativas que incluíram a pesquisa de campo com coleta de dados e informações locais. Também foram realizados registros fotográficos em cada município e entrevistas semiestruturadas com cinco grupos: secretários do turismo, gestores dos pontos turísticos do Ametista Parque Museu, em Ametista do Sul (RS) e do Balneário Osvaldo Cruz, em Iraí (RS), empresários, moradores locais e turistas.

As entrevistas semiestruturadas foram desenvolvidas de modo a contemplar temas em comum e também específicos para cada grupo. As questões foram voltadas a infraestrutura urbana e turística dos municípios e aos pontos turísticos escolhidos, apontando pontos positivos e negativos, também relacionadas, a vivência e as experiências das pessoas nesses lugares. Assim, foi possível observar as respostas que se assemelham e se diferem em cada grupo, facilitando o entendimento dos resultados.

### A relação entre lugar, turismo e experiência

O conceito de lugar por muito tempo foi relacionado apenas com o sentido de localização física, porém, envolve também os aspectos característicos de determinado lugar e as relações afetivas com os indivíduos, estando vinculado com as experiências das pessoas. O campo da fenomenologia explica que é a partir dos sentidos do corpo (olfato, paladar, visão, audição e tato) que se originam as experiências. Estas, por sua vez, se relacionam como uma comunicação do interior do corpo com o mundo, onde o corpo é o ponto de vista sobre o mundo (MERLEAU-PONTY, 1999). Assim, a experiência do indivíduo em relação ao espaço é diversa, e vai depender tanto das características locais, quanto da percepção individual das pessoas em relação ao lugar (TUAN, 1979).

Então, o que se quer dizer com a palavra “lugar”? É claro que nos referimos a algo mais do que uma localização abstrata. Pensamos numa totalidade constituída de coisas concretas que possuem substância material, forma, textura e cor. Juntas, essas coisas

determinam uma “qualidade ambiental” que é a essência do lugar. (...). Portanto, um lugar é um fenômeno qualitativo “total”, que não se pode reduzir a nenhuma de suas propriedades, como as relações espaciais, sem que se perca de vista sua natureza concreta (NORBERG-SCHULZ, 1976, p. 444-445).

A essência ou espírito do lugar está relacionada com a sua paisagem, representando a forma física e visual, e também com a sua identidade, a qual é composta por significados, atividades e ambiente físico (RELPH, 1996). Segundo Santos (2006, p. 66), “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Assim, a paisagem pode ser considerada uma marca e uma matriz, se relacionando com um “sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que a reproduz e a transforma em função de uma certa lógica” (BERQUE, 1998, p. 84). Do mesmo modo que o lugar é constituído da experiência dos indivíduos, no espaço de vivência (TUAN, 2018).

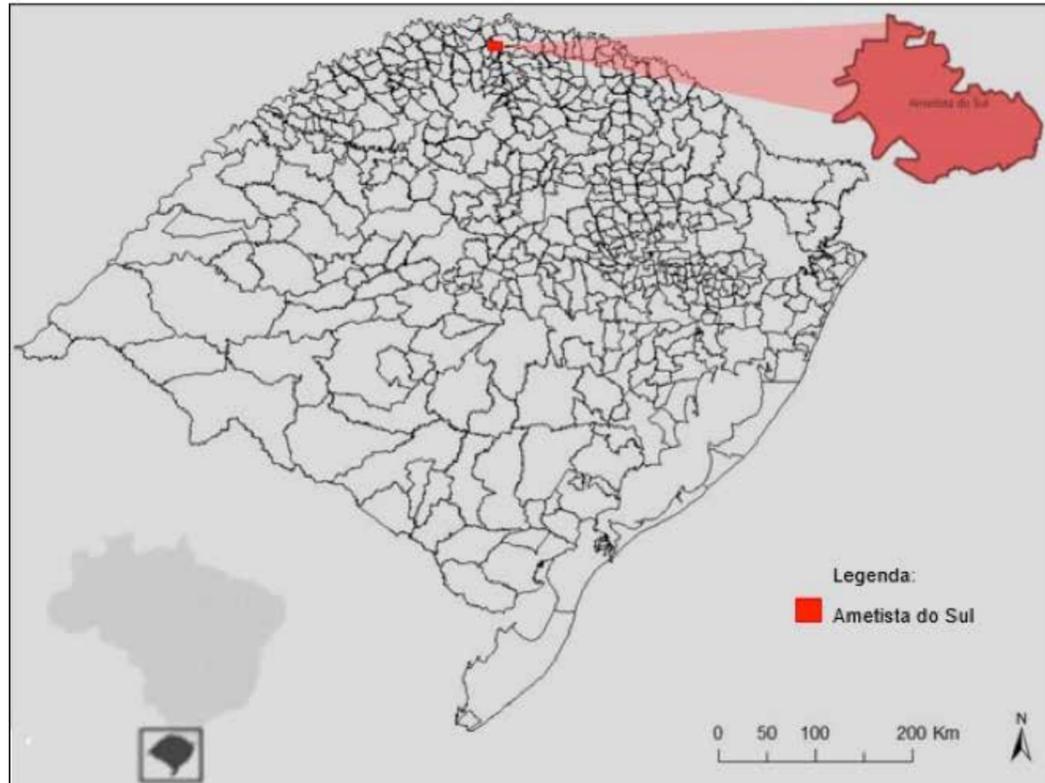
Desta forma, a paisagem faz parte da vida das pessoas, das cidades, dos lugares, logo do turismo. O conceito de turismo foi designado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), no ano de 1994, como: “as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares distintos a seu entorno habitual por um período de tempo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos<sup>5</sup>” (OMT, 1994 *apud* SANCHO, 1998, p. 11).

Para John Urry (2002), o turismo é uma característica da modernidade e envolve diversos sinais, estando associado com a experiência de conhecer novos lugares, rompendo com a rotina habitual dos indivíduos, por meio da contemplação de diferentes paisagens. Atualmente, o turismo dispõe de diversas segmentações de acordo com a sua finalidade, destino e público alvo, facilitando o direcionamento dos turistas. No entanto, para que os indivíduos tenham de fato essa experiência com os lugares é necessário que ocorra um planejamento turístico adequado, evitando que os destinos sejam reproduzidos e recebam um fluxo em massa, fatores que descaracterizam os lugares e ocasionam um turismo predatório.

Um turismo *pastiche* (reproduzido), impacta negativamente as paisagens dos lugares e seus significados, fazendo com que características outrora distintas, se tornem comuns e copiadas, podendo ser exemplificados pelos *resorts* com suas praias e paisagens *paradisiacas*, como é o caso de Cancún, no México. Esse efeito pode ser comparado com o fenômeno cunhado de *McDonaldização*, período em que houve um amplo investimento na indústria de *fast-food*, nas décadas de 1980 e 1990, sendo possível encontrar um *McDonald* em vários locais do mundo (URRY, 2002). O grande problema desse efeito, é a reprodução de pontos turísticos, desconsiderando as características existentes em cada lugar, como a paisagem, a cultura, a identidade e a relação com as pessoas. Assim, o turismo reproduzido é um produtor de não-lugares, que são o oposto de lugares, não possuindo significado, identidade, história e relações (AUGÉ, 1994).

Em suma, evidencia-se a importância da valorização e da conservação das características dos lugares, compostas pelas paisagens, culturas, arquiteturas, histórias, memórias, relações afetivas, enfim, por uma identidade própria, onde a experiência está relacionada com o lugar.

<sup>5</sup> Tradução nossa: “las actividades que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos al de su entorno habitual, por un período de tiempo consecutivo inferior a un año con fines de ocio, por negocios y otros” (OMT, 1994 *apud* SANCHO, 1998, p. 11).



Assim, é preciso ter o cuidado para a conservação dos lugares, principalmente quando são destinos turísticos, evitando assim, que se transformem em não-lugares. Desta forma, o planejamento urbano e turístico das cidades, podem ser utilizados como ferramentas de organização espacial, aliados com a conservação das características locais, visto que a experiência dos indivíduos está relacionada com o turismo, mas principalmente com o lugar.

Na sequência, apresentam-se Ametista do Sul e Iraí, pequenos municípios localizados no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, com populações próximas a 8.000 habitantes. Ambos os municípios possuem grande potencialidade turística, com destaques a pedras preciosas e a fontes de água mineral termal. No entanto, nenhum dos locais possuem estratégias de planejamento urbano e turístico adequados, podendo acarretar em uma descaracterização desses lugares, além de turismos reproduzidos e predatórios.

#### **Ametista do Sul (RS): características identitárias, relacionais e históricas do lugar**

O município de Ametista do Sul possui uma área de 93,704 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2021), e está localizado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), estando situado a 438 quilômetros da capital Porto Alegre e a 481 metros de altitude (CIDADE-BRASIL, 2021). A população estimada para o ano de 2020 foi de 7.403 ametistenses (IBGE, 2021). A sua principal economia é a extração e comercialização de pedras preciosas e semipreciosas, mas também se baseia no turismo, fruticultura, vitivinicultura (cultivo das vinhas e fabricação do vinho) e agropecuária (PREFEITURA MUNICIPAL, 2021).

Em relação ao seu contexto histórico, foi no início do século XX que começou a colonização de Ametista do Sul, que até o momento era habitada por indígenas da tribo *Kaingang*. Os primeiros registros da cidade datam da década de 1940, quando surgiram núcleos habitacionais e foram descobertas as primeiras pedras semipreciosas, inicialmente encontradas mais na superfície do solo. A principal atividade econômica nesse período, era a agricultura. No entanto, no ano de 1980, ocorreu uma diminuição na cultivação de áreas agrícolas no município e em contrapartida, cresceu a exploração



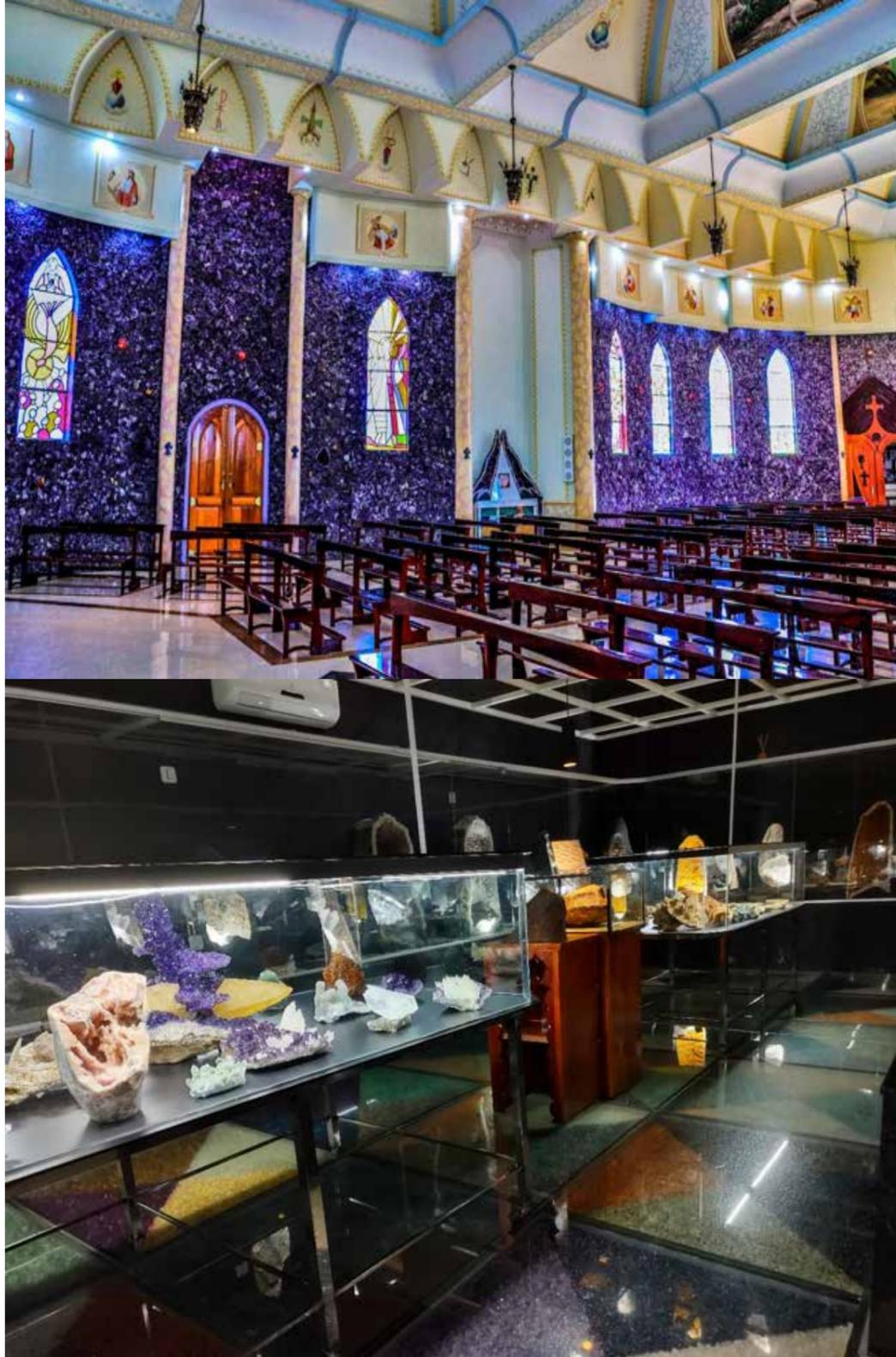
mineral de pedras preciosas e semipreciosas, acarretando na abertura de galerias subterrâneas. Dentre os minerais encontrados, o de maior destaque foi a pedra ametista, originando na nomenclatura do município que foi emancipado em 20 de março de 1992 (PREFEITURA MUNICIPAL, 2021).

Atualmente, as pedras preciosas são as principais fontes econômicas do município, por meio do turismo, comércio, indústrias e do extrativismo mineral. Este último representa, aproximadamente, 75% da economia local, por meio da atividade de 130 garimpos, dos quais os minerais são extraídos, beneficiados e exportados para diversos países (PLANO DE TURISMO, 2021). Dentre esses pode-se citar: “França, Estados Unidos, Itália, Alemanha, Suíça, Canadá, China, Taiwan, Coreia, Japão, Austrália, Índia, Espanha, entre outros” (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2015, p.22).

Ametista do Sul é caracterizada por uma topografia acidentada, possuindo o Rio da Várzea e o Rio do Mel, como seus principais recursos hídricos. O clima predominante é subtropical, responsável por temperaturas extremas, tanto no inverno quanto no verão e a vegetação é esparsa, devido ao desmatamento provocado pela ação humana. Contudo, apesar das paisagens montanhosas que cercam o município, esse foi se desenvolvendo de forma linear, possuindo como eixo principal uma rodovia estadual, a ERS – 591, que transpassa pelo município (Figura 2). Nas proximidades desse eixo, fica localizada a zona mais central de Ametista do Sul e nas suas ramificações, as áreas mais rurais, inclusive muitos dos seus pontos turísticos.

O município não possui Plano Diretor, o qual é obrigatório para cidades acima de 20.000 habitantes, constando apenas com um Código de Posturas, do ano de 2015 e outras 2.805 leis municipais, datadas a partir do ano de 1993 (CESPRO, 2021). Recentemente, em 2021, foi lançado o Plano de Turismo Municipal, que auxilia com informações e dados atuais do local, além de metas para serem alcançadas até o ano de 2024. Ametista do Sul, a contar de sua emancipação é relativamente nova, possuindo 30 anos. Neste período o município foi se desenvolvendo, principalmente no turismo, onde as pedras preciosas são as principais atrações.

Figura 3 - Igreja São Gabriel, crivada de ametistas em sua ornamentação, Ametista do Sul, RS. Fonte: Secretaria do Turismo (2021). Figura 4 - Exposição mineral no Ametista Parque Museu, Ametista do Sul, RS. Fonte: Sabrina Candaten (2021).



Intitulado como a *Capital Mundial da Pedra Ametista*, o município faz parte de duas rotas turísticas do Estado do Rio Grande do Sul: Águas e Pedras e Gemas e Joias (PREFEITURA MUNICIPAL, 2021). Atualmente, possui 16 pontos turísticos, dentre os quais pode-se destacar a Igreja São Gabriel, única igreja no mundo revestida com mais de 40 toneladas de pedras preciosas (Figura 3). Além do Ametista Parque Museu, um complexo turístico que consta com museu de pedras preciosas, fósseis e meteoritos (Figura 4), com passeios a pé e motorizado por minas subterrâneas desativadas, estabelecimentos comerciais subterrâneos e mirante da paisagem local.

Em suma, Ametista do Sul (RS) é um município pequeno e com poucos habitantes, mas com grande potencialidade turística baseada no principal valor desse lugar: as pedras

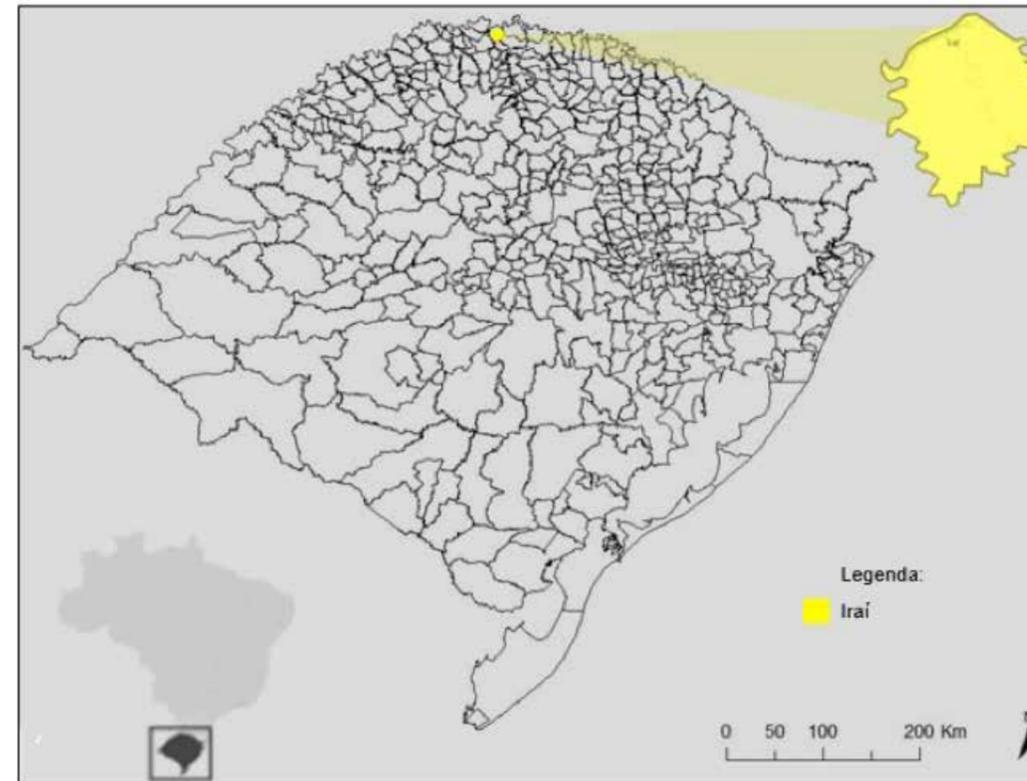


Figura 5 - Mapa localizando o município de Iraí, no Estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Sabrina Candaten - adaptado de Mapas (2021).

preciosas. Desta forma, o turismo vem se desenvolvendo progressivamente, atraindo novos investidores e também turistas, impactando positivamente na economia local. No entanto, o município não apresenta um planejamento urbano e turístico adequado, que vise um desenvolvimento aliado com a conservação das características desse lugar, como a sua identidade, história, cultura, paisagem e relações. Assim, é preciso ter o cuidado para não se transformar em um não-lugar, com um turismo reproduzido e predatório, que descaracterize seus valores.

#### **Iraí (RS): características identitárias, relacionais e históricas do lugar**

O município de Iraí possui uma área territorial de 181,579 Km<sup>2</sup>, e está localizado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 5), estando situado a 456,3 quilômetros da capital do Estado, Porto Alegre, e a 247 metros de altitude (CIDADE-BRASIL, 2021). A população de acordo com o censo de 2010, foi de 8.078 habitantes, sendo estimada para 2020 em 7.141 iraienses (IBGE, 2021). As principais fontes de renda do município são: as atividades agropecuárias e o turismo (PREFEITURA DE IRAÍ, 2021).

O município é caracterizado por uma topografia acidentada, sendo banhado pelo Rio Uruguai, Rio da Várzea e Rio do Mel. O clima é subtropical, ocasionando temperaturas extremas e bem definidas conforme as estações do ano, com uma média de 20°C. A vegetação é abundante e variada, proporcionando um ar mais puro, além de auxiliar no microclima local. Iraí foi se desenvolvendo de forma mais orgânica, seguindo sua topografia, sendo limitada basicamente, entre o Rio do Mel e a ERS- 324 (Figura 6).

O contexto histórico de Iraí inicia em meados do ano de 1893, quando um grupo de refugiados da Revolução Federalista, estavam cruzando a região em busca de alimentos e nas margens do Rio do Mel, encontraram diversos animais de caça em um pântano, atraídos por fontes de águas quentes e frias que brotavam do solo. Assim, foram descobertas as *fontes milagrosas* do município, que começaram a ser procuradas para banhos e também para consumo. No ano de 1914, foi construída uma cabana de madeira de forma rústica sobre uma das fontes de água, sendo considerado o primeiro balneário do local utilizado para banhos. Em 1917, ocorreu a primeira exploração oficial do Estado do Rio Grande do Sul, que identificou cinco fontes de águas sulfurosas



Figura 6 - Imagem aérea de Iraí (RS), 2020 - elevação: 220 metros, 27°11'33.30"S e 53°14'57.10"O. Fonte: Sabrina Candaten - adaptado de Google Earth (2022).

(PREFEITURA DE IRAÍ, 2021). Em meados de 1920, foi inaugurada a primeira fábrica de engarrafamento de água mineral do município, sendo fechada posteriormente.

Após possuir várias nomenclaturas, no ano de 1920, o então distrito de Palmeira das Missões, foi nomeado de *Irahy*, nome indígena que significa Águas do Mel. Em 1933, ocorreu a sua emancipação, tornando-se oficialmente um município. No ano de 1937, conforme a nova ortografia, surgiu a grafia Iraí, permanecendo como nomenclatura da cidade até os dias atuais (PREFEITURA DE IRAÍ, 2021). Em relação ao planejamento e desenvolvimento do município, foram enviados engenheiros por meio do governador do Estado, José Antônio Flores da Cunha. Desta forma, Iraí foi preparada para o turismo, “segundo os paradigmas ‘modernos’ acreditados nas décadas de 1920 e 1930” (CASTROGIOVANNI, 2009, p.5).

Em meados de 1930, médicos como *Heinz von Ortenberg* e Heitor da Silveira, afirmaram que as águas termais de Iraí eram *milagrosas*, com uma composição química que auxiliava no tratamento de algumas doenças (CORREA, 2010). No ano de 1935, foi inaugurado o Balneário Osvaldo Cruz, construído no local do antigo pântano, envolvendo as fontes que brotavam do solo, se tornando o principal ponto turístico do município. O Balneário foi considerado o único do gênero na América do Sul e a sua nomenclatura foi em homenagem ao médico sanitário brasileiro Oswaldo Gonçalves Cruz (PREFEITURA DE IRAÍ, 2021).

Na década de 1940 o turismo se intensificou em Iraí com a inauguração do Cassino Guarani, o qual foi fechado seis anos depois, devido a proibição dos jogos de azar no país (CORREA, 2010). No ano de 1956, foi inaugurado um aeroporto no município, construído com recursos da União Federal. No entanto, em 1992 o local foi fechado devido a demarcação da área indígena pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que incluiu cerca de 30 hectares ao território *Kaingang*, abrangendo o espaço do então aeroporto (PREFEITURA DE IRAÍ, 2021).

O município não possui Plano Diretor, o qual é obrigatório para cidades acima de 20.000 habitantes, consta apenas com um Código de Posturas, do ano de 1949. Em sua totalidade, Iraí possui 568 Atos, datados de 1933 a 1940, 71 Decretos-Lei, entre os anos de 1938 e 1947, e 3.357 Leis Municipais, a partir do ano de 1947 até 2021



(CESPRO, 2021).

Atualmente, Iraí é conhecida como *Cidade Saúde* em virtude dos benefícios de sua água, considerada a segunda melhor do mundo e a melhor do Brasil (PREFEITURA DE IRAÍ, 2021), sendo a principal característica identitária deste lugar. Assim, a água juntamente com as belas paisagens e a rica biodiversidade local, atraem turistas que buscam por uma nova experiência. O município faz parte de duas rotas turísticas: Águas e Pedras e Gemas e Joias, possuindo também um roteiro interno: Caminhos Águas e Matas, sendo a mais nova atração turística local, com visita à doze propriedades na zona rural de Iraí.

Figura 7 - Foto do Balneário Osvaldo Cruz, Iraí, RS. Fonte: Sabrina Candaten (2021). Figura 8 - Foto aérea do Balneário Osvaldo Cruz e das piscinas externas, Iraí, RS. Fonte: Arquivo Pessoal - Gean Carlos Albarello, 2021.

Dentre as ofertas turísticas existentes no município, pode-se destacar como principal o Balneário Osvaldo Cruz, projetado e executado pelo arquiteto francês *Alfred D'Agache*, para ser o local dos banhos milagrosos. O formato cilíndrico da construção remete as antigas arenas gregas e possui como função resistir as grandes enchentes que o município sofre (Figura 7) (PREFEITURA DE IRAÍ, 2021).

O Balneário Osvaldo Cruz é cercado pela vegetação da Reserva Florestal Bosque Sagrado, possuindo piscinas internas e também externas, além de oferecer outros serviços relacionados as águas (Figura 8). Em meio ao bosque são encontrados vestígios do passado local, que fazem parte da história do município, como: a chaminé da antiga fábrica de engarrafamento de água mineral, datada de 1928; e a obra da *Pomona* (deusa grega dos bosques e pomares), esculpida em pedra de arenito rosa por Vasco Prado, datada de 1950.

Desta forma, em síntese, Iraí é um pequeno município do noroeste gaúcho e com poucos habitantes, que possui uma rica biodiversidade e se destaca por seu principal valor: a água mineral termal. O turismo local teve seus anos dourados na década de 40, mas ainda é considerado a principal economia do município, atraindo novos turistas anualmente. No entanto, o município não possui um planejamento urbano e turístico adequado, fator que interfere no desenvolvimento local, além de acarretar em riscos relacionados a conservação das características identitárias, relacionais e históricas do lugar, por meio de um turismo predatório.

## Resultados e experiências

As entrevistas semiestruturadas foram desenvolvidas e aplicadas utilizando o método qualitativo, visando uma conversa direcionada com os entrevistados, sendo possível entender melhor a relação e a experiência desses com o lugar<sup>6</sup>. Desta forma, os resultados mostram um direcionamento das respostas dos entrevistados, ao invés de uma precisão em relação aos temas abordados, visto que o número de entrevistados é inferior ao que seria utilizado com o método quantitativo.

No município de Ametista do Sul (RS) e Iraí (RS), as entrevistas semiestruturadas foram aplicadas para cinco grupos. Onde, no primeiro, foram entrevistados: o secretário do turismo do município, a gestora do ponto turístico do Ametista Parque Museu, 5 empresários, 15 moradores locais e 10 turistas. No segundo, foram entrevistados: a secretária do turismo do município e também gestora do ponto turístico do Balneário Osvaldo Cruz, 5 empresários, 15 moradores locais e 5 turistas. Desta forma, o total de entrevistados entre os grupos foram de 32 pessoas em Ametista do Sul e de 26 pessoas em Iraí.

### *Ametista do Sul (RS)*

Em entrevista com o secretário do turismo de Ametista do Sul, foram abordadas diversas questões relacionadas a infraestrutura urbana e turística do município, meios de divulgação dos pontos turísticos, sobre turistas, pandemia, entre outros assuntos. Ao ser questionado sobre os acessos ao município, o secretário afirmou que existe a necessidade de melhorias, tanto na pavimentação quanto na sinalização e em relação a infraestrutura urbana e turística afirmou ser deficiente. No que tange o turismo, foi

<sup>6</sup> As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas durante o período pandêmico, tomando todos os cuidados necessários, porém resultando em um número reduzido de pessoas entrevistadas, principalmente em relação aos turistas.

relatado sobre as dificuldades iniciais da atividade no local, pois como a principal fonte econômica do município vem da extração e comercialização dos minerais, a ideia do turismo foi encerrada com resistência por parte da comunidade. A partir do entendimento e aceitação desta atividade foi possível criar novas dinâmicas e adquirir novos investidores, logo, mais investimentos para o município.

Atualmente, o índice de maior movimento turístico ocorre entre os meses de outubro a março, envolvendo o período de festas e férias. Em relação ao público frequentador, antes da pandemia o turismo era mais voltado para excursões de estudantes e idosos, que se deslocavam de ônibus ou vans e permaneciam no município durante um único dia. No período pandêmico, percebeu-se que o turismo ficou mais voltado a famílias de classe média e classe alta, as quais visitam a cidade em seus carros particulares e acabam permanecendo por um período maior de tempo.

A divulgação dos pontos turísticos é realizada por meio de mídias e redes sociais, além da visitação em feiras de turismo por todo o território nacional, o que não foi possível na pandemia. Segundo o secretário, a forma de divulgação mostra-se eficaz, pois resulta em um número crescente de turistas, assim busca-se ampliar o alcance de pessoas, principalmente por meio da divulgação em grandes feiras por todo o país. Os locais de origem da maioria dos turistas concentram-se em outros estados, como Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo e também em municípios da região, principalmente na época de pandemia. No final da entrevista, o secretário lamentou as dificuldades decorrentes do Covid-19 e relatou: “um legado que a pandemia vai deixar no turismo brasileiro, é o aumento pelo turismo doméstico ou também conhecido, turismo local”.

Na entrevista com a gestora do ponto turístico do Ametista Parque Museu, foram abordadas diversas questões, relacionadas ao empreendimento, aos turistas, ao município, entre outros assuntos. Em um quesito mais macro, indagou-se sobre a infraestrutura da cidade, sendo pontuados a necessidade de pavimentação asfáltica até o Parque, além de mais sinalizações. Sobre os acessos do município, há a necessidade de uma melhora urgente, principalmente na ligação entre Ametista do Sul e Frederico Westphalen, visto que muitos turistas se hospedam na cidade vizinha, devido as poucas opções de hospedagem existentes no município.

A divulgação turística do local é realizada por meio de veículos de comunicação (jornais, rádio), mídias e redes sociais, além da difusão pelos próprios turistas para amigos e familiares. Desta forma, a gestora afirmou que a divulgação do ponto turístico é boa e estão sempre tentando melhorar, disponibilizando informações atualizadas periodicamente. Segundo a gestora, a época de maior fluxo turístico no local ocorre entre os meses de setembro e fevereiro, sendo intensificado na temporada de férias. A origem dos turistas é diversa, desde municípios da região e outros estados, principalmente de Santa Catarina, até outros países, como a Alemanha. Quanto ao perfil dos turistas, segundo a gestora do Parque, é um público variado, sendo importante salientar que antes da pandemia eram em sua maioria, famílias e grupos de alunos, mas atualmente são apenas famílias. Sobre o impacto da pandemia no ponto turístico, a gestora afirma que ficaram fechados por aproximadamente 6 meses, dificultando os negócios, mas no momento pode-se dizer que o turismo está normalizando.

Os empresários entrevistados (5 pessoas), consideraram a atividade turística positiva para o município, pois movimenta a economia e proporciona novos empregos. Em relação as consequências da pandemia, a maioria dos empresários constatou um forte impacto negativo sobre os negócios, dificultando a venda dos produtos e também a compra dos fornecedores. Outros relataram estabilidade nas vendas, ou seja, não ocorreu uma queda significativa, mas também não houve crescimento.

Em um quesito mais macro, os empresários responderam sobre a infraestrutura e acessos do município de Ametista do Sul. As respostas de todos foram equivalentes, relatando que a infraestrutura da cidade já obteve melhorias, mas ainda precisa progredir, necessitando de investimentos e mais estrutura física, como a rede hoteleira, para conseguir suportar o número de turistas. Em relação aos acessos ao município as respostas se dividiram entre ruim e péssimo, precisando melhorar muito, principalmente em relação a pavimentação.

Em entrevista ao grupo de turistas (10 pessoas), notou-se que a origem destes foi em sua maioria do Estado de Santa Catarina, de cidades como: Blumenau, Florianópolis, Imbituba e São José, sendo que apenas um dos entrevistados era do Estado do Rio Grande do Sul, morador do município vizinho de Frederico Westphalen. Desta forma, a maioria dos turistas não conhecia o município de Ametista do Sul e o ponto turístico do Ametista Parque Museu, onde estavam no momento da entrevista. Ao serem questionados como ficaram conhecendo o município e o ponto turístico, nenhum dos turistas relatou que foi por meio de veículos de comunicação ou mídias e redes sociais, os quais são as principais formas de divulgação desses locais. A maioria dos turistas afirmaram que ficaram os conhecendo por meio de amigos e familiares.

Em uma visão mais macro, os turistas foram questionados sobre a infraestrutura e os acessos do município. Quanto aos acessos, todos revelaram estarem ruins ou péssimos, necessitando melhorar principalmente a pavimentação e a sinalização. No quesito da infraestrutura da cidade, a maioria declarou estar razoável, precisando investir na pavimentação das estradas, na sinalização e na rede hoteleira.

Para finalizar a entrevista, os turistas foram questionados sobre a sua experiência no município e no ponto turístico em questão, e o que mais chamou a atenção deles nesses lugares. No que tange os valores do lugar, foram considerados por eles: as pedras ametistas, os garimpos, a recepção do povo e a inusitada paisagem, sendo essas as características identitárias, culturais, históricas e relacionais do município. Quanto aos relatos de experiências, todos os turistas destacaram que foi uma experiência muito boa e única, principalmente o contato com a natureza e com as belezas naturais do lugar, ficando evidente que a experiência das pessoas possui relação com as características identitárias do lugar. Esse sentimento pode ser evidenciado na resposta de um dos entrevistados que visitava o Ametista Parque Museu:

Já viajamos para a Europa e Japão, e agora estamos fazendo um roteiro pelas cidades da região e viemos conhecer Ametista do Sul, a expectativa era grande. Eu que já conheci outros países, posso afirmar que essa experiência não se compara as que já tive, essa paisagem é linda e exuberante, minha esposa disse que se sentiu uma rainha aqui (Relato de um turista de 74 anos de idade, da cidade de Blumenau/SC, 2021).

Em entrevista com o grupo de moradores locais (15 pessoas), no que concerne ao fluxo turístico do município, a maioria dos moradores afirmaram ser algo positivo para o município, auxiliando na economia e também proporcionando empregos. Quanto aos acessos da cidade, todas as respostas foram semelhantes, indicando serem deficientes e em situações precárias, necessitando de melhorias e investimentos, principalmente relacionados a sinalização e a pavimentação. Em relação a infraestrutura do município, a maioria das pessoas relataram estar em progresso, mas ainda regular, necessitando de mais investimentos e melhorias, principalmente nas sinalizações e na rede hoteleira.

As últimas perguntas da entrevista, foram em um âmbito mais pessoal e sentimental, onde os moradores foram questionados sobre os principais valores desse lugar e se

Comparação dos resultados das entrevistas – Ametista do Sul/RS			
Grupos entrevistados	Questão sobre os acessos ao município	Questão sobre a infraestrutura urbana e turística	Questão sobre a divulgação do turismo
Poder público	Existe a necessidade de melhorias (sinalização e pavimentação)	Deficiente – necessidade de mais investimentos e melhorias	Eficaz – por meio de mídias/redes sociais e da visitação em feiras
Gestora do Ametista Parque Museu	Necessidade de melhorias urgentes	Necessidade de mais investimentos - asfalto até o Parque e sinalização	Boa – por meio de veículos de comunicação e mídias/redes sociais
Empresários	Ruim/péssimo	Necessidade de mais investimentos – mais estrutura física (hotéis)	-
Moradores	Deficientes/precários	Necessidade de mais investimentos e melhorias – sinalização, hotéis	-
Turistas	Ruim/péssimo	Necessidade de mais investimentos – sinalização, pavimentação, hotéis	Regular – ficaram conhecendo por meio de amigos e familiares

sentem que pertencem a ele. No que se refere aos valores, foram citados: as pedras preciosas, a relação hospitaleira entre as pessoas, a tranquilidade do local, a história afetiva com a cidade e as lembranças. Sobre o sentimento de pertencimento, todos afirmaram se sentirem em casa, pois se identificam com a cidade e possuem uma relação afetiva com as pessoas e também com o lugar. A maioria dos entrevistados são naturais do município ou vivem desde pequenos no local, contendo muitas histórias e memórias. No relato de uma moradora pode ser observado o vínculo afetivo e a experiência com esse lugar:

Sou natural de Estrela (RS), mas fazem 74 anos que moro aqui, fui uma das primeiras garimpeiras do município, ajudando meu pai desde os 13 anos. Também trabalhei na igreja recepcionando os turistas, só parei por causa da pandemia. Não troco o município por nada, aqui tive minha família, meu marido que já faleceu, possuo muitas lembranças (Relato de uma moradora de 85 anos de idade, 2021).

Ao final das entrevistas semiestruturadas com os cinco grupos, é possível fazer uma comparação em relação aos temas em comuns abordados, relacionados a questões urbanas e turísticas. Desta forma, a carência de planejamento urbano e turístico em Ametista do Sul (RS), pode ser observada, principalmente na deficiência da sua infraestrutura urbana e turística. Problemas como a pavimentação e sinalização precárias dos acessos ao município, falta de locais de hospedagem e a necessidade de mais informação e divulgação turística, estão entre os principais problemas citados entre os cinco grupos entrevistados, conforme pode ser observado no Quadro 1.

As respostas entre os cinco grupos entrevistados em Ametista do Sul estão alinhadas no que se refere aos acessos e a infraestrutura do município, sendo perceptível a necessidade de melhorias e investimentos nessas áreas. Em relação a divulgação do turismo, questionada a três grupos, as respostas se divergem. Enquanto quem



Figura 9 - Mosaico de fotos – características do lugar, Ametista Parque Museu, Ametista do Sul/RS. Fonte: Sabrina Candaten (2021).

faz a divulgação (poder público e ponto turístico) a considera boa e eficaz, quem a recebe avalia como regular, pois ficaram conhecendo os locais por meios diferentes dos utilizados para a divulgação.

Desta forma, se evidencia que apesar da necessidade de estratégias de planejamento urbano e turístico e de mais investimentos, o município possui um grande potencial turístico, reconhecido pelos indivíduos que o conhecem, tanto moradores quanto turistas, e evidenciado por meio das características identitárias desse lugar (Figura 9).

No entanto, a experiência não está relacionada apenas com o sentimento dos indivíduos diante das características identitárias do lugar, também depende da percepção destes em relação ao lugar (TUAN, 1979). Ou seja, de como a cidade está preparada para recepcionar estes turistas. Portanto, pode-se dizer que a experiência das pessoas está associada as características identitárias, relacionais, históricas e culturais do lugar, mas também com a infraestrutura urbana e turística das cidades, que por meio do planejamento tem como um de seus papéis, proporcionar melhorias em serviços públicos para a sociedade.

#### Iraí (RS)

Em entrevista com a secretária do turismo de Iraí e também gestora do ponto turístico do Balneário Osvaldo Cruz, foram abordadas diversas questões relacionadas a infraestrutura urbana e turística do município, meios de divulgação dos pontos

turísticos, turistas, pandemia, entre outros assuntos. Ao ser indagada sobre os acessos ao município, afirmou serem bons, principalmente a ligação até a cidade vizinha, Frederico Westphalen. No que se refere a infraestrutura urbana e turística, declarou a necessidade de melhorias, principalmente relativas as placas de sinalizações.

Quanto a percepção do turismo local, é considerada boa e com grande potencial, sendo uma das principais fontes econômicas do município. Desta forma, a pandemia acabou afetando negativamente Iraí, interferindo nos empregos e na economia, impactando os moradores e comerciantes locais. Também foi destacado a participação da comunidade, sendo mais ativa na zona rural, a qual faz parte da rota turística Caminhos Águas e Matas, que faz parada em doze locais onde as famílias recebem os turistas, os quais podem usufruir dos serviços e produtos do interior.

Em relação ao ponto turístico do Balneário Osvaldo Cruz, se constatou que o período de maior fluxo turístico no local ocorre entre os meses de dezembro e fevereiro, na época de verão e férias. A origem dos turistas é diversa, desde municípios da região e outros estados, principalmente na pandemia, até outros países, como a Argentina, Uruguai e Japão. Quanto ao perfil dos turistas, segundo a gestora do balneário, o público é variado, sendo importante salientar que antes da pandemia eram em sua maioria grupos de terceira idade e atualmente são pessoas mais jovens, principalmente casais. Sobre o impacto da pandemia no ponto turístico, a gestora afirmou que ficaram fechados por aproximadamente 6 meses, reabrindo em outubro de 2020, porém com um fluxo reduzido de turistas.

Ao final da entrevista, a secretária do turismo de Iraí e também gestora do ponto turístico do Balneário Osvaldo Cruz, ressaltou a valiosa biodiversidade existente nesse lugar, relatando: “o Balneário é cercado por uma rica natureza, possui diversos animais como macacos, tucanos, ninhos de papagaio. Em que lugar você está no centro da cidade e ao mesmo tempo cercado de natureza? Aqui é único”.

Os empresários entrevistados (5 pessoas), afirmaram que a atividade turística é positiva para a economia local, apesar de atualmente ter regredido se comparada ao passado, quando o município viveu seus anos dourados. Em relação as consequências da pandemia, todos os empresários se declararam afetados, ficando meses fechados e com diminuição do número de clientes, muitos quase falindo. Um dos proprietários comentou que assumiu o negócio durante a pandemia, comprando o estabelecimento do antigo dono que não conseguiu mantê-lo em funcionamento no período pandêmico.

Em uma visão mais macro, os empresários responderam sobre a infraestrutura e acessos do município de Iraí. Quanto a infraestrutura, a maioria dos empresários afirmaram ser boa, porém necessitando de melhorias e 1 comentou ser fraca, precisando de mais investimentos. Em relação aos acessos a cidade, as respostas ficaram mais divididas. Um dos empresários afirmou estarem ruins, principalmente em direção ao município de Planalto, 2 relataram estarem regulares, precisando de investimentos e os outros 2 consideraram bons, principalmente para Frederico Westphalen.

Em entrevista ao grupo de turistas (5 pessoas), se constatou que a origem desses era do Estado do Rio Grande do Sul, do município de Seberí, e do Estado do Paraná, cidade de Cascavel. Todos os turistas entrevistados já conheciam o município de Iraí e o ponto turístico do Balneário Osvaldo Cruz, onde estavam no momento da entrevista. No entanto, ao serem questionados como ficaram conhecendo aquele lugar, nenhum dos turistas relatou que foi por meio de veículos de comunicação ou mídias e redes sociais, os quais são as principais formas de divulgação do município e do ponto turístico. Todos os turistas afirmaram que ficaram conhecendo o local por meio de amigos e familiares, diante disso, consideraram fraca a forma de divulgação do turismo

Comparação dos resultados das entrevistas – Iraí/RS			
Grupos entrevistados	Questão sobre os acessos ao município	Questão sobre a infraestrutura urbana e turística	Questão sobre a divulgação do turismo
Poder público	Bons – principalmente à Frederico Westphalen	Necessidade de melhorias – sinalização	Eficaz – por meio de mídias/redes sociais
Gestora do Balneário Osvaldo Cruz	Bons – principalmente à Frederico Westphalen	Necessidade de melhorias – sinalização	Eficaz – por meio de mídias/redes sociais
Empresários	Bons – à Frederico Westphalen Ruins – à Planalto/Ametista do Sul	Necessidade de mais investimentos e melhorias	–
Moradores	Regular – necessidade de melhorias na pavimentação e sinalização, principalmente à Planalto/Ametista do Sul	Regular - Necessidade de melhorias na sinalização e pavimentação	–
Turistas	Bons - necessidade de melhorias na sinalização	Necessidade de melhorias	Fraca - ficaram conhecendo por meio de amigos e familiares

no local, faltando sinalização e divulgação, inclusive nas estradas até o município de Iraí.

Em uma visão mais macro, os turistas foram questionados sobre a infraestrutura e os acessos do município. Quanto aos acessos, todos revelaram estarem bons, mas necessitando melhorar a sinalização. No quesito da infraestrutura da cidade, consideraram boa, mas necessitando de melhorias. Também comentaram sobre os valores caros de alguns hotéis do município.

Para finalizar a entrevista, foram questionados sobre a sua experiência na cidade e no ponto turístico em questão, e o que mais chamou a atenção deles nesses lugares. No que se refere aos valores de Iraí, foram citados: a água mineral termal e a natureza. Quanto a experiência vivida foi considerada ótima, pois o lugar transmite sensações de tranquilidade e paz interior, sendo um refúgio dos ruídos diários das cidades. Assim, o destino é procurado para descanso, fazendo com que muitos turistas voltem anualmente para aproveitar as férias. Um dos turistas entrevistados relatou: “meus pais frequentavam a cidade e o balneário nos anos 80. Eles falavam daqui para nós, e agora faz mais de 10 anos que eu e minha esposa viemos para cá, todo o ano, é muito bom” (Relato de um turista de 72 anos de idade, da cidade de Cascavel/PR, 2021).

Na conversa com os moradores (15 pessoas), em relação ao fluxo turístico no município, a maioria afirmou ser algo positivo, auxiliando na economia da cidade, principalmente antes da pandemia. Quanto aos acessos da cidade, 4 moradores consideraram bons. Porém a maioria, 11 entrevistados, consideraram regular, necessitando de melhorias na pavimentação e sinalização, principalmente entre Ametista do Sul e Planalto e também nas estradas do interior do município. No que tange a infraestrutura da cidade, a maioria dos moradores comentaram ser regular, havendo a necessidade de



melhorias e investimentos, principalmente na sinalização e pavimentação. Apenas 3 entrevistados consideraram que o município possui uma boa infraestrutura.

Ao final da entrevista, também foi possível perceber que as experiências e vivências das pessoas estão conectadas com as características desse lugar. Um dos questionamentos indagou sobre os valores daquele lugar e sobre o sentimento de pertencimento a esse. Assim, foram citados a tranquilidade, paz e segurança de morar em Iraí e a oportunidade de ter o contato diário com a natureza e com as águas como os principais valores desse lugar. Sobre o sentimento de pertencimento, todos os moradores afirmaram se sentirem bem e acolhidos, com a sensação tranquila de estarem envolvidos pela natureza. Além de destacarem as relações afetivas e os laços com as pessoas e com o lugar, temas abordados por Tuan (1980) e Relph (1976).

As entrevistas semiestruturadas realizadas com os cinco grupos, abordaram questões comuns entre eles, relacionadas a infraestrutura urbana e turística de Iraí, conforme pode ser observado no Quadro 2. Desta forma, é notável a necessidade de um planejamento, além de mais investimentos e melhorias, principalmente na infraestrutura urbana e turística do município, fazendo com que o turismo volte a ter a força do passado. Muitos munícipes, acreditam que a regressão do turismo começou com o fechamento do cassino e posteriormente do aeroporto, o qual passou a pertencer ao território indígena *Kaingang*. Outros acreditam que esse regresso ocorreu devido à falta de investimentos no município.

Figura 10 - Mosaico de fotos – características do lugar, Balneário Osvaldo Cruz, Iraí/RS. Fonte: Sabrina Candaten (2021).

De acordo com o Quadro 02, as respostas referentes aos acessos e a infraestrutura de Iraí, estão coincidindo entre os cinco grupos entrevistados, sendo notável a satisfação de alguns aspectos, mas também a necessidade de melhorias e investimentos em outros pontos. No entanto, em relação a divulgação do turismo, as respostas se diferem entre os três grupos entrevistados (poder público, ponto turístico e turistas). Para a secretária do turismo e também gestora do ponto turístico, a forma de divulgação é considerada eficaz, mas julgada fraca pelos turistas, os quais ficaram conhecendo os locais por outros meios. Assim, se observa que por meio de um planejamento urbano e turístico adequado seria possível recuperar a potencialidade turística do município, associado a conservação das características desse lugar, evitando que se transforme em um não-lugar, com um turismo reproduzido e predatório. No entanto, apesar da necessidade de mais planejamentos, investimentos e atrativos no município, esse possui um grande potencial turístico, associado as características identitárias desse lugar (Figura 10), as quais possuem significados às pessoas, permitindo relações afetivas e experiências (TUAN 1980; TUAN, 2018).

### Considerações finais

Este artigo abordou a experiência do lugar associada à atividade turística, tendo como estudos de caso os municípios de Ametista do Sul e Iraí. Ambos municípios pequenos e localizados no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, com potencialidades turísticas baseadas nos valores desses lugares. O objetivo principal foi evidenciar a importância da valorização das características identitárias, relacionais, históricas e culturais do lugar na experiência dos indivíduos, e desta forma, destacar sua implicação no planejamento urbano de cidades turísticas.

Em relação aos conceitos abordados no artigo: turismo, lugar e experiência, se concluiu que os mesmos estão interligados. Desta forma, um lugar é definido por meio de suas características identitárias, históricas e relacionais, as quais definem o valor desse lugar, onde a identidade é composta pelo ambiente físico, atividades e significados. Assim, esses elementos definem um lugar que possui como forma visual e física a paisagem, a qual é também um componente fundamental do turismo. Com isso, a experiência dos indivíduos está vinculada ao lugar, que é composto por relações e significados, onde pessoas geram significados por meio de vínculos afetivos e experiências, utilizando o seu corpo como uma ferramenta, por meio da visão, tato, olfato, audição e paladar. O vínculo entre esses conceitos foi constatado na pesquisa bibliográfica e também nas entrevistas semiestruturadas realizadas, onde a identificação com as características dos lugares foi fundamental para as pessoas obterem a experiência turística nos municípios.

Dentre os assuntos abordados nas entrevistas com os cinco grupos (secretários do turismo, gestores dos pontos turísticos escolhidos, empresários, moradores e turistas), se destacaram: os acessos aos municípios e a infraestrutura urbana e turística, constatando-se que tanto Ametista do Sul quanto Iraí, necessitam de melhorias e investimentos nesses quesitos. O mesmo ocorre para os meios de divulgação do turismo, considerados eficazes pelo poder público e gestores dos pontos turísticos, porém fracos pelos turistas. Esses fatores podem ser justificados pela falta de um planejamento urbano e turístico adequado nesses municípios, os quais não possuem por exemplo, um Plano Diretor.

O planejamento urbano sustentável é de extrema relevância para o desenvolvimento adequado das cidades, pois objetiva a organização do território. No entanto, pela legislação, municípios com uma população inferior a 20.000 habitantes não são obrigados a possuírem um Plano Diretor, um dos principais instrumentos de organização

de uma cidade. Com isso, principalmente as cidades pequenas, como Ametista do Sul e Iraí, ficam expostas muitas vezes às consequências de uma urbanização não planejada, ocasionando danos ambientais e ignorando os aspectos que caracterizam aquele lugar.

Desta forma, buscando prevenir futuros problemas relacionados à expansão, à provisão adequada de infraestrutura e à conservação do meio ambiente local, é necessário que haja um planejamento urbano integrado. Contudo, deve-se ressaltar que o planejamento urbano baseado em princípios de justiça social e sustentabilidade ambiental deve levar em consideração as características socioeconômicas de cada cidade e os aspectos que designam o valor daquele lugar, como sua história, cultura, identidade, relações e meio ambiente, reunidos em sua paisagem. Assim, deve buscar inserir a singularidade do lugar cultivado e construído por seus moradores a partir de identidades próprias, evitando que se transforme em um não-lugar.

Portanto, a necessidade de diagnósticos e levantamentos que identifiquem a relação das pessoas com a identificação dos seus lugares, se faz fundamental para embasar planos e estratégias para políticas públicas que promovam a gestão do crescimento urbano e de suas atividades em Ametista do Sul e Iraí, incluindo o desenvolvimento turístico. No que tange o turismo, essas políticas públicas devem se embasar, como dito, no conhecimento do lugar (e seus territórios) vivenciado e construído pelas relações dos moradores locais, que criam uma identidade única e um controle territorial, capazes de favorecerem a prevenção de descaracterizações, descontrole de acesso e, mesmo, desastres (envolvendo planos de contingência), como base ao plano de turismo. Desta forma, com um planejamento urbano e turístico adequado, é possível solucionar os problemas existentes e buscar novas alternativas e estratégias que auxiliem no desenvolvimento dessas atividades nos municípios. Assim como, colaborar com a conservação das características identitárias desses lugares, relacionadas aos seus aspectos culturais, biológicos e geológicos, evitando a perda de suas identidades e valores, diante de um turismo reproduzido e predatório, consequentes dos processos de globalização.

### Referências Bibliográficas

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução Maria Lúcia Pereira. Campinas-SP: Papirus, 1994. 112 p. Título original: *Introduction à une anthropologie de la surmodernité*. (Travessia do Século).

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In. CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 84-91, 1998 b.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. O lugar da geografia no entre-lugar do espaço turístico: Uma viagem complexa que ainda continua... *Rosa dos Ventos*, v.1, n.0, p. 01-13, jul./dez. 2009.

CESPRO. *Portal de Legislação do Município de Ametista do Sul/RS*. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarLeisPorAno.php?cdMunicipio=7227&cdTipoDiploma=11255>. Acesso em: 15, out. 2021.

CESPRO. *Portal de Legislação do Município de Iraí/RS*. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarIndicePorAssunto.php?cdMunicipio=7578&cdTipoDiploma=4720>. Acesso em: 15, out. 2021.

CIDADE-BRASIL. *Município de Ametista do Sul*. Modificado em abr. de 2021. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-ametista-do-sul.html>. Acesso em: 07, jun. 2021.

CIDADE-BRASIL. *Município de Iraí*. Modificado em abr. de 2021. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-irai.html>. Acesso em: 14, jun. 2021.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Germanidade e banhos medicinais nos primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.165-184, jan./mar. 2010.

GOOGLE EARTH. Vista aérea de Ametista do Sul/RS e de Iraí/RS. *Google Earth*. 2021.

IBGE, Cidades. *Ametista do Sul – Panorama*. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ametista-do-sul/panorama>. Acesso em: 07, jun. 2021.

IBGE, Cidades. *Iraí – Panorama*. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/irai/panorama>. Acesso em 14, jun. 2021.

MAPAS, PARA COLORIR. *Estado do Rio Grande do Sul: Municípios*. 2021. Disponível em: <https://www.mapasparacolorir.com.br/mapa/estado/rs/estado-rio-grande-do-sul-municipios.jpg>. Acesso em: 21, jun. 2021.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. 2 ed. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Título original: *Phénoménologie de la perception* (Tópicos).

NORBERG-SCHULZ, Christian. *O fenômeno do lugar*. In: NESBITT, K. (Org.). Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). Tradução: Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p. 443-461. [“*The Phenomenon of Place*” foi extraído de *Architectural Association Quarterly* 8, n. 4, 1976: pp.3-10].

PLANO DE TURISMO. *Plano Municipal de Turismo Ametista do Sul-RS, 2021 – 2024*. Ametista do Sul: Kerkhoff Design, 2021.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Município de Ametista do Sul-RS*. 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/a/ametista-do-sul>. Acesso em: 07, jun. 2021.

PREFEITURA DE IRAÍ. *História*. Disponível em: <http://www.irai.rs.gov.br/historia/>. Acesso em: 11, jun. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL, Ametista do Sul. *História do Município*. Disponível em: <https://ametistadosul.rs.gov.br/municipio>. Acesso em: 07, jun. 2021.

RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. Londres: Pion, 1976.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. *Turismo, Visão e Ação*, ano 2, n.5, p.81-90, out. 1999/mar. 2000.

SANCHO, Amparo. (dir.). *Introducción al turismo*. 1a. ed. Madrid: Organización Mundial del Turismo (OMT), 1998.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Milton Santos;1).

SECRETARIA DO TURISMO, Ametista do Sul. *Pontos turísticos*. Disponível em: <https://ametistadosul.tur.br/pontos>. Acesso em: 15, set. 2021.

TUAN, Yi-Fu. *Space and Place: Humanistic Perspective*. S. Gale and G. Olsson (eds). *Philosophy in Geography*, p. 387-427, 1979.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução DIFEL. São Paulo: DIFEL, 1980. Título original: *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values*.

TUAN, Yi-Fu. Lugar: uma perspectiva experiencial. *Geograficidade*, v.8, n.1, jan. 2018. Tradução Márcia Manir Miguel Feitosa e Renata França Pereira. Título original: *Place: an Experiential Perspective*. Publicado na *The Geographical Review*, v.65, n.2, abril 1975.

URRY, John. *The Tourism Gaze*. Second Edition. Sage, 2002.

# PERSPECTIVA ACERCA DO TERRITÓRIO, USOS, APROPRIAÇÕES, GESTÃO E AMBIENTE URBANO NO CONJUNTO HABITACIONAL LINDÓIA, EM PELOTAS/RS

*PERSPECTIVES ON THE TERRITORY,  
USES, APPROPRIATION, MANAGEMENT AND URBAN  
ENVIRONMENT IN THE LINDÓIA HOUSING COMPLEX, IN  
PELOTAS/RS*

**Matheus Gomes Barbosa<sup>1</sup>,  
Nirce Medvedovski<sup>2</sup> e Mônica Regina Garcez<sup>3</sup>**

## Resumo

O Conjunto Habitacional Lindóia, em Pelotas-RS, foi promovido pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, e financiado pelo Banco Nacional de Habitação, no início da década de 1980. As enormes falhas urbanas de gestão e caracterização do espaço urbano do conjunto habitacional demanda estudos relativos à sua história, promoção, produção e apropriação. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o Conjunto Habitacional Lindóia, por intermédio de seus aspectos arquitetônicos, modos de uso cotidiano, sua gestão e às inadequações urbanas, através de uma metodologia baseada na pós-ocupação. As informações coletadas revelaram problemas de gestão condominial, expansões arquitetônicas dos espaços coletivos de moradia, padronização arquitetônica em massa, bem como indefinições entre o público, privado e coletivo. De modo geral, este trabalho contribui para o entendimento da concepção, as percepções do usuário, e modo de ocupação do conjunto habitacional, na contemporaneidade, fomentando possibilidades de melhorias e requalificação. Palavras-chave: gestão condominial, público-privado, cohab.

## Abstract

*The Lindóia Housing Complex set in Pelotas - RS was promoted by the Housing Company of the State of Rio Grande do Sul and financed by the National Housing Bank, in the early 1980s. The huge urban flaws, management and urban space characterization in this urban complex demand studies on its history, promotion, production and appropriation. Thus, this paper aims to understand the The Lindóia Housing Complex, through its architectural aspects, daily use, management, and urban inadequacies through a post-occupancy based methodology. The information collected revealed condominium management problems; architectural collective living space expansions, mass architectural standardization, as well as the lack of definition between the public, private and collective. In general, this work contributes to the understanding about the conception, user's perceptions, occupation in contemporary times, fomenting possibilities of improvements and requalification.*

*Keywords: condominium management, public-private, cohab.*

<sup>1</sup> Doutorando em Engenharia Civil no Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil: Construção e Infraestrutura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Professora associada da Faculdade e da Pós-Graduação em de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas; Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas pela USP.

<sup>3</sup> Professora associada do Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil: Construção e Infraestrutura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutorado em Engenharia Civil pela UFRGS.

## Introdução

No Brasil, em meados do final do século XIX, foram desenvolvidas diversas políticas públicas de habitação. Em termos de produção habitacional, o Estado brasileiro promoveu as Vilas Operárias, no final do século XIX; os Conjuntos Habitacionais promovidos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), a partir da década de 1930, do século XX; e os Conjuntos financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Por meio dessas políticas públicas, que visavam a produção habitacional, fomentadas pelo Estado no decorrer do século passado, foi possível oportunizar a casa própria para uma grande parte da população brasileira, em distintas épocas, e em importantes contextos históricos habitacionais, cujos reflexos permeiam até a contemporaneidade.

Especificamente, o Banco Nacional de Habitação foi uma instituição pública brasileira, criada por intermédio da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e tinha por objetivo o financiamento de empreendimentos imobiliários. Tornou-se um marco, para as políticas públicas habitacionais, pois criou o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS). Na medida que potencializou a produção habitacional em massa, proporcionou também novos arranjos arquitetônicos, novos modos de ocupação e utilização do território, até então incomuns e desconhecidos pela população brasileira.

Entre os anos de 1967 e 1976, o Programa Habitacional (BNH) recebeu duras críticas aos empreendimentos populares construídos até então, cujos apontamentos iam desde a ausência de saneamento adequado, e longe da malha urbana, passando pela carência de participação comunitária nas vertentes projetuais até os modos de financiamentos que potencializaram os índices de inadimplência dos usuários, para com o programa, como também a escassez de um pensamento de pós ocupação (MARICATO, 1987).

A partir de 1976, o então BNH começou a buscar novos clientes que possibilitassem o investimento, mas que retornassem o mesmo, com juros e correção monetária. Buscando novos potenciais clientes, a derradeira última década do BNH retomou a produção das COHABs, designadas, agora, como agentes promotores e financeiros para moradias populares. Portanto, as soluções governamentais tomaram dois rumos: a produção em “moldes de mercado”, praticamente sem subsídio, para as faixas de 3 a 5 salários mínimos, e a abertura de novos programas para as faixas de 0 a 3 salários mínimos, como os lotes urbanizados e a construção de casas embrião (MEDVEDOVSKI, 1998).

Em decorrência disso, o BNH estruturou sua produção em faixas de acesso ao mercado. As faixas de menor renda ficaram ao encargo das Companhias de Habitação (COHAB), criadas em cada estado, correspondendo às faixas de renda de 0 a 5 salários-mínimos mensais. Já a faixa de 5 a 8 salários mínimos mensais era de responsabilidade do Instituto de Apoio as Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) (BARBOSA, 2020). Estas duas instituições, praticavam juros subsidiados e parcerias com os governos estaduais e municipais e as demais faixas ficaram ao encargo do mercado livre, com os recursos provenientes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

A COHAB torna-se então, um dos grandes provedores de obras para construção habitacional naquela época, por intermédio da compra de empreendimentos “em projeto” ou já executados. “Participam, aquelas empresas que se dispõem a jogar o jogo, com suas novas regras: produção em massa, aumento da produtividade através da incorporação de novos materiais e novas tecnologias” (MEDVEDOVSKI, 1998, p. 58).

Dentre as principais criticidades da COHAB apontadas (MARICATO, 1987), houve a produção massiva que, infelizmente, não caminhou na mesma velocidade, frente à urbanização que ocorria na época e também, a ausência de acesso às infraestruturas de saneamento básico, equipamentos e áreas institucionais. Desse modo, a população se viu a margem e ausência ao acesso, dentro do seu bairro, ao lazer, mobilidade, cultura e emprego, principalmente no que tange a distância dos conjuntos em relação a malha urbana e aos grandes centros. O que, infelizmente, proporcionou um caráter excludente em relação ao direito à cidade e moradia (ROLNIK, 2015) e fez com que a comunidade articulasse entre si, meios, ocupações, expansões arquitetônicas e utilizações do espaço territorial, dentro dos conjuntos, visando suprir as necessidades face à essa exclusão de direitos.

Dentro dessa realidade de produção habitacional, a cidade de Pelotas, município da região sul do Rio Grande do Sul, teve o seu processo de urbanização, intensificado na década de 1950. A produção do BNH, por meio da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), fomentou no município, a produção de lotes individuais ou edificações coletivas na periferia urbana, por intermédio de conjuntos habitacionais, nos quais refletiram as experiências do cooperativismo uruguaio, culminando em modificações nos modos de uso, na produção e ocupação de habitações populares, vistas até então.

Neste contexto urbano, os conjuntos habitacionais de interesse social da última fase da COHAB-RS foram entregues, em Pelotas, em meados da década de 1980 e destinados à população de menor poder aquisitivo. Sua última fase delegou as decisões de localização e projeto à iniciativa privada, mediante licitação pública, originando mais de 6.000 unidades em Pelotas. Destas, 1.778 unidades foram construídas no Conjunto Habitacional Lindóia (MEDVEDOVSKI, 1998; CHIARELLI, 2014).

É importante salientar que o conjunto da COHAB Lindóia, localizado na Zona Norte da cidade de Pelotas, teve como base o modernismo e o cooperativismo, sendo produzido entre 1980 e 1984. E de um modo geral e em um primeiro olhar, a COHAB Lindóia possui diversas problemáticas, já enfatizadas por autores que trabalham com habitações de interesse social (CHIARELLI, 2014; MARICATO, 1987), dentre essas debilidades encontram-se: à falta de infraestrutura; padronização dos conjuntos; falta de participação comunitária; distância da malha urbana; ausência de sustentabilidade e urbanidade; precariedade da gestão condominial e manutenção dos espaços; bem como a falta de interesse dos órgãos públicos em melhorias urbanas nos conjuntos habitacionais produzidos pelo BNH.

Em suma, é evidente a necessidade de que o Conjunto Habitacional Lindóia ofereça condições humanas, sociais, morfológicas, estruturais e urbanas. Contudo, é imprescindível as condicionantes mínimas de moradia, e ocupação, além de infraestrutura, dentre outros serviços adequados, que proporcionem o bem-estar dos moradores e frequentadores do bairro. Portanto, há a necessidade de dar luz e investigar as necessidades, peculiaridades, propostas iniciais e a ocupação do Conjunto Habitacional Lindóia, com vistas a entender os fenômenos oriundos da ocupação da territorialidade, suas implicações advindas das decisões de uso, por parte dos usuários, dentro do contexto urbano e comunitário atual.

Além disso, se faz necessária essa pesquisa, de modo a contribuir com estudos que contemplem a análise urbana e territorial, para uma possível, e futura, requalificação do Conjunto Habitacional Lindóia.

Portanto, este trabalho tem como objetivo descrever o Conjunto Habitacional Lindóia (COHAB Lindóia), construído no período do BNH, na cidade de Pelotas, Rio Grande

do Sul, por intermédio de análises que compreendam a urbanidade, usos dos espaços, desenho arquitetônico, modos de uso, expansões arquitetônicas, identidade e gestão. Para que assim, por intermédio da descrição e análise dos fenômenos pertencentes ao ambiente urbano, esse estudo seja um primeiro passo, para vislumbrar e embasar possíveis melhorias urbanas, e forneçam pistas, para projetos de requalificações urbanas, do objeto de estudo.

Então, o trabalho se debruça, por meio dos seguintes objetivos específicos, acerca da COHAB Lindóia:

- (a) caracterizar e contribuir para o estado da arte acerca da história e produção do Conjunto;
- (b) efetuar uma caracterização do modelo condominial e suas implicações no cotidiano dos moradores;
- (c) investigar as características tipológicas e expansões arquitetônicas do bairro;
- (d) explicitar a percepção dos moradores, a respeito das peculiaridades e potencialidades da COHAB Lindóia.

## Metodologia

A metodologia utilizada foi a Avaliação Pós-Ocupação (APO), técnica utilizada em larga escala para a integração de avaliações técnicas, funcionais e comportamentais. As avaliações comportamentais e funcionais constituem, nesse estudo, na investigação dos modos de uso e no aprofundamento, de modo comparativo entre a proposta (projeto arquitetônico em conjunto com as aspirações dos promotores da COHAB Lindóia), frente as práticas cotidianas de seus usuários e seus comportamentos ao vivenciarem o bairro. Por outro lado, a avaliação técnica consistiu no aprofundamento e análise da percepção dos moradores, conforme a APO indica, referente as disposições de áreas, o modelo condominial do Conjunto, além do entendimento funcional e morfológico das disposições arquitetônicas existentes.

Villa, Saramago e Garcia (2015) alertam que a técnica da APO compreende e aborda questionamentos acerca de percepção, sentimentos, peculiaridades e cognições dos usuários.

De acordo com Gil (2008) e por Yin (2005) esta pesquisa foi caracterizada como estudo de caso. “O estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas” (YIN, 2005 apud GIL, 2008, p. 73). As fontes de evidências utilizadas no estudo de caso procuram reunir informações detalhadas sobre determinado fenômeno, como a COHAB Lindóia, no caso deste trabalho.

Concomitante ao conjunto de técnicas descritas, o presente estudo apoiou-se em: Primeiramente em referências bibliográficas de teses, artigos, dissertações; observações comportamentais e avaliação visual no objeto de estudo; levantamento de arquivo acerca do projeto da COHAB Lindóia; registros fotográficos das áreas externas do Conjunto; nas legislações vigentes e decretos que proporcionaram a produção do empreendimento; no estado da arte relativo à história do Conjunto Habitacional Lindóia; e em relatos de moradores, que possibilitaram o entendimento dos fenômenos decorrentes no bairro.



Posteriormente a esse ponto de partida técnico, foi elaborado e produzido material gráfico para exemplificação das alterações arquitetônicas das moradias, apoiando, assim, a narrativa do artigo. Já no que tange as técnicas participativas foi utilizado o Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP).

O DRUP consiste em um grupo de técnicas para coleta de informações que visavam descobrir as principais demandas, características, problemas e potencialidades que afetam a população, além dos possíveis encaminhamentos para solucionar ou potencializar as fraquezas e fortalezas da comunidade (BARBOSA, 2020, p. 98)

Anteriormente à aplicação do DRUP, foi realizado um convite para a comunidade acadêmica, para auxílio e emprego da técnica, e após ter um número significativo de aplicadores inscritos, foi realizado um treinamento com vistas a familiarizar os aplicadores com o Conjunto, além de exemplificar como se daria o DRUP, sua finalidade, e o objetivo da metodologia empregada.

A aplicação do DRUP contou com o auxílio de uma escola, localizada no conjunto habitacional, local que também foi ponto de encontro dos 24 aplicadores (voluntários, alunos e professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas) que realizaram a técnica. Separados em 6 grupos, de acordo com a hierarquia viária dos quarteirões (6 quarteirões), o grupo de aplicadores procurou fazer o levantamento de 10 residências (total de 60 residências) (Figura 1). Com isso, houve o diálogo entre a comunidade acadêmica e a população (Figura 1). Nesse aspecto, foram aplicados e coletados 60 entrevistas (60 famílias), coletadas em um único dia, nos quais a população compartilhou o seu conhecimento através da sua percepção e avaliação.

Durante o DRUP, os moradores foram questionados sobre quais seriam os aspectos positivos e negativos do conjunto, bem como o que poderia ser feito para a melhoria do local. – estas consideradas padrão na metodologia do DRUP. Por fim, foi realizado um agrupamento dos pontos positivos e negativos, que serão aprofundados das discussões deste artigo.

Concomitante às perguntas padrão, e para um maior conhecimento das atividades interpessoais do conjunto, foram feitas outras perguntas sobre algumas peculiaridades técnicas da COHAB Lindóia e a utilização dessa técnica justifica-se pela sua praticidade, baixo custo e rapidez na obtenção de informações precisas, com vistas a hierarquizar e quantificar os dados coletados.

No caso deste estudo, a multiplicidade de técnicas (observações, DRUP, etc.) em conjunto com o levantamento de evidências, e sustentada pela literatura presente,

buscou contribuir com o desenvolvimento da ciência, a partir dos resultados levantados. Apoiada nas definições de Villa e Ornstein (2013), o presente trabalho defende a ideia de que melhores resultados podem ser obtidos com o uso combinado de procedimentos metodológicos e técnicas, trazendo riqueza de informações, que podem se retroalimentar e, que também possibilitam o cruzamento e complementação dos dados coletados.

## COHAB Lindóia: contexto urbano, gestão, espaços e modos de uso

### *O processo licitatório, o Projeto Integrado*

Em 1978, foi lançado o edital para a construção de empreendimentos da COHAB-RS, sendo que esse edital visava à produção de unidades habitacionais em todo o estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, o edital de concorrência para construção e comercialização de unidades das COHAB-RS, trouxe uma diferenciação se comparado aos editais lançados anteriormente.

Anteriormente a este edital, ocorria uma atuação conjunta do Estado, Município e da COHAB, cujo financiamento para a construção da moradia era efetuado pelo BNH ao agente promotor (COHAB) e o adquirente da unidade habitacional pagava somente o custo da mesma. As despesas, por exemplo, como a aquisição do terreno, instalação dos serviços de infraestrutura urbana e dos equipamentos comunitários, ficavam a cargo dos Governos Estaduais e Municipais. Entretanto, a partir de 1978, com o Projeto Integrado, todos esses custos são repassados pelas empresas privadas ao adquirente final da moradia. (Medvedovski, 1998).

Essa viabilização, chamada de Projeto Pacote ou Projeto Integrado, proporcionou para incorporadoras e construtoras uma liberdade até então inédita, com vistas a implementar novas tecnologias, tipologias e novos arranjos urbanísticos. Em suma, o edital tinha o objetivo de produzir Conjuntos habitacionais, pela iniciativa privada e essa terceirização possuía o poder decisório em todas as questões relativas ao terreno, projeto e execução. O Estado tinha por objetivo, com o Projeto Integrado, eximir-se da responsabilidade gerencial e econômica, repassando ao adquirente o custo da unidade, em um contexto econômico nacional deficitário (início da década de 1980).

O baixo custo dos projetos arquitetônicos, obtido através de uma relativa padronização das plantas residenciais, e a inexistência de despesas de comercialização, uma vez que, geralmente, a demanda supera em muito a oferta, são outros fatores que colaboram para a redução dos preços das unidades produzidas pelas Cohab, em comparação a casas similares vendidas no mercado sob o patrocínio de outros agentes (AZEVEDO, 1988, p. 112).

Já para as construtoras, foi passada a responsabilidade das decisões projetuais e de execução (Medvedovski, 1998), no qual reforçou, infelizmente, a centralização das decisões projetuais em um agente somente (as construtoras), sem haver uma preocupação com as consequências nas etapas de pós-ocupação, atreladas também a carência de diálogo democrático entre os produtores e futuros usuários.

Então, as atribuições de manutenção da infraestrutura e dos serviços urbanos não foram definidas no projeto, pressupondo-se que seriam assumidas por um ou mais condomínios, a serem estabelecidas após a entrega das obras. Pressupõe-se, também, que a COHAB-RS não presumiu que a administração do Conjunto seria de sua responsabilidade, e que esse “problema” também não seria das construtoras, mas,

sim, do usuário final, do poder público ou das concessionárias de serviços urbanos (MEDVEDOVSKI, 1998).

O projeto pacote apresenta-se como um ponto de partida, para entender o modelo condominial posto à população, perante a comercialização de baixo custo da COHAB Lindóia, em detrimento da responsabilidade pós-ocupação, da qualidade técnica, urbanidade e infraestrutura necessária para a qualidade de vida do usuário.

#### *O modelo condominial*

O empreendimento da COHAB Lindóia, diferentemente do que acontecera com os primeiros empreendimentos financiados pelo BNH em Pelotas (COHAB Tablada e a COHAB Fragata) foi aprovado sob a forma condominial, e não sob a forma de loteamento, o que fez com que diminuíssem as exigências da Prefeitura Municipal, quanto às obras de urbanização (MEDVEDOVSKI, 1998).

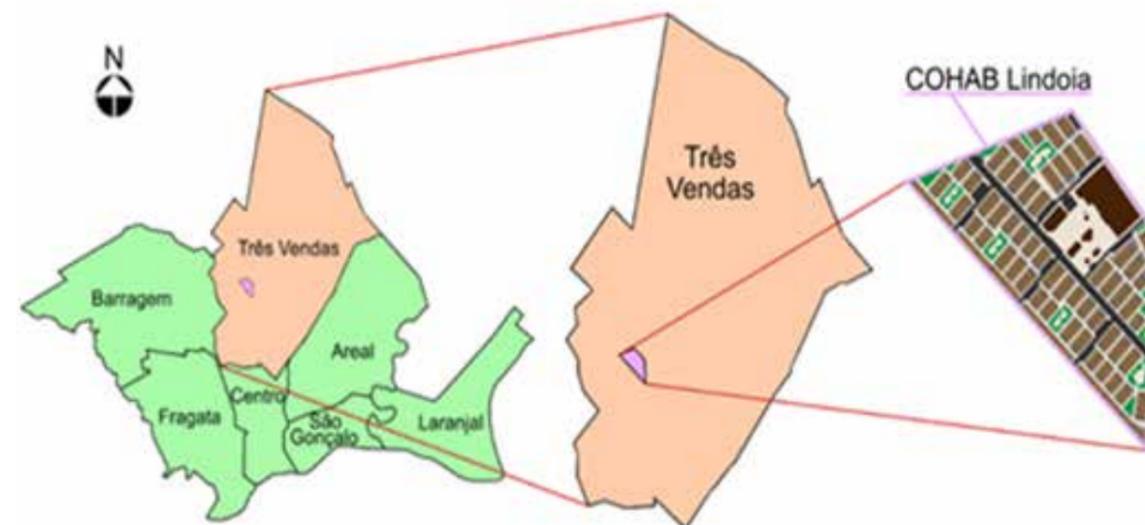
Por exemplo, “o loteamento é definido como o parcelamento da terra em lotes, que devem estar diretamente ligados ao sistema de circulação pública, possibilitando o acesso de veículos e pessoas” (CASTELLO, 2008, p. 101). Nesse sentido, o lote é compreendido como a unidade mínima e autônoma de parcelamento do solo, inserida em território urbano, no qual deverá atuar como elemento estruturador do espaço, cuja apropriação caracteriza-se como privada, e deve suprir a necessidade de quem irá ocupá-lo.

Em contrapartida, segundo Oliveira (2009), o condomínio é entendido como um direito simultâneo, pertencente a mais de uma pessoa, embasado a partir do direito de cada condômino, que exerce o direito de propriedade em Conjunto com outros moradores. O condomínio é constituído, então, de um conjunto de edificações, em propriedades autônomas e privadas, acopladas em partes comuns que possuem direitos e deveres, uma administração efetiva, subsidiada por quotas que proveem: a manutenção dos espaços coletivos; despesas ordinárias; extraordinárias, dentro outras questões coletivas. O condomínio possui uma administração eleita pelos condôminos, o que o difere do loteamento, que não possui a obrigação coletiva de manutenção e de cotas para operação.

Em relação à COHAB Lindóia, a aprovação condominial trouxe diversos benefícios para as construtoras e poder público: a rapidez na aprovação do projeto; diminuição da exigência no sistema de infraestrutura, por parte da prefeitura; e eximção da gestão dos espaços públicos, pois a lei considerava todas as vias e áreas comuns como pertencentes aos moradores do Conjunto (MEDVEDOVSKI, 1998). Esse modelo que transfere a propriedade e a responsabilidade sobre o espaço urbano, que antes eram de responsabilidade do Estado, para os usuários/proprietários, desencadeou diversos problemas de gestão identificados por Medvedovski (1998).

Portanto, a aprovação sob a forma condominial repassou aos moradores os custos de manutenção e gestão dos espaços coletivos e vias. No entanto, de acordo lei de loteamento, caso tivesse sido caracterizado com loteamento, essa seria responsabilidade da Prefeitura Municipal (PELOTAS, 1983, p. 2).

Nesse contexto e demonstrando estar condizente com a eximção das atribuições de gestão, o segundo Plano Diretor de Pelotas (1983), produzido concomitantemente às obras do Lindóia, em 1980, exige em seu artigo referente aos Conjuntos Habitacionais a responsabilidade dos proprietários pela conservação das áreas comuns, inclusive equipamentos urbanos e comunitários, vias, logradouros e espaços livres de uso comum.



De acordo com os relatos dos moradores, a COHAB Lindóia, apesar de estar aprovada sob a forma condominial, desde a sua produção, nunca constituiu uma gestão que de fato fosse, condominial. Não possuiu uma fiscalização que autuassem as apropriações existentes, que esclarecesse ou definisse as regras de uso do espaço, bem como, os direitos e deveres dos condôminos.

#### *A produção da COHAB Lindóia e o seu entorno*

O Conjunto da COHAB Lindóia, localizado na zona Norte da Cidade de Pelotas, (Figura 2), foi produzido pela COHAB-RS, e conta com 1.788 unidades dispostas em um terreno de 25 hectares, em um vazio urbano periférico, e distante a cerca de 8km do centro de Pelotas.

O referido Conjunto foi produzido, mediante a união do capital de duas empresas: a Roberto Ferreira Com. e Ind. Ltda. e a Santa Tecla Incorporadora, sob o nome de Sul Atlântica Ltda (Medvedovski, 1998). Essa união decorreu da ideia de eliminar a concorrência entre empresas locais, e empreiteiras de obras públicas da cidade, visando às normativas relativas à licitação do Projeto Integrado, na modalidade estabelecida pela COHAB-RS. Essas, objetivavam aumentar a participação da iniciativa privada, na produção de unidades habitacionais, para a população de faixa de renda de 3 a 5 salários mínimos mensais.

A obra se desenvolveu, entre agosto de 1980 e fevereiro de 1984, e a concepção da COHAB Lindóia se diferencia de outras produções habitacionais da época, devido aos conceitos modernistas no desenho das unidades habitacionais, e do parcelamento do solo, influenciado por experiências do cooperativismo uruguaio do autor de seu projeto. Portanto, pode-se dizer que as novas ideias do modernismo, principalmente nas habitações de interesse social, chegaram em Pelotas, por intermédio de arquitetos e experiências uruguaias.

Segundo dados censitários (IBGE, 2010), a população total do município de Pelotas é de 328.235 habitantes; já o Conjunto possui 4.056 habitantes. A COHAB Lindóia representa cerca 1,24% da população do Município e sua área representa 0,74% do total da área urbana, do distrito-sede Pelotas. A densidade do Conjunto é de 15,76 hab/km<sup>2</sup>, sendo índice relativamente maior que o do Município, cuja densidade municipal,

Figura 2 – Localização do objeto de estudo, a COHAB Lindóia, em Pelotas/RS. Fonte: Acervo do Autor (2020).

## Esquema das Fitas e Tipologias das Casas

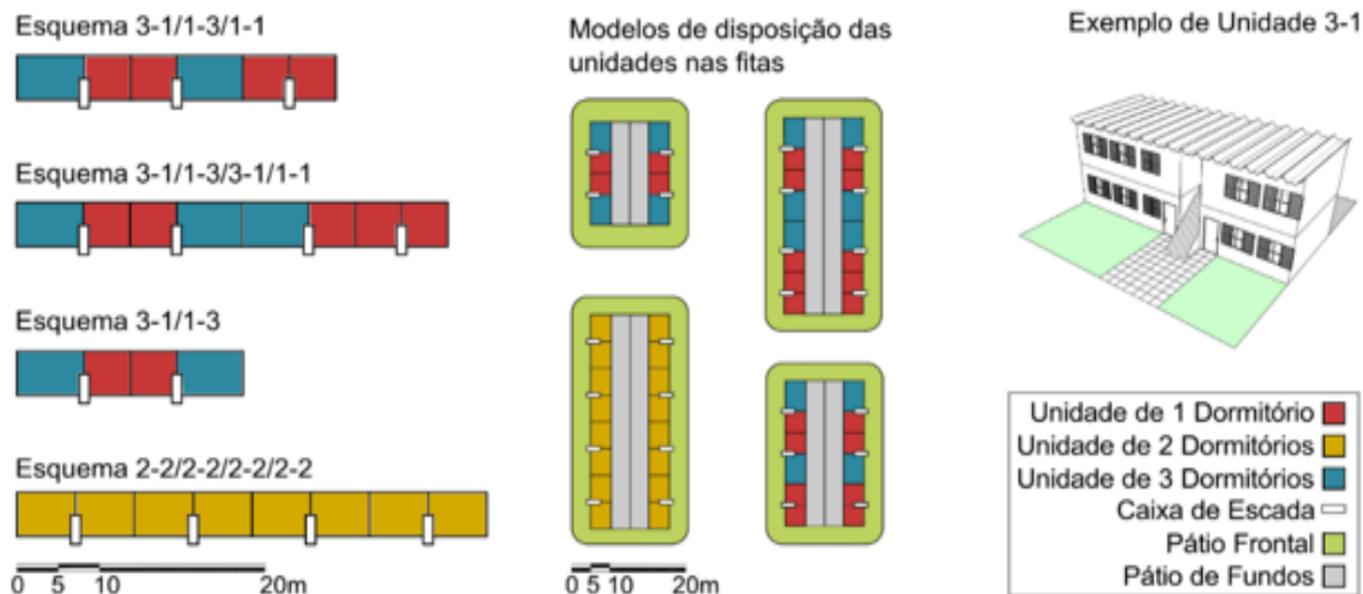


Figura 3 – Esquemas das fitas e tipologia das casas do Conjunto Lindóia. Fonte: Jorge et al. (2019). Figura 4 – Fotomontagem sequencial das fitas na via principal do Conjunto. Fonte: Jorge et al. (2019).

de acordo com o Censo é de 9,38hab/Km<sup>2</sup>. Essa densidade, está diretamente ligada à tipologia adotada (casas em fita) e à área disponível para promoção do empreendimento.

### Os quarteirões e a tipologia

O Conjunto é constituído de 128 fitas residenciais (Figuras 3 e 4), que agrupam de 16 a 32 unidades. De modo geral, essa tipologia refletiu as influências das novas tecnologias e do urbanismo da época.

Essas fitas (Figura 4 e Figura 5) são organizadas em sete superquadras, ao longo do bairro. Ao longo dos anos, o número de edificações foi acrescido, somente, em quatro unidades residenciais, mas as unidades habitacionais sofreram grandes modificações e ampliações. A população inicial do conjunto, quando as moradias foram entregues aos usuários, era estimada em cerca de 5.180 pessoas e segundo o último Censo (IBGE, 2010) houve a diminuição do número de moradores, passando para o índice de 4.056. Nesse estudo, foram detectados diversos fatores determinantes para esse declínio de usuários: constituição de novos arranjos familiares fora do Conjunto; aumento de famílias monoparentais; diminuição da taxa de fecundidade, dentro outros fenômenos sociais recorrentes na COHAB Lindóia e no contexto urbano (BARBOSA, 2022). Em consequência disso, houve uma menor taxa de pessoas/domicílio, índice de 2,45 moradores por domicílio (IBGE, 2010).

O desenho urbano do Conjunto revela as premissas de hierarquização viária e a repetição dos padrões morfológicos ao longo de sua área. Cada quarteirão possui uma praça com equipamentos comunitários e vias internas, de acesso exclusivo aos pedestres (Figura 5). A conectividade do Conjunto se dá por uma via central, que distribui os acessos a cada superquadra, por meio de vias secundárias e estacionamento aberto

em cada núcleo.

Os quarteirões, de modo geral, são entendidos como uma porção de território, subdividido em parcelas menores (lotes), de tamanhos regulares e equivalentes entre si, que são contornados por logradouros públicos (CASTELLO, 2008). Na COHAB Lindóia, os quarteirões possuem vias de acesso restrito - os "passeios", perpendiculares às fileiras das habitações (Figuras 6), que não se constituem em logradouros públicos, mas sim, em vias condominiais.

Contudo, os quarteirões possuem um papel articulador da habitação com o seu entorno, com os passeios e o espaço no qual está inserido. Projetadas como passeios, essas vias de acesso secundário, eventualmente, são utilizadas para o deslocamento e estacionamento de veículos automotores. Entretanto, sua concepção modernista, priorizava o deslocamento de pedestres, permitindo a livre e fácil circulação dos moradores, no interior da comunidade, ou seja, ao apropriar-se dos recuos de ajardinamento, os moradores transformam a via secundária, no interior do quarteirão em uma calçada, onde circulam pessoas e automóveis (Figuras 6).

Além das superquadras residenciais, o Conjunto conta com um Quarteirão Comunitário central, onde estariam localizados os principais serviços e equipamentos, como: Praça, Mercado, Igreja, Associação de Bairro e Centro Esportivo. Portanto, o conjunto de quarteirões representa os elementos apropriados para o desempenho das diferentes atividades humanas e cotidianas. E a ideia de concentrar os serviços de comércio em um Quarteirão Comunitário Central, inicialmente ocorreu. Entretanto, após visitas exploratórias, observou-se a expansão e inserção de novos estabelecimentos comerciais em toda COHAB Lindóia, frente à necessidade dos moradores de terem acesso aos estabelecimentos e serviços, a uma curta proximidade ao seu local residencial, além

Figura 5 – Os quarteirões da COHAB Lindóia, Pelotas/RS. Fonte: Acervo do Autor (2020).  
Figuras 6 – Os passeios e vias secundárias da COHAB Lindóia, Pelotas/RS. Fonte: Acervo do Autor (2020).

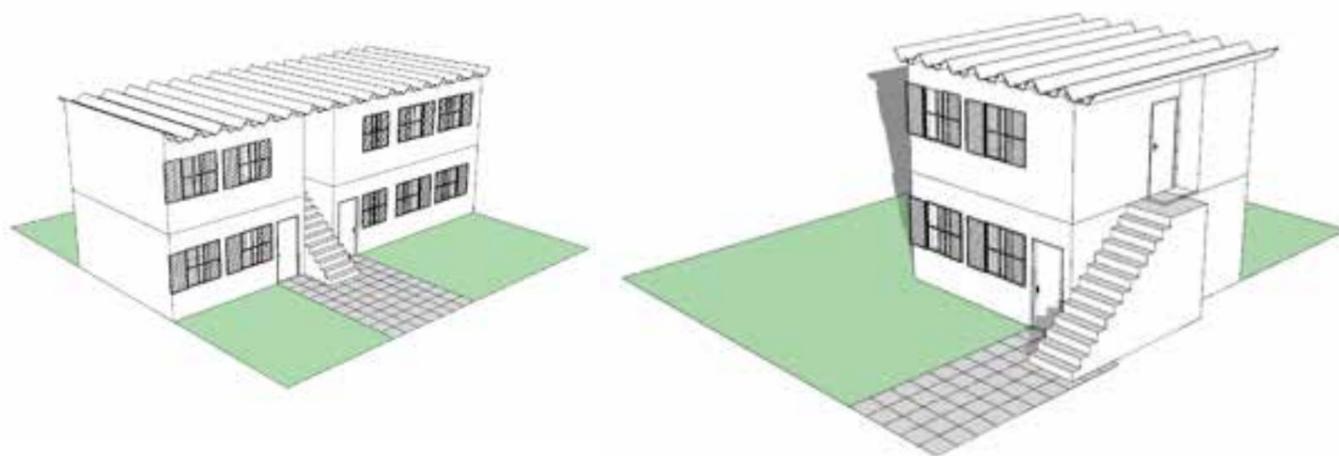


Figura 7 – O uso misto (residencial e comercial) da COHAB Lindóia, Pelotas/RS. Fonte: Jorge et al. (2019). Figuras 8 – Modelos de habitações sobrepostas da COHAB Lindóia, Pelotas/RS. Fonte: Acervo do Autor (2020). Figura 9 – Planta baixa da COHAB Lindóia, Pelotas/RS. Fonte: Acervo do Autor (2020).

### Unidades Térreas Originais



Figura 10 – Os recuos da COHAB Lindóia nas unidades originais. Fonte: Acervo do Autor (2020). Figura 11 – Os cômodos da COHAB Lindóia. Fonte: Barbosa et al (2022).

da criação de oportunidades de geração de renda na própria moradia. Contudo, alterou-se em grande parte o modelo de uso da propriedade no bairro. Estabeleceram-se então, atividades comerciais e de serviços, principalmente, na rua principal do Conjunto (Figura 7), uma vez que essa apresenta maior fluxo de pedestres e veículos, transformando o Conjunto, que originalmente possuía uso majoritário residencial, em um Conjunto de uso misto.

No que se refere à tipologia, destacam-se os recuos frontais e posteriores do lote (áreas em verde das Figuras 8 e 9), cuja ideia inicial era a de áreas coletivas e de convivência. O modelo tipológico da COHAB Lindóia, consiste em unidades residenciais sobrepostas do tipo casa em fita, com acesso às habitações superiores, por meio de escada exterior, e os acessos às unidades térreas são independentes, localizados lateralmente à escada (Figura 8).

As Figuras 8, 9 mostram, na cor verde, os recuos frontais e posteriores do lote. Este espaço foi entendido, em seu projeto original, como espaço coletivo compartilhado, ou seja, espaço condominial.

Portanto, o espaço urbano é um conjunto que compreende um complexo de espaços edificados e espaços livres (Figura 10) (COELHO, 2009). Segundo Coelho (2009), os espaços livres são todos os espaços não ocupados por volume edificado, ao redor das edificações, e que as pessoas podem ter acesso.

Então, o espaço urbano na COHAB Lindóia divide-se em três categorias: o espaço privado, abrangendo a unidade habitacional; o espaço público, materializado por intermédio do sistema viário e áreas públicas destinadas aos equipamentos coletivos; e o espaço condominial, representado pelas áreas coletivas, nas quais se incluem os recuos frontais e de fundo e os “passeios”, e praças internas aos quarteirões.

No que se refere ao espaço privado, a unidade habitacional da COHAB Lindóia dispõe áreas de cozinha, banheiro e lavanderia, e quanto aos seus dormitórios há modelos de um quarto, ou ainda de dois ou três dormitórios (Figura 11).

Observa-se que os tamanhos dos cômodos, na concepção original da COHAB Lindóia, representam espaços relativamente pequenos, principalmente, se comparado a área disponível do lote (Figura 9). No entanto, esses espaços de ajardinamento, partem da relação entre o público e privado e esse diálogo se dá por meio desses espaços coletivos (MELO, 2013).

Partindo das ideias do urbanismo moderno, o coletivo, no caso das COHABs em Pelotas, está representado pelos espaços livres entre blocos (recuos e passeios) e pelas áreas ao fundo do lote - áreas estas que foram apropriadas pelos moradores das casas, visando ampliações e flexibilizações do modelo arquitetônico imposto pelas construtoras.

No entanto, essas delimitações de caráter espacial, morfológico e de operação do espaço, não se apresentam de forma clara para os usuários. Verificou-se a falta de entendimento dos moradores, sobretudo do que é privado, coletivo, individual e compartilhado. Porém, por outro lado, não há uma liderança participativa e comunitária que defina e explore, em conjunto com órgãos responsáveis pela cidade, os possíveis encaminhamentos para um claro entendimento dos espaços da COHAB Lindóia, pelos seus moradores, tampouco os seus direitos e prerrogativas, perante o espaço urbano do Conjunto.

#### O espaço coletivo e a habitação evolutiva

Diversos autores destacam a influência do desenho urbano implementado na Cidade de Brasília, na década de 1960, pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa, no que se refere aos modelos dos espaços coletivos, públicos e privados de conjuntos habitacionais do período do BNH. Dentre essas influências tem-se a COHAB Lindóia. No entanto, Brasília possuiu um interessante, e importante, papel como ícone do movimento moderno brasileiro e mundial, cuja composição urbanística foi organizada em superquadras, que contém amplas áreas verdes, dispostas por blocos residenciais multifamiliares. Contudo, apesar dessa pretensiosa aspiração, há diversos agravantes que impossibilitaram essa concretização, e assemelhação, de fato na COHAB Lindóia.

Apesar dessa forte influência, o contexto urbano, econômico e histórico da COHAB-RS é diferenciado quando comparado com a superquadra de Brasília. Dentre essas diferenciações, destaca-se que, na COHAB Lindóia, o espaço da quadra, de uso coletivo, é propriedade condominial, ficando a cargo do condomínio a sua periódica manutenção e gestão. Diferentemente de Brasília, onde cabe ao estado o controle e gestão das áreas coletivas.

Embora a Prefeitura Municipal de Pelotas tenha algum controle de gestão, sobre o espaço do Conjunto Lindóia, e apoie a manutenção do mesmo, ainda que de uma forma indevida, sua atuação ainda demonstra-se aquém da qualidade necessária para garantir o bem estar dos moradores. Lembrando que, como dito anteriormente, essa responsabilidade de gestão seria do condomínio Lindóia, cuja organização condominial é inexistente.

É evidente, também, que a tipologia arquitetônica, vista no item anterior, não correspondeu às necessidades dos moradores e, nessa perspectiva, os moradores apropriaram-se desse espaço coletivo. A apropriação, entendida aqui como um ato que transpõe a necessidade do uso, possui a intenção de significar o espaço, dar identidade à propriedade, além do estabelecimento de cuidados como privacidade e

#### Exemplificação de Modificações Sequenciais

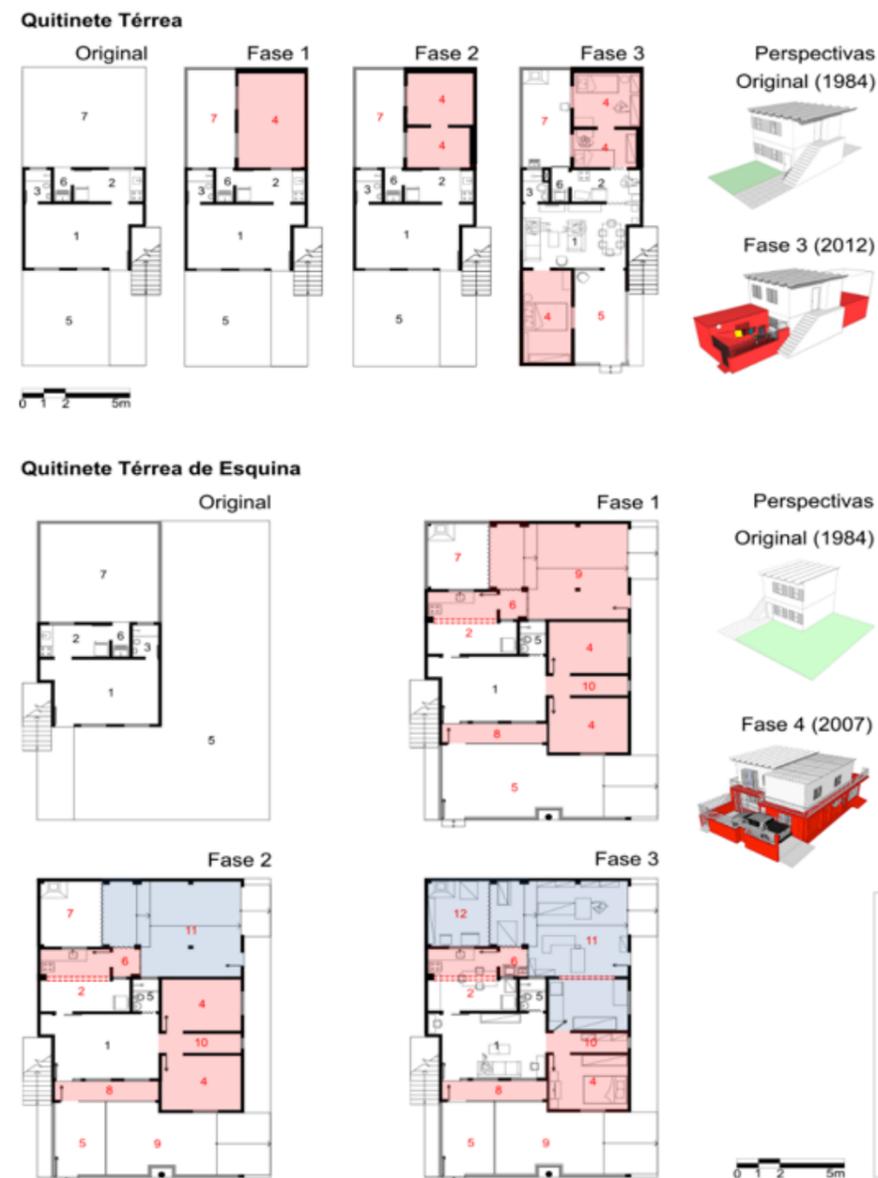


Figura 12 – Habitação evolutiva da COHAB Lindóia, Pelotas/RS. Fonte: Jorge (2019).

adequações à estrutura familiar. Os órgãos públicos, por sua vez, optaram por não interferir nas apropriações, geralmente localizadas no fundo e na frente do lote, apesar de ter conhecimento delas e considerá-las irregulares (BARBOSA, 2020).

O projeto de extensão de Jorge (2019) “A relação entre o perfil familiar e as modificações arquitetônicas da habitação popular: O caso da COHAB Lindóia, Pelotas/RS,” e as pesquisas de Barbosa *et al.* (2022) identificaram as diferentes intervenções nos espaços coletivos da COHAB Lindóia, ilustradas na Figura 12.

A Figura 12 procura ilustrar as evoluções arquitetônicas em vermelho e a mudança do uso residencial para uso misto em azul. Observou-se a ausência de controle do poder público municipal, sobre essas ampliações nos espaços coletivos, e que estas não atenderam somente os usos residenciais, mas também os usos comerciais. A Figura 12 mostra, ainda, a evolução espacial por meio das perspectivas, na qual ilustra o padrão arquitetônico entregue ao usuário e as modificações realizadas pelos mesmos, ao longo de trinta e cinco anos após a entrega do empreendimento. Já a Figura 13



demonstra que os recuos de ajardinamento, espaços coletivos até então, na parte frontal do empreendimento foram os que, de fato, sofreram maiores alterações, visto as necessidades dos moradores em expandirem arquitetonicamente as suas residências, ao longo dos anos.

A apropriação do entorno imediato da habitação ocorreu através das modificações efetuadas tanto no espaço externo quanto interno destas. Na tipologia original estavam previstos espaços abertos não-edificados, tanto nas frentes dos blocos de habitações – os recuos de ajardinamento, como nos fundos – os denominados pátios de fundos (MEDVEDOVSKI, 1998, p. 148).

Nesse contexto, a habitação é caracterizada como evolutiva (Figuras 14), pois permitiu alterar os usos e ocupações de diversas maneiras, alterando as funções e funcionalidades dos cômodos. Diversos fatores proporcionaram a expansão das casas na COHAB Lindóia e foram identificados (MEDVEDOVSKI, 1998; JORGE, 2019; BARBOSA, 2022): a ineficácia do condomínio como agente auxiliador nas decisões e gestão dos espaços; a ausência de fiscalização, por parte do poder público; a “disposição de áreas livres” (a área originalmente edificada representava apenas 17% da área total) também foi fundamental para a intervenção dos moradores, sobre o espaço, pois as habitações possuíam áreas edificadas relativamente pequenas (30 a 40m<sup>2</sup>); e a

mudança do perfil familiar ao longo dos anos. Todos esses fatores possibilitaram aos moradores a ampliação de suas moradias, interferindo, assim, no espaço coletivo. De modo geral, as modificações habitacionais são influenciadas por: aspectos funcionais (disposição e tamanho das peças); tamanho da moradia; aspectos ligados à privacidade visual e auditiva; aspectos ligados a questões estéticas; aspectos ligados à personalização e definição de território; alterações no tamanho da família, nível econômico e educacional; aspectos de outra natureza (lazer, transporte) (BRANDÃO, 2006).

Outro fator de extrema importância para a realização dessas expansões são as condições de propriedade. Na coleta de dados do Censo de 2010, 84,01% dos moradores declararam-se proprietários do imóvel. O alto percentual de propriedade própria é de extrema relevância para relacionar as intervenções arquitetônicas nos espaços coletivos do Conjunto habitacional, uma vez que indica que os moradores tiveram a possibilidade de expandir suas casas, pois são próprias (IBGE, 2010). Essa materialização, muitas vezes, proporciona maior conforto e comodidade aos moradores.

Portanto, as habitações foram “familiarizadas”, com vistas a tornar o espaço habitacional correspondente às necessidades dos moradores. Entretanto, a apropriação do espaço coletivo exterior dificulta a manutenção da sua infraestrutura, que está localizada ao fundo do lote (BARBOSA, 2020).

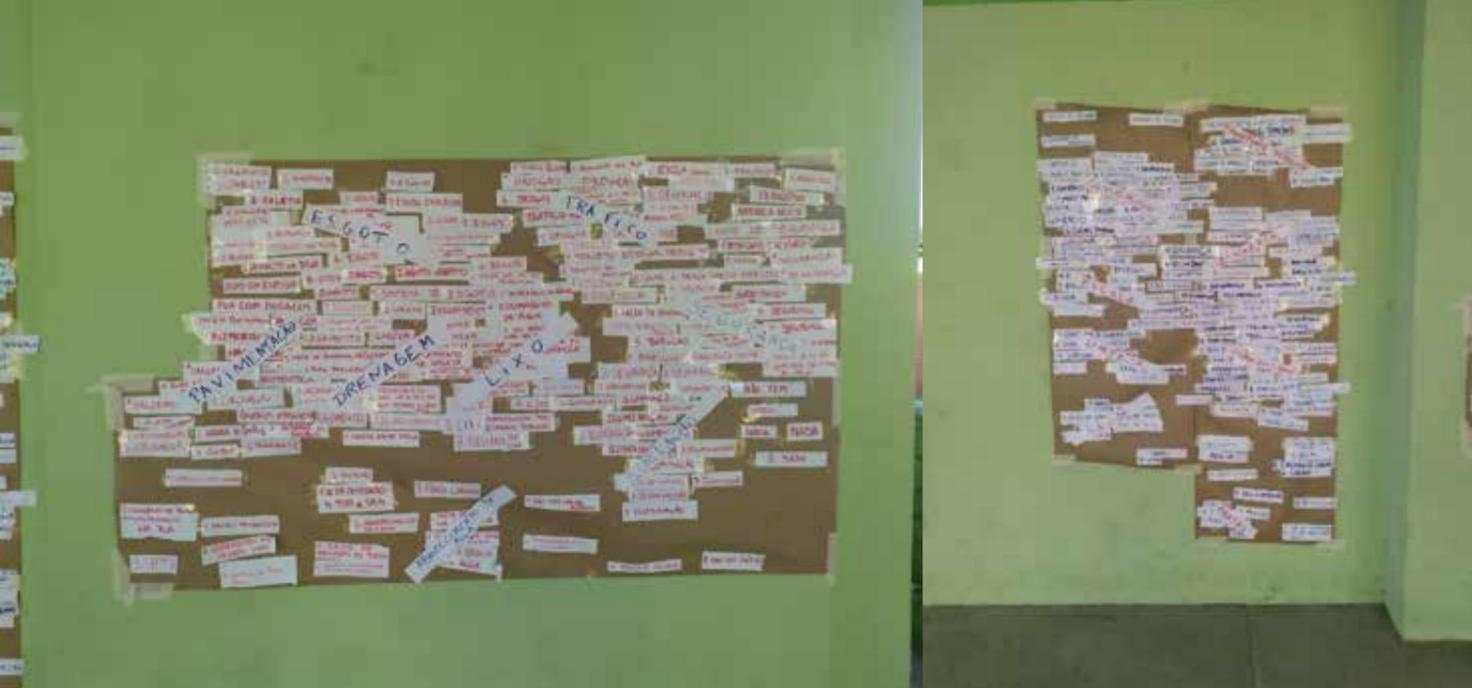
Por fim, nota-se o resultado da dissociação entre o projeto e os diversos níveis de apropriação do espaço, além das diferentes caracterizações coletivas e privadas que resultaram em ocupações de caráter diferenciado se comparado as premissas projetuais e legais da COHAB Lindóia.

*A perspectiva dos usuários em relação à COHAB Lindóia. As debilidades e potencialidades da COHAB Lindóia*

O referente item, compreende a abordagem da técnica do DRUP e informações coletadas por intermédio dos questionários do mesmo. Posteriormente, as palavras-chave abordadas pelos usuários, durante a técnica, foram transcritas e agrupadas de acordo com sua similaridade. Estas palavras foram separadas em dois grupos: o grupo dos aspectos positivos (na cor azul) e o grupo dos aspectos negativos (na cor vermelha). Então, foram criadas “categorias” mais abrangentes (Figura 15), além de serem percebidas as principais demandas de acordo com o tamanho de cada aglomerado.

Assim, foi possível hierarquizar as informações obtidas ao longo da pesquisa e registrar as repetições das reivindicações que, apesar de a incidência ser levemente alterada em cada um dos quarteirões, as mesmas palavras costumam aparecer entre os principais pontos negativos, e dentre as que se destacam, apresentam-se “segurança, esgoto, drenagem e pavimentação”.

Ao serem agrupadas as palavras, observou-se três grandes pontos a serem priorizados, “segurança, pavimentação e esgoto”. Contudo, se faz necessária a requalificação dos passeios, bem como a sua pavimentação das demais vias. Os passeios encontram-se bastante deteriorados, pois, no projeto original, as vias internas foram feitas para o trânsito exclusivo de pedestres. Porém, dada a ausência do condomínio e de fiscalização, as vias internas começaram a ser transitadas por veículos, danificando a base e o subleito da via, tornando propenso o surgimento de valas e buracos. No que se refere a segurança, seria interessante a inserção de algum sistema que minimize a sensação de insegurança, já que foi um ponto citado com grande frequência e não foi constatado nenhum posto ou ponto militar próximo, que minimize



essa sensação, bem como foi notada a ausência de quaisquer patrulhamento ou equipe privada de segurança (porteiros, patrulhas e etc), como ocorre em condomínios abertos e fechados. Dentro desse aspecto, e do ambiente privado, também notou-se a presença de grades e cercas nos entornos da maioria das residências, o que corrobora e demonstra o grau de insegurança dos usuários. Todavia, se faz necessário em pesquisas posteriores, e ainda dentro da metodologia da Pós-Ocupação, o aprofundamento de como o desenho urbano e a hierarquia viária fortalecem esse sentimento de preservação, visto que o desenho urbano do Conjunto, inspirado no modernismo, procurava garantir a liberdade e o contato do usuário com o ambiente urbano.

Outro aspecto fortemente citado é o escoamento pluvial, já que ocorre o transbordamento e entupimento das valas, principalmente em dias de chuva, aumentando o risco de transmissão de inúmeras doenças e prejudicando a qualidade de vida da população.

Para Barbosa *et.al* (2020) destaca-se o esgoto sanitário como um dos maiores problemas do Conjunto Habitacional. Localizado no pátio dos fundos, com fossas coletivas, o Sistema Condominial de Esgoto não foi concebido com a participação dos moradores e nem foi estabelecido nenhum sistema de gestão coletiva. Ao longo dos anos, as residências foram modificadas e expandidas nos pátios de frente e fundos, acarretando o encobrimento de fossas sépticas e da canalização que as alimenta. Isso dificulta a limpeza dos dutos, ocasionando diversos problemas de entupimento, transbordamento, afundamento de pisos e desmoronamento, necessitando uma requalificação de todo o sistema sanitário e de uma remodelação de sua gestão e operação.

Em relação aos pontos positivos, destaca-se a relação de amizade entre a vizinhança construída no Conjunto, já que muitos dos moradores habitam ali desde sua inauguração, há mais de 30 anos, ou ainda assim partilham a sua vida cotidiana. Assim, além da forte relação interpessoal construída durante esses anos, observou-se o relato de familiares que vieram morar no Conjunto devido a tranquilidade do bairro, ou para ficarem mais próximos de seus parentes, foi constatado também que o custo de vida e o preço do aluguel no conjunto é um dos fatores positivos do bairro.

Agrupando as palavras positivas coletadas no diagnóstico percebeu-se as fortalezas do Conjunto (Figura 17).



Já o fator “tranquilidade” (Figura 17) aparece como contrapartida do ponto negativo “segurança”. Isso retrata que, apesar de os moradores terem forte reclamação da segurança, estes encontram-se, de certa forma, resignados com este ponto negativo no bairro. Os entrevistados dizem sentirem-se tranquilos no Bairro, mesmo com as portas das residências e dos comércios trancadas por grades, mesmo durante o dia, demonstrando exatamente o contrário, ou ainda a ausência de pedestres no período noturno.

Por último, nota-se a grande presença do “comércio” como um ponto positivo. A flexibilidade nas adições de novas áreas às unidades habitacionais pôde proporcionar o uso misto nas residências, onde muitos dos moradores fizeram expansões em seus pátios frontais para a adição de comércio e serviços, gerando uma nova fonte de renda para os mesmos e auxiliando no abastecimento do Conjunto, já que este se encontra distante do Centro da cidade e acabaram por suprir a necessidade de serviços (BARBOSA, 2020). Outros pontos positivos que também apareceram, porém em menos frequência, foram “transporte público, a limpeza do Conjunto, a saúde e as praças”.

Portanto, o DRUP, entendido aqui como um instrumento inicial de um processo participativo mais amplo, torna-se um primeiro passo para os moradores se familiarizarem com a comunidade acadêmica, bem como traz à tona o senso de pertencimento do bairro e revela a percepção dos moradores, perante o ambiente em que residem.

### Conclusões

Conclui-se que embora tenha havido uma preocupação no decorrer das políticas públicas habitacionais brasileiras, estas nunca conseguiram assegurar o acesso universal à uma habitação que suprisse as necessidades populares. As políticas brasileiras de habitação, em sua maioria, estavam preocupadas em produções habitacionais em massa, que possibilitassem retorno garantido aos seus promotores e não pensavam na Pós-ocupação ou das dificuldades que viriam posteriormente à ocupação.

Por outro lado, a população fomentou, por meio de estratégias próprias, as possibilidades de expansão, identidade, utilização de serviços e alterações na tipologia. Ou seja, foram a partir de estratégias e iniciativas individuais/privadas, que os usuários expandiram

suas residências, modificaram redes de infraestrutura e deram identidade para o bairro, sem quaisquer respaldo comunitário, coletivo, condominial, ou em conjunto com o poder público. Isto fez com que cada usuário fizesse o que julgasse correto, muitas vezes, em ambientes coletivos que necessitavam de diálogos, deveres, regras e direitos.

Pode-se dizer, que a partir da consolidação do BNH, as políticas habitacionais tomaram outro rumo e modificaram toda conjuntura habitacional brasileira, trazendo consigo reflexos sentidos até os dias atuais. Porém, suas reformulações e mudanças de foco ao longo do período, na medida que potencializaram a produção habitacional, não conseguiram acompanhar o combate à insalubridade sanitária na malha urbana, na mesma velocidade do crescimento das aglomerações nos grandes centros. Tampouco conseguiu resolver o déficit habitacional da época. O BNH trouxe consigo uma visão distorcida do problema de moradia da época, pois beneficiou grandes empresas e construtoras; não permitiu uma gestão descentralizada, com a participação dos moradores; estimulou a especulação imobiliária; utilizou de critérios bancários e não sociais; e adotou a casa própria como única forma de acesso à moradia.

Dentre as diversas críticas, as mais recorrentes, e presentes na COHAB Lindóia, são: falta de políticas urbanas; a inserção dos Conjuntos em espaços da cidade sem condições de proporcionar uma boa qualidade de vida; falta de serviços básicos; distância dos centros das cidades, o que fez com que a população residente desses locais articulasse entre si condições de suprimento das necessidades existentes. Os usuários do Lindóia, em seu cotidiano, não possuem informações suficientes sobre as delimitações de público, privado, coletivo e individual. O que se vê no cotidiano é que as premissas, ideias e registros dos órgãos públicos não foram respeitados, em proveito ao que os moradores conseguem articular para o seu bem-estar, preconizando a sua identidade territorial e dentro do limite espacial imposto.

As propostas de desenho da habitação da COHAB-RS eram novas, tanto para os profissionais encarregados dos projetos, como para a população usuária. Nesse sentido, trouxe novas concepções arquitetônicas, tecnológicas e novos desenhos urbanos. Porém, a COHAB-RS utilizou de meios imediatistas, sem consulta popular, que não previam a gestão e operação adequada do espaço urbano nas décadas subsequentes. Aliada a essa situação, nunca houve uma fiscalização pelo poder público nas expansões arquitetônicas, nem um diálogo como modo preventivo (por parte das construtoras, da COHAB-RS, ou de uma liderança comunitária), ou ações que remediassem e previssem tal cultura da evolução arquitetônica da habitação.

Os dados do DRUP dão luz às urgências do conjunto, com o intuito de registrar demandas. Espera-se, assim, que esses dados se transformem em projetos futuros, como projetos de extensão, de pesquisa ou como um registro, para o poder público local agir, perante as necessidades do conjunto. Com isso, a academia se apresenta como instrumento/agente para estas modificações e requalificações ou, ainda, como um primeiro olhar técnico e humanizado para com a sociedade.

Todas essas mudanças no espaço, ao longo dos anos, são resultados de diversos fatores que afetam a dinâmica populacional, o perfil do bairro.

Destaca-se a importância dos resultados apresentados, pois trazem conhecimento direto da realidade populacional, entorno do empreendimento, tipologia, modelo de gestão, bem como as suas causas, implicações e dentre outros dados explorados ao longo do artigo.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Os autores agradecem à Universidade Federal de Pelotas e também ao Laboratório NAUrb que possibilitou o acesso, a literatura utilizada e, também, ao acervo sobre o objeto de estudo.

## Referências

AZEVEDO, Sérgio de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº4, out-dez, 1988. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9391>. Acesso em: 29 de maio de 2022.

BARBOSA, Matheus. *Infraestrutura de saneamento básico do Conjunto Habitacional Lindóia: análise sob uma perspectiva de sustentabilidade do Sistema Condominial de Esgoto*. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Dissertações do PROGRAU, Pelotas, 2020.

BARBOSA, Matheus; BENEDETTI, Gustavo; MEDEVEDOVSKI, Nirce. O diagnóstico rápido urbano participativo na Cohab Lindóia em Pelotas/Rs: uma investigação para requalificações urbanas participativas. In: ENANPARQ, VI, 2020, Brasília. Anais... Brasília: Unb, 2020, p. 1-15.

BARBOSA, Matheus; BENEDETTI, Gustavo; MEDEVEDOVSKI, Nirce; JORGE, LIZIANE. Ciclo de vida familiar e transformação da habitação. *Revista Projetar*, Rio Grande do Norte, v.7, n.2, p. página inicial - página final, 2021.

BONDUKI, Nabil. *Arquitetura e Habitação Social em São Paulo 1989- 1992*. 1ª ed. Vol 1. São Paulo: Departamento de Arquitetura e Urbanismo- EESC/USP, 1993.

BRANDÃO, Douglas. *Habitação social evolutiva: aspectos construtivos, diretrizes para projetos e proposição de arranjos espaciais flexíveis*. 1ª ed. Vol 1. Cuiabá: CEFETMT, 2006.

CASTELLO, Iára. *Loteamentos e condomínios: elementos para o Projeto de Novos Territórios Habitacionais*. 1ª ed. Vol 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008

CHIARELLI, L. *Habitação social em Pelotas (1987 – 2010): Influências das políticas públicas na promoção de Conjuntos Habitacionais*. 2014. (Tese de Doutorado). Faculdade de filosofia e ciências humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2014.

COELHO, Mabelly. Espaços livres privados no município de Vitória – levantamento geral e classificação. In: TÂNGARI, V; ANDRADE, R; SCHLEE, M. (org.) Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/ UFRJ, 2009.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. *Instituto brasileiro de geografia e estatística- Censo 2010*. Brasil: IBGE. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=st&gt>. Acesso em: 23 de

agosto de 2021.

JORGE, Liziane de Oliveira. *A relação entre o perfil familiar e as modificações arquitetônicas da habitação popular: O caso da COHAB Lindóia, Pelotas, RS*. Projeto de extensão da UFPEL, 2019.

MARICATO, Ermínia. *A política habitacional do regime militar: Do milagre brasileiro a crise econômica*. 1ª ed. Vol 1. Petrópolis: Vozes, 1987.

MEDVEDOVSKI, N. *A vida sem condomínio: configuração e serviços públicos urbanos em conjuntos habitacionais de interesse social*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 1998.

MELO, Noé. *Metamorfose: ocupação e transformação dos espaços livres do Conjunto Habitacional Guabiroba*. 2013. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Pelotas, 2013.

OLIVEIRA, Frederico Abrão. *Manual dos condomínios*. 1ª ed. Vol 1. Porto Alegre: HS Editora, 2009.

PELOTAS. *Plano diretor de Pelotas, de 1983*. Pelotas: Prefeitura Municipal, 2009. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/1983/281/2816/lei-ordinaria-n-2816-1983-altera-disposicoes-do-ii-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-de-pelotas-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 de mar de 2022.

ROLNIK, RAQUEL. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 2ª ed. Vol 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

VILLA, Simone; ORNSTEIN, Sheila. *Qualidade ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação*. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

YIN. Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

# TERESÓPOLIS

## “Hospedagem, Cultura e Lazer” (para quem?)

TERESÓPOLIS  
“Accommodation, Culture and Leisure” (for whom?)

Esther Ribeiro Costa Xavier<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a aplicação da metodologia de Compartimentação da Paisagem no desenvolvimento de uma cartografia crítica das unidades de paisagem do município de Teresópolis, Rio de Janeiro. O contraste entre as unidades urbanas e rurais é atribuído ao enfoque dado ao caráter turístico do município e a falta de políticas públicas que atendam a direitos básicos população do campo. A análise multiescalar parte dos critérios desenho da paisagem, estrutura morfológica, conflitos socioambientais, padrões de ocupação e afetividade e territorialidade frente ao que preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. Como resultados, são destacados elementos materiais e imateriais que devem ser considerados na formulação de novas legislações urbanísticas, planos de desenvolvimento e intervenção na paisagem do município de forma justa e equânime.

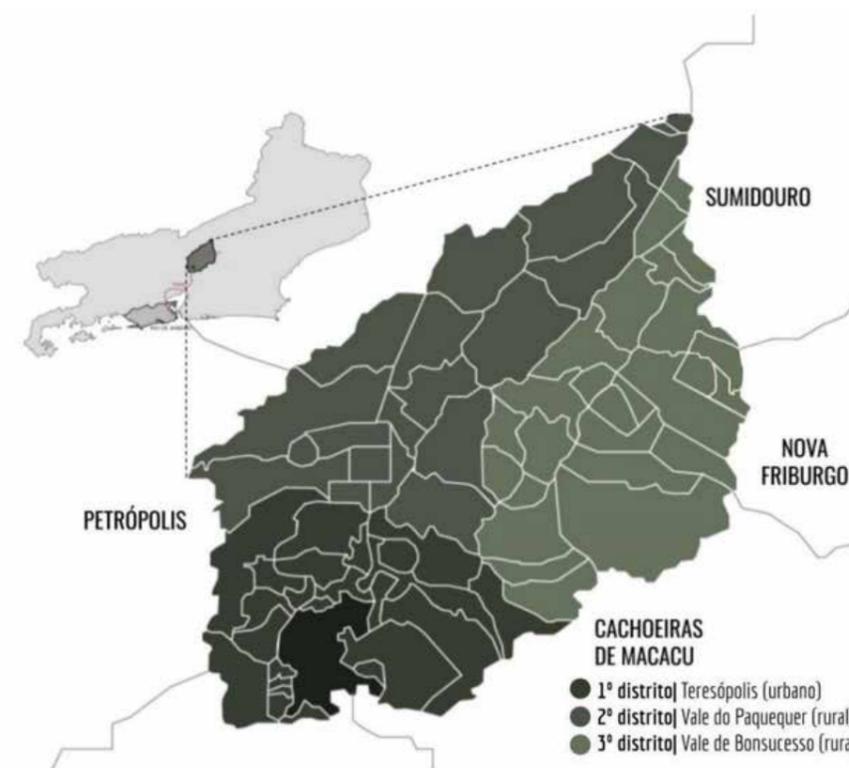
Palavras-chave: compartimentação da paisagem, paisagem rural, agricultura familiar, direitos humanos, Teresópolis.

### Abstract

This article aims to present the application of the Landscape Compartmentation methodology in the development of a critical cartography of landscape units in the municipality of Teresópolis, Rio de Janeiro. The contrast between urban and rural units is attributed to the focus given to the tourist character of the municipality and the lack of public policies that meet the basic rights of the rural population. The multiscale analysis is based on the criteria of landscape design, morphological structure, socio-environmental conflicts, patterns of occupation and affectivity and territoriality in relation to the Universal Declaration of Human Rights and the United Nations' Sustainable Development Goals. As a result, material and immaterial elements are highlighted as aspects that must be considered in the formulation of new urban legislation, development plans and intervention in the landscape of the municipality in a fair and equitable way.

Keywords: compartmentation of the landscape, rural landscape, family farming, human rights, Teresópolis.

<sup>1</sup> Mestranda em Arquitetura pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/2020).



### Introdução

A realidade da população do campo é um tema pouco abordado no campo da Arquitetura e do Urbanismo, no que diz respeito à falta de políticas públicas e garantia de direitos básicos como educação, saúde, mobilidade, acesso à cultura, lazer e formação profissional.

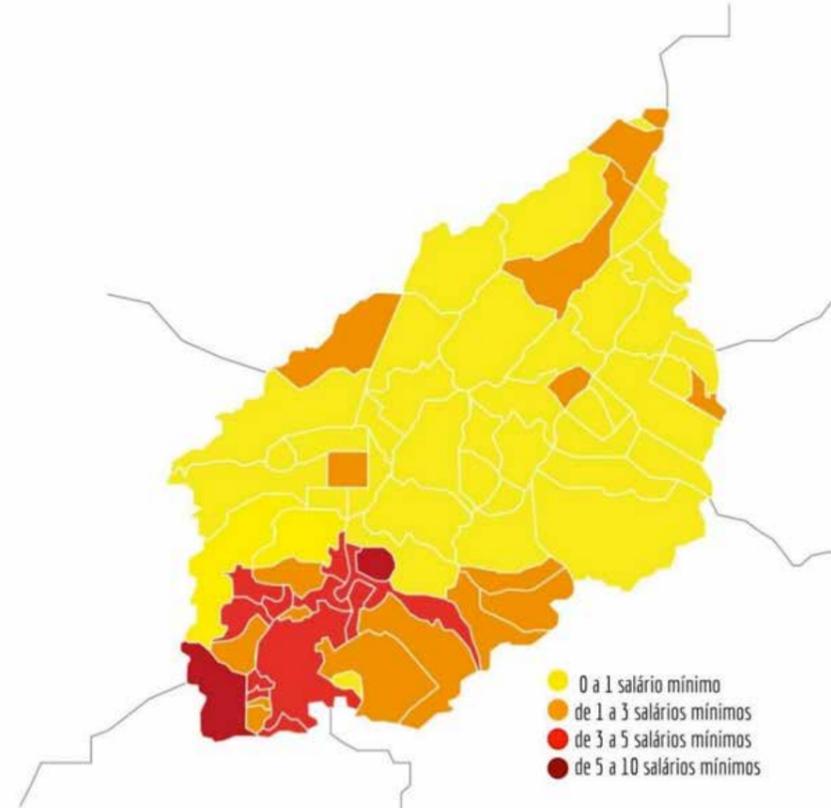
Teresópolis é um município da região serrana do estado do Rio de Janeiro com 163.746 habitantes (IBGE, 2010) e, segundo dados do Censo Agropecuário Brasileiro de 2017 (IBGE, 2017), 26,2% destes residem em zonas rurais. Sua divisão é feita por três distritos: Teresópolis, que é a sede municipal, Vale do Paquequer e Vale de Bonsucesso, distritos rurais (figura 1) que se desenvolvem ao longo das rodovias BR-116 (Rodovia Santos Dumont) e RJ-130 (Rodovia Teresópolis-Friburgo), respectivamente.

A produção dos agricultores familiares de Teresópolis chega à mesa de boa parte da população do Rio de Janeiro, o que movimenta o maior PIB Agropecuário do estado (IBGE, 2017). Apesar de sua importância na economia e na alimentação fluminense, essas famílias de agricultores encontram diversos de seus direitos básicos feridos diariamente.

Segundo a Declaração Universal do Direitos Humanos:

toda pessoa deve gozar dos direitos e liberdades por ela estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948, p. 4).

O surgimento de um novo paradigma de cidades sustentáveis fez com que a Organização das Nações Unidas desenvolvesse 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no



Brasil, a serem alcançados dentro da Agenda 2030, um compromisso global firmado em 2015 para direcionar ações para os próximos 15 anos em 193 países.

Os objetivos são: 1) erradicação da pobreza; 2) fome zero e agricultura sustentável; 3) saúde e bem-estar; 4) educação de qualidade; 5) igualdade de gênero; 6) água potável e saneamento; 7) energia limpa e acessível; 8) trabalho decente e crescimento econômico; 9) indústria, inovação e infraestrutura; 10) redução das desigualdades; 11) cidades e comunidades sustentáveis; 12) consumo e produção responsáveis; 13) ação contra a mudança global do clima; 14) vida na água; 15) vida terrestre; 16) paz, justiça e instituições eficazes; 17) parcerias e meios de implementação.

Segundo Lepetit (1996, p. 145), há diferentes tempos no desenvolvimento das cidades contemporâneas: “o tecido urbano, o comportamento dos cidadãos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes”. Portanto, é preciso que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sirvam como base para a proposta de medidas voltadas aos mais diversos grupos sociais de acordo com seus meios de vida, em especial grupos em situação de vulnerabilidade, como é o caso dos agricultores familiares de Teresópolis.

Este artigo objetiva, com base na metodologia de Compartimentação da Paisagem, cartografar um recorte de grande porte em diversas escalas de análise, fazendo um paralelo entre as áreas urbanas e as áreas rurais de Teresópolis, desde aspectos mais gerais da escala municipal até a microescala. A pesquisa foi desenvolvida como parte da disciplina Arquitetura da Paisagem, no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ-UFRJ), ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Regina Tângari em colaboração com o Dr. Alex Assunção Lamounier e o Dr. Marcelo Sbarra.

Ao colocar em pauta questões que conformam a paisagem rural — contradições, potencialidades e entraves existentes nestas Unidades de Paisagem —, torna-se possível propor intervenções que impulsionem seu desenvolvimento no âmbito social, econômico, ambiental e institucional, que venham de encontro a questões que ferem seus direitos básicos à saúde, à moradia, à educação, etc.

## Referencial Teórico

A agricultura familiar diz respeito à atividade econômica de pequenos produtores que se organizam socialmente em estabelecimentos rurais de pequeno porte para produção alimentar. Segundo dados do Censo Agropecuário Brasileiro de 2017 (IBGE, 2017), 76,8% dos estabelecimentos rurais do Brasil fazem parte da agricultura familiar.

Esse conceito ganhou notoriedade em 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para Lara Altafin (2007, p. 16) o conceito *agricultura familiar* “é utilizado como um guarda chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas”.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, define como agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural sem deter mais do que 4 módulos fiscais de terras, que sua mão-de-obra seja principalmente familiar, que sua renda provenha predominantemente das atividades agrícolas do próprio estabelecimento e que seja o gestor do seu próprio estabelecimento ou de sua família.

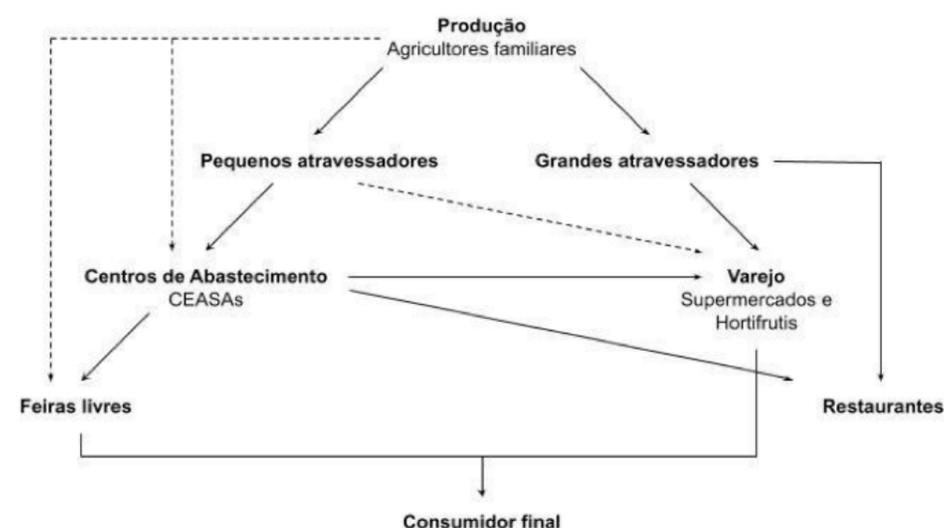
O papel da agricultura familiar na produção alimentar brasileira é indiscutível. Enquanto o agronegócio se concentra em atender aos mercados internacionais de exportação e movimenta bilhões por ano, a agricultura familiar atende aos principais centros de abastecimento do país e sua produção compõe boa parte do que chega à mesa da população brasileira.

Certamente, existe uma grande diferença na escala de produção entre esses dois tipos de produção agrícola. No entanto, a agricultura familiar apresenta participação percentual expressiva em alguns dos principais produtos nacionais, em especial a produção de hortaliças.

O funcionamento da cadeia de produção da agricultura familiar hoje depende da intermediação de atravessadores (figura 3), que são grandes ou pequenas empresas que compram a produção dos agricultores familiares e vendem nas cidades, porém sempre com preços muito baixos. Por falta de estrutura e organização coletiva, os pequenos produtores não veem alternativa a não ser depender deste esquema para escoamento da produção.

O artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) preconiza que todo cidadão tem o direito de receber um pagamento justo por seu trabalho e que seja suficiente para arcar com um custo de vida digna à sua família. Ao centralizar o poder de venda, os atravessadores estabelecem relações de exploração econômica no campo que repercutem em padrões de desocupação e influenciam na fixação no campo ou na rejeição do mesmo. Tendo isso em vista, entende-se que as dinâmicas territoriais da agricultura familiar no município de Teresópolis, recorte investigativo da análise, são extremamente excludentes e estão diretamente ligadas ao conceito de *vulnerabilidade*.

Marandola Jr (2011) entende a vulnerabilidade como um processo inerente à constituição dos lugares, portanto incorpora os riscos não só com relação ao contexto geográfico — atributos da paisagem e do ecossistema, aspectos geomorfológicos e hidrológicos, uso e ocupação do solo, organização espacial, e produção do espaço —, mas também à produção social — processos socioeconômicos, dinâmicas demográficas, mobilidade, políticas de saúde, educação e lazer, etc.



Chambers (2006) destaca que a vulnerabilidade é comumente associada a diferentes dimensões de privação, como a fraqueza física, o isolamento, a pobreza e a impotência, no entanto, não é sinônimo dos mesmos. Para o autor, há duas dimensões: a externa, que envolve a exposição de um sujeito a riscos, choques e estresse; e a interna, que diz respeito à impotência, à falta de meios para lidar com perdas.

Ao analisar a paisagem do campo e compreender a situação de vulnerabilidade, é evidente de que não é só uma questão de exposição a riscos — que podem atingir qualquer indivíduo, comunidade ou grupo social —, mas também do fato de que eles não têm os meios suficientes para lidar com esses riscos, fruto de questões intrínsecas às estruturas sociais vigentes e à ineficiência do Estado em atender suas necessidades e direitos básicos. A vulnerabilidade constitui o que pode-se denominar como território de um “devir menor” conceito de Deleuze (1997) associado a relações minoritárias e suas singularidades. Segundo Detoni (2018):

[...] ir ao encontro do território de um devir menor requer estar atento aos processos de subjetivação, aos modos de organização, de articulação, de resistência e de sobrevivência das vidas que pertencem ao território, se apropriam dele, criam-no e reinventam-no diariamente. (DETONI, 2018, p. 65)

Isto posto, o presente trabalho toma como referência o método da cartografia, no qual a produção de dados se dá pelo acompanhamento dos processos humanos (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2015). Os critérios de análise adotados lançam bases para que o pesquisador possa captar aspectos singulares de cada território estudado, à medida que situa e contextualiza seu olhar. É preciso compreender os motivos dos processos de produção de tais territórios de um “devir menor” e todos desejos que envolvem sua construção formal e subjetiva, a fim de propor intervenções arquitetônico-urbanísticas efetivas (DETONI, 2018).

## Materiais e métodos

A Compartimentação da Paisagem consiste em um método cartográfico que se superpõe às delimitações municipais, definindo Unidades de Paisagem a partir da semelhança de dinâmicas e elementos que compõem a paisagem (SILVA, MANETTI e TÂNGARI, 2013). Os critérios adotados para definição das Unidades de Paisagem do município de Teresópolis ao longo do eixo da Rodovia Teresópolis-Friburgo (RJ-130), objeto de

estudo deste trabalho, foram desenvolvidos pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Regina Tângari em sua pesquisa de pós-doutorado. Em seu artigo *Crêterios de análise aplicados aos espaços livres, à forma e à paisagem urbana: escalas, temporalidades e tipos morfológicos*, de 2014, Tângari discorre sobre o uso destes critérios como estratégia metodológica para identificação de tipos morfológicos que apresentem atributos de qualificação da paisagem.

O primeiro critério de análise é denominado *desenho da paisagem*, que cruza a leitura de elementos do suporte físico — como relevo, presença de corpos hídricos e tipos de vegetação — com as relações de intervenção humana no meio para compreender diferenças nos padrões de ocupação. O segundo critério diz respeito ao cruzamento de elementos formais e processos que constituem a *estrutura morfológica* e os padrões morfológicos existentes, tais como a conformação dos assentamentos com relação à determinada faixa de domínio, seja ela rodoviária, ferroviária ou hidroviária. O terceiro critério trata da *qualidade sócio-ambiental* com base nos impactos da legislação urbanística vigente e as normas de uso e ocupação do solo na modelagem da paisagem, com foco nos impactos negativos que a falta de infraestrutura e assistência do poder público traz para determinadas áreas do município. Já o quarto critério analisa os *padrões culturais* e o processo atual de produção das formas urbanas, a partir de questões relacionadas à estética e à modelização que estão diretamente relacionadas à ação do mercado imobiliário frente ao Plano Diretor municipal.

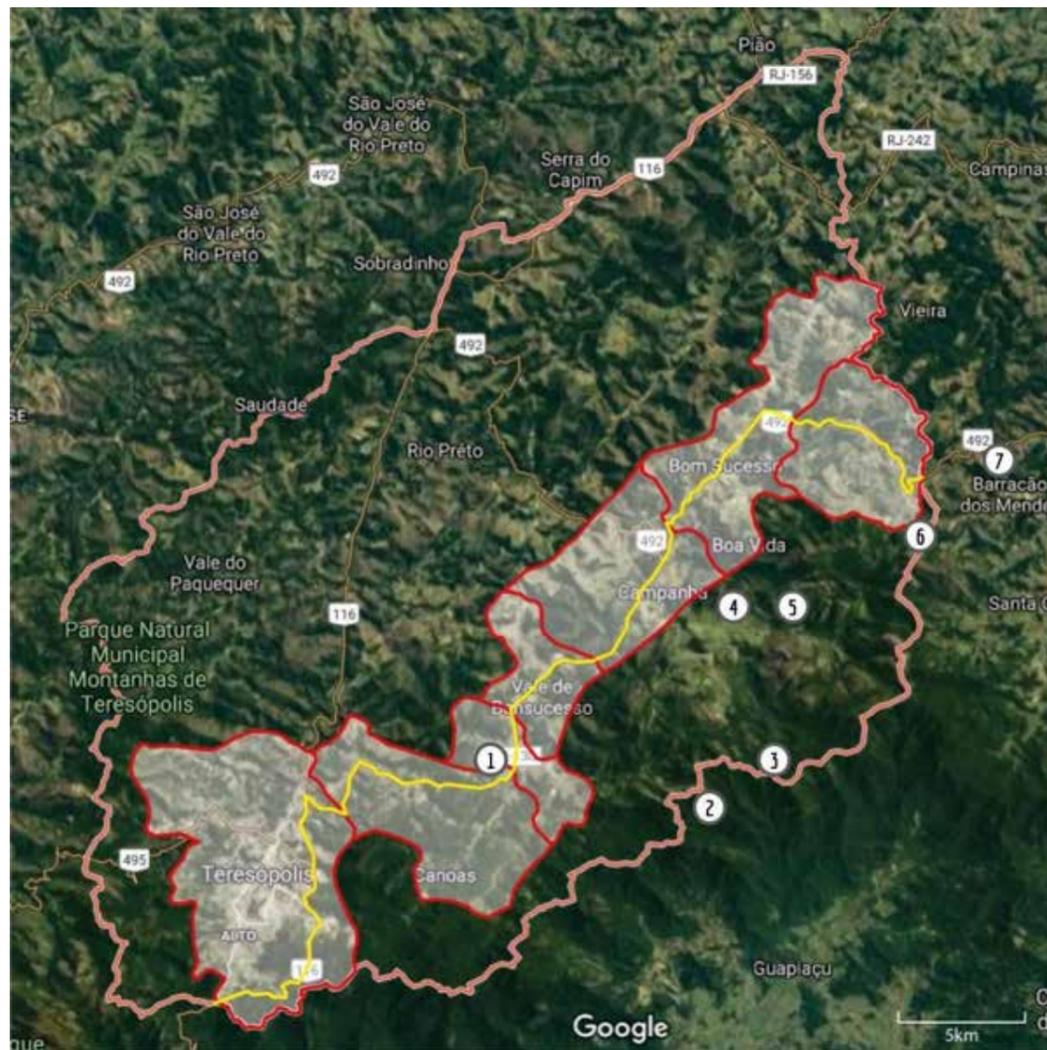
A estes, foi adicionado um quinto critério de análise, denominado *afetividade e territorialidade*, com base na metodologia proposta pelo Prof. Dr. Alex Assunção Lamounier e pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Regina Tângari sobre o tema das Atmosferas de Preferência (LAMOUNIER e TÂNGARI, 2020). Compreender as relações de atratividade e afetividade que permeiam o cotidiano de tais espaços se torna uma etapa essencial em processos participativos de implementação e consolidação de sistemas de espaços livres que se conformem à paisagem e às relações territoriais locais, atendendo às reais demandas da comunidade.

## Resultados e discussão

A Compartimentação da Paisagem levou em consideração a RJ-130 (Rodovia Teresópolis-Friburgo) como faixa de domínio, principal via de tráfego de pessoas e de carga do município de Teresópolis, que conecta o distrito urbano aos distritos rurais e conforma a maior parte de seus assentamentos. Foram selecionados 4 recortes espaciais cujos padrões morfológicos evidenciam contrastes da paisagem do município:

- Relação entre o distrito urbano e os distritos rurais: o distrito urbano do município, conhecido como sede municipal, apresenta a maior concentração populacional apesar de ter menor extensão territorial com relação aos distritos rurais, Vale do Paquequer e Vale de Bonsucesso;
- Relação entre ocupações em planícies e ocupações em encostas: a diferenciação entre as ocupações em planícies e em encostas está diretamente relacionada à disponibilidade de áreas de extensão com relação às demandas populacionais e à localização com relação à faixa de domínio;
- Relação entre estruturas radiais e estruturas lineares: as estruturas radiais são características das ocupações de alta densidade nas áreas urbanas e as estruturas lineares são aquelas que se estendem ao longo das vias de tráfego, em especial as centralidades de bairros rurais ao longo da Rodovia Teresópolis-Friburgo;

Figura 4 - Unidades de paisagem. Fonte: Elaboração própria, 2021.



- Relação entre tecidos urbanos consolidados e tecidos urbanos em consolidação: a concentração de subsídios e políticas públicas do município se concentra nas áreas onde há tecidos urbanos consolidados, enquanto as áreas em consolidação não apresentam um sistema de espaços livres adequado às demandas da população.

A partir disso, foram identificadas 7 Unidades de Paisagem: 1) Sede Municipal, 2) Albuquerque e 3) Vargem Grande — unidades urbanas; 4) Venda Nova, 5) Campanha, 6) Bonsucesso e 7) Vieira — unidades rurais (figura 4).

#### Desenho da paisagem: Suporte físico, intervenção e ocupação

O contraste entre a paisagem rural e a paisagem urbana do município que se dá pelo cruzamento de elementos do suporte físico com as relações de intervenção humana no meio. Observam-se padrões de ocupação urbana de alta densidade nas Unidades de Paisagem urbanas, em um tecido urbano compacto em planícies fluviais, e nas Unidades de Paisagem rurais, padrões de ocupação formados majoritariamente por agricultura, pastagem, florestas e vegetação secundária em estágio inicial, com ocupações em serras escarpadas (RIO DE JANEIRO, 2020).

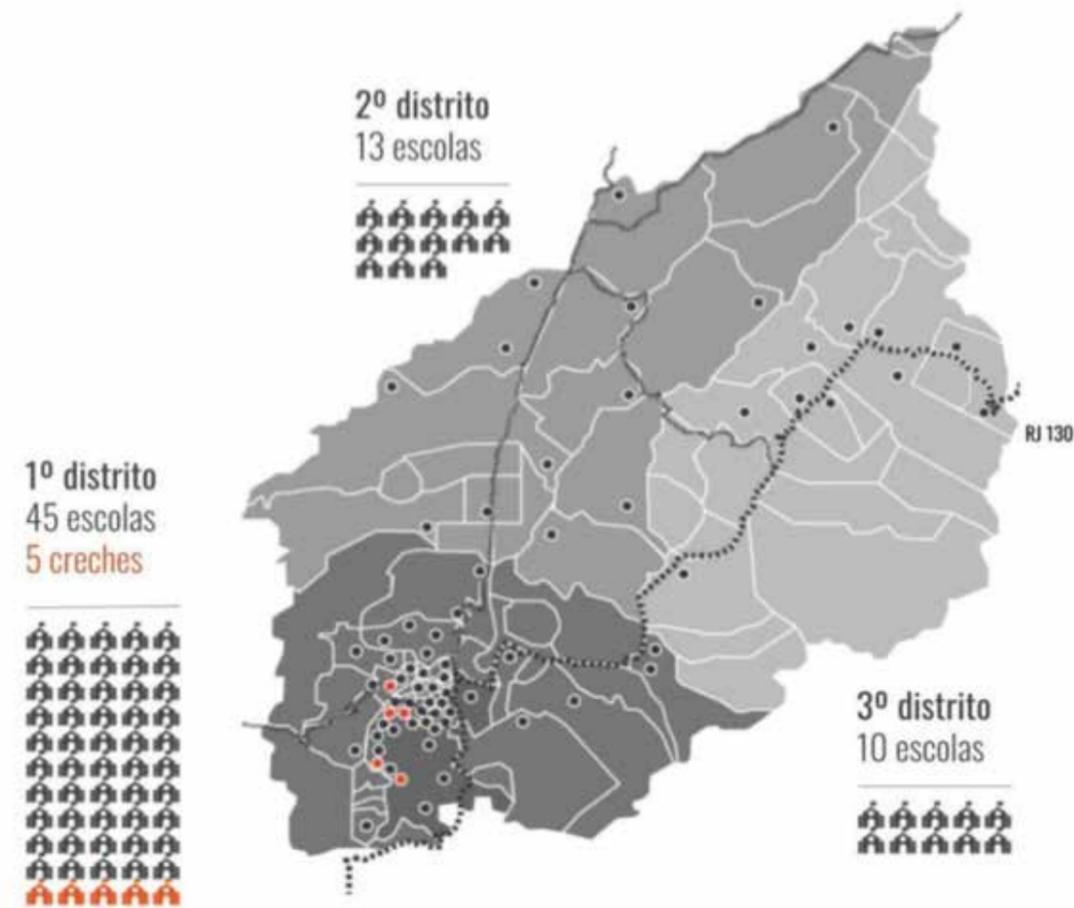


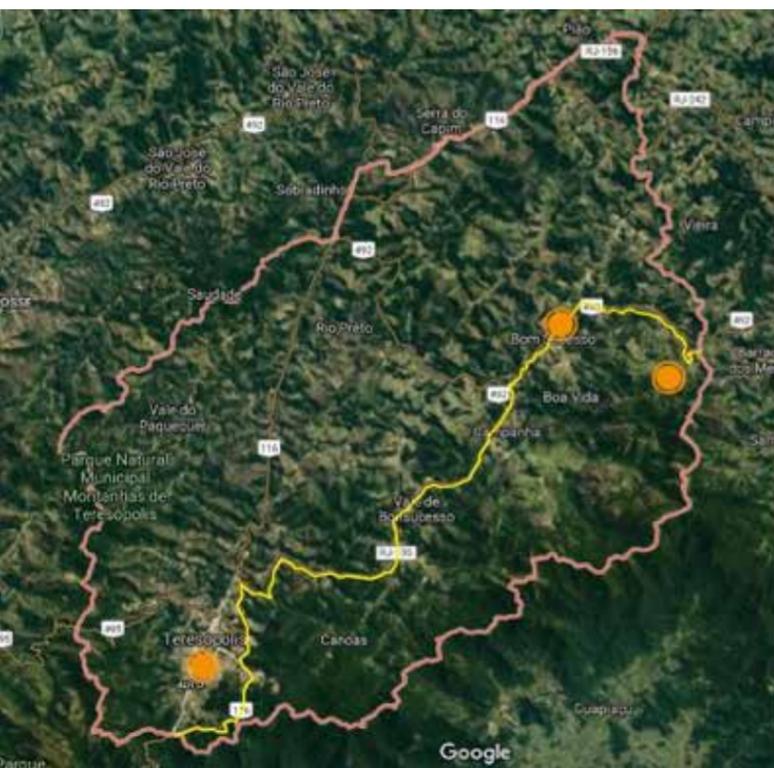
Figura 5 - Distribuição das escolas municipais em Teresópolis. Fonte: Elaboração própria, 2019.

O distanciamento físico entre as Unidades de Paisagem ao longo da Rodovia Teresópolis-Friburgo é reforçado pela desarticulação do transporte público municipal nos bairros fora da centralidade urbana, o que evidencia o contraste entre as Unidades de Paisagem. Há também grande desequilíbrio na distribuição de escolas (figura 5), unidades básicas de saúde e outros equipamentos públicos no município, o que contradiz o artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que preconiza que todos devem ter condições de acessar os equipamentos de serviço público, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015): saúde e bem estar, educação de qualidade, redução de desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis.

#### Estrutura Morfológica: Elementos formais, processos e estruturação

A formação do relevo da Serra dos Órgãos influencia diretamente na configuração sinuosa do eixo rodoviário da RJ-130 (Rodovia Teresópolis-Friburgo), que por sua vez, está diretamente ligado à conformação de padrões morfológicos dos assentamentos a partir desta faixa de domínio.

Dentre estes padrões morfológicos, que são estruturados pelo encontro de elementos formais com os processos humanos, destaca-se a distinção entre matriz (vias e avenidas em tecidos compactos), corredores (rodovias, vias locais e rios) e fragmentos



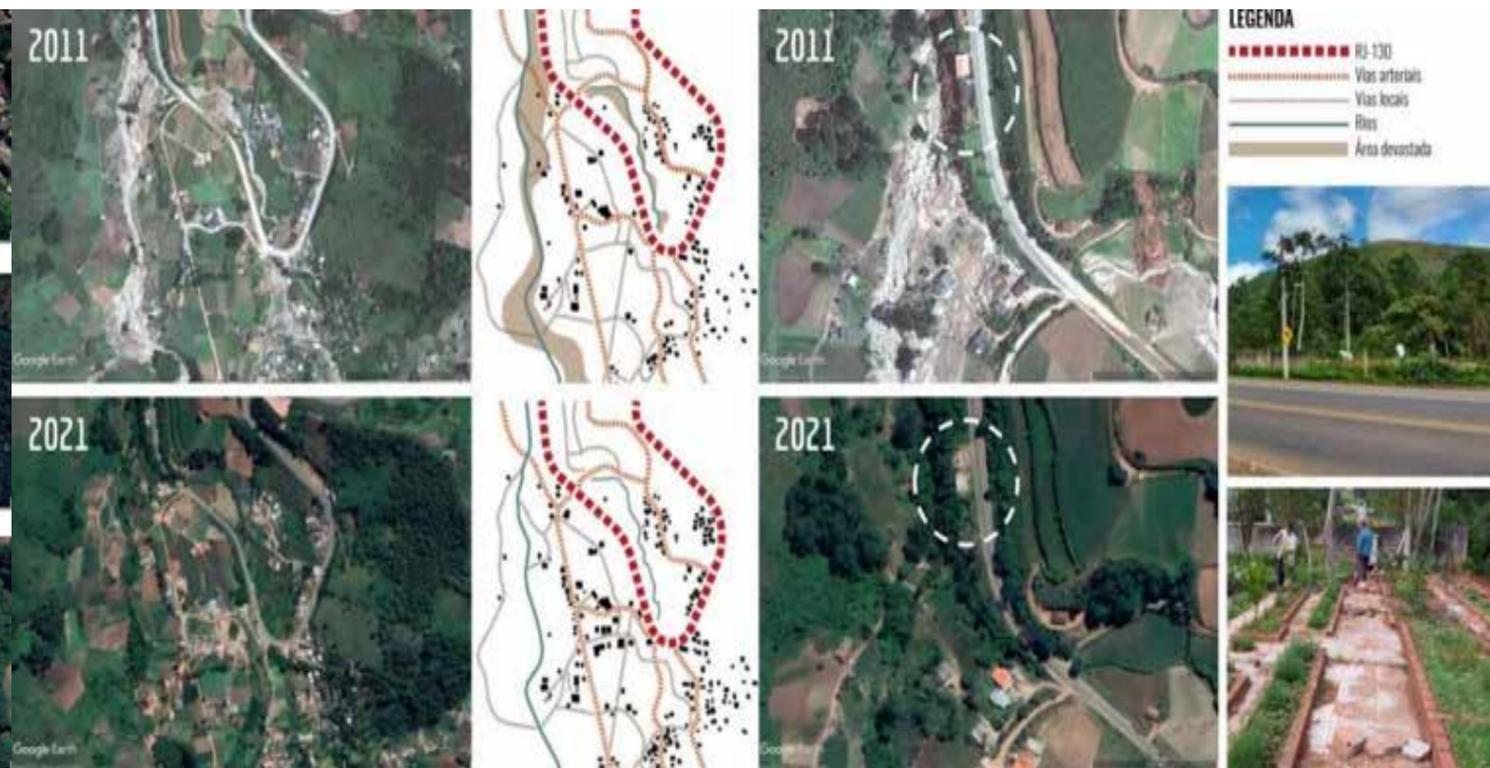
(tecidos dispersos), que podem ser exemplificados respectivamente pela por trechos da Unidade de Paisagem 1 - Sede Municipal, Unidade de Paisagem 6 - Bonsucesso e Unidade de Paisagem - Vieira, respectivamente (conforme figura 6).

### Conflitos Socioambientais: Critérios de avaliação e desempenho

As Unidades de Paisagem urbanas apresentam grande concentração populacional, com classes de renda média e média alta, e configuram áreas de alta especulação imobiliária e crescimento exponencial, enquanto as Unidades de Paisagem rurais se dão majoritariamente por vilas rurais não-adensadas, classes de renda baixa e média-baixa, em áreas com potencial, mas falta de incentivos públicos.

A qualidade sócio-ambiental tem base no impacto da legislação urbanística vigente e as normas de uso e ocupação do solo na modelagem da paisagem, o que permite compreender os processos de ocupação existentes e a previsão de ocupações futuras e seus impactos na paisagem e no meio ambiente. De acordo com o Censo Demográfico Rural de 2017 do IBGE, somente 20% da população rural de Teresópolis conta com rede de abastecimento de água, 9% direciona seus dejetos para a rede de esgotamento sanitário e 70% têm seu lixo coletado por serviço de limpeza, mesmo que de forma precária em um local específico.

O descarte inadequado de resíduos por conta da precariedade na coleta de lixo configura um dos principais problemas ambientais dos bairros rurais do município, o que faz com que muitos despejem os resíduos em rios, enterrem ou queimem nas suas propriedades. Entre os meses de agosto e setembro, há também incidência de fogo natural por conta da vegetação desidratada devido à estiagem associada ao efeito do vento, que atua como fator de alastramento.



### Padrões de Ocupação: Estética, apropriação e modelização

O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Teresópolis, disposto na Lei Complementar nº 79, de 20 de outubro de 2006, tem por objetivos: a valorização e preservação dos recursos naturais, o fortalecimento da vocação do lugar, a ordenação do território e compatibilização sustentável de atividades urbanas e rurais, a ordenação do espaço urbano sem prejuízo à paisagem natural, a promoção da inclusão social e a valorização da identidade cultural e do patrimônio histórico-cultural.

No entanto, o estabelecimento de padrões culturais e o processo atual de produção das formas urbanas a partir de questões relacionadas à estética e à apropriação, prioriza a ação do mercado imobiliário em determinadas áreas da cidade enquanto outras têm expansão desassistida, marcada pela autoconstrução informal.

Nos últimos anos, houve um crescimento vertiginoso do número de condomínios residenciais fechados nas Unidades de Paisagem urbanas, em especial a UP2 - Albuquerque. Estes modelos impostos pelo mercado imobiliário de alto padrão repercutem numa tendência de supressão de áreas verdes ao longo da rodovia para implementação desses empreendimentos.

### Afetividade e Territorialidade: Locais de presenças, ausências, dores, lutos e esquecimentos

Bonsucesso e Vieira (UPs 6 e 7) são bairros rurais que foram extremamente devastados nas enchentes e deslizamentos de terra que assolaram a região serrana no início de 2011. Esses eventos provocaram muitas mortes e muitas famílias ficaram desalojadas, além dos danos ambientais nas plantações às margens dos cursos d'água, onde houve forte erosão e acúmulo de sedimentos (figura 7).

Apesar do destaque que o local recebeu na época da tragédia, ainda se manteve no esquecimento de políticas públicas. A ausência de indicações de pontos de interesse agrícolas nas placas de sinalização da RJ-130 representa a invisibilidade dessa paisagem pelo poder público. Uma forma encontrada pelos moradores locais para ganhar notoriedade em meio à velocidade da rodovia é ocupar as suas margens construindo pontos de venda de seus produtos.

Além disso, a ineficiência do poder público na implementação de espaços públicos de qualidade nas unidades de paisagem rurais faz com que a própria população tenha que buscar alternativas a espaços de socialização, cultura e lazer. Isto contraria o que é preconizado pelo artigo 27 da Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948): que todos devem ter liberdade para usufruir de expressões artísticas e todo tipo de atividades culturais e científicas de sua comunidade.

## Síntese

Ao analisar cada uma das escalas com relação aos critérios definidos, se obtém um panorama dos contrastes entre as unidades de paisagem urbanas e rurais do município de Teresópolis, conforme síntese do Quadro 1. O distrito urbano é marcado por ocupações de alta densidade, vias e avenidas em tecidos compactos, e legislação urbanística segundo o Plano Diretor do município, enquanto os distritos rurais são majoritariamente ocupados por agricultura, pastagens e florestas, estruturados a partir de corredores (rodovias, vias locais e rios) ou de forma fragmentada. Há também sérias questões relacionadas à inação ambiental, expansão desassistida e autoconstrução informal, além de ser cenário de relações de exploração no trabalho agrícola que geram padrões de desocupação e influenciam na fixação do campo.

As ocupações urbanas formam um tecido compacto, em grande parte em planícies fluviais, áreas estas que são de alta especulação imobiliária e crescimento exponencial, seguindo modelos impostos pelo mercado imobiliário de alto padrão. Já as ocupações em encostas se conformam à Serra dos Órgãos, assim como a sinuosidade do eixo rodoviário da RJ-130. Ao percorrer a rodovia, chegando à parte rural do município, encontram-se unidades de paisagem com grande potencial, mas com falta de incentivos públicos, como as áreas que foram afetadas na tragédia de 2011, com casas perdidas e terrenos interditados em encostas de alta declividade e margens de rios.

As estruturas radiais de uma matriz urbana projetada se confrontam às estruturas lineares que se formam a partir da faixa de domínio da rodovia. Nos bairros fora da centralidade urbana, observa-se grande desarticulação do transporte público e falta de infraestrutura viária neste que é o principal eixo de escoamento da produção agrícola do município. Ao longo da rodovia, observa-se uma forte tendência de supressão de áreas verdes para implementação de empreendimentos imobiliários e, pela falta de incentivos e sinalizações adequadas, muitos pontos de interesse que formam a paisagem rural do municípios são invisibilizados por aqueles que percorrem o turístico Circuito Terê-Fri.

As principais diferenças entre as áreas consolidadas, onde há grande concentração populacional, classes de renda média e média alta, e as áreas em consolidação do município, onde predominam classes de renda baixa e média-baixa em vilas rurais não-adensadas, se apresentam o desequilíbrio na distribuição de escolas, unidades básicas de saúde e outros equipamentos públicos de cultura e lazer. Essas áreas opacas, esquecidas com relação à políticas públicas básicas como iluminação pública, são muitas vezes movidas pelas próprias comunidades locais em implementar os próprios subsídios como ato de resistência.

Recortes espaciais selecionados	ESCALAS E PADRÕES DE AVALIAÇÃO - TERESÓPOLIS/RJ				
	DESENHO DA PAISAGEM	ESTRUTURA MORFOLÓGICA	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	PADRÕES DE OCUPAÇÃO	AFETIVIDADE E TERRITORIALIDADE
	Suporte físico, intervenção - ocupação	Elementos formais e processos - estruturação	Crerios de avaliação - desempenho	Estética e apropriação - modelização	Locais de presenças, ausências, dores, lutos e esquecimentos
Distrito urbano x distritos rurais	Ocupação urbana de alta densidade x Agricultura, pastagem, floresta, vegetação secundária em estágio inicial	Matriz: vias e avenidas em tecidos compactos x Corredores: rodovias, vias locais e rios x Fragmentos: tecidos dispersos	Inadequação ambiental: Questões de saneamento e abastecimento de água, coleta e destinação do lixo e incidência de queimadas.	Legislação urbanística segundo Plano Diretor x Expansão desassistida e autoconstrução informal	Relações de exploração no trabalho agrícola que geram padrões de desocupação e influenciam na fixação no campo (ou sua rejeição)
Ocupações em planícies x ocupações em encostas	Tecido urbano compacto em planícies fluviais x Ocupações em serras escarpadas	Eixo rodoviário conformado à sinuosidade do relevo da Serra dos Órgãos	Área de alta especulação imobiliária e crescimento exponencial x Área com potencial, mas com falta de incentivos públicos	Crescimento do número de condomínios residenciais fechados, modelos impostos pelo mercado imobiliário de alto padrão	Casas perdidas e terrenos interditados em encostas de alta declividade e margens de rios são até hoje lembranças da tragédia de 2011.
Estruturas radiais x estruturas lineares	Desarticulação do transporte público municipal nos bairros fora da centralidade urbana	Matriz urbana projetada x Rodovia como faixa de domínio	Falta de infraestrutura viária ao longo da rodovia, que é o principal eixo de escoamento da produção do município	Tendência de supressão de áreas verdes ao longo da rodovia para implementação de empreendimentos imobiliários	A ausência de indicações pontos de interesse agrícolas nas placas da rodovia gera o esquecimento dessa paisagem por quem percorre o Circuito Terê-Fri
Áreas consolidadas x em consolidação	Desequilíbrio na distribuição de escolas, unidades básicas de saúde e outros equipamentos públicos no município	Matriz: tecidos consolidados x Corredores: ocupações lineares x Fragmentos: manchas espraiadas	Grande concentração populacional, classes renda média e média alta x Vilas rurais não-adensadas, classes renda baixa e média-baixa	Áreas iluminadas x áreas opacas: Localidades rurais que sofrem com a falta de iluminação pública	Falta de espaços para cultura e lazer: constituição e manutenção de espaços socialização por parte da própria comunidade

## Conclusão: desdobramentos

Com base nesta análise, retornamos ao questionamento inicial: hospedagem, cultura e lazer para quem? Não é para os agricultores familiares nem tampouco para a população que reside nas unidades de paisagem rurais do município. Essa classe trabalhadora, que movimenta o maior PIB agropecuário do estado, está longe de usufruir dos incentivos turísticos que se concentram nos arredores da sede municipal, sendo inclusive negligenciados quanto a políticas públicas básicas.

Os critérios de análise multiescalar da paisagem possibilitam um olhar mais aprofundado ao impacto dos mais diversos elementos, materiais e imateriais, no processo de formação e transformação da paisagem. São estes critérios que devem ser levados em consideração no processo de formulação de novas legislações urbanísticas e planos de intervenção na paisagem do município de forma justa e equânime.

A aplicação destes critérios de avaliação na compreensão dos contrastes entre as paisagens rural e urbana do município de Teresópolis a partir de suas singularidades, desde a escala macro até a escala do cotidiano dá pistas de como o método de Compartimentação da Paisagem pode ser aplicado em outros recortes de análise de forma que o estudo não seja incoerente com relação aos elementos de formação e consolidação de cada paisagem, mas que aborde adequadamente os padrões morfológicos existentes.

## Referências

- ALTAFIN, Iara Guimarães. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Brasília: CDS/UnB, 2007.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação*

da *Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Brasília, DF, 2006.

CHAMBERS, Robert. *Vulnerability, coping and policy (Editorial Introduction)*. IDS Bulletin, Brighton, vol. 37, n. 4, p. 33-40, 2006.

DETONI, Luana Pavan. *Cidades pequenas: território de um devir menor na contemporaneidade*. 2018. 324p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. *Censo Demográfico Brasileiro*. IBGE: Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017. *Censo Agropecuário Brasileiro*. IBGE: Rio de Janeiro, 2017.

LAMOUNIER, Alex Assunção; TÂNGARI, Vera Regina. Atmosferas de preferência em regiões periféricas de conflitos e vulnerabilidade socioambiental: O Sistema de Espaços Livres na 'Faixa de Gaza Carioca' – Manguinhos, Rio de Janeiro-RJ. In: *COLÓQUIO QUAPÁ-SEL*, São Paulo, 2020. Anais do Colóquio QUAPÁ-SEL. São Paulo: FAUUSP, 2020. p. 233.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp (2001 [1996]).

MARANDOLA JR, Eduardo. Vulnerabilidade do lugar: construção de um objeto e de uma metodologia em população e ambiente. In: MARANDOLA Jr, E.; HOGAN, D. J. (Org.). *Vulnerabilidade do lugar e riscos na Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2011, p. 13-22.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2015*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Ciência e Tecnologia. Fundação Cecierj. *Atlas Escolar: Município de Teresópolis*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2020.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira; MANETTI, Claudio; TÂNGARI, Vera Regina. Compartimentos e Unidades de Paisagem: método de leitura da paisagem aplicado à Linha férrea. *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, v. 31, p. 61-80, 2013.

TÂNGARI, Vera Regina. Critérios de análise aplicados aos espaços livres, à forma e à paisagem urbana: escalas, temporalidades e tipos morfológicos. In: *COLÓQUIO QUAPÁ-SEL*, São Paulo, 2014. Anais do Colóquio QUAPÁ-SEL. São Paulo: FAUUSP, 2014. p. 248.

# QUALIFICAÇÃO URBANA PARTICIPATIVA CRAS SÃO GONÇALO Acolher a partir do espaço

PARTICIPATORY URBAN QUALIFICATION  
CRAS SÃO GONÇALO  
Welcome from space

Luciele dos Santos Oliveira<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo traz como foco um projeto de requalificação de um recuo de ajardinamento de um prédio público. Este espaço desempenha um trabalho de assistência social, em loteamentos de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social. Assim, o projeto tem a intenção de aproximar a comunidade e fazer com que ela se aproprie desse espaço, alcançando mais famílias em situação de vulnerabilidade social. O projeto ocorreu no prédio que abriga a sede do CRAS – São Gonçalo, localizado no loteamento Navegantes, situado na zona leste da cidade de Pelotas/RS.

Palavras-chave: requalificar, urbano, CRAS, projeto.

## Abstract

*This article brings as focus a requalification project, of a garden setback space of a public building, which performs a social assistance work, in low-income lots and social vulnerability situation, to which the project intends to approach the community and make it take ownership of this space, so that it can reach more families in social vulnerability situation. The project took place in a neighborhood located in the eastern part of the city of Pelotas/RS, the building houses the headquarters of CRAS - São Gonçalo, which is located in the subdivision Navegantes.*

*Keywords: requalification, urban, CRAS, project.*

## Introdução

No mês de Agosto do ano de 2019 o projeto de extensão Vizinhança, vinculado ao Núcleo de Pesquisas em Arquitetura e Urbanismo (NAUrb), laboratório do curso de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), realizou um projeto de requalificação no prédio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – São Gonçalo que fica localizado no loteamento navegantes, na cidade de Pelotas/RS.

Uma vez reconhecida a importância do papel desenvolvido pelo CRAS São Gonçalo para a comunidade no qual se insere, este projeto teve como objetivo aproximar as pessoas desse núcleo, expandindo seu alcance para os outros loteamentos do bairro. De acordo com o III Plano Diretor de Pelotas, o bairro São Gonçalo é composto pelos seguintes loteamentos: Balsa, Ambrósio Perret, Parque Urbano 3, Nossa Senhora de Fátima, Navegantes, Village, Cruzeiro, Umuarama e Marina Ilha Verde.

A ideia central do projeto foi requalificar o pátio de entrada do prédio, ao qual é escondida por uma fachada de muros altos e um posto desativado da Brigada Militar. Esses elementos escondem o prédio, tornando-o pouco visível para as pessoas que passam por ali, impedindo inclusive a sua identificação.

Com isso, visou-se melhorar o espaço físico dessa entrada, com a intenção de que as pessoas se sentissem acolhidas e quisessem aproveitar o espaço que foi feito para assistí-las, protegê-las e dar-lhes oportunidades.

O CRAS tem um compromisso social de identificar as fragilidades e necessidades das famílias da sua região, atuando de forma a orientá-las e protegê-las, e está aberto para todas as pessoas que desejam fazer parte de suas assistências.

O centro tem a função de fazer o cadastro das famílias de baixa renda, ou seja, e a partir deste cadastro que as famílias podem ou não serem beneficiadas por programas de assistência social governamental, tais como: Auxílio Brasil” (antigo Bolsa Família), Auxílio Gás, cobranças mais baixas nas contas de energia elétrica e abastecimento de água, entre outros. Além disso, e através de um valor mensal, o CRAS auxilia financeiramente na renda dessas famílias, que muitas vezes não possuem nenhuma fonte de renda além dos auxílios.

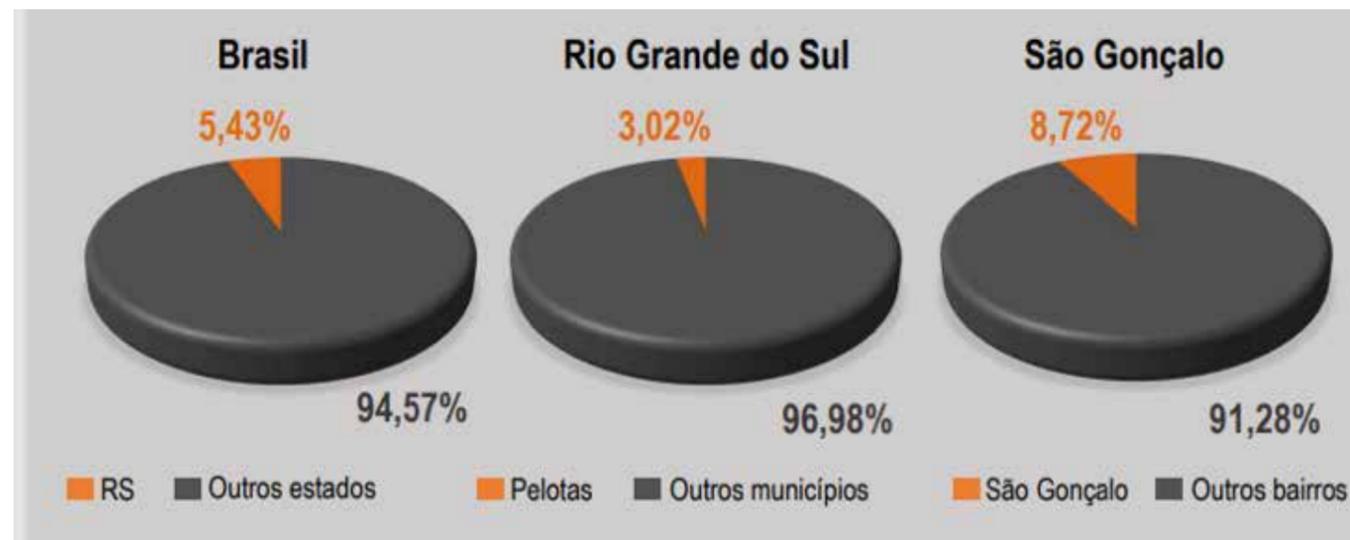
O CRAS também fica responsável de acompanhar o rendimento escolar dos adolescentes e crianças dessas das famílias cadastradas e que têm o acesso aos benefícios sociais do governo federal. Se necessário, é disponibilizado um reforço escolar no turno inverso da escola. Além disso, o CRAS disponibiliza para a comunidade cestas básicas, cursos de informática, curso de línguas como: inglês e espanhol, curso de artesanato e assistência psicológica. Dessa forma, as famílias são conforme as suas urgências e necessidades.

Depois de identificar a importância desse trabalho desenvolvido pelo Centro de Assistência e a situação na qual se encontra o prédio que o abriga, entendeu-se a necessidade de aproximar mais essas famílias em situação de vulnerabilidade social a partir do espaço físico, isto é, a partir da primeira impressão dada a de quem passa por ali.

Cuti e Noumanova (ano), recordando o que diz Kohlsdorf (1996) e Yázigi (2001), em seus trabalhos, diz que:

Pode-se dizer que a identificação com o ambiente físico é influenciada

<sup>1</sup>Técnica de Edificações e Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo/UFPEL.



pelas características físicas presentes na paisagem e a percepção sofre, por sua vez, interferência de aspectos simbólicos nesse processo. Isso se manifesta por meio da composição dos elementos do lugar, que definem o seu caráter próprio e intransferível, e a partir deles que cada pessoa reconhece, descreve, diferencia e avalia. Assim, está relacionada com a individualidade de um ambiente urbano (CUTI; NOUMANOVA, 2022, p. 250).

### O bairro

De acordo com VIEIRA [et al.] ,

[...] fora os loteamentos consolidados na periferia do Centro, como Fátima, Navegantes e Balsa, todo o resto foi, durante muito tempo um vazio ocupado pelas enchentes periódicas contidas pelos diques de drenagem (VIEIRA, 2017, p.3).

A região era um local de passagem, servindo de ligação entre o centro e os bairros Areal e Laranjal. No entanto, a partir da década de 80, começaram a surgir novos loteamentos residenciais e a consolidação dos loteamentos Balsa e Navegantes. Além da parte residencial já consolidada, diversos empreendimentos comerciais e imobiliários, instalaram-se no local, como: o Hipermercado Big, o Shopping Pelotas, o Parque Una e os condomínios residenciais Lagos São Gonçalo e Umuharama.

O bairro São Gonçalo possui em torno de 28.608 habitantes (IBGE, 2010) e sua representatividade populacional dentro do município de Pelotas é maior do que a representatividade do município no estado e do estado no país. Além disso, é importante destacar que o bairro possui vasta cobertura das chamadas Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural (AEIAN) e abriga quatro dos vários casarões existentes das antigas charqueadas pelotenses.

Segundo o censo de 2010 do IBGE, o percentual de mulheres habitantes na cidade de Pelotas era 53,1%, enquanto o de homens era de 46,9%. Enquanto isso, a população do bairro São Gonçalo, que representa 8% da população total pelotense, possui 53,6% de mulheres e 46,4% de homens, com esses dados podemos perceber que na Cidade e no Bairro São Gonçalo a predominância de mulheres se sobrepõem a quantidade de homens.



Outro fator importante a se analisar do bairro é renda média mensal, obtido através do setor censitário do bairro, extraído de mapa interativo do Censo IBGE (2010) e com o resultado obtido, podemos afirmar que mais da metade do bairro é constituída por uma população cuja renda média mensal não ultrapassa os R\$2.188,00.

O Centro de Referência de Assistência Social – São Gonçalo (CRAS), fica localizado no loteamento Navegantes e conta com uma equipe de três psicólogas, duas assistentes sociais e quatro educadores sociais. A equipe propõe diversas atividades de lazer e de capacitação para idosos, crianças e adolescentes. A assistência inclui também uma horta comunitária, onde, além de aprender técnicas de cultivo, os moradores participantes podem agregar à mesa os produtos colhidos (RABASSA, 2018).

Atualmente o prédio está escondido por um muro alto, o seu amplo pátio de entrada está em estado de degradação e não possui um uso, com piso quebrado, com problemas de infiltração, devido a umidade, pois o prédio está no mesmo nível da rua, então quando chove a entrada fica submersa, possui ao lado um posto de polícia desativado, que se tornou um vazio urbano, causando insegurança e medo por quem transita por ali.

### Metodologia

A metodologia aplicada para realização de um projeto desse porte, requer um plano de necessidades. Esse plano aponta as necessidades e interesses de quem vai de fato utilizar o espaço. Para tal são previstas entrevistas com essas pessoas da comunidade, como base de informações para as informações que serão formadoras do projeto.

No entanto, a comunidade que compõe o escopo desse projeto é muito ampla, para o tempo determinado para a composição do projeto. Trata-se de um projeto de extensão com prazo pré-determinado de atuação. Assim, para o desenvolvimento desse projeto foram adotadas estratégias para otimizar esse tempo e coletar essas informações o quanto antes.

O ponto de partida foi conhecer o espaço físico e fazer reuniões com as lideranças da comunidade. Nesse processo chamou-se as lideranças que interagem com o espaço do CRAS São Gonçalo, e estimuladas a colocarem as demandas mais latentes da comunidade em relação ao espaço. Essa interlocução gerou muitas informações, e nem todas cabiam ser solucionadas por esse projeto, porém essas informações foram acolhidas, no processo de escuta para futuros projetos.



Figura 4 - Entrada do CRAS- São Gonçalo, Pelotas/RS imagem da autora (2019).

Outra estratégia que foi importante foi a aplicação do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), que trata de incluir e envolver os usuários nas etapas de elaboração do projeto, com ações participativas desses usuários, ouvindo deles quais são as necessidades do espaço. O DRUP é uma ferramenta que vem sendo utilizada e estudada a muito tempo. Sua aplicação começou nas comunidades de baixa renda na África.

Esse método proporciona uma agilidade nos processos de conhecimento local, pois evita pesquisas muito longas, com alto custo, que muitas vezes coleta um excesso de informações, que podem não ser relevantes ao projeto. Nessa metodologia privilegia os prazos curtos, pois as informações relevantes chegam com maior rapidez.

No CRAS, o DRUP foi aplicado nos grupos etários que fazem uso do espaço, que são: crianças de 6 a 12 anos, adolescentes de 13 a 18 anos, adultos de 19 a 59 anos e nos idosos de 60 anos ou mais. Esses grupos são os que fazem uso dos espaços nos turnos em que o centro está em funcionamento, com assiduidade. Para aplicar o DRUP utilizou-se os grupos separados, a fim de entender a visão de cada um dos grupos, dessa forma é possível pensar um projeto que atenda ao menos uma necessidade de cada grupo.

Foram aplicadas duas perguntas iguais para todos os grupos que participarem do estudo. As respostas capturadas apresentaram muita similaridade, porém com intensidades diferentes. A partir das respostas foram criadas nuvens de palavras, que descreviam as respostas apuradas. Cada grupo pesquisado gerou uma nuvem descritiva de palavras. Essas nuvens foram novamente reagrupadas por similaridade de respostas, o que gerou uma nuvem geral. Essa nuvem geral foram os elementos norteadores do plano de necessidades do projeto de extensão.

### O Levantamento

O projeto teve duração de aproximadamente cinco meses e contou com a participação de alguns alunos voluntários da disciplina de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL. A partir da metodologia aplicada para coleta do plano de necessidades, realizou-se reuniões com Gabriela Azevedo, ex-coordenadora do centro, líderes comunitários e usuários do espaço que foram participes da aplicação do DRUP, nos dias 15 e 22 de agosto de 2019, que teve como intenção a coleta



de informações de todos os grupos de usuários do espaço. O DRUP consistiu-se em duas perguntas claras e objetivas que foram:

1. O que faz falta no espaço do pátio de entrada do CRAS?
2. Seria interessante uma feira de insumos e artesanato ocupando o antigo posto da Brigada Militar?

Agrupando as respostas em nuvens de palavras. Obtivemos as informações elencadas abaixo do grupo de crianças, de 6 a 12 anos. Percebe-se que todas as palavras tem quase a mesma intensidade de repetição, as palavras ditas por este grupo foram: atividades lúdicas, mobiliário, iluminação, playground, plantas e esporte. No qual descrevemos graficamente conforme a figura 5.

No grupo de adolescentes, entre 13 a 18 anos as palavras tem diferentes intensidades, as palavras mencionadas foram: Esportes, Plantas, Atividades ao ar livre, Mobiliário, Espaço Criativo, Playground, Lazer, Internet e pavimentação. Apresentamos abaixo a representação das palavras do grupo pesquisado, como demonstra a figura 6.

O grupo de adultos, entre 19 a 59 anos as palavras têm diferentes intensidades e as palavras mencionadas são: Mobiliário, Plantas, Atividades ao ar livre, Mobiliário, Atividades Lúdicas, Iluminação, Lazer, Playground. Oficinas e Segurança. Conforme figura 7.

O grupo de 60 anos ou mais, apesar de ter uma presença e ocupação incisiva no espaço do CRAS, não tinha muitas exigências e pediram apenas três itens, que foram eles: Atividades ao ar livre, Plantas e mobiliário. A nuvem de palavra descreve as prioridades desse apresentadas na figura 8.

Com a representação das demandas dos grupos pesquisados, foi possível criar uma nuvem global, apreendendo as necessidades dos grupos e agrupando os pontos comuns entre os grupos. A nuvem geral, que engloba os quatro grupos de usuários do espaço, tem a presença de todos os desejos mencionados no diagnóstico aplicado, mas perceber-se que quatro palavras são mais expressivas, que são: Mobiliário, Plantas, Atividades ao ar livre e esportes. Abaixo apresentamos a representação do coletivo de usuários do CRAS São Gonçalo.

Figura 5 - Resultado do Drup aplicado no grupo de crianças usuárias do CRAS - São Gonçalo. Figura 6 - Resultado do Drup aplicado no grupo de adolescentes usuárias do CRAS - São Gonçalo. Figura 7 - Resultado do Drup aplicado no grupo de adultos usuárias do CRAS - São Gonçalo. Figura 8 - Resultado do Drup aplicado no grupo de idosos usuárias do CRAS - São Gonçalo. Imagens da autora e da voluntária Lara Zoia Calderipe, (2019).



Cuti e Noumanova, apud Norberg-Schulz (1980), diz o seguinte:

As pessoas se identificam com o ambiente quando possuem afinidades com suas características particulares. A identificação não é uma qualidade do ambiente, mas sim da relação do usuário com ele. Assim, é possível destacar essa possibilidade de identificação do usuário a partir de elementos físicos, de possibilidades de socialização que aquele ambiente oferece ou ainda com características culturais presentes (Cuti; Noumanova, 2022, p.250).

### O projeto

A coleta dos dados junto a comunidade, criou o plano de necessidade do CRAS São Gonçalo. Esse plano foi a base para a elaboração do projeto de extensão que traria soluções para a demanda proposta. Durante os meses de elaboração do projeto, o grupo se reunia todas as semanas para conversar, trazer ideias, referências e sugestões para que o desejo dos utilizadores do centro se tornasse possível.

Percebeu-se que havia a necessidade de requalificação do prédio, mas principalmente a sua entrada que contempla um recuo de ajardinamento vasto. Esse recuo é a primeira vista de quem passa pelo prédio. Nesse espaço identificamos que seria possível criar diversas oportunidades que atendam as demandas dos usuários e, também aproximar o restante da comunidade deste espaço público que tem por finalidade serviços de assistência social importante.

Criar um ponto focal no loteamento Navegantes, que envolva os equipamentos públicos disponíveis no local, é gerar um contraponto a expansão territorial de condomínios comerciais e residenciais que envolvem o entorno da área São Gonçalo, partindo de um território pré estabelecido, que é a própria comunidade. É possível perceber que a mudança no cenário físico do entorno do loteamento Navegantes pode ser entendido de forma negativa, por dar a sensação de estar sendo “empurrado” pelo empreendimento Parque Una.

Esse empreendimento que trata de um novo condomínio de empreendimentos comerciais e residenciais de alto padrão que é separado do loteamento Navegantes pela, Avenida Bento Gonçalves, e gera uma segregação sem precedentes, com o território do entorno do loteamento, além de uma exclusão das e pessoas de baixa renda e, conseqüentemente o enfraquecimento dos laços humanos com o território. Quanto à comunidade: Cuti e Noumanova, apud Elali e Medeiros (2011), diz que:



*Agapanthus africanus*



*Ficus pumila*



*Gardenia jasminoides*



*Parthenocissus tricuspidata*



*Rhododendron simsii*



*Thumbergia grandiflora*

Figura 10 - Espécies utilizadas no projeto, de fácil acesso de compra e ou doação e com capacidade de se adaptar ao projeto. Imagem da autora (2019).

Entende-se que as relações afetivas com o lugar se originam dos sentimentos que as pessoas desenvolvem a partir do cenário físico. Quando a pessoa tem uma vinculação afetiva com o local, por meio da experiência, e esse vínculo é relativamente duradouro, como é no caso de moradores, aquele lugar adquire uma importância pelas suas particularidades. Isto é, o lugar significa algo para além da função e as relações de afeto traduzem um apego ao que é simbólico também (CUTI; NOUMANOVA, 2011, p.251).

Partindo da percepção de que os moradores devem ter uma identificação com o local onde habitam, e sendo o CRAS São Gonçalo um importante equipamento público dentro da área do loteamento Navegantes, que pode assumir um papel relevante na paisagem da localidade em contraponto aos empreendimentos imobiliários do entorno, que por hora representam somente uma mudança de cenário físico, que recrudescer as diferenças territoriais.

A partir das quatro palavras chaves, começou a se pensar como realizá-las no ambiente indicado como adequado para a intervenção, que é o pátio de entrada. O resultado final contemplou áreas verdes, com projeto paisagístico, realizado pelo grupo extensionista



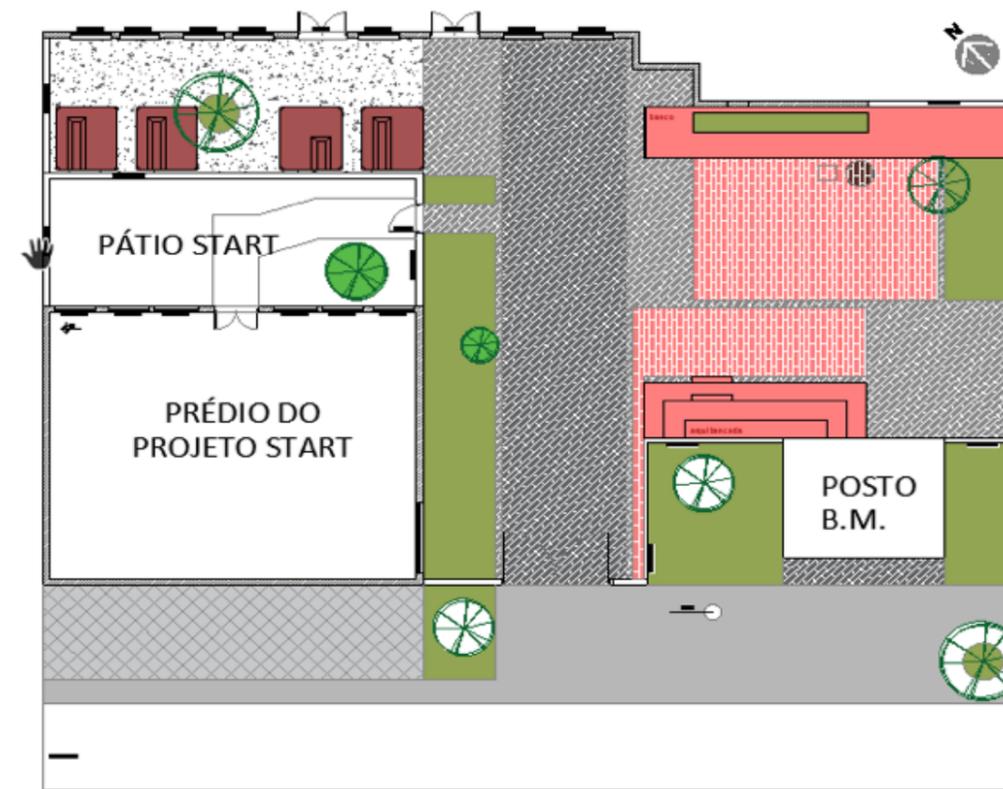
do projeto vizinhança. O projeto partiu da escolha das espécies que poderiam ser utilizadas no projeto (figura 10).

O projeto paisagístico apresenta uma remodelagem do espaço de entrada do CRAS São Gonçalo.

As escolhas de pavimentações ficou a cargo dos voluntários, que trabalharam com pisos de tonalidades diferentes, gerando uma pavimentação mais lúdica ao espaço, tornando-o mais colorido, divertido e agradando a todos os grupos do projeto.

A graficação e geração dos resultados finais para a apresentação do projeto ficou a cargo do bolsista e voluntários, que juntamente com as coordenadoras desse projeto, apresentaram em dezembro de 2019 as propostas da requalificação, contendo no projeto: um estudo paisagístico com espécies apropriadas, que além de se adaptarem bem ao espaço também eram baratas de se adquirir e ou poderiam ser doadas:

- uma pavimentação nova;
- espaço para algumas vagas de estacionamento;
- uma arquibancada com um espaço aberto para realização de práticas



ao ar livre, como: apresentações, atividades físicas, leituras etc;

- um espaço de espera para o atendimento ao ar livre, separado do espaço de atividades;
- a transformação do antigo posto desativado da Brigada Militar em uma loja para venda de produtos da horta comunitária e dos artesanatos produzidos pelos usuários do CRAS.

### Considerações finais

O projeto foi apresentado à comunidade, ficando em exposição na localidade, além de ter sido apresentado para algumas autoridades do poder público municipal como: o secretário de assistência social e advogado, Luiz Eduardo Longaray, para tentar uma possível execução do projeto elaborado.

Figura 13 - Espaço requalificado com áreas verdes, mobiliário, antigo posto da Brigada militar também requalificado. Figura 14 - Jogo de quatro imagens, mostrando os espaços e suas propostas de uso. Imagens da autora e da voluntária Lara Zoia Calderipe, (2019).



Houve também uma visita na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, para que se interessasse do projeto extensionista, para contemplar a unidade do CRAS – São Gonçalo, para que o projeto desenvolvido pelo grupo de extensão da Universidade Federal de Pelotas, pudesse compatibilizar com as propostas municipais já existentes, a fim de que houvesse a intenção por parte do poder público de executar tal projeto, para melhorar as práticas já existentes do CRAS, tornando possível e concreto, o projeto e tudo que ele traria material, social e assistencial para as famílias em situação de vulnerabilidade social. Além de aumentar os laços do loteamento, com seus núcleos de serviços prestados à comunidade, tendo em vista que o CRAS está ao lado da Unidade Básica de Atendimento Imediato (UBAI), que teve sua sede requalificada em 2017.

O projeto tem e teve um papel importante para as comunidades comentadas, pois as pessoas se sentem ouvidas, sentem que suas necessidades são importantes e buscam através destes centros sociais levar as faltas do poder público ao atendê-las ou atendê-

las de forma equivocada, sem esse entender prévio das suas reais necessidades. A UFPEL tem atendido as comunidades mais carentes da cidade de Pelotas com esses projetos de extensão, pesquisa e ensino que são voltados para as comunidades como as do São Gonçalo e como tantas outras que se fez projetos importantes, mas sempre ouvindo as comunidades.

Muitas são as comunidades beneficiadas como: Loteamento Pestano, Dunas, Lindóia, Balsa, Getúlio Vargas, que são comunidades que foram localizadas e que são de baixa renda, que precisam de algum projeto, urbano e de infraestrutura, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas, promovendo mais saúde, educação, uma via pavimentada, acesso a água canalizada, iluminação pública, melhor facilidade de locomoção às pessoas com comorbidades, para que elas possam se sentir seguras ao saírem de casa.

### Agradecimentos

Este projeto foi realizado dentro projeto de extensão Vizinhança, coordenado pela professora da Universidade Federal de Pelotas, Nirce Saffer Medvedovski que também é coordenadora do laboratório Naurb (Núcleo de Pesquisas em Arquitetura e Urbanismo), onde foi desenvolvido o projeto e entregue a comunidade.

Aos voluntários Lara Zoia Calderipe, João Pedro Wouters de Oliveira, Gerônimo Genovese Dornelles, Tanise Gouvea dos Santos, Pedro Henrique B. Dos Santos e Victor Brauner Krebs que ajudaram sem medir esforços na elaboração do projeto, sempre com a intenção de realizar dentro das limitações os anseios dos usuários.

### Referências

CUTI, Aurielle Fogaça; NOUMANOVA, Natalia. Associações simbólicas e afetivas dos moradores com a paisagem da cidade pequena. *Revista Píxo*, 2022, volume 6, pag. 249 à 263.

ELALI, Gleici Azambuja; MEDEIROS, Samia. Thais Feijó de. (2011). Apego ao lugar (Vínculo com o lugar – Place attachment). In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleici (Orgs.). *Temas básicos em psicologia ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 53-62.

IBGE. <https://www.ibge.gov.br/>

GEOPELOTAS. <https://geopelotas-pmpel.hub.arcgis.com/>

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora UnB, 1996.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer; KERKHOF, Hélien Vanessa; SOPEÑA, Sirlene de Mello; CATHARINA, Roberta Taborda Santa; GUIMARÃES, Elisa Santos; ALMEIDA, Heitor. De 2015. *Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP): Um relato sobre a ferramenta como instrumento para processos participativos em habitação de interesse social – uma ação extensionista*.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius loci: Towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, 1980.

RABASSA, Adriana. *Horta comunitária transforma realidades em Navegantes*.

Disponível em: <<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/horta-comunitaria-transforma-realidades-nonavegantes>>

RIVLIN, Leanne. *Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as interações pessoa-ambiente*. Traduzido do original por Gleice Elali. Estudos de Psicologia (Natal), v. 8, n. 2, p. 215-220, 2003.

VIEIRA, Sidney G. et al. *Territorialidades e identidade no bairro São Gonçalo em Pelotas, RS*. 2017. 5 p. Texto colaborativo (Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais). Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

# INFLEXÕES AMBIENTAIS ATÍPICAS EVIDENCIADAS PELA PANDEMIA COVID-19

## ATYPICAL ENVIRONMENTAL INFLECTIONS EVIDENCED BY THE PANDEMIC COVID-19

James Miyamoto<sup>1</sup>,  
Patricia Drach<sup>2</sup> e José Ripper Kós<sup>3</sup>

### Resumo

A paralisação de atividades sociais e econômicas (*lockdown*), em função da necessidade de isolamento, nos primeiros meses da pandemia COVID-19, repercutiu negativamente na economia, mas positivamente no meio-ambiente. Involuntariamente e por um curto intervalo de tempo, foi possível se vivenciar em tempo real a redução do lançamento de poluentes. O objetivo geral deste trabalho é discutir a influência antrópica no sistema ecológico do planeta. Como processo metodológico, foram destacados momentos históricos importantes, com ênfase no estudo das emissões atmosféricas. Parte-se do contexto das primeiras evidências de poluição, na Revolução Industrial (1770). Em seguida, particulariza-se o período pós-guerra (1950), em que alterações de paradigmas tecnológicos influenciaram a qualidade ambiental, até chegar à crise sanitária (2020), quando houve redução abrupta de atividades. Como resultado apresenta-se a necessidade em se lidar com a tecnologia de forma mais cuidadosa, com preocupações ambientais de forma sistêmica.

Palavras-chave: crise sanitária, *lockdown*, redução de poluentes, poluição atmosférica, questões ambientais.

### Abstract

*The stoppage of social and economic activities (lockdown), due to the need for isolation, in the first months of the COVID-19 pandemic, had a negative impact on the economy, but positively on the environment. Involuntarily and for a short period of time, it was possible to experience in real time the reduction in the release of pollutants. The general objective of this work is to discuss the anthropic influence on the planet's ecological system. As a methodological process, important historical moments were highlighted, with emphasis on the study of atmospheric emissions. It starts from the context of the first pollution evidence, in the Industrial Revolution (1770). Then, the post-war period (1950) is particularized, in which changes in technological paradigms influenced environmental quality, until reaching the health crisis (2020), when there was an abrupt reduction in activities. As a result, we present the need to deal with technology more carefully, with environmental concerns in a systemic way.*

*Key-words: sanitary crisis, lockdown, pollutants reduction, atmospheric pollutants,*

1 Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB-UFRJ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Urbanismo. Mestre em Engenharia Ambiental. Mestre em Arquitetura. Coordenador do Laboratório de Ecologia Urbana/PROURB-UFRJ.

2 Arquiteta e Urbanista. Doutora em Modelagem Computacional LNCC/MCTI. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Especialização em Gestão e Restauro Arquitetônico e do PPDESDI da ESDI/UERJ Petrópolis. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo PROURB/UFRJ.

3 Professor Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, docente dos programas de pós-graduação PósARQ-UFSC e PROURB-UFRJ e coordenador do Laboratório de Ecologia Urbana/DAU-UFSC.(<https://leur.ufsc.br>).

*environmental issues.*

### Introdução

Em 31 de dezembro de 2019, a República Popular da China informou à *World Health Organization* (WHO) uma incidência de pneumonia atípica em Wuhan, a maior cidade da província de Hubei. Uma semana mais tarde, foi identificado um vírus denominado SARS-CoV-2. Em 11 de março de 2020, a WHO decretava a pandemia da COVID-19 (WHO, 2020a). Naquela data, cerca de 280 pessoas eram vitimadas mortalmente pela doença, perfazendo 4.616 mortes. Exatamente um mês mais tarde, em 11 de abril de 2020, aproximadamente 6.890 indivíduos morreriam pela mesma causa, acumulando um total de 116.634 mortes, evidenciando uma escalada ascendente e vertiginosa do desastre sanitário (OUR WORLD IN DATA, 2021). Paralelamente, essa situação expôs diferentes perspectivas de uma latente crise ambiental e socioeconômica, de forma absolutamente abrupta. Assim, a premissa profilática do isolamento físico ou, como mais comumente se preferiu denominar, o “isolamento social”, se instalou rapidamente, com retrações de variadas ordens: industriais, comerciais, serviços e mobilidade, dentre outras.

Subitamente, em função da redução do tráfego rodoviário e aéreo, o fechamento de fábricas e a suspensão dos serviços, dentre outros fatores, foi identificada a diminuição da presença de poluentes do ar. Após um longo período de crescente e recorrente deterioração da qualidade atmosférica, a observação de tal evento representou um alento relacionado à melhoria dos padrões ambientais, a despeito da constatação da deletéria dinâmica humana no planeta. Dada sua intensidade e rapidez, essa involuntária e inesperada experiência merece mais atenção e pesquisa, para que se possa reforçar as hipóteses de que a ação antrópica tem influência direta no meio ambiente e que a reversão da degradação ambiental ainda é possível.

Normalmente, o mundo científico baseia suas ações e instrumentalizações em modelos teóricos que resultam em simulacros que procuram rebatimentos em aproximações da realidade sensível e, em essência, possuem viés especulativo, prospectivo e estatístico. Desta vez, durante a pandemia, o planeta se tornou o laboratório em escala 1:1 de si mesmo, no qual as análises e conclusões se deram no universo prático. Houve a oportunidade ímpar de observação *in loco* de fenômenos sociais e ambientais, em tempo e escala reais, fato que por si já justificaria a relevância da pesquisa. O meio urbano é particularmente importante para análise de eventos estressores, sejam naturais ou antrópicos (SHARIFI; KHAVARIAN-GARMSIR, 2020), mas, dessa vez, havia um fenômeno inesperado: a paralisação severa e repentina de muitas e diferentes atividades.

A alteração da rotina de vida, inclusive produtiva, teve como consequência a diminuição de lançamentos de resíduos e poluentes proporcionais à redução das atividades humanas, em escala planetária. Estudo a ser referenciado mais adiante, coordenado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM, em português, ou WMO, em inglês), em 63 cidades de 25 países, constatou melhorias significativas na qualidade do ar, durante o período inicial da pandemia, entre janeiro e setembro de 2020 (SOKHI *et al.*, 2021). Talvez resida neste aspecto uma das poucas faces “democráticas” da pandemia, com benefícios que avançaram para além das fronteiras político-administrativas de entes federativos ou mesmo Estados Nacionais.

Ante o cenário descrito, parece ser possível assumir que, uma vez implementadas medidas de mitigação de impactos ambientais de longo prazo, o planeta e seus partícipes poderão experimentar transformações positivas ou, no mínimo, não

agravarão tendências negativas que hoje se mostram temerárias. Neste trabalho, o **objetivo geral** é entender como a atuação e a influência humana têm impulsionado alterações no sistema ecológico do planeta, mais especificamente no sistema atmosférico no meio urbano. Dentre os **objetivos específicos** da investigação estão: discutir a crescente poluição atmosférica, a partir da Primeira Revolução Tecnológica até o momento presente; reconhecer a atipicidade da pandemia como um momento oportuno da análise da “recuperação” ambiental, principalmente no meio atmosférico, em função das muitas paralisações (*lockdown*) ocorridas em todo o mundo e da necessidade de isolamento social.

O presente trabalho é produto do Laboratório de Ecologia Urbana (LEUr) do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB-FAU-UFRJ). Partiu-se da hipótese de que é possível reverter os danos ambientais, a partir da restrição ao lançamento de poluentes. A pandemia foi uma oportunidade ímpar em que se evidenciaram melhorias significativas na qualidade do ar, em função das paralisações de atividades sociais e econômicas. O processo metodológico envolveu o levantamento de dados bibliográficos, concentrado em fatos e argumentos que apresentam correlação entre marcos (e processos) históricos da evolução tecnológica e impactos diretos e indiretos no meio-ambiente, com visão sistêmica. Realizou-se a compilação de sequências associadas à história ambiental, com maior ênfase em dois períodos históricos, complementados pelo momento recente da crise sanitária da COVID-19: a) das últimas três décadas do século XVIII até meados do século XX, com o surgimento e o desenvolvimento da industrialização e conseqüente testemunho do surgimento dos problemas ambientais; b) de meados do século XX até o ano de 2020, em um momento marcado por um exponencial agravamento dos impactos ao meio-ambiente, por força da consolidação das matrizes tecnológicas (sobretudo o petróleo, carvão e gás natural) e de uma descuidada política ambiental global; c) no período recente, com o surgimento da crise sanitária da pandemia em 2020, que possibilitou de forma inédita o contraditório da prova científica, em função da retração de atividades e, por conseguinte, a diminuição da pressão de poluentes no planeta. Tal momento serviu como importante referencial ambiental-temporal, pois houve, nele, a “simulação” de situações reais de diminuição de lançamento de poluentes.

No que concerne à ação antrópica como influenciadora da deterioração da qualidade ambiental, em função do surgimento da indústria, contribuem para a fundamentação e caracterização do período 1770-1950, os seguintes referenciais teóricos: ARRHENIUS, 1896; MOSLEY, 2010; JONES; WIGLEY, 2010; CLAP, [1994] 2013; STEFFEN *et al.*, 2017; FOWLER *et al.*, 2020; SHIDELER; HETZEL, 2021. Foram prospectadas pesquisas de campo realizadas a partir da segunda metade do século XIX, período em que passa a haver maior confiabilidade científica em metodologias e instrumentos para aferições de poluentes atmosféricos. Em paralelo, há um vertiginoso crescimento das atividades sociais e econômicas concentradas nos centros urbanos, cada vez maiores e intensos. Desta forma, é possível perceber os impactos no meio-ambiente de diferentes tipos (resíduos sólidos, dejetos químicos, lançamento de esgoto sem saneamento, poluentes atmosféricos etc.).

Para a fundamentação teórica e a caracterização do período 1950-2020, pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pela consolidação de novos paradigmas tecnológicos, sociais e econômicos, foram selecionados os seguintes referenciais: HOBBSAWN, 1995; DAVIS, 2002; SEINFELD, 2004; MOSLEY, 2010; McNEILL; ENGELKE, 2014; IPCC, 2013; IPCC, 2014; IPCC, 2018; IPCC, 2021; COMMONER, [1971] 2020. Um otimismo científico e econômico subestimava as diferentes formas de poluição e o conseqüente desequilíbrio ecológico. Em 1952, o dramático *The Big Smoke ou Great Killer Fog*, fenômeno que causou a imediata morte de 4.000 pessoas, após quatro dias

de intenso *smog* (*smoke + fog*), despertou o mundo para as ameaças dos poluentes. Gradativamente, foi sendo criada uma maior conscientização ecológica e cidadã que resultou em instrumentos normativos mais rígidos para a mitigação da degradação ambiental. Para além das fontes fixas de poluição como as fábricas e, em muitos lugares, a lenha utilizada para aquecimento e cocção, os automóveis com motores de combustão interna haviam se tornado populares, economicamente mais acessíveis e numerosos. Ao mesmo tempo em que se adentrava na era da eletrônica, nos países desenvolvidos, os combustíveis fósseis eram utilizados de forma desenfreada, sem o adequado enquadramento das normativas ambientais.

A redução de atividades - *lockdown* parcial ou total, - implementada em diferentes cidades, estados e países, como forma de contenção da disseminação da COVID-19, trouxe uma significativa diminuição de lançamento de poluentes. A fundamentação teórica se baseou em estudos desenvolvidos nos primeiros meses da crise sanitária por diferentes e respeitados grupos científicos, de âmbito nacional e internacional. Foram utilizados como referências: DANTAS *et al.*, 2020; SICILIANO *et al.*, 2020; IEA, 2020; ZAMBRANO-MONSERRATE *et al.*, 2020; GKATZELIS *et al.*, 2021; BRANDÃO; FOROUTAN, 2021; SOKHI *et al.*, 2021; EEA, 2021. O planeta se tornou o laboratório prático de si mesmo, em função da repentina e abrupta redução da emissão de poluentes. As observações atestaram que há alternativas para melhor qualidade ambiental do planeta, mas trouxeram a evidência de que há urgência na adoção de providências.

#### Evidências de inflexões ambientais

Em 2000, o artigo referencial “O Antropoceno”, escrito pelo prêmio Nobel de Química Paul Crutzen (1985) e pelo biólogo Eugene Stoermer, registra um pequeno histórico da influência humana na Terra desde a era pós-glacial, que ocorreu há 10 ou 12 mil anos. O crescimento populacional humano, a urbanização crescente, a geração de poluentes em escala inédita, a destruição de ecossistemas naturais, dentre muitos outros fatores parecem justificar o peso dado às transformações antropogênicas no planeta. Assim:

considerando os (...) impactos ainda em desenvolvimento, as atividades humanas no solo, na atmosfera em todas as escalas, incluindo globais, parece-nos mais do que apropriado enfatizar o papel central da humanidade na geologia e ecologia ao propor o uso do termo “antropoceno” para a época geológica corrente (CRUTZEN; STOERMER, 2000, p.17).

Reduccionismos e generalizações são sempre arriscados, mas pode-se dizer que há eventos especialmente marcantes na história ambiental do planeta, em tempos recentes (CRUTZEN; STOERMER, 2000; IPCC, 2021; LYNAS *et al.*, 2021). São instantes representativos de momentos importantes relacionados às transformações da matriz tecnológica, aquelas que “os membros da profissão não podem mais esquivar-se das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica” (KUHN, [1970] 1998). Schwab (2018), indica que são quatro as revoluções tecnológicas. Estas distinções são possíveis, segundo o autor, em momentos de quebras de paradigmas estruturais notáveis. Ele vincula a primeira às matrizes da máquina a vapor, comumente conhecida como Revolução Industrial, iniciada em meados no século XVIII; a segunda, potencializada pela introdução do petróleo e da eletricidade, além das invenções do rádio, televisão, telefone, automóvel com motor de combustão interna etc., ocorre entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX; a terceira em meados do século XX, amplificada pela eletrônica e pela telecomunicação, em detrimento dos sistemas analógicos e mecânicos; e a quarta, em tempos presentes, é culminada pela

alta tecnologia digital, que contempla a inteligência artificial, a internet das coisas e a realidade aumentada, dentre outros avanços, conjugada com emergentes formas de operação, gestão e governança.

### 1770-1950

Problemas ambientais de caráter antrópico têm sido observados ao longo da história e existem em relatos, desde a Grécia Antiga. Em Londres, ainda em 1315, foi formada a “*First Royal Commission on Air Pollution* (Primeira Comissão Real sobre Poluição do Ar) que recomendou o banimento da queima de carvão na cidade” (NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES, 2013, p.57). Entretanto, o primeiro marco temporal em análise nesta pesquisa deve ser associado à Revolução Industrial, a partir da invenção e, em seguida, do aprimoramento da máquina a vapor por James Watts, por volta de 1770. A atividade industrial se estenderia por outros países da Europa e pelos EUA. Em 1876, já devido aos poluentes atmosféricos em ascensão, foi criada a *Royal Commission on Noxious Vapours* (Comissão Real de Vapores Nocivos) encarregada de adotar as melhores práticas para o controle de poluentes (RSC, 2014).

Steffen *et al.* (2007, p.616) consideram esse período como uma das mais decisivas e marcantes transições da história humana: “o que fez a industrialização central para o sistema terrestre foi a enorme expansão do uso de combustíveis fósseis, primeiramente carvão e depois óleo e gás também”. Cidades como Dublin, Glasgow, Edimburgo, Liverpool e Manchester, no Reino Unido, dentre muitas outras, presenciaram um exacerbado crescimento populacional urbano (ENGELS, [1845] 2010; CHOAY, [1965] 1992). As áreas industriais recebiam grande quantidade de pessoas em busca de trabalho, inchando os aglomerados urbanos. As condições sociais e ambientais eram péssimas, como detalhadamente relatado por Engels em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” ([1845] 2010). Este clássico, impregnado de descrições contundentes e sombrias, traz à tona a exploração das classes menos favorecidas, concomitante à uma crescente degradação ambiental. A atmosfera enegrecida pela espessa fumaça nas cidades inglesas, em meados do século XIX, marca um momento histórico importante. Os bairros operários, nas cercanias das fábricas, eram sempre narrados como lugares de ar irrespirável, pobres em oxigênio e fartos em poeira, como nas ilustrações de Gustave Doré para a época.

Todos os célebres Relatórios de Avaliação (*Assessment Reports*) do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*) partem da premissa de que as mudanças climáticas “dependem das nossas emissões de gases estufa” (IPCC, 2021, p.53, grifo dos autores). Esses documentos tomam como referência o ano de 1850, - a partir de quando as bases de levantamento se tornaram mais sistemáticas, completas e seguras (FOWLER *et al.*, 2020; JONES; WIGLEY, 2010), - e são consideravelmente assertivos: “é inequívoco que a influência humana aqueceu o sistema climático global desde os tempos pré-industriais” (IPCC, 2021, p.3). Os relatórios mais recentes do IPCC, sobretudo os relativos aos anos 2018 e 2021, traçam cenários enfáticos, menos sobre as causas, mas mais sobre os efeitos e as consequências do aquecimento global.

Para se compreender o ritmo de industrialização no pioneiro Reino Unido, “estima-se que a produção de carvão era da ordem de 10 milhões de toneladas em 1800. Depois disso, a produção cresceu década a década até atingir 287 milhões de toneladas em 1913” (CLAPP, [1994] 2013, p. 15): “é provável que a maior parte da fumaça e neblina que pairava sobre Manchester, Sheffield ou Londres no início [(1837-1850)] e meados [(1851-1870)] da era Vitoriana, veio de chaminés de caldeiras, fornos, fábricas de gás, locomotivas ferroviárias e assim por diante” (CLAPP, [1994] 2013, p.19), em tempos em que a eficiência produtiva e a prevenção de poluentes não eram processos

compatíveis.

Para ilustrar, a fictícia “*Coketown*”, criada por Charles Dickens (1812-1870), em “Tempos Difíceis”, em 1854, simbolizava uma cidade, em pleno século XIX, produto da Revolução Industrial. A expressão, recuperada por Mumford, remetia a um ambiente irrespirável, cheio de resíduos industriais, falta de saneamento e lixo: “[e]m grau maior ou menor, todas as cidades do mundo ocidental foram marcadas com as características arquetípicas de “*Coketown*”<sup>4</sup>. O industrialismo, a principal força criadora do século XIX, produziu o mais degradado ambiente urbano que o mundo jamais vira” (MUMFORD, 2008, p.532).

Em 1898, Ebenezer Howard publicou originalmente *Garden Cities of To-morrow* (HOWARD, 1996), descrevendo uma cidade utópica, um possível contraponto com as cidades da Revolução Industrial, propondo que a população ocupasse as regiões do entorno por serem menos densas e potencialmente mais ajardinadas. As ideias descritas por ele e as propostas das Cidades Jardins foram influenciadas por pensadores do final do século XVIII e início do século XIX, dentre eles, os socialistas utópicos Charles Fourier e Robert Owen. Fourier e Owen preconizavam que unidades sociais, de base agrícola, com forte viés público, se contrapusessem à vida urbana proporcionada pela industrialização. A propriedade coletiva dos meios de produção se daria em meios rurais, com maior liberdade pessoal e longe dos processos exploratórios do capitalismo que, segundo os autores, impactavam diretamente na baixa qualidade de vida nas cidades.

É relevante destacar ainda, como dado contextual, que, neste período, a população de Londres que era de 1.096.000, em 1801, e saltou para 7.160.000, em 1911 (DEMOGRAPHIA.COM, 2022), sendo considerada nesta época a maior cidade do mundo. Condição que sustentou até aproximadamente a segunda década do século XX. Na Inglaterra, durante o século XIX, o número de cidades com 100 mil habitantes saltou de duas para trinta (CHOAY, [1965] 1992). Isso significava uso intenso de carvão nas fábricas, para geração de energia, e nas residências, para aquecimento e cocção, pelo menos até meados do século XX. Parece não haver dados precisos de quantos equipamentos existiam em funcionamento no Reino Unido, embora se estime que havia 3.000 unidades em 1838 e houve um crescimento para algum número entre 50.000 e 100.000 (CLAPP [1994] 2013, p.20). O próprio Clapp, contudo, suspeita desse número, em função da natural evolução tecnológica da máquina a vapor que certamente foi otimizada, demandando menor número relativo de equipamentos. Subsequentemente, a chegada da energia elétrica conteve ainda mais fortemente o aumento do número de dispositivos a vapor. De toda forma, trens, máquinas industriais, caldeiras, fornos e aquecedores, dentre outros equipamentos, continuaram longamente responsáveis pela combustão de carvão que geravam SO<sub>2</sub>, NO<sub>2</sub>, NH<sub>3</sub> e fumaça. Houve ainda o agravante de que as indústrias gradativamente se expandiram para outros países da Europa e também para os EUA, seguidas por crescimentos demográficos avassaladores:

[ao longo do século XIX], o número de cidades com mais de cem mil habitantes passa de duas a vinte oito na Alemanha e de três a doze na França. Em 1800, os EUA não [tinha] nenhuma cidade com mais

4 A título de ilustração, *coke*, em inglês, significa coque, em português. A alusão de Charles Dickens ao coque, como se houvesse uma “Cidade do coque”, deve-se ao ambiente extremamente poluído das cidades do Reino Unido no século XIX. As razões se devem ao fato de que “[a]s indústrias siderúrgicas [geram] impactos ambientais decorrentes das suas atividades provenientes das emissões das coquearias, especialmente nas etapas de manuseio do carvão, do enformamento, carbonização, combustão, desenformamento, apagamento do coque e por fim, da purificação do gás de exaustão (SOUSA, 2015, p.13).

de 100 mil habitantes, mas em 1850, elas [eram] seis, que totalizaram 1.139.338 habitantes; e, em 1890, vinte e oito, com uma população de 9.697.960 habitantes (CHOAY, [1965] 1992, p.3-4).

Em 1896, o químico sueco Svante Arrhenius, - mais adiante agraciado com o Prêmio Nobel de Química (1903) pela Teoria da Dissociação Iônica, - desenvolveu estudo que buscava comprovar que os gases de efeito estufa são estimuladores do aquecimento do planeta, em função da produção de dióxido de carbono pela queima de combustíveis fósseis: “O ar retém calor de duas maneiras diferentes. Por um lado, o calor sofre uma difusão seletiva em sua passagem pelo ar; por outro lado, alguns dos gases atmosféricos absorvem quantidades consideráveis de calor” (ARRHENIUS, 1896). A precocidade de seus estudos somente se tornaria mundialmente reconhecida quase um século mais tarde, entre os anos 1970 e 1980 (BARRAL, 2019). A originalidade dos estudos relaciona-se a fato de ser uma das primeiras comprovações de que determinados gases são diretamente impactantes no aquecimento global (efeito estufa).

Stephen Mosley destaca que a eficácia e o custo baixo do carvão betuminoso o tornava ideal para se constituir a fonte de energia mais importante no século XIX. Assim, a produção mundial de carvão, fortemente concentrada no Reino Unido, que era de 10 milhões de toneladas em 1800 aumentou em oitenta a cem vezes em 1900, tendo a Alemanha e os EUA como principais produtores: “A fumaça do carvão (...) era agora a principal poluição do ar urbano” (MOSLEY, 2010, p.97). Além disso, é natural que se imagine que “pilhas de lixo – restos de comida, excrementos de animais, cinzas e outros resíduos sólidos – acumuladas em pequenas e grandes cidades lotadas” (MOSLEY, 2010, p.97). Na falta de consenso sobre onde descartá-las, “os incineradores foram considerados uma forma higiênica e eficiente de remoção de resíduos”. O que implicava em mais poluentes atmosféricos nas cidades. Ingênua ou cinicamente, o que se pôde observar é que:

As florestas de chaminés altas<sup>5</sup> que dominavam os horizontes de cidades industriais como Manchester, Essen, Pittsburgh e Osaka, algumas com mais de 100 metros de altura, foram projetadas para reduzir a poluição do ar local, lançando fumaça na atmosfera para ser dispersada pelo ar por ventos dominantes (MOSLEY, 2010, p.98).

Mesmo diante da gravidade da degradação dos partícipes bióticos e abióticos, naturais e culturais, houve apenas uma lenta e progressiva reação da sociedade civil às condições das cidades: “[a] maioria dos habitantes urbanos associava as fumacentas chaminés industriais e domésticas com progresso, emprego e prosperidade, em vez de perda estética, declínio da biodiversidade ou desperdício de recursos finitos e vida humana” (MOSLEY, 2010, p.100).

Atualmente, são bastante reconhecidas, através de registros de uma consistente e relativamente longa história ambiental, as causas e consequências dos agentes poluentes e poluidores atmosféricos, assim como de questões relacionadas à depleção da camada de ozônio e ao aquecimento global, dentre outras ameaças (MOSLEY, 2010; JONES; WIGLEY, 2010; CLAP, [1994] 2013; STEFFEN *et al.*, 2017; FOWLER *et al.*, 2020; SHIDELER; HETZEL, 2021). Porém, o mais importante talvez seja constatar as

<sup>5</sup> Associar uma grande quantidade de chaminés emissoras de poluentes ou longos emissários submarinos que lançam dejetos in natura ao mar à ideia de progresso é a síntese de um ilusionismo perverso explorador do desconhecimento e/ou da ingenuidade de grande parte da sociedade civil. Algo semelhante a dispersar a atenção relativa à urgente necessidade de determinada infraestrutura subterrânea através da construção de uma ludibria e “lustrosa” pavimentação não tão essencial (e, muitas vezes, prejudicial a uma desejada permeabilidade do solo).

diversas mudanças climáticas que decorreram (e decorrem) da forte ação antrópica no planeta, sobretudo a partir da primeira revolução científica mais marcante, a Revolução Industrial.

## 1950-2020

O segundo marco temporal em análise, pontuado pelo final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), representou uma nova fase de otimismo científico e tecnológico e, por um breve instante, de armistício bélico. As mudanças foram tão intensas que o período foi associado à denominação de “*Great Acceleration*”, termo cunhado por John McNeill e Peter Engelke (2014). Emergia uma época de prosperidade mundial em relação à qual Eric Hobsbawm se referia como “Era de Ouro”: “o mundo industrial (...) se expandia por toda parte: nas regiões capitalistas e socialistas e no ‘Terceiro Mundo’” (HOBSBAWN, 1995, p.256), “embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo” (HOBSBAWN, 1995, p.255). Essa transformação trazia um crescimento explosivo e, a reboque, perturbações ambientais definitivas de gravidade exponencial:

mal se notava (...) um subproduto dessa extraordinária explosão, embora em retrospecto ele já parecesse ameaçador: a poluição e a deterioração ecológica. Durante a Era de Ouro, isso chamou pouca atenção, a não ser de entusiastas da vida silvestre e outros protetores de raridades humanas e naturais, porque a ideologia de progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade (HOBSBAWN, 1995, p.257).

Barry Commoner sintetiza em seu clássico *The closing circle: nature, man, and technology* as transformações tecnológicas e suas respectivas consequências ambientais, nesse ínterim posterior à Segunda Guerra Mundial. Novos processos produtivos e descobertas científicas projetaram o planeta em crescentes e críticos patamares de resíduos tóxicos, seja nos meios naturais, rurais ou urbanos: “Para fornecer matérias-primas para a síntese dos novos materiais – fibras sintéticas, plásticos, detergentes, pesticidas e medicamentos – houve o aumento concomitante da produção de produtos químicos orgânicos em geral” (COMMONER, [1971] 2020, p.156-157). Mais adiante, o biólogo americano destacaria que: “[q]uando o automóvel e o motor de combustão interna foram inventados, ninguém sabia que cerca de setenta anos depois eles se tornariam a maior fonte isolada de poluição ambiental urbana” (COMMONER, [1971] 2020, p.158). Uma afirmação particularmente importante para os objetivos desta pesquisa. A evidência das transformações ecológicas se baseia não somente nos grandes feitos e conquistas técnicas e científicas, mas também nas consequências que alteraram, dentre outros, os ciclos biogeoquímicos relacionados ao carbono, enxofre e nitrogênio:

após 1945, o impacto humano na biosfera e a ecologia global aumentaram, como se vê pelas evidências sobre a construção de barragens, o crescimento da cidade, a perda de biodiversidade, a acidificação dos oceanos, o acúmulo de detritos plásticos e assim por diante (MCNEILL; ENGELKE, 2014, p.208).

Outro relatório do IPCC faz referência aos anos 1950 e atesta: “(...) muitas das mudanças observadas são sem precedentes ao longo de décadas a milênios. A atmosfera e o oceano aqueceram, as quantidades de neve e gelo diminuíram, o nível do mar subiu e as concentrações de gases de efeito estufa aumentaram” (IPCC, 2013, p. 4). Trata-se de uma passagem que pontua um momento importante, no âmbito das

mudanças climáticas, e ratifica o testemunho de consequências do aquecimento global que emergem em quantidade e gravidade.

Para aqueles absolutamente descrentes em relação ao aquecimento global por causas antrópicas, vale a pena mencionar estudo realizado por Phil D. Jones e Tom Wigley, em 2010, a respeito da pertinência da tendência de aumento da temperatura global. Os autores alinharam três dos principais grupos referenciais no estudo de séries de temperaturas médias: *UK Meteorological Office Hadley Centre/Climatic Research Unit*, *US National Climatic Data Center* e *Goddard Institute for Space Studies*, além de outros grupos, e investigaram a realidade das variações climáticas. Em meio a revisões de estudos anteriores, reconhecimento da influência intermitente de causas naturais e da confiabilidade das pesquisas e tecnologias científicas, sobretudo a partir do final do século XIX, que sistematicamente coletaram dados e informações, dentre outros cuidados, os autores chegaram a seguinte conclusão:

[p]ara identificar mudanças passadas em larga escala na temperatura da superfície da Terra, (...) os conjuntos de dados sistematizados atualmente disponíveis fornecem informações altamente confiáveis desde o século XIX e mostram inequivocamente que o mundo aqueceu consideravelmente durante esse período (JONES; WIGLEY, 2010).

Um episódio, em 1952, conhecido como *The Big Smoke ou Great Killer Fog*, também na Inglaterra, especificamente em Londres, é marcado pelo uso da expressão *smog*. O vocábulo fora cunhado, em 1905, por Harold Des Voeux (MOSLEY, 2010, p.98), para designar um evento fotoquímico que combina emissões de poluentes, iluminação natural e inversões de temperatura. O fato é que, após quatro dias de densa fumaça com visibilidade mínima, a dispersão do ar pelo vento revelou quatro mil mortos. Estima-se que, ainda por consequência do evento, outros 13.000 óbitos tenham ocorrido nos quatro meses seguintes (DAVIS, 2002; SEINFELD, 2004). O evento representou um quase incontestável sinal de alerta de que providências para conter a insurgência de poluentes eram prementes. A partir de então, os instrumentos normativos passaram por significativos avanços e os mecanismos da poluição por O<sub>3</sub> (ozônio) em meios urbanos foram pesquisados e compreendidos. O reconhecido *Clean Air Act* (1956), por exemplo, buscou restringir a poluição atmosférica, inclusive com a limitação da queima de carvão em áreas urbanas do Reino Unido. Paralelamente, deve-se destacar que esses dois momentos, as décadas de 1770 e 1950, representam verdadeiros marcos do tema ambiental nos Relatórios de Avaliação do Clima (*IPCC Assessment Report*) do reconhecido *IPCC*.

Alguns fatos são sintomáticos do agravamento da condição ambiental, a partir da segunda metade do século XX. Data desta época, a emergência e a consolidação do ativismo ambiental como reação à gravidade contextual, a reboque de uma maior consciência pacifista. Em 1972, foi organizada a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano”, realizada em Estocolmo. Trata-se do primeiro grande evento em escala mundial dedicado à discussão sobre a degradação do meio ambiente pela ação humana. Neste ano também, houve a publicação de “Limites do Crescimento”, escrita por pesquisadores ambientais, dentre os quais Denis e Donella Meadows (et al., 1972). O livro foi baseado em um relatório lançado por iniciativa do Clube de Roma, dedicado a questões de natureza política, econômica e social relacionadas ao meio ambiente. Dentre alguns prognósticos, realizados através de observações e simulações, há um alerta sobre as emissões atmosféricas em curva exponencial. Na época, 97% da energia utilizada pela indústria eram baseadas em combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural) (MEADOWS, 1972, p.71).

A “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento”, conhecida como Rio-92, foi sediada na cidade do Rio de Janeiro. Nela, foram aprovados documentos de destaque como a Carta da Terra, a Agenda 21 e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, dentre outros. Feitos que estimularam a Rio+10, em Johannesburgo, em 2002; a Rio+20, no próprio Rio de Janeiro, em 2012; e a Rio+30, também na mesma cidade, prevista para o presente ano (2022). Vale destacar ainda que o Protocolo de Kyoto é um tratado internacional, oficializado em 1999 e dedicado a estabelecer padrões para a redução de lançamento de gases do efeito estufa. O Acordo de Paris (2016), assinado por 195 países, é mais uma tentativa em conter o aquecimento global. Trata-se de um esforço na busca por um limite máximo de aumento de temperatura de 1,5°C, tendo como referência o período pré-Revolução Industrial.

### Realidade do ano 2020

Em 2020, houve o aparecimento do surto contagioso da COVID-19. Sabe-se que as comorbidades que agravam os quadros de infectados podem ser influenciadas pelas condições ambientais: “[a] poluição do ar aumenta claramente a prevalência de doenças cardiovasculares e respiratórias. Pacientes que sofrem dessas doenças têm um risco aumentado de mortalidade por COVID-19 em comparação com indivíduos saudáveis” (BRUNEKREEF, 2021). De acordo com a *WHO* (2018, p.10): “A poluição do ar ambiente causou cerca de 4,2 milhões de mortes prematuras em 2016. Estima-se que, em 2016, 286 mil crianças menores de 15 anos morreram por exposição a níveis insalubres de poluição do ar ambiente”.

No entanto, não é surpreendente concluir que, nos primeiros meses da crise sanitária, o quadro era justamente o oposto. A redução abrupta de poluentes de origem antrópica permitiu a identificação de situações particularmente importantes em quase todos os continentes. De forma involuntária, o mundo experimentou um cenário surpreendente com redução, dentre outros, de: emissões atmosféricas, lançamento de resíduos e consumo de recursos naturais. Em muitos países, como Alemanha, China, Espanha, EUA e França, por exemplo, houve uma redução significativa da concentração de dióxido de nitrogênio (NO<sub>2</sub>), gases do efeito estufa e material particulado (MP<sub>2,5</sub>), por exemplo, com a paralisação das indústrias e a forte diminuição de circulação dos veículos movidos a combustíveis fósseis (ZAMBRANO-MONSERRATE *et al.*, 2020). Gkatzelis *et al.* (2021, p.20), em análise de centenas de trabalhos científicos, concluíram que a redução de NO<sub>2</sub>, em megacidades como Nova Deli, Beijing, Nova York, Los Angeles, Paris e São Paulo, foi significativa, durante o *lockdown*, com reduções médias da ordem de 20 a 54%. Houve também reduções médias de 10% a 40% de MP<sub>2,5</sub> e de 8% a 40% de MP<sub>10</sub>, em todos os continentes.

Para muitos cientistas, centros de pesquisa, instituições e agências de saúde a quarentena era uma medida considerada imprescindível à contenção do vírus (PEDERSEN; FAVERO, 2020; JOHNS HOPKINS MEDICINE, 2020; WHO, 2020b). Estudos científicos também pulularam, expondo teses que atestavam as transformações ambientais positivas resultantes das restrições de incontáveis serviços, fechamento do comércio e a redução drástica da circulação dos meios de transporte. O evento mostrou-se precioso para observação de determinados fenômenos de forma visceralmente particular: “uma oportunidade científica única para detectar, atribuir e compreender os impactos das emissões antrópicas na atmosfera da Terra em todas as escalas espaciais, de regional a global, e no sistema terrestre e condições climáticas em geral” (GKATZELIS *et al.*, 2021).

Sob coordenação da WMO, um grupo de cientistas de diversas instituições desenvolveu uma investigação global em 63 cidades de 25 países, em 540 estações de monitoramento da qualidade do ar, em contextos gerais totalmente diversos, incluindo latitudes, longitudes e altitudes. O trabalho concluiu que, no período entre janeiro e setembro de 2020, em comparação com os dados relativos a 2015-2019, houve redução de 70% na média de  $\text{NO}_2$  e 30 a 40% em relação ao  $\text{PM}_{2,5}$  (SOKHI et al., 2021, p.2). Nas cidades espanholas de Madri, Sevilha e Barcelona, a redução de 80% do tráfego de veículos implicou em uma diminuição de 60% nos índices de  $\text{NO}_x$  (SOKHI et al., 2021, p.7).

Dentre as principais conclusões relativas aos diversos estudos congêneres que aferiram níveis de poluentes durante as paralisações em diversos países do mundo, pode-se sintetizar: “uma observação típica, comum a esses estudos, é que o bloqueio COVID-19 em todos os países do mundo resultou em reduções de  $\text{PM}_{2,5}$ ,  $\text{PM}_{10}$ ,  $\text{NO}_2$ , CO e compostos orgânicos voláteis (COVs), uma ligeira diminuição ou nenhuma mudança no  $\text{SO}_2$ , e um aumento no  $\text{O}_3$ ” (BRANDÃO; FOROUTAN, 2021, p.2). O interesse por cada um desses elementos está no caráter nocivo à saúde, principalmente em níveis que extrapolam aqueles recomendados, com efeitos diretos na progressão de diferentes tipos de doenças como cardiovasculares, cerebrovasculares, respiratórias, incluindo câncer de pulmão e asma, dentre outras (WHO, 2021, p.72-142).

Em estudo semelhante, realizado em 87 cidades “poluídas do mundo”, Sarmadi et al. (2021) atestaram que a restrição à mobilidade urbana, a suspensão do comércio e do serviço, o fechamento de escolas e pequenas comunidades, entre outros, de forma geral, resultaram em melhoria do Índice de Qualidade do Ar - IQA (*Air Quality Index - AQI*). Brandão; Foroutan (2021), entretanto, apontam que em determinadas regiões a concentração de muitos poluentes, incluindo o  $\text{SO}_2$  (dióxido de enxofre) e  $\text{O}_3$  (ozônio) apresentou elevação. Este fato pode estar relacionado a diferentes razões que vão desde a queima de carvão em meio residencial para cocção ou aquecimento, em determinados países, até uma razão físico-química relacionada ao decréscimo de  $\text{NO}_2$  (dióxido de nitrogênio) (DANTAS et al., 2020; SICILIANO et al., 2020). De acordo com relatório apresentado pela *European Environment Agency* (2021), no âmbito da Europa, ainda que se reconheçam avanços ambientais desde os anos 1990:

[o]s transportes são responsáveis por mais de dois terços de todas as emissões de  $\text{NO}_x$  e representam uma parte significativa (cerca de 10 % ou mais) das emissões totais de outros poluentes. O transporte rodoviário, em particular, continua a representar uma proporção significativa das emissões de todos os principais poluentes atmosféricos (com exceção do  $\text{SO}_x$ ) (EEA, 2021, s.p.).

A *International Energy Agency* (IEA) constatou, em relação a abril de 2020, que os países com *lockdown* completo experimentaram uma redução de 25% da demanda de energia por semana, enquanto países em *lockdown* parcial tiveram um declínio de 18% em média (IEA, 2020, p.4). Da mesma forma, o consumo de eletricidade teve queda média de 20% nos países com *lockdown* completo (IEA, 2020, p.22). Evento que corrobora a constatação da redução de atividades sociais e econômicas, já que houve menor dispêndio de energia elétrica.

Pondera-se que as especificidades urbanas (contingente populacional, densidade edilícia, distribuição de áreas livres etc.) e meteorológicas (umidade, temperatura, radiação solar, velocidade do vento, precipitação etc.), os tipos de contribuição de poluentes (doméstico, queima de biomassa agrícola, emissão veicular, industrial etc.) são fatores importantes e devem ser considerados em um estudo de tamanha complexidade. Outra variável importante é o tipo de *lockdown* implantado, com maior

ou menor rigidez, duração, níveis e naturezas de restrições. A conclusão é que em muitas partes do mundo, a despeito da redução das atividades, os níveis de  $\text{PM}_{2,5}$  permaneceram impróprios para os padrões da WHO (2018).

No âmbito doméstico, em 12 de março de 2020, dia seguinte à decretação da pandemia pela WHO, foi publicado, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o Decreto RIO nº 47246, que estabeleceu medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus no âmbito do Município (PCRJ, 2020a). Outros sucessivos decretos municipais estabeleceram providências e medidas adicionais com restrição, suspensão e interdição de diversas atividades, incluindo museus, teatros, arenas, centros culturais e academias, a partir do dia 21 de março de 2020 (PCRJ, 2020b). Em 23 de março de 2020, foram registradas reduções de atividades da ordem de: 76%, nas barcas; 73%, nos BRTs, 84%, no metrô; 70%, nos ônibus, dentre diversas outras consequências na mobilidade urbana (PCRJ, 2020c), na comparação com a chamada “Semana Zero” (09 a 15 de março de 2020). Na cidade do Rio de Janeiro, os níveis de CO tiveram redução da ordem de 30,3 a 48,5%, enquanto foram registradas diminuições de 24,1 a 32,9% nos níveis de  $\text{NO}_2$ , no mês de março/2020, durante o *lockdown* parcial (DANTAS et al., 2020). As variações são justificadas pelas características e influências distintas em cada parte da cidade, embora tenha sido aferido que o decréscimo de poluentes primários foi evidente, nos primeiros dias do *lockdown*, entre 23 de março e início de abril de 2020. Deve se destacar, ainda, que normalmente a significativa contribuição de poluentes pode ser atribuída diretamente aos veículos leves, pois a redução da circulação deste modal (de transporte) teve resultado nos níveis aferidos (de poluentes):

(...) o tráfego de caminhões e outros veículos de carga não foi reduzido, uma vez que supermercados, drogarias e lojas de materiais de construção continuaram as atividades, bem como indústrias e postos de gasolina. Esses veículos movidos a diesel são os principais contribuintes para  $\text{PM}_{10}$  e  $\text{NO}_2$ . Circulação de ônibus urbanos foi reduzida apenas parcialmente aproximadamente 50% (DANTAS et al., 2020, p.8).

Helm (2020) trouxe algumas contribuições importantes ao debate que correlaciona pandemia e meio-ambiente. O autor reconheceu a abrangência do “experimento” que grande parte do mundo vivenciou: “no curtíssimo prazo, o coronavírus dominou quase toda a dimensão política e administrativa, com pouco tempo para outras prioridades ambientais” (HELM, 2020, p.25). O autor traz alguns questionamentos originais em relação a novas posturas advindas como “aprendizados” como, por exemplo: “isso incluirá mais apoio para ‘acordos verdes’ e gastos em transportes verdes, energia e agricultura?” ou “o coronavírus incentivará a realocização de indústrias específicas, principalmente a agricultura, e uma maior ênfase na produção doméstica de alimentos as custas de um uso mais ambientalmente benigno da terra?” (HELM, 2020, p.22). São perguntas quase retóricas que somente o futuro dirá, mas contribuem para a reflexão sobre o tema. Helm não parece otimista em relação às hipóteses que propõe, como será visto mais adiante. Ele próprio conclui que a correlação direta entre PIB e emissão de poluentes foi confirmada durante a pandemia. O que significa que:

em linhas gerais, as evidências da correlação entre as quedas nas emissões e o PIB durante os bloqueios pandêmicos indicam que alcançar o Acordo de Paris de um limite [máximo] de [redução de] 1,5°C para o aquecimento global será muito difícil se o PIB e a população continuarem a crescer (HELM, 2020, p.24).

A exposição do próprio Helm em relação àqueles que se opõem às medidas de mitigação de degradação ambiental corroboram essa afirmação. O autor identifica um comportamento oportunista nestes: a “tentação de argumentar que a necessidade de ação é relativamente menos premente e (...), a curto prazo, outros temas, como apoio à renda e pagamentos de assistência social, devem ter prioridade em relação às mudanças climáticas” (HELM, 2020, p.25).

Assim, se por um lado, a paralisação das inúmeras atividades era aterradora; por outro, permitiu o repentino testemunho de um ambiente suposta e vertiginosamente menos poluído, que tornavam inclusive críveis alvissareiras notícias: “os cisnes haviam retornado aos desertos canais de Veneza. Golfinhos também. E um grupo de elefantes passeou por uma aldeia em Yunnan, China, se embriagou com vinho de milho e relaxou em uma horta” (DALY, 2020). O problema é que nem tudo ou quase nada era verdade.

## Discussão

Como exposto, as mudanças da matriz tecnológica e o advento da ideia de progresso transformaram o planeta. Consequências positivas e negativas deixaram marcas literais, a chamada “pegada ecológica”. Como tem sido corrente supor, há sempre um forte descompasso entre a evolução tecnológica e os ganhos ambientais. Isso não quer dizer que não houve preocupações reais com a diminuição de impactos, restrição de poluentes, redefinição de parâmetros ecológicos, dentre outros avanços. O imediatismo das implementações técnicas, frequentemente por razões mercadológicas, relegaram as mitigações ambientais a um segundo plano, em termos temporais e em grau de prioridade. É como se o conceito de “lógica reversa” ainda não estivesse consolidado, com o agravante de que o ritmo de crescimento da população é exponencial. A população mundial era de 1 bilhão de pessoas em 1800, 4 bilhões por volta de 1974 e, possivelmente, já no próximo ano (2023) atingirá 8 bilhões (UN, 2019). Isso implica em novas demandas e, conseqüentemente, novas pressões ecológicas em meios desiguais, em um mundo finito: “a Terra está se movendo rapidamente para uma situação de menor diversidade biológica, com menos florestas, mais quente e, provavelmente, mais úmida e tempestuosa” (STEFFEN *et al.*, 2007, p.614). Há ainda o agravante de que cerca de 10% da população mundial vive abaixo da Linha Internacional de Pobreza (*International Poverty Line*), sobrevivendo com míseros US\$ 1,90 por pessoa ao dia (ou menos), como estipulado pelo Banco Mundial desde 2011 (JOLLIFFE; PRYDZ, 2016).

O amplo *lockdown* e as medidas de afastamento social trouxeram uma oportunidade de análise jamais vista, em função do movimento abrupto e generalizado - uma nova perspectiva. Algumas medidas, que oscilaram entre o desconhecimento contextual e a pior face dos interesses políticos e econômicos, trouxeram uma oportunidade ímpar de conjecturas e conclusões, mesmo que provisórias ou incipientes. De toda forma, pela primeira vez, houve uma retração forte e generalizada de atividades. Como visto, lançamentos atmosféricos contidos repercutiram em ambientes menos poluídos. O natural relaxamento de restrições impostas pelas paralisações sociais e econômicas, evidentemente, não representará a manutenção de condições melhores ambientais *ad eternum*. Ao contrário, o monitoramento precioso do comportamento dos meios ecossistêmicos realizado por tantos cientistas começa a fazer parte do passado. Das lições aprendidas, deve-se reconhecer que há um legado científico importante em relação aos procedimentos sanitários e médicos, diante de um contexto populacional fortemente interconectado e dinâmico. Paralelamente, houve um reconhecimento de que é possível conter a emissão de poluentes. É possível reverter parte dos males que acometem a hidrosfera, a litosfera, a atmosfera e a biosfera, ou ao menos evitar que as condições se agravem. Helm, ainda que coloque as questões relativas aos novos

possíveis direcionamentos do planeta pós-pandemia no campo racional da economia, pontua de forma esperançosa que:

um grande número de pessoas sabe o que a ausência da natureza e do mundo natural significa agora que estão confinadas em suas casas. Elas também experimentaram um declínio acentuado no tráfego rodoviário e na aviação, e muitas experimentaram um ar muito mais limpo pela primeira vez. Esses vários impactos informativos e novas experiências podem ter efeitos mais duradouros (HELM, 2020, p.34).

O reconhecimento e a consciência da finitude dos recursos naturais vêm sendo gradativamente incorporado pela sociedade civil. As pressões sobre o meio-ambiente têm sido apresentadas e discutidas em diversos fóruns, inclusive órgãos multilaterais, empresas e segmentos do terceiro setor. Falta, ainda, o engajamento mais amplo e pleno das autoridades governamentais. Toda a degradação da natureza testemunhada, principalmente no século XX, deve ser revista, sob risco de que se torne irreversível:

“*The Great Acceleration*” em sua forma atual não pode durar muito. Não há rios grandes o suficiente para represar, óleo em quantidade para queimar, florestas suficientes para derrubar, peixes marinhos para pescar, água subterrânea suficiente para bombear (McNEILL; ENGELKE, 2014, p.5).

É interessante perceber que os constantes atritos políticos e econômicos que contrapõem de um lado os EUA e a União Européia (EU), e de outro, a China, se evidenciaram ainda mais, durante a pandemia - agora frente às preocupações sanitárias e ambientais. Como visto, houve a redução da carga de poluentes em diversos países, com destaque claro para a China devido à dimensão de sua economia. A paralisação dos diversos e ativos parques industriais teve repercussão significativa na redução de emissões de poluentes. Possivelmente, por certo oportunismo, governantes de diferentes países apontaram que o momento tornava evidente a condição daquele país como vilão ambiental do planeta. O fato é que a descentralização produtiva (*outsourcing*), cada vez mais comum em um mundo globalizado, terceirizou as indústrias de outros países com custos mais baixos e regras trabalhistas e humanitárias mais frouxas, afastando, conseqüentemente, indesejáveis poluentes dos países desenvolvidos:

[o] corolário disso foi o declínio relativo da produção doméstica nos EUA e especialmente na UE de aço, fertilizantes, petroquímicos, alumínio e até cimento (cinco bens com alta pegada de carbono), em parte suplantado pelas exportações chinesas. Em outras palavras, grande parte dessa poluição na China foi para o benefício dos consumidores dos EUA e da EU (HELM, 2020, p.31).

Talvez o maior problema seja que se voltou a viver no mesmo enquadramento de outrora, antes da pandemia. A cientista franco-canadense Corinne Le Quéré, citada na prestigiada *National Geographic*, anteviu precocemente a situação futura ainda no primeiro semestre de 2020: “nós ainda temos os mesmos carros, as mesmas estradas, as mesmas indústrias, as mesmas casas. (...) Portanto, assim que as restrições forem liberadas, voltaremos para onde estávamos” (GARDINER, 2020). Esse raciocínio segue na mesma linha de Dieter Helm, que projetou que:

quando combinados com a queda dos preços do petróleo e do gás, os padrões [de regulação ambiental] mais baixos criam as condições para uma forte recuperação da demanda de transporte e da poluição

relacionada ao transporte assim que as restrições de bloqueio (*lockdown*) diminuam (HELM, 2020, p.25).

A realidade é que os níveis de poluentes já se reestabeleceram. O pesquisador Sarmadi *et al.*, depois de desenvolver pesquisa sobre Índices de Qualidade do Ar (IQA) em 87 cidades industriais importantes, em diferentes países, “antes, durante e depois de 2020”, afirma que suas “conclusões ilustram que (...) [as] cidades revelaram um decréscimo dos valores de IQA em relação a  $PM_{2,5}$ ,  $PM_{10}$ ,  $NO_2$ ,  $SO_2$ ,  $CO$  e  $O_3$  em 2020 comparado com 2019”. Por outro lado, “alterações em 2021 comparadas com 2020 foram revertidas e os valores dos IQA revelaram que poluentes como  $PM_{2,5}$ ,  $PM_{10}$ ,  $CO$  e  $NO_2$  tiveram aumento geral (4 a 7%) devido às reduções de restrições dos países” (SARMADI *et al.*, 2021, p.15). Onde se infere que:

[e]m geral, a implementação de leis rígidas relacionadas às restrições da COVID-19 pode mostrar o poder dos países na redução de poluentes em situações “sem crise”. Embora essa melhoria de qualidade seja temporária, é um resultado importante que os formuladores de políticas de saúde podem usar para melhorar as condições ambientais e manter a saúde humana (SARMADI *et al.*, 2021, p.15).

Em uma conclusão apressada, pode-se desdenhar para uma experiência tão inédita. No entanto, foi possível verificar que há caminhos possíveis, que podem levar a condições menos agressivas ao meio-ambiente. As razões para situações de tamanha deterioração das condições de vida, do ponto de vista ambiental, não são de ordem monocausal, portanto as soluções também haveriam de ser. As complexidades da ecologia urbana demandam abordagens multidisciplinares e visão sistêmica. Quanto à festejada revanche da natureza, é importante reconhecer que se vislumbrou uma recuperação do meio-ambiente, ainda que de forma tênue e momentânea, porém a realidade era outra. Nada de fato acontecera de maneira tão ingênua, romântica ou alvissareira:

[o]s cisnes dos posts virais aparecem regularmente nos canais de Burano, uma pequena ilha na área metropolitana de Veneza, onde as fotos foram tiradas [e não propriamente em Veneza]. Os golfinhos “venezianos” foram filmados em um porto da Sardenha, no Mar Mediterrâneo, a centenas de quilômetros de distância. Ninguém descobriu de onde surgiram as fotos do elefante embriagado, mas uma reportagem chinesa desmascarou as postagens virais: Embora elefantes tenham passado recentemente por uma vila na província de Yunnan, na China, suas presenças não são incomuns, mas não são os elefantes das fotos que viralizaram e não se embebedaram e desmaiaram em uma plantação de chá (DALY, 2020).

## Conclusão

A capacidade do ser humano em propor revoluções científicas em que novos padrões de vida são trazidos é inegável. Um dos seus maiores feitos, aliás, são as cidades. Elas concentram parte significativa dos problemas ambientais e, justamente por essa razão, grande parte da solução. É preciso que se compreenda que ser humano, cidade e natureza não podem ser encarados de forma dissociada e constituem variáveis que podem e necessitam se harmonizar. A pandemia COVID-19 representou uma oportunidade positiva para se constatar que a reversão de problemas ambientais que vêm se somando ao longo do tempo é possível. Como visto,  $SO_2$  (dióxido de enxofre),

$NO_2$  (dióxido de nitrogênio), materiais particulados ( $MP_{2,5}$ ) etc. são poluentes com tempo de residência longo e se propagam com facilidade. Evitar que sejam lançados excessivamente é possível, mas um grande desafio. Em um planeta em constante crescimento, ainda parece difícil a conscientização sobre a urgência em se tomarem medidas que revertam os impactos ambientais, haja vista a recorrente negligência ao agravamento das mudanças climáticas e a crescente supressão da biodiversidade. O reconhecimento da importância dos espaços livres públicos nas cidades, percebido durante o necessário isolamento social na pandemia, pautará a evolução das cidades? Automóveis individuais, uma solução adotada há tantas décadas, não podem dar lugar a transportes públicos de qualidade, proporcionando melhor padrão de vida, redução de congestionamentos e poluição, entre outras vantagens para o bem-estar dos cidadãos? O entendimento de que talvez não seja necessário interferir em ecossistemas naturais intocados será, em um futuro próximo, incorporado ao cotidiano de uma civilização? Premências ambientais realmente alterarão práticas empresariais, demandas de mercado e formas de negócio em nível de ESG (*Environmental, Social and Governance*)? Os padrões ambientais serão respeitados e o limite do aquecimento global se restringirá realmente a  $1,5^\circ C$ ? Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) serão buscados através da integração entre os seus 17 objetivos e 169 metas?

Em algum momento pós-pandemia, a consciência cidadã sobre a gravidade humanitária, o questionamento relativo ao individualismo pouco empático de um “mundo corrido” e a surpresa estimulante de que as condições ambientais da Terra eram recuperáveis parece terem, ao menos parcialmente, se esvanecido. O desejo de que a vida talvez transcorra de forma saudável, a exemplo das notáveis conquistas científicas e sanitárias durante a pandemia, deveria incorporar metas e objetivos mais ambiciosos. Entretanto, as desejadas subversões tecnológicas que podem conduzir a um planeta ambientalmente mais seguro devem estar imbuídas de objetivos mais equilibrados e com preocupações ecossistêmicas. Há muito a ser feito, mas houve a comprovação e o reconhecimento da necessidade em se lidar com a tecnologia, de forma mais cuidadosa e criteriosa, com preocupações ambientais em escalas intergeracionais e transdisciplinares. Se, no passado, o aprendizado com os avanços tecnológicos e retrocessos ambientais não foi suficiente, agora, a recente combinação da paralisação produtiva com os avanços ambientais pode servir de lição para novas posturas e prioridades.

## Referências

ARRHENIUS, Svante. On the influence of carbonic acid in the air upon the temperature of the ground. *The London Edinburgh and Dublin Philosophical Magazine and Journal of Science*, fifth series, vol. 4, n. 251, p.237-276, abril/1896.

BARRAL, Miguel. *Svante Arrhenius, the man who foresaw climate change*. *BBVA open mind*. Disponível em: <https://www.bbvaopenmind.com/en/science/leading-figures/svante-arrhenius-the-man-who-foresaw-climate-change/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRANDÃO, Rayssa; FOROUTAN, Hosein. Air Quality in Southeast Brazil during COVID-19 Lockdown: A Combined Satellite and Ground-Based Data Analysis. *Atmosphere*, 12, 583, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/atmos12050583>.

BRUNEKREEF, Bert *et al.* *Air pollution and COVID-19*. European Parliament’s committee on Environment, Public Health and Food Safety (ENVI), 2021. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2021/658216/IPOL\\_STU\(2021\)658216\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2021/658216/IPOL_STU(2021)658216_EN.pdf). Acesso em 10 ago. 2021.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 3ª edição, [1965] 1992.

CLAPP, Brian. *An environmental history of Britain since the Industrial Revolution*, New York: Routledge. [1994] 2013.

COMMONER, Barry. *The closing circle: nature, man, and technology*. Mineola, New York: Dover Publications Inc., [1971] 2020.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. *The Anthropocene*. The Global Change Newsletters, vol. 41, 2000. Disponível em: <http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf> . Acesso em: 01 dez. 2021.

DALY, Natasha. *Fake animal news abounds on social media as coronavirus upends life*. National Geographic Magazine, 06/2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/animals/article/coronavirus-pandemic-fake-animal-viral-social-media-posts> . Acesso em: 04 ago. 2021.

DANTAS, Guilherme; SICILIANO, Bruno; FRANÇA, Bruno; SILVA, Cleyton M. da; ARBILLA, Graciela. The impact of COVID-19 partial lockdown on the air quality of the city of Rio de Janeiro, Brazil. *Science of the Total Environment*. volume 729, p. 1–10, 2020. Disponível em: <https://pgqu.iq.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/05/The-impact-of-COVID-19-partial-lockdown-on-the-air-quality-of-the-city-of-Rio-de-Janeiro-Brazil-Elsevier-Enhanced-Reader.pdf> Acesso em: 13 mar. 2022.

DAVIS, Devra. *When Smoke Ran Like Water*. New York: Basic books, 2002.

DEMOGRAPHIA. *Greater London, Inner London – Population & Density History*, s/d. Disponível em: <http://www.demographia.com/dm-lon31.htm>, Acesso em: 16 mar. 2022.

EEA. European Environment Agency. *Emissions of air pollutants from transport*, [2019] 2021. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/data-and-maps/indicators/transport-emissions-of-air-pollutants-8/transport-emissions-of-air-pollutants-8> . Acesso em: 21 mar. 2022.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, trad. B. A. Schumann, São Paulo: Boitempo, [1845] 2010.

FOWLER, David et al. A chronology of global air quality, Philosophical transactions of the Royal Society A. *The Royal Society Publishing*, v.378, n.2183, 2020. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/toc/rsta/2020/378/2183> . Acesso em: 13 mar. 2022.

GARDINER, Beth. *Why COVID-19 will end up harming the environment*. National Geographic, junho, 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/science/article/why-covid-19-will-end-up-harming-the-environment> . Acesso em: 01 jun. 2021.

GKATZELIS, Giorgios. et al. 2021. *The global impacts of COVID-19 lockdowns on urban air pollution: A critical review and recommendations*. Elementa Science of the Anthropocene, vol. 9, no. 1, p.1-46. DOI: <https://doi.org/10.1525/elementa.2021.00176>.

HELM, Dieter. The environmental impacts of the Coronavirus. *Environmental and Resource Economics*, 76, 2020, p.21–38. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10640-020-00426-z>.

00426-z.

HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins do Amanhã*. São Paulo: AnnaBlume Editora, 1996.

IEA. INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. *Global Energy Review 2020. The impacts of the Covid-19 crisis on global energy demand and CO<sub>2</sub> emissions*, 2020. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/global-energy-review-2020> . Acesso em: 20 fev. 2022.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate change: The IPCC 1990 and 1992 Assessments*, 1992. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/climate-change-the-ipcc-1990-and-1992-assessments/> . Acesso em: 28 jan. 2022.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. 2013. Disponível em: [http://www.climatechange2013.org/images/report/WG1AR5\\_SPM\\_FINAL.pdf](http://www.climatechange2013.org/images/report/WG1AR5_SPM_FINAL.pdf) . Acesso em: 28 jan. 2022.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change 2014*. Disponível em: <https://archive.ipcc.ch/report/ar5/syr/> . Acesso em: 05 ago. 2022.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Change. Global warming of 1.5°C*, 2018. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2018/07/SR15\\_SPM\\_version\\_stand\\_alone\\_LR.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2018/07/SR15_SPM_version_stand_alone_LR.pdf) . Acesso em: 05 ago. 2022.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change 2021. The Physical Science Basis*, 2021. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC\\_AR6\\_WGI\\_SPM\\_final.pdf](https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_SPM_final.pdf) . Acesso em: 15 mar. 2022.

JOHNS HOPKINS MEDICINE. *Coronavirus, social and physical distancing and self-quarantine*, 2020. Disponível em: <https://www.hopkinsmedicine.org/health/conditions-and-diseases/coronavirus/coronavirus-social-distancing-and-self-quarantine> . Acesso em: 10 mar. 2022.

JOLLIFFE, Dean; PRYDZ, Espen Beer. *Estimating international poverty lines from comparable national thresholds*. World Bank Group, 2016. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/837051468184454513/pdf/Estimating-international-poverty-lines-from-comparable-national-thresholds.pdf> Acesso em: 20 mai. 2022.

JONES, P.; WIGLEY, T.M.L. Estimation of global temperature trends: what's important and what isn't. *Climatic Change*, 100, p.59-69, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10584-010-9836-3>.

KUHN, Thomas. *A estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., [1970] 1998.

LYNAS, Mark; HOUTON, Benjamin; PERRY, Simon. Greater than 99% consensus on human caused climate change in the peer-reviewed scientific literature. *Environmental Research Letters*, vol. 16, nº. 11, 2021. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/ac2966> . Acesso em: 01 dez. 2021.

McNEILL, John Robert; ENGELKE, Peter. *The Great Acceleration*. An environmental history of the Anthropocene since 1945. Cambridge, Massachusetts: The Belknap

Press of Harvard University Press, 2014.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William W. *The limits to growth*. Washington: Potomac Associates Books – New York: Universe Books, 1972.

MOSLEY, Stephen. *The Environment in World History*. Abingdon: Routledge, 2010.

MUMFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES. *Public health linkages with sustainability*, 2013. Disponível em: [https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK202294/pdf/Bookshelf\\_NBK202294.pdf](https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK202294/pdf/Bookshelf_NBK202294.pdf) . Acesso em: 21 mar. 2022.

OUR WORLD IN DATA. *Daily new confirmed COVID-19 deaths per million people, 2021*. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus-data> . Acesso em: 20 fev. 2022.

PCRJ. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Decreto nº 47246 de 12 março de 2020, 2020a*. Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTA0NjQ%2C> . Acesso em: 13 out. 2021.

PCRJ-Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Decreto nº 47283 de 21 de março de 2020, 2020b*. Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTA0NzI%2C> . Acesso em: 13 out. 2020.

PCRJ. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/COR-Centro de Operações Rio. *Monitoramento da demanda do sistema de transportes e sistema viário da cidade do Rio de Janeiro durante pandemia da COVID-19, 2020c*. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMzdIMjgMTetZmNmZS00YTAYLWE3YTctYU1YjI2MDg4ZTgzIiwidCI6IjYzFiNzY0LTYyYtNDNmZC1iMjdLWE3YzgzZmQ0MzdkMiJ9> . Acesso em: 13 out. 2021.

PEDERSEN, Mogens Jin; FAVERO, Nathan. Social Distancing during the COVID-19 Pandemic: Who Are the Present and Future Noncompliers?. *Public Administration Review*, vol. 80, no 5, 2020, pp. 805–814. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/puar.13240> . Acesso em: 16 out. 2021.

RSC. Royal Society of Chemistry / Environmental Chemistry Group. 150th anniversary of the establishment of the Alkali Inspectorate. *ECG Bulletin*, July/2014. Disponível em: <https://www.envchemgroup.com/150th-anniversary-of-the-establishment-of-the-alkali-inspectorate.html> Acesso em: 21 mar. 2022.

SARMADI, Mohammad; RAHIMI, Sajjad; REZAEI, Mina; SANAEI, Daryoush; DIANATINASAB, Mostafa. *Air quality index variation before and after onset of COVID-19 pandemic: a comprehensive study on 87 capital, industrial and polluted cities of the world*. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34900511/> . Acesso em: 22 mar. 2022.

SCHWAB, Klaus. *Shaping the fourth industrial revolution*. E-book. World Economic Forum, 2018.

SEINFELD, John. Air Pollution: a half century of progress. *American Institute of Chemical Engineers (AIChE) Journal*, vol. 50, n. 6, p.1096-1108, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1002/aic.10102> .

SHARIFI, Ayyoob; KHAVARIAN-GARMSIR, Amir Reza. The Covid-19 pandemic: impact on cities and major lessons for urban planning, design, and management. *Science of The Total Environment*, vol. 749, 2020, p. 142391. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33370924/> . Acesso em: 14 mar. 2022.

SHIDELER, John; HETZEL, Jean. *Introduction to climate change management: transition to a low-carbon economy*, Springer Nature, 2021.

SICILIANO, Bruno; DANTAS, Guilherme; SILVA, Cleyton; ARBILLA, Graciela. Increased ozone levels during the COVID-19 lockdown: Analysis for the city of Rio de Janeiro, Brasil. *Science of the total environment*, vol. 737, p.2-9, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32480061/> . Acesso em: 18 mar. 2022.

SOKHI, Ranjeet et al. A global observational analysis to understand changes in air quality during exceptionally low anthropogenic emission conditions. *Environment International*, 157, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160412021004438?via%3Dihub> . Acesso em: 19 ago. 2021.

SOUSA, Cristiano. *Viabilidade econômico-ambiental da substituição do coque utilizado em alto-forno para obtenção do ferro gusa: estudo de caso*. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Universidade Federal de Santa Catarina. STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul J.; McNEILL, John. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature? *AMBIO: A Journal of the Human Environment*, vol. 36, no. 8, p. 614-621, 2007.

UN. UNITED NATIONS. Department of Economics and Social Affairs – Population Dynamics. *World Population Prospects 2019*, 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Air pollution and child health: prescribing clean air*. Geneva: World Health Organization, 2018. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/275545/WHO-CED-PHE-18.01-eng.pdf?sequence=2&isAllowed=y> . Acesso em: 27 set. 2021.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020, 2020a*. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020> . Acesso em: 16 out. 2021.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Critical preparedness, readiness and response actions for COVID-19, 2020b*. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/critical-preparedness-readiness-and-response-actions-for-covid-19> . Acesso em: 16 out. 2021.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *WHO global air quality guidelines. Particulate matter (PM<sub>2.5</sub> and PM<sub>10</sub>), ozone, nitrogen dioxide, sulfur dioxide and carbon monoxide, 2021*. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240034228> . Acesso em: 12 mar. 2022.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Opinion: is the pandemic ending soon?, 2022*. Disponível em: <https://www.who.int/philippines/news/detail/11-03-2022-opinion-is-the-pandemic-ending-soon> . Acesso em: 28 mar. 2022.

ZAMBRANO-MONSERRATE, Manuel A.; RUANO, María Alejandra; SANCHEZ-ALCALDE, Luis. Indirect effects of COVID-19 on the environment. *Science of The Total*

*Environment*, vol. 728, 2020, p. 138813. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32334159/> . Acesso em: 15 mar. 2022.

# MONUMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS

## Reflexões pedagógicas de abordagem projetual

MONUMENTS AND PUBLIC SPACES  
*Pedagogical reflections of design approach*

*Larissa Mörschbacher<sup>1</sup>,  
Isadora Baptista Alves<sup>2</sup> e Aline Montagna da Silveira<sup>3</sup>*

### Resumo

Intervir em uma preexistência de valor cultural requer a habilidade projetual de saber combinar as múltiplas demandas de um determinado contexto, sejam elas físicas, culturais, sociais, econômicas ou tecnológicas. Frente a isso, é papel da universidade preparar futuros profissionais a estarem aptos e qualificados para confrontar tais demandas, as quais estão em constante transformação. O objetivo do presente artigo consiste em debater estratégias de ensino acerca da preparação dos estudantes universitários para trabalhar com bens de valor cultural a partir de uma visão crítica sobre a sua realidade. A discussão apresentada foi realizada com base nas reflexões sobre as atividades desenvolvidas na disciplina Projeto de Arquitetura VI, do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, a partir do estudo de caso da *Chiesa Diruta*, edital *Reuse Italy*. O enfoque se dá na relação do monumento com o espaço público e ampara-se em documentos bases do campo como a Carta de Veneza (1964), a Política do Patrimônio Cultural Material (2018) e a Constituição Federal (1988). Os resultados observados indicam que a fundamentação teórica combinada a discussões conjuntas em aula contribui na formação crítica dos futuros profissionais.

Palavras-chave: restauro, monumento, espaço público, ensino.

### Abstract

*Intervening in a pre-existence of cultural value requires the design skill of knowing how to articulate multiple demands of a given context, whether physical, cultural, social, economic, or technological. It is the university's role to prepare future professionals to be able and qualified to face such demands, which are in constant transformation. This article aims to reflect on teaching strategies that encourage such discussions on how to prepare university students to work with culturally valuable goods with a critical view of their reality. The research reflects on the activities developed in the Architecture Project VI class, of the undergraduate course in Architecture and Urbanism at the Federal University of Pelotas. With this, it is expected to contribute to the discussions regarding teaching and research in architecture and urbanism through the case study of Chiesa Diruta, notice's Reuse Italy. The focus is on the monument's relationship with the public space, and it is supported by field-based documents such as the Venice Charter (1964), the Material Cultural Heritage Policy (2018), and the Federal Constitution (1988). The observed results indicate that the theoretical foundation combined with the joint training*

1 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2018).

2 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2020).

3 Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP/2009), Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação (UFPel/2001) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel/1994).

*in class influential of professional critics.*

*Keywords: Restoration, Monument, Public Space, Teaching.*

### Introdução

Além da conservação, que visa a “transmissão” para futuras gerações, o restauro arquitetônico tem papel revelador do bem de valor cultural. Sob essa perspectiva, o arquiteto responsável tem por objetivo ler e propor a sua reinterpretação, uma vez que toda ação sobre uma edificação é uma forma de vê-la, logo, interpretá-la. A intervenção, ainda, deve responder às necessidades contemporâneas sem desprezar a obra a ser salvaguardada (CARBONARA, 2014).

A atribuição de novos usos nas edificações consideradas de valor cultural é debatida há pelo menos um século. As contribuições de Riegl (2014) no início do século XX identificavam, dentre outros, o valor utilitário dos monumentos, bem como seus possíveis conflitos com as ações preservacionistas. A Carta de Veneza (1964)<sup>4</sup> no seu Artigo 5º também aborda o favorecimento do uso útil à sociedade a partir da inserção de uma nova atividade. De acordo com o documento, as adaptações necessárias não devem alterar significativamente as características do bem.

Esse posicionamento tem sido alvo de críticas, uma vez que tal ponderação “engessaria” a edificação para novas possibilidades de uso e criação. Entretanto, Kühl (2010) explica que ao reconhecer o valor documental e/ou formal de uma determinada obra, o uso deve ser um meio de preservá-la e não a finalidade em si, compreensão que impacta significativamente nas estratégias projetuais a serem adotadas. Isto porque sucessivas transformações decorrentes das mudanças pautadas predominantemente na utilização do espaço poderiam resultar na desconfiguração da preexistência, tornando-a assim obsoleta e invisibilizando seu propósito cultural.

Nesse debate, destaca-se que a funcionalidade tem sido naturalizada nos espaços urbanos, ainda que estes também sejam lugares privilegiados para experiências artísticas (FREIRE, 1997). O conceito de funcionalidade, amplamente difundido e defendido no final do século XIX e na primeira metade do século XX, passa a ser questionado. Apesar do termo tratar de questões essenciais, como aquelas relacionadas à economia e necessidades fundamentais que pudessem ser comprovadas com métodos “científicos”, ele torna-se restritivo em uma área de atuação na qual a afetividade e a ideologia também são variáveis a serem consideradas (COLQUHOUN, 2004). Em relação às experiências possibilitadas pelos monumentos no espaço urbano Freire (1997) destaca:

Pensar a relação dos habitantes de uma cidade com seus monumentos é ver a cidade além de sua funcionalidade imediata, é privilegiar, antes de tudo, seu componente histórico e estético. Afinal, o que são os monumentos numa cidade? Longe de se referirem a traçados urbanos abstratos, carregam-na de sentido simbólico; testemunham sistemas mentais da época em que foram criados e solicitam, não raro, uma relação não apenas perceptiva mas também efabuladora, que mistura os tempos presente e passado, as histórias individuais às coletivas. [...] Ao conceber a cidade como um terreno de investigações estéticas, os monumentos são suas peças fundamentais (FREIRE,

<sup>4</sup> “Documento-base do *International Council on Monuments and Site* (ICOMOS), criado em 1965 e acolhido pela UNESCO como órgão consultor e de colaboração” (KÜHL, 2010, p. 288).

1997, p.55).

Além da “utilidade prática”, a autora expõe outras formas de relações entre a edificação e seu contexto, discorrendo acerca do papel do monumento a partir de como ele é percebido dentro da cidade. A valorização e respeito às instâncias estéticas e históricas da obra já são temas tratados por Brandi (2004) na segunda metade do século XX, que argumenta que quando há o reconhecimento de um determinado objeto como obra de arte (qualquer produto singular do fazer humano), é a sua própria artisticidade que deve orientar as ações.

Salvo em situações excepcionais, em que há completa impossibilidade de compatibilidade de programa, é desejável que o profissional responsável saiba combinar os diferentes interesses sobre um determinado bem, respeitando as qualidades preexistentes e atendendo as demandas do bem-estar presente. Para tanto, Carbonara (2014) argumenta que é necessário conciliar as razões do desenvolvimento por meio de um desenho culto<sup>5</sup>. E para atingir tal objetivo, o autor defende que o projeto deva partir de uma ação coordenada e articulada em relação ao todo, e não um somatório de soluções fragmentadas em que a restauração e o projeto arquitetônico são percebidos como atos individuais.

A questão que se coloca consiste em como preparar futuros profissionais capacitados com uma visão integrada do campo da preservação do patrimônio cultural. Profissionais que estejam aptos a desenvolver projetos que não apenas atendam as demandas “funcionais”, mas que também contemplem a complexidade das interfaces com as múltiplas escalas da cidade frente às suas várias problemáticas contemporâneas.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo propor reflexões sobre como contribuir para a formação de estudantes do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, qualificando-os a desenvolver projetos de intervenção com uma abordagem crítica que respeite a obra preexistente e, ao mesmo tempo, atenda às demandas contemporâneas do contexto em que se insere.

### O suporte para a reflexão: a experiência na *Chiesa Diruta*

As reflexões apresentadas foram cotejadas com as discussões realizadas na disciplina de Projeto de Arquitetura VI<sup>6</sup>, componente curricular obrigatório do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. A turma objeto deste estudo corresponde ao primeiro semestre de 2021, na qual as autoras atuaram como estagiárias docentes e professora, respectivamente.

A ementa da disciplina indica os caminhos para a intervenção em bens de valor cultural. Estabelece as etapas de estudo, análise e reflexão crítica para a proposição de intervenção. Para tanto, são realizados exercícios de identificação, reconhecimento, diagnóstico do estado de conservação e mapeamento de danos na edificação. Também são realizadas discussões sobre a teoria e história da conservação e do restauro,

<sup>5</sup> “Uma arquitetura que deriva de um desenho culto, consciente do tema e da restrição adicional, mas qualificadora, que implica o respeito histórico, [...], e mais que tantos outros que recaem normalmente sobre os ombros do arquiteto (*utilitas, firmitas, venustas* e hoje uma infinidade de regulamentações, limites legais, econômicos, organizacionais e processuais etc.)” (CARBONARA, 2014 p. 24, tradução das autoras).

<sup>6</sup> Outras experiências sobre as reflexões resultantes das experiências da disciplina do Projeto de Arquitetura VI podem ser encontradas em Pereira, Silva e Silveira (2019), Pereira, Silveira e Aurich (2020) e Pereira e Silveira (2021).



legislação e instrumentos de preservação patrimonial de forma a subsidiar as tomadas de decisões.

Em virtude da pandemia da COVID19, o conteúdo foi ajustado para contemplar as aprendizagens específicas da área e as aulas síncronas foram ministradas em formato remoto. Dentre os ajustes para a modalidade *online*, destaca-se a adoção do edital do concurso *Reuse Italy*<sup>7</sup>. Este foi utilizado como objeto de análise para traçar as discussões sobre a fundamentação teórica, etapa da disciplina discutida no presente artigo.

O objeto de intervenção proposto no edital consiste na ruína da *Chiesa Diruta*, situada em *Grottole*, no sul da Itália, na província de Matera. O município está assentado no topo de uma montanha e, portanto, a sua topografia acidentada é um elemento determinante na configuração urbana das edificações. Ajustado ao relevo, o desenho da cidade caracteriza-se pelo traçado típico de cidades medievais: tecido irregular e assimétrico com edificações dispostas de forma orgânica e densa (Figura 1).

Apresentando diversos exemplares de arquitetura vernacular, a identidade da cidade está condicionada às características naturais do meio em que se insere. Tal influência é expressa especialmente por meio da composição cromática que conforma a paisagem. Nela, observa-se a aproximação entre as cores naturais do entorno (morros e vegetação) e as construções (Figura 02).

De acordo com o edital, a *Chiesa Diruta* compreende uma antiga igreja datada de meados do século XV. Ao longo do tempo, em virtude de terremotos, incêndios e problemas construtivos a edificação sofreu consideráveis danos até ser abandonada. Para reparar os estragos decorrentes desses eventos, é provável que a mesma tenha sofrido transformações durante as obras. Atualmente, o monumento histórico configura-se em um estado de quase arruinamento, no qual a inexistência da cobertura impede uma leitura completa da obra. Entretanto, a permanência das paredes e de alguns elementos decorativos ainda permite identificar a sua unidade potencial, configurando um elemento significativo na paisagem da cidade bem como no cotidiano dos moradores (Figura 3).

<sup>7</sup> Maiores informações sobre o concurso podem ser obtidas no site oficial *Reuse Italy*: <<https://www.reuseitaly.com/>>. Acesso em: 20 jul. 2021



Em relação às características socioeconômicas, destaca-se que *Grottole* é uma cidade composta por uma população de 2.100 habitantes, dos quais cerca de 300 residem no centro histórico e, dentre eles, 70% são idosos. O baixo número de moradores justifica o fato de existirem aproximadamente 629 residências abandonadas. A disparidade entre o número de casas excedentes ao número de moradores ilustra o decréscimo populacional que a cidade vem sofrendo como reflexo da ausência de oportunidades econômicas, levando ao êxodo de seus habitantes para outras cidades em busca de oportunidades (*WONDER GROTTOLE*).

O objeto do edital torna-se uma potencial ferramenta de análise para fomentar discussões entre os alunos. Isto porque a cidade apresenta um complexo contexto, sobre o qual os estudantes são instigados a refletir e a discutir possíveis soluções projetuais. Essas proposições devem conciliar as razões do desenvolvimento a partir de um olhar sensível aos significados próprios da arquitetura religiosa, bem como ao marco na paisagem desta arquitetura (LYNCH, 2017) como transformada ao longo do tempo. Ainda, as soluções devem atentar para a situação delicada sob a qual a cidade se encontra: com decréscimo populacional e abandono da cidade.

### Procedimentos metodológicos

As reflexões apresentadas foram elaboradas a partir da compreensão teórica do campo do restauro, conteúdo abarcado pela disciplina. Desta forma, as análises aqui expostas organizam-se a partir das interlocuções nela realizadas que tiveram como base o estudo de caso da *Chiesa Diruta*.

Dentre as etapas que conformam o processo pedagógico que compõem a disciplina, destacam-se a fundamentação teórica sobre a preservação do patrimônio cultural e a apropriação do estudo de caso. O embasamento conceitual de ambas etapas busca instigar os estudantes a refletir sobre as especificidades do campo de conhecimento e do local de estudo.

A partir da pesquisa histórica e da apropriação do contexto social, econômico e físico da cidade e da edificação, os alunos debateram acerca dos potenciais valores da ruína *Chiesa Diruta* para os moradores da cidade. Destaca-se que a temática da relação do bem para com a comunidade na qual se insere é amplamente debatida nas discussões



contemporâneas sobre como salvaguardar.

O recorte deste artigo propõe uma reflexão sobre a importância de intervenções que levem em consideração as diferentes demandas nas quais o projeto restaurativo está exposto. O enfoque compreende discussões que vão além de soluções amparadas no tratamento técnico-científico, mas também pautam-se na apropriação e no reconhecimento por parte da população em relação aos bens de valor cultural.

Tal discussão é abordada na Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), documento redigido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2018. A PPCM consiste em uma declaração-guia, formulada a partir da interlocução de anos de práticas e reflexões, as quais direcionam as ações do campo no Brasil. O documento busca orientar desde processos de gerenciamento (tais como identificação, normatização, fiscalização, e outros) até posturas gerais, como por exemplo, a defesa pelo envolvimento comunitário nas práticas preservacionistas.

Dentre as premissas discutidas no documento, destaca-se o Princípio do Direito à Cidade. Nele “Todos têm direito a um ambiente urbano que garanta o usufruto da estrutura, dos serviços, equipamentos e espaços públicos e comunitários da cidade de forma equânime e inclusiva” (IPHAN, 2018, p.10). Ou seja, questões tais como o envolvimento comunitário e o direito ao espaço são discutidos e perpassam as recomendações que orientam os processos de patrimonialização.

Meneses (2012) também aborda a problemática do envolvimento comunitário que incorpore uma visão abrangente sobre o tema. De acordo com o autor, um tratamento técnico-científico não é o suficiente para dar conta da problemática presente no objeto. Isso porque os valores não são inerentes aos bens, e sim atribuídos a eles. Desta forma, os processos de patrimonialização necessitam ser fundamentados e explicitados por meio de relações de diálogos, e não de imposições.

Sob esta perspectiva, os alunos são provocados na disciplina, por meio de leituras, discussões em grupos e trabalhos, a debater o papel do patrimônio nas cidades. Eles devem se posicionar criticamente sobre a relação do programa de necessidades com o contexto físico, cultural, político, social e econômico no qual o bem se insere.

## Resultados e Discussão

O edital *Reuse Italy* definiu a reutilização da ruína *Chiesa Diruta* como um espaço destinado a apresentações de teatro e concertos musicais. Entretanto, para o exercício da disciplina de Projeto de Arquitetura VI, foi solicitado aos alunos que propusessem um novo uso considerando as demandas do contexto que foram identificadas a partir das leituras realizadas. O objetivo consiste em engajar os alunos nas discussões atuais do campo, que trazem o questionamento sobre o papel dos bens de valor cultural na atualidade.

O exercício demandou que os estudantes justificassem as suas propostas a partir das pesquisas realizadas, bem como expressassem a que público prioritariamente o projeto visava atender. As discussões também demandam aos estudantes a apropriação dos aspectos formais do objeto de estudo – visto que a intervenção deve ter a capacidade de atender ao programa de necessidades proposto sem desconfigurar a obra, conforme orientado na Carta de Veneza (1964). Como resultado, foram apresentadas nove ideias, as quais demonstraram que as questões discutidas em aula foram incorporadas nas escolhas (Quadro 1).

Grupo	Tema do Projeto
Grupo 01	Mercado Central de Grottole
Grupo 02	Biblioteca Pública
Grupo 03	Jardins Suspensos de Grottole
Grupo 04	Centro de Valorização do Saber Fazer Artesanal
Grupo 05	Galleria D'Arte <i>Chiesa Diruta</i>
Grupo 06	Estufa <i>Chiesa Diruta</i>
Grupo 07	Libreria e Caffè <i>Chiesa Diruta</i>
Grupo 08	Libreria + Caffè <i>Chiesa Diruta</i>
Grupo 09	Projeto <i>Abraccio</i> (Café + Convivência + Exposição)

Apesar das justificativas individuais focarem em pontos específicos, identificou-se que os alunos interpretaram a ruína *Chiesa Diruta* como uma possibilidade de extensão dos espaços públicos. As propostas, nas suas justificativas, incorporaram questões e discussões do direito à cidade, amplamente debatidas em espaços urbanos e defendidas em documentos, como a Política do Patrimônio Cultural Material (IPHAN, 2018) e a Constituição Federal (1988).

O Grupo 1 propõe um mercado central para a cidade de *Grottole*. O eixo norteador do projeto consiste em valorizar as trocas interpessoais entre moradores e visitantes, impulsionadas pela “grandiosidade” do espaço. Nessa proposição é possível identificar que as questões econômicas estão associadas à ideia de identidade da comunidade e pertencimento daquele ambiente.

As pesquisas históricas e as características morfológicas da cidade também foram variáveis incorporadas nas proposições. Conforme mencionado, *Grottole* é uma cidade com conformação medieval ainda bastante preservada. O desenho denso característico da sua conformação urbana – malha irregular, ruas estreitas delimitadas pelas edificações e escassez de praças e espaços verdes dentro das cidades – desafia a proposição de lugares que atendam um número maior de pessoas.

Soma-se a isso as mudanças do modo de viver, que incorporaram novas tecnologias como, por exemplo, os automóveis, que passaram a disputar os espaços urbanos com

os pedestres, tais como as ruas e praças. A reapropriação dos monumentos existentes, como a ruína *Chiesa Diruta*, é uma valiosa estrutura para se tirar partido e proporcionar espaços de encontro sem comprometer a paisagem existente.

Outra discussão que merece destaque compreende a proposta do Grupo 2. Por meio de uma biblioteca, o grupo realiza diversos questionamentos sobre as diferentes demandas e os desafios de conciliá-las:

Nos chamou a atenção a aparição de ideias antagônicas, não só por parte de teóricos do restauro de diferentes escolas e temporalidades, mas também contrapontos contemporâneos. Uma das primeiras inquietações chegou a nós por comentários de colegas durante o horário de aula: O projeto é voltado para os moradores ou para turismo? [...] Ao nos depararmos com questões que poderiam representar uma escolha entre dois caminhos escolhemos conectar esses caminhos e buscar estratégias que permitam que a população consiga usufruir plenamente do espaço, vivenciar e sentir que o espaço faz sim parte da sua temporalidade, que ainda está vivo e ativo, e sem perder o respeito pela história que a obra carrega na sua materialidade. Assim, conectamos o antigo ao novo, [...] o estético e cultural ao funcional, os princípios teóricos à prática projetual e vivencial, a população idosa à juventude, a comunidade local ao turista e, através dos livros, ao mundo (Grupo 02).

Os questionamentos desenvolvidos pelo Grupo 02 evidenciam a atividade de reflexão dos estudantes quanto à pertinência do uso. O turismo tem sido outra temática amplamente debatida dentro no campo por evidenciar o conflito de diversos interesses. Sob esta perspectiva, observa-se a apropriação crítica dos alunos nas suas análises sobre o contexto.

Para outros futuros profissionais, o turismo foi a ideia mote para converter o quadro de decréscimo populacional na cidade. Tal estratégia foi defendida pelo Grupo 5 que propôs o “Centro de Arte Contemporânea”. Para o embasamento da proposta, foram apresentadas estatísticas que demonstram a circulação de turistas no país e sua potencialidade na recuperação econômica da cidade. Cabe destacar que a ideia foi apresentada em articulação com pensamento sobre como tornar a população local parte deste processo.

Enquanto alguns temas voltaram-se à criação de espaços de encontro que promovessem o aumento da circulação de moradores e turistas, reativando o comércio local no entorno do bem, outros entenderam que a própria ruína poderia ser o mote do processo. Destaca-se a proposta apresentada pelo Grupo 04 que, por meio do “Centro de Valorização do Saber Fazer Artesanal”, propôs um espaço de produção, comercialização e propagação do conhecimento sobre peças cerâmicas confeccionadas tradicionalmente na cidade.

Apesar da proposta também abarcar o turismo como foco, observa-se a ênfase na preocupação com a apropriação da população local sobre a ruína. Ou seja, trata as questões discutidas na PPCM que se referem ao direito à cidade, acesso equitativo e acessibilidade de todos. Além disso, busca restabelecer o saber fazer local, inserindo e respeitando as futuras gerações.

O Grupo 09 também enfatiza o espaço de encontro. A ideia intitulada “Projeto *Abraccio*” propõe fortalecer o espírito comunitário dos moradores por meio de um local de

encontro.

Os grupos 03, 06, 07 e 08 partiram das qualidades físicas do contexto para o desenvolvimento da proposta como, por exemplo, a topografia acidentada, o assentamento urbano concentrado e a presença da ruína como ponto de referência na paisagem. A partir dessas particularidades observou-se as potencialidades e limitações que, então, direcionaram as ideias de uso.

A ruína *Chiesa Diruta* é um marco urbano referencial de *Grottole* (LAMAS, 2010). Sua presença na conformação da paisagem é tanto um elemento orientador para aqueles que circulam dentro da cidade na escala do pedestre, quanto para aqueles que a visualizam de longe. Além da compreensão dentro do próprio contexto, verificou-se que as reflexões desenvolvidas pelos alunos articulavam-se com as teorias de restauro. Abordavam, por exemplo, os debates sobre as instâncias estética e histórica da obra (BRANDI, 2004) que consolidavam seu valor enquanto ruína e o respeito pela matéria transformada ao longo do tempo.

A atividade reflexiva realizada com os alunos teve ressonâncias na formação dos mesmos no campo da preservação do patrimônio cultural. Conforme observou-se, cada proposta teve suas particularidades, entretanto, os estudantes sempre propuseram uma visão integrada frente às diferentes problemáticas identificadas. Além de estarem presentes nos resultados das propostas, essas preocupações foram percebidas nos momentos de debate durante as aulas remotas síncronas. Apesar do prejuízo às atividades pedagógicas decorrentes do formato remoto requerido pela COVID19, foi possível criar discussões colaborativas entre os alunos, os quais tiveram suas ideias revisadas e ressignificadas a partir de diferentes pontos de vista.

### Considerações

As particularidades das propostas demonstram a pluralidade de opiniões e engajamentos com diferentes itens das premissas da PPCM (IPHAN, 2018). Observando a trajetória dos alunos ao longo da disciplina, evidenciou-se que momentos reflexivos e provocativos na formação acadêmica contribuíram para a construção da sua autonomia. Essa formação crítica deve se manifestar em um momento mais próximo, na conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, através da elaboração do Trabalho Final de Graduação e, futuramente, no cotidiano na vida profissional, no qual as decisões tomadas irão impactar direta e indiretamente, sob diferentes ângulos, a vida de diversas pessoas.

Ainda que na prática profissional o arquiteto responsável pelo projeto de restauro não tenha autonomia suficiente para definir a que uso a edificação se destinará, em muitos casos, especialmente em bens considerados de valor cultural, estes agem como consultores. As propostas de intervenção indicadas para edificações públicas de valor cultural tendem a ter programas de necessidade flexíveis, possibilitando maior liberdade criativa projetual. Portanto, cabe a competência do profissional responsável entender a conformação do bem e propor respostas que articulem as diferentes demandas existentes.

A intenção de instigar a formação de arquitetos e urbanistas com senso crítico, preocupados com as temáticas sociais e culturais que, pela via arquitetônica, respondam de forma fundamentada às demandas postas pela realidade de cada situação revela-se nas reflexões apresentadas pelos estudantes sobre o objeto de estudo apresentado pelo edital. Considera-se que os exercícios propostos na disciplina auxiliaram

significativamente na construção de profissionais autônomos e responsáveis.

O conceito de bem de valor cultural foi significativamente alargado ao longo da história, e a sua discussão não pode estar desprendida de questões relacionadas à cidadania, espaço público e território. Nesse sentido, percebe-se a importância de formar profissionais qualificados que consigam ler e interpretar o contexto em que os monumentos se inserem.

### Agradecimentos

Agradecemos aos alunos da disciplina de Projeto de Arquitetura VI, turma de 2020/01, pela participação nas discussões realizadas em aula, as quais resultaram em debates que dão suporte à permanente reflexão crítica acerca das teorias e ferramentas do restauro, bem como ao aperfeiçoamento da atividade de ensino, em especial, da disciplina. Ademais, agradecemos as contribuições realizadas pela Professora Dra. Mauren Aurich, ministrante regente da disciplina, que também contribuiu ativamente no ensino e na mediação dos debates com os estudantes.

### Referências

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Ateliê, 2004.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARBONARA, Giovanni. *Il restauro non è conservazione*. Roma: Facoltà di Architettura Univeristá di Roma Sapienza, 2014.

CARTA DE VENEZA. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

COLQUHOUN, Alan. *Modernidade e Tradição Clássica*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. 1. ed. São Paulo: Annablume: SESC, 1997.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). *Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018*. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837>>. Acesso em: 24 de set. de 2021.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista*, v. 18, p. 193-227, 2010.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Calouste, 2010.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 2017.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O Campo do patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: SUTTI, W. (coord.). *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova*

gestão, Ouro Preto, MG, 2009. v. 2. Brasília: Iphan, 2012.  
PROJECT *WonderGrottole*, 2018. Disponível em: <<https://www.wondergrottole.it/en/project/>>. Acesso em: 29 de set. 2021.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

REUSE THE FALLEN CHURCH — CHIESA DIRUTA. *Reuse Italy*, Itália, nov. de 2020. Disponível em: <<https://www.reuseitaly.com/>>. Acesso em: 20 de junho. de 2021.

PEREIRA, Franciele Fraga; SILVEIRA, Aline Montagna da; AURICH, Mauren. Experiências pedagógicas em um ateliê de projeto arquitetônico: reflexões sobre propostas de intervenção no patrimônio cultural edificado em Pelotas/RS. *Pixo*, v.4, p.178 - 191, 2020.

PEREIRA, Franciele Fraga; SILVEIRA, Aline Montagna da. A pesquisa histórica e suas repercussões no projeto de intervenção no patrimônio arquitetônico In: *Anais do IV Encontro Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas: Imagens, Trajetórias e Poder*. 2 ed. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2021, p. 354-356.

PEREIRA, Franciele Fraga; SILVEIRA, Aline Montagna da. A experiência de um atelier de arquitetura como meio de registro de bens integrados da arquitetura pelotense In: *Seminário de História das Artes*, 2019, Pelotas. Revista Seminário de História das Artes. Pelotas: Ed. UFPel, 2019, p.1 - 12.

# A PERCEÇÃO URBANA NA ERA DIGITAL

## Uma análise lógico-argumentativa

**URBAN PERCEPTION IN THE DIGITAL AGE**  
*A logical-argumentative analysis*

**Ana Luiza Favarão Leão<sup>1</sup>,**  
**Maria Luisa Consalter Diniz<sup>2</sup>,**  
**Milena Kanashiro<sup>3</sup> e Rovenir Bertola Duarte<sup>4</sup>**

### Resumo

Diante da crescente simbiose entre homem e máquina, a ideia de percepção urbana necessita ser revisitada na era digital. Por meio da estratégia metodológica da argumentação lógica, tem-se como objetivo debater a percepção do meio urbano com o advento das transformações e inserções das ferramentas digitais. Parte-se das teorias de percepção advindas das abordagens construtivista e ecológica, como também, do pensamento ambiental dos anos 1960 e 1970 sobre percepção. A análise concentra-se mais especificamente em três tipos de abordagens digitais: mapeamento por sensoriamento remoto, tecnologias em *crowdsourcing* e *human-like machine perception*, de forma a fornecer uma nova maneira de olhar para fenômenos existentes, categorizá-los e extrair ideias-síntese para pesquisas posteriores. Apesar da crescente dependência da máquina com relação ao ser humano para apreender, indica-se cada vez mais uma certa inconsciência humana nesse processo e a necessidade de reflexão da máquina como uma possível aliada nos estudos urbanos, e não um instrumento de alienação.

Palavras-chave: percepção ambiental, cidades inteligentes, crowdsourcing, human-like machine perception.

### Abstract

*Faced with the growing symbiosis between man and machine, the idea of urban perception needs to be revisited in the digital age. Through the methodological strategy of logical argumentation, the objective is to debate the perception of the urban environment with the advent of transformations and insertions of digital tools. The analysis begins with an introduction on theories of perception originated from the constructivist and ecological approaches, as well as from the environmental thinking of the 1960s and 1970s on perception. The analysis focuses more specifically on three types of digital approaches: remote sensing, crowdsourcing technologies and human-like machine perception, in order to provide a new way of looking at existing phenomena, categorizing them and synthesizing ideas for further research. Despite the increasing dependence on machines when it comes to humans being able to perceive, a certain*

1 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UEL-UEM/2019-2024), Mestra em Arquitetura pelo mesmo programa (UEL-UEM/2019) e Arquiteta e Urbanista pela Universidade Estadual de Londrina. (UEL/2016).

2 Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UEL-UEM/2022), graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-2020).

3 Pós-doutorado PosARQ/UFSC, Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento/UFPR (2006), Mestrado em Planejamento Ambiental/Universidade de Osaka/Japão (1999), Arquiteta e Urbanista pela Universidade Estadual de Londrina. (UEL/1990).

4 Doutor (2015) pela Universitat Politècnica de Catalunya, Mestre (2001) pela Universidade de São Paulo USP-SP e Arquiteta e Urbanista pela Universidade Estadual de Londrina. (UEL/1994).

*human unconsciousness is increasingly indicated in this process, as is the need to reflect on the machine as a possible ally in urban studies and not an instrument of alienation. Keywords: environmental perception, smart cities, crowdsourcing, human-like machine perception.*

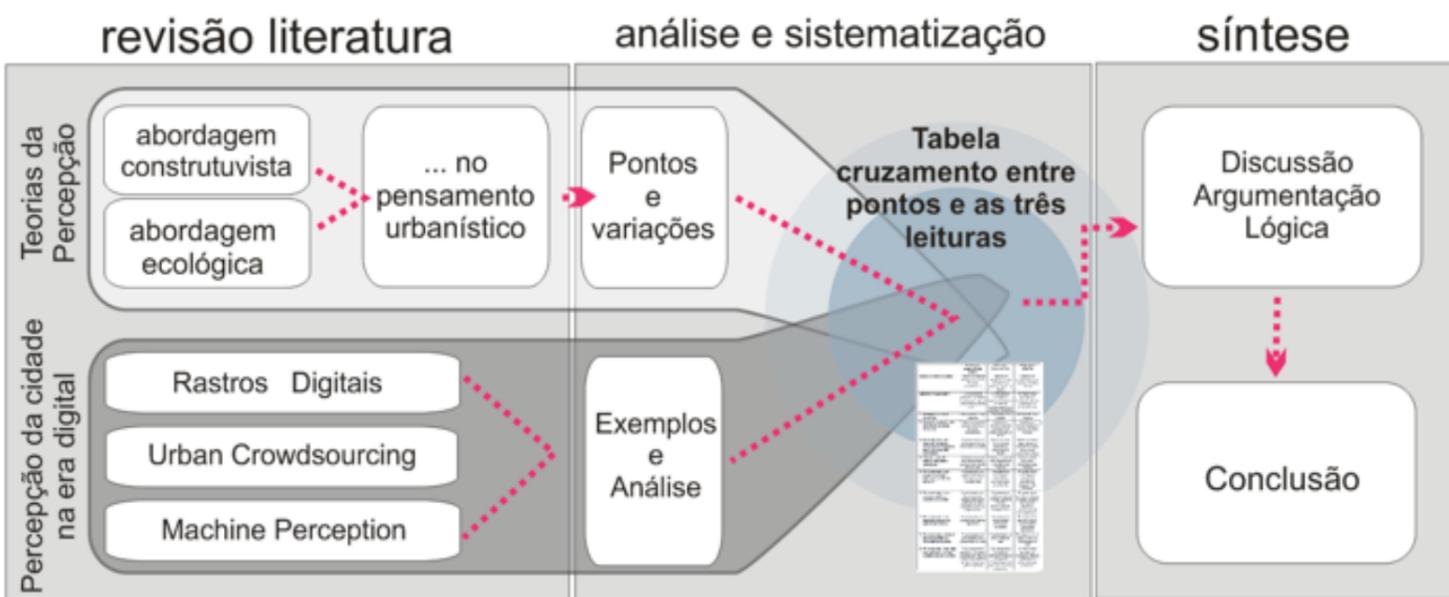
### Introdução

Nos tempos atuais, vemos pouco-a-pouco a consolidação de uma espécie de ecossistema físico-digital (KOUKOPOULOS; KOUKOPOULOS; JUNG, 2017), onde as pessoas se apoiam cada vez mais em ferramentas digitais para “ver” uma praça ou “lembrar” o caminho de um lugar. Segundo Wiegel (2010), as tecnologias digitais têm afetado, ampliado e redefinido o corpo humano e seus sentidos de modo incomparável a qualquer outra época do passado. Nessa perspectiva, as cidades são palco de interações cada vez mais transformadas entre pessoas, edifícios e ambientes urbanos (RATTI; CLAUDEL, 2016; PICON, 2017).

A vivência neste ecossistema físico-digital tem produzido diferentes impactos em nossas relações com as pessoas e com o meio construído, envolvendo, por exemplo, discussões sobre mudanças nos nossos processos de cognição (DERAGON, 2011; WILMER; SHERMAN; CHEIN, 2017; YAMAMOTO; ANANOU, 2020), memorização (KAHNEMAN, 2011; SPARROW; LIU; WEGNER, 2011; KASPERSKY LAB, 2015) e de exposição e vigilância social (ZUBOFF, 2019). De modo semelhante, caberíamos especular a ideia que este ecossistema tem influenciado a forma como percebemos a cidade. Como explica Wiegel (2010), o modo como entendemos e percebemos é inter-relacionado com o contexto cultural e histórico de cada época, assim, o autor defende a necessidade de reexaminar a operação da percepção na era digital.

Nesta direção, propomos aqui refletir sobre três modos diferentes de leitura do meio urbano com a inserção de novas tecnologias digitais: mapeamento por sensoriamento remoto, tecnologias em *crowdsourcing* e *human-like machine perception*. Diante destes diferentes modos, conduzimos uma reflexão baseada em possíveis impactos na construção da percepção, embasada principalmente nas abordagens construtivista e ecológica, e, também, nas suas influências em alguns autores seminais da percepção ambiental urbana. Destacamos como contexto inicial do problema, a transformação da leitura do meio a partir do acesso a um conhecimento coletivo por bancos de dados gigantescos (WILMER; SHERMAN; CHEIN, 2017); e a importância da aquisição e processamento de informação na formulação de opiniões sobre questões cívicas e engajamento (GORDON et al., 2013).

A estratégia metodológica da pesquisa é baseada em argumentação lógica que, como explicam Groat e Wang (2013), visa fornecer uma nova maneira de olhar para fenômenos existentes, categorizá-los e deles extrair ideias-síntese para pesquisas posteriores. Um delineamento metodológico da pesquisa é apresentado na Figura 1. A investigação parte de uma revisão bibliográfica exploratória, com o cruzamento dos descritores “*human perception*”, “*urban perception*”, “*environmental perception*”, “*digital age*” e “*smart city*”. A linha crítica de raciocínio pode ser expressa pelo seguinte ciclo: de algum modo necessitamos da percepção para projetar novos mundos -> assim, usamos ferramentas para aumentar e precisar nossa percepção -> contudo, para criarmos tais ferramentas no mundo tecnológico da IA (inteligência artificial), precisamos ensiná-las -> mas, a cada momento que somos suportados por tais ferramentas, menos percebemos o mundo por nós mesmos -> no entanto, de algum modo necessitamos da percepção para projetar novos mundos... Enfim, o ciclo se retroalimenta.



### As duas abordagens teóricas da percepção e a questão do ambiente urbano

Retomamos o destaque dado por Gordon et al. (2013) à aquisição e processamento das informações, como um dos três passos básicos no processo de engajamento cívico. Estas duas ações, obter e processar, fazem parte do exercício de conhecer o mundo, algo que chamaremos aqui de atividade cognitiva, que demanda faculdades diversas como memória, julgamento, comparação, razão ou imaginação (BEN-ZE'EV, 1981). Nesta atividade, ou seja, no processo de constituição de um produto cognitivo, duas operações iniciais, correspondentes à aquisição e processamento, são conhecidas como sensação e percepção.

A sensação volta-se para a recepção dos estímulos externos e sua codificação em dados sensoriais ou, como descreve Ben-Ze'ev (1981), o correlato imediato dos processos fisiológicos no cérebro. Por outro lado, a percepção, ainda que tenha leituras diversas, pode ser entendida resumidamente como a organização ou processamento destes dados sensoriais, atribuindo-lhes significado. A discussão principal está ao redor de como nós organizamos tais dados, como define Démuth (2013), um debate entre internalistas e externalistas. Neste debate, ainda que a percepção seja tratada por diversas escolas na Psicologia, duas linhas teóricas se destacam: a abordagem construtivista e a ecológica (NORMAN, 2002; DÉMUTH, 2013). Assim, para prosseguirmos a reflexão sobre a questão da percepção frente às novas tecnologias digitais, cabe antes destacarmos alguns aspectos sobre a percepção diante destas duas abordagens.

#### Abordagem construtivista (representacional)

Nesta abordagem, sistematizada inicialmente por Hermann von Helmholtz (1821-1894), a mais tradicional, o ser perceptivo iria além da informação recebida nos dados sensoriais, com o uso do córtex superior para interpretá-la da maneira mais significativa possível (DÉMUTH, 2013). Norman (2002) explica que os construtivistas veem o estímulo que chega aos nossos sentidos como inerentemente insuficiente, com a necessidade de um tipo de inteligência que supere qualquer equívoco presente neste. De modo sucinto, essa abordagem defende a percepção indireta, onde as imagens internas mentais e construídas previamente exerceriam um grande papel nesta operação. A percepção resultaria de um movimento chamado top-down, onde

os dados seriam organizados por meio de representações mentais ou conteúdos cognitivos superiores (DÉMUTH, 2013).

O processo perceptivo, segundo Norman (2002), dependeria de um contexto gerado por outros dados sensoriais adquiridos em experiências passadas, modificando-o. Deste modo, o contexto traria experiências passadas e hábitos cerebrais para o processo, onde o mundo percebido seria um constructo. Nesta abordagem, o psicólogo Irvin Rock (apud NORMAN, 2002) defende uma cadeia interdependente de causalidade entre percepções anteriores e percepções do momento, um “um acoplamento percepção-percepção” (EPSTEIN, 1980 apud NORMAN, 2002, p.75). Desta maneira, a organização dos dados consideraria algo além do percebido naquele momento, em múltiplos estágios, de modo a gerar uma percepção indireta e, assim, construtivista.

#### Abordagem ecológica (pós-cognição)

A segunda abordagem, baseada nas ideias de James J. Gibson (1904 -1979), defende a percepção direta do ambiente, não mediada por imagens neurais ou mentais advindas de experiências anteriores. Trataria do movimento bottom-up, com o emprego de mecanismos de organização mais próximos da recepção dos estímulos (DÉMUTH, 2013). Isso não significa a existência de um agente passivo cognitivamente, mas sim a ausência das atividades intelectuais com imagens predeterminadas (BEN-ZE'EV, 1981). Para Gibson (1979), a percepção é um ato de prestar atenção em uma informação que já está “ali”, de modo que todas as relações perceptivas têm sua origem “lá fora” nas relações ambientais. Assim, a informação advinda do ambiente é suficiente, não carecendo da memória ou qualquer outra atividade cognitiva subjacente de julgamento prévio (NORMAN, 2002). Entretanto, para entender esta ideia de ambiente, é preciso compreender o conceito de *affordance*.

Nesta abordagem, podemos dizer que os lugares possuem *affordances* que estão “ali” e que devemos perceber, não as confundindo com características do lugar, e sim, possibilidades de ação formada pela relação entre um agente e seu ambiente (NYE; SILVERMAN, 2012). O próprio Gibson observa, “...sugiro que, quando olhamos para os objetos, percebamos suas possibilidades, e não suas qualidades” (1979, p. 134). Ben-Ze'ev (1981) esquematiza a *affordance* como algo advindo de uma situação, para proporcionar uma ação específica para alguém num ambiente. Assim, é composta por três termos: ambiente, ação e compatibilidade. O próprio Gibson dá exemplos destas possibilidades, tal como “*sit-on-able*”, um lugar que em relação a uma pessoa que deseja sentar-se encontra a compatibilidade do potencial de ser *sentável*, quer dizer, vai além de uma qualidade do lugar, para tratar de um potencial dentro de uma ação. Assim, a concepção de percepção na visão ecológica pode ser pensada como um observador ativo a explorar o seu ambiente, atento as mudanças ao longo do tempo e espaço.

#### As teorias da percepção e o pensamento urbanístico

Durante a segunda metade do século XX, como destacam Zhang et al. (2018a), os pesquisadores de áreas como geografia, planejamento urbano e psicologia ambiental buscaram aprofundar o conhecimento sobre as conexões entre o meio ambiente e as teorias da percepção. Assim, diversas aproximações às diferentes abordagens sobre a percepção foram discutidas e aplicadas ao espaço urbano, muitas vezes sem uma distinção tão clara. Desta forma, pode acontecer que uma premissa construtivista estivesse entremeada com instruções ecológicas. Por exemplo, Amos Rappoport e Roe Hawkes autores do texto “The Perception of Urban Complexity” (2007), defendem

que a experiência anterior, pessoal ou cultural, poderia funcionar como um filtro, uma premissa construtivista, enquanto incorpora a noção de “hierarquia em níveis” de Gibson, uma instrução ecológica.

De qualquer forma, tal discussão ganha relevância a partir dos anos de 1960, na busca de incorporar o homem e suas atividades na discussão do ambiente, com a extrapolação da descrição meramente física. Por exemplo, Kevin Lynch, em *The “Image of the City”* de (1960), explora a ideia de um mapa mental, produzido pelos cidadãos a partir de descrições rápidas da cidade, orientadas por experiências anteriores e cinco principais elementos. Para Ribeiro (1997), trata-se de uma leitura que se apoia na abordagem construtivista, especificamente nas experiências anteriores e em uma ideia de imagem interna. Meenar, Afzalan e Hajrasouliha (2019) concordam, para apontar que o legado de Lynch é a imagem mental, com mapeamentos cognitivos, um modo dominante de investigação do meio ambiente. Ainda que possamos ver outras características, como Montaner (1993) que aponta sob a perspectiva de influência da Gestalt, a força dos dados sensoriais organizados por uma imagem interna mental é bastante expressiva em seu método que, como ressaltam Larice e Macdonald (2013), torna-se importante para entender imagens memoráveis e legíveis do lugar.

Nos anos 1970, com Donald Appleyard, fica evidente a diretriz de não se restringir a uma abordagem específica. O próprio autor, em “Notes on Urban Perception and Knowledge” de 1973, diz expressamente que a percepção do ambiente urbano não deveria ser pensada de modo unificado em uma única teoria da percepção, onde a coerência teórica poderia ser um problema (APPLEYARD, 1973). Para o autor, os estudos sobre percepção ambiental são fragmentados, podendo ter ênfases distintas para cada situação. Appleyard (1973) defende então três tipos de percepção: operacional, responsiva e inferencial. Em sua visão, cada tipo será mais indicado para cada situação, por exemplo, a operacional seria requisitada para circunstâncias de exploração em ambientes complexos, a responsiva para destacar aspectos sob demandas, e a inferencial para trazer informações conformadas por classes ou padrões pré-definidas. Em algum sentido, o autor incorpora as duas abordagens, a operacional parece aproximar da ideia de *affordance*, enquanto, nas outras parece sugerir leituras construtivistas, inclusive na própria visão de ter percepções diferentes para cada situação.

Um último exemplo, já em 1977, é o trabalho do já citado Rappoport em “Human Aspects of Urban Form”. Na discussão sobre a natureza da organização do espaço urbano, incorpora aspectos sociais e culturais. Esta orientação daria origem ao campo de estudos chamado de Environment and Behavior Studies (EBS), que investiga mecanismos de interação bidirecional de pessoas e ambientes. Rappoport, agora com Hawkes, defende que se trataria de substituir a dimensão puramente física da entrada perceptiva, por uma psicológica, capaz de refletir os efeitos dos fatores sociais e culturais. Podemos dizer que, em termos gerais, que os cidadãos percebem e compreendem seu ambiente por meio de seus sentidos, respondendo afetivamente a ele, ao mesmo tempo em que os aspectos sociais e culturais agem como filtros no processo de percepção e avaliação. Os autores ainda observam que o homem aprenderia a agrupar várias unidades perceptivas em uma única percepção. Assim, a percepção de materiais, clima ou geográficos estariam intermediados pela cultura (RAPPOORT; HAWKES, 2007). Não por acaso Rappoport defende que a percepção ambiental seria uma propriedade mental e o ambiente percebido um constructo (RIBEIRO, 1997), uma abordagem construtivista.

Sem o objetivo de esgotar tal discussão, introduzimos aqui apenas três autores seminais, para o debate sobre a discussão teórica da percepção do espaço urbano e aproximações de origens diversas. Contudo, sobre o conflito entre as duas abordagens

descritas, Norman (2002) nos ajuda a encontrar um caminho. Este autor defende que ambas abordagens podem coexistir, inclusive observa que a visão atual das pesquisas neurofisiológicas e neuropsicológicas em percepção visual indicam a existência destes dois sistemas paralelos, os sistemas dorsal e ventral. Por outro lado, nas pesquisas da área digital, os conceitos citados ainda podem ser encontrados como embasamento, por exemplo, o mapa lyncheano (MEENAR, AFZALAN E HAJRASOULIHA; 2019) e, principalmente, a noção de *affordance*, que auxilia máquinas e robôs a entender meios complexos de forma autônoma (cf. NEEMEH, 2019).

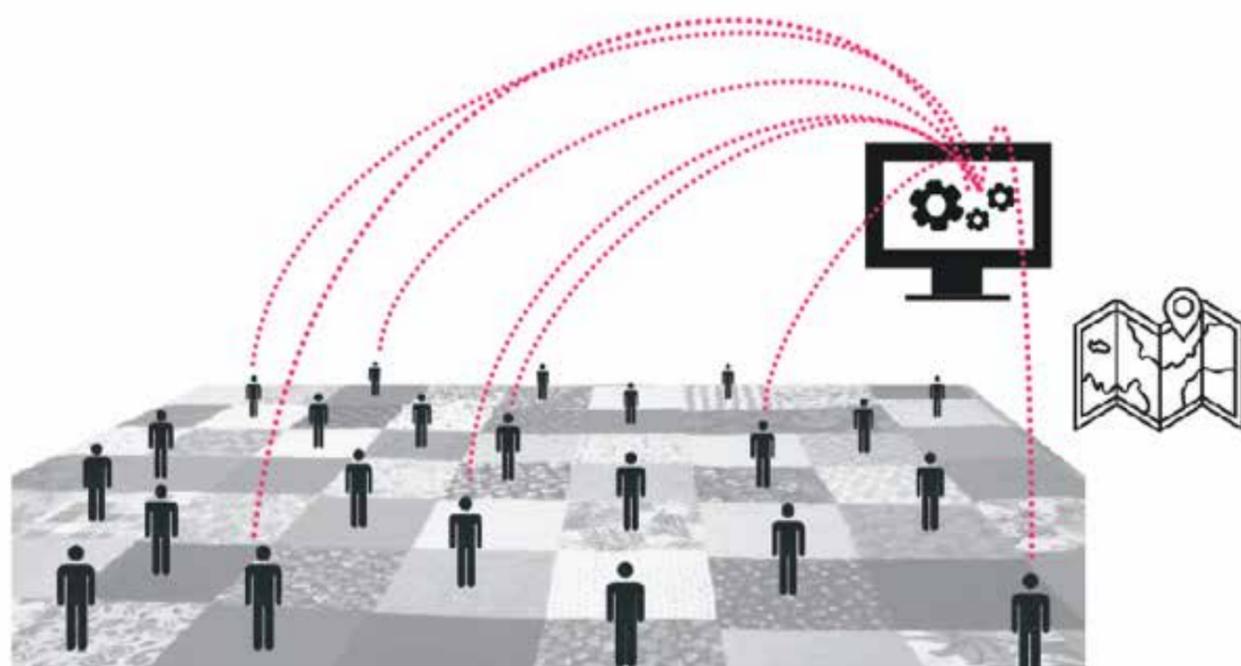
No caso de percepção urbana, tais diferenças podem nos ajudar a pensar a amplitude e complexidade do entendimento da percepção humana de seu ambiente, do mesmo modo, que nos permite caracterizar, de maneira abrangente, o impacto das novas tecnologias digitais. Desta forma, seguem os pontos síntese retirados desta revisão teórica, que abraça as duas abordagens e os autores seminais.

### A síntese dos pontos e variações sobre a percepção

- (1) Aquisição de dados sensoriais: diretamente pelo cidadão, diretamente pela máquina ou por ambos;
- (2) Escala de aquisição de dados sensoriais: macroscópica (em redes);
- (3) Momento e local da aquisição de dados sensoriais em relação ao momento e local da experiência;
- (4) Caracterização da Reunião dos dados adquiridos: dados coletados unificados, dados coletados fragmentados e agrupados pelo cidadão, dados coletados fragmentados e agrupados pela máquina e dados coletados e agrupados pela máquina;
- (5) Processamento com imagens pessoais internas, advindas da memória e experiências anteriores dos cidadãos (“acoplamento percepção-percepção”);
- (6) Processamento com o emprego de filtros culturais ou sociais;
- (7) Processamento com unidades perceptivas agrupadas em uma única percepção;
- (8) Processamento centrado na possibilidade do lugar, ao invés de nas características (ambiente-ação-compatibilidade); e
- (9) Processamento e/ou juízo realizado pela máquina, cidadão ou gestor/projetista.

### Três leituras urbanas na era digital: o impacto das novas tecnologias digitais

Segundo Zhang et al. (2018), o papel da percepção dos espaços urbanos tem mudado junto com o avanço da tecnologia e de sua capacidade de coletar, armazenar e processar dados. Estas tecnologias estão cada vez mais distantes das leituras individuais “face-to-face” (NASAR, 1990), e mais próximas da chamada “percepção em rede” (BENOUDJIT; DERIX; COATES, 2004), com o auxílio da máquina. Algumas das novas tecnologias digitais parecem atuar tanto nas operações de aquisição como de processamento de dados, cabendo um maior entendimento destas. Desta maneira analisa-se a seguir três tipos de leitura urbana na era digital.

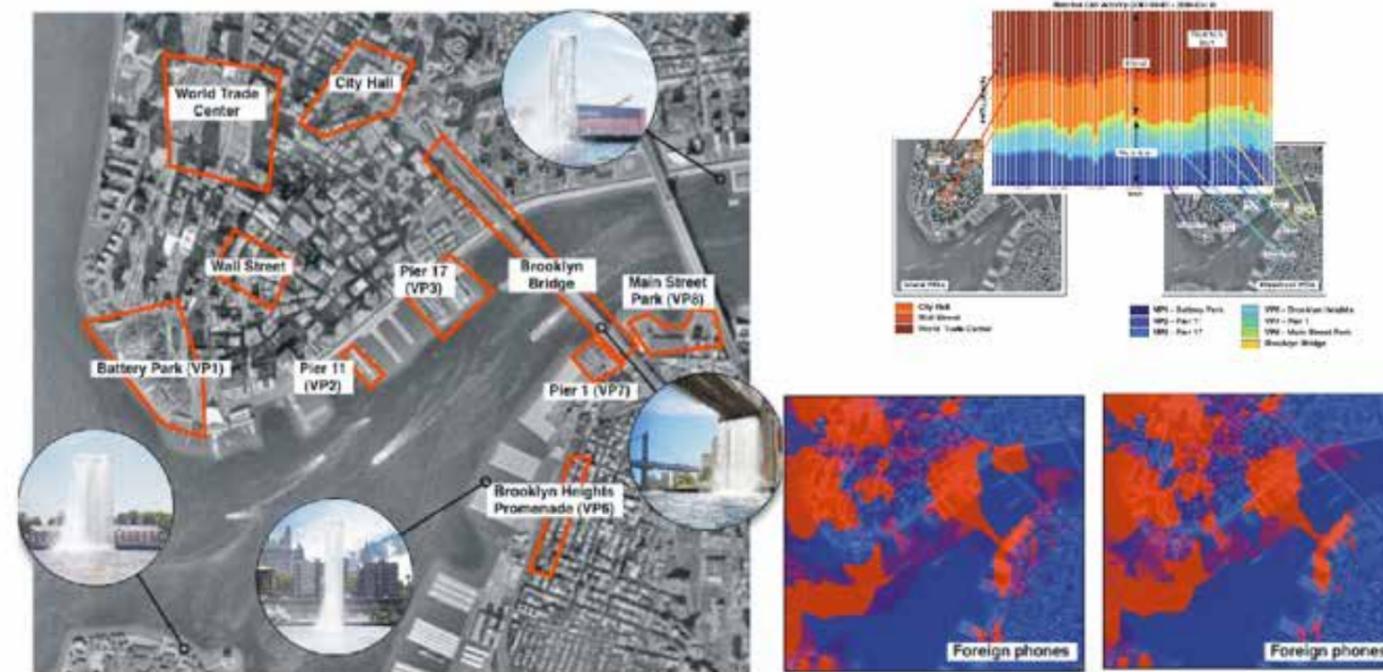


### A leitura urbana por sensoriamento dos rastros digitais urbanos: a colcha de retalhos

Na era contemporânea, a presença dos cidadãos deixa, não apenas rastros físicos, como também, os chamados rastros digitais (GIRARDIN et al., 2009). Assim, da mesma maneira que podemos tentar entender comportamentos espaciais com a coleta de marcas deixadas em um lugar ou com um mapa comportamental de vestígios, algo semelhante pode ser feito com rastros digitais. Nos tempos atuais, ainda que existam alguns modos de deixar tais rastros, como os sistemas de transporte urbano automatizados (p. ex. metrô, ônibus e táxis), nenhum deles é tão relevante como os celulares. Os smartphones foram a tecnologia que mais rapidamente foi adotada na história da humanidade e, portanto, são disponíveis para a maioria das pessoas na terra e os principais dispositivos que deixam rastros digitais (EAGLE; PENTLAND, 2005).

Estes celulares, conectados à rede de internet e georreferenciamento, cada vez com mais apps e operações da vida diária, do pagamento bancário ao apoio a atividades físicas, têm produzido uma rede de sensores móveis ou “mobile phone network data” (CALABRESE; FERRARI; BLONDEL, 2014), adquirindo informações do ambiente. Neste sentido, imaginando celulares como uma extensão dos mecanismos de sensação, recepção e codificação de dados, obtém-se uma colcha de retalhos, a soma de diversos receptores de dados sensoriais. Forma-se uma rede onde a soma dos diversos celulares compõe uma percepção ampla, não possível nas suas individualidades (Figura 2).

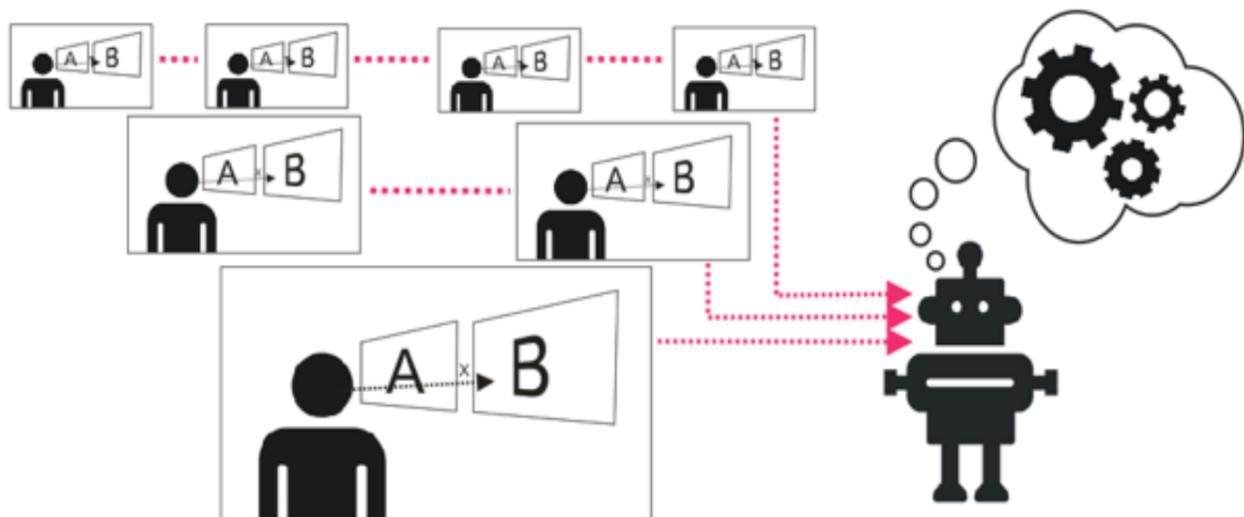
Assim, semelhante a um microscópio que nos possibilita adquirir dados impossíveis ao olho nu, estas redes funcionam como uma espécie de “macroscópio” (ZHANG et al., 2018), como um novo instrumento potente para observar padrões na cidade. Contudo, tais dados advindos dos rastros digitais necessitariam ser organizados para, como defedem Martino et al, (2019) e Ratti e Claudel (2018), poder trazer novas formas de observar as dinâmicas urbanas e atividades humanas nestes espaços. Como explicam Calabrese, Ferrari e Blondel (2018), tal tecnologia permite rastrear grupos e indivíduos no tempo-espaço, de modo a prever demandas, planejar cidades e reduzir congestionamentos e emissões de poluentes. Por outro lado, Girardin et al., (2009)



comentam que tais rastros digitais podem fornecer novas leituras de como as pessoas experimentam a cidade, que revela diferentes aspectos de mobilidade, viagens e turismo, e permitindo estudar diferentes atrativos no ambiente urbano.

Os retalhos, desta tal colcha, podem advir das mais variadas operações desenvolvidas com o apoio dos celulares, seja de forma concentrada e consciente ou não. Deste modo, o número de passos dados por um cidadão, informação que poderia ser percebido individualmente, é agrupado a outros diversos dados, na geração uma grande rede georreferenciada sobre mobilidade (SEVTSUK; RATTI, 2010; SONG et al., 2010; LENORMAND et al., 2020). De maneira semelhante, tal ação macroscópica pode acontecer com as potencialidade de atratividade dos espaços urbanos (READES et al., 2007; GIRARDIN et al., 2009; SCHLÄPFER et al., 2021) ou da relação entre a localização geográfica de casas e do ambiente de trabalho (AHAS et al., 2010) (AHAS et al., 2010; ISAACMAN et al., 2011; HEINE et al., 2021).

As formas de capturar ou adquirir tais dados são as mais adversas, pois dependem do modo como as pessoas interagem e se envolvem com seus apps ou redes sociais, ou seja, de como se engajam nas ações correlacionadas. Por exemplo, o estudo sobre o projeto The Waterfalls, ao redor do East River em Nova York (Figura 3), que cruzou rastros digitais advindos das fotos postadas no site de compartilhamento de fotos Flickr e de dados agregados, sem identificação pessoal, gerados pelo uso de celulares na região. Buscava-se estimar a atratividade e o impacto econômico das quatro cachoeiras artificiais construídas na cidade para este projeto, que visava trazer visitantes e nova-iorquinos à orla, com o aumento da conscientização sobre a orla desta região. A leitura destes dados de tráfego de celulares e das fotos georreferenciadas forneceram evidências sobre mais de um milhão pessoas rastreadas e, conseqüentemente, sobre o aumento da atratividade e popularidade dos pontos de interesse nas orlas durante o evento. Com tais dados organizados, foi possível mapeamentos espacio-temporais, dos locais de fotografia e de comunicação por celulares, na geração de indicadores para quantificar a evolução do nível de atratividade de vários pontos de interesse (GIRARDIN et al., 2009).



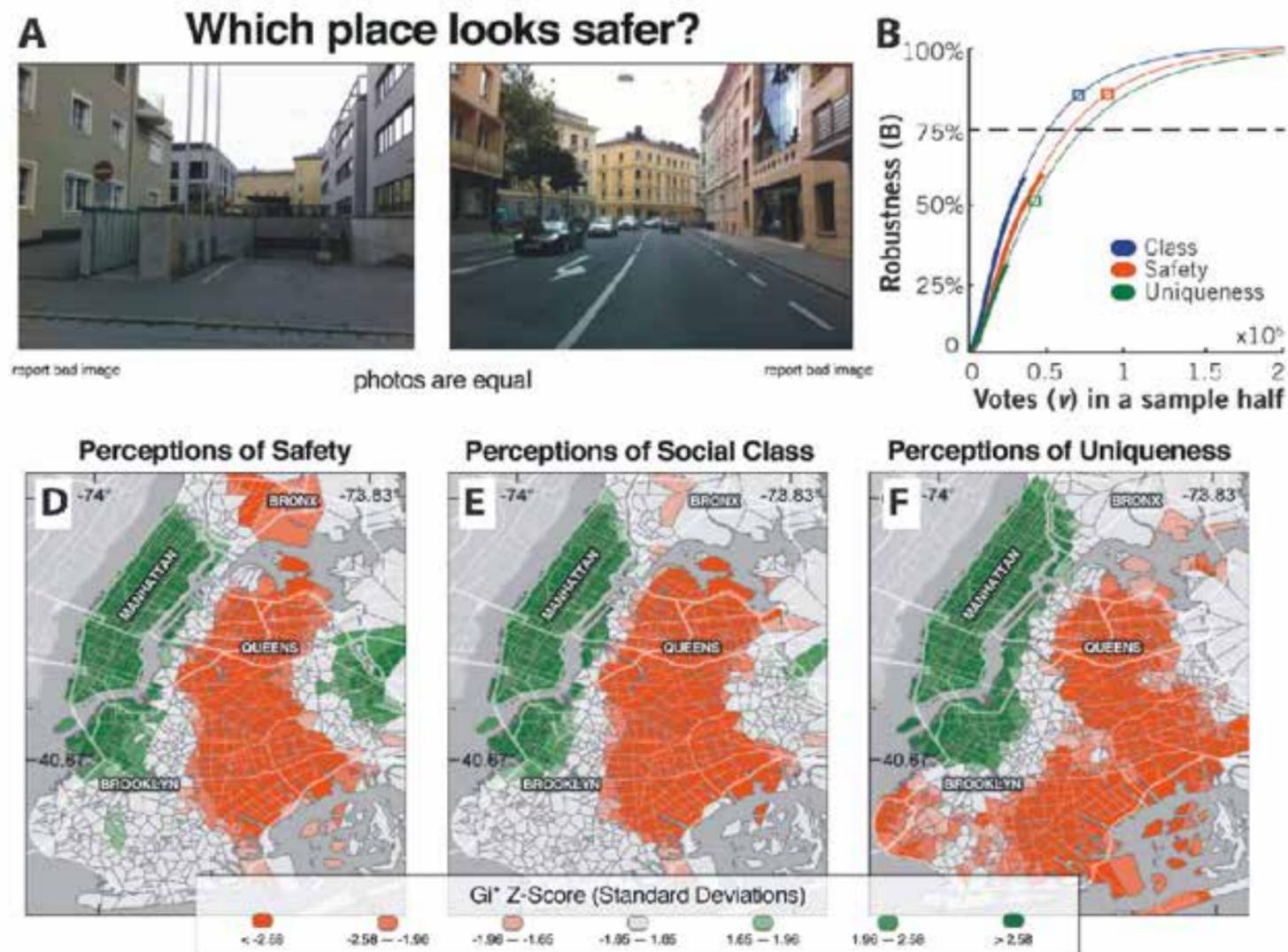
Podemos pensar nessa leitura como uma espécie de percepção granulada, por meio do enorme conjunto de celulares em funcionamento, onde a informação processada é maior que as aquisições individuais. Esta técnica produz mapas perceptivos potencialmente úteis para o planejamento e gerenciamento de cidades. Estes mapas podem trazer indicadores urbanos antes incomensuráveis sem a atual rede de dados. Diferente de outros processos de leitura perceptiva, esse visa compreender a dinâmica humana no seu contexto, na possibilidade de melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos numa dimensão empática (RATTI; CLAUDEL, 2016).

#### A leitura urbana por *Crowdsourcing*: a multidão no treinamento de máquinas

*Crowdsourcing* refere-se à prática de recrutar o conhecimento, experiência ou habilidades de um grande número de cidadãos, ou multidão (*crowd*), para atingir um objetivo em comum por meio de uma plataforma baseada em tecnologias móveis, mídias sociais ou websites (HOWE, 2006). Assim, nasce o *Urban Crowdsourcing*, também conhecido como *Citizensourcing* (LUKENSMEYER; TORRES., 2008; MARZANO; LIZUT; SIGUENCIA, 2019), na utilização de tecnologias digitais para a obtenção de dados a partir das contribuições de cidadãos, com a intenção de aumentar a qualidade espacial urbana (ZAMBONELLI, 2011). Os cidadãos contribuem com informações sobre a sua cidade, assim, ferramentas de *Crowdsourcing* permitem uma abordagem colaborativa que envolve os cidadãos na vida pública (Figura 4). A aquisição das informações a partir do próprio cidadão através do *Crowdsourcing* tem sido visto como uma forma de quantificar automaticamente a percepção dos usuários sobre o ambiente urbano (DUBEY et al., 2016). Desta forma, temos um recurso que permite obter um grande volume de dados de forma rápida e barata (BUIL-GIL; SOLYMOSI, 2020).

Estes dados normalmente possuem alguma natureza espacial, assim, seu processamento está conectado a algum tipo de mapeamento. Para isso são necessários grandes conjuntos de dados georreferenciados (*geo-tagged*), que podem ser coletados em plataformas como Google Street View, redes sociais, ou pelo próprio usuário por meio de Informação Geográfica Voluntária (*Volunteered Geographic Information - VGI*), em plataformas como WikiMapia, OpenStreetMap e Yandex.Map editor.

Para entender melhor como funciona, tomamos um dos trabalhos iniciais que se propôs a treinar modelos para inferir a percepção humana a partir de imagens de espaços urbanos: o Place Pulse 1.0 dataset. Este conjunto inclui mais de 4000 imagens a nível



da rua de quatro cidades coletadas do Google Street View e classificadas por meio do *Urban Crowdsourcing* em mais de 200 000 comparações em pares. Para cada par de imagens randomicamente selecionadas, os participantes (*crowd*) respondiam três perguntas: “Qual lugar parece mais seguro?”, “Qual lugar parece ser de classe alta?” e “Qual lugar parece mais exclusivo?” e por fim atribuíam um escore (SALESSES; SCHECHTNER; HIDALGO, 2013). A ideia base é que a partir da comparação de imagens (QUERCIA; O’HARE; CRAMER, 2014), ou ainda, diante de uma única imagem, uma nota é atribuída (SERESINHE et al., 2019), a percepção do indivíduo é coletada e objetivada (Figura 5).

A partir destes dados é possível treinar modelo para que, em uma tarefa de classificação, padrões sejam identificados e a percepção generalizada para outras imagens, de forma a ensinar a máquina sobre como são as percepções urbanas de segurança e classe social (ORDONEZ; BERG, 2014), beleza (QUERCIA; O’HARE; CRAMER, 2014), caminhabilidade (BLECIC; CECCHINI; TRUNFIO, 2018) ou outras possíveis, bem como referente à qualidades simbólicas, como “cênico” (SERESINHE et al., 2019) ou “bonito, tranquilo ou feliz” (QUERCIA; O’HARE; CRAMER, 2014). Desta forma, as pessoas estariam ajudando a treinar a máquina, a processar os dados sensoriais adquiridos e gerar algum tipo de significação como se um ambiente é seguro ou de classe alta.

Figura 4 - A leitura urbana por *Crowdsourcing*: a multidão no treinamento de máquinas. Fonte: dos autores.

Figura 5 - Acima: O site usado para coletar votos. Abaixo: Contrastes na percepção urbana. Fonte: Adaptado de Saleseses; Schechtner; Hidalgo (2013).



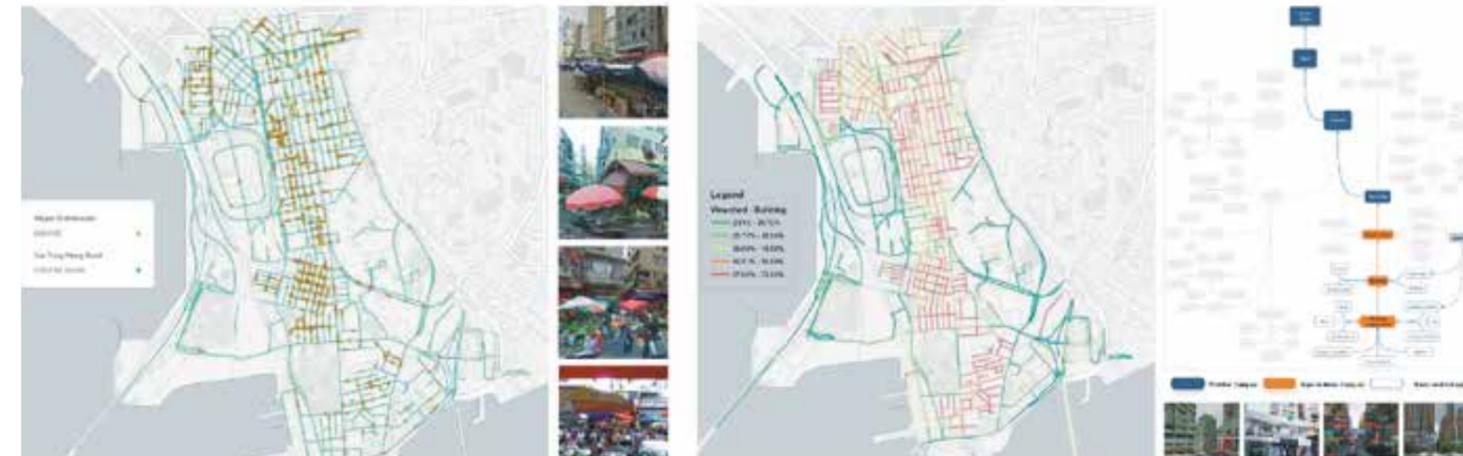
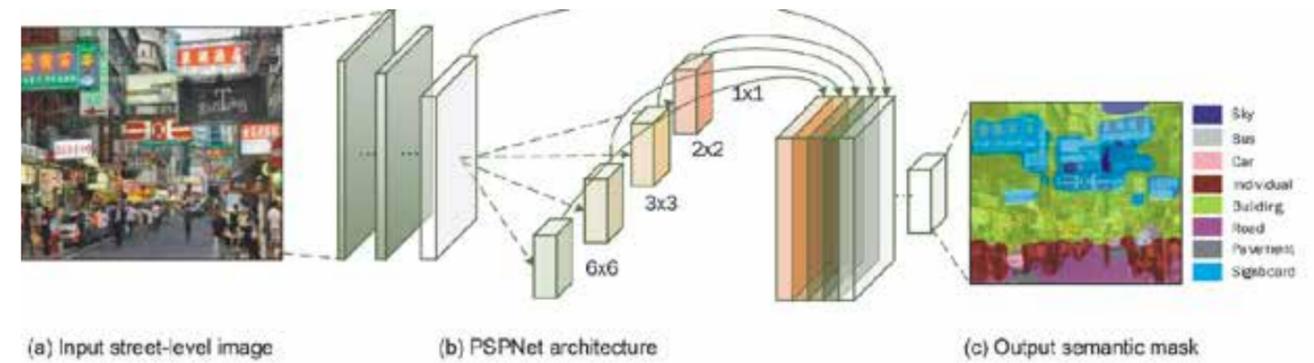
É verdade, como explicam Seresinhe, Preis e Moat (2018), que ideias individuais, como a beleza, sejam provavelmente moldadas por nossas experiências culturais e sociais, contudo, neste processo parte-se da suposição de que exista um senso coletivo estético passível de ser medido. Ainda, neste tipo de percepção, identificada e apreendida pela máquina, podemos encontrar pesquisas relacionando crime e lugar (SOLYMOSSI et al., 2021), estilos de cidade/objeto (DOERSCH et al., 2012; LEE; EFROS; HEBERT, 2013), interesse estético nas cenas de rua (MACHAJDIK; J.; & HANBURY; A, 2010; DHAR; ORDONEZ; BERG, 2011), reconhecimento de identidades urbanas (LIU et al., 2016; ZHANG et al., 2018b) e detecção de lugares populares (CRANDALL et al., 2009; SCHLÄPFER et al., 2021).

Ainda que o *Crowdsourcing* possa ser aplicado de muitas formas, aqui nos interessa o recurso onde o engajamento e a colaboração dos cidadãos, normalmente por meio de websites, produz respostas a questões associadas a imagens. Desta forma, é produzido um conjunto de imagens significadas, por exemplo, na associação de espaços seguros a locais da cidade, para que a máquina seja ensinada a processar e perceber outras imagens. Assim, a modelagem da percepção humana de ambientes urbanos a partir de imagens utilizadas como base para a obtenção de informações por meio do Urban Crowdsourcing, poderá trazer grandes conquistas científicas fomentadas pelos progressos relevantes na visão computacional (BLECIC; CECCHINI; TRUNFIO, 2018).

### A leitura urbana pela máquina “percebendo como um humano”

Nas duas leituras apresentadas anteriormente, o papel das pessoas e das máquinas se misturam de algum modo, contudo, nos tempos mais atuais vemos as máquinas cada vez mais preparadas para identificar objetos, ações, fluxos e outros aspectos (Figura 6). Assim, um algoritmo de tarefa de reconhecimento de objetos em tempo real, como o YOLO (cf. HANDALAGE; KUGANANDAMURTHY, 2021), consegue adquirir dados sensoriais via câmera, organizá-los e significá-los por meio de grids e *Convolutional Neural Network* (CNN), para reconhecer, por exemplo, um carro ou um poste. Um outro exemplo de tarefa computacional, chamada de segmentação semântica de imagem, empregada também para reconhecer objetos e localizá-los nas imagens, foi empregado em uma pesquisa da Universidade de Hong Kong, que descrevemos brevemente a seguir.

Esta pesquisa considerou 228 ruas de Hong Kong, com a geração de um total de 19.532 pontos de localização, com a captura de 41.838 imagens do Google Street View (GSV). A ideia seria fazer a máquina identificar os tipos de ruas com base em



sua aparência física, como também, a formação ou representação do lugar. Assim, por meio de mapas de segmentação semântica, a máquina começa a produzir percepções na busca de compreender “quais ruas têm mais vegetação e são mais abertas?” ou se “Uma rua contém mais tipos de objetos do que outras (ou seja, uma é mais animada)?”. Buscaram, por exemplo, entender as conexões entre as configurações físicas dos bairros de uma cidade, os fatores socioeconômicos, e comportamento-saúde de seus cidadãos (ZHANG et al., 2018a). Neste caso, a percepção da máquina permite organizar e significar um grande número de informações que sem a máquina seria muito difícil (Figura 7).

Contudo, o termo *Human-like Machine Perception* (VELIK, 2014a) carrega uma pretensão bem maior, pois com o desenvolvimento da IA, a percepção das máquinas no futuro não deverá apenas simular o cérebro humano de forma eficaz, mas também poderá ultrapassá-lo em termos de desempenho: uma “percepção trans-humana” (TIAN et al., 2017). Como explica Velik (2014), a percepção de máquina autônoma é um campo de pesquisa que ainda está em sua infância e se depara com muitos problemas não resolvidos, quase um recém-nascido frente à ação humana cotidiana de perceber seu ambiente.

Investigações científicas recentes apontam discussões futuras, por exemplo, sobre sistemas de monitoramento de tráfego (ZHANG et al., 2011), de análise de multidões (YIN et al., 2015), de rastreamento contra crimes (ZHENG; YANG; HAUPTMANN, 2016), proteção de propriedade (KALE; SHARMA, 2014) ou monitoramento e ajuda a idosos ou pessoas com deficiência em edifícios (VELIK, 2014b). Tian et al. (2017) projetam uma percepção inteligente dentro do escopo de uma cidade inteira, como análise associativa de informações heterogêneas de fontes múltiplas e modelagem de panorama urbano. As aplicações são abundantes, bem como as suas possibilidades, contudo entende-se que, nestes casos, a máquina precisará apenas inicialmente do homem para aprender a perceber, de tal modo que poderemos cada vez menos

observar certos elementos no espaço urbano.

### Discussão

A percepção aqui discutida envolve essencialmente um cidadão cada vez mais simbiótico com os meios tecnológicos, que compartilha em rede suas impressões e rastros, gerando uma percepção coletiva maior. Esse tipo de cidadão está acostumado a se apoiar na máquina para economizar operações sensoriais e perceptivas, em uma vivência cada vez mais híbrida do mundo, entre físico e digital. Por outro lado, as percepções autônomas geradas pela máquina, até o momento, não garantem que serão totalmente semelhantes à humana.

Propomos aqui uma relação entre alguns pontos levantados sobre percepção e as três leituras do espaço urbano discutidas anteriormente (Tabela 01).

	Leitura por sensoriamento remoto	Leitura por Crowdsourcing	Leitura pela máquina
<b>1 Escalas de coleta de dados</b>	Trabalha em grandes escalas espaciais e de dados (macroscópico)	Trabalha em escalas espaciais diversas e com grande conjunto de dados	Trabalha em escalas espaciais e conjunto de dados diversos
<b>2 Entendimento perceptivo</b>	O entendimento perceptivo dos dados acontece por meio de definições de padrões de fluxo	O entendimento perceptivo é ensinado à máquina por meio de levantamentos com pessoas voluntárias	O entendimento perceptivo é ensinado à máquina e praticado de forma autônoma
<b>3 Aquisição de dados sensoriais</b>	Pelo cidadão e pela máquina	Diretamente pelo cidadão	Diretamente pela máquina
<b>4 Escala de aquisição e de quantidade de dados sensoriais</b>	Trabalha em grandes escalas espaciais e de dados (macroscópico)	Trabalha em escalas espaciais diversas e com grande conjunto de dados	Trabalha em escalas espaciais e conjunto de dados diversos
<b>5 Momento e local da aquisição de dados sensoriais em relação ao momento e local da experiência</b>	Coleta os dados no local e momento da experiência na cidade	Coleta os dados fora do local e momento da experiência na cidade	Coleta dos dados fora e dentro do contexto na cidade (sem envolver experiência humana)
<b>6 Caracterização da Reunião dos dados adquiridos</b>	Coleta os dados de modo fragmentado e reunidos pela relação homem-rede	Coleta os dados de modo fragmentado e reunidos pela máquina	Coleta e reunião dos dados diretamente pela máquina
<b>7 Processamento com imagens pessoais internas, advindas da memória</b>	Processamento sem imagens internas de memória ou pré-estabelecidas	Processamento com imagens internas de memória ou pré-estabelecidas	Processamento com imagens internas de memória da máquina (não humanas)

<b>8 Processamento com o emprego de filtros culturais ou sociais</b>	Processamento sem filtros culturais e sociais conscientes, podendo ter filtros (perpetuação de pré-julgamentos)	Processamento com filtros culturais e sociais, podendo ter filtros (perpetuação de pré-julgamentos)	Processamento sem filtros culturais e sociais, podendo ter filtros de algoritmos (perpetuação de pré-julgamentos)
<b>9 Processamento com unidades perceptivas agrupadas/ classes</b>	Processamento com unidades perceptivas agrupadas	Processamento com unidades perceptivas agrupadas	Processamento pode ser com ou sem unidades perceptivas agrupadas
<b>10 Processamento centrado na possibilidade ou característica do lugar</b>	Processamento na característica e/ou possibilidade do lugar	Processamento na característica do lugar	Processamento na característica e/ou possibilidade do lugar
<b>11 Processamento e/ou juízo realizado pela máquina, cidadão, gestor ou ambos</b>	O processamento perceptivo dos dados acontece por meio de definições de padrões de fluxo (máquina e gestor/projetista)	O processamento perceptivo é ensinado à máquina por meio de levantamentos com pessoas voluntárias (máquina e cidadão)	O entendimento perceptivo é ensinado à máquina e praticado de forma autônoma (máquina)

Frente a esta síntese, destacamos algumas reflexões:

– A recepção sensorial pode ser fragmentada para que tais partes possam ser somadas pela máquina, podendo alcançar um conjunto de dados e uma abrangência de áreas muito maiores;

– A valorização da forma de pensar por meio da massa de dados, pela média de abordagens, muitas vezes encobre a construção mais subjetiva, ideológica ou preconceituosa. Como na dificuldade de ver estilos de arquitetura que fogem do denominador comum, por algum tipo de arrojo estilístico (SERESINHE; PREIS; MOAT, 2017);

– A máquina, em boa parte do processo, lida com visões binárias e com escalas de valores bem definidas, tendo dificuldade em pensar a partir de ambiguidades (visão regrada simplificada de ver as situações);

– No aprendizado da máquina em como o humano percebe o mundo, pode-se perpetuar pré-julgamentos ou promover a segregação de populações historicamente desfavorecidas (MEHRABI et al., 2019), como também, ignorar que a interpretação espacial depende do propósito da observação (BENOUDJIT; DERIX; COATES, 2004); e

– Existe uma visão seletiva na apreensão dos dados, muitas vezes, por tomar o espaço urbano a ser percebido apenas por uma qualidade visual, como no caso das enquetes por fotos. Como se o ambiente não fosse de fato multisensorial e háptico (QUERCIA; O'HARE; CRAMER, 2014).

## Considerações finais

Como destaca Wiegel (2010), frequentemente não estamos conscientes das diversas maneiras pelas quais as tecnologias afetam e medeiam nossa percepção do mundo. Assim, buscamos neste trabalho trazer pontos teóricos discutidos antes da era digital, mais especificamente apoiados nas abordagens construtivista e ecológica, para confrontá-los com três leituras da cidade apoiadas em novas tecnologias.

Logo, de modo mais abrangente, podemos concluir com esse estudo que alguns aspectos da percepção estão em transformação. Por exemplo, a percepção do meio urbano tem alcançado cada vez escalas espaciais maiores e tratado com quantidades de dados sensoriais impossíveis no passado, mesmo com auxílio de instrumentos. Desta forma, a percepção, entendida como processamento e organização destes dados sensoriais, pode parecer muito fragmentada e pouco consciente para as pessoas em geral, a chamada “percepção em rede”. Por outro lado, uma compreensão superficial do emprego de máquinas e algoritmos para apoio à percepção pode sugerir leituras mais isentas e objetivas. Contudo, ainda que tal compreensão possa ter fundamento, não significa que as máquinas não perpetuem pré-julgamentos, e mesmo, trabalhem com as imagens internas, ou seja, imagens mentais baseadas em percepções anteriores. Os filtros culturais e sociais aparecem em diversos modos como unidades perceptivas agrupadas, principalmente nos aprendizados de máquina. Entretanto, devido ao efeito caixa-preta do algoritmo, e da necessidade de processamentos muito complexos, tais aspectos podem ficar muitas vezes pouco conscientes para a população em geral.

Sobre cada um dos tipos de leitura, podemos dizer que em relação ao sensoriamento digital urbano é possível mapear de forma inusitada os mais variados comportamentos para o desenvolvimento abrangente de indicadores. Em relação ao *Crowdsourcing*, sua capacidade de representar qualidades simbólicas a partir da perspectiva de um grande grupo de pessoas, permite criar grandes conjuntos de dados abrangente geograficamente. Assim, os cidadãos coletivamente são capazes de promover mudanças significativas, com o fornecimento de informações valiosas para subsidiar planejadores urbanos e autoridades locais. Finalmente, quando se trata da inteligência artificial, a discussão levantada oferece *insights* que podem contribuir com alertas e conceituações das novas tecnologias, para que formuladores de políticas e planejadores reflitam sobre as decisões que realmente aumentem o bem-estar de seus habitantes.

Por fim, conceitos, como filtros psicológicos, *affordance*, memória ou agrupamento de percepção, estão em processo de ressignificação, nos exigindo cada vez mais esforço para entendê-los. Assim, devemos nos manter alertas em relação ao poder destas tecnologias, tanto para uma maior apreensão do mundo, quanto para possíveis alienações. Apesar de avançarmos no entendimento da percepção urbana na era digital, o estudo apresenta como limitação a extensão da revisão de literatura. Ainda, indica-se que devido ao rápido crescimento da área de estudo, existe uma urgência pela manutenção das discussões realizadas de forma longitudinal, acompanhando os desdobramentos dos desenvolvimentos tecnológicos dentro dos estudos urbanos.

## Referências

AHAS, R.; SILM, S.; JÄRV, O.; SALUVEER, E.; TIRU, M. Using mobile positioning data to model locations meaningful to users of mobile phones. *Journal of Urban Technology*, v. 17, n. 1, p. 3–27, 2010.

APPLEYARD, D. *Notes on urban perception and knowledge*. In: (EDS.), R. M. D.

&D. S. (Ed.). *Image and environment: cognitive mapping and spatial behavior*. Aldine Publishing Company, Chicago., 1973.

BENOUDJIT, M. A.; DERIX, C.; COATES, P. *Human perception and space classification: The Perceptive Network*. *Www.Generativeart.Com*, 2004. Disponível em: <[http://www.generativeart.com/on/cic/papersGA2004/b15\\_file/image032.gif](http://www.generativeart.com/on/cic/papersGA2004/b15_file/image032.gif)>.

BEN-ZE'EV, A. J.J. Gibson and the ecological approach to perception. *Studies in history and philosophy of science*, v. 12, p. 107–139, 1981.

BLECIC, I.; CECCHINI, A.; TRUNFIO, G. A. Towards Automatic Assessment of Perceived Walkability 2. (O. Gervasi, B. Murgante, S. Misra, E. Stankova, C. M. Torre, A. Rocha, D. Taniar, B. O. Apduhan, E. Tarantino, Y. Ryu, Eds.) In: *Computational Science And Its Applications*, III, SWITZERLAND. Anais... SWITZERLAND: SPRINGER INTERNATIONAL PUBLISHING AG, 2018.

BUIL-GIL, D.; SOLYMOSI, R. Using Crowdsourced Data to Study Crime and Place: SocArXiv. *Center for Open Science*, 29 ago. 2020. Disponível em: <<https://econpapers.repec.org/RePEc:osf:socarx:9ntk6>>.

CALABRESE, F.; FERRARI, L.; BLONDEL, V. D. Urban Sensing Using Mobile Phone Network Data: A Survey of Research. *ACM Computing Surveys*, v. 47, n. 2, 2014.

CRANDALL, D.; BACKSTROM, L.; HUTTENLOCHER, D.; KLEINBERG, J. *Mapping the World 's Photos*. 2009.

DÉMUTH, A. *Perception Theories*. 1. ed. Slovakia: Kraków.: Edícia kognitívne štúdia, 2013.

DERAGON, J. The Influences of Technology and Humanity. *The Relationship Economy: Technology and the Human Network*, n. Garreau 162, 2011.

DHAR, S.; ORDONEZ, V.; BERG, T. L. High level describable attributes for predicting aesthetics and interestingness. *Proceedings of the IEEE Computer Society Conference on Computer Vision and Pattern Recognition*, p. 1657–1664, 2011.

DOERSCH, C.; SINGH, S.; GUPTA, A.; SIVIC, J.; EFROS, A.; DOERSCH, C.; SINGH, S.; GUPTA, A.; SIVIC, J.; EFROS, A.; MAKES, W.; LOOK, P. What Makes Paris Look like Paris ? *ACM Transactions on Graphics (SIGGRAPH 2012)*, v. 31, n. 4, 2012.

DUBEY, A.; NAIK, N.; PARIKH, D.; RASKAR, R. Deep Learning the City: Quantifying Urban Perception At A Global Scale. ( and M. W. B. Leibe, J. Matas, N. Sebe, Ed.) In: *Computer Vision–ECCV 2016, Anais...Springe*, 2016.

EAGLE, N.; PENTLAND, A. Social serendipity: Mobilizing social software. *IEEE Pervasive Computing*, v. 4, n. 2, p. 28–34, 2005.

GIRARDIN, F.; VACCARI, A.; GERBER, A.; BIDERMAN, A.; RATTI, C. Quantifying urban attractiveness from the distribution and density of digital footprints. *International Journal of Spatial Data Infrastructures Research*, v. 4, p. 175–200, 2009.

GORDON, E., BALDWIN-PHILIPPI, J., & BALESTRA, M. Why we engage: How theories of human behavior contribute to our understanding of civic engagement in a digital era. *Berkman Center Research Publication*, v.21. 2013. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2343762>.

HANDALAGE, U.; KUGANANDAMURTHY, L. *Real-Time Object Detection Using YOLO: A Review*. preprint, n. May, 2021. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/340102110\\_Hier](https://www.researchgate.net/publication/340102110_Hier)>.

HEINE C, MARQUEZ C, SANTI P, SUNDBERG M, NORDFORS M, RATTI C (2021) Analysis of mobility homophily in Stockholm based on social network data. *PLoS ONE* 16(3): e0247996. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0247996> Hou, Y.Z., Jiao, L.F., 2014. *Survey of smart city construction study from home and abroad*. *Ind. Sci. Trib.*, 13(24):94-97.

HOWE, J. The rise of crowdsourcing. *Wired*, Vol. 14 No. 6, p. 1–4, 2006.

ISAACMAN, S., BECKER, R., CACERES, R., KOBOUROV, S., MARTONOSI, M., ROWLAND, J., AND VARSHAVSKY, A. (2011). Identifying important places in people's lives from cellular network data. In *Proceedings of the 9th international conference on Pervasive computing. Pervasive'11*. Springer-Verlag, Berlin, Heidelberg, 133-151.

KAHNEMAN, D. *Thinking, Fast and Slow*. 1 ed. ed. London: Penguin Books, 2011.

KALE, P. V.; SHARMA, S. D. *A Review of Securing Home Using Video Surveillance*. v. 3, n. 5, p. 1150–1154, 2014.

KASPERSKY LAB. *THE RISE AND IMPACT Why we need to protect what EXECUTIVE*. 2015.

KOUKOPOULOS, Z.; KOUKOPOULOS, D.; JUNG, J. J. A trustworthy multimedia participatory platform for cultural heritage management in smart city environments. *Multimedia Tools and Applications*, 2017. v. 76

LEE, Y. J.; EFROS, A. A.; HEBERT, M. Style-aware mid-level representation for discovering visual connections in space and time. *Proceedings of the IEEE International Conference on Computer Vision*, p. 1857–1864, 2013.

LENORMAND M, ARIAS JM, SAN MIGUEL M, RAMASCO JJ. (2020). On the importance of trip destination for modelling individual human mobility patterns. *J. R. Soc. Interface* 17: 20200673. <http://dx.doi.org/10.1098/rsif.2020.0673>

LIU, L.; ZHOU, B.; ZHAO, J.; RYAN, B. D. C-IMAGE: city cognitive mapping through geo-tagged photos. *GeoJournal*, v. 81, n. 6, p. 817–861, 2016.

LUKENSMEYER, C.; TORRES, L. H. Citizensourcing: Citizen participation in a networked nation. In: BERGRUD, E., & YANG, K. (EDS. . (Ed.). *Civic engagement in a network society*. IAP, 2008. p. 207–233.

LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*. 70. ed. Edições 70 LDA., 1960. v. 1

MACHAJDIK, J.; & HANBURY, A. *Affective Image Classification*. p. 83–92, 2010.

MARZANO, G.; LIZUT, J.; SIGUENCIA, L. O. Crowdsourcing solutions for supporting urban mobility. *Procedia Computer Science*, v. 149, n. 600984, p. 542–547, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.procs.2019.01.174>>.

MEENAR, M.; AFZALAN, N.; HAJRASOULIHA, A. Analyzing Lynch's City Imageability in the Digital Age. *Journal of Planning Education and Research*, n. May 2020, 2019.

MICHAEL LARICE, E. M. *The Urban Design Reader*. 2nd Editio ed. Routledge, 2013.

NASAR, J. L. The Evaluative Image of the City. *Journal of the American Planning Association*, v. 56, n. 1, p. 41–53, 1990.

NEEMEH, Z. A. *Cultural Affordances in AI Perception*. *Cognitive Science Society*, n. January 2019, p. 2441–2446, 2019. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/349324720>>.

NORMAN, J. Two visual systems and two theories of perception: An attempt to reconcile the constructivist and ecological approaches. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 25, n. 1, p. 73–144, 2002.

NYE, B. D.; SILVERMAN, B. G. Affordance. *Encyclopedia of the Sciences of Learning*, n. January, p. 179–183, 2012.

ORDONEZ, V.; BERG, T. L. *Learning high-level judgments of urban perception. Lecture Notes in Computer Science (including subseries Lecture Notes in Artificial Intelligence and Lecture Notes in Bioinformatics)*, v. 8694 LNCS, n. PART 6, p. 494–510, 2014.

PICON, A. Os limites da inteligência: sobre os desafios enfrentados por cidades inteligentes. *Revista ECO-Pós*, v. 20, n. 3, p. 39, 2017.

QUERCIA, D.; O'HARE, N.; CRAMER, H. Aesthetic capital: What makes london look beautiful, quiet, and happy? *Proceedings of the ACM Conference on Computer Supported Cooperative Work, CSCW*, p. 945–955, 2014.

RAPOPORT, A. *Human Aspects of Urban Form: Towards a Man-Environment Approach to Urban Form and Design*. Elsevier, 1977.

RAPOPORT, A.; HAWKES, R. The Perception of Urban Complexity. *Journal of the American Institute of Planners*, v. 36, n. 2, p. 106–111, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01944367008977291>>.

RATTI, C.; CLAUDEL, M. *The city of tomorrow: Sensors, networks, hackers, and the future of urban life*. Yale University Press; Illustrated edição (28 junho 2016), 2016.

READES, J., CALABRESE, F., SEVTSUK, A., AND RATTI, C. (2007). Cellular census: Explorations in urban data collection. *IEEE Pervasive Computing* 6, 3, 30-38.

RIBEIRO, G. An Ecological Approach to the study of Urban Spaces: The Case of a Shantytown In Brasília. *Journal of Architectural and Planning Research*, v. 14, n. 4, p. 289–300, 1997.

SALESSES, P.; SCHECHTNER, K.; HIDALGO, C. The Collaborative Image of The City : Mapping the Inequality of Urban Perception. *PLOS ONE*, v. 8, n. 7, p. 1–12, 2013.

SCHLÄPFER, M.; DONG, L.; O'KEEFFE, K.; SANTI, P.; SZELL, M.; SALAT, H.; ANKLESARIA, S.; VAZIFEH, M.; RATTI, C.; WEST, G. B. The universal visitation law of human mobility. *Nature*, v. 593, n. 7860, p. 522–527, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1038/s41586-021-03480-9>>.

SERESINHE, C. I.; MOAT, H. S.; PREIS, T. Quantifying scenic areas using crowdsourced data. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, v. 45, n. 3, p. 567–582, 2018.

SERESINHE, C. I.; PREIS, T.; MACKERRON, G.; MOAT, H. S. Happiness is Greater in More Scenic Locations. *Scientific Reports*, n. June 2018, p. 1–11, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1038/s41598-019-40854-6>>.

SERESINHE, C. I.; PREIS, T.; MOAT, H. S. Using deep learning to quantify the beauty of outdoor places. *Royal Society Open Science*, v. 4, n. 1701170, p. 1–14, 2017.

SEVTSUK, A.; RATTI, C. Does Urban mobility have a daily routine? Learning from the aggregate data of mobile networks. *Journal of Urban Technology*, v. 17, n. 1, p. 41–60, 2010.

SOLYMOSI, R.; BUIL-GIL, D.; VOZMEDIANO, L.; GUEDES, I. S. Towards a Place-based Measure of Fear of Crime: A Systematic Review of App-based and Crowdsourcing Approaches. *Environment and Behavior*, v. 53, n. 9, p. 1013–1044, 2021.

SONG, C., KOREN, T., WANG, P., AND BARABÁSI, A.L. (2010). Modelling the scaling properties of human mobility. *Nature Physics* 6, 10, 818-823.

SPARROW, B.; LIU, J.; WEGNER, D. M. Google Effects on Memory: Cognitive Consequences of Having Information at Our Fingertips. *Science (New York, N.Y.)*, v. 333, n. 6043, p. 776–778, ago. 2011.

TIAN, Y. hong; CHEN, X. lin; XIONG, H. kai; LI, H. liang; DAI, L. rong; CHEN, J.; XING, J. liang; CHEN, J.; WU, X. hong; HU, W. min; HU, Y.; HUANG, T. jun; GAO, W. Towards human-like and transhuman perception in AI 2.0: a review. *Frontiers of Information Technology and Electronic Engineering*, v. 18, n. 1, p. 58–67, 2017.

VELIK, R. Towards Human-like Machine Perception 2 . 0 *Towards Human-like Machine Perception 2 . 0*. n. July 2010, 2014a.

VELIK, R. A brain-inspired multimodal data mining approach for human activity recognition in elderly homes. *Journal of Ambient Intelligence and Smart Environments*, v. 6, p. 447–468, 2014b.

WIEGEL, L. *Perception in the digital age Analysing aesthetic awareness of changing modes of perception*. n. August, 2010.

WILMER, H. H.; SHERMAN, L. E.; CHEIN, J. M. Smartphones and cognition: A review of research exploring the links between mobile technology habits and cognitive functioning. *Frontiers in Psychology*, v. 8, n. APR, p. 1–16, 2017.

YAMAMOTO, J.; ANANOU, S. Humanity in Digital Age: Cognitive, Social, Emotional, and Ethical Implications. *Contemporary Educational Technology*, v. 6, n. 1, p. 1–18, 2020.

YIN, L.; CHENG, Q.; WANG, Z.; SHAO, Z. “Big data” for pedestrian volume: Exploring the use of Google Street View images for pedestrian counts. *Applied Geography*, v. 63, p. 337–345, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.apgeog.2015.07.010>>.

ZAMBONELLI, F. Pervasive urban crowdsourcing: Visions and challenges. *2011 IEEE International Conference on Pervasive Computing and Communications Workshops, PERCOM Workshops 2011*, p. 578–583, 2011.

ZHANG, F.; ZHANG, D.; LIU, Y.; LIN, H. Representing place locales using scene elements. *Computers, Environment and Urban Systems*, v. 71, n. May, p. 153–164, 2018a.

ZHANG, F.; ZHOU, B.; LIU, L.; LIU, Y.; FUNG, H. H.; LIN, H.; RATTI, C. Measuring human perceptions of a large-scale urban region using machine learning. *Landscape and Urban Planning*, v. 180, n. October 2017, p. 148–160, 2018b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2018.08.020>>.

ZHANG, J.; WANG, F. Y.; WANG, K.; LIN, W. H.; XU, X.; CHEN, C. Data-driven intelligent transportation systems: A survey. *IEEE Transactions on Intelligent Transportation Systems*, v. 12, n. 4, p. 1624–1639, 2011.

ZHENG, L.; YANG, Y.; HAUPTMANN, A. G. *Person Re-identification: Past, Present and Future*. v. 14, n. 8, p. 1–20, 2016. Disponível em: <<http://arxiv.org/abs/1610.02984>>.

ZUBOFF, S. Surveillance Capitalism and the Challenge of Collective Action. *New Labor Forum*, v. 28, n. 1, p. 10–29, 2019.

## LUZ, CÂMERA, AÇÃO

### Salpêtrière, um espetáculo entre *Luz* e as sombras, ato de desterritorialização do corpo cidadão mulher

*LIGHT, CAMERA, ACTION*

*Salpêtrière, a show between Light and shadows, an act of deterritorialization of the female citizen body*

Anajara Terra<sup>1</sup>

#### Resumo

Este ensaio brota a partir da leitura dirigida do livro *a Invenção da histeria – Charcot e a iconografia fotográfica* da Salpêtrière (2015). Tem o intuito de discutir saberes, fortalecendo a importância do laço social estabelecido no respeito à diferença e na garantia de se estar cidadão. Se sustenta na perspectiva de uma escuta psicanalítica e no olhar que põe questão sobre os limites de uma estética que se impera no discurso colonialista, sexista e abusivo, rotulado de *saber médico*. Saber, aqui, que desabita o corpo mulher de seu território cidadão. Um suposto poder da **Luz** sobre as **sombras**, que se revela entre arte, terror, conhecimento e sadismo, conforme Didi-Huberman nos relata na referida obra. Questiono o uso da imagem como verdade científica em nome do suposto bem estar social, assim como a expressão artística num artifício do mais gozar sádico.

Palavras chave: psicanálise, arte, Salpêtrière, estética, gênero.

#### Abstract

*This essay springs sprouted from the directed reading of the book the Invention of hysteria - Charcot and the photographic iconography of Salpêtrière (2015). It aims to discuss knowledge, strengthening the importance of the social bond established in the respect for difference and the guarantee of being a citizen. It is sustained in the perspective of a psychoanalytic listening and in the look that questions the limits of an aesthetic that is imperative in the colonialist, sexist and abusive discourse, labeled as medical knowledge. A knowledge, here, that disembods the female body from its citizen territory. A supposed power of Light over shadows, which reveals itself between art, terror, knowledge, and sadism, as Didi-Huberman tells us in the aforementioned work. I question the use of the image as scientific truth in the name of supposed social welfare, as well as the artistic expression in an artifice of the most sadistic enjoyment.*

*Key words: psychoanalysis, art, Salpêtrière, aesthetics, gender.*

<sup>1</sup> Pós Graduanda da Especialização em Fotografia como suporte para imaginação (Espaço Cultural f/508 – Portugal). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/1993). Atualmente, está na coordenação do seminário de Clínica psicanalítica-CLINICAR (Après Coup Psicanálise e Poesia). Psicanalista, artista visual e membra do corpo clínico na Après Coup Psicanálise e Poesia. Escreve ensaios e artigos que apresentam como temática tecituras entre psicanálise, arte, política e contemporaneidade. Atende a adultes em consultório particular, presencial e via on-line.



“Experimentar algo como belo significa: experimentá-lo de forma necessariamente equivocada” (NIETZSCHE apud SONTAG, 2004, p.200).

#### Introdução

Na revelação de um misto de **show** e violência, a tese de Didi-Huberman nos dá a ver o discurso nas vozes de tantas mulheres ser ignorado, perceber seus corpos serem corrompidos sob a gana do *algo mais a ver*, invadidos e colonizados sob a posse de quem manda. Vimos um lugar de sujeitx sucumbir à posição de *coisas desejadas*, tornando-se corpo de som em grito, sem voz. Corpos destituídos de seu território, apropriados pelo desejo de mais gozar. Territórios invadidos e corrompidos por um discurso de poder que impera e se impera em nome da mais valia (Figura 1).

Ouso escrever, aqui, usando a grafia em negrito e/ou em itálico também para marcar palavras tomadas num tom irônico ou em contexto metafórico, bem como faço o uso da letra x para substituir artigos que expressam uma posição no masculino ou feminino, sempre que eu achar importante, desfazendo ali marcas de gêneros, ciente que essa mudança gramatical não faz parte da norma considerada culta na língua que nos colonizou: Língua Portuguesa.

Enfim, esse ensaio se ensaia e se inspira numa experiência de escrita benjaminiana, aquela que se propõe para além da marca de uma palavra sobre a folha branca, mas se diz na forma. “O trabalho numa prosa de boa qualidade tem três níveis: um musical, o da sua composição, um arquitetônico, o da sua construção, e por fim um têxtil, o da sua tecelagem” (BENJAMIN, 2013, p.24). Toma forma de montagem, metodologia usada por Didi-Huberman na composição do texto que me inspira nesta produção.



### A casa do espetáculo

No século XVII, projetado e arquitetado por homens, ergueu-se um magnífico edifício (Figura 2), cujo nome Salpêtrière advinha da própria história do local onde fora erguido. Ali, nos tempos de antes, havia uma fábrica de pólvora e *salpêtre*, que traduzido ao nosso Português, o das bandas de cá, significa *salitre*. O salitre é um ingrediente importante na composição da pólvora.

Talvez, nesse sentido, também, o hospital Salpêtrière foi se transformado num depósito de pólvoras vivas, pois o objetivo desse imenso projeto era deter, com suas muralhas físicas ou não, pobrxs, mendigxs, desocupadx, marginais ou qualquer pessoa que denunciasse o cheiro de enxofre que exala em toda sociedade habitada pelo humano. Arasse (2005, p. 604) escreve que “A cidade luz aprisionava e depositava na *grande caixa*: supostas prostitutas, doentes mentais, criminosos, epiléticos, desvalidos”, ou seja, *aquilo* que, moralmente, pudesse feder aos narizes da sociedade vitoriana, como diz em verso Caetano Veloso (2002): “É que Narciso acha veio o que não é espelho”.

Três mil, a partir de 1690! Três mil indigentes, vadias, mendigas, *mulheres caducas, velhas fiandeiras, epiléticas, mulheres na infância, inocentes aleijadas e disformes*, moças incorrigíveis – loucas. E em 1873 já eram 4.383 pessoas, dentre elas 580 empregadas, 87 em *repouso*, 2.780 *administradas*, 853 *alienadas* e 103 crianças (DIDI-HUBERMAN, 2005, p.33).

Conforme Didi-Huberman (2005, p.33) tornou-se um “grande centro de morte de mulheres, em seus 275.448 metros quadrados”, enquanto que no centro arquitetônico de sua entrada principal, erguia-se uma esplêndida igreja católica em formato de

cruz. Talvez, já anunciando ali os paradoxos entre alma e corpo, bem e mal, poder e submissão. Relações tão bem teorizadas e administradas pela religião, cerne da própria definição do suposto belo, divino e pecaminoso.

Com esse povo convivia uma população de ratos, num número tão grande quanto a área dessa prisão, hospital, hospício, campo de concentração e extermínio, circo dos horrores. *Ratos* na polissemia de sentidos que a palavra pode evocar, ratos no sentido literal e ratos como Cazuzza (2022) nos anuncia em verso. Assim, a burguesia do século XIX, com sua *vontade de saber* e de controle dos corpos, havia definido uma biopolítica do sexo que visava normalizar os comportamentos privados pelo controle de mulheres, das crianças, e da sexualidade não reprodutiva. Dar-lhes cara era o objetivo da grande caixa e seus organizadores. “Um vasto trabalho de representação iconográfica dos dementes<sup>2</sup> com o qual tipificavam suas expressões e gestos. Como resultado se constituiu uma espécie de arquivo de fichas visuais que poderiam ser aplicadas a futuros diagnósticos” (FONTCUBERTA, 2010, p.70).

### Elenco-Facies à arte do espetáculo

Rostos que se denunciam e que anunciam bocas à mordança, corpos que se enclausuram na prisão da manipulação. Um texto chamado O Discurso sobre as fisionomias, publicado em Berlim, em 1759, pelo enciclopedista Louis de Jacourt, já dizia “que os traços instáveis do rosto e suas expressões, tornaram-se uma máscara, que serviu no teatro do mundo, para ocultar sua verdadeira natureza”, citado por Arasse (2005, p.604). Qual seria ela, a natureza do humano? Cauquelin (2007) nos responde, num sentido de alerta, que a tal natureza, essa que se compõe diante de nós, nada mais é do que uma composição de imagens artificiais, produzida por uma série de quadros criados numa lei implícita, que nos programa e nos condiciona a acreditar que somos capazes de nos apropriar da cambiante e mutante matéria diversificada que produz a vida viva a nossa volta. Diz Anne Couquelin (2007, p.25-26): “...não fazíamos nada além de reproduzir esquemas mentais, plenos de uma evidência longínqua, e milhares de projeções anteriores”.

Mas, sem dúvida, a fisiognomia, em sua versão do século XVIII, estava na contramão desse entendimento de natureza. A sua vez, foi a ciência que acreditou captar um temperamento, uma suposta *disposição interior*, que o processo de civilização dissimulou, em razão do seu próprio sucesso. “Renunciando demonstrar a unidade entre o ser humano e a natureza, a fisiognomia atuou dentro de uma sociedade cuja ordem e hierarquia deveriam ser mantidas” (ARASSE, 2005, p.604). A qualquer custo? Custe o que custar? Talvez sim, pois custou refugar! Refugar a diferença do suposto **belo**. E nessa exclusão dos salões sociais ou da própria via **pública**, restou os palcos dos circos de horrores, estejam esses sob a lona do circo, nos museus de cera e taximetria ou nos muros e labirintos da Salpêtrière. Apropriação de um elenco crido **horrendo** e ao mesmo tempo **fascinante** somado à arte de expô-los, para deleite de quem lhes punha o faminto olhar, era o objetivo da Luz sobre às sombras. Cada expressão **artística** com seus respectivos roteiristas, diretores e produtores. Ao refugio, se por sorte ou azar: o palco, o picadeiro, a tela ou o tablado de Charcot.

“Que é uma facie?” Nos pergunta Didi-Huberman (2015, p.77) já no início de sua provocação nomeada Invenção da Histeria: “É aquilo que se obstina em resumir e generalizar o caso, é o que se obstina em possibilitar sua previsão, é isto, sob a aparência de um rosto...O rosto, este espelho da alma, tornou-se uma fácies a decifrar

<sup>2</sup> Leia-se: dementas.

para prever melhor o comportamento, eventualmente, repreensível dos indivíduos.” Para Butler (2020), não há palavra potente ao ponto de nos dar um significado ao que seja o rosto, pois este parece ser “uma espécie de som, o som da linguagem, esvaziando o seu sentido, o substrato sonoro da vocalização que precede e limita o recebimento de qualquer sentido semântico”. Daí, para os **senhores do saber** nada melhor do que cobrir os rostos que gritam sem palavras e, sob as mais diversas formas de ser, o que a boca cala pela mordação. Não sabiam que “os sons quem vêm do rosto ou através dele são angustiantes, sofredores” (BUTLER, 2020, p.163).

A ideia de glorificação e perfeição do corpo, como instância do belo e do divino, é uma construção que não concorda com a realidade da natureza, e vai se expressar pelo gosto por tudo que, precisamente na natureza, desfigura essa beleza, até torná-la monstruosa.

Toda renascença está fascinada pelas anomalias e pelos monstros e, sua crença na existência natural destes, é sobretudo indissociável de sua *episteme* e, em particular, de seu modo de pensar analógico que, decifrando por toda parte semelhanças e “assinaturas” (do Criador), legitima o deslize de uma regra à outra e a confusão do que é humano e o que é animal se confunde” Como escreve Ambroise Paré, “... ela (a natureza) se diverte em suas obras” – a criação é contínua e o monstro é híbrido (ou o artista que inventa um grotesco) revela a ordem subjacente à natureza, sua continuidade mais do que os seus acidentes<sup>3</sup> (ARASSE, 2005, p.604).

### O Museu de Cera e suas atrizes: Ceroplastia Anatômica e Taximetria

A ambivalência de sentimentos, prática e exposição conhece seu apogeu no século XVIII, quando o museu real de física e de história natural (atualmente Museu de La Specola) constituía uma das etapas necessárias na viagem à Florença, em particular por suas ceras anatômicas. Como uma verdadeira invenção do século XVIII, esses modelos fazem parte da história artística do corpo, pois seu objetivo supostamente pedagógico, desde a origem, não os excluiu do lugar de objeto de um investimento imaginário e artístico, “tanto na encenação das peças particulares ou das coleções, como no tratamento visual do corpo que elas oportunizam” (ARASSE, 2005, p.611). Quando pertenciam a uma pessoa em particular, como parte de sua coleção de curiosidades, a ambivalência do sentimento que eles inspiravam e ainda inspiram foi muito bem descrito por Madame de Genlis, referindo-se ao laboratório (então célebre) de Mlle. Bihéron, o qual podia ser visitado com o **resguardo** de uma proteção ao mesmo: “Ela modelava imitações melancólicas sobre cadáveres que guardavam em um laboratório envidraçado no meio do seu jardim; jamais me aventurei a entrar neste laboratório que era seu lugar favorito e por ela chamado de seu pequeno refúgio” (GENLIS *apud* LEMIRE, 1990, p.80). Foi o siciliano Gaetano Zumbo, precisamente no começo do século XVIII quem criou a primeira cera anatômica.

Na verdade, o gênero “teatral” em cera não era uma novidade, mas Zumbo lhe deu uma eficácia pela precisão anatômica do estudo dos corpos, pelas qualidades artísticas de sua expressão vigorosa e sua encenação retórica. Barrocos de inspiração, esses teatros procuraram

suscitar uma moral aterrorizante e religiosa diante da morte – como percebe bem o Marquês de Sade (antes de fazer deles um emprego completamente diferente na História de Juliette) (ARASSE, 2005, p. 612).

A impressão é tão forte que os sentidos parecem precaver-se mutuamente. A gente leva naturalmente a mão ao nariz sem perceber, considerando este horrível detalhe, que é difícil de examinar sem trazer à memória sinistras ideias da destruição e, por conseguinte, a ideia mais consoladora, do Criador (SADE *apud* LEMIRE, 1990, p.40). Sade capturado pela cena do corpo contr-atu(r)ado na cera: De passagem por Florença, Juliette admira A Corrupção dos corpos e se deleita: Minha imaginação cruel deleitou-se com esse espetáculo. A quantos seres minha malvadez não fez experimentar esses graus pavorosos? (SADE *apud* LEMIRE, 1990, p.41).

Na última parte do século XVIII, as ceras anatômicas, propriamente ditas, saíram de um espírito estritamente pedagógico, segundo palavras do médico Zumbo, suas representações serviam para evitar o embaraço de buscar cadáveres, bem como tornar o estudo da anatomia menos repugnante e mais familiar, e “revogaram seu lugar, repousando em grande parte na exploração resoluta de sua encenação artística e na perturbação que ela possa suscitar” segundo Arasse (2005, p.612). O museu morto-vivo passa a proporcionar o **espetáculo familiar**, ou quiçá, diria infamiliar, na medida em que invoca o conceito *Das Unheimliche* de Freud (IANINI; TAVARES, 2019).

A obra de Clemente Susini, cujo célebre cognome era *Vênus Medicis*, tinha o tamanho natural, ficava deitada em um leito coberto com lençol de seda, cabeça com a expressão patética, ligeiramente transtornada, dava-se a parecer *intacta* (Figura 3). Contudo, ao levantar-se a *tampa* de sua pele, podia-se ver descobrindo-se e desmornando-se todos os seus **segredos anatômicos** (Figura 4). O horror, que ora suscitava a olhos curiosos, ligava-se à surpresa e ao contraste entre a ilusão de vida dada pela bela figura e a brutalidade da revelação de seus interiores, igualmente *vivos*. Nesta brusca passagem de uma contemplação desinteressada em uma *esfera pública de recepção* para a evidência da intimidade *secreta* da figura, entra algo da obscenidade tanto mais forte porque é inevitavelmente macabra” (Figura 5). (Na etimologia da palavra obsceno encontramos o sentido de *mau agouro, mau presságio, funesto, sinistro* - o eterno retorno do recalcado).

“No entanto, teatral encenação, mesmo que convoque a um *memento mori* nada diz dele, revela sim um aterrorizador espetáculo da razão, operado por um sábio das luzes que crê saber e dá a ver, sob a dança do espetáculo da vida, o poder do orgânico e sua *beleza* própria, repugnante figuração e desfiguração das aparências humanas” (ARASSE, 2005, p.613). Nas **Luzes** vivem muitos sábios, Charcot não era um deus único. O mundo do *saber e dar a ver* era e é um cosmos de muitos astros, cuja morada se dava ora na obscuridade da coxia, orquestrando como Hades o mundo avernal, ora nos holofotes do palco, aos aplausos de uma plateia saciada pela magnífica criação de um **Zeus**.

As preparações anatômicas de Honoré Fragonart mostram, à mesma época, que a ciências das **Luzes** podia de fato suscitar o retorno das trevas. Ele era um dos fundadores da anatomia veterinária que se desenvolveu no século XVIII, na linha da História natural de Buffon. Honeré Fragonard, primo coirmão do pintor de sucesso, foi *professor e demonstrador de anatomia* de 1766 a 1771.

<sup>3</sup> As expressões entre parênteses são da autora.

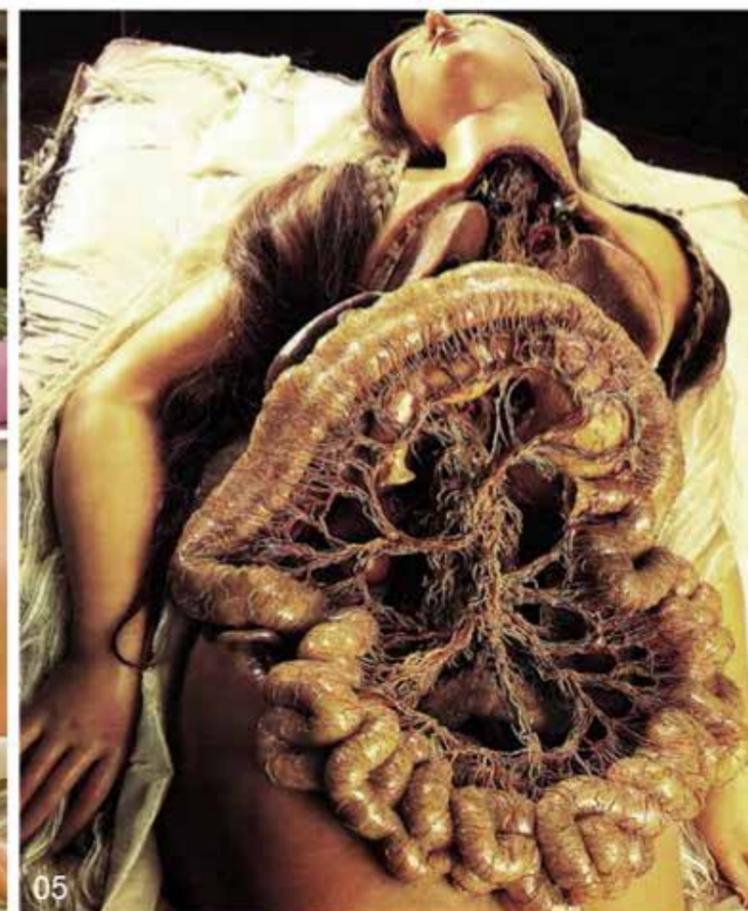


Figura 3,4 e 5 - Clemente Susini (provavelmente): Vênus anatômica, cera, cabelo humano, pérolas, jacarandá e caixa de vidro veneziano. Fonte: La Specola, Museo di Storia Naturale, Florença, 1790. Disponível em: <http://www.preservedproject.co.uk/ode-to-an-anatomical-venus/>

Fragonart já não tinha na cera sua matéria prima, usava da taxidermia para criar suas peças de *de-monstr(a)ção* como O homem de mandíbula ou o tão célebre Cavaleiro anatomizado, os quais até hoje possuem um efeito mais próximo do fantástico do que da aberração, do terror do que frivolidade. Ele trabalhou para produzir peças ideais, capazes de mostrar toda a estrutura de um organismo (esqueleto, músculos, vasos sanguíneos e sistema nervoso. Mais do que interessa à pesquisa anatômica e médica propriamente dita, ele aperfeiçoou sem cessar seus próprios métodos para melhorar a expressão *vigorousos* de suas anatomias.

Dessa forma se colocou em uma posição de esteta da ciência. Contudo, é preciso acrescentar, que sua estética transcende a ordem do cientificismo, por operando a partir de tecidos naturais, mesmo que não vivos, buscava sua *expressão vigorosa* num efeito de realidade, inevitavelmente, mais perturbador do que a cera o permitiria. Ali se demonstraria, ainda, a consequência da identidade entre o representant e o representado e daquilo que o primeiro convoca, recupera no último. Ao mesmo tempo, parece que a encenação e a gestualidade tão decididamente teatrais de suas figuras coincidem com o efeito da *expressão vigorosa* (o que pretendia ele apresentando vigor no corpo inerte?) “das matérias: elas lhes dão, à primeira vista, uma presença de seres de além-túmulo, de mortos-vivos” (ARASSE, 2005, p.614). O registro artístico sobre o qual atua sua imaginação é, em todo o caso, incontestavelmente, o do *sublime*. Qualquer semelhança com Charcot e sua trupe não seria uma mera coincidência, seria?

A exposição “Body Worlds -The Happiness Project”, de Gunther Von Hagens, em Amsterdam, com duzentos espécimes anatômicos de corpos humanos reais, nos mostra a complexidade e vulnerabilidade paradoxal do humano (Figura 6). De posse dos papéis e figurino, ao palco!

### O tablado, o palco

A experimentação no ser humano está, de fato, inscrita na tradição médica. “No século XVI, duelando com os seguidores dos Antigos, Ambroise Paré tinha preconizado a inovação terapêutica, argumentando em prol da necessidade da invenção” (termo que nos apresenta Didi-Huberman: são *inventores*, cria(dores), mesmo se crendo deuses) “para enfrentar flagelos inéditos” (MOULIN, 2005, p. 4). Em seu manifesto de 1847, Claude Bernanrd fez da experimentação um sinônimo progresso médico. Sem dúvida, os cientistas dispunham, em seus laboratórios, de zos que incluíam espécies muito próximos do ser humano como símios. Contudo, urgia, apesar de tudo, dar o salto e passar ao ser humano.

“Jean-Martin Charcot atingiu o auge do teatro”, vislumbra Salpêtrière como “um grande centro de magia, truques de prestidigitação e feiras de monstruosidades” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.322-333). *Criava* doentxs inteiramente encantadas, elevando-se às alturas do Olimpo. Reunia, em si, todas as imagens, digamos, da onipotência. As aulas clínicas de Charcot – ou deveríamos chamar de shows? - se realizavam todas as sextas-feiras pela manhã, em *seu* anfiteatro, lotado até os últimos lugares. Posicionado sobre um estrado, cercado por seus alunos, num desses dias, diz:

Este grande asilo, como decerto nenhum dos senhores ignora, encerra uma população de mais de cinco mil pessoas, entre as quais figuram, em grande número, sob o título de incuráveis, internados em caráter vitalício<sup>4</sup>, sujeitos de todas as idades, afetados por toda sorte de doenças crônicas e, em particular, por aquelas que têm por sede o sistema nervoso.

<sup>4</sup> “Vitalício”, aqui, significaria prisão perpétua?

Figura 6 - Body Worlds. .Fonte: Gunther Von Hagens, Amsterdam, em exposição. Disponível em: <https://www.bodyworlds.nl/>

É esse o material considerável, necessariamente de caráter particular, que forma o que chamarei de acervo antigo, o único que durante longos anos, tivemos à nossa disposição para nossas pesquisas patológicas e para nosso ensino clínico. [...] as condições não são de desdenhar, com certeza. Os tipos clínicos se oferecem à observação, representados por numerosos exemplares que permitem considerar ao mesmo tempo a afecção, de maneira permanente, por assim dizer, pois os vazios que se formam com o tempo, nesta ou naquela categoria, são rapidamente preenchidos. Em outras palavras, estamos **de posse** (*grifo meu*) de uma espécie de museu patológico vivo cujos recursos são consideráveis (CHARCOT *apud* Didi-Huberman, 2015, p.441).

**Consideráveis** como brinquedo, objetos; **considerados** como *vivos-mortos*, diferente dos modelos de cera ou taxidermia: mortos vivos. Porém, ambos: brinquedos do *mais gozar*.

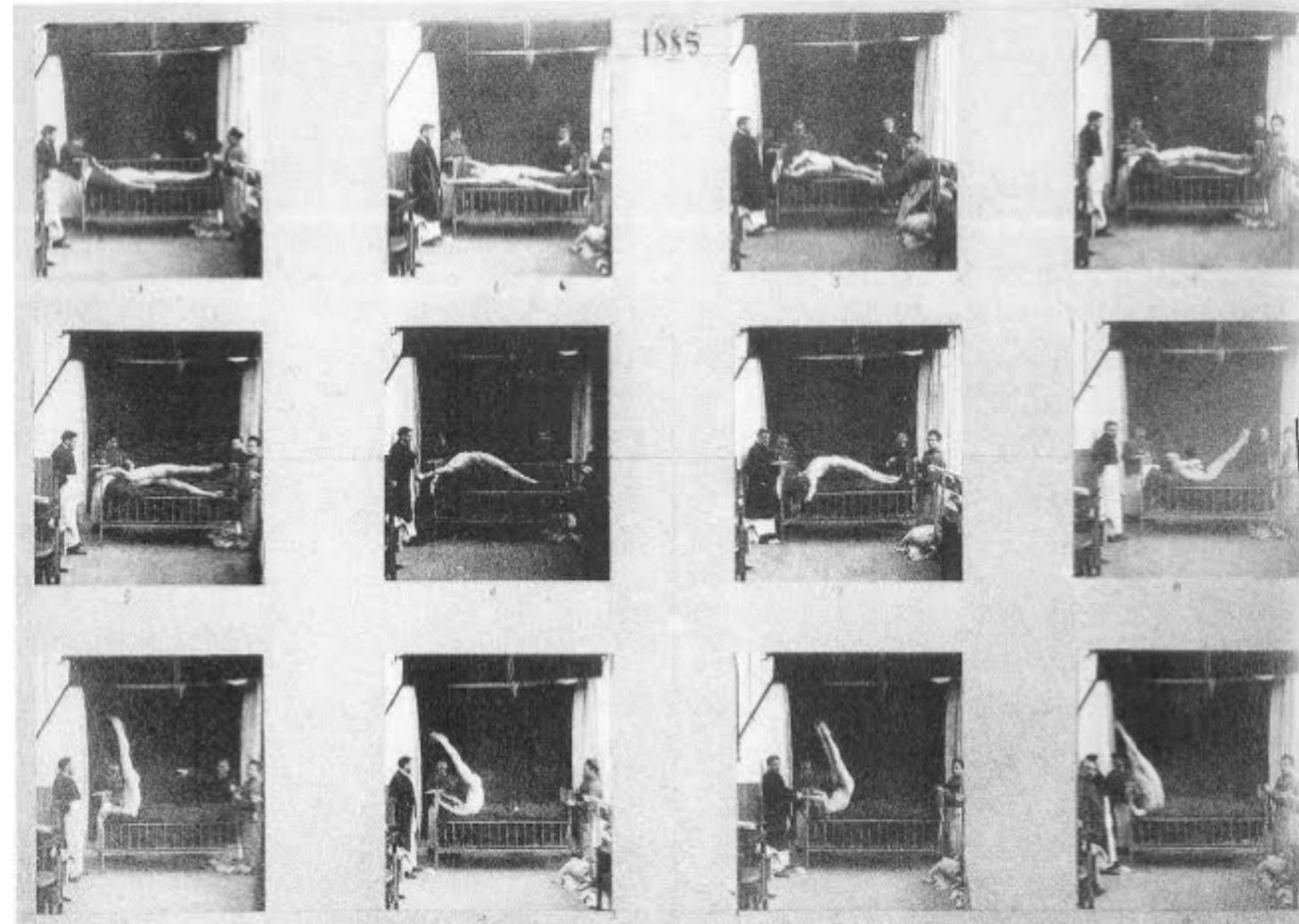
Sobre as posições dos corpos *em cena*, Didi-Huberman, nos diz do encontro entre **Luz** e **sombra**: “mas do outro lado, paralelo a ela, como ela esteve paralela a ele, já não se encontra senão o corpo, despojado de sua consciência, mais vivo ainda por estar morto, e o corpo já não pertence, não pertence mais a Augustine.” Se a doente perde a consciência, que resta à consciência para captar o ser da doença? “Resta o espetáculo da doença” DIDI-HUBERMAN, 2015, p.163 e 169).

Era muito fácil jogar gesso numa dada *mão torta* ou noutra *pé equinovaro*, com os membros atados de dor, tornava-se muito fácil deixar secar o gesso e obter um belo molde dos poros e dobras mais ínfimos, as dobras do próprio ataque histerico! Era fácil porque significava apenas *confirmar* o estágio vigente: a contratura; provavelmente prolongá-la só um pouquinho, vez por outra – mas isso não tinha importância: o corpo histerico engessado era ainda mais digno de atenção, e ciência e de ternura quem sabe (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.178).

Afinal de contas, o modelo de cera “Vênus de Medicis”, de Clemente Susini, tinha sob sua “tampa”, em seus buracos, segredos anatômicos, que segredos sob suas **tampas**, em seus buracos, tinha a Augustine de Charcot? Tocada, penetrada, furada literalmente, engessada, pela divina mão. Que ele queria ali? Ou ali, nada queria a não ser usá-la como modelo ao olho do espectador, que sob a dança de seu olhar desviado, entregava-se ao gozo dado pelo espetáculo?

Como o show não **deve** parar: “A intensidade dos choques pode ser facilmente graduada aproximando ou afastando os polos do imã um cont(ato) de ferro *doce* (doce?); afastando-se esse contato, obtém-se o efeito máximo, que se traduz por espasmos insuportáveis.” DIDI-HUBERMAN, 2015, p.276) E que aura terá sido a “gota da crueldade” difundida por toda essa vontade de conhecer, esse sangue de imagens? Didi-Huberman (2015), citando Nietzsche *Além do bem e do Mal*. “Um horror tem seu lugar numa cena complexa[...]um horror inventado pode ser completamente avassalador” (SOTANG, 2004, p.38).

Charcot desceu aos infernos. E não se sentiu mal por lá. É que essas quatro ou cinco mil mulheres infernais foram um **material** de grande valor **produtivo** para ele, de fato, mergulhado desde 1862 no “inferno” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.441). Dez anos depois, em 1872, ele já era nomeado professor de anatomia. Aproximadamente, dez anos mais tarde, em 1881, conseguiu a aprovação de 200 mil francos do parlamento para criação



da *cadeira de clínica das doenças nervosas* na Salpêtrière. Consequentemente, em 1892, coincidência ou não, dez anos após, Charcot teve o monopólio do exercício da medicina. “Está dada a medicina da Belle Époque” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.39). Um dispositivo de poder, político e socialmente, instituído. Um “programa” que podemos associar ao que Spivac (2010, p.76) vai chamar de “essencialista e taxonômico”: Investigar, identificar e medir o específico.

Chegou à sensação agradável e científica, como diz Didi-Huberman (2015, p.39): calorífica, odorífica ou honorífica onde o *fica* aparece como uma derivação factiva muito, muito forte. Foi tomado pela *agradável* sensação de penetrar num museu pura e simplesmente. Ele próprio o disse bem: “um museu patológico vivo, com *seu* “acervo” antigo e *seu* novo “acervo”. O método experimental não é a observação, escreve Bernard, “mas uma observação “provocada”, **arte** de obter fatos em fotos, e em segundo lugar, a **arte** de fazê-los trabalhar” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.40) (grifos meus). Ação do diretor em cena: fazer arte.

### O espetáculo

Poder reproduzir todos os estados, todas as posturas de um corpo-máquina; poder *possuir*, enfim, *produzir toda a sua teoria*, seu show de horrores (Figura 7). Poder inventar e poder ter sempre confirmação dos fatos. Poder: sublime descoberta! Descobrir o corpo já desnudado, *destapar buracos*, abrir as cortinas ao espetáculo. Lembremos: a hipnose foi o grande *estilo* de *Poder* de Charcot, nesse aspecto. “Olhadelas, toques sutis (sutis?). Poderes. A hipnose foi toda uma arte do cont(ato) *per via di porre*.

Figura 7 - Série fotográfica de uma paciente com diagnóstico de histeria no hospital La Salpêtrière em Paris. Fonte: Autoria de Albert Londe, 1885. Disponível em: [https://www.wikiwand.com/pt/Albert\\_Londe](https://www.wikiwand.com/pt/Albert_Londe).

*Per via de porre*, é a expressão usada no modo de operar a pintura, onde se cria, acrescentando partículas de cores em uma tela branca, na qual antes nada existia. Na escultura, por outro lado, processa-se *a per via de levare*, pois se retira do bloco bruto da pedra o que jaz oculto, e surge então uma obra que estava ali contida. Esse, definitivamente, não era o estilo de Charcot, um deus que ainda cria que a mulher não advém do barro, privilégio de homens, esta é criada e criada do que o homem lhe cede: uma costela.

O que se tratava de conseguir afinal? nos questiona Didi-Huberman (2015). No que as **Luzes** desejavam por seu foco? Tratava-se de inventar um instante, de refabricar, à força, a força fulminante do momento a que aquela mulher – dita *histérica* - estava submetida, ou estivera submetida, um dia. Tratava-se, pois, mediante uma ficção (palavra que nos remete a roteiros) abrupta - quiçá abusiva seja também um bom termo - de *reinventar o momento do trauma* (ou do suposto trauma como Freud vai pensar posteriormente, quando escreve Além do Princípio do Prazer em 1920). De reencenar, ou seja, de *repor em cena* o quadro de uma suposta cena primária”. Daí a eficácia experimental de tudo que pudesse relacionar-se a *dustuchia*, a surpresa ruim. (Novamente provocada). O encontro com o recalcado – *o infamiliar*.

Contudo, na sua **supremacia iluminada**, Charcot ignorava que na repetição, não na palavra, não no simbólico, o significante, cai num *autômaton* sem fim, escapando da possibilidade de resignificação. Um corpo vivo em posse, em possessão pelo divino ou infernal, cai roubado de sua possibilidade de nomear, nem mesmo nome possui. Não é capaz de ser, quando a linguagem lhe é sub(traída). “Convocado por carícias, até apalpações, eletrochoques, penetrações” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.258). Esse corpo sofre na moral do brinquedo, (matéria prima da manipulação na mão artista, instrumento na regência do maestro, ator nas mãos do seu diretor, produtor e roteirista) que faria dele suas delícias, suas obras, seus estilos, seus prodígios. “Há *sujeitos* que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há *vidas* que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas”, nos diz Butler (2020, p.17), quando põe foco sobre a importância do enquadre na constituição do outro e na manutenção do Outro.

Hábeis encenações, sem o conhecimento das atrizes. Engodos, maquinações. Que o golpe experimental produzisse uma *postura* (cena), e essa postura, um quadro, isto era o essencial. Quadro, imagem que fomentasse o *olho gozador* do espectador, conforme Didi-Huberman (2015, p.292). Dirigir as atrizes, sem que elas soubessem, era o auge da realização para um diretor cênico que se sonhava *deus ex machina*. *Deus ex machina*: Recurso dramático, que na antiguidade greco-latina, consistia, originalmente, na descida em cena de um deus cuja missão era solucionar de forma arbitrária a um impasse vivido pelos personagens. “Uma resolução inverossímil dada a um problema dramático” (Didi-Huberman, 2015, p.301).

No espetáculo havia a garantia que o enquadre excluísse o diretor de cena, pois é claro, como nos diz Didi-Huberman (2015, p.310) “isso seria pôr em cena o risco assumido pelo diretor ao ser obrigado a subir no tablado, para explicar à atriz o que exigia dela. Seria fazer a imagem, (iconografia) do risco certo corrido pelo médico na aproximação transferencial do corpo *histérico*. Uma coerência, pertinente a qualquer espetáculo, qualquer imagem de ficção abominaria essa aproximação, pois embora nela se fundamente e se constitua, tal ousadia quebraria o encantamento e a expectativa de quem assiste. Que graça tem as marionetes, quando seus manipuladores não se vestem de preto ou quão encantadores ou mágicos seriam os fantoches quando o corpo da mão que os penetra e lhes dá *vida* aparece sob o dispositivo que deveriam escondê-la. Para que servem as coxias?

E o texto, o *script*? “E o autor dos delírios induzidos? Que sentido era soprado as histéricas?” (Didi-Huberman, 2015, p.313). Não havia rigidez no texto definido *a priori*. “Fazer e desfazer: constitui a exata liberdade que um diretor artístico poderia oferecer a si mesmo nos ensaios. “As aulas das *sextas-feiras*, aliás, eram escritas, ou melhor, reescritas, exatamente como peças de teatro, com deixas, monólogos, didascálias, apartes do herói etc” (Didi-Huberman, 2015, p.336).

Definindo o espetáculo como uma encenação já denominada como perversa, Didi-Huberman (2015) compartilha a questão que os médicos da Salpêtrière formulavam a si, constantemente. Uma pergunta, por si, já perversa, salienta ele:

De que substância corpórea é feita mulher? Nos diz, então: Não de ter instrumentalizado cada vez mais sua pergunta, reinventando incessantemente o corpo histórico, como superfície experimental de *desencadeadores*, sempre em busca de um princípio substancial, de uma descrição protocolar da espécie de gozo de que a histérica dá mostras, ou dá a impressão, e ao mesmo tempo de seus sofrimentos. Assim diante dessa busca, o corpo histórico consentia numa reiteração infundável dos sintomas, em pedaços de respostas, na reiteração de enlouquecer. Para uma instância perversa, era sumamente apetitoso, iconografável. Um questionamento *essencial* para a criação do roteiro, do cenário, da produção do show, da escolha de elenco e o brilho da atriz principal (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.341).

### Augustine a Estrela

Os *traços* de mulheres extraídos das imagens da Iconografia fotográfica da Salpêtrière, mais que recontar poses e enquadrá-las, nos remete a um registro fictício do circo de horrores montado entre as paredes da grande *internação vitalícia*. A dita **extração** parece roubar traços de mulheres, como se quisessem dissecar até tirar o tumor, o *câncer* chamado feminino. Aliás, a palavra *vedete* só é dita no feminino - era essa a coisa a ser mostrada no palco para sua plateia, o **horrendo, desejado** feminino? Diderot é magistralmente citado por Didi-Huberman (2015, p.118): “quando se escreve sobre mulheres é preciso molhar a pena no arco-íris e lançar sobre a linha a poeira das asas da borboleta”. Seriam mariposas, dama da noite a dançarem em volta das *Luzes*? “Mas onde foi molhada a pena de Bourneville, assistente *oficioso* de Charcot de 1871 a 1879, e os passarinho de Régnard e Londe, responsáveis pelos *clicks*? E, para começar, como veio a se prender o alfinete nas asas da borboleta?”

Augustine, de bela vedete à monstruosidade sem dúvida, foi a estrela, a vedete (borboleta alfinetada) dos modelos do rico laboratório de espécimes de Charcot. “Augustine equivale a todo um conceito de histeria, a ponto, por exemplo, de Moebius, o mais misógino de todos os psiquiatras da época, não ter podido prescindir de “figurá-la” em seu tratado das doenças nervosas”, nos diz Didi-Huberman (2015, p.171):

Uma histérica pode ser uma obra de arte viva, obra-prima – a obra-prima e a *coisa* de seus médicos -, mas em certo sentido, a histérica permanece como estátua, por lhe faltar essa perfeita liberdade de movimentos ... quando se mexe, mesmo com violência, mais parece uma marionete, porém marionete de quem? (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.301).

Caberia a pergunta, quem finca os alfinetes?

Ela percebia bem os tablados, os anfiteatros e as câmeras fotográficas também comportavam, a despeito dos **lucros da sedução**, certa crueldade do mundo dos espetáculos. “Mas isso foi numa época, disse Bourneville, em que era bastante fácil de manejar” (Didi-Huberman, 2015, p.301). A borboleta, então, começou a sacudir-se na tentativa de libertar-se? Tola! Não sabia que os alfinetes na Salpêtrière, também tomavam a forma de inalações de éter e de clorofórmio. Prática que se tornaria cotidiano. No cotidiano, Augustine por *pouco não se morria de overdose*. Inúmeras borboletas pararam de respirar já viciadas em éter, álcool ou morfina. Os alfinetes foram fundo demais (Didi-Huberman, 2015).

O encanto de Charcot com Augustine, tinha forma de contrato. É de praxe no mundo dos Espetáculos, ela se contorcia e alucinava em horários fixos, por assim dizer, nos horários estabelecidos para as sessões de hipnose ou nas aulas no anfiteatro. Isso indica os melhores dias do contrato, “*momento-chave* do engajamento de uma atriz por um diretor que lhe promete, melifluamente, fazer dela uma estrela, sob a condição...Mas, justamente, as condições não foram escritas; o contrato foi tácito” (Didi-Huberman,2015, p.234).

Foi tácito para que a *coerção* fosse silenciada, e silenciada também a *precariedade* do desejo perverso que ficou entregue a isto, durante o espetáculo: um temor contraditório ou um desejo de ver demais e não o bastante o que **exige** um prolongamento, o prolongamento indefinido das repetições ou dos ensaios experimentais (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.234).

Isso indica, por fim como se ataram no espetáculo o contrato imaginário e o puro prazer- não - quase puro. Contrato e prazer próprios do palco. “Ou você me seduz”, e por isso mesmo se demonstra histérica, “ou eu a considero uma Incurável” (Didi-Huberman,2015, p.234), e nesse caso, para sempre, você não mais será exibida, mas escondida no escuro. Irá limpar o *circo*, o *teatro* e jamais terá papel neste ou em outro espetáculo. (Diálogo entre **Luz** e **sombra?** No qual uma só voz, dá sentido?).

Na Salpêtrière, porém, *sedução* e *simpatia*, se dava de forma *sui generis*, muito diferente do que se davam nos consultórios luxuosos da burguesia. Na grande *casa dos tablados encanto* e *simpatia* eram “uma algazarra de bordel, com todas as mulheres misturadas, proferindo interjeições aos internos de plantão ou de passagem, esfaldando-se em interpelações grassas, fazendo *strip-teases*, digamos, insígnies, *grosseiras solicitações carnis*. Seriam seduções, ainda assim? “Podemos ao menos dar a isso o nome de transferências, no sentido freudiano. Mas convém compreender que, nesse caso, as transferências eram repetições no sentido do ensaio teatral, e teatro no sentido pesado da obscenidade” (Didi-Huberman,2015, p.234-236).

O que ficou em jogo era honrar um *contrato imaginário*. *Eu te peço que me peças a imagem que brota de nossas demandas comuns*. Mas o teatro *pega fogo*, quando a atriz principal, Augustine se dá conta que o contrato se tratava de um contrato tácito, pois cabia apenas a uma parte cumprir para vantagem da outra. Como nos circos de horrores, os atores tinham suas imagens e seus corpos tomados como mercadoria ao gozo dos verdadeiros contratantes, a saber: diretor e público. “É um teatro em que a *encenação* torna-se um *distanciamento* do objeto e uma *colocação dele a espera* – objeto que é a própria histeria, ou seja, apenas uma dada reivindicação simples e estridente de um dado corpo, entregue a determinados sintomas” (Didi-Huberman,2015, p.388). A contratação! Contrato em francês *contrat*, ator em francês *acteur* contratação em francês *contr-actur-e*.

Um sintoma que não cessa, não basta, destino de uma pulsão que não cansa de insistir a cada roteiro a cada outro ato, a cada novo espetáculo. A palavra *basta*, sem voz. A castração, parte de um *basta* e talvez, aqui, a palavra perversão transcenda o sentido do patológico como perversão, porque o próprio rito de um jogo perverso tem em si a palavra *mágica* que soa como um basta. Contudo a perversão, como se inscreve, tacitamente, entra no campo da estética como forma de arte. “A histeria fazia da repetição, até da obsessão, uma necessidade, e suas manifestações aleatórias obrigavam a ética a se fazer estética – justamente para não perder a “produção da ciência” (Didi-Huberman,2015, p.251). A mesma perversão, que não basta, nutre-se e alimenta o cinema, o circo, o teatro, a fotografia e os museus de horrores, em suas diversas formas atuais de existência, estes seguem fecundos e criativos nesse propósito, invocando, na expectativa, o objeto de gozo que habita todos nós. “O desejo dos médicos da Salpêtrière seria, fundamentalmente, um desejo que não ousava dizer seu nome. Essa já era toda a sua perversidade, se não sua perversão” (Didi-Huberman,2015, p.316).

### Quebra do contrato - teatro em chamus

O desastre de um contrato revelou o contrato, sua natureza. A histérica teria tentado o encontro e encontrado apenas a ribalta do palco. Por isso não pudera senão **precipitar o encontro**. E o fizera numa espécie de salto, de insurreição corpo, numa revolta intempestiva, numa passagem ao ato contratransferencial, num insulto ao contrato e conveniência representativa. Conforme conta Didi-Huberman (2015, p.352) o “*Insultat* (de insultare): ela saltava, desesperadamente, *maldoso*, Charcot chamou isso de *Clownismo*<sup>5</sup>. *Insultat*, ela se debatia com violência, insolência, desafiava o contrato e, em lugar das clássicas *atitudes passionais*, apresentava *movimentos ilógicos* muito pouco fotografados.” Por que será? O diretor perdeu o controle da cena, quando a atriz tomou a voz do personagem e gritou socorro em seu nome, nome escutado na *Língua dos animais* e na interpretação de uma atriz: “ruído laríngeo que imita o canto do galo” (Didi-Huberman, 2015, p. 365).

Então, de súbito, a cena muda inteiramente e é como se o espetáculo fosse interrompido por um evento real, “como quando um incêndio é deflagrado durante uma representação teatral”. E “gesticulou um ódio ao teatro no próprio palco em que era mantida como prima Donna” (Didi-Huberman, 2015, p.352).

*Gran finale espetacular!* Para a atriz é claro! O público, *talvez*, decepcionado, tenha ido reclamar na bilheteria. Então “ela mesma pôs fim a sua existência de *caso* (tomou a cena em ato): disfarçou-se de homem (ratos não fogem de ratoeiras, há que travestir-se de gato), e assim fugiu da Salpêtrière (Didi-Huberman, 2015, p.386). A borboleta voou, quando se deu conta que o preço de estar *no quadro entomológico*, que a emoldurava, não valia sua submissão ao alfinete e que nem mesmo o olhar do voyeurista da plateia era o seu objeto. O desencanto se fez, quando ela viu que *o lepidóptero* amava mais o olhar do voyeur, sobre sua coleção, do que seu próprio espécime.

O deus, diretor, Charcot tentou, como quem nada quer, *enquadrar* seus espécimes, em “ultimíssima instância, na hipótese ou cânone histórico e estético daquilo que chamava *Os demoníacos na Arte*: certa concepção da arte barroca, certo uso da iconografia extensa, dessa vez em seu sentido mais tradicional, o das representações pictóricas” (Didi-Huberman, 2015, p. 390). Sutilmente, ou longe disto, na iconografia fotográfica ou nos tablados da Salpêtrière as apresentações de Charcot eram retocadas até

<sup>5</sup> Leia-se palhaçada.

representarem ou tornarem-se personagens de um show de horrores.

### A expectativa e o bicho-papão

“A expectativa é uma palavra do olhar, uma palavra do tempo. Seria algo da visibilidade que quase se priva e se entrega a um tempo de espera – havendo da expectativa à espera, uma espécie de lacuna tênue, mas radical, um distanciamento comparável, talvez, àquilo que na angústia vira as costas ao medo próximo demais” (Didi-Huberman, 2015, p.157). Cena primária, um drama virtual: muito distante, passado, esquecido, de certa maneira; muito, muito próximo, iminente, repetindo-se sem parar. O que Freud vai abordar a partir do conceito [*Das Unheimliche*] o *infamiliar*, o qual “diz respeito ao aterrador, ao que suscita angústia e horror, e, de todo modo, em geral coincide com aquilo que angustia” (COURTINE, 2005, p.29).

Medo do quê? O bicho-papão? “Ele era segredo, ao mesmo tempo que era excesso devasso; o bicho papão era uma desdita do desejo feminino, sua parte mais vergonhosa”. *Tipo de bicho caçado pela Igreja* desde que Eva ofereceu a maçã. “Paracelso chamava a histeria de *chorea lasciva* – dança, coreografia da lascívia. Histeria: quase nunca isso deixou de dar ao feminino o nome de culpa” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.104).

Assim, a *Iconografia fotográfica* da *Salpêtrière* foi como que o corpo de uma atenção, até de uma *expectativa*, fascinada. Com quê? Aqui está, nos diz Didi-Huberman (2015, p.339): “o extremo narcisismo, graças ao qual a histérica consente em qualquer encenação de seu corpo, esse extremo narcisismo histérico que é fundamentalmente *fascinante*, e chega até a trazer em si algo que bem poderia ser chamado de beleza”. O *belo* a ser visto, demoradamente e repetidamente. A *contratura* fotografada e engessada ou, muitas vezes, engessada e fotografada sob a dor.

A perspectiva do olhar dos cronistas dos *Entra e saí*, comprova de maneira insistente, o *olho* que olha sob o desvio:

Imperceptivelmente, seu olhar se afasta da cena para examinar a sala. Estratégia clássica do exercício da distinção no campo da visão: o *bom gosto* força o espectador burguês a tomar distância. Sente necessidade, se quiser gozar da diversão popular, de afastar-se, ficticiamente, para distinguir-se, da multidão dos espectadores. O odor, a imundície, o barulho da multidão se tornam então objetos de espetáculo, da mesma forma que as esquisitices anatômicas expostas nos seus palcos. Resultado de um processo de repressão social da *vulgaridade* em nome do *gosto*, que arremata o dispositivo de controle da cultura popular das distrações, e cujas primícias se vê despontar desde a segunda metade do século XIX (ANDOIN-ROUZEAU, 2005, p.339).

“A *pulsão escópica* como destinada a gozar de todas as outras pulsões, a pulsão escópica totalitária. Pois bem, a histeria se prestava, realmente, se prestava para isso” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.189). Eu diria: pois bem, a histeria foi inventada, realmente, inventada para isso. Um espetáculo com garantia de público e gozo de seu **divino criador!**

6 Os espetáculos de aberrações *freak show*, também chamado de show de horrores ou circo dos horrores, consistia na exibição de humanos ou outros animais dotados de algum tipo de anomalia relacionada a mutações genéticas, doenças e/ou defeitos físico. Tais exposições ocorriam frequentemente em circos e espaços chamados de *Entra e saí*, especialmente a partir os anos de 1840.

Didi-Huberman (2015, p.2008) se interroga, quanto ao que se chama de *fantasia originária*, referindo-se ao efeito da mesma como um atraso que se faz antecipação, e que apesar dos seus desvios e suas pretensões, continuará sempre sendo atraso. “E nisso, aliás, ele só faz anteriorizar-se como atraso. Algo da própria pretensão, portanto, fica para trás – não: melhor dizendo, o que estava atrás torna-se lateral ao olhar uma fantasia”.

“É que o *ver* é passível de recalçamento, no qual um *grupo de representações* sofre uma espécie de [*Urteilwerfung*] – um *juízo condenatório*, nas palavras de Freud em Didi-Huberman (2015, p.190). Ora, o sintoma tem em si como *precondição* o fracasso do recalçamento. O que significa isso? Significa o olho estar condenado a uma situação impossível”, ao *show que o público quer ver* e rever e rever sem conseguir ver o que, ali, falta, como se dentro da atriz estivesse o objeto *castrado*. Não suportando a *falta* e o medo de, também perder o lugar de falo, a castração não é suportada e incide o eterno retorno do recalçado – o suposto visto, ainda não revisto, por tanto não visto. O que quer o roteirista e diretor de cena? O gozo sob a expectativa do olhar desviado de sua plateia sobre si, na busca do suposto objeto perdido.

“E o corpo duplo é isto: o evento, ao mesmo tempo aberto, oferecido e indecifrável, dos gozos histéricos; depois a invenção, nessa aporia, de um espetáculo, um semblante” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.214 e 341). “A instância psiquiátrica do ver, em sua reificação sempre renovada dos corpos, em sua manutenção e em sua dominação da aflição das loucas – e até em seu gozo com ela - a instância psiquiátrica *do ver* queria, portanto, suspender o tempo e conservar loucas as loucas.”

“É que a histérica *repete* incessantemente *sua desgraça*. Não apenas reencenando-a, mas também sempre *reconvocando* sua ocorrência” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.224). É da borboleta voar, bem como pode ser de voar para outros animais, assim como voar não é para todos os insetos. O problema da borboleta aparece, quando crê que para voar precisa se manter borboleta e crê ser especial nas mãos de um colecionador, que goza ao emoldurá-la num enquadre para exposição. Arte!

### A coisa da arte

O filósofo Ernani Chaves (2015) em seu escrito Paradigma estético de Freud chama a atenção para o vocabulário que funda o paradigma *estético* deste, diz ele, referindo-se a fala do professor:

Se, por um lado, as neuroses mostram uma evidente, profunda e rica concordância com as produções sociais da arte, da religião e da filosofia, por outro elas são distorções das mesmas”. Nessa perspectiva, a histeria é uma espécie de *imagem distorcida* – e não uma caricatura, como se costumou traduzir – de uma criação artística. Ora, diz ele, se o princípio da criação artística, tal como os ensaios sobre Michelangelo e Leonardo da Vinci mostraram, é o da transgressão e o da metamorfose, então a própria *criação artística* já é, ela mesma, uma *imagem distorcida*. Assim, a histeria não é a *imagem distorcida* de uma espécie de imagem pura, límpida, transparente, tal como aquela que se apresentava a Narciso, todas as vezes que ele se contemplava nas águas do lago. Ao contrário, é uma imagem que duplica a distorção própria de toda imagem, distorção essa da qual a *criação artística* é o mais eloquente testemunho. Esse princípio de *distorção* culmina na ideia que define, a própria concepção de

neurose, em *Totem e tabu*, qual seja, a de que as neuroses são *associadas*, uma vez que na sociedade resultou do trabalho coletivo (CHAVES, 2015, p. 34,35).

“Ali onde os conflitos não cessaram, pelo menos, ali onde se enfrentam, indecisos, ali onde se encontram e se batem os movimentos da tese contra a antítese. Ali onde se atam os paradoxos, onde ocorrem os choques de pensamento, ali a Arte está. Uma inquietação fecunda” (p.413-414). “Conflitos psíquicos e conflitos sociais ao mesmo tempo: conflitos que a arte de modo algum poderia *resolver*, já que é constituída por eles. Tanto assim que Freud situou o campo da arte como um *reino intermediário*, preso entre a realidade que proíbe o desejo e o mundo imaginário que o realiza. E como poderia um *reino intermediário* escapar dos conflitos opondo os *reinos* dos quais define, justamente, a zona fronteira?” (DIDI-HUBERMAN 2015, p. 415).

Walter Benjamin nos ensinou - na mesma época em que Freud destacava a força da pulsão de morte – que uma verdadeira “crítica à violência” pressupõe uma tomada de posição no vasto campo de conflitos a que chamamos cultura (e do qual o que chamamos de “arte” é, sem dúvida, parte integrante). Assim, seria preciso saber escolher, seria preciso tomar uma posição (DIDI-HUBERMAN 2015, p. 431).

A partir da consideração do conceito de estética, para Freud (1975), pensando a “sublimação”, como campo de direcionamento das pulsões e conceito psicanalítico, pedindo claramente sua compreensão a partir da sua *relação* com o *mal*, ou, melhor dizendo, com os *males*, quer entendamos por isso o *mal-estar*, a infelicidade, a inaceitável *falta de moral* ou até *sintoma*<sup>7</sup> (DIDI-HUBERMAN 2015, p. 414). Fica a questão: como lidar com a criação, quando mesmo se tratando de uma composição estética ela fere o princípio da dignidade do respeito à diferença e ao lugar do outro? Como se trata de *repetir, recordar e elaborar*, recordemos o que diz Didi-Huberman (2015), citando Bertold Brecht:

A desconjunção do mundo, é este o tema da arte. É impossível afirmar que sem desordem não haveria arte, e tampouco que poderia haver alguma: não conhecemos um mundo que não seja desordem. O que quer que nos sussurrem as universidades sobre a harmonia grega, o mundo de Ésquilo era cheio de lutas e terror, assim como o de Shakespeare e o de Homero, os de Dante e de Cervantes, de Voltaire e Goethe. Por mais pacífica que parecesse a descrição que se fez dele, ela fala de guerra, e, quando a arte fez as pazes com o mundo, sempre assinou com um mundo em guerra (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.412).

O domínio totalitário torna-se verdadeiramente total – e trata devidamente de sempre se vangloriar disso – quando encerra a vida privada dos que estão a ele sujeitos no cinturão de ferro do terror (ARENDRT *apud* CHARLOTTE, 1997, p. 43.).

Um olhar sem o buraco da *fecha(dura)*, sem castração. Um olhar sem freio, todo e pleno. Um show de horrores sob a ordem totalitária de um saber único, olhar sem fechadura, sem lei. Sem o buraco (da fechadura) instaurado pela falta, que corta a plenitude, tudo

<sup>7</sup> Sinthoma (laciano) “interface misteriosa da sublimação com o sintoma” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.421).

é abuso sob a desculpa do *cuidar*. Tudo é invasão. A(cuida)de visual. A quem serve esse olho que invade, instaura e domina, apropriando-se de uma corporalidade que se desterritorializa na medida em que é invisibilizado pela falta da falta? A que ordem de poder serve essa desapropriação de cidadania?

A fotografia como índice, como rastro, direciona-se convocando ao Spectrum. Há uma relação de temporalidade que multidimensiona o tempo e o espaço. Potencializa a possibilidade de encontro com o não dito, porém vivo e em imanência num constante devir. Toma posição de voz e grito, grito sufocado ao gozo do *theatrum*.

Compreendermos e ampliarmos o conhecimento sobre as relações e interações humanas na produção de laço social é fundamental. Talvez não encontremos respostas para questões complexas que constituem a cultura que habitamos como sujeitos de linguagem. Contudo, na direção de um mundo mais sustentável, enquadrar o enquadre que nos aprisiona faz a diferença. Tem a potência de revelar o momento em que a invasão sob o nome do *mais gozar* desapropria o outro do próprio desejo, rouba-lhe a diferença e o seu direito à cidadania. Direito que dá garantia à terra do próprio corpo, sob a ordem de uma voz que deseja escuta.

A metáfora é a nossa carne mais real.

## Referências

- ANDOIN-ROUZEAU, Stéphane. *et al: História do corpo – As mutações do olhar: século XX: Massacres: O corpo e a guerra*, V3. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2005.
- ARASSE, Daniel. *et al: História do corpo – Da renascença às luzes: A carne a graça e o divino*, V 1. 4ª Ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2005.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Infância berlinense: 1900. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BUTLER, Judith. *Vida precária*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- CAZUZA. *O tempo não para*. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/cazuza/45005/>. Acesso em: 05 junho 2022.
- CHARLOTTE, Beradt. *Sonhos do terceiro reich*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.
- CHAVES, Ernani. *Obras Incompletas de Sigmund Freud: Arte, Literatura e os Artistas*. 2ª Ed. São Paulo: Autêntica, 2015.
- COURTINE, Jean-Jacques. *História do corpo – As mutações do olhar: século XX: O corpo anormal: História e antropologia culturais da deformidade*, V3. 4ª Ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2005.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Invenção da histeria: Charcot e a iconografia fotográfica da Salpêtrière*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- FONTCUBERTA, Joan. *A Câmara de Pandora*. São Paulo: Editora G Gilli, 2010.
- FREUD, Sigmund. *Sobre a psicanálise*, In: ESB, XIV, 1ª Ed. Rio de Janeiro: Imago,

1975.

IANINI Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro. *Obras Incompletas de Sigmund Freud: Freud e o infamiliar*. São Paulo: Autêntica, 2019.

LEMIRE, Michel. *Artistes et mortes*. 1ª Ed. Chabaud, 1990.

MOULIN, Anne Marie. *História do corpo – As mutações do olhar: século XX*. O corpo diante da medicina, V 3. 4ªEd. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2005.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. 13ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* 4ªEd. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VELOSO, Caetano. *Sampa*. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/caetano-veloso/41670/>. Acesso em: 05 junho 2022.

# (CON)CURSOS DE PROJETO

## Anotações sobre arquiteturas-outras

PROJECTS COMPETITIONS  
Annotations about other-architectures

José Alberto de Oliveira Grechoniak<sup>1</sup> e Ana Elísia da Costa<sup>2</sup>

### Resumo

Para além da consensual importância cultural dos concursos de projetos, problematiza-se aqui a dimensão democrática dos mesmos e o seu potencial como gerador de danos, ao abstrair conflitos existentes e emergentes. Desde aí, objetiva-se levantar questões referentes aos seus moldes, o que, ao desestabilizar a cultura sobre o tema, pode se justificar. Parte-se da premissa que concursos-outras implicariam em adotar procedimentos participativos e inclusivos e em buscar resultados processuais e abertos, como forma de garantir o acesso à cidadania e o consequente direito à cidade. Questionando-se como tais procedimentos podem ser inseridos nos concursos, dois estudos de casos são explorados de forma qualitativa – o Mercado Distrital do Cruzeiro (2011 – MG) e o Mercado Público de Lages (2014 – SC). Explicita-se meios e fins distintos nesses concursos e, conseqüentemente, contradições de uma cultura de concursos que, ao tomar o senso democrático como construção ou como premissa, revela diferentes níveis de comprometimentos estético-ético-políticos.

Palavras-chave: concursos de projeto, conflitos, processos participativos.

### Abstract

*In addition to the consensual cultural importance of project competitions, their democratic dimension and their potential as a generator of damage is discussed here, by abstracting existing and emerging conflicts. The objective is to raise questions regarding its molds, which, by destabilizing the culture on the subject, can be justified. Starting from the premise that contests-others would imply adopting inclusive and participatory procedures and seeking procedural and open results, as a way of ensure access to citizenship and the consequent right to the city. Questioning how such procedures can be inserted in the contests, two case studies are explored in a qualitative way – the Cruzeiro District Market (2011 – MG) and the Lages Public Market (2014 – SC). Different means and ends are explained and, consequently, contradictions of a culture of competitions that, when taking the democratic sense as a construction or as a premise, reveals different levels of aesthetic-ethical-political commitments.*

*Keywords: projects competitions, conflicts, participatory processes.*

<sup>1</sup> Pós-Graduado em Geografia, Cidade e Arquitetura (Escola da Cidade, 2022). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel, 2021-). Arquiteto e Urbanista (UNIPLAC, 2020). Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIPLAC.

<sup>2</sup> Pós-Doutora em Urbanismo (ISCTE, 2019-2020). Doutora (2011) e Mestre (2001) em Teoria, História e Crítica em Arquitetura (PROPAR/UFRGS). Arquitecta e Urbanista (PUC-GO, 1993). Professora e pesquisadora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS e colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

### Introdução

Sejam públicos ou privados, os concursos de projetos cumprem um importante papel na cultura arquitetônica e urbanística. Por meio deles, pode-se promover experimentações que nem sempre o mercado de trabalho oportuniza; dar visibilidade a diversos profissionais, principalmente os jovens arquitetos e urbanistas; ampliar o debate de problemas e soluções de modo mais transparente e menos subjetivo com a sociedade; bem como promover o reconhecimento social da profissão. Soma-se a isso, o argumento de que o concurso “é uma forma democrática de projetos” (SUZUKI et al., 2018, n.p.).

Sob o argumento do democrático, contudo, cabem algumas reflexões que podem desestabilizar o que é tomado como senso-comum ou valor universal pela cultura disciplinar. A democracia pressupõe que alguns são mais aptos do que outros para exercitar uma determinada atividade, sendo estes eleitos para representar os então inaptos (RANCIÈRE, 2005). Se assim, os concursos trazem subjacente o entendimento de que o arquiteto e urbanista é a figura mais-apta a conceber espaços em relação aos sujeitos afetados pelos seus projetos e que, entre concorrentes, o vencedor é mais competente que os demais. A dimensão democrática de um concurso, portanto, envolve apartar sujeitos heterogêneos e ideias divergentes, reduzindo conflitos e contradições em torno de um presumível e idealizado consenso, que nem sempre representa o mais justo. Neste sentido, observa Sobreira (2021, n.p.): “as qualidades que permitem destacar o concurso como instrumento desejável não o isentam das tensões e conflitos de interesses inerentes à própria disciplina, ou da relação desta com o meio político e social com o qual se relaciona”.

Os conflitos inerentes aos concursos, contudo, os transcendem no próprio projeto (objeto de concurso ou não), já que o mesmo é, em si, sempre um dado dissensual. Inescapavelmente, o projeto beneficia uns em detrimento de outros ao propor algo que deveria ser compartilhado ou vivenciado em comum, representando, portanto, uma partilha potencialmente geradora de danos (RANCIÈRE, 2005). Por outro lado, apesar desse potencial, a cultura disciplinar ainda persiste em operar o projeto a partir da abstração de conflitos existentes e da idealização de consensos que levariam à construção de futuros harmoniosos (HOLSTON, 1995).

Ao pautar a abstração de conflitos e a ideia de consensos que permeiam a disciplina, em seus projetos e concursos, este ensaio objetiva levantar questões referentes aos moldes dos concursos na contemporaneidade. Neste exercício, não se busca desqualificar as potencialidades dos concursos, mas levantar argumentos que explicitem também suas fragilidades, podendo a vir subsidiar novos estudos que busquem ressignificar os seus próprios sentidos. Essa discussão, portanto, pode se justificar por desestabilizar, direta ou indiretamente, a cultura arquitetônica e urbanística que, pelos seus modos de pensar-fazer, afeta a própria sociedade.

Neste contexto, questiona-se: como os concursos lidam ou poderiam lidar com dados conflitivos – existentes e emergentes – na sua concepção e nos seus resultados? Como estes, mesmo que ainda de modo não consensual, poderiam ser guiados por desejos de coesão sócio-econômica-cultural na partilha-do-comum? Como ampliar sua dimensão predominantemente estética, para uma dimensão também ética e política?

Na perspectiva desses questionamentos, sustenta-se como premissa que concursos-outras seriam constituídos como participativos, promovendo o exercício democrático e o engajamento processual dos sujeitos afetados e, portanto, superando convicções democráticas que alguns sujeitos são incapazes de pensar-atoar no processo da construção do comum (RANCIÈRE, 2005). Seriam também inclusivos, abrindo-

se a valores e saberes científico-eruditos e também aos tradicional-populares que, recorrentemente, são depreciados por uma uniformização imposta pelas ordens vigentes (culturais, legais, econômicas). Por fim, seus resultados seriam processuais e abertos, suportando usos indeterminados ou temporários que aguardariam definições ou resoluções no futuro conflitivo. Ao partir dessa premissa, portanto, os concursos seriam pautados como agenciamentos de exercício da cidadania, desenvolvidos com todos os afetados, o que, conseqüentemente, levaria a arquiteturas-outras e a um efetivo acesso democrático à cidade. Sob essa perspectiva, o trabalho vem ao encontro da presente edição da Revista Píxo.

Como isso tensiona rigores e consensos que tradicionalmente regem os termos dos concursos, novos questionamentos sobre seus modos de operar se tornam latentes: quais instrumentos e procedimentos poderiam garantir o engajamento ativo de todos os sujeitos no processo de concursos, não reduzindo alguns a meros receptores de um desenho-produto e os comprometendo com os processos pós-concurso? Quais mecanismos poderiam assegurar a contemplação de valores plurais, não só de interesse das instituições promotoras e da corporação profissional, mas também dos sujeitos afetados? Como resultados únicos, consensuais e definitivos podem ser tensionados no interior dos concursos e fora deles?

Para refletir sobre estas questões, são adotados como objetos de estudo editais de concursos de projetos para revitalização de mercados públicos. Estes são eleitos por serem espaços de grande convergência social e que, justamente por isso, vêm sendo adotados como projetos-âncora de projetos maiores de revitalização urbana. Discutir os moldes destes concursos, portanto, oportuniza pensar na produção e (re)produção de espaços de grande impacto social e, conseqüentemente, da cidade.

Sem esgotar o enorme acervo de concursos de mercado, adota-se dois concursos como estudos de caso – o concurso para o Mercado Distrital do Cruzeiro (2011), em Minas Gerais, e para o Mercado Público de Lages (2014), em Santa Catarina. Com datações aproximadas e instituição organizadora em comum, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), os concursos tiveram grande repercussão nas mídias, o que lhes confere uma provável condição de igualdade na análise proposta. Observa-se também que o segundo é objeto de interesse de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel (PROGRAU/UFPel), da qual este artigo é subproduto.

A abordagem desses estudos de casos é de natureza exploratória e qualitativa. Para fundamentá-la, são desenvolvidas pesquisas bibliográficas sobre modos de pensar-fazer cidade e de organizar concursos. Por outro lado, pesquisas bibliográficas e documentais versam sobre as trajetórias históricas dos mercados, os editais dos seus concursos e as peças gráficas dos projetos vencedores. Do cruzamento desses dados, são tramadas as reflexões aqui apresentadas.

Conclui-se que os estudos de caso explicitam agenciamentos culturais com meios e fins muito distintos. O concurso do Mercado de Belo Horizonte é deflagrado pela própria comunidade e opera a partir de mecanismos participativos e inclusivos, bem como usa suas três propostas finalistas como recursos políticos para disputas dessa comunidade com o poder público. Três anos depois, o concurso do Mercado de Lages é uma iniciativa do poder público que, ainda operando aos moldes tradicionais de concursos, delinea uma participação popular pouco efetiva. Seu resultado se revela pouco sensível aos valores locais, parecendo ser mais um artifício que busca espetacularizar o patrimônio e criar uma nova identidade para a cidade.



Sendo organizadas por uma mesma instituição, tais concursos podem revelar, sem generalizações, contradições de uma cultura em construção, em que o senso democrático a guiar seus meios e fins, por vezes, é tomado como uma construção, outras, como uma premissa. Como consequência, isso pode revelar também distintos níveis de comprometimentos estético-ético-políticos dos concursos.

## O Mercado Distrital do Cruzeiro

### Contexto e conflitos prévios

Situado na região centro-sul de Belo Horizonte, o Mercado Distrital do Cruzeiro foi um dos motivos, juntamente com a expansão da avenida Afonso Pena, pela valorização econômica do Bairro Cruzeiro. (Figura 1). Projetado pelo arquiteto mineiro Éolo Maia em 1972 e inaugurado em 1974 pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), sua construção foi desenvolvida sob o argumento da necessidade de retirada dos feirantes da rua, afim de propiciar aos produtores do campo, pequenos comerciantes e feirantes um ambiente seguro para o trabalho (PERUCCI, 2015; ANDRADE, 2011).

Assim, em prol da garantia de bom funcionamento, a partir da sua inauguração a gestão pública proibiu atividades de rua e não forneceu mais alvarás aos comércios de pequeno porte especializados em produtos hortifrutigranjeiros que já estavam instalados pelas imediações. Isso, somando à especulação imobiliária no bairro, motivou na época a gentrificação de antigos moradores e frequentadores, tratando-se, portanto, de um equipamento que não está isento de uma natureza conflitiva de origem.

A despeito disso, por possuir uma localização privilegiada, de fácil acesso e em meio a parques e áreas livres, e por oferecer uma boa gama de serviços e produtos, o Mercado do Cruzeiro se consolidou como um importante ponto de encontro e de referência na cidade até o início da década de 1990 (PERSPECTIVAS, 2017; ANDRADE, 2011).

Figura 1 – Mercado Distrital do Cruzeiro. Fonte: Google Earth, 2022.

Sua vitalidade, contudo, foi enfraquecida com a concorrência de redes de supermercados que passaram a oferecer uma variedade ainda maior de mercadorias e a funcionar em horários amplos, bem como com a concorrência de mercados conhecidos como sacolões, que ofereciam as mesmas mercadorias a preços menores. Isso, somada à falta de investimentos para a sua manutenção e conservação, levou à precarização de suas instalações e à sua descaracterização (ANDRADE, 2011).

Desfrutando de relativo abandono desde 1997, a Prefeitura Municipal passou a promover ações que buscavam a revitalização do Mercado, mas que nem sempre foram apoiadas pela população local. A primeira ação ocorreu em 1997, quando os comerciantes foram ordenados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a desocupar o espaço em trinta dias para uma revitalização. Essa ação foi logo percebida como uma estratégia que poderia ocasionar na extinção de um dos últimos exemplares dos mercados distritais, levando à presidência do Mercado a buscar o apoio de políticos, clientes e moradores do bairro. Em decorrência desta mobilização, o poder público criou uma lei que garantia a manutenção das características originais do edifício em uma possível intervenção, porém, por não encontrarem consenso no projeto que deveria ser executado, o Mercado não foi revitalizado. (MERCADO DO CRUZEIRO, n.d.).

Em 2007, uma nova ação foi empreendida pela PBH, ao anunciar que iria se desfazer ou dar novos usos para os mercados distritais da cidade, incluindo o do Cruzeiro, que se tornaria um centro gastronômico e cultural. O projeto para esse centro foi apresentado em 2009, levando a novas articulações entre os permissionários que temiam perder seus espaços de venda. Em resposta a essas articulações, foi sancionada uma lei que prometia a permanência dos comerciantes em todos os períodos da reforma (VIDIGAL, 2011).

A situação conflitiva se agravou em 2010, quando foi publicado um Pedido de Manifestação de Interesse (PMI 05/2010) que buscava, por meio de parcerias público-privadas, uma proposta de revitalização do Mercado. Um projeto foi então apresentado, de autoria da Universidade FUMEC e duas construtoras, propondo a demolição do antigo edifício e a construção de um complexo comercial e gastronômico, dois hotéis, um amplo estacionamento, além do espaço para os comerciantes (MERCADO DO CRUZEIRO, n.d.; VIDIGAL, 2011; ANDRADE, 2011). A reação da população afetada foi imediata, que se uniu contra as decisões do governo e solicitou ao núcleo mineiro do Instituto dos Arquitetos do Brasil uma posição técnica sobre este empreendimento. O IAB, por sua vez, apontou que além de descaracterizar o edifício e de suprimir o vazio urbano, o projeto traria impactos ambientais, como aumento do tráfego de veículos, problemas na mobilidade urbana e aumento da densidade. O conflito estava deflagrado e prospectado e, por meio de um abaixo assinado, a população exigiu o direito de participar da elaboração e escolha do projeto de revitalização do Mercado (ANDRADE, 2011).

### O Concurso

Em meio às ações locais, em 2011, o IAB/MG uniu-se às associações do bairro e dos comerciantes do Mercado Distrital do Cruzeiro e ao Sindicato dos Arquitetos de Minas Gerais para o lançamento do concurso *Viva o Mercado!*, que pautava a preservação do edifício. Para a montagem do edital, foram consultados comerciantes, usuários do mercado e moradores do entorno. Assim, criou-se um programa de necessidades que previa, na pré-existência, um espaço *gourmet*, bares, aumento do número de lojas e a ampliação de vagas de estacionamento, além de um local para atividades de formação de mão de obra voltadas para reciclagem. No espaço urbano, foram programados uma praça multieventos em frente ao prédio e uma torre panorâmica que ligava o Mercado ao Parque Amilcar Vianna Martins. As propostas a serem desenvolvidas deveriam contemplar soluções para os telhados, layouts para boxes e lojas e programação visual e deveriam ser economicamente sustentáveis, levando em consideração a falta de



recursos da prefeitura para a intervenção (ANDRADE, 2011; SIQUEIRA, 2011; JOBIM, 2011).

Para a escolha do projeto vencedor, foram instituídos dois corpos de jurados, um técnico e um popular. O primeiro, formado por integrantes do IAB/MG, deveria escolher três propostas que melhor aderissem às diretrizes projetuais. O segundo, formado pela comunidade local, elegeria uma das três propostas pré-selecionadas. Desde este escopo é possível afirmar que o concurso operou a partir de procedimentos participativos e inclusivos, delegando à própria comunidade não só a montagem do programa, atenta aos seus saberes, valores e demandas, mas também um papel ativo na seleção das propostas.

O concurso recebeu sete inscrições, sendo selecionadas pelo júri técnico os projetos coordenados por João Diniz, André Luiz Prado e Francisco Albano de Andrade (JOBIM, 2011; ANDRADE, 2011). Em agosto de 2011, a população local uniu-se em um evento público no mercado, que contemplou a defesa e debate das propostas, animação por atividades culturais e a eleição da melhor proposta pelo júri popular, quando o projeto dos arquitetos e urbanistas Francisco Albano de Andrade, Gian Paolo Lorenzetti e Rodrigo Ferreira Andrade foi escolhida (ANDRADE, 2011; MATOSO, 2011). Na ata dos jurados dessa proposta, destaca-se a flexibilidade de uso e a relação “amigável” com a cidade (JOBIM, 2011, n.p.), indicando atenção a uma necessária dimensão aberta do programa e aos conflitos que emanam do projeto (Figura 2).

Apesar de eleger uma proposta, as três finalistas foram apresentadas ao poder público como alternativas, o que levou a PBH a descartar o projeto que havia proposto, ou seja, os resultados do concurso não foram tomados como definitivos e consensuais.

Toda essa mobilização, aparentemente, foi esvaziada em 2018, quando o Mercado do Cruzeiro e outros cinco mercados, foram inseridos novamente em uma PMI. Essa, contudo, propunha a apresentação de propostas de recuperação e gestão que valorizassem as edificações, mantendo atividades originais e considerando os aspectos socioculturais e urbanísticos da região e de seu entorno (PBH, 2018). No documento específico para o Cruzeiro, as diretrizes de projeto se assemelham ao que foi proposto no concurso mobilizado pela comunidade. A configuração espacial do edifício devia ser mantida e valorizada, os novos usos deveriam contemplar uma gama variada de atividades, agora privilegiando produtos provenientes da agricultura familiar, e era explicitada a intenção de articular o edifício com seu entorno (Figura 3), especialmente

Figura 2 – Projeto Vencedor do Concurso do Mercado Distrital do Cruzeiro. Fonte: Cortesia de Francisco Albano Andrade e equipe, 2011.



no que se refere ao tratamento da praça em frente ao mercado e à sua ligação com o Parque Amílcar Vianna Martins (PBH, 2018).

### Conquistas e conflitos por vir

Assim, mesmo que o projeto vencedor não tenha sido implementado, o processo promovido pelo concurso serviu de balizamento estético-ético-político para o que veio a ser proposto pela PMI e, provavelmente, servirá para o enfrentamento das disputas por vir, ou seja, o concurso transcendeu seu próprio objetivo.

A perspectiva de conflitos futuros se expressa no fato de que em março de 2022 o mercado passou à iniciativa privada, sob a alegação dos órgãos municipais de que essa privatização possibilita a inserção deste e de outros mercados em uma rota turística e cultural que deverá se tornar referência em todo o país. Caberá à nova concessionária não só gestar e manter o edifício ao longo de 25 anos, mas também apresentar um novo anteprojeto arquitetônico (HOJE EM DIA, 2022; QUEIROZ; DIAS, 2022) que, sob o alicerce das disputas anteriores, provavelmente renderá novas mobilizações.

### Mercado Público de Lages

#### Contexto e conflitos prévios

A cidade de Lages nasceu como entreposto comercial, para onde convergiam agricultores, tropeiros e intermediários que vendiam seus produtos diretamente aos consumidores. Dessa vocação, nasceram dois mercados públicos, construídos em 1878 e 1911 (PELUSO JR, 1991). Nos arredores destes equipamentos, formou-se a Praça do Mercado, um local de feiras e mercado de rua, e também de sociabilidades, onde moradores se encontravam, para, além de fazer compras, fechar negócios, fazer política, trocar notícias e contar causos (FCL, 2014; PEIXER, 2002).

Este espaço, historicamente, foi alvo de medidas higienistas e moralizantes impostas pela gestão pública. Já em 1895, o Código de Posturas da cidade buscou definir padrões de venda e de comportamento da população neste local, regulamentando dias e horários de feiras e a padronização da forma e quantidade em que produtos deveriam ser expostos e vendidos (SANTOS, 2020; PEIXER, 2002). Mais tarde, na década de



1940, essa praça sofreu uma série de ações de remodelação e embelezamentos: árvores que serviam como proteção aos comerciantes foram derrubadas, carretas e animais foram dali removidos e os antigos mercados foram transferidos para um novo edifício em área mais periférica, sob a alegação da necessidade de ampliação (PEIXER, 2002; PELUSO JR, 1991).

Deste modo, grupos populares que ali frequentavam foram afastados física e simbolicamente de seus territórios, o que evidencia uma natureza de origem também conflitiva, como observa Peixer (2002):

São ações desse estilo que foram reconfigurando os espaços sociais na cidade, que foram constituindo e redefinindo as diversas cidades presentes na cidade, através de medidas, muitas vezes autoritárias, que traziam no seu âmago a exclusão e a violência (física e simbólica) em relação aos grupos sociais mais pobres (PEIXER, 2002, p. 127).

Neste novo local, ainda na mesma década, foi construído o Novo Mercado Público de Lages. (Figura 4). Com projeto assinado por Henrique de Abreu Fialho e Wolfgang Ludwig Rau, o imponente edifício, em estilo Art Déco, buscava representar uma imagem de modernidade e romper a identidade provinciana da cidade, vindo a ser considerado como um marco da arquitetura moderna na própria região (ISHIDA et al., 2013; PEIXER, 2002).

Entre as décadas de 1960 e 1970, o edifício sofreu uma ampliação que praticamente dobrou o seu tamanho (FCL, 2014), o que pode evidenciar sua relativa vitalidade. Destaca-se que, neste período, o Mercado contou com mais de 150 mercadores e teve grande parte da população como frequentadora (FCL, 2014).



Porém, pouco a pouco, o equipamento foi sendo esvaziado, parte em decorrência da sua posição urbana pouco estratégica, longe dos percursos e deslocamentos comuns da população local (ISHIDA et al., 2013), parte em decorrência da estagnação econômica da cidade, causada pela queda da exploração madeireira, principal atividade comercial da região. Somado a isso, assim como discutido no caso do mercado de Belo Horizonte, o mercado de Lages também foi impactado pelo fenômeno do surgimento do comércio especializado e ascensão das redes mercadistas (FCL, 2014).

De espaço produtor de sociabilidade, o Mercado tornou-se apenas em um local de passagem e uso esporádico. Essa falta de vitalidade condicionou seu gradativo abandono, sendo fechado pela Defesa Civil Municipal, em 2009, por problemas estruturais. Algum tempo depois da sua desativação, obras de substituição das estruturas originais foram realizadas e instalou-se em edificação nova e contígua ao equipamento, o Banco de Alimentos do município (SANTOS, 2014). A despeito desse uso vizinho, o Mercado foi sendo vandalizado, tendo sua pintura desgastada, seus vidros quebrados e portas e paredes pichadas (Figura 5).

Diante desse estado de abandono, algumas mobilizações em defesas de sua reforma, reativação e inserção em um circuito cultural foram acionadas por movimentos ligados ao patrimônio (ISHIDA et al., 2013; MUNARIM et al., 2007; ALTHOFF, 2004) e por grupos que passaram a ver nisso uma oportunidade para investimentos. Essa mobilização, portanto, veio de grupos específicos, não sendo legitimada diretamente por antigos comerciantes e frequentadores, o que poderia intensificar disputas sobre o destino do edifício, como ocorreu no Mercado de Belo Horizonte.

### **O concurso**

Em resposta a isso, em 2012, a Prefeitura Municipal de Lages (PML) inseriu o Mercado Público no *Projeto de Modernização do Centro Urbano de Lages* (IDP, 2012), entendendo este edifício como uma âncora para esse projeto urbano. Observa-se que este projeto envolvia intervenções em outras praças e foi acionado por um desejo que espelha modelos europeus, envolvendo inclusive a participação de escritórios espanhóis.

Em 2014, em parceria com o Núcleo Catarinense do IAB, a PML lançou o *Concurso Nacional para o Projeto de Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages*. Para guiar os participantes, o seu termo de referência destaca o que seriam, então, “desejos” da sociedade: o resgate de sua história, tornando-se a preservação do patrimônio edificado um mecanismo para elevar a sua autoestima; a contemplação de “novos conceitos de urbanização” na cidade, como “espaços públicos de convívio”,

áreas verdes e de lazer e ruas de pedestres (FCL, 2014, n.p.). Essa argumentação, contudo, não resulta de consultada popular, o que permite levantar a hipótese de que o concurso lidava com valores-criados que, assim como em outros contextos, são usados para converter velhos edifícios em marcos de novas identidades urbanas.

Para que estes desejos se efetivassem, o edital do concurso determinava que os projetos submetidos deveriam reestabelecer o uso do mercado, preservando suas características como patrimônio, apesar do edifício não ser objeto de tombamento. O programa, por sua vez, previa a consolidação de um centro gastronômico e de prestação de serviços, dedicado à comercialização de produtos típicos da cidade, ou seja, um espaço de encontro e um ponto turístico (IAB/SC, 2014).

Sem consultas a antigos comerciantes e frequentadores, nem tão pouco a envolvidos na vigente cadeia produtiva de Lages, desde onde se destaca uma potente produção da agricultura familiar, o programa é apresentado como um dado *standart*. São propostos nove setores funcionais: serviços; produtos/bancas; praça de alimentação; espaço cultural; administração; apoio e logística; instalações sanitárias; área externa; e, estacionamento. Neste hall de funções, portanto, pouco há espaço para usos específicos da comunidade local, como observado do espaço de reciclagem do Mercado de Belo Horizonte, nem tão pouco espaços para usos efêmeros ou que, futuramente, poderiam vir a ser reclamados pela população.

Por esse conjunto de propostas, pode-se prospectar que o concurso atua como mais um artifício que produz e reproduz fenômenos de homogeneização e turistificação dos espaços públicos urbanos (LIPOVESTKY; SERROY, 2015; JACQUES, 2005; JEUDY, 2005), onde a gourmetização dos mercados tem representado uma eficiente estratégia (FREIRE, 2019; GUIMARÃES, 2019).

Para o julgamento das propostas enviadas ao concurso, foi previsto um único evento, apostando, portanto, em resultados únicos e consensuais. A proposta vencedora seria eleita por um júri técnico, composto por arquitetos e membros do Conselho Municipal, e um júri representativo, composto por representantes de associações industriais, comerciais e de ensino, e por moradores e de produtores, o que supostamente evidência alguma abertura para a participação popular.

Pela ampla divulgação em *websites* especializados e mídias em geral, o concurso recebeu 179 inscrições, vindas de dezoito estados brasileiros. Essas propostas foram submetidas ao corpo de jurados que, ao fim, foi composto predominantemente por arquitetos e engenheiros civis, mesmo quando integrantes do júri representativo. Merece atenção a presença do arquiteto português José Antônio Barbosa, que ministrou uma palestra na cidade dias antes da escolha do projeto.

Como projeto vencedor, foi eleito o de autoria dos arquitetos e urbanistas paulistas Henrique Zulian, Talita Broering, Vitor Zanatta e Vinicius Figueiredo. (Figura 6). De acordo com o júri, este atendia a “todas” as exigências técnicas e ambientais e respondia a uma “estética contemporânea” (DEMENECK, 2018, n.p.), o que pode evidenciar a ênfase nos aspectos estéticos, sem explicitar qualquer futuro potencial conflitivo de natureza ético-política.

### **Da proposta vencedora**

No memorial do projeto, um anexo ao antigo edifício, configurando um pátio central, é apresentado como uma solução que busca preservar a matriz compositiva da pré-existência. De fato, o novo volume, definido por uma grande cobertura, segue um gabarito harmonioso com relação ao mercado e se difere do mesmo nos materiais e técnicas construtivas, respeitando parâmetros compositivos de legibilidade impostos



Figura 6 – Projeto Vencedor do Concurso do Mercado de Lages. Fonte: Cortesia de Henrique Zúlian, 2014.

pelo edital.

Por outro lado, é proposto que esse novo conjunto se abra para a rua, buscando estabelecer relações permeáveis com a cidade, visto que, segundo os autores, permeabilidade e continuidade espacial seriam condições para garantir trocas qualitativas e permanências e, pretensamente (ou ingenuamente), uma forma de evitar problemas decorrentes do enfrentamento com o espaço urbano:

Entende-se aqui que, desde sua origem, o uso de um mercado necessita de permeabilidade e continuidade do espaço público para realizar de maneira qualitativa as suas trocas, eventos, funcionalidade e sociabilidade, além de proporcionar espacialidades dignas e que incentivem o usuário à longa permanência. **Do contrário, diversos problemas podem ser revelados e acentuados com o tempo. A solução encontrada foi um equilíbrio entre uso/não-enfrentamento urbano e valorização da edificação histórica** (BROERING; ZULIAN; ZANATTA; FIGUEIREDO, 2015, n.p – negrito dos autores).

Para tanto, é proposta a abertura de novos vãos para a rua, configurando uma espécie de largo-mercado, onde bares, lanchonetes, serviços e exposições, bem como boxes para feiras itinerantes, garantiriam o funcionamento do espaço em horários independentes do mercado.

No pátio central resultante, dedicado à permanência e à passagem dos usuários, estaria previsto um “espaço de imprevisibilidade”, onde alguma atenção à realidade local se resume a um muro de pedras remete a técnicas tradicionais locais:

Esse pátio aberto abriga o espaço da imprevisibilidade, do lazer, dos eventos, oficinas ao ar livre, do chimarrão, dos jogos, com um único destaque fixo para o Monumento à Coxilha Rica, representando por um muro em pedras dos antigos caminhos de tropas da região (BROERING;



ZANATTA FIGUEIREDO, 2015, n.p).

A resposta formal, portanto, corresponde a um gosto genérico global, moldado por referências midiáticas ou ainda por legislações patrimoniais que, como observa Jacques (2005), ao serem padronizadas e não adaptadas às realidades locais, condiciona respostas muito semelhantes em várias partes do mundo. (Figura 7). Por outro lado, programaticamente, não é impossível supor que o largo-mercado é uma estratégia que pode vir a consolidar ali um gueto de consumo e lazer dedicado especialmente a turistas, espetacularizando aquilo que pode ser tido como patrimônio ou o que poderá vir a ser desde essa ação e, em última instância, levando a processos de gentrificação (JACQUES, 2005).

#### **Conflitos por vir**

Apesar do resultado liberado no mesmo ano, só em 2018 foi aberta licitação para a sua obra, que não seguiu as definições projetuais desenhadas pelos arquitetos vencedores. O Mercado foi entregue à população em dezembro de 2021. No mesmo ano, foi aberta a licitação para a ocupação dos boxes que, dedicada a empresas, microempresas e microempreendedores individuais e cooperativas, não contemplava antigos comerciantes e pré-definia usos alheios à função primeira do mercado, como *petshops*, empório de vinhos finos e de altitude, chopes artesanais, restaurante, lanchonete, chocolaterias, dentre outros (PML, 2021). Somado a isso, passaram a ser propostos ali eventos gastronômicos e culturais, o que pode indicar a que público o espaço se direciona e os conflitos a serem desencadeados desse processo de construção de um comum.

#### **Considerações Finais**

Cruzando estes dois concursos, explicita-se que seus meios e fins são distintos. O concurso do Mercado de Belo Horizonte é deflagrado pelos conflitos e necessidades da própria comunidade e construído com a sua participação direta, desde a concepção

Figura 7 – Mercado Público de Lages revitalizado. Fonte: Prefeitura Municipal de Lages, 2021.

do edital à eleição das propostas. O concurso do Mercado de Lages, por sua vez, é uma iniciativa governamental deflagrada por argumentos pouco claros de necessidade de resgate da história da sua sociedade, ao mesmo tempo em que essa mesma sociedade não atua ativamente no processo de concurso.

Desde esses argumentos que anunciam os concursos e os modos como operam, os resultados alcançados também se distanciam. Em Belo Horizonte, o concurso se converte em meio e fim para negociações políticas, articulando, portanto, o estético, ético e político. Em Lages, o concurso se reduz a um artifício de espetacularização do patrimônio e de consolidação de uma nova imagem urbana, reduzindo, portanto, suas discussões à dimensão estética e ofuscando os conflitos éticos e políticos existentes e a emergir.

Organizados por uma mesma instituição, tais concursos podem revelar contradições de uma cultura em construção, em que o senso democrático a guiar seus meios e fins, por vezes, é tomado como uma construção, outras, como uma premissa. Há aqui uma necessária (re)significação do democrático nos concursos, quando a igualdade entre sujeitos se dá pela representação dos inaptos pelos aptos e quando a idealização de consensos obscurece conflitos e contradições entre sujeitos heterogêneos e ideias divergentes. Concursos e seus projetos não podem ser depreendidos de seu potencial danoso, já que trazem subjacentes modos de pensar-fazer cidades que nem sempre garantem a todos o direito à cidadania e, em instância última, à cidade.

Dar luz a isso é uma forma de evidenciar distintos níveis de comprometimentos estético-ético-políticos dos concursos, de seus promotores e organizadores. Dão pistas para a superação de dilemas a proposição de concursos por demandas efetivas da comunidade e não apenas como artifícios com fins políticos-outros. No mesmo sentido, pode-se elencar: a elaboração de editais que contemplem a participação popular na formulação de seus programas e na composição de seus corpos de jurados; o alargamento de cronogramas, envolvendo diversas etapas de discussão e a emergência de propostas como dados não-consensuais e não como simples vencedoras de um páreo; e por fim, o que não se explicita em nenhum dos casos, a participação dos envolvidos nas etapas pós-concurso, ou seja, na construção e gestão dos espaços propostos.

Isso, contudo, não resulta em fórmulas fáceis, visto que sempre precisam ser circunstanciadas e contextualizadas. Persiste, portanto, o questionamento: como concursos podem se converter em mecanismos que, para além de buscar resultados, sejam âmbitos para o próprio exercício da democracia? Como concursos poderão ressignificar seus sentidos, de forma a não produzir e reproduzir a cidade em suas desigualdades sociais?

## Referências

ALTHOFF, Fátima Regina. *Revitalização do Antigo Mercado Público de Lages: um novo lugar no centro de Lages*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina.

ANDRADE, Ulisses Morato de. Frutas, legumes, arquitetura e democracia! O caso do Mercado Distrital do Cruzeiro, Belo Horizonte – MG. *Projetos*, São Paulo: ano 11, n. 132.01, n.p, dez. 2011. Online. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.132/4165>. Acesso em: 01 set. 2021.

ARAÚJO, Maria de Sousa Lopes Borges de. *O Mercado como Gerador de Urbanidade*.

*Casos de estudo na cidade do Porto*. 2021. 331f. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura). Curso de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

ASENSIO, Ana. Concurso Racons Públics / Participación Ciudadana en Barcelona. *Plataforma Arquitectura*, 09 abr. 2013, n.p. Online. Disponível em: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-250145/concurso-racons-publics-participacion-ciudadana-en-barcelona>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ASSAEL, Daniela. Laboratorio para la ciudad. Transformación del Mercado de Montería en contexto con su Centro Histórico. *Plataforma Arquitectura*, 27 jan. 2015, n.p. Online. Disponível em: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/761086/laboratorio-para-la-ciudad-transformacion-del-mercado-de-monteria-en-contexto-con-su-centro-historico>. Acesso em: 08 jul. 2021.

BROERING, Talita; ZULIAN, Henrique; Zanatta, Vitor; FIGUEIREDO, Vinicius. Mercado Público de Lages. *Projetos*, São Paulo, ano 15, n. 169.05, n.p, jan. 2015. Online. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/15.169/5404?page=2>. Acesso em 15 jul. 2021.

CARRERO, Jesús Rojo. De Jurados y Arquitectos: Ideas sobre los Concursos. *Proyecto, Progreso, Arquitectura*, Sevilla: Universidad de Sevilla, n. 7, p. 26-37, nov. 2012. Online. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/51391619.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

CORDERO, Adrián Hernandez. Los mercados públicos: espacios urbanos en disputa. *Iztapalapa. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, Ciudad de México: v. 38, n. 83, p. 165-186, dez. 2017. Online. Disponível em: <https://revistaiztapalapa.izt.uam.mx/index.php/izt/article/view/40/54>. Acesso em: 01 set. 2021.

DEMENECK, Eduarda. *Reforma do Mercado Público em Lages: do abandono ao resgate da história*. NSC Total, Florianópolis, 18 mar. 2018. Online. Disponível em: <https://www.nscototal.com.br/colunistas/eduarda-demeneck/reforma-do-mercadopublico-de-lages-do-abandono-ao-resgate-da-historia>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FCL – Fundação Municipal de Cultura de Lages. *Aspectos Históricos do Mercado*. In: IAB-SC. *Termo de Referência Concurso Nacional de Arquitetura Projeto Executivo de Arquitetura para Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages/SC*. Site do IAB/SC, Lages, 2014. Online. Disponível em: <http://www.iab-sc.org.br/concursolages/index.php?p=regulamento.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Mercados públicos: de equipamentos de abastecimento de alimentos a espaços gastronômicos para o turismo. *Geografares*, Vitória, v. 25, p. 176-198, jan./jun. 2018. Online. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/17856>. Acesso em: 01 set. 2021.

GUIMARÃES, Pedro. Gentrificação comercial, os mercados municipais empurrados para o lazer e o entretenimento. *Magazine AGRI*, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 9-13. Online. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/334805713\\_Guimaraes\\_P\\_2019\\_Gentrificacao\\_comercial\\_os\\_mercados\\_municipais\\_empurrados\\_para\\_o\\_lazer\\_e\\_o\\_entretenimento\\_magazine\\_AGRI\\_5](https://www.researchgate.net/publication/334805713_Guimaraes_P_2019_Gentrificacao_comercial_os_mercados_municipais_empurrados_para_o_lazer_e_o_entretenimento_magazine_AGRI_5). Acesso em: 01 set. 2021.

HOLSTON, James. Espaços de Cidadania Insurgente. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 243-253, 1995. Online. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8869>.

Acesso em 28 set. 2021.

IAB/SC. *Termo de Referência Concurso Nacional de Arquitetura Projeto Executivo de Arquitetura para Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages/SC*. Site do IAB/SC, Lages, 2014. Online. Disponível em: <http://www.iabsc.org.br/concursolages/index.php?p=regulamento.html>. Acesso em: 06 jul. 2021.

ISHIDA, Americo; BORNHAUSEN, Eliana Z.; VARELA, Iáscara A.; TEIXEIRA, Luiz Eduardo F.; PEIXER, Zilma Isabel. *Memórias, ausências e presenças do Art Déco em Lages*. Florianópolis: UFSC, 2013.

JACQUES, Paola Berenstein. Do especular ao espetacular. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 04, n. 042.01, n.p, jun. 2005. Online. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.042/3156>. Acesso em: 21 abr. 2021.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOBIM, Luciana. IAB-MG apresenta os finalistas da premiação Viva o Mercado! *MDC revista de arquitetura e urbanismo*, Minas Gerais: agosto de 2011, n.p. Online. Disponível em: <https://mdc.arq.br/2011/08/27/iab-mg-apresenta-os-finalistas-da-premiacao-viva-o-mercado/>. Acesso em: 18 set. 2021.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MATOSO, Danilo. Contra a demolição do Mercado Distrital do Cruzeiro – BH. *MDC revista de arquitetura e urbanismo*. Minas Gerais: maio de 2011, n.p. Online. Disponível em: <https://mdc.arq.br/2011/05/09/contr-a-demolicao-do-mercado-distrital-do-cruzeiro-bh/>. Acesso em: 18 set. 2021.

MERCADO DO CRUZEIRO. *História do Mercado Distrital do Cruzeiro*. Belo Horizonte, n.d. Online. Disponível em: [http://mercadocruzeiro.blogspot.com/p/historia\\_15.html](http://mercadocruzeiro.blogspot.com/p/historia_15.html). Acesso em: 06 jun. 2022.

MUNARIM, Ulisses; LIMA, A. L, MORAIS, D. S.; GRAD, G. F. *Projeto de Revitalização do Mercado Público Municipal de Lages*. 2007.

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte. PMI nº 001/2018. *Procedimento de Manifestação de Interesse – Mercados Municipais*. Belo Horizonte, MG, 2018. Online. Disponível em: <https://pbhativos.com.br/pmi-mercados-municipais/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

PEIXER, Zilma Isabel. *A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages*. Lages: UNIPLAC, 2002.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1991.

PERSPECTIVAS. *A história do Mercado do Cruzeiro*. Site Perspectivas Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte, 2017. Online. Disponível em: <https://perspectivasbairrocruzeiro.wordpress.com/a-historia-do-mercado-do-cruzeiro/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

PERUCCI, Gustavo. *Cruzeiro é disputado para morar*. Estado de Minas Digital, Belo Horizonte, 12 dez. 2015. Lugar Certo. Online. Disponível em: [https://estadodeminas.lugarcerto.com.br/app/noticia/noticias/2015/12/12/interna\\_noticias,49063/cruzeiro-e-disputado-para-morar.shtml](https://estadodeminas.lugarcerto.com.br/app/noticia/noticias/2015/12/12/interna_noticias,49063/cruzeiro-e-disputado-para-morar.shtml). Acesso em: 04 jun. 2022.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES. Processo nº 17/2022. *Edital de Concorrência Pública nº 01/2022*. Lages, SC, 2022. Online. Disponível em: <https://licitacoes.lages.sc.gov.br/assets/licitacao/0749ce08bfdde18d2e536d334a774413.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

QUEIROZ, Ana Laura; DIAS, Roger. *Iniciativa privada vai gerir 2 mercados municipais e 2 feiras de BH*. Estado de Minas Digital, Belo Horizonte, 23 mar. 2022. Online. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/03/23/interna\\_gerais,1354844/iniciativa-privada-vai-gerir-2-mercados-municipais-e-2-feiras-de-bh.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/03/23/interna_gerais,1354844/iniciativa-privada-vai-gerir-2-mercados-municipais-e-2-feiras-de-bh.shtml). Acesso em: 07 jun. 2022.

RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental, 2005.

REDAÇÃO DO HOJE EM DIA. *Mercados Distritais e Feiras Cobertas de BH são privatizados*. Hoje em Dia Digital, Belo Horizonte, 21 mar. 2022. Online. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/minas/mercados-distritais-e-feiras-cobertas-de-bh-s-o-privatizados-1.890242>. Acesso em: 09 jun. 2022.

REDAÇÃO DO NDMAIS. *Revitalizado, Mercado Público de Lages volta a ser opção turística na Serra*. NDMAIS Digital, Florianópolis, 13 abr. 2022. Online. Disponível em: <https://ndmais.com.br/turismo/mercado-publico-de-lages-e-opcao-turistica-na-serra/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. *Parecer Técnico do Mercado Público Municipal de Lages – SC*. Fundação Catarinense de Cultura, Florianópolis, 17 jun. 2014. Online. Disponível em: [http://www.iab-sc.org.br/concursolages/download/termo-referencia-anexo-2-parecer-tecnico-035-14\\_40281252228290.pdf](http://www.iab-sc.org.br/concursolages/download/termo-referencia-anexo-2-parecer-tecnico-035-14_40281252228290.pdf). Acesso em: 08 jun. 2022.

SOBREIRA, Fabiano. O julgamento nos concursos de arquitetura. *Arquitextos*, São Paulo, ano 22, n. 253.04, n.p, jun. 2021, n.p. Online. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.253/8121>. Acesso em: 13 set. 2021.

SOUZA, Bárbara da Silva; SAMORA, Patrícia Rodrigues. As dimensões habitacional e ambiental nos concursos de projeto de urbanização de favelas. Estudo de seis casos selecionados. *Arquitextos*, São Paulo, ano 22, n. 254.06, n.p, jul. 2021. Online. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.254/8143>. Acesso em: 13 set. 2021.

SUZUKI, Eduardo H.; PADOVANO, Bruno Roberto; GUADANHIM, Sidnei Junior. A eficácia dos concursos nacionais de arquitetura e urbanismo no Brasil de 1984 a 2012. *Arquitextos*, São Paulo: ano 19, n. 217.00, n.p, jun. 2018. Online. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.217/7013>. Acesso em: 01 set. 2021.

SIQUEIRA, Humberto. *Concurso vai premiar melhor proposta para revitalização do Mercado do Cruzeiro*. Estado de Minas Digital, Belo Horizonte, 30 jun. 2011. Online. Disponível em: [https://estadodeminas.lugarcerto.com.br/app/noticia/noticias/2011/06/30/interna\\_noticias,44962/concurso-vai-premiar-melhor-proposta-para-revitalizacao-do-mercado-do-cruzeiro.shtml](https://estadodeminas.lugarcerto.com.br/app/noticia/noticias/2011/06/30/interna_noticias,44962/concurso-vai-premiar-melhor-proposta-para-revitalizacao-do-mercado-do-cruzeiro.shtml). Acesso em: 03 jun. 2022.

VIDIGAL, Luciane. *Mercado Distrital do Cruzeiro recebe propostas*. Estado de Minas Digital, Belo Horizonte, 01 jun. 2011. Online. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/06/01/interna\\_gerais,231205/mercado-distrital-do-cruzeiro-recebe-propostas.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/06/01/interna_gerais,231205/mercado-distrital-do-cruzeiro-recebe-propostas.shtml). Acesso em: 03 jun. 2022.

# ARQUITETURA PARA CUIDAR

## Uma abordagem sobre espaço, cuidado terapêutico e cidadania

ARCHITECTURE FOR CARE

*An approach to space, therapeutic care and citizenship*

**Fernanda Corrêa da Silva<sup>1</sup> e Cristhian Moreira Brum<sup>2</sup>**

### Resumo

No Brasil, são grandes os desafios para a implantação dos Cuidados Paliativos, como por exemplo, a necessidade de ampliação dessa temática na rede pública de saúde, especialmente na atenção de baixa e média complexidade. Ao falar-se em cidadania é necessário que essas questões sejam abordadas pois, receber o diagnóstico de uma doença que não possui cura ou que se encontra em estágio avançado é avassalador, fazendo necessário um novo modo de cuidar. O número de pessoas que necessitam dessa atenção é crescente, e será que o sistema de saúde, as legislações e os espaços estão prontos? Este artigo busca aprofundar os conhecimentos sobre a relação entre a arquitetura, cuidados paliativos e cidadania. Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica. Os resultados alcançados, revelam que mesmo os cuidados paliativos sendo um direito de cidadania, ainda possui falhas em sua estruturação no SUS, há pouco investimento e poucas legislações.

Palavras-chave: cuidados paliativos, arquitetura, saúde, cidadania.

### Abstract

*In Brazil, there are great challenges for the example of public health, the great importance of important care, such as this care of low and medium importance. When becoming a citizen, it is necessary to take care that the issues are addressed because, the diagnosis of a disease that does not cure or is in an advanced stage, a new way of being is necessary. Is the number of health people who will be able to attend care increasing, and is the health system prepared, as are the laws and spaces available? This article seeks to deepen knowledge about the relationship between architecture, palliative care and citizenship. For the development of the research, a literature review was carried out. Palliative results, investment structuring, even being a citizenship right, still has flaws in its SUS, there is little and little legislation.*

*Keywords: palliative care, architecture, health, citizenship.*

### Introdução

A atenção com o ser humano que se depara com o diagnóstico de uma doença está em estágio avançado e sem muitas chances de cura, precisa de um cuidado que vai além dos procedimentos médicos tradicionais. Nesse cenário, mostra-se necessário refletir a respeito de uma nova maneira de cuidar, o que se intitula de cuidados paliativos (CP). Conforme a definição dada pela Organização Mundial da Saúde em 2002, entende-se por “medicina ou cuidado paliativo” as medidas que visam proporcionar uma melhor condição de vida para pacientes e familiares que experienciam dificuldades relacionadas a uma doença teoricamente fatal. Esse cuidado ocorre por intermédio da prevenção e alívio de agravos, por meio da detecção precoce, avaliação correta e promoção do controle da dor, amenizando outros sintomas, suporte psicológico, espiritual e social que devem estar presentes desde o diagnóstico até o fim da vida.

A partir de cada crença e do que cada um considera verdadeiro, atribui-se diferentes definições e sentidos para a vida após a morte, mas uma coisa é unânime, ao deparar-se com o inevitável, torna-se importante buscar dignidade e segurança até o último minuto da vida do paciente. E para que isso seja alcançado é necessário um ambiente acolhedor e de apoio que ajude a minimizar a dor, aliviar a ansiedade, proporcionar distrações e momentos de lazer.

Um projeto dedicado a receber pessoas que se encontram em uma situação irreversível de saúde precisa priorizar o bem-estar de seus pacientes e proporcionar o máximo conforto deles. Este mesmo não se localizando dentro de um hospital precisa atender às exigências e requisitos de segurança hospitalar solicitados pela Anvisa<sup>3</sup>. Sendo assim o desafio desses projetos é produzir um ambiente eficiente, prático e humanizado e que atenda as normas e legislações específicas. A arquitetura deve ser utilizada como artifício que permita que esses pacientes tenham um conforto físico e psicológico e consigam obter os cuidados paliativos em seu estado terminal. Como consequência tem-se a promoção de um ambiente assertivo e tranquilizador tanto para eles, quanto para seus familiares, cuidadores e colaboradores, o problema é que muitas pessoas não possuem acesso ou conhecimento a respeito desse assunto.

A problemática relacionada aos cuidados paliativos tem como principais temas de discussão questões relacionadas à bioética, direito, justiça e saúde pública, a fim de enaltecer a dignidade humana dos pacientes, principalmente aqueles que se encontram em estágio muito avançado da doença (MENDES, 2017). No Brasil, muitas vezes, o acesso das pessoas que precisam desses cuidados especiais é desigual e injusto, e isso ocorre devido à falta de informação a respeito da temática ou pela falta de estruturas adequadas para que tal atendimento seja realizado.

De acordo com um levantamento realizado pela ANCP<sup>4</sup> no ano de 2019 sobre os serviços de Cuidado Paliativo disponíveis no país, no Brasil haviam 191 serviços destinados a receber pacientes em estado terminal, a região sul contava com 33 e em específico, o estado do Rio Grande do Sul com 13. Ainda de acordo com o levantamento citado anteriormente, o Brasil possuía 789 leitos no total, sendo 43 no Rio Grande do Sul. De acordo com informações obtidas no Mapeamento dos serviços de Cuidado Paliativo no Brasil realizado em 2018 pela ANCP, existiam apenas 8 *hospices* em todo o país.

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica de Pelotas. Especialização em Engenharia e Arquitetura Hospitalar pela Faculdade Unyleya.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestre em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

<sup>3</sup> Sigla para Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). É uma agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde.

<sup>4</sup> Sigla para Academia Nacional de Cuidados Paliativos. É a principal entidade de representação multiprofissional da prática paliativa no Brasil, cujo compromisso é com o desenvolvimento e reconhecimento desta prática como campo de conhecimento científico e área de atuação profissional. Disponível em: <https://paliativo.org.br/ancp/quem-somos>

Dessa maneira, pode-se perceber que se faz necessário espaços, nessa região, que acolham essas pessoas e proporcionem condições dignas para eles e seus familiares. A representação de uma doença grave, sem a perspectiva de uma recuperação ou cura, e o choque de precisar encarar a morte como uma possibilidade, está entre uma das grandes dificuldades do contexto saúde *versus* doença. Devido aos grandes avanços da medicina, o tratamento e sua cura são desejados pelos pacientes, familiares e sociedade em geral, e isso muitas vezes torna os cuidados paliativos uma intervenção não resolutive, que não resolve efetivamente o problema (MENDES, 2017). Por esse motivo, muitas vezes, esses cuidados deixam de receber a devida importância e passam a serem vistos somente como uma medida terapêutica alternativa que simplesmente revela como a vida é finita.

O Cuidado Paliativo é um direito humano e de saúde, declarado na Constituição Federal no Art. 1, Art. 6 e Art.196. Para que sejam garantidos é necessária uma harmonia entre questões externas ao sujeito, para que dessa forma haja uma efetiva construção de uma cidadania plena. Dessa forma, neste artigo o convidamos para aprofundar os conhecimentos sobre a relação entre a arquitetura, cuidados paliativos e a cidadania. O objetivo deste artigo é compreender a relação dessa tríade e ver como é a situação dos cuidados paliativos no Brasil. A pesquisa tem o caráter qualitativo, para seu desenvolvimento foi executado uma revisão bibliográfica com o objetivo de agregar embasamento teórico sobre o tema.

### Cuidados Paliativos

A Organização Mundial da Saúde (OMS) adotou um conceito ampliado sobre os cuidados paliativos em seus Programas Nacionais de Controle do Câncer – Políticas e Diretrizes de Gestão de maio de 2002, que é amplamente divulgado na literatura nacional e na documentação relativa ao tema.

Os cuidados paliativos são uma abordagem que melhora a qualidade de vida dos pacientes e seus familiares que enfrentam o problema associado à doença com risco de vida, por meio da prevenção e alívio do sofrimento por meio da identificação precoce e avaliação impecável e tratamento da dor e outros problemas, físicos, psicossociais e espiritual (OMS, 2002, p. 84).

Uma raiz da palavra paliativo é *palliare*. O termo significa “cobrir com um manto”, podendo ser interpretado como ato de proteger. Essa etimologia pode ser entendida também como a ação de cuidado, podendo não se limitar somente ao físico, sendo capaz abranger um significado mais amplo e simbólico. De acordo com Maciel et al. (2008) o ato de proteger uma pessoa é um meio de cuidar que visa aliviar a dor e o sofrimento em sua origem física, psicológica, social ou espiritual.

Esse conceito, ao ser interpretado, enfatiza a promoção de uma melhor condição aos pacientes e suas famílias que estão enfrentando doenças que ameaçam a vida. O foco está na prevenção e suavização do sofrimento por meio do diagnóstico precoce, tratamento da dor e problemas físicos, psicossociais, emocionais e espirituais. Existem alguns princípios que abrangem esse conceito, como, por exemplo, esclarecimento e entendimento que a vida e a morte são um processo natural, respeito e acolhimento da morte em seu momento certo, integração do cuidado físico, mental, espiritual e social e apoio aos familiares no momento do luto (OMS, 2002).

O conhecimento relativo ao cuidado é mencionado desde as civilizações antigas. De acordo com Loyola (2014), os *hospices* eram utilizados nas rotas de peregrinos da



Figura 1 - St. Christopher's Hospice. Fonte: <https://londonnewsonline.co.uk/hospice-reopens-shops-in-effort-to-plug-2m-funding-gap/>

Idade Média e aos poucos começaram a se tornar espaços de acolhimento de pessoas doentes. Segundo Ferris (2015) a nomenclatura só começou a ser utilizada de fato para designar um local para cuidar de pessoas em estado terminal em 1842, com a inauguração do Dames de Calvaire em Lyon, França pela Madame Jeanne Garnier. Hoje, entretanto, o termo não é mais apenas para se referir a um lugar, mas pode ser considerada uma filosofia que compreende os cuidados médicos, espirituais e psicológicos do doente terminal, como também, de seus familiares.

Na década de 1960, na Inglaterra, Cicely Saunders<sup>5</sup> criou uma filosofia mais moderna a respeito de cuidar, onde, no mesmo país, anos depois foi construído o primeiro *hospice*, o *St. Christopher's Hospice* (figura 1), com seus princípios. Para ela, o paciente que se encontra perto de falecer está além de alguém com uma situação que consegue ser controlada. Sendo assim, deveria ser oferecido a essa pessoa um conjunto de cuidados que reconhecesse e considere suas necessidades físicas, emocionais, sociais e espirituais. Muitas vezes esses indivíduos se acometem de um termo apresentado por Cicely conhecido como “dor total”, em outras palavras, a dor que não separa “corpo, alma e espírito” (ANCP, 2012).

Eu me importo pelo fato de você ser você, me importo até o último dia da sua vida e faremos tudo o que estiver ao nosso alcance, não somente para ajudar você a morrer em paz, mas também para você viver até o dia da sua morte (SAUNDERS, CM, 2004).

O movimento moderno *hospice* refere-se a iniciativa social onde focasse no atendimento e assistência de pacientes com doenças avançadas e incuráveis que se encontram em rápida propagação. Ele hospeda dois programas extensos, que seriam eles, os

<sup>5</sup> De acordo com a ANCP, Cicely Saunders nasceu em 22 de junho de 1918, na Inglaterra, é reconhecida como a fundadora do moderno movimento *hospice* e dedicou sua vida ao alívio do sofrimento humano. Ela graduou-se como enfermeira, depois como assistente social e como médica. Em 1967, ela fundou o St. Christopher's Hospice, o primeiro serviço a oferecer cuidado integral ao paciente, desde o controle de sintomas, alívio da dor e do sofrimento psicológico. Disponível em: <https://paliativo.org.br/cuidados-paliativos/historia-dos-cuidados-paliativos>.



cuidados paliativos e os cuidados *hospice*, este último sendo praticado em locais especificamente construídos para receber pacientes que não possuem perspectiva de cura de suas doenças (VERDERBER, REFUERZO, 2003; DU BOULAY, RANKIN, 2007).

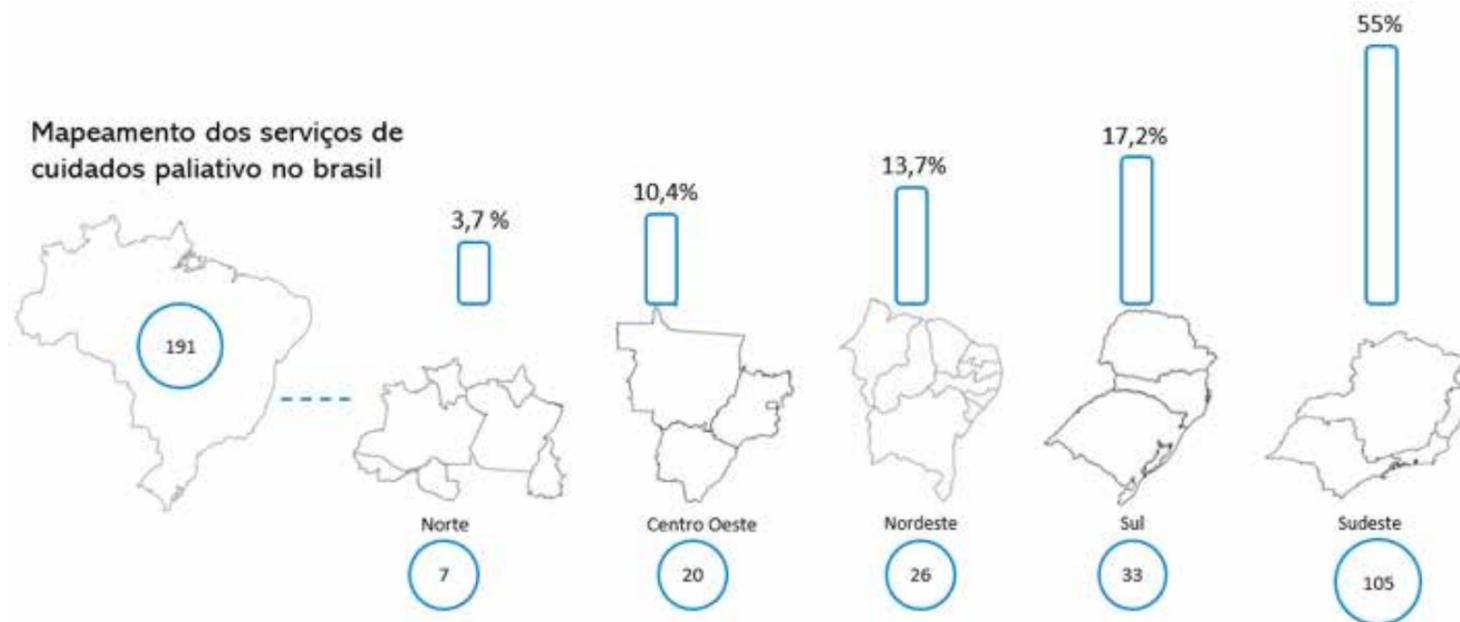
*Hospice* pode significar um lugar físico, como também, pode exprimir um conceito, como já explicado anteriormente. De acordo Manual de Cuidados Paliativos ANCP (2012) pacientes com doença progressiva, avançada e com expectativa de vida estimada de seis meses ou menos que são direcionados para receberem uma assistência no estilo *hospice*. O conceito (figura 2) diz respeito a cuidados de fim de vida, incluindo assistência durante todo o processo de falecer, e estende-se também ao acolhimento e atenção dos parentes enlutados, esse cuidado é conhecido como cuidados paliativos.

De acordo com Floriani (2009), no Brasil não se encontra registro oficiais a respeito de qual foi o primeiro *hospice*. Pelas fontes disponíveis, como a Resenha da Luta do Câncer no Brasil (2017), pode-se dizer que a primeira construção com tais particularidades foi criado em 1945 na cidade do Rio de Janeiro, no bairro da Penha. Nomeado como Asilo da Penha, fundado por Mário Kroeff, então diretor do Serviço Nacional de Câncer, o local teve um papel importante no auxílio a população mais carente que morria de câncer. O Asilo tinha a função de ajudar pacientes carentes com câncer avançado que não conseguiam encontrar uma vaga em hospitais gerais ou no Serviço Nacional de Câncer (FLORIANI, 2009).

Apesar da iniciativa isolada do Asilo da Penha, somente a partir na década de 1980 surgiram novas unidades ou centros paliativos no Brasil, sendo em sua maioria ligada ao tratamento de pacientes oncológicos e/ou a centros de tratamento de dores crônicas, os estados que iniciaram esses novos projetos foram o do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (FLORIANI, 2009). De acordo com a Análise Situacional e Recomendações da ANCP para Estruturação de Programas de Cuidados Paliativos no Brasil, em 2019 o país dispunha de 191 serviços de Cuidados Paliativos (figura 3). Enquanto em 2018 o país contava com 177 serviços.

Ainda de acordo com o levantamento realizado pela ANCP em 2019, a região sul toda contava com 33 serviços (figura 4), enquanto o Sudeste possuía 105. Ao realizar a

Mapeamento dos serviços de cuidados paliativo no Brasil



divisão desses serviços por estados, o Rio Grande do Sul apresentava 13 e possui 43 leitos dos 789 ofertados. Apesar da região Sul possuir uma quantidade menor de serviços de do que o Sudeste, ele dispõe de um maior número de atendimentos novos por mês.

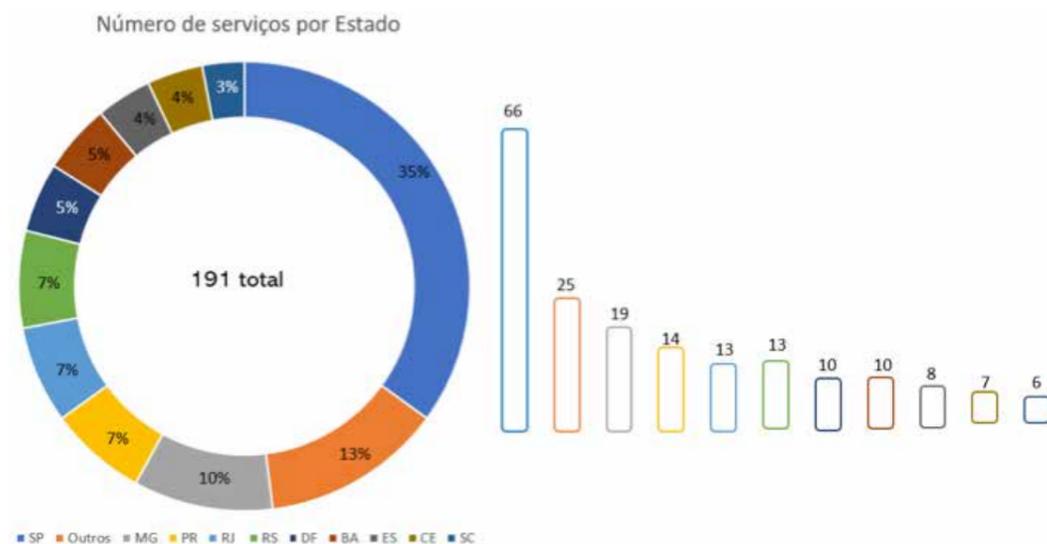
Apesar desse aumento do número de serviços ser promissor e trazer boas perspectivas, ainda é insuficiente para colocar o país no grupo de nações com melhor nível de cobertura em Cuidados Paliativos. Vale mencionar que as dificuldades resultantes da população estar envelhecendo, como também, o aumento das doenças degenerativas do sistema nervoso ou do sistema muscular são, um dos maiores motivos para que o movimento *hospice* ganhe mais evidência, tanto no mundo (DAVIES, 2004), como no Brasil.

Segundo a ANCP (2018), a OMS publicou o Atlas Global de Cuidados Paliativos em 2014, no qual divulgou os resultados de sua pesquisa sobre o desenvolvimento do paliativismo<sup>6</sup> em todo o mundo. De acordo com a pesquisa, o Brasil recebeu a classificação 3A, que caracteriza os países onde esses são prestados isoladamente. Nesse grupo o desenvolvimento desses conjuntos de práticas de assistência tem sido desigual e não é bem firmado, os financiamentos dependem fortemente de doações, a disponibilidade de morfina é limitada, e há poucos serviços em relação à população. As equipes de paliativistas podem ter um ótimo desempenho e se dedicarem ao máximo, porém não há verbas e financiamento e o sistema de saúde ainda está muito atrasado em integrar e apoiar esses grupos.

Para fins de ampliar o conhecimento segue abaixo quadro com as classificações, em esfera mundial, conforme o relatório "The Global Atlas of Palliative Care at the End of Life".

<sup>6</sup> De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), paliativismo ou cuidados paliativos são os cuidados de saúde ativos e integrais prestados à pessoa com doença grave, progressiva e que ameaça a continuidade de sua vida. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tratamento/cuidados-paliativos>

Figura 4 - Números de serviços de cuidado paliativo por estado no Brasil. Fonte: ANCP, 2019 adaptado por Fernanda Corrêa, 2022.



Quadro 1 - Países e suas características quanto ao que oferta em cuidados paliativos. Fonte: Relatório: "The Global Atlas of Palliative Care at the End of Life", 2014.

Grupo	Países	Características
1	Afganistão, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiana Francesa	Não a identificação de nenhum serviço de cuidados paliativos.
2	Argélia, Bolívia, Haíti, Honduras, Madagascar, Nicarágua	Há a existência de algumas iniciativas para fortalecer os serviços de cuidados paliativos, todavia sem de fato instituir estes serviços.
3A	Angola, Bulgária, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, Egito, Grécia	Quantidade de serviços oferecidos é menor do que a demanda da população.
3B	Argentina, Índia, Croácia, Portugal	Serviços de cuidados paliativos em crescimento, com campanhas de educação. Recebe números financiamentos que não vindos dos serviços de saúde.
4A	Chile, China, Dinamarca, Luxemburgo, África do Sul, Espanha, Uruguai, Zâmbia.	Forte atividade de cuidados paliativos com população e profissionais da saúde conscientizados. Diversas instituições e serviços disponíveis.
4B	Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Hong Kong, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Romênia, Suécia, Reino Unido, entre outros.	Fase avançada de inclusão com diversas instituições e serviços em cuidados paliativos. População e profissionais de saúde conscientes sobre a importância. Os cuidados paliativos possuem impacto na política de saúde pública.

Vários aspectos ocasionam na dificuldade de adoção dos cuidados paliativos no Brasil, entre eles estão a dimensão do país e a diversidade socioeconômica, como também, a formação de profissionais de saúde que por muitas vezes possuem resistência ao conceito de acolher a morte, a não inserção desse atendimento na atenção primária e a falta de medicamentos (PASTRANA et al., 2012; GOMES; OTHERO, 2016). Outros

desafios referentes a implementação desses cuidados é que seria necessário aumentar a demanda de centros especializados além de ser necessário um grande investimento na qualificação de profissionais.

Os cuidados paliativos no Brasil devem receber mais atenção, possuindo como perspectiva a criação de mais espaços destinados especialmente a oferecer um cuidado integral às pessoas menos assistidas, que possuem doenças graves e sem chance de cura. O resgate da medicina mais humana e até holística deveria ser priorizada pelos órgãos governamentais responsáveis pela assistência à saúde da população.

### Cidadania e o Direito a Saúde

Cidadania é um conjunto de direitos e deveres civis e políticos de um indivíduo na sociedade, que permite que cada pessoa tenha participação na vida política, pública e ainda possua a garantia de ter uma vida com dignidade. É necessário abordar a cidadania de uma forma multidisciplinar, não somente no âmbito político, é preciso compreendê-la nos aspectos físicos, psíquicos, cognitivos, ideológicos, para que dessa forma seja possível alcançar uma vida digna e saudável aos cidadãos e cidadãs (ARAÚJO, 2007). Sendo assim, no âmbito de proporcionar dignidade, o Estado deve se responsabilizar pelo direito de uma morte digna e de oferecer cuidados integrais até o final da vida do cidadão.

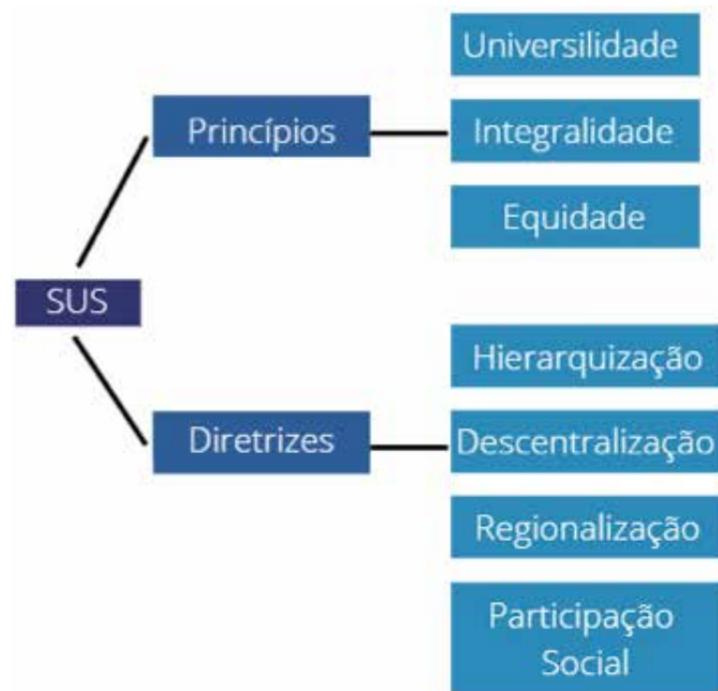
A cidadania pode ser considerada a expressão máxima do direito, e de acordo com Thomas Humphrey Marshall (1950) é possível dividi-la em três cidadanias, a política, civil e social. Na qual a primeira se tem a garantia de direitos relativos à participação política como votar, ser votado, organização em sindicatos e movimentos sociais. A segunda se refere à liberdade, seja de expressão ou credo. A terceira expressa a garantia de direitos ligados à dignidade da vida humana, como respeito aos direitos humanos, ao trabalho, à alimentação, à moradia, à saúde e à educação.

A saúde como um direito à cidadania está expressa na Constituição Brasileira de 1988, seção II, nos artigos 196, 197, 198 e 199 e é abordada na perspectiva política, econômica e social. Dessa forma, a saúde é um direito de todos e dever do estado, garantido mediante medidas políticas, sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1998).

Com a Constituição de 1988, o acesso à saúde passou a ser um direito social de todos. Em 1990 através da lei 8.080 foi instituído o Sistema Único de Saúde que proporciona saúde universal para todos os cidadãos do país (Brasil, 1990). O SUS é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, contemplando desde o simples atendimento através da Atenção primária até o transplante de órgãos. Com a finalidade de garantir o funcionamento e organização do sistema no país, existem princípios e diretrizes (figura 5) que constituem essas bases.

Mendes (2017) ao mencionar que a saúde é um direito de todos, aborda que o SUS desempenha um papel de civilização, onde necessita garantir igualdade, respeito e ainda o direito humano, em primeira e última instância, garantindo cidadania plena e dignidade inclusive no adoecimento do cidadão e possível morte. Desse modo, levar em consideração a dignidade de uma pessoa, significa respeitar e honrar seus desejos, preservando o cuidado pela vida, e se for o caso, também da morte.

No Brasil é um fato que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e



de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” visto que o mesmo está expresso na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Sendo assim, é necessário que o assunto saúde pública seja um tópico a ser tratado e que seja realizada uma estruturação de serviços e políticas públicas que amparem os cuidados que implicam na morte. Dessa forma, é preciso que haja formulação projetos que busquem contribuir com essa temática, incluindo a formação de profissionais que entendam e acolham a causa (RÊGO; PALÁCIOS, 2006).

Todo cidadão deve possuir a garantia de ter uma existência plena até o final, e que tenha sua vida respeitada tanto quanto a morte. Tem-se que os cuidados paliativos no sistema de saúde são um direito a todas as pessoas, sem haver diferenciação de raça, religião, gênero, orientação sexual ou classe social. Um avanço em relação aos cuidados paliativo foi sua inclusão na Rede de Atenção à Saúde (RAS) através da Resolução nº 41 de 31/10/18, se tornando a primeira lei na esfera federal. A lei aborda orientações para a sistematização dos cuidados paliativos na atenção integrada contínua Sistema Único de Saúde (SUS).

Na esfera do SUS, baseado na Resolução nº 41 de 31/10/18 Art. 2º, tem-se que os cuidados paliativos necessitam do apoio de equipes de várias áreas, além de que precisam promover uma qualidade de vida melhor e bem-estar dos pacientes e seus familiares perante a uma doença que ameaça a vida. Isso ocorre através da prevenção e alívio do sofrimento, detecção precoce, avaliação e tratamento para minimização da dor, além de outros sintomas físicos, sociais, psicológicos e espirituais. Pode se dizer, então, que os CP seriam um direito humano e que permitem que as pessoas vejam a morte como um processo que faz parte e é natural da vida. Mostrando, dessa forma, que não é necessário que ela seja apressada ou antecipada, e sim deve-se acolhe-la, dar apoio e suporte para o paciente e família.

Os cuidados paliativos passaram a estar vinculados ao discurso dos direitos humanos, bem como ao debate sobre a necessidade de reforma política mundial de drogas. Por um lado, nos últimos anos, coalizões de especialistas, a Organização Mundial da Saúde

(OMS) e organizações da sociedade civil que defendem o direito à saúde e os direitos levaram a questão dos cuidados paliativos a fóruns internacionais, destacando que os cuidados paliativos não apenas dignificam os pacientes em situação de sofrimento, mas deve ser reconhecido como um direito humano nos sistemas jurídicos internacionais (ARANA, 2016, p. 11).

Alguns estados do Brasil dispõem de leis estaduais e projetos que abordam o oferecimento de cuidados paliativos na saúde pública, como é o caso da lei 20.091/2019 assegura o direito de todos os pacientes do Paraná terem acesso ao Cuidados Paliativos. É importante destacar que toda legislação apresenta pontos positivos, mas também, algumas fraquezas e vulnerabilidades, bem como, desafios que precisam ser encarados e superados, porém, principalmente mostram de forma única a importância da implementação desses cuidados no SUS.

Observando a Classificação Internacional de Doenças (CID), em um estudo publicado em 2017 estima-se que 24% a 68% dos óbitos registrados no Brasil teriam necessidades de Cuidados Paliativos. De acordo com esse mesmo estudo, em 2014 foram registrados 1.227.039 óbitos no Brasil de pessoas que teriam a necessidade desses cuidados. Outro dado apresentado na pesquisa é que entre 294.489 a 834.387 pessoas por ano teriam necessidades de Cuidados Paliativos no país. Em seu relatório, a OMS destacou que os cuidados paliativos serão cada vez mais necessários, já que a população mundial está envelhecendo.

Em 2010 foi realizado pela *Economist Intelligence Unit* (EIU) uma pesquisa onde foi feita uma pesquisa a respeito do Índice de Qualidade de Morte (*Death Quality Index* 2010). A pesquisa analisou a disponibilidade, o custo e a qualidade dos tratamentos relativos aos cuidados paliativos. Em um ranking de 40 países o Brasil ficou em 38º. Ainda de acordo com as análises feitas, o país também ficou nas últimas posições no quesito disponibilidade de tratamentos, ocupando a 36ª posição. Ficou também nas últimas posições no ranking de conhecimento público sobre tratamentos disponíveis no fim da vida. Os dados apresentam também que em uma escala que mediu o nível de conhecimento de 1 a 5, o Brasil ficou no grupo 2. No estudo de 2015, feito pela mesma consultoria, o país ficou na posição 42 dos 80 países avaliados, apesar de haver uma melhora a situação se encontra muito longe do ideal.

O número de pessoas que necessitam e necessitarão de cuidados paliativos é crescente. Dessa maneira, faz-se necessário que haja uma atenção justificada a políticas públicas que dizem respeito ao direito à saúde e respeito a cidadania. É fundamental que exista organização desde o cuidado básico, conscientização da população, formação de profissionais e regulamentações, além de acomodações adequadas para que esses cuidados sejam realizados com dignidade.

### Arquitetura como instrumento de bem-estar

Em sua etimologia, o termo arquitetura é composto pela combinação dos termos gregos *arché* e *tektón* (MENEGETTI, 2003). A primeira refere-se à noção de início ou origem, já a segunda diz respeito à ideia de construção. De acordo com Meneghetti (2003) com essas definições pode-se entender que a arquitetura tem como ideia gerar algo em um determinado tempo e espaço, traduzindo-se em construir um ambiente com embasamento em conhecimentos iniciais. Deve-se entender que a arquitetura possui uma capacidade de sintetizar valores que dependem do ponto de vista pessoal e individual, que são relevantes para concepção de um espaço construído. De acordo com De Conti (2016) a arquitetura tem como objetivo materializar o *genius loci*,

produzindo um espaço construído que seja capaz de permitir que o homem idealize sua própria identidade.

A arquitetura pode atuar tanto como meio para proporcionar a cura quanto para o bem-estar. Pode funcionar como um espaço onde a propagação de doenças venha a ser minimizada ou como um lugar tranquilo de consolo, conexão ou autoconhecimento. As edificações do nosso cotidiano traçam de modo direto as vivências e experiência de seus usuários. Em circunstâncias emergenciais, por exemplo, a arquitetura funciona como local de abrigo e refúgio, já em situações de saúde fragilizada, pode atuar de forma a acolher o adoentado e sua família. À medida que os projetos começam a transparecer as necessidades principais de seus usuários, entender as funcionalidades que aquele espaço precisa e deixá-los mais humanizados, há um aumento no bem-estar mental, físico e espiritual.

Os ambientes de uma edificação cuja finalidade é cuidar de pessoas adoentadas, são pensados para criar uma relação humanizada entre seus usuários e o espaço que eles experienciam durante o processo de tratamento e no qual se encontram na maior parte do tempo. Quando se trata de humanizar um ambiente, é preciso entender o que é necessário para atender as necessidades e proporcionar conforto às pessoas que irão utilizar aquele espaço.

Vasconcelos (2004) abordar que, em sua visão, para humanizar um ambiente é preciso compreender o conceito de ser humano. Sendo assim, é necessário estar ciente de a pessoa que utilizará o espaço é um elemento-chave para decidir como esses ambientes devem ser construídos. Possuindo este conhecimento se torna possível criar espaços aptos a satisfazer as necessidades e expectativas do usuário. Em uma edificação que abrigará um *hospice*, por exemplo, precisa-se compreender que ao se conceber o projeto haja o entendimento das necessidades dos que irão frequentá-lo. É preciso que exista suporte para o enfermo, família e equipe, tenha espaços de lazer e interação, seja calmo e acolhedor, e tenha estrutura para suporte médico.

Todo projeto arquitetônico possui uma história, seja da origem, desenvolvimento, idealização ou propósito. Só há arquitetura pelas e para as pessoas, e quando está voltada para a saúde, ela tem como objetivo proporcionar uma melhor maneira das pessoas se relacionarem entre si e com os espaços. Sabe-se que um ambiente bonito, organizado e que possua estimulações positivas é muito importante para humanização, além de ser aliada em tratamentos de saúde. Quanto mais satisfeito e realizado estiver o paciente, maiores as condições de se garantir o bem-estar e conforto. Um profissional que se dedica nesse campo é o arquiteto americano Michael Murphy, que após seu pai passar por problemas de saúde, começou a repensar a arquitetura, um exemplo de projeto é o *GHESKIO Tuberculosis Hospital* (figura 6).

Quando meu pai me disse naquele dia que esta casa – nossa casa – havia salvado sua vida, o que eu não sabia era que ele estava se referindo a uma relação muito mais profunda entre a arquitetura e nós mesmos. Os edifícios não são simplesmente esculturas expressivas. Eles tornam visíveis nossas aspirações pessoais e coletivas como sociedade. A grande arquitetura pode nos dar esperança. A grande arquitetura pode curar (Fala do Michael Murphy durante palestra TED em 2016).

Pense em uma pessoa que se encontra em estágio avançado de uma doença, onde não há muitas perspectivas de cura, promover um estabelecimento próprio (como um *hospice* ou centros de cuidados paliativos) é fundamental. É necessário para que ela



possa expressar sua individualidade, ter contato direto com sua família, possa caminhar e ter acesso a espaços ao ar livre, possa ouvir sua música favorita, se relacionar com outras pessoas na mesma condição, isso é humanização. Uma estrutura física que possui a finalidade de acolher a doença e proporcionar melhores experiências até o fim da vida, permitindo que a pessoa tenha dignidade, sustenta a construção e conceito de cidadania.

### Triade: Cuidados Paliativos – Arquitetura – Cidadania

Pensar na temática dos cuidados paliativos significa que é necessário pensar em abordagens multidisciplinares e ações interdisciplinares na gestão do cuidado às pessoas que se encontram em circunstâncias especiais. É importante que haja o respeito à cidadania e consideração à subjetividade do paciente. Para que isso seja alcançado é primordial que se tenha espaços adequados para que esses cuidados sejam realizados, como também, debate em diversos âmbitos para que ocorra a disseminação do assunto. De acordo com Mendes (2017) os Cuidados Paliativos além de serem uma questão de direitos humanos, cidadania e saúde, também envolvem uma questão de olhar cuidadoso e atencioso, de respeito ao ser humano, de arte e ciência de cuidar.

No Brasil todos os cidadãos têm o direito de possuir uma vida digna, saudável e com qualidade, e isso está expresso em Constituição. A Constituição Federal de 1988 estabelece que o estado, no campo da saúde pública, precisa dispor de atenção integral ao cidadão (BRASIL, 1988). Sendo assim, é preciso que a qualidade de vida alcance as esferas da democracia, a igualdade, o respeito ecológico, por exemplo, para que assim se garanta a cidadania. Ou seja, a para ter cidadania há uma grande quantidade de variáveis que podem vir a interferir na qualidade da saúde de uma pessoa.

A partir de um conceito mais ampliado da cidadania, os CP necessitam de uma atenção interdisciplinar, na qual haja melhoria na qualidade de vida do paciente e de seus familiares, para que dessa forma, exista um avanço gradual para que se tenha igualdade e universalidade nos direitos à saúde e respeito a dignidade humana (SANTOS, 2010; OMS, 2002). Porém para que isso ocorra, é imprescindível que esse atendimento tenha uma abordagem quanto de forma macro quanto micro. Onde na macropolítica trata-se de medidas de regulação, articulação e organização da rede de atenção à saúde, como também o reconhecimento da saúde como direito. Enquanto na micropolítica dos cuidados paliativos, foca-se em ações para equipes multidisciplinares, estabelecimento

Fonte: <https://massdesigngroup.org/index.php/work/design/gheskio-tuberculosis-hospital>

da autonomia do paciente, democratização do acesso a esses cuidados (SANTOS, 2010; NUNES, 2009).

Com relação a permitir democratização ao acesso aos cuidados paliativos, conceder autonomia aos pacientes e prezar pela dignidade, deve-se pensar que ambientes específicos sejam necessários. De acordo com Frazão (2015) “A arquitetura paliativa tem o poder de redefinir o conceito de invalidez no ser humano”. Em uma sociedade atual, que ainda vê a morte como um tabu e algo inadequado, é compreensível que a morte seja difícil de ser entendida e aceita. Porém, espaços concebidos para acolher e dar suporte a essas pessoas é fundamental, até para que essa realidade seja mais aceita.

De acordo com Política Nacional de Humanização, tem-se a ambiência que se refere ao tratamento dado ao espaço físico, social, profissional e de relações interpessoais, diretamente envolvida com a assistência à saúde, devendo, portanto, proporcionar atenção acolhedora, resolutiva, digna e humana. Então, pode-se dizer que ambientes de cuidados paliativos, precisam contemplar essa ambiência, que em sua composição estão presentes elementos como: forma, cor, luz, cheiro, som, texturas (elementos de arquitetura) para que seus usuários se sintam bem e acolhidos. A arquitetura de espaços destinados ao CP é feita com compaixão, para proporcionar o alívio do sofrimento, estresse e desconforto do ser humano. E essa tipologia arquitetônica está começando a ser cada vez mais essencial na sociedade atual, necessitando desse modo, de incentivos para que sejam realizadas.

### Considerações

No Brasil, são grandes os desafios para a implantação dos Cuidados Paliativos e *Hospice*, pode-se incluir, por exemplo, a necessidade de ampliação da oferta de centros especializados e grandes investimentos em capacitação de profissionais. Além disso, a inclusão do Paliativismo na grade curricular dos estudantes torna-se fundamental para haver a disseminação do conceito e despertar mais interesse, chamando mais atenção para o assunto e conseqüentemente mais ações seriam tomadas. Como, por exemplo, a integração desses cuidados na rede de saúde, criação de construções dedicadas exclusivas a essa função, como também, mais projetos de leis e normas.

No país não há investimento, recursos ou normativas que amparem edifícios com essa temática. O ideal seria que houvessem espaços onde ocorresse uma atenção única e exclusiva para os cuidados paliativos. Porém há uma falta de perícia e de planejamento esses projetos arquitetônicos, ocasionando, dessa forma, a existência de poucos centros especializados.

É muito importante que haja incentivos para criação desses espaços, pois uma arquitetura diferente é necessária. *Hospices* não possuem a necessidade de seguir um padrão de hospital. Entretanto, é necessário que sejam criadas normas visto que ainda é um espaço que lida com a saúde humana, porém, permite a flexibilidade que uma edificação mais rígida não permitiria. Muitas vezes dentre dessas edificações de saúde mais inflexíveis há um afastamento de uma vida, muitas vezes os desejos do paciente não são respeitados. O ambiente é mais hostil, até por isso muitas vezes o adoentado prefere ir falecer em casa. Contudo, muitas famílias não se sentem preparadas para amparar eles, por isso, a importância dos *hospices* e centros de cuidados paliativos.

É indiscutível a importância de se realizar uma organização dos CP na rede pública de saúde, especialmente na atenção à saúde de baixa e média complexidade. Os cuidados paliativos apresentam uma abordagem sensível na saúde, onde há a valorização das pessoas e do seu sofrimento existencial, físico e emocional. Esses cuidados podem

ser considerados direitos humanos, visto que, certificam-se, de forma abrangente e otimista, que o sofrimento causado pela doença é capaz e necessita ser amenizado, mesmo frente aos aspectos negativos do adoecimento.

### Referências

Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCO). Atlas dos Cuidados Paliativos Brasil, 2019. Disponível em: <[https://api-wordpress.paliativo.org.br/wp-content/uploads/2020/05/ATLAS\\_2019\\_final\\_compressed.pdf](https://api-wordpress.paliativo.org.br/wp-content/uploads/2020/05/ATLAS_2019_final_compressed.pdf)>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP). Análise Situacional e Recomendações da ANCP para Estruturação de Programas de Cuidados Paliativos no Brasil, 2018. Disponível em: <[https://paliativo.org.br/wp-content/uploads/2018/12/ANALISE-SITUACIONAL\\_ANCP-18122018.pdf](https://paliativo.org.br/wp-content/uploads/2018/12/ANALISE-SITUACIONAL_ANCP-18122018.pdf)>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

ANCP. Academia Nacional de Cuidados Paliativos. Manual de Cuidados Paliativos ANCP Ampliado e atualizado. 2. ed. São Paulo: ANCP, 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual-de-cuidados-paliativos-ANCP.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

ANCP. Panorama dos Cuidados Paliativos no Brasil Academia Nacional de Cuidados Paliativos. Disponível em: <<https://paliativo.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Panorama-dos-Cuidados-Paliativos-no-Brasil-2018.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

ARANA, Isabel Pereira; ALBERDI, Beatriz Saura. *Cuidados paliativos: abordaje de la atención en salud desde un enfoque de derechos humanos*. De justicia, 2016. Disponível em: <<http://fileservidor.idpc.net/library/Informe-dejusticia-cuidados-paliativos.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. *Comunicação e saúde*. Editora Fiocruz, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm)>. Acesso em: 25 de maio 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resenha da luta contra o câncer no Brasil: documentário do Serviço Nacional de Câncer. Brasília: Ministério da Saúde. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Humanização (PNH)*.

BRASIL. *Resenha na luta contra o câncer no Brasil: documentário do Serviço Nacional de Câncer/Ministério da Saúde*. 2007.

DAVIES, Elisabeth. *What are the palliative care needs of older people and how might they be met?* Copenhagen: WHO Regional Office for Europe. 2004.

DE CONTI LORENTZ, Rafael. A arquitetura como ferramenta de construção da cidadania. *Uma Nova Pedagogia para a Sociedade Futura*, p. 99-110, 2016.

DU BOULAY, Shirley.; RANKIN, Marianne. *Cicely Saunders: the founder of the modern hospice movement*. London: SPCK. 2007.

FERRIS, FRANK D. *Vamos falar de cuidados paliativos?* SBGG, 2015.

FLORIANI, Ciro Augusto. *Moderno movimento hospice: fundamentos, crenças e contradições na busca da boa morte*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências na Área da Saúde Pública) – Ministério da Saúde, FIOCRUZ/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

FRAZÃO, Clara Montalvão de Santos et al. *Importância e influência da arquitetura sobre o bem-estar do ser humano*. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa. Faculdade de Arquitetura.

GOMES ALZ, OTHERO MB. *Cuidados paliativos*. *Estud. Av*, 2016; 30(88):155-166.

LOYOLA, C. M. D. *Cuidado Continuado*. In: *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2 ed., rev., amp; 2014. p. 959-977.

MACIEL, Maria Goretti Sales. Definições e princípios. *Cuidado paliativo*, v. 15, 2008. Manual de Cuidados Paliativos. São Paulo: Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP), 2019.

MARSHALL, Thomas H. *Citizenship and social class*. New York, NY: Cambridge, 1950.

MENDES, Ernani Costa et al. *Cuidados paliativos e câncer: uma questão de direitos humanos, saúde e cidadania*. 2017. Tese de Doutorado.

MENEGHETTI, A. *OntoArte: o In Si da arte*. Florianópolis: Ontopsicologica Editrice, 2003, p. 255.

NUNES, João Arriscado. Saúde, direito à saúde e justiça sanitária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 87, p. 143-169, 2009.

OMS. National cancer control programmes: policies and managerial guidelines. Genève: OMS, 2012.

PASTRANA, T. et al. (2012). *Atlas de Cuidados Paliativos de Latinoamérica ALCP*. Disponível em: <<https://cuidadospaliativos.org/uploads/2014/1/Atlas%20Portugues.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

REGO, Sergio; PALÁCIOS, Marisa. A finitude humana e a saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, p. 1755-1760, 2006.

Resolução nº 41 de 31/10/18 - BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Comissão Intergestores Tripartite. Resolução nº 41, de 31 de outubro de 2018. Dispõe sobre as diretrizes para a organização dos cuidados paliativos, à luz dos cuidados continuados integrados, no âmbito Sistema Único de Saúde (SUS).

SANTOS, Lenir. Direito à saúde e Sistema Único de Saúde: conceito e atribuições. *Direito da saúde no Brasil*. Campinas: Editora Saberes, 2010.

SAUNDERS, CM. Oxford Textbook of Palliative Medicine. Nova York: Oxford University Press, 2004. 3ª ed.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *The 2015 quality of death index. Ranking palliative care around the world*. London, 2015. 68p. Disponível em: <<https://www.lienfoundation.org/sites/default/files/2015%20Quality%20of%20Death%20Report.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *The quality of death. Ranking end-of-life care across the world*. London, 2010. 38p. Disponível em: <[http://www.lienfoundation.org/sites/default/files/qod\\_index\\_2.pdf](http://www.lienfoundation.org/sites/default/files/qod_index_2.pdf)>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

VASCONCELOS, Renata Thaís Bomm et al. *Humanização de ambientes hospitalares: características arquitetônicas responsáveis pela integração interior/exterior*. 2004.

# USOS E APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS NAS CIDADES DE TRÊS DE MAIO, RIO GRANDE DO SUL, E RIVERA, URUGUAI

USES AND APPROPRIATION OF PUBLIC SPACES IN THE CITIES OF TRÊS DE MAIO, RIO GRANDE DO SUL, AND RIVERA, URUGUAY

Ana Paula Soares Müller<sup>1</sup>, Kayan Freitas de Araújo<sup>2</sup>,  
Andrea Larruscahim Hamilton Ilha<sup>3</sup> e Tatiane Vanessa Zamin<sup>4</sup>

## Resumo

Este trabalho é uma extensão do resumo apresentado ao Congresso Internacional de Cidadania, Espaço Público e Território (3º CIECIT) e resultado da pesquisa desenvolvida na disciplina “Paisagem Social, Habitação e Conflitos Urbanos”, vinculada ao Programa Pós-graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria (PPGAUP/UFSM). O escopo da disciplina aborda os conflitos urbanos cotidianos, processos de transformação nas cidades brasileiras e habitação. Diante disso, este artigo propõe investigar os usos e apropriações em espaços públicos nas cidades de Três de Maio, Rio Grande do Sul, e Rivera, Uruguai, considerando as limitações provocadas pela pandemia de COVID-19. A metodologia de pesquisa consiste em observações periódicas sobre os espaços públicos a partir da definição de estudos de caso, buscando compreender as formas de apropriação e uso como indicador sobre o desempenho de cada espaço no estímulo às relações sociais e com o ambiente construído.

Palavras-chave: espaço público, apropriação, uso, cidade.

## Abstract

*This work is an extension of the abstract presented at the International Congress of Citizenship, Public Space and Territory (3rd CIECIT) and the result of the research developed in the discipline “Social Landscape, Housing and Urban Conflicts”, linked to the Postgraduate Program in Architecture, Urbanism and Landscaping at the Federal University of Santa Maria (PPGAUP/UFSM). The scope of the discipline addresses everyday urban conflicts, transformation processes in Brazilian cities and housing. Therefore, this article proposes to investigate uses and appropriations in public spaces in the cities of Três de Maio, Rio Grande do Sul, and Rivera, Uruguay, considering the limitations caused by the COVID-19 pandemic. The research methodology consists of periodic observations on public space from the definition of case studies, aiming to understand forms of appropriation and use as an indicator of the performance of each space in stimulating social relations and with the built environment.*

1 Engenheira Civil, mestranda no curso de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria (PPGAUP/UFSM) e colaboradora no grupo de pesquisa PARQUI/UFSM.

2 Arquiteto e urbanista, mestrando no curso de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria (PPGAUP/UFSM) e colaborador nos grupos de pesquisa QUAPÁ-SEL (FAUUSP) e PARQUI/UFSM.

3 Arquiteta e urbanista, mestranda no curso de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria (PPGAUP/UFSM).

4 Arquiteta e urbanista, mestranda no curso de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria (PPGAUP/UFSM).

Keywords: public space, appropriation, use, city.

## Introdução

Este artigo expande as discussões sobre os usos e apropriações investigados em espaços públicos nas cidades de Três de Maio, no estado do Rio Grande do Sul (BR), e na cidade fronteiriça de Rivera, Uruguai. À luz disso, procura-se comparar a dinâmica urbana entre espaços públicos de lazer e convívio e espaços públicos que assumem a função de lazer e convívio na cidade, mas que não foram projetados para esse uso. A pertinência em selecionar espaços com tal função é em razão da observação sobre a intensificação do uso desses espaços no período de pandemia de COVID-19. De acordo com Silva (2009, p. 28), entende-se que “a função de um espaço público implica no papel cotidiano que tende a desempenhar”. Pode-se dizer que não existe uma função fixa, pois é alterada de acordo com o próprio compasso social, dependendo das necessidades dos usuários.

Os espaços públicos, definidos como “bens de propriedade pública, com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação”, são fundamentais no cotidiano das pessoas, conectando os diferentes locais da cidade e sediando as diversas atividades da esfera pública urbana (QUEIROGA, 2011, p. 28). Nesse sentido, estudá-los nesta pesquisa pode contribuir na compreensão sobre as dinâmicas urbanas e, a partir disso, é possível delinear propostas em urbanismo e paisagismo coesas ao contexto local, de forma a proporcionar maior qualidade ao ambiente urbano e melhorar a relação dos usuários com o espaço público.

Conforme Gonçalves (2020, p. 101), os espaços públicos “são os espaços que criam as condições, que permitem e condicionam os *habitus* da sociedade e, ao mesmo tempo, são transformados, diariamente, pelas ações que neles ocorrem”. Mendonça (2007) afirma que a apropriação do espaço público se relaciona diretamente à cidadania, à garantia de uso com qualidade do espaço público pela população. Nesse âmbito, é evidente que analisar os usos e apropriações nesses locais é relevante para compreender os desdobramentos cotidianos que os integram, percebendo quais elementos são responsáveis por atrair as pessoas a estes locais e promover diferentes modos de uso e apropriação.

Desse modo, considerando o uso e apropriação dos espaços públicos pelas pessoas e os fatores que influenciam essas questões no contexto urbano, este trabalho tem como objetivo analisar os diferentes usos e apropriações observados em espaços públicos distintos em duas cidades de porte diferente: a cidade de Três de Maio, no Rio Grande do Sul, Brasil; e a cidade de Rivera, no Uruguai, na divisa com o estado do Rio Grande do Sul. Assim, este estudo reflete quanto às características que tornam os espaços analisados mais ou menos atrativos aos usuários. Silva (2009) coloca que a atratividade ou potencial de atração é um elemento-chave quando se aborda a apropriação de espaços públicos.

Atratores podem ser elementos existentes em um espaço que motivem determinados deslocamentos. O poder de atração e o deslocamento realizado para chegar ao destino aumentam conforme a riqueza e singularidade do que é ofertado no espaço (SILVA, 2009, p. 31).

Caracterizados como elementos fundamentais no cotidiano das cidades, os espaços públicos urbanos, segundo Mendonça (2007), são representados tanto por ruas, praças e parques quanto pelos demais espaços livres de uso comum da população, que proporcionam oportunidades de lazer, deslocamento e convivência e possibilitam o

exercício da cidadania. Segundo Sobarzo (2006, p. 94), os espaços públicos integram, em diferentes níveis e contextos, a diversidade sociocultural presente nas cidades, propiciando “encontros impessoais e anônimos e de co-presença dos diferentes grupos sociais”.

Conforme a obra de Gehl (2011), entre as atividades desenvolvidas nos espaços públicos estão atividades necessárias, nas quais o indivíduo precisa participar — como ir ao trabalho, à escola, fazer compras ou buscar correspondências — e atividades opcionais, realizadas apenas quando desejadas, em horários e dias que sejam convenientes ao indivíduo — como atividades de lazer e recreação. Por não serem obrigatórias, as atividades opcionais são, de acordo com o autor, as mais dependentes da qualidade do espaço e da infraestrutura disponível no local.

Os usos e apropriações destes espaços públicos pelas pessoas são caracterizados, entre outros elementos, pelo contexto sociocultural da região, pelas demandas individuais da população local, pelos aspectos climáticos e ambientais, pela qualidade do espaço e de seus arredores, pelas condições de segurança e acessibilidade oferecidas no local (QUEIROGA, 2011). Como evidencia a Lynch (1960), as pessoas se adaptam aos espaços disponíveis, utilizando-os e apropriando-se deles conforme possível de acordo com as características e elementos existentes.

Porém, nem sempre a denominação “públicos” destes espaços é vivenciada na prática uma vez que a qualidade, acessibilidade e disponibilidade dos mesmos nas cidades varia de uma região à outra (FERREIRA, 2012). Além disso, conforme Gehl (2011), um espaço público pode tanto atrair quanto repelir seus possíveis usuários. Para o autor, algumas das características que tornam um espaço público atraente são: apresentar delimitações acessíveis e convidativas, estando integrado à cidade e às atividades cotidianas dos indivíduos; permitir a visualização do seu interior à quem está nas proximidades; conectar-se bem a cidade, com rotas curtas e acessíveis a partir de espaços privados; oferecer oportunidades de contato com outras pessoas e de satisfação de necessidades psicológicas.

Desse modo, a estrutura deste artigo consiste na apresentação da metodologia de pesquisa para alcance do objetivo geral – investigar os usos e apropriações em espaços públicos nas cidades de Três de Maio e Rivera. Para esta investigação, parte-se do contexto da pesquisa e dos estudos de caso, buscando resultados que se proponham a promover discussões sobre desempenho do espaço público no estímulo às relações sociais e com o ambiente construído associado à atratividade dos locais.

### Procedimentos metodológicos

A pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa explorada a partir da compreensão dos usos e apropriações de espaços públicos em dois contextos: a cidade de Três de Maio e Rivera. Isto posto, foram selecionados estudos de caso para aprofundamento da pesquisa considerando a proximidade dos espaços públicos com a residência dos autores no momento em questão. Tal seleção dos locais de estudo busca atender às limitações provocadas pela pandemia de COVID-19, que impediu a realização de uma investigação mais abrangente devido às diretrizes sanitárias para prevenção ao vírus vigente no Brasil e no Uruguai.

Primeiramente, apresenta-se o contexto das duas cidades escolhidas para o estudo — Rivera, no Uruguai, localizada na divisa com o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, e Três de Maio, no Rio Grande do Sul, Brasil — assim como as características dos espaços públicos selecionados para a observação em cada uma das cidades.



Na cidade de Três de Maio observou-se três espaços públicos diferentes. O primeiro espaço estudado foi a Praça Municipal localizada na Avenida Uruguai, que passou por uma revitalização no ano de 2019, projetada com mobiliários urbanos e infraestrutura destinados para uso de toda a população. O segundo espaço escolhido foi Praça da Igreja Matriz Católica, localizada também na Avenida Uruguai, que conta com um amplo espaço público e que também é utilizado para lazer da população. O terceiro espaço analisado é um trecho da Avenida Uruguai, que apesar de não possuir espaços recuados ou infraestruturas voltadas para o lazer, também é comumente utilizado para este fim.

Na cidade de Rivera foram realizadas observações em dois espaços públicos de características diferentes. O primeiro espaço analisado foi a estrada Hector Gutierrez Ruiz que conecta a cidade ao aeroporto local e que, apesar de não possuir equipamentos ou infraestrutura voltadas para o lazer da população, costuma ser utilizada para este fim. O segundo espaço estudado foi a Praça Artigas, na região central da cidade, projetada com equipamentos e infraestrutura pensados para o lazer e a convivência de seus usuários.

As observações sobre o espaço público são orientadas a partir da obra de Gehl e Svarre (2018) intitulada “A vida na cidade: como estudar”. A obra contribuiu na formulação de um roteiro de observação que possibilitasse compreender a dinâmica local de forma mais abrangente, mas também adaptado ao contexto pandêmico<sup>5</sup> vivenciado no momento da pesquisa. Com base nisso, as observações foram realizadas em dias diferentes — um dia útil e um dia de final de semana — e foi definido um horário aproximado no qual o movimento de pessoas por esses espaços é habitualmente maior — em torno das 16h. Também, foram escolhidos dias com características climáticas semelhantes para as observações, evitando que os usos e apropriações fossem influenciados pelas condições de clima e temperatura. São apresentadas fotografias de cada espaço analisado, ilustrando as observações realizadas.

Para analisar os espaços quanto aos diferentes usos e formas de apropriação, foram consideradas quatro características que tornam um espaço atrativo, conforme definições de Gehl (2011): delimitações acessíveis e convidativas, que facilitam a movimentação livre de pessoas entre espaços público e privado; visualização do interior do espaço para quem se encontra no entorno; conexões curtas e de qualidade com a

<sup>5</sup> Em decorrência da pandemia de COVID-19 as observações foram realizadas com o uso de máscara individual de proteção, conforme recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Pelo mesmo motivo, foi preferido restringir a metodologia do trabalho às observações, sem incluir entrevistas ou outro método de pesquisa complementar que promovesse a interação com a população, de forma a garantir a segurança de todos.

Figura 1 – Localização da cidade de Três de Maio/RS e Rivera, Uruguai. Fonte: Adaptado a partir da base de dados do Google Earth (2021).



cidade, facilitando acesso e deslocamento de pessoas; oportunidades de contato e de satisfação de necessidades psicológicas, como relaxar e se distrair.

### Contexto de pesquisa

Nesta seção são apresentados os contextos de pesquisa — as cidades de Três de Maio e Rivera (Figura 1) — de forma breve para compreender aspectos gerais que podem ser pertinentes à apropriação de espaços públicos pelos usuários das duas regiões.

Três de Maio surgiu da fusão dos seguintes distritos: Três de Maio, que até então pertencia a Santa Rosa, Ivagaci que pertencia a Três Passos e São José do Inhacorá e Independência que pertenciam ao município de Santo Ângelo (SAWITZKI et al., 1984). A cidade de Três de Maio conta com uma área de aproximadamente 422.198 km<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e dois mil e cento e noventa e oito quilômetros quadrados), incluindo os distritos do município: Manchinha, Quaraim, Progresso, Consolata e Barrinha (TRÊS DE MAIO, 2014).

A cidade dispõe de uma população de 23.726 habitantes, segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). Segundo a Prefeitura Municipal de Três de Maio (TRÊS DE MAIO, 2014), a cidade está situada no mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul, com distância de 480 km (quatrocentos e oitenta quilômetros) da capital do Estado, Porto Alegre.

De acordo com dados levantados pelo Observatorio Territorio Uruguay (2022)<sup>6</sup>, a cidade de Rivera está localizada na fronteira norte do Uruguai, junto a cidade de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul. Segundo o Censo de 2011 e informações divulgadas pela Intendência Municipal, Rivera possui uma área total de 9.370 km<sup>2</sup> (nove mil e trezentos e setenta quilômetros quadrados) e uma população total de 103.473 habitantes, sendo que 95.920 destes habitantes vivem na área urbana – cerca de 92,70% da população. A cidade apresenta praças e parques em sua área central urbana, existindo ainda praças em diversos bairros, que em sua maioria são bem equipadas e mantidas pelo poder público.

<sup>6</sup> Os dados coletados foram extraídos pelo Observatorio Territorio Uruguay do Inquérito Familiar Contínuo, Censo 2011, Ministério da Saúde Pública, Unidade Nacional de Segurança Rodoviária, Ministério do Interior e Prestação de Contas enviados ao Tribunal de Contas dos Governos Departamentais.



### Resultados e discussões

Nesta seção são apresentados os resultados das observações e a análise sobre os espaços públicos a partir do material coletado. Assim, cada cidade é abordada separadamente e o produto das análises é avaliado em conjunto.

#### *Três de Maio, Rio Grande do Sul*

As observações nos três espaços públicos escolhidos da cidade de Três de Maio foram realizadas nos dias 21 e 24 de julho de 2021. No dia 21 de julho, quarta-feira, a observação aconteceu em torno das 16:00 horas (horário de Brasília); a temperatura era de 20°C, com céu sem nuvens e ensolarado. No dia 24 de julho, sábado, também em torno das 16:00 horas (horário de Brasília); a temperatura era de 24°C, com céu também ensolarado.

O primeiro espaço escolhido para a observação foi a Praça Henrique Becker Filho, situada na Avenida Uruguai ao leste e na Rua Minas Gerais ao norte (Figura 2). A Praça passou por uma revitalização no ano de 2019, com projeto desenvolvido pela Secretaria de Planejamento do município, na qual foram instalados novos mobiliários, pergolados, playground, iluminação e academia ao ar livre. Ainda, a cidade de Três de Maio possui uma área total de aproximadamente 3.978 m<sup>2</sup> (três mil e novecentos e setenta e oito metros quadrados).

A Figura 3 apresenta as fotografias do dia 21 de julho de 2021. Pode-se observar a prevalência de pessoas utilizando o local para circulação, sendo que poucos estavam ali para lazer.

A Figura 4 apresenta as fotografias do dia 24 de julho de 2021. Observa-se que alguns usuários estavam utilizando a Praça Henrique Becker Filho para o lazer e convivência entre amigos e familiares.

Considerando as duas observações, pode-se constatar que no dia 21 de julho havia um menor número de usuários na praça em comparação ao dia 24 de julho. No dia 21, observou-se prevalência de pessoas utilizando o local para circulação, sendo que poucos estavam ali para lazer. Havia mulheres sentadas nos bancos disponíveis da praça, realizando atividades como utilizar o celular ou ler um livro. No período de coleta das fotografias, não havia nenhuma criança utilizando os brinquedos ou a quadra aberta de esportes, assim como nenhum usuário na academia ao ar livre. Já no dia 24, pode-se observar um aumento de usuários que utilizavam o espaço para lazer, com seus

Figura 4 – Registro da praça Henrique Becker no dia 24 de julho. Fonte: acervo dos autores (2021). Figura 5 – Localização da Praça da Igreja Matriz Católica na cidade de Três de Maio/RS. Fonte: Adaptado a partir da base de dados do Google Earth (2021).



familiares e/ou amigos sentados nos bancos disponíveis na praça ou em suas próprias cadeiras. Havia crianças utilizando o playground, alguns adolescentes utilizando a quadra aberta de esportes e alguns usuários utilizando a academia ao ar livre.

O segundo espaço analisado foi a Praça da Igreja Matriz Católica, situada na Avenida Uruguai, esquina com a Avenida Avaí, na cidade de Três de Maio (Figura 5) com área total do lote de aproximadamente 6.400 m<sup>2</sup> (seis mil e quatrocentos metros quadrados).

A Figura 6 apresenta as fotografias do dia 21 de julho de 2021. Foi possível perceber que poucas pessoas utilizavam a Praça da Igreja Matriz Católica para lazer no horário da observação, a maioria utilizava como trajeto na circulação para outro local da cidade.

A Figura 7 apresenta as fotografias do dia 24 de julho de 2021. Foi observado que a Praça da Igreja Católica estava sendo utilizada nesse horário majoritariamente para o lazer. Com um espaço amplo público e com a presença de bancos, pode-se observar que algumas crianças utilizam esse espaço para andar de bicicletas, patins e patinetes.

As observações realizadas tornaram evidente que no dia 21 de julho havia um menor número de usuários na praça em comparação ao dia 24 de julho. No dia 21, pode-se observar alguns indivíduos utilizando o espaço para circulação e poucas crianças andando de bicicleta com seus pais ou adultos responsáveis. No dia 24, pode-se observar mais usuários utilizando o espaço para lazer, sentados nos bancos disponíveis e em suas próprias cadeiras, com familiares e/ou amigos, algumas crianças andando de bicicleta e outras de patins.

O terceiro espaço analisado foi um trecho da Avenida Uruguai (Figura 8) localizado no centro da cidade. O trecho escolhido situa-se entre a Rua Rio de Janeiro e a Rua Minas Gerais (rua lateral à Praça Henrique Becker Filho).



A Figura 9 apresenta as fotografias do dia 21 de julho de 2021. Observa-se, neste dia, o uso do trecho da Avenida prioritariamente para caminhadas pelo centro ou como meio de circulação de veículos e pedestres para outros destinos.

A Figura 10 apresenta as fotografias do dia 24 de julho de 2021. Foi observado um maior número de pessoas utilizando os passeios públicos e entornos da Avenida para o lazer e para realizar caminhadas.

Considerando os dois dias de observações, pode-se perceber que no dia 21 de julho havia um menor número de usuários utilizando o espaço para lazer em comparação ao dia 24 de julho. No dia 21, pode-se observar mais indivíduos apenas de passagem, utilizando a calçada para circulação. No dia 24, pode-se observar mais usuários utilizando o espaço para lazer, sentados no muro de divisa da calçada, em suas próprias cadeiras ou nos bancos disponíveis embaixo dos pergolados no entorno, com familiares e/ou amigos.

Figura 6 – Registro da praça da Igreja Matriz Católica no dia 21 de julho. Fonte: acervo dos autores (2021). Figura 7 – Registro da praça da Igreja Matriz Católica no dia 24 de julho. Fonte: acervo dos autores (2021).

Figura 8 – Localização da área de estudo na Avenida Uruguai na cidade de Três de Maio/RS. Fonte: Adaptado a partir da base de dados do Google Earth (2021). Figura 9 – Registro de trecho da Avenida Uruguai no dia 21 de julho. Fonte: acervo dos autores (2021). Figura 10 – Registro de trecho da Avenida Uruguai no dia 24 de julho. Fonte: acervo dos autores (2021).



### Rivera, Uruguai

As observações nos dois espaços públicos escolhidos da cidade de Rivera foram realizadas nos dias 18 e 22 de julho de 2021. No dia 18 de julho, domingo, a temperatura era de 10°C, com sensação térmica de 7°C e céu ensolarado. No dia 22 de julho, quinta-feira, a temperatura era de 19°C, com céu encoberto. Ainda, considerando que dia 18 de julho foi um dia atípico, de muito frio e vento, condições que não propiciam os usos dos espaços públicos, foi realizada uma nova observação nos dois espaços no dia 25 de julho, domingo, quando a temperatura era de 25°C e o dia estava ensolarado. As observações referentes às formas de apropriação que se dão ao longo da via Hector Gutierrez Ruiz foram feitas sempre às 15:30 horas (horário de Brasília), enquanto na Praça Artigas as observações foram realizadas em torno das 16:00 horas (horário de Brasília).



Figura 11 – Localização da estrada Hector Gutierrez Ruiz, em Rivera, Uruguai. Fonte: Adaptado a partir da base de dados do Google Earth (2021). Figura 12 – Registro de trecho da estrada Hector Gutierrez Ruiz no dia 18 de julho. Fonte: acervo dos autores (2021). Figura 13 – Registro de trecho da estrada Hector Gutierrez Ruiz no dia 22 de julho. Fonte: acervo dos autores (2021). Figura 14 – Registro de trecho da estrada Hector Gutierrez Ruiz no dia 25 de julho. Fonte: acervo dos autores (2021).

Figura 15 – Localização da praça General José Gervasio Artigas, em Rivera, Uruguai. Fonte: Adaptado a partir da base de dados do Google Earth (2021).



Figura 16 – Registro praça General José Gervasio Artigas no dia 18 de julho. Fonte: acervo dos autores (2021).

O primeiro local escolhido para a observação foi a estrada Hector Gutierrez Ruiz, que conecta a área urbana da cidade ao aeroporto de Rivera (Figura 11). É uma estrada com cerca de 7 km de extensão, em linha reta. Ao longo do percurso encontram-se acessos para pequenas propriedades de uso rural, chácaras, vinícolas, viveiro de mudas florestais, haras e hotel, caracterizando-se como um espaço de transição de usos urbano e rural com baixo fluxo de veículos.

A Figura 12 apresenta as fotografias do dia 18 de julho de 2021. Observou-se o uso para lazer ao longo da estrada, se intensificando nas proximidades do aeroporto onde há reduzido tráfego de veículos. Haviam carros estacionados às margens, com pessoas sentadas em suas próprias cadeiras ou interagindo em atividades de lazer e recreação. A Figura 13 apresenta uma fotografia do dia 22 de julho de 2021. Ao longo da estrada, foram observados alguns carros estacionados, além de pessoas sentadas em suas cadeiras, andando de bicicleta ou praticando corrida.

A Figura 14 apresenta as fotografias do dia 25 de julho de 2021. Foi observada a presença de motociclistas que utilizavam a via para prática de manobras, muitos carros estacionados, pessoas sentadas, jogando bola, andando de bicicleta, entre outras atividades de lazer.

As apropriações verificadas na estrada Hector Gutierrez Ruiz se caracterizam pelas atividades vinculadas ao lazer, propiciadas pelo ambiente natural. Mesmo não sendo um espaço projetado para esse fim, muitas pessoas se dispõem a ir até o local. No dia

22, observou-se um menor fluxo de pessoas pelo local quando comparado aos demais dias considerados no trabalho. Foi observado um uso mais intenso do espaço no final de semana — especialmente no dia 25, quando o clima favorecia o lazer ao ar livre — com as pessoas carregando suas próprias cadeiras, bolas, bicicletas e alimentação para usufruírem do local.

O segundo local observado foi a Praça General José Gervasio Artigas — conhecida somente como Praça Artigas (Figura 15) — praça central da cidade que faz parte do centro histórico. Localizada na Avenida Sarandi, a praça é constituída por um quarteirão com extensão aproximada de 9.000 m<sup>2</sup> (nove mil metros quadrados) e foi remodelada em 2014, com a instalação de fonte com luzes, iluminação, mobiliários e três espaços distintos de playground, prevendo o uso por crianças em diferentes idades.

A Figura 16 apresenta as fotografias do dia 18 de julho de 2021. Verificou-se que, mesmo em um dia ensolarado, a localização entre edificações e a presença da arborização proporciona grande sombreamento no espaço da praça. Foi observada a presença de algumas pessoas nos bancos onde havia sol ou andando de bicicleta.

A Figura 17 apresenta as fotografias do dia 22 de julho de 2021. Observou-se grande movimento de pessoas no local, utilizando os mobiliários existentes e/ou realizando atividades de lazer e recreação, além de vendedores ambulantes de alimentos e artesanatos.

A Figura 18 apresenta as fotografias do dia 25 de julho de 2021. Foi observado outra

Figura 17 – Registro praça General José Gervasio Artigas no dia 22 de julho. Fonte: acervo dos autores (2021). Figura 18 – Registro praça General José Gervasio Artigas no dia 25 de julho. Fonte: acervo dos autores (2021).

CIDADE	TRÊS DE MAIO			RIVERA	
	Praça Henrique Becker Filho	Praça da Igreja Matriz Católica	Trecho da Avenida Uruguai	Estrada Hector Gutierrez Ruiz	Praça General José Gervasio Artigas
01) delimitações acessíveis e convidativas	há delimitações físicas com grades e muros (apenas em áreas de playground)	não há delimitações físicas	não há delimitações físicas	há delimitação física com cerca (apenas na divisa com área de aeroporto)	não há delimitações físicas
02) visualização do interior do espaço	pode-se visualizar completamente o espaço	pode-se visualizar completamente o espaço	pode-se visualizar completamente o espaço	pode-se visualizar completamente o espaço	pode-se visualizar completamente o espaço
03) conexões curtas e de qualidade com a cidade	localiza-se próxima ao centro da cidade	localiza-se no centro, próxima aos principais pontos comerciais da cidade	localiza-se no centro, próxima aos principais pontos comerciais da cidade	localiza-se distante do centro da cidade	localiza-se no centro, próxima aos principais pontos comerciais da cidade
04) oportunidades de contato e satisfação de necessidades psicológicas	infraestrutura diversa de lazer e convivência (bancos, brinquedos, academia, etc.)	pouca infraestrutura de lazer e convivência (apenas bancos)	nenhuma infraestrutura de lazer e convivência	nenhuma infraestrutura de lazer e convivência	infraestrutura diversa de lazer e convivência (bancos, brinquedos, vendedores, etc.)

vez, grande movimento, com a presença de pessoas distribuídas por toda a praça, usufruindo da infraestrutura disponível. Havia bancas de pipoca, churros e cachorro quente, que sempre estão presentes aos domingos.

Nos dias de observação, foi identificado um público grande e diversificado na praça. No dia 22, percebeu-se um fluxo maior de pedestres que utilizam os serviços do entorno e transitam pela praça. Durante o final de semana — especialmente no dia 25, que apresentou condições climáticas mais favoráveis à prática de atividades ao ar livre — foi observado um uso intenso do espaço, caracterizado por grupos maiores de usuários que realizavam atividades de lazer e recreação. Ainda, foram identificados comerciantes ambulantes e em bancas ao longo da Praça em todas as observações realizadas. Durante o final de semana, foram mais significativos os comércios voltados para a alimentação, enquanto em dias úteis se somam a estes os vendedores ambulantes de artesanato, brinquedos, plantas e flores.

#### *Análise comparativa entre os espaços públicos analisados*

No geral, observou-se uma presença maior de pessoas nos espaços durante as observações realizadas no final de semana, quando comparadas às observações realizadas em dia útil. Na cidade de Três de Maio, refletindo quanto aos usos e apropriações observados nos locais analisados, foi possível identificar que o espaço da Praça Henrique Becker Filho e o da Praça da Igreja Matriz Católica, foram mais utilizados para lazer que o trecho da Avenida Uruguai. Acredita-se que, em relação a Praça Henrique Becker Filho, seu uso mais significativo justifica-se pela infraestrutura disponível, contendo playgrounds, academia ao ar livre, quadra aberta de esportes, sanitários, além de espaços gramados amplos com bancos, atraindo diferentes faixas etárias da população. Na Praça da Igreja Matriz Católica, apesar de a infraestrutura disponível ser menos diversa, também há um amplo espaço disponível à população, com alguns bancos, além de estar localizada no centro da cidade.

Já na cidade de Rivera, ao comparar os dois espaços observados e os tipos de apropriações que ocorrem, percebe-se que a Praça General José Gervasio Artigas propicia a interação maior entre os usuários e grupos de usuários, enquanto na Estrada Hector Gutierrez Ruiz o lazer é mais voltado ao convívio familiar. De qualquer modo, ambos espaços recebem grande movimento e presença de pessoas. Além disso, a Praça possui localização central, fácil acesso e boa manutenção do espaço, enquanto a estrada, mesmo não sendo projetada para lazer e convivência, apresenta amplo

espaço, com sombra e vegetação.

Em consonância as quatro características que tornam um espaço público atrativo, conforme abordado por Gehl (2011), elaborou-se um quadro comparativo entre os espaços públicos analisados nas cidades de Três de Maio e Riviera (Quadro 1).

De modo geral, verificou-se que todos os espaços observados podem ser considerados locais atrativos e convidativos para a população. Pode-se observar que a maioria dos espaços públicos não possuem delimitações físicas com seus entornos. Quando apresentam alguma delimitação, estas se caracterizam por cercas, grades ou muros baixos que não impedem a visualização do espaço, sendo que é possível visualizar completamente o interior dos espaços a partir de seus entornos. Também, apenas um dos espaços analisados, a estrada Hector Gutierrez Ruiz, não se encontra na região central das cidades, estando os demais bem conectados aos outros espaços urbanos públicos e privados das cidades. Ainda assim, a distância parece não impedir a preferência das pessoas pelo espaço, uma vez que na estrada também foram observados usos e público diversos, caracterizados especialmente por usuários que se deslocam em carros até o local.

Em relação ao fornecimento de oportunidades de contato e de satisfação de necessidades psicológicas, percebeu-se que apenas duas praças — a Praça Henrique Becker Filho em Três de Maio e a Praça General José Gervasio Artigas em Rivera — oferecem diversidade de infraestruturas e serviços para usufruto e convivência das pessoas. De qualquer forma, a escassez de elementos físicos parece não desmotivar a população a utilizar os demais espaços para conviver, relaxar, se distrair e realizar atividades de lazer. Nos dois espaços de ruas analisados, um em cada cidade, a população se apropria dos locais transportando seus próprios bancos, cadeiras, alimentos e demais itens de lazer e convivência.

#### **Considerações finais**

Percebe-se que os espaços públicos, quando adequadamente projetados como espaços de lazer e recreação, tendem a condicionar determinados comportamentos e usos. Porém, ao mesmo tempo, os usuários, a partir das diversas apropriações e usos não previstos, impõem novas demandas, provocando transformações contínuas e dinamismo nas relações com esses espaços e com a cidade.

Após realização das observações e análises nos diferentes espaços selecionados no estudo, nas cidades de Três de Maio e Rivera, foi possível perceber que, mesmo com a diversidade observada entre os locais, os usos e apropriações são semelhantes entre eles. A maior escassez de infraestrutura para uso e proveito da população em alguns dos espaços, como na Avenida Uruguai em Três de Maio e na Estrada Hector Gutierrez Ruiz em Rivera, não prejudica a apropriação da população local para fins de lazer e recreação. Além disso, observou-se que a maior distância em relação ao centro da cidade, como no caso da Estrada Hector Gutierrez Ruiz em Rivera, também não parece ser desmotivante para a apropriação do espaço público para o lazer e recreação da população, indo em contraponto o referencial que define tal condição como prejudicial à atratividade do espaço público.

Deste modo, considera-se que estas constatações representam um indício claro da importância e necessidade de espaços públicos nas cidades para a garantia de qualidade de vida e do direito à cidadania. As pessoas carregam seus próprios utensílios e mobiliários para promover condições de uso a espaços não planejados para tal fim e se deslocam distâncias consideráveis, mas não deixam de utilizá-los. Ainda, é válido destacar que este trabalho foi realizado em um período de inverno,

com condições climáticas menos favoráveis ao uso de espaços ao ar livre, e que, ainda assim, a presença de pessoas em tais locais foi significativa em todas as observações.

Por fim, acredita-se que este breve estudo demonstra a relevância de outras investigações relacionadas à temática, realizadas em um contexto onde a interação entre pessoas não seja mais desaconselhada, como foi no caso deste estudo desenvolvido durante a pandemia pelo Covid-19. Dessa forma, poder-se-ia incluir no estudo entrevistas e análises mais aprofundadas dos espaços públicos, que permitam esclarecer o porquê da preferência de uso por cada espaço, quais públicos mais utilizam tais espaços, entre outros aspectos relevantes.

### Agradecimentos

Este trabalho é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e tem o apoio do programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria (PPGAUP/UFSM).

### Referências

FERREIRA, J. S. W. *Produzir casas ou construir cidades?* Desafios para um novo Brasil urbano. 1. ed. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

GEHL, J. *Life Between Buildings: using public space*. Washington: Island Press, 2011.

GEHL, J.; SVARRE, B. *A vida na cidade: como estudar*. 1ª ed. São Paulo: perspectiva, 2018, 184 p.

GONÇALVES, F. M. *Rua, o lugar da vida pública: conceitos, especificidades e desafios*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População*. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/tres-de-maio/panorama>. Acesso em 02 ago. 2021.

LYNCH, K. *The Image of the City*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1960.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 7, n. 2, p. 296–306, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844614013>. Acesso em: 24 jul. 2021.

QUEIROGA, E. F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 19, n. 1, p. 25–35, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645703>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SAWITZKI, M. I. D.; SANTOS, D. A. C. dos; STAUDT, L. T.; KAISER, V. *Três de Maio: Sua história... Sua gente*. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. 1984.

SILVA, A. M. da. *Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para lazer e turismo*. 2009. 250 p. Dissertação (Mestrado em planejamento urbano e regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 93–111, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/73992>. Acesso em: 27 jul. 2021.

TRÊS DE MAIO. Prefeitura Municipal de Três de Maio - RS. *Aspectos Gerais*. 2014. Disponível em: [https://www.pmtresdemaio.com.br/site/conteudos/656-aspectos-gerais#fotos\[0\]/0/](https://www.pmtresdemaio.com.br/site/conteudos/656-aspectos-gerais#fotos[0]/0/). Acesso em 02 ago. 2021.

TRÊS DE MAIO. Prefeitura Municipal de Três de Maio - RS. *História do Município*. 2014. Disponível em: [https://www.pmtresdemaio.com.br/site/conteudos/384-historia-do-municipio#fotos\[0\]/0/](https://www.pmtresdemaio.com.br/site/conteudos/384-historia-do-municipio#fotos[0]/0/). Acesso em 02 ago. 2021.

# CIDADES PARA QUEM?

## Um olhar sobre o Município de Pejuçara/RS, à luz dos Doze Critérios de Jan Gehl

*CITIES FOR WHOM?  
A look at the Municipality of Pejuçara/RS, in the light  
of Jan Gehl's Twelve Criteria*

*Roberta Rodrigues Valandro<sup>1</sup>,  
Angela Pereira Barros<sup>2</sup>, Tarcísio Dorn de Oliveira<sup>3</sup> e  
Pedro Luís Büttgenbender<sup>4</sup>*

### Resumo

A presente pesquisa busca proporcionar uma convergência relacional entre os 12 Critérios que determinam um bom espaço público, segundo a obra *Cidade para Pessoas* de Jan Gehl, no recorte do Município de Pejuçara/RS. Estão demonstrados quais critérios são utilizados ou negligenciados nas três praças municipais: Visconde de Rio Branco, Caetano Ferigolo e Savino Costa Beber, o que vai diretamente ao encontro do tema e objetivo do estudo. A pesquisa conta com os seguintes métodos: estudo bibliográfico a partir de livros e periódicos, entrevistas e conversas informais com a comunidade, e por fim houve a descrição de tudo que foi analisado e observado no ambiente. Os resultados apontam que a Administração Municipal realiza a manutenção dos ambientes, porém ainda necessita de melhorias. Por fim, há apontamentos de sugestões de aprimoramento para o bem-estar e qualidade de vida da população na forma de novos layouts.

Palavras-Chave: planejamento, cidades, pessoas, estratégias, bem-estar.

### Abstract

*The present research seeks to provide a relational convergence between the 12 Criteria that determine a good public space, according to the work *City for People* by Jan Gehl, in the city of Pejuçara/RS. The objectives used or neglected in the three municipal squares are demonstrated: Visconde de Rio Branco, Caetano Ferigolo and Savino Costa Beber, which directly meets the theme and study of the study. I present from the following methods: bibliographic study of books and periodicals, interviews and graphic account interviews, and finally there was a description of everything that was studied and observed in the environment. The results indicate that the Municipal Administration carries out the maintenance of the environments, but still needs adjustments. Finally, there are notes of suggestions for improvement for the well-being and quality of life of the population.*

1 Mestranda em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ), Especialista em MBA em Marketing (UNIJUÍ), Bacharela em Administração (UNIJUÍ).

2 Mestranda em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ), Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho (UFMT), Especialista em Gestão Pública (IFMT), Bacharela em Arquitetura e Urbanismo (UNIC).

3 Pós-Doutor em Arquitetura e Urbanismo (IMED), Doutor em Educação nas Ciências (UNIJUÍ), Mestre em Patrimônio Territorial (UFMS), Especialista em Educação (IFSul), Especialista em Artes (UFPel), Bacharel em Arquitetura e Urbanismo (UNICRUZ).

4 Doutor em Administração (UNAM e UFMS), Mestre em Gestão Empresarial (FGV-EBAPE), Especialista em Cooperativismo (UNISINOS), Especialista em Administração Estratégica (UNIJUÍ), Bacharel em Administração (UNIJUÍ).

*Keywords: planning, cities, people, strategies, welfare.*

### Introdução

Sabe-se que a população humana vem aumentando muito (WORLDMETER, 2021), e esse fenômeno resulta na degradação de terras, mau uso de esgotos, acúmulo de lixo, poluição, superpopulação e sobrecarregamento de serviços. Para isso não terminar por ameaçar o bem-estar do homem e de suas gerações futuras, há a necessidade do desenvolvimento de um equilíbrio. Segundo projeções, no ano de 2020 a população mundial era de 7,79 bilhões de pessoas, e deve chegar a 10,88 bilhões até o ano de 2100 (OUR WORLD IN DATA, 2021). Levando em consideração os dados apresentados no site é evidente a importância de um planejamento e desenvolvimento urbano adequado onde se tenha resiliência e respeito mútuo.

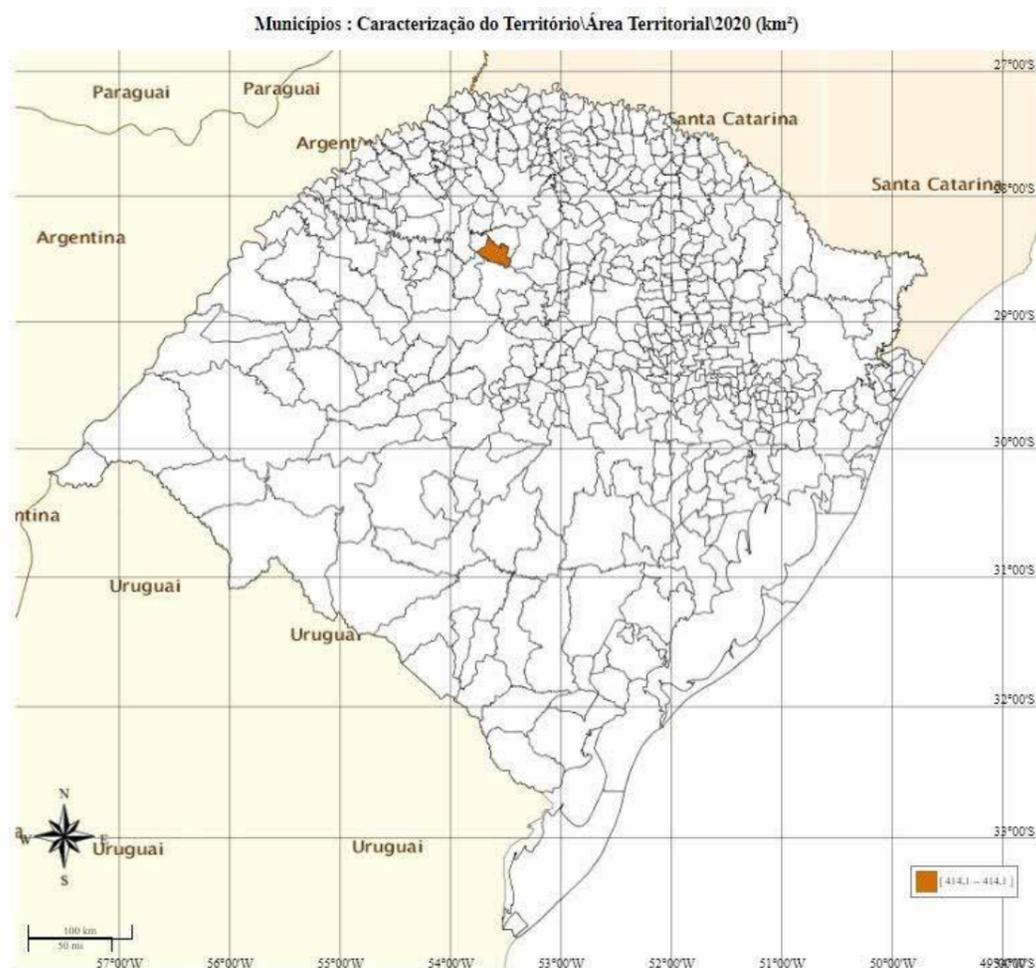
*Cidades para quem? E quem tem direitos?* As normas de ordem pública e de interesse social regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança, bem-estar e do equilíbrio ambiental. Assim sendo, a política urbana tem por intuito ordenar o pleno desenvolvimento das cidades incluindo todos os habitantes (BRASIL, 2001). A formação do espaço urbano envolve conhecimento dos direitos e deveres de cada cidadão, que implica em compreender as questões urbanísticas analisando os aspectos sociais de acesso à cidade. Para a presente pesquisa se enfatizará a visão do autor Jan Gehl no que tange o desenvolvimento das cidades e suas interfaces com a dimensão humana.

Jan Gehl é um professor, arquiteto e urbanista dinamarquês que depositou 50 anos em pesquisas a respeito das questões de forma e função dos espaços públicos. O arquiteto passa a analisar e projetar inserções nas cidades de maneira a superar os paradigmas da modernidade, a qual possui um olhar artificial quanto à população (MAHFUZ, 2016). Os estudos mais interessantes e importantes do autor são em relação ao espaço e de como ele afeta a vida. Desta forma, cria o conceito de *Cidade para Pessoas*, tornando-se um defensor das cidades mais humanas.

O objeto de interesse do arquiteto é essencialmente os habitantes, pedestres e ciclistas. Jan Gehl aprofunda seus estudos com o auxílio da psicóloga Ingrid Mundt e do antropólogo Eduard T. Hall, a partir disso, os pesquisadores introduzem a inversão de como as cidades são construídas, bem como a escala que prioriza automóveis em vez do ser humano, ou seja, vida-espaço-edifícios, nesta ordem (GEHLPEOPLE, 2021; MAHFUZ, 2016). Atualmente Gehl dedica-se a consultorias de projetos urbanísticos em sua empresa, a *Gehl Architects*, realizando trabalhos e assessorias pelo mundo todo (GEHLPEOPLE, 2021).

A intenção deste artigo é de proporcionar uma convergência relacional entre os 12 Critérios que determinam um bom espaço público, segundo a obra *Cidade para Pessoas* de Jan Gehl, no recorte do Município de Pejuçara/RS. Esse estudo tem o objetivo de demonstrar quais desses critérios são adotados pelo Município, bem como indicar os métodos negligenciados pela Gestão Municipal, de tal forma a apontar sugestões de aprimoramento para o bem-estar e qualidade de vida da população.

O estudo está organizado em cinco tópicos, sendo o primeiro composto por esta introdução, o segundo tópico apresenta os caminhos metodológicos da pesquisa, o tópico três abrange o referencial teórico, o quarto tópico os resultados e discussões, e por fim, no quinto e último tópico são tecidas as considerações finais, seguidos dos referenciais bibliográficos.



### Caminhos Metodológicos

A presente pesquisa está dividida em seis etapas, a primeira delas compõe a revisão bibliográfica, onde os conceitos foram encontrados em livros, artigos, periódicos e revistas, especialmente referente a obra de Jan Gehl, *Cidades para Pessoas*. Foram buscados através da área do conhecimento de planejamento e desenvolvimento urbano por meio da *web* e físicos. O Município de Pejuçara/RS foi o escolhido para a realização deste trabalho, pois uma das autoras reside nessa cidade, e por estar realizando o curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional busca por soluções alternativas para os ambientes.

Os 12 Critérios de Gehl, detalhados no Capítulo 3, se encaixam perfeitamente com as necessidades do Município, objeto de estudo. Pejuçara é um Município que está localizado na região noroeste do Estado Rio Grandense, o qual está apontado no mapa através da Figura 1, o mesmo possui potencial de desenvolvimento, e em vista disso, propõe-se a presente pesquisa em suas praças municipais: Caetano Ferigolo, Visconde de Rio Branco e Savino Costa Beber.

A segunda etapa foi o momento de observar o ambiente, neste caso, o Município de Pejuçara/RS, o qual é objeto de estudo. Foram analisadas as três praças, e para dar maior tangibilidade ao estudo, os autores buscaram auxílio da tecnologia, assim, realizando fotografias e vídeos das praças através do instrumento de drone. Tal recurso foi optado a ser manuseado pois a Prefeitura Municipal não possui as plantas baixas das praças, apenas da Visconde de Rio Branco, a qual é antiga, o atual engenheiro não soube informar a data certa, mas julga que é de aproximadamente dos anos de

198(?), e o mesmo é um desenho feito manualmente.

O terceiro momento foi o período das entrevistas informais com os moradores do Município de Pejuçara/RS. Esta técnica foi utilizada para não deixar as pessoas desconfiadas ou envergonhadas, pois como trata-se de uma cidade pequena, os munícipes geralmente possuem receio de entrevistas formais. Esse método foi de grande valia para a pesquisa, visto que, a partir dela foi possível entender o ponto de vista das pessoas. Nesta oportunidade, os moradores foram abordados para conversar sobre as praças, onde foram identificados os pontos fortes e fracos de cada uma delas, essa coleta de dados ocorreu entre os dias 30 de agosto a 09 de setembro de 2021.

Já a quarta etapa do estudo diz respeito à aplicação dos Critérios de Gehl, apresentados através do Quadro 2, logo após, o quinto momento contempla a elaboração das análises das praças sob a ótica de Gehl, apontando os pontos positivos e negligenciados pelo Município. E por fim, a sexta etapa do estudo são as sugestões de melhorias a partir da elaboração de plantas baixas das três praças, bem como, de uma nova praça municipal. Assim sendo, a pesquisa é caracterizada de natureza qualitativa (GIL, 2002), pois a interpretação dos fenômenos é de forma direta e descritiva, onde o pesquisador é a fonte primordial. Trata-se de estudo aplicado (GIL, 2002), porque a sua prática gerou conhecimentos a respeito do planejamento urbano e do desenvolvimento dos 12 Critérios de Qualidade de Gehl, no recorte do Município de Pejuçara/RS, promovendo discussões e possíveis soluções de interesses locais, empregando o referencial teórico como base.

### Referencial Teórico

O referencial teórico aborda os temas centrais do estudo, os quais darão sustentação e o suporte necessário para o desenvolvimento da presente pesquisa. As temáticas são a respeito de: Planejamento Estratégico, os Princípios do Planejamento e os 12 Critérios de Qualidade de Jan Gehl.

O planejamento estratégico é um plano composto com metas, políticas e ações, e seu principal intuito é de promover a satisfação, bem como melhorar a qualidade de vida das pessoas. Assim que bem implementada auxilia a ordenar os recursos tendo como base as competências e deficiências a fim de mudar o ambiente (THOMPSON e STRICKLAND III, 2003). Nessa ótica, existem diversos princípios gerais de urbanismo que compreendem um pré-requisito para o trabalho da dimensão humana, segundo Gehl (2013), os cinco passos estão ilustrados na Figura 2, os quais são denominados: 1. Distribuir, 2. Integrar, 3. Projetar, 4. Espaços de Transição, e 5. Reforçar.

Os cinco princípios do bom planejamento urbano primeiramente envolvem a maneira de garantir que as pessoas e acontecimentos reúnam-se nas áreas construídas, e, por conseguinte, se baseia na melhoria contínua da qualidade do espaço, com o objetivo de convidar as pessoas a passar mais tempo na cidade.

Para Gehl (2013), *distribuir*, significa destinar cautelosamente as devidas funções da cidade para que se garanta menores distâncias, como também que proporcione uma massa crítica de pessoas para os eventos. *Integrar* diversas funções nas cidades para que se certifique a versatilidade, experiências, sustentabilidade e segurança. *Projetar* o ambiente urbano de tal maneira que o mesmo possa se tornar convidativo, tanto para o pedestre quanto para o ciclista. *Abrir os espaços* de transição entre os edifícios e cidades, para que assim funcionem em conjunto. *Reforçar os convites* de permanências aos espaços públicos, proporcionando vitalidade às pessoas.

Corroborando com essa percepção, para que ocorra a qualidade de vida e a eficiência para o cidadão, Costa, Lopes e Martorelli (2020), enfatizam que é necessário que o



planejamento urbano tenha como principal função o incentivo ao fortalecimento de um modelo que melhor atenda à população, com a melhoria dos recursos a serem empregados. A forma de uma cidade deve ser elástica aos hábitos dos milhares de atores sociais, receptiva a elaboração de novas imagens, e convidativa, para aqueles que a admiram, a explorar o mundo (LYNCH, 1982).

Isto é, uma cidade boa de se viver, seja para seus habitantes ou visitantes deve ser aconchegante, convidativa, e que acima de tudo seja inclusiva, que abrace os cidadãos com deficiência (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015). Não basta apenas realizar um planejamento urbano que seja bonito, ele deve ser viável, acessível, adequado e adaptável às necessidades de toda a população.

A Nova Agenda Urbana, adotada na Conferência das Nações Unidas em 2016, também é uma ferramenta riquíssima, pois ela representa uma ótica compartilhada para o futuro, e este deve ser melhor, abrangendo a sustentabilidade, oportunidade, direito e benefícios a toda comunidade. Para isso ocorrer apresenta-se uma mudança de paradigma e se estabelece padrões de planejamento, construção, desenvolvimento para a devida melhoria dos ambientes urbanos. Este recurso tem em mente cinco princípios: políticas nacionais urbanas, legislação e regulação urbana, planejamento e desenho urbano, economia local e implantação local, essa técnica se bem executada possui a intenção de construir um ambiente de qualidade e receptivo para todos (ONU, 2019).

A implementação da Nova Agenda Urbana é capaz de contribuir de maneira eficaz para a Agenda 2030, de forma integrada para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e de suas metas, exclusivamente dando foco ao ODS nº 11 que visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusos, seguros, resilientes e sustentáveis. O principal objetivo é promover a melhoria contínua dos ambientes sem deixar ninguém para trás, assim, prosperando o urbano de forma sustentável e inclusiva (ONU, 2019).

No que diz respeito aos 12 Critérios de Qualidade (GEHL, 2013), ao nível dos olhos visam assegurar que os ambientes ofereçam conforto e ainda que possam atrair as pessoas para desenvolver diversas atividades como caminhar, permanecer, sentar,



Figura 3 - Os 12 Critérios da Qualidade ao nível dos olhos. Fonte: Adaptado de Gehl (2013, p. 239).

olhar, conversar, ouvir, a fim de criar experiências positivas. Para Jacobs (2001), a presença de pessoas em um ambiente atrai outras pessoas, posto isto, segundo Lynch (1982), a imagem de um bom ambiente pode estabelecer uma relação harmoniosa entre si e o mundo exterior, ela transmite um sentido importante de segurança emocional às pessoas. Desta forma, um ambiente bom é aquele que oferece conforto, qualidade, mobilidade, valor, justiça e boas experiências.

Contribuindo com a ótica de Gehl, o Conselho de Estudos Políticos (2017, p. 09), afirma que, “as cidades constituem o espaço necessário para o desenvolvimento de uma agenda socioambiental que assegure boas condições de vida aos seus habitantes”. Ou seja, quer dizer que é extremamente necessária a criação de condições viáveis para que se atinja um patamar de desenvolvimento sustentável, na qual, integre as dimensões social, ambiental, econômica e ética, de maneira justa e responsável. Para que haja a garantia do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, como a implementação de uma das principais diretrizes da política urbana, que é de garantir o direito ao lazer, conforme Artigo 2º do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001).

A boa qualidade de uma cidade ao nível dos olhos deve ser um direito básico de todo cidadão, oferecendo conforto, qualidade, mobilidade, acessibilidade e justiça, que são critérios essenciais e criam cidades belas, assim garantindo o bem-estar da população geral, sem distinção. A seguir, a Figura 3 ilustra os 12 Critérios da Qualidade, objeto deste estudo.

Os critérios estão divididos em três grandes áreas: proteção (1-3), conforto (4-9) e lazer (10-12). Os quais serão explicados a seguir (GEHL, 2013, p. 239).



**Caracterização do Município de Pejuçara na ótica dos 12 Critérios de Qualidade**

Assim sendo, torna-se essencial aprender de que maneira as pessoas utilizam os espaços públicos e de que forma pode-se propor melhorias. Neste momento, inicia-se a discussão sobre um olhar mais profundo, no recorte do Município de Pejuçara/RS à luz dos 12 Critérios de Gehl. Primeiramente, o Quadro 1 apresenta os pontos urbanísticos positivos e os negativos do Município de Pejuçara, tais fotografias servem para tangibilizar e amplificar o discernimento do leitor.

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
 <p>Foto 1: Ambiente para interação social Bairro Centro, 08.ago.22</p>	 <p>Foto 2: Passeio com limitadores urbanísticos (lixo) Bairro Rio Branco, 08.ago.22</p>
 <p>Foto 3: Via ampla com flores, árvores e iluminação Bairro Centro, 08.ago.22</p>	 <p>Foto 4: Poste de luz em situação precária Bairro Renascer, 02.ago.22</p>
 <p>Foto 5: Vasto ambiente arborizado Bairro Rio Branco, 10.set.21</p>	 <p>Foto 6: Limitadores urbanísticos no passeio. Bairro Rio Branco, 11.set.21</p>

 <p>Foto 7: Via ampla, passeio amplo e arborizado Bairro Rio Branco, 10.set.21</p>	 <p>Foto 8: Rampa de acessibilidade inadequada Bairro: Centro, 11.set.21</p>
 <p>Foto 9: Vasto ambiente para interação social Bairro Rio Branco, 10.set.21</p>	 <p>Foto 10: Passeio inadequado Bairro Centro, 11.set.21</p>
 <p>Foto 11: Passeio com acessibilidade e estacionamento preferencial para idoso Bairro Centro, 08.ago.22</p>	 <p>Foto 12: Passeio inadequado Bairro Modelo, 11.set.21</p>

O Município de Pejuçara/RS encontra-se em constante aprimoramento e desenvolvimento no que diz respeito ao primeiro critério de proteção contra o tráfego e acidentes, a cidade conta com diversas faixas de seguranças, rotatórias, lombadas para diminuir a velocidade e calçadas amplas em determinados bairros (Centro e Rio Branco). Uma problemática diagnosticada é a carência de ambientes para a prática de atividades físicas, o Município não possui um caminhódromo nem ciclovia, o que obriga a população arriscar-se nas vias (RS 553), onde há muito tráfego de automóveis de médio e grande porte. Muitas dessas vias não possuem acostamento, oferecendo ainda mais risco à qualidade de vida dos pedestres e ciclistas.

No que tange o segundo critério de proteção contra crime e a violência, a cidade de Pejuçara conta com pontos positivos, a mesma é conhecida como a *terra da paz*, por conter policiamento adequado, segurança, bem como excelente iluminação. O Município é fiscalizado através de câmeras de segurança em locais estratégicos. Conta com postes de luz em todo o perímetro municipal, dando ainda mais evidência nas suas praças Visconde de Rio Branco e Savino Costa Beber, que possuem boa iluminação noturna, o que oferece bem-estar, experiências prazerosas e seguras para as pessoas e famílias que desejam passear no local, independente do horário.

O critério três traz consigo a proteção contra experiências sensoriais desconfortáveis, diz respeito aos fenômenos da natureza, não podendo ser controlado tão facilmente. Há um amplo espaço no Município, então não se obtém muito domínio de ventos e do frio nos ambientes. Mas, todavia, possui vasta arborização, que contribui para diminuir as altíssimas temperaturas nas temporadas de verão.

Caminhar, abrange o quarto critério, que é uma atividade muito comum no Município de Pejuçara/RS, principalmente nas estações de primavera e verão. Como já citado, a cidade possui praças amplas, seguras e iluminadas, mas carece de um ambiente específico para essa atividade. Os bairros Centro e Rio Branco, possuem calçadas em bom estado, largas e limpas para o tráfego a pé, porém, outros bairros como Catarina Bresolin Mastella, Renascer e Modelo não contam com a mesma sorte, alguns apresentam diversos obstáculos, como por exemplo: calçadas em mau estado, árvores, postes de luz inadequados, rampas inadequadas e ainda, entulhos. Desta forma, o Município ainda carece de um planejamento urbano adequado para a dimensão humana.

O quinto critério aborda as oportunidades de permanecer em pé, nota-se que há um espaço disperso e que não indica local para permanecer, há sim, grande disponibilidade territorial, e ainda possuem fachadas que se integram com o espaço, trazendo centralidade nesse quesito. Em relação ao sexto critério de oportunidades para sentar-se, nota-se que há diversos ambientes com mobiliários urbanos como bancos, escadarias, encostos ou planos elevados para que as pessoas possam permanecer no espaço por mais tempo.

Oportunidades para observar é o sétimo critério, e o Município em estudo possui limites que propiciam distâncias agradáveis para o contato pessoal, alguns planos elevados para observatório, como por exemplo o chamado *Palanque Oficial da Prefeitura* que está localizado na praça Visconde de Rio Branco e o mesmo é de livre acesso aos cidadãos. As pessoas que estão caminhando, paradas, sentadas ou pedalando pela cidade conseguem observar ao seu redor de maneira altruísta.

O oitavo critério versa sobre as oportunidades de poder falar e ouvir, a cidade conta com mobiliários urbanos que possibilitam conversas calmas e serenas entre as pessoas, também possui distanciamento para os ruídos pelo fato de não conter muito tráfego de automóveis na cidade (apenas na estrada – RS 553 – que liga à municípios vizinhos). A presença de ambientes para sentar-se influencia e facilita as oportunidades de interação entre pessoas, por tal motivo é que a praça Visconde de Rio Branco é muito frequentada.

As oportunidades para brincar e se exercitar abrange o nono critério, nesse item o Município recebe pontos positivos e negativos. Os pontos positivos são destacados pela cidade possuir amplo espaço nas praças, dispor de brinquedos seguros, bem como academia ao ar livre. Porém como o tráfego de pessoas é intenso nesses ambientes, uma parcela da população pratica atividades físicas como caminhada, corrida e pedalada nas estradas que ligam a cidade à municípios vizinhos (RS 553 e

BR 285). Nessa localidade há vasto tráfego de automóveis, o que acaba por colocar em risco a vida das pessoas, contando como ponto negativo, como já abordado, a cidade carece de locais acessíveis aos pedestres e ciclistas.

Os munícipes prezam pelo bem-estar, como também valorizam a interação social com amigos e vizinhos, as casas do Município geralmente apresentam pátios grandes com diversas jardinagem, gramados, plantações e hortas. Esse fato, observado, proporciona o contato direto entre as pessoas, visto que, os mesmos sentem-se bem nesse tipo de ambiente e permanecem ali por mais tempo, conversando, brincando e interagindo de maneiras positivas. Já no que diz respeito às atividades noturnas, o Município é muito seguro, com patrulhamento e vias iluminadas, mas, alguns bairros carecem dessa iluminação, a exemplo disso: Renascer, Modelo e partes do Rio Branco. Desta forma, a população opta por frequentar a praça Visconde de Rio Branco pois a mesma é iluminada.

A escala diz respeito à altura dos edifícios e as distâncias, contemplando o décimo critério, assim sendo, a cidade desfruta de prédios com no máximo três andares, o que promove uma percepção espacial muito adequada à escala e dimensão humana. O Município conta com predominância de casas ao invés de edifícios, e pode-se notar que a maioria das residências possuem área do seu lote grande, ofertando quintais gramados e ajardinados, contando positivamente para a qualidade de vida e dimensionamento humano na cidade.

O décimo primeiro critério remete-se às oportunidades para aproveitar os aspectos positivos do clima. A cidade possui espaços abertos na comunidade que permitem maiores fluxos de vento no local, as praças são altamente arborizadas contribuindo para a diminuição da temperatura do ambiente, porém, para o período de chuvas não se possuem abrigos. No que diz respeito a arborização viária, a mesma é satisfatória, visto que, os percursos possuem diversas árvores, principalmente nativas no Município. E por fim, o décimo segundo critério possui relação com as experiências sensoriais positivas. Quanto a esse critério, a cidade contém superfícies em bom estado, como calçadas, fontes, chafariz, água, árvores, jardins e paisagismo atraente. Contudo, em alguns pontos do Município há degradação de passeios e vias, necessitando de um melhor planejamento urbano e manutenção para integrar todos os bairros.

Cada bairro tem o dever de oferecer acesso a saúde, escola, trabalho, moradia adequada e transporte coletivo de qualidade (MAHFUZ, 2016). O Município de Pejuçara/RS conta com um sistema de saúde inclusivo, dispõe de dois postos de saúde e um hospital que atende de forma efetiva toda a população de 3.840 habitantes (IBGE, s.d.). Possui ótimo ensino, onde segundo o IBGE (2010), a escolarização de 6 a 14 anos é de 100%. Quanto ao trabalho, o Município carece de oportunidades trabalhistas, sendo assim, muito caracterizado pelo êxodo rural de jovens, onde muitos deles migraram para cidades maiores em busca de estudos, emprego e independência financeira.

Gehl (2013), defende uma visão em que a intervenção política, que seja adequada e unificada, onde se permite que os atores, bem como as pessoas usufruam de uma localidade, em conexão com suas demais atividades habituais, como caminhar, pedalar e encontrar-se é essencial. Para o arquiteto, desenvolver cidades que sejam mais vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis é de extrema relevância, para que se crie uma sociedade aberta e democrática.

No que tange a moradia adequada, a cidade possui e distribui diversos programas às famílias mais necessitadas, como por exemplo: Programa Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família e diversos suportes oferecidos pela Prefeitura Municipal para assim auxiliar quem mais precisa. Já no que diz respeito ao transporte público, o mesmo é

inexistente, não possui ônibus, trens ou táxis, e isso muitas vezes faz falta. O único transporte público oferecido é pela Prefeitura Municipal, o mesmo conta com uma frota de ônibus escolar para levar os estudantes de suas respectivas casas até a Escola Municipal. Mas como a cidade é classificada como de pequeno porte, muitas pessoas utilizam bicicleta ou caminham para se locomover entre ela. Uma medida que o Município pode pleitear é o Programa Brasil Bicicleta, que tem como uma de suas diretrizes a criação de uma cultura favorável aos deslocamentos cicloviários como modalidade de deslocamento eficiente e saudável (BRASIL, 2018).

Uma cidade boa e equilibrada é aquela que oferece um excelente lugar de encontro, bem como proporciona mercado, bens, serviços, saúde e mobilidade. Logo, o planejamento urbano deve ser um repensar, onde os bairros estejam conectados. As cidades para as pessoas favorecem a realização das três atividades externas essenciais, que são: as necessárias – do dia a dia de cada um – as opcionais – acontecem sob condições externas favoráveis – e as sociais – depende da presença de outras pessoas nos espaços públicos (MAHFUZ, 2016).

Segundo Gehl (2013), o conhecimento dos sentidos e das distâncias de contato é o ponto de partida para o planejamento de dimensões e ambientes. Assim sendo, o planejamento, a gestão e o desenvolvimento de uma localidade são de fundamental importância, visto que o marketing local só é bem-sucedido quando se obtém satisfação entre os colaboradores da sociedade, ou seja, os cidadãos, trabalhadores, empresas e visitantes (KOTLER, HAIDER, e REIN, 1994).

Segundo o Art. 225 da Constituição Federal (1988), todos os cidadãos têm o direito ao meio ambiente, onde que o mesmo seja ecologicamente equilibrado, de uso comum e que seja essencial à qualidade de vida. Desta forma, a política de desenvolvimento urbano é executada pelo Poder Público Municipal, garantindo o bem-estar de todos os seus habitantes.

As praças tem o objetivo não somente de proporcionar um local de lazer, mas também serve para o aumento da qualidade de vida, bem-estar e socialização entre as pessoas. As três praças, objeto deste estudo, possuem diversas qualidades, como por exemplo: a função social, estética e ecológica, porém carece de melhorias, para que assim, toda população usufrua da melhor maneira possível esses espaços que constituem a alma do Município. Em seguida, o Quadro 2 manifesta os 12 Critérios de Gehl aplicados nas três praças de Pejuçara/RS.

12 Critérios de Gehl	Praça Caetano Ferigolo	Praça Visconde de Rio Branco	Praça Savino Costa Beber
1. Proteção contra o tráfego e acidentes	Possui nível maior em relação à via, fato relevante para este critério.	Possui ampla área de passeios internos ofertando segurança.	Possui um pequeno espaço seguro contra acidentes.
2. Proteção contra o crime e a violência	Possui posto policial próximo, ambiente seguro no aspecto de permitir ser visto por outras pessoas e assim reduzir os riscos de conflitos modais ou ataques da criminalidade.	Possui posto policial próximo, facilitando a sua segurança. Como essa praça é localizada no centro, o movimento em seu entorno é maior.	Possui posto policial próximo.

3. Proteção contra experiências sensoriais desconfortáveis	Não possui	Possui um quiosque e sanitários desativados, deixando de ofertar conforto aos munícipes.	Não possui
4. Oportunidades de caminhar	Possui poucos passeios internos, sem acessibilidade que dificultam uma caminhada segura para os portadores de necessidades especiais, possui rampas fora da NBR9050.	Possui diversos passeios internos largos e rampas. Ambiente seguro que facilita a orientação para caminhadas.	Possui apenas um espaço de passeio interno seguro.
5. Oportunidades para permanecer em pé	Possui apenas as paredes da escadaria de acesso para apoio dos pés.	Possui quiosque para lanche em pé e diversos ambientes com calçadas.	Possui alvenaria de limite do jardim que serve como apoio para os pés.
6. Oportunidades para sentar-se	Não possui bancos, dificultando o descanso.	Possui diversos bancos.	Possui bancos no único espaço seguro.
7. Oportunidades para ver	Possui um espaço amplo e arejado, não iluminado, mas com vistas interessantes. As oportunidades para ver facilitam os olhos atentos da rua para um ambiente seguro.	Possui uma fonte interativa com jardim. Possui postes internos de iluminação. Ambiente muito seguro e com câmeras de vigilância.	Possui um letreiro convidativo com o nome do Município para fotografias e iluminação. Ambiente seguro.
8. Oportunidades para ouvir e conversar	Possui um ambiente silencioso e uma capela para oração.	Possui um Palco Municipal para eventos, colaborando com o lazer cultural.	Possui um ambiente silencioso e uma capela para oração.
9. Oportunidade para brincar e praticar atividade física	Possui brinquedos antigos e uma quadra de areia.	Possui brinquedos e Academia ao ar livre.	Não oferta aparelhos de lazer.
10. Escala	De acordo com a escala humana.	De acordo com a escala humana.	De acordo com a escala humana.
11. Oportunidades de aproveitar os aspectos positivos do clima	Possui árvores apenas no passeio, ficando grande parte sem sombra. Possui área gramada e área do chimarrão.	Possui diversas árvores de variadas espécies, jardins e um vasto gramado.	Possui algumas árvores e área gramada.
12. Experiências sensoriais positivas	Gramado, brinquedos, quadra de areia e capela.	Gramado, academia e brinquedos e área do chimarrão.	Gramado, bancos, letreiro e capela.

Os Quadros 3, 4 e 5 a seguir apresentam as imagens das três praças em estudo, a primeira trata-se da praça Visconde de Rio Branco e está localizada no Bairro Centro do Município de Pejuçara.

### **Praça Caetano Ferigolo**

A primeira praça é a Caetano Ferigolo e está localizada no Bairro Rio Branco do Município de Pejuçara. Essa praça possui um campo de futebol de areia e alguns brinquedos, estes brinquedos por sua vez são muito antigos, mas, a Administração Municipal procura realizar a devida manutenção destes para a utilização das crianças. Também detém uma capela para orações, onde a comunidade reúne-se para realizar breves rezas e cantos.

Em uma conversa informal com os moradores do Bairro Rio Branco, os mesmos alegaram que há a necessidade de implementar melhorias, como por exemplo: assentos, brinquedos novos, flores resistentes às estações do ano e iluminação, pois a mesma é inexistente na praça, presente apenas no passeio público.

A praça Caetano Ferigolo conta com sombra e vasta arborização. Porém, a falta de assentos e iluminação adequada faz com que as pessoas não permaneçam por muito tempo nesse ambiente. Desta forma, a realização de um planejamento adequado em forma de revitalização é algo desejável para o aumento do bem-estar populacional.

A população residente do Bairro Rio Branco ainda declara que se sentem desassistidos de certa forma, e almejam melhorias na praça Caetano Ferigolo para que as crianças e as famílias aproveitem, caminhem, conversem e divirtam-se em um novo ambiente planejado estrategicamente para a interação social. Dando continuidade, o Quadro 3 abrange as imagens da praça Caetano Ferigolo, contendo os seguintes elementos: brinquedos, gramado, campo de futebol de areia, arborização e capela de oração.

	
Foto 13: Brinquedos	Foto 14: Campo de futebol de areia
	
Foto 15: Arborização	Foto 16: Capela de oração
	
Foto 17: Imagem aérea geral	Foto 18: Imagem aérea geral

Quadro 3 - Praça Caetano Ferigolo. Fonte: Autores, 2021.

### **Praça Visconde de Rio Branco**

De maneira geral a praça é muito arborizada, possui diversas variedades de flora existentes, como árvores nativas e flores. Conta com um chafariz, o qual fica localizado no ponto central da Praça.

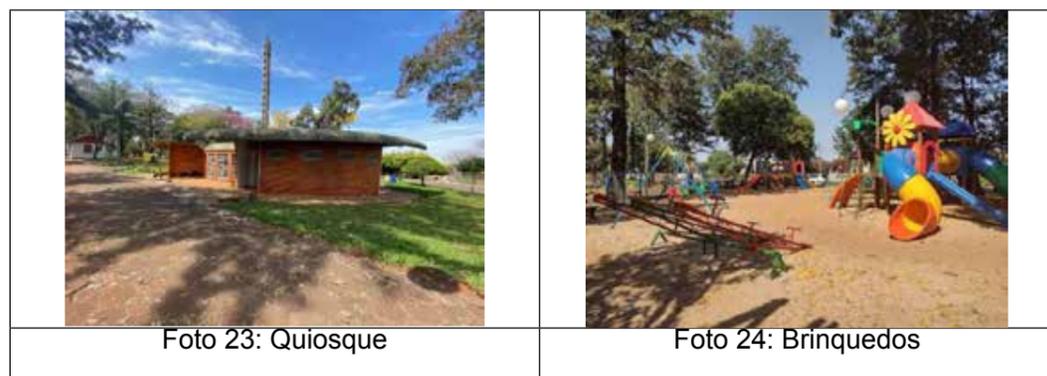
Um ponto forte desta localidade é a academia ao ar livre, e, recentemente a Administração Municipal inseriu o chimarródromo juntamente a academia, o local dispõe de água quente, fria e em temperatura ambiente a disposição de toda a sociedade. Como Pejuçara é um município do Sul do Brasil, há grande tradição da comunidade dirigir-se até a Praça e levar o seu chimarrão, desta forma o chimarródromo contribui positivamente para o aumento da dimensão humana pejuçarense.

A Praça Visconde de Rio Branco conta com diversos assentos de boa qualidade, brinquedos novos e seguros para as crianças, porém, possui um quiosque que está desativado, o que poderia servir de lancheria ou algo do ramo, que aumentaria ainda mais a dimensão e contato social entre a comunidade.

De modo abrangente, a presente praça é a mais equipada e supervisionada pela Administração Municipal, isso segundo observações e conversas informais realizadas, juntamente com a população pejuçarense residente na localidade. Como já mencionado, esta praça possui vasta iluminação e ainda conta com guarda noturno e câmeras de vigilância, o que traz ainda mais segurança e bem-estar para as pessoas. Em seguida, o Quadro 4 demonstra as imagens da praça Visconde de Rio Branco, abrangendo os elementos principais: arborização, chafariz, academia ao ar livre, gramado, palanque oficial, quiosque e brinquedos.

	
Foto 19: Arborização	Foto 20: Chafariz
	
Foto 21: Academia ao ar livre	Foto 22: Palanque Oficial

Quadro 4 - Praça Visconde de Rio Branco. Fonte: Autores, 2021.

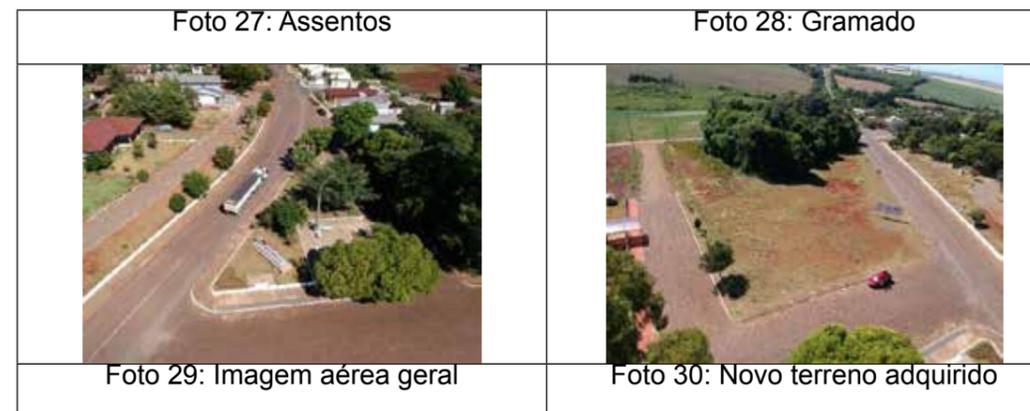


### Praça Savino Costa Beber

A terceira praça é a Savino Costa Beber, e está localizada no Bairro Renascer do Município de Pejuçara. Essa praça possui algumas árvores, assentos e uma capela, porém, os residentes deste Bairro alegaram, informalmente, que há a necessidade de mais iluminação, pois um ambiente iluminado traz segurança à comunidade. Outra questão abordada pelos moradores do Bairro Renascer é de que a Administração Municipal busca preservar e aperfeiçoar o ambiente sempre que possível.

A praça Savino Costa Beber é a menor dentre as três estudadas, pelo seu dimensionamento limitado não é possível investir em brinquedos, assentos, etc, assim sendo, um novo terreno foi adquirido pela Administração Municipal de Pejuçara, o qual será utilizado, futuramente, para ampliação e construção de uma nova praça. Esta localidade fica à frente da praça Savino Costa Beber e é de vasto tamanho, assim, podendo ser realizado um belo planejamento para o bem-estar da população pejuçarense.

Em seguida, o Quadro 5 exibe as imagens da praça Savino Costa Beber, contemplando os seguintes elementos: capela, letreiro, arborização, assentos, gramado e o novo ambiente adquirido pela Administração Municipal pejuçarense.



Foi possível observar na presente pesquisa, que a cidade de Pejuçara/RS possui três praças pequenas, onde estas apresentam uma maior apropriação por parte da população, essencialmente pelas funções em que a mesma desempenha, tal qual, diferencia-se de uma praça de uma cidade de grande porte, que usualmente possuem usos diversos. As três praças do Município em estudo desempenham as funções de: estética, ambiental e a social.

No que diz respeito à função estética, a mesma é capaz de contribuir para a quebra de uma certa monotonia presente na paisagem do Município. Através da caracterização e sinalização dos espaços, as praças contribuem para a interação da dimensão humana, juntamente com o meio ambiente. Já quanto a função ambiental, as praças do Município de Pejuçara/RS contribuem efetivamente para a melhoria do clima urbano, bem como para a qualidade do ar, visto que, as praças são altamente arborizadas, com amplos gramados, flores diversas e chafariz, que proporcionam conforto ambiental.

E por fim a função social, pode ser observado que as atividades ligadas ao prazer e lazer são predominantes, em diversas faixas etárias, essencialmente entre jovens e crianças. Dentre as atividades, destaca-se: caminhar, andar de skate, brincar nos parques, academia ao ar livre, bicicleta e passeios em família. Além disso, as praças de Pejuçara oferecem belas paisagens, locais para descanso, contribuindo de forma positiva para o lazer e a prática de atividade física.

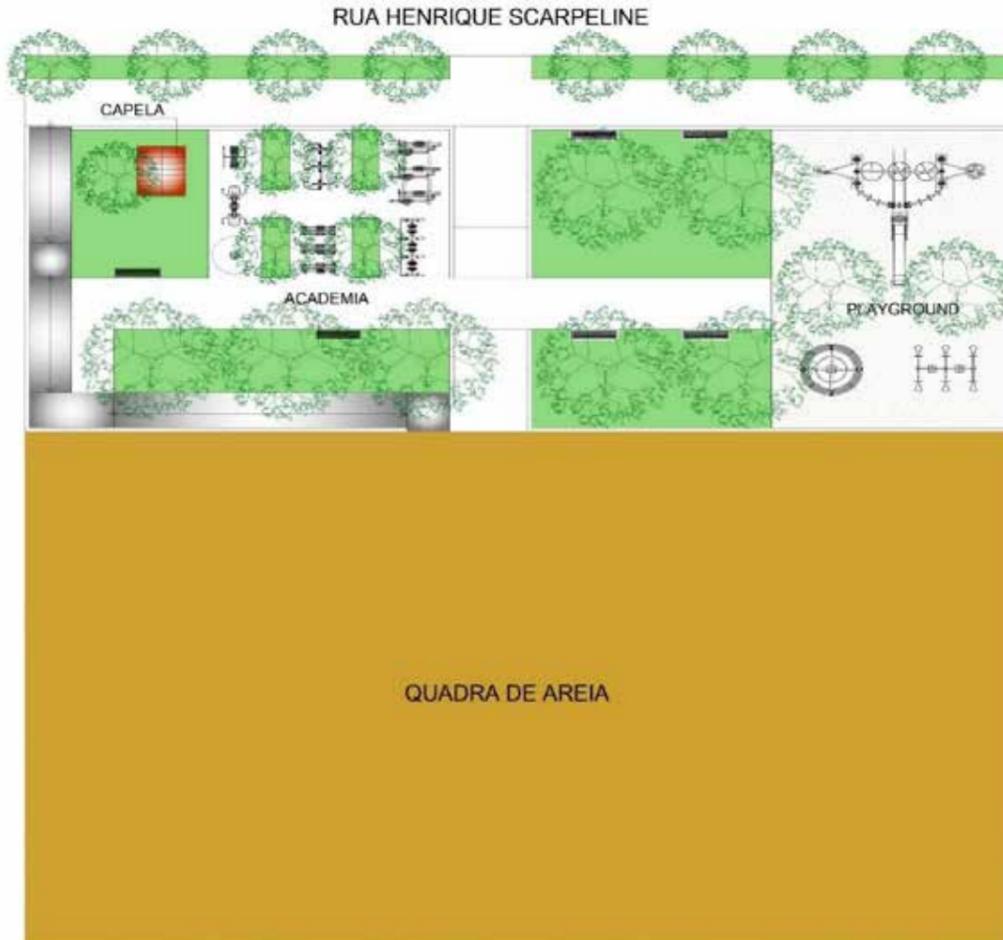
A praça Caetano Ferigolo possui rampas de acessibilidade, porém conta com entulhos na rua, ou seja, limitadores urbanísticos que podem ser resolvidos. A praça Visconde de Rio Branco é a que possui mais acessibilidade dentre as três praças estudadas, a qual conta com rampas de acesso para cadeirantes e estacionamento preferencial para os idosos. E por fim a praça Savino Costa Beber não possui rampas e nem brinquedos, sendo assim, necessário realizar um replanejamento da mesma, para que melhore a dimensão e qualidade de vida humana.

### Sugestões de Melhorias

Boas cidades de se viver, serão aquelas que tragam consigo o conceito de *bem viver* (ACOSTA, 2016), este lema deve ser resgatado e assumido como uma forma de prioridade pelos gestores públicos frente a população. Onde se vive em paz, harmonia, alegria e com equilíbrio ambiental é onde as pessoas desejam residir ou visitar (CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS, 2017; GEHL, 2013). Desse modo, são sugeridas estratégias de melhorias para a localidade de Pejuçara/RS, bem como sua dimensão humana a partir do diagnóstico realizado.

Quanto ao Design Urbano, observou-se que o Município não conta com ciclovia nem ciclofaixas, deixando de oferecer segurança aos ciclistas no seu trajeto para o serviço,

Figura 5 - Planta Baixa: Novo layout da Praça Caetano Ferigolo. Fonte: Autores, 2021.



escola ou lazer. Desta forma, sugere-se a criação de um ambiente destinado para a interação e desenvolvimento da dimensão humana, ou seja, a construção de uma ciclovia, e um caminhódromo para a população, bem como aprimorar as sinalizações, a fim de garantir uma integração entre os meios de transporte com os pedestres, ciclistas e veículos.

No que diz respeito à estrutura, foi possível verificar que muitos passeios no Município estão desnivelados, com buracos e muitos deles não respeitando a NBR9050, sem rampa de cadeirante nas esquinas nem faixas-elevadas nos cruzamentos de grande circulação de pedestres. Notou-se uma ausência de sinalização horizontal e vertical em algumas vias no Município de Pejuçara/RS, ocasionando insegurança aos condutores e a falta de sinalização para vagas de estacionamento de veículos e motocicletas, principalmente para os portadores de necessidades especiais próximos aos estabelecimentos públicos, mercados, e maiores comércios.

A iluminação pública é de qualidade em diversos bairros do Município, porém, especialmente na Praça Caetano Ferigolo, nota-se que a mesma é inexistente, o que pode ocasionar em insegurança para a população. O Município vem substituindo as lâmpadas antigas por novas, mas ainda possui vias com pouca iluminação pública. Desta forma, é indicado que seja adicionado pontos de luz nessas localidades que estão de certa maneira desassistidas, a fim de suprir tal necessidade. Pejuçara/RS possui uma arborização bastante relevante, com árvores de diversas espécies e tamanhos, contribuindo assim para uma estética e para um melhor conforto térmico.

Para o lazer o Município conta com três praças analisadas. Seguem algumas sugestões para melhorias delas através de plantas baixas, Figuras 5, 6, 7 e 8, elaboradas pelos autores, tendo em vista as necessidades dos munícipes e os Critérios de Gehl.

Para o layout sugerido da Praça Caetano Ferigolo, foram inseridas as melhorias desejadas pelos munícipes, tais como: acessibilidade através de escadas e rampa,



Figura 6 - Planta Baixa: Novo layout da Praça Visconde de Rio Branco. Fonte: Autores, 2021.

bancos novos, iluminação, novos brinquedos infantis e academia ao ar livre, bem como uma maior e melhor arborização.

Foram inseridas no layout da praça Visconde de Rio Branco, as melhorias recomendadas pelos moradores como: acessibilidade através de rampas, bancos novos e pista de skate, cancha de bocha e um ambiente destinado para os animais de estimação, segundo os residentes do Município essa praça é a mais completa e abrangente no que diz respeito à dimensão humana.

Para a Praça Savino Costa Beber, foram sugeridas as melhorias almeçadas pela população, como por exemplo: acessibilidade através de rampa, bancos novos, iluminação e implantação de fonte interativa luminosa, adição de brinquedos infantis e arborização.

Recentemente, o Poder Público Municipal de Pejuçara adquiriu um terreno urbano para futura construção de uma edificação ou uma praça. Como esta pesquisa trata de uma análise dos espaços livres do Município e dos Critérios de Qualidade de Gehl, onde o autor enfatiza a importância da garantia da dimensão humana no planejamento da cidade para que haja uma integração no trabalho do desenvolvimento urbano. Sendo assim, elaborou-se uma proposta de Praça Municipal para o terreno livre.

De acordo com o layout da futura praça, o Município poderá ofertar diversos atrativos à população preservando a arborização existente além do novo paisagismo, o espaço contará também com bicicletários, diversos bancos, iluminação adequada e implantação de uma fonte interativa luminosa, inserção de academias infantis e para a terceira idade, pista de skate e quadra de esportes. Visto que, o local fica próximo da Escola Municipal Infantil Maria Schuster buscou-se por acessibilidade através de rampas e passeios adequados conforme NBR9050, que possibilita alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS



TÉCNICAS, 2015).

Segundo a própria Constituição Federal, cabe ao Poder Público Municipal promover um adequado ordenamento territorial através de um planejamento e controle urbano eficaz. Desta forma, ordenar significa criar condições adequadas para o desenvolvimento, assim, é necessário realizar um estudo profundo no Município no que diz respeito às suas potencialidades e fragilidades, para que assim se estabeleça um cenário em que se deseje alcançar (Art. 30, inciso VIII).

Para isso, deve-se pensar: *Que cidade se deseja para seus filhos, netos e amigos? Quais características ela possui?* A partir destes questionamentos é fundamental diagnosticar e definir onde se deseja chegar, e quais são as aspirações e expectativas da sociedade residente, para que assim se trace a direção correta para se seguir.

A construção, manutenção e revitalização dos espaços urbanos é de extrema importância, e essa ação deve ser encarada e vencida pelos gestores municipais e atores como benefício futuro para toda população da cidade. A construção de cidades para as pessoas, em prol do seu bem-estar, é um grande desafio e trata-se de tarefas urgentes a serem desenvolvidas, tendo sempre como objetivo a transparência e a ação cooperativa.

Por fim, o desenvolvimento de maneira efetiva de um Município não será alcançado individualmente, visto que está intrinsecamente relacionado com a sustentação, apoio mútuo e a formação de redes. Por isso há a necessidade de uma aliança forte e duradoura entre o Poder Público e a sociedade.



### Considerações Finais

Ao final deste estudo, por um lado é possível considerar que as três praças estudadas, Visconde de Rio Branco, Caetano Ferigolo e Savino Costa Beber, contribuem para o bem-estar da população pejuçarense. Apresentam ambientes bons e que proporcionam a interação social, onde a comunidade obtém a oportunidade de apreciar, bem como, aproveitar estes ambientes juntamente com a sua família. Por outro lado, não atinge efetivamente os 12 Critérios de Gehl, apresentando falhas nos aspectos demonstrados no Quadro 2, as praças estudadas não são perfeitas, necessitando de melhorias. Por tal problemática, sugeriu-se novos layouts como proposta de promoção das praças, como forma de aumentar o bem-estar da população.

Nos últimos tempos fala-se muito no conceito de *bem viver* (ACOSTA, 2016), mas os Poderes Públicos devem questionar-se: *bem viver para quem?* Através dos estudos realizados de Gehl, isso remete-se única e exclusivamente para as pessoas. Desta forma, é extremamente necessário e ambicioso elaborar planejamentos estratégicos que visem o bem-estar das pessoas, para que estas sintam-se confortáveis em ambientes públicos completamente planejados e arquitetados para elas.

Ao passo que o Poder Público limitar-se de seu fundamental papel na democratização, como na conservação e aprimoração dos ambientes públicos do Município, assim como, na divulgação eficiente à sua devida utilização pela sociedade, a população não será capaz de desenvolver a dimensão humana, a qual é extremamente valorizada por Gehl.

Os avanços nas cidades e municípios, principalmente nos pequenos, está intrinsecamente ligado ao bem-estar da população residente, porém, a realidade traz preocupações, visto que, o hábito de caminhar e pedalar não é valorizado como deveria. Desta forma, abrindo espaço especialmente para a circulação de tráfego de automóveis, em consequência, empurrando a população, diminuindo-se suas calçadas e passeios, assim contribuindo para uma marca insustentável para as cidades.

A partir desta visão, é evidente a importância de um planejamento urbano eficaz e equitativo, onde torna-se desejável um modelo que represente o bem comum, ou seja, o bem-estar das pessoas. As cidades que conseguem adaptar-se aos 12 Critérios sugeridos por Gehl, tendem a se aproximar de um desenvolvimento de sua urbanização mais pleno, sustentável e adequado à escala humana.

No Município de Pejuçara/RS, objeto do presente estudo, foi possível observar que há grandes feitos realizados pela Administração Municipal, a qual busca aprimorar e manter os ambientes públicos adequados para a utilização da população. Porém, também é notado algumas imperfeições, o que se torna importantíssimo para realizar um replanejamento. Com base nisso, foram sugeridas diversas estratégias de melhorias de fácil implementação, segundo a ótica dos autores, bem como, dos moradores do Município. Além disso, uma proposta foi apresentada para a possível construção de uma Nova Praça Municipal para o terreno adquirido recentemente pelo Poder Público, para que se aumente e conserve o bem-estar da comunidade pejuçarense.

Além de planejar espaços destinados ao lazer, recreação e conforto para a população, o Poder Público Municipal deve assegurá-lo através de políticas públicas de qualidade, desta forma, tornando este ambiente mais atrativo, e assim, promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Entretanto, ao considerar todos os elementos estudados, descritos e aplicados por Gehl, possivelmente se conquistará um planejamento urbano extremamente inteligente e viável, alinhando o bem-estar aos desejos e necessidades das pessoas.

As limitações encontradas no decorrer da pesquisa dizem respeito à inexistência de projetos ou plantas baixas das praças, e, a única existente é antiga e ultrapassada, abrangendo apenas a rota das calçadas da praça Visconde de Rio Branco. Por tal motivo, os autores realizaram fotos aéreas com drone, a fim de realizar um mapeamento das praças, tangibilizá-las e sugerir possíveis melhorias.

Por fim, além das limitações vencidas no estudo, há o desejo de realizar mais melhorias urbanísticas no Município de Pejuçara/RS, desta forma, elencam-se a continuidade e as recomendações de trabalhos futuros. Para a continuidade, pretende-se apresentar este relatório ao Poder Público municipal, juntamente ao setor de engenharia, com a intenção de sugestão para o aprimoramento das praças. Para estudos futuros propõe-se realizar um plano de mobilidade urbana, visto que, o mesmo é inexistente no Município, para que assim, haja a melhoria contínua e eficiente para os municípios, ou seja, uma cidade planejada e pensada nas pessoas, na justiça e nas boas experiências de viver.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 9050/2015: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/temas/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/legislacao/abnt-nbr-9-050-2015/view> . Acesso em: 10.ago.2022.

ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Editora Elefante. São Paulo, 2016.

BRASIL. *Constituição Federal* - República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. *Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001*. Estatuto da Cidade. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm) . Acesso em: 31.ago.2021.

BRASIL. *Lei Federal nº 12.587, 3 de janeiro de 2012*. Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm) . Acesso em: 11.ago.2022.

BRASIL. *Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015*. Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) . Acesso em: 11.ago.2022.

BRASIL. *Lei nº 13.724 de 04 de outubro de 2018*. Programa Bicicleta Brasil (PBB). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13724-4-outubro-2018-787222-publicacaooriginal-156539-pl.html> . Acesso em: 08.ago.2022.

CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS. *Guia de ação de gestores municipais para a construção de cidades sustentáveis*. Brasília: Senado Federal, 2017.

COSTA, A. G. V; LOPES, D. R; MARTORELLI, M. *Mobilidade Urbana – Conceito e planejamento no ambiente brasileiro*. Curitiba: Appris, 2020.

DEEDADOS. *Banco de Dados do Rio Grande do Sul – RS*. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa=0> . Acesso em: 07 ago. 2022.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 3ª Edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KOTLER, P; HAIDER, D. H; REIN, I. *Marketing Público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões, estados e países*. São Paulo, Makron Books, 1994.

GASTAL, S. O Produto Cidade: Caminhos da Cultura, Caminhos do Turismo. In: *Turismo Urbano*. CASTROGIOVANI, Antonio Carlos (Org.) 3ª Edição. São Paulo: Contexto, 2001.

GEHL, J. *Cidades para pessoas*. 2ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2013. GEHLPEOPLE. *Gehlpeople Our Story*. Disponível em: <https://gehlpeople.com/> . Acesso em: 31.ago.2021.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002. IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Cidade e Estados – Pejuçara/RS. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/pejuçara.html>. Acesso em: 01.set.2021.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Editora Martins Fontes, São Paulo, 1982.

MAHFUZ, E. C. da. Projetos que valorizam a vitalidade das cidades. *Libreto: Fronteiras do Pensamento – Temporada 2016*. Disponível em: [https://www.fronteiras.com/ativemanager/uploads/arquivos/produtos\\_culturais/](https://www.fronteiras.com/ativemanager/uploads/arquivos/produtos_culturais/)

d71c6eb09cf12b22f8ae2bf4cb24d0cb.pdf . Acesso em: 31.ago.2021.

ONU. *Nova Agenda Urbana: Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável*. 2019. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf> . Acesso em 11.ago.2022.

OUR WORLD IN DATA. Disponível em: <https://ourworldindata.org/>. Acesso em: 01.set.2021.

ROLNIK, R. *O Que é Cidade*. 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

THOMPSON, A. A; STRICKLAND III, A. J. *Planejamento Estratégico: elaboração, implementação e execução*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

WORLDOMERS. *População Mundial*. Disponível em: <https://www.worldometers.info/br/> . Acesso em: 31.ago.2021.

# TERRITÓRIOS DE PELOTAS

## Cartografia de uma cidade sagrada

TERRITORIES OF PELOTAS  
Cartography of a sacred city

Martha Rodrigues Ferreira<sup>1</sup>,  
Marceli Teixeira dos Santos<sup>2</sup> e Louise Prado Alfonso<sup>3</sup>

### Resumo

Localizadas ao Sul do Rio Grande do Sul, Pelotas e Rio Grande conformam a segunda região do Brasil com maior número de Casas de Religiões de Matrizes Africanas. Estima-se que sejam duas mil Casas de Religiões de Matrizes Africanas apenas na cidade de Pelotas. A partir do Projeto de Extensão Terra de Santo/UFPel, foram construídas cartografias com os trajetos que Filhos/as de Santo fazem em seus cotidianos, e para a realização de Rituais Sagrados. Essas cartografias acrescentaram aos debates de uma exposição digital e se tornaram um importante instrumento de comunicação com o público visitante do site, uma ferramenta visual para demonstrar essa Pelotas Sagrada trazendo à tona uma outra concepção de Sul e de cidade, tornando menos abstrata a Pelotas Macumbeira, Batuqueira, Umbandista, Quimbandista, Candomblecista que antes fervilhava apenas na oralidade e na imaginação de grupos específicos (praticantes de Religiões de Matrizes Africanas).

Palavras-chave: cartografia, Religiões de Matrizes Africanas, Pelotas/RS.

### Abstract

*Located in the south of Rio Grande do Sul - Brazil, Pelotas and Rio Grande make up the second region of Brazil with the highest number of Afro-Brazilian Religions places, called Terreiros. It is estimated that there are two thousand Terreiros in the city of Pelotas only. The university extension project "Terra de Santo" built cartographies with the paths that "Filhos/as de Santo" make daily, as well as for the realization of their Sacred Rituals. These cartographies were part of a digital exhibition and became an important instrument of communication with the public visiting the site, a visual tool to demonstrate this Sacred Pelotas. Visual resources that bring to light another conception of the South of Brazil and Pelotas, make Pelotas Macumbeira, Batuqueira, Umbandista, Quimbandista, Candomblecista less abstract. What once bubbled up only in the orality and imagination of specific groups is now evident.*

*Keywords: cartography, Afro-Brazilian Religions, Pelotas/RS.*

1 Graduada em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Colaboradora do Projeto de Pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas/RS.

2 Mestre em Geografia (2022) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduada em Licenciatura em Geografia (2018) pela UFPel. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEUR) e ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR).

3 Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (2012), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (2006) e Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1999). Professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel, do Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGant/UFPel) e do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel). Coordenadora do Projeto de Pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas/RS.

### Introdução

À beira da Lagoa dos Patos encontra-se Pelotas, à 60 km de distância de Rio Grande, estas duas cidades juntas configuram a segunda região com o maior número de Terreiros do Brasil. Estima-se que sejam mais de duas mil casas de Religiões de Matrizes Africanas apenas em Pelotas (Alfonso e Ferreira, 2020).<sup>4</sup>

O projeto "Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas" desenvolve suas ações desde 2016, quando a "Comunidade Beneficente Tradicional de Terreiro Caboclo Rompe Mato Ilê Axé Xangô e Oxalá" (CBTT) procurou a equipe do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) pedindo auxílio para a patrimonialização da CBTT. O pedido teve como objetivo "ressaltar a importância das religiões de matrizes africanas para a região de Pelotas" (DOSSIÊ..., 2018). Foi durante a escrita do Dossiê de Patrimonialização que essa Pelotas "colorida", como pretendemos apresentar neste artigo, foi surgindo.

Essa Pelotas colorida põe em pauta a concepção amplamente reforçada de que Pelotas é uma cidade branca e europeia. Uma construção de cidade elitista, heteronormativa e cristã, construída a partir de uma história que valoriza temporalidades específicas como a época das charqueadas (ALFONSO; RIETH, 2016, p.4), das famílias charqueadoras, representadas por homens brancos que mantinham o poder político e econômico. Esta narrativa se atualiza no presente a partir do que consideramos como narrativas oficiais, reforçadas por políticas públicas das áreas da cultura, da educação e do turismo. Como exemplo, mencionamos os *folders* e materiais turísticos que apresentam e fortalecem esse ideal de cidade (BERGMANN, 2019).

Em 2019, logo após a entrega do Dossiê com o pedido de reconhecimento da CBTT enquanto patrimônio imaterial, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, ressaltou a importância da realização de um mapeamento dos Terreiros da cidade, de forma a apontar a marcante presença das Religiões de Matrizes Africanas em Pelotas, mostrando a contribuição dos Terreiros na construção da cidade ao longo do tempo. A partir deste incentivo do IPHAN o projeto se reorganiza para realizar tal mapeamento, tendo como exemplo outros mapeamentos ocorridos em outras partes do Brasil.

Cabe destacar que é uma característica dos mencionados projetos<sup>5</sup>, embora multidisciplinares<sup>6</sup>, serem embasados em perspectivas teórico-metodológicas da Antropologia, o que propicia que se reconfigurem a cada ano, atendendo a demandas dos grupos e lideranças parceiras da pesquisa. A proposta dos projetos é, a partir de diferentes iniciativas, identificar como as comunidades fazem e ocupam a cidade em seus cotidianos (AGIER, 2015). O Projeto "Terra de Santo" busca entender a cidade por meio das práticas religiosas dos Terreiros.

Neste artigo, temos como objetivo apresentar uma cidade que é feita, também, por estas Religiões invisibilizadas na história oficial. Traremos cartografias produzidas a partir de respostas dadas por pessoas de Terreiro do município de Pelotas durante o

4 As estimativas advêm de pesquisas que o projeto de extensão "Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas", vem desenvolvendo no âmbito do projeto de pesquisa "Margens: Grupos em Processos de Exclusão e suas Formas de Habitar Pelotas", vinculado ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) do Curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas.

5 O Projeto de Pesquisa "Margens", além do projeto de extensão "Terra de Santo", vincula mais dois projetos de extensão, sendo eles: "Mapeando a Noite: o universo Travesti" e o "Narrativas do Passo dos Negros: exercício de etnografia coletiva para antropólogos/as em formação".

6 Fazem parte da equipe do projeto de pesquisa Margens, pessoas da graduação e pós-graduação dos cursos de antropologia, arqueologia, arquitetura, ciências sociais, turismo, geografia, entre outros.

processo de mapeamento que ocorreu em 2019. Onde são apontados alguns locais importantes para as práticas Religiosas dos Terreiros pesquisados. Analisaremos como estes lugares, considerados Espaços Sagrados, muitas vezes patrimônios reconhecidos pela cidade, aos olhos dos Terreiros ganham novos significados, outras narrativas e respaldam existências diversas, desenhando uma Pelotas completamente afro-cultural-religiosa.

### Cartografias de Espaços Sagrados

No dicionário, “sagrado” é descrito como algo relativo a Deus, à religião, a cultos ou rituais religiosos de qualquer âmbito, ou até mesmo coisas e pessoas que recebem consagrações. Aqui, entenderemos Sagrado enquanto lugares e/ou coisas, ou seja, materialidades simbólicas que carregam significados ligados às Religiões sendo Espaços e/ou coisas que representam Orixás, Entidades e Santos cultuados nas Religiões de Matrizes Africanas. Neste sentido, Sagrado pode ser compreendido enquanto

[a] *externalização da fé*. Normalmente é relacionado a algum momento, espaço ou objeto que caracteriza a demonstração, ainda que individual e restrita, da religiosidade ou da fé dos indivíduos. Um espaço se torna sagrado pela perspectiva de uma pessoa ou de coletivo de pessoas. Um objeto é visto enquanto sagrado de acordo com a religiosidade individual ou de grupos, como exemplo a cruz, ou a água benta, trajetos e espaços urbanos, ou até os trajes utilizados em um culto, esses elementos só serão sagrados quando houver a religiosidade e a construção da fé/crença sobre eles (SANTOS, 2022, p. 34 e 35).

Neste sentido, a definição de “Sagrado” assemelha-se à Hierofania (Rosendahl, 1996, p. 81 e 82) que é um

[t]ermo proposto por Mircea Eliade (1962) para designar a manifestação do sagrado em objetos ou pessoas. A materialização do sagrado pode ocorrer em grutas, colinas, rios, pedras, árvores, ... e que, simbolicamente, origina o lugar sagrado, consagrando o espaço, tornando-o qualitativamente forte, demarcado e diferenciado, (ROSENDAHL, 1996, p. 81 E 82).

tendo como consequências, inclusive, a mudança da distribuição e organização espacial nas cidades, nos fluxos turísticos, na base econômica de municípios e na sazonalidade das movimentações e migrações existentes em determinados locais, ao exemplo das Hierópolis – cidades santuário – que têm o Sagrado como agente fundamental em sua constituição (ROSENDAHL, 1996, p.82).

Considerando que cada uma das duas mil Casas de Pelotas têm, pelo menos, mais de uma dezena de filhos/as de Santo e, que todas estas pessoas precisam realizar atividades e rituais pela cidade - ao exemplo dos rituais de iniciação do Batuque, onde é necessário realizar um trajeto por determinados pontos considerados Sagrados para estas Religiões/Culturas, como pelas praias, igrejas, pelo mercado e feiras, lojas, praças - percebe-se que a construção do Sagrado nos espaços cotidianos passa a ser multiplicada, consideravelmente, por cada indivíduo praticante.

Deste modo, as cidades são espaços de sacralidades e significados, podendo ser compreendidas como cidades repletas de simbolismos, signos e significados

abundantes de religiosidades, espiritualidades, fé e elementos culturais afro-brasileiros. E assim, “Pelotas se apresenta quase inteira enquanto um território Sagrado, uma cidade que também é (re)construída pelas Religiões de Matrizes Africanas no dia a dia” (RELATÓRIO..., 2020).

O uso do termo “Religiões de Matrizes Africanas” no plural tem como intenção reafirmar a ideia de que não existe apenas uma Religião Afro-brasileira, mas muitas, com suas peculiaridades, pois advêm de diferentes regiões do Continente Africano e aqui se multiplicaram, por meio da Circularidade Cultural (COSTA DE MELO, 2020) demarcando o contexto de (re)existências de cada grupo. Portanto, não estamos tratando apenas de uma Matriz, mas de várias.

Para demonstrar visualmente essa Pelotas Sagrada, a equipe do projeto “Terra de Santo” produziu em 2020, para a exposição digital “Patrimônios Invisibilizados: Para Além dos Casarões, Quindins e Charqueadas”, croquis com os dados das respostas do formulário do Mapeamento. O Mapeamento foi iniciado em 2019, de modo presencial e contemplado por entrevistas semiestruturadas com lideranças afro-religiosas do município em questão. Em 2020, devido a Pandemia de Covid-19 a continuidade do processo se deu por meio de Formulário Google divulgado nas redes sociais do GEEUR e encaminhado às redes de conexão de Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro). A proposta foi entender diferentes facetas destes Terreiros: suas inserções na cidade, suas matrizes culturais, quais as bacias de Ancestralidade, entre outros aspectos.

Para este trabalho, são ilustrados apenas os locais considerados *Sagrados* costumeiramente frequentados em/para os rituais, com o objetivo de compreender como essas pessoas habitam a cidade, quais seus trajetos e, a partir de seus deslocamentos, os fluxos e movimentos que auxiliam na construção da múltipla urbe pelotense e da herança afro-indígena na região.

A exposição digital “Patrimônios Invisibilizados: Para além dos Casarões, Quindins e Charqueadas” foi desenvolvida no site institucional da UFPel, o *WordPress*<sup>7</sup>. Foi elaborada no âmbito do projeto Margens, tendo como objetivo apresentar diferentes grupos que habitam a cidade de Pelotas/RS e que a constroem diariamente, valorizando patrimônios não oficiais (RELATÓRIO..., 2020). A exposição esteve dentro das comemorações do “Dia do Patrimônio de Pelotas”, organizado pela Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), evento que busca promover os patrimônios, evidenciando sua importância para a construção de Pelotas, e, neste sentido, entendemos que o “Dia do Patrimônio” se trata de um evento importante para acrescentarmos aos debates dos órgãos públicos estas outras narrativas sobre a cidade, buscando ampliar as reivindicações de grupos que sofrem processos de exclusão (as trabalhadoras domésticas, comunidade LGBTQIA+, povo de Terreiro, entre outros).

Neste âmbito, as cartografias surgem enquanto importante instrumento de comunicação com o público visitante do site, servindo como ferramenta visual para demonstrar a Pelotas Sagrada, intermédio das reivindicações e narrativas de grupos que afirmam as Religiões de Matrizes Africanas enquanto pilares indispensáveis para a manutenção cotidiana da cidade.

As cartografias simbólicas e/ou cartografias sagradas tratam-se de instrumentos fundamentais para visualização e registro de acontecimentos relevantes que passam a ser contados a partir da memória e da lapidação da identidade individual e coletiva,

<sup>7</sup> Para acessar a exposição: <https://wp.ufpel.edu.br/margens/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

permeada na materialidade dos lugares e dos não lugares, ou seja, é através destes recursos visuais que o simbolismo dos espaços pode ser compreendido por grupos outros a partir da espacialização de fenômeno religioso (LEMOS, 2010, p. 36).

As cartografias simbólicas na atualidade permitem “através da síntese gráfica, observar e problematizar diversos aspectos do campo religioso” (LEMOS, 2010, p. 36), da construção e dinamização das cidades, bem como o uso, apropriação e identificação de diferentes grupos com as materialidades e imaterialidades espaciais, resultando nos múltiplos territórios, disputas, negociações, táticas de sobrevivência que modelam a urbe e as culturas. É, também, por meio das cartografias simbólicas que são visualizados padrões e sistemas de comportamentos individuais e coletivos, bem como as negociações e regras que costumeiramente moldam o uso e apropriação do espaço, ao exemplo de “orientações dadas a cristãos: como se deve proceder, agir, espalhar os enunciados religiosos, disseminando espacialmente sua fé” (LEMOS, 2010, p. 36), ou ainda os trajetos sagrados realizados por Comunidades Tradicionais de Terreiro.

### Metodologia

A elaboração de recursos cartográficos surge dentro das possibilidades de construção do conhecimento enquanto um importante instrumento de reflexão e divulgação de informações, dados, notícias, leituras e interpretações do Espaço (FRANCISCHETT, 2004). Estas construções cartográficas, comumente apresentadas enquanto mapas, podem ser veiculadas em formatos alternativos (igualmente oficiais aos mapas), mas enquanto ferramentas ditas não-convencionais, justamente por reunir outras informações e narrativas propostas por grupos e/ou indivíduos (SEEMANN, 2011).

A construção destes recursos não convencionais surge enquanto meio para a divulgação de uma cidade concebida pelas margens, observada a partir das diferentes formas de habitar e de conceber seus patrimônios, de maneira que subverte as fronteiras do que é um Bem patrimonial. Diante disso, o Croqui enquanto recurso cartográfico surge para a produção e apresentação dos dados aqui mencionados como a ferramenta acessível às demandas apresentadas pelo grupo e pelos Povos de Santo.

Para a construção das cartografias, foi usada a plataforma *Google Maps*, aliada às bases de dados do município disponíveis no site oficial de Pelotas (separações do mapa urbano em macro, meso e microrregiões administrativas).

Vale destacar que o projeto utiliza enquanto caminho metodológico a etnografia, considerada não só como um método, mas também, como teoria (PEIRANO, 2014). Uma forma de fazer própria das pesquisas antropológicas, que é pautada no diálogo, valorizando as narrativas que a própria comunidade destaca como importante, sendo assim, nas respostas do formulário foram valorizados como Sagrados os pontos que cada interlocutor/a evidencia como importante, pois, para cada Casa de Religião, diferentes pontos da cidade são utilizados e considerados relevantes em suas práticas. Estes locais são alterados conforme a localização do Terreiro, as possibilidades de deslocamento dos membros da Casa, horário de realização de cada ritual, particularidades físicas, espirituais e espaciais dos locais.

A construção destes trajetos Sagrados é iniciada a partir de entrevistas e do formulário disponibilizado às Comunidades de Terreiros via plataforma *Google*, o questionário elaborado continha onze perguntas que buscavam entender como estes trajetos eram feitos, quais bairros eram atravessados, se saiam de seus bairros para entrar em contato com outros espaços (ao exemplo de matas ou lugares com água, muito



presentes nas práticas religiosas), quais os locais do município que eram considerados Sagrados para cada Casa.

Na etapa seguinte, após trabalhar os dados, definiu-se a construção das cartografias, tendo como objetivo, de acordo com o mencionado, a construção de Croquis que explicitaram os espaços e trajetos Sagrados em Pelotas. A cidade foi dividida por Macrorregiões Administrativas (MA) de acordo com o Plano Diretor do Município (PELOTAS, 2008), contendo um recurso cartográfico para cada região, onde foram utilizadas cores diversas e ícones específicos para a confecção, com base nas indicações feitas pelas lideranças das Casas, de representações espaciais.

Distribuição das Macrorregiões Administrativas (MA) de Pelotas/RS e cores -Croquis	
MA	COR
Areal	Azul
Centro	Amarelo
Fragata	Roxo
Laranjal	Laranja
São Gonçalo	Verde
Três Vendas	Vermelho
Barragem	Cinza (ausência de dados)

Figura 1 - Fluxograma das etapas de elaboração para as cartografias. Fonte: Autoras, 2022.

Tabela 1 - Distribuição das Macrorregiões Administrativas de Pelotas. Fonte: Autoras, 2020.

Ícones do Google Maps (por nomenclatura) e significados de uso – Croquis	
Ícone	Representação
Tsunami	Praia/Lagoa/Laranjal
Caveira	Cemitério
Cascata	Cascata/Cachoeira
Museu Japão	Igreja
Edifício Histórico	Mercado Central
Ponto de Encontro	Encruzilhada/Cruzeiro
Árvore Caduifólia	Mata/Floresta
Lugar de Adoração	Gruta de Iemanjá
Casa	Ilê/Terreiro/a

Os dados coletados dizem respeito às Casas de Religiões de **seis Macrorregiões Administrativas** de Pelotas/RS, sendo elas, Areal, Centro, Fragata, Laranjal, São Gonçalo e Três Vendas. Como até aquele momento não havia respostas de Lideranças Religiosas da Macrorregião Administrativa Barragem ao Formulário, ela não possui recurso cartográfico individual, aparecendo na cor cinza apenas no Croqui geral do município de Pelotas. Deste modo, ao todo foram elaboradas seis cartografias de MA e uma do município de Pelotas, totalizando sete Croquis.

Na Figura 2, constam os locais Sagrados mencionados pelas Casas de Religião de acordo com a origem da Macrorregião Administrativa onde está localizado o Terreiro.

Nesta etapa, como produtos do trabalho foram considerados os Croquis, a seguir apresentado na Figura 3. Na qual procura-se demonstrar o trajeto de quatro Ilês/Terreiras na Região do Areal.

### Resultados e discussão

Pelotas é uma cidade que construiu a sua identidade em cima das narrativas da época do charque, uma história branca e elitizada, que exclui e invisibiliza comunidades negras, rejeitando as suas presenças na construção da cidade, desde a fazedura dos doces (hoje patrimônio nacional) até à construção dos casarões do centro histórico ou das narrativas nas charqueadas e museus. Lugares, espaços e saberes, que foram construídos e calcificados por mão-de-obra de populações escravizadas e, contam os pilares de uma Pelotas Negra.

É por meio destas reflexões e dos dados apresentados anteriormente que convocamos a noção de uma cidade Sagrada, permeada pelas Culturas de Religiões de Matrizes Africanas que habitam o espaço de Pelotas contando suas narrativas, mantendo o movimento da cidade, alimentando seus saberes tradicionais e garantindo às próprias Religiões estarem (e continuarem) vivas nas cidades Sul-rio-grandenses.

Areal	Centro	Fragata	Laranjal	São Gonçalo	Três Vendas	Barragem
(Matas Verdes, Encruzilhadas, Casas Sagradas, Igrejas, Templos, Cemitérios, Praia e Cachoeiras)	(Mercado Público) (Cemitérios, Mata do Balneário dos Prazeres etc.)	(Mercado Público, Praia do Laranjal e outros) (Mata, Praia e Cruzeiro)	(Praia do Laranjal, Mercado Central, Cemitério, Matas, Encruzilhadas)	(Todas as regências dos Orixás) (Mercado Público, Igreja e Praia)	(Natureza) (Balneário dos Prazeres – Gruta de Iemanjá)	
(Mercado Público, Praia, Mata e Natureza)		(Balneário dos Prazeres e Praia do Laranjal, Igrejas, todas as áreas verdes)	(Praia, Mercado Público e Matas)	(Mercado Central, Igrejas Católicas, Praia, Lagoas, Matas, Cemitérios, Casas de Religiosos)		
(Praia)		(Mercado Público e Praia do Laranjal)				
(Matas, Praias, Cruzeiros abertos)						



Figura 3 - Região Administrativa Areal com o trajeto de quatro Ilês, intitulado de Espaços Sagrados: Religiões de Matrizes Africanas na cidade de Pelotas. Fonte: Projeto Terra de Santo, 2020.

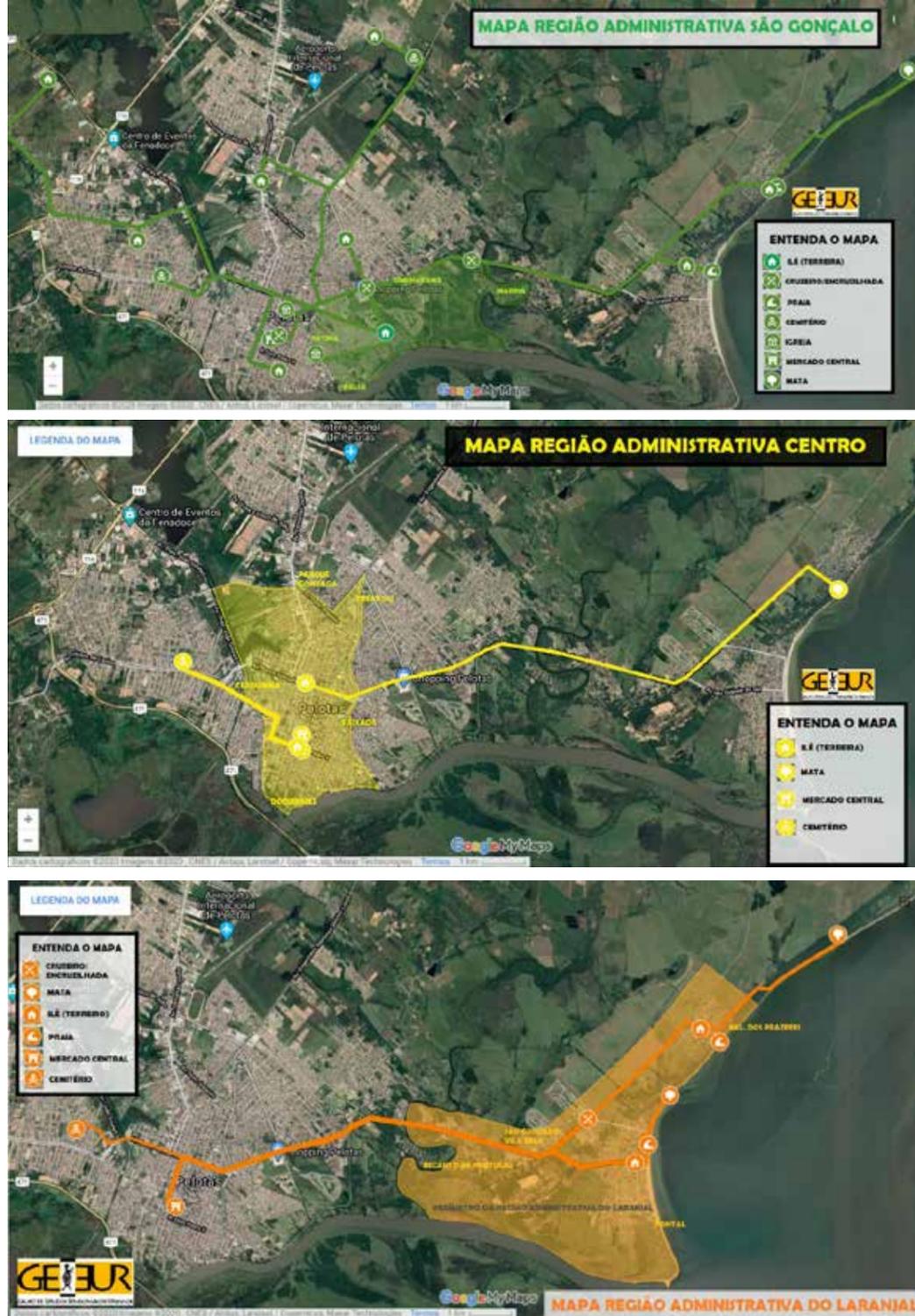
O movimento não acontece apenas pelo deslocamento de Religiosos pela cidade, mas pelo significado e as concepções que as próprias Religiões têm sobre a vida e seus fundamentos, o movimento energético e as compreensões sobre os lugares.

Os cruzeiros e encruzilhadas representam a passagem, as bifurcações do caminho que é a vida, as aberturas e fechamentos, as oportunidades, são relacionadas ao Orixá Bará, ao Exu, à Pombagira, ao Povo da Rua. Estes são grandes responsáveis pela limpeza e equilíbrio energético de cada prática, assim como os inícios e encerramentos dos rituais das Religiões. O Mercado Central também passa a ter novos significados, pois representa a troca, o comércio, a passagem, o movimento, que é religiosa e culturalmente relacionado ao Orixá Bará, cultuado nas práticas do Batuque. O Mercado deixa de ser uma edificação reconhecida por sua arquitetura, relevância histórica, por ser um atrativo turístico, passando a ser também o local onde o Bará está assentado.

Os cemitérios são entendidos como um local de ligação religiosa, representam as passagens, os desencarnes, assim como abrigam e materializam pedidos e oferendas em busca de saúde. Estes não são apenas um espaço de luto e tristeza, mas espaços de festa, de conexão espiritual acentuada, repletos de simbolismos e saberes ancestrais.

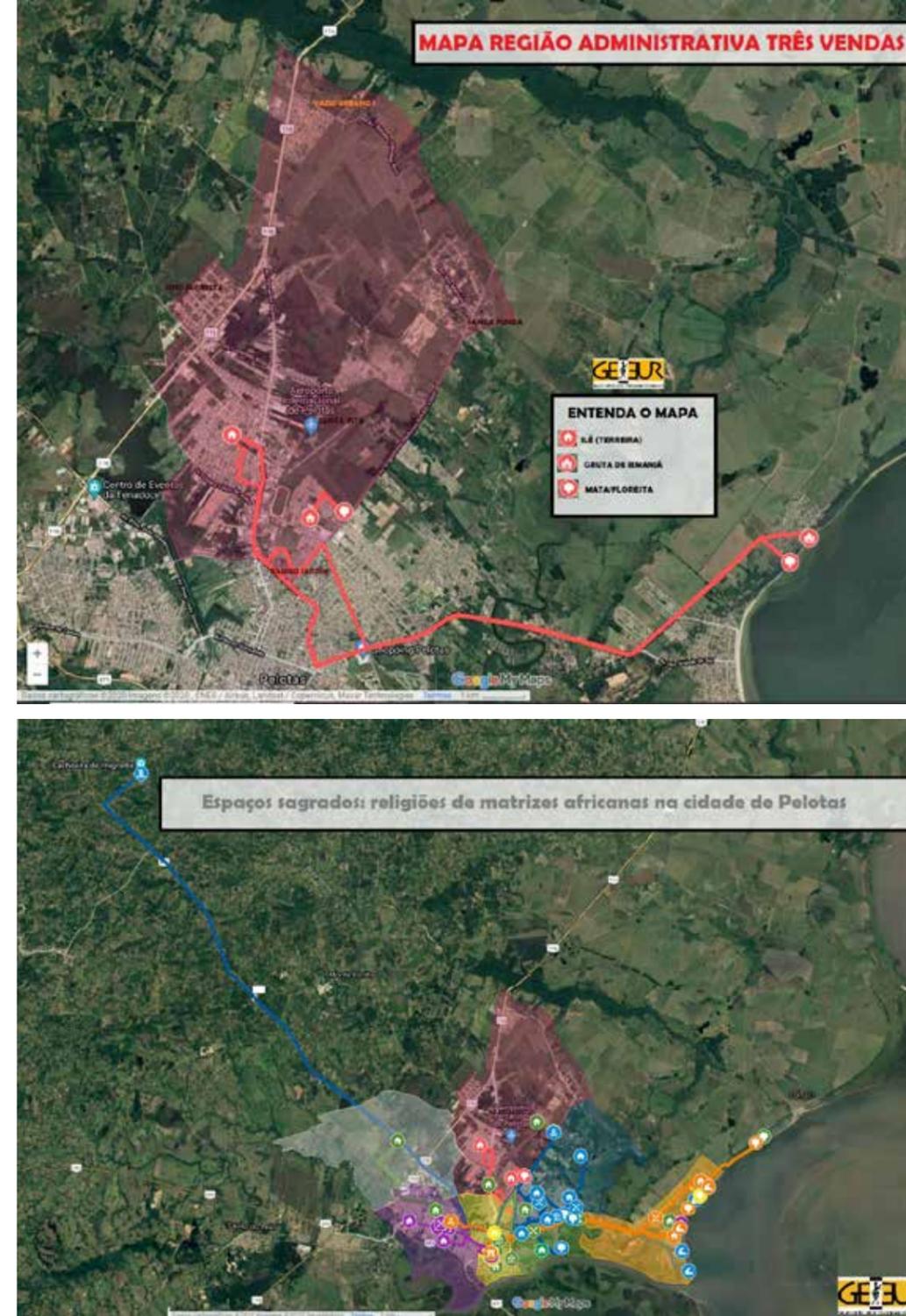
As praias tomam novos significados enquanto representações e espaços de Iemanjá, Orixá cultuada em muitas religiosidades do País. A gruta, o movimento das águas (o

Figura 4 - Região Administrativa São Gonçalo com o trajeto de um Ilê, intitulado de Espaços Sagrados: Religiões de Matrizes Africanas na cidade de Pelotas. Fonte: Projeto Terra de Santo, 2020. Figura 5 - Região Administrativa Centro com o trajeto de um Ilê, intitulado de Espaços Sagrados: Religiões de Matrizes Africanas na cidade de Pelotas. Fonte: Projeto Terra de Santo, 2020. Figura 6 - Região Administrativa do Laranjal com o trajeto de um Ilê, intitulado de Espaços Sagrados: Religiões de Matrizes Africanas na cidade de Pelotas. Fonte: Projeto Terra de Santo, 2020.



aumento e recuo das marés), bem como as festividades que ocorrem/ocorriam nas praias, transformam o cotidiano destas e de seus banhistas. Os encontros históricos de imagens e sacralidades na Laguna dos Patos apenas exemplificam algo que vive no (in)consciente das Pessoas de Santo: do cotidiano da pesca às movimentações na beira da Laguna, lemanjá dá o seu Axé. E a praia, patrimônio institucionalizado, preservado, restrito, vira a Praia das Religiões. O Patrimônio Macumbeiro.

Nas figuras 4, 5, 6 e 7, em comparação com a figura 3, é possível observar as diferenças onde cada espaço com um mesmo significado, como encruzilhadas ou a praia, estão em diferentes pontos da cidade. Assim, na cidade inteira evidenciamos representações e simbologias do Povo de Santo aos lugares.



### Conclusões

Os trajetos e espaços Sagrados de cada Terreiro/a por toda a cidade mostram o movimento constante, os fluxos pelas ruas, lojas, espaços públicos e privados, alterando e (re)construindo-se cotidianamente por cada pessoa, de cada Terreiro. Desta maneira, é possível afirmar que a preservação e visibilização destes modos de viver a cidade são essenciais para as narrativas e existências plurais em Pelotas, uma vez que, é por meio desses entrelaçamentos histórico-patrimoniais-antropológicos-geográficos que ocorrem as dinâmicas sociais e culturais dos espaços urbanos, ainda que estes tenham, ou não, expressões religiosas em sua essência.

Figura 7 - Região Administrativa Três vendas com o trajeto de um Ilê, intitulado de Espaços Sagrados: Religiões de Matrizes Africanas na cidade de Pelotas. Fonte: Projeto Terra de Santo, 2020. Figura 8 - Mapa final dos trajetos de Casas de Religião pela cidade de Pelotas/RS, intitulado de Espaços Sagrados: Religiões de Matrizes Africanas na cidade de Pelotas, 2020.

Trajetos são (re)definidos pelo que representam para as Religiões, cada ponto nas cartografias construídas equivale a uma espacialidade que tem consigo múltiplos significados. Os percursos da cidade são desenhados pela imaterialidade do que significam os locais, bem como os trajetos que pessoas Religiosas fazem cotidianamente, que são definidos pelo que representam em suas histórias e cosmologias.

É possível compreender que os recursos cartográficos servem de importante base para a ampliação do conhecimento produzido social e academicamente, uma vez que, o diálogo entre o visível, a complexidade, a sentimentalidade e as identificações de pessoas, grupos e/ou comunidades religiosas, dizem respeito à inclusão e participação da sociedade no fazer-refazer-construir os espaços de (des)afetividades. Por meio do recurso do Croqui que se torna menos abstrata a Pelotas Macumbeira, Batuqueira, Umbandista, Quimbandista, Candomblecista, que antes fervilhava apenas na oralidade e na imaginação de grupos específicos (praticantes de Religiões de Matrizes Africanas).

Compreendemos que essas pessoas, estas culturas e estas práticas Religiosas são o cotidiano da urbanidade. Com apenas dados iniciais das Casas de Religiões foi possível produzir cartografias que abarcam o município todo, imaginemos o que será da Pelotas Religiosa quando as duas mil Casas de Religiões de Matrizes Africanas demonstrarem seus locais, espaços e monumentos Sagrados. Por isso, ver a cidade por uma perspectiva Sagrada é, justamente, ver que os patrimônios vazam do Centro Histórico ou das Charqueadas, que os doces têm um outro significado, é ver uma cidade inteira patrimônio que conta outras histórias e não apenas a narrativa branca, europeia, de barões e baronesas afundados em uma opulência do passado. As cartografias nos mostram uma cidade colorida em sua pluralidade.

## Referências

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, [s. l.], v.21, n. 3, p. 483-498, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>. Acesso em: 02 jun. 2022.

ALFONSO, Louise Prado; FERREIRA, Martha Rodrigues. Entre terreiros, periferias e trabalho sexual: os desafios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação de antropólogos/as. In: *REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, 32., 2020, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ABA, 2020. v. 1. Disponível em: [http://evento.abant.org.br/rba/32RBA/files/990\\_2020-12-06\\_4223\\_23970.pdf](http://evento.abant.org.br/rba/32RBA/files/990_2020-12-06_4223_23970.pdf). Acesso em: 10 dez. 2020.

ALFONSO, Louise Prado; RIETH, Flavia Maria Silva. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga a cidade enquanto Bem Cultural. In: SCHIAVON, Camen Burget; PELEGRINI, Sandra de Cássia (org.). *Patrimônios Plurais: iniciativas e desafios*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2016. p. 131-147.

BERGMANN, L. R. *Imagens e narrativas de Pelotas: Uma análise do discurso turístico de uma cidade (re)imaginada*. 2019. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Curso de Bacharelado em Turismo, Universidade Federal de Pelotas.

COSTADE MELO, E. Circularidade cultural e agenciamentos territoriais: uma apreciação teórico conceitual : Cultural circularity and territorial agencies: a conceptual theoretical appreciation. *Caminhos da História*, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 79–93, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/2617>. Acesso em: 27 ago. 2022.

DICIO, Dicionário Online de Português. Sagrado. 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sagrado/> Acesso: 20 agosto 2022.

DOSSIÊ: Pedido de Reconhecimento da Comunidade Tradicional de Terreiro Caboclo Rompe Mato Ile Axé Xangô e Oxalá (CBTT). Pelotas: GEEUR, 2019.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. A cartografia no ensino-aprendizagem da geografia. *BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/francischett-mafalda-representacoes-cartograficas.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

LEMOS, Niedja de Almeida Brito. Cartografia Simbólica: Configuração Religiosa no Espaço Urbano de João Pessoa (PB). 2010.

RELATÓRIO FINAL DA EXPOSIÇÃO PATRIMÔNIOS INVISIBILIZADOS: Para Além Dos Casarões, Quindins e Charqueadas. Pelotas: UFPel, 2020.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço e religião: uma abordagem Geográfica./Zeny Rosendahl – Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2002.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014. Disponível em: Acesso em: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>. Acesso em: 30 maio 2022.

PELOTAS. Lei nº 5.502, de 11 de setembro de 2008. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Pelotas, Pelotas, 11 set. 2008. Disponível em: [https://www.pelotas.com.br/storage/gestao-da-cidade/lei\\_5502.pdf](https://www.pelotas.com.br/storage/gestao-da-cidade/lei_5502.pdf). Acessado em 30 de set. de 2021.

SANTOS, Marcell Teixeira dos. Quando os Tambores Tocam Geografia e Religião: estudo de caso da (in)visibilização da Umbanda em Pelotas, RS/ Marcell Teixeira dos Santos; Sidney Gonçalves Vieira, orientador. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2022.

SEEMANN, Jörn. A cartografia do cotidiano, mapas não convencionais e um atlas de narrativas. *Geograficidade*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 102-104, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/geograficidade2011.11.a12812>. Acesso em: 02 jun. 2022.

# CAMINHABILIDADE, COMPORTAMENTO E SEGURANÇA

## Uma avaliação das ocorrências de furto e roubo à pessoa em vias públicas de Vitória/ES

*WALKABILITY, BEHAVIOR AND SECURITY  
Evaluation of theft and robbery  
occurrences on the streets at Vitória-ES*

*Liziane de Oliveira Jorge<sup>1</sup>,  
Daniella do Amaral Mello Bonatto<sup>2</sup> e Brenda Miurim Dalfior<sup>3</sup>*

### Resumo

Caminhar tem se tornado um desafio devido às ameaças de violência urbana, em especial os altos índices de crimes em vias públicas. Este trabalho investiga os crimes patrimoniais contra a pessoa em vias públicas de Vitória-ES, bem como a sua correlação com os aspectos urbanísticos e suas consequências na qualidade de vida urbana. São analisadas as informações criminais fornecidas pela Secretaria da Segurança Pública do Espírito Santo, entre 2015 e 2019. Procedeu-se à estratificação dos tipos de ocorrência por bairros e à confecção de mapas georreferenciados, oportunizando a visualização precisa das ocorrências de furto e roubo à pessoa em vias públicas. Por fim, adota-se um recorte territorial com alta concentração de ocorrências para explorar, in loco, as características da forma urbana e a observação dos pedestres. Reafirmam-se a escassa diversidade social, o comportamento de risco dos pedestres, a erosão dos espaços públicos e ausência de fachadas ativas nos trechos perigosos.

Palavras-chave: Segurança Pública, violência urbana, furtos e roubos, pedestres, georreferenciamento.

### Abstract

*Walking has become a challenge due to the threats of urban violence, especially the high crime rates on the streets. This paper investigates property crimes against people on public streets in Vitória-ES as well as their correlation with urban aspects and their consequences in urban life quality. The criminal information between 2015 and 2019 provided by the Espírito Santo's Public Security Secretariat is analyzed. The types of the occurrences are stratified by neighborhoods and georeferenced maps are made, providing an accurate visualization of the occurrences of robbery and theft on streets. Finally, we adopted a territorial cut with high occurrences concentration to explore, in loco, the urban form characteristics and the observation of pedestrians. The scarce social diversity, the risky behavior of pedestrians, erosion of public spaces and the absence of active facades in dangerous stretches are reaffirmed.*

*Keywords: Public security, urban violence, theft and robbery, pedestrians, georeferencing.*

<sup>1</sup> Professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU/CAR/UFES). Dra. em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP/2012). Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFMG/2004). Arquiteta-urbanista pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFES/1998).

<sup>2</sup> Professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU/CAR/UFES). Pós-Doutora pela Universidade do Porto (FEUP/UPorto, 2021). Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ, 2012). Mestre em Engenharia Urbana (UFSCar, 2000). Arquiteta-urbanista (IAU/USP, 1996).

<sup>3</sup> Arquiteta Urbanista pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFES, 2021).

### Introdução

A Segurança é um tema de interesse de todos os cidadãos. Afeta profundamente o cotidiano de muitas comunidades vulneráveis que convivem com os piores indicadores de violência letal, especialmente homicídios, tráfico e violência doméstica. Segundo o Anuário Brasileiro da Segurança Pública (FBSP, 2020), o país, mesmo em um contexto de pandemia, registrou um aumento de 7,1% de mortes violentas no primeiro semestre de 2020, com 1 pessoa assassinada a cada 10 minutos. O perfil das vítimas letais no país evidencia questões estruturais e preocupantes da sociedade, com o predomínio de negros assassinados (74,4%), com 72,5% dos crimes cometidos com armas de fogo. Dos mortos, 51,6% são jovens até 29 anos e 91,2% são homens. Também houve um aumento nos crimes de feminicídio, violência doméstica (1 agressão física a cada 2 minutos), violência sexual (1 estupro a cada 8 minutos, com 57,9% das vítimas com no máximo 13 anos), violência contra a criança e o adolescente (10,9% das vítimas de assassinato em 2019), aumento da violência contra os indivíduos LGBTQI+<sup>4</sup>. Os únicos indicadores que tiveram queda substancial foram os crimes patrimoniais, em especial os roubos a transeuntes (queda de 34%), os roubos de veículos (queda de 22,5%), e roubos em estabelecimentos comerciais (queda de 18,8%) e residenciais (queda de 16%). Essa diminuição é um reflexo imediato do isolamento social e da pandemia de coronavírus, que implicou em menor circulação de pessoas nas ruas e, conseqüentemente, menores oportunidades para o infrator cometer o delito.

Em 2019 o país registrou um total de 1.314.472 roubos, valor 13,4% menos que 2018, que registrou quase 1,5 milhão de ocorrências de roubo (FBSP, 2020). O Espírito Santo registrou, consecutivamente, uma quantidade de 47.994 mil roubos em 2018 e 43.749 em 2019, acompanhando a tendência de queda nacional, com uma taxa quase 9% menor entre 2018 e 2019. Entretanto, o crime patrimonial que mais se destaca é o roubo a transeunte em via pública.

Caminhar tem se tornado um desafio devido às ameaças de violência urbana, em especial devido aos altos índices de crimes contra a pessoa em vias públicas. Caminhar pelas vias públicas no Brasil passou a ser uma atividade ameaçadora, pois a cada ano, há mais de 1,3 milhões de roubos aos transeuntes, sem falar nos furtos e roubos de veículos e nos acidentes de trânsito.

Em 2019 no Brasil o roubo a transeunte em via pública representou 45,9% dos crimes de roubo, enquanto no Espírito Santo, representou 68,7%, muito acima da média nacional (FBSP, 2020). O município de Vitória registrou, no ano de 2020, o correspondente a 15,25% dos furtos e roubos à pessoa em via pública de todo o Estado (SEPS/ES, 2020). Essa condição motivou a especial a investigação dos indicadores dos crimes patrimoniais em Vitória, bem como a sua correlação com os aspectos urbanísticos e suas consequências na qualidade de vida urbana e na erosão dos espaços públicos.

Adota-se como lugar de investigação aproximada o bairro Praia do Canto, microcentralidade do município de Vitória/ES, dotado de uma dicotomia: apesar de possuir atributos qualitativos de caminhabilidade (diversidade de usos, vitalidade, calçadas largas, percursos arborizados, acessibilidade) e mecanismos de controle habituais por parte dos moradores, condições favoráveis à segurança (JACOBS, 2001; GEHL, 2013; SPECK, 2016), o bairro ocupa o 4º lugar no *ranking* municipal de crimes de furto e roubo à pessoa em via pública de toda a capital. Soma-se a teoria do Espaço Defensável (NEWMAN, 1972) que introduz o *Design* como instrumento de

<sup>4</sup> O acrônimo LGBTQI+ faz referência a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis, queer, intersexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

prevenção do crime, sendo o conceito ampliado na prática profissional do urbanismo. Assenta-se como uma oportunidade de compreender as relações entre o fenômeno urbano e a segurança, entrelaçamento de natureza complexa e necessária em políticas públicas.

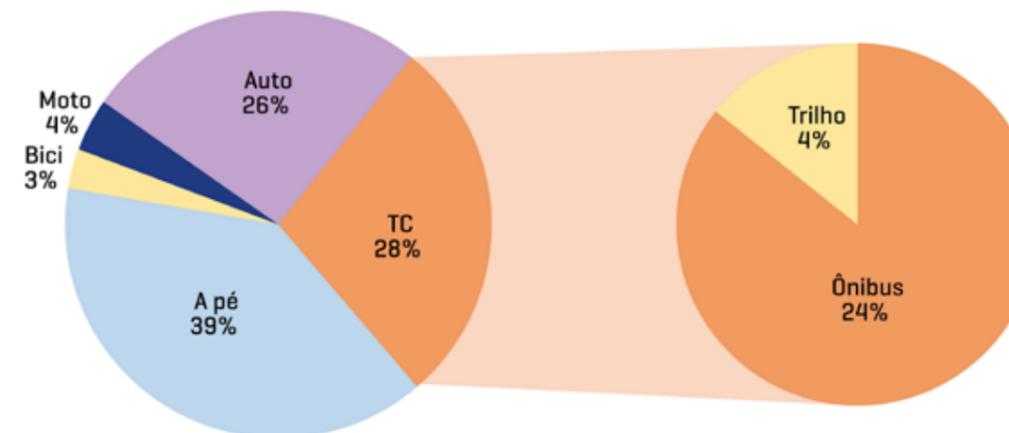
Este artigo faz parte de uma pesquisa acadêmica que assume o desafio de analisar a relação do usuário com o espaço público, de modo a observar a qualidade do espaço e da forma urbana, bem como o comportamento dos pedestres.

### Caminhabilidade & CPTED

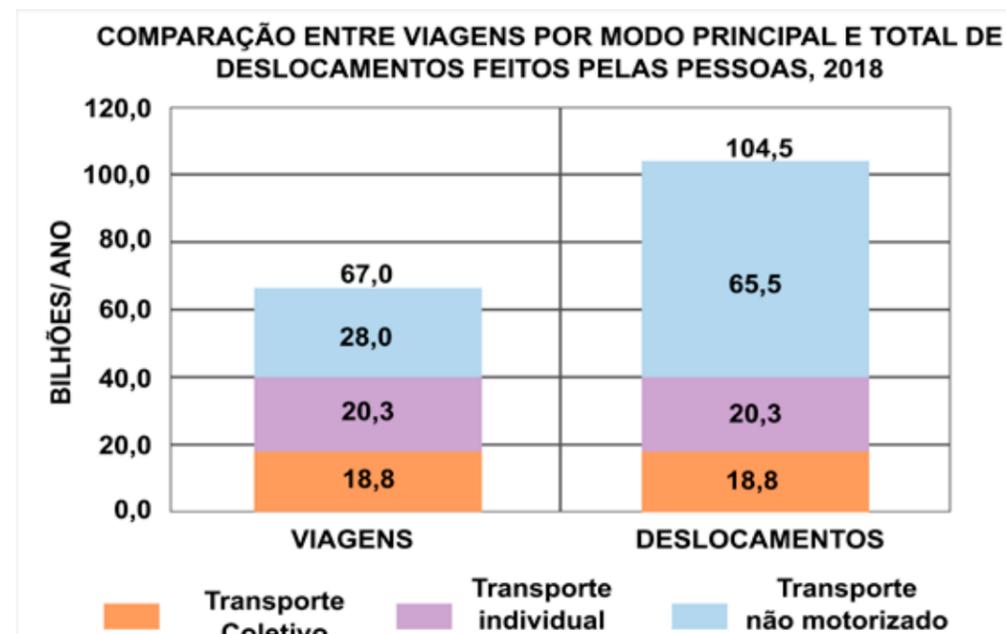
O ato de caminhar representa a forma mais elementar e natural de deslocamento, pois, em primeiro momento, todos somos pedestres. A mobilidade sustentável é, portanto, o mote para as cidades do século XXI, com “estímulos aos sistemas de transporte coletivos e de baixo impacto ambiental, e da valorização de pedestres e ciclistas” (MELHADO, 2013, p.180). Sua implementação é decorrente de um conjunto de “políticas públicas de planejamento urbano, transporte e circulação humana, que visam proporcionar acesso amplo e democrático ao espaço urbano, por meio da priorização dos meios de transporte coletivos e não motorizados de maneira efetiva” (MELHADO, 2013, p.198). As ações urbanas voltadas para a mobilidade sustentável reúnem, portanto, diretrizes essenciais para a implementação da qualidade de vida: acesso pleno ao transporte coletivo; rotas cicláveis; bairros com mistura de usos mistos; controle de densidade; acessibilidade universal nos espaços públicos; boa infraestrutura viária e execução das vias; conforto e segurança das calçadas; atratividade dos serviços; dentre outras.

O ato de andar a pé provoca uma inversão das lógicas do habitante da cidade, significa “estar do lado de fora”, representa a passagem de um “dentro” a outro, da residência ao escritório, da casa às lojas comerciais. Para Gros (2009, p. 37) “estar do lado de fora é uma transição: aquilo que separa, quase um obstáculo”. Embora caminhar seja o ato mais primitivo do ser humano, na cidade contemporânea, os trajetos urbanos são percorridos de forma quase instantânea, representando uma mobilidade do corpo apressado, nervoso, ao atravessar um percurso cotidiano muitas vezes tenso e hostil. Os percursos cotidianos impõem trajetos, condicionam movimentos, direções, interrupções, impõem passagens obrigatórias, submetem os corpos a riscos, comunicam paisagens, expõem as injustiças do mundo social. Estar do lado de fora, caminhar, expõe o corpo a um confronto com a multidão, com o outro, e ironicamente, combate o tédio e o vazio do pensamento, exercita a liberdade e o corpo, faz avançar ao destino. Esse embate entre o desejo e a obrigação, entre o opcional e o obrigatório, impõe ao corpo trajetos planejados da cidade, usualmente acompanhados por uma estrutura viária compartilhada e plural, fazendo do pedestre mais um modal a ser compatibilizado em uma estrutura logística complexa e desigual.

Uma das variáveis mais extraordinárias do espaço público é a possibilidade do encontro e a capacidade de abrigar as experiências individuais e ao mesmo tempo coletivas. Essa coexistência de diferenças e, principalmente, a civilidade de convívio, foi definida por Netto (2012) como “urbanidade”. O espaço urbano é o lugar das diferentes experiências sensoriais, o lugar do encontro de diferentes formas de convívio, das tensões do corpo em movimento. O espaço público, por sua vez, condensa traços distintivos da vida urbana. Para Bauman (2009, p.70), “é nos locais públicos que a vida urbana e tudo aquilo que a distingue das outras formas de convivência humana atingem sua mais completa expressão, com alegrias, dores, esperanças e pressentimentos que lhe são característicos”. Para Bauman (2009), os espaços públicos são locais simultâneos de atração e rejeição, abrigam locais de vulnerabilidade e ao mesmo tempo de descoberta de práticas e costumes urbanos. A intensidade da vida pública



Bici: Bicicleta  
 TC: Transporte Público Coletivo  
 Moto: Motocicleta  
 A pé: Caminhada  
 Auto: Automovéis  
 Trilho: Metrô e trem  
 Ônibus: Ônibus Metropolitano e Municipal



é a antítese do comportamento contemporâneo de busca de uniformidade do espaço social e distanciamento dos perigos e ameaças da interação humana. Apesar da dicotomia que o espaço público carrega, de atração e rejeição, a caminhabilidade, forma de locomoção mais elementar do ser humano, compreende uma prática cotidiana no espaço público que estimula a interação humana e as suas possíveis consequências.

De acordo com a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP, 2020), nas cidades brasileiras com mais de 60.000 habitantes, 39% das viagens têm a mobilidade a pé como a principal forma de transporte, enquanto 30% são realizadas em transporte individual motorizado e 28%, em transporte público coletivo (Gráfico 1). Ainda segundo a ANTP (2020), as 28 bilhões de viagens feitas em meio de Transporte Não Motorizado (Gráfico 2) devem ser somadas aos deslocamentos feitos para acessar o transporte coletivo. Tais deslocamentos não costumavam ser considerados nos estudos e estatísticas de mobilidade urbana, que consideravam apenas as viagens principais. Ao ter sido atualizada a metodologia (ANTP, 2020), passando a considerar o deslocamento ao transporte público feito no início ou final da viagem, o número de viagens feitas por transporte não motorizado alcança a ordem dos 65,5 bilhões no ano, conforme mostra o Gráfico 2. O alto índice de viagens pedonais demonstra a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que visem minimizar as deficiências da

Gráfico 1 - Divisão das viagens nas cidades brasileiras por meio de transporte (%). Fonte: ANTP, 2020. Elaborado pelos autores, 2022. Gráfico 2 - Divisão modal de viagens nas cidades brasileiras (bilhões de viagens). Fonte: ANTP, 2020. Elaborado pelos autores, 2022.

infraestrutura urbana, melhorando as condições de caminhabilidade - o que envolve a segurança pública, conforme apontado anteriormente.

A caminhabilidade (*walkability*), é um indicador que aparece de forma pioneira no trabalho de Chris Bradshaw (1993), ao destacar as características essenciais ao ambiente caminhável: diversidade de usos e atividades; a qualidade do ambiente físico, do desenho urbano e dos elementos naturais e de conforto (vegetação sombreado, ausência de ruído e pouca exposição ao trânsito de veículos e à poluição); diversidade cultural e econômica; vida cívica. O autor (BRADSHAW, 1993) enumera 10 categorias essenciais para mensurar a caminhabilidade, dentre as quais destaca-se:

- Densidade de pessoas caminhando nas calçadas;
- Probabilidade de encontrar um conhecido durante a caminhada;
- Avaliação das mulheres acerca da segurança no bairro;
- Eficácia do trânsito local;
- Quantidade de locais significativos nas proximidades que os vizinhos conseguem enumerar;
- Proximidade e quantidade de espaços públicos (parques, praças área de lazer) na vizinhança;
- Qualidade das calçadas;

Bradshaw corrobora o pensamento de Jacobs (2001), ao atestar o desprezo pela vida urbana e o desequilíbrio da “infraestrutura” para as escalas da rua e do bairro, uma vez que as ruas se tornaram alimentadoras de automóveis, varreram os espaços contíguos de recreação infantil, de jovens e idosos. Mais tarde, Jeff Speck (2016) vai retomar esta mesma discussão, trazendo muitos dados e delineando o que seriam os dez passos para uma cidade ser caminhável. As cidades são projetadas para o transporte motorizado, segregam os pobres em um trânsito de percursos distantes e inóspitos, anulam a vida cívica, relega antigos espaços de recreação ao abandono, à sujeira e à criminalidade.

Visões consagradas de autores emblemáticos no campo urbanístico, como Jane Jacobs (2011) e Jan Gehl (2013), acrescentam que a diversidade (mescla de usos e usuários, bem como de edificações de idades e estados de conservação variados) é o único meio capaz de garantir a vitalidade urbana. Para esses autores, as pessoas são os olhos da rua e a presença de ruas movimentadas é a garantia de uma aprimorada segurança urbana. Os autores defendem que o uso intensificado do espaço público através de uma rede de vigilância e uso misto, com usos noturnos e diurnos, calçadas movimentadas, estabelecimentos comerciais de uso cotidiano na escala dos bairros, alta densidade é capaz de garantir a redução dos índices de criminalidade e proporcionar maior segurança.

Segundo o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP BRASIL, 2018), o termo caminhabilidade engloba aspectos como as condições e dimensões das calçadas e cruzamentos, atratividade e densidade, segurança pública ou qualquer outra característica que tenha influência na motivação do deslocamento pedonal e a utilização do espaço urbano. A insegurança é algo que habita as ruas das cidades e demonstra como o medo é instalado no cotidiano das pessoas que transitam todos os dias pelas vias urbanas. Existem vários fatores que contribuem para o incremento da criminalidade e da sensação de insegurança dos cidadãos, como alertam Machado e Neves (2011):

- Densidades populacionais elevadas, conjugadas com elevadas densidades do parque edificado, particular, mas não exclusivamente na periferia imediata das cidades, onde se localiza boa parte dos bairros sociais críticos;

- Desqualificação urbanística;
- Insuficiente oferta de infraestrutura e equipamentos sociais;
- Presença considerável de famílias desestruturadas;
- Problemas de integração de imigrantes e minorias étnicas;
- Problemas de exclusão social e econômica;
- Taxas de desemprego elevadas;
- Taxas de abandono escolar elevadas;
- Contrastes sociais com forte incidência territorial, por exemplo, com a proximidade entre bairros críticos e condomínios fechados/privados.
- Proliferação de centros comerciais, associada a novas formas de organização do comércio e de consumo.

Segundo Machado e Neves (2011), esses fatores influenciam direta ou indiretamente a intensificação ou surgimento de criminalidade, seja ela de diferentes naturezas: crime contra a propriedade, grupal, organizada, violência doméstica, entre outros exemplos.

Em relação aos crimes patrimoniais, há uma inversão da localização alvo desse tipo de ocorrência em relação aos crimes violentos. Pode-se correlacionar a espacialização dos crimes patrimoniais e a sua intensidade à luz da Teoria das Abordagens de Atividades Rotineiras, desenvolvidas por Cohen e Felson (1979), ao analisar tendências e ciclos relacionados às taxas de criminalidade. Os autores deslocam o foco de investigação do infrator para as circunstâncias que favorecem a presença de atos criminosos e predatórios. Nesse sentido, a maioria dos atos criminosos demandam a convergência no espaço e no tempo de três variáveis fundamentais: o infrator motivado a praticar o crime; pessoas ou objetos que sejam alvos adequados para o infrator; a ausência de vigilantes capazes de prevenir os delitos. A Teoria da Ecologia Humana, conceito cunhado por Robert Park no início do século XX estabelece uma organização relacional e de laços comuns entre os indivíduos da comunidade urbana, que se agrupam por tradições, costumes, comportamentos, interesses políticos e não menos importante, pelas condições econômicas que inevitavelmente, reforçam o fenômeno da segregação urbana e da exclusão socioespacial. Segundo o autor,

gostos e conveniência pessoais, interesses vocacionais e econômicos tendem infalivelmente a segregar e por conseguinte a classificar as populações das grandes cidades. Dessa forma a cidade adquire uma organização e distribuição da população que nem é projetada nem controlada (PARK, 1967, p.28).

A Teoria da Ecologia Humana facilita uma investigação sobre a maneira pela qual a estrutura social produz essa convergência, permitindo assim que atividades ilegais se alimentem das atividades legais da vida cotidiana. Segundo Machado e Neves (2011),

As questões da segurança urbana assumem particular relevância porque impedem os indivíduos de habitar os espaços, usufruindo em plenitude o seu direito a uma cidadania livre, ou desencorajam aqueles para quem os espaços não foram concebidos. Os imperativos de segurança podem ainda eles próprios determinar formas de vida “fechadas”, que concorrem para a perda de coesão social e da liberdade pessoal (MACHADO E NEVES, 2011, p. 20).

Para Cohen e Felson (1979), a dispersão de atividades para longe dos domicílios favorece o aumento da criminalidade e gera taxas mais altas, bem como

a adequação do alvo provavelmente reflete coisas como valor (ou seja, o desejo material ou simbólico de um alvo pessoal ou de propriedade

para os infratores), visibilidade física, acesso e a inércia de um alvo contra o tratamento ilegal por parte dos infratores (incluindo o peso, o tamanho e as características fixas ou bloqueadas da propriedade que inibem sua remoção ilegal e a capacidade física das vítimas pessoais para resistir aos atacantes com ou sem armas) (COHEN E FELSON, 1979, p. 591).

Um dos trabalhos mais contundentes sobre a criminalidade e o ambiente urbano é a obra de Jacobs (2011), publicada originalmente em 1961, sobre a degradação das cidades norte-americanas à luz de um processo de desenvolvimento e renovação urbana. A autora discorre sobre como esse processo culminou com a dilapidação da cidade tradicional e das relações de convívio e pertencimento comunitário, bem como com o surgimento de novos modelos tipológicos e bairros residenciais carentes de vitalidade, com usos monofuncionais e o surgimento de vias expressas a partir de uma cultura automobilística que empurrou os pedestres para longe da vida pública e das calçadas. A sociabilidade, o convívio e a presença natural das pessoas nos espaços urbanos seriam os mecanismos de controle habituais no contexto dos bairros para inibir a criminalidade. Jacobs atribui aos “olhos da rua” uma parcela de responsabilidade pela vigilância natural dos espaços, como forma de aprimorar a segurança.

A Prevenção de Crimes por meio do Projeto do Ambiente – CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*) é uma abordagem multidisciplinar relevante para o planejamento e implementação da segurança. Sua contribuição consiste na capacidade de influenciar a decisão de quem vai cometer o crime antes que esse de fato aconteça. Segundo Jeffery (1977), podemos impedir ou diminuir o crime alterando o organismo e/ou ambiente externo. Para a aplicabilidade das estratégias e técnicas da CPTED foram elencados quatro princípios essenciais: controle natural de acessos, vigilância natural, territorialidade e manutenção do espaço novo ou recuperado. Esses princípios salientam que há uma estreita ligação entre a arquitetura da edificação e a segurança, sendo necessário planejar e desenhar os ambientes de forma a garantir a segurança e minimizar a violência.

## Metodologia

O trabalho analisa as informações criminais relativas às ocorrências dos crimes patrimoniais, advindas da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo (SESP/ES) entre os anos de 2015 a 2019, para o contexto de Vitória/ES e para o bairro Praia do Canto, objeto de estudo pormenorizado. A obtenção dos resultados permitiu a elaboração de um banco de dados e a confecção de mapas temáticos georreferenciados (mapas de calor e de símbolos pontuais) através do software livre QGis (versão 3.4), com as ocorrências classificadas por tipo de crime de furto e roubo, a saber: estabelecimentos financeiros, residências, estabelecimentos comerciais, veículos, bicicletas, transporte coletivo e pessoas. Os dados numéricos também foram manipulados através de procedimentos estatísticos para a confecção de gráficos, de modo a evidenciar taxas, assimetrias intraurbanas, recortes temporais, horários críticos, incidências durante os meses e dias da semana, dentre outros. Foi possível obter um panorama municipal dos bairros com maiores índices de furto e roubo, no período de 5 anos e por estratificação anual. A partir dos resultados pôde-se identificar a evolução das incidências criminais e estabelecer correlações com a forma urbana. Ao transpor esses aspectos essenciais de qualidade de vida urbana foi possível compreender as questões interdisciplinares da cidade.

Os procedimentos metodológicos conciliam uma análise multimétodos: tratamento de dados estatísticos, análises morfológicas, georreferenciamento da informação e análise comportamental dos pedestres em trechos de maior incidência de crimes na escala de bairro, de modo a avaliar o comportamento de risco dos pedestres e as características físicas do lugar.

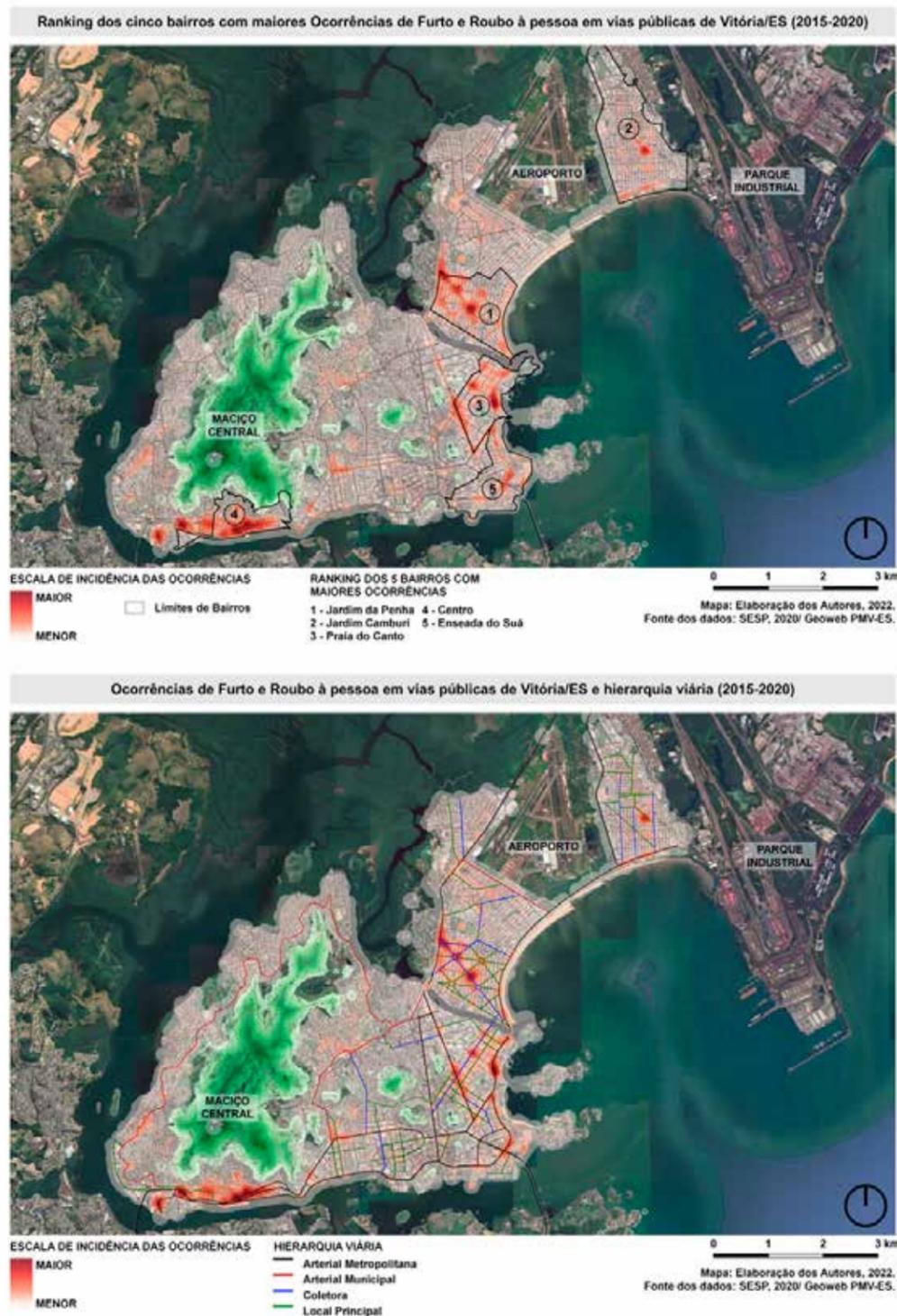
Procedeu-se, num primeiro momento, à interpretação dos dados para a escala municipal, em especial a análise dos pontos georreferenciados que assinalam a distribuição espacial das ocorrências criminais de roubos e furtos contra a pessoa em via pública. Posteriormente à análise municipal, selecionou-se o bairro Praia do Canto para investigação pormenorizada que evoluiu para o trabalho de campo. Um olhar apurado sobre as ocorrências deste bairro permitiu uma investigação minuciosa de dois lugares com alta concentração de furtos e roubos à pessoa em via pública, sendo eles um trecho da Avenida Saturnino de Brito (Trecho 01), via arterial metropolitana ladeira à orla urbana e o cruzamento da Avenida Rio Branco com a Rua Chapot Presvot (Trecho 02), polo comercial de grande atração. O parâmetro de escolha dos dois trechos enumerados tornou-se ainda mais evidente após a elaboração do Mapa de Kernel (também denominado mapa de calor ou mapa térmico), através do qual foi possível detectar os trechos com maior incidência de ocorrências (Fig. 5).

Para cada um dos trechos analisados na escala do bairro, procedeu-se à análise morfológica e modelagem tridimensional do espaço urbano e arquitetônico, bem como a análises de gabarito, correlações com a escala humana, usos do térreo, presença de muros ou grades, espaços livres públicos, arborização, espaços públicos viários, calçadas, dentre outros. Em conjunto foram desenvolvidas análises urbanas centradas nos trechos selecionados, que geraram mapas temáticos georreferenciados conforme os eixos a seguir: i. Mapa de Morfologia, ii. Uso do solo, iii. Gabarito, iv. Hierarquia viária, v. Transporte coletivo, vi. Espaços livres de uso público.

Complementarmente, foram realizadas observações *in loco* nos dois trechos selecionados, com o intuito de caracterizar os espaços públicos previamente identificados a partir dos mapas temáticos e realizar a análise comportamental dos transeuntes. Para as idas ao campo foram utilizadas as seguintes ferramentas: celular (para fotos e filmagens), mapa impresso do trecho, folha em branco, lapiseira e borracha. Com isso foi obtido como produto um relatório fotográfico do lugar, que buscou identificar a ambiência, as fachadas e os sistemas de autoproteção dos edifícios, que segregam os espaços públicos e privados, utilizam elementos do sistema prisional e privatização da segurança, recriando cidades de muros (CALDEIRA, 2000).

Após o reconhecimento do lugar, procedeu-se ao mapeamento de campo e à avaliação observacional do comportamento dos pedestres. Foram elencadas situações que representassem tendências relacionadas ao comportamento de risco para violência urbana criando-se, a partir dessa observação, narrativas comportamentais acompanhadas de croquis ilustrativos das cenas urbanas. Para complementar, realizou-se caminhada-teste nas vias selecionadas que buscou identificar a experiência do pedestre no espaço público. A caminhada-teste é um elemento importante nos estudos urbanos, pois permite vivenciar a experiência do pedestre nas rotas selecionadas, apontar obstáculos, desvios no percurso, simular o tempo dos deslocamentos e conhecer os aspectos perceptivos. Segundo Gehl e Svarre (2018), a caminhada-teste significa dar uma caminhada enquanto se observa a vida do entorno, a partir de procedimentos mais ou menos sistemáticos, com o objetivo de identificar problemas ou o potencial para a vida urbana de uma determinada rota.

Figura 1 - Mapa de furto e roubo à pessoa em via pública (2015 a 2019) com os cinco bairros de maior ocorrência em destaque, numerados por ranking. Fonte: SESEP/ES, 2020. Elaborado pelos autores, 2020. Figura 2 - Mapa de furto e roubo à pessoa em via pública (2015 a 2019) e hierarquia viária. Fonte: SESEP/ES, 2020. Elaborado pelos autores, 2020.



## Resultados

Cada um dos resultados permitiu a compreensão das ocorrências criminais à luz de suas particularidades: os mapas térmicos georreferenciados permitiram a identificação dos bairros e das localidades com a maior concentração dos crimes de furto e roubo à pessoa em via pública, com destaque para vários focos de concentração de ocorrências em vias arteriais metropolitanas e vias coletoras que cruzam bairros de média e alta renda (Figuras 1 e 2).

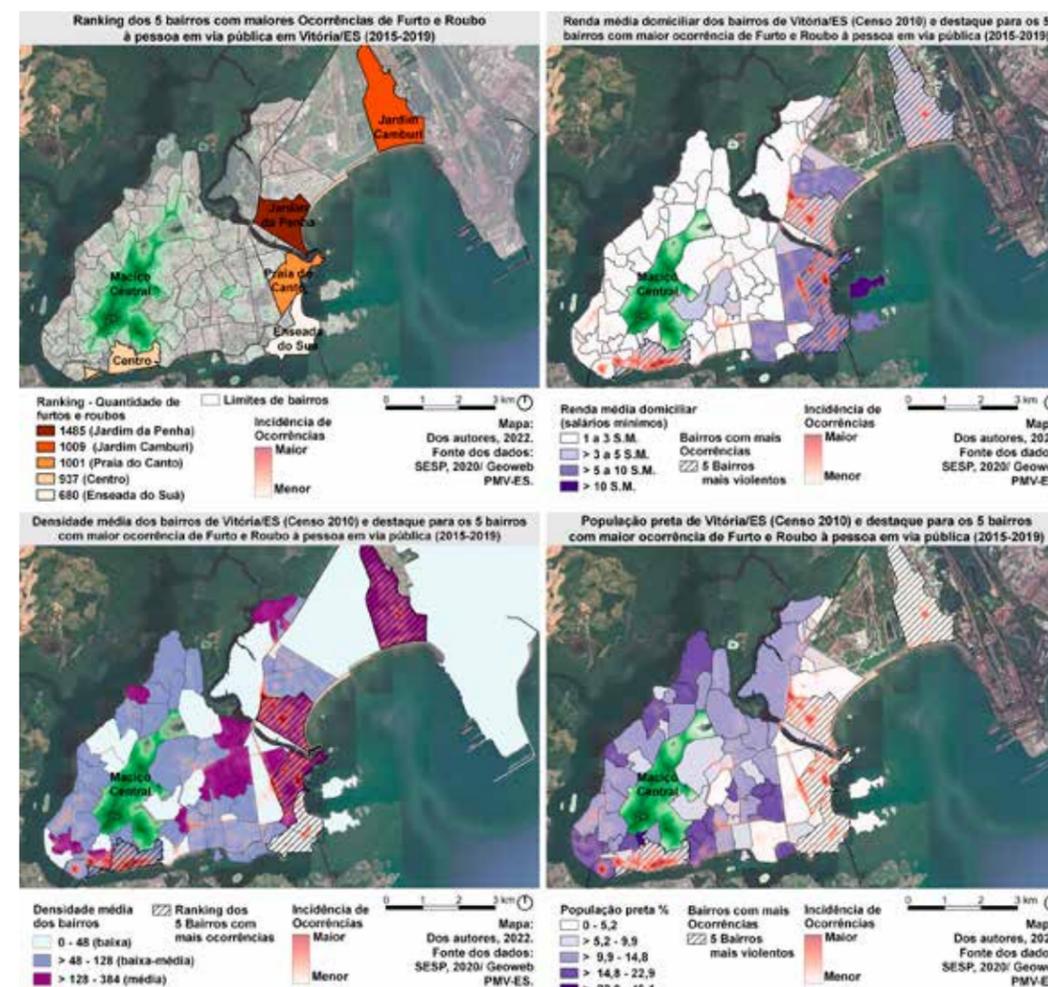


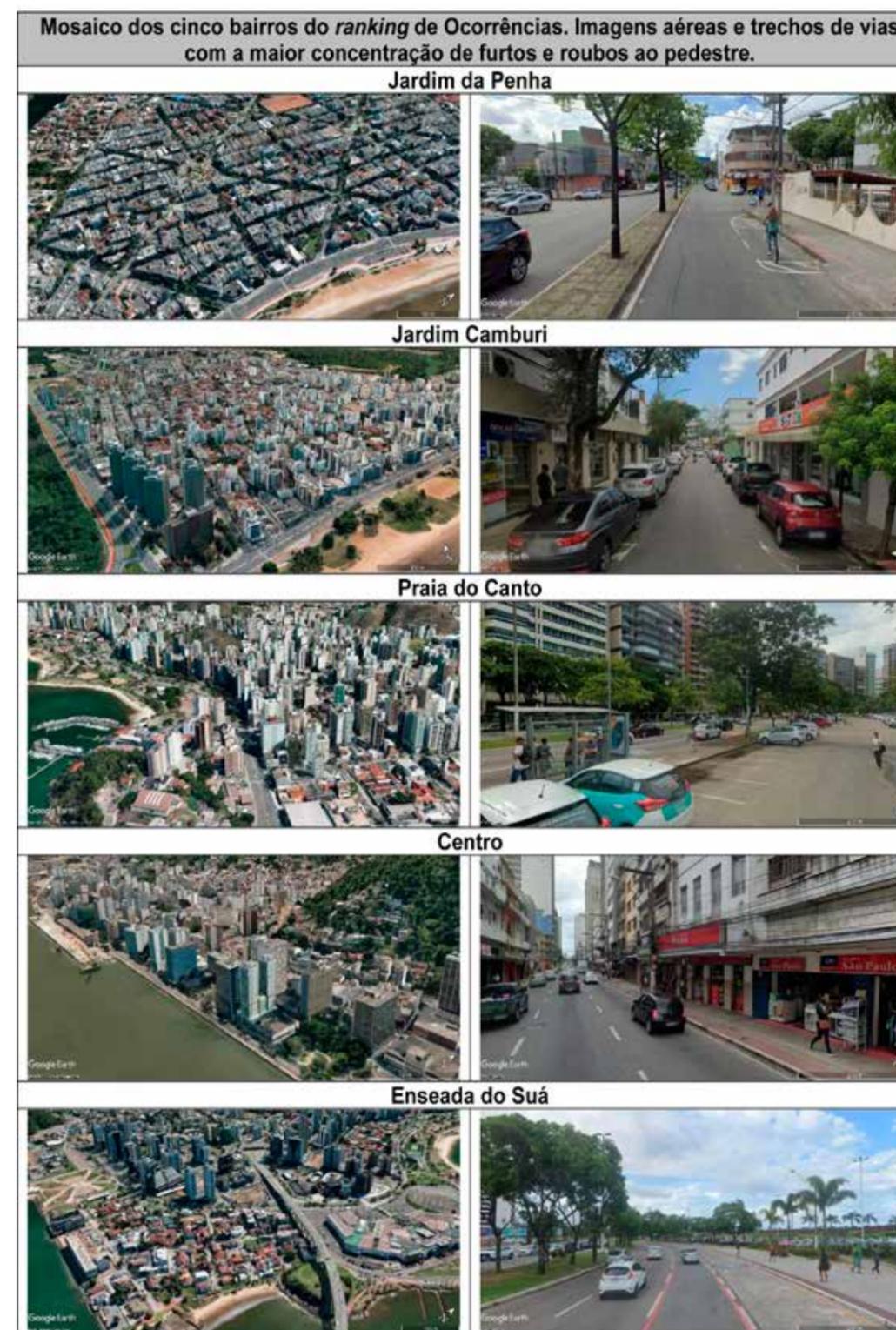
Figura 3 - Síntese gráfica dos dados demográficos e relações com as ocorrências. Fonte: Censo IBGE (2010) e SESPI/ES (2020). Mapas produzidos pelos autores, em 2022.

A partir do panorama municipal, foram classificados os cinco bairros com a maior quantidade de ocorrências. A investigação do perfil destes bairros sucedeu-se com o levantamento complementar das características das atividades econômicas e do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), em especial a renda domiciliar mensal, a densidade e a concentração da população preta. Observa-se que as ocorrências de furto e roubo à pessoa em via pública despontam em bairros de renda média-alta, com acanhadas manifestações em bairros de baixa renda. Há pouca representatividade da população preta entre os residentes dos cinco bairros mencionados, o que comprova a segregação racial presente no tecido intraurbano. Por fim, nos três bairros de maior concentração de ocorrências, a densidade média é uma condição evidenciada (Figura 3), com maior presença de pedestres nas vias, cabendo destacar que estão entre os bairros de maior densidade populacional no município.

Convém caracterizar os cinco bairros expostos, de modo a destacar outros atributos e situá-los no contexto municipal e metropolitano. A síntese destaca particularidades das centralidades associadas aos bairros, características elementares da mobilidade, o significado simbólico e os atributos que definem cada um dos cinco bairros (Quadro 1).

Bairro	Perfil da centralidade e significado simbólico	Características gerais e de mobilidade
Jardim da Penha	Centro Regional, comércio varejista, lazer e apropriação jovem, contíguo ao campus universitário. Bairro tradicional com presença de orla urbana continental (esporte e lazer).	Bairro planejado, segundo vetor de expansão do continente, inicialmente moradias populares, controle de gabarito e alta ocupação. Atualmente possui grande diversidade funcional. Calçadas de largura média, arborização irregular, algumas fachadas ativas, setores homogêneos monofuncionais residenciais versus comerciais, vias internas coletoras e locais, pouca legibilidade aos usuários externos, vias externas de alcance metropolitano e transporte intermunicipal, vias com estratégias de <i>traffic calming</i> . Possui grande número de idosos.
Jardim Camburi	Centro Regional bairro autônomo. Bairro com população jovem, alta densidade e verticalização, mais populoso da cidade, goza de autonomia pela oferta de comércio e serviços.	Bairro inicialmente de veraneio, verticalizou-se mantendo, entretanto, a estrutura viária do tecido urbano para casas térreas. Calçadas estreitas para o gabarito, arborização irregular, muitas vias em sentido único de fluxo, setores homogêneos monofuncionais residenciais versus comerciais. Presença de orla urbana continental com espaços de esporte e lazer.
Praia do Canto	Centro regional, comércio varejista elitizado, lazer noturno (bares e restaurantes). Área de interesse turístico. Bairro de elite, com atributos paisagísticos, presença de praias, lazeres públicos e esportes náuticos.	Bairro de planejamento sanitaria (final do séc. XIX) e espaços públicos com aterros conquistados sobre o mar. Apresenta calçadas largas, vias internas com boa caminhabilidade, intensa arborização viária, fachadas ativas e vias com estratégias de <i>traffic calming</i> . As vias externas fazem conexão metropolitana.
Centro	Centro Regional, fluxos de passagem metropolitana, comércio popular, concentra muitos vazios edificados. Área de interesse turístico. Centro colonial, cidade alta, representatividade histórica, centro tradicional desfuncionalizado, porto ativo, polarização cultural e patrimonial.	Região da ocupação original da cidade, com edifícios de interesse histórico e de tombamento, possuindo forte comércio e lazer noturno. Trechos de aterro para fins de edificação e melhorias do porto. Calçadas estreitas, vias de conexão metropolitana, fachadas ativas (entretanto, muitos estabelecimentos comerciais fechados), velocidades altas, transporte intermunicipal, gargalos de trânsito nas conexões intermunicipais. Bairro com decréscimo populacional no último Censo, possui alta concentração percentual de população idosa.
Enseada do Suá	Centro administrativo metropolitano. Concentra órgãos públicos e atividades de comando da capital. Representa o novo centro da capital, em contraposição ao centro histórico.	Ocupação induzida pelo Estado. Tecido conquistado por aterros sobre o mar, com quadras de grandes dimensões e generosidade de espaços públicos. Calçadas largas, vias de conexão metropolitana, poucas fachadas ativas, velocidades altas, transporte intermunicipal, escala humana desfavorável, usos condominiais e edificações de porte grande. Percurso obrigatório de acesso à Vila Velha pela Terceira Ponte, com retenções significativas de trânsito.

A seguir são apresentadas imagens dos bairros em mosaico de fotos aéreas e da altura do observador (Figura 4). Percebe-se as distinções tipológicas, de gabarito, porte dos edifícios, traçado e relevância da orla enquanto espaço público distinto. Em todos os bairros a orla tem vocações de uso de lazer passivo e ativo, salvo o Centro, com atividades portuárias e acesso mais restrito. As fotos da altura do observador foram criteriosamente selecionadas a partir da identificação de trechos com alta concentração de furtos e roubos à pessoa em trânsito nas vias. Percebe-se as seguintes



características em cada trecho viário:

- Jardim da Penha: presença de via arborizada no canteiro central, espaço de transição entre conjuntos habitacionais e edificações de uso misto, mescla de fachadas monótonas e ativas, sem continuidade da vitalidade urbana, predomínio de gabaritos baixos;
- Jardim Camburi - via em sentido único de fluxo, excesso de estacionamentos, trecho em gabarito baixo, fachadas ativas, calçadas estreitas;

Figura 4 – Mosaico dos cinco bairros com maior concentração de ocorrências de furto e roubo à pessoa em via pública e seleção de trechos viários mais perigosos. Fonte: Google Earth, 2022.

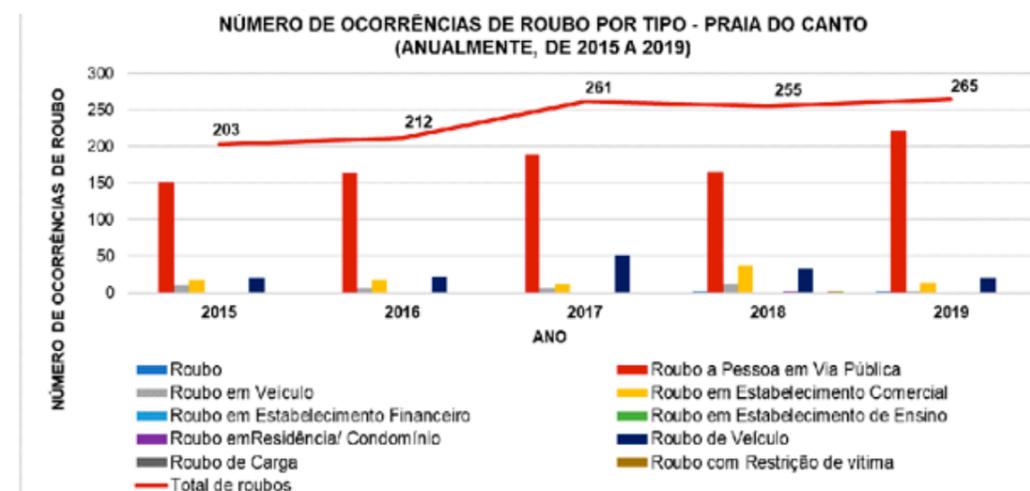
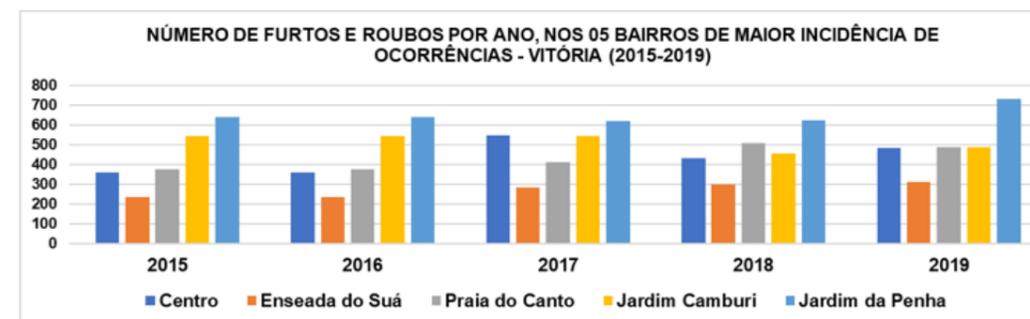
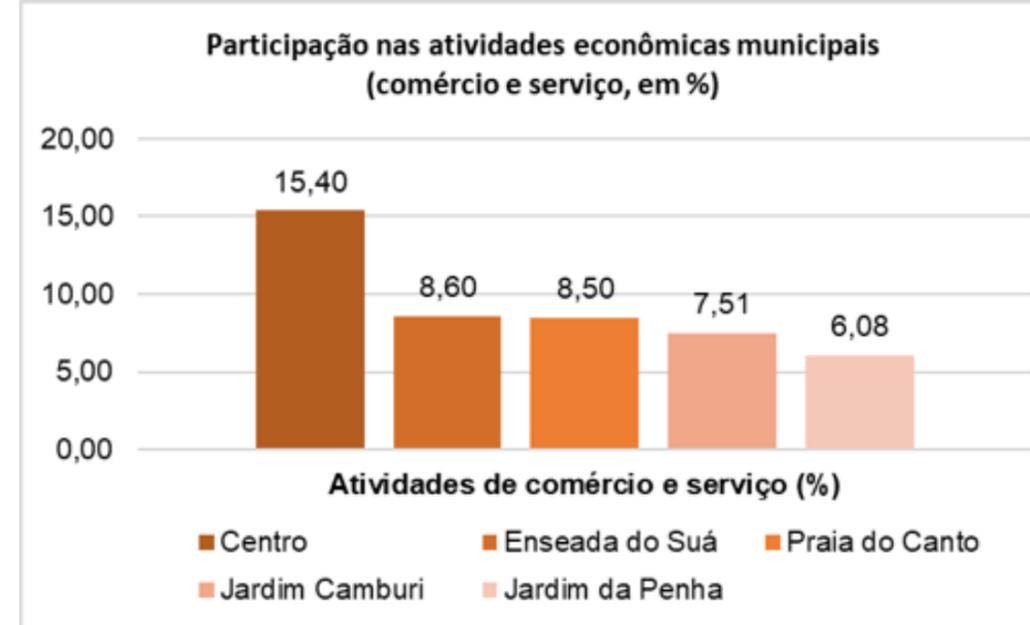
- Praia do Canto - via de alta velocidade com muitas faixas, conexão metropolitana de uso intenso do transporte coletivo, ausência de fachadas ativas, condomínios de alto padrão, muros e grades, orla com bolsões de estacionamento;
- Centro - via de passagem metropolitana com sentido único de fluxo, usos mistos, muitos edifícios vazios e com usos restritos ao térreo, comércio popular, ruído, ausência de arborização;
- Enseada do Suá - via de alta velocidade com muitas faixas, conexão metropolitana de uso intenso do transporte coletivo, ruído, adjacente ao Shopping Center de grande porte e edifícios administrativos, ambiente hostil ao pedestre e à escala humana.

A participação dos bairros mencionados nas atividades econômicas municipais confirma a intensidade das atividades de comércio e serviço (Gráfico 3). Juntos, os cinco bairros representam 46,10% de todas as atividades de comércio e serviço da capital. Destaca-se, em primeiro lugar, o Centro tradicional, com ampla gama de comércio varejista e serviços de cunho popular, mercados abertos, escritórios e crescente manifestação do ramo “cluster criativo”. Em segundo lugar, manifesta-se o bairro Enseada do Suá. Entretanto, a sua força reside nos edifícios empresariais, escritórios e salas dirigidas aos profissionais autônomos, além dos edifícios administrativos da capital (Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Sede do poder Judiciários, dentre outros). Em terceiro lugar situa-se a Praia do Canto, com variada rede de comércio e serviços que reúne setores de alimentação diurno e noturno (este é um polo significativo da capital), inúmeras lojas de comércio varejista de grife e consagradas, clínicas especializadas, centros médicos, feiras livres, e muitas fachadas ativas. Os bairros Jardim da Penha e Jardim Camburi se igualam na oferta pulverizada de comércio e serviços com tratamento homogêneo de uso residencial em setores dos bairros, intercalando zonas e vias monofuncionais ou de maior concentração de atividades. Ambos foram lócus de empreendimentos habitacionais de massa na segunda metade do século XX, do tipo Inocoop (Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais), sendo incorporados à vitalidade circundante nas décadas subsequentes.

Após a caracterização dos cinco bairros com a maior concentração de ocorrências, escolheu-se o bairro mais significativo para proceder à análise pormenorizada. A Praia do Canto surpreendeu com a 3ª colocação no ranking municipal de crimes de furto e roubo em geral (Gráfico 4), especialmente pelos atributos qualitativos que reúnem fachadas ativas, grande diversidade do setor terciário, condições ambientais e desenho urbano favorável à caminhabilidade, além de usos mistos distribuídos em todo o bairro.

De todos os tipos de roubo que se sucedem no bairro, o roubo à pessoa em via pública desponta como o mais recorrente, seguido por roubo de veículos e roubos em estabelecimentos comerciais (Gráfico 5).

Apesar dos atributos qualitativos, é importante destacar aspectos físicos e sociais da Praia do Canto que rivalizam com os preceitos de bairro tranquilo e diverso. A segregação socioeconômica é uma realidade que posiciona o bairro no ranking dos preços do metro quadrado imobiliário mais alto do município considerando a tipologia multifamiliar, absorvendo exclusivamente moradores da faixa de renda elevada; Não há espaços públicos no interior do bairro que permitam o acesso a poucos metros de caminhada, como praças de bairro. Toda a atividade de recreação e lazer ocorre exclusivamente na orla, espaço público de grande escala que transcende a escala humana e concentra população exógena, pelo alcance metropolitano dos seus equipamentos de esporte, praia e rede ciclável, além de concentrar parcela significativa de população em situação de rua. O bairro dispõe de poucos equipamentos comunitários, não há nenhuma creche pública e há apenas uma escola municipal que atrai estudantes de outro bairros. O



bairro dispõe de um polo de vida noturna de alcance metropolitano no vetor norte, o qual concentra, tradicionalmente, casas de shows, bares e eventos de rua, atraindo muitos veículos que ocupam todos os estacionamentos rotativos aos finais de semana e em período noturno, gerando desconforto aos pedestres e atraindo vigília informal de guardadores de rua. As atividades comerciais contemplam o varejo de marcas famosas e grifes de luxo, com exceções de manifestações do comércio informal que se situam em vias de grande movimentação de pessoas. O uso do solo misto, se comparado ao estritamente residencial não é muito expressivo, tendo nas avenidas significativas, como a Reta da Penha, domínio apenas de comércio e serviço, o que inibe a movimentação e o fluxo de pessoas após o horário comercial, pela ausência de moradores em determinados trechos. Por fim, muitos estabelecimentos comerciais situam-se em edifícios do tipo minishopping, com uma repetição em miniatura dos espaços controlados e vigiados de consumo contemporâneo.

Gráfico 3 - Participação dos 5 bairros nas atividades econômicas da capital. Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2013. Inscrições CNAE por atividade econômica, 2011. Gráfico dos autores, 2022. Gráfico 4 - Quantidade de furtos e roubos nos 5 bairros de maiores ocorrências (2015 a 2019). Fonte: SESP/ES (2020); Elaborado pelos autores, 2021. Gráfico 5 - Número de ocorrências de roubo no Bairro Praia do Canto, por tipo (2015 a 2019). Fonte: SESP/ES (2020); Elaborado pelos autores, 2021.

Figura 5 – Mapa térmico de furto e roubo à pessoa em via pública na Praia do Canto com os trechos de análise e hierarquia viária. Fonte: SESP/ES (2020); Geoweb PMV/ES. Elaborado pelos autores, 2020. Figura 6 - Mapa dos pontos de furto e roubo a pessoa na Praia do Canto sobreposto ao uso do solo, classificação viária e topografia. Fonte: SESP/ES (2020); Geoweb PMV/ES. Elaborado pelos autores, 2020.

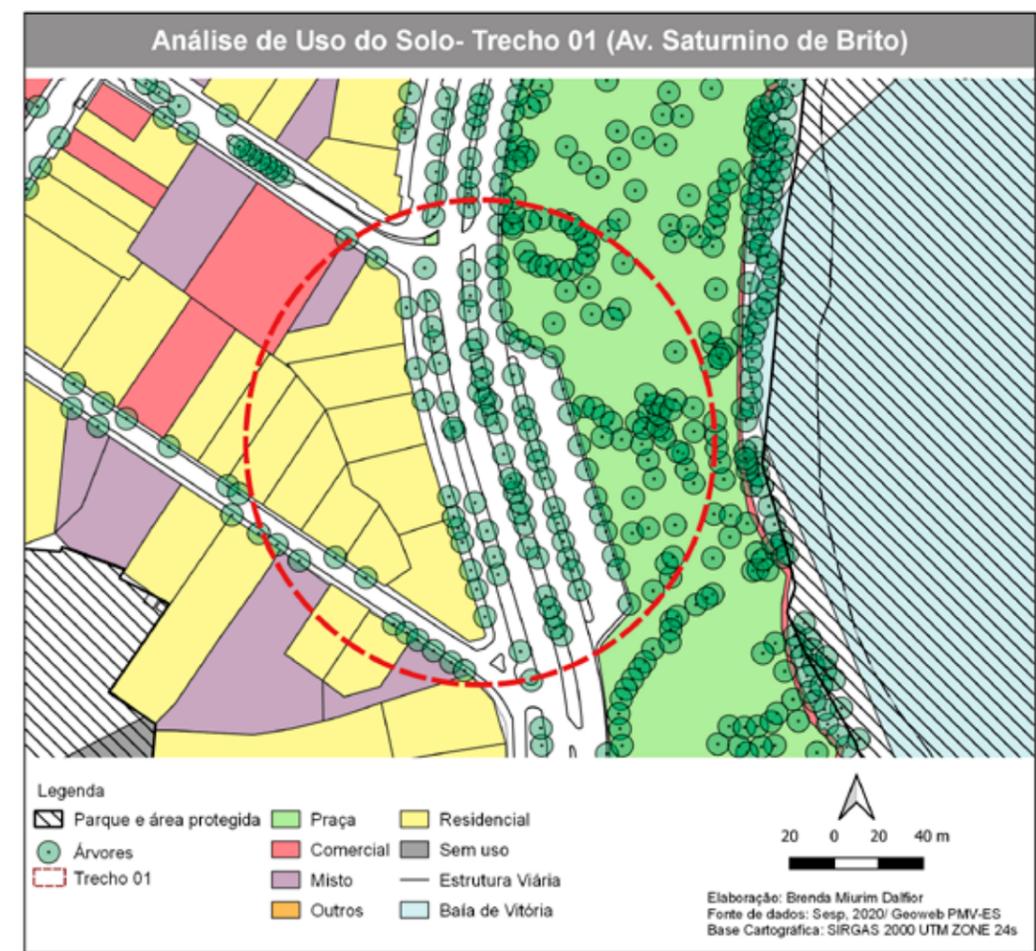
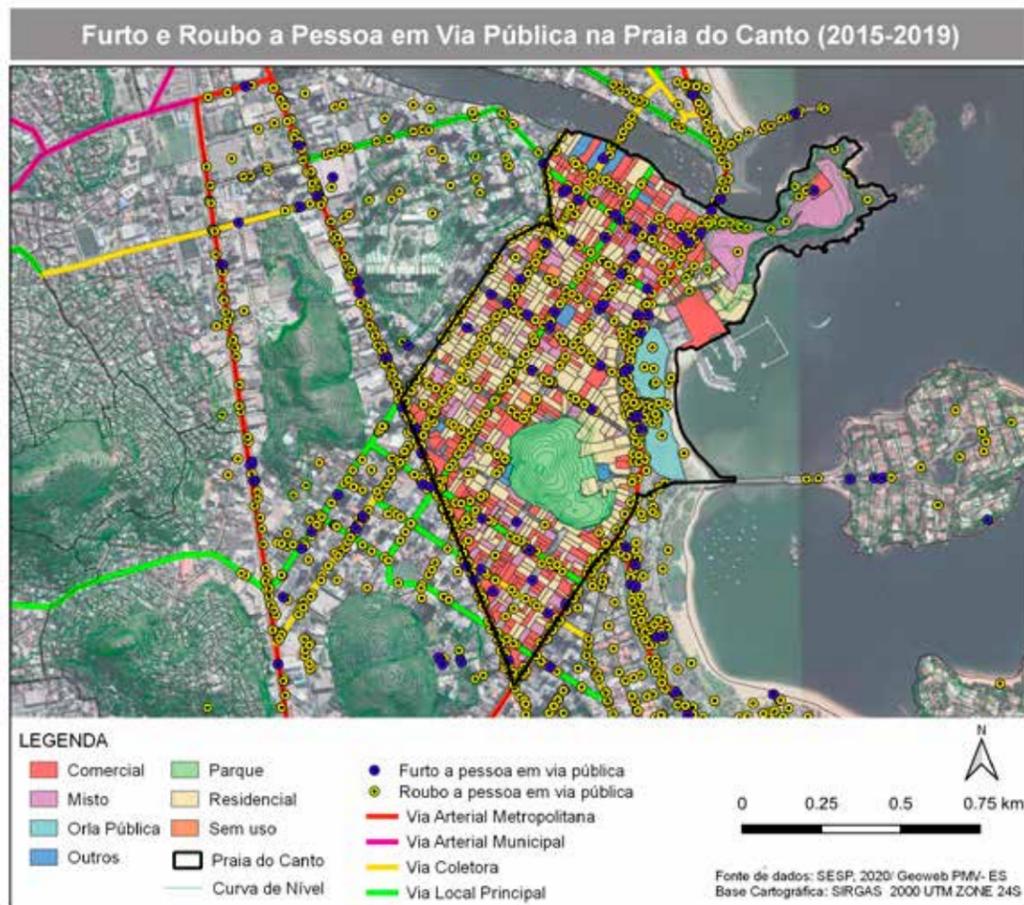
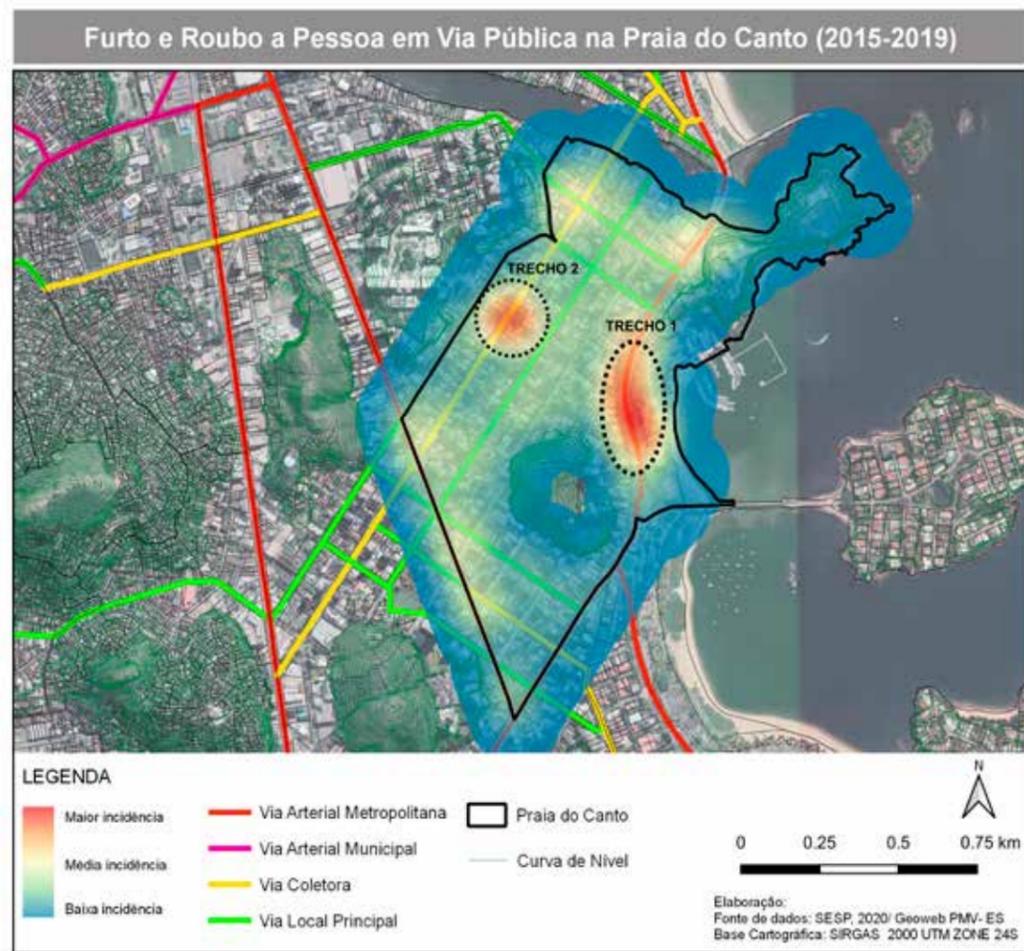


Figura 7 – Mapa de uso do solo do trecho 01. Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Determinou-se dois recortes de estudo dentro do bairro, escolhidos a partir da análise do mapa de calor da concentração de ocorrências (manchas térmicas nas figuras 2 e 5) e dos pontos de das ocorrências por tipo - furto e roubo à pessoa em vias. É importante destacar que as manchas térmicas em destaque na cor vermelha demonstram, com precisão, os lugares de maior risco aos pedestres, com o registro sucessivo de ocorrências de furto e roubo ao longo de cinco anos. As manchas amareladas, por sua vez, sinalizam a concentração média de ocorrências em outros pontos viários (Figura 5).

As duas áreas críticas (Trechos 1 e 2, demonstrados na Figura 5) estão concentradas ao longo de vias de maior hierarquia e movimentação dentro do bairro: a Avenida Saturnino de Brito (via arterial metropolitana adjacente à orla e parque linear de esporte e lazer, de alcance metropolitano), localizada no trecho leste, e a interseção da avenida Rio Branco (avenida coletora municipal) com a rua Chapot Presvot, via dotada de estabelecimentos comerciais e de uso misto voltadas para o público representado pelas classes de renda alta. Em ambos os trechos há alto fluxo de veículos, rotas de transporte coletivo e conexões entre bairros e até municípios (no caso, a avenida Saturnino de Brito atua como uma via de conexão metropolitana). Após a identificação destes, aprofundou-se o estudo dos aspectos morfológicos e arquitetônicos do local. Para o Trecho 1, de maior complexidade, além das visitas de campo e do relatório fotográfico, realizou-se a modelagem tridimensional.

O Trecho 1 (Figura 7), configurado pelo tecido adjacente à Avenida Saturnino de Brito e a orla da Praça dos Namorados, selecionado para ilustrar este artigo, possui o uso do solo predominantemente residencial multifamiliar de um lado da quadra, e um extenso parque linear de uso público lazer e recreação do outro lado. Percebe-se que a monofuncionalidade é uma condição que desfavorece a presença de atividades ao longo do percurso da referida quadra, além de excessiva extensão de espaço público viário dedicada ao veículo. Neste trecho, situam-se, ainda, dos pontos de ônibus de

Figura 8 - Modelagem tridimensional do trecho 01, bem como a tipologia edilícia predominante na região e os espaços livres de uso público. Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.



transporte metropolitano e municipal de uso intensivo, o que absorve muitos usuários em horários de entrada e saída de turnos de trabalho além de longa espera nos abrigos lotados, condição problemática em horários noturnos.

Apesar de existir afastamento frontal, a altura dos prédios varia entre 11 e 20 pavimentos, dotados de muros e grades no alinhamento dos lotes, e guaritas de controle de acesso (Figura 8). Segundo Gehl (2013), os prédios altos são grandes responsáveis pela perda da relação amigável e da vigília natural da cidade, pois a partir do quinto andar perde-se a capacidade perceptiva e sensorial, os eventos são percebidos com mais dificuldade, como falas, gritos e movimentos. Ademais, Gehl alerta:

Outro problema que reduz a vida urbana em torno dessas torres é que as pessoas, em andares mais altos – tanto de apartamentos quanto de escritórios – se aventuram menos na cidade do que aquelas que vivem e trabalham nos primeiros quatro ou cinco andares. Os andares inferiores garantem, aos ocupantes, contato visual com o espaço urbano e o “deslocamento” para dentro e para fora do edifício não é sentido como tão longo e difícil (GEHL, 2013, p. 68).

O espaço urbano das vias no Trecho 1 dispõe de uma grande quantidade de árvores com copas altas que influenciam no conforto ambiental e agradabilidade da sensação térmica, acentuando as qualidades paisagísticas. Além disso, o recorte possui boa iluminação e calçadas largas, mas alto fluxo de veículos e pedestres, além de ruído extremo. A maioria dos transeuntes circulam neste local como transição entre o bairro e a orla e para acessar os equipamentos instalados ali. Relevante mencionar que há uma alta polarização de pedestres para o acesso aos pontos de ônibus, que conectam origem e destino em escala metropolitana, bem como pontos de circulação

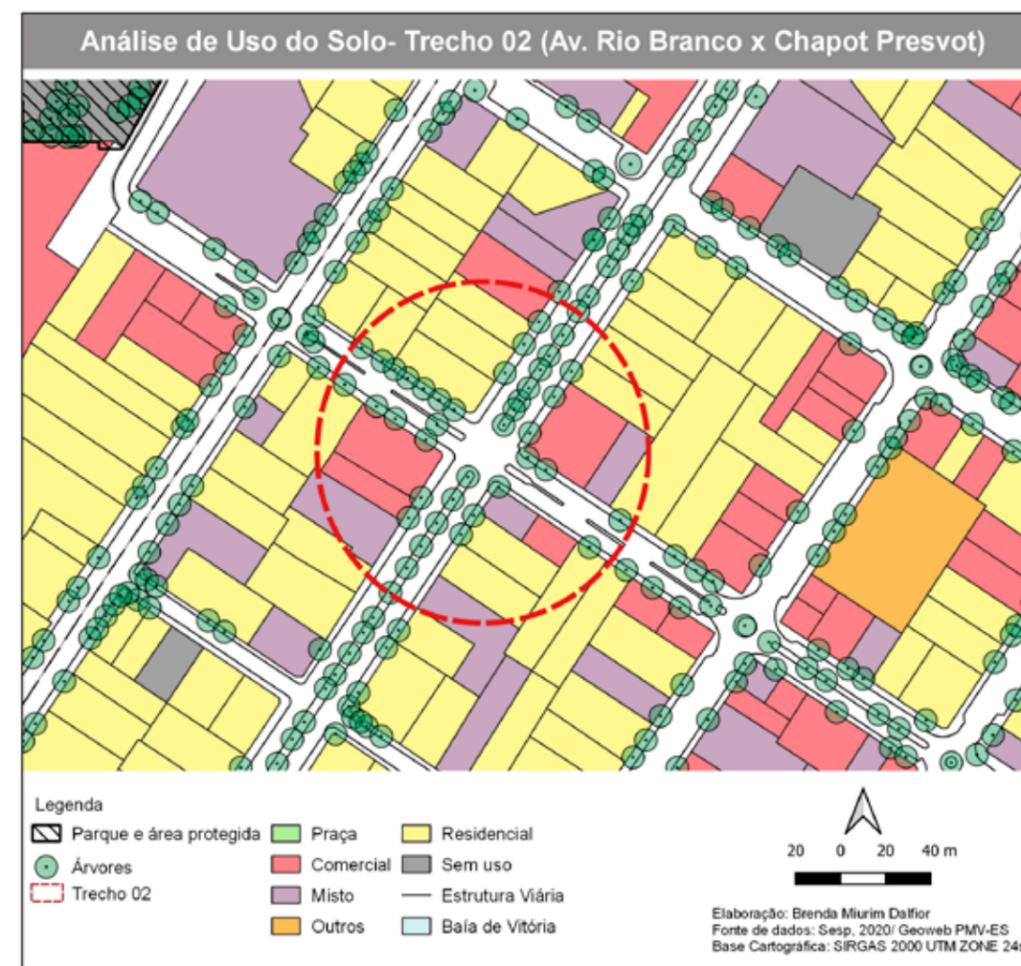


Figura 9 – Mapa de uso do solo do trecho2. Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

de moradores locais, em raio de proximidade, para usufruir das atividades de lazer, convívio e esporte da Orla. Para cruzar a Avenida Saturnino de Brito e chegar à orla, o pedestre necessita atravessar o equivalente a sete faixas de rolamento de automóveis, duas faixas de estacionamento e um grande bolsão de estacionamento. Perde-se o senso de escala humana; a velocidade da via de 60 km/h, vai ao encontro daquilo que Gehl (2013) denomina de experiência sensorial empobrecedora, desinteressante e cansativa. Destaca-se que o lugar que coincide com o bolsão de estacionamento, foi identificado, através do mapa térmico georreferenciado, como o lugar de maior concentração de crimes de furto e roubo contra a pessoa em via pública em todo o bairro Praia do Canto. No lado da orla, nota-se a presença de um único equipamento de uso comercial, um restaurante de *fastfood* de uma grande rede nacional de alimentos, destacado em vermelho na figura 8 – Trecho 01.

O Trecho 2, configurado pela interseção da Avenida Rio Branco com a Rua Chapot Presvot (Figura 9) possui a predominância do uso do solo misto, configurando um espaço urbano mais atraente para a vida em comunidade. Entretanto, já sinaliza alguns atributos que desfavorecem a fachada ativa: há alguns estabelecimentos comerciais situados em nível elevado em relação à calçada e há um grande estabelecimento financeiro situado em uma das esquinas (Figura 10).

Ainda assim, os usuários tendem a utilizar o local por mais tempo, não apenas como passagem. Há edifícios com a presença tanto de fachadas ativas como de uso exclusivamente residencial. O gabarito dos edifícios é mais diversificado que o trecho 01 com uma redução de altura e alguns remanescentes arquitetônicos mais antigos, com casas térreas e prédios sem elevador. As calçadas são largas, arborizadas e com boa iluminação. A rua Chapot Presvot dispõe de duas faixas de estacionamento e uma faixa de automóveis em cada sentido de fluxo; já na avenida Rio Branco (via

Figura 10 - Trecho 02 - Imagens da Av. Rio Branco. Destaque para o banco situado à esquerda, desnível entre calçada e o estabelecimento comercial e porte da via. Fonte: Acervo pessoal (2021).



coletora de alto fluxo e velocidade) possui quatro faixas de veículos e duas faixas de estacionamento, além de um canteiro central densamente arborizado. Destaca-se, neste trecho, muitas conversões viárias, com um grau de dificuldade do transeunte em cruzar a pista, fator motivado pela velocidade dos veículos, largura da via, tempo semafórico lento e faixas de pedestre obrigatórias como recurso seguro.

A fim de investigar de forma mais aprofundada o fenômeno que ocorre nesses locais, foram realizadas visitas *in loco*, utilizando-se como referência os dados extraídos em gráficos que informam os horários, dias da semana e tipo das incidências no bairro. Durante as visitas de campo foram utilizadas diversas ferramentas como celular e fotografia e mapas impressos e imagens do Google Earth com o propósito de reconhecer elementos estratégicos, assim como filmagem do ambiente, buscando identificar alguma situação suspeita ou o comportamento do pedestre. Nesse momento, foram realizados registros buscando identificar vivências, influência dos usos do solo ao redor bem como da arquitetura e do paisagismo, por fim simular a percepção ambiental com a caminhada no trecho em distintos horários. Como resultado, foi possível identificar



Sinal Verde - 22 de janeiro 2021 - 12:34hs

O relógio já marca um pouco mais de 12h em um dia ensolarado de verão, amenizado pelas muitas árvores que embelezam e trazem vida à Avenida Saturnino Rangel de Brito. Na avenida o fluxo médio e constante de veículos parece o habitual, de um lado altos prédios com aproximadamente 13 pavimentos e do outro a praia com ampla faixa de areia e um mar que é um convite a se refrescar. Nesse meio entre um lado e outro pode-se ver vias, faixas, semáforos e bolsões de estacionamento. Em uma dessas faixas avista-se um homem de aproximadamente 1,80m, branco, cabelos castanhos escuros, vestindo uma bermuda azul e uma blusa preta com desenho de uma cauda de sereia parece despojado e despreocupado com o que lhe rodeia. Ele caminha em direção a faixa de pedestres de cabeça baixa, com os ouvidos atentos ao telefone, ele parece alheio a tudo em sua volta. Enquanto ele conversa atentamente ao telefone, uma pessoa se aproxima da faixa e ele desaparece aos movimentos ao seu redor, sinal verde, passadas rápidas se aproximam, ele finalmente percebe que chegou a hora de atravessar, a vida segue.



Figura 12 - Comportamento dos transeuntes Avenida Saturnino de Brito. Fonte: Acervo pessoal (2021). Figura 13 - Narrativa comportamental realizada na Avenida Saturnino de Brito e Croqui. Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

diversos elementos de autoproteção (Figura 11) - grades, câmeras, concertinas, muros transparentes e semipermeáveis, guaritas de controle de acesso, ausência de transição entre espaço público-privado, que, segundo Caldeira (2000) equivale aos elementos do sistema prisional e privatização da segurança, recriando cidades de muros.

Quanto ao comportamento dos usuários, foi possível avaliar os códigos corporais: transeuntes descontraídos, pouca atenção aos pertences, conversas ao celular no ato da travessia (Figura 12).

Por fim, através da avaliação observacional foi possível criar narrativas comportamentais de possível risco (exemplificado em Figura 13), que sinalizam potenciais vítimas. Para este trabalho, escolheu-se um transeunte com uso do celular em plena travessia urbana, o que sinaliza um alvo em potencial. A ilustração recriada (Figura 13) complementa a narrativa *Sinal Verde* e evita a exposição dos sujeitos e garante a anonimidade das pessoas no trabalho. Ademais, atua como um instrumento de potencialização das características essenciais do ambiente construído e da percepção do pesquisador na cena em curso.

### Considerações Finais

Este trabalho discutiu a importância da mobilidade a pé e das condições de caminhabilidade para sua realização. Destacou a relação entre o ambiente físico urbano, os aspectos socioeconômicos e a ocorrência de crimes à pessoa nas vias públicas.

Os dados apresentados mostraram uma tendência de crescimento nas ocorrências entre 2015 e 2019 no município de Vitória-ES e os mapas demonstraram uma concentração desigual, nos mesmos cinco bairros durante todo o período - todos eles

com alta densidade populacional, muito boa estrutura urbana.

Para o aprofundamento da discussão, evidenciou o estudo no bairro Praia do Canto, o qual demonstrou um alto índice de crimes patrimoniais, apesar da presença de elementos qualitativos relevantes para a vitalidade urbana e a caminhabilidade. A despeito das ótimas qualidades urbanas do bairro, verificou-se um conjunto de circunstâncias que acabaram favorecendo os atos violentos e as ocorrências de furto e roubo: o bairro tem uma grande movimentação de pessoas e consumidores de alto poder aquisitivo e pouca diversidade social - o que sugere a presença de alvos em potencial; a vigilância natural não ocorre de modo uniforme - restringe-se aos estabelecimentos com fachadas ativas, calçadas que concentram pessoas; a vigilância natural é substituída, em muitos trechos, por dispositivos eletrônicos, cercas, muros, guaritas e áreas sem o uso definido; em geral, não há gradientes entre espaço público e privado, com limites físicos bruscos no alinhamento dos lotes; são escassos equipamentos comunitários e espaços livres de lazer e cultura nas rotas caminháveis; predominam altos gabaritos que configuram edifícios residenciais com pouca comunicação com a escala da rua.

Destaca-se, ainda, a extensão da orla leste, espaço público com ambientes impessoais, com equipamentos degradados, abandonados ou de acesso restrito, que favorecem a dispersão e a informalidade; além da presença de vias estruturantes de alta velocidade, com faixas numerosas de veículos que atuam como fronteiras à conectividade humana. A alta exposição de aparelhos eletrônicos e a distração das vítimas, foram detectados em ambos os trechos, evidenciando um comportamento de risco potencial para os pedestres. Entretanto, é necessário relativizar a própria ideia de comportamento de risco de modo a fugir da culpabilização da vítima. Ainda que seja possível afirmar que a distração ou o uso de aparelhos eletrônicos na rua facilitam os crimes de oportunidade, andar descontraído, sem medo ou perigo de sofrer um assalto deveria ser direito de todos. O espaço público, a rua, deveria ser lugar seguro para todas as pessoas, independente da área da cidade. Infelizmente, as enormes desigualdades socioespaciais da realidade brasileira estão na base da violência urbana, que é uma consequência das condições de vida.

Desta maneira, o bairro da Praia do Canto, apesar de possuir bons indicadores de caminhabilidade e concentração de pessoas devido à afluência de comércio e grande densidade domiciliar, torna-se mais suscetível para a prática de “crime de oportunidade”, visto que existe um ambiente propício e vítimas em potencial. Faz-se necessário promover ações integradas: a aplicação de políticas públicas para a redução das desigualdades socioespaciais, aliadas ao planejamento urbano, ferramenta fundamental para a correção das iniquidades sociais; o uso do CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*) para promover características físicas na arquitetura e na transição do espaço público e privado que inibam o crime; patrulhamento preventivo rotineiro, de preferência realizado a pé. É necessária, ainda, a aplicação de políticas públicas que visem à melhoria do ambiente urbano: inclusão de usos diversos em trechos que são monofuncionais; estratégias de *traffic calming*, de modo a favorecer o pedestre; inclusão de atividades sociais da orla.

Para além dos aspectos mencionados, este trabalho atua, ainda, como um alerta para gestores e a comunidade em geral, de modo a evidenciar lugares de risco e a necessidade de ações emergenciais.

Estudos futuros poderão replicar a pesquisa em outros locais e bairros no contexto municipal, de modo a compreender de forma integrada o fenômeno das ocorrências de crimes patrimoniais e os atributos físicos que incidem sobre os lugares urbanos.

## Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS (ANTP). *Sistema de informações de mobilidade urbana*, 2020. Disponível em <http://files.antp.org.br/simob/sistema-de-informacoes-da-mobilidade--simob--2018.pdf>. Acesso em jun. 2022.

BAUMAN, Sigmund. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BRADSHAW, Chris. Creating – And Using – A Rating System for Neighborhood Walkability: Towards an Agenda for “Local Heroes.” In: *14th Intl Pedestrian Conf.* 1993. Ottawa, Canada, 1993. Disponível em: [https://www.cooperative-individualism.org/bradshaw-chris\\_creating-and-using-a-rating-system-for-neighborhood-walkability-1993.htm](https://www.cooperative-individualism.org/bradshaw-chris_creating-and-using-a-rating-system-for-neighborhood-walkability-1993.htm). Acesso em fev. 2021.

CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidades de Muros: Crime, Segregação Cidadania e São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

COHEN, Lawrence E; FELSON, Marcus. Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*, August 1979, Vol.44(4), p.588. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2094589>. Acesso em nov. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*. Ano 14. São Paulo: 2020. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em nov. 2020.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. *Vida nas cidades: como estudar*. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GROS, Frédéric. *Caminhar. Uma filosofia*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Acesso em: 08 ago. 2020.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO (ITDP Brasil). *Índice de Caminhabilidade 2.0: Ferramenta*. ITDP Brasil: Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: [http://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2019/05/Caminhabilidade\\_Volume-3\\_Ferramenta-ALTA.pdf](http://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2019/05/Caminhabilidade_Volume-3_Ferramenta-ALTA.pdf). Acesso em fev. 2020.

INSTITUTO IGARAPÉ. *O que explica a grande queda no índice de homicídios no Brasil?*. Nota Técnica 2019. Instituto Igarapé, 2019. Disponível em: [https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2019/05/nota\\_tecnica\\_homicidios.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2019/05/nota_tecnica_homicidios.pdf). Acesso em nov. 2020.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 3a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JEFFERY, C. Ray. *Crime prevention through environmental design*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1977.

MACHADO, Paulo; NEVES, Ana Verônica. *Segurança Pública e desenvolvimento urbano. A prevenção do crime através do espaço construído*. In: Série Política de

Cidades, 7. Lisboa: DGOTDU, 2011. Disponível em: [https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/publicacoes/S\\_Politica\\_Cidades\\_7.pdf](https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/publicacoes/S_Politica_Cidades_7.pdf). Acesso em fev. 2020.

MELHADO, Ana Rocha (org.). *Projetar e construir bairros sustentáveis*. São Paulo: Pini, 2013.

NETTO, Vinicius M. *A urbanidade como devir urbano*. In: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. (org.). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Foglio Digital: Letra e Imagem, 2012.

NEWMAN, Oscar. *Defensible space*. New York: Macmillan, 1972.

PARK, Robert Ezra. 1973 [1925]. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 25-66.

SESP/ES - Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo. Painel de Crimes Contra o Patrimônio. Vitória, 2020. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/painel-de-crimes-contr-o-patrimonio>. Acesso em out. 2022.

SPECK, Jeff. *Cidade Caminhável*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

# O CINEMA E A MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES

## Impactos no contexto urbano de Pelotas

THE CINEMA AND THE MODERNIZATION OF CITIES  
Impacts of Pelotas' urban context

Natália Toralles dos Santos Braga<sup>1</sup> e  
Celia Helena Castro Gonsales<sup>2</sup>

### Resumo

O final do século XIX e início do século XX, marcou um período de modernização das cidades e dos meios artísticos. Os estudos científicos e fotográficos avançaram consideravelmente a ponto de marcar o advento de uma nova arte: o cinema. A cidade de Pelotas, mesmo que interiorana geograficamente, se mostrava inserida nas novidades da época. Com isso, o objetivo do artigo é apresentar um material teórico que evidencie a cidade de Pelotas neste contexto de avanços científicos, artísticos e urbanísticos da virada do século. O artigo organizou-se da seguinte maneira: a modernização das cidades e o surgimento do cinema, o cinema como atividade urbana, a cinematografia pelotense e o cinema como atividade urbana em Pelotas. Constata-se que tanto a abertura das salas de cinema, quanto a produção cinematográfica local no início do século XX marcaram esse período de modernidade da cidade – refletindo na relação do cidadão com o espaço urbano.

Palavras-chave: cinema, modernidade, urbanização, produção cinematográfica, Pelotas.

### Abstract

O final do século XIX e início do século XX, marcou um período de modernização das cidades e dos meios artísticos. Os estudos científicos e fotográficos avançaram consideravelmente a ponto de marcar o advento de uma nova arte: o cinema. A cidade de Pelotas, mesmo que interiorana geograficamente, se mostrava inserida nas novidades da época. Com isso, o objetivo do artigo é apresentar um material teórico que evidencie a cidade de Pelotas neste contexto de avanços científicos, artísticos e urbanísticos da virada do século. O artigo organizou-se da seguinte maneira: a modernização das cidades e o surgimento do cinema, o cinema como atividade urbana, a cinematografia pelotense e o cinema como atividade urbana em Pelotas. Constata-se que tanto a abertura das salas de cinema, quanto a produção cinematográfica local no início do século XX marcaram esse período de modernidade da cidade – refletindo na relação do cidadão com o espaço urbano.

Keywords: cinema, modernization, urbanization, cinematography production, Pelotas.

### Contextualização histórica

O período referente ao final do século XIX e início do século XX foi marcado pelo advento do movimento moderno refletido, principalmente, na estrutura das cidades e nos meios artísticos. Segundo Segawa (2018), o Brasil adentrava o século XX afirmando a cidade como palco do moderno, apostando na ciência e na técnica como instrumentos de progresso para o país, nos moldes do desenvolvimento industrial europeu.

A rápida urbanização que transformava grande parte do mundo ocidental não tinha precedentes, resultando em uma crescente industrialização, juntamente com o êxodo rural em massa e com o incentivo a novas formas de comportamentos sociais (COHEN, 2013). O espírito de mudança de século colocava em oposição uma cultura do século XIX, de uma sociedade colonial rural, com a modernidade do século XX, de uma sociedade industrial e urbana (NETO, 2001). O anseio por mudança era visível: a elite urbana – progressista, positivista – entrava em contraponto com a sociedade tradicional – agrária, conservadora (SEGAWA, 2018).

Soares (2001) afirma que a cidade de Pelotas na década de 1880 era o centro de uma região produtiva com destaque nos fluxos internacionais de circulação de capital. O autor ainda indica que, nesse período, a cidade recebeu muitas inovações da época como a ferrovia, o telefone, a indústria, quase simultaneamente à expansão mundial dessas tecnologias, enquanto que a estrutura social transformava-se lentamente de uma sociedade escravista em uma sociedade capitalista.

Já o cinema surgiu como uma nova manifestação artística, descendente direta da fotografia, do teatro, da literatura e das artes plásticas, influenciando na abertura de um enorme leque de práticas sociais, que passaram a impactar diretamente no cotidiano das cidades (ZANELLA, 2006). O processo de exibição de filmes iniciou entre os anos de 1893 – quando o empresário e inventor Thomas Edison registrou a patente de um novo equipamento que dava movimento a imagens – e 1895 – quando os irmãos Lumière realizaram, em Paris, a projeção pública de filmes através de um equipamento aperfeiçoado (COSTA, 2006). Segundo Neto (2001), os cinemas, desde suas primeiras implantações, impuseram-se como marco e referencial urbano nas grandes cidades.

Como parte de uma dissertação de mestrado que pretende investigar a arquitetura de cinema, sua tipologia, linguagem e inserção no tecido urbano, este estudo se deteve em analisar a relação das salas de cinema com a modernização das cidades. O objetivo principal do trabalho é desenvolver um material teórico que investigue a inserção da cidade de Pelotas neste contexto histórico de avanços científicos, artísticos e urbanísticos do final do século XIX e início do século XX, e a presença – e consolidação – das salas de cinema de calçada<sup>3</sup> da cidade. A contribuição esperada com desenvolvimento deste estudo é buscar um maior conhecimento a respeito da relação dos cinemas com os espaços públicos.

### Etapas metodológicas do estudo

O estudo foi dividido em cinco etapas metodológicas: 1) revisão da literatura do recorte temporal referente ao final do século XIX e início do século XX; 2) contextualização da história do cinema inserida no recorte analisado; 3) análise do cinema em Pelotas; 4)

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPEL/2020).

<sup>2</sup> Doutora em Arquitetura pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona da Universidad Politécnica de Cataluña (2000).

<sup>3</sup> Cinemas de calçada eram espaços que tinham um endereço que remetia a uma rua da cidade, a partir de uma experiência *de calçada* do encontro que era privilegiado por um desenho específico da cidade e, no geral, exibiam apenas um filme por vez (ROSA, 2013).

levantamento dos espaços de projeção da cidade de Pelotas, seus endereços, suas datas de inauguração e de encerramento das atividades e 5) investigação das salas de cinema da cidade e suas relações com o espaço público.

O recorte temporal – final do século XIX e início do século XX – refere-se ao período que sucedeu à Revolução Industrial, marcado por processos de modernização das cidades, por novas formas de fazer e de pensar arquitetura, por avanços nos estudos científicos no ramo da fotografia e por novas descobertas artísticas. Para esta etapa, foram adotadas as seguintes referências bibliográficas: Curtis (2008) e sua obra *Arquitetura moderna desde 1900* e Segawa (2018) *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*.

O cinema, neste contexto, estava surgindo, decorrente dos avanços nos estudos fotográficos. Pouco tempo depois, se tornava um divertimento popular e, com o passar dos anos, se consolidou no mercado, exercendo um importante papel na indústria do entretenimento. Para o desenvolvimento deste tópico, foi adotada a obra de Carvalhaes (1975) intitulada *Curso Básico De História Do Cinema*.

Pelotas, uma cidade que, mesmo interiorana geograficamente, se mostrava cosmopolita nos assuntos referentes à modernização da virada de século. O cinema esteve presente na cidade quase que simultaneamente às grandes metrópoles da época. Fato esse que marcou um dos mais importantes ciclos de produção cinematográfica do país no início do século XX. Utilizou-se a obra *Francisco Santos: pioneiro no cinema do Brasil* de Santos e Caldas (1995).

Essa questão foi refletida também na abertura de muitos espaços de projeção na cidade. Essas informações foram coletadas e organizadas com base nos seus endereços, datas de inauguração e de encerramento das atividades dessas salas de cinema. Para esta etapa, foram utilizados os periódicos da época, o volume 2 do Almanaque do Bicentário de Pelotas e demais publicações acadêmicas e não acadêmicas que retratassem desse assunto.

Através dos endereços encontrados, foi possível localizar os cinemas de calçada que existiram no mapa da cidade de Pelotas. E assim iniciar uma reflexão acerca da relação desses lugares com o espaço público, os lugares de maior concentração dessas salas e também a presença desse tipo de entretenimento nos demais bairros da cidade.

### **A modernização das cidades e o surgimento do cinema**

O Brasil adentrava o século XX e a cidade afirmava-se como palco do moderno, tendo como referência a organização, as atividades e o modo de viver europeu. Os profissionais da construção eram os agentes dessa modernização – ciência e técnica como os instrumentos de progresso no país – vislumbrando, na industrialização, um objetivo nacional a ser atingido (SEGAWA, 2018). Curtis (2008) afirma que a industrialização transformou os próprios estilos de vida no campo e na cidade e levou à proliferação de novas tarefas para a construção de estações ferroviárias e arranha-céus. O autor ainda aponta que fatores como a máquina a vapor, a concentração de capital, a transposição da mão-de-obra do campo para a cidade e a abertura de linhas de comércio e comunicação transformaram a paisagem cultural em um curto período de tempo.

À medida que as cidades se expandiam, elas passavam a ser equipadas com redes de comunicação e serviços públicos, e necessitavam de novos tipos de edificações e de reformas urbanas. No decorrer da última década do século XIX, essas reformas começaram a acontecer, principalmente no campo da moradia, do transporte, da

higiene, educação e lazer (COHEN, 2013).

Foram adotados como “modelos”, os princípios propostos para a transformação das cidades de Berlim, Paris e Viena – os “princípios artísticos” reproduziam o modelo *Beaux-Arts* ampliado para a escala de grandes composições urbanas – foram aplicados por todo continente europeu e também foi difundido nos países da América Latina, como a Argentina e o Brasil (COHEN, 2013). Segawa (2018), afirma que as cidades brasileiras, nesse contexto, apresentavam intervenções modernizadoras nas suas infraestruturas – principalmente nas questões sanitárias – à maneira das metrópoles oitocentistas europeias. Na cidade de Pelotas, o processo de implantação das novas infraestruturas e das leis de saneamento também apresentou semelhanças com o realizado nas cidades europeias (SOARES, 2001).

Essa modernização também atingiu os meios artísticos. O avanço nas pesquisas no ramo da fotografia marcaram o final do século XIX, principalmente por causa dos estudos desenvolvidos pelos fotógrafos Etienne Jules Marey e Eadweard James Muybridge, responsáveis por registrar as fases do movimento em uma única superfície fotográfica (CARVALHAES, 1975) e pelo astrônomo Pierre Jules César Janssen (SANZ, 2014).

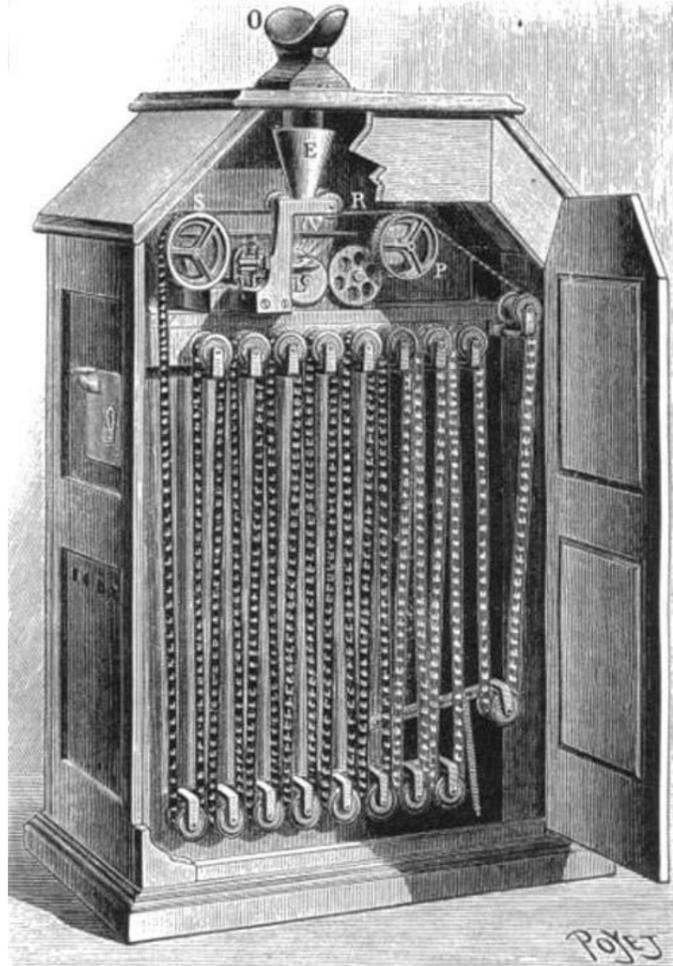
Em 1881, Marey apresentou à Academia de Ciências de Paris um aparelho inspirado no revólver fotográfico inventado por Janssen em 1874, mais rápido e mais compacto, capaz de fixar 12 fotos em intervalos de 720 avos de segundo. Segundo Sanz (2014), o dispositivo, chamado de *fuzil fotográfico*, articulava as soluções técnicas providas por Janssen à pesquisa fotográfica acerca das fases do movimento dos animais, realizada por Muybridge. Assim, surgiu a cronofotografia, capaz de fixar, sem perda de nitidez ou legibilidade, um instante de movimento (DOANE, 2002).

Segundo Costa (2006), os estudos de Marey influenciaram o empresário e inventor Thomas Edison a delegar um grupo de técnicos para avançar no desenvolvendo de um aparelho intitulado *kinetoscópio* (Figura 1), no ano de 1889. Em 1893, Edison filmou uma série de pequenos filmes perfurados em 35 milímetros (bitola que se tornaria padrão) em seu estúdio em Nova Jersey, nos Estados Unidos. Esses filmes foram reproduzidos no interior dos kinetoscópios, onde só podiam ser visualizados individualmente (CARVALHAES, 1975). Com isso, pode-se afirmar que a história do cinema está atrelada, principalmente, ao avanço nas pesquisas com imagens fotográficas.,

August e Louis Lumière são considerados os pais do cinema por criarem mecanismos aperfeiçoados para deslocar o filme na máquina, inspirado no dispositivo de encadeamento da máquina de costura. No dia 28 de dezembro de 1895, os irmãos Auguste e Louis Lumière apresentaram uma série de filmagens no subsolo do Grand Café, em Paris, para um público de 35 pessoas e esta data ficou conhecida como o nascimento do cinema, uma das obras apresentadas foi *A Chegada de um Trem à Estação de La Ciotat* a qual assustou a plateia quando a locomotiva avançava para o primeiro plano. (CARVALHAES, 1975).

Os aparelhos projetores, nos mais diversos lugares do mundo, eram exibidos em demonstrações nos círculos de cientistas ou em espetáculos vinculados a circos, parques de diversões, gabinetes de curiosidades ou espetáculos de variedades (COSTA, 2006). Segundo Gomes (1979), os aparelhos de projeção exibidos ao público europeu e americano no inverno de 1895-1896 começaram a chegar ao Rio de Janeiro em meio deste último ano.

Souza (2007) informa que, em junho de 1898, Afonso Segreto, ao regressar de uma de suas viagens comerciais, trouxe um câmera de filmar responsável pela primeira



filmagem em solo brasileiro. As imagens apresentavam vistas da baía de Guanabara da cidade do Rio de Janeiro e, a partir deste momento, grande parte dos acontecimentos políticos e populares cariocas passaram a ser registrados.

Entre os anos de 1902 e 1906, a cidade foi marcada por obras de transformações urbanas que incluíam a abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), a demolição de diversos sobrados e a construção da Praça Floriano. No entorno da Praça Floriano foram inaugurados importantes edifícios públicos, como a Biblioteca Nacional, o Superior Tribunal Federal e a Escola Nacional de Belas Artes, com destaque para os prédios do Cine Pathé-Palace e do Cinema Odeon (SANTOS, 2015).

### O cinema como atividade urbana

Segundo Gomes (1979), durante os dez primeiros anos do cinema, essa arte ficou estagnada no Brasil, tanto como atividade comercial de exibição de filmes, quanto como produção local, principalmente devido à insuficiência de energia elétrica no país. O autor aponta que, só a partir de 1907, quando a energia elétrica passou a ser produzida em escala industrial na cidade do Rio de Janeiro, que então o comércio cinematográfico floresceu, resultando na abertura de dezenas de salas na até então capital do país, além de marcar o início da produção cinematográfica do país. No ano de 1907 foram instalados mais de 20 cinematógrafos em diversos espaços de entretenimento na capital carioca e a distribuição regular de eletricidade foi um dado fundamental para o estabelecimento de salas fixas não só no Rio de Janeiro, mas também em todo o Brasil (SOUZA, 2007).

Curtis (2008) aponta que a mobilidade também foi uma das chaves para o novo tipo de cidade e que a circulação impactou nas formas das cidades, alterando, principalmente, as relações das edificações com as paisagens urbanas. A rápida popularização do

automóvel e a implantação dos metrô induziram uma visão da cidade como uma grande *máquina para circular* (COHEN, 2013). A modernização e o crescimento das grandes cidades brasileiras se fez também pela construção de grandes salas de cinema nos centros urbanos, que representam monumentos significativos para a vida social nessas cidades (NETO, 2001).

Zanella (2006) aponta que, até a metade do século XX, os cine-teatros da capital gaúcha cumpriram o papel social de ponto de encontro dos habitantes da cidade, quando exibiam peças de teatros, atrações musicais e programas de auditório, além de filmes. O autor ainda fala que, como espaços de relações sociais, os cinemas, desde seus primórdios, cumprem papel aglutinador da população e formador da identidade cultural e urbana dos habitantes das cidades. Em Porto Alegre, as salas de cinema expandiram-se, nos anos de 1910 e 1920, para os bairros mais distantes por seguirem a linha dos bondes, cobrindo uma maior área geográfica e fazendo crescer o número de espectadores (ZANELLA, 2006). Em Pelotas, a primeira linha de bondes elétricos foi inaugurada no dia 20 de outubro de 1915 (OLIVEIRA, 1998). O trajeto construído possuía três quilômetros e passava pelas ruas Quinze de Novembro, Sete de Abril, Vieira Pimenta, até a usina elétrica, na Praça da Constituição. Chegando a transportar 184.584 pessoas até 31 de dezembro de 1915 (OLIVEIRA, 1998).

### A cinematografia pelotense

Essa modernidade também foi refletida no papel do cinema na cidade pelotense. O primeiro contato dos moradores da cidade com as imagens em movimento foi dado por meio do aparelho desenvolvido por Thomas Edison em uma projeção no dia 26 de novembro de 1896, no salão da Bibliotheca Pública Pelotense (SANTOS, 2014). Ao analisar a produção cinematográfica no Rio Grande do Sul, Cássio dos Santos Tomaim (2011) destaca a produção de filmes na cidade de Pelotas no início do século XX como um dos mais importantes ciclos regionais do cinema brasileiro. O autor justifica essa afirmação informando que esse reconhecimento deve-se ao cineasta português Francisco Santos que, em 1913, despertou a produção de longas-metragens de ficção no cinema gaúcho. Na época, era noticiado nos jornais:

Como se explica que aqui, numa cidade interiorana de um estado sem tradição cinematográfica pudesse ter surgido quase como que um surto na criação de filmes? Pelotas nunca mais conheceu trabalho semelhante na produção de cinema. Nos anos 20 volta-se a produzir com certa intensidade no centro do país, enquanto no Sul jamais o cinema vai tomar impulso ou repetir a façanha de Francisco Santos (Diário Popular, 1º de janeiro de 1913 apud SANTOS; CALDAS, 1995, p. 36).

No ano de 1913, Francisco Santos, em parceria com Francisco Xavier, alugou uma edificação localizada na Rua Marechal Deodoro, nº 495, para a instalação de uma fábrica de fitas (SANTOS; CALDAS, 1995). Com o nome Guarany Films, a produtora iniciou os trabalhos com o intuito de fazer serviços publicitários, realizando filmagens do carnaval e das homenagens a Carlos Barbosa – então presidente do Estado. Também eram divulgadas pela empresa imagens panorâmicas da cidade e imagens de partidas de futebol (SANTOS; CALDAS, 1995). Com o tempo, Francisco Santos passou a escrever, produzir, dirigir, filmar e interpretar suas obras, adentrando no cinema de ficção e documental através das obras *O crime dos Banhado*, *Álbum Maldito* e a comédia *Os Óculos do Vovô* (GOMES, 1979).

Considerada por muitos como a obra cinematográfica de ficção mais antiga do Brasil com imagens preservadas (LANGIE, 2013), *Os Óculos do Vovô* (1913) trata-se da



história de um menino que pinta os óculos do avô, que está dormindo, de preto e o avô, ao acordar, acredita estar cego. É um curta-metragem mudo, de 35mm, que originalmente durava 15 minutos, porém, apenas alguns fragmentos do filme foram encontrados e restaurados – através do projeto *Resgate do Cinema Silencioso Brasileiro*, da Cinemateca Brasileira – resultando em um material com 4 minutos e 34 segundos de duração.

Observa-se que, através da obra, é possível analisar diferentes ambiências da época em que o filme foi rodado. As cenas internas foram filmadas na sede da Guarany Films. As externas foram feitas parte na Guarany e parte no Parque Souza Soares. Tanto nas tomadas externas quanto internas, nota-se a presença de elementos que marcaram o período em que a obra foi rodada, que atuaram como parte da cenografia ou como objetos importantes para a trama (Figuras 2 e 3).

Mesmo com uma situação financeira favorável, a Guarany encerrou suas atividades pouco tempo depois, indicando como possível causa a eclosão da Primeira Guerra Mundial, período no qual o país foi impedido de receber as cargas de filmes virgens exportados pela França (SANTOS; CALDAS, 1995).

### O cinema como atividade urbana em Pelotas

Apesar de todos os problemas que assolam o Brasil no ano de 1914 – decorrente da crise mundialmente com a Primeira Guerra Mundial – a cidade de Pelotas vai transpondo barreiras e mostrando seu crescimento em diversos pontos como, por exemplo, no desenvolvimento das redes de abastecimento de água e de esgoto (OLIVEIRA, 1998). As medidas de infraestruturas e leis de saneamento adotadas indicavam que, nas primeiras décadas do século XX, mesmo no extremo sul do Rio Grande do Sul, era possível visualizar elementos da modernidade urbana implantadas nos grandes centros



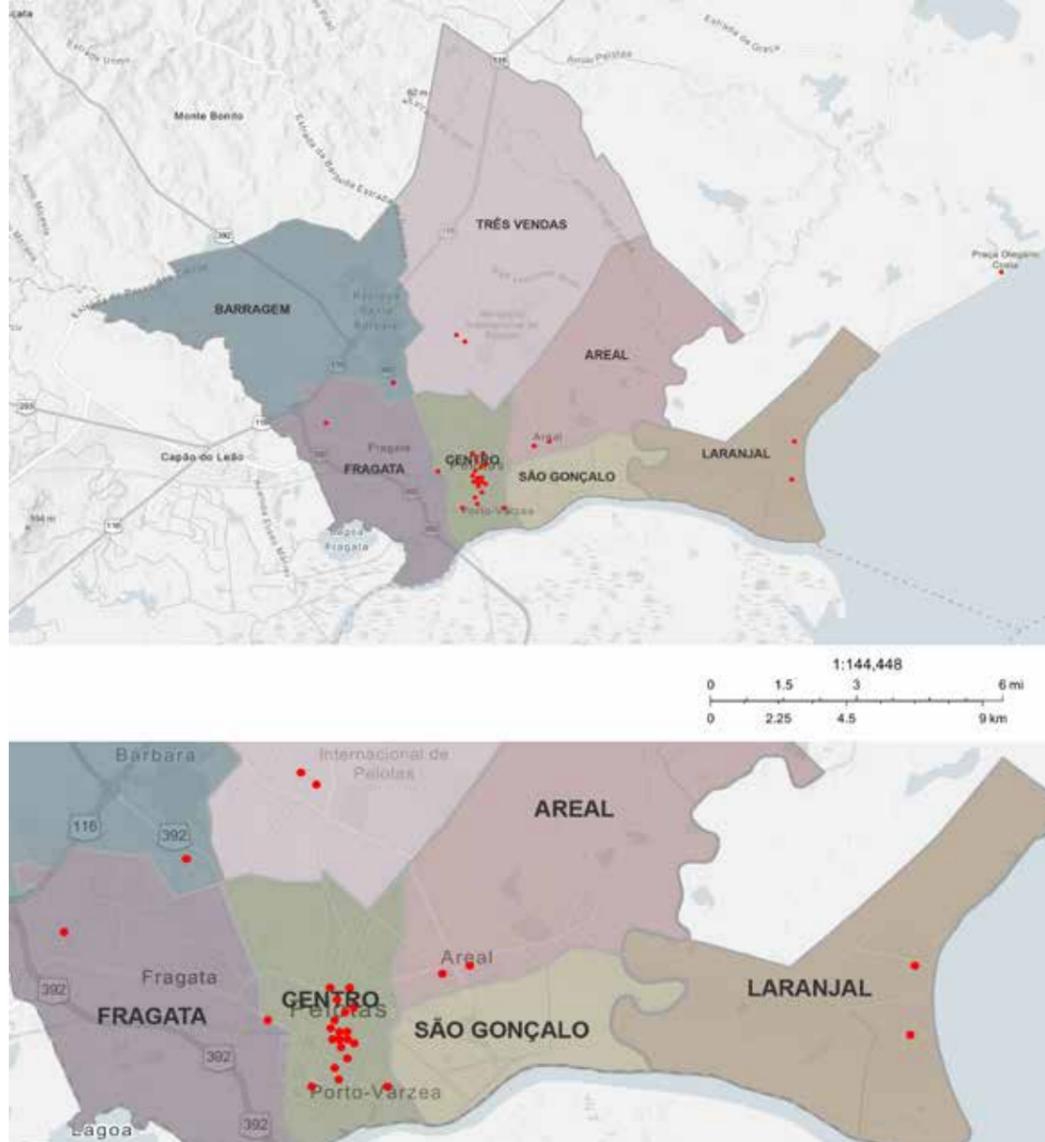
mundiais (SOARES, 2001). Segundo Oliveira (1998), foi aprovado um regulamento sobre instalações elétricas domiciliares, além de serem prosseguidos os trabalhos de construção de linhas, usina e pavilhões dos bondes e da remodelação das praças e avenidas da cidade.

Instavam-se, em Pelotas, restaurantes, correarias, alfaiatarias, moinhos, ferrearias, fábricas de produtos químicos, cinematógrafos, cafés e outros comércios. A cidade também contava com outras novidades como gasômetro, hidráulica, teatro, hotel, telégrafo, cervejarias, bancos, telefones, clubes sociais e estação ferroviária (OLIVEIRA, 1998). Michelin (2014), aponta que a preocupação com o serviço de energia elétrica pelas intendências locais deveu-se às funções exercidas na cidade, tais como: iluminação pública, particular, e transporte urbano, visto que próprio cidadão passou a exigir novas formas de energia, incrementadas, de fato, a partir da década de 1920.

A popularização do cinema em Pelotas foi refletida também na abertura de muitos cinemas de calçada. No dia 15 de agosto de 1909, foi inaugurada a primeira sala de projeção da cidade pelotense: o Cine Éden Salão, localizado na rua Marechal Floriano, propriedade dos irmãos Nicolau e Humberto Petrelli (SANTOS, 2014). A partir da primeira década do século XX, a cidade assumiu um caráter ainda mais cosmopolita, promovendo a construção de mais oito cinemas, três teatros, um cassino, quatro bancos e um hotel de luxo (MOURA, 1998).

Até o atual momento do estudo, foram listadas 43 salas de cinema que existiram na cidade entre os anos de 1901 e 2021. Dos cinemas encontrados, foi possível listar o endereço de 33 deles, pontuados no mapa apresentado na Figura 4.

Percebe-se, com base nas salas de cinema levantadas cujos endereços foram encontrados, que a concentração desses espaços sempre se manteve no centro da



cidade de Pelotas. No entanto, segundo a demarcação feita no mapa apresentado, pode-se perceber que já existiram cinemas nas demais zonas administrativas da cidade, mesmo que em menor quantidade quando comparadas à zona central.

### Considerações finais

O final do século XIX e o início do século XX foi marcado pelo surgimento do movimento moderno e pela necessidade de reinventar os mais diversos campos da sociedade, principalmente os meios artísticos e urbanísticos. Buscando analisar a relação da modernização das cidades com a consolidação do cinema e de suas salas de projeção, esse estudo foi dividido em três etapas de investigação: a modernização das cidades e o surgimento do cinema; o cinema como atividade urbana e o cinema como atividade urbana em Pelotas.

Foi possível observar que, ao mesmo tempo em que as cidades passavam por reformas urbanísticas relacionadas a questões sanitárias e de mobilidade urbana, o cinema ainda se consolidava como arte e tornava-se popular. A sala de cinema, um espaço público restrito e a sua extensão, a calçada, um espaço coletivo verdadeiramente público, se complementavam e permitiam a concretização das relações sociais permitindo que o habitante da urbe se consolidasse como cidadão.

Essa popularização do cinema, principalmente na cidade de Pelotas, foi refletida na produção significativa de conteúdo cinematográfico no início do século XX e na abertura de muitas salas de projeção nas décadas seguintes. Tanto a abertura das salas de cinema, quanto a produção cinematográfica local no início do século XX atuaram como importantes instrumentos modernidade – que de alguma maneira se espalhavam pela cidade por representarem um modo de relação entre cidadão e espaço urbano.

### Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

### Referências

CARVALHAES, A.C. *Curso Básico De História Do Cinema*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado: Clube de Cinema de Porto Alegre, 1975.

COHEN, Jean-Louis. *O futuro da arquitetura desde 1889: Uma história mundial*. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 528 pp., 594 il.

COSTA, F. C. Primeiro cinema. In: MASCARELLO, F. (Org.). *História do cinema mundial*. Campinas: Papyrus, 2006. p. 17-54.

CURTIS, William. *Arquitetura moderna desde 1900*. Porto Alegre: Bookman, 2008.

DOANE, M. *The emergence of cinematic time: modernity, contingency, the archive*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

GOMES, Paulo Emílio Sales. *Cinema, Trajetória no Subdesenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LANGIE, Cíntia. Francisco Santos 100 anos depois. *Orson - Revista dos Cursos de Cinema do Cearte UFPEL*. Pelotas, v.web, p.1-5, 2013.

NETO, Olavo Amaro da Silveira. *Cinemas de rua em Porto Alegre – do Recreio Ideal (1908) ao Açores (1974)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado/Faculdade de Arquitetura da UFRGS, 2001.

OLIVEIRA, Leni Dittgen de. *O início e o fim da ferro carril e cais de Pelotas: o caso dos bondes na noite de 14 de dezembro de 1914*. Pelotas: Ed. da UFPel, 1998. 74p.:il.

ROSA, Guilherme Carvalho da. *Os cinemas de calçada e a modernidade periférica: um olhar sobre o Cine Capitólio em Pelotas*. *Orson - Revista dos Cursos de Cinema do Cearte UFPEL*, v. 1, p. 29-42, 2013.

SANTOS, Klécio. O Reino Das Sombras Palcos, Salões E O Cinema Em Pelotas (1896-1970). *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*. v.2: Arte e Cultura. Santa Maria: Gráfica e Editora Pallotti, 2014.

SANTOS, Yolanda Lhullier dos; CALDAS, Pedro Henrique. *Francisco Santos: pioneiro no cinema do Brasil*. Pelotas: Semeador, 1995.

SANZ, Cláudia Linhares. *Entre o tempo perdido e o instante: cronofotografia, ciência e temporalidade moderna*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 9, n. 2, p. 443-462, maio-ago. 2014.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento em Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *Pelotas: História em Revista*. (UFPEL) V.7, Dez. 2001. (p. 65-92).

SOUZA, Carlos Roberto de. Os Pioneiros do Cinema Brasileiro: Raízes do cinema brasileiro. *Alceu*, v.8, n.15, p. 20-37. jul./dez, 2007.

TOMAIM, Cássio dos Santos. Os estudos de cinema no Rio Grande do Sul: trajetórias e desafios. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, v.18, n.1, p.55-71, jan./abr. 2011.

VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. *Novos Domínios da História*. Organizadores: Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. Rio Grande: Elsevier, 2012.

ZANELLA, Cristiano. *The end: cinemas de calçada em Porto Alegre (1990-2005)*. Porto Alegre: Ideias a Granel, 2006. 192p.

# LEISURE AND THE SENSE OF PLACE OF OLDER ADULTS IN LOW-INCOME COMMUNITIES IN BRAZIL AND THE UK

## LAZER E SENSO DE LUGAR DE IDOSOS EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA NO BRASIL E NO REINO UNIDO

*Gisele Pereira<sup>1</sup>, Thaís Libardoni<sup>2</sup>, Adriana Portella<sup>3</sup>,  
Ryan Woolrych<sup>4</sup>, Judith Sixsmith<sup>5</sup>, Meiko Makita<sup>6</sup>,  
Eduardo Rocha<sup>7</sup> e Tulio Souza<sup>8</sup>*

### Resumo

Leisure plays a key role in supporting psychological, social and emotional well-being in later life. This paper aims to explore the relationship between leisure, place and income from the perspectives of older adults in the UK and Brazil and how older adults' participation in leisure supports the development of sense of place within their communities. The data presented in the paper was gathered through a case study approach involving three cities in Brazil (Pelotas, Belo Horizonte e Brasília) and three in the UK (Edinburgh, Manchester and Glasgow). The findings draw upon qualitative data collected through the following research methods: face-to-face interviews, go-along interviews and photo diaries. The results have shown the low-income neighbourhoods studied both in Brazil and the UK are likely to have less leisure opportunities which tend to be provided by facilities such as CRAS (Reference Centre for Social Assistance) and communities centres. The lack of leisure opportunities particularly in low-income areas can negatively impact on the way older adults experience the sense of place within their neighbourhoods.

Keywords: leisure, sense of place, income, older adults.

### Resumo

*O lazer desempenha um papel fundamental no apoio ao bem-estar psicológico, social e emocional na velhice. Este artigo tem como objetivo explorar a relação entre lazer, lugar e renda a partir das perspectivas de idosos no Reino Unido e no Brasil e como a participação dos idosos no lazer apoia o desenvolvimento do senso de lugar dentro de suas comunidades. Os dados apresentados no artigo foram coletados por meio de uma abordagem de estudo de caso envolvendo três cidades no Brasil (Pelotas, Belo Horizonte e Brasília) e três no Reino Unido (Edimburgo, Manchester e Glasgow). Os achados baseiam-se em dados qualitativos coletados por meio dos seguintes métodos de pesquisa: entrevistas cara a cara, entrevistas caminhadas e diários fotográficos. Os resultados mostraram que os bairros de baixa renda estudados tanto no Brasil quanto no Reino Unido tendem a ter menos oportunidades de lazer que passam a*

*ser oferecidas por equipamentos como o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e centros comunitários. A falta de oportunidades de lazer, principalmente em áreas de baixa renda, pode impactar negativamente na forma como os idosos vivenciam o senso de lugar em seus bairros.*

*Palavras-chave: lazer, senso de lugar, renda, idosos.*

### Introduction

Although the World Health Organization (2020) admits that the pandemic may reflect on the life expectancy of the world population, it highlights that people are living longer and healthier lives. This trend is observed globally and leads to the phenomenon of population ageing. In the UK and Brazil this change in population demographic profile has generated new challenges in how best to design urban environments that support access to the city, promoting everyday social engagement and healthy urban living for older people.

One of the major urban planning challenges linked to ageing lies in the fact that ageing is often accompanied by a decline in the physical and cognitive abilities of older adults, changes in their living arrangements, the advent of retirement, which can weaken social ties (PAPALIA et al., 2009) and the loss of social supports. In this context, contemporary urban cities can present many barriers to accessing social, economic and civic opportunities, being perceived as 'hostile' and 'unfriendly' by older adults. In response to this, the ageing-in-place agenda has become an important theme in redefining policy for older people. Ageing in place understands that older adults' preferred environment in which to age is in their community, where they can remain active, engaged, socially integrated and independent (PLACEAGE, 2019).

Nevertheless, it must be recognized that, in addition to physical factors, the social, psychological and emotional ties that people have with their community can also contribute to a more inclusive environment for ageing, especially through strengthening a sense of place. A strong sense of place results from having access to supports for active participation, opportunities to build and sustain social networks, and assuming a meaningful role in the community. In contrast a feeling of displacement or 'placelessness' (RELPH, 1976) is associated with alienation, isolation and loneliness, often resulting in adverse health and well-being outcomes, particularly amongst vulnerable older adults. Therefore, the creation of age friendly urban environments that support sense of place is integral to successful ageing ensuring that older adults can continue to make a positive contribution in old age, delaying the need for institutional care and reducing health and social care costs (PLACEAGE, 2019).

Within this context, leisure plays a key role in supporting psychological, social and emotional well-being in later life. Participation in leisure is also known to have a positive impact on resilience, personal growth, purpose and learning in old age. Policy and practice have focused on encouraging more involvement in active forms of leisure in later life, embedded in healthy and active ageing agendas. Research to date has largely focused on perceptions of ageing, definitions of leisure and activity participation. Few studies have explored the role of neighbourhood and place in the leisure lives of older adults, particularly how participation in leisure can shape older adults sense of place (defined in terms of identity, belonging and attachment) in lower income communities. Understanding the intersections between leisure, place and income is important given the need to ensure communities provide supportive environments within which to age, and to establish an evidence base for how leisure can enable deeper attachments to place amongst older adults particularly in lower income communities.

1 Professor in the Centre for Socio-Organizational Sciences at the Federal University of Pelotas, Brazil.

2 Research Associate within the Laboratory for Behaviour Studies at the Federal University of Pelotas, Brazil.

3 Professor in the Faculty of Architecture and Urbanism at the Federal University of Pelotas, Brazil.

4 Professor in Ageing and Urban Studies and Director of the Urban Institute at Heriot-Watt University, UK.

5 Professor in the School of Health Sciences at the University of Dundee, UK.

6 Research Associate within the Urban Institute at Heriot-Watt University, UK.

7 Professor in the Faculty of Architecture and Urbanism at the Federal University of Pelotas, Brazil.

8 Master's Student in Architecture and Urbanism at the Federal University of Pelotas, Brazil.

Within this context, the paper aims to explore the relationship between leisure, place and income from the perspectives of older adults in the UK and Brazil and how older adults' participation in leisure supports the development of sense of place within their communities.

## Literature Review

As the population is ageing, there has been discussion on how to support the delivery of age-friendly cities and communities. The subject is not new, in 1978, the United Nations General Assembly convened the first World Assembly on Ageing, generating the *Vienna International Plan of Action on Aging*, which emphasizes mental, social and physical well-being. One of the recommendations was that urban planning must stimulate participation in leisure activities (UNITED NATIONS, 1982).

In 2007, the World Health Organization launched the 'Global Age-friendly Cities: A Guide'. This guide promoted an approximation of the ageing population process with urban planning and, it considers that participating in leisure activities 'in the community, as well as with the family' can help 'older people to continue to exercise their competence, to enjoy respect and esteem, and to maintain or establish supportive and caring relationships' (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2007, p. 38).

However, the way in which ageing is perceived and the environment in which older people live has been changing over time. Buffel, Phillipson and Rémillard-Boilard (2019, p. 8) argue that 'doing "age-friendly" work also means recognizing and challenging the wider inequalities and injustices which affect city life' such as increasing social inequalities.

Leisure is considered more than the occupation of time for older people, is linked to satisfaction with life (KELLY et al., 1987). Research has identified the benefits of leisure in old age. Argimon et al. (2006) in a study in the city of Veranópolis, Brazil, investigated the impacts of the diversity of leisure activities on the cognitive abilities of older people. The diversity of leisure options was one of the factors mitigating against a decline in cognitive abilities across language, memory and attention. In a study on the psychological benefits of leisure to the newly retired, Nimrod (2007) established the concepts of essentiality and work-like. According to the author, the idea of essentiality can be understood as participating in a certain leisure activity because it is important in some way. This concept can be linked to 'meeting role expectations' and 'competence and skill development', including a sense of gratification in helping others and a sense of belonging. Meanwhile, the work-like factor refers to the similarities or differences that can be found between leisure activities and work activities prior to retirement.

For the older adult, the maintenance of some structures throughout the life may be essential after retirement. This is the general idea of the Continuity Theory (ATCHLEY, 1989), which is related to the achievement of well-being and satisfaction through the maintenance of activities related to identity and self-esteem. Identity and self-esteem are developed throughout life and, in old age, need to be maintained in response to change, retirement and physical and social losses (PAPALIA et al., 2009). According to Nimrod (2007) the continuity can aid overall life satisfaction, it does not matter how similar current activities are to their previous occupations, as long as a sense of essentiality is maintained. This idea supports the recent study by Ryu and Heo (2018) which suggests that activities considered productive such as volunteering may play a more important role in older people's well-being and health than merely engaging in physical activity.

Seeking to explain the role of leisure in the ageing process, other important theories have emerged. Havighurst (1961) points out two different theories: (i) the activity theory says that well-being, satisfaction and happiness in advanced age depend on maintaining a high level of involvement in activities, highlighting the psychological benefits of leisure; (ii) the disengagement theory which states that there is a general acceptance and desire for disengagement from active life for older people. According to the author, the first one is the most accepted by gerontologists. Over time, gerontology has come to play a positive and full role in old age, indicating that it has challenged the negative associations of old age more broadly. The literature on leisure tends to differentiate activities according to the functional capacities of older people. It is not about an age division, since the ageing process does not happen in the same way for all (PAPALIA et al., 2009).

Kelly, Steinkamp and Kelly (1987) classify leisure for older adults into two types: (i) those based on primary relationships, such as family and close friends. It is a leisure that becomes accessible due to the closeness of relationships, and that continues for most of adult life without significant physical demand; and (ii) of high investment, that requires time, skills and are more likely to produce results of a greater sense of competence and personal appreciation. The authors emphasize that for people over 75 years old, leisure becomes restricted to certain social and geographical environments. Family and home-based activities are especially important to this age group.

In a similar classification, Janke, Davey and Kleiber (2006) differentiated (i) informal leisure, activities that persist for a long time, such as socializing activities with friends; and (ii) formal leisure, that declines in later life with the ageing body and functional limitations, such as being a member of clubs and organizations. Paillard-Borg et al. (2009) identified a decline in participation rates in challenging activities with increasing age, while passive activities were more popular among the oldest-old.

In a review of literature on leisure activities of older adults, Adams, Leibbrandt, and Moon (2011) concluded that informal social activity influenced well-being the most. In the research of Michèle et al. (2017), with advancing age, a lesser variety of leisure activities was observed, making social activity stand out among older people as a criterion for distinguishing between individuals.

It is noteworthy the role of the social life for older people, especially those who have certain impediments to perform other types of leisure activities. Thus, the literature tends to highlight the informal and passive activities and primary socialization as an important way of engagement for oldest adults. However, it is necessary to mention the tendency to solitary activities. The study of Fernández-Mayoralas et al. (2015) reported that for the oldest people, activities were more indoor than outdoor, more solitary at home (watching television and reading), and more self-reflecting.

Another type of activity present in studies with the older adults are those of compensation. It is the kind of activity that becomes more present in the lives of older people due to their adaptive nature, as a way of maintaining engagement, but in activities that are compatible with the inherent losses to the ageing process. The social activity is highlighted by Kelly, Steinkamp and Kelly (1987) as a type of leisure that can supply the lack of activities that are no longer exercised due to physical decrease. Silverstein and Parker (2002) also pointed out walking as an activity of adaptation to reductions of more vigorous types of exercise. The authors found out that engaging in friendship-type leisure activities was related to highest quality of life and suggested that maximizing activity participation is a kind of compensation for social and physical deficits in later life.

About some specific activities that may fit into the classifications discussed above, Silverstein and Parker (2002) divided leisure activities into: culture - entertainment, productive - personal growth, outdoor - physical, recreation - expressive, friendship, and formal - group. In the research of Paillard-Borg et al. (2009), the most important types of leisure for older people were: mental, social, physical, productive, and recreational. Reading was the most prevalent individual activity and mental activity the most prevalent type, whereas the least prevalent was physical activities.

Adams, Leibbrandt, and Moon (2011) reviewing the literature on leisure activities reported two or three domains: informal, formal and solitary, or productive versus leisure. The domains related with well-being, health or survival included social, leisure, productive, physical, intellectual, service and solitary activities. And, in a more recent study, in 2014, Chang, Wray, and Lin used four main types of leisure activities in their study with older adults: mental, social, physical, and productive.

However, as people get older, the barriers to leisure increases, and the participation in activities is often conditioned on it. Kelly, Steinkamp and Kelly (1987) point out factors that interfere in the choice of leisure activities in the different age groups: (i) attention to the self in midlife (although belatedly); (ii) reduction of parenting commitments and the loss of significant others; (iii) losses related to health, income, mobility, and physical abilities.

Nimrod (2003 apud NIMROD; JANKE, 2012) divides the barriers for older adults' leisure into: (i) cultural-environmental (social isolation, age-related norms, and a lack of companions as a result of their increasing limitations and mortality); (ii) health-related, both physiological (disabilities, chronic illness, or decreased energy) and psychophysiological (concentration or memory problems); (iii) psychological (lower motivation, self-efficacy, and fear); (iv) technical (income, availability of activities, mobility, and time).

Besides old age, according to Paillard-Borg et al. (2009), other factors are correlated with a decreased engagement in leisure activities, such as female gender, low education status, having a poor or limited social network, mental disorders, and physical limitation. Gender is pointed out as determining in the choice of activities: (i) for men: following political and cultural interests, working, practising outdoor activities; (ii) for women: making handcrafts, doing crosswords. The findings ranked older men as more active than women. Adams, Leibbrandt and Moon (2011) also highlighted individual factors as gender or physical functioning and went further by citing contextual variables such as choice, meaning or perceived quality had a significant role in the process of choosing leisure activities.

Some authors on ageing also explore the influence of different socioeconomic contexts in the activities of older adults and their leisure. In a recent literature review on the impact of neighborhoods on ageing, it was found a relationship between leisure activities and land use and public transportation. Leisure physical activity was linked to recreational facilities of the environment such as the existence of parks and open spaces (VAN CAUWENBERG et al., 2018). In this sense, Luhmann and Hawkley (2016) warn that in contexts of insufficient income and unqualified physical and social environments, the rates of mobility in the living space of older adults tend to be lower, restricting their options. The mobility in the living space is related to the functional capacity of the older adult to move around, socialize and participate actively in the community. Therefore, it is understood that several factors that build the living environment of the older adult can interfere with their access in leisure activities.

Despite evidence of the influence of the physical, social and economic environment on ageing, few studies address the impact of different contexts on the lives of the older people (BEARD; PETITOT, 2010). Yen, Michael and Perdue (2009) warn that aspects of the neighborhood should be more consistent when studying ageing disparities. The relationship between neighborhood and leisure-time physical activity for the older people (VAN CAUWENBERG et al., 2018) is also insufficiently addressed.

In addition to physical factors linked to income and infrastructure, housing communities tend to be spaces of strong psychological stimulus and sense of place. The sense of place is the social, psychological and emotional bond between people and places (MANZO; PERKINS, 2006) that is the product of support for active participation, construction and maintenance of social networks and a role in the community (SEAMON, 2013).

## Methodology

This paper is a result of the research 'Place-Making with Older Adults: Towards Age-Friendly Communities', which was undertaken from 2016 to 2019. It was funded by the Newton Fund and the ESRC and was led by the UK (Heriot-Watt University) and Brazil (Federal University of Pelotas). The aims of the research were to: (i) investigate how sense of place is experienced by older people from different social settings living in diverse neighborhoods in the UK and Brazil; (ii) translate these experiences into designs for age friendly communities that support sense of place; and (iii) better articulate the role of older adults as active placemakers in the design process by involving the community at all stages of the research.

In order to achieve the objectives, a case study approach was chosen and three cities were selected in Brazil (Pelotas, Belo Horizonte and Brasília) and in the UK (Edinburgh, Glasgow and Manchester).

Within each city, three neighborhoods were selected for the study based on income (low, middle and high), population density (60+) and green spaces. In total, 18 neighborhoods were investigated in the UK and Brazil. However, within the context of this study only data from the six low-income neighbourhoods were used, as follows: Pelotas (Navegantes), Belo Horizonte (Aglomerado da Serra) and Brasília (Granja do Torto); Edinburgh (Craigmillar), Glasgow (Easterhouse) and Manchester (Baguley).

The work reported here employs data collected through three methods applied in the first year of the main research: Face-to-face Interviews, Go-Along Interviews and Photo Diaries. The interview is a qualitative method of data collection used to get a deep sense of information, in a more flexible way than quantitative methods (PHELLAS et al., 2012). A purposive sampling approach was used for the study, reflecting a diversity of age (60-69, 70-79, 80+), gender and household composition as factors that influence older adult's sense of place. A recruitment strategy was developed by researchers to access interested groups and community leaders, including neighbourhood recruitment events and advertisements and leaflets published in the city's local newspaper (PLACEAGE, 2019).

The Go-Along interview is also a qualitative method undertaken by researchers who accompany the interviewee for a walk through the neighborhood. Interviewing a participant within their local context allows the researcher to 'walk through' the lived experiences of people in the neighbourhood. Participants' responses to the questions are joined with the researcher's own observations, producing interpretations (CARPIANO, 2009). The itinerary is defined by the interviewee, reflecting everyday place experiences, collecting sensory aspects along with meaning and memories of specific places. In this

study, the recording of the route and the photos were made from a cellular application (Strava), which marked the route traveled, and a recorder, which facilitated the capture of audio data (PLACEAGE, 2019).

The Photo Diaries is another qualitative method based on self-photographing, described by Robert Ziller (NEIVA-SILVA; KOLLER, 2002) as a photographic procedure performed by the research subjects themselves who choose what they want to photograph, the point of view, etc., it creates autonomy in the act of photographing and answering the research question. Then, the set of photographic images is used to break the verbal communication difficulties and talk about the interviewee's experiences (PLACEAGE, 2019). In total, 180 face-to-face interviews, 120 go-along interviews and 60 photo diaries were undertaken both in the UK and Brazil between 2016 and 2017.

The data collected from the low-income neighbourhoods was analyzed thematically by case study area both in Brazil (Pelotas, Belo Horizonte and Brasília) and the UK (Edinburgh, Glasgow and Manchester) and a comparative analysis of the case studies based on the themes that emerged was also conducted cross-nationally to establish similarities and differences in the experiences of older adults across different socio-cultural contexts. The themes that emerged from the analysis of the data were: community centres, green spaces and safety.

## Results and Discussion

The results presented in this section are organized according to each case study: Pelotas, Belo Horizonte and Brasília in Brazil; and Edinburgh, Glasgow and Manchester in the UK. The themes which were categorized into community centres, green spaces and safety and their relationship with leisure are presented within each case study. Subsequently a comparative discussion of the results from each country is provided by analyzing those themes in the light of the literature.

### Brazil

#### Pelotas

The interviews with older adults reflected on the importance of leisure activities in the local community. Here, there was significant emphasis on leisure activities carried out in the Reference Centre for Social Assistance (*Centro de Referência de Assistência Social* - CRAS) in the Navegantes Neighbourhood. The Centre offers group activities such as handcrafting, chat groups and meals. '*CRAS, where we go for walks, to know things, talk, play, things that are really for older people*' (Female, 64). However, many participants expressed dissatisfaction with the lack of another place that promotes parties, travel and physical activities.

In the neighbourhood, opinions about insecurity were almost unanimous, which can become a barrier to leisure in the community. Other than that, the older adults demonstrate not to engage in leisure activities because the neighbourhood does not offer such opportunities or suitable spaces for them.

Through the go-along interviews it was observed that the older adults in Navegantes know the meeting places of their peers, represented mainly by CRAS and church groups, which promote different activities in weekly meetings such as gymnastics, music, manual work, community garden, and even trips to tourist cities. Older people often participate in these groups, and even those who do not participate know about them.

A large number of photographs highlighted the importance of spaces for contact with nature, as well as areas (patios, gardens, vegetable gardens, etc.) as those supporting leisure and consequently the mental health of the older people (LEE; MAHESWARAN, 2010). The maps with the locations of the older people's homes, which were part of the diaries, show that the public green areas close to the houses have great influence as leisure opportunities and appear in the images and testimonies directly, either for their own use, of family members, adolescents or children, as well as just for contemplation (LONDE; MENDES, 2014).

#### Belo Horizonte

As for the relationship of people with green spaces, it is very diverse in Serra. One interviewee says that '*there could be more green space because they are cutting, they are deforesting everything*' (Male, 67). At the other end there are those who see in the green areas a threat to health because of rats, cockroaches, insects: '*The mayor should stop these cockroaches, throw venom in those woods, in the streams, right?*' (Male, 83). In relation to the green areas in condominiums, which are collective but not public, there seems to be fragile attempts to create vegetable gardens and gardens, however, one person says: '*The best thing, if people agreed, would be to cement everything, because then you avoid that dirt. Because its complicated. Every time you're going to clean you need to get the people together*' (Female, 62). That is, the collective organization necessary to maintain this type of space is difficult.

Finally, in the context of the spaces and public services of Serra, CRAS (Reference Centre for Social Assistance) deserves special emphasis regarding leisure, because their programs make much more difference in the lives of older residents than one could imagine. For those who have access to them - waiting lines are long - they improve their physical and mental condition, offering support without asking for anything in return (unlike what happens in family networks). In CRAS, for example, there is a program offered by an NGO in partnership with the City Hall, called Active Life. Until recently, the program promoted excursions and other activities outside CRAS facilities, much appreciated by the older adults. Some have reported that, for the first time in their lives, they visited the city of Belo Horizonte beyond their workplaces.

Streets and squares are of functional and restricted use, while CRAS has as intense use as their structure allows. The older adults use the public space because it is necessary for their daily activities, but they do not seem to see it as a possibility of leisure, not even of walks. In this sense, the lack of infrastructure and the steepness of the streets do not seem to encourage staying in public spaces for leisure. On the other hand, the relatively protected CRAS space has a greater demand than it can meet.

With regard to safety, the participants feel safe during weekdays, because there is policing and people on the street, but on holidays and weekends they are afraid to leave home.

#### Brasília

The need to promote free activities of interest to the older adults (dance and craft classes, among others related to leisure) was highlighted by older adults in Granja do Torto.

The need to create physical space for activities, green spaces and community gardens is defined as a relevant factor for the planning of more age-friendly places that support leisure opportunities. To provide such improvements, the older people consider the need to strengthen community involvement. More specific suggestions aimed at investing in

surveillance mechanisms (ostentatious policing, installation of cameras, for example) were mentioned by residents, which reflect the feeling of insecurity present in the place.

Older residents identify basic infrastructure as important in building their sense of place, which is very precarious. They use the health centre not only as a place of care, but of socialization and leisure, because there they have people to talk to and group activities promoted by social entities. When they mention the health centre as a meeting place, they demonstrate the marginalization of this community, where the government does not provide opportunities for inclusion, social participation and leisure.

In relation to public spaces, it was noticed that one can feel safe to walk without being safe to stay. In the case of this low-income neighbourhood, the streets and squares are for functional and restricted use, while CRAS (Reference Centre for Social Assistance) has as much use as its structure allows. The older adults use public space because it is necessary for their daily activities, but they do not see it as a possibility for leisure, not even for walks due to the lack of basic infrastructure such as sidewalks and benches. On the other hand, the CRAS space, relatively protected, has a greater demand than it can serve and is characterized as a community centre in the neighbourhood, where several support groups and leisure activities are carried out to serve the older population.

## **The UK**

### *Edinburgh*

The role of community centres were fundamental to maintaining an active old age and were a consistent theme of the photo diaries. Community places often provided a broad range of activities for older adults including IT training, fitness activities and opportunities for lifelong learning as well as leisure. Local activities and community spaces were a key theme of the photo-diaries. Activities undertaken at community centres and leisure facilities had the potential to improve health and well-being in old age. One participant pointed to the impact of participating in the activities at Thistle Community Centre, in Craigmillar, in terms of improved physical and mental health, as well as a form of reintegration after periods of illness.

Green spaces as those that support leisure had mental well-being benefits, providing an antidote to living in the city. Green spaces also provided places of relaxation and contemplation. The 'feeling' of space and having access to 'countryside-like' space was very important. Green spaces acted as restorative environments of peace and tranquility. For others, green spaces provided the means for community members to come together e.g. through organized walking activities that supported both individual and collective well-being. There was evidence of green spaces such as community gardens providing an opportunity for members of the community to come together as a form of civic participation/opportunities for food security. Community gardens had the potential to increase engagement and reduce social isolation.

Interestingly, perceptions of crime were less prominent in the interviews conducted in the more deprived community of Craigmillar. Negative stigma and associations with areas perceived as being 'more deprived' created a perception of the local community as a 'no go' area, external perceptions which residents strongly resisted:

*'Craigmillar has a terrible reputation but I have never once felt threatened... news has been negative towards us. People don't like it. It's an assumption people make. I have never once felt threatened.'* (Female, 60).

### *Glasgow*

Issues of crime and safety were identified as key factors impacting ageing-in-place. Fear of crime was a pervasive issue amongst older adults. This still acted as a barrier to many leaving the home [evidence of 'hunkering down' in relation to perceived threats]:

*'Pensioners, it doesn't matter where they live, are scared. They go home, they lock their door, they shut their blinds, things like that.'* (Male, 62).

Outdoor environments including green spaces were seen as integral to sense of place and leisure. These were experienced across a range of private green spaces (private spaces and community gardens) and public parks. Green spaces acted as restorative spaces for many, providing a form of relaxation and a place to reminisce.

Communities such as Easterhouse which displayed high percentages of 'green space', reported some of the lowest use, with significant amounts of vast open, poorly maintained space not being used by local residents. There, green spaces were seen as under-utilized, lacking any specific programming, therefore providing little in the way of attraction for the local community. Residents discussed the issue of empty spaces in feelings a sense of detachment from the community. Abstract spaces did not create a sense of place for local residents. Meaningful places were those that provided a space for social interaction and engagement and promoted a sense of community/collective identity.

Green spaces also encapsulated community gardens, green spaces organized and ran by the local community. Community gardens enabled people to engage in physical activity, and develop an interest in food security. Green spaces were an opportunity to develop a sense of community pride, scaling up individual garden spaces into forms of civic participation.

For some participants, there was the absence of community places for older adults including community centres and leisure clubs within close proximity. Whilst the availability activities such as computer classes and knitting were widespread, scheduled and programmed activities created a structure that did not suit all older adults.

### *Manchester*

A perception of being unsafe was linked to a sense of vulnerability in urban spaces, dictating the time of day that people would venture out. The feeling of perceived vulnerability was identified however it was less apparent when other people were visible in public spaces.

A barrier in respect of using green spaces for leisure was their ongoing maintenance. Green spaces that were poorly maintained were seen as 'no go' areas, deterring use amongst older adults. Poorly maintained green spaces were likely to act as a deterrent.

The provision of green spaces for leisure was seen as beneficial to the health and well-being of local residents and planning for green space seen as a key indicator of an age-friendly community. Green spaces included public parks, private garden spaces and community gardens and allotments. A number of older adults appreciated the restorative potential of green spaces, through the sensory aspects of spending time with nature.

Parks also supported physical well-being in terms of exercise and encouraging people to get outdoors. However, the availability of green space in and of itself was insufficient, rather they needed to have leisure opportunities such as activities, events and spaces

which attracted people to those areas otherwise they were less well used.

### **Discussion**

In this section a comparative discussion of the results from each country is provided by analyzing the following themes: community centres, green spaces and safety and their relationship with leisure in the light of the literature. By comparing both countries, similarities and differences in the experiences of older adults across different socio-cultural contexts can be established.

#### *Importance of CRAS in Brazil and Community Centres in the UK*

The existence of “third places” such as CRAS in Brazil and community centres in the UK were highlighted by the study as fundamental to maintain an integrated and active old age through leisure. These places represent a source of formal compensatory leisure activities, i.e., a type of leisure that may not have been part of the older person’s life when they were younger, but which gains prominence in their old age, replacing activities and social circles lost throughout life. The nature of leisure offered by these spaces is formal (JANKE; DAVEY; KLEIBER, 2006), respecting schedules, depending on displacement and demanding a certain effort and organization to participate, which was sometimes seen as an inconvenience by older adults.

Hickman (2012) states that third places in deprived neighbourhoods are likely to be better used than their equivalents in more affluent areas, and play a greater role in the lives of their residents. There are some reasons for this: (i) residents of deprived areas are less likely to interact socially in the workplace because they are more likely to be economically inactive and do not have the opportunity, through a range of factors including poor health and low-income, to interact outside the neighbourhood site; and (ii) infrastructure problems of deprived neighbourhoods and a tendency to receive low public investment.

This lack of basic urban infrastructure is portrayed very strongly in the case studies, while the street and public space are perceived only for their functionality, of displacement. The marginalisation of the population living in these neighbourhoods was very clear in one of the case studies in Brazil, where a health care centre was considered a meeting point for the community. Even without any vocation or recreational function, this space ends up supplying much of the community’s need for socialization.

Thus, in the neighbourhoods studied, sometimes the absence or precariousness of spaces dedicated to leisure led to a great appreciation of social structures that do not have a specific focus on leisure, such as CRAS. The Social Assistance Reference Centre (Cras) is considered the gateway to Social Assistance in Brazil, and it promotes the organization and articulation of the units of the social assistance network and other policies, so its location in areas of social vulnerability is strategic (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015). Although it represents one of the major sources of leisure in the communities studied, leisure is only one of its lines of action.

Furthermore, many of these structures have important limitations. These restrictions refer to: the limited number of places to participate in activities, which was cited in relation to CRAS; the physical inaccessibility of the buildings for users with different functional levels; the perception that many community centres are exclusive to permanent or “regular” users (HICKMAN, 2012); among other factors. Thus, the leisure offered by them, although essential in the lives of those who have access to it, ends up being insufficient to meet the needs of all.

### *Positive Aspects of Green Spaces*

In the neighbourhoods studied in Brazil and the UK, the spaces in contact with nature (patios, gardens, vegetable gardens, etc.) are perceived by the older adults as a source of mental health, providing an escape from urban life, the possibility of active or passive leisure, or simple contemplation and relaxation.

Unlike places as CRAS and communities centres, green spaces provide a more informal type of leisure that, being available in some proximity to the home, easily inserts itself into the routine, both of the older person and of family members, young people and children, which gives it an interesting intergenerational appeal. Besides, as they are usually open and public spaces, their configuration already implies that they are accessible to everyone.

All these leisure structures should be considered in the leisure system that is offered in the neighbourhood, in order to respect the individual differences of the older adults (PAPALIA et al., 2009) and not overload certain structures.

Green spaces are perceived as enhancers of community cohesion when they are well maintained. However, this study showed that when there is a lack of maintenance, proper programming or even when they are just ‘urban voids’, they can have the opposite effect, generating community detachment and undermining the sense of place. Green areas in less affluent neighbourhoods in both countries demonstrate that their mere existence does not mean that they have a vocation or are ready for community use.

In the three Brazilian cities, the appropriation and use of green areas and squares by the older adults are affected by maintenance, especially in low-income neighbourhoods. The maintenance problems in the country are so great that residents often relate these spaces with dirt and source of diseases, as in urban streams with open sewage. These degradation conditions lead to a drop in quality and a loss of functions, whether they are for leisure, social activities or have an environmental role. In addition, these spaces can offer risks to their users, including physical accidents, air, soil and visual pollution, flooding and acts of violence (Gomes and Martin, 2017).

Meanwhile, in the UK, participants revealed a great discontent with urban voids, perceived as waste in communities where the lack of leisure spaces is a reality. Thus, the greening of these lands can be seen as turning a problem into an opportunity to strengthen the neighbourhood’s leisure system (SANCHES; PELLEGRINO, 2016). Indeed, the interviewees themselves often demonstrate a desire to create community gardens to occupy these spaces. Porter and McIlvaine-Newsad (2013) point out that the act of gardening is multifaceted and its outcomes are not only based on leisure, but that it contributes significantly to the success of the garden. The authors approach gardening in green spaces as a factor of environmental justice, which can provide food security in low-income contexts, and social capital, which allows for the sharing of community strengths across different generations and the accommodation of each other’s needs while leisure is experienced. Thus, community gardens appear as a potential leisure activity for intergenerationality that can occupy empty or underutilized urban spaces, reducing perceptions of insecurity.

#### *Lack of Safety or Perceived Vulnerability*

Insecurity is often the main reason why older people want to stay at home (NAVARRO et al., 2015), acting as a major deterrent to social integration and leisure activities. The issue of insecurity, unlike the other themes, appeared almost unanimously in certain cities like Pelotas. Even in Brasilia, surveillance mechanisms emerged as suggestions

to strengthen community involvement.

This perception is not only conditioned to the spatial factor, but also to the time factor. For example, in Belo Horizonte, the older people tended to feel unsafe during weekends and holidays, due to the lack of policing in the streets, hindering access to leisure activities common to those who work during the week. In the three Brazilian cities, the lack of security affects and limits not only the spaces but also the leisure hours, many older people are restricted to the proximity of their homes, and do not participate in events and evening activities.

In the UK neighbourhoods studied, fear also acts as an important barrier for older people to leave their homes. However, one distinguishing feature was the emphasis on the fact that sometimes the violent stigma comes more from outside the community precisely because it is deprived. This fact, in a way, makes insecurity less of an issue for residents, and is even seen as one of the reasons why the community remains cohesive. This paradox is in line with the Collective Efficacy and Violence Theory, which explains that sociable coexistence may be greater in suburbs that have the highest crime rates, although they lack recreational areas and public services, including public safety (ZALUAR; RIBEIRO, 2009).

### Conclusions

The results of this study have shown the key role played by “third places”, such as CRAS in Brazil and community centres in the UK, in order to ensure formal leisure opportunities for older adults particularly in low-income neighbourhoods. In both countries green spaces were also highlighted as a source of informal leisure that promotes physical and mental well-being whilst enhancing community cohesion and the sense of place. On the other hand, the findings related to lack of safety or perceived vulnerability by older people were identified as negative factors that act as a barrier for the older adults to fully enjoy leisure opportunities, especially in more deprived areas.

Based on the results, the low-income neighbourhoods studied here both in Brazil and the UK are likely to have less leisure opportunities which tend to be provided by facilities such as CRAS and communities centres. Although doing their best to offer activities, they are not able to meet the needs of all. This insufficiency tends to be more noticeable in neighbourhoods where informal leisure structures such as green areas are deficient or poorly maintained. Thus, it is understood that in order for certain recreation structures not to be overloaded and for the individualities of older adults to be respected, there is a need to provide a variety of leisure types in the same neighbourhood that meet more formal or more informal demands, of individuals with different levels of physical ability and independence, and of older adult or intergenerational groups and families.

The lack of leisure opportunities particularly in low-income areas can negatively impact on the way older adults experience the sense of place within their neighbourhoods. Places are more than the built form which means they are also made of sense of place, defined in terms of identity, belonging and attachment, in other words the social, psychological and emotional bonds that people have with their environment (MANZO; PERKINS, 2006).

Leisure can enable deeper attachments to place amongst older adults particularly in lower income communities. However, this study has shown a few barriers for older adults to participate in leisure activities such as poorly maintained green spaces, lack of other “third places” and lack of safety. In order to overcome those barriers, it is important that leisure is fully integrated into the healthy and active ageing agendas so

that older adults' participation in leisure supports the development of sense of place within their communities.

### Acknowledgment

This work was supported by the Newton Fund and the ESRC.

### References

- ADAMS, K., LEIBBRANDT, S., MOON, H. A critical review of the literature on social and leisure activity and wellbeing in later life. *Ageing and Society*, v.31, n.4, p.683-712, 2010.
- ARGIMON, I., STEIN, L., XAVIER, F., TRENTINI, C. O impacto de atividades de lazer no desenvolvimento cognitivo de idosos. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, v.1, n.1, 2006.
- ATCHLEY, R. C. A Continuity Theory of Normal Aging. *The Gerontologist*, v.29, n.2, p.183-190, 1989.
- BEARD, J., PETITOT, C. Ageing and Urbanization: Can Cities be Designed to Foster Active Ageing?. *Public Health Reviews*, v.32, n.2, p.427-450, 2010.
- BUFFEL, T., PHILLIPSON, C., RÉMILLARD-BOILARD, S. Age-Friendly Cities and Communities: New Directions for Research and Policy. *Encyclopedia of Gerontology and Population Aging*, p.1-10, 2019.
- CARPIANO, R. Come take a walk with me: The “Go-Along” interview as a novel method for studying the implications of place for health and well-being. *Health & Place*, v.15, n.1, p.263-272, 2009.
- CHANG, P., WRAY, L., LIN, Y. Social relationships, leisure activity, and health in older adults. *Health Psychology*, v.33, n.6, p.516-523, 2014.
- FERNÁNDEZ-MAYORALAS, G., ROJO-PÉREZ, F., MARTÍNEZ-MARTÍN, P., PRIETO-FLORES, M., RODRÍGUEZ-BLÁZQUEZ, C., MARTÍN-GARCÍA, S. Active ageing and quality of life: factors associated with participation in leisure activities among institutionalized older adults, with and without dementia. *Ageing & Mental Health*, v.19, n.11, p.1031-1041, 2015.
- GOMES, M. R., SALAS MARTIN, E. Degradação de áreas verdes urbanas públicas e os fatores de riscos para a população: exemplos para a cidade de Natal/RN. *GEOgraphia*, v.19, n.40, p.107-122, 2017.
- HAVIGHURST, R. Successful Aging. *The Gerontologist*, v.1, n.1, p.8-13, 1961.
- HICKMAN, P. “Third places” and social interaction in deprived neighbourhoods in Great Britain. *Journal of Housing and The Built Environment*, v.28, n.2, p.221-236, 2012.
- JANKE, M., DAVEY, A., KLEIBER, D. Modeling Change in Older Adults' Leisure

Activities. *Leisure Sciences*, v.28, n.3, p.285-303, 2006.

KELLY, J., STEINKAMP, M., KELLY, J. Later-life satisfaction: does leisure contribute?. *Leisure Sciences*, v.9, n.3, p.189-199, 1987.

LEE, A., MAHESWARAN, R. The health benefits of urban green spaces: a review of the evidence. *Journal of Public Health*, v.33, n.2, p.212-222, 2010.

LONDE, P., MENDES, P. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. *Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e Da Saúde*, v.10, n.18, 2014.

LUHMANN, M., HAWKLEY, L. Age differences in loneliness from late adolescence to oldest old age. *Developmental Psychology*, v.52, n.6, p.943-959, 2016.

MANZO, L., PERKINS, D. Finding Common Ground: The Importance of Place Attachment to Community Participation and Planning. *Journal of Planning Literature*, v.20, n.4, p.335-350, 2006.

MICHÈLE, J., GUILLAUME, M., ALAIN, T., NATHALIE, B., CLAUDE, F., & KAMEL, G. Social and leisure activity profiles and well-being among the older adults: a longitudinal study. *Aging & Mental Health*, v.23, n.1, p.77-83, 2017.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. *Centro de Referência de Assistência Social - Cras*. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>. Acesso em: 23 set. 2021.

NAVARRO, J., ANDRADE, F., PAIVA, T., SILVA, D., GESSINGER, C., BÓS, Â. Percepção dos idosos jovens e longevos gaúchos quanto aos espaços públicos em que vivem. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.20, n.2, p.461-470, 2015.

NEIVA-SILVA, L., KOLLER, S. O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia. *Estudos de Psicologia*, v.7, n.2, p.237-250, 2002.

NIMROD, G. Retirees' Leisure: Activities, Benefits, and their Contribution to Life Satisfaction. *Leisure Studies*, v.26, n.1, p.65-80, 2007.

NIMROD, G., JANKE, M. (2012). Leisure across the later lifespan. In: SINGELTON, J.; GIBSON, H. *Leisure and aging: theory and practice*. Disponível em: [https://www.academia.edu/6795579/Leisure\\_across\\_the\\_later\\_lifespan](https://www.academia.edu/6795579/Leisure_across_the_later_lifespan). Acesso em: 27 nov. 2021.

PAILLARD-BORG, S., WANG, H., WINBLAD, B., FRATIGLIONI, L. Pattern of participation in leisure activities among older people in relation to their health conditions and contextual factors: a survey in a Swedish urban area. *Ageing and Society*, v.29, n.5, p.803-821, 2009.

PAPALIA, D., OLDS, S., FELDMAN, R. *Human development*. McGraw-Hill. 2009.

PHELLAS, C., BLOCH, A., SEALE, C. Structured methods: interviews, questionnaires and observation. *Researching Society and Culture*, p. 181-205, 2012.

PLACEAGE. *Place-Making with Older Adults: Towards age-friendly communities*. (Vol. 1, Rep. No. 2). Pelotas: UFPel, 2019.

PORTER, R., MCILVAINE-NEWSAD, H. Gardening in green space for environmental justice: food security, leisure and social capital. *Leisure/Loisir*, v.37, n.4, p.379-395, 2013.

RELPH, E. *Place and Placelessness*. Pion, 1976.

RYU, J., HEO, J. Relationships between leisure activity types and well-being in older adults. *Leisure Studies*, v.37, n.3, p.331-342, 2018.

SANCHES, P., MESQUITA PELLEGRINO, P. Greening potential of derelict and vacant lands in urban areas. *Urban Forestry & Urban Greening*, v.19, p.128-139, 2016.

SEAMON, D. Place attachment and phenomenology: The Synergistic Dynamism of Place. In: L. MANZO; DEVINE-WRIGHT. *Place Attachment: Advances in Theory, Methods, and Applications*. Routledge, 2013, p. 11-22.

SILVERSTEIN, M., PARKER, M. Leisure Activities and Quality of Life among the Oldest Old in Sweden. *Research on Aging*, v.24, n.5, p.528-547, 2002.

UNITED NATIONS. *Vienna International Plan of Action on Ageing*. New York: United Nations. 1982. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/ageing/documents/Resources/VIPEE-English.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2021.

VAN CAUWENBERG, J., NATHAN, A., BARNETT, A., BARNETT, D., CERIN, E. Relationships between Neighbourhood Physical Environmental Attributes and Older Adults' Leisure-Time Physical Activity: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Sports Medicine*, v.48, n.7, p.1635-1660, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global age-friendly cities: a guide*. World Health Organization. 2007. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/43755>. Acesso em: 07 dez. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *World health statistics 2020: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals*. World Health Organization. 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/332070>. Acesso em: 07 dez. 2021.

YEN, I., MICHAEL, Y., PERDUE, L. Neighborhood Environment in Studies of Health of Older Adults. *American Journal of Preventive Medicine*, v.37, n.5, p.455-463, 2009.

ZALUAR, A., RIBEIRO, A. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. *Novos Estudos - CEBRAP*, v.84, p.175-196, 2009.

parede branca



## AEROFRACTAL

*Gabriela Castro<sup>1</sup>*

O produto deste projeto se trata de uma escultura em formato de tetraedro projetada de modo que o conjunto tenha as características necessárias para poder voar.

Tomei o convite para participar do Festival Multiverso\* como uma oportunidade de levar à uma nova esfera inquietações a respeito da geometria, tema sempre presente em meus trabalhos com arte ou arquitetura.

O local de performance do Festival era a Praça Mauá, coração do “Porto Maravilha”, projeto de revitalização do Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Às margens da Bahia de Guanabara e rodeado de prédios icônicos, o espaço público se apresenta como uma imensa praça seca que abriga diversas atividades sociais, de lazer e culturais, e é frequentada por centenas de pessoas todos os dias. Considerando a implantação da obra num lugar tão efervescente decidi propor uma escultura que ocupasse o local mais livre e disponível da praça: o céu.

Convidei o experiente pipeiro Marcos Spindola (fundador do coletivo de pipeiros Criar&Recrear) para desenvolver a obra em conjunto. Renato Brunnet, Moacyr Marcarini e Esther Louro também participaram da confecção das peças da pipa. Todo processo foi feito de forma manual ao longo de três meses.

O projeto aborda processos de desdobramentos da forma explorando a lógica fractal de crescimento. Criando um arranjo de 4 tetraedros iguais com mesmo sentido de orientação, temos como resultado um tetraedro maior e idêntico em forma. Seguindo este processo recursivo, ao repetir as associações e respeitando a mesma regra, vemos a multiplicação da escala e manutenção da forma final. Esta figura matemática foi descrita pela primeira vez por Waclaw Sierpinski em 1915 e é uma forma fundamental da geometria fractal. Tem como princípio a manutenção da sua definição inicial à medida que é ampliado.

Composta por módulos, a pipa foi projetada para que suas peças fossem construídas previamente e a montagem integral acontecesse no local de performance. Cada módulo é composto por 4 células de tetraedros com vértices articulados, que permitem sua planificação, facilitando o transporte, montagem e desmontagem do conjunto.

As grandes proporções da pipa (aproximadamente 4m de diâmetro) contrastam com a leveza da composição, que geram diferentes visuais de acordo com o ponto de vista do objeto no céu.

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faurb/ UFPel em 2008. Atuou em diversos projetos de urbanismo junto com o escritório ArquiTraço (como o Plano Diretor da Rocinha). Desde 2011 trabalha com projetos que misturam arquitetura, cenografia e tecnologia. Realizou muitos projetos com a produtora SuperUber (como na direção de tecnologia do Museu do Amanhã e Museu da Língua Portuguesa), com Dimitre Lima (instalações tecnológicas para Feira Inventum), e no Estúdio Mirabilis (Exposição Universo das Medições, para o InMetro).

\*Festival Multiverso: Primeiro festival de arte generativa e creative coding do país Projeto selecionado pelo Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados 2017/2018.

Além dos aspectos construtivos, a performance da Aerofractal está conectada diretamente a respostas climáticas. As condições de intensidade e direção do vento, umidade e precipitação são determinantes para a realização dos voos.

No dia do evento, o vento de baixa intensidade tornou o trabalho da equipe mais desafiador. Apesar das dificuldades técnicas, uniram-se à nossa equipe diversas pessoas que se identificaram com a obra. Dentre amigos, participantes do festival e pessoas desconhecidas que estavam na Praça, muitas pessoas ajudaram na montagem e dinâmicas de voo. Essa apropriação espontânea trouxe um significado de coletividade à obra. Realizamos um voo diurno e outro noturno, levando os fractais ao céu da praça pública.



Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OGWwDPRuIR4>



**SCAN ME**

## UMA CIDADE COM MUITAS CÂMERAS

*Alessandro Driê<sup>1</sup>*

“Uma Cidade com muitas Câmeras” é um curta de animação experimental, em quase nove minutos, realizado em 2016. É uma homenagem ao filme “Um Homem e sua Câmera”, de Dziga Vertov, de 1929. Nos dias atuais, as cidades tem a presença quase que onisciente de câmeras de vigilância: Estão por toda a parte, seja nas residências, em espaços comerciais, nos elevadores, ou nos telefones celulares. E por algum acaso o autor – quando esteve envolvido em um movimento social em defesa dos cinemas de rua de Juiz de Fora, Minas Gerais – soube do recurso que a então Secretaria de Transportes e Trânsito (SETTRA) disponibilizava pela Internet. Ao todo, 10 câmeras se dividiam por alguns dos cruzamentos de ruas ou avenidas com maior movimento de veículos, fornecendo imagens com algum pequeno atraso em relação ao tempo real, para verificar eventuais engarrafamentos ou quaisquer incidentes. Estas imagens, de média qualidade, duravam cerca de 1 minuto, sendo que a cada quase 10 segundos elas giravam para algum dos sentidos das vias. Assim, inspirado pela obra de Vertov, partiu-se para a coleta de cenas, com um posterior tratamento para que as imagens ficassem mais uniformizadas e também atender a um dos conceitos de animação em audiovisual, que é a sequência de imagens em quadro a quadro. A montagem ainda procurou ordenar as cenas conforme ocorressem ao longo de 24 horas, em dias diferentes, mas que dessem uma ilustração do cotidiano local. E a transição entre estas cenas refletia o movimento real das câmeras, sempre para a direita de quem assiste. Uma música criada por Bula Temporária foi escolhida pelo autor por achar que cumpriria bem o papel de pano de fundo. O curta retrata Juiz de Fora, mas poderia ser qualquer outra cidade. Por causa da função das câmeras serem de trânsito, conferimos o meio urbano tomado por automóveis, em sua maioria. No filme “Um Homem e sua Câmera” é bastante visível a relação das pessoas com as máquinas, lembrando que naquela obra a proximidade entre ambas é maior, assim como a subjetividade das cenas. No curta “Uma Cidade com muitas Câmeras”, o olhar reflete a objetividade da “frieza” das câmeras, até em função do distanciamento deste tipo de dispositivo com as pessoas – elas estão acima de nossas cabeças ou quase escondidas. No momento em que a animação foi montada, já havia a instabilidade política no país, cuja polarização tomava as ruas. É o ser humano demonstrando a sua resistência tanto ao ocupar a polis dominada por máquinas quanto se afirmando politicamente. Dziga Vertov conseguiu realizar um filme que sempre é diferente a cada vez que assistimos. O curta de animação pode não chegar a tanto, porém, o conjunto das cenas do cotidiano também oferece outros olhares, possibilitando boas reflexões.

### Referências

UM HOMEM e sua Câmera. Direção: Dziga Vertov. 1929. Longametragem de documentário. Web (68 min), mudo/musical, P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sGanECSgrNE>

UMA CIDADE com muitas Câmeras. Direção, animação e edição de vídeo: Alessandro

<sup>1</sup> Alessandro Driê - é arquiteto e cineasta de animação. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e também é animador autodidata. Foi um articulador de movimentos sociais na cidade de Juiz de Fora, como o Movimento “Salvem o Cine Excelsior” e “Salve o Cine Palace”. Na área do audiovisual, dirigiu alguns curtas de animação bem como editou outros trabalhos em vídeo.

Driê. Música: Davidson Lopes (Bula Temporária). 2016. Curtametragem de animação experimental e documental em rotoscopia quadro a quadro em vídeo. Web (9 min), son., color. Disponível em: <https://vimeo.com/188608689>

VERTOV: O Homem e sua Câmera. PERNISA Junior, Carlos (Org.). Rio de Janeiro, Mauad X, 2009.



Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e7WfcQFLlqQ>



**SCAN ME**

## A COLÔNIA MILITAR DO ALTO URUGUAI

*Marco Antonio Mello<sup>1</sup>*

No dia 15 de março de 1879 foi criada por decreto imperial a colônia militar do Alto Uruguai, na região noroeste da província, incumbido pela regência do Marechal de Exército Marquez do Herval, a qual será construída nas proximidades do município de Palmeira das Missões, às margens do Rio Uruguai. “A partir daí, a colônia recebia recursos financeiros do império e também imigrantes, além de soldados, de origem açoriana provenientes das cidades de Viamão, Rio Grande e Pelotas” (GRAFFITI, 2004.p 29).

Sob a perspectiva de proteger a fronteira dos vizinhos espanhóis, o objetivo era garantir a posse da terra para o império Brasileiro. No final do século XIX, a província do Rio Grande do Sul enfrenta instabilidade devido ao envolvimento na guerra do Paraguai e a alternância no governo monárquico para a república. “As colônias militares criadas no norte do território do Rio Grande do Sul localizavam-se em áreas afastadas da capital e das zonas de colonização, e tinham por objetivo controlar o território e redefinir os espaços reservados à propriedade privada” (SCHMITZ, 2019,p.2).

Devido ao alto custo de manter tropas militares na colônia, em 29 de janeiro de 1913, a Colônia foi extinta, passando o total controle à administração civil do Rio Grande do Sul.” (LEDUR, 2018). Considerando que o ciclo de vida do quartel militar foi curto, cerca de 34 anos, esse tempo deixou marcas na região noroeste, responsável pela criação de outros municípios que ligavam Palmeira das Missões ao Alto Uruguai.

O quartel foi construído com pedras e tijolos produzidos no local. “Foi construído um porto, uma escadaria de 37 degraus, duas plataformas em níveis diferentes, e dois ancoradouros, presos sobre os paredões de pedra, levantados sobre o Rio Uruguai” (VEIT;Hugo,1996,p.69). Atualmente as construções da antiga colônia nos dias de hoje se encontram precárias, sem perspectiva de manutenção ou algum programa de intervenção. Os prédios que compõem o povoado são: o quartel e um porto para embarcações.

### Referências

GRAFFITTI, Luis Gustavo. Três Passos: Imigração e Colonização. Ijuí: Ed.UNIJUÍ, 2004.

VEIT, Hugo Antônio (coord.). Memórias 1... de Três Passos e municípios descendentes. Ijuí: Ed. Unijuí, 1996.

SCHMITZ, K. de O., & LOPES, I. D. Conflitos, localismos e regionalismos na Colônia Militar de Caseros no Norte do Rio Grande Do Sul no século XIX. Oficina Do Historiador, 2019.

LEDUR, Gabriela. Dissertação de mestrado, Organização cooperativa como alternativa de desenvolvimento social e local – as experiências no município de TrêsPassos. Unijuí, 2018.

<sup>1</sup> Mestrando em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU - UFPEL).



Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UoxhtFqXrYc>



SCAN ME

## INTER(AÇÃO) NATUREZA URBANA

*Letícia Pereira Paixão<sup>1</sup> e Paulo Henrique dos Santos Matos<sup>2</sup>*

A movimentação e arte nas periferias da cidade de São Paulo. Há movimentação mesmo nas tarefas mais banais e cotidianas; a vista daqueles que estão em situação de rua é da movimentação constante, mesmo durante o auge pandêmico.

A arte periférica em São Paulo durante a pandemia como forma de protesto e a normalização do ato de se movimentar e seus efeitos na vida cotidiana. Há a falsa ideia de um “novo normal” disseminado, principalmente pela má gestão governamental, que nunca deixou as periferias. A disseminação de artes de rua como forma de protesto, dos que sempre devem ser ditos e evidenciados, tal qual a violência contra as mulheres, até o negacionismo da existência e proliferação da covid-19.

A “interferência” da natureza no ambiente urbano. Apesar do ser humano tentar ditar regras comportamentais a natureza e se incomodar com sua presença tida erroneamente como invasiva, no fim é ela quem tem o controle e estabelece os passos. O “incomodo” gerado pela “invasão” da natureza no ambiente urbano e a distorção da visão humana em relação aos espaços ocupados pela natureza.



Figura 1 - INTER(AÇÃO) NATUREZA URBANA. Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas.

<sup>2</sup> Mestrando em Engenharia Mecânica pela UFABC (São Paulo).

Figura 2 - INTER(AÇÃO) NATUREZA URBANA. Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

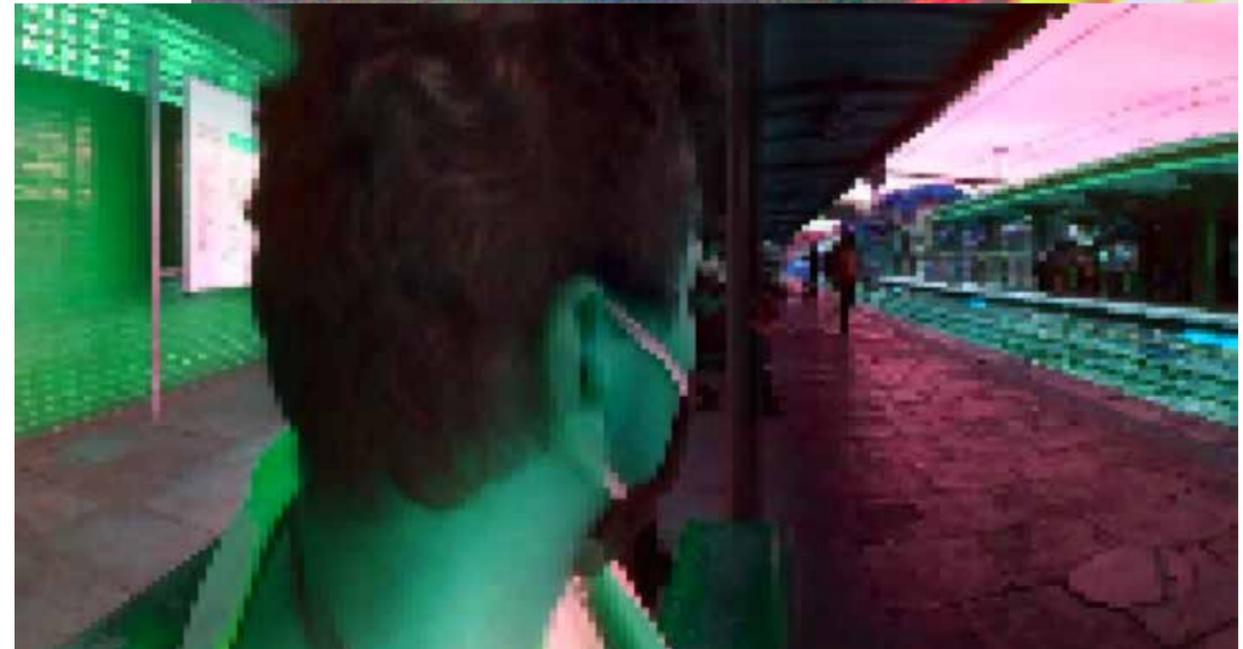


Figura 3 - INTER(AÇÃO) NATUREZA URBANA. Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.



Figura 5 - INTER(AÇÃO) NATUREZA URBANA. Fonte: Elaborada pelos autores, 2020. Figura 6 - NATUREZA URB(AMA). Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

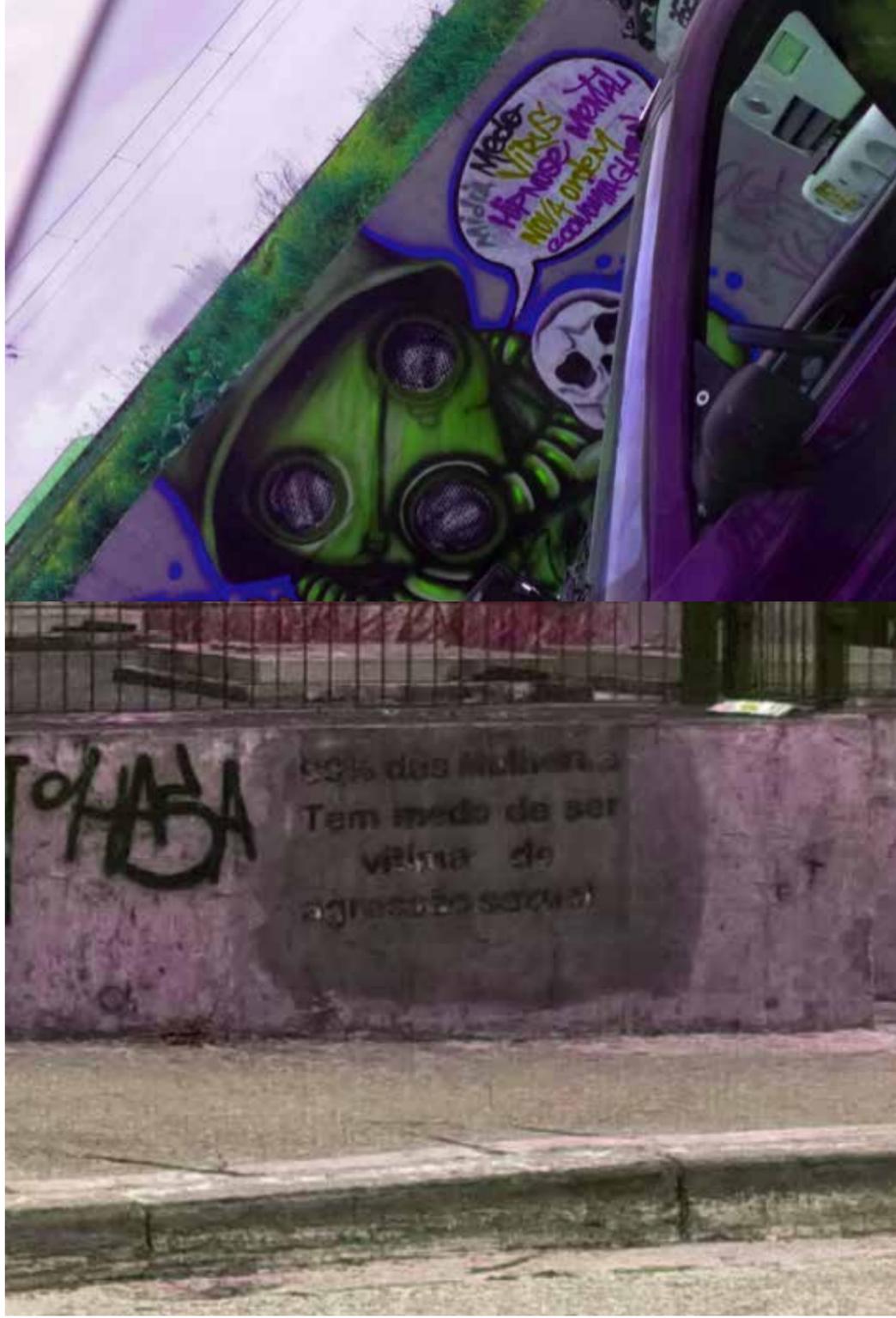


Figura 7 - INTER(AÇÃO) NATUREZA URBANA. Fonte: Elaborada pelos autores, 2020. Figura 8 - NATUREZA URB(AMA). Fonte: Elaborada pelos autores, 2020. Figura 9 - INTER(AÇÃO) NATUREZA URBANA. Fonte: Elaborada pelos autores, 2020. Figura 10 - NATUREZA URB(AMA). Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

# CENÁRIOS DO ACOLHIMENTO E URBANISMO PARA CRIANÇAS

## Uma experiência cartográfica de estágio docente<sup>1</sup>

*Taís Beltrame dos Santos<sup>2</sup>*

O dia está bom, saio de manga curta de casa. Sol e calor são um alívio no começo do inverno. A aula vai estar cheia. Já imagino. Hoje vou dar aula para a primeira turma durante três períodos. Coragem, mulher! Faço planos...

Bem, as figurinhas já estão impressas. Ademais.. Papéis A3, tesouras e cola. Estou confiante. Já aprendi o caminho. Chego na escola um pouco antes do sinal bater. Algumas crianças já esperam para entrar

Os alunos vão chegando aos poucos. Vamos conversando. A sala vai ficando agitada. Tento controlar o incontrolável. Proponho os grupos. Movem as classes. Conto que além de profe de artes, sou arquiteta e urbanista. Não me escutam. Começo a escrever no quadro. Arquitetura e Urbanismo.

Discutimos sobre o que faz uma arquiteta e uma urbanista. Arquiteta projeta casas e edifícios, urbanista constrói cidade e espaços públicos. O que são espaços públicos. Chegamos no projeto de espaços públicos, e fizemos uma lista dos espaços públicos da cidade: Praças, Ruas, Avenidas, Parque, Praia. Enumeram os acontecimentos e fatos que os relacionam com o espaço! Viva: cidadania!

Conto do meu projeto de mestrado, e compartilho com eles as figurinhas<sup>3</sup>. Ficam loucos, encantados. Distribuo folhas para recortar, e acompanho. Todos entusiasmados, fazem muito barulho. Algumas coisas fogem do olho. Preciso explicar em cada grupo o que penso em fazer. Ninguém se escuta. Recortam. Demoram. Fazem muita bagunça.

Coloco meus cenários no quadro, e ensino eles a fazerem uma rápida perspectiva. Ficam encantados. Como se descobrissem a tridimensionalidade do espaço. Vou entregar folhas em branco, mas alguns alunos pedem para entregar. Permito, entregam algumas muitas folhas para algum grupo, outros ficam sem nada. Passo de grupo em grupo, assegurando que todo tem folha, e consultando que espaço eles irão desenhar... Praia, praça, rua... se dividem, alguns se des-organizam.

Tentam desenhar muitas coisas a partir da perspectiva. Alguns conseguem, outros desistem e fazem outros desenhos. Alguns decidem primeiro colar as figurinhas e depois desenhar. Alguns deixam as figurinhas de pé. Conto para alguns as relações

<sup>1</sup> Estágio Docente Curricular, do Curso de Licenciatura em Artes Visuais CEART/UFPel.

<sup>2</sup> Doutoranda em Arquitetura pelo PROPAP/UFRGS. Graduanda em Artes Visuais- Licenciatura pelo CEART/UFPel. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PROGRAU/UFPel. Arquiteta e Urbanista pela FAUrb/UFPel. Professora Substituta da FAUrb/UFPel. Professora da Faculdade Anhanguera/Pelotas.

<sup>3</sup> As figurinhas e mapas propostos são parte do capítulo 7: Coleções e Invenções de minha dissertação de mestrado. SANTOS, Taís Beltrame dos. Seres lentos e vida urbana : caminhografia pelas ruas de Montevideo, Porto Alegre e Pelotas. 2021. 181 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/8473>.

de escala e perspectiva dos bonecos. Se confundem com a tridimensionalidade das figurinhas e a bidimensionalidade do desenho. Brincam. Queria conseguir conversar com todos. A acústica da sala é horrível. Queria espaço para as crianças. Elas tem muita energia. O diálogo é conturbado, e não consigo falar sobre as escolhas, ou sobre a cidade. Muita coisa.

Percebo que ninguém fez comentários hostis em relação às imagens que se fazem polêmicas para os adultos, como os moradores de rua e os catadores de lixo. Inclusive, as crianças recortam e os colocam em seus projetos como mais um usuário da cidade. A mulher de salto e vestido rosa faz sucesso, aparece em quase todos os trabalhos. Sempre há vendedores, são os primeiros a serem posicionados.

Uma coisa interessante, é que eles organizam os personagens por funções... os que estão de pé, os que estão vendendo, os mobiliários... os que caminham.. Na medida do possível, vou orientando todos os trabalhos, e comentando com o grupo. Alguns colocam sinalizações, vegetações e vendedores, mas não colocam pessoas. Pergunto pra eles onde está o movimento da cidade, e todos percebem o erro e logo procuram pessoas para preencher a cidade. Quase todos os trabalhos possuem bancos. Alguns cenários são muito acolhedores, e perdem a dimensão da arquitetura. Ficam lotados de pessoas. Só pessoas. O lugar, mal importa.

Um aluno, pinta tudo de vermelho, diz que é o inferno. Rimos. Depois descubro que é coisa do Minecraft, parece que os jogos fazem a cabeça da molecada.

Na medida em que os trabalhos vão ficando prontos, vou pendurando no quadro. As crianças já estão cansadas, e o barulho só aumenta. É difícil. Possuo pouquíssimo controle, e já estou sem voz.

Durante o tempo da aula, além das intercorrências comuns, a diretora passa na sala para dar recado, a auxiliar passa na sala para dar recado, as crianças saem para fazer o lanche no refeitório, e as crianças fazem o lanche na sala de aula. Além disso, recortam, colam, desenharam, mexem com tinta, falam, se batem, jogam io-io, pintam, jogam baiblade, sobem na cadeira, conversam com os colegas pela janela, vão no banheiro, vão tomar água, ligam o ventilador, saem pra lavar a mão.... ufa Três períodos é demais.

Expomos os trabalhos no quadro. Eles observam. Bate! Todos saem para o recreio. Ansiosos.

Preciso organizar a sala e terminar de recolher as coisas. 15:45 as crianças voltam do recreio. Junto tudo, e arrumo superficialmente à sala. Tem papel e tinta pra todo lado... uau. Peço desculpas para a próxima professora pelo corredor. Vou ter que pedir também pra moça da limpeza... Bate.

Vou para a A5A. Enquanto a turma entra, converso com a coordenadora. Eles são bem mais calmos. Essa hora, já gastaram energia na educação física e no recreio, já estão mais concentrados. A aula vai terminar às 17h, tenho metade do tempo que tive na turma anterior.

Vou ter que adaptar o plano, fazer mais rápido. Alguns me perguntam se vamos usar tinta, como na aula passada. Digo que não, mas que vamos trabalhar em grupo depois de conversar rapidinho. Ficam muito felizes. Algumas meninas levantam e gritam, batem palmas hahaha.

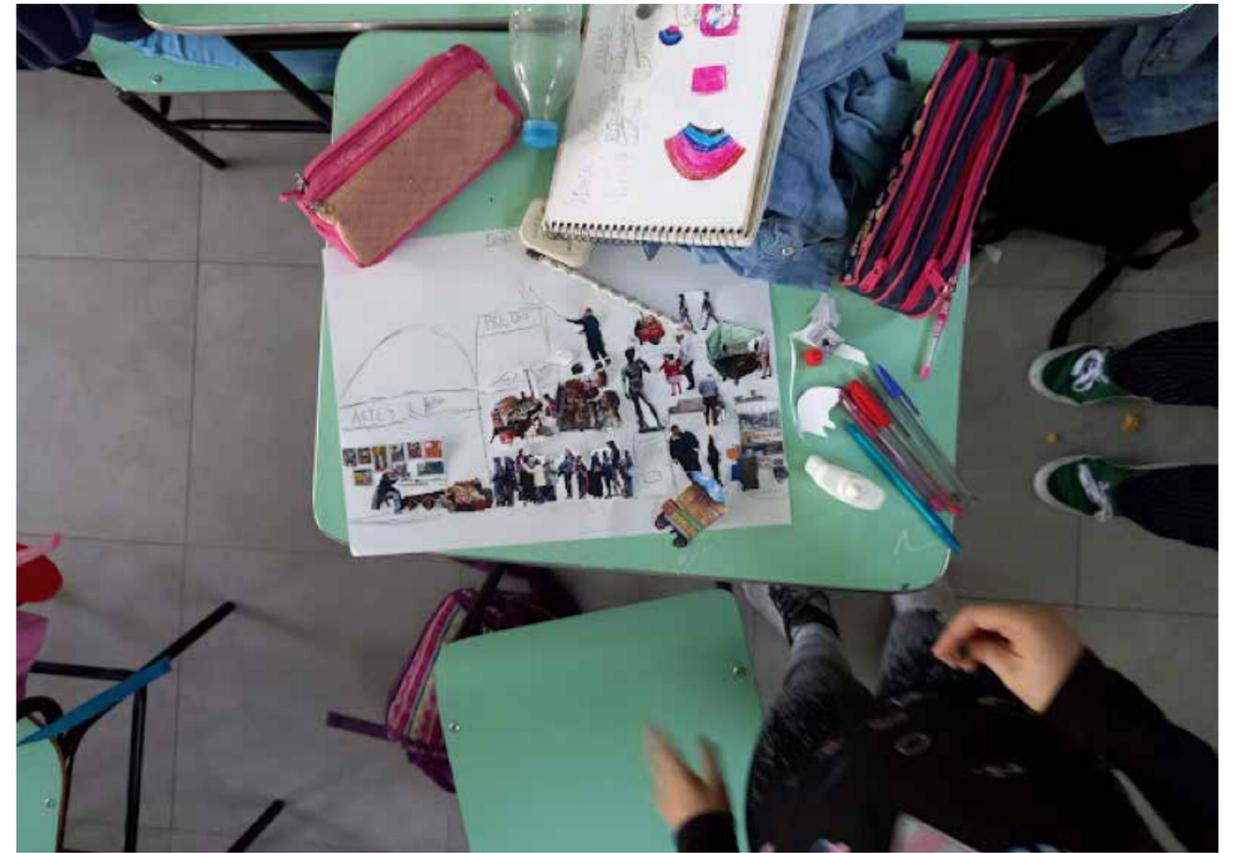
Como na outra turma, conversamos sobre arquitetura e urbanismo e sobre os espaços públicos. Criamos a lista. Separamos os grupos. Arrumamos a sala e distribuímos as figurinhas. Todos começam a recortar logo. Essa turma trabalha bem em grupo, e conseguem conversar só dentro dos grupos, o que facilita o diálogo. Passo em todos os grupos, e digo para irem imaginando o lugar das figurinhas, os cenários... Alguns vão desenhar um calçadão, outros um parque, alguns a praia. Acho legal que a imagem da praia é a imagem do Laranjal - praia de Pelotas.

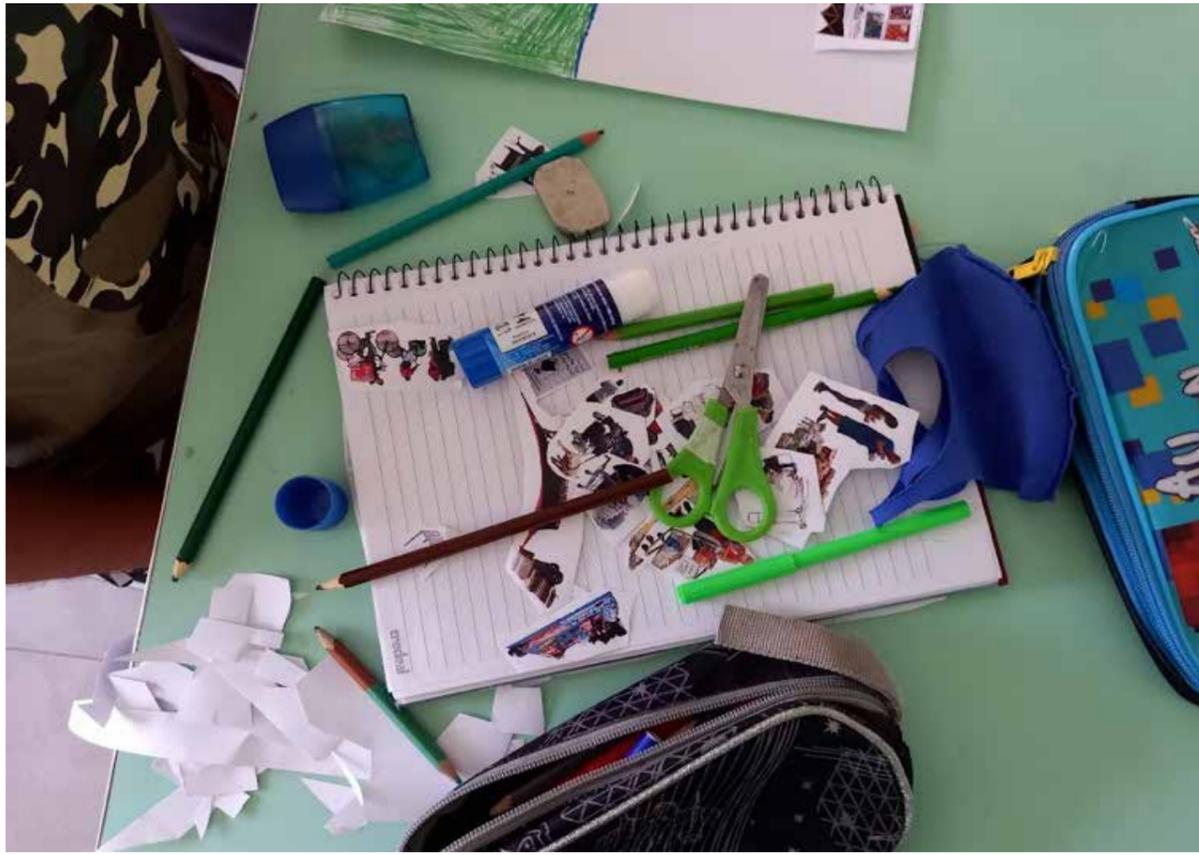
Aos poucos, entrego aos grupos uma folha A3 para começarem o desenho, enquanto alguns terminam de recortar. Super se organizam. Cada grupo tem um capitão ou capitã.

Fazem praia, rua, supermercado (conversamos sobre isso), rua da escola e calçadão. Alguns desenham chafarizes, o que é bem interessante. Sinto vontade de incorporar todos esses elementos ao meu catálogo. Faço provocações para me dizerem sobre o clima, e aspectos subjetivos do lugar... Pensam. Respondem graças. A aula flui com tranquilidade, e como logo vão embora, tem pressa de terminar em tempo. Um dos alunos decide fazer o cenário com os bonecos tridimensionais. Nessa turma, não ensinei a perspectiva, o que torna tudo diferente. Eles vão terminando e eu coloco os trabalhos no quadro. Olham atentos. Mal da tempo de terminarem, e bate o sinal. Ganho um abraço de cada um na saída. Não vamos mais nos ver. Compartilho imagens.

Termino de organizar a sala, pego a bicicleta e saio. Na saída, recebo mais sorrisos. Alguns meninos comentam sobre minha bicicleta. Volto até a Duque conversando com um aluno. Pergunto como posso ser uma professora melhor, e ele fala que as professoras de artes e de educação física sempre são legais. Pergunto onde ele mora, e ele me conta os pontos de referência até sua casa. Eu não conheço, digo que moro no centro. Ele fica apavorado, o centro é longe. Rimos, o centro é ali do lado para mim. Mas acho que já sou adulta, é o que dizem.









ISSN 2526-7310

